HISTÓRIA DAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS

NELSON SENRA

volume 2

ESTATÍSTICAS LEGALIZADAS

(C.1899-C.1936)

70 anos do IBGE

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

HISTÓRIA DAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS

NELSON SENRA

Prefácio por
Ciro Flamarion Cardoso

Volume 2
Estatisticas Legalizadas
(c.1899 - c.1936)

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

HISTÓRIA DAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS

NELSON SENRA

Prefácio por
Ciro Flamarion Cardoso

Volume 2

Estatisticas Legalizadas

(c.1899 - c.1936)

Rio de Janeiro
2006

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-3873-X (obra completa - meio impresso))

ISBN 85-240-3875-6 (meio impresso)

ISBN 85-240-3879-9 (obra completa - CD-ROM)

ISBN 85-240-3881-0 (CD-ROM)

© IBGE. 2006

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Elaboração do arquivo PDF
Roberto Cavararo

Produção da multimídia
Marisa Sigolo Mendonça
Márcia do Rosário Brauns

Capa
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Exposição Internacional do Centenário da Independência, 1922
In: RECENSEAMENTO do Brazil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: typ. da Estatística, 1925. Pt.3, v.2: Estatística predial e domiciliária da cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal).

Foto colorizada e tratada eletrônicamente a partir de original em preto e branco por Eduardo Sidney - Coordenação de Marketing/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Folhas de Guarda

Arcos da Lapa: lâmina relativa a 1903.
In: Arcos da Carioca, 1775/1988. 4. ed., 1991.
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Praça XV: lâmina relativa a 1911.
In: Praça XV, 1580/1988. 5. ed., 1996.
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

A

AURELIANO GONÇALVES DE SOUSA PORTUGAL

JOSÉ LUIZ SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO

In Memorian

Sumário

Apresentação

Prefácio por Ciro Flamarion Cardoso

Introdução geral à obra

Informação estatística: forma de saber, fonte de poder
- Uma noção de poder
- Uma noção de saber
- A natureza das estatísticas
- As estatísticas brasileiras
- Intenções de trabalho

Introdução ao volume

Deficiência de informações: a federação embaralha a atividade estatística
- As liberdades republicanas
- As proclamações e os proclamadores
- A reconstrução republicana: Campos Salles
- Federação forte, estatísticas fracas
- Divisão deste tempo: seis partes

PARTE 1:

Expectativas restauradas (c.1889 – c.1898)

Capítulo 01

Restauração em movimento: a DGE volta das cinzas
Em meio ao muito por fazer, refaz-se a DGE
A DGE restaurada é reformada
Timóteo da Costa presta contas
Duas notas, pequenas e relevantes

Capítulo 02

A República implanta o Registro Civil, velho dilema imperial
As estatísticas e o positivismo
Primeiras histórias do Registro Civil
Segundas histórias do Registro Civil
Terceiras histórias do Registro Civil

Capítulo 03

Em 1890, segundo Censo Geral : grandezas com fracassos
As instruções censitárias
1890 x 1872, segundo Timóteo da Costa
Francisco Mendes da Rocha à frente da DGE

Capítulo 04

Uma década de reduzida produção:
reforma redutora, mas com o surgimento da tipografia
A DGE no governo Floriano Peixoto
Acordo com São Paulo
A DGE no governo Prudente de Moraes
Desacordo com São Paulo
Criação da tipografia. Redução da estrutura

Capítulo 05

Aureliano Portugal: doutor em estatística municipal
Marco Aurélio Martins Santos
O prefácio de 1918
Estatística em mau estado
Glória àquelas lutas inglórias
Laivos de modernidade em pleno século XIX
Partições e repartições da estatística

PARTE 2

Frustrações reiteradas (c.1898-c.1907)

Capítulo 06

Em 1900, 3º Censo Geral: fracasso quase total
A DGE no governo Campos Salles
A DGE no governo Rodrigues Alves
A portaria censitária; os instrumentos censitários
Damasceno divulga sinopse (1905 ou 1906)
O Censo de 1900 na arena dos leões
Bulhões salva o censo do completo naufrágio (1907 e 1908)

Capítulo 07

1906: o censo perfeito do prefeito Passos
Marco Aurélio Martins Santos
Apetite por números
"Bota Abaixo" e "Abaixo a Vacina"
Passos para o censo
O censo nas folhas
Um censo com o "DNA" do Rio
O Rio de Janeiro em números

Capítulo 08

Demógrafos-sanitaristas: vida e morte pelas estatísticas
Marco Aurélio Martins Santos
Origens da saúde pública no mundo
Eles deram os primeiros passos
Avanços no sanitarismo
Números para a saúde pública brasileira
Demografia sanitária em tempos de federalismo
O médico Hilário desafia Portugal
Primeira polêmica: Hilário x Bulhões
O relatório de Bulhões Carvalho
Números para Oswaldo Cruz
O redator-gerente da Brasil-Médico
Demografia sanitária nos estados

PARTE 3

Expectativas frustradas (c.1907-c.1915)

Capítulo 09

Novos tempos com Bulhões Carvalho: reforma ampliadora

Bulhões assume com gosto

Bulhões reforma e amplia a DGE

Obrigação na prestação de informações (acordos federativos)

Bulhões atua na DGE (sobre 1908)

Bulhões e o "regimen paz e amor" (sobre 1909)

Capítulo 10

Números para exposição nos 100 anos de portos abertos

Marco Aurélio Martins Santos

Boletim, Bulletin, Bolteno

Economia do Rio em números

Capítulo 11

Oziel Bordeaux analisa a reforma de Bulhões Carvalho

Percepções de Francisco Bernardino (prefácio)

Sobre a missão da diretoria (órgão central)

Sobre o plano de ação (temas, assuntos, matérias)

Sobre a atividade consultiva (o Conselho Superior)

Sobre a atividade executiva (a própria diretoria)

Sobre as unidades específica e especializada (ênfase na tipografia)

Sobre os censos demográfico e econômico

Capítulo 12

Francisco Bernardino, reforma e reforma. A DGE ganha e perde

A DGE no governo Nilo Peçanha

A primeira reforma sob Francisco Bernardino (1910)

A DGE no governo Hermes da Fonseca

A segunda reforma sob Francisco Bernardino (1911)

Perdas e ganhos na gestão de Francisco Bernardino

Capítulo 13

Em 1910, o censo não contou

O regulamento da operação censitária

A suspensão da operação censitária

A tentativa de retomada da operação censitária

Capítulo 14

Estudando o Registro Civil
Bulhões Carvalho investiga o Registro Civil
A comissão de Francisco Bernardino: o estado do Registro Civil
A comissão de Francisco Bernardino: reforma do Registro Civil
Manoel Coelho Rodrigues, reforma da reforma
A falência de resultado

Capítulo 15

Influências intelectuais: M. Block, F. Virgilii, C. Jacquart
Maurice Block, demógrafo e estatístico
Filippo Virgilii, demógrafo e estatístico
Camille Jacquart, demógrafo e estatístico
O índice sintético de Newmann-Spallart, economista e estatístico

PARTE 4

Expectativas concretizadas (c.1915-c.1925)

Capítulo 16

A volta de Bulhões Carvalho: em busca do tempo perdido
As razões de Bulhões para reformar
A reforma trazida por Bulhões
A marcha da estrutura reformada
A DGE chega ao paraíso. Censo à vista

Capítulo 17

A marcha das apurações. A DGE no dia-a-dia
As seções e seus chefes
Território; defesa, polícia e justiça
Movimento da população (Registro Civil)
Economia e finanças (duras penas)
Estatísticas intelectuais e de natureza moral
Anuário estatístico
Quadro de pessoal em 1917

Capítulo 18

Em 1920, quarto Censo Geral: legislação e concepção minuciosas
Vencendo resistências da federação e da população
Legislação censitária
Impressos e instruções específicas
O censo em curso e o curso da DGE
Diante da crise da DGE, proposta de mudança

Capítulo 19

Em 1920, quarto Censo Geral: papel dos jornais
Marco Aurélio Martins Santos
Problemas por falta de censo
Sua questão vale um milhão
Peças no tabuleiro
João do Rio e o Censo de 1920
Propaganda pela imprensa
A imprensa refletindo sobre os resultados
Imprensa saciada

Capítulo 20

Em 1920, quarto Censo Geral: estratégia e processo de trabalho
Marco Aurélio Martins Santos
Cadastro nos estados
Bulhões Carvalho, a mão por trás do regulamento?
Uma "corrente pra frente"
Quesitos polêmicos
Por dentro do censo
Palavra delegada
Voz que vem das Gerais
Custos do Censo em todo o Brasil

Capítulo 21

Em 1920, quarto Censo Geral: apuração mecânica
O surgimento das máquinas no *Census Bureau*, e os avanços posteriores
A utilização das máquinas pela DGE, as instruções implantadas
Bulhões Carvalho desenvolve uma abordagem acadêmica
Memória da apuração manual

Capítulo 22

Em 1920, quarto Censo Geral: monumental divulgação dos resultados
Gráficos: história, ciência e arte
A tipografia e os cartógrafos brasileiros
As publicações censitárias e as exposições universais
O plano de divulgação dos resultados

Capítulo 23

Exposição do centenário:
o Brasil comemorou 100 anos no "bazar das maravilhas"
Marco Aurélio Martins Santos
O Brasil na "Colombiana"
Saint-Louis, Bruxelas, Turin

Comemorando com censo
Para tornar-se nação
A “ante-sala do paraíso”
O Brasil nas exposições pós-1922

PARTE 5

Expectativas irrealizadas (c.1925-c.1930)

Capítulo 24

No final dos tempos, Bulhões idealiza a Conferência de Estatística
A DGE em 1926
A DGE em 1927
A DGE em 1928
A DGE em 1929
O quadro de pessoal em 1929
O programa da Conferência de Estatística

Capítulo 25

Conferência de Estatística: comunicação de Teixeira de Freitas
Sobre a natureza estrutural da atividade estatística
Sobre a natureza cognitiva da atividade estatística
Sobre os agentes de estatística (municipais ou itinerantes)
Sobre os anuários estatísticos (federal e estaduais)
Sobre a cartografia geográfica; atlas ou álbum estatístico
Sobre a formação estatística e a informação das estatísticas
Sobre o programa estatístico

Capítulo 26

Em 1930, o censo não contou
A legislação censitária
Conferência de propaganda censitária em Recife
Conferência de propaganda censitária em Salvador
As conferências de propaganda censitária na imprensa

Capítulo 27

Bulhões alcança o paraíso (ISI: Roma e Cairo) e edita manual de estatística
Síntese da XVI sessão do ISI, em Roma
Na XVI sessão do ISI, em Roma, as ações de Bulhões
Síntese da XVII sessão do ISI, no Cairo
Na XVII sessão do ISI, no Cairo, “atrações recreativas”
Bulhões escreve um manual de estatística

Capítulo 28

Dr. Bulhões Carvalho: por quatro décadas um médico zelou pela saúde das estatística brasileiras
Marco Aurélio Martins Santos
Promissor início de carreia
Homenagens ao "General" do censo
Um celibatário casado com seu trabalho
Trapaças do coração

Parte 6

Desordem e progresso (c.1930-c.1936)

Capítulo 29

Teixeira de Freitas, a face do saber na criação do INE (IBGE)
A DGE é incorporada ao Departamento Nacional de Estatística
Teixeira de Freitas: triunfo na cooperação administrativa
Lei de Estatística, idéia de Alvim Pessoa
Lei de Estatística, reflexão de Teixeira de Freitas
Instituto Nacional de Estatística e Cartografia

Capítulo 30

Juarez Távora, a face do poder na criação do INE (IBGE)
Juarez Távora releva a sapiência de Teixeira de Freitas
Juarez Távora recebe parecer da comissão interministerial
Juarez Távora responde aos ministros (surge o INE)
Teixeira de Freitas responde à imprensa e a técnicos paulistas
O INE começa a funcionar: 29 de maio de 1936 (logo surge o IBGE)

Síntese - Linha do tempo

Referências

Anexo - Lista de imagens

Índice de assuntos

Índice onomástico

Apresentação

A publicação da História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002) integra a comemoração pelos 70 anos da criação do IBGE. Trata-se de uma obra de fôlego, em quatro volumes, que narra a trajetória da atividade estatística brasileira, desde nossa Independência.

Neste segundo volume, que abrange o período de 1889 a 1936, percebe-se o esforço para superar a federação extremada, à época existente. A atividade estatística é legislada com intensidade, na tentativa de se constituí-la. Escusado observar que esse esforço será em vão, ficando à espera de uma organização sistêmica que só virá com a criação de um órgão oficial coordenador e produtor de informações estatísticas, o IBGE.

A obra completa trará, em seus quatro volumes, a cobertura extensa dos 180 anos da Estatística no Brasil, analisados pela ótica da Sociologia das Estatísticas. Seu autor, Nelson Senra, vem se dedicando, há alguns anos, ao estudo desta trajetória. E agora, quando comemoramos os 70 anos do IBGE, essa linha histórica de pesquisa estatística recebe o necessário apoio para a produção de estudos desta natureza.

Uma obra desta dimensão é mais uma contribuição do IBGE para a sociedade brasileira, sempre atendendo à sua missão institucional de "retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania". Entendemos que, para melhor conhecer a realidade atual, é sumamente importante compreender o que a antecedeu, pois quem despreza o seu passado, se perde no presente e não constrói o seu futuro.

Eduardo Pereira Nunes

Presidente do IBGE

Prefácio

Em 1974 Immanuel Wallerstein publicou um livro que logo se tornou altamente influente, cujo tema era o sistema mundial moderno. Na linha de Fernand Braudel, o autor procurava esclarecer de que modo e em que circunstâncias, em fins do século XV e inícios do seguinte, emergiu uma "economia mundial européia" que, segundo ele, constituiu algo novo, um sistema social desconhecido na história anterior. O sistema em questão era "mundial" por ser mais amplo do que qualquer unidade política, na verdade, abarcava várias delas; e era "econômico" porque o que vinculava suas partes eram laços econômicos. Tal sistema baseava-se no capitalismo, que subordinava outros modos de produção, e no desenvolvimento desigual, propiciando uma divisão do trabalho produtivo em escala mundial entre diferentes formas capitalistas de produção que, no entanto, não se baseavam, todas, no trabalho livre. O trabalho tendia a ser livre só no centro ou núcleo do sistema, a Europa Ocidental. Mas as motivações dos grupos dominantes eram capitalistas também na semiperiferia e na periferia do sistema. A lógica destas diferenças consistia em manter um fluxo de excedentes para o centro que, segundo Wallerstein, possibilitou o surgimento do sistema capitalista e posteriormente a Revolução Industrial.

A principal conseqüência teórico-metodológica das análises empreendidas no livro mencionado seria a seguinte: um sistema social tem, por definição, uma dinâmica endógena ou interna. Assim, muitas entidades vistas como sistemas sociais, as nações-Estado européias até o século XVIII, por exemplo, não o eram: o sistema capitalista mundial é que era.[1]

O valor maior da obra de Wallerstein escapou, no debate, à maioria de seus críticos, devido à ênfase excessiva do autor no circulacionismo – ou seja, em perceber no fluxo de excedentes para o núcleo ou centro do sistema o *deus ex machina* da gênese e do desenvolvimento do capitalismo, bem como à sua insistência no caráter

[1] WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The modern world-system:* capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. New York: Academic Press, c1974.

já plenamente capitalista do sistema econômico mundial desde o século XVI. A importância central do modelo wallersteiniano reside em salientar o caráter desigual do processo, em particular o fato de que o centro ou núcleo do sistema, situado na Europa Ocidental, não era de uma só peça mas, sim, estava constituído por vários Estados-nação. Estes ainda não haviam conseguido domesticar os fatores econômicos: pôde acaso a Espanha "segurar" dentro de suas fronteiras a prata da América Espanhola, ou Portugal, o ouro do Brasil?

Uma das coisas que Wallerstein e os que posteriormente nele se inspiraram queriam combater com o emprego do modelo da "economia mundial européia" era uma pesada herança do século XIX para os historiadores: a tendência a tomar fronteiras nacionais bem delimitadas como aquilo que recorta unidades "naturais" de análise, tanto na atualidade como no passado. Ora, o Estado-nação moderno, só a partir de fins do século XVIII conseguiu desenvolver controles econômicos e de outros tipos sobre os recursos materiais e sociais no interior de suas fronteiras, por meio de uma burocracia eficaz, do exército profissional, de transportes e comunicações muito mais eficientes do que no passado. No bojo de tal processo, exatamente, é que começa a aparecer a Estatística como disciplina constituída, especializada, um dos instrumentos de informação e controle a serviço da constituição de Estados contemporâneos que, mesmo quando adotem um sistema político democrático, presidencialista ou parlamentar, estão dotados de meios de influir sobre as vidas de seus cidadãos incomparavelmente maiores do que aqueles com que podiam contar até mesmo os monarcas absolutistas mais poderosos, como por exemplo Luís XIV. A partir daí, e até que a assim chamada globalização viesse trazer novidades de peso ao capitalismo mundial, tornou-se aceitável a tradição de ver, para os países mais desenvolvidos, a produção como variável interna e o comércio de longa distância como variável externa, bem como a tendência a encarar o Estado como um executor relativamente eficiente de políticas (econômicas e outras) definidas, orientadas segundo os interesses dos grupos econômica e socialmente dominantes. Em suma, desde fins do século XVIII ocorreu uma progressiva domesticação dos fatores econômico-sociais no interior de um espaço delimitado por fronteiras bem definidas. Não em todos os países, porém; nem segundo um mesmo ritmo no que diz respeito a diferentes Estados-nação que atravessavam o processo de dotar-se dos recursos necessários para a domesticação aludida.

É verdade que a possibilidade de contar com dados quantificáveis precede a era cabalmente estatística. Se as informações quantitativas ou quantificáveis geradas na Antigüidade, nos casos em que existiram, estão perdidas para nós em sua quase totalidade, em certas partes privilegiadas da Europa ainda na Idade Média geraram-se dados, disponíveis atualmente, que os historiadores podem quantificar. Um bom exemplo é o *Domesday Book* que, em 1086, procurou estabelecer uma espécie de cadastro da Inglaterra recém-conquistada pelos normandos. As unidades de informação que contém são do tipo que os especialistas denominam "dados nominais": os com-

piladores do alentado documento fizeram a inspeção física de objetos: ferramentas, gado, mão-de-obra, atribuíram nomes ou designações a tais objetos (as designações eram consistentes, ou seja, invariáveis no interior de todos os numerosos volumes manuscritos em que se divide a fonte) e os contaram, segundo as designações selecionadas, em cada unidade agrária do reino inglês, o que nos permite também, deste modo, localizar e contar as próprias unidades agrárias.

Os dados nominais, compostos de categorias discretas e mutuamente excludentes, por exemplo, não agregáveis no interior de cada unidade agrária reconhecida pelo *Domesday Book*, limitam bastante por suas características intrínsecas as operações estatísticas a que possam ser submetidos. Mesmo assim, o fato de se tornarem progressivamente disponíveis (segundo uma cronologia espacialmente muito variável) inaugura, para os historiadores inclinados à quantificação, o que designam como uma fase "protoestatística" da História,[2] que só no século XIX e, naquela época, só nas regiões mais avançadas na consolidação do capitalismo, cederia o lugar a uma fase plenamente "estatística".

Na época protoestatística já podiam aparecer, sem dúvida, dados de relativa sofisticação; aqueles, por exemplo, marcados pela possibilidade de uma hierarquização das categorias, fornecidos por Gregory King ao estabelecer, em 1688, uma lista de categorias sociais válida para a Inglaterra de sua época e, para cada uma delas, o número de famílias que a integravam e a renda anual por família/categoria.

Apesar do que se acaba de dizer, só com a era de todo estatística, atingida por certos países europeus no século XIX, começam a estar disponíveis, para numerosas variáveis de diversos tipos, dados suficientemente abundantes e a que se possa atribuir um grau considerável de confiança; os quais, outrossim, são de natureza a permitir maiores agregações e outras manipulações, o que tem a ver com como se geraram tais dados e como foram agregados, interpretados e publicados na época, no âmbito às vezes de entidades privadas, mais freqüentemente de repartições estatais. Qualquer historiador que maneje dados quantificáveis, quando seu período de estudo inclui a passagem do século XVIII para o XIX, nos casos (países, impérios coloniais) em que esta última centúria já se caracterizasse pela presença de estatísticas modernas, nota sem dificuldade um salto qualitativo de peso nos dados com que lhe é dado trabalhar. Assim, por exemplo, ao preparar, na França, minha tese de doutorado sobre a economia e a sociedade da Guiana Francesa nos anos que vão de 1715 a 1817, senti que estava penetrando num universo de dados quantitativos diferente, superior em possibilidades, a partir de 1788 e até 1808, devido a poder contar, para tal fase, com um texto manuscrito de Moreau de Jonnès, redigido em 1817, recheado de dados bem criticados, organizados e agregados, relativos àquela colônia francesa. Note-se que, na

[2] Ver: FLOUD, Roderick. *An introduction to quantitative methods for historians*. London: Methuen, 1973. p. 7-15; CHAUNU, Pierre. *Histoire, science sociale*. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1974. p. 53-77.

Guiana ocupada pelos luso-brasileiros (1809-1817), também entre estes se manifestou o interesse na geração de dados estatísticos e uma compilação e elaboração inteligentes dos mesmos, em geral de parte de pessoas com formação militar.[3]

As hipóteses tendentes a compreender ou explicar o processo que levou, em cada país, a uma geração contínua de estatísticas estatais segundo os princípios da disciplina estatística contemporânea dependerão, como é evidente, do quadro teórico de que forem derivadas.

Uma parte apreciável da resposta pode provir, por exemplo, da Sociologia da ação social tal como foi concebida por Max Weber (1864-1920). Um dos tipos da ação social é a que Weber denomina "politicamente orientada", que pressupõe determinada forma de entidade política, no caso que nos interessa, um Estado plenamente contemporâneo em suas características. Tal Estado dito "moderno" por Weber é por este definido como sendo sobretudo "uma associação compulsória dotada de uma base territorial". No território em questão, o Estado contemporâneo está provido de uma administração e de uma ordem legal que só podem se transformar por um processo legislativo (a Sociologia weberiana não põe no centro de suas cavilações os processos revolucionários, sem dúvida uma forma alternativa de mudar uma dada ordem administrativa e legal). Administração e ordem legal são exercidas por um pessoal corporativo de administradores, também regulados por uma legislação. Este ordenamento estatal reivindica uma autoridade obrigatória sobre os membros do Estado, os cidadãos (em sua maioria, estes obtêm a cidadania por nascimento), mas igualmente sobre toda e qualquer ação que ocorra no território sob sua jurisdição. A não ser as formas de compulsão que o Estado contemporâneo consinta em deixar para outras instâncias (por exemplo, o poder dos pais sobre os filhos menores), aquele detém o monopólio do uso da força que tem por legítimo, ou da ameaça desse uso, componente essencial para garantir o seu caráter de jurisdição (que inclui outro monopólio, o fiscal) e de uma organização burocrática contínua sobre o seu território.[4]

Em se tratando da República Velha brasileira (1889-1930), será possível considerá-la como um Estado cabalmente contemporâneo do tipo definido por Weber? Possuía os meios de impor uma "associação compulsória" efetiva sobre o conjunto do território nacional? E tinha de fato uma organização burocrática coerente e dotada de continuidade no tempo, por exemplo, especificamente, no tocante aos órgãos destinados a gerar e avaliar dados estatísticos?

---

[3] JONNÈS, Moreau de. *Essai statistique sur la Guyane française*. Paris: [s.n.], 1817. (Archives d'Outre-Mer. Série Département des Fortifications des Colonies, n. 563). Manuscrito; MARQUES, Manoel. *Memoria sobre a parte da Goyanna chamada Franceza*. Belém, 1810. Rio de Janeiro: [s.n., 18–?]. Manuscrito. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional - Brasil, número de classificação 5,3,12.

[4] WEBER, Max. *The theory of social and economic organization*. Tradução de A. M. Henderson; Talcott Parsons. New York: The Free, London: Collier-Macmillan, 1965. p. 154-156.

Continuando por mais algum tempo com Weber, examinemos agora as suas concepções a respeito da dominação burocrática e racional. Afirma Weber:

> A administração burocrática significa fundamentalmente o exercício do controle à base do conhecimento. Esta sua característica é o que a torna especificamente racional. Ela consiste, de um lado, no conhecimento técnico, que, por si mesmo, já é suficiente para assegurar uma posição de extraordinário poder. Mas, de outro lado, as organizações burocráticas, ou os dententores do poder que delas fazem uso, tendem a aumentar o seu poder ainda mais mediante o conhecimento que cresce em função da experiência adquirida no exercício das funções; pois obtêm, mediante a condução de seus ofícios, um conhecimento especial dos fatos e dispõem de uma acumulação de material documental de tipo específico [5].

Em sua análise das formas de dominação, Weber distingue uma que é, em sua origem, contemporânea e ocidental, tendente à racionalidade ou, mais exatamente, a assumir a forma "racional-legal", ou burocrática, de outras formas: a carismática e a tradicional - "irracionais", acentuando o fato de ser a primeira fundamentada no saber, gerando por tal razão a produção de um conhecimento específico[6]. Quanto a este último ponto, é interessante notar que, nos casos em que a tentativa de construir a forma "racional-legal" de dominação encontre obstáculos e não se realize de todo apesar de um *desideratum* nesta direção expressado por pessoas às vezes numerosas e dotadas de autoridade, pode se ter a impressão de um círculo vicioso: na ausência de uma verdadeira institucionalização de um determinado setor do saber considerado necessário ou útil à administração, também não surgem com continuidade os processos de formação de especialistas no setor em questão; e a ausência de especialistas em número suficiente parece dificultar a institucionalização do setor. Naturalmente, quando por fim a vontade política adquire os meios de cortar o nó górdio naquele ponto específico, desfaz-se o aparente círculo vicioso.

A tipologia weberiana não se constrói centralmente a partir de traços comuns a cada tipo de dominação mas, sim, partindo do princípio ou fundamento da legitimidade de cada tipo, reivindicado por este; no entanto, em suas análises, Weber sem dúvida provê também uma descrição dos traços constitutivos de cada forma de dominação, nem sempre determinados pelo princípio de legitimação. Assim, a noção de dominação racional permite um estudo que caracterize as formas de racionalização dos métodos de dominação e os princípios de legitimação invocados (Razão, Ciência, Direito). O próprio Weber sublinha a existência de afinidades entre, por um lado, a racionalização na área de competência burocrática e, por outro, a racionalização da produção de conhecimentos trazida pela atividade científica.

---

5 WEBER, Max. *The theory of social and economic organization*. Tradução de A. M. Henderson; Talcott Parsons. New York: The Free, London: Collier-Macmillan, 1965. p. 339.

6 É bom notar que críticas bem fundamentadas foram dirigidas ao tripé weberiano das formas de dominação legítima, claramente insuficiente quanto aos tipos ideais propostos e seu número e variedade, em especial no relativo ao longo período pré-moderno, além de ser teoria excessivamente calcada num fator central, o carisma. Weber é, na verdade, um dos antecessores da reacionária teoria elitista da democracia, que tem como postulado a apatia das massas como algo não só constatável mas até mesmo desejável ou necessário ao bom funcionamento dos Estados democráticos. Ver: FINLEY, Moses. *Ancient history*: evidence and models. London: Chatto & Windus, 1985. p. 88-103; FINLEY, Moses. *Vieja y nueva democracia y otros ensayos*. Tradução Antonio Pérez-Ramos. Barcelona: Ariel, 1979. Cap. 1, 2 e 4.

O fundamento de cada forma de dominação é uma crença legitimadora: 1) no caráter sagrado da tradição, no caso da dominação tradicional; 2) no dom sobrenatural – ou sobreumano – do líder carismático; 3) no caráter "conforme a lei" e racional, baseado no saber, da dominação burocrática de tipo ocidental. Não se trata tanto, então, de avaliar quão verdadeira ou aproximadamente racional e legal seja, em si, a forma de dominação contemporânea mas, sim, o significado de ela se impor em nome da Razão. Para tal, a análise de base weberiana opta por "levar a sério" os discursos de justificação dessa dominação – por exemplo, em nosso caso, os discursos, em boa parte destinados, em sua época de emissão, à frustração, que tentavam convencer as instâncias superiores da República brasileira (ou de alguma de suas unidades constitutivas) da necessidade imprescindível de tomar as medidas necessárias para que se pudesse contar com estatísticas confiáveis, com a finalidade de auxiliar uma administração informada e adequada. Aquela opção ocorre com o fito de determinar as crenças daqueles implicados na relação de dominação e os efeitos delas sobre a prática da relação de dominação (uma perspectiva diferente, portanto, daquela marxista da ideologia e da hegemonia, de que falaremos depois). Achava Weber que, desde o Iluminismo, o poder de Estado tende a legitimar-se cada vez menos pela religião e cada vez mais pela ciência, vista como elemento de racionalização e progresso: o Estado quer agora ter o Direito e a Razão de seu lado.

A análise baseada em Weber acompanha o papel dos agentes do Estado, que têm um interesse específico na racionalização formal porque esta os protege da arbitrariedade dos detentores do poder político, que aqueles agentes tendem a encarar como estando desinformados ou mal informados quando não os escutem: sujeitos, então, a adotar decisões inadequadas cujos resultados serão ruins[7].

O antropólogo Benoît de L'Estoile, em artigo recente, utiliza a ambigüidade presente em Weber, ou seja o duplo sentido da expressão "dominação racional", a ciência fornece aos agentes do Estado recursos para racionalizar e instrumentalizar o controle; e a ciência serve a estratégias de legitimação (sendo que, neste nível, um saber que apareça como não utilitário e desinteressado pode ser mais eficaz para legitimar a dominação do que um saber dirigido em forma direta e evidente a objetivos práticos), para efetuar uma análise que, em si, não nos interessa aqui. Interessam-nos suas conclusões, baseadas na teoria weberiana em exame, que vão no sentido de que pode surgir um modelo de *interdependência concorrencial* entre os administradores e "seus" sábios e cientistas, que se vinculam a organismos acadêmicos (também eles públicos na maioria dos casos). Seus discursos e estratégias respectivos se apoiam e se complementam, mas existem problemas de fronteiras nas áreas de atuação, pois

7 WEBER, Max. *The theory of social and economic organization*. Tradução de A. M. Henderson. New York: The Free, London: Collier-Macmillan, 1965. p. 329-341. Baseamo-nos parcialmente também na interpretação contida no artigo: L'ESTOILE, Benoît de. Ciência do homem e 'dominação racional': saber etnológico e política indígena na África colonial francesa. In: _____; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (Org.). *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: FAPERJ:Relume Dumará, 2002. p. 61-93. Em especial p. 64-67.

os administradores reivindicam o *status* de "especialistas" por sua experiência, além de que alguns deles têm pretensões acadêmicas próprias e publicam artigos e livros, enquanto os cientistas em certas circunstâncias aceitam mal uma divisão do trabalho com os administradores, não de todo isenta de tensões, em especial quando situações de crise expõem a fragilidade de bases de dominação que, anteriormente, pareciam firmes e até certo ponto consensuais[8].

Acredito que as frustrações dos melhores especialistas em Estatística sob a República Velha, por exemplo, aquelas que se percebem na Memória e nos prefácios às mesmas do médico Aureliano Gonçalves de Sousa Portugal, textos examinados no capítulo 5 deste volume, poderiam servir, eventualmente, de objeto para uma reflexão interessante à luz do modo em que L'Estoile examina o assunto da colaboração, mesmo nos melhores casos, expressão que não pode ser aplicada aos múltiplos obstáculos enfrentados pelo Dr. Portugal ao dirigir a Seção de Estatística Municipal do Rio de Janeiro na última década do século XIX, não isenta de conflitos, às vezes exasperados, entre sábios e administradores (ou políticos)... Estes embates também sofriam o impacto de interesses sociais que eram contrariados pelos controles permitidos por certas formas de saber e pela informação que geravam. O médico em questão, aliás, deixava claro em seus textos que, se a situação brasileira a respeito era especialmente aflitiva, choques se faziam presentes também em países europeus dotados de serviços estatísticos adequadamente institucionalizados e *up-to-date*.

Sente-se também a frustração, na década seguinte, nas considerações de José Luiz S. de Bulhões Carvalho, quando de seu primeiro período como Diretor Geral de Estatística (1907-1909) vinculado ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ao reclamar de que, tanto no Império quanto na República, a Estatística foi deixada em segundo plano em lugar de considerar-se "a base essencial da administração", bem como das deficiências do registro civil, como se lê no capítulo 9 deste volume. Como sói acontecer, o administrador enxergava árvores mas não a floresta, isto é, identificava fatores variados que impediam o bom funcionamento das estatísticas no Brasil, sem referir-se, porém, aos aspectos mais globais e estruturais da questão, exatamente os que permitiam que proliferassem aqueles fatores incômodos. Ao reassumir a função de Diretor em 1915, subordinado na ocasião ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, creio que expôs elementos mais centrais dos problemas a enfrentar na reforma que pretendia empreender em seu setor de atuação: a Estatística, no Brasil, ainda não se constituía numa especialidade que contasse com um sistema regular de formação de quadros técnicos; e seria preciso dotar o serviço provedor de estatísticas de continuidade em sua atuação e numa orientação comum que se estendesse aos níveis federal, estadual e municipal, como observou em 1916 (capítulo

[8] L'ESTOILE, Benoît de. Ciência do homem e 'dominação racional': saber etnológico e política indígena na África colonial francesa. In: _____; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (Org.). *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: FAPERJ:Relume Dumará, 2002. p. 61-93.

16 deste volume). O fato de não conseguir a instalação de um Conselho Superior de Estatística mostra que não bastava uma argumentação que influísse sobre os poderes republicanos no sentido de obter se fizesse o que julgava ser o correto. O que *não* funcionava a contento nas estatísticas nacionais tinha razões estruturais profundas, não podendo na verdade resolver-se ao sabor de decretos e resoluções, mesmo provindos do mais alto escalão da República. Isto não significava que, na situação vigente, não se pudessem obter resultados positivos, como é demonstrado pelo recenseamento de população, agricultura e indústrias realizado em 1920, adequadamente conduzido em suas diferentes etapas e aspectos (capítulos 18 a 22, deste volume). Como salienta a síntese final do volume, num setor que exigia estatísticas contínuas por ligar-se à tributação das transações internas e às alfândegas, portanto, ao financiamento do Estado, *houve* continuidade nelas, já nas décadas da República Velha, sob a égide do Ministério da Fazenda.

O longo e espinhoso caminho em direção à institucionalização da Estatística no contexto e como instrumento a serviço do Estado contemporâneo brasileiro, uma rota cheia de idas e vindas, foi, sem dúvida, somente um aspecto pontual, entre outros, do fato mais geral de que, sempre de acordo com o ponto de vista weberiano, a República Velha "ficava devendo" ou deixava a desejar como forma cabalmente contemporânea, racional-legal, de Estado. Se o quiséssemos mostrar com um exemplo paralelo, poderíamos achá-lo na tremenda dificuldade (ou verdadeira impossibilidade) em que, na mesma época, esbarrou a tentativa de estabelecer um registro de terras em moldes contemporâneos, mesmo se, como também foi o caso da Estatística, a sua necessidade era teoricamente proclamada e chegou a ser objeto de legislação específica bem cedo na República (Decreto de 31 de maio de 1890). Tal como ocorrera décadas antes com as intenções da Lei de Terras adotada sob o Império, em 1850, o decreto de 1890 que estabelecia o Registro de Imóveis obrigatório e assim, esperava-se, poria um termo à livre apropriação pela elite agrária do país das terras públicas (devolutas), ao se chocar com os interesses das oligarquias dos estados ou províncias, nunca foi aplicado, embora um novo decreto de implementação e regulamentação houvesse sido adotado em novembro do mesmo ano: em 1891, a Constituição Republicana transferia para os governos estaduais as minas e terras devolutas situadas em seus territórios, o que na prática significava entregar à raposa a administração do galinheiro. O resultado foi o previsível:

> A pressão do poder político dos fazendeiros e a debilidade do poder federal em discriminar suas terras consolidaram a prática da ocupação irregular que era realizada pelos grandes fazendeiros desde o século XIX, embora vedada à população rural mais pobre[9].

9 MOTTA, Márcia. Registro Torrens. In: _____. (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 397.

Da perspectiva de um dos saberes auxiliares do governo e da administração isto significou, por longo tempo, a impossibilidade de contar com um cadastro agrário confiável. A mesma deficiência, devida a razões análogas, acompanhou, e por mais tempo, o fraco desenvolvimento do Direito Agrário no País. Mesmo em data tão recente quanto 1972, a decisão do Conselho Federal de Educação de que tal especialidade jurídica fosse introduzida como disciplina em todos os cursos de Direito permaneceu letra morta[10]. E não decidiu a Constituição de 1988 diferenças expressivas, esdrúxulas do ponto de vista da coerência jurídica, nas formas da desapropriação para fins sociais da propriedade fundiária rural (que só poderia ocorrer com indenização prévia segundo os valores do mercado) e urbana? Saber e racionalidade, ainda no final do século XX, tiveram de curvar-se, neste País, aos interesses dos principais fazendeiros. Em outras palavras: até que ponto, mesmo na atualidade, o Estado brasileiro pode ser bem analisado a partir do tipo ideal weberiano da dominação legítima racional-legal? O que equivale a perguntar: até que ponto temos, no Brasil, uma forma de Estado cabalmente contemporânea em suas características e em sua forma de dominação?

Fatos assim apontam para aspectos que a teoria weberiana, tão interessante em muitos aspectos, não esclarece: tudo o que tenha a ver com a dominação no que tange aos interesses de entidades coletivas, as classes sociais, às lutas entre elas e às formas abertas aos grupos dominantes para a organização de seu controle e domínio sociais. Foi tradicionalmente o marxismo a corrente dos estudos sociais que mais desenvolveu este último ramo de pesquisas. E, no seio dos estudos marxistas, talvez o modo mais frutífero de abordá-lo tenha sido o de Antonio Gramsci (1891-1937), que suplementaremos com uma noção tomada de outro marxista do século XX, Nicos Poulantzas.

Vamos começar com a passagem seguinte de Gramsci:

> [...] na noção geral de Estado intervêm elementos que é preciso tornar a conduzir à noção de sociedade civil (no sentido, poder-se-ia dizer, de que Estado = sociedade civil + sociedade política, isto é, hegemonia encouraçada com coação)[11].

Temos aí o que foi chamado de "Estado ampliado" gramsciano[12], ou seja, a proposta de não limitar o conceito de Estado unicamente à "sociedade política", responsável, entre outras coisas, pelo exercício da coação; mas, sim, de também incluir nele a "sociedade civil, isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente considerados 'privados' "[13], uma noção que comporta componentes como igrejas, sindicatos, es-

[10] MIRANDA NETO, Mário; TROTTA, Mariana. Direito agrário. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 173.

[11] GRAMSCI, Antonio. *Antología.* Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1970. p. 291.

[12] Ver: LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In*:* COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). *Ler Gramsci:* entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173-188.

13 GRAMSCI, Antonio. *Antología.* Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1970. p. 394.

colas, clubes, imprensa, etc. A concepção de Estado assim ampliada decorre de outras noções políticas gramscianas centrais, como a de "hegemonia" e a de "intelectuais orgânicos", bem como de uma concepção bem definida do que seria a ideologia socialmente dominante ou, mais precisamente, seriam as "estruturas ideológicas" da sociedade.

O conceito de hegemonia depende da distinção que faz o autor entre duas formas da supremacia política de uma classe social: o domínio, por um lado; e, por outro, a direção intelectual e moral (sendo esta última exatamente o que designa nos textos de Gramsci o termo "hegemonia"):

> [...] a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social é dominante em relação aos grupos adversários, que tende a "liquidar" ou a submeter até com a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados. Um grupo social pode ser – e até tem de ser – dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a conquista do poder); a seguir, quando exerce o poder e mesmo que o tenha firmemente entre as mãos, torna-se dominante: mas tem também de continuar a ser "dirigente"[14].

Os intelectuais que Gramsci chama "orgânicos" são os gestores da "hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade", definida como o

> [...] consentimento "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa à vida social pelo grupo dominante fundamental, consentimento que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém de sua posição e de sua função [...][15].

Os "intectuais orgânicos" vinculam-se ao que o autor chama de "ideologias historicamente orgânicas":

> [...] é preciso distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, que são necessárias para uma certa estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, "desejadas". Quando historicamente necessárias, têm uma validade que é "psicológica": organizam as massas humanas, formam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Quando "arbitrárias", só criam "movimentos" individuais, polêmicos, etc.[16].

Como observa Portelli, outro conceito essencial para a visão gramsciana da política é o de "estruturas ideológicas", isto é, os meios que permitem à classe dirigente difundir sua própria ideologia (sua concepção de mundo) ao conjunto da sociedade. As estruturas ideológicas integram a sociedade civil na qualidade de uma organização material cuja finalidade é manter, defender e desenvolver a teoria e a ide-

---

14 GRAMSCI, Antonio. *Antología*. Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1970. p. 486.

15 GRAMSCI, Antonio. *Antología*. Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1970. p. 394-395.

16 GRAMSCI, Antonio. *Antología*. Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1970. p. 364. Na concepção de Gramsci (1970, p. 394), os intelectuais orgânicos da burguesia são os " 'gestores' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político".

ologia nos sentidos que interessem aos dirigentes; partes delas atuam no contexto da "sociedade política", portanto, daquilo que correntemente é considerado o aparelho de Estado. A noção de "estruturas ideológicas" inclui ainda os meios de comunicação social e tudo o que permite exercer influência sobre a opinião pública[17].

Mencionemos, por fim, o conceito de "bloco no poder" tal como proposto por Nicos Poulantzas:

> [...] bloco no poder [...] indica [...] a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe dominantes, em sua relação com uma formação particular do Estado capitalista. [...] Neste sentido, o conceito de bloco no poder refere-se ao nível político, compreende o campo das práticas políticas, na medida em que tal campo concentra em si e reflete a articulação do conjunto das instâncias e dos níveis da luta de classes de uma determinada época [18].

O conjunto de conceitos de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas que se acaba de expor em suas linhas mais gerais permite-nos elaborar hipóteses – diferentes daquelas que podem derivar de uma matriz weberiana, acerca da Estatística, dos estatísticos, assim como de suas possibilidades de desenvolvimento no Estado capitalista.

A Estatística pode ser considerada como parte integrante das "ideologias historicamente orgânicas" sob o Estado burguês plenamente constituído e, portanto, os estatísticos integrariam, em sua maioria, um grupo muito mais vasto, o dos intelectuais orgânicos da burguesia vista tanto como classe dominante quanto como classe hegemônica[19]. Os mecanismos de sua reprodução, desenvolvimento e difusão integram, por sua vez, as "estruturas ideológicas", contidas na sociedade civil mas igualmente em órgãos integrantes da "sociedade política" (ou seja, do que tradicionalmente se considera o Estado). Entretanto, a emergência plena da Estatística contemporânea e dos especialistas a ela vinculados dependeu historicamente de um bloco no poder

---

17 PORTELLI, Hugues. *Gramsci y el bloque histórico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973. p. 19, 23-24.

Uma crítica recente das noções gramscianas, no caso, as que se referem ao conceito de ideologia; afirma: "Apesar da sutileza, a abordagem de Gramsci afirma, por trás da argumentação complexa e evasiva, a 'verdade' do marxismo como oposta a outras abordagens". Além de que a argumentação gramsciana nada tem de evasiva, a crítica consiste no fim das contas em acusar um marxista de ser marxista. Que sentido tem isto, ou teria acusar um weberiano de ser weberiano? A não ser, evidentemente, que o crítico seja um pós-moderno que defenda uma "leitura crítica" ou uma "desconstrução" sistemática de conceitos e teorias, infensa a quaisquer posições e opiniões claras, firmes e assumidas no âmbito das ciências sociais. Note-se ainda que os partidários da desconstrução não costumam aplicá-la a suas próprias construções, só às alheias. Ver: VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Tradução Ana Luísa Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 19.

18 POULANTZAS, Nicos. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. Tradução Florentino M. Torner. México: Siglo XXI, 1971. p. 302-303.

19 A possibilidade de considerar disciplinas que têm uma inserção acadêmica como partes integrantes da ideologia social vem de que o marxismo do século XX tendeu a deixar de lado a concepção simplista, típica do século anterior, acerca da ideologia como "falsa consciência". Após Lênin e Gramsci, tornou-se perfeitamente possível falar de uma "ideologia científica". Os desenvolvimentos de menor interesse no campo dos estudos da ideologia foram exatamente os que, sem sair das concepções do século XIX, insistiram em oposições como ciência/ideologia (por exemplo Louis Althusser) ou ideologia/utopia (Karl Mannheim, fora do campo marxista). Ver: SCHAFF, Adam. *Estructuralismo y marxismo*. Tradução Carlos Gherard. México: Grijalbo, 1976. p. 103-107.

específico que a tornasse viável[20], em especial ao diminuir a influência, no sistema do poder de Estado e portanto nas decisões (por exemplo, sobre as destinações dos desembolsos públicos), de segmentos mais tradicionais das classes dominantes[21], indiferentes ou hostis a tal emergência.

É possível notar que um enfoque weberiano e outro em termos da ideologia social/hegemonia iluminariam aspectos diferentes da Estatística contemporânea e seu papel coadjuvante no terreno da política, do Estado. A sua apreciação a partir do conceito de dominação racional-legal põe o foco no aspecto de saber específico, informação, controle, instrumentação e racionalidade a serviço de determinadas políticas; enquanto encará-la do ponto de vista gramsciano ressalta ser ela, entre outras coisas, parte de uma ideologia racional a respeito do mundo, com pretensões à objetividade, que distingue o Estado burguês contemporâneo das formas precedentes de organização política. Outras abordagens seriam, sem dúvida, possíveis: por exemplo, ao se partir do conceito de "representaçõeas coletivas" ou "sociais", cuja inserção inicial nas ciências sociais se deveu a Émile Durkheim.

Em 1939, nas resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, o diagnóstico dos fatores negativos que entravavam o desenvolvimento da Estatística no Brasil não é muito distinto do que já fora dito muitas vezes no passado. Entretanto, algo de essencial mudara. A composição específica do bloco no poder, após a assim chamada Revolução de 1930, passara a permitir à "majestade" do Estado, como expressou em ofício de 1931 Heitor Elói Alvim Pessoa, documento incluído no capítulo 29 deste volume, não mais dever descer de sua posição eminente por depender da boa vontade e do favor dos informantes para que as estatísticas públicas pudessem obter os seus dados: o governo central agora dispunha dos meios sociais, da base social de sustentação que lhe permitia acionar os meios materiais para obrigar, para fazer-se obedecer em todo o Território Nacional.

Para além do público interessado especificamente nas estatísticas brasileiras e sua trajetória temporal, este livro interessará igualmente a todos os que queiram entender melhor o que era o Brasil nos anos 1889-1936.

Ciro Flamarion Cardoso
Prof. Dr. Titular de História Antiga e Medieval
da Universidade Federal Fluminense
Pesquisador I-A do CNPq

[20] O conceito de bloco no poder é eminentemente histórico, já que consiste na "configuração concreta da unidade [das] classes ou frações de classes em estádios caracterizados por um modo específico de articulação e por um ritmo próprio de divisão do conjunto das instâncias". Ver: POULANTZAS, Nicos. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista.* Tradução Florentino M. Torner. México: Siglo XXI, 1971. p. 303.

[21] Acerca da relação dos "grupos sociais essenciais" do capitalismo avançado com estruturas sociais, políticas e ideológicas precedentes. Ver: GRAMSCI, Antonio. *Antología.* Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1970. p. 388-389.

Informação estatística: forma de saber, fonte de poder

Introdução geral à obra

Nota do autor:

Na redação deste capítulo, moldura teórica desta obra, nos valemos do livro: SENRA, Nelson. **O saber e o poder das estatísticas:** uma história das relações dos estaticistas com os estados nacionais e as ciências**.** Rio de Janeiro: IBGE, 2005. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n.1).

"Toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção" (BLOCH, 2001, p. 79).

"O historiador tem que ter uma idéia na cabeça e um documento na mão" (CARVALHO, 2003, p. 51).

Os Estados desde (quase) sempre quiseram enumerar, mensurar, quantificar suas populações, suas riquezas, seus recursos; quiseram as estatísticas. De início, com vistas às guerras, para tributar e para recrutar; depois, para além disso, com vistas a legislar e administrar inúmeros aspectos das esferas pública e privada. No tempo, diversificou e sofisticou a demanda por estatísticas, num movimento contínuo e intenso.

Em contraparte, no que tange à oferta, por muito tempo, diante da pobreza dos métodos, decorrente da fragilidade das instituições, e, circularmente, decorrendo-a, o fruto dos ingentes esforços resultava insuficiente e insatisfatório; mas nem por isso se ignorava e se dispensava as estatísticas. Pouco a pouco, com o avanço das ciências e das técnicas e, sobretudo, com suas assimilações à elaboração das estatísticas os resultados ganham robustez, assim, mais e mais, sustentando discursos de verdade, vale dizer, integrando o vocabulário e a gramática dos governos dos Estados Nacionais, quando do triunfo das forças centrípetas sobre as forças centrífugas, ao fim e ao cabo da longa Idade Média. Então, no contexto dos Estados Nacionais, com seus governos centrais, emergem e se consolidam os monopólios fiscal, militar e policial, se lhes associando uma burocracia continuada, essencial, fortemente papeleira, que a tudo e a todos, a todo instante, registrava e sintetizava, inclusive e sobretudo pelas quantidades.

Vemos o Estado Nacional como uma organização de natureza política atuante sobre um território específico, claramente demarcado, que controla e sustenta pela posse legítima da violência (policial e militar), para tanto, deve poder contar com um aparato regular e eficiente de natureza administrativa, com uma hierarquia de funcionários especializados, fazendo registros e registros, de todos e de tudo, dessa forma, figurando a nação, ou seja, a coletividade, por certo não monolítica, existente naquele território e sujeita ao aparato estatal. Doutra forma, configura-se o Estado, com "E" maiúsculo, na medida em que se registra os estados, com "e" minúsculo, das

pessoas e das coisas; esses muitos registros maravilhosos e suas incríveis sínteses permitem, ontem e sempre, saber-se e pensar-se e governar-se, porquanto tornando próximo o distante, presente o ausente, conhecido o desconhecido; o saber para o poder. Pensa-se uma população, em si mesma, bem assim, em sociedade, num território.

Uma noção de poder

Poder: capacidade transformadora, de atuação em cenários específicos, com vistas a alterá-los ou conservá-los inalterados, em parte ou no todo; pense-se e tenha-se o poder como uma efetiva e distinta capacidade de se influenciar o desenrolar dos acontecimentos. De forma ampla, deter poder é dispor da capacidade de controlar os outros, preferentemente com seus consentimentos voluntários e pacíficos; o poder é tanto mais intenso e durável quanto mais se faz sutil, quanto mais se o exerce de modo silencioso, através de práticas repetitivas cristalizadas, devidamente institucionalizadas. Num exercício dialético, natural, às estratégias de controle se contrapõem, mais cedo ou mais tarde, estratégias alternativas de controle; então, o poder deve estar em renovação permanente, de modo a permanecer, enfrentando seus desafiantes. Para tanto, há de se ampliar e se renovar sempre os saberes que o amparam e o sustentam...

Na linha de *Michel Foucault* (1926-1984), o "poder sobre a vida" se funda e se exerce sobre dois pólos, simultâneos, o das disciplinas e o das regulações. Disciplina-se o corpo do homem, enquanto máquina produtiva: o homem é adestrado, com o fim de se ampliar suas aptidões, tendo em mente o aumento paralelo de sua utilidade e de sua docilidade. Regula-se a espécie humana, analisando-se e estudando-se seus processos biológicos: o homem é dissecado segundo a mecânica do nascimento e da mortalidade, segundo a duração da vida, a longevidade, segundo a saúde, dentre outras condições biológicas, culturais e sociais. Esse duplo "poder sobre a vida" se apoia na Economia Política, tomando-a como tecnologia de governo, e tendo a informação, em especial a informação estatística, como privilegiada tecnologia de distância.

A disciplina promove a dominação política do corpo, respondendo ao imperativo de sua utilização econômica; em termos racionais procura-se transformar o corpo em força de trabalho, que seja, ao mesmo tempo, útil e dócil. Organizam-se, para tanto, espaços funcionais, hierárquicos, arquiteturais que facilitem a circulação e estabeleçam vinculações operatórias, com vistas a uma crescente economia de gestos e de tempo. Transformam-se as multidões, confusas e perigosas, errantes e por isso inúteis, em múltiplos organizados num espaço e num tempo coletivos. Os corpos, são assim moldados às necessidades do capitalismo industrial, fazendo-se a passagem do trabalhador artesão, senhor absoluto de seu tempo e de seu espaço, ao trabalhador fabril, servo absoluto de um tempo e de um espaço que escapam de seu domínio; os indivíduos ajustam-se ao fazer das novas máquinas, sob uma nova organização.

A disciplina registra, registra continuamente, modelando os indivíduos (as pessoas, elas mesmas, bem assim, suas coisas, suas posses) numa gigantesca quantidade de documentos administrativos. O fazer esses registros, formando arquivos intensos, essenciais, não configura atividade grandiosa, ao contrário, configura uma atividade singela e simples. Os registros, eles próprios, são, não raro, simples e singelos, sendo, contudo, eficientes o bastante para fixarem os detalhes e as minúcias das realidades dos indivíduos, revelando-os como população, vale dizer, como coletividades (ao fim e ao cabo, como nação). Fatos, eventos, acontecimentos são revelados, permitindo predições, com vistas a animações, intervenções, estimulações; saber para poder.

Pois os olhares que observam, registram (anotam), sintetizam (resumem) e analisam, são os mesmos que transferem saberes para os mais altos pontos e postos do poder. Mas isso não será simples, nunca o será, seja pelo volume dos registros, seja pela qualidade das inscrições neles contidas, nem sempre as melhores, seja à falta de padrões, sobremodo de métodos, seja à falta de pessoal qualificado. Seu caráter simples, singelo, seu fazer humilde, descentralizado, envolvendo um sem números de burocratas, nem sempre preparados, refletirá na geração das sínteses, em sua qualidade e, por conseqüência, em sua utilidade. A tarefa revestia-se de humildade.

Sem diferença, a elaboração das estatísticas a partir desses mesmos registros, continuamente idealizados e ordenados pelos Estados, exigiu paciência, e raramente revestiu-se de grandeza; fez-se como atividade burocrática, sem dúvida com técnicas, mas com pequeníssima participação científica, não raro não indo além de simples contagens de freqüência; não obstante, valerá lembrar que muito dos avanços das ciências ocorreu por mergulho dos cientistas (naturais e sociais) nesses mesmos registros, deles derivando evidências para suas pesquisas (é o caso de *Charles Darwin*, de *Karl Marx*, de *Émile Durkhein*, de *Gregor Mendel*, dentre outros).

Com o desenvolver do capitalismo, par a par com a prática disciplinar, no campo das grandes políticas nacionais, emergem as difíceis questões da natalidade, da mortalidade, da longevidade, da saúde pública, da habitação, da migração, dentre outras.

Segundo Braudel (1996, p. 21): "Se fosse preciso acertar o relógio do Ocidente, eu assinalaria um aumento prolongado da população de 1100 a 1350, outro de 1450 a 1650, mais um a partir de 1750. Este último já não iria conhecer regressão". Passa-se, então, à espécie, à sua regulação (o novo polo do "poder sobre a vida").

Desde então a idéia de população ganhará clareza. *Adam Smith* (1723-1790), lançando os alicerces da Economia Política em sua obra prima **A riqueza das nações**, publicada em 1776, irá destacar o trabalho como fonte maior da riqueza. Logo depois, *Thomas Malthus* (1766-1834), em seu **Ensaio sobre a população**, publicado em 1798, enunciará a conhecida afirmação de que, em certo tempo, a oferta de alimentos

cresceria em progressão aritmética, enquanto a população cresceria em progressão geométrica; um dilema assustador, de certo modo ainda presente[22].

Pois, nessa situação, os governos renovaram suas preocupações com a segurança e o controle sociais, surgindo o que *Michel Foucault* (1926-1984) chamou de biopolítica das populações, a atenção na espécie humana, a valorização e a distribuição das suas forças. Essa gestão da espécie humana não implicou um descuidar-se da gestão do homem como máquina de produção, ao contrário, a dimensão disciplinar terá mais e melhor visibilidade e contextualidade, será mais e melhor problematizada. De fato, a gestão completa da população implica vê-la tanto no todo, como nas partes, vale dizer, nos detalhes e nas minúcias, matéria natural da disciplina.

Assim, seja no sentido das disciplinas, seja no sentido das regulações, na onda dos tempos, os domínios dos governos dos Estados são revistos, tendo como centro, sempre, as pessoas (os indivíduos). Busca-se pensá-los em relação aos territórios, aos recursos naturais, às riquezas produzidas, às rendas geradas, etc., também em relação ao viver, aos costumes, aos hábitos, às decisões, etc., também em relação às catástrofes, às desgraças, aos acidentes, às epidemias, à fome, à morte, etc. Enfim, busca-se pensá-los em si mesmos e em suas relações intrínsecas e extrínsecas, nos espaços distantes, onde estão, de modo a fazê-los presentes, sem contudo aproximá-los; e se o faz, tanto mais aos domínios dos governos dos Estados possa-se aplicar o quadro teórico e prático da Economia Política (depois, com o tempo, visto como Ciência Econômica).

> A estatística revela e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doenças, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra igualmente que a população apresenta características próprias em seu conjunto e que esses fenômenos são irredutíveis aos da família: as grandes epidemias, as expansões endêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra igualmente que, por seus deslocamentos, por suas maneiras de fazer, por sua atividade, a população tem seus efeitos econômicos específicos. A estatística, permitindo quantificar os fenômenos próprios à população, revela uma especificidade irredutível ao pequeno quadro da família (FOUCAULT, 1994a, p. 651, tradução nossa)[23] .

Em reforço, o filósofo e economista *Jeremy Benthan* (1748-1832), inglês, ofereceu conceitos utilíssimos à elaboração das estatísticas, como as noções de maximização e de minimização, bem assim, as noções de custo e benefício, tudo isso, sem

[22] Como ilustração, naquele mesmo ano, 1776, acontecerá a Declaração de Independência dos Estados Unidos, e, pouco depois, 1789, terá lugar a Revolução Francesa, focando os direitos humanos, tudo isso em meio a uma inaudita efervescência populacional. No Brasil, em Minas Gerais, vivia-se o ciclo do ouro, com forte influência na monetização européia; em 1789, aquela região irá viver a chamada Inconfidência Mineira. E será no rastro desses grandes eventos que a América espanhola e a América portuguesa irão se tornar independentes, no início do século XIX (o Brasil em 1822), revelando heróis e fazendo surgir países.

[23] Desse autor, veja-se ainda: FOUCAULT, Michel. Omnes et singulatin: vers une critique de la raison politique. In: _____. **Dits et écrits**: 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994b. v. 4: 1980-1988. p. 134-161. (Bibliothèque des sciences humaines); e FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 168 e seguintes.

olvidar que a ele se devem os estudos do panoptismo, tão essencial à formação das instituições disciplinares (como a prisão, o hospital, a escola, o hospício, a fábrica, o quartel, o convento, dentre outras). Para ele, dentre várias idéias, governar era proporcionar o maior bem-estar ao maior número de pessoas, o que passa, naturalmente, por haver muitas estatísticas definidoras das populações.

Contudo, apesar dessa posição privilegiada, em seus primórdios, o pensamento econômico (Economia Política) dava pouco auxílio concreto às decisões dos governos. Apesar da riqueza industrial, a pobreza grassava; os governos se viam impotentes, se sentiam confusos; os economistas diziam que era assim mesmo, que não havia muita coisa a fazer, a não ser uma vaga idéia de educação para as massas, querendo-se, dessa forma, aumentar-lhes as oportunidades; não sendo, portanto, de se estranhar a alcunha de *ciência lúgubre* colada à Economia Política; sem que isso, ao menos aparentemente, incomodasse aos economistas. O liberalismo, consagrado no pensamento econômico, na sua luta contra o excesso de governo, inibia as atuações políticas necessárias à compensação daquela situação de pobreza; inibia, é certo, mas não as impediu de emergirem, como se deu com as leis dos pobres (*Poor Laws*); uma vez mais, impunha-se conhecer a pobreza e tentar entender a efetividade da legislação adotada, donde, impunha-se conhecer mais e melhor a população, e é quando *Sir Willian Petty* (1623-1687) e *John Graunt* (1620-1674) surgem com força, fazendo estatísticas a partir de registros administrativos, dando-lhes específicos ordenamentos (é o tempo da fundação da Aritmética Política, da qual falaremos em capítulo próximo).

Embora a alcunha de *ciência lúgubre*, ao que parece, não aturdisse o espírito da maioria dos Economistas, a alguns, contudo, incomodava. É o caso de *John Stuart-Mill* (1806-1873) que com seu genial **Princípios de economia política**, publicado em 1848 (ano também da divulgação do **Manifesto comunista**, por *Karl Marx*, 1818-1883, e por *Friedrich Engels*, 1820-1895), ao afirmar que somente a produção, com certa técnica, num certo tempo, seria inexorável, não a distribuição que poderia ser diferente por vontade política. E as mudanças necessárias seriam feitas pela via parlamentar, por iniciativa dos governos; advogava uma revolução parlamentar, com a qual promoveria uma refundação do pensamento econômico, dessa forma, reforçando a posição da Economia Política (depois Ciência Econômica) como tecnologia de governo; para tanto, era óbvio, precisava-se das estatísticas, muitas mais, mais e melhores. Contudo não era fácil e simples produzi-las, à falta de saberes, técnicos e científicos, enfim, à falta de métodos, o que só virá muito tempo depois, já na segunda metade do século XX. Além disso, a dificuldade também vinha da natureza dos Estados Liberais, que temiam ser grandes, contudo, a elaboração das estatísticas sempre exigiu muita gente e sempre demandou muitos recursos, técnicos e tecnológicos, e financeiros. Dilema cruel!

Uma noção de saber

O poder, sem dúvida nenhuma, supõe um saber, muitos saberes. Exercer poder, no sentido de administrar acontecimentos, e, tanto quanto possível, para além disso, de intentar-se planejá-los, impõe antever, conhecer. Ora, o poder se exerce sobre mundos (sempre) distantes, distantes e desconhecidos, imprevisíveis; pessoas e

coisas sempre distantes (mesmo a pequena distância). Assim, tornar esses mundos conhecidos, para então conseguir pensá-los, e, pensando-os, governá-los, conforma extamente a equação política dos governos dos Estados. Saber, como visto, tornando próximo o distante, presente o ausente, conhecido o desconhecido; saber para poder.

Isso terá, por longo tempo, a marca dos amadores, entre eles, não raros sábios, mas sempre amadores, algo intuitivos. Assim será até que se possa contar com as ciências atuantes em organizações especializadas, como as bibliotecas, os laboratórios, enfim, os centros de cálculo. Métodos são desenvolvidos e são consolidados; saem de cena os amadores, ainda que sábios, e entram os pesquisadores.

Ao longo do tempo, sem descanso, sem esmorecimento, aventureiros e curiosos, amadores e sábios, alcançando-se os pesquisadores, irão empenhar-se verdadeiramente para tornar o mundo móvel, transportando-o estavelmente; pouco a pouco, supera-se o intuitivo, o sugestivo, passando-se ao científico. Pessoas (e suas coisas) nos mundos distantes serão selecionadas e observadas e registradas, sendo assim tornadas visíveis em alguns aspectos essenciais (previamente escolhidos). Além de observar e registrar, é preciso transportar com estabilidade (sem prejuízo de significação) o observado e o registrado; transporta-se, dessa forma, parte dos mundos a pontos distantes. Primeiro, realiza-se uma redução do mundo, privando-se de sua exuberância, e se empobrece a realidade; depois, juntados diversos extratos de vários mundos, de modo contínuo e sistemático, alcança-se um conhecimento inobservável nas realidades, quando vistas em suas dimensões primitivas e nativas. Agora, pela ação das instituições especializadas, os centros de cálculo (no dizer de Bruno Latour), promove-se uma ampliação dos mundos distantes antes reduzidos; um exemplo, simples e completo, é o da borboleta retirada do seu habita natural, o que lhe tira a exuberância, mas que, quando posta num quadro de borboletas, ganha a potência da classificação, o que a faz mais e melhor conhecida, e mesmo permite melhor vê-la numa segunda visita ao seu habita natural[24].

Reduzir para ampliar. Extrai-se, elabora-se, distribui-se informações, mais e mais, com tempo, através de métodos refinados. A cada instante, em laboriosos processos de trabalho, cientificamente explicáveis e defensáveis, as informações geradas querem-se capazes de se transformarem em conhecimentos. Tudo se inicia com inscrições simplificadas, conforme as necessidades, segundo orientações científicas; depois, passa-se aos centros de cálculo (gabinetes, escritórios, laboratórios; comissões, comitês) onde são combinadas e comparadas, configurando inscrições superiores, mais e mais refinadas e sofisticadas. Aparecem nos relatórios, nos artigos, nos livros,

[24] Para as idéias do autor, veja-se: LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Tradução de Ivone C. Benedetti; revisão de tradução de Paula Assis. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000a. 438 p. (Biblioteca básica); e LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas:** a memória dos livros no Ocidente. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000b. p. 21-44.

tendo a forma de textos, de desenhos, de imagens, de tabelas, de gráficos, de mapas, dentre outras, conforme as circunstâncias[25]. Ao cabo desse ciclo, informações potentes e robustas oferecem-se ao conhecimentos necessários ao exercício atento do poder. Tem-se os saberes desejados e desejáveis; sabe-se, pensa-se, governa-se.

Essas ações produzirão inúmeras coleções sobre os mundos distantes. Por exemplo, os animais nos zoológicos, as plantas nos hortos e jardins botânicos (jardins de aclimatação), os animais empalhados e as plantas desidratadas nos museus naturais, enfim, artefatos diversos em museus variados e temáticos[26]. Pois, par a par com esse conhecer da natureza, buscou-se conhecer os territórios e as populações, suas riquezas e seus recursos, todos e tudo trazidas do distante, sob métodos intensos, através das estatísticas, postas em tabelas, em gráficos, em cartogramas, como suas linguagens de representação. Por tudo isso, consegue-se conhecer os diversos e variados mundos, permitindo pensá-los e governá-los. Governar, valerá marcar, é controlar, monitorar, fiscalizar, ordenar; vigia-se, regula-se, disciplina-se; norteiam-se as condutas. Para tanto é preciso informação e conhecimento, é preciso saber.

No caso do Brasil, veja-se a carta de *Pero Vaz de Caminha*, escrivão da frota de *Pedro Álvarez Cabral*, como a inscrição de primeira ordem sobre o território, a população, as riquezas, os recursos. É pouco, é frágil, mas é então o possível. Depois, não tardará, virão os diários das expedições de reconhecimento, com *Américo Vespúcio*, com *Gonçalo Coelho, com Martim Afonso de Souza*, dentre outros. Agora já haverá esboços da costa e eventuais vislumbres interioranos. Virão depois os governantes (*Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá* serão os primeiros), os missionários (*Manoel da Nobrega* e *José de Anchieta* entre os primeiros); haverá os bandeirantes (*Fernão Dias, Raposo Tavares, Borba Gato,* dentre outros); virão os invasores (franceses, espanhóis, holandeses); todos, uns mais outros menos, usarão e buscarão informações e conhecimentos. Em níveis distintos, não importa, farão registros, escreverão narrativas, cuidarão de desenhar e cartografar, tudo indo para Lisboa, Madri, Paris, Nápoles, Gênova, Florença, Amsterdan e Antuérpia; além desses escritos, farão circular alhures, mundo afora, espécimens animais e vegetais (inclusive nativos índios).

Virá o tempo dos sábios viajantes: entre os ingleses: *Thomas Lindsey, John Mawe, John Luccock, Henry Koster, Richard Burton*; entre os alemães e austríacos: o príncipe *Maximiliano* da família Habsburgo[27], *von Spix e von Martius* (ambos na Missão Aus-

[25] Mais cedo ou mais tarde, as informações e os conhecimentos serão de ordem a simular-se as realidades; por exemplo, simulam-se as forças das ondas e das marés com vistas a edificar-se barreiras, sem que seja preciso, o que seria absurdo, fazer experimentações na realidade. Sondas serão criadas, capazes de colher amostras, fazer análises e transmitir informações; o que o homem devia fazer, ao vivo e a cores, agora uma máquina feita pelo homem, faz por ele. No caso das estatísticas, tanto aumenta a informação e o conhecimento sobre as populações que se torna possível projetar seu futuro.

[26] Nesse contexto também se enquadram os gabinetes de curiosidades e ainda os gabinetes de horrores, tão comuns ao longo dos séculos. Hoje, doutra forma, não se olvide os museus de cera, como exemplo também dessa exposição coletiva de aspectos dos mundos distantes.

[27] O príncipe Maximiliano (1832-1867) era primo do Imperador D. Pedro II. Foi Imperador do México (1864-1867) na frustrada tentativa francesa de ali instalar uma monarquia.

tríaca que veio com a princesa Leopoldina, futura primeira imperatriz); depois será a vez dos franceses: *Rugendas, Debret, Saint-Hilaire* (todos na Missão Francesa promovida pelo Príncipe Regente); dentre muitos outros[28]. Todos deixarão registros refinados, que não nos deixa jamais de encantar; escreverão narrativas, farão desenhos admiráveis, fixando costumes, tipos, plantas e animais, farão registros cartográficos. Essa informação e conhecimento darão aos governantes maior e melhor conhecimento sobre o país, onde, em 1808, se instalará a sede da monarquia portuguesa. Além disso, dará aos europeus (principalmente) melhores condições de visitarem o país, estabelecendo negócios vários.

Com a chegada do Príncipe Regente, futuro D. João VI, o Brasil, em especial a cidade do Rio de Janeiro, ganha fumos de centro. O Jardim Botânico é criado, missões artísticas e culturais são promovidas, trazendo a iluminação das civilizações; biblioteca e escolas de artes e ofícios, imprensa e museus serão criados. Passa o tempo, e com o país tornado independente, desde 1822, sob a influência da Imperatriz Leopoldina, coleções de história natural são feitas, florestas são refeitas, expedições são promovidas (novos sábios, alguns nacionais). Vemos mais, sabemos muito mais. Mesmo assim, o país é muito grande e ainda demorará bastante tempo até saber-se o necessário; da população, por exemplo, tem-se números estimados, sempre parciais, localizados, frágeis e erráticos, fruto de amadores, os autores de incríveis corografias (sem olvidar a tradição portuguesa das enumerações censitárias); só mais tarde, cinqüenta anos após a independência, em 1872, é que virá a maturidade institucional. Iniciada tardiamente, contudo, a elaboração das estatísticas não perderá o caminho inexorável do progresso (BUENO, 2002).

A natureza das estatísticas

As estatísticas, valerá realçar, configuram coletividades organizadas, servindo aos governos nas suas ações diretas e indiretas. As estatísticas revestem-se de distinção pelo caráter objetivo que recebem dos números. Na verdade, construções que são, as estatísticas não expressam objetividade, mas sim objetivação (objetividade objetivada). Como seja, sendo bem feitas, no amparo das ciências, têm enorme potência; servem à maravilha aos governantes, em suas argumentações.

No seio desses coletivos organizados, as individualidades, variadas e múltiplas, naturalmente ingovernáveis e incontroláveis, tornam-se individualizações, configurando identidades realçadas no interior dos grupos sociais, dessa forma, tornam-se governáveis e controláveis. Como tudo na ciência e na pesquisa (naturais e sociais), as estatísticas são mensurações construídas das realidades, e isso não lhes tira o caráter objetivo, justo o que lhes empresta especial relevância e importância.

[28] Infelizmente as autoridades portuguesas não autorizaram a entrada no País do maior de todos os sábios, Alexander von Humboldt, que tentou nos visitar em 1800.

Dito doutra forma, as estatísticas configuram aglomerados previamente organizados, expressando-os na linguagem dos números, que se quer, na tradição científica ocidental, objetiva e universal. Em seu processo produtivo, agregam-se (superam-se) registros ou anotações ou inscrições individuais (relativo a um ser, objeto ou situação; relativo àquilo que é único); tomam-se e agregam-se os aspectos observáveis e registráveis (o que for passível de mobilidade com estabilidade) das individualidades, e, ao agrupá-los, passa-se a pensar e a dizer do todo (do conjunto, do coletivo) e não mais das partes. Ora, tenha-se presente que essas partes, por serem diferentes, heterogêneas, não são agregáveis, em si mesmas, a menos que se lhes atribua, que se lhes marque algum aspecto comum, por meio de algum princípio de equivalência; dessa forma, serão observados e registrados os aspectos individuais que previamente configuraram os aglomerados organizados[29].

Embora num primeiro instante reduza-se e diminua-se a realidade, perdendo-se a exuberância das individualidades, num segundo instante se a amplifica; se é fato que se perde a riqueza das unidades também é verdade que se ganha a riqueza do coletivo; as estatísticas, valerá observar, têm uma dupla força: sintática (como signo, números que são) e semântica (com o sentido da construção científica). As coletividades estatísticas, com suas individualizações (individualidades individualizadas), atendem em especial aos governantes, que não governam individualidades, pura e simplesmente, mas sim individualidades coletivizadas. Saber vital!

Não por acaso, assim sendo, as estatísticas são entendidas como tecnologias de distância, encaixando-se à maravilha como tecnologia de governo e de poder. Pessoas e coisas distantes são trazidas à presença dos decisores (às suas mesas) na forma de algumas tabelas e de alguns gráficos, quiçá, sempre que possível, na forma de mapas (cartogramas). Por exemplo, toda uma população, em sua complexidade, nos é revelada por inteiro (em aspectos seletivos) em poucas folhas de papel (o mundo real se faz um mundo de papel!), de modo a permitir que ações sejam promovidas e estimuladas, que decisões sejam tomadas. Pelas estatísticas, por sua objetividade, fazem-se discursos de verdade! Mais e mais, os discursos perdem as letras, e ganham os números.

Sob essa visão, seja ao promover ações, seja ao estimular ações, o poder é visto como a ação de uns sobre outros, sendo exercido sobre pessoas livres, sem sujeitá-las, o que seria violência, e tendo-se o cuidado de preservá-las em suas liberdades. Pois, as estatísticas, ao eliminarem as individualidades e ao promoverem as individualizações, no interior de coletivos estruturados previamente, o fazem sem imposição, deixando aos indivíduos a liberdade de não aceitarem as sugeridas comparações. Contudo, como bem dito por *Ian Hacking*, as estatísticas afetam tanto a forma como vemos nossa sociedade, quanto a forma como vemos nossos vizinhos; as estatísticas transformaram profundamente "o que desejamos fazer, quem tentamos ser, e o que

[29] Que fique claro: só se mensura o mensurável (como diria o encantador conselheiro Acácio, figura distinta da galeria queirosiana); ou, diríamos, "c'est la verité de La Palice".

pensamos sobre nós mesmos" (HACKING[30], 1995, p. 3, tradução nossa). Nos vemos nos outros, através dos coletivos estatísticos; com força, os números integram nossos cotidianos (nossos inconscientes).

Por muito tempo, a elaboração das estatísticas fundou-se nas informações individuais existentes nos antigos registros administrativos; esse longo tempo marca uma produção pautada num contexto técnico-político, com conotações fortemente administrativa, algo burocrática. Uma produção pautada num contexto técnico-científico tem início só há pouco tempo, cinqüenta anos, quanto muito; enfim, são recentes os registros estatísticos, a outra fonte fundadora das estatísticas.

Os registros com finalidade administrativa eram abundantes, criados na esteira da formação dos Estados Nacionais; como visto antes, os Estados inscrevem os estados, para efeito de se inscreverem; o exemplo mais acabado são os registros ditos civis (nascimento, falecimento, casamento), devidamente laicizados. Mesmo os censos, de antiga origem, tinham um caráter de registro administrativo, inscrevendo as famílias, seus membros e seus bens, tudo para efeito de tributação e de conscrição.

Diante dos Estados Nacionais, poderosos, tendo a posse legítima da violência, as informações eram obtidas e anotadas, os registros elaborados. No início, a prática é obrigatória, sem espaço de negações. Vencidos os primeiros instantes, pouco a pouco, os indivíduos percebem a importância de estarem inscritos, tornando-se cidadãos, e até passam a revelar-se voluntária e, fator relevante, corretamente. Em suma, alguns registros seguem sendo feitos por obrigação, outros tornaram-se voluntários; ademais, obrigatórios ou voluntários, com o tempo, a cada registro se definirá limites nos seus usos, vale dizer, se lhes aditará algum sigilo. Nada disso se fará de modo linear, e simples, pacífico; ao contrário, haverá idas e vindas, haverá lutas, e ainda as há, hoje em dia; haverá avanços e recuos, encontros e desencontros.

Registros em profusão são pensados e impostos. Deles derivam-se números, as estatísticas; por muito tempo, nesse fazer, terá realce sua natureza administrativa, seu caráter contábil. Virão as antigas enquetes, tão caras a *Jean-Baptiste Colbert* (1619-1683), ao tempo de Luís XIV, algo como censos nacionais com conteúdos limitados, ou, as sondagens, tão caras a *Frédéric Le Play* (1806-1882) ao tempo do Napoleão III, algo como censos locais com intensos conteúdos. Avanços na plêiade de registros; afora censos (na origem e por longo tempo, tendo natureza administrativa e sendo de caráter contábil). Tradicionais ou inovadores, aos registros se associava a potência dos Estados, sendo atendidos pelos indivíduos geralmente por obrigação.

Esses registros foram, por longo tempo, a fonte principal das informações individuais para elaboração das estatísticas. Esses novos olhares, alheios à origem dos registros, devem atentar zelosamente pelos limites associados às informações individuais. Os técnicos envolvidos, geralmente servidores públicos, dada a razão inicial desses registros, devem agir com zelo, algo que pode levar à noção de ética. Pois a

[30] A propósito, valerá apontá-lo como um dos grandes historiadores da ciência estatística e dos processos de produção das estatísticas.

idéia de zelo (estando implícita, talvez, a noção de ética) está posta nos debates dos *Congressos Internacionais de Estatística*, havidos no século XIX, em suas nove reuniões plenárias, sobretudo na sétima delas, havida em Haia, em 1869, quando se advoga que aos governos competiria promover a capacitação e assegurar o extremo zelo dos empregados das instituições nacionais de estatística, cujas criações e existências são, então, laboriosamente defendidas e definidas; são vitais, em suas resoluções. Em vários capítulos, trataremos desses congressos.

Pois, ao longo do século XIX, as estatísticas ganham visibilidade, na esteira, não mais da formação (pura e simples) dos Estados Nacionais, mas sim da sua sofisticação instrumental, que, mais e mais, se quer racional, no amparo das ciências. Com o passar do tempo, chegando à segunda metade do século XX, ontem, a bem dizer, as instituições estatísticas nacionais, públicas e oficiais (as primeiras originadas no século XIX), se consolidam e se transformam em instituições de pesquisa, tanto quanto possível científicas. A demanda cresce, em resposta ao planejamento nacional, de um lado, e, de outro, a oferta pode agora crescer, como nunca, com a criação dos registros estatísticos através das pesquisas amostrais; ademais, a oferta se estrutura fortemente através da contabilidade nacional, que também a articula com a demanda (num papel intrínseco de coordenação). A trajetória acanhada de criação dos registros estatísticos se sofistica e se diversifica; as técnicas de amostragem amadurecem e são assimiladas pelas instituições estatísticas; os registros estatísticos, feitos sob métodos refinados e rigorosos, ganham o cenário (já os registros administrativos, perdem o estrelato, retirando-se aos bastidores; passam a segundo plano).

As realidades complexas, a serem percebidas e apreendidas, implicam a demanda de melhores estatísticas, o que motiva a admissão de diferentes profissionais (economistas, sociólogos, demógrafos, dentre outros). Esses profissionais, até então ausentes das instituições estatísticas, passam a atuar par a par com os estatísticos que, ainda que quase sempre presentes, com as técnicas amostrais exigidas, passam a oferecer melhores qualificações. Dessa forma, conforma-se um profissional específico, os *estaticistas*, aqueles que produzem as estatísticas.

Pouco a pouco, com novas noções chaves, além da noção de crescimento econômico (desenvolvimento econômico, desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento sustentável, dentre outras) cresce a demanda por registros estatísticos; os *estaticistas* pontificam. A elaboração das estatísticas passam a ser feitas num contexto técnico-científico, não mais no contexto técnico-político.

As estatísticas brasileiras

Na história das estatísticas brasileiras, cobrindo o período de 1822 a 2002, então, 180 anos da história nacional, podemos identificar, numa primeira aproximação, dois grandes tempos, como segue:

• 1822 a 1972, quando domina a produção técnico-política das estatísticas, com a forte presença dos registros administrativos; e

• 1972 a 2002, quando domina a produção técnico-científica das estatísticas, com a forte presença dos registros estatísticos.

Ao tempo da produção, o domínio de uma dada forma técnica, bem assim, de uma dada forma de registro (informações individuais) não podem e não devem ser vistas de modo absoluto, mutuamente exclusivas. De fato, ao final do primeiro tempo acima, já haverá atuações técnico-científicas (por exemplo, os primeiros passos das técnicas amostrais), bem assim, ao longo do tempo segundo ainda haverá atuações técnico-políticas (por exemplo, a existência pesquisas idealizadas externamente, para a simples aplicação dos questionários, sem apuração e sem análise). Contudo, tendo em mente os domínios assinalados, no primeiro tempo as instituições estatísticas terão por demais um caráter administrativo, contrariamente, no segundo tempo ganharão distinta solidez como instituições de pesquisa, no amparo das ciências.

O primeiro grande tempo acima, 150 anos, não terá caráter monolítico, mas antes uma sucessão de mudanças, na busca ingente da continuidade. Claudica-se; copia-se e, por certo, se cria, no humor dos tempos; ora tem-se força e realce social, ora se é fraco, vivendo-se na decadência, amargando-se esquecimentos. O trabalho tem natureza administrativa, só muito raramente tem natureza científica; sua natureza administrativa, não atrairá cientistas (pesquisadores), mas apenas burocratas, não raro por indicação e influência política. Contudo, a par com homens medíocres, que emperram sempre os avanços dos tempos, houve homens notáveis, marcando a história, herdeiros intelectuais daqueles amadores do passado, por certo, sábios, embora diletantes. Pois esse longo período comporta três subdivisões, como segue:

• 1822 a c.1889: o tempo do Império, quando as estatísticas são desejadas, e tidas como desejáveis **[Estatísticas desejadas];**

• c.1889 a c.1936: o tempo da primeira República, até a criação do IBGE, quando é legislada a elaboração das estatísticas **[Estatísticas legalizadas]; e**

• c.1936 a c.1972: o tempo de atuação do IBGE até sua transformação numa instituição de pesquisa **[Estatísticas organizadas].**

Na primeira subdivisão, a produção terá caráter amador, e será algo intuitivo. Ser amador, à época, não significava estar improvisando sem conhecimento; não, muitos eram muito sábios, vindo da tradição dos viajantes dos séculos anteriores. Não eram especialistas, mas eram, não raro, estudiosos, em amplo espectro de matérias, bem assim, na difícil questão da elaboração e utilização das estatísticas. Pouco a pouco, percebeu-se a importância de uma revelação numérica do Brasil; primeiro, em alto e bom som, no parlamento, para legislar-se, depois, em resposta, no executivo, com

ações concretas na elaboração das estatísticas. Mas, partir à ação era muito difícil, em todas as nações do mundo; o rumo era errático, com idas e vindas. Não obstante, ficará fixada a importância das estatísticas, e o seu desejo não perderá espaço, jamais.

Na segunda subdivisão, o desejo fixado no Império, é reforçado no positivismo republicano; contudo, a produção continuará marcada pelo amadorismo, pese haver, agora, muitas experiências acumuladas. Distinto, nesse tempo, será a atuação de usuários analíticos, críticos rigorosos dos resultados alcançados; com destaque aos demógrafos-sanitaristas (dentre eles *Bulhões Carvalho).* Pautados nas ciências, lançam olhares atentos, rigorosos e exigentes, sobre a produção e sobre as instituições produtoras; fazem reparos às estatísticas disponibilizadas; pela força política, induzem mudanças. De fato, em atenção às críticas, as instituições estatísticas demandam a renovação das legislações pertinentes, bem assim, demandam estruturas melhores, com mais recursos (humanos, materiais, financeiros).

Na terceira subdivisão, a condição de produção, iniciada no período anterior, é reforçada pela coordenação institucional. Não há, ainda, contudo, a presença intensa das ciências, mas, já há a presença de estudiosos sofisticados, refinados em saberes, em tudo e por tudo, autênticos cientistas (dentre vários nomes, citemos *Teixeira de Freitas, Giorgio Mortara*); a ciência estatística começa a ensaiar os passos da amostragem, e vários nomes surgem (por exemplo, *Lourival Câmara, Viveiros de Castro)*; mas falta ainda um amálgama profissional, que virá apenas adiante.

Coisa nova será a emersão das condições de utilização continuada e articulada, por diferentes produtores, dos registros administrativos, derivando-lhes estatísticas; numa palavra, surgirá o instituto operacional da coordenação, razão da criação do IBGE. A coordenação praticada estará centrada na dimensão sócio política, formando-se as coletividades organizacionais, o que não será bastante, logo emergindo sua fragilidade; sem dúvida, logo será percebido, faltavam as condições cognitivas na forma de instrumentos técnico-científicos. Mas a instituição estatística ganha maturidade.

Voltemos ao segundo grande tempo, c.1972 a 2002, com sua seqüência (mais ou menos) monolítica, quando a elaboração das estatísticas ganha formalidade científica **[Estatísticas formalizadas].** As estatísticas são, já na origem, informações, vale dizer, têm significado já no nascedouro, dessa forma, tanto estão no plano da sintática (signos que são) quanto estão no plano da semântica (com seus significados). No ambiente institucional vige uma indiscutível especialização, com a presença simultânea e a cooperação de diferentes indivíduos, com diversas formações; há, em suma, uma comunidade profissional socialmente legitimada, sendo sólidas as carreiras, e há, também, por parte da sociedade uma evidente valorização do trabalho realizado, uma clara aceitação do produto oferecido. Tem-se credibilidade e legitimidade.

> As organizações sempre resultam da intenção dos atores que as criam, estão pautadas por teorias acerca das formas pelas quais as atividades podem ser organizadas, teorias estas que se associam sempre ao manuseio de recursos e à existência de um sistema de autoridade próprio. [...] Organizações são produto da vontade

> dos atores e de sua pauta de crenças e valores em operação sobre os recursos e a tecnologia social disponível; refletem antes os valores e interesses dos homens do que a vontade de uma invisível mão que põe ordem às coisa e à anarquia (NUNES, 1977, p. 121).

Três fatos fazem a glória desse tempo: o planejamento nacional, inserido no contexto da economia keynesiana, provocando uma demanda jamais vista, seja em volume, seja em variedade; a contabilidade social, há muito tempo estudada e desejada pelos economistas, como síntese das medições das atividades econômicas; a técnica da amostragem, que, depois de longo tempo, é tornada operacional, viabilizando pesquisas em profusão, dessa forma gerando registros estatísticos em abundância. Depois, haverá muitas crises internas no contexto da grande crise dos Estados Nacionais; as instituições estatísticas, até então fortes, amargarão fraquezas, e sofrerão inúmeras concorrências, até que voltarão a ser potentes, isso com o imperativo da comparação internacional, bem assim, sobremodo, com a percepção de que os Estados Nacionais para serem pequenos devem ser fortes, exigindo a existência de estatísticas confiáveis, elaboradas sistemática e continuamente. Mas, a coordenação resultará em aberto, a desafiar o futuro.

Intenções de trabalho

Quer-se relatar tanto quanto analisar.

Para além de se apreciar o manifesto, será preciso apreciar-se os silêncios, as metáforas, as figuras de retórica, enfim, as contradições, a despeito das dificuldades inevitáveis e inerentes. Os autores e atores sociais, nas várias épocas, serão vistos em suas posições, suas ligações políticas, suas visões de mundo, suas histórias. Trabalho árduo, mas essencial à narrativa tanto quanto à compreensão dos acontecimentos: narrar e comparar, comparar e compreender.

> "Reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador" (BLOCH, 2001, p. 82).

> "O documento é importante, mas não fala, o historiador é quem faz o documento falar" (CARVALHO, 2003, p. 51).

Esta obra, **História das estatísticas brasileiras**, cobrindo o período de 1822 a 2002, com 180 anos de história, estará dividida nos volumes vistos antes, valendo repetir: 1º volume: **Estatísticas desejadas** (1822-c.1889); 2º volume: **Estatísticas legalizadas** (c.1889-c1936); 3º volume: **Estatísticas organizadas** (c.1936-c.1972); e 4º volume: **Estatísticas formalizadas** (c.1972-2002).

Na fixação desses títulos, matéria de intensa atenção nossa, pudemos contar com a reflexão valiosa de ***José Murilo de Carvalho***, sempre paciente nas trocas de notas,

a apontar insuficiências por nós desapercebidas. Afora nisso, pudemos contar com sua atenção, sempre afável e gentil, nos momentos de impasse na apreensão dos fatos. Mas não lhe cabe nenhuma responsabilidade pelo que aqui ficou, seja no conteúdo, seja na forma; as escolhas, sobremodo aquelas erradas, foram nossas.

Os volumes estão divididos, para efeito de exposição, em seções; definidas em períodos, seus conteúdos podem, contudo, ultrapassar os períodos definidos.

As inúmeras citações feitas vão além de reforçarem a argumentação; tem-se a intenção de divulgá-las, em si mesmas, levando à leitura dos textos das épocas.

Nas citações, há várias partes grifadas (sublinhadas); quer-se, com isso, atrair a atenção para seus conteúdos, estimulando suas leituras inteiras.

Além da iconografia, quadros com perfis de pessoas, com sínteses legislativas, e com sínteses dos conteúdos censitários, por certo, enriquecem os textos.

Por fim, num CD-ROM estão textos integrais, relatórios e legislações, permitindo aos pesquisadores contradizerem a narrativa feita, fazendo outras.

Esta obra não teria sido feita sem que *David Wu Tai,* na direção do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, do IBGE, a todo tempo, a tivesse aceitado e apoiado. Seu estímulo foi essencial nos inevitáveis momentos de cansaço, e até de desânimo, inerentes a todos os processos de pesquisa. A ele, então, registramos um contundente reconhecimento e agradecimento.

Nelson Senra
Pesquisador e Professor no Programa de Mestrado da
Escola Nacional de Ciências Estatísticas, do IBGE,
onde leciona a disciplina Sociologia das Estatísticas,
Doutor em Ciência da Informação (ECO/UFRJ),
Mestre em Economia (EPGE/FGV) e Economista (UCAM).

Deficiência de informações: a federação embaralha a atividade estatística

Introdução ao volume

A Pátria, [s.d.]
Pedro Bruno

Proclamada a República, "um gesto de militares"(CARVALHO, 1989, p. 27)[31] distante da origem civil na já longínqua propaganda republicana, realçou-se os interesses provinciais, em lutas contra o centralismo monárquico. No plano interno, as revoltas militares foram muitas ao longo da primeira república (CARVALHO, 1977)[32], mais ainda no início; tudo isso, agravado e agravando a inexperiência administrativa dos entronizados governantes, numa perda súbita da rotina imperial. No plano externo, o novo regime encetou intensos esforços na obtenção do seu aceitação diplomática, de pronto obtendo a aprovação norte-americana, logo seguido da inglesa e depois da de outras nações.

Em meio às mudanças, muita coisa do passado foi mantido, como o hino (cujos acordes recebiam o Imperador nas ocasiões públicas), como a bandeira, na essência a bandeira imperial, com o verde dos Braganças e o amarelo dos Habsburgos, com traços de *Jean-Baptiste Debret* sobre idéias de *D. Pedro I*[33]; nesse caso, mudou-se apenas o centro da bandeira, saindo o brasão imperial e entrando o céu sobre a capital federal (a antiga e velha Corte) no dia da proclamação, 15 de novembro de 1889, e mais a divisa "Ordem e Progresso"[34] importada do positivismo.

Deixemos essas digressões. O momento da proclamação foi, por certo, bastante confuso, pela perda das rotinas, pelas lutas internas, decorrente dos interesses estaduais e pessoais, [35] e pelas novas idéias a serem introduzidas, o espírito republicano que, entre outras coisas, queria tornar "cidadãos" os antigos "súditos". Houve mesmo, no primeiro momento, a prática de chamar-se cidadãos às pessoas, mas, não raro, seguido dos títulos pessoais, coisa como, "cidadão general" ou "cidadão doutor", o que dava limites à pretendida (?) igualdade; sem esquecer as comendas imperiais

[31] Ver também: CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

[32] Oferece um quadro com as revoltas militares de 1889 até 1930, vindas do Exército ou da Armada, envolvendo oficiais superiores ou inferiores, praças ou oficiais.

[33] O formato da bandeira lembra bastante a bandeira pessoal de Napoleão I, sobretudo pelo losango. Vale lembrar a simpatia de Debret para com o Imperador dos Franceses.

[34] A frase completa, vinda de Comte, é: "O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim".

[35] Sem olvidar a extrema confusão financeira havida naqueles primórdios. Ver: TAUNAY, Alfredo de Escragnolle, Visconde de. **O encilhamento**: cenas contemporâneas da bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971. Ver também: CARVALHO, Ney. **O encilhamento**: anatomia de uma bolha brasileira. Rio de Janeiro: São Paulo: CNB; BOVESPA, 2004.

que seguiam expostas nos peitos dos próceres republicanos, entre outras marcas de distinção[36].

Eis essas idéias no Hino da República[37], em letra de *Medeiros e Albuquerque*[38], e música de *Leopoldo Miguez*, nos trechos selecionados:

Seja um hino de glória que fale
De esperança, de um novo porvir!
...
Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós!
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz"
...
Somos todos iguais! Ao futuro
Saberemos, unidos, levar
Nosso augusto estandarte que, puro,
Brilha, avante, da Pátria no altar!
...
Seja o nosso País triunfante,
Livre terra de livres irmãos!

Idéias! Sonhos! Sinceros? Não vem ao caso, aqui e agora. Queremos, contudo, relevar a aludida liberdade: qual liberdade, a dos antigos ou a dos modernos, predominaria na República nascente? Que reflexo haveria, em seus desdobramentos, na elaboração das estatísticas no âmbito federal?

As liberdades republicanas[39]

Na conferência pronunciada por *Benjamin Constant*[40] em 1819, no Athénée Royal de Paris, intitulada "Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos", nos permite discutir os modelos possíveis de república ao final do século XIX, quando, a 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República brasileira.

Segundo *Constant*, de um lado estaria a liberdade que chamava dos antigos, na linha de *Mably* e de *Rousseau*, e que não mais se adaptaria aos tempos modernos. Esse tipo de liberdade, adotada pelos jacobinos, caracterizara as repúblicas antigas de Atenas, Roma e, especialmente, Esparta. Era, em síntese, a liberdade de participar coletivamente do governo, da soberania, era a liberdade de decidir na praça pública os negócios da república. Eis, então, a liberdade do homem público.

---

[36] Por exemplo, os títulos de nobreza que seguiram sendo usados e referidos oficialmente (por exemplo, o chamado "gabinete Lucena", alusivo ao Barão de Lucena, em pleno Governo Provisório). E mais: o título de "conselheiro", dado pelo Imperador, e usado depois com muito orgulho por dois presidentes da República, Rodrigues Alves (quinto) e Afonso Penna (sexto).

[37] Ganhou o concurso nacional para definição do novo Hino Nacional, mas, como Deodoro da Fonseca dissesse preferir o "velho", ficou apenas como Hino da República, sendo quase totalmente desconhecido dos brasileiros, a menos do refrão [Liberdade! Liberdade!], mas que não se lhe associa.

[38] Filho de Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, diretor geral interino da Diretoria Geral de Estatística - DGE ao tempo do Império, e segundo diretor geral da DGE ao tempo da República.

[39] Esta seção tem por base o capítulo *Utopias republicanas* (CARVALHO, 1990).

[40] Estamos falando do filósofo francês e não do seu homônimo brasileiro.

De outro lado, estaria a liberdade dos modernos; do homem privado, dos direitos de ir e vir, de propriedade, de opinião, de religião. Não excluía o direito de participação política, mas esta seria feita pela representação e não diretamente. Os avanços do comércio e da indústria não mais dariam tempo às pessoas para tomarem decisões em praça pública; procuravam a felicidade pessoal, buscavam satisfazer o interesse individual; a liberdade política garantiria a liberdade civil.

> A oposição entre os dois tipos de liberdade, que é também a oposição entre duas maneiras de conceber a organização política da sociedade, esteve presente também na Revolução Americana de 1776, que optou claramente pela liberdade dos modernos. Os republicanos brasileiros que no final do século passado se viam às voltas com o problema de justificar o novo regime não podiam escapar de tal debate. [...] Como país exportador de matérias-primas e importador de idéias e instituições, os modelos de república existentes na Europa e na América, especialmente nos Estados Unidos e na França, serviram de referência constante aos brasileiros (CARVALHO, 1990, p. 18).

Naquele momento, os republicanos substituíam um governo (monárquico), e mais, intentavam (re)construir uma nação. Enfrentaram aquela tarefa de acordo com várias visões de grupo. Três eram as posições:

A primeira posição era a dos proprietários rurais, especialmente os paulistas: "para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano". Desse modelo, convinha-lhes a definição individualista do pacto social (que evitava o apelo à ampla participação popular no governo da República); convinha-lhes também a ênfase americana na organização do poder, principalmente pela preocupação com a ordem social e política, própria de uma classe de ex-senhores de escravos; convinha-lhes, de modo especial, a solução federalista americana; "o federalismo era talvez o aspecto mais importante que buscavam no novo regime", e o sistema bicameral era parte da solução federativa (no Senado, os estados estariam igualmente representados) (CARVALHO, 1990, p. 24-25).

Benjamin Constant, [s.d.]
Décio Rodrigues Villares

Esse não era o modelo que convinha a inúmeros desafetos da Monarquia. Para um dado setor da população urbana (pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes), o regime imperial aparecia como limitador das oportunidades de trabalho. Formavam um grupo pequeno, embora agressivo.

> Via-se no Império brasileiro, por exemplo, o atraso, o privilégio, a corrupção, quando o Imperador era dos maiores promotores da arte e da ciência, quando a nobreza era apenas nominal e não hereditária, quando o índice de moralidade pública era talvez o mais alto da história independente do Brasil (CARVALHO, 1990, p. 26).

Para essas pessoas, "a solução liberal ortodoxa não era atraente, pois não controlavam recursos de poder econômico e social capazes de colocá-las em vantagem num sistema de competição livre". Eram partidários da liberdade à antiga, atraídas pelos apelos em favor da liberdade, da igualdade, da participação, mas não sabiam como isso seria implantado e implementado. "A maior parte desse grupo de descontentes percebia a dificuldade, se não a impossibilidade, de se fazer a república na praça pública". Tinham clareza, para verem atendidos seus interesses, da importância do Estado; contudo, "não lhes interessava a solução americana", que interessa aos paulistas, mas não queriam também a solução jacobina (florianista). Qual a saída? (CARVALHO, 1990, p. 26).

O positivismo, com suas variantes de república, oferecia uma saída[41]. Na base teórica oferecida pelos positivistas estava a enfática "condenação da Monarquia em nome do progresso"; progresso e ditadura, progresso pela ditadura, progresso pela ação do Estado, eram idéias com raízes na tradição luso-brasileira.

> Um grupo social que se sentiu particularmente atraído por essa visão da sociedade e da república foi o dos militares. O fato é extremamente irônico, de vez que, de acordo com as teses positivistas, um governo militar seria uma retrogradação social. Mas entram aí as surpresas que fazem interessante o fenômeno da adaptação das idéias. Acontece que os militares tinham formação técnica, em oposição à formação literária da elite civil, e sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência, ao desenvolvimento industrial (CARVALHO, 1990, p. 27-29).

Afora a divisa na bandeira nacional, vinda deles, pugnarão pela separação entre Igreja e Estado, pela introdução do casamento civil, pela secularização dos cemitérios, pela reforma do ensino militar. E valerá lembrar que a proposta de recriação da Diretoria Geral de Estatística (45 dias após a proclamação) virá do positivista histórico *Aristides Lobo* (1838-1896), como Ministro do Interior no Governo Provisório. Mas não haverá um governo nacional nos moldes desejados pelos positivistas; ficando restritos, por razões históricas específicas, ao Rio Grande do Sul, com *Júlio de Castilho*, depois, *Borges de Medeiros*, e mais tarde, *Getúlio Vargas* (que criará o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

Aristides Lobo, [s.d.]

> [...] a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul incorporou elemen-tos positivistas, particularmente no que se refere à predominância do Executivo; ao Legislativo de uma câmara e de caráter orçamentário; a ausência da referência a Deus, substituído pelo trinômio Família, Pátria, Humanidade; à política educacional e social (CARVALHO, 1990, p. 28-29).

[41] Carvalho (1990, p. 18) refere-se aos positivistas como "curiosa raça de pensadores". Lessa (2001, p. 12), os chama de "excêntricos positivistas".

Ao fim de tudo, predominará a liberdade dos modernos, nos moldes liberais americanos, vencendo os paulistas. Emergirá um liberalismo excludente, para poucos, com ênfase marcante no federalismo, que trará muitos problemas à elaboração das estatísticas no âmbito federal, privando a repartição competente das necessárias condições de obtenção das informações (bases de dados), fossem vindas dos censos, fossem vindas dos registros administrativos (fonte principal e dominante).

Quintino Bocaiúva, [s.d.]
Távola

As proclamações e os proclamadores[42]

Na vida das nações, os grandes instantes de fundação costumam revestir-se de significado específico, com valor simbólico. Não foi diferente na instauração republicana. E definir seus autores, em vários tempos, levou a lutas renhidas: *Deodoro da Fonseca*? *Benjamin Constant*? *Floriano Peixoto*? *Quintino Bocaiuva*?, quem seria o principal inspirador?, quem seria o "herói"?, a quem se dariam os louros?

Os defensores de *Deodoro da Fonseca* (1827-1892), marcavam o caráter militar da proclamação, o que decorria dele não trazer vínculo nenhum com a propaganda republicana. Os civis, pese terem iniciado a propaganda republicana, ainda no Império, e terem-lhe lançado manifesto, pouco teriam influído no momento da proclamação; de fato, quase não houve civis no Campo de Santana. Não estaria nos ideários do movimento republicano a motivação do momento, mas a simples defesa da corporação; os chamados paisanos ou casacas não eram aceitos, nem bem vistos, pelos militares. O ato era militar, por militares (para militares?); assim sendo, com essa visão limitada, não tinham proposta elaborada de república; pugnavam por maior prestígio (e poder) para o Exército (e, claro, de quebra, também para a Armada).

Os defensores de *Benjamin Constant* (1837-1891), sobremodo os positivistas, o marcavam como "fundador" da República, título, aliás, que a Constituição concedeu-lhe (art. 8º das Disposições Transitórias). Mais ainda, ele seria "o catequista, o apóstolo, o evangelizador, o doutrinador, o preceptor, a cabeça pensante, o mestre, o ídolo da juventude militar"; e se o dizia teórico, "o portador de uma visão da história, o idealizador de um projeto de Brasil"(CARVALHO, 1990, p. 40). Como convinha aos positivistas, seus maiores patronos, pouco afeitos aos exércitos, era realçado como pacifista, nada tendo de militarista. Sua figura de militar era, no mínimo, esmaecida. Nem essa imagem prosperou, nem renderam as propostas do positivismo.[43]

[42] Esta seção tem por base o capítulo *As proclamações da República* (CARVALHO, 1990). Uma outra versão daquele capítulo saiu no periódico *Ciência Hoje* (CARVALHO, 1989, p. 27-33).

[43] Para entender Benjamin Constant, ver: LEMOS, Renato. **Benjamin Constant, vida e história.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

Os defensores de *Floriano Peixoto* (1839-1895) eram populares extremados; sua aversão aos grandes capitais, sua imagem moralista (nada além da aparência),[44] entre outras atitudes, tinham grande apelo populista. Era militar e militarista, era autoritário; não gostava dos casacas; era casmurro. Ao assumir o governo, quando da renúncia de *Deodoro da Fonseca*, foi peça chave na consolidação republicana; sem sua rudeza, sem seus partidários, jacobinos geralmente extremados, sempre, a qualquer pretexto, a agitar e a arruaçar a capital federal, talvez afundasse a República. Sua mão de ferro, sem maiores pudores constitucionais, impôs a ordem no início da República, ao vencer a Revolta da Armada e a Revolução Federalista.

Os defensores de *Quintino Bocayuva* (1836-1912)[45] o realçavam como redator do manifesto republicano (em 1870); mas não era nada simples a associação da proclamação à propaganda republicana, iniciada pelo referido manifesto; a histórica propaganda republicana fora civil, mas o ato e os atores foram militares. Afirmar seu papel era vital, não por si, mas para marcar a posição dos civis na proclamação, e, dessa forma, dar ares liberais ao movimento. Diante dessa situação confusa, defendeu (advogou) a presença dos militares, a justificou como necessária e inevitável. Esse traço que persegue a República brasileira, qual seja, os civis se valerem dos militares para atingirem seus objetivos, é denominada, com grande propriedade, de 'quintinismo', que tem sido o complemento necessário do militarismo.

> É um engano supor que o golpe de Estado de 15 de novembro de 1889 foi a materialização de um *projeto*, lentamente amadurecido por duas décadas de ação republicana. Talvez seja mais prudente supor que a relevância da propaganda republicana se deve, apenas, ao fato de que se proclamou uma república, que a reivindicou como memória (LESSA, 2001, p. 15).

No predomínio do liberalismo, que sairá vencedor, virão os civis. Mas, vale notar, os militares seguirão no palco, estarão presentes, prontos a quebrar a ordem, claro, em nome do progresso... sempre. Os positivistas, esses sim, salvo alguns poucos, deixarão o proscênio, ficando a legenda na bandeira, entre outros frutos de suas várias pregações (como visto antes). Mas o predomínio do liberalismo não era o bastante, e a República era uma imensa confusão ao completar sua primeira década; ficava no aguardo de uma refundação, que viria com *Campos Salles* (LESSA, 1999). Com ele, a República tornava-se possível, e impossível a elaboração das estatísticas federais.

> Os republicanos, cem anos atrás, fracassaram na tarefa de vender o novo regime, de republicanizar o País. Mas em uma coisa tiveram pleno êxito: em desmoralizar a monarquia perante as camadas educadas. [...] A campanha antimonárquica tirava proveito da total liberdade de imprensa e de palavra então existente. [...] Atacado, o Império revelou-se incapaz de se defender no campo das idéias. O esforço de grandes monarquistas da época, como Joaquim Nabuco, no sentido de combinar

[44] Sobre as atitudes dos homens públicos naqueles primórdios republicanos, ver: CARVALHO, José Murilo. Rui Barbosa e a razão clientelista. **Dados**, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 83-117, 2000.

[45] *Quintino Bocayuva* é um pseudônimo. Seu nome era, de fato, *Quintino Antônio Ferreira de Sousa.*

Praça XV de novembro, 1893
Facchinetto

> monarquia e federação para atender a uma das principais demandas republicanas caiu em terreno árido (CARVALHO, 1998, p. 349-350).

A reconstrução republicana: Campos Salles

Nos dez anos iniciais, o sistema político brasileiro perdeu a 'chave' de sua longa organização institucional, em vigor desde 1822, qual seja, o Poder Moderador privativo do Imperador. A infância do regimen foi caótica, a clamar por ordem, que só virá no governo *Campos Salles*, segundo presidente, civil e paulista.

Na verdade, a infância do regime, representada pelos seus primeiros 10 anos, terá um papel fundamental na rotinização republicana, configurada a partir de 1898. A República Oligárquica, rotinizada a partir da "Política dos Governadores" durante o governo de Campos Sales (1898-2002), não foi construída tendo como contraponto negativo a Monarquia. Sua produção prática e retórica exigiu a expiação de seus passado imediato. A República consolidou-se contra a sua infância (LESSA, 2001, p. 18).

> A perda da imperial moderação, a rotina política e gerencial quebradas, a inexperiência administrativa, os valores estaduais exacerbados, avultavam as dificuldades. A essa situação sucederam as revoltas militares, e também as revoltas populares, essas, combatidas pelas armas; a tudo isso reagia-se com as decretações de estado de sítio, com redução das garantias constitucionais.

O legado dos primeiros anos republicanos apresenta alto grau de incerteza. À indefinição dos procedimentos de governo somaram-se a "anarquia estadual" e um padrão tenso de relações entre o governo e o Congresso (LESSA, 2001, p. 32).

Então, começa o governo Campos Salles; e a República recupera sua rotina. O governo, nos termos de Campos Salles, seria uma instância administrativa, a salvo da política, que deveria ficar contida nos estados. Assim fazendo, recuperava a tradição do Império; segundo Renato Lessa (2001, p. 53): "salvar a República de seus primeiros passos implicou tornar a nova ordem senão semelhante, pelo menos respeitosa com relação ao passado monárquico". Fundava-se a chamada "política dos estados", mais conhecida como "política dos governadores", pela qual o governo federal ganhava a bancada necessária, em contraparte ao fortalecimento das oligarquias estaduais, através das verbas federais; para alem das eleições estaduais, garantidas previamente, ainda havia, em caso de dúvida, ou diante de eventuais deslizes, a famosa Comissão de Verificação dos Poderes, no Congresso Nacional, corroborava (ou alterava) os resultados eleitorais (ainda não havia a Justiça Eleitoral, que vira apenas com Getúlio Vargas).

Analisando a política dos estados, diz José Maria Bello (1976, p. 167) que as oligarquias fortalecidas instalaram "suas fortes máquinas de fraude, de suborno e de violência", e diz mais: "convertia-se a Federação em vasto agrupamento de feudos, grandes e pequenos, muito mais atentos aos seus interesses regionais do que aos interesses de ordem geral da Nação". Assim sendo, claro, as instituições representativas foram desvalorizadas, dando um matiz estranho ao liberalismo predominante, ao cabo da confusa década inicial; mas, sem dúvida predominava o federalismo que tanto atraía os republicanos históricos, nomeadamente os republicanos paulistas.

> Degradara-se ainda mais a política republicana, com a 'política dos governadores'; aviltara-se a significação democrática do Parlamento; diluíam-se as derradeiras esperanças no livre jogo das instituições representativas; o seu confessado suborno à imprensa como que oficializara a corrupção jornalística; à sombra do seu plano de extrema deflação monetária, tinham feito excelentes negócios banqueiros e especuladores estrangeiros e nacionais (BELLO, 1976, p. 171).

Fortalecia-se a federação. Os estados, em especial os grandes, claro, faziam o que bem queriam. E não será diferente no que tange à elaboração das estatísticas. As ações da Diretoria Geral de Estatística - DGE serão ignoradas, até mesmo em seus esforços de fazer cumprir o preceito constitucional de fazer-se censo de dez em dez anos. Que nas demais estatísticas houvesse resistências e reticências, vá lá!, mas não o seria aceitável na dificultação (se não mesmo negação) a um preceito constitucional. Mas se deu!

Federação forte, estatísticas fracas

A descentralização administrativa, com seus excessos, sacrificaram interesses nacionais, entre os quais a elaboração das estatísticas. E, à falta dessas, mais cedo

Mapa da América do Sul, [s.d.]

ou mais tarde, a própria federação sacrificava-se; mas isso não era fácil de se perceber no calor dos momentos, dos acontecimentos. Contudo, sem saber-se a população, em si mesma, e em sociedade, num território, sem sabê-la e, por isso, sem poder pensá-la, ficava difícil nela atuar, exercer poder (ao menos fazê-lo bem, com propriedade, no momento apropriado). Vivia-se, dessa forma, às apalpadelas, ao sabor dos acasos. Sem saber e pensar os mundos distantes, governar é como navegar sem bússola, é ter e ver a barca do Estado ao sabor das ondas.

Ora, à época, afora os censos, as estatísticas eram derivadas, essencialmente, dos registros administrativos. Esses, à falta das modernas informatizações, até mesmo das existentes mecanizações, tinham a forma de papel, e, como seria natural, estavam próximos às pessoas e às coisas, enfim, os fatos a demandar administração. Dessa forma, dar-lhes outros fins, como a derivação de estatísticas, exigia, das duas uma, ou enviar cópias para algum ponto central, onde seriam manuseados, ou manuseá-los nos próprios pontos de origem, para fins da agregação estatística. Aquela saída era limitada, muito estreita em inteligência, pois, além de se dever fazer uma outra cópia dos registros, na sua origem, poria uma monte de papéis, sobre vários assuntos, num único lugar, exigindo espaço e pessoas em grande volume. Restava a segunda saída, fazer-se a agregação dos registros nos seus locais de origem.

Na essência, a DGE assim atuava. Demandava informações aos "proprietários" dos registros, na grande maioria estaduais (pese haver os federais). Remetia-lhes algum formulário de agregação, em geral parecido com os quadros (tabelas) de divulgação (quando não os mesmos). Para bem fazê-lo, os técnicos da DGE deviam ter domínio do formato e do conteúdo dos registros, precisando supor que, entre os estados, eles seriam os mesmos, ao menos bastante semelhantes. Nada disso ocorria, em geral. E quando ocorria, implicava, inevitavelmente, imputar atividade complementar aos operadores dos registros, vale dizer, além de preenche-los, conservá-los, e usá-los no sentido gerencial, agora, aos mesmos registros deviam voltar, num manuseio "especializado", diferente do habitual, no sentido da elaboração das estatísticas. Ora, por simples que fosse essa tarefa, era uma tarefa adicional; e aos leigos talvez não fosse fácil e simples.

Mas sem receber essas informações, que na atual linguagem, dizemos primária, ou, sofisticando, de primeira ordem (se não de primeira, exatamente, ainda de ordem baixa, sem maiores agregações), nada se fazia, então. Sem as informações, sua matéria-prima, a DGE seria inoperante e incompetente. A "deficiência das informações", fruto das resistências e reticências dos estados, será todo o tempo o pesadelo da DGE, seu desastrado calcanhar de Aquiles. Tudo isso, grave em si, se agravava ainda mais com a deficiência, e improviso, dos quadros de pessoal; sem saber, não sabiam ensinar, no reflexo dos formulários inoperantes e insuficientes (com precárias instruções); pois esta será a ampliação do calcanhar de Aquiles da DGE. E esses serão os centros dos

esforços de renovação da repartição (em especial nos tempos de Bulhões Carvalho), com suas muitas legislações, tendo, claro, na retaguarda o dispositivo constitucional.

Nesse tempo, a DGE titubeava, sem dúvida alguma; eram frágeis seus trabalhos; os resultados estatísticos que alcançava eram motivos de acirrada crítica. Com afinco, lutava para atender as demandas estatísticas manifestas no Império; desde então, os desejos às estatísticas haviam entrado nos inconscientes; não se as negava, se as queria. Sem esquecer, por bastante relevante, que as discussões nos congressos internacionais, consolidadas e ampliadas, reforçavam suas importâncias aos governos.[46] Seguiam os caminhos dos Congressos Internacionais de Estatística do século XIX.

Mas, os esforços ficavam na letra das leis, que eram necessárias, é claro, mas que, é claro também, não eram suficientes; em várias ocasiões tentavam implementar uma representação permanente nos estados, mas, quando tinham sucesso, não conseguiam sustentar as situações. Dada a força dos estados na federação, e dada as poucas (muito raras) medidas de intervenção progressista promovidas pelos governos federais, o grande momento da DGE será o da exibição, por ocasião da Exposição Universal Comemorativa do Centenário da Independência, em 1922.

As críticas eram de fato acirradas, e vinham nomeadamente dos demógrafos-sanitaristas; eram eles, então, seus grandes usuários, em especial, claro, eram usuários das estatísticas de nascimento, de casamento, de óbitos, delas derivando indicadores de natalidade, de mortalidade, de esperança de vida, entre outros. Destaque-se as figuras de *Aureliano Portugal* e de *Bulhões Carvalho*, atuantes na importante Academia Nacional de Medicina, criada ao tempo de *D. João VI*, e, no seu ambiente, a revista "Brasil Médico", da qual *Bulhões Carvalho* foi diretor por anos seguidos.

Aquelas estatísticas estavam entre as mais freqüentes feitas pela DGE, a quem cabia, por lei, promover a agregação dos registros civis, implantados pela República. Estes, com reflexos negativos na qualidade das estatísticas, eram muito frágeis, seja pelas evasões, seja pelas precárias anotações, e ainda o seriam por muito tempo; como os cartórios eram estaduais, refletiam à maravilha o descaso dos estados às demandas da DGE. Eles, os demógrafos-sanitaristas tinham noção dessa situação, mas nem por isso desculpavam a DGE, entendendo que seus técnicos deviam agir para resolver os problemas; eles o faziam, mas sem sucesso, presos às amarras da federação.

Nesse tempo, *Moreau de Jonnés* seguia citado; vez ou outra, também *Adolphe Quetelet*. Mas outros nomes surgiam, como *Camille Jacquart*, *Maurice Block*, *Filippo Virgilii*[47], sem esquecer o próprio *Bulhões Carvalho*, que, com sua carreira no serviço público encerrada, lhe dará um fecho nobre, com uma obra sobre a produção das estatísticas (que editará às próprias expensas).

[46] Bulhões Carvalho irá a duas reuniões do International Statistical Institute - ISI, a de Roma (em 1925) e do Cairo (em 1927), deixando dois excelentes relatórios.

[47] Uma obra sua será editada, em 1908, pela DGE, sob o patrocínio de Bulhões Carvalho.

Divisão deste tempo: seis partes

Fechando este preâmbulo, tratemos da divisão, para efeito de exposição, deste tempo que vem de c.1889 e vai até c.1936; vemos seis seções, como segue:

- c.1889 a c.1898, marcado por expectativas restauradas
- c.1898 a c.1907, marcado por reiteradas frustrações
- c.1907 a c.1915, marcado por expectativas frustradas
- c.1915 a c.1925, marcado por expectativas concretizadas
- c.1925 a c.1930, marcado por expectativas irrealizadas
- c.1930 a c.1936, marcado por desordem e progresso

Essas seis seções, fortemente marcadas pelos censos, refletem, de algum forma, a história republicana. Tentemos explicitar uma ligação.

Proclamada a República, o Governo Provisório, numa medida imediata, restaura a repartição de estatística e, assim fazendo, reafirma a esperança de, uma vez por todas, dar ao país as estatísticas há muito desejadas; mas a primeira década trará perda de rotina pública, com reflexo negativo na elaboração das estatísticas; nesse tempo será feito um censo (1890), com incrível fracasso. O registro civil terá papel chave, sendo sonho e pesadelo, ao mesmo tempo. Eis a seção inicial.

No período seguinte (começando no governo Campos Salles) a rotina pública é refeita com a chamada política dos estados (ou política dos governadores), que entrega o controle dos estados às oligarquias (ao coronelismo); mas a força dos estados, o esgarçar da federação decorrente, deixará desarvorada a repartição de estatística. Agora, seguindo o preceito constitucional que mandava realizar-se censos de dez em dez anos, novo censo é feito (1900), com novo incrível fracasso. Eis a seção segunda.

O tempo que segue (começando no governo Afonso Penna) promete progresso e, daí, demanda estatísticas. Surge a grande figura de Bulhões Carvalho, mas por pouco tempo, infelizmente; o passamento prematuro do presidente põe tudo a perder. Ao fim de tudo, a elaboração das estatísticas volta a claudicar, a ponto de nem se fazer outro censo (1910), ao arrepio do preceito constitucional. Tenta-se a reforma dos registros civis, sem sucesso. Eis a seção terceira.

O próximo período é de sucesso. De novo emerge a figura de *Bulhões Carvalho*, agora, para uma longa permanência. O próximo centenário da Independência fere brios, e pede com ênfase as estatísticas; mais ainda ao se decidir pela realização de uma Exposição Universal comemorativa. Como fazê-la sem os números da população, da sociedade, do território? Sem eles, como haver o pavilhão de estatística, como queria a tradição? E virá, então, o único censo de valor da República (1920). Eis a quarta seção.

Os tempos seguintes, quinto e sexto, serão tempos teóricos. Uma conferência de estatística, a primeira do gênero no país, daria cobro aos problemas; por certo inspirava-se nas conferências internacionais. Teses seriam defendidas, seriam debatidas. Mas nada ocorrerá, com a revolução que põe fim à primeira República; e não será feito outro censo (1930). Contudo, ao reformar o Estado, o novo regime põe fim à federação, e fortalece as instituições, valorizando seus quadros. Daí virá a solução aos problemas até então havidos, e padecidos. Surge o Instituto Nacional de Estatística-INE (logo o IBGE), na legítima sucessão da DGE.

***

Desde a feitura do primeiro volume desta coleção, ***Marco Aurélio Martins Santos*** atuou como assistente. Sua capacidade de pesquisa em arquivos e bibliotecas nunca será valorizada o suficiente; sem ele, muito ainda estaria escondido. Neste volume, coube-lhe a redação dos capítulos 5 (*Aureliano Portugal: doutor em estatística municipal*), 7 (*1906: o censo perfeito do prefeito Passos*), 8 (*Demógrafos-sanitaristas: vida e morte pelas estatísticas*), 10 (*Números para a exposição nos 100 anos de portos abertos*), 19 (*Em 1920, 4º Censo Geral: papel dos jornais*), 20 (*Em 1920, 4º Censo Geral: estratégia e processo de trabalho*), 23 (*Exposição do centenário: o Brasil comemorou 100 anos no "Bazar das Maravilhas"*), e 28 (*Dr. Bulhões Carvalho: por quatro décadas um médico zelou pela saúde das estatísticas brasileiras*), bem assim, a elaboração dos perfis de vida (em boxes); sem olvidar sua atenta leitura dos originais.

Quanto à leitura dos originais, capítulo a capítulo, ninguém melhor o fez do que ***Manoel Antônio Soares da Cunha***, ilustre ibgeano, com sua fidalguia inolvidável. Suas diversas sugestões, sempre pertinentes, enriqueceram o conteúdo, e tornaram melhor a forma do texto. A ele um grande agradecimento.

Na feitura deste volume, pudemos contar com a ajuda de diversos técnicos das Unidades Estaduais do IBGE, na pesquisa de documentos. Sempre dedicados, não mediram esforços em atender nossas demanda, seus nomes aparecem, ao longo do texto, nas devidas ocasiões. A eles nossos agradecimentos.

Expectativas restauradas (c.1889- c.1898)

PARTE 1

Restauração em movimento: a DGE volta das cinzas

Capítulo 01

Em 15 de novembro de 1889, o Brasil, que acordou uma Monarquia, foi dormir uma República. Em ato confuso, controverso na significação, 67 anos de regime iam por terra. À frente das tropas, a duras penas à cavalo, doente, sem forças para erguer a espada, o Marechal *Manoel Deodoro da Fonseca* (1827-1892), ergue o boné em Viva ao Imperador, como era comum nessas ocasiões. A seu (pouco) juízo, estava tão-somente derrubando o gabinete Ouro Preto, com quem divergia na atenção às questões militares.

Mas, na perda de poder da autoridade constituída, feria-se de morte um regime, a menos que o Imperador agisse com rapidez, nomeando um novo Presidente do Conselho de Ministros, o vazio de poder criado acabaria preenchido por mãos aventureiras. E foi o que se deu. O velho Imperador, doente, sem a real noção dos fatos, demorou a agir e, quando o fez, cometeu um deslize terrível, ou seja, chamou a presidir o novo gabinete, o Senador *Silveira Martins*, que nem estava na Corte, mas vindo do distante Rio Grande do Sul, afora ser um antigo desafeto de *Deodoro da Fonseca*. Este, diante disso tudo, intrigado pelos republicanos, em rompante desmedido, reage assumindo a chefia de um Governo Provisório. Começava a República.

Isolada, a Família Imperial é mandada ao exterior em exílio, é despachada na madrugada, 16 para 17, por temor de reação popular. Temiam os novos donos do poder, a força da tradição e dos símbolos, encarnados no monarca, com sua barba branca, patriarcal. Tem início um exílio que apenas findaria em 1921, às vésperas do Centenário da Independência, quando, então, a República almejaria os símbolos imperiais que abrilhantariam as comemorações.[48] Queria-se o retorno da Princesa Imperial, *D. Isabel d'Orleans e Bragança*, a herdeira que perdera o trono naquele 15 de novembro de 1889; mas, não

Quadro do Ministério composto por Deodoro, Rio de Janeiro, RJ, [19--]

[48] Por oportuno, valerá lembrar que estiveram presente à abertura da Exposição Universal o Rei Alberto I da Bélgica, acompanhado da Rainha Elizabeth.

Imperador Pedro II na câmara ardente, em Paris, 1891

quis o destino que ela voltasse em vida, vindo a falecer em 1921 (aos 75 anos de idade), logo seguida, em 1922, do marido, o Príncipe *Gaston d'Orleans*, o Conde d'Eu (aos 70 anos de idade) na viagem de regresso para os festejos.[49]

Enfim, iniciado o exílio, abaladíssima, a Imperatriz *D. Tereza Cristina* morreria em 28 de dezembro daquele mesmo ano, 1889, na Cidade do Porto (nascera em Nápoles a 14 de março de 1822); o Imperador *D. Pedro II* faleceria em 5 de dezembro de 1891, em Paris, onde recebe exéquias solenissimas, promovidas pelo Governo Francês, para contrariedade do Governo Brasileiro, que protesta com veemência, sem nenhum sucesso (nascera em 2 de dezembro de 1825, no Paço de São Cristóvão, na capital do Império). Por aqui, os próceres daquele evento, militar na essência, conduzido por militares, eles também bastante envelhecidos, alguns quase de pronto desiludidos, não terão grande sobrevida. Velhice à margem, promoveram uma rapidíssima mudança de regime.

> O Brasil amanheceu no dia 16 de novembro de 1889 sem Poder Moderador. O sistema político brasileiro abriu-se, assim, para uma experiência, nos dez anos que se seguiram à Proclamação, na qual ficou desprovido da 'chave' de sua organização institucional (LESSA, 2001, p. 17).

> Enquanto durou [de 15 de novembro de 1889 a 23 de fevereiro de 1891], o Governo Provisório teve diante de si uma ampla quantidade de tarefas, suscitadas pela súbita desrotinização da política (LESSA, 2001, p. 21).

Em meio ao muito por fazer, refaz-se a DGE

Iniciado o Governo Provisório, chefiado pelo Marechal *Deodoro da Fonseca*, logo (auto) designado generalíssimo, as práticas de governo usadas são muito frágeis, o que era grave, em si, ainda mais, em face da magnitude e da variedade das tarefas a cumprir. Pois até 2 de janeiro de 1890, sem uma secretaria instituída, sequer tivera seus atos protocolados, e registradas as discussões havidas nas reuniões de ministros. Dessa forma, nos primeiros 45 dias de República, nada recebeu registro, e até os atos

[49] Em 1921, logo após a revogação do banimento, fez uma visita a Brasil, sendo recebido no desembarque por autoridades republicanas, à frente a esposa de Epitácio Pessoa, o Presidente da República.

assinados, dando os contornos da República, só posteriormente foram recuperados e publicados[50]. Os ministros não se conheciam, e não se entendiam.

> Sisudos republicanos paulistas, mais afeitos à prudência do que à aventura, somaram-se a excêntricos positivistas e a alguns profissionais liberais e constituíram um movimento, cujo líder – o marechal Deodoro da Fonseca – teve sua escolha mais determinada pela lógica da posição do que por suas condições republicanas (LESSA, 2001, p. 12).

> A primeira equipe governamental republicana, que compôs o Governo Provisório chefiado pelo marechal Deodoro, possuía, segundo expressão de José Maria Bello, "horizontes limitados". Além de sua notória diversidade, de origens e de propósitos, tinha como característica comum uma total "inexperiência na administração pública" (LESSA, 2001, p. 19).

Só se dará cobro à falta de registros, em 2 de janeiro de 1890, quando *Benjamim Constant* (1827-1891) proporá "a nomeação de um secretário, que lançasse em protocolo o resumo de todos os debates e deliberações dos membros do governo" (ABRANCHES, 1998, p. 31). Debatida, é aceita a proposta, sendo de pronto nomeado secretário geral do conselho de ministros[51] o Dr. *João Severiano da Fonseca Hermes*, sobrinho do Marechal Deodoro, que passa a redigir as atas, e o faz até 17 de janeiro de 1891, às vésperas da promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 24 de fevereiro. Daí em diante, haveriam registros à história.

> A agitação do momento, a inexperiência do governo, a estupefação que sucedera à conquista fácil do poder, a bacanal de adesões, que de toda a parte surgiam ao novo regimen, a apostasia da maior parte dos monarquistas às suas idéias, tudo isso concorrera para que uma súbita megalomania se apoderasse dos homens que, nas mãos pouco destras e vacilantes, haviam recebido a pesada herança do Império (LESSA, 2001, p. 30).

Nesse ambiente, *Aristides da Silveira Lobo* (1838-1896)[52], jornalista paraibano, positivista declarado, na posição de Ministro dos Negócios do Interior (15 de novembro de 1889 a 10 de fevereiro de 1890), apadrinha a restauração e a reorganização da Diretoria Geral de Estatística, suprindo uma ausência deixada pelo Império[53].

---

[50] Leis e decretos, cada qual, recebiam, não raro, o mesmo número, por exemplo, Decreto nº 1, de um dado dia, e em outro dia, também Decreto nº 1. Para corrigir isso foi preciso apor-lhes letras.

[51] Apesar desta expressão, não havia um sistema de gabinete como no Império. O regime nascera presidencialista e não parlamentarista. A exceção ficará por conta do próximo ministério, ainda no Governo Provisório, que terá uma chefia, na pessoa do Barão de Lucena.

[52] Que, ao comentar (em forma de carta) a proclamação da República, três dias depois, em matéria no Diário Popular de São Paulo, dirá que: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada" (LOBO, 2004, p. 1).

[53] Valerá observar que o Decreto nº 6, de 20 de novembro de 1889, ao dissolver as assembléias provinciais passou suas antigas atribuições aos governadores dos estados, provisoriamente, até que as futuras constituições estaduais fossem elaboradas. Dessa forma, passava-se à alçado dos referidos governadores, entre outras, a atribuição de "promover a organização da estatística do Estado, a catequese e civilização dos indígenas e o estabelecimento de colonias", que no Império era atribuição conjunta das Assembléias e Presidências provinciais, com a Assembléia e o Governo gerais. Pois algumas constituições estaduais, logo feitas, mantiveram aquela atribuição na alçada dos governadores, ao passo que outras a passaram à alçada das assembléias legislativas, neste caso, com ou sem partilhamento de responsabilidades, seja no âmbito do próprio estado, seja no sendo do governo federal.

Dá-se isso pelo Decreto nº 113 D, de 2 de janeiro de 1890, que "Restaura e reorganiza a Diretoria Geral de Estatística, criada pelo Art. 2º da Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, e manda proceder ao segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil", começando a funcionar em 11 de janeiro.

> Tendo de proceder-se, no dia 31 de dezembro de 1890, ao segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil, de conformidade com o que dispõe o art. 13 da lei nº 3.348, de 20 de outubro de 1887[54], e sendo indispensável, para esse e outros fins de administração pública, reorganizar o serviço de estatística, que não pode continuar insuficientemente constituído como foi pelo decreto nº 8.341, de 17 de dezembro de 1881, mormente depois da instalação do importante serviço do registro dos nascimentos, casamentos e óbitos, o Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil decreta:
>
> Art. 1º Fica restaurada a Diretoria Geral de Estatística, criada em virtude da disposição do art. 2º da lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, pelo decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871, e revogado o decreto nº 8.341, de 17 de dezembro de 1881, que anexou os serviços de estatística à 3ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, hoje do Interior.

O Art. 2º mandava a DGE restaurada reger-se pelo regulamento promulgado com o Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871, com mais uma seção à qual se cometia "o serviço relativo ao registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos e ao movimento geral da população". Para efeito de realização do recenseamento a realizar-se em 31 de dezembro de 1890, nos termos do Art. 3º, devia-se observar "as disposições do regulamento promulgado com o Decreto nº 4.856, de 30 de dezembro de 1871".

Em relatório de 31 de dezembro de 1890, um ano e um mês do novo regime, o Diretor Geral da recém recriada Diretoria Geral de Estatística, *Manoel Timóteo da Costa* (1855-1934), dirigido ao Ministro (interino) dos Negócios do Interior, *João Barbalho Uchôa Cavalcanti* (1846-1909)[55], declara o seguinte, trazendo à reflexão o positivismo republicano:

> Restaurada e reorganizada a Diretoria Geral de Estatística pelo decreto nº 113D, que foi referendado pelo cidadão Dr. Aristides da Silveira Logo, veio esta repartição preencher uma grande lacuna existente no quadro das repartições públicas brasileiras, e só lamentamos que não tivesse sido a sua direção confiada a pessoa mais competente, e, ainda como fora para desejar, salvas honrosas exceções, que não fosse o seu pessoal mais afeito ao assunto, apto em sua especialidades como requer a matéria, incontestavelmente ainda bastante descurada no Brasil.
>
> Honra ao legislador emérito, o cidadão Dr. João Alfredo Correia de Oliveira, o criador da antiga Diretoria Geral de Estatística, e aos seus dignos auxiliares,

[54] A referida lei, naturalmente, referia-se ao recenseamento da população do Império do Brasil.

[55] Era ministro interino, sendo o titular Tristão de Alencar Araripe (1821-1908), que acumulava os Ministérios do Interior e da Fazenda. O relatório de Timóteo da Costa será o anexo E do seu próprio relatório (datado de maio de 1891) dirigido ao já primeiro Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Deodoro da Fonseca (26 de fevereiro de 1891 a 23 de novembro de 1991, quando renuncia). [De Alencar Araripe, recorde-se sua atuação nos debates da tentativa de criação da Província do Rio São Francisco, que tratamos no capítulo 14 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

os cidadãos Dr. Manoel Francisco Correia, Dr. Medeiros de Albuquerque e Dr. José Maria do Couto, que tão bons serviços prestaram à causa pública, com uma repartição que, infelizmente, foi extinta pelo decreto nº 2792 de 20 de dezembro de 1879[56].

Manoel Francisco Corrêa, [s.d.]

O recenseamento efetuado a 1º de agosto de 1872, que é a base, por assim dizer, em que apoia-se todo o desenvolvimento material, intelectual e social da nação brasileira, exigia quanto antes fosse reparada a grave desvantagem e o grande erro cometido por não se ter dado cumprimento à disposição da lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, que estatuía como necessidade indeclinável a prática dos recenseamentos decenários [sic] respectivamente sucessivos em períodos muito próximos. Foi a essa grande necessidade que o Governo da República atendeu logo em seus primeiros dias depois de estabelecido.

De fato, o conhecimento da estatística e a sua prática como instrumento de progresso e civilização impunha-se ao país, porquanto, decretada a liberdade de todos os brasileiros pela lei de 13 de maio e conseguida a autonomia do cidadão pelo glorioso 15 de novembro, era preciso estabelecer a positividade de uma nova política, generosa, franca e verdadeiramente americana, a qual se destinasse e tivesse por único objetivo a liberdade e o bem-estar do povo (BRASIL, 1891, p. 3-4, grifo nosso).

E, enfatizando o interesse pelas estatísticas, fixado no Império, realça seu papel na gestão da *res publica*, por certo um papel central, como segue:

> Não há uma nação no mundo civilizado que não recorra aos dados estatísticos, desde que pretenda melhorar a administração pública ou formar um governo adaptado às necessidades populares.
>
> O direito comum e a sociologia, assim como os fatos legais em todos os países dominados pelas raças latina, anglo-saxônica e germânica, têm como base ou fundamento as investigações estatísticas.
>
> Do mesmo modo pode-se afirmar não existir país algum que não seja logo tocado dos maiores vícios de desorganização, se a estatística, como instrumento de crítica geral e permanente, de previdência e preocupação social, não for exercida nem usual, afim de serem restringidas ou evitadas essas anomalias do gênero humano.
>
> É na estatística de um país que todos os cidadãos refletidos e interessados nos negócios públicos encontram os documentos e as indicações que lhes permitem fixar a atenção, firmar um juízo e adotar um plano metódico, natural e proveitoso.

[56] Timóteo da Costa se equivoca. Não há um Decreto, mas sim uma Lei com este número, 2.792, e que não é de 20 de dezembro de 1879, mas sim de 20 de outubro de 1877. De todo modo não é daí a extinção da antiga diretoria, mas sim da Lei nº 2.940, de 31 de outubro de 1879, da qual sairá o Decreto nº 8.341, de 17 de dezembro de 1881, que de fato extingue a antiga diretoria, tornando-a uma simples seção.

> É claro que a estatística não se filia a algum partido; de caráter eminentemente imparcial, ela não fornecerá jamais armas a adversários políticos, quer pensem se organizar sem grande sobra de meios, quer com maiorias fortes e aguerridas (BRASIL, 1891, p. 4-5, grifo nosso).

A DGE restaurada é reformada

Em substituição a *Aristides Lobo*, *José Cesário de Faria Alvin* (1839-1903) tornara-se Ministro dos Negócios do Interior (10 de fevereiro de 1890 a 22 de janeiro de 1891), portanto ainda na vigência do Governo Provisório.

Mal assume, na reunião do conselho de ministros em 22 de fevereiro, "fala sobre a seção de estatística criada, e promete reduzir o quadro de empregados, economizando, consequentemente"(ABRANCHES, 1998, p. 126). De fato, isso fora feito através do Decreto nº 331, de 12 de abril de 1890, pelo qual a DGE é reformada, recebendo um novo regulamento; o quadro de pessoal é reduzido, e também o ordenado percebido pelo Diretor Geral, que cai de 6:000$000 para 4:800$000, mas sua gratificação, ao contrário, é aumentada, passando de 2:000$000 para 2:400$000. Para outros cargos a redução foi dramática, conforme o relatório de Timóteo da Costa, provocando desagrado intenso:

> [...] a redução dos vencimentos dos empregados que, como os praticantes, sofreram o peso da diminuição de um terço de seus pequenos vencimentos de 150$000 mensais. Não há dúvida que foi essa disposição muito dolorosa e injusta, atendendo-se, sobretudo, a que a mesma reforma exigia um preparo intelectual mais elevado para essa mesma classe e na ocasião em que eram geralmente aumentados os vencimentos do funcionalismo público (BRASIL, 1891, p. 12).

Há, de fato, a abordagem dos concursos para preencher os diversos cargos (Art. 9º), tema que estará sempre presente nas inúmeras reformas pelas quais passará a DGE, daí em diante, e será ponto central de inúmeras demandas de *Bulhões Carvalho* em seus dois tempos à frente da DGE (1907-1909 e 1915-1931), com vistas a tornar melhores os serviços. Na defesa da reforma presente, *Timóteo da Costa*, diante da antiga DGE (ao tempo do Império), declara entender ser inaceitável a um funcionário da DGE não ter "nem noções de estatística, nem de economia política e nem tampouco, o que constituía notável lacuna, o conhecimento da história e da geografia, quer geral, quer do Brasil". E completa: "exigir essas matérias e melhor preparo em matemática elementar era um fato que tornara-se necessário, pois estes conhecimentos são tão indispensáveis na vida comum, quanto de íntima conexão com a ciência estatística" (BRASIL, 1891, p. 12).

A DGE segue com quatro seções (Art. 2º); as funções dos chefes de seção estão no Art. 5º, e são de caráter rotineiro. Já entre as funções do Diretor Geral (Art. 4º), ainda que também rotineiras, valerá destacar a seguinte: "§ 7º Procurar alargar a esfera das investigações estatísticas e requisitar os dados e esclarecimentos de que carecer a repartição, para o que poderá dirigir-se às autoridades e corporações pú-

blicas do país, excetuados os Ministros de Estado". Pois, ao longo de 30 anos, desde então, será enorme a distância entre requisitar e ser atendido; será o ponto de drama da DGE, mais ainda a partir do governo Campos Sales, com o reforço da federação.

O Art. 13 introduz uma novidade importante, qual seja: "É vedado aos empregados servirem-se de dados estatísticos colhidos na repartição, para fim particular ou diverso do indicado neste regulamento". Trata-se da questão de reserva (sigilo) ou de limites de usos das informações canalizadas à repartição; há um avanço na noção de zelo, de certa forma, fazendo emergir a noção de ética. Mas, tenha-se presente, tudo ainda é restrito ao ambiente interno do serviço, nada sendo passado aos informantes.

O Art. 14, aborda o censo geral, que seria o nosso segundo, e seria o primeiro republicano, a "realizar-se no dia 31 de dezembro de 1890, segundo as instruções que forem expedidas". Isso é novo, pois o decreto anterior que restaurou a DGE mandava executá-lo pelo regulamento estabelecido em 1872. Pois o novo regulamento só viria através do Decreto nº 659, de 12 de agosto de 1890, a apenas quatro meses do início do censo, por certo, um tempo exíguo ao tanto a fazer.

Isso posto, voltando ao princípio do decreto em apreço, seu Art. 1º enumera as atribuições da repartição de estatística, com avanços em relação à antiga DGE, o que pode ser visto como madureza dos envolvidos, mostrando afinação à matéria estatística, na linha dos debates ocorridos no Império. Nesse sentido, valerá recordar que *Luiz Henrique Pereira de Campos*, de quem falamos no capítulo 18 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção, estava chefe de seção da nova DGE. Enfim, vejamos o conteúdo do referido artigo.

No § 1º declara-se sua cobertura e competência: "executar diretamente e aproveitar, coordenar e analisar todos os trabalhos estatísticos que se relacionarem com o estado físico, demográfico, econômico, comercial, industrial, político, administrativo, moral e intelectual da República dos Estados Unidos do Brasil". Os temas a tratar são os de sempre, sempre amplos, tradicionais desde os aritméticos políticos; o início da frase, diz que à DGE caberia produzir estatísticas diretamente, sem dizer como o faria, bem assim, que lhe caberia colecionar estatísticas já existentes.

No § 2º tem-se um caminho para a abertura temática, ou seja, aos temas acima, amplos e gerais, focar-se-ia "qualquer ordem de fatos ocorrentes no país e suscetíveis de redução a fórmulas numéricas", com vistas à sua "exata apreciação". Pois vai aí a visão de uma produção matemática (leia-se, científica) das estatísticas, com sua promessa de objetividade. Os usos, por certo, seriam, principalmente, nas esferas públicas, donde a natureza do § 3º que mandava a DGE prestar à administração pública as informações estatísticas que lhe carecesse (note-se a expressão "informação estatística").

Os parágrafos seguintes tratavam do censo. O § 4º atribuía à DGE "dirigir os trabalhos do recenseamento geral da população, segundo o programa e os mapas

que houver organizado, e dar-lhes publicidade". O § 5º mandava a DGE "classificar os dados estatísticos e censitários que recolher, agrupá-los cientificamente, estabelecer as proporções aritméticas e geométricas a que eles se prestarem, expo-los em diagramas ou por outro método gráfico, e procurar a sua relatividade com os das estatísticas das nações da América e dos demais países, de acordo, sempre que convier, com as bases e instruções votadas pelos congressos internacionais de estatística".

Pois este parágrafo é especialmente importante, em vários pontos: primeiro, a ênfase no caráter científico, nomeadamente matemático; segundo, a proposta de comparação com outros países, algo muito difícil, ainda hoje; e, terceiro, a referência aos congressos internacionais de estatística[57], aos quais ainda haverá inúmeras referências, nos anos seguintes, mormente por *Bulhões Carvalho*. Aos congressos de estatística, havidos no século XIX, seguirão, ao longo do século XX, até hoje, as reuniões científicas do Instituto Internacional de Estatística (International Statistical Institute - ISI), com presença de técnicos da DGE em uma ou outra delas.

O § 6º mandava que a DGE publicasse anualmente "o relatório dos trabalhos executados", e, sempre que possível, publicasse "o resultado parcial destes", vale dizer, dos trabalhos executados. Esses relatórios, dirigidos ao ministro tutelar, sempre tiveram uma natureza dupla, tanto fazendo uma revelação das condições de trabalho, quanto sendo um lugar de divulgação de resultados estatísticos; só bem mais tarde, quase ao término do período tratado neste volume, é que serão (quase) apenas relatos das condições de trabalho, ganhando independência a divulgação de resultados.

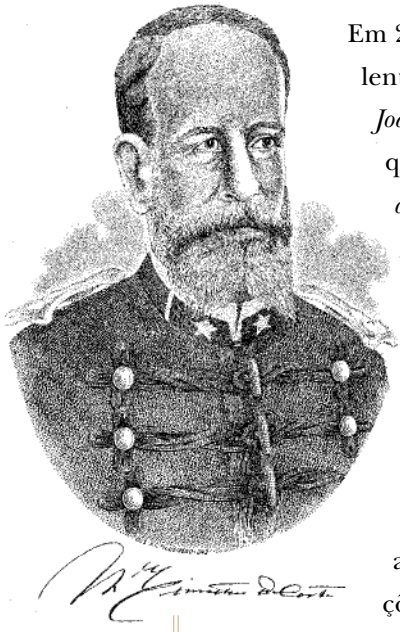
> [...] desde que tornem-se evidentes a necessidade e os benefícios trazidos à administração pública pelos serviços da repartição, e publicados que sejam os seus trabalhos em anuários, a exemplo dos outros países mais adiantados em estatística, indubitavelmente que constituirão as referidas publicações repositório fiel dos fatos mais importantes da nossa nacionalidade, a qual será então estudada positiva e cuidadosamente em todos os seus elementos de formação e de concorrência, de progresso e de adiantamento; por certo que nessa época serão atendidos os justos reclamos de uma organização mais justa e racional, mais perfeita e adequada à natureza do serviço público (BRASIL, 1891, p. 13, grifo nosso).

Por fim, o § 7º mandava a DGE "propagar, pelos meios a seu alcance, o conhecimento da necessidade e das vantagens da estatística, promovendo o concurso da iniciativa individual para a prestação dos dados e das informações convenientes". Visionários! Utópicos! Sim, por certo.

Timóteo da Costa presta contas

Recriada a DGE, a 2 de janeiro de 1890, ato contínuo, *Aristides Lobo* (1838-1896) designa *Manoel Timóteo da Costa* (1855-1934) para a função de Diretor Geral.

[57] Recorde-se que o Império do Brasil se fará presente no Congresso de Estatística realizado em São Petersburgo, em 1872, na pessoa de Francisco Adolfo de Varnhagem, Visconde de Porto Seguro, conforme o capítulo 12 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.



Manoel Timóteo da Costa, [s.d.]

Em 25 de abril de 1891 é exonerado da função, optando pelo "lugar de lente da Escola Politécnica", sendo de pronto nomeado para sucedê-lo *Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque* (1835-1892), que fora Diretor Geral interino da antiga DGE, tão logo *Manoel Francisco Corrêa* licenciou-se para ocupar a função de Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, no gabinete Rio Branco. Em 3 de dezembro de 1891, *Timóteo da Costa* foi reintegrado à função de Diretor Geral, talvez por licença na cátedra, ficando naquela função até 22 de junho de 1893[58], quando será substituído pelo romancista *Raul de Ávila Pompéia* (1863-1895).

No seu relatório, de 1891 sobre 1890, já antes referido, *Timóteo da Costa* endossa os relatos dos chefes de seção. Uma temática abordada reiterada é a péssima recepção às demandas de informações pela repartição de estatística. A situação é precária, e alarmante, como afirma, focando os trabalhos da 1ª e da 2ª seções:

Extrato do relatório referente à 1ª seção:

O estado político do país, determinado pela mudança do regimen monárquico para o republicano, ocasionou naturalmente a preocupação e a dificuldade nas diversas relações oficiais existentes entre os funcionários públicos e o povo, como sempre acontece por ocasião das mais profundas reformas.

Além disso, a falta nos Estados do intermediário indispensável que representasse em princípio e em idéias o pensamento da repartição nos pedidos, que com instância foram sempre renovados, motivou de algum modo, não só a delonga verificada na satisfação das diferentes reclamações, como também a remessa dos referidos dados estatísticos.

Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros Albuquerque, [s.d.]

[...]

Por essa razão deixaram de ficar concluídos importantíssimos trabalhos, devido à carência de informações, em geral também originária da grande repugnância existente nas classes menos ilustradas da sociedade, onde sempre a estatística tem encontrado sérios embaraços à adoção dos seus princípios.

Embora propriamente aos particulares não possa esta Diretoria articular a mínima queixa fundada, nem por isso deixa de chamar a atenção do Governo para a conveniência resultante de, por intermédio da autoridade da lei, serem todos os cidadãos obrigados a colaborarem na formação das estatísticas nacionais, fornecendo todos os dados e esclarecimentos precisos.

[58] Neste segundo tempo de gestão, sabe-se que ele se empenhou em fazer a DGE representar-se na quinta reunião do Instituto Internacional de Estatística (International Statistical Institute - ISI) realizada em Chicago em 1893. Mas não é claro se de fato houve a almejada representação, nem, caso tenha havido, se ele próprio foi o representante. Os documentos, infelizmente, não deixam claro o fato.

> Ao determinado caso do estado do Brasil, que nessa matéria tem tudo ainda por fazer, há necessidade de alguma exigência e pertinaz solicitude, sem o que será difícil conseguir-se o menos resultado (BRASIL, 1891, p. 14-15, grifo nosso).
>
> **Extrato do relatório referente à 2ª seção:**
>
> Os trabalhos desta seção na parte que versaram principalmente sobre investigações dependentes de assuntos relativos à administração pública em cada um dos Estados, não foram, infelizmente, atendidos em seu maior número, devido a que os Governadores, preocupados, como se achavam, de preferência com os negócios políticos, não podiam de ocasião tratar de outros misteres.
>
> Seria conveniente, como dissemos, para evitar-se tal desvantagens, distribuir-se, ao menos nas capitais dos Estados, um pessoal próprio que, constituindo uma delegação da Diretoria Geral de Estatística, se encarregasse junto dos mesmos Governadores de todos os trabalhos concernentes à estatística nacional, executando-se assim sobre o mesmo princípio de ordem e de rigoroso método científico as instruções comuns que fossem adotadas, para que do melhor modo fosse sempre mantida viva e interessante a corrente dos dados estatísticos, tão necessários quanto indispensáveis ao estudo de qualquer matéria ou organização de qualquer trabalho, principalmente em nosso país, onde há a maior carência deles (BRASIL, 1891, p. 18, grifo nosso).

Dois pontos merecem comentários: primeiro, a resistência e/ou displicência na resposta à demanda das informações necessárias à elaboração das estatísticas, situação que seguirá presente ao longo de 30 anos, desde então; segundo, a vontade manifesta, já no Império, do órgão federal poder contar nos estados com delegados seus (o que só virá pelo IBGE). As "deficiências de informações" continuarão a assombrar a repartição de estatística, mais ainda a partir de 1898, quando da reinvenção da República no governo *Campos Sales*; então, ao fortalecer a federação, com a "política dos governadores", mais ainda ficarão difíceis as atividades da repartição de estatística, sempre a provocar frustrações, e a cobrar difíceis soluções.

Enfim, completa seu relatório, uma análise do registro civil, recém-implantado, e uma longa descrição do planejamento e da implantação do recenseamento; a esses aspectos voltaremos nos dois próximos capítulos. Ao seguir adiante, valerá observar, e lamentar, não se irá contar com os relatórios da Diretoria Geral de Estatística de 1892 até 1900. Se existiram, extraviaram-se; mas podem não ter sido feitos. Assim sendo, nossas análises ficarão prejudicadas.[59]

Duas notas, pequenas e relevantes

Naquela mesma reunião do Governo Provisório, a 22 de fevereiro de 1890, em que *Cezário Alvim* abordou a situação da recém-criada DGE, prometendo redu-

[59] Há, no IBGE, uma obra contendo minúcias do cotidiano da DGE, em seu reinício, vale dizer, contendo os primeiros atos de Timóteo da Costa; infelizmente só se dispõe de um dos números da série, conforme Esteves (1941).

zir-lhe os custos, bem como, racionalizar-lhe as atividades, *Rui Barbosa*, Ministro da Fazenda submeteu projeto de reforma da estatística comercial, de pronto aprovado (ABRANCHES, 1998, p.126)[60]. Como antes, essa repartição suplantará a DGE em recursos e em atenção do governo, o que é compreensível, tendo em vista que o grande (único mesmo) imposto nacional recaía sobre as transações comerciais, a exigir estatísticas dos movimentos alfandegários. Tão essencial eram essas estatísticas que não valia correr riscos, deixando-a a cargo da DGE, onde o pessoal não teria a necessária especialidade, como argumentara, tempos antes, *Sebastião Ferreira Soares*[61].

Deodoro da Fonseca, [s.d.]

Pouco depois, naquele mesmo ano, no primeiro aniversário da República, reúnem-se Deputados e Senadores em Assembléia Constituinte. Em tempo recorde, em 24 de fevereiro de 1891, é promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. De pronto, transformado em Congresso Nacional, com duas Câmaras, elege-se o primeiro presidente republicano, o mesmo *Deodoro da Fonseca*, tendo como vice, *Floriano Peixoto*; tinha fim o Governo Provisório que durara um ano três meses e dez dias. Mas não é isso que importa ressaltar, mas sim um artigo da referida constituição, que prescrevia a realização decenal do censo, no que também se inspirava na constituição estadunidense (de resto, toda a constituição brasileira fora fortemente inspirada naquela constituição americana). Vejamos a referida prescrição:

60 Dessa forma, sem o dizer, retomava a experiência de Sebastião Ferreira Soares, como vimos no capítulo 17 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889),** desta coleção.

61 Outra estatística importante, de uso imediato e freqüente, seria a estatística de população para efeito de convocação para as forças policiais e militares. Ora, as estatísticas populacionais deveriam mesmo vir da DGE, e em não estando em dia poderia emperrar a convocação. Donde um reforço de recursos poderia advir, o que não se dá, já que a convocação se fazia no contexto das oligarquias reforçadas na "política dos governadores" implantada por Campos Sales. Vale dizer, estando próximos das populações recrutáveis, já se as sabia, não se precisava conhecê-las através das estatísticas. É claro que isso tem limites, mas esses limites não eram estreitos, naqueles contextos.

Constituição Brasileira, 1891

Capítulo II – Da Câmara dos Deputados

Art. 28. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelos Estados e pelo Distrito Federal, mediante o sufrágio direto, garantida a representação da minoria.

§ 1º O número dos deputados será fixado por lei em proporção que não excederá de um por setenta mil habitantes, não devendo esse número ser inferior a quatro por Estado.

§ 2º Para este fim mandará o Governo Federal proceder, desde já, ao recenseamento da população da República, o qual será revisto decenalmente (BALEEIRO, 2001, p. 82, grifo nosso).

Retrato dos Constituintes de 1891, 1892
Alves Ferreira

Esse preceito não terá efeito positivo ao longo do tempo. Os Censos de 1890 e de 1900 de fato virão[62], mas serão lentos na execução e na apuração e, por fim, serão precários nos resultados; o Censo de 1910 nem virá, nem o de 1930; ficando-se mesmo com o Censo de 1920, como o único de valor, no período em análise. E a representação parlamentar não será alterada pelos resultados censitários, bem na razão de como as eleições eram realizadas, com o domínio dos interesses oligárquicos; aos "coronéis" cabia garantir ao governo federal uma base eleitoral, recebendo em troca as benesses dos recursos federais que lhes garantia o prestígio; e, em caso de algum "descuido", a Comissão de Verificação de Poderes, no Congresso Nacional, resolvia as "dúvidas", sempre pendendo para o governo federal. Nessa situação, estabelecer a representação parlamentar a partir duma população bem medida através de um censo, acabava sendo um "luxo"; e nunca se lhe deu as devidas atenções.

Veja-se, para comparação, a mesma matéria na constituição estadunidense. Valerá realçar, de um lado, a prescrição de decenalidade do recenseamento, para efeito de se estabelecer a representação parlamentar, que seria numa proporção à população. De fato, aos resultados dos censos, seguia-se a revisão da representação, bem assim, sua distribuição pelos estados da união; por isso mesmo, realizar o censo sempre foi algo sério, a que se dava grande atenção, sempre com amplas discussões na comissão de estatística (o que ainda ocorre). Ora, dado o modo descentralizado de execução da operação censitária, naqueles primórdios, poder-se-ia cair na tentação de aumentar a população, para efeito de aumentar a representação. Mas, dado que se implantava uma tributação também proporcional à população, qualquer tentação de aumentar a população significaria aumentar a contribuição tributária, o que não seria vantajoso. Dessa

[62] Valerá notar que o Censo de 1890 foi feito antes da aprovação da constituição republicana, portanto, ao se fazê-lo seguiu-se uma determinação ainda do regime monárquico.

forma, introduzia-se na operação censitária um moderador de tentações, algo da maior importância na criação de uma sólida cultura estatística[63].

> ***Constituição estadunidense, 1789***
>
> **Artigo I**
>
> **Seção 1**
>
> Todos os poderes legislativos conferidos por esta Constituição serão confiados a um Congresso dos Estados Unidos, composto de um Senado e de uma Câmara de Representantes.
>
> **Seção 2**
>
> A Câmara dos Representantes será composta de membros eleitos bianualmente pelo povo dos diversos Estados, devendo os eleitores em cada Estado possuir as mesmas qualificações exigidas dos eleitores da Assembléia Legislativa mais numerosa do respectivo Estado. Não será eleito Representante quem não tiver atingido a idade de vinte e cinco anos, não for há sete anos cidadão dos Estados Unidos, e não for, por ocasião da eleição, habitante do Estado que o eleger.
>
> O número de Representantes, assim como os impostos diretos, serão fixados, para os diversos Estados que fizerem parte da União (segundo o número de habitantes, assim determinado: o número total de pessoas livres, incluídas as pessoas em estado de servidão por tempo determinado, e excluídos os índios não taxados, somar-se-ão três quintos da população restante). O recenseamento será feito dentro de três anos depois da primeira sessão do Congresso dos Estados Unidos, e, em seguida, decenalmente, de acordo com as leis que se adotarem. O número de Representantes não excederá de um por 30.000 pessoas, mas cada Estado terá no mínimo um representante. Enquanto não se fizer o recenseamento, o Estado de New Hampshire terá o direito de eleger três representantes, Massachusetts oito, Rhode Island e Providence Plantations um, Connecticut cinco, New York seis, New Jersey quatro, Pennsylvania oito, Delaware um, Maryland seis, Virginia dez, North Carolina cinco, South Carolina cinco, e Georgia três.
>
> Quando ocorrerem vagas na representação de qualquer Estado, o Poder Executivo desse Estado fará publicar editais de eleição para o seu preenchimento.
>
> A Câmara dos Representantes elegerá o seu Presidente e demais membros da Mesa e exercerá, com exclusividade, o poder de indiciar por crime de responsabilidade *(impeachment)* (THE CONSTITUTION..., 2004, tradução nossa, grifo nosso).

Isso posto, passemos à implantação do registro civil, e do casamento civil, tudo isso no bojo da separação da Igreja e do Estado, por certo, conquistas positivistas.

---

63 Para uma história dos censos estadunidenses, ver: ANDERSON, Margo J. **The american census**: a social history. New Haven: Yale University, c1988. Ver também: ANDERSON, Margo J.; FIENBERG, Stephen E. **Who counts**?: the politics of census-taking in contemporary America. New York: Russel Sage Foundation, c1999.

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

O positivista Aristides Lobo, padrinho da restauração da DGE

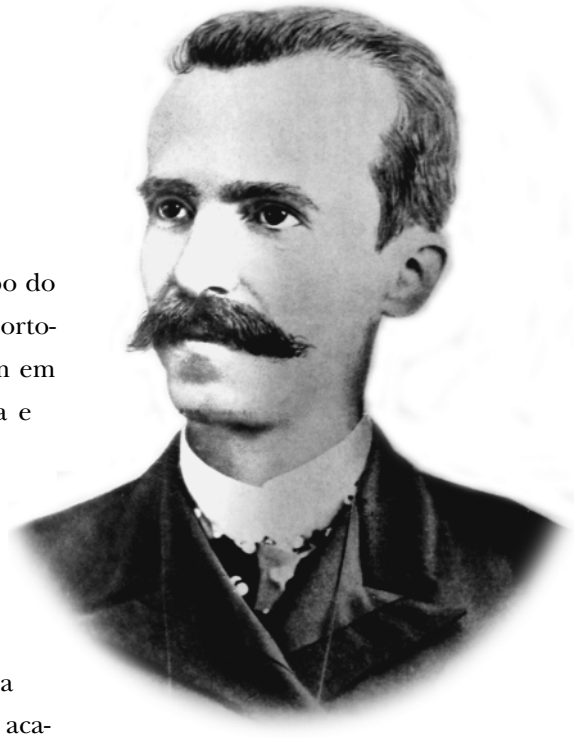
O grande padrinho da restauração e reorganização da Diretoria Geral de Estatística foi o empedernido positivista Aristides da Silveira Lobo. E o fez enquanto era Ministro dos Negócios do Interior, de 15 de novembro de 1889 a dez de fevereiro de 1890. Vê-se pelo Relatório da DGE apresentado ao ministro, em 1891 o toque do apostolado positivista, ao reconhecer o conhecimento da estatística incluindo sua prática "como instrumento de progresso e civilização" do País.

O paraibano Aristides Lobo nasceu no Engenho Tabócas, propriedade de seu pai, Manuel Lobo de Miranda, no Município de Cruz do Espírito Santo, em 12 de fevereiro de 1838. Sua mãe, Ana Norberta da Silveira, era filha do tenente-coronel Francisco José da Silveira, um dos mártires da Revolução de 1817. Ainda na adolescência saiu de sua terra e foi estudar e trabalhar em Alagoas. Formou-se advogado pela Faculdade de Direito de Recife. Foi deputado geral, de 1864 a 1870 e também promotor público da Corte. Tornou-se republicano, chegando a dirigir o jornal A República, fundado em três de dezembro de 1870. O jornal foi "empastelado", em 1873, no momento em que sua equipe festejava a implantação da República Espanhola. Juntamente com Quintino Bocaiúva, foi um dos esteios civis da proclamação da República. Aristides Lobo foi o autor da célebre frase, publicada no Diário Popular, de São Paulo, no dia 18 de novembro de 1889, sobre a participação popular na proclamação da República: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava" (BASBAUM, 1968. p. 87).

Com o novo regime, foi ministro do Governo Provisório de 1889 a 1890. Na administração Deodoro, chegou a ministro do Interior e da Justiça, demitindo-se por desacordo com o marechal e por decepção com os rumos do regime por ele ajudado. Ele não admitia ver, como republicano histórico, o novo regime cometer os mesmo erros que via na monarquia. Além de A República, dirigiu também os jornais O Republicano, O Íris Acadêmico e O Diário Popular, de São Paulo. Faleceu pobre e com problemas mentais em Barbacena, Minas Gerais.

A República implanta o Registro Civil, velho dilema imperial

Capítulo 02



Ruy Barbosa, 1889

No início da República, ainda ao tempo do Governo Provisório, os positivistas, na vertente ortodoxa, aquela ligada a *Benjamim Constant*, influíram em medidas várias, máxime, a separação entre Igreja e Estado, a introdução do casamento civil, a secularização dos cemitérios (e também a reforma do ensino militar) (CARVALHO, 1989).

Sobre a separação entre Igreja e Estado[64], houve discussões no conselho de ministros na sessão de 7 de janeiro de 1890, debatendo-se a proposta de *Rui Barbosa* (Ministro da Fazenda), que acaba aceita com mínimas alterações, mormente as levantadas por *Campos Salles* (Ministro da Justiça) e por *Demétrio Ribeiro* (Ministro da Agricultura). Sobre a introdução do casamento civil[65] (*Campos Salles* à frente) e a secularização dos cemitérios (*Demétrio Ribeiro* à frente), houve discussões no conselho de ministros em várias sessões (7, 14, 21, 23) daquele mesmo janeiro (ABRANCHES,1998). Mais tarde, esse preceito estará consagrado na constituição, no Art. 72, da seção II (Declaração de Direitos), no Título IV (Dos cidadãos brasileiros), como segue:

> Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos termos seguintes:
>
> § 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.
>
> § 4º A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.
>
> § 5º Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autorida-

64 Decreto nº 119[a], de 7 de janeiro de 1890, que "proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências".

65 Decreto no 181, de 24 de janeiro de 1890, que "promulga a lei sobre o casamento civil", contendo 13 capítulos (125 artigos), como segue: I Das formalidades preliminares do casamento; II Dos impedimentos do casamento; III Das pessoas que podem opor impedimentos, do tempo e do modo de opô-los, e dos meios de solve-los; IV Da celebração do casamento; V Do casamento dos brasileiros no estrangeiro e dos estrangeiros no Brasil; VI Das provas do casamento; VII Dos efeitos do casamento; VIII Do casamento nulo e do anulável; IX Do divórcio; X Da dissolução do casamento; XI Da posse dos filhos; XII Disposições penais; e XIII Disposições gerais.

> de municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.
>
> § 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.
>
> § 7º Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança como Governo da União, ou o dos Estados (BALEEIRO, 2001, p. 97).

Nada disso, contudo, impediria que, na maturidade republicana, o casamento religioso ganhasse foros civis, que houvesse empenho diplomático no sentido de haver no País um Príncipe da Igreja Católica, que virá na pessoa de *Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante*, o Cardeal Arcoverde, em dezembro de 1905 (que terá, bem assim seus sucessores, grande influência na política nacional), nem que houvesse escolas com ensino de religião, ainda que o ensino, em geral, seguisse laicizado.

Por demais, sem vínculo explícito ao positivismo, mas, de certa forma, podendo ser-lhe associado, teremos nos primórdios da República duas medidas importantes: primeira, a implantação do registro civil (nascimento, casamento e óbito), como uma das medidas essenciais à racionalização e à secularização dos governos dos estados (de longo tempo arrastado), de pronto vinculado à recriada Diretoria Geral de Estatística; segunda, essa recriação da Diretoria Geral de Estatística, em 2 de janeiro de 1890, por inspiração do positivista *Aristides Lobo*; pouco antes, em ato de 21 de dezembro de 1889, um serviço de estatística será criado no Rio Grande do Sul, por influência direta de *Júlio de Castilho* (positivista histórico), com a seguinte justificativa:

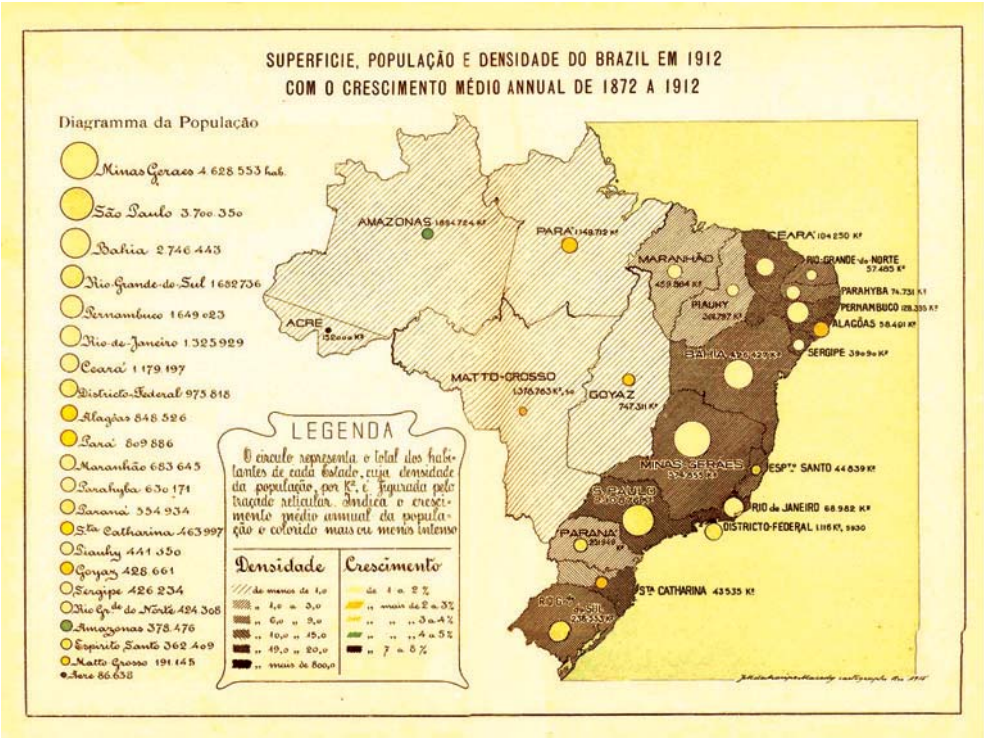
> Não se pode conceber a possibilidade de administrar um país sem dados estatísticos, pois que, sem eles, tudo é feito arbitrariamente, sem fundamento, sem critério e com grave prejuízo para o povo, que é a vítima dos atos levianos dos que governam sem doutrina e dos que administram por vagas inspirações, sem dados positivos em relação aos diversos ramos do serviço público (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2000, p. 49).

As estatísticas e o positivismo

Pois, antes de passar à análise do registro civil, conviria verificar as relações das estatísticas no positivismo. O positivismo pregava o haver estudos humanos científicos, com o fim de se alcançar resultados objetivos (positivos). Na linha de *Auguste Comte*, virá *Émile Durkheim*, *Max Weber*, *Fustel de Coulanges*, entre outros.

Os estudos humanos (ou sociais) seriam feitos nos moldes dos estudos realizados nas ciências naturais (exatas), donde viera o paradigma científico dominante. Com alguma sutileza no processo, os fatos sociais poderiam ser, e seriam, medidos em moldes exatos, precisos, objetivos. Haveria, no limite, uma física social[66].

[66] Adolphe Quetelet usa essa expressão, *Phisique Sociale*, em 1835, em seu livro mais famoso, o que leva Auguste Comte a não usá-lo, como queria, daí surgindo a expressão sociologia.



Superfície, população, e densidade do Brasil em 1912 com crescimento médio anual de 1872 a 1912.

Os fatos sociais, dessa forma, deviam ser medidos. E emerge, então, com força o papel da Estatística, começando nos seus primórdios como Aritmética Política; esta seria a ciência que mediria as "coisas" sociais, no interesse dos governos dos estados; no início, a expressão Estatística tanto diria respeito aos números e à ciência. Mas, como na geração dos números, os registros administrativos figuravam a principal (quase única) fonte de informações individuais, dominava um caráter produtivo demasiado administrativo (basicamente contagens, tipo processo contábil), sendo assim, ao cabo de tudo, ficava-se distante do desejado cientificismo.

De fato, os métodos de pesquisa (de natureza matemática), que depois diremos estatísticos, surgindo e avançando no interior das ciências naturais, pouco se aplicavam à geração dos números (digamos) sociais, as estatísticas propriamente.

Com o tempo, firma-se uma separação: de um lado, a ciência (ou técnica, ou método) estatística, que, depois de surgir e crescer no interior das ciências naturais, acaba tendo vida e rumo próprios, como variação da matemática (tornando-se uma disciplina e uma formação); de outro lado, as estatísticas propriamente, que, por muito tempo, seguirá tendo um caráter produtivo administrativo, sem quase nenhum vínculo naquela ciência, afora coisas simples, como médias, classes, entres poucas outras, até que em tempos recentes, muito recentes, terá o aporte, por exemplo, dos métodos de amostragem, de modelagem, de imputação, de interpolação, entre outros.

Enfim, fosse o governo científico implantado, como queriam os positivistas, por certo teria que haver as estatísticas, como números das realidades complexas. As

estatísticas tornariam próximos e presentes mundos distantes e ausentes, fazendo-os conhecidos, e, portanto, pensáveis. Pelas estatísticas, toda uma população, uma economia, uma sociedade, um território, em alguns aspectos seletivos, são postas diante dos decisores, sobre suas mesas, na forma de tabelas, de gráficos, de cartogramas. Os mundos, reduzidos nos processos de captação, ficam, após as comparações e as combinações, ampliados; sabe-se, então, o que não se sabia, e sabe-se, agora, muito mais, com distinta profundidade. Assim sendo, desde sempre, as estatísticas configuram tecnologias de distância, servindo à maravilha como tecnologias de governo; as estatísticas são formas de saber e são fonte de poder.

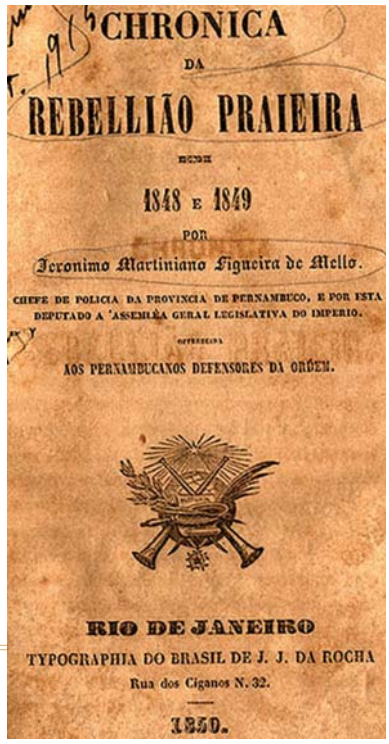
Voltando, fosse o governo científico implantado, nos primórdios da República, ter-se-ia que produzir estatísticas, algumas em especial: para efeito de se definir e se controlar a tributação, as comerciais (nos registros alfandegários); para efeito de criação das forças policiais e militares, as da população (derivadas do registro civil e/ou dos grandes censos gerais). E estes serão os temas chaves da Diretoria Geral de Estatística; mas não únicos, já que outros serão também buscados, compondo seu programa de trabalho; não por necessidade, que os usos das estatísticas eram claudicantes, antes, por assimilação às recomendações internacionais, como, aliás, já se dera ao tempo do Império com o primeiro programa estatístico nacional.[67]

Primeiras histórias do Registro Civil

A primeira tentativa de implantação do registro civil deu-se ao tempo do gabinete presidido por *José da Costa Carvalho*, o Visconde (e futuro Marquês) de Monte Alegre. Datados de 18 de junho de 1851, dois Decretos imperiais foram aprovados, o de nº 797 que mandava "executar o regulamento para a organização do censo geral do Império", e o de nº 798 que "mandava executar o regulamento do registro dos nascimentos e óbitos", portanto, a menos do casamento, o moderno registro civil. Dessa tentativa e da frustração que lhe seguiu, tratamos no capítulo 5 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção, do qual extraímos algumas informações:

> O regulamento da organização do registro dos nascimentos e óbitos, foi dado pelo Decreto nº 798, em 18 de junho de 1851, mesma data do anterior. O registro dos casamentos e dos batismos, em si mesmos, seguiam a cargo dos Párocos, que para tanto deviam manter seus registros (Art. 33), mas ficavam a depender dos registros dos nascimentos. O início da mudança se daria, impreterivelmente, nos termos do art. 32, em 1º de janeiro de 1852, portanto, um tempo mínimo, dada a grandeza e a magnitude da operação, seja pelo quanto incumbia às autoridades, em alterações processuais, seja pelo quanto impunha à população, em alterações culturais (crenças e hábitos).

[67] Ver capítulo 9 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.


CHRONICA
DA
REBELLIÃO PRAIEIRA
EM
1848 E 1849
POR
Jeronimo Martiniano Figueira de Mello.
CHEFE DE POLICIA DA PROVINCIA DE PERNAMBUCO, E POR ESTA DEPUTADO A ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA DO IMPERIO.
OFFERECIDA
AOS PERNAMBUCANOS DEFENSORES DA ORDEM.
RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA DO BRASIL DE J. J. DA ROCHA
Rua dos Ciganos N. 32.
1850.

Folha de rosto Chronica de rebellião. RJ, 1850

Já em seu art. 1º dizia: "haverá em cada Distrito de Juiz de Paz um livro destinado para o registro dos nascimentos, e outro para o dos óbitos que tiverem lugar no Distrito anualmente". Esses livros seriam adquiridos às expensas das Câmaras Municipais (Art. 2º), e seriam de responsabilidade e competência do escrivão do Juiz de Paz (Art. 5º). Os registros, em si mesmos, seriam gratuitos, mas as certidões emitidas seriam pagas (Art. 17), e elas é que provariam as idades e a morte (Art. 20).

O conteúdo dos registros é tratado no art. 8º, para os nascimentos, e no art. 11, para os óbitos, tendo a forma comum (normal) desses registros. A competência da participação, também nos moldes usuais, é tratada no art. 7º, para os nascimentos, e no art. 10º para os óbitos. E deviam diferir muito pouco (se havia alguma diferença) da prática corrente, junto aos párocos, contudo, as pessoas passavam a tratar com leigos, em momentos marcantes de suas vidas, momentos fortemente religiosos.

Contudo, as mudanças culturais exigidas se aprofundavam e se esgarçavam nos termos do art. 23: "não se dará à sepultura cadáver algum sem que os Administradores dos cemitérios tenham presentes as certidões dos óbitos"; e do art. 24: "os párocos para a administração do batismo exigirão certidão do registro do nascimento, salvo o caso de evidente perigo de vida do recém-nascido". Duas medidas severas, a exigirem profundas mudanças culturais, por certo lentas. Mas... era imediata a implantação.

No caso do batismo, por mais que as pessoas o quisessem, não era premente, bem podendo ser precedido da exigência de uma certidão, e nos casos prementes autorizava-se o relaxamento da exigência. No caso dos enterros, a situação se agravava, impondo-se um irredutível tudo ou nada, vale dizer, no momento difícil da perda de alguém, sob dor, por falta de um papel, as famílias poderiam ser impedidas de sepultar seus mortos, o que, no mínimo, seria visto como um enorme desrespeito, sem contar o grande incômodo (pela ausência de capelas mortuárias e de necrotérios) de se ter que continuar com o morto em casa (por algum tempo, um dia que fosse).

José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre, [s.d.]

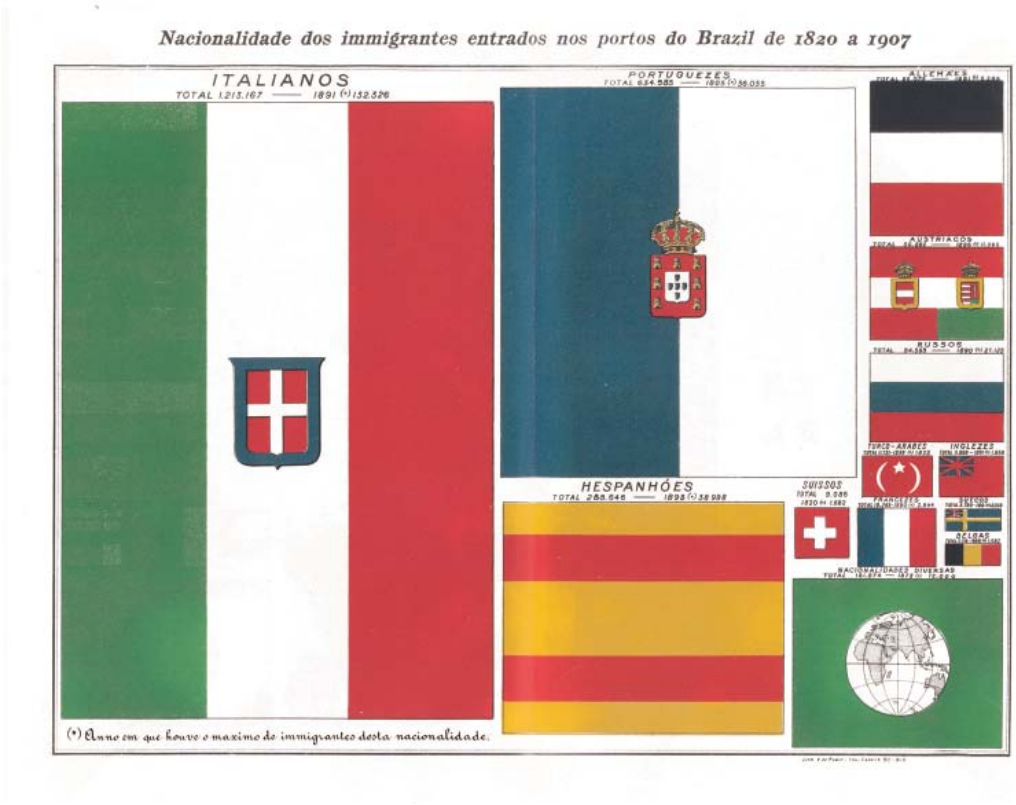
Os art. 26 a 31 tratavam da elaboração, a cada seis meses, de quadros (ou mapas) estatísticos dos nascimentos e dos óbitos, a partir dos registros que então se criavam. Por essa atividade, os escrivães que a iniciariam receberiam uma gratificação de cem mil réis (por semestre), gratificação essa que não se pensara, ao que parece, atribuir aos párocos, ao se lhes pedir o mesmo (talvez por terem a côngrua, vinda dos cofres públicos, contudo,

> os escrivães também tinham seus ganhos públicos). Os quadros (ou mapas) feitos pelos escrivães seriam remetidos para totalização às Câmaras Municipais, que, a seu turno, os remeteriam para igual fim aos respectivos governos provinciais, e, por esses, ao Ministério dos Negócios do Império, que deveria realizar os totais gerais (SENRA, 2006, v. 1, p. 147-148).

Dos dois Decretos, o mais marcante, será, sem dúvida, a laicização dos registros de nascimento e falecimento, até então sujeitos aos vigários católicos (aquele, na ocasião do batismo). Para o País, quando tentava estimular a imigração, em face do fim legal e formal do tráfico de escravos[68], era vital fazê-lo, entre outras razões, porque facilitaria aos imigrantes, geralmente não católicos, a obtenção de identidade, liberando-os, dessa forma, da dependência aos párocos católicos. Pois essa decisão racional, natural e simples, corrente mundo afora, expressão de modernidade, implicavam mudanças de costumes, de hábitos, de crenças das populações, afetando suas vidas privadas, o que não era bem recebido.

> O povo reagiu armado, em repúdio aos registros, o que acabaria obstando o censo. Uma revolta estranha: sem líderes, sem atos heróicos, sem grandes batalhas, com poucas prisões, com quase nenhum processo criminal. Uma revolta de pouco tempo, de dois a quatro meses, mas em área grande, atingindo várias províncias, isso, em época de comunicação e de transporte precários. Uma revolta não explicada pelos documentos, documentos que revelam autoridades desconcertadas, atônitas, sem compreensão dos acontecimentos; atônitas e preocupadas, temerosas de estarem diante de novo surto da Praieira, o que desagradava aos conservadores, então no poder; autoridades que tratam de sufocar a revolta, usando as forças policiais e militares, tanto quanto usando as forças da religião, através da atuação de missionários. Uma revolta estranha, aos olhos de ontem e aos olhos de hoje, em sua origem, em seu curso, em seu fim, com a vitória dos revoltosos que, ao fim e ao cabo, vêem os decretos da discórdia serem suspensos.
>
> Os ânimos se exaltaram. Boatos surgiram e circularam. Diziam que aqueles decretos pretendiam escravizar as homens pobres livres. A reação popular deu-se contra a suposta "declaração de escravidão", que seria inerente às medidas do governo. Com o fim do tráfico de escravos, faltariam trabalhadores; a alternativa da imigração era muito lenta, afora haver reticências em assimilá-la, por parte dos proprietários; nesse quadro, pareceu natural, crível e viável, acreditar que as medidas do Governo Imperial intentavam escravizar os homens pobres livres, e reescravizar escravos libertos. Suas condições de liberdade não eram legais e oficiais, ou o eram em bases frágeis, sem as devidas formalidades dos comprovantes. Então, dever registrar eventos chaves da vida, em cartórios, diante de laicos, certamente amedrontava; e se chamou o decreto referido aos registros de "lei do cativeiro". Nesse ponto, vale notar, o próprio censo, também ele um registro, sendo muito difícil percebê-lo e assimilá-lo como um registro individual a ser superado no processo de agregação das estatísticas, incomodaria, mais cedo ou mais tarde; contudo, como não se lhe tinha vivência, não se o sabia de pronto, ao passo que aos registros se tinha vivência, não direta, é claro, mas indireta nos registros paroquiais, e não se os aceitou, potencializando os transtornos que provocariam.

[68] Trata-se da chamada Lei Eusébio de Queiróz, Ministro dos Negócios da Justiça, com a qual o governo imperial sujeitava-se às pressões inglesas, cada vez mais fortes, contra o tráfico de escravos. A Lei de Terra, da mesma época, também de autoria de Eusébio de Queiróz, fazia menção explícita à imigração.



Nacionalidade dos imigrantes entrados nos portos do Brasil de 1820-1907

O espírito da Praieira pairava no ar, levando as autoridades provinciais a posições contraditórias. Houve aqueles que associaram aquela reação popular a antigos praieiros, incitando a população. Houve aqueles que associaram aquela reação popular mais que a pessoas, ao próprio Partido Liberal, donde nasceu a Praieira. Houve quem se empenhasse em dissociar aquela reação popular contrária às medidas do governo da recém-acabada Revolta Praieira, talvez traindo temores inauditos.

De fato, a proximidade dos acontecimentos, tornava inevitável recordar-se da Praieira, de modo que aquela revolta teimava em aparecer nos relatórios. Claro que a todos interessava, ou deveria interessar, a política de conciliação, mormente aos conservadores que empolgavam o poder, como vitoriosos. Contudo, as elites, divididas nos partidos, ainda não estavam seguras de poderem se alternar no poder, mas caminhavam na percepção que não cabia lutarem por posições política através de armas nas mãos (não tardaria até que o poder moderador tornasse viável e clara a alternância dos contrários no exercício do poder). Ao fazê-lo, armados, todos perdiam (SENRA, 2006, v. 1, p. 150-151).

Daí, em 29 de janeiro de 1852, o Decreto nº 907 suspendeu as referidas medidas, deixando-as a ocasião mais própria, que só virá muito tempo depois, com a Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, ao tempo do gabinete presidido por *Joaquim José Rodrigues Torres*, o Visconde de Itaboraí, mandando fazer o censo (Decreto nº 4.856, de 30 de dezembro de 1871) e mandando criar a DGE – Diretoria Geral de Estatística (Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871). Pois em seu Art. 2º tratava da organização do registro dos nascimentos e dos óbitos, e também dos casamentos, "ficando o regulamento que para esse fim expedir sujeito à aprovação da Assembléia Geral na parte que se referir à penalidade e efeitos do mesmo registro"; no § 2º manda a DGE

"organizar os quadros anuais dos nascimentos, casamentos e óbitos", o que seria feito, obviamente, com base naqueles registros. Logo virá o regulamento.

No gabinete presidido por *José Maria da Silva Paranhos*, o Visconde do Rio Branco, pelo Decreto nº 5.604, de 25 de abril de 1874, virá o regulamento para execução do registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos. Está dividido em dois títulos, sete capítulos, 78 artigos, a saber: Título I: Disposições gerais (I Do registro em geral, II Da escrituração dos livros do registro civil, III Da anotação e averbação dos assentos, IV Dos emolumentos, penalidades e recursos), Título II: Das diversas espécies de registro (I Do registro dos nascimentos, II Do registro dos casamentos, III Do registro dos óbitos). Seguirá sua apreciação pela Assembléia Geral, por longo tempo, só sendo aprovado "na parte penal" em 11 de junho de 1887, pelo Decreto nº 3.316, já ao tempo do gabinete presidido por *João Maurício Wanderley*, o Barão de Cotegipe. Nesse mesmo gabinete, pelo Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888, o regulamento aprovado é alterado, e é ele que será legado à República, e por ela implantado.

Segundas histórias do Registro Civil

Esse novo regulamento, baixado pelo Decreto nº 9.886, visto acima, tem os mesmos títulos e capítulos do regulamento anterior, mas com mais artigos, 84, trazendo ainda cinco modelos de registros (formato das páginas dos livros)[69]. Logo depois o Decreto nº 605, de 26 de julho de 1890, altera-lhe os Art. 5º e Art. 22.

O Art. 1º do capítulo I, "Do registro em geral", no título I, "Disposições gerais", oferece uma definição: "o registro civil compreende nos seus assentos as declarações especificadas neste regulamento, para certificar a existência de três fatos: o nascimento, o casamento e a morte". O Art. 2º encarrega o Escrivão do Juiz de Paz, em cada paróquia, "dos assentos, notas e averbações do registro civil", cabendo ao Secretário da Câmara Municipal a guarda dos mesmos, tão logo sejam, depois de findos os livros, enviados para o "arquivo daquela corporação". O Art. 6º estabelece que "os empregados do registro civil não devem inserir nos assentos, que lavrarem, ou nas respectivas notas e averbações, senão aquilo que os interessados declararem". Os demais artigos do capítulo I tratam da aquisição dos primeiros livros, e dos seguintes, bem assim, dos registros dos fatos havidos em colônias distantes, em navios de guerra e mercantes, e em campanhas militares no exterior.

Ainda nesse título I, o capítulo II, "Da escrituração dos livros do registro civil", trata das formas de anotações, com base nos cindo modelos de registros anexados ao regulamento; trata das testemunhas, das retificações imediata, entre outros pontos. O capítulo III, "Da anotação e averbação dos assentos", trata das ações judiciais de

[69] A execução deste regulamento, a partir de primeiro de janeiro de 1889, foi autorizada pelo Decreto nº 10.044, de 22 de setembro de 1888. Não obstante, o mérito da efetiva implantação do Registro Civil fica na conta do regime republicano, mais ainda o mérito de se intentar derivar-lhe estatísticas.

retificações; trata também dos registros de fatos ocorridos no estrangeiro, a depender sempre de prévios registros consulares, entre outros pontos. O capítulo IV, "Dos emolumentos, penalidades e recursos", estabelece vantagens e punições aos encarregados das escriturações, entre outros pontos. Portanto, os três capítulos abordam questões de administração; questões de conteúdo estarão no título II, "Das diversas espécies de registro", em seus três capítulos, sucessivamente, "I Do registro dos nascimentos", "II Do registro dos casamentos", "III Do registro dos óbitos".

Sobre os nascimentos "deverá ser dado o registro dentro de três dias", prazo que poderia ser estendido a 8, 20 ou 60 dias conforme a distância das residências até os distritos de paz (Art. 53). O comunicado dos nascimentos cabia, prioritariamente, ao pai, e, em seu impedimento, à mãe, e no impedimento de ambos, a algum parente próximo (Art. 57). São tratados os casos dos expostos (Art.60 e 61), dos gêmeos (Art. 62), são vistos, ainda, os casos dos nascidos em campanhas militares no exterior, dos nascidos no estrangeiro, dos nascidos em alto-mar. Isso posto, segundo o regulamento seriam objeto de registro as seguintes informações, com os devidos cuidados:

> Art. 58. O assento do nascimento deverá conter:
>
> 1º O dia, mês, ano e lugar do nascimento, e a hora certa ou aproximada, sendo possível determiná-la;
>
> 2º O sexo do recém-nascido;
>
> 3º O fato de ser gêmeo, quando assim tenha acontecido;
>
> 4º A declaração de ser legítimo, ilegítimo ou exposto;
>
> 5º O nome e sobrenomes que forem ou houverem de ser postos à criança;
>
> 6º A declaração de que nasceu morta, ou morreu no ato ou logo depois do parto;
>
> 7º A ordem de filiação de outros irmãos do mesmo nome, que existam ou tenham existido;
>
> 8º Os nomes, sobrenomes e apelidos dos pais; a naturalidade, condição e profissão destes; a paróquia ou lugar onde casaram e o domicílio ou residência atual;
>
> 9º Os nomes, sobrenomes e apelidos de seus avós paternos e maternos;
>
> 10º Os nomes, sobrenomes, apelidos, domicílio ou residência atual do padrinho, da madrinha e de duas testemunhas, pelo menos, assim como a profissão destas, e a daquele, si o recém-nascido já for batizado.
>
> Art. 59. Podem ser omitidos, se daí resultar escândalo, o nome do pai ou o da mãe ou os de ambos, e quaisquer das declarações do artigo antecedente, que fizerem conhecida a filiação, observando-se a este respeito as reservas estabelecidas para os assentos de batismo[70] na Constituição eclesiástica nº 73.

[70] "E quando o batizado não for havido de legítimo matrimônio, também se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for coisa notória e sabida, e não houver escândalo; porém, havendo escândalo em se declarar o nome do pai, só se declarará o nome da mãe, se também não houver escândalo nem perigo de o haver".

Sobre os registros dos casamentos, deveriam ser feitos “dentro de três dias da celebração”, se em território brasileiro, “seja qual for a sua comunhão religiosa” (Art. 69), se havido no estrangeiro, impunha-se o assentamento nos consulados (Art. 73). Isso posto, seriam objeto de registro as seguintes informações, com os devidos cuidados:

> Art. 70. O assento de casamento deverá conter necessariamente:
>
> 1º O dia, mês e ano em que for lavrado;
>
> 2º O dia, mês e ano, e também a hora ao menos aproximadamente, em que o casamento se celebrou;
>
> 3º Indicação da Igreja, Capela ou outro lugar em que se celebrou; e da provisão de licença, se o casamento for de católicos, e tiver se efetuado fora da Igreja Matriz;
>
> 4º Os nomes, sobrenomes, apelidos, filiação, idade, estado, naturalidade, profissão e residência dos esposos;
>
> 5º O nome do Páraco que assistiu ao casamento ou do eclesiástico que o substituiu; e neste caso, indicação da licença do respectivo Páraco; e se os cônjuges forem acatólicos, o nome da pessoa competente perante a qual celebrou-se o casamento;
>
> 6º Declaração de dispensa de parentesco ou outro impedimento canônico, assim como de todas ou de algumas das denunciações canônicas;
>
> 7º Declaração do consentimento dos superiores legítimos, que a podem dar;
>
> 8º Declaração do número, nomes e idade dos filhos, havidos antes do casamento, e que ficarem por ele legitimados;
>
> 9º Declaração do regimen matrimonial: se o casamento foi feito segundo o costume do Império, ou se houve escrituração antenupciais; e neste caso, a sua data, o lugar em que foram lavradas, o Tabelião que as lavrou, e a substância delas quanto ao regimen de bens;
>
> 10º Se algum ou ambos os cônjuges se casaram por procuração, os nomes, idade e domicílio ou residência atual do procurador ou dos procuradores;
>
> 11º Os nomes, idade, profissão e domicílio ou residência atual de duas das testemunhas que assistiram ao casamento, e que devem assinar o assento pessoalmente ou por bastante procurador.
>
> Art. 71. Na declaração da filiação dos cônjuges, de que trata o nº 4 do artigo antecedente, dever-se-á dizer se os cônjuges são filhos legítimos, ou naturais; e neste caso, se mencionarão os nomes dos pais com as restrições dos arts. 59 e 60, ou se são filhos de pais incógnitos, ou finalmente, expostos. Na declaração do estado dos cônjuges, de que trata o citado nº 4 do artigo antecedente, se algum ou ambos os cônjuges forem viúvos, deverão mencionar-se os nomes das pessoas com quem foram casados, e o tempo e lugar em que estas faleceram. Na hipótese de menoridade de um ou de ambos os cônjuges, o assento fará menção do consentimento dos pais, tutores ou curadores, e da natureza do documento que o prova; bem assim do

> alvará de licença do Juiz de Órfãos, nos casos em que é preciso. O consentimento por escrito dos pais, tutores ou curadores não é necessário, estando eles presentes e assinando o assento.

Sobre os óbitos, "nenhum enterramento se fará sem certidão do Escrivão de Paz do distrito, em que se tiver dado o falecimento" (Art. 74)[71], salvo se ele não puder ser encontrado "dentro de 24 horas depois do falecimento, ou de ter sido causa da morte moléstia contagiosa, a juízo do médico, o enterramento poder-se-á fazer com autorização do Inspetor do quarteirão, abrindo-se assento no dia imediato, e mencionando-se nele a dita autorização" (Art. 75)[72]; vários artigos tratam dos registros dos óbitos havidos a bordo de navios, em campos de batalha, em hospitais, em prisões, bem assim, nos casos de execução de sentença de pena capital. Isso posto, seriam responsáveis pela notificação pessoas certas, e seriam objeto de registro as seguintes informações, com os devidos cuidados:

> Art. 76. São obrigados a fazer a comunicação do óbito:
>
> 1º O chefe de família, a respeito de sua mulher, filhos, hóspedes, agregados e criados;
>
> 2º A viúva, a respeito de seu marido e de cada uma das outras pessoas indicadas no número antecedente;
>
> 3º O filho, a respeito do pai ou da mãe; o irmão, a respeito do irmão e das mais pessoas da casa, indicadas em o nº 1; o parente mais próximo, sendo maior e achando-se presente;
>
> 4º O administrador, diretor ou gerente de qualquer estabelecimento, a respeito das pessoas que ali falecerem, quer o estabelecimento pertença ao Estado, quer pertença a alguma associação ou corporação, civil ou religiosa, quer seja puramente particular;
>
> 5º Na falta das pessoas compreendidas nos números antecedentes, aquela que tiver assistido aos últimos momentos do finado, o Pároco ou sacerdote que lhe tiver ministrado os socorros espirituais, ou o vizinho que do falecimento houver notícia;
>
> 6º A autoridade policial, a respeito das pessoas encontradas mortas.
>
> Art. 77. O assento de óbito deverá conter:
>
> 1º O dia e, se for possível a hora, mês e ano do falecimento;
>
> 2º O lugar deste, com indicação da paróquia e distrito a que pertencer o morto;

[71] "Parágrafo Único. Se o óbito for de criança nascida depois da instalação do registro civil, o Escrivão não dará a certidão pedida sem verificar se o falecido foi ou não inscrito no registro dos nascimentos; e no caso de o não ter sido, fará previamente esta inscrição nos termos do art. 58."

[72] "O mesmo observar-se-á fora das povoações em lugares que distem mais de uma légua do cartório do Escrivão de Paz do respectivo distrito, abrindo-se o assento nos prazos do art. 54, conforme a distância".

3º O nome, sobrenome, apelidos, sexo, idade, estado, profissão, naturalidade e domicílio ou residência;

4º Se era casado, o nome do cônjuge sobrevivente; se era viúvo, o nome do cônjuge predefunto;

5º A declaração de que era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos, ou exposto;

6º os nomes, sobrenomes, apelidos, profissão, naturalidade e residência dos pais;

7º Se faleceu com ou sem testamento;

8º Se deixou filhos legítimos ou naturais reconhecidos, quantos e os seus nomes e idade;

9º Se a morte foi natural ou violenta, e a causa conhecida;

10º O lugar em que se vai sepultar, ou foi sepultado e, sendo em jazigo fora de cemitério público, a licença da autoridade competente.

Art. 78. Sendo o finado pessoa desconhecida, o assento deverá também conter declaração da estatura, cor, sinais aparentes, idade presumida, vestuário, e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento; e, no caso de ter sido encontrado morto, se mencionará esta circunstância e o lugar em que foi encontrado.

Daí, pelo Decreto nº 722, de 6 de setembro de 1890, o Governo Provisório da República determinou que fossem enviados trimestralmente[73] à DGE mapas dos nascimentos, casamentos e óbitos registrados na conformidade das disposições em vigor", tornando, assim, factível "o serviço relativo ao registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos e ao movimento geral da população", atribuído àquela repartição no § 1º do Art. 2º do Decreto nº 113 [d], de 2 de janeiro de 1890, que a recriara.

A DGE deveria remeter os formulários, ditos "mapas", a serem preenchidos pelos funcionários dos distritos de paz, e por eles devolvidos "dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano" (Art. 1º). A DGE poderia, a qualquer momento, solicitar "as correções de que carecerem os mapas", bem assim, quaisquer outros esclarecimentos (Art. 2º). Ao não envio dos mapas, os funcionários dos distritos de paz incorreriam "nas penas do Art. 154 do Código Criminal", e, havendo reincidência ficariam "sujeitos à privação do emprego" (Art. 3º). Os mapas referidos ao ano anterior, 1889, e ao primeiro semestre daquele ano, 1890, deveriam ser enviados com presteza (Art. 4º). Por fim, o Art. 5º mandava a DGE fornecer à "Inspetoria Geral de Higiene os dados necessários para a organização das estatísticas demógrafo-sanitárias". E assim seguirá, por muito tempo, sem alterações legislativas.

[73] O Decreto fala em "trimensalmente", o que é por certo um erro, querendo o legislador referir-se a "trimestralmente".

Dito isso, cedamos a palavra a *Timóteo da Costa*, em seu relatório de 1891 sobre 1890, para termos uma descrição dos formulários idealizados pela DGE, bem assim, os princípios que nortearam suas elaborações:

Deodoro entrega a bandeira da República à Nação brasileira, [s.d.]

> A organização dos mapas obedeceu a dois princípios capitais: facilitar aos escrivães incumbidos do registro a tarefa das transcrições[74], e coligir, nos limites dos recursos proporcionados por esse rico manancial, dados idênticos aos, com tanto proveito científico, utilizados em grande número de países da Europa e da América[75].
>
> Constam da seguinte enumeração os esclarecimentos pedidos:
>
> Mapa dos nascimentos: dia, mês e hora (se de dia ou de noite), sexo, se gêmeo, se nasceu vivo, filiação, lugar do nascimento, naturalidade do pai e da mãe.
>
> Mapa dos casamentos: dia e mês, lugar do casamento, idade, profissão do cônjuge, estado civil anterior, naturalidade, e grau de parentesco.
>
> Mapa dos óbitos: dia, mês e hora (se de dia ou de noite), lugar onde ocorreu o óbito, sexo, idade, profissão, estado civil, naturalidade, domicílio, causa da morte.
>
> Aviada na Imprensa Nacional a encomenda de 50.000 mapas de cada uma das espécies indicadas, fez-se nos meses de junho e julho para cada a remessa do número de exemplares julgado suficiente para os estratos dos assentamentos lavrados nos cartórios dos escrivães de paz de cada freguesia, durante o ano de 1889 e 1º semestre de 1890.
>
> Tendo os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais estabelecido em suas capitais repartições de estatística[76], entendeu esta Diretoria que, para uniformidade do serviço e menor trabalho dos escrivães, devia estabelecer com elas um acordo, propondo-lhes que distribuíssem os mapas, os recolhessem e apurassem, remetendo em tempo o resultado dessa apuração feita sob um mesmo plano (BRASIL, 1891, p. 33-34, grifo nosso).

Para efeito da geração das estatísticas, ano a ano, a DGE viverá um eterno drama; estará remando contra a corrente, todo o tempo. Os mapas jamais lhe chegarão nos devidos tempos, quando os recebia; de fato, uma parte ínfima lhe era enviada regularmente, implicando cobranças em volumosa e sucessiva correspondência com os governos estaduais (sob autonomia federativa); mesmo a pequena parcela que lhe chegava, carecia de qualidade, e de consistência, sendo gritante o sub-registro. De um

74 Pela descrição dos mapas, adiante, não se foi nada simples, exigindo muito trabalho dos escrivães.

75 Este princípio terá sido irresistível, e terá dominado na formulação dos mapas.

76 Curioso que não seja mencionada a repartição de estatística criada sob Júlio de Castilho no Rio Grande do Sul, a menos que ela não tenha funcionado efetivamente. Estranha também que não haja menção a nenhuma repartição estatística em São Paulo.

lado, havia a resistência e/ou a ignorância da população; de outro lado, havia a ignorância e/ou a displicência e/ou a incompetência dos funcionários responsáveis pela realização dos registros e dos mapas. E, para avultar a confusão, havia a propaganda negativa dos párocos (católicos), em reação às perdas de privilégios e de prerrogativas. A DGE, sem esmorecer, enfrentava a perversa situação.

De novo, cedamos a palavra a *Timóteo da Costa*, no mesmo relatório de 1891 sobre 1890, para uma narrativa dos problemas de convívio com o registro civil, vendo-se como eram imensas as dificuldades cotidianas:

> As omissões das declarações exigidas pelo regulamento são freqüentes, sobretudo nas que se referem aos óbitos. Grande é a quantidade de mapas em que figura apenas um registro mensal de nascimento e outro de morte, e a 23 se eleva o número das freguesias onde, já comunicaram os respectivos escrivães, não funciona o registro civil, sendo provável que na maioria daquelas donde nenhum mapa tem sido devolvido suceda o mesmo. Ignorado da massa da população ou inspirando-lhe repugnância, principalmente depois da separação da Igreja Católica, o registro civil apenas terá tido menos irregular execução em 30 ou 40 paróquias do país. Era prevista a deficiência, mas não em tais proporções (BRASIL, 1891, p. 35-36, grifo nosso).

Terceiras histórias do Registro Civil

Em 26 de fevereiro de 1891, *Deodoro da Fonseca* (1827-1892) e *Floriano Peixoto* (1839-1895) são eleitos pelo Congresso Nacional, respectivamente, presidente e vice-presidente. Em 23 de novembro, daquele mesmo ano, depois de tentar fechar o Congresso Nacional, e fracassar, *Deodoro da Fonseca* renuncia, assumindo o Vice-presidente. Sua posse foi polêmica, havendo quem defendesse a convocação imediata de uma nova eleição, tendo em vista que a vacância ocorrera na primeira metade do mandato. Certo ou errado, *Floriano Peixoto* seguiu no cargo, mas, curiosamente, nunca se denominou presidente, continuando a se autodenominar vice-presidente.

Em 1892, *Fernando Lobo Leite Pereira* (1851-1928), Ministro do Interior (26 de dezembro de 1891 a 8 de dezembro de 1893), em relatório ao Vice-presidente da República, realça o registro civil nos termos seguintes:

> Dentre os diversos ramos da administração a cargo do Ministério do Interior, sobressai, pela sua importância e por considerável soma de interesses a que está ligado, o que concerne ao registro civil dos nascimentos [casamentos] e óbitos. Interessando quer aos direitos privados, em suas várias relações e instituições, quer à estatística nacional, de cujos subsídios não é lícito prescindir na administração e na política, não pode aquele serviço deixar de inspirar aos poderes públicos a maior atenção (BRASIL, 1892b, p. 54-55).

E também informa as medidas (administrativas, sempre na forma de avisos) tendentes a disciplinar a execução do Registro Civil, e, por demais, a elaboração das estatísticas, através dos mapas da DGE. Reclamações e orientações, por certo eram úteis, mas não atacavam a natureza dos problemas que estava no despreparo dos funcionários, não raro também dos cartórios (distritos de paz), sem olvidar a desatenção

da população, como visto antes. E isso, no contexto da federação republicana, estava na alçada dos estados, que quase nunca atendiam aos reclamos do governo federal. De fato, àquele tempo, eram muitos os problemas; muitos e por demais variados.

As dificuldades econômicas eram imensas, no rastro do confuso período do chamado encilhamento, ainda ao tempo do Governo Provisório (*Rui Barbosa* como Ministro da Fazenda). A República ainda estava por ser consolidada, em meio às paixões pessoais, aos interesses federativos, à inexperiência administrativa dos seus dirigentes nacionais, entre outros pontos. As revoltas armadas se sucediam negando qualquer chance de normalidade na administração; entre as principais: a Revolta da Armada, que pôs na mira dos canhões da armada, a própria capital federal; e a Revolução Federalista, que ameaçou a unidade nacional, no sul do País (FLORES, 2003, p. 45-88).

Donde, ficava difícil tornar rotina o registro civil, e dele derivar estatísticas. As demais atividades estatísticas, seja usando diversos registros administrativos, seja dando curso ao censo geral (1890), esbarrou com idênticos problemas. Sem paz, claudica a elaboração das estatísticas, mormente sendo ainda uma atividade incipiente, sem maiores tradições, culturais e técnicas. Mas a DGE tentava seguir à frente, não raro, a duras penas, amargando fracassos sobre fracassos; e a cada fracasso, não obstante os esforços dos técnicos, emergiam mudanças estruturais, quase sempre sofridas reduções de cargos e de quadros, o que não ajudava, antes, atrapalhava e agravava a situação. Pois o Censo de 1890 será feito em meio a crises, e será uma crise.

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Primeiros diretores: [re]nasce a DGE

Com a [re]instauração da Diretoria Geral de Estatística, agora sob regime republicano, as estatísticas legalizadas tinham nova morada. O que não significa dizer que teriam habitação tranqüila. Com novas atribuições adquiridas sob o novo regime, seus primeiros diretores se alternariam em administrações que iam do inócuo ao pouco produtivo. Foram estes os primeiros diretores do órgão central de estatística brasileira pós-República.

Manoel Timóteo da Costa nasceu no Rio de Janeiro, em 29 de março de 1855, filho de Antônio Timóteo da Costa e de Bárbara Jesus Ramalho Timóteo da Costa. Estudou no Mosteiro de São Bento até prestar exame para a Escola Politécnica, onde se formou em dezembro de 1878. Lá, apenas três anos depois era nomeado lente substituto da cadeira de Minas. Posteriormente, foi efetivado em 1881, chegando a lente catedrático da primeira cadeira do curso de Engenharia de Minas.

Tornou-se abolicionista e republicano, defendendo seus ideais inclusive pela imprensa - foi redator de A República. Era “florianista” devotado, tendo inclusive participado ativamente da repressão à

Revolta da Armada, em 1893. Ardoroso defensor da República e orador vibrante, elegeu-se deputado na vaga de Lopes Trovão, que fora para o Senado, renovou o seu mandato na legislatura seguinte. Ao fim desta, em 1899, não se candidatou, afastando-se da política (provavelmente desencantado com os rumos da República).

Com a restauração da Diretoria Geral de Estatística, em 1890, pelo Governo Provisório, Timóteo da Costa foi escolhido como seu primeiro diretor, na nova fase republicana. Tão logo assume, empreende sua reorganização, encaminhando ao ministro da Justiça sua proposta de regulamento da Diretoria.

O seu estilo voluntarioso vai encontrar campo fértil no novo órgão central de estatística. Lá, desenvolve diversos trabalhos por sua iniciativa. Dentre estes, cabe destacar a coleta de dados estatísticos de associações de beneficência, a organização de questionários dos muitos serviços estatísticos das Diretorias de Obras Públicas estaduais e a estatística dos impostos lançados pelas assembléias provinciais. O Recenseamento de 1890 foi planejado e executado sob sua responsabilidade. Ainda na fase de aprovação do projeto do censo, encaminhou suas considerações ao ministro do Interior, justificando os motivos pelos quais não adotara integralmente o plano do Censo de 1872.

Em abril do ano seguinte, Timóteo deixou a DGE, sendo substituído por Medeiros e Albuquerque. Entretanto, retornaria ao cargo em dezembro daquele mesmo ano, permanecendo à frente da DGE até 19 de junho de 1893. Em sua administração foram entabulados acordos com repartições de estatísticas de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Quando iniciou a partir daí a sua carreira política, ele só fez dois discursos na Câmara relacionados à estatística: em um falou sobre suas realizações e pedia que terminasse a apuração do censo que iniciou; em outro, tratou da redução de gastos com a folha de pagamento da DGE.

Timóteo da Costa casou-se com Eponina Lodoisca Leitão, que lhe deu doze filhos, embora metade destes tivessem falecido ainda na infância. Em 12 de março de 1934 veio ele próprio a morrer, em Niterói. De seus filhos, dois trabalharam na DGE: Luiz Timóteo da Costa, ao tempo da administração de seu pai, e Manoel Timóteo da Costa Júnior, admitido na diretoria em 1908, sendo, pois, contemporâneo de Teixeira de Freitas, de quem, mais tarde, foi assistente na Seção de Estatística Geral de Minas Gerais.

Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque entra para a História das estatísticas brasileiras como o único que dirigiu a DGE no Império e na República. Maranhense da cidade de

Caxias, onde nasceu em 31 de outubro de 1835. Era filho de João Nunes de Campos e Anna Josephina Rita de Carvalho Ramos da Costa de Medeiros e Albuquerque. Concluiu o primário e os secundário em sua cidade natal, começou a trabalhar ainda bem jovem, como farmacêutico. Nas horas vagas ainda escrevia para a imprensa local. Quando contava 30 anos, mudou-se para o Recife para formar-se em Direito. Abriu escritório de advocacia na capital pernambucana e ainda começou a lecionar no Colégio São Joaquim, onde chegou à direção.

No gabinete João Alfredo, foi convidado a morar no Rio de Janeiro e assumir a Secretaria do Ministério dos Negócios do Império. Lá, fez carreira até a Proclamação da República. Naquele ministério, foi diretor da Instrução Pública, onde promoveu a construção de várias escolas, e também diretor da Contabilidade.

Com a fundação da Diretoria Geral de Estatística, em 1871, órgão ligado ao Ministério do Império, foi designado para chefiar a 1ª Seção. Mas em seguida foi nomeado diretor interino, uma vez que o titular, Manoel Francisco Corrêa [ver o capítulo 16 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção], fora indicado para assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Tão logo assumiu a interinidade na chefia da DGE, iniciou várias pesquisas sistemáticas sobre as condições do Império, a saber: população, território, estado político, intelectual e moral, estado agrícola, industrial e comercial. Um trabalho de alta importância, uma vez que se estava fazendo ali o marco inicial dos trabalhos da nova diretoria. Para este, concorreram os presidentes de província, o que caracterizaria a primeira colaboração entre a DGE e os estados em trabalhos de cunho estatísticos. Por sua iniciativa, foi realizado o levantamento da divisão eleitoral do Império, divisão eclesiástica, divisão do território de cada província, receita, despesa e dívida ativa e passiva das câmaras municipais das províncias, desde a promulgação da Lei Orgânica de primeiro de outubro de 1828, e receita e despesa e dívida ativa e passiva geral do império desde a Independência entre outros importantes trabalhos. Foi dele o primeiro relatório da diretoria. Teve enorme participação no primeiro Recenseamento do Brasil, realizado em 1872.

Em 1879, foi escolhido para presidir a Comissão Permanente de Permutações Internacionais do Brasil, criada por recomendação do Congresso Internacional de Ciências Geográficas, reunido em Paris, quatro anos antes.

Foi deputado geral pelo Maranhão, chegando a primeiro secretário da Mesa da Câmara. Embora fosse membro do Partido Conservador, colaborou com os gabinetes liberais sempre que solicitado. Foi abolicionista, tendo libertado seus escravos bem antes do 13 de maio de 1888. Com a República, aposentou-se, mas mesmo assim comparecia ao ministério para instruir os novos funcionários da nova pasta do Interior.

Em 1891, foi nomeado diretor da DGE, onde chegou para atuar na apuração do Censo de 1890. Lá, elaborou o documento “Instruções que devem regular o serviço de apuração dos mapas do recenseamento”. Entretanto, não ficou muito tempo no cargo. Com a saída de João Barbalho do Ministério, exatamente quem o tinha chamado para trabalhar no governo, ele decidiu retirar-se de novo, vindo a falecer em 11 de abril de 1892. Foi casado quatro vezes, deixando vários filhos. Um deles foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, o escritos e jornalista José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.

Raul d’Ávila Pompéia nasceu a 12 de abril de 1863, em Jacuacanga, Angra dos Reis, Província do Rio de Janeiro, filho de Antônio d’Ávila Pompéia e Rosa Teixeira Pompéia. Quando contava dez anos, veio com a família para a Corte, sendo matriculado como interno no Colégio Abílio, de propriedade do Barão de Macaúbas, Abílio César Borges. Aos 16 anos, foi transferido para o Colégio Pedro II e já no ano seguinte publicava seu primeiro romance Uma tragédia no Amazonas. Em 1881, seguiu para São Paulo para ingressar na Faculdade de Direito de lá. A partir daí, torna-se abolicionista e republicano. Em 1883, publica em forma de folhetim, no jornal Gazeta de Notícias, o romance antimonarquista As jóias da Coroa. Neste mesmo ano, lançou o primeiro livro de poesias Canções sem metro. Dois anos depois, após uma reprovação, ele se transferiu junto com cerca de 90 colegas para a Faculdade de Direito do Recife, onde conclui o seu curso. Em 1888, publicou ainda em forma de folhetim seu romance de maior sucesso, O Ateneu, um relato obviamente autobiográfico, com base em suas recordações do Colégio Abílio. Com a proclamação da República, foi nomeado professor de mitologia da Escola de Belas Artes, e, como “florianista” assumido, chegou até a direção da Biblioteca Nacional. Ainda sob proteção do presidente, de quem era admirador, foi indicado para dirigir também, paralelamente a Diretoria Geral de Estatística. Por ocasião da morte de Floriano Peixoto, ocorrida em 29 de junho de 1895, quando já era presidente da República, Prudente de Moraes, Pompéia faz um discurso à beira-túmulo enaltecendo seu antigo protetor e desancando o então mandatário do País. Por conta disto, foi demitido tanto da Biblioteca quanto da DGE, o que provocou-lhe enorme depressão. Suicidou-se no Rio de Janeiro, em 25 de dezembro de 1895.

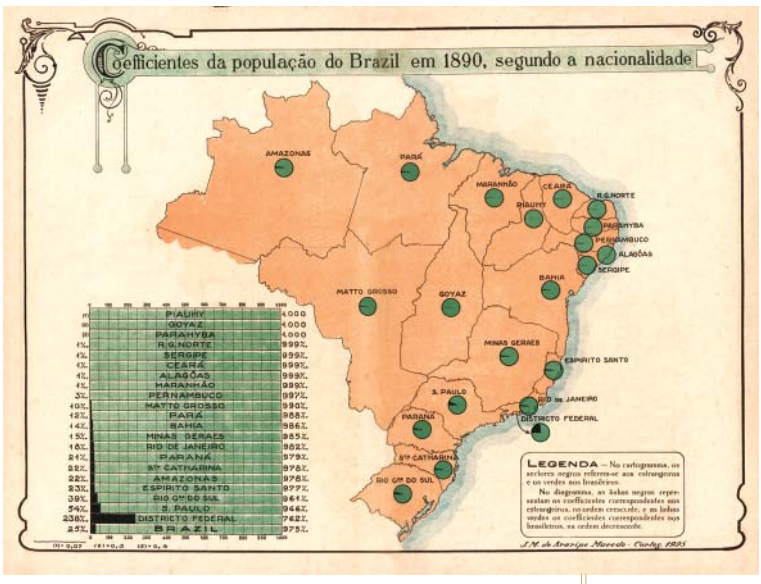
Em 1890, segundo Censo Geral : grandezas com fracassos

Capítulo 03

Em 1852 o governo imperial pretendeu realizar um censo, e fracassou[77]. Em 1872, o realizou, tendo por base a Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, cujo Art. 1º proceder-se o "recenseamento da população do Império", de dez em dez anos, contando-se "o prazo decenal para o seguinte do dia 31 de dezembro de 1870", ou seja, o segundo censo nacional seria feito em 1880[78]. Seria, não o foi; a Lei nº 2.792, de 20 de outubro de 1877, o passa para 1887, logo adiado para 1890, pela Lei nº 3.348, de 20 de outubro de 1887[79]. A esta última prescrição[80], justamente, refere o preâmbulo do Decreto nº 113 [d], de 2 de janeiro de 1890, ao recriar a DGE e mandar fazer o censo:

> Art. 3º O segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil deverá realizar-se no dia 31 de dezembro de 1890, devendo observar-se nesse serviço as disposições do regulamento promulgado com o decreto nº 4.856, de 30 de dezembro de 1871 [e que regeu o censo de 1872].

Pouco depois, o Decreto nº 331, de 12 de abril de 1890, reformando a restaurada DGE, volta ao tema, agora, não mais se referindo ao regulamento usado no Censo de 1872: "o segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil deverá realizar-se no dia 31 de dezembro de 1890, segundo as instruções que forem expedidas". E que virão através do Decreto nº 659, de 12 de agosto de 1890, ainda no contexto do Governo Provisório, sendo *Cesário Alvim* (1839-1903), que substituíra a *Aristides Lobo* (1838-1896), o titular do Ministério dos Negócios do Interior (10 de fevereiro de 1890 a 22 de janeiro de 1891), a que estava afeta a DGE.



Reinou a grandeza, resultou o fracasso; a ventura do censo, afundou na aventura republicana. O novo regime carecia

Recenseamento de 1890

[77] Ver o capítulo 5 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

[78] Ver os capítulos 9, 13, 15 e 16 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

[79] Ver o capítulo 18 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

[80] A Constituição que mandará fazer-se o censo a cada dez anos, só virá em 24 de fevereiro de 1891.

de fundação, claudicava. Dominava a confusão política e militar. Os estados queriam, a todo custo, a federação. Nada favorecia a realização do censo, e adiá-lo teria sido de bom senso. Ao realizá-lo os dirigentes da estatística, secundavam a inexperiência administrativa dos dirigentes do Governo Provisório. A época exigia prudência, ao menos no sentido de reduzir-se as pretensões de investigação, se não mesmo seu completo adiamento; deu-se o contrário, e se arrastou por uma década um imenso problema.

As instruções censitárias

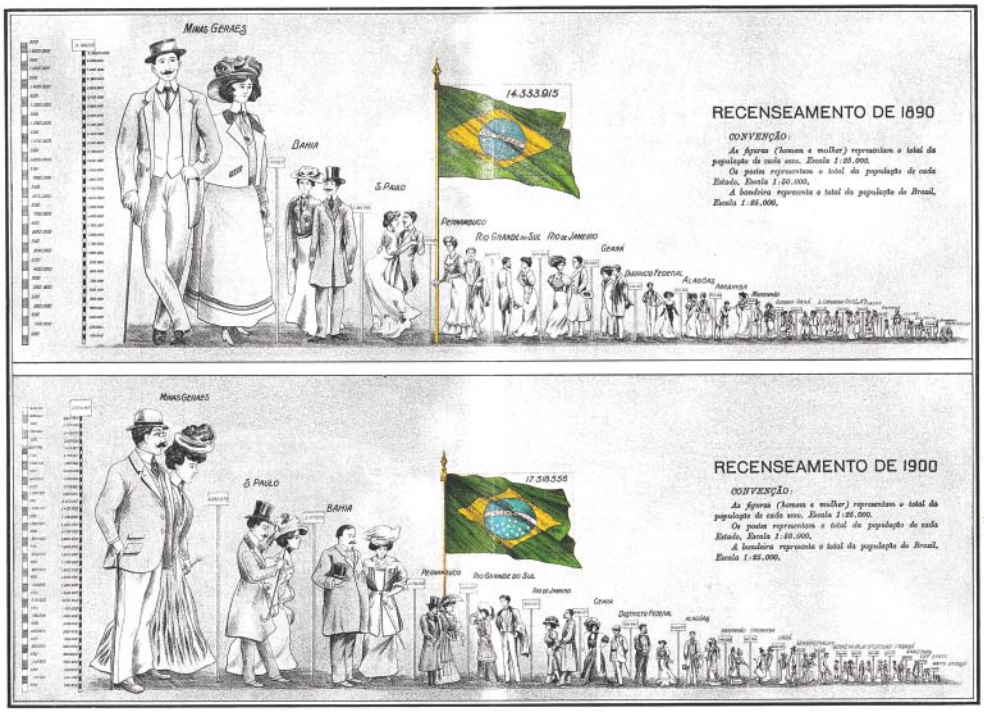
A data[81] seria 31 de dezembro de 1890; seriam recenseados "todos os habitantes da República dos Estados Unidos do Brasil, no lugar e na habitação em que se acharem" (Art. 1º). Os habitantes "temporariamente ausentes de sua residência habitual" seriam incluídos naquele boletim como ausente, com a "declaração do lugar em que se acharem, se for sabido, salvo o caso de ter a pessoas que houver de fazer as inscrições plena certeza de que serão os ditos habitantes recenseados no lugar onde estiverem" (Art. 2º), numa instrução de difícil apreensão e aplicação. O censo seria feito "por meio de boletins ou listas de família" (Art. 3º), recebendo uma explicação de Timóteo da Costa nos termos seguintes:

> Desde os primeiros estudos nesta matéria, foi afastada a idéia da adotação [sic] do boletim individual, não por se desconhecer a conveniência que a muitos respeitos oferece a engenhosa combinação do sábio Engel, mas por parecer de inteira aplicação ao Brasil o que recomendou o Congresso Internacional de Estatística de S. Petersburgo em 1872: será feita por meio de boletins individuais a coleta dos dados, quando o permitir a difusão da instrução entre os habitantes e a outras circunstâncias particulares; no caso contrário, empregar-se-á a lista de família (BRASIL, 1891, p. 39).

Em três formulários (modelos no próprio decreto), 21 temas seriam investigados. Segundo *Timóteo da Costa*, as categorias que organizavam as informações se referiam "a condições que o homem adquire por pertencer à sociedade [modelo 3: boletim de informações quanto ao indivíduo na sociedade], a condições que ele possui por ser chefe de família [modelo 2: boletim de informações quanto ao indivíduo na família], e a condições que este [o homem] apresenta como acidentes intrínsecos de sua existência individual [modelo 1: boletim de informações individuais]" (BRASIL, 1891, p. 39). Segundo o Art. 4º, são as seguintes as temáticas de interesse:

> **Quanto ao habitante individualmente**: [1] o nome, [2] a naturalidade (mencionando o estado e o município quanto ao nacional, o país, a data da chegada ao Brasil e a declaração de ter adotado a nacionalidade brasileira, quanto ao estrangeiro), [3] a idade (indicada pelo número de anos e meses, e, sempre que for possível, pelo ano do nascimento, [4] o sexo, [5] a raça (se branca, preta, cabocla ou mes-

[81] Cumpria-se orientação emanada dos Congressos Internacionais de Estatísticas, havidos no século XIX.



Recenseamentos de 1890 e de 1900

tiça[82]), [6] a filiação (legítima, ilegítima, legitimada, ou se é exposto), [7] o estado civil (solteiro, casado, viúvo ou divorciado), [8] a nacionalidade paterna e materna, [9] os defeitos físicos e aparentes (se cego, surdo-mudo, surdo, idiota ou aleijado), [10] e a residência (se diversa daquela em que for recenseado);

Quanto às relações de família: [11] o ano do casamento, [12] o número de núpcias, [13] o grau de parentesco no [sic] casal, [14] o número de filhos (designados o sexo, os defeitos físicos aparentes, quantos vivos e quantos mortos);

Quanto às relações sociais: [15] a nacionalidade, [16] a relação com o chefe da casa, [17 e 18] a habilitação intelectual (se sabe ler e escrever, se tem instrução secundária ou superior, ou se possui título ou diploma científico, literário ou artístico), [19] o culto, [20] a profissão, [21] a renda (da profissão, do emprego ou da propriedade).[83]

Os três formulários, segundo informa *Timóteo da Costa*, foram reunidos "em um só mapa de seis páginas", dessa forma, o que fora visto como vantagem, reduzindo "a proporções cômodas e até elegantes o impresso que tinha de ser distribuído, tornando-se mais fácil, posteriormente, a apuração de certos dados neles coligidos". Esta forma foi criticada, dizendo-se que "estava exposto a inutilizar-se, por separações ou extravios das folhas durante a distribuição e o recolhimento", ao que diz, objetando: "a confiança que inspirava o trabalho da Imprensa Nacional era completa, e felizmente não foi iludida" (BRASIL, 1891, p. 39-40).

82 Trocava-se "pardo" por "mestiço", explicado adiante, ainda neste capítulo.

83 Os números entre colchetes não estão no Decreto, tendo sido por nós acrescentados.

A forma de caderno sofreu ainda outra objeção: "o plano concebido exigia de quem enchesse o mapa a repetição, no 3º boletim, de todos os nomes inscritos no 1º e ainda no 2º a dos nomes dos casais". Quanto a essa crítica, ponderou *Timóteo da Costa:* "prevaleceu a consideração de que um recenseamento é, em última análise, verdadeiro imposto de trabalho que, como muitos outros, o Estado exige a largos intervalos de todos os habitantes do país" (BRASIL, 1891, p. 39-40). E, por cálculos curiosos, diz que, na pior das hipóteses, um chefe de família não gastaria mais do que "11 minutos e 3 segundos" nas repetições objetadas pelos críticos, o que considera insignificante.

> Como auxiliar do trabalho, organizou esta Diretoria uma caderneta, onde os agentes recenseadores registrassem a distribuição dos mapas e fizessem outras indicações. Poderiam ser aproveitados os elementos dessas notas pelo modo por que foram dispostos, para se levantar a estatística predial e domiciliária do Brasil na data do recenseamento, o que constituiria uma importantíssima vantagem (BRASIL, 1891, p. 40).

Para o censo, família seria "a pessoa que vive só e sobre si, em uma habitação ou parte de habitação", ou ainda, "um certo número de pessoas, que, em razão de relações de parentesco, de subordinação, de hospedagem ou de simples dependência, vivem em uma habitação ou parte de habitação sob o poder, a direção ou proteção de um chefe, dono ou locatário e com economia comum" (Art. 5º); são os fogos. Ao chefe da família caberia receber, preencher e devolver os boletins de família (Art. 7º § 1º); e, em caso de serem os chefes de família analfabetos, caberia aos recenseadores o preenchimento dos boletins (Art. 13)[84]; se não os preenchesse, caberia conferi-los.

Em cada paróquia, e, quando dividida, em cada distrito, haveria uma comissão censitária, bem assim, recenseadores (Art. 9º), essa função seria dada a pessoas que "além de saberem ler e escrever corretamente" fossem "inteligentes, ativas, probas e muito conhecedoras da paróquia ou das seções", e por essa função até podiam ser gratificados (Art. 18); as seções seriam divisões das paróquias ou dos distritos, cabendo às comissões censitárias defini-las (Art. 12). Onde houvesse repartições de estatísticas, elas poderiam prestar às comissões censitárias "o auxílio de suas luzes" (Art. 10), mas a orientação definitiva sempre viria da DGE; ao que se sabe, esse auxílio não foi nada efetivo, seja por não haver essas tais repartições, seja por não quererem participar do processo, seja por não terem luzes...

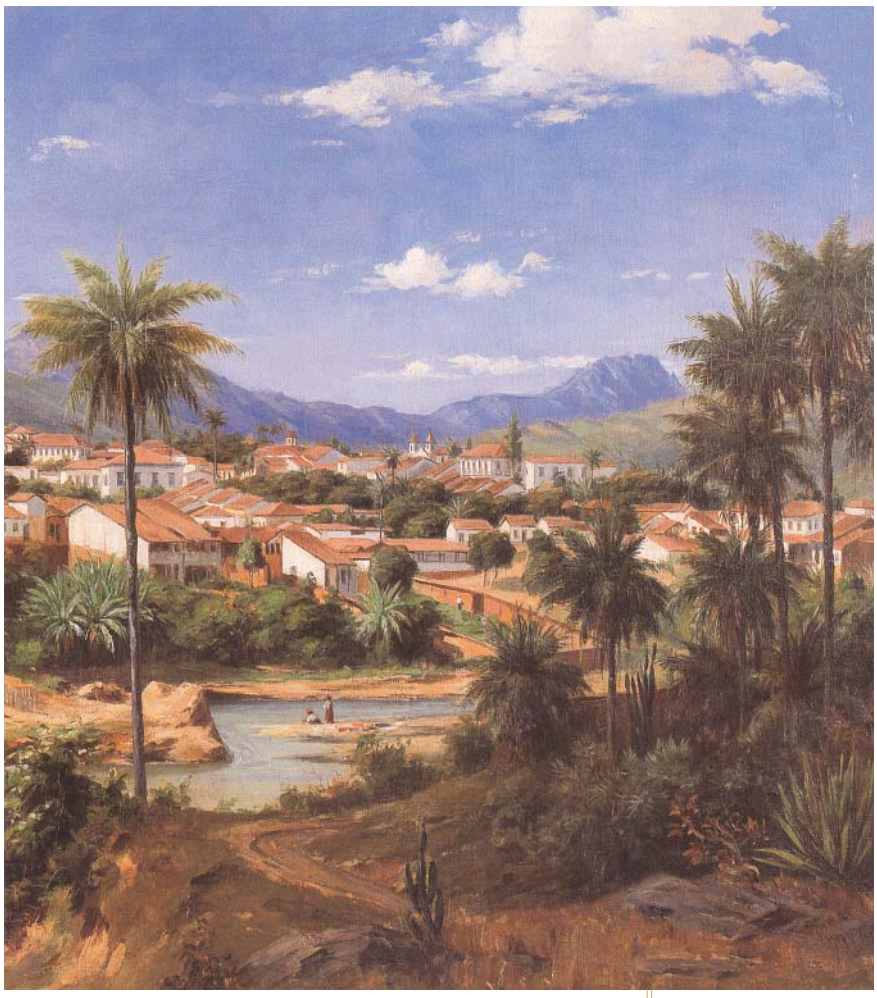
Ruas, prédios monumentos da cidade do Rio de Janeiro, RJ, [189-] Vista do Alto do Corcovado

Tendo em mente a data base, 31 de dezembro de 1890, 15 dias antes os boletins seriam

[84] O Art. 6º trata dos domicílios especiais; o Art. 7º § 2º a 11 indica os responsáveis pelo preenchimento dos respectivos boletins; o Art. 8º trata das multas e das punições (crime de desobediência) cabíveis em caso de recusa, ou de inexatidão nas informações.

distribuídos pelos recenseadores, dez dias depois seriam recolhidos, e, em até cinco dias, seriam postos nas mãos das comissões censitárias (Art. 13), que, ato contínuo, feitas as avaliações de qualidade, os remeteriam à DGE, a quem caberia a apuração (Art. 11). E ditou-se, antes de tudo, a paz... como segue (Art. 20):

> Evitar-se-á o movimento de guarnições e forças aquarteladas ou embarcadas e em geral do pessoal administrativo de qualquer categoria, não só no dia 31 de dezembro como em todo o período em que possa prejudicar o recenseamento decretado, para o que o Ministro do Interior requisitará das autoridades competentes a expedição das necessárias ordens.



Vista de Sabará, MG, [188-] Grimm

O trabalho de campo seria feito em 30 dias; mas não o foi. De fato, anos depois, dar-se-á conta que em alguns estados, houve perdas dos boletins, ainda nas paróquias, antes mesmo de se enviá-los às capitais estaduais e à capital federal, quando também ocorreram extravios; em alguns estados, nem se os aplicou; e, em todos os caso, pior de tudo, a DGE nem sempre percebeu de pronto as faltas, ou, se o percebeu, fez cobranças, e, por certo, manteve-se na expectativa de que ainda chegariam, afinal sabia-se da precariedade dos transportes. E o circo estava armado.[85]

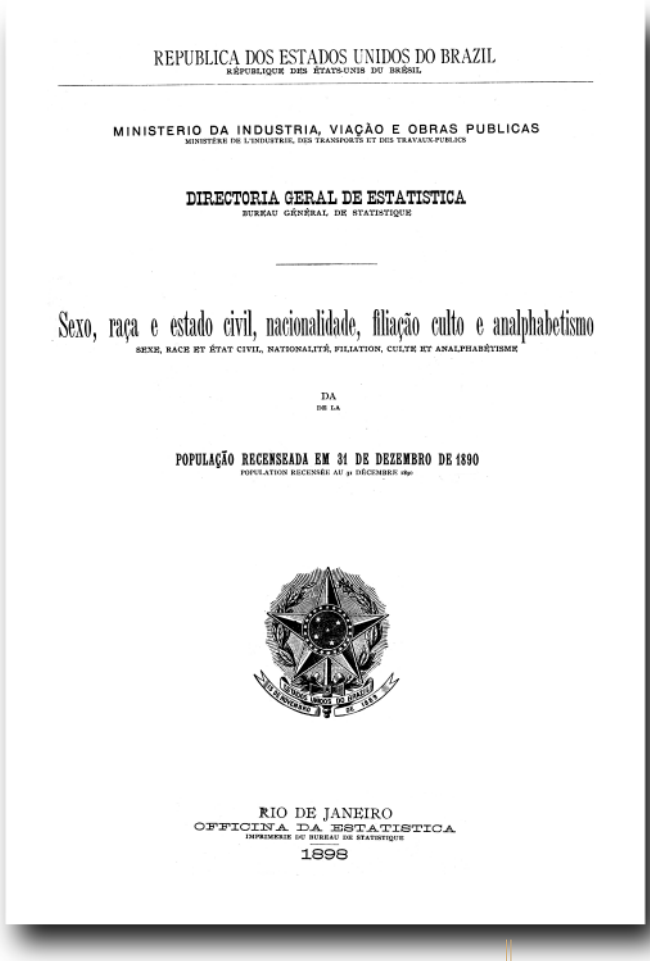
1890 x 1872, segundo Timóteo da Costa

O Censo de 1890 sofreu críticas no planejado, segundo informa *Timóteo da Costa*. Alegou-se que "expunha-se a um insucesso porque afastava-se do questio-

[85] Há, no IBGE, uma obra contendo minúcias do cotidiano da DGE, em seu reinício, vale dizer, contendo os primeiros atos de Timóteo da Costa, inclusive suas instruções avulsas sobre o censo; infelizmente só se dispõe de um dos números da série, conforme Esteves (1941).

nário de 1872, que fora um modelo de simplicidade" (BRASIL, 1891, p. 41).

Mas não diz donde vieram. Por certo não viram de parlamentares, pois não havia parlamento em funcionamento. Podem ter saído em jornais, pese terem muita coisa mais emocionante e interessante a informar, naquele momento de intensa especulação financeira (encilhamento), com riquezas e pobrezas sendo feitas num estalar de dedos; por demais, reinava uma certa liberdade mundana, muito provocante, depois da longeva austeridade imperial. Por fim, é possível sugerir que, pela referência comparativa ao recenseamento de 1872, tenham vindo de pessoas que nele atuaram, algumas estando em função na nova DGE; mas não se sabe como terão se manifestado.


REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL
RÉPUBLIQUE DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL

MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
MINISTÈRE DE L'INDUSTRIE, DES TRANSPORTS ET DES TRAVAUX-PUBLICS

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA
BUREAU GÉNÉRAL DE STATISTIQUE

Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação culto e analphabetismo
SEXE, RACE ET ÉTAT CIVIL, NATIONALITÉ, FILIATION, CULTE ET ANALPHABÉTISME

DA
DE LA

POPULAÇÃO RECENSEADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1890
POPULATION RECENSÉE AU 31 DÉCEMBRE 1890

RIO DE JANEIRO
OFFICINA DA ESTATISTICA
IMPRIMERIE DU BUREAU DE STATISTIQUE
1898

Folha de rosto da tabela de censo, 1890

Como seja, rebate aquela comparação: "longe de ter direito à qualificação de modesto, aquele trabalho foi uma feliz audácia para o seu tempo e um fecundo incentivo para o que se fez agora". E diz, sem temor do exagero, que "iniciavam-se em 1872 as investigações demográficas no Brasil com uma amplitude que ninguém julgou temerária", para logo acrescentar: "os conceitos vagamente articulados depois, contra seus resultados, nunca se estribaram na quantidade de informações então pedidas". E segue nessa toada: "Dezoito anos mais tarde, quando o fato realizado era animador, por que retroceder, por que não ir adiante?", e irá de 14 temas[86] em 1872 a 21 em 1890 (BRASIL, 1891, p. 41-42).

> Encerre 5, 10, 20 ou 30 perguntas, essa inquirição é sempre antipática a um certo número de habitantes, e os erros cometidos na organização do serviço raramente devem correções à crítica expressa no momento; os próprios responsáveis pelo plano seguido é que mais tarde aproveitam a experiência ganha e evitam a reprodução dos defeitos que reconheceram (BRASIL, 1891, p. 41).

Há aí dois pontos a realçar no seu juízo. Primeiro, o ser inócua a crítica no momento do planejamento, em nada ajudando para introduzir-se melhoramentos;

[86] São eles: nome; sexo; idade; cor; estado civil; naturalidade; nacionalidade; residência; analfabetismo; culto; relação com o chefe da casa; defeitos físicos (cego, surdo-mudo, aleijado, demente, e alienado); freqüência escolar; condição livre ou escrava.

mas, como vimos vendo, incomoda, dessa forma, dedicando-se a desmontá-la. Segundo, a valorização do aprendizado enquanto fazendo, este sim, sendo devidamente acumulado em registros, faria avançar o método de trabalho; contudo, tenha-se presente, ele estará se afastando exatamente da experiência de 1872, cerne da crítica recebida. Dessa forma, seus argumentos trazem contradições manifestas (bem humanas).

> Em um país, onde a percentagem do analfabetismo é de 85 %, o trabalho das inscrições censitárias quase que exclusivamente recai sobre os agentes recenseadores, gratificados pelos cofres públicos. Se em 1872 eles puderam dar conta do serviço exigido por 14 informações, era demasiado esperar que em 1890, dividido o país em distritos menores e portanto havendo mais pessoal, fosse um obstáculo insuperável o preenchimento dos 21 quesitos dos três boletins? (BRASIL, 1891, p. 42).

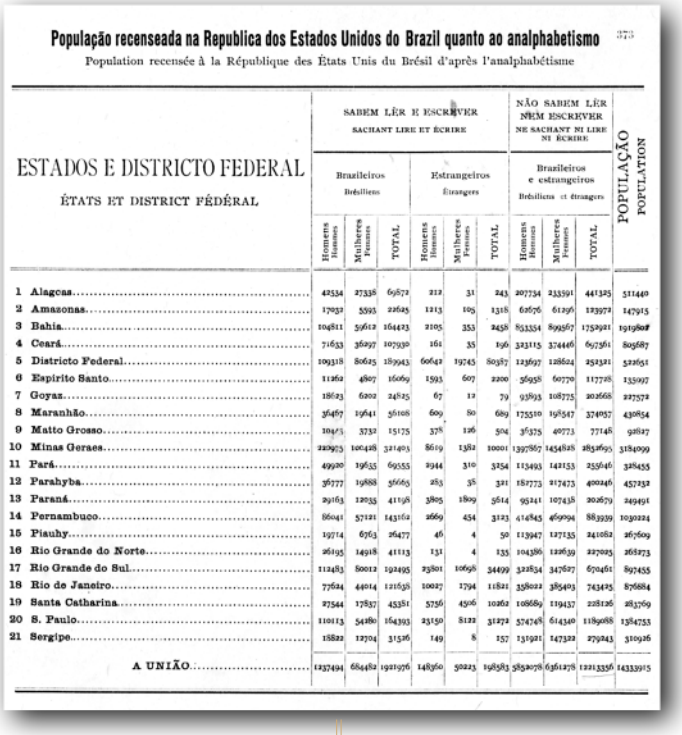
Timóteo da Costa diz ter conservado 12 das 14 "indagações formuladas em 1872", modificando e aumentando algumas, como segue (BRASIL, 1891, p. 42-44).

Trata do tema cor, explicando a substituição da "cor parda, que só exprime o produto do casamento do branco com o preto", pela "cor de mestiço, indicação mais genérica, abrangendo também os diversos resultados da fusão com a raça indígena".

Entre os graus do estado civil, revela a introdução da "condição de divorciado", o que é feito "pela necessidade de oferecer elementos de confronto aos dados de igual origem em outros países".

Na coluna de naturalidade, introduz a indicação do "município do nascimento", para fins de "conhecer o caráter de sedentarismo da população de certas localidades, estudo etnográfico a que se liga muito valor modernamente". Na mesma coluna, trata da inclusão da "data da chegada do estrangeiro ao Brasil, complemento de muitas das investigações do problema da imigração".

Quanto aos defeitos físicos, "incluiu-se a surdez, que, se não invalida de todo o indivíduo, o inabilita para muitas funções sociais", ao termo demente "substituiu-se o de idiota, mais apropriado", e excluiu-se a alienação mental "enfermidade de possível cura e que deixou de figurar no mapa do recenseamento da Itália em 1881". E diz que não se indagaria se os defeitos físicos "eram de nascença ou adquiridos".



População recenseada na Republica dos Estados Unidos do Brazil quanto ao analphabetismo

Population recensée à la République des États Unis du Brésil d'après l'analphabétisme

ESTADOS E DISTRICTO FEDERAL / ÉTATS ET DISTRICT FÉDÉRAL	SABEM LÊR E ESCREVER — SACHANT LIRE ET ÉCRIRE						NÃO SABEM LÊR NEM ESCREVER — NE SACHANT NI LIRE NI ÉCRIRE			POPULAÇÃO POPULATION
	Brazileiros Brésiliens			Estrangeiros Étrangers			Brazileiros e estrangeiros Brésiliens et étrangers			
	Homens Hommes	Mulheres Femmes	TOTAL	Homens Hommes	Mulheres Femmes	TOTAL	Homens Hommes	Mulheres Femmes	TOTAL	
1 Alagoas	42534	27336	69870	212	31	243	207734	233591	441325	511440
2 Amazonas	17032	5593	22625	1213	105	1318	62676	61296	123972	147915
3 Bahia	104811	59612	164423	2105	353	2458	853354	899567	1752921	1919867
4 Ceará	71633	36297	107930	161	35	196	323115	374446	697561	805687
5 Districto Federal	109318	80625	189943	60642	19745	80387	123697	128624	252321	522651
6 Espirito Santo	11260	4807	16069	1593	607	2200	56958	60770	117728	133997
7 Goyas	18623	6202	24825	67	12	79	93893	108775	202668	227572
8 Maranhão	36487	19641	56128	609	80	689	175510	198547	374057	430854
9 Matto Grosso	10473	3732	15175	378	126	504	36375	40773	77148	92827
10 Minas Geraes	220973	100428	321401	8619	1382	10001	1397867	1454825	2852692	3184099
11 Pará	49920	19635	69555	2944	310	3254	113493	142153	255646	328455
12 Parahyba	36777	19888	56665	253	35	321	181773	217473	400246	457232
13 Paraná	29163	12035	41198	3805	1809	5614	95241	107438	202679	249491
14 Pernambuco	86041	57121	143162	2669	454	3123	414845	469094	883939	1030224
15 Piauhy	19774	6763	26477	46	4	50	113947	127135	241082	267609
16 Rio Grande do Norte	26195	14918	41113	131	4	135	104386	122639	227025	268273
17 Rio Grande do Sul	112483	80012	192495	23801	10696	34499	320854	347627	670481	897455
18 Rio de Janeiro	77624	44014	121638	10027	1794	11821	358022	385493	743475	876884
19 Santa Catharina	27544	17837	45381	5756	4506	10262	106689	119437	226126	283769
20 S. Paulo	110113	54180	164293	23150	8122	31272	574748	614340	1189088	1384753
21 Sergipe	13822	12704	31526	149	8	157	131921	147322	279243	310926
A UNIÃO	1237494	684482	1921976	148360	50223	198583	5850078	6361278	12211356	14333915

Tabela de analfabetismo, censo, 1890

Sobre a nacionalidade paterna e materna, afirma, em sonho delirante, dada as dificuldades inevitáveis na apuração, que ela "servirá para evidenciar o grau de homogeneidade com que se formou a população nacional em um certo período, e ao mesmo tempo demonstrará o coeficiente da assimilação do fator estrangeiro pelo mais poderoso dos laços, o das afeições domésticas".

A busca sobre "título ou diploma científico, literário ou artístico", que valeria para precisar "a quantidade dos habitantes habilitada com a instrução superior e com a secundária", era vista como complementar à investigação sobre analfabetismo.

Quanto à renda, está ciente das dificuldades que serão enfrentadas: "não há dúvida que apenas poder-se-á obter o que em estatística se chama uma avaliação; a ninguém é lícito ignorar quão profunda é a repugnância com que geralmente se fazem tais revelações". Não obstante as dificuldades, manteve a investigação, pois a renda "pode ser considerada uma expressão positiva da produção nacional", sendo de grande "utilidade para muitas deduções da economia política". E ainda sobre a renda, trata do "salário do proletariado", que entende ser "um subsídio sociológico de grande valor", e diz: "na fase de transição que atravessa a indústria agrícola, perturbada em algumas zonas, regenerada em outras, convém precisar a quota auferida pelo trabalhador, escravo ainda ontem em muitas das regiões do país". E as lacunas inevitáveis, das quais expressa consciência, não o intimidam, nem o demovem da investigação.

Por fim, admira os quesitos do segundo boletim, pois darão condições de se estabelecer com "elementos numéricos", pela primeira vez no País, "as leis estatísticas relativas à natalidade, à influência engenésica [sic] do parentesco, à longevidade e fecundidade dos casais no Brasil". Assim, apurados os seus resultados, e "combinadas as somas de suas informações, ter-se-á, o quadro da homogenesia [sic] do Brasil" na data do censo.

Isso posto, embora fossem agora 21 os temas, e não mais os 14 de 1872, não são eles, em si, as causas maiores das dificuldades acontecidas. Não eram difíceis, em si, para efeito de coleta; para efeito de apuração, sim, seriam um drama, mas isso viria depois, e veio. Agora, ao tempo da coleta, claro, menos demanda, ajudaria no sucesso, dada a situação da população, analfabeta, reticente nas relações com governos, dada a condição precária dos transportes e das comunicações; mas, de todo modo, não convém atribuir à quantidade, prioritariamente, a causa principal dos fracassos que decorrerão. A causa maior decorrerá da mudança de regimen, em meio ao difícil convívio federativo, antes ausente no Estado Imperial; a liberdade e autonomia das unidades federais levará à desatenção, displicência, descaso e mesmo desafio às determinações das repartições da República; e a DGE será traída na história. Mas isso não era esperado; só os problemas clássicos, que esperava-se conseguir controlar.

> É noção elementar adquirida por todos quantos conhecem o assunto, que infelizmente são os centros ilustrados, e nestes as pessoas mais qualificadas, que maiores dificuldades opõem à exatidão das pesquisas estatísticas. Por outro lado, na massa da população, dominada por desconfianças deprimentes, criam óbices de toda a espécie, terrores e prevenções que só a muito custo se dissipam (BRASIL, 1891, p. 41-42).

Para execução da atividade foram pedidos à Imprensa Nacional 5,3 milhões de mapas, 45 mil folhetos de instruções, 50 mil cadernetas, 127 mil etiquetas[87], e outros poucos pedidos, num total de 228:647$300. No total, o Censo de 1872 custou cerca de 815:000$000, e o de 1890, em 10 a 12 meses[88], já custava cerca de 1.300:000$000; e custaria muito mais, com pífios resultados, como adiante veremos.

O envio do material aos estados, foi uma operação complicada, deixando a desejar. O envio foi feito aos poucos; alguns estados ficaram sem material para iniciar a operação. Usaram-se as estradas de ferro e os navios de carreira. Em alguns estados, alguns distritos não receberam o material em tempo. Portanto, nem todos os estados fizeram o censo na data, outros, nem fora da data.

> Era intuitivo que, não obstante toda a atividade empregada e a boa vontade que em geral se manifestou nos Estados, a certos distritos mais afastados das capitais não chegariam em tempo os impressos destinados no recenseamento. [...] O momento preciso da operação censitária não podia ser matematicamente observado em um país como o nosso, quando tão estreito período foi o de que se dispôs para a organização dos serviços (BRASIL, 1891, p. 52).

Pouco depois de elaborar o relatório que vimos lendo, *Timóteo da Costa* deixou em abril de 1891 a chefia da DGE, sendo substituído por *Medeiros e Albuquerque*. Em dezembro daquele mesmo ano, retorna à chefia, ficando até junho de 1893. Sobre 1891 e sobre 1892, seus relatórios (supondo que existiram) não foram localizados, infelizmente, baldados intensos esforços. Sabemos, contudo, que ainda no seu tempo à frente da DGE saiu o primeiro volume de resultados (BRASIL, 1892a), relativo à Comarca de Palmas, Estado do Paraná, feito em atenção a demanda do Ministério das Relações Exteriores[89], conforme informa no prefácio datado de 16 de julho de 1892. Eis seu conteúdo:

Divisão censitária
Sexo, raça e estado civil
Idades quanto ao sexo e estado civil
Naturalidade dos brasileiros
Naturalidade dos estrangeiros
Data da chegada dos estrangeiros ao Brasil
Estrangeiros que adotaram a nacionalidade brasileira
Filiação
Defeitos físicos
Nacionalidade paterna e materna
Informações quanto ao indivíduo na família
Analfabetismo
Culto
Nacionalidade
Títulos científicos, literários e artísticos
Profissões
Estatística predial

87 Sem que se diga nada dos seus usos.

88 De meados a final de 1890.

89 Innocêncio Serzedello Correia (1858-1932), Ministro das Relações Exteriores, no governo Floriano Peixoto, de 12 de fevereiro a 22 de junho de 1892. À época havia um conflito de fronteira entre Brasil e Argentina, a chamada Questão de Palmas.

Francisco Mendes da Rocha à frente da DGE

Raul Pompéia, [s.d.]

Em junho de 1893 sai *Timóteo da Costa*, sendo substituído pelo romancista *Raul d'Ávila Pompéia* (1863-1895), exaltado florianista. Não se sabe o tempo que esteve à frente da DGE; é possível que a tenha dirigido por pouco tempo; e, por certo, na conta de suas posições políticas jacobinas, não entrou no governo *Prudente de Moraes* (1894-1898). E é possível, segundo algumas biografias, que tenha acumulado a direção da DGE com a direção da Biblioteca Nacional[90]; mas nada disso é claro. À falta do relatório de 1894 sobre 1893, da passagem do romancista d'O Atheneu (sua obra mais conhecida) pela DGE pouco se sabe do que fez; aliás, até 1900 não foram encontrados os relatórios, donde, também de seu sucessor[91] *Francisco Mendes da Rocha* pouco se sabe, ainda que deste tenha-se fontes outras.

Enfim, na gestão de *Mendes da Rocha*, que vai de agosto de 1894 até agosto de 1901, faz-se, propriamente, a divulgação dos resultados do Censo de 1890, em cinco volumes, como adiante veremos, e estrutura-se o censo de 1900, que acabará sendo ainda mais precário. Ressalte-se que a publicação dos resultados relativos a Palmas, foi excepcional, atendendo a uma necessidade específica do governo federal; não há de se imaginar que se pensasse divulgar um volume para cada município brasileiro.

Em 1895 sairá o volume primeiro, alusivo ao Distrito Federal (BRASIL, 1895a), uma escolha espacial natural. *Mendes da Rocha* diz em um curto prefácio que "todas as informações apuradas no inquérito censitário dessa data [31 de dezembro de 1890] foram analisadas, com exatidão minuciosa, em suas diversas subordinações e condensadas nos numerosos quadros que se seguem". Informa que precedem as tabelas [quadros] um estudo intitulado "A população do Rio de Janeiro", datado de julho de 1895, assinado por *Francisco Leão Alves Barbosa*, do quadro da DGE (com o apoio de *Joaquim Teixeira Leitão* e *Domingos Couto de Carvalho Neves*); nesse estudo o relatório de *Joaquim Norberto* é bastante utilizado[92]. É o seguinte o conteúdo do volume:

Francisco Mendes da Rocha, [s.d.]

[90] Foi tirado da direção da Biblioteca Nacional, em 1895, depois do tempestivo discurso no enterro de Floriano Peixoto, considerado um desacato a Prudente de Morais, já presidente. Desgostoso, na noite de Natal daquele ano, suicidou-se. Sua casa em Angra dos Reis é hoje um museu.

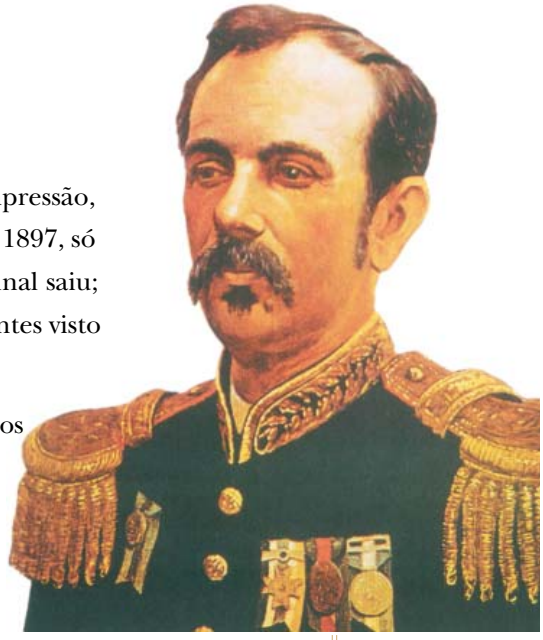
[91] Pode até ter havido, por hipótese, alguma pessoa na direção da DGE entre Raul Pompéia e Mendes da Rocha, talvez em caráter interino, embora não se tenha nenhuma evidência a oferecer; mas, como não se tem a data de saída de Raul Pompéia, fica a possibilidade.

[92] Sobre esse relatório, ver o capítulo 10, do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

Divisão censitária
Sexo, raça e estado civil
População de direito e de fato
Idades quanto ao sexo e estado civil
Lista nominal dos nonagenários
Naturalidade dos brasileiros
Naturalidade dos estrangeiros
Data da chegada dos estrangeiros ao Brasil
Estrangeiros que adotaram a nacionalidade brasileira
Filiação
Defeitos físicos
Nacionalidade paterna e materna
Informações quanto ao indivíduo na família
Analfabetismo
Cultos
Nacionalidade
Títulos científicos, literários e artísticos
Profissões
Estatística predial
Informações da população marítima
Vias públicas

A população de direito (compreendendo todas as pessoas que, na época do censo, residiam no Distrito Federal de um modo permanente ou aí tinham o seu domicílio efetivo) atingiu o número de 515 559. A população de fato (compreendendo todas as pessoas presentes no Distrito Federal no momento do recenseamento, que aí residissem quer se achassem de passem ou com domicílio temporário) atingiu o número de 522 651. Deste último montante, 293 657 eram do sexo masculino, 228 994 eram do sexo feminino. Segundo a raça: 327 789 eram brancos, 64 538 eram pretos, 17.445 eram caboclos, 112 879 eram mestiços. Segundo estado civil: 374 929 eram solteiros,115 602 eram casados, 30 573 eram viúvos, 1 547 eram divorciados (incluindo todas as separações, não apenas as separações por sentença judicial).

Tendo saído em 1895, o volume já estava pronto quando *Mendes da Rocha* assumiu a direção da DGE, em agosto de 1894; no máximo lhe terá feito acertos e ajustes. Ao mesmo tempo, preparou-se o volume de Alagoas, enviado à Imprensa Nacional, antes mesmo do volume do Distrito Federal. Ora, se é natural a escolha do Distrito Federal como um dos primeiros volumes, não o é a escolha de Alagoas, a menos talvez do fato do alagoano Floriano Peixot*o* estar na presidência da República (aliás, *Deodoro da Fonseca* também era alagoano). Ademais, valerá registrar que, ainda que esta escolha tenha sido feita, muito provavelmente, ainda ao tempo de *Timóteo da Costa*, por certo passou pela gestão de *Raul Pompéia*, o exaltado florianista, que a terá endossado e estimulado. Enfim, o volume de Alagoas foi enviado à Imprensa Nacional, em ofício de 27 de setembro de 1894, tendo impressão arrastada e morosa, de modo que em outubro de 1895, quando *Mendes da Rocha* formou a comissão voltada a avaliar o censo, decidiu-se, por oportuno, suspender sua impressão; após o



Floriano Peixoto, [s.d.]
Almeida Júnior

parecer da referida comissão, optou-se por retomar a impressão, mas à falta de verbas próprias nos exercícios de 1896 e de 1897, só será possível continuar em setembro de 1898, quando afinal saiu; seu conteúdo é idêntico ao volume do Distrito Federal, antes visto (BRASIL, 1898a).

Afora esses dois volumes, uma sinopse de resultados (ditos ainda parciais) (BRASIL, 1898c), referidos aos estados, para o País, sai em 1898. Um quadro por estado, com cinco colunas: municípios, distritos, paróquias, população das paróquias (homens, mulheres, total), população dos municípios. Antes desses quadros, há um quadro geral, para o País, com os números seguintes: 1 024 municípios, 3 236 distritos, 1 883 paróquias; 7 237 932 homens, 7 095 983 mulheres, totalizando 14 333 915 habitantes. Os estados mais populosos eram, em ordem: Minas Gerais (3 184 099 habitantes), Bahia (1 919 802 habitantes), São Paulo (1 384 753 habitantes), Pernambuco (1 030 224 habitantes); todos os demais estados tinham menos de um milhão de habitantes.

Abre o volume, um relatório minucioso (oito páginas) assinado por *Mendes da Rocha*, datado de dezembro de 1897. Encima o relatório uma epígrafe de *Bertillon*, em francês: "Nous l'avons vu; on a fait de tout temps de la statistique, mais la statistique, lorsqu'elle est faite irrégulièrement par des hommes incompétents et lorsqu'elle n'est pas publiée, est forcément inexacte et inutilisée" (BRASIL, 1898c). Epígrafe que norteia seu lúcido relato.

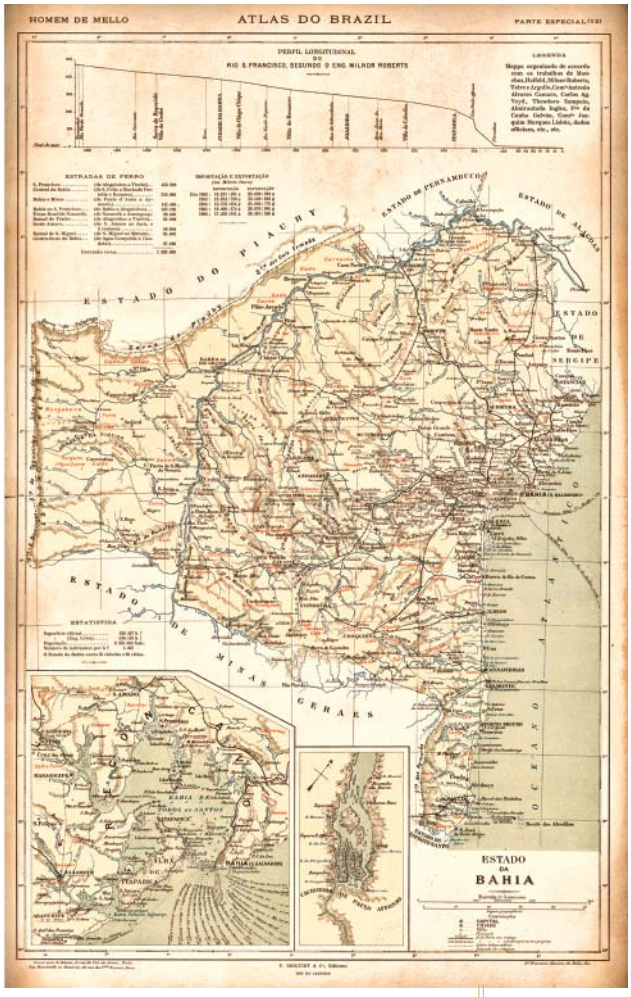
> É, pois, em cumprimento desse dever de probidade, que, ao apresentar hoje a sinopse do recenseamento de 1890, não aconselho aos que de seus algarismos se forem servir, que o façam senão com todo critério, não devendo considerar a segunda operação censitária da República[93] mais que um segundo ensaio de recenseamento e quiçá em condições inferiores ao primeiro.
>
> Muitas foram as causas que fizeram assim desmerecer essa obra, cujos resultados deveriam bem corresponder aos sacrifícios exigidos para a sua execução.
>
> Tendo o Brasil passado pela mais completa transformação política em 15 de novembro de 1889, não era certamente em 1890, quando todo o país se preocupava com a sua reorganização, a época mais propícia para uma operação censitária.
>
> Nesse ano procedeu-se em toda a República a eleição de Deputados à Constituinte, que se reuniu a 15 de novembro, e preparavam-se todos os Estados para as eleições de suas respectivas Assembléias. As autoridades federais, como as estaduais,

[93] Na verdade foi a segunda operação censitária do País, a primeira da República.

achavam-se inteiramente absorvidas com a organização dos diversos serviços, e não era natural acreditar-se que uma operação, dificilmente realizável em um período normal, fosse exeqüível em circunstâncias tão críticas.

As necessidades do momento não exigiam mesmo tão grandes sacrifícios dos cofres públicos com um recenseamento cujo insucesso deveria ser previsto.

A operação de 1872, feita em muito melhores condições, deveria satisfazer as exigências do momento, até que, reorganizado o país, se tentasse com mais probabilidade de êxito, o resenceamento da população brasileira (BRASIL, 1898c, p. III-IV, grifo nosso).

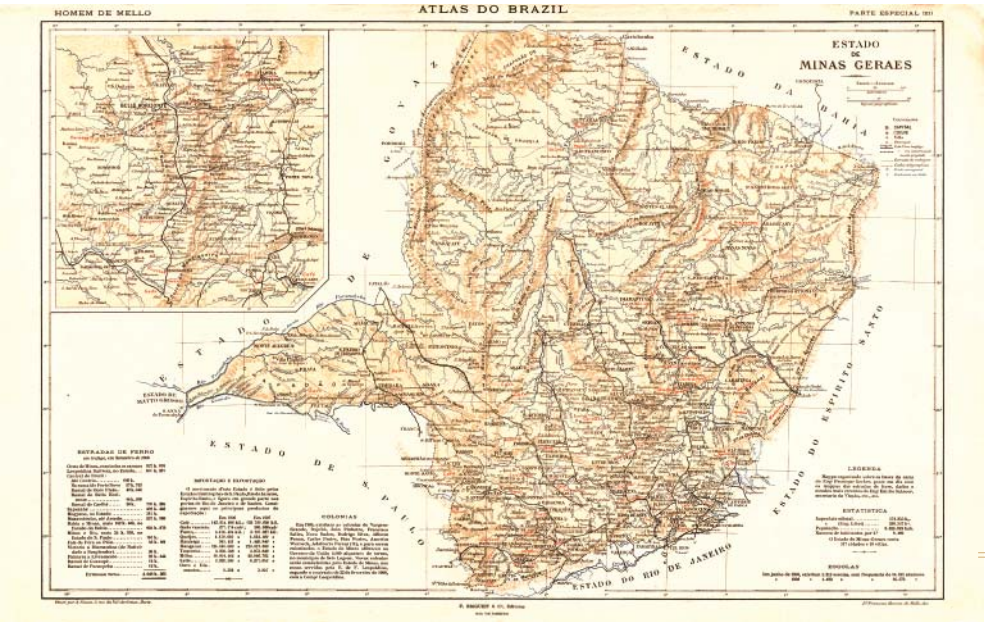


Mapa da Bahia, [s.d.]

Em 1872, informa, 25 paróquias não enviaram seus mapas; em 1890 foram 103 as paróquias faltosas. Em dois estados, Bahia e Minas Gerais, à época analisados, ficaram perdidas 285 paróquias, seja por não terem feito o censo, seja por o terem feito de modo incompleto; na Bahia, 64% das paróquias tiveram suas populações estimadas com base no Censo de 1872. E prossegue afiançando a precariedade dos resultados.

> Acrescente-se a todos esses óbices uma imperfeita distribuição de mapas, de modo a terem uns Estados excesso, enquanto que, em outros, a falta veio perturbar ainda mais o já mal feito serviço, e teremos o quadro dos vícios originais de que se deveria ressentir forçosamente o recenseamento de 1890, dadas mesmo as melhores condições de execução (BRASIL, 1898c, p. V, grifo nosso).

Contesta a escolha da paróquia como unidade básica do censo, tendo em vista a separação entre a Igreja e o Estado introduzida pela República, não mais se dando atenção às divisões eclesiásticas; isso, segundo afirma, "veio tornar cada vez mais patente a impropriedade da escolha e condená-la como um dos vícios insanáveis do último recenseamento" (BRASIL, 1898c, p. V). Ademais, contesta a escolha do "mapa ou carta de família" e não, como manifesta preferência, do boletim individual, que, a seu juízo, seria "um obstáculo a maiores males"; chama em seu socorro, para



Mapa de Minas Gerais, [s.d.]

argumentar, personalidades como *Moreau de Jonnés*[94], *Ernst Engel*, bem assim, as falações de *Semenow* no Congresso Internacional de Estatística em S. Petersburgo (em 1872)[95].

Nessa toada, em crítica minuciosa e demolidora, diz que, tão logo chegou à direção, houve por bem mandar "examinar por uma Comissão, tudo quanto havia sido feito, o que se realizou em 2 de outubro de 1895"; formavam a comissão: *José Marques de Oliveira* (chefe), *Antônio Rodrigues de Campos Sobrinho*, e *Otaviano Augusto de Figueiredo*. E oferece uma síntese do relatado pela comissão:

> "Pelo que fica exposto, vê-se que, mais de 5 anos depois de efetuado o recenseamento, ainda não há sequer um Estado definitivamente concluído, e que nem ao menos se conhece o total bruto da população da República em 1890! O atraso é geral e enorme" [...] "Excetuando a comarca de Palmas, tudo mais que foi posteriormente preparado pela turma do registro, carece de revisão, correção ou justificação, à vista das irregularidades encontradas"(BRASIL, 1898c, p. VIII).

Ao todo seriam 45 volumes. O custo dessa "biblioteca de maus livros" custaria "a fabulosa soma de 667:000$000", sendo preciso mais de 12 anos para concluir-se a impressão, isso, se a Imprensa Nacional se dedicasse apenas a essa tarefa "(BRASIL, 1898c, p. IX). E propõe uma redução dessa ambição, mas, nem isso será realizado, até porque a não fora concluída a apuração, a exigir inúmeras inferências, à falta dos mapas[96].

---

94 Sobre Moreau de Jonnés, ver o capítulo 7 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

95 Sobre este Congresso Internacional de Estatístico, ver o capítulo 12 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

96 Diz que no início dos trabalhos censitários a DGE recebeu uma proposta de trabalho, fazer-se "por empreitada a apuração do recenseamento de 1890. Alegando-se que esse serviço, pelo processo administrativo, gastaria 21 anos. O Governo Provisório repeliu com energia tão indigno embuste" (BRASIL, 1898c).

Vale notar que em início de 1895, o Censo de 1890 já custara 1.492:330$000, sofrendo críticas, como afirma, da imprensa e do parlamento, e é nesse contexto, para quebrar o vazio, decide acelerar a publicação do volume do Distrito Federal, fazendo contrato com uma tipografia particular, dada a lentidão de resposta da Imprensa Nacional. Ao mesmo tempo manteve o volume de Alagoas, pese *Deodoro da Fonseca* e *Floriano Peixoto* já terem falecido, e já se estar na presidência de *Prudente de Moraes*, afinal, dada a precariedade das atividades, ninguém se daria ao luxo de ignorar um volume pronto, mesmo que referido a um estado pouco importante.

Enfim, na linha de redução da ambição da divulgação dos resultados, no rastro da sinopse, saem dois volumes temáticos, para o País, e que serão os últimos. Em outubro daquele mesmo ano, 1898, um primeiro volume temático é publicado, "afastando-se inteiramente do plano imaginado no começo do serviço", segundo o prefácio de *Mendes da Rocha* (BRASIL, 1898b). Um outro volume também temático, feito em 1898, só sairia em 1901 (já na gestão de *João Sabino Damasceno*, que sucede a *Mendes da Rocha*), adiado apenas por problemas de sobrecarga na tipografia da estatística, já voltada à impressão do material do Censo de 1900: "além do volume de idades, nenhuma outra publicação especial sobre o recenseamento de 1890 será feita, terminando assim a série de preocupações e sacrifícios que este serviço tem custado", afirma *Mendes da Rocha* (BRASIL, 1901a); de fato, diz que sobre as profissões e sobre os defeitos físicos, que se contentasse com o divulgado na sinopse.

Dessa forma, da grandeza existente nos planos de *Timóteo da Costa*, chega-se ao fracasso assumido por *Mendes da Rocha*. De 45 volumes, saem apenas cinco (ou seis se contarmos o volume especial sobre a Comarca de Palmas). Um lamentável estado de coisas, sobremodo por não se ter aprendido a lição, o que levará ao fracasso ainda maior do Censo de 1900, como adiante veremos. Mas antes é preciso fechar a primeira década republicana, mostrando os destinos inglórios da DGE.

Legislações e sínteses dos censos

1890 O senso do censo [segundo do País; primeiro sob a República]

- Data de referência: 31 de dezembro de 1890
- Além da DGE, na direção geral do censo, haveriam comissão censitária nas paróquias (ou, se divididas, nos distritos). E mais os recenseadores: pessoas probas, inteligentes, conhecedoras das paróquias. A apuração centralizada na capital federal.
- Seriam recenseados todos os "habitantes da República" (nacionais e estrangeiros); as pessoas presentes e as ausentes.

• Registros em três "boletins ou listas de famílias" (em seis páginas em caderno): sobre o habitante individualmente, sobre as relações de família, sobre as relações sociais.

• Família: pessoa que vive só e sobre si, em uma habitação ou parte de habitação; fogos.

• Total de 21 temas. Alguns realces: raça (branca, preta, cabocla, mestiça); estado civil (solteiro, casado, viúvo, divorciado); defeitos físicos (cego, surdo-mudo, surdo, idiota, aleijado); culto; filiação (legítima, ilegítima, legitimada, exposto).

Legislação:

• Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870 (mandava realizar o censo a cada dez anos)
• Lei nº 2.792, de 20 de outubro de 1877 (adiou o segundo censo para 1887)
• Lei nº 3.348, de 20 de outubro de 1887 (adiou o segundo censo para 1890)

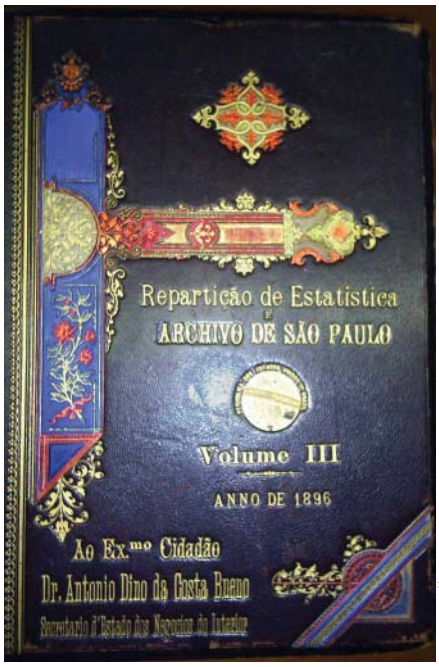
• Decreto nº 113 D, de 2 de janeiro de 1890 (recria a DGE e manda cumprir a Lei nº 3.348, de 20 de outubro de 1887, tendo por base o Decreto nº 4.856, de 30 de dezembro de 1871, que regeu o censo de 1872).

• Decreto nº 331, de 12 de abril de 1890 (reforma a DGE, e anuncia que seriam baixadas novas bases para o censo a se realizar em 31 de dezembro daquele ano).

• Decreto nº 659, de 12 de agosto de 1890 (dá novas bases ao Censo de 1890)

Uma década de reduzida produção: reforma redutora, mas com o surgimento da tipografia

Capítulo 04



Capa do relatório de Toledo Piza
Foto de Marco Santos

Em 30 de outubro de 1891, a Lei nº 23, reorganiza a administração no âmbito federal. Foi assinada por *Deodoro da Fonseca* (1827-1892), já como Presidente da República (eleito pelo Congresso Nacional em 26 de fevereiro de 1891), pouco antes de renunciar (em 23 de novembro de 1891), depois da tentativa fracassada de fechamento do Congresso Nacional, para instaurar uma ditadura militar. Por seu Art. 6º é criado o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, sendo-lhe agregada a DGE[97]; esse ministério começará a funcionar, efetivamente, em novembro de 1892, já no governo *Floriano Peixoto*. A DGE é transferida, sem mudanças estruturais; mudanças, contudo, virão em 1897, já no governo de *Prudente de Moraes*, quase às vésperas de iniciar-se o governo de *Campos Salles*, quando se dá a refundação da Republica.

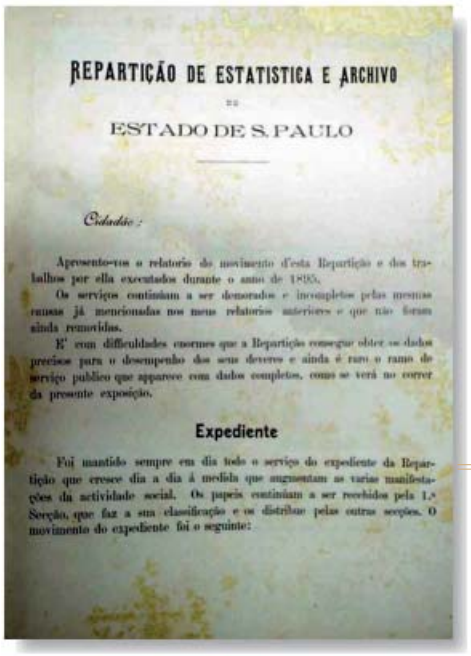
Nesse tempo, como visto, a direção da DGE, desde sua recriação, em janeiro de 1890, passara pelas mãos de *Timóteo da Costa* (até abril de 1891), de *Medeiros e Albuquerque* (até dezembro de 1891), de novo de *Timóteo da Costa* (até junho de 1893), de *Raul Pompéia* (até, provavelmente, agosto de 1894[98]), de *Mendes da Rocha* (até agosto de 1901). Portanto, as aludidas reformas virão nessa gestão, e ocorrerão às vésperas do Censo de 1900; como foram reformas redutoras de estrutura por certo terão contribuído com seu incrível fracasso, não obstante, infelizmente, a experiência na condução do já fracassado Censo de 1890, ocorrido nessa década.

Afora o visto antes, sobre o Censo de 1890, e sobre o esperado registro civil, não se tem muito mais a dizer, à falta absoluta dos relatórios dos diretores da DGE. Supondo que tenham sido realizados, extraviaram. Dessa forma, ficamos apenas com referências indiretas extraídas dos relatórios dos ministros aos presidentes da República. Para facilitar a exposição, agruparemos as informações segundo os governos, primeiro *Floriano Peixoto* (de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de

97 Que, assim, deixa a alçada do Ministério dos Negócios do Interior, que, a seu turno será juntado ao da Justiça, configurando o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

98 Como advertimos no capítulo anterior, à falta da data de saída de Raul Pompéia, não nos permite afastar a hipótese de ter havido um diretor entre ele e Mendes da Rocha, mesmo que em caráter interino.

1894), segundo *Prudente de Moraes* (de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898). Depois, já neste governo, veremos as medidas de redução da estrutura da DGE, abrindo espaço à análise da atividade estatística na refundação republicana.



REPARTIÇÃO DE ESTATISTICA E ARCHIVO

ESTADO DE S. PAULO

Cidadão:

Apresento-vos o relatorio do movimento d'esta Repartição e dos trabalhos por ella executados durante o anno de 1895.

Os serviços continuam a ser demorados e incompletos pelas mesmas causas já mencionadas nos meus relatorios anteriores e que não foram ainda removidas.

E' com difficuldades enormes que a Repartição consegue obter os dados precisos para o desempenho dos seus deveres e ainda é raro o ramo de serviço publico que apparece com dados completos, como se verá no correr da presente exposição.

Expediente

Foi mantido sempre em dia todo o serviço do expediente da Repartição que cresce dia a dia á medida que augmentam as varias manifestações da actividade social. Os papeis continuam a ser recebidos pela 1.ª Secção, que faz a sua classificação e os distribue pelas outras secções. O movimento do expediente foi o seguinte:

Primeira página do relatório de Toledo Piza

Foto de Marco Santos

A DGE no governo Floriano Peixoto

Prossegue a implantação da República, em meio aos confusos interesses federativos. Nas eleições nacionais, para instalação da constituinte, a minoria republicana, graças a expedientes específicos, é tornada maioria; os republicanos são os vencedores... contra a tradição monárquica.[99] As revoltas seguem à solta: a Revolta da Armada, ao largo e ao longo da capital, e a Revolução Federalista, nos estados sulistas, assombram os homens públicos daquele tempo, a exigir esforços crescentes, sobremodo financeiros, com a tomada de empréstimo no estrangeiro para aquisição de armamentos, inclusive de toda uma nova armada, bem assim, a convocação continuada da população, inclusive de servidores públicos federais, com prejuízo dos serviços públicos.[100] No campo externo, o reconhecimento diplomático da República continua em marcha, tendo-se sucesso crescente. Em meio a tudo isso, ponteia *Floriano Peixoto* (1839-1895), figura esfíngica, gélida e calculista, peça chave da consolidação republicana.

Sobre as ações da DGE, *Fernando Lobo Leite Pereira* (1851-1918), em 1892 sobre 1891, informa da operação regular da DGE, dando conta do "serviço noturno de apuração dos mapas do recenseamento geral", provavelmente concentrado na apuração da comarca de Palmas, priorizada por necessidade diplomática, como visto antes. E fala das estatísticas prediais dos estados, por apuração das cadernetas do recenseador, sem se dar conta de suas fragilidade e insuficiência. Diz do retorno de *Timóteo da Costa* à direção, em três de dezembro de 1891, a quem chama de "distinto funcionário"; fala das obras no edifício, para maior conforto da repartição (BRASIL, 1892b, p. 114-115).

99 Aristides Lobo sugere a feitura de um recenseamento eleitoral, Campos Salles discorda, e defende que "o partido republicano e o governo intervenham diretamente nas eleições"; vencido na discussão, adverte que em muitos estados "ainda domina o elemento monarquista", a terem a influência neutralizada. Ao final tudo é feito sob controle do governo, com a vitória republicana, contra os monarquistas, conforme Abranches (1998).

100 Sobre essas revoltas, ver: FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1: O tempo do liberalismo excludente. p. 45-88.

Em 1893 sobre 1892, *Antônio Francisco de Paula Souza* (1863-1917) relata que continua a apuração do censo feito em 31 de dezembro de 1890; o material recebido, que terá sido, até então, em pequena quantidade, é dito todo apurado. E informa que "à requisição do governo foi de preferência ultimado o trabalho relativo ao recenseamento da comarca de Palmas, Estado do Paraná, já remetido em autógrafo e impresso à Comissão Brasileira de Limites em Washington" (BRASIL, 1893b, p. 237). E informa também sobre as publicações das estatísticas elaboradas, nos seguintes termos:

Documento da DGE, assinado por Mendes da Rocha, dirigido a Toledo Piza, da Diretoria de Estatística de São Paulo.

Foto de Marco Santos

> O Anuário ou a publicação oficial dos quadros estatísticos sobre vários assuntos, organizados na repartição e que deve ser publicado com a data de 1892, já foi entregue à Imprensa Nacional[101], não se tendo procedido desde logo à respectiva impressão, por falta de tipos apropriados, segundo informação do administrador daquele estabelecimento.
>
> Conquanto não possam ainda deixar de ser deficientes no Brasil essas publicações, por motivos de todos conhecidos, é de intuitiva vantagem encetá-las como o mais seguro meio de familiarizar o nosso funcionalismo e mesmo os particulares com esse objeto e demonstrar a necessidade do seu gradual aperfeiçoamento (BRASIL, 1893b, p. 237, grifo nosso).

Em 1894 sobre 1893, *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat* (1845-1904), informa a saída de *Timóteo da Costa* e entrada de *Raul d'Ávila Pompéia*, em 22 de junho de 1893. E informa também a próxima "modificação do regulamento da repartição", em face da "redução que, por várias causas, sofreu o quadro do pessoal efetivo"; valendo ressaltar que se estaria, então, em processo de apuração do material do censo, o que tivesse chegado, e, pelas dificuldades enfrentadas, se estaria, ao menos, em processo de controle e cobrança da recepção do material não enviado.

Segue dizendo da suspensão da impressão do Anuário de 1892, "porque tiveram de ser transformados, por exigência do formato do volume, diversos quadros", afora essa razão, "porque não pode devidamente atender à sua urgência a Imprensa Nacional, desfalcada no pessoal tipográfico pelo serviço das armas, a que tiveram de acudir, em razão da revolta naval, muitos compositores". Quanto à apuração do material do censo, informa que continua a ocorrer, "sendo todavia prejudicado o regular

[101] Com o nome **Anuário Estatístico do Brasil** o primeiro número só sairá em 1916, sob Bulhões Carvalho na direção da DGE, cobrindo os anos de 1908-1912.

andamento do serviço, pelas perturbações derivadas da crise política", dando conta da apuração dos volumes do Distrito Federal e de Alagoas, e deste estado já reproduz alguns quadros, não dando razões dessas escolhas espaciais (BRASIL, 1894, p. 347).

Acordo com São Paulo

Outra matéria abordada, da maior importância, diz respeito ao possível acordo, em negociação, "entre a Diretoria Geral e a Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado de São Paulo", com o qual, afirma, seriam evitados "os inconvenientes da dispersão de esforços, a que tende a atividade estatística desenvolvida em centros independentes". Embora pensado apenas com a "Repartição de Estatística de São Paulo, que dele cogitou para seu uso", entende ser matéria aplicável também às repartições estatísticas existentes nos demais estados, e assim se dando ter-se-ia "obtido imensa vantagem de ordem geral neste assunto", e diz que mandou a direção da DGE propor acordo igual aos demais estados. Nem se sabe da ação, nem da sua recepção (BRASIL, 1894, p. 347-348).

> Para tornar-se efetivo esse pacto administrativo já foram aprovadas as respectivas bases, obrigando-se por ele a Diretoria Geral de Estatística a fornecer à Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado de S. Paulo mapas impressos e instruções referentes às diversas estatísticas em via de organização, segundo um plano sistemático que se estende a toda a República, modelos gráficos dos mapas que se destinam à coleta de dados, e dos quadros definitivos para qualquer trabalho que, conquanto naturalmente ligado ao regimen de Estatística da União, haja de realizar separadamente a mesma Repartição na parte relativa à sua circunscrição; ficando reciprocamente obrigada a Repartição paulista a sujeitar os seus trabalhos aos modelos da Diretoria Geral e auxiliá-la na distribuição de mapas e coletas de dados para a Estatística Geral da União e ainda a entender-se com a Diretoria Geral na organização da estatística, exclusivamente local. A apuração dos dados coligidos, exceto os do recenseamento [e] do Registro Civil, regulado pelo Decreto nº 722, de 6 de setembro de 1890, que deverão sempre ser apurados na Diretoria Geral, ainda que anteriormente, sem prejuízo do serviço mais vasto, se possam aproveitas os mapas para a estatística estadual e ainda daqueles de que tomar a iniciativa a Repartição paulista, poder-se-á fazer na Diretoria Geral ou naquela Repartição, conforme se entenda mais útil; devendo trabalhos iniciados pela Repartição paulista, sobre os modelos da Diretoria Geral, serem custeados integralmente por aquela repartição. As repartições em acordo conseguirão de parte a parte, junto do Governo da União e do Governo de S. Paulo gratuidade de transporte para os mapas impressos, modelos gráficos e livros destinados ao serviço de estatística, bem como para o pessoal mobilizado no mesmo serviço (BRASIL, 1894, p. 347-348, grifo nosso).

O acordo foi iniciativa de *José da Silveira Lobo*, primeiro diretor da Repartição da Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo[102], pelo Aviso nº 2 de 13 de outubro de

[102] Criada pelo Decreto nº 30, de 10 de março de 1891, e reorganizada pela Lei nº 116, de 1º de outubro de 1892 (logo depois deu-se o aviso do acordo) (BRASIL, 1894a, p. 141). [Note-se que a cidade da impressão é Rio de Janeiro, e não São Paulo].

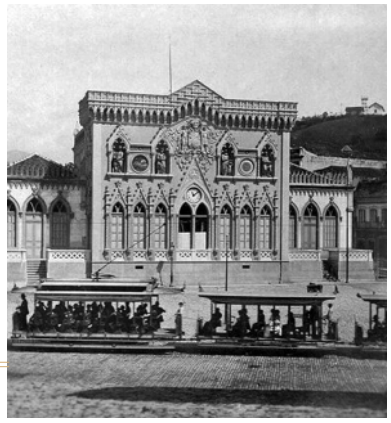
Revolta da Armada, Rio de Janeiro, RJ, 1893
A. A. Santos

1892, mas, devido a diversas demoras[103], só foi fechado por seu segundo diretor, *Antônio de Toledo Piza*, em 28 de junho 1894 (em seu nome, é firmado por *Joaquim Monteiro de Mello*, no Rio de Janeiro); pela Diretoria Geral de Estatística assinou *Raul Pompéia*. Por seu valor, damos sua versão integral:

> 1º A Diretoria Geral de Estatística fornecerá gratuitamente à Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado de S. Paulo[104] *mapas impressos e instruções* referentes à diversas estatísticas em via de organização, segundo um plano sistemático que se estenda a toda a República, e *modelos gráficos* dos mapas que se destinem à coleta de dados e dos quadros definitivos para qualquer trabalho que, conquanto naturalmente ligado ao regimen geral de Estatística da União, haja de realizar separadamente a Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado de S. Paulo, na parte relativa à sua circunscrição.
>
> 2º A Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado de S. Paulo adotará na execução dos seus trabalhos os modelos estabelecidos pela Diretoria Geral de Estatística para o serviço que a esta compete, auxiliando-a na distribuição dos mapas e coleta dos dados indispensáveis a esse serviço; e entender-se-á com a mesma Diretoria para a organização de quaisquer outros trabalhos estatísticos que se não prendam à execução imediata de um plano geral, conservando plena autonomia, caso ocorra divergência radical na permuta dos modelos e estudos referidos a esses trabalhos.
>
> 3º Com a exceção do recenseamento geral da República e da transcrição do Registro Civil, regulado pelo Decreto nº 722, de 6 de setembro de 1890, que deverão ser sempre apurados na Diretoria Geral, ainda que anteriormente, sem prejuízo do serviço mais vasto se possam aproveitar os respectivos mapas para a estatística esta-

[103] Só em 13 de janeiro de 1893, pelo Aviso nº 6, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas autorizou as negociações (BRASIL, 1894a, 141). [Note-se que a cidade da impressão é Rio de Janeiro, e não São Paulo].

[104] No corpo do acordo surge o nome Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado de S. Paulo, ao passo que em outros lugares aparece Repartição da Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo.



Palácio do Conselho da Prefeitura Municipal do Distrito Federal, [s.d.]

dual, cuja iniciativa não seja da Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado de S. Paulo, será apurado nesta Repartição ou na Diretoria Geral, conforme se resolver.

4º No caso de ser feita a apuração pela Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado de S. Paulo, poderá a Diretoria Geral de Estatística reclamar os esclarecimentos de que dependa qualquer dúvida, devendo estes ser oferecidos prontamente e rigorosamente nos termos da requisição.

5º Os mapas e quadros gráficos de apuração de quaisquer dados estatísticos serão conservados no Arquivo da Repartição em que forem apurados, não se compreendendo nesta hipótese os que se remeterem de parte a parte, para verificação de dúvidas ocorrentes.

6º Os trabalhos estatísticos, iniciados pela Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado de S. Paulo, independente de um plano em via de execução em toda a República, serão custeados integralmente pela Repartição paulista.

7º As Repartições em acordo providenciarão respectivamente junto do Governo da União e do Governo Estadual, no sentido de obter a gratuidade do transporte dos mapas impressos, modelos gráficos e livros destinados ao serviço da Estatística, bem como do pessoal mobilizado para o mesmo serviço.

8º As cláusulas do presente acordo poderão a qualquer tempo ser modificadas, mediante expresso anúncio da Repartição paulista e da Diretoria Geral.

9º Igualmente, mediante expressa anuência mútua poder-se-á dissolver o presente acordo, não se permitindo contudo em caso algum, sob a garantia do Governo de União e do Governo Estadual que influa o rompimento para que se suspenda ou transforme o andamento regular dos trabalhos iniciados por virtude do pacto administrativo (BRASIL, 1894a, p. 142-144, grifo do autor).

Linguagem barroca, sem dúvida. Primeira tentativa conhecida de se estabelecer um acordo de cooperação administrativa. Ambas as repartições signatárias assumiam deveres e recebiam direitos; e a repartição paulista assumia haver um plano para o País, ao qual devia ajustar-se a associar-se. A experiência, se frutífera, poderia ter ajudado bastante no correr do tempo, mas, infelizmente, fracassou, como veremos em seguida.

A DGE no governo Prudente de Moraes

Prudente de Moraes (1841-1902) assume em situação precária; os papéis de governo estavam ao abandono; inexistia protocolo de transmissão de cargo, e o próprio *Floriano Peixoto* não o espera em palácio (Itamaraty, na Rua Larga de São Joaquim, hoje Rua Marechal Floriano) para passar-lhe o governo. E isso é o mínimo; logo virá

Embaixadores num banquete no Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, RJ, [19--]

F. Bietenholz

a Revolta de Canudos[105], nos sertões do Nordeste. E mais, não tarda a adoecer e se afastar do cargo (de 10 novembro de 1896 a 5 de março de 1897), indo para Petrópolis; substituído pelo vice-presidente, *Manoel Vitorino Pereira* (1853-1902)[106], quase sofre um golpe de estado. De fato um fecho terrível da década republicana.

Sobre as ações da DGE, *Antônio Olyntho dos Santos Pires* (1860-1925), em 1895 sobre 1894, afirma que "a estatística do país tem-se desenvolvido lentamente, apesar da bem acertada reorganização do respectivo serviço em 1890"(BRASIL, 1984a, p. 466). Com força, relata os problemas da desatenção dos estados em atender às demandas da DGE, as informações necessárias, demandadas, não são enviadas,

[105] Sobre esta revolta, (a obra maior), ver: CUNHA, Euclydes da. **Os sertões:** a campanha de Canudos. 39. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000. Ver também: SAMPAIO, Consuelo Novais (Org.). **Canudos**: cartas para o barão. São Paulo: EDUSP, 1999. E dois grandes romances: LLOSA, Mario Vargas. **A guerra do fim do mundo:** a saga de Antônio Conselheiro na maior aventura literária de nosso tempo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981; MÁRAI, Sandor. **Veredicto em Canudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

[106] Nessa interinidade é que a sede do governo será transferida do Palácio do Itamaraty para o Palácio do Catete, onde ficou até a transferência da capital para Brasília. Então, o Palácio do Itamaraty passou a sede do Ministério das Relações Exteriores, como tempo, tornando-lhe sinônimo, de modo tal que o nome será dado ao novo palácio em Brasília.

levando ao fracasso a formação das estatísticas nacionais via governo federal.[107] Passemo-lhe a palavra:

> A dificuldade com que luta esta tão importante repartição da República na obtenção de dados estatísticos, principalmente quando dependentes de autoridades dos Estados, merece a solícita atenção do Congresso Nacional, já tantas vezes empenhado em melhorar este ramo do serviço.
>
> Além da inobservância das leis em vigor neste assunto, concorre igualmente para que não seja atendido o empenho com que procura desempenhar-se de suas funções a respectiva diretoria, a falta de uniformidade nos modelos adotados pelas diferentes repartições.
>
> Torna-se indispensável uma providência que, abrangendo o conjunto do serviço, deixe bem clara a obrigatoriedade de resposta aos quesitos formulados pela repartição federal (BRASIL, 1895b, p. 466, grifo nosso).

As repartições aludidas, com diferentes modelos de coleta, não eram apenas as estaduais, mas também as federais. E a "obrigatoriedade de resposta" referida, por certo não diz respeito às respostas da população, pois, a menos dos censos, não se faziam pesquisas diretas, usando-se os registros administrativos como informações individuais. Assim, a obrigatoriedade que se queria impor seria às repartições estatísticas estaduais e federais; sobre as estaduais, tendo-se que enfrentar a autonomia federativa, com o próximo governo, *Campos Salles*, ficaria inviável plenamente.

Sobre o Censo de 1890, relata os rumos da apuração, indo, segundo o material ia chegando. E começa a refletir sobre o Censo de 1900, mandado elaborar pela constituição, de dez em dez anos, e o tempo chegava. A tônica da preocupação, está claro, é a relação com os estados, e é isso que se quer controlar previamente, mas, está claro também, não se sabe como fazê-lo; está a idéia, está o temor, e nada mais.

> Cumpre aparelhar essa repartição para desenvolver e completar os diversos serviços que lhe estão afeto. Para dar cumprimento ao § 2º do art. 28 da Constituição da República que manda rever decenalmente o recenseamento da população do país, torna-se necessário propor desde já os elementos que se fazem mister para serviço tão importante; entre eles não é de menor relevância a organização das comissões ou a designação das autoridades locais a quem deve ser cometido, para na época oportuna facilitar os resultados que cumpre sejam os mais completos (BRASIL, 1895b, p. 467, grifo nosso).

Valerá registrar, por simples curiosidade, que neste mesmo relatório, logo depois de tratar-se da estatística, trata-se da "comissão exploradora do planalto central do Brasil", com a incumbência de elaborar os estudos "da nova capital da União". Diz

[107] Mendes da Rocha, desde agosto de 1894, era o diretor da DGE. Não obstante esse discurso em favor de uma maior aproximação com as repartições estaduais, ele acabará provocando o rompimento do acordo que havia com São Paulo, como será relatado adiante, em seção deste capítulo.

que prossegue "seus trabalhos de campo com o intuito de reconhecer, dentro da área já demarcada, o melhor local para a futura cidade".[108]

> Feita a escolha definitiva do lugar destinado à nova capital, aí organizará, sem demora, uma estação meteorológica, com o competente material e pessoal, destinado a registrar observações diárias, regulares e ininterrompidas [sic] para o conhecimento completo dos fatores climatológicos locais.
>
> Procederá também ao levantamento topográfico da zona demarcada, cobrindo com uma rede de triângulos a área de 14.400 quilômetros quadrados, e com maiores detalhes, mormente sob o ponto de vista do nivelamento do local escolhido para a futura capital, cujas coordenadas astronômicas serão determinadas pelos processos mais rigorosos (BRASIL, 1895b, p. 468).

Em 1896 sobre 1895, o mesmo ministro *Antônio Olyntho dos Santos Pires* (1860-1925), volta a bater na tecla da "necessidade de aparelhar a Diretoria Geral de Estatística com os meios necessários ao seu melhor funcionamento". E diz ser esse "um dos ramos da administração pública que não conseguiu ter entre nós o desenvolvimento de que necessita", acrescentando, categórico, que ele, entre nós, não saiu ainda "do estado rudimentar em que o colocou sua reorganização posteriormente à proclamação da República" (BRASIL, 1896a, p. 510). Sobre o Censo de 1890, informa que acabara de ser publicado o volume alusivo à Comarca de Palmas, e o volume sobre o Distrito Federal, estando o volume sobre Alagoas suspenso, aguardando os resultados dos trabalhos da comissão nomeada para avaliar o censo, como visto antes (na gestão de *Mendes da Rocha*). Sobre o Censo de 1900, faz colocações interessantes, como segue:

> A Repartição de Estatística precisa desde já de ser dotada da verba suficiente para encetar os trabalhos preliminares do recenseamento de 1900, sendo indispensável que uma reforma completa a coloque em situação de poder prontamente atender ás exigências do serviço público em geral, que não pode deixar de basear-se em uma boa estatística. Essa reforma deve incluir a criação de um conselho superior[109], pois que nenhum país conseguiu ainda firmar em bases sólidas a sua organização estatística sem o concurso daqueles que mais diretamente sentem a necessidade desse elemento de estudo.
>
> O Congresso Internacional de Estatística, realizado em agosto do ano findo em Berna[110], resolveu convidar todas as nações a efetuar o recenseamento das populações respectivas no ano de 1900. Já tendo sobre o assunto a adesão de 18 nações procurou conhecer a respeito a opinião do Governo brasileiro, o qual prontificou-se a concorrer para esse serviço, tanto mais quanto é a época marcada em nossa Constituição para proceder-se a revisão censitária (BRASIL, 1896a, p. 510-512, grifo nosso).

[108] Mas isso não competia à DGE, como depois competiria ao IBGE, que, aliás, atuou ativamente em semelhante atividade na segunda metade dos anos de 1950, ao tempo do Governo *Juscelino Kubitschek*. A história da mudança da capital, tratada nos primórdios da República, inclusive estando prevista na constituição, já vinha desde o Império, sendo, por exemplo, preocupação de *José Bonifácio*.

[109] Este conselho só será criado na gestão de Bulhões Carvalho, em 1907.

[110] Este foi o sexto congresso organizado pelo *International Statistical Institute* - ISI.

Em 1897 sobre 1896, *Joaquim Murtinho* (1848-1911), segue nessa toada, quando relata que os trabalhos estatísticos vão sendo feitos "apesar das grandes dificuldades com que luta a repartição, principalmente pela falta de uma legislação que conceda à autoridade federal os meios indispensáveis de ação", e o que se quer com isso é "colocar esse serviço ao abrigo da indiferença das autoridades estaduais e até mesmo de algumas federais, incumbidas da remessa de dados estatísticos"; e trata da criação do conselho superior de estatística, que iria atender "a uma das mais urgentes necessidades nesse ramo de serviço público" (BRASIL, 1897, p. 437). Retoma o registro civil, que diz ter estado descurado, e retoma o Censo de 1890, que diz ter estado parado, com a apuração suspensa, até junho de 1896, desde dezembro de 1895. E trata do Censo de 1900, de novo pedindo a "verba para os trabalhos preliminares", e acrescenta:

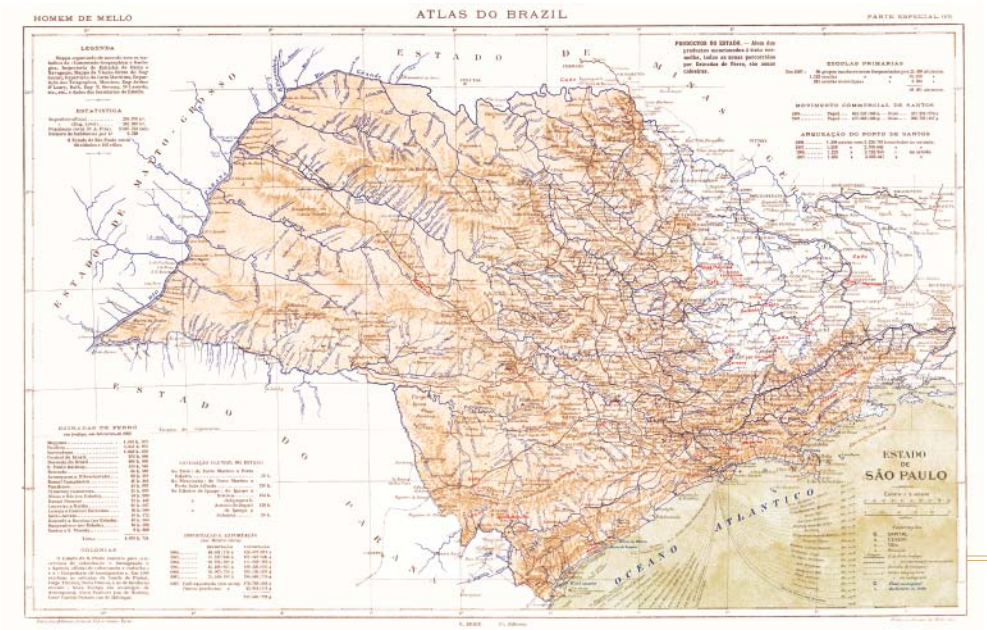
> Tendo-se mostrado o Governo favorável à consulta, feita pelo Instituto Internacional [de Estatística] sobre a conveniência de um recenseamento da população de todos os países, em 1900 e, se possível, no mesmo dia, fazendo-se admitir nas listas ou boletins certas questões de interesse geral que fossem em todos os países tratadas da mesma maneira, a Diretoria Geral de Estatística espera as decisões da próxima reunião do Instituto[111], para a organização dos diversos boletins e instruções que devem servir de base aos trabalhos do relatório [sic], no futuro censo da população (BRASIL, 1897, p. 438, grifo nosso).

E informa que "a oficina tipográfica continua funcionando com regularidade", dois anos depois de sua criação, como adiante veremos. Pena não haver relato desse regular funcionamento, sobremodo, não haver relato sobre as máquinas adquiridas (onde? quando? quanto? , sobre sua instalação (onde?) e sobre a equipe de gráficos contratada (quantos? com que perfil? com que capacidade?).

Em 1898 sobre 1897, *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda* (1864-1925)[112], diz que se bem "não tenham sido ainda de todo superadas as dificuldades com que, em virtude de sua organização, tem lutado a Repartição Geral de Estatística para dar completo desempenho aos seus encargos", os resultados começavam a aparecer, como, por exemplo, o envio à impressão do registro civil de 1895 (o de 1894 já estava publicado). Sobre o Censo de 1890 comunica a impressão do volume do Distrito Federal e o da sinopse de resultados, e diz ter havido mudança no "plano adotado para [sua] publicidade", com "economia de tempo e diminuição de despesa", tendo em vista o se dever "cuidar o quanto antes do recenseamento de 1900", o qual, afirma "é objeto de grande preocupação deste ministério" (BRASIL, 1898d, p. 173).

[111] Que só se daria em São Petersburgo, em 1897 (sétima reunião); a seguinte seria em Cristiania [leia-se Dinamarca] em 1899 (oitava reunião).

[112] Em 1912 foi nomeado por Hermes da Fonseca Ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi pai do político Maurício Lacerda e avô do jornalista e político Carlos Lacerda. (Esta informação nos foi dada por Manoel Antônio Soares da Cunha).



Mapa de São Paulo, [s.d.]

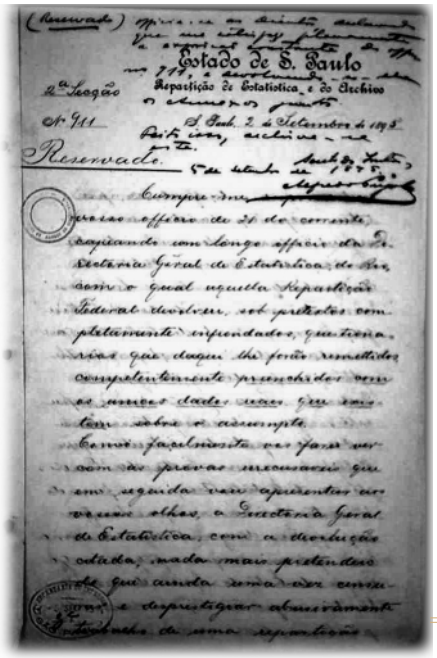
Desacordo com São Paulo

Em 1896 sobre 1895, *Toledo Piza* relata as restrições do cotidiano da repartição de estatística e de arquivo paulista. Pois, *mutatis mutandis*, é a mesma a natureza das dificuldades, implicando a malfadada "deficiência de informações", seja para baixo, nas demandas enviadas aos com seus informantes, seja para cima, nas relações técnicas e políticas com a DGE (neste caso, em especial em relação ao registro civil).

> Até onde se chegou tudo foi bem planejado e executado, e aparentemente a repartição está em condições de funcionar regularmente e satisfazer os fins para que foi criada.
>
> Porém, a harmonia no jogo do seu mecanismo é somente aparente, porque não há uma só lei que determine e estabeleça as relações exteriores da repartição, isto é, as suas relações com outras repartições públicas, com as autoridades estaduais e municipais, com as associações e os indivíduos. Estas relações existem, mas são todas de caráter de favor e não de obrigação legal; se se pedem informações à câmaras municipais sobre serviços públicos, sobre lavoura ou outro qualquer assunto de transcendente interesse, elas responderão se quiserem, não sendo a isso obrigadas, e boa parte delas não se presta a fornecer as informações pedidas. O mesmo dá-se com autoridades estaduais e com as associações, até com aquelas que são subvencionadas pelo Estado.
>
> Por outro lado, o serviço do registro civil, que é um dos mais importantes ramos do serviço público e já era incompleto e mal organizado, tornou-se agora excessivamente anárquico. O serviço é federal porque foi organizado pelo Marechal Deodoro durante o governo provisório, quando os Estados não tinham autonomia e os seus governos eram meros prolongamentos do governo federal. Porém, a República Federal organizou-se constitucionalmente, os Estados organizaram-se, as câmaras municipais, a magistratura, tudo entrou na vida normal, e o serviço do registro civil ficou embrionário como dantes, não tendo sequer um regulamento que facilite a

sua execução. Tudo quanto existe a respeito está contido naquele resumido, lacônico decreto do Marechal Deodoro, que tem a data de 6 de setembro de 1890 e o nº 722.

O serviço é federal e não regulamentado, e os oficiais encarregados da sua execução são estaduais e por isto estão fora da seção da justiça federal que não tem leis nem forças para obrigar empregados estaduais a desempenharem funções federais; mas, o Estado por seu lado não pode obrigar os seus empregados a fazer serviços que não lhes pertencem, e quando devesse poder fazê-lo não há leis que regulem o caso e muitos oficiais do registro civil continuam desidiosos, omissos e remissos no desempenho deste serviço que é um dos piores que temos (BRASIL, 1896c, p. 169-170, grifo nosso).


Estado de S. Paulo
Repartição de Estatística e do Archivo
Reservado.

Ofício de Toledo Piza a Alfredo Pujol, queixando-se de Mendes da Rocha, [s.d.]
Foto de Marco Santos

Essa situação, precária na essência, se agravara, segundo *Toledo Piza*, por conta de um "incidente desagradável" protagonizado por *Francisco Mendes da Rocha*, desde agosto de 1894 diretor da DGE. Antes dele, com seus antecessores, *Timóteo da Costa* e *Raul Pompéia*, tivera sempre "as mais cordiais relações, chegando-se mesmo a assinar entre aquela e esta diretoria um acordo para mútuo auxílio de ambas as repartições". Contudo, com ele, *Mendes da Rocha*, as relações desandaram, com evidente prejuízo ao andamento da atividade estatística. Assim narra os fatos:

> Porém, ultimamente tendo o dr. Raul Pompéia deixado aquela diretoria, foi ele substituído pelo cidadão Francisco Mendes da Rocha, que imediatamente introduziu outras maneiras nas suas relações comigo e, esquecido de que esta repartição é estadual e independente da sua, começou a enviar-me ordens em tom autoritário e grosseiro, que eu não poderia de modo algum admitir que fosse adotado como regra permanente da sua conduta para comigo, e de acordo com os vossos antecessores drs. Cesário Motta e Álvares Rubião, a quem expus os fatos, rompi o acordo existente, cortando relações com aquele diretor e devolvendo-lhe os seus insolentes ofícios. Entretanto, continuaram as relações entre esta repartição e a Diretoria Geral de Estatística da União, mas por intermédio do ministério da Viação, a que é subordinada aquela diretoria, de modo que o serviço público podia continuar em andamento como de [sic] antes, apenas com um pouco mais morosidade e nada mais. Porém, agora começam os oficiais do registro civil deste Estado a comunicar-me que estão recebendo ofícios *diretos* do cidadão Mendes da Rocha, diretor da Estatística da União, ordenando-lhes que remetam os seus mapas *diretamente* para o Rio de Janeiro, sob as penas cominadas no art. 3º do citado decreto do Marechal Deodoro, que não pode ter hoje neste Estado, autonômico [sic] e livre, a mesma aplicação que tinha durante o regimen ainda centralizador do Governo Provisório, porque os funcionários são estaduais e não estão sob a ação da justiça federal (BRASIL, 1896c, p. 170-171, itálico do autor, grifo nosso).

Afora a questão das comunicações ditas autoritárias, insolentes e grosseiras, sem base para isso, dada a autonomia federativa, a intentada relação direta com os oficiais do serviço do registro civil, segundo *Toledo Piza*, levava à anarquia o serviço.[113] Alguns oficiais atendiam a DGE, outros seguiam enviando seus relatórios a ele, ignorando a DGE; dessa forma, nenhuma das repartições, *per se*, conseguia congregar os relatórios e realizar a apuração. Sem olvidar aqueles que "aproveitam-se desta anarquia para não os enviarem a parte alguma", donde, conclui muito irado, "o serviço de estatística do registro civil ficou agora mais defeituoso do que nunca, tanto nesta repartição como na da capital federal"(BRASIL, 1896c, p. 171). Assim, graças às atitudes ríspidas de *Mendes da Rocha*, pouco parceiras, interrompia-se uma promissora cooperação.

Criação da tipografia. Redução da estrutura

Voltando no tempo, ao início do governo *Prudente de Moraes*, sendo Ministro da Fazenda, *Rodrigues Alves* (1848-1919), futuro Presidente da República, o item 21, do Art. 6º, da Lei nº 266, de 24 de dezembro de 1894 (Lei Orçamentária para 1895), dizia:

> Art. 6º O Presidente da República é autorizado a despender pela repartição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas:
>
> 21 Diretoria Geral de Estatística: incluída a consignação de 40:000$ para o recenseamento [ainda o censo de 1890] e substituída a consignação de 10:000$ para a impressão pela de 90:000$ para a aquisição e material tipográfico necessário e seu custeio.

Com o quê era criada a oficina tipográfica da estatística, por ação de *Mendes da Rocha*. Se em 1896, segundo *Joaquim Murtinho*, já funcionava regularmente, terá se dado muito rapidamente a aquisição das máquinas, as suas instalações e a formação das equipes. Contudo, à falta dos relatos da direção da DGE (perdidos, supondo que existiram), não se tem nenhum detalhe dessa tarefa. Como seja, sua criação atendia a um clamor da DGE, sempre às voltas com a escassez de recursos técnicos, e de tempo, na Imprensa Nacional, em especial, é de se supor, nas ocasiões de impressão dos formulários censitários, sempre em grande volume; contando com uma tipografia, a DGE ganhava liberdade, e autonomia. Em sua criação, a Imprensa Nacional terá sido, seguramente, ouvida, e terá concordado, talvez com alívio, não sem alguma relutância, por lhe ser uma declaração de fragilidade, abrindo, por certo, um perigoso precedente.

[113] Há no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, C07007, um longo ofício de Toledo Piza (de 2 de setembro de 1895) dirigido ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Alfredo Pujol, no qual ele narra em detalhes o entrevero havido com Mendes da Rocha. Nesse ofício, vale realçar um período bastante significativo: "Tal Acordo que estabelecia obrigações e vantagens recíprocas, estava sendo frutuosamente executado quando, pela lamentável transferência do Dr. Raul Pompéia foi substituí-lo o atual Diretor que ao que parece não apreciava o Acordo estabelecido, e desde logo patenteou as suas más disposições tratando a Repartição paulista como subalterna a sua e falando-nos como a subalternos com verdadeira impertinência e não pouca ousadia" (BRASIL, 1895).

Curiosamente, o mesmo governo que por essa medida expandia a DGE, em 1897 lhe imporá uma redução de estrutura. De fato, com base no Art. 43 da Lei nº 428, de 10 de dezembro de 1896 (Lei Orçamentária para 1897), sai o Decreto nº 2.763, de 24 de dezembro de 1897, extinguindo 17 (dezessete) lugares na DGE, inclusive o de dois chefes de seção. Isso implica "dar nova distribuição aos serviços a cargo daquela repartição", o que será feito através do Decreto nº 2.768, de 27 de dezembro de 1897 (e se estará alterando o regulamento aprovado pelo Decreto nº 331, de 12 de abril de 1890, ainda no Governo Provisório, pouco depois da recriação da DGE).

A DGE ficará com 20 pessoas, assim, o quadro de pessoal sofreu redução de quase 50%; as seções passam a apenas duas, a metade (Art. 1º). Competia à primeira seção todas as atividades administrativas (material, pessoal, arquivo, biblioteca, correspondência), e mais "a direção dos trabalhos de impressão e publicação", ou seja, a condução da tipografia, bem assim, a elaboração das estatísticas do território (divisões política, administrativa e judiciária) e as demográficas, inclusive a apuração do registro civil[114] (Art. 2º § 1º). Competia à segunda seção, a elaboração das estatísticas da indústria (extrativa, agrícola e pastoril, manufatureira e comercial), da viação e transporte (caminhos de ferro, navegação, estradas, correios e telégrafos, obras públicas, estudos e melhoramentos preventivos e de saneamento), da força pública (exército, armada, justiça e polícia), das finanças públicas (receitas, despesas, impostos, empréstimos, caixas econômicas e montes de socorro), e, completando, das associações e estabelecimentos de beneficência e previdência (Art. 2º § 2º)

Diante disso, sincero ou não, *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda*, tinha razão de dizer que o Censo de 1900 era "objeto de grande preocupação deste ministério" (BRASIL, 1898d), como visto antes; e se tornava imediata a drástica redução na divulgação do Censo de 1890, o que seus muitos problemas já recomendava. Nesse momento, o estado de indigência das estatísticas, no contexto da DGE encontrava semelhança com a redução havida em 1879, quando a DGE virara uma seção do Ministério do Império. Agora não perdia seu *status* de diretoria, como então se dera, mas perdia estrutura, tão drasticamente que se tornava inoperante, sobremodo ineficiente. Assim, mantida a decisão de fazer-se o Censo de 1900, não haveria condições de bem fazê-lo, e ele seria um fracasso, com o agravante de já o ser desde o planejamento. Então, vale lembrar, dirigia a DGE, *Francisco Mendes da Rocha*, ele, que fizera críticas perfeitas ao Censo de 1890, dizendo que o mesmo não devia ter sido feito. Pois...

Em suma, também a atividade estatística fechava a primeira década republicana, em 1898, sob a mais completa desolação. Também nessa atividade, sentiam-se saudades da monarquia. E assim seguirá por mais duas décadas, como se verá adiante,

114 "Estado da população; densidade da população; condições da população: naturalidade, nacionalidade, idade, sexo, raça ou cor, defeitos físicos, filiação, estado civil, nacionalidade paterna e materna, residência, analfabetismo, culto, profissão, renda, fogos; movimento da população: nascimentos, casamentos, óbitos, imigração e emigração; colonização e catequese, instrução pública e particular, tábuas de sobrevivência e de mortalidade".

em boa medida, paradoxalmente, em conseqüência do fortalecimento da República, ao tempo do governo *Campos Salles* que começava. Embora tenha sido um governo de sucesso, com o saneamento das finanças públicas, jogou pelo ralo muito dinheiro público, diante do débil Censo de 1900; por seus pífios resultados, perderam-se volumosos recursos, sendo assim, nesse aspecto, um governo perdulário...

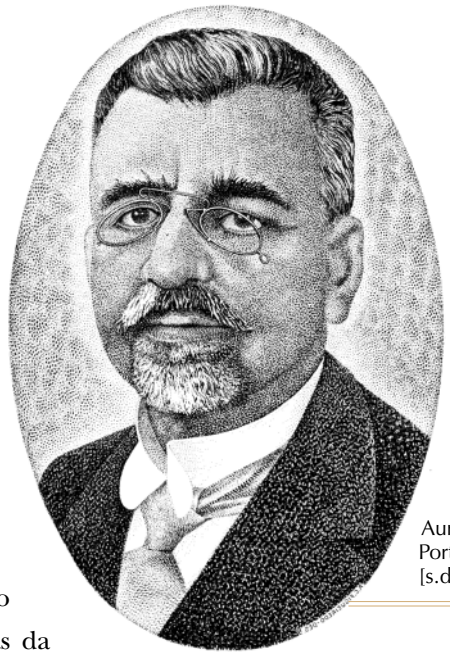
Aureliano Portugal: doutor em estatística municipal

Capítulo 05

por Marco Aurelio Martins Santos

Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, assistente de pesquisa na produção desta obra

Quando estava na chefia da Seção de Estatística Municipal, do Rio de Janeiro, o médico-demografista *Aureliano Gonçalves de Sousa Portugal* (1851-1924) escreveu uma Memória, em janeiro de 1895, destinada à abertura dos trabalhos do Conselho Municipal daquele ano. Era prefeito do Distrito Federal *Francisco Furquim Werneck de Almeida*[115] ([18–]-1908), que governou a cidade de 1895 a 1897. O documento tinha por título "Estudo sobre a organização de um serviço completo de estatística no Distrito Federal" e é um completo diagnóstico da situação em que se encontrava as estatísticas da capital da República. Com olhar extremamente arguto, Portugal descreveu as agruras em que seu setor se encontrava, tratando, inclusive, do relacionamento entre os diversos órgãos produtores de estatísticas, abrangendo a Diretoria Geral de Estatística.



Aureliano Portugal, [s.d.]

Seu estudo é revestido de tanta importância que foi publicado nos Anais do Conselho Municipal, em novembro de 1896, republicado em 1918, por determinação do então prefeito *Amaro Cavalcanti* (1851-1922) e por solicitação de Bulhões Carvalho, titular da DGE. Por ocasião desta primeira republicação, o próprio autor acrescentou um prefácio dando maiores esclarecimentos sobre o assunto e sobre as razões da nova edição do seu estudo.[116]

Por determinação da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, mediante a Resolução nº 173, de 17 de julho de 1941, o estudo de Aureliano Portugal foi incluído nos anais do IBGE, em razão de sua relevância histórica e da importância de seu autor. Vale destacar, no texto da Resolução, os "considerandos" que justificaram a republicação do estudo:

> A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

[115] Nomeado pelo presidente Prudente de Moraes.

[116] Segundo Aureliano Portugal, não existia mais exemplares da primeira publicação, em virtude do incêndio ocorrido no arquivo do Conselho Municipal. Provavelmente, o texto original foi guardado pelo autor, propiciando, assim, a republicação em 1918.

Considerando que, em mais de uma oportunidade, tem sido ressaltada a conveniência de que seja dada a maior divulgação aos documentos ligados às fases anteriores da estatística Brasileira;

Considerando que, além do seu interesse histórico, *o conhecimento desses trabalhos, não somente contribui para ampliar a soma de experiências do funcionalismo estatístico, mas ainda lhe oferece elementos para bem julgar o preparo técnico, descortino e capacidade funcional daqueles que exerceram a sua atividade no mesmo campo de especialização profissional*;

Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, RJ, [1906?]

Considerando que, dentre os documentos desta natureza – muitos dos quais já incorporados aos Anais do Instituto, em decorrência de pronunciamentos anteriores deste Colégio – merece especial relevo a memória apresentada sobre a "organização de um serviço completo de estatística no Distrito Federal, em 1895, ou seja, na primeira fase da autonomia do Distrito e quando se cogitava da estruturação definitiva dos seus diversos serviços públicos, pelo então chefe da Seção de Estatística, Aureliano Gonçalves de Sousa Portugal;

Considerando, também, que, nas várias funções exercidas, Aureliano Portugal se tornou credor do maior reconhecimento, pelas notáveis realizações que lhe ficou a dever a Estatística da capital do país, entre as quais o desenvolvimento do serviço de Estatística Sanitária, com a publicação regular de boletins mensais e do "Anuário de Estatística Demógrafo-Sanitária do Rio de Janeiro"; o levantamento e publicação, acrescida de comentários, da estatística Escolar de 1897; a realização do Recenseamento de 1906; e o preparo e divulgação do "Anuário de Estatística Municipal", edições de 1909 e de 1910-1911; [...] (IBGE, 1941, p. 22-23, grifo nosso).

O prefácio de 1918

O estudo de Aureliano não tem subdivisões ou entretítulos. Foi elaborado em texto escorreito, com a objetividade que lhe era peculiar. No prefácio pós-escrito, ele esclarece que o estudo foi produzido nos primórdios da autonomia do Distrito Federal, "quando estavam sendo ensaiados os diversos serviços locais", conforme a Lei Orgânica Municipal, determinada pela Lei Federal nº 85, de 20 de setembro de 1892. Além disto, era sua intenção apresentar a sua contribuição para a organização de "tão importante serviço", inédito na capital da República. Ao mesmo tempo, Portugal alertava sobre as diversas causas que tornaram impossível dar "útil desenvolvimento" àquele serviço, entre as quais relata:

> A mesquinha colocação, que ao serviço de estatística municipal foi dada, de simples seção de repartição municipal com cujo objetivo nenhuma ligação tinha, e – a falta absoluta de recursos materiais para o desempenho dos seus árduos encargos, não dispondo, sequer, de local adequado para a execução dos seus trabalhos (BRASIL, 1941, p. 24).

Esta queixa ele ainda faria por algum tempo. Na Mensagem dirigida pelo prefeito Pereira Passos ao Conselho Municipal, em 1903, ele assinalaria esta falta de condições materiais por que passava a área de Estatística Municipal, já então transformada em Subdiretoria[117], desde 1902, mas com vários dos mesmos problemas detectados em seu tempo de Seção.

Aureliano Portugal adverte que a reforma empreendida na Subdiretoria de Estatística, em 1914, pelo Decreto nº 1.614, de 13 de outubro, "toda feita à inteira revelia da repartição", comprometeu sobremaneira os trabalhos, reduzindo o pessoal ocupado e inclusive diminuindo o *status* da Subdiretoria, retornando à condição de Seção.[118] Definitivamente, um retrocesso, posteriormente corrigido.

Em 19 de novembro de 1896, segundo Portugal, o Conselho Municipal, por iniciativa de *Julio Carmo*[119], discutiu a necessidade de organização de uma repartição de estatística no Distrito Federal, "de acordo com o projeto elaborado pelo Professor Dr. *Gabizo*"[120]. De acordo com o relato de Aureliano, o projeto de Carmo e Gabizo utilizou a sua Memória como base, defendendo a reorganização da área de estatística municipal.

Graças a este projeto, o estudo do médico-demografista foi inserido nos Anais do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, como anexa à proposta Carmo-Gabizo.

Ainda no prefácio, Portugal pede atenção ao fato daquele estudo ter sido escrito em 1895. Passados 23 anos, a dinâmica imposta pelo tempo e pelo progresso trouxe mudanças à cidade, que, evidentemente, deveriam ser levadas em conta na apreciação do documento.

Um dado interessante, lembrado pelo autor, foi a sugestão de criação do cargo de cartógrafo na área de estatística municipal, e que em 1918 ainda não tinha sido concretizada. Sabe-se que na DGE havia cartógrafos, desde a reforma de 1907, empreendida pelo então diretor Bulhões Carvalho. Há sempre a possibilidade deste profissional ter sido inserido na Diretoria Geral de Estatística a partir da sugestão de Aureliano Portugal.

Estatística em mau estado

No texto do estudo de Aureliano, redigido em 1895, ele começa defendendo a criação de um serviço completo de estatística municipal no Distrito Federal,

---

117 Pelo Decreto nº 304, de 13 de agosto de 1902. Ver Capítulo 7: *O censo perfeito do Prefeito Passos*, constante neste volume.

118 Realizada na administração do prefeito Bento Manuel Ribeiro Carneiro ([18–]-1921), que durou de 1910 a 1914.

119 *Julio Henrique do Carmo*, presidente do Conselho Municipal de 1895 a 1897.

120 *João Pizarro Gabizo*, médico, professor de dermatologia (moléstias cutâneas e sifilíticas) da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, membro do Conselho Municipal de 1895 a 1897.

"como uma das primeiras necessidades de sua [do município] administração". Um setor específico de estatística seria, segundo ele, o único meio de regularizar a administração municipal, tornando-a "útil e capaz de conduzir a Capital da União Brasileira aos mais altos destinos".

E mais:

> Desnecessário se torna demostrarmos aqui a importância que um bem organizado serviço de estatística deve exercer em qualquer administração que queira marchar regularmente. Pensamos que se pode dizer sem que nos acoimem de exagerados – "a estatística é não só o supremo guia e o fiscal por excelência das corporações administrativas, cujos serviços liga com laços de estreita solidariedade, de unidade de vistas e de direção, como *sem ela não há administração que possa trazer benefícios ou mesmo subsistir, porque, tateando em absolutas trevas, redundará em antítese de si própria* e acarretará males e prejuízos incalculáveis aos seus administrados" (IBGE, 1941, p. 27, grifo nosso).

Aureliano defende interessantíssima teoria sobre a função da estatística para o "homem isolado" e "homem moderno":

> Se na vida do homem isolado a estatística é imprescindível para que a sua fortuna possa prosperar e até manter-se, pagando sempre aqueles que a desprezam caro tributo às necessidades, quanto não o será na do homem coletivo, sobretudo nas grandes coletividades cujo mecanismo administrativo encerra o seu principal elemento de vida e progresso?! (IBGE, 1941, p. 27).

A exposição destes conceitos visava a deixar claro a importância de um setor de estatística em uma administração bem azeitada. Ele citou, inclusive, o exemplo de nações "que maiores progressos têm demonstrado neste século" (IBGE, 1941, p. 27) e que fizeram da estatística "a principal alavanca das suas administrações" (IBGE, 1941, p. 27). Daí que, segundo ele, países como Suécia, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Alemanha, Rússia e França, além dos Estados Unidos da América, que tinham na estatística uma das suas principais ferramentas do respectivo progresso. No próprio continente sul-americano, apesar das constantes convulsões, viam-se estatísticas regulares. Neste continente abaixo do Equador, o Brasil era a nota destoante. Aureliano fez diagnóstico peremptório: "Temos tido sempre verdadeiro horror à estatística!" (IBGE, 1941, p. 28).

Afirmação um tanto exagerada. Não tanto "horror" mas talvez um desconhecimento desta importante auxiliar do Estado, que era deixada de lado, em nome de outras despesas prioritárias. Além disto, não se pode esquecer toda a evolução de mentalidade havida no Império, conforme está relatado no primeiro volume desta coleção.

Portugal afirma que o advento da República trouxe expectativas a alguns de que o Brasil enveredaria "de vez pela estrada segura do progresso" (IBGE, 1941, p. 28). No aspecto da estatística, especificamente, diversas repartições nesta área foram criadas nos estados e até mesmo um recenseamento estava em marcha naquele 1895.

Vista da lagoa Rodrigo de Freitas tomada da Vista Chinesa, Rio de Janeiro, RJ, 1896
Karl Ernst Papf

Desafortunadamente, ainda se estava em completa indigência em termos de estatística, com as repartições estaduais funcionando a duras penas. O mau estado das estatísticas eram o reflexo de um mau Estado. O próprio recenseamento, passado quase um lustro, não tinha nenhum volume publicado, nem uma sinopse do Distrito Federal. O médico-demografista se sentia humilhado ao receber estatísticas enviadas do México, do Chile, da Argentina e até de países pequenos como o Uruguai, cuja população era menor que a do Rio de Janeiro e tinham seus números plenamente conhecidos.

E aí estava embutida uma ácida crítica à Diretoria Geral de Estatística, órgão que por muito tempo estaria na linha de tiro dos médicos-demografistas, que nunca perdiam a oportunidade de satanizar os trabalhos lá desenvolvidos.

Do próprio órgão que chefiava – a Seção de Estatística Municipal – Aureliano discordava da sua configuração no organograma da Prefeitura. Estava vinculado à Diretoria do Interior e Estatística (um pouco antes estava atrelada à Secretaria Geral da Prefeitura) e se caracterizava como um setor constituído nos mesmos moldes das demais repartições municipais, sem que se atentassem ser aquele "um serviço todo especial", devendo ter organização diversa, e que não conseguia atingir os fins para o qual foi criada.

> Constituindo mera seção de repartição municipal toda de expediente, com cujos serviços nenhuma ligação, próxima ou remota, pode ter, sem a precisa auto-

> nomia, sem atribuições próprias, sem funções definidas, não tendo sido dotada com recursos mais indispensáveis para os seus trabalhos, nesse meio que a deprime e lhe rouba a liberdade de ação, inutilizando qualquer esforço de iniciativa e de progresso – a estatística há de inutilmente se debater contra os mil embaraços que a assoberbam [...] (IBGE, 1941, p. 28-29).

E ele prosseguiu na queixa:

> Dirigida por um simples chefe de seção que, embora possa ter as devidas habilitações, está na dependência de superiores hierárquicos, estes, por sua vez diretores de serviços absolutamente sem ligação com os da estatística e, conseguintemente, segundo se infere no espírito da lei, não lhes sendo precisas habilitações especiais para a suprema direção de tão importante quão especial ramo da administração, ver-se-á naturalmente o funcionário encarregado da direção técnica do serviço em posição bem embaraçosa e difícil, sem a autonomia e a autoridade indispensáveis para bem exercer as suas difíceis funções (IBGE, 1941, p. 29).

Com efeito, deveria ser realmente penoso para um demografista de seu quilate tratar de assuntos referentes ao seu setor com diretores policiais ou especializados em sonolentos arquivos. Somente com Pereira Passos a estatística municipal do Distrito Federal seria valorizada. E para isto ainda seriam necessários sete anos. Talvez estes problemas também ocorriam nas demais repartições de estatística dos estados. Em São Paulo, certamente o mesmo acontecia, segundo se depreende dos relatórios do titular da repartição estatística de lá, *Antonio de Toledo Piza.*

Conforme escreveu Portugal:

> Colocar o chefe de estatística municipal na dependência de superiores hierárquicos, cercear-lhe por este meio a autonomia científica, a iniciativa e a liberdade de ação no exercício do cargo, é criar novas dificuldades além daquelas com que naturalmente luta afim de obter os dados precisos para a organização das estatísticas em um meio administrativo, como é o nosso, atrasado e refratário a prestar as informações que lhe são solicitadas (IBGE, 1941, p. 29).

Ele levantou a hipótese (que pode perfeitamente ter acontecido com ele mesmo) de um superior de chefe de seção de estatística entender como desnecessárias as requisições que este porventura fizer. E ele tomará esta decisão de não atender ou de deferir o pedido segundo o seu modo de pensar, mesmo que lhe falte competência científica para deitar opinião sobre assunto tão complexo. Daí, alerta Portugal, sobra a este superior autoridade que, desafortunadamente era (é) sinônimo de competência em termos administrativos, o que causa completa falta de sintonia entre as áreas envolvidas.

Ele dá o seu veredicto:

> Para que qualquer administração ou instituição possa marchar regularmente é indispensável que os atributos, competência e autoridade, residam principalmente na mesma individualidade: separá-los, colocar um na dependência do outro, é criar uma anomalia impossível e incompatível com a ordem e com o bom andamento dos ramos dessa instituição (IBGE, 1941, p. 29).

Um axioma para ser refletido por todos que têm na mão caneta com tinta para nomear e designar...

Vista do morro do Castelo tomada da Glória, Rio de Janeiro, RJ, 1895
Tribolet

Glória àquelas lutas inglórias

Naquele tempo, obter dados e registros para agregações estatísticas não era tarefa fácil. Aureliano relatou a sua experiência neste sentido, desde que entrou, em 1890, como médico-demografista, para a Inspetoria de Higiene Pública.[121] Em suas palavras, não foram poucas as dificuldades, incluindo "algumas insuperáveis", com que teve de se deparar.

> Em todas as nações em que existe estatística oficial, ela sempre lutou com embaraços de toda espécie, má vontade de uns, ciúmes de outros, receios e até ódio de muitos contra a fiscal curiosa e importuna, embaraços e dificuldades ainda hoje não de todos vencidos nos países mesmo os mais adiantados: de sorte que sua existência tem sido uma luta ininterrupta e incessante, cheia de dissabores e de provações (IBGE, 1941, p. 30).

Estes comentários de Portugal sobre os enfrentamentos comuns da estatística oficial não causam a menor espécie em se tratando da *Terra Brasilis*, o que esta obra tem relatado à exaustão. Entretanto, ele generaliza os problemas para "países adiantados" (IBGE, 1941, p. 30). E mais: ele citou nominalmente países que pensavam em suprimir suas comissões superiores de estatística, entre estes a Bélgica, pátria de *Adolphe Quetelet*, que certamente estaria a se revirar em seu túmulo se a ameaça se concretizasse.

Aureliano fez curiosa revelação sobre a presença fiscalizadora da estatística nas repartições européias:

> Ciosas de suas atribuições, as diversas repartições públicas, de que a estatística é subsidiária, muito longe de se associarem à obra empreendida, e mesmo nenhuma importância ligando ao interesse geral, não só recusam qualquer concurso a esta fiscal curiosa, impertinente e por vezes perigosa de seus trabalhos, como, em regra, não podem esconder-lhe decidida má vontade (IBGE, 1941, p. 30).

Ele citou, para ser mais específico, o caso das lutas sustentadas pelo Ministério da Agricultura e Comércio, a quem estava ligada à administração da Estatística

[121] Termos como médico-demografista, demografia sanitária e a própria história de repartições como a Inspetoria de Higiene Pública serão aprofundadas no capítulo específico sobre os demógrafos-sanitaristas.

Geral da França, contra o Ministério do Interior, referente ao planejamento e à execução do censo qüinqüenal francês e de estatísticas que dependiam deste último. Isto relatado por *Legoyt*, titular do órgão central oficial da estatística francesa.[122]

Se em países onde a estatística oficial já usava fraque e bengala existiam estas dificuldades, imagine-se no Brasil, que estava em cueiros e engatinhava. Aqui, tais dificuldades "constituíam regra", no dizer de Aureliano.

Em seu relato, era extremamente extenuante obter informações do Registro Civil, com o intuito de organizar, pela primeira vez no País, a estatística da natalidade e da nupcialidade do Distrito Federal. E isto, mesmo se tratando de trabalho oficial, mesmo com ordem emanada pelo Ministro da Justiça para facilitar o serviço da área de demografia sanitária.

> Nos primeiros meses do início deste serviço, tivemos, eu e os meus auxiliares, de ir pessoalmente de cartório em cartório do Registro Civil extratar os dados dos livros, sofrendo e obrigados a repelir indelicadezas e até grosserias. À custa de repetidas exigências, reclamações e às vezes de ameaças, conseguimos até certo ponto regularizar o serviço quanto às pretorias urbanas. Das suburbanas, por ficarem fora da esfera da nossa ação pessoal, e exigirem sacrifícios impossíveis, nada conseguimos: ficaram sem estatística (IBGE, 1941, p. 31).

E ao setor chefiado por Aureliano só cabiam realizar estatísticas do Distrito Federal. Com estas dificuldades, como fazer estatísticas nacionais sobre Registro Civil, tarefa que cabia por lei à Diretoria Geral de Estatística? Desnecessário dizer que muito pouco ou quase nada neste sentido podia ser feito pela DGE.

Aliás, de acordo com o texto de Portugal, a DGE estava longe de ser apenas vítima desta situação. Era também algoz, algo imperdoável para um órgão central de estatística. Justamente este órgão, que entrava como "mocinho" contra os "bandidos" que sonegavam informações e registros administrativos, no relacionamento com um pequeno setor, como o da demografia sanitária, a DGE estava muito mal na "fita".

> Tendo necessidade, para fins científicos do serviço a nosso cargo, dos algarismos estáticos da população urbana desta Capital – algarismos que só a Diretoria de Estatística, como executora do recenseamento, podia oferecer, solicitamo-los por via oficial repetidas vezes e particularmente não poucas, durante ano e meio, isso de acordo com o regulamento da mesma instituição, que lhe estatui obrigação formal de fornecer à Seção de Demografia Sanitária todos os dados de que esta houvesse mister. Vendo que os pedidos oficiais eram inúteis e que aquilo que nos recusava – (a cifra total da nossa população) – *como segredo de Estado* (textual), era algum tempo depois publicado por um periódico do Estado do Espírito Santo, tivemos de recorrer às nossas relações pessoais, afim de obter do então ministro da Viação e Indústria [sic], o Sr. Paula e Souza [sic], ordens terminantes para que tais dados nos fossem fornecidos.

[122] *Alfred Legoyt* (1815-1888), estatístico francês, chefiou por muito tempo a Estatística Geral da França, sendo também secretário-geral da Societé de Statistique. Ver: LEGOYT, Alfred. Statistique. In: DECHAMBRE, A. **Dictionnaire encyclopédique des sciences médicales**. Paris: Masson, 3éme, 1879. v. 2.

> Mesmo assim, foi necessário dar pessoal para copiá-los, quando, entretanto, sabíamos já existirem provas impressas destinadas ao relatório do mesmo ministro.
>
> Só encontramos explicação para este fato em um sentimento injustificado de rivalidade, bem semelhante àquele a que se refere Legoyt, há pouco citado, que vem demonstrar quanto é grande ainda o nosso atraso e quão falso é este patriotismo brasileiro de que muita gente se ufana (IBGE, 1941, p. 31).

Aureliano não situou o tempo em que aconteceu este fato, nem citou nomes. Mas, como o ministro Paula Souza[123] ficou por cerca de um ano (o de 1893) na pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, não é difícil descobrir quem estava à frente da DGE neste período. Os principais suspeitos são *Timóteo da Costa* (no cargo de dezembro de 1891 até junho de 1893) e *Raul Pompéia* (de junho de 1893 até agosto de 1894). Como, segundo Portugal, os pedidos das informações duraram "ano e meio", cremos ser possível colocar na conta de Timóteo da Costa esta desdita.

O médico-demografista assegura que poderia "multiplicar os fatos", o que significa mais casos de falta de sintonia entre as áreas produtoras de estatísticas. A luta para organizar o trabalho regular de estatística, ele prossegue, "há de ser longa e difícil" (IBGE, 1941, p. 31). Se o relacionamento entre produtores era conturbado, a disposição para colaboração entre os que estavam fora da administração pública mas que também produziam registros administrativos necessários, não era melhor. Os adjetivos mais amenos que Aureliano ouvia, sobre o seu trabalho eram: "insuficiente" e "incompleto"(IBGE, 1941, p. 32). Sempre havia a disposição um crítico de plantão. Um Diógenes redivivo procuraria, de lanterna em punho, um colaborador generoso e não o encontraria. Entre parlamentares, também a estatística não encontrava a necessária guarida.

> Reconhecendo-se ao menos platonicamente a sua grande utilidade, tem sido, entretanto, muitas vezes atacada em nome da economia, ela, a verdadeira base da ciência econômica, dizendo-se que custa muito caro e não produz resultados que compensem os seus dispêndios (IBGE, 1941, p. 32).

Sábias palavras... E mais: absolutamente não são datadas, engastadas como mariscos nos rochedos do século XIX.

A economia, ou antes, as razões econômicas (leia-se: falta de dinheiro) interrompiam séries históricas de estatísticas a fazia com que as repartições estatísticas públicas (todas) fossem, via de regra, mal-dotadas, mal-aparelhadas e com pessoal ocupado muitas vezes ineficiente ou mal-preparado para suas funções específicas. Em caso de aperto financeiro porque passavam as administrações, não se titubeava em

[123] *Antônio Francisco de Paula Souza* (1843-1917) era filho de Antônio de Paula Souza, médico, deputado provincial, deputado geral, Ministro da Agricultura, em 1864, autor do primeiro projeto de extinção da escravatura, e de Maria Raphaela Paula Souza, filha do barão de Piracicaba. Nasceu em Itu-SP, na fazenda do avô materno, em 6 de dezembro de 1843. Foi um dos fundadores históricos do Partido Republicano Paulista. Deputado estadual, presidiu a Câmara de São Paulo e foi nomeado ministro em três pastas: Relações Exteriores, Agricultura e Indústria, Viação e Obras Públicas. Foi o fundador da Escola Politécnica de São Paulo. Faleceu na capital paulista em 13 de abril de 1917.

sacrificar a estatística, sempre tão dispendiosa e cujos resultados não se sabia bem para que efetivamente serviam.

Portugal fecha este assunto, louvando os "campeões sábios" (IBGE, 1941, p. 32) que encetaram suas lutas no sentido do aperfeiçoamento da "ciência do Estado". De fato, nomes por ele citados como, Quetelet, Berg, Farr, Bertillon, Bodio, Engel, Korosi, Banhauser, entre tantos, ao que incluiríamos o nobre Aureliano Portugal, como um dos representantes do nosso torrão pátrio, parafraseando Newton, cederam seus ombros de gigantes para que o conhecimento estatístico avançasse. Glória às suas lutas inglórias.

Laivos de modernidade em pleno século XIX

Feita a explanação sobre as dificuldades dos órgãos de estatística em geral, Portugal, em seu estudo, passou a se deter mais especificamente sobre as condições de seu setor.

> A primeira coisa que fere logo a atenção do observador, mesmo o menos perspicaz, é a impropriedade do local em que funciona a Seção de Estatística, em promiscuidade com as outras duas seções da Diretoria, a cujos serviços não está ligada nem próxima nem remotamente. A grande sala em que funcionam as três seções absolutamente não comporta o pessoal que nela trabalha e muito menos o material mais indispensável, de sorte que é difícil e mesmo impossível manter-se a ordem necessária para o bom funcionamento da repartição (IBGE, 1941, p. 32-33).

O setor destinado à estatística municipal, estava vinculado, a este tempo, à Secretaria Geral de Prefeitura, constando como sua 3ª Seção. Os três setores que perfaziam a Secretaria espremiam-se em 140m², distribuindo seus funcionários em 43 mesas de trabalho, fazendo com que a movimentação nos setores fosse extremamente difícil. Tanta gente aglomerada fazia com que o barulho no local tornasse exasperantes as condições de trabalho no setor.

> Tudo isso faz com que o tempo do expediente da repartição constitua verdadeiras horas de suplício, em que o funcionário fatiga-se, extenua-se sem ter produzido trabalho equivalente ao cansaço físico e intelectual em que fica (IBGE, 1941, p. 33).

Ao setor de estatística municipal, faltava, além da tranqüilidade necessária para o trabalho concentrado, até mesmo mobiliário para ter em ordem os documentos por ele produzidos.[124] No dizer de Aureliano, além das escrivaninhas de trabalho, o setor contava apenas com um armário pequeno, onde se mantinham "sem ordem alguma" o material de seu trabalho.

[124] O prefeito Pereira Passos, quando assumiu, iria tomar conhecimento desta situação indigente, valorizaria o setor, dando-lhe, inclusive, melhores condições. Ver capítulo 7: *O censo perfeito do Prefeito Passos*, neste volume.

Portugal queixou-se não ao bispo, mas a quem de direito, ou seja, ao então prefeito *Henrique Valadares* (1852-1903)[125]. Debalde. O Rio de Janeiro (e o País) passava por densa crise financeira, o que exigia contenção de gastos até o último furo do cinto.

No tocante aos recursos humanos, o setor, de trabalho específico, tinha funcionários de mesmo cabedal que os outros dois, de serviço burocrático, vinculados à Secretaria Geral. O que tornava inviável maiores aprofundamentos dos trabalhos da área.

> Há, por exemplo, nos trabalhos de organização de estatística alguns que exigem conhecimentos especiais, como sejam os que se referem à viação e circulação, abastecimentos de águas, esgotos, que só podem receber conveniente preparo de quem tenha noções sólidas de engenharia; outros, como os referentes à demografia nas suas relações com a medicina e com a higiene, que só poderão ser feitos por médicos ou por quem tenha, ao menos, noção de tecnologia nosográfica, afim de não confundir fatos inteiramente diversos e separar os da mesma ordem ou espécie, como se está observando nos trabalhos da Diretoria de Estatística do estado de São Paulo; outros, enfim, por quem conheça contabilidade e escrituração mercantil e tenha noções de finanças e de economia política, como sejam os que se referem aos movimentos financeiro, econômico, industrial e outros (IBGE, 1941, p. 34-35).

Na visão de Aureliano, tem-se como ideal uma equipe "multidisciplinar" quando não se pensava, no Brasil, em multidisciplinaridade e só se iria ter/pensar nisso muitos anos depois. Ele estava sendo absolutamente moderno ao imaginar ter nas mãos, para trabalhos que ele chamou de "sintéticos", uma equipe com mais do que pessoas "habilidosas" em estatística. Neste sentido, ele citou *Maurice Block*(1878,p.256):

> Em alguns países, considerando-se o trabalho de organização de estatísticas como simples manobras, apenas se exige dos funcionários boa caligrafia, conhecimento das quatro operações e instrução primária. Há chefes de serviço que não querem outros; mas desconfiamos de tais chefes e só podemos atribuir-lhes e a seus trabalhos méritos muito restritos. Conhecemos outros que, ao contrário, procuram elevar o nível dos seus colaboradores, estimulando-os a se instruírem, conseguindo, afinal, fazer deles verdadeiros estatísticos.
>
> Em certos países adotou-se a prática de convidar profissionais de instrução sólida para a repartição de estatística, constituindo o ideal ter em cada seção indivíduos com conhecimentos especiais das matérias que fazem objeto das investigações a cargo da mesma seção.

Ele via como número ideal destas pessoas com formação específica, encarregadas do trabalho de síntese, não excedendo em três, sendo "um de cada especialidade".

> A síntese, e especialmente a síntese comparativa, é a alma da estatística. Assim, o trabalho analítico constitui o esqueleto, com todas as deformidades, que ela enroupa e vivifica (IBGE, 1941, p. 36).

[125] Engenheiro militar piauiense. Foi prefeito do Distrito Federal, nomeado por Floriano Peixoto, de julho de 1893 a dezembro de 1894.

Para ele, citando *Stafford Northcote*[126], "as grande massas estatísticas" eram como o mármore do qual o escultor retira a beleza que está oculta. Daí a importância do trabalho de análise a ser efetuado pela repartição dedicada à estatística.

É interessante o seu olhar sobre a estatística e a demografia, como no trecho abaixo:

> Se a estatística não pode ainda ser considerada verdadeiramente como ciência na sua verdadeira acepção, ela constitui um conjunto de fatos logicamente concatenados, intimamente unidos e sujeitos a leis estudadas e conhecidas. A demografia, por exemplo – parte constitutiva e integrante da estatística – já é considerada como ciência, com princípios definidos, perfeitamente estudados e elucidados com o mesmo rigor das outras ciências sociais e econômicas (IBGE, 1941, p. 36).

Por acreditar em tais princípios, ele considerava como fundamental ter pessoal específico e habilitado (mais que habilidoso) para dar conta dos trabalhos inerentes a um órgão público de estatística. Ele não se conformava de seu setor não ter nenhum cartógrafo, profissional que se fazia indispensável em um órgão que lidava com mapas, diagramas e cartogramas.

Partições e repartições da estatística

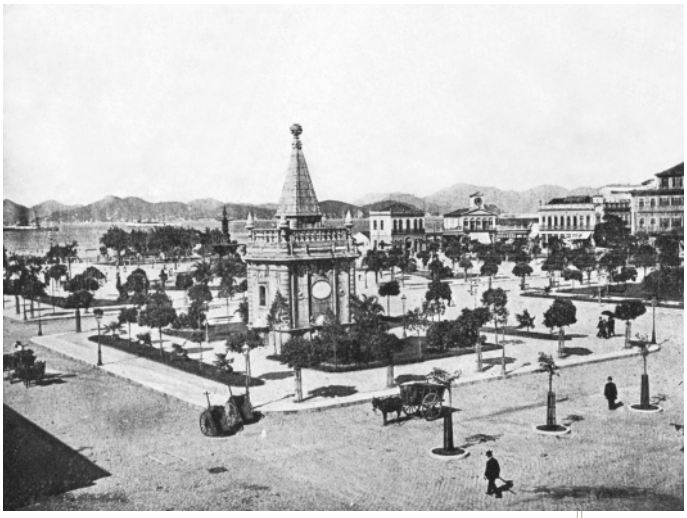
Na terceira e última parte de seu estudo ele a dedicou às fontes da estatística oficial, aos recursos de informações que o seu setor dispõe para agregar os registros que coleta e quais os limites da estatística municipal. Isto significaria investigar somente assuntos decorrentes da administração do Distrito Federal ou se devia ir mais além, perscrutando outros também ligados à capital, decorrentes de movimentos da polícia, do judiciário, temas políticos, econômicos entre outros?

Eis uma questão importante, no entender de Aureliano.

> Porque, se de um lado os fatos sociais apontados escapam à esfera da ação prefeitural, de outro, limitar a estatística unicamente aos serviços municipais, atualmente existentes, é condená-la à esterilidade, pela insignificância de fatos que vai abranger, alguns de importância bem restrita, ao passo que, estendendo suas pesquisas a todos os fatos de caráter local, se lhe aumenta o valor, se a torna mais completa e se a eleva à altura de seus méritos de instituição de primeira ordem nas grandes agremiações humanas dos países cultos (IBGE, 1941, p. 38).

De fato, uma questão fundamental. Aureliano, nesta parte de seu texto, traz para a discussão a real abrangência de um setor de estatística municipal. Não foi tarefa fácil estabelecer tais limites. Especialmente pelo fato de que até a criação da Seção de Demografia, em 1890, nada havia nesta área, anteriormente, na administração da Corte. Era um tempo em que a gestão do Município Neutro era aglomerada à Administração Central do Império.

[126] Sir *Stafford Henry Northcote* (1818-1887), político conservador inglês, um dos diretores responsáveis pela Exposição Universal de 1851, em Londres. Dedicou especial atenção ao Serviço Público de seu país.



Praça XV, Rio de Janeiro, RJ, [1906?]

> Passando quase sem transição de um regime centralizador e atrofiante para outro todo diverso, em que a vida irrompe exuberante e cheia de aspirações; tendo criado de um só jato instituição municipal completa, com numerosas e complicadas ramificações, para atender a todas as necessidades do serviço público, é inexplicável que a estatística, *engrenagem central, verdadeiro eixo dos maquinismos administrativos perfeitos*, não disponha ainda de elementos necessários para poder exercer aquela função preponderante, que lhe é inerente, de reguladora suprema, de fiscalizadora por excelência dos demais serviços administrativos de que é subsidiária (IBGE, 1941, p. 38, grifo do autor).

Ele explicou que, uma vez tendo mudado a forma de governo, as instituições administrativas foram gradativamente evoluindo e a estatística, "entrelaçada nos diversos ramos da administração", foi também passo a passo se organizando, "como necessidade instintiva, inerente à ordem e ao regular funcionamento" da máquina do governo. Ainda no seu esclarecer, quando os serviços públicos se tornaram mais complexos, a estatística apareceu, não mais como simples necessidade instintiva de cada serviço, mas como "reguladora suprema", como uma espécie de traço de união entre diversas vias da mesma administração. Já no que tange à prefeitura, explica Aureliano:

> Entre nós os serviços de estatística nasceram, ou antes, foram criados já neste adiantado período de evolução. Por isso mesmo, sem ter ensaiado os primeiros passos, sem ter preparado de antemão o terreno, é ela obrigada a tudo fazer, como as instituições congêneres dos países em que ela já atingiu o maior grau de desenvolvimento, e carece dos elementos indispensáveis à sua organização, tornando-se por isso necessário criar as fontes de informações que lhe faltam e facultar-lhe os recursos precisos para poder chegar aos seus fins. De dotá-la com estes recursos, que lhe constituem a garantia de existência, não cogitou o legislador municipal quando criou a Repartição de Estatística, como simples seção da Secretaria Geral da Prefeitura (IBGE, 1941, p. 39).

É curioso perceber que ele não aborda especificamente a Diretoria Geral de Estatística, que foi recriada na mesma época da criação do setor seção de estatística (na verdade, Seção de Demografia) da Prefeitura. E mais: as razões e contexto em que a área de estatística municipal foi instalada servem, *ipsis literis*, para a DGE. Como ao período em que ele escreveu este estudo ele estava "rompido" com o órgão central de estatística, mas precisamente com seu chefe, ele pouco vai falar daquela diretoria, a não ser para defender partição de afazeres entre as repartições municipal e federal, como veremos mais adiante.

Em seguida, ele cita *Maurice Block*, que teorizou especificamente sobre a formação e atribuição de uma repartição de estatística. Block exemplificou a partir da experiência francesa e Portugal estabeleceu sua diferença com a prática inglesa, bem diversa, a ponto de não ter um órgão central e centralizador de estatísticas àquela época (e por muito tempo).

Ele utiliza os argumentos de Block para firmar posição sobre a necessidade de se ter um órgão estatístico municipal tão forte quanto um nacional. Para ele, um exemplo claro disto seria a repartição de estatística de Paris, que tinha sua organização bastante semelhante à da própria estatística de França. E mais: de acordo com ele, a parisiense é "mais minuciosa e mais digna de fé em alguns pontos, por serem suas fontes de informação mais seguras" (IBGE, 1941, p. 41). Quase podemos perceber que ele queria dizer a mesma coisa em relação ao seu setor e à DGE.

Mais adiante, ele até atenua a mordacidade contra um órgão central de estatística ao escrever que há boas razões que justificam um órgão central que "concentre"[127] (e não "centralize") os trabalhos de estatística. Uma destas razões dá conta da comparabilidade, quesito fundamental para estudos estatísticos, pela garantia de uniformidade. Ele até cita o exemplo de divisão de idades diferentes entre estatísticas censitárias, de migração, criminal e escolar. Caso cada uma destas resolva adotar classificações por idades diferenciadas (por grupos de cinco em cinco anos, ou de dez em dez anos, ou de 6 a 14 anos, no caso das estatísticas escolares) a confusão estará formada tornando-se impossível estabelecer comparabilidade entre as informações.

Embora ele dê claros indícios de preferir um modelo descentralizador de estatísticas, ele mais adiante escreve não ser "partidário quer de um, quer de outro sistema", defendendo que ambos são "incompletos" e que felizmente não se excluem.

> Os serviços de estatística, como engrenagens que são do maquinismo administrativo, não se podem subtrair às leis gerais que os governam, mas o mesmo mecanismo da administração oferece meios de combinar os dois sistemas com a circunstância de aproveitar as vantagens de cada um deles, excluindo os inconvenientes notados.
>
> Esse meio de tão fecundas conseqüências consiste na criação de uma *comissão superior de estatística*, tal como existe em todos os países da Europa, da qual façam parte os chefes das repartições de que a estatística é subsidiária (IBGE, 1941, p. 43, grifo do autor).

Embora Portugal cite que já existia em todos os países da Europa, o fato dele propor uma "comissão superior de estatística" para o Brasil é absolutamente memorável. Ele cercou-se de fontes que defendiam a criação deste organismo, citando

[127] Portugal estabelece uma clara diferença entre "concentrar" e "centralizar" (IBGE, 1941, p. 41); a primeira no sentido de cooperação para uniformização, com vários agentes interagendo; a segunda, significando unificar, ter unidade a partir de um órgão de comando e de ação. De qualquer forma, há de se louvar e reconhecer a importância do estabelecimento destes conceitos, absolutamente modernos para 1895. Mais um ponto a favor de Aureliano Portugal.

Victor Turquan (1876-[19–?])[128] e *Liedtz*, Ministro do Interior da Bélgica. O primeiro escreveu:

> As comissões superiores de estatística, têm por fim cercar e esclarecer com as suas luzes não só o chefe da estatística geral, assim como todos os estatísticos da administração, estabelecendo entre eles relações íntimas e permuta de idéias e de conhecimentos, contribuindo para tornar os documentos mais comparáveis, dando, enfim, aos trabalhos estatísticos mais autoridade e mais valor (IBGE, 1941, p. 44).

O outro, Liedtz, conterrâneo e contemporâneo de *Adolphe Quetelet*, um dos notáveis da estatística universal, como já visto anteriormente nesta obra, escreveu relatório dirigido ao rei da Bélgica, propondo a criação de uma Comissão Central de Estatística[129]. Segundo Liedtz, plenamente satisfeito com os bons serviços prestados pela estatística ao governo belga, faltava, para que o Estado e a ciência tirassem dela maior proveito, "direção unitária, fins precisos, bases de investigação perfeitamente determinadas". E por conta disto, de acordo com Liedtz, justificava-se a criação de uma comissão central de estatística, com a seguinte constituição:

> Cada repartição será nela representada por um ou mais delegados, escolhidos pelo ministro dentre os funcionários que tenham estudo especial dos ramos da estatística relativos à sua repartição. Os fins e a natureza da comissão, em parte definidos pela necessidade de corrigir os defeitos da organização atual, são: fazer convergir para um centro comum as estatísticas esparsas, organizadas pelas diversas administrações; assinalar as lacunas e os detalhes supérfluos das publicações atuais; propor modelos de boletins e de quadros destinados a recolher e a metodizar os elementos de suas classificações; velar de modo a evitar as repetições do mesmo fato, nos pedidos de dados e nas suas publicações; corresponder-se diretamente com o ministro do interior, submeter-lhe suas observações e proposições com as instruções necessárias para cada repartição, ficando a estas a liberdade de adotá-las inteiramente ou de modificá-las. Cada repartição continuará a publicar a estatística que lhe concerne, mas sob plano uniforme, previamente estudado e adotado, em que a unidade do conjunto substitua as divergências das publicações atuais (IBGE, 1941, p. 44-45).

Portugal esclarece que o Conselho Superior de Estatística belga foi adotado pelo Decreto de 16 de março de 1841, "data memorável para a estatística", por assinalar o seu início institucional nas administrações.

Posteriormente, outros países da Europa adotaram semelhante organização, que foi até posteriormente recomendada para todos os países pelos Congressos Internacionais de Estatística de Bruxelas (1853), Paris (1855), Berlim (1863), Florença (1867), Haia (1869) e Budapeste (1876).

Portugal propondo no Brasil a instituição de uma comissão como esta estava antecipando em muitos anos uma sistematização das estatísticas que só viria (e só seria possível) com Teixeira de Freitas, a partir da criação do IBGE. Não se pode

[128] Diretor do *Bureau de la Statistique Générale de la France* em meados do século XIX.

[129] Depois de criada, seria presidida por Quetelet, sendo a primeira instituição do gênero surgida na Europa.

perder de vista que Portugal, quando propôs esta idéia, estava em 1895. Talvez até ele estivesse antecipando a criação de um Conselho Superior de Estatística, que seria instituído pelo prefeito Passos, em 1902 (como ele assessorava de perto o prefeito, cabe a suspeita de que ele tenha sido o mentor desta idéia) e efetivamente sairia do papel com *Bulhões Carvalho*, em sua primeira passagem como diretor da DGE.[130]

E não parou por aí. Ele propunha que a sua própria área de estatística municipal fosse superintendida por uma comissão superior (em dimensão municipal, como foi, posteriormente, a de Pereira Passos) assim composta:

> O prefeito do Distrito Federal, presidente; membros ordinários: 1º , o diretor da Diretoria do interior e Estatística, vice-presidente; 2º, o diretor da Fazenda; 3º, o diretor da Instrução; 4º, o diretor de Higiene e Assistência Pública; 5º, o diretor de Obras e Viação; 6º, um membro do Conselho Municipal; 7º, o diretor da Secretaria do Conselho; 8º, o sub-diretor do Arquivo; 9º, o sub-diretor do Patrimônio; 10º, o sub-diretor da Biblioteca; 11º, o sub-diretor do Matadouro; 12º, o inspetor da Limpeza Pública; secretário, o chefe do serviço de estatística municipal; membros extraordinários ou honorários: 1º, o diretor ou um representante do Observatório Astronômico; 2º, um dos pretores; 3º, um membro do Tribunal Civil e Criminal; 4º, um funcionário superior da Polícia; 5º, o presidente ou um representante da Sociedade de Antropologia Criminal; 6º, o diretor da Caixa Econômica e do Monte de Socorro; 7º, um dos tabeliães públicos, como representante da classe; 8º, um representante da Junta Comercial; 9º, o inspetor geral de Saúde dos Portos; 10º, o provedor da Santa Casa de Misericórdia; 11º, o inspetor ou um membro da seção de estatística da Inspetoria Geral das estradas de Ferro; 12º, o inspetor geral de obras públicas do Ministério da Indústria, Viação e Obras; 13º, o presidente dos comícios agrícolas; 14º, um representante das sociedades esportivas; 15º, o diretor da Estatística Geral (IBGE, 1941, p. 46-47).

Algumas coisas chamam a atenção nesta proposta de Aureliano para a Comissão Superior de Estatística do Distrito Federal. Em primeiro lugar, o seu número, que Portugal se apressa em escrever que longe de ser um inconveniente, é uma grande vantagem. Até mesmo se todos não estiverem com agendas disponíveis e compatíveis - no que ele não vê mal algum. No seu entender, o principal intuito de uma comissão tão numerosa e diversa seria poder contar com um "propagandista da instituição"(IBGE, 1941, p. 47), auxiliando a coleta de dados em sua área de trabalho e tornar mais familiares os estudos da estatística. Inclusive ele defendia um número significativo (e ilimitado) de correspondentes, título a ser dado como "distinção de ordem puramente científica" aos "homens de boa vontade"(IBGE, 1941, p. 47) que efetivamente colaborem para o bom termo dos trabalhos estatísticos.

Outro aspecto que desperta curiosidade na proposta de Aureliano para o Conselho é a sua variedade. Embora ele não apresente razões para isto, vê-se, claramente, que os membros propostos são usuários de estatística e boa parte também é fornecedora de registros administrativos fundamentais para as agregações feitas por

[130] De *José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho* muito há de se falar neste volume. Ele começou sua carreira no serviço público, em 1892, exatamente como assistente de Aureliano na Inspetoria Geral de Higiene. Teriam oportunidade de trabalhar juntos em outra oportunidade, como será visto em capítulo posterior.

uma área de estatística oficial. Constata-se, inclusive, que ele não esqueceu de incluir um representante do tabelionato, talvez tentando facilitar o fluxo de informações dos cartórios para as estatísticas do Registro Civil.

Avenida Central, trecho do Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]

Mas o que, indubitavelmente, atrai a atenção nesta proposta de configuração do Conselho é o último lugar destinado ao diretor da DGE, e mesmo assim como "membro extraordinário ou honorário" (IBGE, 1941, p. 47). (Até o subdiretor do Matadouro tinha assento como membro ordinário, mas a DGE, em sua visão, teria reservada apenas uma vaga simbólica. Estava clara a sua inimizade com os diretores do órgão oficial, pelo menos àquele tempo. Mais tarde, ele talvez até visse a questão com outros olhos: quando foi composta a Comissão Central para a execução do Recenseamento Municipal de 1906 e ele chamaria o então diretor João Sabino Damasceno, de obscura passagem pela DGE.

A propósito, sobre as relações entre as estatísticas municipal e federal, Aureliano se deteve para defender uma "linha demarcadora" (IBGE, 1941, p. 48) entre as duas esferas de governo:

> Linha que separa nitidamente o que é federal do que é municipal, a qual das duas administrações deve competir o estudo estatístico desses fatos que, escapando momentaneamente à ação direta da administração prefeitural [sic], também não podem pertencer à federal, em vista do caráter local ou distrital? (IBGE, 1941, p. 48).

Ele até concordava que estava acontecendo um "baralhamento" [sic] dos serviços a cargo de seu setor e da DGE, que certamente trazia complicações por conta de áreas de sombra entre os dois órgãos. Ou três, se levar em conta a Inspetoria Geral de Higiene, que naquele 1895, passou a se chamar Instituto Sanitário Federal e era o ninho maior da demografia sanitária. Mas, voltemos a Aureliano:

> Assim, com relação à estatística nada menos de três repartições diversas – duas federais e uma municipal – fazem idênticos serviços: "estatísticas demográficas"; porém isso sem acordo prévio, sem uniformidade alguma. Outro fato ainda mais característico: a Diretoria Geral de estatística, repartição federal, apesar de assoberbada com numerosos e importantíssimos assuntos, de estatística geral, desce a estudar questões de caráter puramente local, como a estatística do movimento do nosso Matadouro, com a qual absolutamente não tem que ver, visto que em nada afeta à administração federal (IBGE, 1941, p. 48).

Aureliano clamava por uma partição da estatística entre as repartições municipal e federal, com cada uma cuidando de seus afazeres específicos de sua esfera.

Segundo ele, a própria DGE concordava, haja visto o relatório de 1894 enviado por seu diretor Mendes da Rocha, por quem Portugal tinha, digamos, pouca simpatia.

Mas o chefe da estatística municipal não via com maus olhos somente a DGE. Em seu estudo, ele assestou seus canhões para a Seção de Demografia Sanitária do Instituto Sanitário Federal, de onde ele próprio tinha saído em 1892, e que agora estava sendo chefiada por seu antigo auxiliar, Bulhões Carvalho.

> Este mesmo Instituto, verdadeira excrescência como repartição federal, pode desaparecer, sendo substituído por um conselho superior de Higiene, junto ao Ministério do interior, pequena assembléia puramente consultiva, composta de homens competentes, capazes de informar e esclarecer o Governo Federal sobre questões de higiene geral e internacional (IBGE, 1941, p. 49).

Palavras demasiado fortes... Mesmo levando-se em conta de que as estatísticas demográficas tinham se transformado em interseções de subconjuntos administrativos, ainda era melhor ter aquelas estatísticas do que nenhuma. E o belo trabalho de Bulhões e do próprio Aureliano anos antes não mereciam o epíteto de "excrescências". Ao longo da trajetória do notável Aureliano Portugal, seria possível verificar o seu gosto por polêmicas, algumas de forte tempero.

Na sua intenção de separar as estatísticas municipais das federais, Aureliano queria trazer para o seu setor um recenseamento da população do Distrito Federal em anos de milésimo cinco, cabendo a DGE o levantamento nos anos de milésimo zero (juntamente com o recenseamento geral da União). Com isto, assegurava ele, "sem grande trabalho e com pequeno dispêndio"(IBGE, 1941, p. 49) seria possível ter estatísticas populacionais municipais atualizadas a cada cinco anos. Uma idéia interessante, sem dúvida, embora um tanto romântica para se acreditar que um recenseamento fosse de pouco trabalho e de pequeno dispêndio. Ninguém precisa ser um sábio como Aureliano efetivamente o era para saber que censo é caro e trabalhoso. Mesmo feito em um município.

Mas ele garantia que "bem poucas cidades do mundo" teriam a necessidade de realizar censos em períodos tão curtos, como a capital do Brasil. E afirmava isto baseado no intenso fluxo de população que a cidade tinha recebido desde 1890, estimando, inclusive, ter o Distrito Federal ter alcançado crescimento geométrico dilatado naqueles últimos cinco anos, recebendo algo em torno de 100 000 habitantes a cada ano. Talvez ele supusesse que o próximo censo, o de 1900 captasse esta dinâmica populacional. O futuro lhe reservaria desagradáveis surpresas neste sentido...

Aureliano invocava ao "ilustre Conselho Municipal" a necessária autorização para realizar naquele 1895 mesmo um levantamento censitário no município, de "alta conveniência" para as estatísticas municipais e para o próprio município.

> Assim fazendo, terá o novo Conselho Municipal rompido de vez com as tradições deprimentes da vida inglória da nossa municipalidade no passado; e soerguendo-a desse caos administrativo em que por tanto tempo viveu, lhe outorgará com a

> instituição de bem organizado serviço de estatística o mais poderoso recurso para poder atingir os seus elevados destinos – realizando grandiosa e eloqüente síntese que serve de lema à bandeira da República: - *Ordem e Progresso*! (IBGE, 1941, p. 50).

Assim, com este arroubo varonil patriótico, ele encerra o estudo, ao qual acrescentou, a título de anexo, um "Programa desenvolvido dos trabalhos de uma repartição de estatística municipal no Distrito Federal", organizado por ele em janeiro de 1894. Neste trabalho, ele propõe áreas temáticas e fatos sociais que deveriam compor o mister de seu setor.

É inegável a importância do amplo estudo sobre a organização do serviço de estatística no Distrito Federal, que entretanto, pode ser expandido para outras capitais da União que já tinham suas respectivas repartições de estatística. Sem dúvida, uma notável contribuição, posteriormente reconhecida por resolução da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística e até publicada na Revista Brasileira de Estatística, de abril junho de 1941, ressaltando que Aureliano foi "um dos vultos mais ilustres dentre quantos têm servido, com o melhor espírito público, à causa da Estatística Brasileira" (REVISTA..., 1941, p. 289).

Com efeito, Aureliano Portugal muito honrou o serviço público e a História das Estatísticas Brasileiras em particular. Sua atuação como estatístico e médico-demografista o torna um verdadeiro doutor em Estatística. Com certeza, parafraseando *Isaac Newton*, ele cedeu seus ombros de gigante como base sólida para Bulhões Carvalho.

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Aureliano Portugal, uma referência do saber fazer estatísticas

Aureliano Gonçalves de Sousa Portugal nasceu em 16 de junho de 1851, na freguesia de Santo Antônio do Capivari, Município de Rio Claro, à época Província do Rio de Janeiro. Fez seu curso preparatório no Colégio de Humanidades, em Nova Friburgo. De lá, veio para o Rio de Janeiro, onde formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1874.

A partir de 1888, fixou residência na Corte, dedicando-se à prática clínica e freqüentando com assiduidade as sessões da Sociedade de Medicina e Cirurgia. Em uma destas reuniões, propõe a convocação de um Congresso de Higiene Nacional, que objetivasse o melhoramento das condições sanitárias do Rio de Janeiro e de outras localidades do Brasil. Por esta ocasião, começa a interessar-se pelo estudo da estatística, aplicando-a na grave problemática da Higiene e da Saúde Pública. Aproveita as reuniões da Sociedade e apresenta os resultados de seus estudos.

Por conta disto, é nomeado médico-demografista da Inspetoria Geral de Higiene do Distrito Federal, chefiada por Bento Gonçalves Cruz, médico sanitarista de renome, cujo filho, Oswaldo Cruz seria uma legenda no sanitarismo brasileiro. Na Inspetoria, aprofunda a Demografia Sanitária, dando início, inclusive, à publicação de boletins mensais e ao primeiro Anuário de Estatística Demógrafo-Sanitária do Rio de Janeiro, no que seria imitado posteriormente por outros estados, a começar por São Paulo.

Em 1894, Aureliano Portugal conseguiu eleger-se deputado para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sendo reeleito posteriormente até deixar a vida parlamentar em 1903.

Ainda como responsável pelos trabalhos estatísticos da Prefeitura do Distrito Federal, escreve um trabalho seminal sobre a seção de estatística que chefiava. Tal trabalho mereceria menção da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, por intermédio da Resolução nº 173, de 17 de julho de 1941.

Com a nomeação e posse de Pereira Passos, Aureliano é convidado para assumir a chefia da Seção de Estatística municipal, posteriormente denominada Sub-Diretoria e mais tarde (em 1907) em diretoria geral. Junto com o cargo, Aureliano também foi secretário do prefeito Passos. Em seu período à frente da diretoria, empreendeu ferrenha batalha pela organização das estatísticas municipais, conseguindo publicar alguns trabalhos nos boletins da Prefeitura. Aliás, exatamente por ter a estatística na sua ante-sala, Pereira Passos atravessou seu governo fortemente abastecido por números consistentes produzidos pela equipe de Aureliano. O "poder fazer" se unia gloriosamente com o "saber fazer". O resultado foi as sucessivas edições do importante Anuário de Estatística Municipal.

Quando Pereira Passos decidiu efetivamente reunir uma comissão para tocar os trabalhos do Recenseamento Municipal de 1906, escolheu Portugal para chefiá-la. Da comissão, fizeram parte o médico Nascimento e Silva, o advogado Félix Pacheco, o diretor geral da DGE João Sabino Damasceno e um colega de Portugal, igualmente médico-demografista, de nome José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, que, junto com ele, seria a maior figura da demografia sanitária no Brasil.

Aureliano, um técnico sagaz e de pena afiada, não hesitava em terçar armas com intelectuais da época. São célebres as discussões entabuladas pelo Jornal do Commercio com o médico Hilário de Gouveia sobre índices de mortalidade provocada por tuberculose. Da mesma forma, não poupou palavras nem tinta para responder à provocação do demógrafo argentino Alberto Carrasco, quando este levantou suspeitas sobre as estatísticas de saúde produzidas no Brasil.

Era membro da Academia Nacional de Medicina e da Régia Academia de Ciências, Letras e Artes de Pádua, na Itália. Faleceu no Rio de Janeiro, em quatro de julho de 1924, ainda ocupando o cargo de diretor da Diretoria de Estatística e Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Frustrações reiteradas (c.1898-c.1907)

PARTE 2

Em 1900, terceiro Censo Geral: fracasso quase total

Capítulo 06

Uma década republica é encerrada em 15 de novembro de 1898.[131] Tem início o governo de *Manoel Ferraz de Campos Salles* (1841-1913). Em seu período de governo, 1898 a 1902, não haveria "estado de sítio", e não haveria revoltas (nem militares nem populares). Na primeira República, nesses aspectos, entre outros, o governo *Campos Salles* seria único, ímpar. Contudo, pela política financeira implantada, gerando uma intensa carestia, deixou o Palácio do Catete bastante impopular. Entra *Rodrigues Alves* que, com as finanças saneadas, faria um governo popular.

Não obstante as restrições coetâneas, entrara para a história como o governo que reinventou a República, que a rotinizou, através da "política dos estados" ou, como ficou conhecida, a "política dos governadores". Por essa política, a República seria dirigida dos estados, com a imposição das suas oligarquias. Em troca das verbas federais, que fortaleciam suas oligarquias, os estados garantiam ao governo federal uma base eleitoral pacífica (com o natural reforço da Comissão de Verificação de Poderes, no Congresso Nacional, encarregada de corroborar ou de alterar, caso fosse preciso, os resultados eleitorais estaduais). Fechava-se, com a consolidação do coronelismo, o sistema político da primeira República (NEVES, 2003, p. 13-44).

General Roca - Doutor Campos Salles, [s.d.]

[131] Para uma análise dessa década, na pena de monarquista, ver: OURO PRETO, Visconde de et al. **Década republicana**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Ed. da UnB: Instituto Nacional do Livro, c1986. Ver também, para toda a primeira República: HAMBLOCH, Ernest. **Sua majestade o presidente do Brasil:** um estudo do Brasil constitucional (1889-1934). Brasília, DF: Senado Federal, 2000.

Com a força dos estados, com suas autonomias e independências, reforçando seus voluntarismos, a DGE amargaria dificuldades gigantescas. Já então padecia dos descuidos dos governos estadual e municipal, mas se os podia atribuir ao momento convulso por que passava a federação, lutando-se por consolidar a República. Agora, a desatenção completa-se, seja na definição das prioridades, que nem sempre priorizava as estatísticas, ou, quando o fazia, não raro, contrariava as prioridades federais, seja na criação das suas próprias repartições estatísticas, sem nenhum vínculo com a DGE, invocando-lhe independência. A situação era gravíssima.

Discurso não mudaria essa situação, donde a contínua demanda de legislação que desse força ao órgão federal, em face da política reinante; mas, de fato, nada que pudesse contrariar os interesses das oligarquias, por mais vital que fosse, vingaria no parlamento. E era sempre difícil fazer emergir o imperativo das estatísticas ao cotidiano da administração. Diante disso, a DGE precisaria mostrar, a todo tempo, com sua eficiência, a importância das estatísticas; mas eficiência era algo que a DGE não tinha, com seus técnicos não especialistas, flutuantes em quantidade, e mais, com suas estruturas em contínua mutação. Tudo claudicava, e delongava.

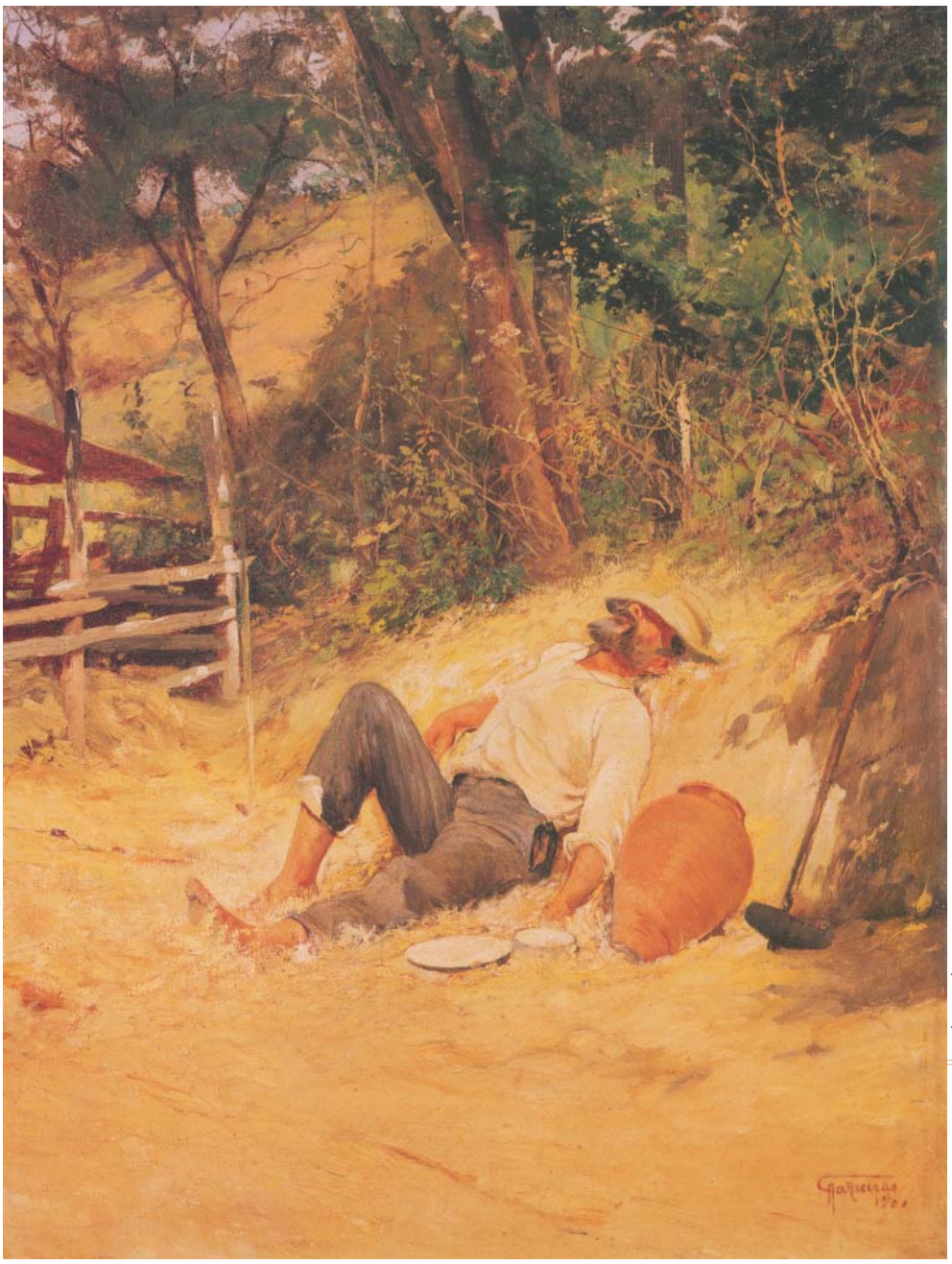
A DGE no governo Campos Salles

Muda o presidente, a *Prudente de Moraes* sucede *Campos Salles*. Mas na DGE não muda a direção, seguindo no comando *Francisco Mendes da Rocha*. A estrutura da repartição, como visto antes, foi tornada mínima, sem redução de competências e de responsabilidades. À rotina mantida, sem a menor condição de se executar, acresce, agora, o fazer o Censo de 1900. A malfadada experiência do Censo de 1890, que fora criticada, com lucidez, pelo então diretor, *Mendes da Rocha*, será ignorada; as condições reinantes, muito parecidas, recomendava não embarcar noutra aventura. Mas, por triste vaidade, levando à cegueira, faz-se o censo, e se fracassa, já no planejamento prenuncia-se o fracasso. Em 1890, começara-se com grandiosidade, agora, começava-se com mediocridade; o fracasso era inevitável, a olhos vistos.

Sobre as ações da DGE, *Severino dos Santos Vieira* (1849-1917), em 1899 sobre 1898, depois de recuperar suas atribuições regulamentares, trata do Censo de 1890 e analisa o registro civil, dois pilares daquelas atribuições.[132] Em ambos realça o estado precário, apesar das atenções e do empenho da repartição de estatística; e, retoma as queixas aos estados em não atender à demanda de informações:

> Inúmeras são as dificuldades com que luta a Diretoria Geral de Estatística para a obtenção de dados estatísticos, principalmente quando estes dependem das autoridades estaduais, ficando assim impossibilitada de dar completo desempenho aos seus encargos.

[132] Vale dizer, uma vez mais, que não conseguimos localizar os relatórios de Mendes da Rocha, se é que existiram. Nesse sentido, só nos restam os relatórios dos ministros ao presidente.



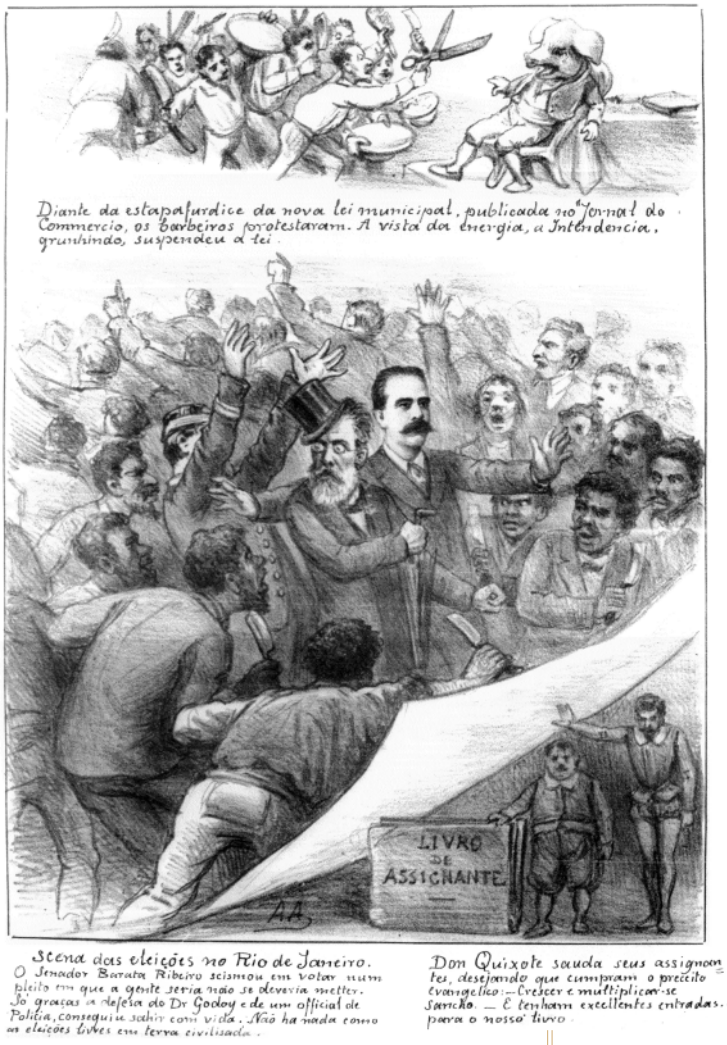
A Sesta, 1900
Antonio Parreiras

> Como já fizeram sentir meus antecessores, torna-se indispensável por parte do Poder Legislativo uma providência, que abrangendo o conjunto dos serviços que cabem àquela Repartição, deixe bem clara a obrigatoriedade de respostas prontas e completas aos quesitos por ela formulados (BRASIL, 1899, p. 169, grifo nosso).

Informa que para o exercício de 1898, a lei de fixação das despesas consignou o crédito de 250:000$ "com destino aos trabalhos preliminares do recenseamento, que se terá de proceder em 31 de dezembro de 1900". Contudo, informa, preocupado, que para o exercício corrente, 1899, "com a mesma aplicação, foi apenas votado o crédito de 10:000$", donde seria medida essencial a "inclusão de crédito especial

no orçamento para o exercício vindouro, com o fim de ocorrer as despesas de impressão, distribuição e recolhimento de mapas relativos ao próximo recenseamento" (BRASIL, 1899, p. 169).

Afora a questão financeira, informa que a DGE lutava para que fossem "satisfeitos todos os votos que em sua sessão de 1895 fez o Instituto Internacional de Estatística, a cujo convite acedeu o Brasil em coro com as demais nações civilizadas". E acrescenta que "não obstante as dificuldades, serão os quadros finais do futuro censo preenchidos segundo os desejos do Instituto, devendo adotar-se de então em diante as classificações gerais, aconselhadas na sessão de Berna"(BRASIL, 1899, p. 169). E não adianta a natureza dessas antevistas dificuldades, que, talvez, possam ter estado na questão da adoção das referidas classificações, sempre difíceis de aplicação, em especial, sem passarem pelas necessárias adequações às realidades nacionais (como deve ter sido).



Cena das eleições no Rio de Janeiro, [s.d.]

No quadro de pessoal que oferece, aparecem os nomes de *Luiz Henrique Pereira de Campos*, de quem falamos no capítulo 18 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889),** desta coleção, como chefe de seção, bem assim, o de *José Marques de Oliveira*, que chefiou a comissão de avaliação do Censo de 1890, também como chefe de seção (seu nome ainda aparecerá em outras funções), e o de outro membro da referida comissão, *Antônio Rodrigues de Campos Sobrinho*; e valerá realçar, pelo sobrenome, *Luiz Timóteo da Costa*. Enfim, aos 17 funcionários que resultaram da redução de estrutura, se somarão quatro outros, ditos colaboradores, bem como, cinco mais, na condição de pessoal adido, talvez sendo categorias funcionais idealizadas para driblar as leis.

Em 1900 sobre 1889, *Alfredo Eugênio de Almeida Maia* (1856-1915), entende que a DGE "obrigada a restringir a sua atividade pela estreiteza dos meios ao seu dispor, tem feito de demografia a sua principal ocupação". Nesses estudos demográ-

ficos, o registro civil era, por certo, sua fonte chave, à falta de censos com qualidade; contudo, convém não esquecer, os referidos registros civis eram ainda muito frágeis, deixando a desejar. Aliás, ciente disso, solicitava mudança no registro civil, ainda sob lei do tempo do Império; existiam problemas nos informantes, que ainda relutavam, nos cartórios de registro, ainda poucos e incapazes, e nas agregações estatísticas das informações (BRASIL, 1900, p. 93).

Sobre o Censo de 1900, em fase de concepção e estruturação, informa que a DGE procura, "com os créditos votados, prover-se dos elementos indispensáveis, havendo sido já aprovados por portaria de 20 de janeiro último as instruções gerais e os novos modelos, que apresentam, sobre os anteriores, notáveis melhoramentos". Assim sendo, manifesta convicção que "os quadros finais do futuro censo" serão "preenchidos de conformidade com os desejos do Instituto Internacional de Estatística, manifestados na sessão de Berna, em 1895"; infelizmente, não dão detalhes das decisões dessa sessão do ISI, nem nos foi possível consegui-las. E segue a referida portaria, como adiante veremos (BRASIL, 1900, p. 93).

Com a DGE mantida reduzida, com quadro mínimo, é feito o Censo de 1900, o terceiro censo geral do País. É o que anota o mesmo *Alfredo Eugenio de Almeida Maia* (1856-1915), em 1901 sobre 1900: "realizou-se em 31 de dezembro de 1900 o recenseamento geral da população da República, na forma do artigo constitucional". Já em 29 de janeiro de 1901, eram "comunicados" os resultados do Distrito Federal, de imediato suscitando "gerais protestos pela insuficiência do algarismo obtido", não dando maiores explicações. Contudo, a celeuma terá sido das boas, pois o governo resolveu nomear "para estudar o assunto uma comissão", sem dizer os nomes das [pessoas] que a integraram, nem quantas pessoas foram (BRASIL, 1901b, p. 87). Veja-se que bem cedo o Censo de 1900 começa a periclitar, embora ainda não houvesse maiores alarmes quanto ao envio dos mapas pelos estados, afinal eles vinham chegando.

Fora essa matéria, por certo central, o referido relatório também aborda a DGE, em si mesma, como repartição em dificuldades. Começa dizendo que "são conhecidas as vicissitudes porque tem passado o serviço estatístico no Brasil, e pode-se dizer que este assunto só foi encarado de modo definitivo no ano de 1870"; a palavra "definitivo" não é nada adequada, já que ainda no Império, a DGE passou pelo dissabor da redução, mas, de todo modo, fica o elogio ao Império, logo depois reforçado. O faz, de fato, ao lembrar que a DGE, desde sua recriação pelo Governo Provisório, até então, "tem passado por sucessivas reformas de pessoas e seus vencimentos, sem que disto haja resultado vantagem alguma para o progresso e melhoramento do serviço". E clama por reforma inadiável que "consultando os interesses gerais possa garantir os serviços estatísticos de que o Governo Federal há mister" (BRASIL, 1901b, 85-87).

> Convém, aproveitando a experiência adquirida em 11 anos de prática, colocar a repartição no mesmo pé em que se acham suas congêneres sul-americanas, alargando os seus meios de ação, dando caráter ordinário e permanente a muitos

> serviços que até agora são nela considerados extraordinários e transitórios (BRASIL, 1901b, p. 87).

Ao concluir o governo *Campos Salles* (1841-1913), em 1902 sobre 1901, *Antônio Augusto da Silva* (1847-[19–?]), elabora um relatório lacônico. Sequer dá conta dos trabalhos da comissão encarregada de estudar os números do Distrito Federal, embora se saiba que concluiu por seu abandono. Da apuração, diz que seguem ocorrendo, mas não avança detalhes. E se cala sobre a saída de *Mendes da Rocha*, talvez em decorrência do relatório da referida comissão, sem termos podido localizá-lo. De fato, em 20 de agosto de 1901, *João Sabino Damasceno* é alçado à direção da DGE; talvez tenha sido membro daquela comissão. A ele, que seguirá à frente da DGE por todo o governo *Rodrigues Alves*, caberá digerir a massa falida do Censo de 1900, sem grandes sucessos, ficando muito por fazer ainda por *Bulhões Carvalho*, quando o substituir na direção da DGE em 26 de abril de 1907 (BRASIL, 1902a, p.125-126).

A DGE no governo Rodrigues Alves

A *Campos Salles* (1841-1913) sucede *Rodrigues Alves* (1848-1919), mas na DGE nada muda, com *João Sabino Damasceno* permanecendo na direção. Após dois alagoanos (*Deodoro da Fonseca* e *Floriano Peixoto*), *Rodrigues Alves* foi o terceiro paulista a ocupar a presidência (depois de *Prudente de Moraes* e *Campos Salles*). Em seu governo as revoltas militares recomeçam, mas são passageiras; revolta mesmo, dura, será a Revolta da Vacina na Capital Federal. Ela virá no contexto das reformas das picaretas dirigidas pelos engenheiros *Paulo de Frontin* e *Francisco Bicalho*, sendo o porto e o centro da cidade modernizados, e, sobretudo, no contexto do combate às endemias que possuíam a cidade desde havia muito tempo, pelas mãos do grande médico sanitarista *Osvaldo Cruz*; tudo isso sob o comando municipal do Prefeito *Pereira Passos*, com poderes plenos de ação (BENCHIMOL, 2003, p. 231-286).

Lauro Müller (1863-1926), ao longo do governo *Rodrigues Alves*, foi o único Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Em seus relatórios, é sempre ligeiro ao tratar da DGE, e, no pouco falado, é muito repetitivo; contudo, assim mesmo, vale a pena olhá-los. Felizmente, para esse período, pode-se contar com três relatórios de Damasceno; a mescla deles será útil, como será visto.

Em 1903 sobre 1902, defende a reforma da DGE, contudo, entende que ela "ainda não está bem estudada, para poder ser posta em prática" (BRASIL, 1903a, p.96-99). E anuncia uma primeira estimativa populacional, da ordem de [17 847 270] habitantes; em 1905, ao sair a sinopse dos resultados, cairá para 17 371 069, (16 624 320, sem o Distrito Federal).

Em 1904 sobre 1903, reitera ser de "todo indispensável, segundo a experiência de 13 anos decorridos, dotar a Repartição dos elementos que lhe assegurem o desenvolvimento capaz de prestar ao País os serviços reclamados", e não diz o que tem em mente. Ademais, informa que a Sinopse do Recenseamento de 1900 "já está sendo impressa nas oficinas da Repartição"(BRASIL, 1904a, p. 110-111).

Paulo de Frontin em caricatura, [s.d.]

Em 1905 sobre 1904, reporta ao relatório da repartição de estatística. Analisa o serviço do Registro Civil e diz dos seus avanços, pese a falta de regularidade, o que torna difícil entender a que avanços se refere. Da apuração do censo trata, dizendo que ela prossegue, ao mesmo tempo que informa, e lamenta, o não envio dos mapas por parte de vários estados (com destaque para Amazonas e Mato Grosso) (BRASIL, 1905, p. 110-111).

Em 1906 sobre 1905, deixa tudo a cargo do relatório da repartição de estatística, antecipando *en passant* seu conteúdo. Em um quadro divulga e recupera as estatísticas das populações censitárias: 1872 com 10 112 061, 1890 com 14 333 915 e 1900 com 17 371 069 (inclusive o Distrito Federal, com 746 749).

Em 1900, os estados mais populosos, acima de milhão, eram: Minas Gerais (3 594 471), São Paulo (2 279 608), Bahia (2 117 956), Pernambuco (1 178 050) e Rio Grande do Sul (1 149 070); o menos populoso era Mato Grosso (118 025). De 1890 a 1900 São Paulo foi o que mais cresceu (894 855),seguido de Minas Gerais (410 372) (BRASIL, 1906a, p. 111-112).

Isso posto, passemos aos relatórios de *Damasceno*.

Em 1902 sobre 1901, portanto ainda referido ao governo *Campos Salles*, começa tratando da sua nomeação em 20 de agosto de 1901: "recebi esse honroso, mas, ao mesmo tempo, pesado encargo e procurei, bem medindo-o, amparar-me até maior firmeza nos resultados colhidos pelos meus ilustres antecessores". Diz que sua atitude naquele período foi, "salvo caso excepcional, a de um observador atento", por isso, não impediu a divulgação dos "algarismos colhidos", ressaltando, "a despeito de convencido de que o produto obtido não dignifica a Repartição" (BRASIL, 1902b, p. V-VII).

Sobreleva a carência de pessoal. Enfatiza as dificuldades na obtenção, junto aos estados, das informações necessárias. Trata da permuta de publicações (recebendo 399 estrangeiras); trata da utilização da biblioteca, que quer fazer crescer (foram adquiridas 42 novas obras); trata do registro civil, que considera precário, mas muito importante, a exigir atenção (oferece diversos quadros); trata da tipografia, e informa que para dar conta da impressão do material do censo, sem prejuízo das impressões rotineiras, "houve necessidade de acréscimo de pessoal e de aumento da horas de trabalho", tudo sendo pago pela verba própria do recenseamento (14:207$357). Esses temas sendo todos matérias da primeira seção; sobre a segunda seção, sob a chefia de *Luiz Henrique Pereira de Campos*, oferece diversos quadros sobre vários temas (BRASIL, 1902b, p. 1-110).

Sobre o censo dedica grande espaço (BRASIL, 1902b, p. 110-131). Trata, primeiro, da Capital Federal, cujo censo "o governo julgou acertado cancelar, em vista do relatório apresentado pela comissão nomeada para verificar o resultado obtido". E recorda, sobre isso, ter um "plano para renovar-se a operação, em cuja execução aplicar-se-iam os processos precisos, de modo a reportar-se a população a 31 de dezembro de 1900" (BRASIL, 1902b, p. 113).

Trata, depois, dos estados. Diz que "predominou no espírito do Diretor desse serviço, na sua parte preliminar, a idéia de centralização nesta Repartição de todo o trabalho, quer na parte puramente administrativa, quer na econômica". Nessa linha, nos termos das instruções baixadas em janeiro de 1900, "nomeou um Delegado para cada Estado afim de dirigir o serviço, recebendo ordens e instruções exclusivamente desta Diretoria", e também "procedeu à distribuição do crédito votado, colocando nas Delegaciais-Fiscais as cotas arbitradas para as despesas a realizarem-se, cujo pagamento dependia somente da autorização daquele funcionário". A seu juízo, a esse processo "em tudo diferente do que se adotou em 1890", há de se atribuir as dificuldades enfrentadas, sendo a causa da morosidade; isso, a seu juízo, dificultou ou impediu mesmo a atuação direta dos governos estaduais, o que considerava "indispensável [...] visto como tudo fica dependente de comissões censitárias, em cuja composição só podiam entrar funcionários estaduais" nos termos das instruções censitárias (BRASIL, 1902b, p. 114).

> Tanto essa intervenção direta é proveitosa que no Rio Grande do Sul, por exemplo, o serviço foi o mais perfeito possível, devido às providências tomadas por aquele Governo, não só pondo à disposição do Delegado desta Diretoria toda a Repartição de Estatística, mas também empregando medidas que eram de exclusiva competência de sua elevada autoridade (BRASIL, 1902b, p. 114).

Em 1903 sobre 1902, continua realçando, e lamentando, a reduzida estrutura da repartição (fixada no Decreto nº 2.768, de 27 de dezembro de 1897, ao final do governo *Prudente de Moraes*): "o estreito, limitadíssimo mesmo, meio de ação de que disponho, em virtude da organização que trouxe para esta Repartição a última reforma, não me permitiu fazer mais do que ireis encontrar neste volume", e acrescenta, em distinto elogio: "e devo dizer-vos, uma grande parte desse resultado foi obtido por um esforço, muito louvável, dos funcionários que aqui servem" (BRASIL, 1903c, p. V-VII).

A atividade estatística pressupunha informações vindas dos estados (dizia-se, na linguagem corrente, que aos estados caberia "ministrar informações"), que relutavam, e mesmo se negavam, ou, na melhor das hipóteses, demoravam em fazê-lo. Exemplar, a situação do registro civil, cujos funcionários, por serem dos quadros estaduais, se negavam a responder às demandas da DGE; diziam "não estarem presos às disposições de leis federais". Assim, sem sua matéria-prima, as informações primárias (básicas), vindas dos registros administrativos, claudicava a atividade estatística da DGE.

O relatório oferece quadros, que, em geral, estão vazios dos números, vale dizer, suas células contém traços. Séries históricas são mostradas em gráficos, e é a primeira vez que isso acontece; são simples, e carecem de técnicas "(BRASIL, 1903c, p. 63A-63D). Todos se referem ao Distrito Federal, onde a presença da DGE garantia melhor ação.

A instrução pública é tratada, retomando a tradição do Império, em que a DGE o fazia sempre, talvez, valerá ensaiar, por ter em seu comando um educador notável, *Manoel Francisco Corrêa*. Agora, a legislação vigente nos estados, muitíssimo variada, impedirá bons resultados, não obstante a "simplicidade do questionário".

> É preciso, penso, deixar claro tudo isso [as dificuldades descritas], a fim de que se possa categoricamente afirmar que, dependendo a vida desta Repartição dos elementos que devem emanar de outras e não lhes sendo estes prestados, ou o Governo estabelece sobre o caso medidas positivas ou terá de vê-la reduzida ao serviço demográfico (BRASIL, 1903c, p. 137).

Essa afirmação, ver a DGE "reduzida ao serviço demográfico", bem mostra sua precariedade, porquanto precário era o Registro Civil, fonte básica da referida atividade demográfica. Assim, somando-se as limitadas (e também precárias) realizações dos censos, a DGE revelava por completo sua fragilidade.

Sobre o Censo de 1900, diz poder "afirmar que, dentro do último trimestre do corrente ano [1903], tal serviço estará completamente terminado", e acrescenta otimista: "conto ter feito até dezembro a impressão da respectiva sinopse, que será a primeira publicação [sairá em 1905], relativa a tão importante serviço". E adverte, cuidadoso:

> Nem todos os números que nela vão figurar representarão o resultado de um trabalho de apuração É sabido que em muitos distritos não se procedeu ao serviço censitário; e de outros, que consta terem sido recenseados, não conseguiu a Repartição que fossem enviados os boletins respectivos, embora tivesse lançado mão de todos os meios que estão a seu alcance. E assim serão populações calculadas as atribuída a tais distritos nos quadros respectivos. Os dados do Recenseamento de 1890 são naturalmente o ponto de partida para os cálculos por taxas de crescimento. Estas não me pareceu razoável preestabelecê-las; fiz, ao contrário, deduzi-las para cada Estado e, quando possível, para cada município, com os elementos de que pode a turma dispor. [...] Esta comparação é quase sempre muito trabalhosa, pois requer um estudo minucioso das alterações que tenha sofrido a divisão administrativa do Estado (BRASIL, 1903c, p. 207, grifo nosso).

Em 1904 sobre 1903, como feito antes, ratifica a situação problema da "falta de dispositivos legais que precisem bem o modo de proceder da Diretoria com relação às autoridades de que dependem as informações", e a isso atribui "as deficiências dos quadros", neles faltando números nas células. O volume, diferentemente dos anteriores que eram feitos por seções, tem divisão temática: imigração, divisão eleitoral, instrução pública, biblioteca (de caráter interno), divisão administrativa, estatística

judiciária, registro civil, recenseamento (uma tabela, e nada mais). Afora a pequena introdução (cinco páginas), não há textos analíticos (como se os fazia), o que era comum, e não há gráficos, portanto, é um volume de tabelas (BRASIL, 1904b).

E não temos outros relatórios de *Damasceno*. Embora tenha saído apenas em 27 de abril de 1907, passando o cargo a *Bulhões Carvalho*. Dessa forma, faltam os relatórios de 1905 sobre 1904, e de 1906 sobre 1905. Talvez não tenham existido, no rastro do evidente desânimo que o relatório de 1904 sobre 1903 deixa entrever. Desde que assumira, em 20 de agosto de 1901, intentara a reforma da DGE, corrigindo a reforma redutora de 1897 (ao tempo de *Mendes da Rocha*), sem sucesso. Também lutara para, por força de expressão, enquadrar os estados, obrigando-os a remeterem à DGE as informações solicitadas. E em tudo fracassou. Seu sucessor, *Bulhões Carvalho*, terá pleno sucesso no intento da reforma de estrutura, e terá sucesso apenas parcial no intento de obrigar os estados a responder às demandas da DGE.

A portaria censitária; os instrumentos censitários

Caso único, até então e depois, o Censo de 1900 não foi instruído ou regulado por lei ou decreto, mas por uma simples portaria, datada de 20 de janeiro de 1900. Mesmo tendo-se o respaldo na Lei Magna, a Constituição da República, que pelo § 2º do Art. 28 mandava fazer-se o censo geral a cada dez anos, ser instruído ou regulado por uma simples portaria subtraía-lhe importância.

É feita em cinco seções: I. Comissões censitárias e agentes recenseadores, II. Cartas de família e Boletins individuais, III. Cartas coletivas, IV. Listas censitárias, V. Devolução das informações. Contém ao todo 39 itens, e referencia cinco formulários (B. Carta de família, Bb. Carta coletiva, C. Boletim individual, D. Lista censitária parcial de devolução, E. Lista censitária geral de devolução; a letra A referia-se às "instruções gerais", ou seja, à própria portaria). Não é claro se a portaria foi assinada pelo Ministro de Estado ou se pelo Diretor Geral da DGE (BRASIL, 1900, p. 95-104).

A estrutura censitária (Item 1), além da DGE, previa nos estados a presença de delegados da DGE, "nomeados pelo diretor geral da Estatística". Previa a formação de comissões censitárias nos distritos, compostas "do juiz de paz ou distrital em exercício [presidente da comissão], da autoridade policial mais graduada no distrito, e do escrivão do registro civil, quando houver", e não o havendo, caberia ao presidente designar outro nome. Por fim, os agentes recenseadores "na relação de um para mil habitantes nos distritos rurais, um para mil e quinhentos nos suburbanos, e um para dois mil nos urbanos". A DGE e os presidentes das comissões podiam "para objeto do serviço", utilizar o Telégrafo Nacional (Item 2), supondo gratuidade.

Às comissões censitárias incumbia (Item 3), entre outras coisas, "dividir o território do distrito em tantas seções quantas forem indispensáveis para que as operações do recenseamento, em cada uma delas, sejam escrupulosa e facilmente executa-

De uma janela da nossa casa, à Rua Senador Vergueiro n. 8, Rio de Janeiro, RJ, 1896
Amélia da Silva Costa

das por um só agente recenseador". Com esse saber intuitivo, supostamente existente, buscava-se suprir a falta das bases geográficas para fins estatísticos, que só virão mais tarde, com o IBGE; esse artifício era reforçado ao intentar-se a seleção de agentes que fossem "muito conhecedoras do distrito ou das seções para que forem nomeadas". Foi assim no Censo de 1872 (e teria sido no de 1852), no de 1890, e seria nos próximos; única saída, à falta dos mapas chamados de censitários.

Aos delegados incumbia (Item 4) o controle completo do processo, garantindo sua qualidade, e também o controle das despesas; portanto, suas funções eram técnicas e administrativas, e eram também os homens do dinheiro.

Os agentes (Item 5) deviam distribuir nos domicílios as "Cartas de Família" e os "Boletins Individuais", 15 dias antes da data de referência (31 de dezembro de 1900); 10 dias depois fariam a recolha do material, conferindo-o, e, em caso de chefes de família analfabetos, deviam preencher os formulários; 5 dias depois fariam a entrega do material às comissões censitárias. Portanto, em 30 dias tudo estaria terminado.

Todas as autoridades, civis e militares, ficavam obrigadas a colaborarem com o recenseamento (Item 7). Os bons serviços prestados eram estimulados; e os cidadãos merecedores seriam recomendados "à consideração do Governo" (Item 8), sem se dizer o que receberiam em reconhecimento. Os agentes receberiam uma remuneração a ser arbitrada pelas comissões censitárias, dentro de certos limites (Item 9). Multas e punições eram previstas (Itens 6 e 10). Por fim, fechando a primeira seção (Item 11):

> Evitar-se-á o movimento de guarnições e forças aquarteladas ou embarcadas e em geral do pessoal administrativo de qualquer categoria, não só no dia 31 de dezembro de 1900 como em um período que possa prejudicar o recenseamento, para

> o que o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas requisitará das autoridades competentes a expedição das necessárias ordens.

Não há aí maiores novidades, a menos da existência de delegados nos estados. Contudo, no que tange à seção seguinte, "Cartas de Família e Boletins Individuais", são muitas as novidades, dado que nunca se usara boletins individuais. Ao chefe da família incumbia preencher a "Carta de Família" e a cada pessoa nela inscrita, incumbia preencher o "Boletim Individual". E por família, entende-se (Item 12):

> Constitui uma família para os efeitos do recenseamento a pessoa que vive só e sobre si em uma habitação ou parte de habitação; ou um certo número de pessoas que, em razão de relações de parentesco, subordinação, hospedagem ou simples dependência, vivem em uma habitação ou parte de habitação, sob o poder, direção e proteção de um chefe, dono ou locatário, tendo economia comum.

A ordem de inscrição na "Carta de Família" será a da "precedência natural nas relações domésticas: pai, mãe, filhos, irmãos, tios, netos, etc.; hospedes, agregados, empregados, criados, etc." (Item 22). A depender do tamanho, mais de uma "carta" poderia ser utilizada pela família (Item 17); as inexatidões e mesmo recusas levariam a punições criminais e multas (Item 20); os "ausentes do distrito" seriam tratados como ausentes nas "cartas" (Item 18). Retificações eram possíveis (Item 21).

A terceira seção, "Cartas Coletivas", trata do recenseamento dos domicílios coletivos ou especiais. Seria usada a "Carta Coletiva" e para cada pessoa nela inscrita seria usado o "Boletim Individual". Nada é novo, nesta seção.

A quarta seção, "Listas censitárias", a parcial e a geral, além de servir a controle do trabalho, gerariam as estatísticas prediais. Algo parecido já fora feito no Censo de 1890, e tivera os mesmos destinos.

A quinta seção, como o nome indica, trata da "Devolução das informações", para tanto usando-se os "caixotes e envoltórios" antes usados, no início do censo, na remessa dos formulários; agora, bastaria inverte a tampa (parafusadas), onde já estaria gravado o endereço da DGE, no Rio de Janeiro.

Isso posto, façamos uma descrição dos formulários.

Na "Carta de Família", à esquerda, há umas poucas instruções; à direita há as colunas para registro das pessoas da família (até trinta), e suas relações de parentesco com o chefe. O chefe da família e o recenseador responsável deviam assinar.

Na "Carta Coletiva", à esquerda, há umas poucas instruções; à direita há espaço para o registro dos nomes das pessoas daquela coletividade (até cinqüenta). O chefe da coletividade e o recenseador responsável deviam assinar.

No "Boletim Individual" tomavam-se 11 informações: nome, sexo, filiação, naturalidade ou nacionalidade, idade, estado civil, se residia no distrito, se sabia ler e escrever, religião, profissão, defeito físico. Antes de responder, há a instrução explícita, deviam-se ler as instruções, mas elas não estão presentes no formulário, portanto,

é de se supor que seriam entregues em folhas avulsas; sua leitura e apreensão não terão sido nada fáceis, sobremodo a uma população analfabeta. Havia controle (por numero) com a respectiva "Carta de Família" ou "Carta Coletiva"; e não havia espaço de assinatura.

Uma "Lista censitária parcial de devolução" seria feita para cada rua, praça, travessa, etc. Havia uma primeira coluna de ordem, ao que seguiria o "nome do chefe da casa", o "pavimento ocupado", o "número da casa", os "números de pavimentos", se um ou dois ou três ou mais de três. O recenseador responsável devia assinar.

A "Lista censitária geral de devolução" previa o registro dos "nomes das ruas (praças, travessas, etc.)", e, para cada qual, o número de fogos e casas recenseadas. O recenseador responsável devia assinar.

A apuração é ignorada nas instruções. Será sempre trabalhosa, mas será simples, não passando de contagens de freqüência. Fazer essas contagens implicava a definição dos quadros da futura divulgação dos resultados. Esses quadros, então, deviam ser pensados e estruturados, funcionando como base à definição dos formulários de agregações sucessivas. Contava-se sempre uma coisa em relação à coisa, por exemplo: quantas pessoas, segundo o sexo, tinham alguma instrução; quantas pessoas, segundo a cor, eram deste ou daquele sexo. A apuração podia seguir dois rumos: ou se esgotava cada mapa vindo de campo, transferindo suas informações, para os "n" formulários de agregação, ou se esgotava cada um dos "n" formulários de agregação, passando-lhes as informações extraídas de todos os mapas vindos de campo; provavelmente, usava-se aquela forma. Em geral se o fazia em duplas, um falando e outro anotando; depois, este falava e aquele conferia (as chances de erro eram muito grandes).

Damasceno divulga sinopse (1905 ou 1906)

Em 1905, sai uma sinopse de resultados; a única publicação diretamente referida ao Censo de 1900 (BRASIL, 1905b). Nela, há um único quadro, igual para o País, e para cada estado. Oferece os números da população: homens, mulheres e total; no caso do País, esses números são referidos aos estados e ao Distrito Federal (estimado, já que o governo cancelou os seus resultados); no caso dos estados, esses números são referidos aos municípios (para oito estados, os resultados referidos aos distritos foram divulgados, em quadro de igual teor, nos relatórios da DGE).

A população totaliza 17 371 069 (inclusive Distrito Federal, com 746 749), sendo 8 855 237 homens e 8 515 832 mulheres. Os estados mais populosos são, como visto antes, em ordem decrescente: Minas Gerais (3 594 471, sendo 1 838 238 homens e 1 756 233 mulheres), São Paulo (2 279 608, sendo 1 184 164 homens e 1 095 444 mulheres), Bahia (2 117 956, sendo 1 056 314 homens e 1 061 642 mulheres), Pernambuco (1 178 150, sendo 586 012 homens e 592 138 mulheres), Rio Grande do Sul (1 149 070, sendo 584 208 homens e 564 862 mulheres).

Antes dos quadros, há um relato (muito ligeiro) sobre a apuração havida estado a estado. No prefácio, *Damasceno* explica porque o colocou:

> Ao apresentar a Sinopse do Recenseamento, efetuado a 31 de dezembro de 1900, julguei dever fazê-la preceder da exposição do modo por que se executou aquele serviço nos diferentes Estados da República e dos recursos de que se lançou mão para preencher as lacunas que nele se observaram. Obedeço assim a um dever de lealdade, fazendo sentir até que ponto poderão merecer fé as informações apresentadas (BRASIL, 1905b, p. III).

As informações oferecidas são irregulares: ora é por município, ora é por distrito, ora não é nem por um, nem por outro; ora diz quantos enviaram, e dá o total; ora, diz quantos faltaram, sem dizer o total.

Em Alagoas, o censo foi feito com a "máxima regularidade". No Amazonas, os resultados "foram deficientes". Na Bahia, as informações "foram em grande parte incompletas". Do Mato Grosso, as informações vindas foram "deficientes".

No Ceará, apenas 57 dos seus 79 municípios enviaram informações. De Goiás vieram informações de 20 dos seus 37 municípios. Do Maranhão vieram informações de 34 dos seus 53 municípios. Do Pará vieram informações de 28 municípios, faltando as de 22 outros. Da Paraíba faltaram seis municípios. No Rio de Janeiro, um município não enviou informação. Do Rio Grande do Norte faltaram sete municípios. Em São Paulo dos 171 municípios, 41 não enviaram informações.

De Minas Gerais faltaram informações de 205 dos seus 509 distritos. Do Paraná, de Pernambuco e do Piauí não vieram, respectivamente, informações de dois, de seis e de nove distritos. No Espírito Santo apenas um distrito não foi recenseado. Do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina um distrito, em cada estado, não enviou informações. De Sergipe, seis distritos não enviaram informações (sendo que outros cinco que enviaram tiveram que ser abandonados por precariedade).

Em 22 de junho de 1906, o *Jornal do Commercio*, inicia a matéria intitulada *O Recenseamento de 1900* (1906, p. 4), com as seguintes palavras: "Acaba de ser publicada pela Diretoria Geral de Estatística, a Sinopse do Recenseamento feito a 31 de dezembro de 1900". Na mesma data, 22 de junho de 1906, *O Paiz*, em matéria intitulada *Os dados do Recenseamento de 1900* (1906, p. 1), começa com as seguintes palavras: "A Diretoria Geral de Estatística acaba de publicar a Sinopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900". Ora, tendo em conta a data, somos levados a perceber que a referida sinopse, embora esteja datada de 1905, em sua folha de rosto, na verdade só saiu a público em meados de 1906, talvez por sobrecarga na tipografia da repartição.

Ambas as matérias oferecem os números, e usam o prefácio e o relato feitos por *Damasceno*. A matéria do *Jornal do Commercio* tem um caráter, por assim dizer, burocrático. Ao contrário, a matéria do *O Paiz* é viva, estando assinada por *Victor Vianna*: "o serviço atual é uma simples tentativa; nele nada há de definitivo", diz sem meias

Fios emaranhados [interior de empório], 1892
Pedro Weingärtner

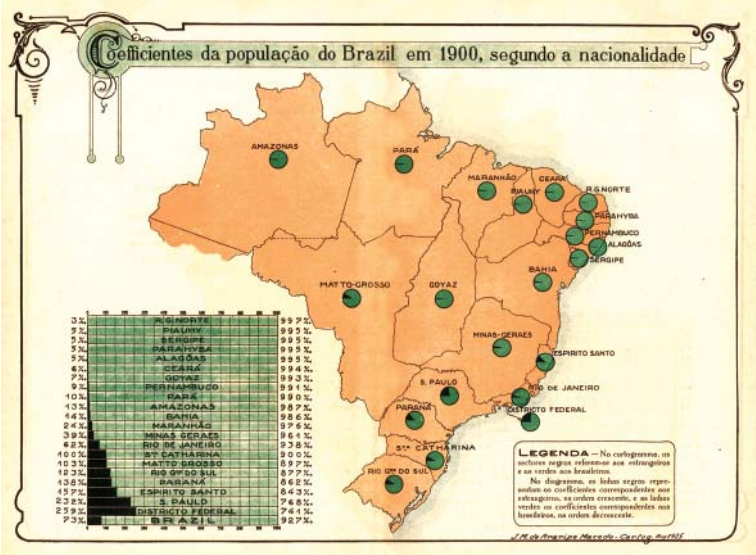
palavras. E diz mais: "O recenseamento de 1890 foi deficiente; mas o de 1900 ainda mais deficiente foi". E, voltando-se ao futuro, ao Censo de 1910, sugere: "convém desde já pensar nas modificações que deve sofrer o processo de recenseamento de 1910. Não só precisa ser mais seguro, como necessita apurar com maior detalhe e rapidez"; e pontifica: "é preciso descentralizar a apuração".[133] Apesar das críticas, *Damasceno* é pessoalmente preservado, sendo visto como "capaz de inaugurar, no recenseamento próximo, os processos seguros e modernos, que não ocasionem deficiências que anulem o esforço da Diretoria de Estatística" (OS DADOS..., 1906, p. 1).

O Censo de 1900 na arena dos leões

Nos anos iniciais daquela década, dois médicos conhecidos, *Aureliano Portugal* e *Hilário de Gouveia*, despem os jalecos, ajustam os óculos, tomam das penas e se voltam ao Censo de 1900. Pela imprensa, em várias matérias, discutem a qualidade dos resultados, tendo como foco "a mortalidade pela tuberculose no Rio de Janeiro", em acirrada polêmica quantitativa (que será vista em capítulo próximo). Aqui e agora, nos atemos em realçar suas opiniões sobre o censo, começando com *Portugal*.

> No ano de 1900, em obediência ao preceito constitucional, procedeu-se em toda a República a um novo recenseamento. Notoriamente jejuno de conhecimentos estatísticos, de que, apesar de sabedor em outros assuntos, não possuía sequer as primeiras letras, o então Diretor da Diretoria Geral de Estatística deixou-se seduzir

[133] Pois essa expectativa será totalmente frustrada, já que o Censo de 1910, sequer existiu.



Recenseamento de 1900

> exclusivamente pela preocupação de publicar, em poucos dias, o resultado do recenseamento na parte relativa a esta capital. Fê-lo, mas antes não o fizesse, pois o que publicou foi a um tempo monstruoso e irrisório. [...] Só o desconhecimento dos mais comesinhos princípios de Estatística podia autorizar o Diretor da Repartição incumbida do recenseamento a aceitar como digno de fé o resultado que publicou (PORTUGAL, 1903, grifo nosso).

"Aleijado recenseamento", é como afirma *Portugal*. Mais tarde, arrefecida a polêmica com *Hilário de Gouveia*, irá dar à luz o texto "O recenseamento de 1900 julgado pela estatística" (PORTUGAL, [19–])[134], que seria, afirma, "a nossa derradeira pá de terra sobre o monstrengo, em boa hora, e para honra nossa, mandado lançar pelo Governo da República na cesta dos papéis inúteis". Antes, porém, vejamos o arrazoado de *Hilário de Gouveia*, em favor do censo.

> Na minha comunicação à conferência de Berlim, eu declarei que os recenseamentos do Rio de Janeiro feitos em 1872 e 1900 eram os melhores, a meu ver, os mais exatos que ali se fizeram. Desse meu asserto faz-me carga o Dr. Pires de Almeida, estranhando que eu houvesse assim qualificado o recenseamento de 1900, que, como é público e notório, e eu não poderia ignorar, fora anulado e mandado trancar por ordem do Governo. Fácil me será defender-me dessa acusação; mas antes de o fazer, seja-me lícito dizer que sobre o meu juízo, em matéria de ciência, não pesam os decretos dos Governos, quaisquer que eles sejam, porquanto tais documentos nem sempre orientados pelos princípios do direito e da verdade, são por vezes obras da pressão da opinião desvairada pelas paixões de momento.
>
> No caso concreto do recenseamento de 1900 o Governo Brasileiro deixou-se levar não só pelo clamor do amor próprio nativista fortemente apoiado em alegações categóricas dos chefes da nossa administração sanitária, como pela opinião individual de um distinto engenheiro, Sr. Dr. Frontin, que depois de haver condenado a priori aquele recenseamento no Club de Engenharia e na imprensa, foi pelo Governo encarregado de executá-lo.

134 Esta publicação faz parte do acervo de Obras Raras da Biblioteca Central do IBGE.

Departamento Nacional de Saúde Pública, [s.d.]

No parecer do Sr. Dr. Frontin, é-lhe atribuído, cuido não fazer injustiça aos demais signatários do mesmo, depois de um exórdio declarando que nada podia articular contra o serviço da Repartição Geral de Estatística, que achara perfeitamente distribuído metódico e registrado, depois de criticar o processo empregado (por distribuição aos habitantes de listas censitárias) por se lhes afigurar preferível o emprego de cadernetas confiadas a agentes especiais, por supor que os habitantes do Rio de Janeiro não têm capacidade para encher tais listas, passa a mostrar como, percorrendo, muitas vezes de executado o recenseamento, certas ruas e zonas da cidade, verificou diferenças, para mais ou para menos, variando entre 10 a 380% [sic]. E conclui dizendo que o recenseamento devia ser cancelado.

E assim se fez, e mais ainda: foi demitido o Diretor da Repartição contra cujo serviço nada foi possível articular.

E aqui está como um decreto do Governo Brasileiro, no ano da graça de 1901, trouxe a convicção a toda a gente que a população do Rio de Janeiro era em 1900 de mais de 800.000 habitantes e que a mortalidade geral e pela tuberculose havia constante e progressivamente diminuído de 1872 para cá, ao ponto de equiparar-se à das mais saudáveis cidades do nosso planeta (GOUVEIA, [19–?], grifo nosso).[135]

Aureliano Portugal não gosta dessa defesa, e volta à carga, e como "derradeira pá de terra", como disse, intenta uma análise estatística dos resultados. Sabe que será difícil realizar comparações, pela "incontestável deficiência do recenseamento de 1890", e faz uma incrível revelação: "Por ocasião do censo de 1890 recusaram prestar as informações pedidas pela repartição censitária dois dos mais notáveis próceres da situação então dominante, ambos com assento no Congresso Nacional Constituinte", mas sem dar-lhes os nomes, o que é uma pena. Com essas resistência dos informantes "torna-se impossível que não sejam muito deficientes os nossos recenseamentos"

A responsabilidade dessas deficiências, por assim dizer inevitáveis, não deve ser imputada, por certo, à Repartição de Estatística Federal, ou ao seu chefe como diretor do recenseamento, porém a este cabe culpa, com certeza, mais grave, qual a de circular como perfeito e completos censos evidentemente deficientes, publicando os seus resultados sem reserva alguma, como se fossem a expressão da realidade (PORTUGAL, [19–], grifo nosso).

Ou seja, não caberia ao diretor culpa pelos erros, que decorriam das limitações culturais do nosso meio, mas lhe cabia culpa por não te declarado a magnitude desses erros, estabelecendo as limitações dos resultados.

A análise estatística proposta, a seu juízo, seria "tão cabal que, fiamos, o próprio diretor do recenseamento se colocará ao nosso lado, renegando a sua nefasta obra". Não sabemos da posição de *Mendes da Rocha*, se lhe deu concordância, rene-

135 Esta publicação faz parte do acervo de Obras Raras da Biblioteca Central do IBGE.

gando "sua nefasta obra", ou se ignorou sua crítica; como seja, a nosso juízo, a análise de *Portugal* não foi nada "cabal", sendo frágil mesmo. E logo viria *Bulhões*...

Bulhões salva o censo do completo naufrágio (1907 e 1908)

Em abril de 1907, *Bulhões Carvalho* assume a direção da DGE, já no governo *Afonso Penna*. Em 1908 sobre 1907, relata a situação recebida. Diz ter achado "por concluir e completamente paralisados os trabalhos do recenseamento realizado a 31 de dezembro de 1900". Diante disso, e dever terminá-lo urgentemente, diz ter nomeado "uma comissão composta dos Snrs. *José Marques de Oliveira*[136], *Oziel Bordeaux Rego* e *Luiz de Oliveira Figueiredo*, para examinar o estado em que se achava aquele serviço e informar-me sobre o que faltava para sua conclusão" (BRASIL, 1908a, p. 10). Sobre o parecer da comissão:

> Pelo cuidadoso exame a que procedeu, verificou a aludida comissão que, dos 20 Estados da República, não havia sequer um em que a apuração estivesse definitivamente acabada. Assim é que:
>
> - os de Alagoas e Espírito Santo pendiam de decisão superior quanto à distribuição dos domicílios coletivos, do que poderia resultar, como resultou, a reforma dos quadros n. 1[A] de todos os municípios;
>
> - os de Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentavam numerosas discordâncias de detalhe, que era mister corrigir;
>
> - os de Goiás, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, S. Paulo e Sergipe, além de incompletos, ostentavam em seus quadros conjugados os mesmos defeitos já apontados nos de Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
>
> - e os de Mato Grosso e Amazonas haviam sido inteiramente desprezados.
>
> De tudo isso resultava que, para terminar o serviço, era preciso organizar ou reorganizar 3.686 quadros, sem levar em conta o preparo do resumo gral dos 20 Estados reunidos e a revisão de todos os quadros feitos durante as administrações anteriores, a qual naturalmente se impunha, à vista das divergências encontradas e já mencionadas (BRASIL, 1908a, p. 10).

Diante disso, solicita ao ministério autorização para concluí-lo, usando crédito existente na repartição. Isso seria feito, como afirma, não com a intenção de divulgação dos resultados, mas sim para aprender-se com os problemas e as dificuldades, tendo em mente o Censo de 1910[137]. Tão logo obtém a autorização, começa os trabalhos.

> Obtida essa autorização, organizei uma turma dirigida pelo Sr. José Marques de Oliveira, Chefe de Seção desta Diretoria, graças a cuja competência e dedicação consegui levar a cabo em poucos meses o serviço de apuração e salvar do naufrá-

136 Que já chefiara a comissão de avaliação do Censo de 1890.

137 Como não houve esse censo, e logo o estudaremos, a experiência acumulada só será usada no Censo de 1920, à frente do qual esteve Bulhões Carvalho.

> gio completo, a que parecia condenado o recenseamento de 1900. [...] O grande valor do copioso material de estudo assim aproveitado evidenciar-se-á, em dúvida, na próxima operação censitária, fornecendo os elementos necessários para suprir possíveis omissões (BRASIL, 1908a, p. 10-11, grifo nosso).

Nesse mesmo relatório (BRASIL, 1908a, p. 32-199), divulga os resultados sob o sugestivo título *Resumo geral do recenseamento dos 20 Estados do Brasil*, e que devem ser entendidos como os verdadeiros resultados do Censo de 1900[138]; há nove tabelas (já tem a forma das tabelas modernas), para o País, e para cada estado (o Distrito Federal não aparece). Infelizmente, essa matéria não ganhou volume em separado, referido ao censo, sendo, em conseqüência, desconhecido da grande maioria dos estudiosos. Eis, por fim, as nove tabelas elaboradas e divulgadas:

1 Números de fogos, habitantes e prédios

* Fogos de um habitante
* Fogos de dois ou mais habitantes (número e população)
* Coletividades: hotéis, etc.; hospitais, etc.; colégios, etc.; mosteiros, etc.; prisões, etc.; asilos, etc.; quartéis, etc.; outras coletividades (número e população)
* População total
* Prédios de: 1 pavimento térreo; 2 pavimentos; 3 pavimentos; mais de 3 pavimentos; total

2 Sexo, nacionalidade e analfabetismo dos habitantes

* Sexo (coluna indicadora, tendo nas linhas: homens, mulheres e soma)
* Nacionalidade: brasileira; estrangeira; ignorada; total
* Analfabetos brasileiros: menores de 15 anos; maiores de 15 anos; total
* Analfabetos estrangeiros: menores de 15 anos; maiores de 15 anos; total
* Analfabetos de nacionalidade ignorada: menores de 15 anos, maiores de 15 anos, total
* Total de analfabetos[139]

3 População das principais religiões, por sexo, idade e grau de instrução

* Religião e sexo (coluna indicadora, tendo nas linhas: católicos e protestantes; cada qual com as linhas: homens, mulheres e soma)
* Idades em anos: 0a10 [dez a dez até 100][140]; maiores de 100; ignorada.
* Total
* Maiores de 15 anos: analfabetos, total

4 Sexo e idade dos habitantes

* Sexo (coluna indicadora, tendo nas linhas: homens, mulheres e soma)
* Idade em anos: 0a1; 1a2; 2a3; 3a4; 4a5; 0a5 [cinco a cinco até 100]; maiores de 100; ignorada
* Total

138 A sinopse informou uma população de 17 371 069, inclusive o Distrito Federal, com 746 749. Sem o Distrito Federal, cai para 16 624 320. Aqui, sem o Distrito Federal, a população é informada em 16 626 991.

139 Com a impressionante cifra de 12 599 282, num total de 16 626 991 habitantes (sem o Distrito Federal). Na verdade, retirando os menores de idade, eram 7 270 000 os analfabetos (30,2%).

140 Os intervalos das classes dão margem a dúvidas, ou seja, o final de uma é o início da outra.

5 População das principais nacionalidades, por sexo, idade, grau de instrução e religião

* Nacionalidade e sexo (coluna indicadora, tendo as linhas: brasileiros, alemães, espanhóis, italianos, portugueses; cada qual com as linhas: homens, mulheres e soma)
* Idade em anos: 0a10; 10a15; 15a20; 20a30 [dez a dez até 100]; maiores de 100; ignorada
* Total
* Maiores de 15 anos: analfabetos; total
* Religião: cristã (católicos; ortodoxos; protestantes); islamita [sic]; israelita; outras; ignorada

6 Idades dos habitantes, por estado civil e sexo

* Estado civil e sexo (coluna indicadora, tendo nas linhas: solteiros, casados, viúvos, divorciados; cada qual com as linhas: homens, mulheres e soma)
* Idade em anos: 0a15; 15a20 [cinco a cinco até 100]; maiores de 100; ignorada
* Total

7 Filiação, defeitos físicos e residência dos habitantes, por nacionalidade e sexo

* Nacionalidade e sexo (coluna indicadora, tendo nas linhas: brasileiros, estrangeiros, nacionalidade ignorada, total; as três primeiras, com as linhas: homens e mulheres)
* Filiação: legítima; ilegítima; legitimada; exposta; ignorada; total
* Defeitos físicos: cegos; surdos-mudos; idiotas; total
* Residem no distrito: sim; não; total

8 Religião e nacionalidade dos habitantes, por sexo

* Sexo (coluna indicadora, tendo nas linhas: homens, mulheres e soma)
* Religião: cristã (católicos; ortodoxos; protestantes); islamita [sic], israelita; outros; ignorada
* Nacionalidade: brasileira (natos; naturalizados); alemã; americana; argentina; austro-húngara; belga; francesa; espanhola; inglesa; italiana; paraguaia; portuguesa; suíça; turca; outras; ignorada.
* Total

9 Profissão dos habitantes, por nacionalidade e sexo

* Nacionalidade e sexo (coluna indicadora, tendo nas linhas: brasileiros, alemães; espanhóis; italianos; portugueses; outras nacionalidades; nacionalidade ignorada; soma; todas, exceto a última, com as linhas: homens e mulheres)
* Industrias: agrícola; pastoril; extrativa (minas; pesca e caça; borracha; diversas); manufatureira
* Religiosas
* Liberais
* Artes e ofícios
* Administração
* Força pública
* Comércio
* Capitalistas
* Transporte
* Serviço doméstico
* Mal especificada
* Improdutivas
* Ignoradas
* Total

Vê-se, então, o fôlego da tarefa encetada. A decisão de realizá-la avulta a figura de *Bulhões Carvalho*, e já isso bastaria para distingui-lo. Mas fará ainda muito, a começar da reforma da DGE, não só de estrutura, mas também, sobremodo, de práticas. Como veremos, enfrenta as relações difíceis com os estados, e a formação e seleção do quadro de pessoal. Mas, nesse primeiro momento, não ficará muito tempo à frente da DGE, cedendo posição a *Francisco Bernardino*; só depois retornará, dando curso a uma longa jornada, com grandes realizações, em especial o Censo de 1920.

Nessa assunção de comando, 1907 a 1909, já trazia a experiência acumulada na realização do Censo de 1906, no Distrito Federal, cuja comissão executora integrou. Trazia também a distinta reflexão dos demógrafos-sanitaristas, críticos ferozes das estatísticas, em especial das estatísticas demográficas, que tanto envolvia e dominava a DGE, no uso do registro civil. *Bulhões Carvalho* foi um prócer da demografia-sanitária, tendo estado, por bom tempo, à frente da revista *Brasil Médico*, onde escrevia com regularidade, deixando reflexões incríveis, memoráveis.

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Diretores seguintes: entre a obscuridade e o limbo da História

Após a primeira leva de diretores da DGE, que tinham a missão de [re]organizar um órgão que a rigor vinha desde o Império, e talvez por isso não duraram muito tempo no cargo, outros dois funcionários foram indicados para chefiar o órgão central de estatística. Um, por ser republicano histórico, velho amigo do poder central. Outro, sabe-se lá porquê, pois sua biografia é uma enorme escuridão, apenas ponteada aqui e ali por pontículos de lume. Em comum, a pouca competência para realizar o serviço ou a falta de luz própria para deixar o limbo da História.

Francisco Mendes da Rocha nasceu em 12 de maio de 1861. Formou-se engenheiro militar. Foi secretário do governo da província do Amazonas e diretor da Companhia de Navegação do Rio São Francisco. Foi também diretor da Biblioteca Nacional. Era de personalidade forte, provavelmente autoritário. Durante seu período à frente da DGE – de agosto de 1894 a agosto de 1901 - não teve bom relacionamento com a repartição de Estatística e Arquivo de São Paulo, por desavenças com o chefe de lá, Antônio de Toledo Piza, com quem, inclusive, chegou a trocar ofícios desaforados. Mendes da Rocha foi o diretor encarregado de realizar o Recenseamento de 1900. Em que pese a debacle que foi aquela operação censitária, pelo menos lhe deve ser atribuída a ousadia de nele ter sido introduzido o boletim individual e não a lista de família como até então se fazia (e ainda se fez em 1906 e 1920).

Segundo seu neto, o arquiteto Paulo Mendes da Rocha (encarregado, junto com Ruy Otake, do projeto do Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Osaka, em 1970), entrevistado pelo autor deste perfil, ele era extremamente culto e de conhecimento universalista. Casou com Ana do Espírito Santo Menezes, com quem teve oito filhos. Uma delas, Alice, aos 98 anos, ainda vive, em maio de 2005. Mendes da Rocha faleceu em 22 de dezembro de 1949.

A vida de João Sabino Damasceno é uma grande incógnita para futuros candidatos a biografá-lo. Além de dirigir a DGE de agosto de 1901 a agosto de 1907, tudo o que se sabe dele é que foi inspetor geral de Obras Públicas, antes de assumir o cargo de direção da DGE, e que foi um dos membros da Comissão Central do Recenseamento Municipal do Rio de Janeiro, o censo do prefeito Pereira Passos. No mais, parafraseando Shakespeare em Hamlet, "o resto é silêncio".

Legislações e sínteses dos censos

1900 O senso do censo [terceiro do País; primeiro sob a nova constituição]

• Data de referência: 31 de dezembro de 1900

• Além da DGE, na direção geral do censo, haveriam delegados nos estados. Haveriam comissões censitárias nos distritos (divididos em seções, cada qual entregue a um só agente recenseador). E mais os recenseadores: conhecedores dos distritos e das seções. A apuração centralizada na capital federal.

• Registros em cinco formulários, a saber: Carta de família, Carta coletiva, Boletim individual (primeira vez aplicados), Lista censitária parcial de devolução, Lista censitária geral de devolução).

• Total de 39 itens. Alguns realces: relação com o chefe da casa (parentesco ou convivência); religião (e não culto, como em 1890); defeito físico (cego, surdo-mudo, idiota). Sai raça ou cor (havida em 1872 e em 1890).

Legislação:

• Lei nº 23, de 30 de outubro de 1891 (cria o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, e se lhe associa a DGE, que sai do Ministério dos Negócios Interiores que é agregado ao da Justiça).

• Lei nº 266 (orçamentária), de 24 de dezembro de 1894 (dá condições de criação da tipografia da repartição de estatística).

• Decreto nº 2.763, de 24 de dezembro de 1897 (extingue 17 lugares na DGE, inclusive dois chefes de seção).

• Decreto nº 2.768, de 27 de dezembro de 1897 (altera a estrutura da DGE).

• Portaria (sem número e sem autoria), de 20 de janeiro de 1900 (regula o censo, mais a estrutura que o conteúdo, deixado aos próprios formulários).

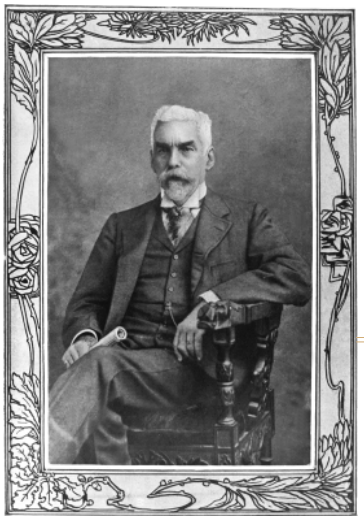
1906: o censo perfeito do prefeito Passos

Capítulo 07

por Marco Aurelio Martins Santos

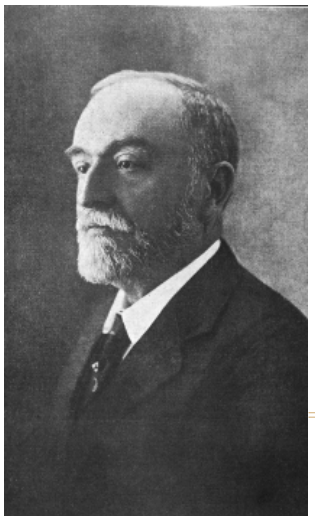
Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, assistente de pesquisa na produção desta obra

Após um novo fiasco em 1900, quando a DGE republicana mais uma vez demonstrou não conseguir contar a população brasileira de modo eficaz, precisava-se conhecer o número de pessoas que viviam no Distrito Federal, cuja caótica contagem fora cancelada naquele censo. Embora estivesse convocada e reunida uma comissão formada por especialistas no assunto, o recenseamento realizado na Cidade do Rio de Janeiro seria conhecido como o Censo do Prefeito Pereira Passos. Ele foi o grande animador e fiador responsável pela significativa operação censitária realizada na capital do País, em 1906.



Dr. Francisco Pereira Passos, [s.d.]

Francisco Pereira Passos (1836-1913) foi o décimo quarto prefeito do Rio de Janeiro, desde que a antiga Corte imperial passou a ser o Distrito Federal da nova forma de governo. Após a assinatura da Lei Orgânica do Distrito Federal, em 20 de setembro de 1892, por Floriano Peixoto, o Rio de Janeiro teria prefeitos nomeados pelo presidente da República. Para governar o País no quadriênio 1902/1906 foi eleito *Francisco de Paula Rodrigues Alves* (1848-1919), curiosamente o último presidente brasileiro nascido em São Paulo até os dias de hoje, que assumiu com um programa de governo onde se destacava um ponto básico: sanear o porto e a cidade do Rio de Janeiro[141]. Neste sentido, ele procurou se cercar de auxiliares de vulto, como o sanitarista *Oswaldo Cruz* (1872-1917) e os engenheiros *Lauro Müller* (1863-1926), *Paulo de Frontin* (1860-1933) e o próprio Pereira Passos, escolhido como novo "alcaide" carioca. Este se celebraria como o grande reformador da face urbana do Rio de Janeiro, cuja administração posteriormente foi chamada de "Era das Demolições" ou o "Bota-Abaixo".



Dr. André Gustavo Paulo de Frontin, [s.d.]

Até assumir a empreitada de governar a capital brasileira, o novo prefeito tinha sido diplomata, em Paris[142], na volta ao Brasil, atuado como especialista em

[141] Na verdade foi construído um novo porto, visto que o anterior, o cais Pharoux, já não comportava.

[142] De 1857 a 1860.

Imagens da construção da Avenida Central, Rio de Janeiro, [s.d.]

ferrovias. Adquiriu conhecimentos sobre as mazelas urbanas da cidade quando presidiu a Cia. de Carris Urbanos de São Cristóvão, de 1882 a 1888. Uma informação curiosa: neste cargo, propôs aos acionistas da empresa que "adquirissem o projeto de uma grande avenida, elaborado pelo arquiteto italiano Giuseppe Fogliani, e o executassem no centro do Rio de Janeiro" [(BENCHIMOL, 1992, p. 196).]

Este empreendimento, que defendia para a iniciativa privada, antecipava uma de suas grandes realizações futuras como prefeito – a construção da Avenida Central. Os acionistas da Carris de São Cristóvão deram a necessária autorização para que Passos buscasse a concessão do governo.

No entanto, a "Grande Avenida" demorou a sair do papel. Instabilidades econômicas e principalmente políticas foram adiando o projeto, até que chegou o governo Rodrigues Alves, com Passos na Prefeitura. Neste momento, o traçado previsto por Fogliani já não mais interessava. A intenção era construir uma avenida de mar a mar, da Prainha (posteriormente Praça Mauá) até o quebra-mar junto ao Convento da Ajuda (onde hoje é a Cinelândia). A grande avenida do engenheiro italiano partiria da Rua Direita (atual Primeiro de Março), entre as do Hospício (hoje, Buenos Aires) e Alfândega e chegaria até o Campo da Aclamação (posteriormente, de Santana). Este projeto abandonado seria retomado cerca de 40 anos depois, com a construção de uma "grande avenida" que viria a se chamar Avenida Presidente Vargas.

Escolhido Pereira Passos para prefeito, com carta branca para mudar a feição colonial do Rio de Janeiro, a capital da República seria finalmente saneada e transformada, como já tinham sido antes cidades européias e até mesmo sul-americanas. Quando era adido diplomático, Passos tinha acompanhado as transformações ocorridas em Paris, executadas pelo francês *George Eugène Haussmann* (1809-1891), prefeito nomeado por Napoleão III, e que administrou, com mão de ferro, a capital francesa durante 17 anos (de 1853 a 1870). Muito do que Passos viu lá iria pôr em prática no seu mandato de prefeito do Distrito Federal, de 1902 a 1906.

Entretanto, seu início de governo foi bastante difícil. Na Mensagem ao Conselho Municipal após seu primeiro ano à frente da Prefeitura, Pereira Passos relatou as dificuldades que encontrara e quais foram suas primeiras medidas.

Ao assumir seu cargo, encontrou a cidade com uma dívida de 5.893:967$274 tendo nos cofres apenas 1.178:185$481. Segundo ele, o orçamento de 1902 "apresentava déficit considerável" algo da ordem de 4.360:887$717. Não podia emitir apólices da dívida pública por ter o município esgotado sua capacidade de endividamento. E mais: os funcionários estavam há quatro meses sem receber.

Sua primeira providência foi regularizar a folha do funcionalismo "para ter o direito de ser inflexível com ele nas exigências relativas ao cumprimento de suas obrigações"(MENSAGEM..., 1903). Gradativamente foi pagando contas atrasadas, regularizando as finanças. Até poder encetar os melhoramentos que pretendia e de que a cidade tanto carecia.

As medidas com que Passos iniciou os melhoramentos pretendidos podem soar um tanto prosaicas hoje em dia mas dão imagem muito pouco romântica da cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil. Pretendendo extinguir "males arraigados que davam a nota deprimente do atraso de nossa civilização" (MENSAGEM..., 1903), o prefeito impediu o comércio de carnes expostas em tabuleiros sem a menor higiene; aboliu a venda de leite ordenhado no próprio local, o que deixava as vias públicas cobertas de fezes dos animais; colocou guardas municipais para captura (e posterior abate) de matilhas de cães vadios que vagavam pela cidade; combateu os vendedores de bilhetes de loterias que infestavam as ruas, incomodando os passantes com gritos e insistências; extinguiu a mendicância (e a falsa mendicância), oferecendo abrigo em asilos público e privado; organizou e regularizou a Assistência Pública.

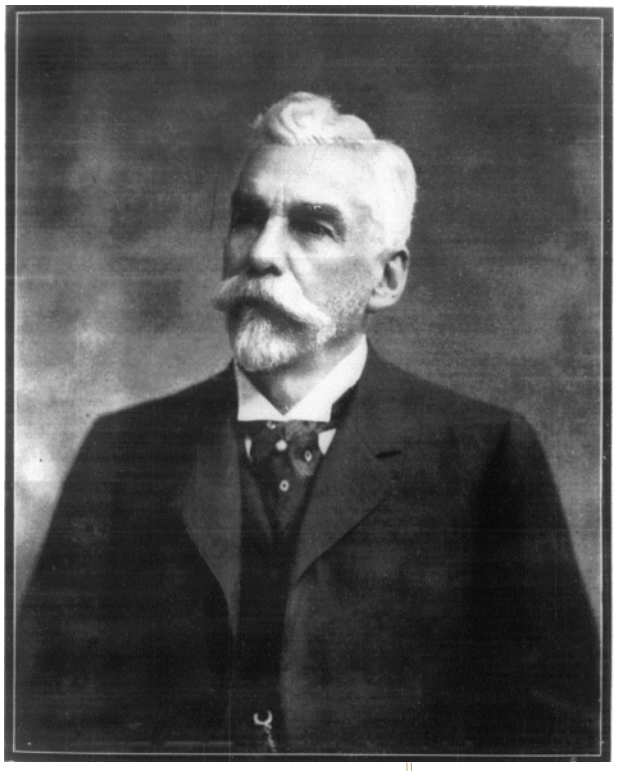
Apetite por números

Em seu princípio de governo, teria sido de grande auxílio ao prefeito ter em mãos os números do censo realizado pela Diretoria Geral de Estatística, em 1900. O próprio prefeito admitia a importância das estatísticas municipais. Na Mensagem ao Conselho Municipal lida em setembro, ele escreveu:

> Convencido do papel preponderante que a estatística deve ter na administração pública e compenetrado de que sem ela não há governo que atinja a perfeição, pois, governar sem o seu auxílio eqüivale a deixar-se conduzir pelo acaso, terei muito breve a honra de propor-vos, em mensagem especial, as medidas que o conhecimento do assunto e a experiência aconselham como indispensáveis, a elevar esse ramo da administração municipal às condições em que merece ser colocado.
>
> As diversas reformas por que têm passado as repartições da Prefeitura, ou têm descurado completamente ou só de modo imperfeito têm atendido às necessidades do serviço de estatística, ao qual, entretanto, atentas na sua importância e sua nímia [sic] utilidade, deviam ser dispensados os mais constantes e solícitos cuidados (MENSAGEM..., 1903).

Pereira Passos descreve, nesta parte da Mensagem, as dificuldades por que passava a Subdiretoria de Estatística e que foram relacionadas pelo seu subdiretor

- *Aureliano Gonçalves de Sousa Portugal* - em minucioso relatório em que reclamava desde a falta de mobiliário a falta de preparo técnico do seu corpo de funcionários.



Francisco Pereira Passos, [s.d.]

Parece ser inegável a importância que o prefeito Passos atribuía à Estatística como instrumento auxiliador da administração. Na Mensagem de outubro de 1903, ele voltaria ao assunto, assegurando que na perfeição das estatísticas "reside em grande parte o segredo dos bons governos" (BENCHIMOL, 1992, p. 274).

Entretanto, a preocupação em dotar o Distrito Federal de um órgão produtor de boas estatísticas veio bem antes de Pereira Passos. E foi reforçada na administração de *Joaquim Xavier da Silveira Júnior* (1864-1912), prefeito nomeado pelo presidente *Manoel Ferraz de Campos Salles* (1841-1913), e que governou a cidade de outubro de 1901 a setembro de 1902.

Xavier da Silveira assinou o Decreto nº 304, de 13 de janeiro de 1902, que regulamentava a (já existente) Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística[143], organizando-a com duas subdiretorias: a primeira Subdiretoria de Polícia Administrativa e Arquivo e segunda Subdiretoria de Estatística Municipal.

Este Decreto é importante para o recenseamento que seria realizado em 1906, uma vez que além de dispor sobre a repartição municipal de estatística, colocaria no papel a determinação de se fazer censos qüinqüenais no Rio de Janeiro (provavelmente como reflexo da debacle censitária de 1900).

Vale realçar os artigos que se referem a estas questões.

Pelo Art. 12,

> à 2ª Sub-Diretoria de Estatística Municipal compete o estudo e a análise dos fatos políticos e sociais, administrativos ou não, que interessem à economia do Distrito Federal e de seus habitantes e possam ser expressos numericamente (BOLETIM..., 1902).

Esta subdiretoria se dividia em duas seções. À primeira, cabia:

143 Na data da criação da nova estrutura, seu titular era Alexandrino Freire do Amaral, com Aureliano Gonçalves de Souza Portugal, na Subdiretoria de Estatística, e como seu eventual substituto o primeiro oficial Frederico Meirelles Duque Estrada Meyer. Na administração Pereira Passos, o substituto de Alexandrino foi Francisco de Salles de Macedo, mantendo as mesmas pessoas nos cargos da Subdiretoria de Estatística.

Rua Primeiro de Março, com morro do Castelo ao fundo, Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]

o estudo estatístico do território do Distrito Federal, quanto à sua situação geográfica, extensão e topografia, climatologia, divisões administrativas, parcelamento cadastral e da população que o ocupa, considerado sob o ponto de vista estático e dinâmico (BOLETIM..., 1902).

Entre outras tarefas de caráter administrativo, cabia à segunda sessão daquela Subdiretoria

publicar regularmente, sob a direção e inspeção do sub-diretor respectivo, a começar do ano de 1903, um *Boletim* trimestral de estatística demográfica e administrativa, e um Anuário que conterá estatísticas minuciosas, com relação aos trabalhos executados, e os necessários desenvolvimentos científicos (BOLETIM..., 1902).

Neste Decreto estava prevista a criação de um Conselho Superior de Estatística, o que era inédito no Brasil. Está certo que ele cuidaria apenas de questões referentes ao Distrito Federal, mas um órgão com este mesmo nome e afeito às questões nacionais só seria criado pela Diretoria Geral de Estatística, em 1907. Sobre isto, assim rezava o Decreto nº 304:

> Art. 45 – Estabelece que o serviço de estatística será superintendido por um Conselho Superior de Estatística, presidido pelo prefeito e composto dos chefes das repartições gerais da Prefeitura e do sub-diretor de Estatística como membros ordinários e de profissionais de reconhecida competência e saber, de nomeação do prefeito como membros extraordinários.
>
> Art. 46 - O prefeito conferirá o título de membros correspondentes do Conselho Superior de Estatística às pessoas de qualquer nacionalidade que prestarem serviços ou auxílio relevante à estatística municipal, sob proposta do Diretor Geral.
>
> Art. 47 - O prefeito regulamentará em ocasião oportuna as atribuições do Conselho Superior de Estatística.
>
> Art. 48 - O cargo de membro do Conselho Superior de Estatística será gratuito (BOLETIM..., 1902).

Não há notícia de que o referido Conselho tenha saído do papel. Provavelmente, seu criador não tenha tido tempo para regulamentá-lo, conforme estava previsto. Com a cidade imersa em dívidas colossais, Xavier da Silveira deixou a Prefeitura em setembro de 1902, sendo substituído pelo coronel *Carlos Leite Ribeiro*, que completou o mandato até 30 de dezembro, quando assumiu o novo alcaide (Pereira Passos).

Mas foi no Art. 49 que nasceu o Recenseamento Municipal a ser realizado em 1906. Assim estabelecia o artigo:

> Decenalmente, a começar em 1905, e sempre nos anos de milésimo cinco, proceder-se-á ao recenseamento da população do Distrito Federal, pedindo o prefeito ao Conselho Municipal que designe para as respectivas despesas a necessária verba (BOLETIM..., 1902).

Vale dizer que já existia uma Seção de Estatística Municipal desde 1893 e quem a chefiava era o mesmo Aureliano Portugal, agora elevado ao cargo de subdiretor. Aureliano era médico-demografista da Diretoria Sanitária, órgão federal ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. De lá saiu para assumir o setor da Prefeitura, como atesta a nota publicada na revista *Brasil Médico*[144]:

> Deixou o lugar de médico-demografista desta diretoria, por terem sido seus serviços aproveitados na nova organização da Prefeitura Municipal, o Dr. Aureliano Portugal, que durante alguns anos ocupou vantajosamente aquele posto, deixando trabalhos que muito o honram. A ele cabe, inquestionavelmente, a glória de ter iniciado no Brasil a organização de verdadeiras estatísticas demógrafo-sanitárias, imprimindo orientação científica e proveitosa a um serviço de grande importância e que até então fora muito descurado (CHRONICA..., 1893, p. 354).

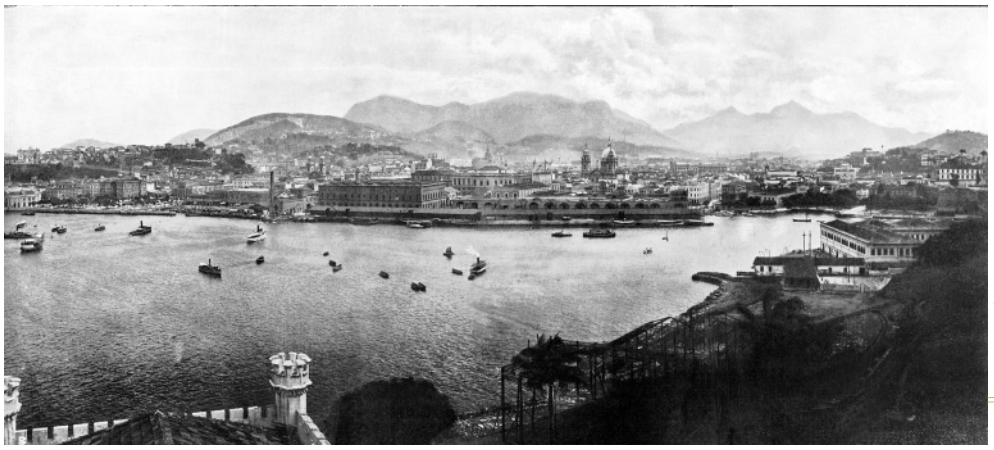
Ainda muito falaremos sobre o Dr. Aureliano Portugal e os demógrafos-sanitaristas em capítulo posterior.

Àquela altura, os resultados do Censo de 1900, relativos ao Distrito Federal, já haviam sido cancelados. Este decreto, então, visaria garantir que a população da cidade do Rio de Janeiro seria contada, se não pelo órgão federal de estatística, pela instância oficial municipal e, ainda por extensão, garantiria que outros recenseamentos fossem realizados na cidade, independentes dos recenseamentos gerais, previstos para acontecerem (se acontecessem) nos anos de milésimo zero. Para a Capital Federal, a decisão seria extremamente favorável: em um período de dez anos seriam feitos dois censos, mantendo, assim, os números com excelente atualização. Esta é uma leitura possível de ser feita. Há, entretanto, uma outra: o município estava tratando de fazer por sua conta o que a União não estava dando conta de realizar e era sua tarefa constitucional.

Obviamente, esta "área de sombra" que estava sendo estabelecida pelas estatísticas da União e da Prefeitura foi devidamente edulcorada no decreto, especialmente pelo artigo seguinte, a saber:

> Art. 50 - O prefeito entrará em acordo com o Governo da União no sentido de harmonizar o serviço da Estatística municipal com o da Estatística Geral da República, de modo a serem organizadas pela Prefeitura todas as Estatísticas referentes aos fatos de caráter local ou municipal; ficando a Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística obrigada a remeter à Diretoria de Estatística Geral os referidos trabalhos sempre que esta os requisite (BOLETIM..., 1902).

[144] Também conforme vimos no capítulo 5: *Aureliano Portugal:* doutor em estatística municipal, deste volume.



Trecho da Cidade do Rio de Janeiro, [s.d.]

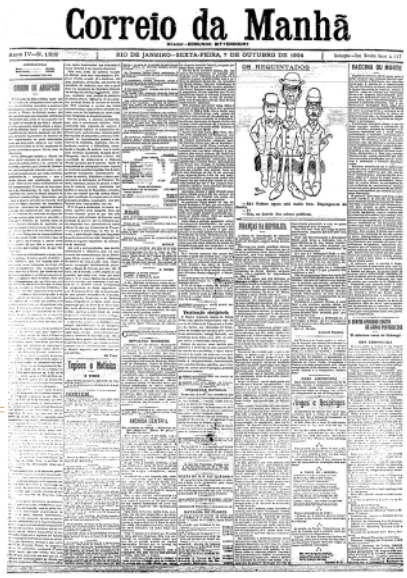
Não era interessante para ninguém buscar confrontos. No decreto estava garantida a subordinação, ou pelo menos vinculação, das estatísticas municipais com as federais.

Pelo menos parecia ser esta a intenção de Xavier da Silveira. Já durante a administração Pereira Passos, foram dados claros sinais de que o prefeito pretendia ocupar um espaço que não estava sendo ocupado.

Passos queria estatísticas, reconhecia que precisava delas como importante instrumento de governo. A deficiente DGE da União passava por agruras que a impossibilitavam de prestar com eficiência os serviços a que lhe estavam destinados. A Lei Orgânica do município dava ao Distrito Federal a oportunidade de fazer suas próprias estatísticas. Somando a "fome" com o "excesso de apetite" por números, criou-se a vontade de se fazer na municipalidade o que não estava sendo feito na federação.

Na Mensagem do Prefeito, de abril de 1906, vemos claros indícios das pretensões de *Passos*. Já perto do fim de seu governo, ele pretendia realizar uma reforma administrativa, visando, inclusive a modificar o organograma da Prefeitura. Entre as modificações pretendidas estava a transformação da Sub-Diretoria de Estatística em Diretoria Geral de Estatística do Município do Rio de Janeiro. Segundo ele, a repartição municipal de estatística estava vinculada a diretoria inteiramente estranha ao seu objetivo, acarretando em prejuízo e desvalorização de suas funções. Passos argumentou que a área de estatística do Distrito Federal precisava "ser convenientemente reorganizada para que possa desempenhar-se da elevada missão que lhe compete na administração pública" (BOLETIM..., 1906a, p. 54-55). Ele não teve tempo para efetuar tais modificações e nem estas foram postas em prática pelos prefeitos seguintes, talvez nem tanto reconhecedores da importância da estatística na administração pública.

No mês seguinte, entretanto, ele voltaria ao martelar da importância de um órgão municipal de estatística bem azeitado e valorizado. Na Mensagem nº 223, en-


Correio da Manhã

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1904

viada ao Conselho Municipal, em 25 de maio de 1906, escreveu Pereira Passos:

Srs. Membros do Conselho Municipal do DF:

Na minha Mensagem de 3 de setembro do ano findo, solicitando a vossa esclarecida atenção para as condições precárias em que se acha o serviço de estatística municipal, que, desprovido de recursos e de organização adequada para o desempenho da sua elevada missão, nada tem podido fazer de útil e de proveitoso para os fins a que se dirige, tive a honra de ponderar-vos que - "ao passo que outros países sul-americanos, que dispõem de recursos muito mais limitados do que os que possuímos, têm bem organizados os serviços de estatística e graças a eles se fazem conhecidos nas nações cultas e figuram belamente nos anuários e revistas de estatística internacionais, *nós temos vivido, quanto a este particular, em lamentável atraso, figurando o nosso país e particularmente esta Capital por informações inexatas em tais publicações*".

Destas lacunas acerca da nossa Capital a que mais sensível e inexplicável se torna, fornecendo elementos para a campanha com que no estrangeiro se procura deprimir o nosso país - é a falta do conhecimento da cifra exata ou aproximada da população do Distrito Federal.

Como o ilustre Conselho não ignora, tendo sido calculado, por sua extrema deficiência e imprestabilidade, o recenseamento feito neste Distrito em 1900, quando se procedeu ao Censo Geral da República e não se tendo, depois disso, efetuado outros, dá-se a estranha anomalia de não figurar no cômputo geral da população do país, exatamente o da sua Capital.

Tão lamentável falta não está em harmonia com o interesse geral da nação e particularmente com os interesses e as necessidades deste Distrito, e como, pela sua lei orgânica, à Municipalidade compete organizar a estatística municipal em todos os seus ramos e o recenseamento da população constitui a base da estatística, me parece não devemos mais esperar para se proceder a tão necessária operação, tanto mais, quanto realizada em grande parte a grande obra da regeneração estética e sanitária desta cidade, parece-me azada a ocasião para levar avante tão patriótico tentamem [sic].

Nesta conformidade e de acordo com o estatuído no Art. 49 do Dec. n. 304, de 13 de agosto de 1902, venho solicitar-vos um crédito especial de 170:000$000 (cento e setenta contos de réis), quantia que julgo suficiente para a despesa a fazer-se com o recenseamento, inclusive a sua publicação, podendo a operação censitária ter lugar em 20 de setembro vindouro, data da promulgação da lei orgânica deste Distrito.

Distrito Federal, 25 de maio de 1906.

Francisco Pereira Passos (BOLETIM..., 1906b, p. 154-155, grifo nosso).

Pelo texto, conclui-se que não só a DGE estava em lamentável abandono. Como já tinha detectado tão logo assumiu, a Subdiretoria de Estatística não apresentava a dimensão que o prefeito desejava.

Nesta Mensagem, Passos se referiu a uma outra sua, de setembro de 1905, onde lembrava que a desconsideração com a estatística municipal vinha de outros tempos. O Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893 vinculava a estatística do Distrito Federal à Secretaria Geral da Prefeitura, e só nove anos depois (pelo Decerto nº 302) foi transformada em subdiretoria. Ainda nesta Mensagem (de setembro de 1905), o prefeito lembrou outra, dirigida ao Conselho, pelo então prefeito Ubaldino do Amaral Fontoura (1843-1920)[145], em 2 de março de 1898, onde afirmava ser a estatística municipal.

> um serviço técnico tendo exigências suas especiais, para bem cumprir a útil missão que lhe compete na administração pública, a repartição que se incumbe da estatística exige organização toda especial que, prestigiando-a, coloque-a na altura de seus méritos de instituição de primeira ordem nas agremiações humanas dos países cultos (BOLETIM..., 1906c, p. 44).

Pereira Passos concordava com Ubaldino, conforme relata a seguir:

> Instituição de primeira ordem, como bem qualifica o ilustre ex-prefeito, serviço público cuja importância a ninguém é lícito hoje desconhecer, não pode a repartição de estatística continuar subordinada a nenhuma outra, convindo organizá-la em Diretoria independente, dotando-a de pessoal com as precisas habilitações para o desempenho dos trabalhos que lhe são afetos (BOLETIM..., 1906c, p. 44).

Ele, entretanto, procurava apoiá-la. E o fez trazendo o seu subdiretor – Aureliano Portugal - para ser também o seu secretário particular. Assim, ele mantinha a estatística na sua ante-sala e estabelecia forte ligação dela com as demais áreas da administração municipal. Diante das graves dificuldades financeiras do Distrito Federal, Passos cuidava de pôr em prática seu principal projeto – transformar e sanear a cidade – reconhecendo que precisava de números do *mundo distante* (LATOUR, 2000a, p.362) para bem gerir a Prefeitura. Valeria indagar: De onde vinha aquela (elogiosa) importância que Pereira Passos dava à Estatística? Como um mero exercício de imaginação, será que ele desenvolveu este apetite por números em sua estada em Paris, observando a "Era Haussmann"? Seria também o transformador de Paris um cultor de dados estatísticos?

"Bota Abaixo" e "Abaixo a Vacina"

Dias antes da DGE divulgar a sinopse do malfadado Recenseamento de 1900, Pereira Passos sancionou o Decreto nº 1.088, de 6 de junho de 1906, em que o Conselho Municipal autorizava a Prefeitura

> a abrir crédito de 170 contos de réis para proceder ao recenseamento da população do Distrito Federal, devendo a operação censitária efetuar-se no dia 20 de setembro do corrente ano, data da promulgação da lei orgânica deste Distrito (BRASIL, 1907-1908, p. VII).

[145] Governou o Distrito Federal de 1897 a 1898, quando renunciou.

Mas o aspecto mais importante deste decreto do Poder Legislativo Municipal, historicamente falando, está no Art. 3º. Sem aparentemente nada a ver com os dois primeiros Artigos, que abordam a dotação orçamentária para o censo, o Terceiro esclarece sobre penalidades pecuniárias que serão aplicadas aos que se recusarem a fornecer informações ou as prestarem de modo insuficiente ou distorcidas. Até aí, ele acompanhava decisões tomadas nos censos anteriores. A novidade foi o estabelecimento de multas quintuplicadas para os proprietários ou arrendatários de habitações coletivas de qualquer espécie. Se para o chefe de uma família a multa prevista era de 20 mil réis, para donos ou arrendatários de cortiços, estalagens, hotéis ou outros domicílios compartilhados seriam cobrados 100 mil réis.

Uma semana depois, o prefeito assinou o Decreto nº 607, de 13 de junho de 1906, que vale a pena reproduzir e comentar:

> "O prefeito do Distrito Federal:
>
> Considerando que o decreto n. 304, de 13 de agosto de 1902, determina que se faça o recenseamento da população do Rio de Janeiro nos anos de milésimo cinco, a partir de 1905, solicitando o prefeito, para este fim, do Conselho o necessário crédito;
>
> Considerando que naquele ano a operação censitária não se podia realizar com êxito nesta cidade, devido às condições anormais em que ela se encontrava e cujos inconvenientes se acham agora consideravelmente reduzidos;
>
> Considerando que, como base de qualquer trabalho estatístico realmente profícuo, relativo a este Município, é indispensável determinar-lhe a verdadeira população, que atualmente não se conhece por apuração direta, visto datar de mais de quinze anos o último recenseamento tido como válido;
>
> *Considerando que o conhecimento dessa população e de sua distribuição pelas diversas zonas da Cidade interessa grandemente à administração municipal, fornecendo-lhe elementos indispensáveis para a resolução de diversos problemas que a preocupam*;
>
> Usando da atribuição que lhe confere o § 17 do art. 27 da Consolidação das Leis Federais sobre a Organização Municipal do Distrito Federal e da autorização concedida pelo Decreto n. 1.088, de 6 de junho de 1906, e de acordo com o art. 49 do decreto n. 304, de 13 de agosto de 1902, decreta:
>
> Art. 1º Proceder-se-á no dia 20 de setembro do ano corrente ao recenseamento da população do Distrito Federal, com as discriminações usuais nessa ordem de investigações estatísticas.
>
> Art. 2º Para dirigir a operação censitária fica criada uma Comissão Central, composta de profissionais de reconhecida competência na especialidade, constituindo-se, outrossim, por proposta daquela, Comissões Seccionais, que terão o encargo de dirigir a mesma operação nas zonas que lhes forem marcadas.
>
> Parágrafo único. A Comissão Central e as Comissões Seccionais funcionarão gratuitamente, tendo, porém, a seu serviço o número preciso de auxiliares e de agentes retribuídos para a distribuição e a coleta das listas censitárias e dispondo da quantia julgada necessária, que lhes será arbitrada para o respectivo expediente.

> Art. 3º A apuração e a publicação do recenseamento serão feitas, sob a fiscalização da Comissão Central, pela Sub-Diretoria de Estatística da Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística[146], devendo os trabalhos estarem concluídos até o dia 1o de novembro[147] do ano corrente.
>
> Art. 4º Os habitantes da Cidade são obrigados a prestar às Comissões espécies e aos recenseadores por estas dirigidos as informações que lhes forem exigidas, incorrendo os que a isto se recusarem, bem como os que fornecerem informações falsas ou incompletas, na multa de 20 mil réis, que será elevada a 100 mil réis, se se tratar de proprietários ou arrendatários de habitações coletivas.
>
> Art. 5º Fica aberto o crédito da quantia de 170 contos de réis para os trabalhos do recenseamento.
>
> Distrito Federal, 13 de junho de 1906, 18º ano da República (BRASIL, 1907-1908, p. VIII-IX, grifo nosso).

Entre todos esses "considerandos", Passos revela no segundo, embora de modo *en passant*, as razões pelas quais o recenseamento não pôde ser levado a cabo em 1905, como determinava o decreto de Xavier da Silveira, assinado em 1902. O que ele chamou de "condições anormais" por que passava a cidade se referiam ao imenso canteiro de obras em que a Capital Federal tinha se transformado. Não era exatamente indicado fazer censo em uma cidade onde mais de 1600 casas foram derrubadas[148] e havia um número superior a 20 mil pessoas procurando lugar para morar. Aliás, mesmo depois da poeira das obras ter assentado e os "inconvenientes" citados por ele terem sido reduzidos, não seria tarefa das mais confortáveis recensear naquelas condições. Seria necessário um extraordinário denodo da Comissão Central na consecução da hercúlea tarefa.

No volume com a publicação do censo, há um (excelente) texto explicativo onde falam dos argumentos utilizados para adiarem em um ano o recenseamento, incluindo o fato de estar "a Repartição incumbida desse encargo inteiramente desaparelhada para tentar a empresa, nova para ela e muito acima de suas forças" (BRASIL, 1907-1908, p. 6). O texto também admite "a situação anormal da cidade", onde mais de mil edificações foram postas ao chão tanto pela Prefeitura quanto pelo Governo Federal.

Mas além dos problemas trazidos pelo "Bota-Abaixo", uma outra questão foi omitida por Pereira Passos e que certamente prejudicaria o recenseamento municipal, caso fosse realizado em 1905. No final do ano anterior, a cidade do Rio de Janeiro

---

[146] Desde 1902, por determinação do então prefeito Xavier da Silveira, a antiga Diretoria Geral do Interior e Estatística foi modificada, passando a se denominar: Diretoria Geral de Polícia Administrativa e Estatística, com duas subdiretorias – de polícia administrativa e arquivo e de estatística municipal. Esta última sob a chefia de Aureliano Gonçalves de Souza Portugal, ex-chefe de seção, adido da extinta diretoria. Este Ato da Prefeitura foi publicado em *O Paiz* (ACTOS..., 1902, p. 2).

[147] O mandato de Pereira Passos encerrava em 14 novembro de 1906.

[148] Conforme Carvalho (1995, p. 69), foram derrubadas 1681 habitações ao fim das reformas de Pereira Passos.

foi palco da mais ferrenha revolta urbana acontecida no Distrito Federal. Um evento que passou à História como "A revolta da Vacina".

Naquele início do século XX, o Rio de Janeiro vivia absoluta derrocada na higiene e na saúde pública. Ruas imundas, clima quente e úmido, um ambiente extremamente propício para a proliferação de vírus, bactérias e micróbios daninhos. Some-se a isto pessoas vivendo aglomeradas em cortiços insalubres, sem perspectivas de melhoria de vida. Entre as quais, levas consideráveis de ex-escravos, que se livraram do jugo do cativeiro para se enredarem nos grilhões do desemprego e da subcondição de vida. A capital do Brasil vivia em permanente estado de proliferação de endemias.

As estatísticas do Registro Civil referentes a óbitos por doenças como varíola, febre amarela, tuberculose e peste bubônica alcançavam números estratosféricos[149]. Uma ação de governo era mais que necessária e com a urgente presteza. Oswaldo Cruz, sanitarista convocado pelo presidente Rodrigues Alves, indicou as formas de se combater aquela insalubridade: exterminar os vetores (ratos, mosquitos, etc.) e vacinar a população.

O sanitarista recebeu do presidente carta branca para combater os focos de doenças e sanear definitivamente a cidade. Pelo lado da Prefeitura, Pereira Passos faria a sua parte. Mas...e o povo?

Pelotões de mata-mosquitos[150] foram enviados às ruas para enfrentar a galhofa da população e da chamada opinião pública. Contando com a ajuda dos moradores da cidade para exterminar ratos, instituiu um prêmio por roedor morto apresentado. Tal medida gerou efetivamente uma caça às ratazanas mas deu margem ao "engenho humano", no que diz respeito a procurar modos de burlar as leis e conseguir vantagens. Espertalhões começaram a criar ratos para, posteriormente, vendê-los ao governo, quando estavam bem taludos. Tudo isto ao som da polca de maior sucesso naquele momento:

> Rato, rato, rato
> Por que motivo tu roestes meu baú
> Rato, rato, rato
> Audacioso e malfazejo gabiru...[151]

Para dar combate à varíola, foi decidida a vacinação compulsória da população carioca, pelo Decreto nº 1.261, aprovado pelo Congresso em 31 de outubro de 1904. O próprio Oswaldo Cruz ficou incumbido de redigir a regulamentação da lei e

149 Conforme está relatado no capítulo que trata especificamente do Registro Civil daquela época, há que se olhar seus números com atitude bastante crítica, uma vez que sua qualidade era demasiado questionável.

150 As brigadas sanitárias contra a febre amarela eram compostas por um chefe, cinco guardas mata-mosquitos, operários da limpeza pública e um soldado armado.

151 "Rato, rato", de Casemiro da Rocha e Claudino Costa, para o carnaval de 1904, gravada pelo cantor Orestes de Matos. Segundo o anúncio que precedia a gravação do disco da Brasil Grand Record, um "lundu". Erradamente, pois era de fato uma polca.

o fez "mais preocupado com a erradicação da varíola do que com a repercussão social das medidas que propunha"(PEREIRA, 2002, p.33). A regulamentação saiu em 9 de novembro daquele mesmo ano.

Rodrigues Alves, Revista Careta, [s.d.]

Antes da divulgação oficial, a informação vazou. O jornal *A Notícia* veiculou a tal lei e foi a senha para diversos setores, insatisfeitos ou com as medidas de Oswaldo Cruz, ou com o governo federal ou com ambos a assestarem baterias contra o sanitarista e contra o presidente Rodrigues Alves, em um dos maiores ataques a homens públicos, verificados na Velha República. A maior parte da imprensa, tendo a frente um ressentido Visconde de Ouro Preto e sua tentativa de retornar ao *ancién régime*, diariamente bombardeava a vacinação obrigatória. No outro extremo, militares jacobinos, "viúvos" do florianismo, viam a oportunidade de derrubar o presidente e instalar um governo forte no Brasil. Com este intuito, a Escola Militar da Praia Vermelha[152] se insurgiu, pegando em armas contra as tropas leais ao governo federal[153]. Entre os alunos insurgentes, alguns nomes que, mais tarde, fariam parte da História do Brasil, como *Eurico Gaspar Dutra*[154] (1883-1974), *Euclydes Figueiredo*[155] (1883-1963), *Julio Horta Barbosa*[156] (1881-1965) e *Dilermando de Assis.*[157]

Como se não bastasse estas frentes de combate, o governo republicano ainda teria a oposição dos positivistas[158] e de outros setores da sociedade contrários à vacinação obrigatória. Com toda esta ebulição, o povo, especialmente as classes menos favorecidas resolveram dar ouvidos a boatos (um deles dizia que os vacinadores entrariam nas casas para aplicar a vacina nas nádegas nas mulheres) e resolveram se insurgir. O presidente convocou Exército e Marinha para enfrentarem os revoltosos que se organizaram inclusive com canhão. O Rio de Janeiro assistiu a uma guerra civil inédita em sua História. Ao final da revolta, ainda em novembro, um saldo de 30 mor-

[152] Que tinha o nome na época de Escola Militar do Brasil.

[153] Ver: LOBATO FILHO, João Bernardo. **A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

[154] Foi presidente da República de 1946-1951.

[155] Um dos chefes militares que combateram os revoltosos na Revolução de 1932 e pai do presidente João Figueiredo.

[156] Um dos líderes da campanha "O Petróleo é Nosso".

[157] Conhecido como o homem que matou Euclides da Cunha, em duelo.

[158] O Apostolado Positivista defendia a insurreição civil contra a vacina obrigatória. Cabe uma pergunta que não quer calar: como poderiam pregar a Ordem e o Progresso se insuflavam desordens e combatiam o progresso da ciência?

tos, 110 feridos, 945 presos, 461 deportados[159] e o recuo do governo na lei da vacinação obrigatória. Posteriormente, os militares envolvidos na refrega foram anistiados, retornando a seus postos. Quanto aos civis, bem, não tiveram a mesma condescendência. Vários morreram nas prisões e no degredo para o Acre a que foram condenados.

Na verdade, toda aquela consternação era fruto de uma profunda ignorância de ambas partes. Do governo, que não soube ser hábil para inicialmente fazer uma forte campanha publicitária, divulgando os benefícios da vacina, preferindo partir para a violência de invadir casas, agarrando pessoas à força, algumas doentes e entrevadas, além de mulheres, cujos maridos estavam fora de casa, no trabalho, para aplicar a vacina "a pulso e a canelão", como se dizia na época. Da população, que estava dando ouvidos a políticos inescrupulosos e resistindo violentamente a medidas que só lhe beneficiariam.

Depois de feita a campanha que faltou ser realizada na aprovação da lei, a maioria dos citadinos começou a se apresentar para a vacinação. Não tardou e as estatísticas das vítimas da doença começaram a dar claros sinais de queda.

Quanto ao recenseamento que estava marcado para ser feito em 1905, o mais sensato seria adiá-lo, esperar que esfriassem as cinzas que ainda fumegavam nos escombros da cidade. O que foi feito.

Passos para o censo

No dia 19 de junho de 1906, Pereira Passos editou o Decreto nº 610 (BRASIL, 1907-1908, p. IX-XII) com as instruções a serem seguidas para a consecução do recenseamento municipal. Como praticamente um regulamento do censo, o decreto chama a atenção por ser extremamente enxuto e objetivo. E mais: impressiona como o prefeito chamou para si as responsabilidades sobre a operação censitária. Vê-se claramente no decreto que, embora houvesse comissões, ele não abria mão de acompanhar todo o trabalho e que sobre tudo deveria lhe ser dado conhecimento, desde as nomeações até a divulgação final.

O decreto de Passos determinava o âmbito do censo ("todas as pessoas que se acharem no Distrito Federal no dia 20 de setembro serão recenseadas nas habitações em que estiverem, quer sejam domiciliadas no mesmo distrito, quer nele se achem temporariamente"), as informações que se queria investigar do informante (sexo, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, se sabe ler ou escrever), o conceito de "família", a descrição dos tipos de domicílio especial para efeito do recenseamento. Fala também, no Art. 2º, da Comissão Central ("nomeada pelo prefeito e composta de profissionais de sua confiança, a qual gozará de plena liberdade de ação e de autonomia científica precisa para o desempenho da missão que lhe é confiada"), embora o decreto não citasse os nomes que a compunham. Ainda neste artigo, tratou das Comissões Seccio-

[159] Todos estes números foram fornecidos pelo historiador José Murilo de Carvalho.

nais, que auxiliariam a Comissão Central, e que seriam nomeadas por esta e aprovadas pelo prefeito. Segundo o decreto, foi estabelecido que as Comissões Seccionais escolheriam os agentes recenseadores incumbidos de distribuírem e recolherem as listas – eventualmente preenchê-las, quando o informante não o puder –preferencialmente escolhidos entre funcionários públicos municipal e federal, "que por força de seus cargos melhor conheçam as várias circunscrições do Distrito".

Pelo decreto, o Censo Municipal de 1906 seria apurado pelo "pessoal da Subdiretoria de Estatística Municipal, requisitado para este fim, sob a direção e responsabilidade da Comissão Central". Esta, poderia contratar outras pessoas e até estabelecer jornada noturna para que a apuração não ultrapassasse o prazo estipulado.

No Art. 5º estava estabelecido que ao final da apuração, o prefeito receberia um "relatório minucioso" sobre os trabalhos realizados, incluindo os resultados obtidos. Além disso, rezava o decreto, caberia ao chefe do Executivo Municipal "dirigir e fiscalizar" a publicação dos resultados do censo, no sentido que esta saísse "completa e escoimada de erros ou de quaisquer lacunas". No Art. 6º, ele delega à Comissão Central organizar as instruções, estabelecer deveres e atuações do pessoal envolvido, dispensando ou punindo os que mal conduzirem os trabalhos. Entretanto, no parágrafo único deste artigo, deixa claro que as faltas ou incorreções de funcionários municipais deveriam ser levadas ao seu conhecimento para que ele os punisse conforme a legislação em vigor. Mais do que uma postura centralizadora, Pereira Passos estava dando mostras de que o seu censo não seria igual àquele que passou...

Nos Art. 8º e 9º, nova advertência sobre a obrigatoriedade de se prestar informações censitárias e sobre o caráter sigiloso da pesquisa.

O volume onde está divulgado o Recenseamento inclui instruções emanadas pela Comissão Central (e obviamente aprovadas pelo prefeito), regulamentando o serviço das Comissões Censitárias Seccionais, o trabalho dos agentes recenseadores (distribuição e recolhimento das listas além de disposições gerais) e o modo de preencher as listas censitárias.

A Comissão Central avisou ao público em geral, por intermédio dos jornais, que já estava devidamente instalada e aproveitava para pedir a valiosa ajuda dos meios de comunicação para a operação censitária no convencimento e esclarecimento da população carioca. Eis o comunicado, devidamente assinado pelos componentes da Comissão, conforme foi publicado, sob o título "Recenseamento do Distrito Federal", na página dois do *Jornal do Commercio*, de 22 de junho de 1906 (e em outros jornais também neste mesmo dia):

> Recebemos a seguinte comunicação:
>
> "A Comissão Central nomeada pelo prefeito para dirigir os trabalhos do recenseamento da população do Distrito, tem a honra de comunicar a essa ilustrada

redação que se acha constituída e que estabeleceu a sua sede no 1º andar do prédio nº 28 da Rua do Hospício.

Aproveitando desde já a oportunidade que se lhe oferece, a referida comissão entende que deve começar os seus trabalhos dirigindo um apelo à Imprensa para que esta a auxilie e apoie.

O concurso do jornalismo em obra de tamanha magnitude e cujo êxito depende em grande parte da propaganda que se fizer, não pode ser prescindido pela Comissão Central.

O apelo que dirigimos a toda a Imprensa do Rio em geral e a essa ilustrada redação em particular, e que esperamos, será correspondido, constitui por assim dizer o nosso primeiro ato.

A sorte do recenseamento numa Capital como a nossa, onde há muita gente que não compreende bem os fins da estatística e confunde essa operação com outras de natureza inteiramente diferente, não tem sido feliz porque os trabalhos deixam de ser precedidos de uma propaganda séria em que os espíritos cultos empenhem toda a sua boa vontade para convencer e esclarecer o povo.

Essa tarefa cabe aos jornalistas que vivem em contato mais direto com o público, e que nesse comércio diário de idéias, impressões e conselhos, mais facilmente podem distrair preconceitos antigos e facilitar o êxito da operação.

A Comissão Central, dirigindo o presente apelo a esta patriótica Redação, espera e confia que não lhe será negado o apoio que solicita. Saudações.

Aureliano Portugal

João Sabino Damasceno

C. A. Nascimento Silva

Bulhões Carvalho

Felix Pacheco" (RECENCEAMENTO...,1906,p.2).

A população da cidade do Rio de Janeiro conheceu, então, os nomes dos componentes da Comissão Central que iria coordenar os trabalhos do recenseamento municipal. O médico demografista *Aureliano Gonçalves de Souza Portugal* (1851-1924) era o presidente da Comissão Central, e, como visto, sub-diretor de estatística do município. *João Sabino Damasceno*, [160]à época do recenseamento municipal, era diretor geral de estatística (de 1901 a 1907*). Carlos Augusto do Nascimento Silva* [161]O médico demografista *José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho* (1866-1940) era diretor da revista *Brasil-Médico.* O jornalista *José Felix Alves Pacheco* (1879-1935) chefiava, desde 1902, o Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia Civil do Distrito Federal (futuro Instituto Felix Pacheco).

Pereira Passos, na Mensagem ao Conselho Municipal, lida em cinco de setembro daquele ano, alertava para o grande esforço a ser despendido pela Comissão Central:

[160] Não foi possível encontrar dados pessoais sobre João Sabino Damasceno.

[161] Não foi possível encontrar dados pessoais sobre Carlos Augusto do Nascimento e Silva.

> Reconheço que o momento não é talvez o mais oportuno para se fazer o recenseamento, atentas as condições anormais em que ainda se acha a cidade, devidas às grandes modificações feitas na sua topografia; e, outrossim, que o tempo concedido para realizá-lo é por demais curto para um trabalho preparatório completo. Fio, porém, que os patrióticos esforços empregados pela Comissão Central vencerão essas dificuldades, e que o trabalho se fará sem maior incidente.
>
> A verba de 170 contos de réis, por mim solicitada, e concedida pelo Conselho, para as despesas do recenseamento, é evidentemente insuficiente, como muitos dos senhores intendentes reconheceram. No recenseamento realizado em 1872, a despesa realmente efetuada com este serviço atingiu a quantia de 447:765$943, e o de 1890 excedeu a de 740 contos de réis. Atenta a economia com que a Comissão Central vai fazendo o serviço, acredito que a despesa não excederá a de 1872.
>
> Em tempo oportuno terei a honra de solicitar do Conselho, em Mensagem especial, o aumento de crédito que for julgado necessário para este serviço (BOLETIM..., 1906c, p. 27).

Nesta Mensagem, Passos citava mais uma providência inédita na História censitária da República: a entrega de medalhas para os grandes beneméritos do censo municipal.

> Não tenho senão aplausos para o projeto apresentado ao Conselho criando medalhas, para serem distribuídas, como manifestação de distinção e de agradecimento da Municipalidade, aos que prestarem serviços gratuitos à obra patriótica do recenseamento. Como, porém, o projeto acarreta despesas e a nossa lei orgânica exige, para tal fim, iniciativa do Poder Executivo, venho declarar-vos que me associo à idéia, com a mais viva satisfação, por pensar que a despesa a fazer-se, para tal fim, se impõe como verdadeira dívida de honra, para cuja satisfação não devemos poupar recursos (BOLETIM..., 1906c, p. 27).

Ao tempo do Império, se fez distribuição de comendas e que tais aos que colaborassem com o censo e a DGE. Proclamada a República, o Governo baniu qualquer tipo de agraciamento com títulos. Importava renegar quaisquer laços com o *ancién régime*. Daí a importância do apoio do prefeito nomeado pela Presidência em premiar os colaboradores com a operação censitária.

O censo nas folhas

À medida que se aproximava a data de início da operação censitária, os jornais diários do Rio de Janeiro incluíam matérias sobre o censo municipal. No lançamento oficial, verificado em 21 de junho, as folhas cariocas, como já visto, trouxeram impresso o chamamento à população para colaborarem com o recenseamento. Alguns articulistas faziam até suas conjecturas, como o que assina “Escragnole Doriá”:

> A Prefeitura [...] deseja saber ao certo quanta gente se abriga na vasta área carioca. O número se roçará perto do milhão. [...] Vejamos agora a resposta dos papeluchos de setembro, voando do escritório central censitário para os pontos cardeais da enorme cidade. Andam-nos à orelha, negando ao Rio mais de 500 mil habitantes...(O RECENSEAMENTO, 1906a, p. 3).

O artigo procura “afastar os receios da população menos culta”, descartando o uso dos questionários para outros fins diversos da estatística populacional. O jornalis-

ta Doriá lembra a possibilidade de eventuais incorreções no quesito "idade (número de anos completos)", uma vez que a vaidade pode fazer com que alguns informantes deturpem para menos estes dados ("As listas censitárias conciliarão a verdade com a feceirice? Ninguém quer ser velho, ou antes, bem poucos se resignam aos janeiros".). O articulista encerra o texto com um desejo e uma curiosa observação:

> Oxalá o amor pelas estatísticas entre nas idéias e costumes do povo brasileiro. [...] Um estadista propôs a divisão das nações em vivas e moribundas. A estatística pode servir de atestado de vida ou certidão de óbito (O RECENSEAMENTO, 1906a, p. 3).

Conforme previsto, a distribuição dos boletins iniciou em quatro daquele setembro. O jornal *O Paiz*, dois dias depois, comentava a boa receptividade da população no acolhimento das listas e anunciava que o general Hermes da Fonseca, então comandante da Escola Preparatória do Realengo, no Distrito Federal, recomendava

> a todos os comandantes de corpos e diretorias de repartição, a maior fiscalização, a fim de que as listas censitárias sejam as mais exatas e completas (O RECENSEAMENTO, 1906a, p. 1).

A partir do dia nove de setembro até o dia 20, os principais jornais do Rio divulgavam o seguinte texto:

> A Comissão Central do recenseamento pede aos chefes de família e a todos aqueles que, devendo dar informações para o recenseamento da população deste distrito, não hajam recebido as listas censitárias, que as reclamem, quer nas agências da prefeitura, sedes das Comissões Seccionais respectivas, quer no escritório da Comissão Central, à Rua do Hospício, nº 28.
>
> O prefeito do Distrito Federal, em nome dos interesses do mesmo distrito e dos créditos do país inteiro, pede o concurso dos habitantes desta capital para que tenha completo êxito o recenseamento decretado para o dia 20 de setembro do ano corrente e assegura formalmente a todos que essa operação não servirá de base para o lançamento de impostos novos ou alteração dos atuais, nem para alistamentos militares ou da Guarda Nacional, sendo as listas censitárias queimadas logo após a apuração e não se fornecendo absolutamente a ninguém certidão das declarações nelas contidas (PASSOS, 1906, p. 1).

Era a Imprensa atendendo ao pedido de colaboração emitido pelo Executivo municipal. E os jornais – voz da chamada opinião pública – como já visto, tiveram participação importante na conscientização da importância do censo. Não foi uma participação como se veria no futuro Censo de 1920, mas representou um esforço positivo. O principal objetivo da propaganda do censo municipal era dirimir dúvidas sobre a finalidade daquela operação censitária. Desde 1852, quando da primeira tentativa de se fazer censo geral no Brasil, órgãos de estatística oficial sempre tiveram dificuldades em empreender o recenseamento de modo eficaz. Logrou sucesso em 1872, para fracassar inapelavelmente em 1890 e 1900. Aquele próprio censo municipal era decorrência da derrocada acontecida no último recenseamento do século XIX, o primeiro após a determinação constitucional para que se fizesse censo decenalmente.

Naquele momento, todo cuidado seria pouco. A ignorância e a má-fé, inimigas figadais das operações censitárias, estavam por perto e seria necessário repeli-las.

Caixa de Amortização, [s.d.]

Em *O Paiz*, de 18 de setembro de 1906, o artigo sem assinatura, intitulado apenas como "Recenseamento" trazia denúncias sérias (embora anônimas, infelizmente) sobre empecilhos a serem enfrentados pela Comissão Central. O artigo é um tanto longo, mas absolutamente importante pelas acusações que faz:

> Trata-se de novo de realizar uma medida exigida pelos interesses da administração e de novo aparecem os eternos "fatores de desconfiança", tão bem caracterizados por um dos mais ilustres homens da República, a embaraçar a ação do Estado, a impedir que a medida se realize, abusando para isso da fácil credulidade dos ignorantes e dos de boa fé, a quem insinuam, por uma campanha surda e persistente, que o recenseamento é uma cilada oficial para a sobrecarga de impostos e para a imposição do serviço militar.
>
> Não é de hoje que as providências mais úteis, que as iniciativas mais justificadas do Estado sofrem a resistência desses fatores: sofreu-a duramente o novo regime no início da sua existência, contrariando-lhe a marcha, molestando-lhe o desenvolvimento; sofreu-a o mesmo Império nas inovações necessárias que empreendeu, como a reforma do sistema métrico, que uma propaganda envenenada chegou a converter, no norte, no célebre amotinamento dos "quebra-quilos".
>
> Uma das conseqüências dessa injustificável resistência é que o recenseamento, esta mesma providência que agora se empreende novamente, nunca se tornou eficaz em tempos passados e deu, nestes últimos tempos, o desastre de uma estatística negativa, de que se servem, com grande satisfação, os nossos detratores para demonstrar o nosso estacionamento, para provar que o Rio de Janeiro é uma cidade que decresce, cuja população diminui, quintada pela morte e pelo abandono.
>
> Como se chegou a este belo resultado, que tem dado ao estatístico argentino Carrasco os mais fortes elementos para a sua campanha contra o Rio de Janeiro, toda gente o sabe; gente ignorante ou gente de má fé, partindo, uns do receio de que a lista do recenseamento fosse a base de um temido alistamento militar, como diziam, partindo outros do princípio petulante de que o governo nada tinha que ver com a vida de cada um, falseavam as listas, quando não se negavam a entrega-las, furtando à estatística da Capital da República mais um terço seguramente da sua população. As listas de recenseamento entregues então fariam rir, se não causassem revolta; e de todas elas, do seu resultado negativo, da inutilização de um trabalho penoso em bem de uma providência imprescindível, o que fica a todo o sempre e a dolorosa impressão de um povo em que a maldade e a ignorância podem esterilizar os mais bem intencionados esforços de uma administração inteligente.

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]

> Tenta-se fazer de novo isto agora. Reenceta-se [sic] a campanha de desconfiança; procura-se inutilizar, como então, o recenseamento de agora, falando à ingenuidade dos crédulos; e isto é que é preciso repelir de vez, para honra nossa.
>
> É preciso que cada um dos nossos compatrícios, cada cidadão inteligente e honesto faça a contrapropaganda, convencendo os simples de espírito que o recenseamento é uma providência necessária em todos os povos civilizados, em que a administração precisa de conhecer o grau exato de desenvolvimento da cidade, e que é uma ingenuidade humilhante dos próprios que a praticam acreditar que o governo precise de uma papeleta em que nem exige o nome do habitante para exercer contra ele a violência de um alistamento ilegal, ou que se vá servir deste registro de quantidades para que decretar impostos que já têm a sua classificação prescrita na qualidade das profissões e interesses exercitados na cidade. É preciso dizer-lhes mais que, assim como não se compreende uma família que não se sabe o número das pessoas que coabitam no seu lar, não se explica uma cidade que desconheça a sua população.
>
> É mister, para dignidade nossa, que o recenseamento municipal que se faz agora, seja perfeito. O tempo das obstruções daninhas passou; e o povo carioca seria indigno dos aperfeiçoamentos de que foi dotada a sua cidade, se ele continuasse a guardar os preconceitos o atraso, as imperfeições que caracterizaram a época das ruas tortas e das casas esconsas que desapareceram com a Avenida (RECENSEAMENTO, 1906b, p. 1).

Cabe aqui a pergunta que não quer calar: Quem seria o "ilustre homem da República" que criou embaraços ao recenseamento, chegando, inclusive ao ponto de chamá-lo de "cilada oficial"? É de se esperar que algum dia tal mistério seja desvendado, com as luzes da pesquisa revelando esta obscuridade oculta nos véus da História. Não é tarefa fácil, bem se vê. Certamente, não de todo impossível.

O artigo fala das razões pelas quais foi necessário cancelar os números obtidos em 1900 para o Distrito Federal – diminuição na taxa de crescimento populacional. Entretanto, o aspecto mais sério foi a acusação de que houve uma campanha surda para sabotar o Censo de 1900. Falseamento de listas, recusas de entregas, artifícios que deitaram a perder o esforço de contagem populacional no Rio de Janeiro, e o que é pior: tudo isto como atitude orquestrada. Pena o articulista não ter sido mais franco, revelando ou dando pistas consistentes acerca dos autores desta sabotagem.

De qualquer forma, as "obstruções daninhas" não lograram efeito, tendo sido o recenseamento municipal coroado de perfeito êxito. Mas naquele momento, não se podia relaxar na vigilância. E toda colaboração seria bem-vinda. Até autores consagrados também aderiram ao esforço pela conscientização da população, especialmente dos segmentos menos esclarecidos. Um exemplo disto, foi o conto "Recen-

seamento", escrito pelo eminente *Viriato Corrêa* (1884-1967), e publicado na *Gazeta de Notícias*. Embora o conto seja um tanto extenso, vale a pena transcrever uma parte dele aqui pelo seu caráter elucidativo, pelos argumentos de convencimento muito bem engendrados pelo genial autor.

"- Não pisam, seu Romano, na minha casa eles não pisam! E o Antonio Bengo levantou-se do banquinho de cedro e foi até um canto da cabana e trouxe a espingarda.

- Cá está o bacamarte. Podem me matar, mas aqui não pisam, ninguém me passa daquele terreiro para dentro. Uma carga de chumbo para eles! Pouca vergonha!

O Romano estava desolado. Lá pela casa dele havia sido uma miséria. Os homens chegaram ao meio-dia, quando ele estava para a roça e só encontraram a mulher e as crianças.

E levaram os nomes. Assentaram tudo nos papéis. Quando chegou em casa encontrou uma inferneira: a patroa chorando para um lado, os pequenos para o outro. Foi logo imaginando a coisa e a mulher contou: os homens tinham entrado com os papelinhos. Vinham fazer o recenseamento. Ela nem teve tempo para fugir, nem disfarçar. E eles foram perguntando tudo, quantos anos, os nomes, quantos filhos, e até - que sem-vergonhice! se a gente era homem ou mulher.

[...] A mulher lhe havia contado que eles chegaram risonhos, amigos, todos cheios de rapapés e cortesias. Um deles até deu um vidrinho de água de cheiro para a pequenita e um outro deu uma "tora de fumo" para a patroa, que, por sinal, a atirou no mato com medo de estar aquilo envenenado. E começaram a dizer uma porção de rodelas, que eles não iam ali por mal, um palavreado que a mulher não entendeu, que mais isto, mais aquilo, que o recenseamento era um bem...

- Armadilha, seu Romano; armadilha para pegar pássaro. Cá comigo é que eles não se metem. Já preveni a Joaquina, já preveni os meninos. Daqui nem um pio. Um desaforo! Para que é que o governo quer saber da minha obrigação, quantos anos tenho, eu, a Joaquina, o Raimundinho, o Tonico, os meus netos, toda a minha gente? Pra que? Você não me diz?

- Pra eleições. Pra fazer a gente votar.

Está você muito enganado. É para a farda. É pro cativeiro. Já ouvi dizer que o governo toma o nome da gente nos papelinhos e quando quiser fazer de novo o cativeiro, não tem trabalho. É só escolher.

[...]- É essa República, seu Antonio Bengo.

- Ela mesma. O cristão não tem mais sossego. No tempo da monarquia...

[...] Ia escurecendo. [...]

- Seu Antonio, a noite está aí. Tenho que andar até a minha casa. [...] Escache os homens!

- Ah! O que é deles está na espingarda.

Aquela história do recenseamento tinha brotado naquelas paragens numa frondosidade viçosa de lenda. Corriam as coisas mais extravagantes, mais violentamente apavorizadoras que a imaginação matuta criara.

[...] Antonio Bengo fora deitar-se. [...]

- Seu Antonio Bengo! Seu Antonio Bengo!

E a voz chamava ao longe estrangulada, perdida, uma voz sem rumo que andava por ali ao acaso, às tontas pelo mato. [...]

Um carioca centenário investigado pelo Censo Municipal 1906

- Que é lá?

Lá fora, tudo calou-se.

São eles!...Os do recenseamento!...

E agarrando o bacamarte, avançou para a porta, rugindo:

- Não se cheguem! [...]

Um grito no capinzal respondeu:

- É de paz! [...]

- Não passem! Faço fogo!

Houve o rubor de um clarão, o estrondo de um tiro e lá fora, um grito, um corpo qualquer que rolou num baque. [...]

- Canalhas! [...]

O Antonio Bengo, de ouvido atento, olhos espantados, agarrou rijamente o braço do Fernandinho:

- Não me diga. Não é para farda? Essa coisa do recenseamento não é para fazer de novo o cativeiro? Não é para o governo botar a gente na praça?

- Não. Invenções, invenções...

O Fernandinho havia meia hora que estava ali, à meia luz da lamparina, a conversar com o Bengo. A espingarda fumegava ainda, ainda se tinha nos olhos o clarão do tiro, quando ele entrou portas adentro, cabelo amarfanhado, num gesto de terror.

- Que você fez, seu Bengo? Que você fez? [...]

- Os papelinhos...minha casa...ataque...

- Não se vinha atacar, afirmou o rapaz. [...]

Não eram os papelinhos? Do recenseamento?

- Sim! [...]

E o Fernandinho falou, falou por muito tempo, serenamente, com um fulgor de sinceridade nos olhos, uma meiguice e uma pureza na voz.[...]

Antonio Bengo estava assombrado e agarrando de novo o braço de Fernandinho, repetiu:

- Mas não é mesmo para o cativeiro? Mas pra que diabo o governo quer saber meu nome, ele que não me conhece, que nunca me viu?

- Para quê? Para tudo. Você não é o chefe da sua família? Não sabe o nome de seus filhos, de seus netos, de seus parentes, quantos eles são, o que eles têm, a camisa que lhes falta, os vestidos que são precisos - Toda a gente que vivia por esse Brasil afora constituía uma grande família. O chefe, o governo. Como se podia compreender um chefe que não sabia ao menos quantas pessoas governava, o nome dessas pessoas, as necessidades delas, as suas misérias, as suas riquezas? Quando se quer saber se a criatura sabe ler, não é para mal, como está espalhado por aí. É para que o governo saiba o número de ignorantes e assim cuide da instrução: ver quantas escolas são precisas, os pontos onde elas são necessárias... [...]

Antonio Bengo tinha caído combalidamente no banquinho de cedro. Desciam-lhe lágrimas dos olhos.

E ficou por muito tempo assim de cabeça baixa, até se erguer violentamente, olhos em fúria, rangendo os dentes:

- E foi por isso que atirei...Quem sabe não morreu alguém?

E caiu a soluçar nos braços de Joaquina (CORRÊA, 1906, p. 4).

No dia 20 de setembro, os jornais celebravam o dia do recolhimento das listas censitárias. Em *O Paiz*, dois artigos assinados na primeira página tratavam do assunto recenseamento: o primeiro, por Curvêllo de Mendonça, intitulado "O recenseamento e a crise de habitação"; o segundo, na coluna diária "Palestra", sob a responsabilidade de "A.A."

DISTRICTOS	SABEM LER			NÃO SABEM LER (b)			TOTAL		
	H.	M.	T.	H.	M.	T.	H.	M.	T.
Candelaria	2.915	759	3 674	463	317	780	3.378	1.076	4 454
Santa Rita	16.291	7.749	24.023	11.749	10.157	21 906	28 043	17.886	45.929
Sacramento	11.672	4.296	15.968	4.558	4.086	8 644	16.230	8.382	24.612
S. José	18.742	7.110	25.852	9.496	7.632	17.128	28.238	14.742	42.980
Santo Antonio	14.330	8.774	23.104	7.186	8.706	15.892	21.516	17.480	38.996
Santa Thereza	2.301	1.964	4.265	1.693	2.013	3.706	3 994	3.977	7.971
Gloria	21.023	14.144	35.167	11.217	11.093	22.310	32 240	25.737	57.477
Lagôa	14.943	12 134	27.077	10.485	10.430	20.915	25.428	22.564	47.992
Gavea	3.281	2.061	5.342	3.829	3.399	7.228	7.110	5.460	12.570
Sant'Anna	12.108	6.599	18.707	9.665	8.894	18.559	21.773	15.493	37.266
Gambôa	12.119	7.362	19.481	11.228	11.340	22.568	23.347	18.702	42.049
Espirito Santo	19.321	14.247	33.568	12.407	11.707	24.114	31.728	25.954	57.682
S. Christovão	14.671	10.105	24.776	10.524	9.798	20.322	25.195	19.903	45.098
Engenho Velho	12.841	9.111	21.955	7.992	7.748	15.740	20 836	16.859	37.695
Andarahy	14 998	11.263	26.261	11.362	10.933	22.295	26.360	22.196	48.556
Tijuca	1.563	1 739	3.702	1.973	2.033	4.006	3.936	3.772	7.708
Engenho Novo	10.085	6.512	16.597	6.023	5.202	11.825	16.708	11.714	28.422
Meyer	11.245	7.865	19.110	8 196	7.170	15.366	19.441	15.035	34.476
Inhaúma	19.373	13 108	32.481	18.323	16.674	34.997	37 696	29.782	67.478
Irajá	5.824	3 513	9.367	9.284	8 755	18.039	15.108	12.298	27.406
Jacarépaguá	2.423	1.389	3.812	5.940	5.228	11.168	8.363	6.617	14.980
Campo Grande	6.302	3.228	9.530	11.239	10.479	21.718	17.541	13.707	31.248
Guaratiba	3.415	2.351	5.806	5.742	6.380	12.122	9.157	8.731	17.928
Santa Cruz	2.672	1 292	3.964	6.202	5.214	11.416	8.874	6.506	15.380
Ilhas	1.852	1.364	3.216	3.318	2.448	5.766	5 170	3.812	8.982
População terrestre	256.716	160.089	416.805	200.694	187.836	388.530	457 410	347.925	805.335
População marítima	4.225	42	4.267	1.818	23	1.841	6 043	65	6.108
População total	260.941	160.131	421.072	202.512	187.859	390.371	463.453	347.990	811.443

Tabela de analfabetismo em 1906

O jornalista Curvêllo de Mendonça aborda a vontade popular em colaborar com o censo, determinado pela Prefeitura, pelo progresso de todos:

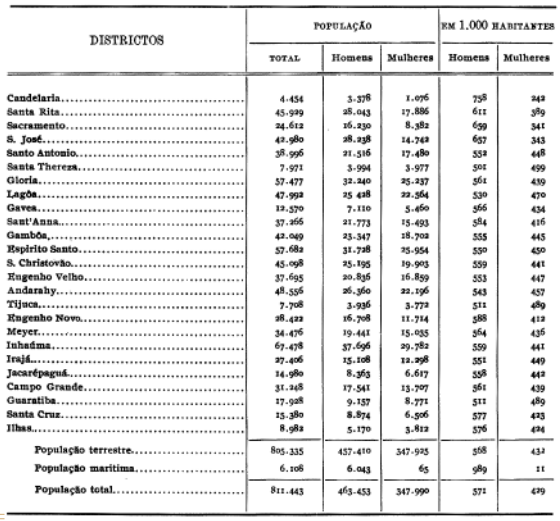
> O recenseamento, a posse de seguros dados sobre o contingente de nossa população – eis a base de todos os melhoramentos, de todas as reformas sociais urgentes para esta cidade e para o Brasil em geral, assim como para todos os países civilizados.
>
> Nós andaremos no ar, no vago e indeterminado domínio das conjecturas falíveis, enquanto não soubermos a quanto monta a cifra de nossa população. É curioso e digno de notar-se que todos os dados e todas as estatísticas do movimento social e econômico de um povo, pouco ou mesmo nada valem sem a sua base sólida, o seu elemento primordial de comparação, o recenseamento, o volume exato dos habitantes (MENDONÇA, 1906, p. 1).

Fala também na possibilidade da cidade ter entrado na casa do milhão de habitantes – obsessão que perduraria por muitos anos, dando margem a muita discussão – abordando, inclusive, a vinculação das estatísticas com a questão sanitária e o controle das endemias que elevavam a letalidade na Capital Federal.

A matéria revela a intenção da Prefeitura de realizar a estatística predial da cidade, assunto de capital importância, especialmente após o "bota-abaixo" realizado por Pereira Passos e pela crise de habitações por que passava o Rio de Janeiro (*et pour cause*). Com a chamada "Era das demolições", o preço do aluguel encareceu sobremaneira, o que trouxe importantes conseqüências para a ocupação urbana (e suburbana) da cidade.

O outro artigo exibido na primeira página de *O Paiz*, vale a pena reproduzi-lo integralmente, não só pelo seu tamanho como pela importância intrínseca:

> É hoje que se realiza o recenseamento do Distrito Federal.
>
> Duvido que entre os meus leitores algum se recuse a encher e restituir a lista que lhe foi distribuída; seria para mim um grande motivo de desgosto imaginar ser



DISTRICTOS	POPULAÇÃO			EM 1.000 HABITANTES	
	TOTAL	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Candelaria	4.454	3.378	1.076	758	242
Santa Rita	45.929	28.043	17.886	611	389
Sacramento	24.612	16.230	8.382	659	341
S. José	42.980	28.238	14.742	657	343
Santo Antonio	38.996	21.516	17.480	552	448
Santa Thereza	7.971	3.994	3.977	501	499
Gloria	57.477	32.240	25.237	561	439
Lagôa	47.992	25 428	22.564	530	470
Gavea	12.570	7.110	5.460	566	434
Sant'Anna	37.266	21.773	15.493	584	416
Gambôa	42.049	23.347	18.702	555	445
Espirito Santo	57.682	31.728	25.954	550	450
S. Christovão	45.098	25.195	19.903	559	441
Engenho Velho	37.695	20.836	16.859	553	447
Andarahy	48.556	26.360	22.196	543	457
Tijuca	7.708	3.936	3.772	511	489
Engenho Novo	28.422	16.708	11.714	588	412
Meyer	34.476	19.441	15.035	564	436
Inhaúma	67.478	37.696	29.782	559	441
Irajá	27.406	15.108	12.298	551	449
Jacarépaguá	14.980	8.363	6.617	558	442
Campo Grande	31.248	17.541	13.707	561	439
Guaratiba	17.928	9.157	8.771	511	489
Santa Cruz	13.380	8.874	6.506	577	423
Ilhas	8.982	5.170	3.812	576	424
População terrestre	805.335	457.410	347.925	568	432
População maritima	6.108	6.043	65	989	11
População total	812.443	463.453	347.990	571	429

Quadro com Distritos por população em 1 000 habitantes, 1906

lido por pessoas estúpidas; mas se "tudo pode acontecer", como diz o último verso de uma décima assaz conhecida, é de toda a conveniência que os jornalistas auxiliem o patriótico empenho da Prefeitura, dizendo e repetindo ao povo que a entrega da lista do recenseamento não expõe nenhum cidadão a ser chamado para servir no exército ou na Guarda Nacional, nem a pagar novas contribuições municipais ou federais.

Já se usou do recurso das conferências públicas, e, realmente, a propaganda da língua é, neste caso, muito mais sugestiva que a da pena; mas como não experimentei ainda as minhas faculdades de orador, nem mesmo num brinde de sobremesa em jantar de anos, limito-me a escrever este artiguete.

Lembrarei que, depois da apuração, as listas serão inutilizadas, sem que a Prefeitura as comunique, por certidão ou cópia, nem mesmo ao presidente da República e a Nosso Senhor Jesus Cristo, que lhas peçam. É de esperar, portanto, que, por seu lado, nenhum carioca dê má cópia de si, acreditando o contrário.

Se, depois de lidas ou de ouvidas ler estas declarações, ainda houver alguém de sobreaviso contra o recenseamento municipal, presumindo-se de macaco velho que não mete a mão em cumbuca, e sendo apenas tolo, será caso para desesperar da inteligência e do bom senso de uma parte de nossa população; mas estou certo de que nenhum carioca se mostrará contrário à realização de uma boa medida, sem a qual não poderemos conhecer perfeitamente os nossos recursos e as nossas necessidades.

Tenho fé na boa estrela do nosso prefeito, que se sai bem de tudo em que se mete. Assim tivesse ele querido endireitar o Teatro brasileiro como endireitou a Rua Uruguaiana...

A.A. (1906, p. 1).

De forma muito bem-humorada, mais um esforço no sentido de conscientizar a população sobre a importância do recenseamento. Bom humor este que era uma especial característica do autor daquelas linhas, ninguém menos do que o imortal Arthur Azevedo...

Ainda no dia 20 de setembro, o Correio da Manhã apresentava um exemplo de como as listas de família deveriam ser preenchidas:

No intuito de auxiliar o trabalho de encher as listas, damos abaixo um modelo para a as [listas] de família, as quais devem ser completadas pela forma a seguir. [segue o exemplo] (RECENSEAMENTO, 1906d, p. 3).

Modelo da lista de familia

Numero de ordem	NOME	Sexo é homem ou mulher ?	Edade quantos annos (completos) mezes ou dias tem ?	Estado civil é solteiro casado ou viuvo ?	Nacionalidade é brazileiro, brazileiro naturalizado ou extrangeiro ? se é extrangeiro a que paiz pertence ?	Profissão qual é o seu officio, occupação ou meio de vida ?	Sabe ler ou escrever ?
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
10							

Modelo de lista de famílias, 1906

No dia 21 de setembro, *O Paiz* trouxe mais uma matéria de primeira página sobre o censo municipal, àquela altura em pleno andamento. Segundo o artigo, a população do Rio de Janeiro colaborava francamente para o sucesso da empreitada censitária, o que não excluía as enormes dificuldades encontradas pelas Comissões Central e Seccionais. Ainda era cedo para antecipar dados e previsões, mas alguns números decorrentes da distribuição e recebimento dos questionários chamavam a atenção.

> Assim será interessante saber que a população no Centro da cidade, ao invés de decrescer, estacionou, ao mesmo tempo que nos subúrbios triplicou. Assim, só num distrito do Méier foram, até agora, recebidos mais de 30 mil boletins de famílias, e a população de Inhaúma, pelos dados até agora colhidos, parece ultrapassar de 80 mil almas (O RECENSEAMENTO, 1906c, p.1).

A expectativa no decréscimo da população moradora das paróquias do centro eram devidas ao "Bota-Abaixo", que extirpou milhares de casas, fazendo com que seus moradores buscassem outros distritos e/ou bairros. Pelo visto, um bom número simplesmente trocou de paróquia, permanecendo no centro da cidade. De qualquer forma, áreas suburbanas (que à época eram consideradas como "rurais") receberam expressivo incremento, positivamente por conta da expansão natural da cidade e da crescente oferta de novos empregos que atraíam mão-de-obra de outras paragens.

Ainda quanto ao incentivo da Imprensa para motivar as pessoas com o recenseamento que estava em curso, a *Gazeta de Notícias* criou um concurso instituindo prêmio para quem acertasse o exato número de habitantes que seriam apurados com a operação censitária. Desde pouco antes do dia em que os questionários seriam recolhidos, a primeira página do jornal já ostentava anúncios, convidando todos os leitores a participar.

> Foi uma pergunta que veio a calhar – *Quantos somos nós?* Todo mundo [...] havia olhado do Corcovado a extensão da cidade, o acúmulo de gente no centro, a extraordinária afluência de povo nas festas, principalmente no Carnaval. E a pergunta vinha então naturalmente – Quantos somos, quantos seremos nós? O eminente Sr. Dr. Pereira Passos também a fez, mas nunca se resignou a deixar de pé este impossível ponto de interrogação. Veio então a idéia do recenseamento, bem feito, sem sustos para a população, por que as listas não servirão, absolutamente, nem para o júri[162], nem para

[162] Havia também a preocupação de que o censo fosse fornecer possíveis nomes para compor os corpos de jurados dos tribunais criminais, algo que assustava à população.

> Guarda Nacional. De modo que daqui a algum tempo, quando alguém nos perguntar – Quantos somos nós? – estaremos habilitados a responder – Somos...
>
> A *Gazeta de Notícias* quer, porém, que seus leitores digam antes mesmo de concluído o recenseamento. Olhando a *urbs* [sic] de seu ponto culminante, apreciando a massa de povo quando há festas, cada um tem o direito de fazer o seu cálculo aproximado. De fazer e de mandar para a *Gazeta*. É simples e pode produzir esta magnífico resultado: acertar! (QUANTOS..., 1906a, p. 1).

Para participar do concurso bastaria recortar o cupom que o jornal publicava todos os dias até dez de outubro e responder à pergunta: "quantos somos nós?". Quando os resultados fossem divulgados seria apontado se algum teria acertado "no pleno", recebendo, pois, 800 mil réis. Seriam premiadas quatro aproximações: duas a maior e duas a menor.

O jornal recebeu milhares de cartas com os palpites. Um deles, veio acompanhado de uma missiva bastante curiosa:

> QUANTOS SOMOS NÓS? UM CÁLCULO
>
> Sr. Redator - Não levo a minha imodéstia ao ponto de considerar-me incluído na lista dos que estão pilheriando a propósito do - Quantos somos nós?
>
> Já lhe disse em carta e afirmo que pelas minhas pacientes tabelas nós somos 1.098.585 habitantes e para completar a notícia que lhe aantecipei, venho por esta fornecer-lhe novos dados (QUANTOS..., 1906b, p. 6).

E passou a descrever minuciosamente como eram distribuídos os habitantes que "calculara", por sexo, idades, estado civil e ocupação, concluindo assim sua missiva:

> Quanto ao modo por que cheguei a este resultado, permita-me que por enquanto eu guarde segredo: é um pouco de amor próprio, muito natural em quem se dedica, há bons anos, por gosto, ao estudo de cadastros. Sou, com estima, seu assinante e leitor diário (QUANTOS..., 1906b, p. 6).

O resultado do concurso? Como era de se esperar, ninguém acertou em cheio o número de habitantes declarado pelo censo.

Um censo com o "DNA" do Rio

Começou, pois, a 20 de setembro de 1906, o décimo recenseamento procedido na cidade do Rio de Janeiro. E aquele prometia ser um dos melhores já realizados na capital do País, em mais de cem anos de levantamentos censitários na cidade. O primeiro aconteceu em 1799, por determinação do Conde de Resende, então vice-rei. O segundo foi coligido em 1821, sob a direção do ouvidor *Joaquim José de Queiroz*[163]. A operação censitária seguinte aconteceu em 1838, ordenada pelo ministro do Império, o conselheiro *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. O quarto recenseamento carioca realizou-se em 1849, ordenado pelo ministro da Justiça, *Euzébio de Queiroz* e dirigido pelo *Dr. Roberto*

[163] Avô do escritor português Eça de Queiroz.

Jorge Haddock Lobo. O censo seguinte veio à luz em 1856, feito pelo chefe de polícia *Antonio Thomaz de Godoy*, por encomenda do conselheiro *José Thomaz Nabuco de Araújo*, então titular da pasta da Justiça. O sexto recenseamento da cidade foi levado a cabo por ordem do então ministro do Império, o conselheiro *Paulino José Soares de Souza*, e realizado por uma comissão formada por: *Jeronymo Martiniano Figueira de Mello*, *Francisco Faria de Lemos*, *Isidro Borges Monteiro*, *Domingos de Andrade Figueira* e *José Vicente Jorge*. O sétimo foi o próprio Recenseamento Geral de 1872, o primeiro realizado no Brasil, sob a direção de *Manoel Francisco Corrêa*, diretor geral da DGE, que era vinculada ao Ministério do Império, pasta sob a responsabilidade de *João Alfredo Corrêa de Oliveira*. O oitavo aconteceu no malfadado Recenseamento Geral de 1890, realizado pela DGE, dirigida por *Manoel Timóteo da Costa*, vinculada ao Ministério do Interior, ocupado por *José Cesário de Faria Alvim*. O nono veio a ser o desastroso Recenseamento Geral de 1900, a cargo da DGE sob as ordens de seu diretor *Francisco Mendes da Rocha*, e agora vinculada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ocupado por *Alfredo Eugenio de Almeida Maia*.[164]

Conforme é lembrado no texto explicativo que saiu na publicação daquele censo municipal, de todos estes recenseamentos, apenas o de 1906 foi planejado e realizado, contando exclusivamente com recursos técnico e financeiro da própria cidade. Autenticamente um censo com o "DNA" do Rio de Janeiro. A data de realização, como visto, foi para lembrar a Lei Orgânica do Município, assinada em 20 de setembro de 1892. Entretanto, há nesta escolha uma confluência de objetivos. Além da referência ao aniversário da lei, havia a determinação de ser escolhido um dia de um período em que não houvesse grande movimentação na população carioca. Desde meados do século anterior, os Congressos Internacionais de Estatística já demonstravam interesse na universalização das estatísticas nacionais. Porquanto esta recomendação, foi instituída a periodização decenal para os censos, sugerindo que fossem realizados, em todos os países, no mês de dezembro.[165] Entretanto, no Congresso de Estatística reunido em Londres, em 1860, já admitia dificuldades inerentes a cada país para que fossem realizados em uma mesma data e especificamente em dezembro. Daí, recomendou-se que "sempre que fosse possível fazer o recenseamento num só dia em todo o país, seria conveniente que a este objetivo se subordinasse a escolha da ocasião mais própria para ele, de acordo com as condições locais" (BRASIL, 1907-1908, p. 7). O congresso seguinte, realizado em Florença, deliberou pela escolha de dia para recensear em época de menor movimentação na flutuação da população de um país.

No Brasil republicano, optou-se por fazer o censo em 31 de dezembro[166]. Para a capital do País, esta escolha não era das mais felizes, uma vez que neste dia, por conta de comemorações de final de ano ou mesmo para veranear, muita gente deixava suas localidades, um deslocamento significativo para os números finais do censo.

[164] Todos estes recenseamentos foram apresentados e comentados no Capítulo 11 do volume1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

[165] Congresso de Estatística realizado em Bruxelas na Bélgica, em 1853.

[166] Nos recenseamentos gerais de 1890 e 1900, como visto, esta foi a data-base escolhida.

Estes inconvenientes foram lembrados no momento de se definir a data-base para o recenseamento municipal. Chegou-se a conclusão que o período mais propício para realizar operações censitárias seria o compreendido entre julho e setembro. Para o censo do Rio, independente da homenagem ao aniversário da Lei Orgânica, os meses de julho e agosto eram inapropriados, em função da reunião na cidade da Terceira Conferência Pan-Americana[167], quando milhares de estrangeiros estavam em visita ao país. Daí a escolha do mês de setembro e da possibilidade do censo coincidir com o aniversário da promulgação da Lei Orgânica, conforme foi, afinal, decidido pelo prefeito Pereira Passos.

Da sua data de instalação (20 de junho) até a data-base de recolhimento das listas, a Comissão Central teve exatos três meses de árduo trabalho. Vencidos os temores e desconfianças – isto a partir da forte campanha de propaganda, a maior já feita até então, para esclarecer e instruir a população – os trabalhos correram com toda normalidade e proficiência: apesar de todas as transformações ocorridas na cidade, tanto o cadastro das habitações quanto à própria tarefa de coleta dos boletins foram realizados em tempo recorde. Para este fim, colaborou toda a estrutura funcional do município. Dividiu-se o Rio de Janeiro em 38 comissões censitárias, sendo 36 seções terrestres e duas marítimas (Marinha de Guerra e Marinha Mercante). As seções terrestres tinham entre 10 e 15 membros; as marítimas, um oficial cuidando de cada uma. Todo o trabalho nestas comissões censitárias envolveu exatas 1227 pessoas, com 389 atuando nas comissões e 838 recenseadores. Coube à Comissão Central acompanhar e fiscalizar de perto as atividades. E ainda havia o acompanhamento do próprio prefeito, que nunca perdia de vista os trabalhos do censo.

Uma vez encerrada a fase de recolhimento das listas, iniciou-se em 11 de outubro o preparo para a apuração, etapa esta que se estendeu até 4 de novembro. A junta apuradora era assim constituída: 54 auxiliares divididos em 18 mesas, com três escrutinadores cada uma. Tudo isto em três turnos de três horas, sendo o primeiro das 18h às 21h, o segundo, de 22h à 1h e o terceiro de 2h às 5h. O primeiro turno iniciou os trabalhos no dia 17 de outubro, concluindo sua tarefa em primeiro de fevereiro de 1907. As duas outras equipes começaram as contagens em 24 de outubro, e em 8 de fevereiro esta etapa do trabalho estava encerrada. A apuração das listas foi bastante facilitada pela exigüidade das informações pedidas. Mesmo assim, para uma contagem meramente manual, é possível dizer que foi realizada em prazo bastante pequeno. Somem-se mais dois meses para revisão dos mapas e outros dois para o apronto dos quadros para a conseqüente impressão. No dia 30 de junho o Recenseamento Municipal do Rio de Janeiro estava pronto para ser divulgado. Praticamente um ano desde a instalação da Comissão Central, nove meses depois do dia de recolhimento das listas.

[167] Secretariada por Olavo Bilac.

População por sexo, profissão e nacionalidade (Recenseamento de 1906)

PROFISSÕES	HOMENS			MULHERES			TOTAL		
	Brasileiros	Extrangeiros	Total	Brasileiras	Extrangeiras	Total	Brasileiros	Extrangeiros	Total
I Producção da materia prima	14.971	7.782	22.753	2.598	224	2.822	17.569	8.006	25.575
II Transformação e emprego da materia prima	84.748	93.189	177.937	16.453	6.971	23.424	101.201	100.160	201.361
III Administrações publicas e profissões liberaes	36.795	3.573	40.368	3.283	842	4.125	40.078	4.415	44.493
IV Diversas	176.059	46.336	222.395	266.021	51.598	317.619	442.080	97.934	540.014
Total	312.573	150 880	463.453	288.355	59.635	347.990	600.928	210.515	811.443

População por sexo, profissão e nacionalidade, 1906

Na data da divulgação final dos resultados, Pereira Passos já não estava mais à frente da Prefeitura. Com a posse do presidente Affonso Pena, em 15 de novembro de 1906, um novo alcaide seria indicado. Passos ficaria ainda no cargo até 31 de dezembro de 1906, sendo substituído pelo marechal *Francisco Marcelino de Souza Aguiar* (1855-1935), engenheiro e arquiteto, projetista do Palácio Monroe, da Biblioteca Nacional e do prédio do Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

Entretanto, ainda em novembro de 1906 já havia conhecimento da totalização dos habitantes do Rio de Janeiro, conforme pode ser verificado no relatório da Comissão Central, dirigido ao prefeito Passos.

> Comissão Central do Recenseamento, em 10 de novembro de 1906
>
> Exmº. Sr. Dr. Francisco Pereira Passos, M. D. Prefeito do Distrito Federal
>
> A Comissão Central nomeada por V. Exa. para organizar e dirigir os trabalhos do recenseamento da população deste Distrito, fixado por lei do Conselho Municipal para o dia 20 de setembro, cumpre o grato dever de vir comunicar as primeiras notícias do resultado desta operação, aproveitando também a oportunidade para expender algumas considerações que o assunto lhe sugere.
>
> Cada um dos membros da Comissão Central, ao aceitar o encargo que o Poder Municipal lhe conferiu, tinha plena consciência da pesada responsabilidade decorrente deste serviço. A Comissão sabia bem destas dificuldades que ia encontrar no desempenho de sua árdua tarefa, mas não desanimou um só dia, trabalhando sempre com afinco para ser útil à causa pública e ao bom nome do Rio de Janeiro.
>
> O prazo e o crédito concedidos para a organização dos trabalhos foram evidentemente exíguos; o primeiro destes inconvenientes, suprimo-lo como pudemos, redobrando de esforços; ao segundo atendeu V. Exª., pedindo ao Conselho Municipal o necessário reforço de verba.[168]
>
> Restava um obstáculo mais sério e impossível de remover: a época anormal escolhida para a operação e a falta de hábito da população a ser recenseada. Junte-

[168] A pedido da Comissão Central, o prefeito Passos enviou solicitação de suplementação de verba da ordem de 130 contos de réis ao Conselho Municipal para a conclusão do recenseamento. O reforço de verba foi concedido, perfazendo 300 contos de réis. O custo da operação censitária não excedeu a verba total votada e aprovada, despendendo-se cerca de 220 contos de réis. O custo por habitante recenseado chegou a módicos 271 réis, cerca de 20% do consumido no Censo Geral de 1890 (um mil e quatrocentos réis *per capita)* (BRASIL, 1907-1908, p. 12).

se a isso a dificuldade do plano e dos trabalhos preparatórios e a não menor dificuldade de encontrar-se pessoal idôneo para distribuição e captação dos boletins censitários e ter-se-á imaginado a soma destes esforços, se não chegou ao que devia desejar, foi entretanto melhor que se podia obter num ano em que o traçado das ruas, por força dos trabalhos de remodelação da cidade, acarretava cada dia alterações na estatística predial que se pretendesse levantar como base essencial para a organização do recenseamento.

Houve, como não podia deixar de haver, deficiências e lacunas graves em diversos distritos, mas a Comissão procurou, sempre que pôde, corrigi-las por meio de um trabalho consciencioso de revisão.

Não se perdeu de vista o sentimento de verdade que constitui a boa regra em qualquer esfera de trabalhos.

A lealdade serena, a honestidade perfeita na afirmação do seu progresso e na exposição de seu desenvolvimento, têm sido até hoje a norma de conduta do nosso país; e a Comissão Central do Recenseamento sente-se bem com esta tradição austera a que, por honra nossa, não devemos fugir.

Fácil seria empregar os processos comuns de cálculo para atingir a uma cifra que lisonjeasse o amor próprio nacional e corroborasse a proeminência da nossa situação nesta parte do mundo. mas como se trata apenas de saber o número mais ou menos exato dos habitantes do Rio de Janeiro, é claro que outros intuitos não têm cabimento.

A cifra total da população do Distrito Federal, pelo recenseamento realizado no dia 20 de setembro, é a seguinte: 811.265 habitantes, dos quais 463.115 homens e 348.150 mulheres.

A Comissão julga esse resultado aceitável porque embora não responda talvez as esperanças otimistas, está mais ou menos de acordo com os coeficientes demográficos próprios de uma cidade situada em zona tropical como a do Rio de Janeiro. Parece evidente que se ficou na aproximação da verdade e o recenseamento federal de 1910 com certeza trará a contraprova deste resultado, que será provavelmente excedido, visto como a operação censitária se fará em época mais normal em condições mais propícias.

Os algarismos ora apresentados podem ser considerados definitivos; se houver alguma correção ulterior será insignificante e não terá a menor importância.

Os trabalhos de apuração prosseguem com atividade e é de esperar que tudo se ultime da melhor maneira. A Comissão Central não quis retardar esta comunicação a V. Exª., a fim de que a publicação dos algarismos obtidos possa ser feita antes de 15 de novembro, isto é, na vigência da administração que referendou o ato do Conselho Municipal mandando efetuar o recenseamento.

A Comissão Central tem a honra de apresentar a V. Exª. os seus protestos de alto respeito e consideração.

Aureliano Portugal

Bulhões Carvalho

C. A. Nascimento Silva

Felix Pacheco

João Sabino Damasceno (BOLETIM..., 1906d, p. 227).

Félix Pacheco, 1922

Um dado curioso. Este comunicado apresentou uma pequena discrepância com relação aos números finais: 811 443 habitantes, sendo 463 453 homens e 347 990 mulheres.

O último ato oficial daquele bem-sucedido recenseamento aconteceu na tarde do dia 23 de julho de 1907, no pátio central do edifício da Prefeitura[169]. Em cerimônia oficial, o prefeito Souza Aguiar, a Comissão Central do recenseamento, autoridades municipais, representantes da Imprensa e Augusto Malta, fotógrafo da Prefeitura, assistiram à incineração das listas e cadernetas utilizadas no bem-sucedido Censo de 1906.

Vale ressaltar a enorme importância deste ato, como valioso reforço para garantir o sigilo das informações coletadas. A intenção era tornar transparente para a população que os dados do censo não seriam utilizados para nenhum outro fim a não ser os previstos no regulamento da operação censitária. Ali, crepitando naquela fogueira, os responsáveis pelo recenseamento anelavam pela extinção de todas as dúvidas relativas à confidência das informações. Em um país com pouquíssima tradição censitária, onde operações de contagem populacional eram extremamente espaçadas e não necessariamente vitoriosas, havia sempre um cabedal de dúvidas cercando a realização dos recenseamentos e seus objetivos. Ganhava ainda maior validade uma cerimônia como aquela, por ser feita diante da Imprensa, grande parceira para a efetivação dos censos ora diante. Um belo exemplo que deveria ser seguido até os dias atuais.

Assim, segundo o *Boletim da Intendência* do trimestre julho-setembro de 1907, assinaram a ata de comparecimento, além do prefeito e dos membros da Comissão Central: Jeronymo Francisco Coelho, Francisco Figueiredo, Augusto Malta e os jornalistas, homens de Imprensa, José Carlos da Silva Veiga (Gazeta de Notícias), Gustavo de Lacerda (O Paiz), Raymundo de Faria Alves (Diário de Notícias) e Ulpiano Fuentes e Carqueja (Jornal do Commercio) (BOLETIM..., 1906c, p.371).

O Rio de Janeiro em números

A administração Pereira Passos modificou de tal forma a face urbana da cidade do Rio de Janeiro, que mesmo que o recenseamento de 1900 fosse exemplar, um lustro depois os números para a capital da República estariam desatualizados. A extrema mobilidade interna que a população carioca apresentou, por conta das reformas de Passos, precisaria ser captada pela estatística até mesmo para dar ao prefeito

[169] O antigo prédio da Prefeitura do Rio de Janeiro se localizava próximo ao Campo de Santana. Com a abertura da Avenida Presidente Vargas, foi demolido.

melhores condições para gerir a cidade, com maior conhecimento de suas mazelas. A questão habitacional, por exemplo, se oferecia com cores cada vez mais vivas após o "furacão" reformista. Segundo Lia de Aquino Carvalho,

> A abertura de novas artérias centrais, acarretaria a demolição de inúmeros cortiços sem que se houvesse número suficiente de novas moradias para onde se deslocassem essas camadas de população [...] A escassez de moradias, aliada a alta valorização das áreas centrais da cidade, tornariam os aluguéis altíssimos, afastando definitivamente as populações pobres dessas áreas da cidade (CARVALHO, 1980, p. 64).

A necessidade dos bons números do censo para melhor gestão da cidade foi também admitida no texto explicativo sobre o Recenseamento de 1906, quando comenta a disposição de Passos em atacar dois problemas que afligiam a população da cidade, especialmente as camadas menos favorecidas: educação e habitação. Para a Prefeitura fazer a melhor distribuição de estabelecimentos escolares e onde seriam mais convenientes a construção de vilas operárias "era necessário possuir indicações precisas a respeito da distribuição local e da composição específica da população urbana e suburbana" (BRASIL, 1907-1908, p. 6).

Na publicação do Censo de 1906, na comparação com os Recenseamentos Gerais de 1872 e 1890, constata-se notável crescimento nos seus números. Os 811 443 habitantes apurados no recenseamento municipal representavam um aumento de cerca de 55%, em relação às 522 651 almas contadas no Rio de Janeiro, em 1890. Comparando-se com o censo do Império, onde se apurou 266 831 pessoas vivendo na Corte, o acréscimo foi superior a 300%. De 1872 para 1890, a taxa aritmética de crescimento anual chegou a 5,206%. De 1890 para 1906, a mesma taxa caiu para 3,515%.

A redução no crescimento populacional de 1890 para 1906 é explicada principalmente pelos ciclos epidêmicos, embora as crises econômica e política verificadas depois da proclamação da República também tenham exercido forte pressão. Mesmo assim, na comparação com a média das taxas aritméticas de crescimento populacional das principais cidades norte-americanas (2,89%), o Rio de Janeiro ainda apresentava números superiores (BRASIL, 1907-1908, p. 13-15).

Dos 25 distritos terrestres em que foi partido o Rio[170], Inhaúma, no subúrbio da cidade, foi o mais populoso com 67 478 habitantes. A Tijuca foi o menos povoado, com apenas 7 708 pessoas. Das freguesias recenseadas em 1890 para os distritos contados em 1906, o maior aumento absoluto na população aconteceu em Inhaúma (292,92%) e o menor em Santa Rita (4,85%). Três distritos apresentaram decréscimo

[170] Na publicação há um mapa do Rio de Janeiro, dividido em distritos por uma linha em vermelho. Estes distritos corresponderiam, *mutatis mutandis*, a atual divisão em regiões administrativas que existem na cidade.

populacional no confronto com o apurado em 1890: Candelária (–54,09%), Sacramento (-19,3%) e ilha de Paquetá (-15,73%). Nos dois primeiros, explica-se pelo grande volume de demolições de unidades residenciais lá ocorrido durante o "Bota-Abaixo", e pela substituição das antigas casas por prédios comerciais nas novas ruas abertas naquelas duas freguesias. Quanto à Paquetá, o decréscimo foi devido, principalmente, às variações nos dias das respectivas pesquisas. Em 31 de dezembro de 1890, em plena estação balneária, boa parte dos que lá estavam não eram moradores da ilha. Já em 20 de setembro, captou-se um número mais real de habitantes do distrito.

Quanto à população urbana, de 1890 para 1906, ela passou de 429 745 para 628 041 pessoas (variação de 86%). No subúrbio, no mesmo período, passou de 92 906 para 183 402 (variação de 98%). O texto explicativo do recenseamento esclarece que o crescimento dos distritos suburbanos está intrinsecamente ligado ao maior desenvolvimento das áreas centrais da cidade, uma vez que boa parte dos que mourejavam no centro comercial moravam no subúrbio. Além disto, com a maior oferta de meios de transporte e sua cada vez maior extensão para áreas mais afastadas do centro, a chamada *urbe* se expandia cada vez mais para os distritos suburbanos. Ainda assim, os distritos centrais ainda apresentavam uma considerável concentração de moradores. Os seis de maior densidade por quilômetro quadrado ainda eram justamente os que compunham o centro da cidade: São José, Sacramento, Santa Rita, Santo Antônio, Sant'Anna e Candelária (BRASIL, 1907-1908, p. 28).

No tocante à estatística predial, houve considerável aumento de 1890 para 1906. Naquele recenseamento, foram contados 48 576 prédios. Destes, só 763 não estavam em condições regulares de habitabilidade. O censo municipal apurou 84 373 edificações, das quais 82 396 estavam habitáveis. Em 1906, entre os que reuniam condições de habitação, 67 246 eram de um só pavimento, 12 425 de dois, 2 459 de três, 239 de quatro e apenas 27 tinham cinco ou mais (os arranha-céus da época). Em 1890, as estatísticas censitárias levantaram prédios térreos (34 621), assobradados (5 076) e sobrados (8 879). Isto significa que, somente em termos de edificações térreas, de 1890 para 1906 houve aumento de mais de 50%. Levando em conta que no período uma parte considerável da cidade foi derribada, os números dão conta do extraordinário crescimento acontecido no Rio de Janeiro. Das 82 396 edificações habitáveis apuradas em 1906, estavam ocupadas 79 875. Em 1890, eram 46 532. Quanto ao uso, os prédios ocupados em 1906 possuíam aplicação pública (321), industrial (1 939), residencial (72 691) e mista (4 924). O que significa dizer que 91% das edificações serviam como moradia. O censo municipal apurou que nos prédios destinados a habitação, havia 83 686 domicílios ou fogos. Existia, portanto, mais domicílios que prédios, perfazendo, na média, cerca de 1,08 domicílios por edificação. Novamente, a primazia em número de prédios para habitação era do distrito de Inhaúma, com 9 043 unidades. Santa Teresa, com apenas 846, era o que apresentava menor número. Dos 25 distritos,

nove tinham mais domicílios que prédios, com destaque para Santa Teresa (1,22), São José (1,16) e Santo Antônio (1,11) (BRASIL, 1907-1908, p. 31-35).

Quanto à distribuição de habitantes por sexo, eram 463 453 homens e 347 990 mulheres, uma espantosa diferença de 115 463, o que significa dizer que em cada 1000 pessoas só 429 eram do sexo feminino. Em 1890, para cada mil recenseados no Rio, 438 eram mulheres. Nos distritos tal discrepância era acompanhada com maior ou menor intensidade. Na Candelária, se verificava, a diferença mais ostensiva (242 mulheres em cada 1000 hab.) com Santa Teresa apresentando a menor (499 em cada 1000 hab.). De forma geral, nas áreas centrais, se verificavam, as maiores desproporções, o que, segundo a publicação, é explicado pelo fato de lá estarem o maior número de estabelecimentos comercial e industrial. Esta conclusão pode ser referendada pelas largas diferenças entre o número de homens e mulheres encontradas no Censo de 1890 nas mesmas freguesias centrais (BRASIL, 1907-1908, p. 36-44).

Outro aspecto levantado foi a distribuição da população segundo a idade. Pelos números, a capital da República era uma cidade jovem: cerca de 63% de sua população tinha de 0 a 30 anos, estando a maior concentração na faixa entre 20 e 30 anos (22%). A larga superioridade no número de homens em relação às mulheres vai se atenuando a partir dos 50 anos para ser superada na faixa acima dos 70 anos. O Censo de 1890 também apontava predomínio no segmento de 20 a 30 anos (22%), com quase 60% da população com até 30 anos. Na faixa mais populosa, o distrito da Glória foi o que apresentou maior número de habitantes (13,3 mil); nesta mesma faixa, o distrito da Candelária foi o que apresentou menor número (1,4 mil).

Um dado curioso: das 182 pessoas recenseadas com 100 anos ou mais, a publicação apresenta informações resumidas sobre todas (a maior parte, negros ex-escravos), algumas com fotos. Ficamos sabendo, por exemplo, que em 1906 ainda estava viva uma aia de José Bonifácio (Dionysia Maria das Dôres, 100 anos); um dos centenários ainda trabalhava como pedreiro (Braz da Silva Pereira Porto, com 109 anos); uma artesã que ainda trabalhava e conhecera D. João VI, Pedro I e Pedro II (Silveria Maria da Conceição, 130 anos); um lavrador ainda a tirar

DISTRICTOS	Area em kilometros quadrados	Densidade da população por kilometro quadrado (1c)
Candelaria	0,3020	14.748,344
Santa Rita	1,1170	41.118,173
Sacramento	0,5960	41.295,302
S. José	0,9950	43.195,980
Santo Antonio	1,3300	29.320,301
Santa Thereza	4,9280	1.617,492
Gloria	5,6880	10.104,957
Lagôa	12,0710	3.975,893
Gavea	34,6850	362,404
Sant'Anna	1,2800	29.114,063
Gambôa	1,5170	27.718,523
Espirito Santo	4,4810	12.872,573
S. Christovão	4,9010	9.201,795
Engenho Velho	6,4400	5.853,261
Andarahy	15,2820	3.177,332
Tijuca	40,5610	190,035
Engenho Novo	8,2860	3.430,002
Meyer	13,8560	2.488,164
Inhaúma	43,0390	1.567,834
Irajá	129,0940	212,295
Jacarépaguá	215,7860	69,421
Campo Grande	245,8220	127,116
Guaratiba	181,1000	98,995
Santa Cruz	110,3260	139,405
Ilhas	33,1100	271,278
Cidade	158,3160	3.928,428
Suburbios	958,2770	191,387
Districto Federal	1.116,5930	721,243

Tabela de Distritos do DF, por área e densidade populacional, 1906

da terra o seu sustento e que casara e enviuvara de três irmãs (Joaquim Gomes de Senna, 132 anos) a mulher mais idosa do Rio tinha 138 anos (Paula Gertrudes da Conceição) e o homem mais idoso, Abel Corrêa da Silva, com incríveis 149 anos! (BRASIL, 1907-1908, p. 45-86).

Praia do Leme, Rio de Janeiro, RJ, 1906

A publicação também apresentou números sobre o grau de instrução da população. De acordo com o Recenseamento Municipal de 1906, perto de 52% da população carioca sabia ler e destes, 62% eram do sexo masculino. Na comparação com 1890, o percentual da população carioca alfabetizada foi o mesmo; a proporção de homens que sabiam ler e escrever, entretanto era menor: 58%. O que significa que em 16 anos, piorou a condição intelectual do conjunto de mulheres na capital do País. Nos distritos, proporcionalmente, a maior incidência de alfabetizados estava em Candelária (82% dos moradores). Nos distritos urbanos de Gávea, Gamboa e Tijuca, e nos suburbanos (ou rurais) de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Ilhas, haviam mais analfabetos que alfabetizados, sendo que em Irajá, em cada três pessoas, duas não sabiam ler ou escrever (BRASIL, 1907-1908, p. 107-115).

Além destes temas, o recenseamento investigou ainda a distribuição da população por profissões e por nacionalidades.

Assim foi o recenseamento municipal realizado no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1906. Depois da debacle acontecida em 1900, por conta do Recenseamento Geral da DGE, Pereira Passos e a Comissão Central souberam conduzir aquela operação censitária com firmeza e rigor, obtendo com isto os números mais perfeitos possíveis, dentro das limitações que todo censo acaba enfrentando. Na história censitária do País, este censo municipal tem enorme importância. Ele só aconteceu porque o de 1900 falhou. Ele foi bem-sucedido porque a Prefeitura não podia se dar ao luxo de não produzir um bom censo. Um dos membros da Comissão, um certo José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, seria o grande comandante do Recenseamento Geral seguinte, o de 1920. É possível dizer que Bulhões aprendeu a fazer Censo em 1906, e que muitas das medidas tomadas no censo do centenário foram primeiro testadas na operação realizada 14 anos antes. Desta forma, não há exagero algum em assegurar que os Recenseamentos de 1900, 1906 e 1920 são umbilicalmente ligados – onde termina uma história de fracassos começa outra de sucessos.

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Pereira Passos, uma referência do poder fazer estatísticas

Ao ser nomeado prefeito do Distrito Federal pelo presidente Rodrigues Alves, Francisco Pereira Passos, revelou estar convencido da suma importância da estatística para a administração pública. Ele próprio admitiu em sua primeira Mensagem ao Conselho Municipal que nenhum governo haveria de atingir seus objetivos sem contar com as informações que a estatística pode produzir. Sem poder contar com números confiáveis para a Capital Federal obtidos pelo Censo de 1900, ordenou que se procedesse a um recenseamento municipal cuja realização foi modelar. Inclusive para futuros recenseamentos federais. Sua preocupação em se cercar de bons números estatísticos o levou a alçar o sub-diretor de Estatística, Aureliano Portugal, à condição de seu auxiliar direto.

Pereira Passos nasceu em 29 de agosto de 1836, no Município de São João da Barra, interior do Estado do Rio de Janeiro. Era filho do grande latifundiários cafeeiro Antônio Pereira Passos, Barão de Mangaratiba, e de Clara Oliveira Passos. Foi enviado ao Rio de Janeiro para estudar no Colégio São Pedro de Alcântara. Lá, graduou-se em 1852, matriculando-se em seguida na Escola Militar, onde se formou em Matemática, em 1856. Como era de família aristocrata, foi indicado para a carreira diplomática, sendo nomeado adido à legação brasileira na França, onde ficou de 1857 a fins de 1860. Neste período, travou conhecimento com engenheiros da École de Ponts et Chaussés, de Paris, inclusive freqüentando seus cursos e dedicando-se ao estudo de arquitetura, hidráulica, construção de portos, canais e estradas de ferros, direito administrativo e economia política. Àquela época, a capital francesa passava por uma grande revolução urbanística empreendida por Eugène Haussmann. Este prefeito, nomeado por Napoleão III, cercou-se de engenheiros da École de Ponts para auxiliá-lo naquela empreitada. E Passos estava lá, acompanhando todo aquele turbilhão.

Pereira Passos retornou ao Brasil e foi trabalhar com ferrovias, setor onde permaneceu por muitos anos. Em 1870, o conselheiro João Alfredo, então ministro do Império e interinamente da Agricultura e Obras Públicas, o chamou para o cargo de consultor técnico. No ano seguinte, foi-lhe confiada uma importante missão diplomática: resolver de uma vez por todas pendências técnico-financeiras envolvendo a estrada de ferro Santos-Jundiaí, construída com capitais nacionais e ingleses (leia-se: Barão de Mauá). Ele fica em Londres por dois anos, lá publicando a obra Caderneta de Campo, uma súmula de observações e regras práticas para engenheiros ferroviários. Em 1874, João Alfredo, ministro do Império, o convida para assumir o cargo de engenheiro de seu ministério, cabendo-lhe acompanhar todas as obras de engenharia realizadas em todo o País. De 1876 a 1880, torna-se diretor da Estrada de Ferro Central. Ao deixar o cargo, retornou a Europa, freqüentando diversos cursos na Sorbonne e no Colége de France, além de visitar inúmeras fábricas e empresas de transporte na Bélgica e na Holanda. Retornou ao Brasil no ano seguinte e foi para o Paraná, mas não fica muito tempo. Volta ao Rio de Janeiro, onde vai trabalhar na Cia. de Carris Urbanos de São Cristóvão.

Com a eleição de Rodrigues Alves é indicado e nomeado prefeito do Distrito Federal, com a incumbência de cumprir as metas de campanha do presidente: sanear a capital e construir um novo porto. Era a oportunidade de colocar em prática toda a preparação de muitos anos. Passos assumiu a prefeitura com poderes quase ditatoriais. Um dia antes de tomar posse no cargo, o Decreto nº 939, de 29 de dezembro de 1902, alterava a lei orgânica do Distrito Federal e suspendia o Conselho Municipal por seis meses. Com isto, o prefeito teria total liberdade para legislar por decretos, usar a máquina administrativa, realizar operações de crédito sem precisar da permissão do legislativo municipal. Mesmo com toda grita da oposição, uma nova lei orgânica foi aprovada, quase um ano depois da posse do prefeito, dando-lhe vastos poderes que ele usaria para encetar a maior reforma urbana que o Rio de Janeiro jamais vira (ou veria).

A realização do Recenseamento Municipal de 1906 seria uma vitória pessoal de Passos e de seu estilo centralizador. Do regulamento até a operacionalização, nada escapava ao seu crivo naquela operação censitária. Os bons resultados obtidos muito se devem à Comissão Central por ele reunida, mas é inegável que o Censo de 1906 seria o censo do prefeito Passos. Via-se nele a exata exemplificação do "poder fazer" que envolve a função de Estado das estatísticas.

Francisco Pereira Passos deixaria o governo em 1906, falecendo em 1913.

Demógrafos-sanitaristas: vida e morte pelas estatísticas

Capítulo 08

por Marco Aurelio Martins Santos

Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, assistente de pesquisa na produção desta obra

A partir do final do século XIX, o panorama estatístico brasileiro da época foi amplamente dominado pelos chamados demógrafos-sanitaristas, encontrados em alguns documentos com outras denominações assemelhadas como "médicos-demografistas" ou "demógrafos-higienistas". Independente da alcunha que lhes pespegassem, eram todos médicos formados, quase invariavelmente com teses de doutoramento em epidemiologia ou saúde pública. Homens de ciência, devotados à solução do grave problema da insalubridade das cidades.

Pois a partir de determinado momento, estes médicos tornaram-se também "demógrafos" e "estatísticos".[171]

O uso da estatística como instrumento auxiliar da saúde pública, incluindo a denominação *demografia sanitária*, não surgiu no Brasil, embora tenha sido adotada no País pouco tempo depois de sua utilização oficial na Europa. Entretanto, o conceito de saúde pública é bem anterior, conforme indica Leal David:

> [...] a partir da expansão do mercantilismo, a necessidade de garantir a reprodução da força de trabalho e a produção crescente dá origem às práticas de "polícia médica", que visavam normatizar as ações de saúde pública nas metrópoles européias e nas cidades recém-fundadas nas colônias (DAVID, 1996, p. 99).

No Brasil, há indícios de algumas ações de polícia médica no final do século XVIII, mas somente a partir da vinda da Família Real ações mais próximas do moderno conceito de saúde coletiva se desenvolveram na *terra brasilis*, praticamente ao mesmo tempo em que se adensavam no Velho Mundo. Vale ressaltar que até fins do século XIX,

> esta intervenção se caracterizava pela ausência de planejamento e relativa ineficácia quanto ao controle das doenças transmissíveis, sobretudo as que grassavam nos espaços urbanos e que exigiam, para seu controle, uma intervenção mais direta sob o ambiente e sobre o parasito causador (DAVID, 1996, p. 99).

De qualquer forma, gradativamente, a presença do instrumental estatístico foi evoluindo ao longo do século XIX, abastecendo com números e oferecendo possibilidades de atuação aos órgãos de saúde coletiva (leia-se Estado).

Os demógrafos-sanitaristas brasileiros tiveram atuação fundamental na história da estatística pátria. Não só por terem trazido ao País métodos estatísticos

171 Talvez o melhor fosse dizê-los "estaticistas", conforme definição de Nelson Senra (2005, p. 16-17) para aqueles que produzem estatísticas. Para Senra, mesmo os estatísticos, enquanto atuando na produção de estatísticas, são "estaticistas".

científicos, como pela postura sempre crítica das estatísticas oficiais, produzidas por burocratas sem o estofo que consideravam necessário. Do início de sua atuação como funcionários das áreas de saúde pública e higiene até a chegada de um deles à direção do principal órgão de estatística nacional, eles empreenderam trajetória de criação de conhecimento e de grandes polemistas em torno dos números oficiais.

E a trajetória dos demógrafos-sanitaristas passa, necessariamente, pela sua atuação nos órgãos de saúde pública criados no Rio de Janeiro e, posteriormente, nos demais estados brasileiros. Bem antes do chamado "Movimento Sanitarista"[172], estes homens já estavam debruçados na questão da saúde pública brasileira, olhando-a pelo viés das estatísticas demográficas.

Origens da saúde pública no mundo

Para entender o papel da demografia sanitária no ciclorama das estatísticas nacionais e internacionais é necessário acompanhar a evolução da saúde pública e higiene. Foi exatamente nestes ambientes onde os demógrafos-sanitaristas germinaram e se desenvolveram.

Sem ter a pretensão de englobar inteiramente a vertente histórica da saúde pública no mundo, pretendemos apenas localizar e dar historicidade a evolução da saúde coletiva e seus pontos de contato com a estatística. Tanto a literatura quanto os documentos pesquisados enfeixam "saúde pública e higiene" não exatamente como sinônimos, mas como saberes complementares, quase indissociáveis, pelo menos no contexto em que surgiu a estatística sanitária. Podemos entender saúde pública como uma expressão designativa de um campo científico de saber e de fazer referente à saúde como fenômeno social[173]. Já a higiene pode ser vista como ciência que visa preservar a saúde e prevenir doenças por intermédio de práticas higienizantes.[174] A estatística entraria como ferramenta que auxiliaria no levantamento prévio para ações de saúde pública e higiene e também para aferir em que medida tais intervenções obtiveram o efeito pretendido. Veremos, a seguir, que consoante o surgimento e a consolidação do conhecimento teórico e empírico no âmbito da saúde pública e da prevenção sanitária, mais se aprofundava a necessidade de envolvimento de diversas disciplinas, entre as quais a estatística.

---

[172] Movimento organizado na Primeira República, em 1918, reunindo médicos, cientistas e intelectuais que visava denunciar as trágicas condições sanitárias do País, especialmente nas áreas rurais, avocando uma reforma de base nos serviços federais de saúde pública. Segundo Castro Santos, foi o mais importante projeto de construção da nacionalidade brasileira. Segundo seus adeptos pregavam, as doenças grassavam menos por fatores raciais ou por características climáticas e mais pela própria natureza das endemias e que a redenção social do Brasil passava necessariamente pelo aumento do papel do Estado na Saúde Pública (LIMA, 1996, p. 23-40).

[173] Disponível em: < http://www.isc.ufba.br/isc_saúde.asp.>. Acesso em: 15 fev. 2005.

[174] Disponível em: <http://portalweb01.saude.gov.br/alimentação/documentos/cuidado_alimentos.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2005.

Em que momento aconteceu tal fato? Muito provavelmente, a partir do instante em que perceberam que para atacar as endemias que flagelavam as populações era necessário conhecer "quantos formavam a população?", "quantos nasciam a cada ano?", "onde viviam?", "quantos morriam?", "de que morriam?", "onde morriam?" Questões estas (entre outras) fundamentais para que a ciência médica atuasse; e conseqüentemente, para que o Estado atuasse.

O ferramental para que estes "quantos?" e "ondes?" fossem respondidos era a estatística e sua irmã siamesa: a demografia.

Naquele momento, a demografia ganhou o adjetivo "sanitária" por conta da necessidade de combate às pandemias que açoitavam a população. Mas, pelo que se constata, demografia sanitária e demografia são absolutamente a mesma disciplina: ambas estudam os mesmos temas. E o ramo da estatística que lhe seria fonte seria as "estatísticas da vida" ou "vitais", como seriam posteriormente chamadas.

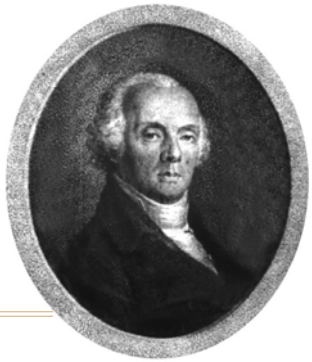
Desta forma, podemos localizar a gênese da estatística sanitária a partir do final do século XVIII. Com as significativas revoluções sociais e políticas ocorridas na América e na França, o mundo estava em transformação. No dizer de Rosen, cada vez mais os homens, tendo experimentado a transformação social súbita, achavam difícil conceber uma sociedade estática (ROSEN, 1994, p. 113).

No roldão destas transformações veio o Iluminismo e a Revolução Industrial. Surgiu também o *germen* de novas idéias e tendências para a saúde pública que iniciaria sua expansão a partir do início do século XIX.

Para quebrar o paradigma liberalizante que pedia um Estado cada vez menor, senão inexistente, a necessidade de cuidar da saúde da população trouxe a idéia de um Estado presente.

Foucault localiza nos principados germânicos, no começo do século XVIII, a gênese da medicina de Estado, primeira etapa de uma medicina social. Foi lá, segundo afirma, que se formou "o que se pode chamar de ciência do Estado" (FOUCAULT, 1984, p. 80). Contudo foi na França e especialmente na Inglaterra (FOUCAULT, 1984, p. 82) que começaram a surgir relatórios estabelecendo relações entre a mortalidade e as condições de vida da população. Nestes documentos, os diagnósticos claramente apontavam para a necessidade de reformas sanitárias. Junte-se a isto o efeito devastador que as epidemias apresentavam, o que acabava por precipitar ações no interesse da saúde pública. Exatamente por conta disto, postulados liberalizantes da economia capitalista deviam ser deixados de lado quando se tratava de combater doenças e epidemias. Era paradoxal que para a liberdade econômica fosse necessária a ação governamental drástica e centralizadora. A figura do estado precisava ser tonificada em suas funções administrativas no sentido de se fazer frente a um inimigo comum.

Ainda paradoxalmente, o sistema capitalista de produção, que aglomerava trabalhadores em condições bastante insalubres, contribuía para a disseminação



Johann Peter Franck, [s.d.]

de doenças. Com a necessidade de ação governamental abriram-se flancos para a criação das primeiras leis de proteção aos trabalhadores, colocando no centro das discussões questões humanitárias e de conscientização social. Começou-se a perceber que as doenças traziam um custo deveras dispendioso para a economia em geral.

Afinal de contas, o Capital não podia dar conta da manutenção de um de seus insumos: a mão-de-obra. Com a disseminação de epidemias, a força de trabalho seria afetada e, em larga escala, não se podia lidar com os trabalhadores como se lidava com as máquinas. Era possível trocar todas as máquinas, mas não seria possível trocar imediatamente todos os operários. Alguém precisava cuidar da saúde deles e não seria o Capital, que não tinha competência nem poderes para tal. Esta função caberia ao Estado. Entretanto, segundo hipótese defendida pelo já citado Foucault, com o capitalismo deu-se a passagem de uma medicina privada para uma coletiva. Foi justamente o Capital que deu aspecto social ao corpo enquanto força de produção, força de trabalho.

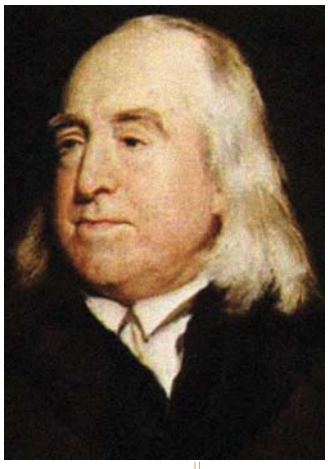
> Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (FOUCAULT, 1984, p. 80).

Foucault, entretanto, adverte que os avanços da medicina social (ou seja, a própria medicina ocidental) nos cuidados com o corpo dos proletários, como saúde da força produtiva, foi gradual só se efetivando nos meados do século XIX (FOUCAULT, 1984, p. 80). Pois foi efetivamente com o avançar deste século, que se descobriu não bastar somente inventar remédios, vacinas ou aparelhar com o melhor possível a saúde pública. Sem investimentos na higiene coletiva, não se controlariam os vetores responsáveis pelos males. A necessidade de saneamento e medidas preventivas tornou-se imperiosa e mais claro ainda se formou que esta seria atribuição do Estado. Pois que seria preciso fortalecer esta instituição, ainda que dentro do figurino do liberalismo, regulando-se a prática governamental para que ela se circunscrevesse às suas práticas complexas e exclusivas, sem, contudo, interferir com a economia, ao contrário, dando-lhe o necessário suporte.

E neste ambiente de atuação do Estado, a estatística teria papel importante, em sua função de criar "um plano abstrato de integração, constituindo-se em um olhar com foros de ciência, próprio ao Estado" (SENRA, 1996, p. 95).

Mas ainda de acordo com Foucault, tanto na França quanto na Inglaterra, ainda dentro do século XVIII, o Estado apenas se restringiu a elaborar tabelas de natalidade, mortalidade, índice de saúde da população, sem contudo empreender intervenções efetivas ou organizadas que erradicassem de vez os malefícios da popu-

lação. Tal ações só viriam a se encetadas, como visto, ao longo do século XIX, com campanhas de prevenção higiênicas, saneamento, vacinações[175] entre outras. Era evidente que lançar mão da estatística seria de imensa valia, mas, obviamente, não bastaria apenas elaborar quadros e tabelas de estatísticas de vida. Seu uso intensivo, inclusive derivando indicadores demográficos, traria maior percepção da relevância da saúde pública, fortalecendo-a e dando-lhe ainda maior peso como estrutura de Estado.



Jeremy Bentham, [s.d.]

Eles deram os primeiros passos

O primeiro a pensar a saúde pública como ação integrada de Estado foi o alemão *Johann Peter Franck* (1745-1821), por intermédio de sua obra **Sistema de uma política médica integral,** cujo primeiro volume saiu em 1779 e o último em 1817. A própria tradição de forte atuação administrativa dos principados germânicos incentivava o surgimento de tais idéias.

Franck era médico, educador[176] e administrador de hospitais. Em sua obra, apresentou um sistema de higiene (tanto pública quanto privada) desenvolvido criteriosamente e sustentado em bases científicas e com forte experimentação prática. Ele é considerado como o precursor da utilização da estatística como instrumento valioso para a saúde pública.

Na Inglaterra, *Jeremy Bentham* (1748-1832), economista, jurista e filósofo, escreveu a obra **Código Constitucional,** publicada em 1820, onde propunha utopicamente um ministério de 14 membros, entre eles, um ministro da saúde, que cuidaria do saneamento ambiental, doenças comunicáveis[177] e administração de cuidados médicos. Nesse governo hipotético, Bentham teve o cuidado de criar um escritório central de estatística, uma vez que já era reconhecida, desde muito tempo, a importância da informação estatística.

> No século 18, cada vez mais se aceitava a necessidade de dados numéricos precisos sobre os habitantes de um país e vários Estados europeus não mediam esforços para determinar os números e as características de suas populações (ROSEN, 1994, p. 141).

Neste sentido, a Suécia já tinha saltado na frente ao ordenar, em 1748, que

[175] A vacina anti-variólica só foi tornada obrigatória em meados do século XIX, na Prússia. Na Inglaterra, onde foi descoberta por *Edward Jenner* (1749-1823), a aplicação da vacina era cobrada. Por conta disto, os pobres, que não podiam pagar pela aplicação da vacina, acabavam tendo os maiores índices de contágio da doença.

[176] Foi professor em Pavia e, mais tarde, em Viena. Conhecido como pioneiro da Saúde Pública pelo empenho em sistematizar todo o conhecimento sobre saúde de seu tempo e em mostrar como utilizá-lo, mediante ação do governo, em benefício da comunidade. Foi também o primeiro a propor a utilização da estatística com aplicação na saúde pública.

[177] O mesmo que contagiosas.

se pusesse em prática o estudo de *Petrus* (*Per) Elvius* (1710-1749)[178], determinando que o clero das freguesias elaborasse tabelas sobre a população. Posteriormente à determinação sueca, Inglaterra e os Estados germânicos também procederam à elaboração de estatísticas da vida.

Ainda no século XVIII, o francês *Laplace* (1749-1827)[179], em 1786 já aplicava cálculos para estimar a população da França. Antes dele, *Daniel Bernoulli* (1700-1782), matemático suíço, enviou um ensaio à Real Academia de Ciência de Paris, analisando a mortalidade causada pela varíola e estimando a expectativa de vida se fosse eliminado aquele mal.

Mas foi o matemático e filósofo francês *Marie Jean Caritat*, Marquês de Condorcet (1743-1794), que estendeu uma sólida ponte entre cálculo probabilístico estatístico e as questões sanitárias. Ele vaticinou que a medicina preventiva levaria ao desaparecimento não apenas das doenças comunicáveis, mas também das causadas pela alimentação, ocupação e clima; além disto, conjeturava o cálculo de probabilidade como instrumento poderoso neste processo. Sua obra foi divulgada a partir de 1795 (ROSEN, 1994, p. 143).

Apesar de todos estes esforços, a união da estatística com a saúde pública pouco avançou no período. Somente após 1830 haveria passos mais consolidados neste sentido. Com a evolução e a difusão da industrialização, seus efeitos sobre a massa do povo despertavam preocupação crescente. Este interesse pelo problema social criado pela industrialização atuou como emulador da análise estatística de temas ligados à saúde.

Um passo significativo nesta direção foi dado pela criação, em 1831, na Inglaterra, do registro público da estatística vital. Sob a direção de *William Farr* (1807-1883)[180], houve significativa melhora no registro de dados, o que propiciou bases sólidas para a análise estatística de registros vitais.

Ao longo do século XIX, a população das grandes cidades se expandia em velocidade vertiginosa. A oferta de moradias não acompanhava esta explosão, fazendo com que se juntasse o máximo possível de pessoas em uma só moradia. A cada nova casa construída, uma leva de moradores a ocupava. Fatalmente, isto teria conseqüências para a saúde pública.

A maior oferta de meios de transporte favorecia a movimentação da população e disseminava novos setores urbanos que eram rapidamente povoados. Tudo isto podia ser medido e observado pelas estatísticas. Da mesma forma, os registros de

[178] Matemático e secretário da Academia de Ciências da Suécia.

[179] Pierre Simon Laplace, Marquês de Laplace, astrônomo, físico e matemático francês.

[180] Médico inglês considerado como o criador da estatística da moderna Saúde Pública. Seus relatórios forneceram munição para a reforma sanitária em meados e fins do século XIX. Foi presidente da *Royal Statistics Society* de 1871 a 1873.

mortalidade cada vez mais crescente alertavam sobre a necessidade de ação governamental com o intuito de resguardar a saúde da população. Afinal de contas, as mortes junto ao conjunto de trabalhadores estavam afetando a economia.

William Farr, [s.d.]

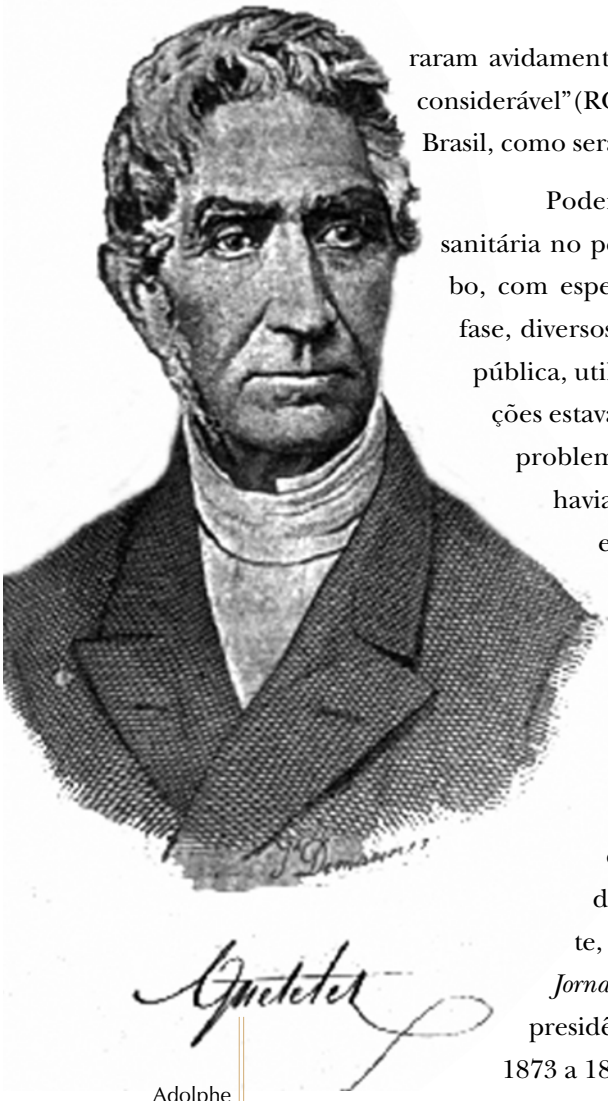
O terreno estava fértil para a criação de serviços de saúde pública atrelados à burocracia governamental, e, conseqüentemente, a necessidade de estatísticas para orientarem a tomada de decisão. Na Inglaterra, onde esta série de eventos aconteceu de modo mais marcante, uma vez que lá a economia capitalista estava mais desenvolvida, o estabelecimento de órgãos governamentais responsáveis pela saúde da população se fez mais presente. Em 1848, foi criado o Conselho Geral de Saúde. Posteriormente, em 1871, surgiu o Conselho do Governo Local e, em 1875, foi aprovado o Ato de Saúde Pública. Estes três eventos são considerados por George Rosen como "marcos no processo de produção de benefícios úteis, embora modestos" (ROSEN, 1994, p. 182).

Com a gradual evolução da ação de Estado no estabelecimento de organismos responsáveis pela saúde pública, profissionais especializados no setor foram também se aprimorando. Em 1856, os então chamados "médicos-sanitaristas" londrinos compuseram sua primeira associação profissional. Em 1873, a Associação Metropolitana de Médicos-Sanitaristas transformou-se em Sociedade dos Médicos-Sanitaristas. Dois anos depois, o número destes médicos cresceu consideravelmente. E desde o estabelecimento do Conselho Geral de Saúde já havia claramente a necessidade de que alguns daqueles médicos sanitaristas desenvolvessem aptidões estatísticas para abastecer com números o setor, favorecendo, então, a atuação governamental.

Com a criação do Conselho, em 1848, a supremacia britânica em termos de saúde pública estava estabelecida no mundo.

Avanços no sanitarismo

Ao longo do século XIX, com a implantação de setores de saúde pública e higiene em diversos países, o sanitarismo germinou e frutificou sensivelmente. Os métodos de estudo dos problemas de saúde pública começaram por um empirismo racional e pela observação crítica que Franck propôs em seu modelo utópico, onde estava previsto o uso das estatísticas. Entretanto, esta utilização só saiu do papel a partir do fim da década de 1820. Até então os sanitaristas dispunham de pouquíssimos instrumentos e técnicas para se aprofundar no estudo das manifestações epidemiológicas. Por conta disto, como esclareceu o citado Rosen, "muitos se agar-



Adolphe Quetelet, [s.d.]

raram avidamente aos métodos estatísticos e os aplicaram com vigor considerável" (ROSEN, 1994, p. 203). Tal fato se verificaria também no Brasil, como será visto mais adiante.

Podemos localizar o nascimento concreto da demografia sanitária no período de 1830 a 1850. Isto em várias partes do globo, com especial destaque, como visto, para a Inglaterra. Nesta fase, diversos estudos estavam sendo realizados na área de saúde pública, utilizando análises estatísticas. Algumas destas investigações estavam embutidas em análises oficiais. Outras, a partir de problemas sociais ou sanitários específicos. Em quase todos havia a preocupação com a mortalidade diferencial e o efeito sobre a saúde de fatores como classe econômica e social, ocupação, raça e carência de saneamento, entre outras.

Dois médicos ingleses merecem destaque nesta gênese demográfica-sanitarista: o já citado William Farr e *William A. Guy* (1810-1885). Do primeiro, já falamos anteriormente. Do segundo, sabe-se que foi professor de Medicina Forense na Universidade de Londres e que estudou estatística incansavelmente, chegando, inclusive, a ser colaborador freqüente do *Jornal da Sociedade de Estatística de Londres*. Aliás, chegou à presidência da *Royal Statistics Society*, sucedendo a Farr, de 1873 a 1875. Foi ativo participante do movimento de saúde pública inglesa, interessando-se particularmente sobre a influência da variável "ocupação" relacionada à saúde. Estudou as causas que levaram à escolha de um ofício e os efeitos das estações e do clima sobre a mortalidade e a duração da vida (ROSEN, 1994, p. 204). Seus estudos influenciariam demógrafos-sanitaristas brasileiros, que incluíam tábuas de registros climáticos nas análises sobre saúde pública.

Entretanto, a despeito dos conhecimentos estatísticos de Guy, seus estudos nesta área trazem algum viés pela reduzida amostra com que trabalhou: pacientes de hospitais, prisioneiros, etc. De qualquer forma, estava aberto o campo para o uso crescente da estatística na saúde pública.

Por aquela época, as contribuições de *Adolphe Quetelet* (1796-1874)[181], com suas teorias sobre o "homem médio" traziam inestimável auxílio aos médicos estatísticos. Além disto, seus contatos com médicos que utilizavam modelos estatísticos favoreciam amplamente a utilização de registros administrativos na saúde pública. E, com sua ativa participação em congressos e exposições universais, ele teve a oportu-

[181] Bastante citado no volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

nidade de difundir consideravelmente suas idéias por diversos países, contagiando outros estudiosos.

Com a revolução operada nos meios de transporte, as distâncias foram diminuindo. Se isto acarretava na maior possibilidade de difusão de doenças e epidemias, também servia como antídoto, favorecendo o rápido desenvolvimento de estudos sanitários para fazer frente às moléstias. Estudos estes fortemente embasados nos números que a estatística proporcionava.

Números para a saúde pública brasileira

No Brasil, como visto anteriormente, é possível localizar as primeiras tentativas consolidadas de se organizar a saúde pública a partir da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro. Ainda não seria possível evidenciar um emergente projeto de medicina coletiva para o Brasil, mas algum esforço começaria a ser empreendido. Roberto Machado e colaboradores abordaram o assunto em um trabalho, procurando situar os primórdios da ação do Estado na saúde da população.

> A administração portuguesa não se caracterizou, pelo menos até a segunda metade do século 18, pela organização do espaço social, visando um ataque planificado e continuado às causas de doença, agindo, por isso, de modo muito mais negativo que positivo, no que diz respeito à saúde (NUNES, 2000, p. 253).

Para Everardo Nunes(2000, p. 253),"O estudo detalhado de documentos periódicos, cartas, ofícios e teses irá evidenciar que o tema da saúde, por si mesmo, não forma parte do projeto colonial [...]" .

Esta preocupação só ocorrerá no início do século XIX, com a presença da Corte portuguesa, quando se fará necessário o maior conhecimento da nova sede do Reino Unido e, conseqüentemente, com a necessidade de melhoria da saúde de sua população. Com isto, foram criadas as primeiras escolas de medicina no Brasil, começando por Salvador, em 1808, seguindo-se a cátedra de Anatomia no Hospital Militar e, posteriormente, pela de medicina operatória. Desta forma, temos a saúde pública no Brasil se desenvolvendo *pari passu* com a própria medicina. Com isto, está claro que a saúde do coletivo em plagas brasileiras surgia na mesma época que no mundo, mas por caminhos um tanto diversos.

A atuação efetiva do governo na saúde coletiva iniciou-se, por estruturas administrativas determinadas pelo Príncipe Regente D. João, ao criar a Junta de Saúde Pública, em 1814. Esta recebeu a incumbência de elaborar mapas mensais de mortalidade para a capital do Brasil. Desafortunadamente, problemas operacionais impediram a concretização desta determinação real (PEREIRA, 1982, p. 5-9). Em 1820, nova tentativa da Coroa em agir nesta área, por intermédio da criação da Inspetoria de Saúde Pública do Porto do Rio de Janeiro, com demais órgãos sendo descentralizados para os municípios.

No Brasil pós-1822, o tema saúde pública aparece no relatório do Ministro do Império, *Nicolau Pereira de Campos Vergueiro* (1778-1859), feito em 1832, publicado no ano seguinte. É de se supor que a saúde pública já fosse preocupação do governo independente constituído, entretanto não há relatórios (pelo menos não que tenham sobrevivido aos anos atuais) que o possam comprovar. Nesse documento, Vergueiro dá conta de inquietações governamentais com epidemias que já grassavam pelo mundo, como a cólera-morbus e a varíola, recomendando aos presidentes de província esforços suplementares para convencer a população a buscar a vacinação[182]. Ele ainda sugeriu que fosse avaliada a proposta de instituição de Juntas de Saúde Pública em todas as províncias. Não há números sobre saúde pública neste relatório.

A instituição de uma Junta Central de Higiene Pública só seria criada no gabinete Monte Alegre, pelo Decreto nº 598, de 14 de setembro de 1850, concedendo ao Ministério dos Negócios do Império um crédito extraordinário de 200 contos para ser exclusivamente gasto no início dos trabalhos que visavam, melhorar o estado sanitário da Corte e de outras povoações do Império. Pelo estabelecido no Decreto, a Junta seria "o centro dos estabelecimentos de igual natureza que existirem ou se criarem nas Províncias" (BRASIL, 1851, p. 299).

A preocupação em se criar um órgão para atacar diretamente a questão da saúde pública[183] tem origem na entrada em Território Nacional de um inimigo do povo. Em 1849, vinda da cidade norte-americana de New Orleans, na Louisiana, chegava ao Rio de Janeiro a terrível febre amarela e vinha para ficar. A partir do ano seguinte já estava se manifestando, ceifando milhares de vidas, o que justificaria um contra-ataque governamental com a criação da Junta Central de Higiene Pública. Em 20 de setembro de 1851, o Decreto nº 828 complementava o decreto anterior que criava a Junta Central de Higiene Pública.

Em 1853, o então presidente da Junta, o médico Francisco de *Paula Candido* elaborou o **Relatório sobre a salubridade da cidade do Rio de Janeiro em geral e a febre amarela em particular para subir à Augusta Presença de S. M. o Imperador**, onde elabora reflexões curiosas e interessantes a respeito da Higiene Pública. Uma delas:

> O clima, isto é, o ar respirado pelos habitantes do Rio de Janeiro tem sofrido notável modificação com o crescimento da população e com as mudanças que a civilização tem operado em seus costumes (BRASIL, 1853, p. 3).

Isto atesta a influência que os médicos europeus, teóricos sobre o assunto, exerciam sobre seus colegas brasileiros.

---

[182] Resta saber se haveria vacinas com a devida disponibilidade e na quantidade necessária. O documento não é claro neste sentido.

[183] No caso, seria uma recriação do órgão instituído ao tempo do Príncipe Regente, agora com mais complexidade.

Este relatório tem data de primeiro de maio de 1853 e é acompanhado de "mapas" (tabelas) assinados por ele e por seu secretário, *Herculano Augusto Lassance Cunha*. É de se supor que ambos tivessem conhecimentos de demografia sanitária.

Para Paula Candido, o surgimento de doenças como a tuberculose, tifo, febre amarela, etc. tem bastante influência das mudanças climáticas.

> Estudar estas modificações e as causas inerentes às diferentes localidades do Império para corrigir ou ao menos atenuar seus perniciosos efeitos na saúde dos povos, tal é o fim principal, segundo entendo, da criação da Junta de Higiene (BRASIL, 1853, p. 3).

Candido adverte que nem todas as Comissões Provinciais integrantes da junta estavam criadas e instaladas, o que limitava o âmbito de seu relatório somente à Corte. Segundo ele, não era fácil avaliar a salubridade de uma cidade ou das causas que nela influem. Entre os fatores que pesam nesta avaliação estavam, em sua opinião:

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

CONTRIBUIÇÃO

PARA O

ESTUDO EPIDEMIOLOGICO DA FEBRE AMARELLA

PELO

Dr. Bulhões Carvalho

MEDICO-DEMOGRAPHISTA

1903

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1903

Folha de rosto da Contribuição para o estudo epidemiológico da febre amarela pelo Dr. Bulhões Carvalho, médico-demografista, 1903

> A duração média do homem (a idade em que, termo médio, morre a população) bem como a proporção dos mortos para os vivos anualmente é um dado enganador para calcular a intensidade daqueles efeitos: a emigração, o aumento da reprodução, acompanhando algumas vezes o aumento da mortalidade, a idade das paixões, onde mais se morre, afluindo para as cidades, a vida efeminada e indolente da classe abastada, a idade provecta de alguns que pode ser mais que contrabalançada pela maior mortalidade da infância, são outros tantos elementos com que se deve contar para achar o índex da mortalidade, os quais, desatendidos, iludiriam a solução do problema (BRASIL, 1853, p. 3).

Não deixa de causar um certo espanto o comentário sobre hábitos pouco ortodoxos da "classe abastada", especialmente por se tratar do ano de 1853, e em um relatório dirigido ao Imperador. E mais ainda por ele arrolar estes hábitos como uma das causas do excesso de mortalidade da população.

Candido prossegue seu relatório pedindo cuidados com "a atmosfera", uma vez que, segundo ele, era pelo ar que os miasmas advindo de emanações orgânicas estavam entre os principais fatores de comprometimento da saúde pública (BRASIL, 1853, p. 10-12). É possível admitir que Candido fosse um ambientalista *avant la lettre,*

pois em seu relatório tinha clara preocupação com o meio ambiente da época. Ele estava pedindo o fim do despejo de imundícies em vias públicas, praias e rios, chamando a atenção do governo para a necessidade de se encontrar formas de tratamento de dejetos humanos e animais que, quando expostos, contribuíam para tornar pestilento o ar respirável.[184]

Pelo menos o ar da capital da República devia ser bem pouco "respirável". Era visível a falta de hábitos de higiene com que vivia a população de então. No aspecto das moradias populares, a questão beirava o descalabro. O aumento populacional por que passou o Rio de Janeiro ao longo do século XIX foi decorrência da sua própria condição de capital, de centro de poder. No final daquele século, o início da expansão do setor secundário da economia (ainda que de forma incipiente) coincidindo com o declínio da lavoura cafeeira e a libertação definitiva dos escravos agudizaria este processo. A decorrente alta demanda por moradias em contrapartida à reduzida oferta teria forte impacto sobre a população de baixa renda. Como as áreas centrais já abrigavam numerosas habitações populares, estas foram se degradando ainda mais com a chegada de novas levas de moradores. Na edificação em que viviam dez agora passaria a abrigar 50. Ou mais. Os cortiços ou "estalagens" floresceram neste período. Estes, por definição, eram

> habitações coletivas, geralmente constituídas por pequenos quartos de madeira ou construção ligeira, algumas vezes instalados nos fundos de prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difícil acesso; sem cozinha, existindo ou não pequeno pátio, área ou corredor, com aparelho sanitário e lavanderia comum" (BACKEUSER, 1906, p. 105).

Ao que acrescentaríamos: sem nenhum esgotamento sanitário. O pior tipo de cortiço era a casa de cômodo – um prédio com divisões de madeira alugados a pequenas famílias ou a indivíduos solteiros, com as piores condições sanitárias possíveis.[185] Qualquer administração que levasse a sério a saúde da população condenaria e atacaria este tipo de moradia que efetivamente minava a saúde da população e aumentava as estatísticas de doenças e óbitos. O primeiro administrador a se voltar contra este tipo de moradia foi, já na República, o prefeito *Cândido Barata Ribeiro* (1843-1910), que governou a cidade de 1892 a 1893. Como não poderia deixar de ser, ele era médico, chegou inclusive a ser lente catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Para se ter uma idéia do quão significativos eram os números referentes a este tipo de moradia, em 1868 haviam 348 cortiços somente nas freguesias cen-

[184] Ele apresenta no relatório um curioso cálculo sobre a quantidade de dejetos eram produzidos diariamente na cidade. Tomando-se por base que cada homem excreta em média 165 gramas em fezes por dia, isto multiplicado pela população estimada em 266 mil habitantes perfariam 311 220 arrobas de matérias sólidas a se transformarem em gases que seriam fatalmente inalados pelas pessoas. Para animais, a estimativa dava conta de 155 610 arrobas a se volatizarem *in natura* diariamente. Ele aplicou cálculos de estimativas sobre a população do Rio encontrada por Haddock Lobo, em 1849 (BRASIL, 1853, p. 12).

[185] Ver Capítulo 7: *O censo perfeito do prefeito Passos*, neste mesmo volume.

Cortiço do Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]

trais (Sant'Ana, Santo Antônio, Santa Rita, São José e Sacramento), com exceção da área da Candelária. Deste total, 154 estavam localizados na freguesia de Sant'Ana. O total de moradores deste tipo de habitação chegava a 15 500. Somente na citada Sant'ana haviam 6 458 moradores nestas condições (CARVALHO, 1995, p. 144). Para realçar estes dados, temos que, segundo informações referentes a 1870, o total da população da freguesia de Sant'Ana era de 32 686, o que significa dizer que em cada cinco moradores de lá um vivia em cortiço (LOBO, 1978, v.1, p. 360).

Em 1882, com o Decreto nº 8.387, de 19 de janeiro, "atendendo à urgente necessidade de melhorar o serviço da Saúde Pública" (BRASIL, 1882, p. 1), foi instituído o regulamento para aquela Junta.

No capítulo 1, já estava estabelecido que a Junta Central de Higiene Pública manteria a sede na Corte, estendendo "suas atribuições a tudo quanto possa interessar à saúde pública, exercendo sua autoridade no mesmo município imediatamente e por intermédio das comissões sanitárias", com representações (juntas de higiene provinciais) no Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul e inspetores de higiene nas demais.

A Junta Central de Higiene Pública seria composta por nove membros efetivos, todos nomeados pelo governo – incluindo um presidente, um vice-presidente, um inspetor de saúde do porto e dois químicos doutores em Medicina – sete adjuntos, além de um número ilimitado de membros honorários (não estivesse no Império...).

Pelo regulamento, as Juntas Provinciais eram compostas por três membros, todos nomeados pelas presidências das províncias, assim como os inspetores de higiene. As comissões sanitárias nas províncias teriam um ou dois membros efetivos e um ou dois adjuntos, conforme a importância das paróquias onde serviriam. Os membros destas comissões seriam indicados a partir da Junta Central ou das Câmaras Municipais, com uma recomendação: "se estas [as Câmaras] tiverem médicos do partido, serão eles os preferidos para delegados ou presidentes das comissões".

O Art. 9º do regulamento traz uma informação de enorme importância:

> A Junta Central de Higiene Pública terá para coadjuvarem na execução de seus trabalhos: *um organizador da estatística demógrafo-sanitária, o qual será médico*[...] (BRASIL, 1882, p. 2, grifo nosso).

Foi a primeira vez que apareceu a expressão "estatística demógrafo-sanitária" em um relatório do Ministério dos Negócios do Império, a qual estava subordinada a questão da saúde pública. Antes de 1882, vários relatórios do ministro da vez apresentavam estatísticas da saúde, informadas em números ou apresentadas em quadros e "mapas".[186] A partir de 1880, os mapas seriam assinados por um médico "encarregado da estatística"[187]. Antes disto, não apareceu nenhum nome responsável pelas informações.

Entretanto, existem indícios de que houvesse algum médico especialista em estatística, uma vez que no relatório de 1878 falou-se inclusive em "expectativa de vida dos brasileiros".

A Junta Central de Higiene Pública foi desenvolvendo seus trabalho, lutando contra as adversidades da melhor forma que pôde. Entretanto, os reveses não seriam poucos. No relatório enviado pelo presidente da Junta, *José Pereira Rego* (1816-1892), Barão do Lavradio, para ser incluído no que foi apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima-nona legislatura pelo ministro do Império Meira de Vasconcellos, há queixas sobre as dificuldades enfrentadas pelo órgão central responsável pela higiene.

> De outro lado, a Junta Central vê-se a cada momento embaraçada no desempenho dos seus deveres, de tal sorte que, quando quer propor ou executar uma medida sanitária que está na órbita de suas atribuições, não o pode conseguir por tornar-se preciso prévia satisfação, seja à Municipalidade, seja à Polícia, seja às inspetorias das repartições públicas e até à Faculdade de Medicina!
>
> Sem ambicionar uma independência absoluta de ação, sem aspirar a um estado no Estado, a Junta Central de Higiene pede uma independência relativa capaz de garantir-lhe o respeito mútuo nas suas relações, a observância exata de suas prescrições e o reconhecimento formal do seu caráter altamente científico (BRASIL, 1885, p. 2).

Este grito por liberdade bradava contra o intervencionismo da burocracia da época. Mas adiante, o presidente parecia prever o futuro incerto da Junta.

> Temos a veleidade de fazer jus a alguma coisa em nosso favor; que os nossos esforços suspendam o desmoronamento da Junta Central (BRASIL, 1885, p. 2).

E encerrava, de modo ufanista, o seu relatório:

> É preciso confessar que só muito heroísmo e dedicação seriam capazes de alcançar estes resultados, através de tantas urzes, tendo que lutar contra tantos embaraços!
>
> Também é a nossa única glória...mas incontestável! Para comprová-la é bastante um só argumento; é a estatística (BRASIL, 1885, p. 2).

186 Como eles chamavam as tabelas.

187 O que primeiro aparece é o "Dr. Luiz da Silva Brandão", assinando um mapa realizado em "maio de 1880", incluído no relatório do presidente da junta de higiene [Barão do Lavradio] sobre o estado sanitário durante o ano de 1879 apresentado ao governo em 1880 (BRASIL, 1880).

Em seguida, exibiu os mapas preparados pelo "encarregado da estatística" Dr. Manoel Velloso Paranhos Pederneiras.

Com efeito, as suspeitas do diretor *Domingos José Freire* (1843-1899) tinham fundamento. Em 1886, a Junta Central de Higiene Pública foi extinta, sendo substituída pela Inspetoria Geral de Higiene (que englobaria também o Instituto Vacínico[188]). O novo órgão era formado por um inspetor e mais quatro membros, exercendo "a sua autoridade por si e por meio de delegados de higiene no município da Corte, e pelas Inspetorias ou inspetores de higiene e seus delegados nas províncias" (BRASIL, 1886, p. 86).

Para que fossem cumpridas as suas atribuições, o novo órgão contaria ainda com um médico encarregado da estatística demógrafo-sanitária, quatro químicos, dois farmacêuticos e diversos desinfectadores. Foi instituída também a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos, que deveria zelar pela principal entrada de endemias no território brasileiro: o porto do Rio e os das demais províncias do Império banhadas por mar ou rio.

Além das duas inspetorias, foi criado o Conselho Superior de Saúde Pública, "com a missão de consultar sobre as questões de higiene e salubridade geral em que o Governo precisar do auxílio de suas luzes" (BRASIL, 1886, p. 86). Este Conselho era composto pelos chefes das duas inspetorias recém-criadas e ainda pelo presidente da Academia Imperial de Medicina, do diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, dos cirurgiães-mores do Exército e da Armada "e de outros funcionários e profissionais competentes".[189]

Até aquele momento, só algumas províncias tinham algum setor responsável pela saúde pública (e, conseqüentemente, pelas estatísticas demógrafo-sanitárias). Segundo o relatório, a partir daquele momento, pelo menos no papel, todas as províncias teriam nas capitais inspetores de higiene, com delegados nas cidades e nas vilas mais importantes, havendo inspetorias compostas do inspetor e de dois membros, citando especificamente as capitais das províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul.

As coisas pareciam seguir um novo rumo, pois em 1886, o relatório do ministro do Império, *Ambrosio Leitão da Cunha*, Barão de Mamoré (1825-1898), apresentado à Assembléia Geral cita um "bem organizado boletim anual apresentado pelo médico-demografista da Inspetoria Geral de Higiene" (BRASIL, 1887, p. 102) em que se pode comparar "as estatísticas da mortalidade" do Rio com diversas cidades da Europa.

188 O Instituto Vacínico do Império foi criado por decreto imperial em 1846.

189 O relatório não explicita quais eram.

Cortiço do Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]

No ano seguinte, o relatório anual do Ministério do Império já revelava notícias da saúde pública de todas as províncias, incluindo números estatísticos – o que vale dizer, produzidos pelas respectivas demografias sanitárias ou algo muito parecido.

O relatório referente ao ano de 1888 contém novidades inusitadas. A Inspetoria Geral de Higiene preparou e expediu questionários para serem preenchidos (e devolvidos) por estabelecimentos de instrução e educação (públicos e privados), hospícios, casas de saúde e prisões onde existissem alienados mentais, entre outros.

Entretanto, possivelmente a mais impactante revelação que traz o relatório do ministro do Império referente a 1888 foi a determinação que a Inspetoria Geral de Higiene

> mandasse proceder pelos respectivos delegados ao recenseamento da população de todos os cortiços existentes nas freguesias urbanas, com a maior discriminação possível, quanto aos habitantes: da naturalidade, sexo, idade, estado, profissão, designação da oficina ou casa de trabalho, renda proventos etc.; e quanto às habitações: da localidade e averiguação das condições higiênicas, com declaração motivada das obras indispensáveis, ou do que verificarem os delegados nos casos de serem absolutamente impróprias ou nocivas à saúde (BRASIL, 1889, p. 144).

Infelizmente, tal recenseamento não saiu do papel. Seria extremamente útil para o governo da época e absolutamente inestimável para pesquisadores posteriores à época.

Demografia sanitária em tempos de federalismo

Caiu o Império, mudou o regime. Todavia, foi mantida a preocupação com a saúde pública. Afinal de contas, os bacilos e vírus das endemias não respeitam formas de governo, atacando indiscriminadamente monarquistas e republicanos. O primeiro relatório do Ministério dos Negócios do Interior (que substituiu o dos Negócios do Império) trouxe a notícia de que a saúde pública seria reformulada: a higiene terrestre ficaria a cargo dos estados, cabendo ao governo federal o serviço sanitário marítimo. Em tal determinação vê-se claramente a ação do *federalismo* republicano que vinha alterar o centralismo do Império.

A esta altura, a demografia sanitária estava consolidada. Em 1890, o governo recriou a Inspetoria Geral de Higiene, com uma seção de demografia sanitária, sob a direção do talentoso e estudioso médico-demografista: *Aureliano Gonçalves de*

Souza Portugal., de quem muito já se falou nesta obra, um dos grandes notáveis da estatística pátria.

O resultado do primeiro ano de sua atuação naquela inspetoria viria por intermédio do *Anuário de Estatística Demógrafo-Sanitária da cidade do Rio de Janeiro*, assinado por ele[190], obra inédita sobre o assunto no Brasil. O Anuário traz ainda introdução do Professor Rocha Faria, lente catedrático da cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro[191].

INSPECTORIA GERAL DE HYGIENE

ANNUARIO

ESTATISTICA DEMOGRAPHO SANITARIA

CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROFESSOR ROCHA FARIA

ANNO PRIMEIRO

1890

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

Folha de Rosto do Anuário de estatística demógrafo-sanitária do Rio de Janeiro pelo Dr. Aurelian Portugal, 1891.
Foto de Marco Santos

Portugal esclarece no prefácio do anuário que estava cumprindo o regulamento da Inspetoria de Higiene. E mais:

> Dispondo de tempo insuficiente para poder reunir em trabalho sintético os muitos dados estatísticos que possuímos relativos à mortalidade e estão por aí espalhados, desconhecidos e menosprezados, limitamo-nos ao exame das questões, que julgamos indispensáveis para os fins que tem em vista a demografia estabelecendo esta ordem de estudos, que são: guiar e esclarecer a higiene na luta contra as moléstias que afligem a humanidade.
>
> A estas dificuldades inerentes à magnitude do assunto que sobre ser importante, vasto e complexo, nunca foi explorado entre nós[192], junta-se uma outra que torna em extremo difícil a missão do demografista: é a falta de um recenseamento detalhado que o habilite a dar o verdadeiro valor aos fenômenos demográficos em estudo (PORTUGAL, 1891).

Neste primeiro texto, Portugal irá se referir ao seu trabalho por duas vezes como "imperfeito" - um excesso de modéstia que parecia típica dos homens ligados à estatística de então.[193] Na verdade, trata-se de um belo relatório, minucioso e profundo dentro de suas possibilidades. Somente nestes dois parágrafos já nos deparamos com questões interessantes. A primeira: a vinculação de demografia sanitária estritamente com estatísticas de mortalidade, o que é curioso uma vez que em relatórios anteriores e posteriores a este aparecem também os demais temas ligados à demografia (nascimentos, casamentos, migração, etc.). Portugal inclusive chega a citar como finalidade da demografia "guiar e esclarecer a higiene". Em que pese ser uma definição por demais reducionista, comprova-se a extrema vinculação da demografia com o sanitarismo naquele momento.

---

190 Como "médico-demografista membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro".

191 *Antonio da Rocha Faria* (1853-1936), médico e sanitarista gaúcho. Foi professor assistente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro desde 1885, assumindo, em 1888, a cátedra de Higiene. É considerado o primeiro professor de Higiene Experimental no Brasil. Foi o mestre de toda uma geração de demógrafos-sanitaristas (incluindo Portugal e Bulhões Carvalho). Em 1888, foi nomeado chefe da Inspetoria de Higiene Pública.

192 Aqui, Portugal lembra que até onde conhecia só existia um trabalho específico sobre demografia sanitária, a saber: "Mortalidade das crianças no Rio de Janeiro", pelo professor José Maria Teixeira.

193 Bulhões Carvalho também seria useiro e vezeiro desta modéstia excessiva em seus escritos.

A segunda: o uso dos números relativos a levantamentos censitários mais antigos, por absoluta falta de outro mais recente. O malfadado censo de 1890 estava sendo feito ao tempo da elaboração deste anuário, o que inviabilizou a utilização de seus (maus) números. O relatado em seu anuário é fruto de estatísticas reunidas e agregadas pela própria Inspetoria de Higiene com base no registro civil e nas informações fornecidas por órgãos como hospitais, Santa Casa de Misericórdia, etc.

ANNOS	MORTALIDADE PELA FEBRE AMARELA	TOTAL NOS QUINQUENNIOS	ANNOS	MORTALIDADE PELA FEBRE AMARELA	TOTAL NOS QUINQUENNIOS
			Transporte.....		11.088
1850	4.160		1870	1.118	
1851	471		1871	9	
1852	1.943		1872	295	
1853	853		1873	3.659	
1854	21	7.448	1874	841	5.922
1855	---		1875		
1856	---		1876	1.308	
1857	1.425		1877	3.476	
1858	800		1878	283	
1859	500	2.725	1879	1.177	7.218
				974	
1860	1.249		1880	1.623	
1861	247		1881	257	
1862	12		1882	502	
1863	15		1883	1.606	
1864		1.523	1884	640	4.623
1865	--		1885	445	
1866	--		1886	1.446	
1867	--		1887	137	
1868	18		1888	754	
1869	274	292	1889	2.155	4.935
A transportar		11.988	Total.....		34.691

De 1850 1 1889.....	34.691
Em 1890	719
Total	35.410

Tabela de Mortalidade do Anuário de Aureliano Portugal, 1891

Este primeiro anuário demógrafo-sanitário ficou claramente vinculado a mortalidade, em todos os seus cruzamentos com outras variáveis. Pelo seu sumário, é possível visualizar a grande preocupação da obra por conta das subdivisões de seu tema único, a saber: "Da importância dos estudos de demografia sanitária em relação a higiene", "A mortalidade no passado (1835-1889)", "A mortalidade em 1890" (esta com diversos subitens), "Da higiene considerada sob o ponto de vista de economia social", "Do valor econômico da vida do homem em face das epidemias de febre amarela que têm assolado o Rio de Janeiro", e mais os anexos e mapas (PORTUGAL, 1891).

Em sua Introdução, Rocha Faria louvaria a iniciativa de Portugal em publicar o Anuário e ainda referenda os números projetados pelo médico-demografista para a população carioca em 1890. Elogia a base metodológica em que as conclusões de Portugal são baseadas e ele próprio faz reflexões curiosas sobre estatística e demografia, como pode ser visto neste parágrafo:

> Interpretais com o melhor método científico a mortalidade infantil entre nós, especialmente a que ocorre no primeiro ano de vida e que aparentemente, sem a interpretação demográfica, pareceria diminutíssima. Eis mais uma prova de que *a estatística é apenas fator de pesquisas e nunca de demonstração, qualidade que pertence à demografia, sua seção médica* (PORTUGAL, 1891, p. VIII, grifo nosso).

Deveras curiosa a forma como ele vê a estatística e a demografia, sua "seção médica"... Bastante polêmico, é claro.

No primeiro capítulo do seu Anuário – "Da importância dos estudos de Demografia Sanitária em relação à Higiene" - Aureliano Portugal aborda a vinculação entre a higiene e a demografia. Segundo ele, "das questões de higiene pública que à demografia compete elucidar nenhuma, com certeza, tem mais importância que o estudo da mortalidade"(PORTUGAL, 1891, p. 3). O que explica o fato de ter tratado em seu Anuário quase exclusivamente este tema da demografia.

E ele vai mais além. Como se justificasse a grande parceria que a higiene pode obter com as estatísticas demográficas, Portugal assegura que a demografia

> é o melhor, se não o único guia da higiene, porque só ela pode indicar os inimigos mais fortes e ousados a combater, só ela pode mostrar pontos mais assolados do território contaminado em que os recursos da higiene devem serem mais rigorosamente empregados, só ela, enfim, pode dizer com fidelidade quais os resultados colhidos e das medidas higiênicas empregadas as mais eficazes (PORTUGAL, 1891, p. 5).

No texto, Aureliano Portugal apresenta um conceito interessantíssimo sobre a disciplina Demografia: chama-a de "aritmética social" e de "contabilidade da higiene."[194]

Da mesma forma que a estatística já foi chamada de "aritmética política" por William Petty, no século XVII[195], agora vemos que, cerca de 200 anos depois, demógrafos (ou "demografistas", como está no texto) retomaram a idéia de regras comuns aritméticas para expressar em números, não produtos e serviços da economia de um país, mas os fenômenos ligados e determinados por sua população. E note que ambos conceitos (aritmética política e aritmética social) bebem na mesma fonte: registros administrativos, especialmente os de nascimento, casamento, falecimento e migração). E mais: o aspecto xifópago que liga Estatística e Demografia faz com que tanto uma quanto outra possam ser chamadas de "Aritmética Política e Aritmética Social". Petty atribuiu o caráter político à sua proposta por tratar de "coisas de governo". Mas não seria o conhecimento da fenomenologia da população de um país também um dos interesses do Estado? E o adjetivo "Social" pespegado pelos demógrafos (o texto de Portugal não revela a nacionalidade deles) posteriores a Petty, também não poderia ser aplicado à proposta do súdito inglês, uma vez que a extensa gama de temas que ela açambarca é de interesse e de direto envolvimento da sociedade? E, não por coincidência, não seriam todos médicos, Petty e os demografistas? E todos envolvidos não utilizaram a ciência como base, anteparo e aríete para seus argumentos?

Aureliano Portugal não aprofundou esta discussão, preferindo estabelecer paralelos entre a demografia e a higiene (ou saúde pública), embora ao final vá chegar à mesma conclusão de que é necessário conhecer previamente a coletividade humana. Citando Broca, a quem certa vez foi consultado sobre que medidas deveriam ser empregadas para reduzir a mortalidade infantil na França. Ele teria respondido que só conhecia uma, que envolvia todas as outras: "uma boa estatística dos vivos e dos mortos que estes fornecem"(PORTUGAL, 1891, p. 5).

Muito a propósito, embora Aureliano não tenha tratado especificamente disto, cabem algumas reflexões sobre a atuação do médico-sanitarista, enquanto responsável pela profilaxia do individual e do coletivo, e como encarregado de produzir números sobre a saúde pública. Na primeira função ele *segrega*; na segunda ele *agrega*. Na primeira ele desvincula a pessoa de suas relações; na outra, pessoas e suas relações

194 O conceito de contabilidade da higiene foi definido, segundo Aureliano Portugal, por Jacques Bertillon, médico francês, autor da obra **Dictionnaire Encyclopedique de Sciences Médicales.**

195 Veja no Capítulo 1 do volume1: **Estatísticas desejadas: (1822-c.1889)**, desta coleção.

são reunidas e associadas. Em comum, apenas a determinação de solucionar o problema que aflige as pessoas da coletividade.

Vale a pena analisar e refletir sobre o conteúdo apresentado no capítulo seguinte, "A mortalidade no passado (1835-1889)", onde Aureliano apresenta questões extremamente interessantes referentes à demografia sanitária no Brasil.

Ele faz uma análise das estatísticas mortuárias brasileiras, citando que elas nada ficam a dever às estrangeiras, tidas à época como melhores que as obtidas no País. E faz uma revelação importante: a Inspetoria Geral de Higiene mantinha um funcionário na Santa Casa de Misericórdia para transcrever em registro próprio todos os dizeres dos atestados de óbitos lá emitidos. Com base nestes registros, a Inspetoria elaborava suas estatísticas e as divulgava em boletins mensais e no próprio Anuário que estava saindo em primeiro número. Queremos crer que isto fazia com que os números da Inspetoria (pelo menos quanto a número de mortos, suas causas e características do falecido), divulgados naquele 1890 e seu derredor fossem melhores que os do Registro Civil divulgados pela Diretoria Geral de Estatística, que legalmente tinha esta atribuição oficial. O que só acirraria divergências entre demógrafos-sanitaristas e a DGE, como veremos mais adiante.

A propósito desta rivalidade, Portugal neste texto não perdeu a oportunidade de enviar farpas ao trabalho do órgão oficial de estatística nacional. Depois de tecer loas aos números sobre estatística mortuária coligidos pela Inspetoria, ele lembra que estas informações da demografia dinâmica poderiam ser mais aperfeiçoadas se fossem valorizados pela demografia estática,

> isto é, o conhecimento da força numérica das populações e de sua composição íntima, por idade, sexo, estado civil, físico moral e intelectual, profissões etc. mas neste particular, conquanto nada possamos, temos recursos fracos, é certo, mas que permitem ao demografista estabelecer cálculos de real valor (PORTUGAL, 1891, p. 8-9).

Ele estava se referindo aos recenseamentos. E neste quesito, especialmente quanto à Capital Federal, de acordo com sua avaliação, a situação era bastante insuficiente. Ele escreveu que "dos cinco recenseamentos completos feitos na cidade do Rio de Janeiro", três se relacionam ao período em que ele está analisando. Há aí alguma incorreção. Até 1889, que é o período a que ele se reporta, foram realizados sete recenseamentos no Rio de Janeiro.[196]

De qualquer forma, nos três que ele cita – os realizados em 1838, 1849 e 1872, descartando o de 1870[197], "por ser incompleto" – ele encontra defeitos, especialmente no primeiro Recenseamento Geral efetuado no País ainda ao tempo do

[196] Ver: volume 1: **Estatísticas desejadas: (1822-c.1889)**, desta coleção. Ver também: capítulo 7: *O censo perfeito do prefeito Passos*, neste segundo volume.

[197] Sobre o recenseamento de 1870, ver: capítulo 11 do volume 1: **Estatísticas desejadas: (1822-c.1889)**, desta coleção.

Mapa do Estado do Rio de Janeiro, 1907

Império, considerado por ele como "o mais deficiente e inexato dos três" (PORTUGAL, 1891, p.9).

Segundo afirma, ele ouviu de contemporâneos, conhecedores das operações do primeiro censo nacional, que aquele recenseamento tinha defeitos "exclusivamente devidos ao péssimo pessoal empregado na coleta dos documentos" e que, por isso, acompanhava "a opinião dos competentes que consideram o Censo de 1872 como não exprimindo a realidade numérica da população do Rio de Janeiro" (PORTUGAL, 1891, p. 9).

Opinião ousada e surpreendente, uma vez que a voz corrente é que o censo do Império apresentou resultados bastante próximos da verdade em todos as províncias e também na Corte.

E não parou aí. Quanto ao Censo de 1890, que estava em operacionalização quando ele escrevia o citado texto do seu Anuário, embora ele afirmasse não poder "antepor juízo", revelava, contudo, não depositar "confiança absoluta, atenta à multiplicidade de informações exigidas, algumas de difícil observação" (PORTUGAL,1891, p. 9).

Corroborando esta alegação, ele acrescenta que em países com maior tradição censitária como a França, a recomendação era para simplificar cada vez mais o número de questões a serem levantadas. O Brasil, portanto, estava andando na contramão desta recomendação francesa. No seu entender, o País pagaria um preço alto por se querer estatísticas minuciosas sobre a população estática, conseguindo com isto resultados insatisfatórios como os obtidos no "recente censo do Estado do Rio de Janeiro, que além de incompleto, é uma perfeita fantasia" (PORTUGAL, 1891, p. 10).

Se suas conclusões sobre o censo de 1872 podem ser discutíveis, as sobre o censo que se realizou em 1890, mesmo ano em que ele escreveu este texto, se revelaram proféticas. De fato, os resultados apurados não satisfizeram nem o menos exigente dos mortais.

Para suprir a falta de recenseamentos regulares, afirma Portugal que a demografia tem forma de se estimar populações a partir de cálculos obtidos com base em censos anteriores. Com base nas médias extraídas em levantamentos feitos antes de 1890, por exemplo, ele apresenta a possível população da cidade do Rio de Janeiro neste ano: algum número entre 520 mil e 560 mil almas (PORTUGAL, 1891, p. 10). Mais um ponto para ele: o Censo de 1890 apurou, no Rio de Janeiro, exatas 522 651 pessoas.

Neste capítulo, o célebre médico-demógrafo apresenta uma conclusão bastante polêmica. Segundo ele:

> Fazendo-se uma análise retrospectiva da mortalidade do Rio de Janeiro nos últimos 55 anos, chega-se a uma consoladora conclusão: do ano de 1835 para cá, *nosso estado sanitário tem melhorado sempre*, com exceção apenas dos dois limitados períodos de 1850 a 1855 e de 1872 a 1878 (PORTUGAL, 1891, p. 10, grifo nosso).

E para dar sustentação a esta afirmação corajosa ele apresenta diversos números sobre o total de óbitos no período, incluindo picos máximos e pontos mínimos, além de analisar o clima na cidade nos últimos anos.[198]

Embora faça o alerta de que as principais causas da insalubridade persistiam "mais ou menos", com algumas até aumentando, ele acrescenta que "os influxos da civilização" e as conseqüentes melhoria com ela advindas fizeram melhora as condições da higiene.

> Prova tudo isto que o Rio de Janeiro não é uma cidade pestífera e insalubre, é até relativamente saudável, e o será no sentido rigoroso do termo, desde que os altos poderes da República assim o queiram (PORTUGAL, 1891, p. 11).

Estas conclusões de Aureliano Portugal, que ele sustentou por muito tempo, gerariam posteriormente uma cerrada polêmica com um outro médico, uma verdadeira legenda da higiene no Brasil: *Hilário de Gouveia*.[199]

O médico Hilário desafia Portugal

Tudo começou quando o célebre médico escreveu o artigo "A mortalidade pela tuberculose no Rio de Janeiro". Neste artigo, elaborado em Paris, a 28 de julho

198 Os estudos climáticos faziam parte das preocupações dos demógrafos-sanitaristas que viam no ciclo das chuvas, ou falta delas, a razão para o maior ou menor recrudecimento das epidemias.

199 *Hilário Soares de Gouveia* (1843-1923), médico mineiro, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde tornou-se catedrático em clínica oftalmológica e clínica otorrinolaringológica, chegando mesmo ao cargo de diretor no período 1910/1911. Doutorou-se em Paris, foi membro da Academia Nacional de Medicina.

de 1903 e publicado no *Jornal do Commercio* de 2 de setembro daquele mesmo ano, ele criticava as conclusões de Aureliano Portugal citadas no discurso de Carlos Seidl, proferido no 5º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro, em junho daquele ano, sobre as condições da saúde no Rio de Janeiro (conclusões também encampadas por Bulhões Carvalho). Este artigo geraria réplica e tréplica do médico-demógrafo citado, também pelas páginas do Jornal do Commercio. Hilário de Gouveia se opôs aos números de Portugal, que alegava estar em franca melhora a salubridade da capital do País, conseguindo, inclusive, reduzir os índices de mortalidade pela tuberculose. Para Gouveia, os dados apresentados como vindos da lavra do médico-demógrafo "não podiam seguramente ser senão hipotéticos, imaginados pelo Sr. Aureliano Portugal em uma tese de difícil, senão impossível demonstração"(GOUVEIA, [19–?]). [200]

Ao contrário, segundo Gouveia afirmava, aquele flagelo estava matando muita gente, embora os coeficientes de crescimento populacional e de mortalidade por tuberculose apresentassem crescimento discreto de 1896 a 1900.

Hilário refutava cálculo por cálculo que seu colega Aureliano Portugal elaborou para atestar que as taxas de mortalidade por tuberculose estavam em franco declínio. E mais: ele levantou questões para serem respondidas pelo demógrafo-sanitarista, que tinha apresentado números, de acordo com Gouveia, não condizentes com a realidade, tornando o Rio uma cidade tão aprazível, em termos de higiene, quanto capitais do norte europeu.

> Como admitir, pois, que uma cidade como o Rio de Janeiro, situada num litoral tropical, nas condições higiênicas nossas conhecidas, possa ter a mortalidade da Suécia, da Noruega e da Holanda? [...] Como conciliar este otimismo com o fato bem averiguado de ser a mortalidade do Rio de Janeiro, hoje como em todos os tempos, superior a natividade? [...] Infelizmente, com grande mágoa o digo, todos estes cálculos sugeridos por sentimentos elevados, não passam de miragens, que nem por serem efeito de calor patriótico são menos ilusórias e falazes do que as produzidas pelo sol irradiado por áridos areais (GOUVEIA, [19–?]).

E o médico Hilário não deteve sua "metralhadora giratória", assestando em seguida sobre o cancelamento do Censo de 1900, feito erroneamente, uma vez que, segundo ele, este foi melhor que o de 1890. E por conta deste cancelamento, foi estimada uma população para o Rio de Janeiro, em 1900, da ordem de mais de 800 mil habitantes (segundo Gouveia), o que proporcionou cálculos decrescentes sobre a mortalidade pela tuberculose. Para provar que estava certo em suas afirmativas, ele apresentou uma série de cálculos demonstrando que o número obtido pelo Censo de 1900, antes do cancelamento, estava correto. Pelo menos ele assim acreditava...

Hilário apresentou uma argumento interessante, estabelecendo um vínculo seguro entre a demografia, o sanitarismo e a ação de Estado, ao justificar suas teses. E como o Governo Federal do novo presidente (Rodrigues Alves) estava firmemente re-

[200] Faz parte do acervo de Obras Raras da Biblioteca Central do IBGE.

solvido a sanear a cidade, já que o Recenseamento de 1900 fora cancelado na capital, que fosse feito outro depois das obras de saneamento,

> pois nada justificará melhor as despesas, nada dará melhor idéia da eficiência das obras executadas do que a comparação da verdadeira mortalidade dessa capital, antes e depois da execução destas obras. Nada justificará tão bem o dinheiro dos grandes cabedais que requerem essas obras do que o reconhecimento unânime da eficiência delas. E estes dados, hoje controvertidos por hiperbólicos cálculos nativistas, só poderão se impor à opinião pública, sendo executados com maior cuidado e circunspecção (GOUVEIA, [19–?]).

Em um verdadeiro apelo a que se procedesse um novo censo no Distrito Federal, ele solicitou a Rodrigues Alves que, ao escolher aquele que dirigiria a operação censitária, cuidasse para que fosse alguém que tivesse "por guia único a verdade, a eterna Verdade". De certa forma, quem escolheu o condutor do recenseamento municipal foi mesmo o presidente, ao nomear prefeito Pereira Passos, o grande responsável pelo Censo de 1906, em cuja presidência da Comissão Central estava justamente Aureliano Portugal, a quem Hilário fazia críticas e que, por sua vez, não tardaria em responder à provocação.

A resposta de fato não tardou. No dia 15 de setembro, Aureliano entregou ao *Jornal do Commercio* um longo texto, em cuja abertura ele externava a sua surpresa ao ler o texto no jornal e afirmando que "muito melhor fora que o Dr. Hilário de Gouveia jamais se lembrasse de escrever tão desastrado artigo" (PORTUGAL, 1903).[201]

Ele respondeu alegando "votada paixão aos trabalhos de pura demografia sanitária" assim como aos "assuntos estatísticos de qualquer natureza".

Em seu arrazoado, ele assegurou que para se calcular a mortalidade verdadeira ou provável de uma coletividade é necessário primeiramente determinar a sua população, que pode ser obtida por "recenseamentos ou mediante cálculos neles baseados". Para ele, esta alternativa aos recenseamentos era perfeitamente válida e legítima, sendo a única opção para se conhecer a população de uma determinada cidade em um ano determinado, fora da série temporal censitária.

Com base nos números levantados nos recenseamentos e contagens verificadas no Rio de Janeiro, seria possível determinar taxas e coeficientes demográficos, "mediante cálculos geralmente admitidos e praticados em Estatística".

Portugal rebateu a acusação de Gouveia de ter aumentado artificialmente a população do Rio para justificar queda na taxa de mortalidade que obtivera. Seus cálculos, ele garantia, foram "deduzidos de modo rigorosamente científico". Para comprovar, demonstra como chegou aos 520 mil que previu para a população do Rio, em 1890, a partir do total de moradias da cidade multiplicado pela ocupação por prédio (14,06 habitantes).

[201] Edição datilografada. Faz parte do acervo de Obras Raras da Biblioteca Central do IBGE.

Cena de rua, Rio de Janeiro, RJ, 1882
Augusto Petit

Para tempos modernos, imaginar 14 pessoas enfurnadas em uma edificação[202] pode parecer demasiado. Não o era no período citado. E nem se poderia dizer que esta excessiva aglomeração não passava de fenômeno local. Aureliano, rebatendo as acusações de Gouveia, revelou a existência de médias ainda mais altas em outras capitais.

> Que são estes modestos 14 habitantes por prédio, diante dos 55 de Viena, 52 de São Petersburgo, 35 de Paris, 32 de Berlim? Não será esta média que adotamos

202 Vale dizer que "prédio" em 1890 não é um edifício, como compreendemos modernamente. Prédio era uma edificação. Os habitáveis poderiam ser sobrados ou térreos. De qualquer forma, em um prédio poderia haver muitos "fogos" ou domicílios. Nas habitações coletivas do tipo "cortiço" era um exemplo de prédio com muitos domicílios ("fogos").

> para esta cidade em 1890 inferior à da própria Buenos Aires, que já em 1887 tinha 13 habitantes por prédio? (PORTUGAL, 1903).[203]

Efetivamente, são números que impressionam. Fica claro entender porque haviam tantas epidemias e porque eram tão devastadoras. No caso do Rio de Janeiro, existia um agravante que tornava ainda mais insalubre a vida naquela época: os cortiços.

A concentração de moradores em ambientes infectos, sem mínimas condições de higiene, levava os tais 14 habitantes por prédio a paroxismos que seriam intoleráveis nas outras capitais citadas.

Como ilustração da vida árida nestas estalagens populares, vale citar um trecho do artigo "Um formigueiro – A vila Ruy Barbosa", publicado em *O Paiz*, de primeiro de janeiro de 1906, assinado por Sebastião Rios. O trecho é um tanto longo, mas bastante esclarecedor sobre a questão da moradia na capital da República. Trata de uma visita do articulista a um amigo que morava em um quarto da famosa vila que durante muitos anos esteve de pé na Rua dos Inválidos[204], foi considerada como a melhor das vilas operárias, a mais recomendada das casas de cômodos do Rio de Janeiro para os pobres. O artigo traz os diálogos entre o jornalista e o amigo, no domicílio deste:

> - Supunha que isto era uma casa de cômodos...
>
> - E então?
>
> - Parece-me que é um cortiço.
>
> - Ah, meu caro amigo, retrucou melancolicamente, tu, que tens a felicidade de ter casa e de ter família, ainda tens a ilusão da casa de cômodos...A casa de cômodos no Rio oscila entre a pensão para os que podem, dirigida por uma madame cheia de sorrisos e de avidez, que te cobra por um quarto e a comida, fora os extraordinários, o bastante para sustentares mulher, quatro filhos e a sogra correspondente, e a casa de alugar quartos, para mim e estes carregadores que viste, irmanados todos pela mesma falta de dinheiro e a mesma dependência dos senhorios em grosso ou a retalho. A casa de cômodos é isto. Vês? a melhor, a mais conhecida, a mais inculcada é esta e é isto que te está surpreendendo...Eu ainda sou feliz, pago um quarto para mim só; esta gente paga o dela para a família toda. Como compensação, sujeito-me ao tumulto e à imundície dos outros.
>
> - Mas isto não é um cortiço...

---

[203] Deve ser levado em conta que nem sempre um prédio significava um domicílio nas cidades da Europa. Os prédios lá, mesmo no século XIX, já tinham três e até cinco pavimentos e cada um com diversos domicílios. O que torna desigual a comparação entre a média de habitantes por prédio do Brasil – onde havia poucas edificações com mais de dois pavimentos – e das citadas cidades da Europa.

[204] A Rua dos Inválidos recebeu este nome pois fora em um casarão dali que soldados invalidados das tropas coloniais buscavam asilo. Posteriormente o casarão foi derribado e em seu lugar construiu-se um paço senhorial, moradia de *Estevão Ribeiro de Rezende*, Marquês de Valença (1777-1856) e sua esposa *Ilídia Mafalda de Souza Queiroz*. Quando estes morreram, o casarão virou colégio até que, já nos primeiros anos da República, foi adquirido pela Cia. de Saneamento, que naquele vasto terreno construiu a Villa Ruy Barbosa, uma vila operária, ou melhor, uma habitação coletiva. Com o tempo, transformou-se em praticamente um cortiço, cuja "Portaria" ou "Escritório central" era o que restava do palacete do Marquês de Valença.

> - Não faças muita questão de nome. A habitação coletiva no Rio é sempre o cortiço, qualquer que seja a denominação que lhes dês. Umas aparentam mais que as outras, para os estranhos, eis tudo. Essa gente lá de baixo serve para manter a aparência necessária; mora em casas separadas, apesar de ter cada casa o dobro da gente que comporta, e por preços pouco de operários, mas vive limpamente. Mas aqui a coisa é outra. Já te havia dado [sic] na cisma o observar isto? Pois assim é toda a gente. Olha, tu fazes socialismo lá fora, por sentimento, por teoria; pedes o dia de oito horas, pedes a equiparação dos jornaleiros, pedes uma porção de coisas generosas e belas; pensaste algum dia que isto é um foco de intoxicação orgânica e moral que é preciso combater e extinguir?...
>
> Interrompi-o:
>
> - Mas o contrato da Saneamento impunha umas tantas condições de preço e de conforto para as suas vilas...
>
> - Não percas tempo em palavras. Fiscalizas tu estes contratos? Então bem... Olha! A Saneamento obteve do governo uma porção de favores para fazer umas tantas vilas operárias, inclusive a isenção de direitos de importação para o material preciso; fez as vilas e fez mais: importou uma quantidade de material superior às suas necessidades, que a acusaram de estar negociando com ele, a custa do Estado, em concorrência vantajosa com os que pagavam direitos à Fazenda Pública. o governo suspendeu-lhe a isenção, ela acionou o governo e parece-me que venceu...a indenização deve andar por uns mil e tantos contos. Nós, por nosso lado, pagamos também; os cômodos e casas que se deviam alugar por 10$, 15$ e 35$ estão por 40$, 60$... (RIOS, 1906, p.3).

O contra-ataque de Aureliano Portugal procurava atingir Hilário de Gouveia por todos os flancos. Ao mencionar o pífio Censo de 1890, malquisto por ambos, Portugal faz uma acusação grave:

> Todos devem recordar dos boatos terroristas que se espalharam por ocasião de efetuar-se a aludida operação censitária, relativamente a aumentos fantásticos de impostos e à realização da conscrição militar.
>
> Tais boatos, cuja difusão era, em grande parte, devida à ignorância do público, mas em parte sugerida também pela surda aversão de alguns correligionários do Dr. Hilário de Gouvêa ao regime dominante, contribuíram sobremodo para que procurasse furtar-se ao recenseamento uma parte considerável da população masculina, a única a que podiam constituir ameaças o aumento de impostos e o sorteio militar (PORTUGAL, 1903).

Favela no Morro de Santo Antônio, Rio de Janeiro, [s.d.]

Pelo visto, a polêmica entre os dois médicos dispensava anestesia. Os bisturis estavam afiados. Aquela era uma de-

núncia extremamente séria: sabotagem de uma operação censitária por um conhecido homem público.

Mas Aureliano queria demonstrar, com cálculo sobre cálculo, que seus números estavam corretos, que ele não aumentou as estimativas de população com o fito de baixar as taxas de mortalidade (PORTUGAL, 1903).

E mais: ele demonstrou que se o censo de 1890 foi deficiente, o de 1900 era "aleijado". Além disso, ele acusou o diretor da DGE[205] de ignorante em estatística, já que apresentou números em que a população total do Distrito Federal teria diminuído de 1890 para o último ano do século XIX, e ainda por cima apresentando justificativas absurdas para esta redução (PORTUGAL, 1903).

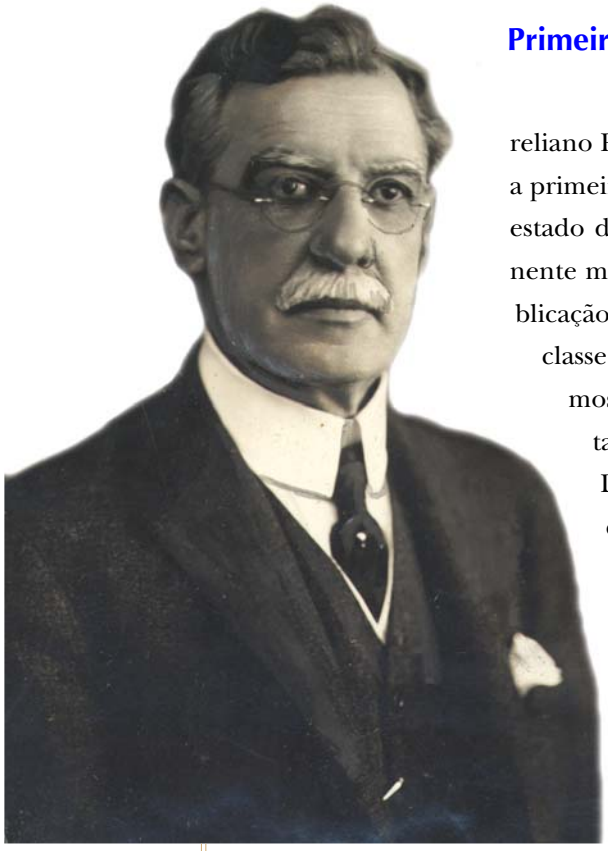
Após expor diversos argumentos sólidos que praticamente lobotomizaram o recenseamento de 1900, bravamente defendido pelo Dr. Hilário, o demografista Portugal louvou o governo da República que "em boa hora lançou o censo na cesta dos papéis inservíveis, onde há mais de dois anos dormia esquecido", até ser "exumado" por Gouveia, que assegurou "que ele representava a verdade e que considera destituído de autoridade o ato oficial que o mandou cancelar" (PORTUGAL, 1903).

Sem citar o nome, Aureliano arrasou com o chefe da DGE, responsável pelo recenseamento de 1900[206], acusado de desconhecer "os mais comezinhos princípios de estatística" (PORTUGAL, 1903). Na verdade, neste artigo, Portugal, bilioso e completamente envolvido nos vapores da ira, declarava as muitas restrições que fazia aos trabalhos da DGE. Embora, sem essa virulência, outros demógrafos-sanitaristas (incluindo Bulhões Carvalho) também tiveram a oportunidade de expor suas críticas àquela repartição. Um dos motivos para isto seria o fato de que a República não tinha nomeado nenhum especialista em estatística para dirigir o Órgão. Até aquele momento, os diretores escolhidos o foram menos por seus conhecimentos de estatística e mais por suas ligações com o poder. Até que um especialista fosse nomeado, eles olhariam os números da DGE sempre criticamente, sempre com ressalvas. Como usuários, eles estavam freqüentemente descontentes com os trabalhos divulgados pela diretoria. Não é sem fundamento que procuravam não levar em conta os números "oficiais" do registro civil produzidos (a duras penas) pela DGE.

A polêmica não terminou aí. Hilário de Gouveia replicou em termos bem mais amenos e sua resposta saiu em 5 de janeiro de 1904, no *Jornal do Commercio*. Aureliano escreveu a sua tréplica, também com palavras mais brandas, em 12 de janeiro de 1904 e daí por diante ambos médicos ensarilharam os bisturis e a discussão cessou.

[205] Era diretor-geral de estatística à época Francisco Mendes da Rocha.

[206] Francisco Mendes da Rocha, como visto anteriormente neste volume.



Bulhões Carvalho, [s.d.]

Primeira polêmica: Hilário x Bulhões

A discussão epistolar entre Hilário de Gouveia e Aureliano Portugal pelas páginas do *Jornal do Commercio* não foi a primeira envolvendo as opiniões do primeiro a respeito do estado de salubridade da Capital Federal. Em 1901, o eminente médico sanitarista tinha enviado, de Paris, carta à publicação *Brasil-Médico* – órgão independente produzido pela classe médica brasileira – com o título "Sobre o papel dos mosquitos na propagação das moléstias tropicais". Nesta carta, Gouveia rebatia a informação divulgada pelo Dr. *Nuno de Andrade* (1851-1924)[207], que em ofício dirigido ao governo federal, em 16 de fevereiro de 1901 afirmara que a mortalidade no Rio de Janeiro excedia a 17 por 1000 habitantes "o que a ser exato, dá-lhe as honras da cidade mais salubre do planeta que habitamos" (GOUVEIA, 1901, p. 209-210).

Gouveia apresentou cinco argumentos ("fatos", segundo escreveu) atestando que de acordo com dados estatísticos pinçados de censos realizados no Rio, não havia nada que justificasse a alegação de ter melhorado a salubridade da cidade. No primeiro "fato", ele, inclusive, acrescenta uma opinião particularmente curiosa que não foi registrada em nenhuma outra fonte[208]: "[o censo de 1872] feito sob as vistas do finado Visconde do Rio Branco, *para servir de base à execução da lei de libertação de nascituros*" (GOUVEIA, 1901, p. 210, grifo nosso).

Ainda nesta carta, ele alegava que o problema sanitário do Rio de Janeiro estava irresoluto" e pedia a opinião de Bulhões Carvalho. E este a emitiu na edição seguinte daquela publicação quinzenal, com o título de "Carta aberta ao Prof. Hilário de Gouveia". Logo em seu início, ele se dirige ao médico com um "prezado mestre e amigo". Em seguida, Bulhões informa ter particular interesse pelos "assuntos de demografia sanitária, aos quais, de 1893 para cá tenho consagrado boa parte de minha atividade mental" (CARVALHO, 1901, p. 224).

Na carta, ele discorda das reflexões proferidas pelo médico Hilário, apresentando sete argumentos que punham em xeque suas alegações. No sétimo argumento ele confirmou a mortalidade de "17 ou 18 por 1000 habitantes".

[207] Médico-sanitarista, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública que também presidiu a Academia Nacional de Medicina.

[208] Esta opinião de Hilário de Gouveia não procede, uma vez que a Lei do Ventre Livre é de 28 de setembro de 1871.

Bulhões educadamente censurou o "prezado mestre", insistindo que seu artigo foi "inoportuno", especialmente quando havia acusações vindas do estrangeiro, uma verdadeira "campanha incessante de descrédito contra a nossa capital". De acordo com Bulhões Carvalho, com aquele artigo Hilário estava fornecendo "armas afiadas aos nossos detratores" (CARVALHO, 1901, p. 225).

Bulhões estava se referindo ao discurso feito no 2º Congresso Científico Latino-Americano, realizado em Montevidéu, em 1901, pelo médico-demografista argentino G. Carrasco, que se revelou um real verdugo do Rio de Janeiro. Segundo o platino, a capital brasileira era uma cidade insalubre e que as estatísticas brasileiras sobre o Rio encerravam "erros calculados", chegando ele próprio à audácia de corrigi-las. Este episódio fez ferver os humores biliosos dos demógrafos-sanitaristas brasileiros. Nuno de Andrade, então titular da Diretoria Geral de Saúde Pública, assumiu a tribuna da Academia Nacional de Medicina para desancar o desafeto colega argentino, inclusive assegurando que Carrasco estava tentando "provar" a superioridade da população de Buenos Aires sobre a do Rio de Janeiro. Nuno afirmara que tal comparação não tinha cabimento, uma vez que as condições das duas capitais eram inteiramente diversas: enquanto o Rio abrigava menos da vigésima parte da população brasileira, Buenos Aires concentrava a oitava parte da população argentina. Com isto, demonstrava que o Rio de Janeiro se desenvolvia sem prejuízo dos demais estados. Já a capital Buenos Aires estava inchando em detrimento das outras províncias que estavam sendo abandonadas (POPULAÇÃO..., 1901, p. 257).

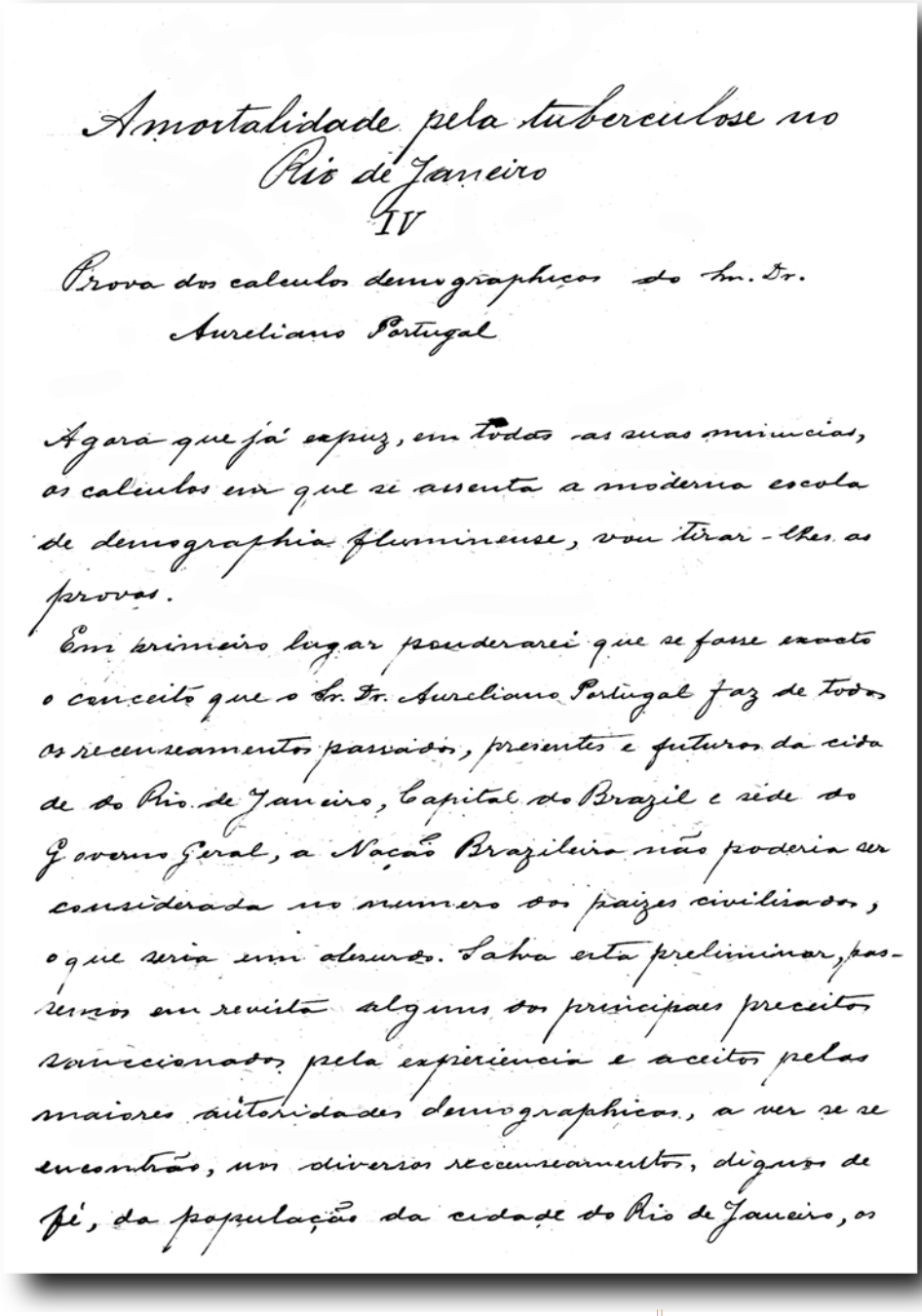
Além de Nuno de Andrade, Aureliano Portugal também se pronunciou contra as alegações de Carrasco. Bulhões Carvalho, da mesma forma, escreveu artigo publicado no *Jornal do Commercio*, de 12 de junho de 1901, contestando as alegações do médico-demografista argentino.

Estranhamente, a Diretoria Geral de Estatística não se manifestou sobre as acusações de Carrasco. Embora fosse um embate entre demógrafos-sanitaristas, eram demasiado fortes as acusações de "erros calculados" nas estatísticas brasileiras. Uma acusação como esta certamente atinge o órgão central de estatística brasileira. Provavelmente o então diretor Mendes da Rocha não se sentiu confortável para entrar naquele debate entre especialistas em demografia.

O relatório de Bulhões Carvalho

Em 2 de janeiro de 1893 a Inspetoria Geral de Higiene transformou-se na Diretoria Sanitária, praticamente com as mesmas atribuições. Para os principais cargos deste novo órgão, foram nomeados: Dr. *Francisco de Castro*[209] (1857-1901), diretor; Dr.

[209] Médico sanitarista baiano, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de onde se tornou professor, vice-diretor e diretor. Dirigiu o Instituto Sanitário Federal de 1893 a 1897. Tinha enorme prestígio entre seus pares e entre a comunidade acadêmica.



A mortalidade pela tuberculose no
Rio de Janeiro
IV

Prova dos calculos demographicos do Sr. Dr.
Aureliano Portugal

Agora que já expuz, em todas as suas minucias, os calculos em que se assenta a moderna escola de demographia fluminense, vou tirar-lhes as provas.

Em primeiro lugar ponderarei que se fosse exacto o conceito que o Sr. Dr. Aureliano Portugal faz de todos os recenseamentos passados, presentes e futuros da cidade do Rio de Janeiro, Capital do Brazil e séde do Governo Geral, a Nação Brazileira não poderia ser considerada no numero dos paizes civilisados, o que seria um absurdo. Salva esta preliminar, passemos em revista alguns dos principaes preceitos sanccionados pela experiencia e aceitos pelas maiores autoridades demographicas, a ver se se encontrão, nos diversos recenseamentos, dignos de fé, da população da cidade do Rio de Janeiro, os

Página manuscrita. A mortalidade pela tuberculose no Rio de Janeiro[19-?]

Augusto de Azevedo Sodré, secretário; Dr. *Luiz Antonio da Silva Santos*, ajudante do diretor; Dr. *Aureliano Portugal*, médico-demografista; Dr. *Bulhões Carvalho*, auxiliar do demografista; Dr. *J. Luiz Vianna*, arquivista. Posteriormente, Aureliano seria convidado para assumir a chefia da Segunda Seção de Estatística do Distrito Federal, sendo nomeado para o seu lugar o médico e catedrático *Francisco de Paula Fajardo* (1864-1906).

Este médico assinaria os boletins quinzenais publicados pela Diretoria Sanitária ao longo de 1894. Estas publicações continham informações meteorológicas, estimativas da população da cidade (600 mil), nascimentos por dia e mês, óbitos por dia e mês, casamentos por dia e mês, estatísticas mortuárias por idade e sexo, estado civil, nacionalidade, naturalidade, por pretorias, por hospitais e casas de saúde e causas de morte, todos com suas respectivas médias e coeficientes (BOLETIM..., [19–?]).

Exatamente um ano depois, aconteceu mais uma reforma, em função de novas diretrizes emanadas pelo governo e foi criado o Instituto Sanitário Federal[210]. Para chefiar a seção de demografia sanitária, foi nomeado, em 31 de dezembro de 1894, o editor da citada publicação *Brasil-Médico*, o onipresente neste volume *José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho*.

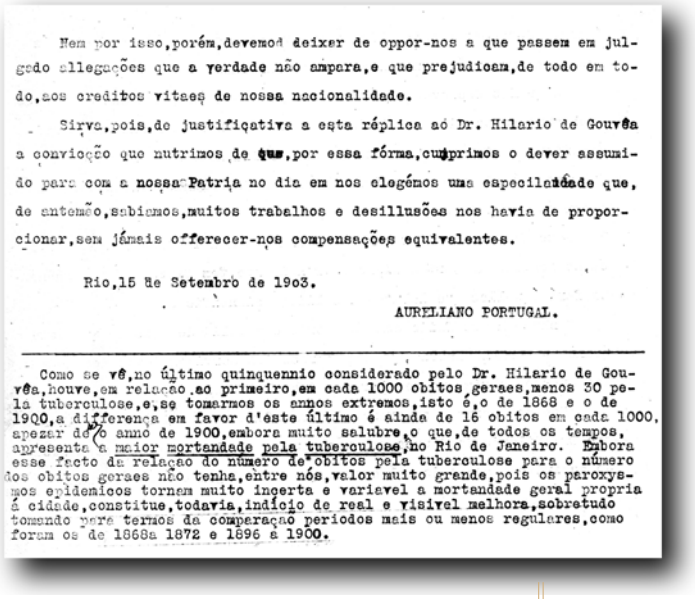
O novo órgão mantinha nos principais cargos praticamente todos os nomes da antiga Diretoria Sanitária. A mudança ficou por conta do novo demografista (Dr. Bulhões Carvalho) e de seu ajudante (Dr. Abel Gama). Além do chefe do Laboratório de bacteriologia, Francisco Fajardo.

Tão logo assumiu, Bulhões reuniu-se com o diretor do instituto, Francisco de Castro, a quem expôs as condições em que encontrou os serviços do setor de demografia. A publicação do Anuário de Estatísticas Demógrafo-Sanitária estava interrompida, o ritmo dos trabalhos estava quebrado desde Revolta da Armada, acontecida em 1893; entretanto, mesmo com condições anormais o setor prosseguia com os seus afazeres, publicando o *Boletim Semanal* e preparando as estatísticas sanitárias. Contudo, naquele início de 1895, para atender à lei de orçamento, foram dispensados três funcionários do Instituto Sanitário Federal, todos do setor de demografia, que, assim, manteve em seus quadros o demografista responsável, um ajudante e um cartógrafo. Com efeito, era muito pouca gente para dar conta de todos os trabalhos do setor. Mesmo assim. Bulhões ainda recebeu a incumbência de elaborar um minucioso relatório sobre o que tinha sido realizado no setor, incluindo dados referentes a 1893 e 1894. O novo chefe do setor de demografia lembrou que pelo novo regulamento sanitário ele não teria necessariamente que apresentar relatório, mas, como era disciplinado, concordou em fazê-lo, mesmo no tempo exíguo que lhe foi dado. Miraculosamente, em 15 dias o diretor do Instituto Sanitário Federal recebia o tal relatório, um completo conjunto de dados demográficos-sanitários que inseriu no seu próprio, remetido ao ministro da Justiça e Negócios Interiores (incluindo o relatório de Bulhões Carvalho como Anexo) (BRASIL, 1895d)[211].

[210] Ficava situado na rua do Passeio, 64, no Centro do Rio de Janeiro.

[211] Este relatório abrange informações dos setores componentes da Diretoria Sanitária (posteriormente transformada em Instituto Sanitário Federal). A partir da p. 5, começa a expor, sob a rubrica "Demografia", as informações produzidas pelo setor de estatística.

O trabalho de Bulhões é uma peça altamente relevante para o estudo da evolução sanitária do Rio de Janeiro, no final do século XIX, e para a compreensão da importância dos demógrafos-sanitaristas na elaboração e difusão das estatísticas da época. De forma resumida, apresentaremos as informações constantes no relatório do titular da Seção de Demografia do Instituto Sanitário Federal. Vale lembrar que foram preparadas por ele com o auxílio luxuoso de um assistente e de um cartógrafo para elaborar os gráficos e o detalhado mapa urbano das ruas da cidade do Rio de Janeiro. Inclusive, não é difícil imaginar como este mapa foi de extrema valia na identificação dos lugares onde haviam focos das doenças. Em suma: um excelente instrumento para os trabalhos do setor de demografia sanitária.



Nem por isso,porém,devemos deixar de oppor-nos a que passem em julgado allegações que a verdade não ampara,e que prejudicam,de todo em todo,nos creditos vitaes de nossa nacionalidade.

Sirva,pois,de justificativa a esta réplica ao Dr. Hilario de Gouvêa a convicção que nutrimos de que,por essa fórma,cumprimos o dever assumido para com a nossa Patria no dia em nos elegémos uma especialidade que, de antemão,sabiamos,muitos trabalhos e desillusões nos havia de proporcionar,sem jámais offerecer-nos compensações equivalentes.

Rio,15 de Setembro de 1903.

AURELIANO PORTUGAL.

Como se vê,no último quinquennio considerado pelo Dr. Hilario de Gouvêa,houve,em relação ao primeiro,em cada 1000 obitos geraes,menos 30 pela tuberculose,e,se tomarmos os annos extremos,isto é,o de 1868 e o de 1900,a differença em favor d'este último é ainda de 16 obitos em cada 1000, apezar do anno de 1900,embora muito salubre,o que,de todos os tempos, apresenta a maior mortandade pela tuberculose,no Rio de Janeiro. Embora esse facto da relação do numero de obitos pela tuberculose para o numero dos obitos geraes não tenha,entre nós,valor muito grande,pois os paroxysmos epidemicos tornam muito incerta e variavel a mortandade geral propria á cidade,constitue,todavia,indicio de real e visivel melhora,sobretudo tomando para termos da comparação periodos mais ou menos regulares,como forem os de 1868a 1872 e 1896 a 1900.

Página datilografada: A mortalidade pela tuberculose no Rio de Janeiro, [19-?]

Para Bulhões Carvalho, o ano de 1893 foi bem mais salubre que o ano seguinte. As epidemias – chamadas de moléstias zimóticas – grassaram com força inaudita em 1894, matando 102 pessoas, somente no dia 6 de março, por febre amarela. Na primeira quinzena deste mês, os óbitos somente por esta doença alcançaram a cifra de 1 111 do total de 1 857 falecimentos no Rio no período. Levando em conta todo o mês de março, as mortes tendo como causa a febre amarela chegaram a 1 929 de um total de óbitos de 3 675. Quanto à varíola, por conta da vacina produzida pelo Instituto Vacínico, as mortes causadas por esta doença estavam em franco declínio. Cairiam mais ainda, segundo Bulhões Carvalho, se fosse instituída a vacinação obrigatória, que só viria anos depois, pela ação de , e ainda assim após muita luta.

Mesmo apresentando números tão alarmantes sobre mortalidade por epidemias, Bulhões acompanhou as teorias de Aureliano Portugal sobre a evolução da salubridade do Rio de Janeiro que tanto irritariam Hilário de Gouveia a ponto dele mais tarde escrever sobre o assunto. Comentou Bulhões a respeito:

> Pelo exame das cifras totais de mortandade de 1890 a 1894, verifica-se que, nos anos em que a febre amarela e a varíola não assumem caráter francamente epidêmico, a mortandade geral no ano manteve-se em soma relativamente módica. Cresce o algarismo total quando uma destas epidemias faz invasão devastadora, aumentando ainda naturalmente quando ambas se declaram (BRASIL, 1895c, p. 71).

De acordo com os dados do médico-demógrafo, em 1890 e 1893, anos em que a febre amarela não teve atuação devastadora, o número de óbitos ficou bem

aproximado: 13 725 para o primeiro ano e 13 442 para o segundo. Nos outros que completam o quinquênio 1890-1894, expurgando o número de mortos por febre amarela e varíola de cada total obtêm-se cifras igualmente aproximadas: em 1891, atingiu a 15 449 óbitos; em 1892, baixou para 14 367; e em 1894 reduziu mais ainda para 14 420.

Do total de óbitos ocorridos em 1893, cerca de 60% vitimou os homens. A média diária de óbitos chegou a 33,74 e o coeficiente de mortalidade atingiu a 20,86 por mil habitantes. Junho foi o mês com maior número de mortos – 1 250 – com outubro 889 e fevereiro 874, apresentando as menores cifras. O trabalho fornece também a distribuição de óbitos por causas de mortes (a maior foi tuberculose, com 2 121 vítimas, representando cerca de 17% do total de falecimentos), idade (curiosamente a maior incidência estava na faixa 20 a 30 anos, com 1 831 óbitos, quase 15% das fatalidades), estado civil e nacionalidade. Às mortes causadas por doenças, somem-se os "cerca de 200 óbitos de cidadãos sacrificados pela guerra civil" (BRASIL, 1895c, p. 69).[212]

Já em 1894, mais de 65% dos falecidos no ano eram do sexo masculino. A média diária de óbitos subiu para 49,77, com o coeficiente de mortalidade atingindo a 30,27 por mil habitantes[213]. A febre amarela foi a principal *causa mortis* no ano: uma em cada quatro pessoas falecidas foram vitimadas por este mal. Quanto à tuberculose, Bulhões, em seu relatório, assinalou a estabilidade no número de mortes de um ano para o outro (2 121, em 1893, contra 2 127, em 1894), observando que os coeficientes "tendem a baixar", mas que "a prudência deve aconselhar os recursos da higiene moderna, afim de procurar diminuir a cifra da mortalidade desta moléstia"(BRASIL, 1895c, p.86). Nos meses, março apresentou a maior incidência de mortes (apogeu do surto de febre amarela, como já visto, com média diária de 30,32 óbitos). Novamente a faixa 20 a 30 anos liderou o total de mortes (3 856, ou seja, 21,26%). Segundo o médico-demografista, a maior incidência de óbitos nesta faixa de idade é decorrente da maior exposição às doenças que pessoas (especialmente homens) que saíam para trabalhar, principalmente em áreas insalubres.

Ainda no tocante à mortalidade por idade e sexo, Bulhões não perde a oportunidade de emitir farpas na direção do órgão central de estatística, acompanhando seus pares demógrafos-sanitaristas, grandes críticos das estatísticas emanadas da DGE. Espantosamente, até o momento em que ele preparava o seu relatório (fevereiro de 1895), ainda não tinham sido divulgados o números relativos ao recenseamento de 1890.

---

[212] Ele estava se referindo às vítimas da Revolta da Armada, acontecida no Rio de Janeiro, em 1893.

[213] Não se deve perder de vista que os registros de mortalidade eram profundamente viesados por conta da sensível subnotificação de óbitos, especialmente de natimortos e mortos com menos de um ano. Na época, ainda havia alguma preocupação em enterrar mortos jovens e adultos nos cemitérios, ditos "campos santos". Lá, os sepultados eram inscritos nos respectivos registros administrativos. Não havia atestado de óbito emitido em cartórios. No caso dos natimortos e mortos com menos de um ano (os chamados "anjinhos"), eram muitas vezes enterrados em fundos de quintais e outros terrenos improvisados. De forma que estes quase nunca eram registrados. Não raro jovens e adultos também deixavam de passar por cemitérios oficiais, fato que certamente contamina os índices de mortalidade de então.

> Debaixo do ponto de vista demográfico a importância deste estudo é manifesta; porém a falta de esclarecimentos que nos deveriam ser fornecidos pelo recenseamento da capital, discriminado pelos diversos grupos de idades e sexos, nos priva de fazer considerações que sugeririam a comparação da mortalidade das diferentes idades em relação à população total e às moléstias que mais dizimam os indivíduos de certas idades e sexo, de preferência a outros de idade e sexo diversos (BRASIL, 1895c, p. 75).

Quanto à mortalidade por nacionalidades, nova queixa pela falta dos números do censo que dariam a proporção de estrangeiros em relação à população. Entretanto, ele atribui o fato de grande incidência de febre amarela entre os emigrantes às razões de falta de aclimação. Embora as mesmas razões que explicam a maior incidência de óbitos masculinos servissem para explicar o grande número de mortos entre estrangeiros. Em 1893, morreram 9 421 brasileiros contra 3 707 estrangeiros, com 314 de nacionalidade ignorada. No ano seguinte, os óbitos brasileiros chegaram aos 10 677 e os estrangeiros a 8 143, com 401 de nacionalidade ignorada (BRASIL, 1895c, p. 76).

No item mortalidade por estado civil, novas lamentações pela ausência de números apurados pelo Censo Geral de 1890 que impediam a realização de considerações demográficas sobre este indicador. Ele se limitou a apresentar as cifras que apontavam maior mortalidade de homens solteiros (4 739, em 1893 e 8 142, em 1894).

Por localidades da cidade do Rio de Janeiro, o maior volume de óbitos ocorreu nas freguesias de São José, Sant'Anna e São Cristóvão. Na primeira e na última se explica pelo fato de nelas se localizarem os hospitais da Santa Casa de Misericórdia, que atendiam principalmente pobres e indigentes. Quanto à Sant'Anna, de acordo com o demografista, o fato de lá existir grande quantidade de cortiços e estalagens em péssimas condições sanitárias agravava o quadro de vítimas das epidemias.

Ainda no relatório, Bulhões adverte que

> só devido a falta de medidas de saneamento, de há muito reclamadas, tem sido esta cidade injustamente considerada insalubre, quando apenas o é em épocas de epidemias. Estas poderiam ser evitadas se fossem postas em prática as medidas de saneamento do solo e complementares, tão discutidas e proclamadas em referência à febre amarela e que tão bom resultado deram em outros países nas mesmas condições (BRASIL, 1895c, p. 71).

Esta observação demonstra que a demografia sanitária aglutinava a medicina social com a reordenação do espaço geográfico, especialmente o urbano. Os médicos-demógrafos não só diagnosticavam como apresentavam opções para o Estado atuar e minorar os efeitos das moléstias. A importância dada à interpretação do fenômeno observado, que é atual preocupação da demografia, já o era ao tempo em que atendia pelo epíteto de demografia sanitária. Estamos insistindo em que não há diferenças entre a demografia sanitária e demografia propriamente dita e os textos dos médicos-demografistas cada vez mais corroboram esta reflexão. Vejamos, como exemplo, este texto do relatório de Bulhões Carvalho:

> Em 1893, a população média da cidade do Rio de Janeiro, *considerada sob o ponto de vista da demografia sanitária*, foi calculada pelo Dr. Portugal em 590.200 habitantes, acrescentando à população média, orçada para o ano de 1892, a taxa de crescimento anual de população de 4,5% (BRASIL, 1895c, p. 73, grifo nosso).

Em que difere a dimensão desta análise de uma elaborada por um demógrafo não-sanitário?

Para o ano de 1894, Bulhões acrescenta que seu antecessor na Seção de Demografia, Francisco Fajardo, calculou a população carioca em 600 000, obtendo este número pela aplicação de pouco menos da metade da taxa de crescimento (de 4,5%) aos números obtidos no cálculo para 1893. A redução da taxa deveu-se

> às condições anormais em que se achava a nossa cidade, que além de ter o seu porto bloqueado e sofrer as conseqüências de uma guerra civil, a qual afugentou naturalmente para o interior grande parte da população estática, está passando por uma crise econômica que, encarecendo os meios de subsistência, dificulta o progresso da população e tem obrigado muitas famílias menos favorecidas da fortuna a retirar-se para o interior, onde são mais fáceis os meios de vida (BRASIL, 1895c, p. 73).

O relatório também apresenta informações sobre natalidade. A propósito, Bulhões Carvalho advertiu que aquela foi "a primeira vez que se fez este estudo oficialmente" (BRASIL, 1895c, p. 87). Mais uma vez lamentou a escassez de elementos (por conta do atraso na divulgação dos números do Censo de 1890) e de tempo que não o permitia se aprofundar o tanto que pretendia e o assunto merecia[214]. Em 1893, houve 13 825 nascimentos, dos quais 1 126 nasceram mortos. Logo, vingaram 12 699, ou seja, apenas 382 nascimentos a mais que o total de mortes. No ano seguinte, o número de nascidos foi ligeiramente menor – 13 486, e deste total, 1 054 não sobreviveram. Fazendo-se a subtração, chegamos a 12 432 sobreviventes, o que significa dizer que, no ano, morreram mais 5 735 pessoas (31,6%) que nasceram.

Bulhões Carvalho fez então o estudo em quatro partes, baseadas nos quadros estatísticos que apresentou: natalidade por meses e sexo; natalidade por pretorias (freguesias); natalidade diária e mensal, e mortinatalidade.

Ele tomou como definição de natalidade a feita por *Proust*[215], em seu tratado de higiene: "natalidade é a relação que existe entre o número de nascimentos e a população. Isto se obtém dividindo os nascimentos pela cifra da população" (BRASIL, 1895c, p. 87).

Natalidade por meses e sexo: Segundo seu estudo, em 1894, houve 6 268 nascimentos do sexo masculino e 6 163 do feminino (excluindo-se os que nasceram mor-

[214] Da mesma forma que a mortalidade, a natalidade era (e ainda é) subnotificada. Existiam poucos cartórios e os que haviam eram distantes. Isto, aliado à falta de tradição do povo em registrar os filhos, contribuía para um número irreal de nascimentos.

[215] Bulhões cita este nome, mas não dá nenhuma outra indicação de quem seja. O relatório não apresenta bibliografia.

tos). Em 1893, foram 6 389 nascimentos masculinos e 6 310 femininos. O total de nascimentos em 1893(incluindo-se os natimortos) foi de 13 825 e em 1894 de 13 485.

Deste total, a maior parte nasceu no primeiro semestre, tanto de 1893 (52,7%) quanto de 1894 (53,2%). Segundo ele, isto é explicado pelo fato de no primeiro semestre dos respectivos anos anteriores, especialmente nos meses de março, abril, maio e julho, ter ocorrido o maior número de casamentos. Nos dois anos estudados, o mês em que mais pessoas vieram ao mundo foi março (1 393, em 1893 e 1 308, em 1894), tendo novembro no oposto com apenas 910 nascimentos para 1893 e 901 para o ano seguinte (BRASIL, 1895c, p. 88-89).

Natalidade por meses e pretorias (freguesias): Sant'Anna foi a pretoria onde se verificou o maior número de nascimentos, seguida por Engenho Velho, Espírito Santo e Engenho Novo. A grande população e extensão das pretorias justificam tal fato. Nas pretorias da Glória e da Lagoa, houve número menor de nascimentos porque lá habitavam famílias de alta renda, que naturalmente tem baixas taxas de natalidade, além do fato de passarem boa parte do ano em viagem, com alguns nascimentos ocorrendo durante estes trânsitos (BRASIL, 1895c, p. 89).

Natalidade mensal e diária: Nos dois anos, a média diária foi maior em março, superando os 42% (BRASIL, 1895c, p. 90).

Mortinatalidade: Em 1894, foram 1 054 os nascidos mortos e em 1893, 1 126. Entre estes, os homens foram maioria (469, em 1894; 473, em 1893, com 226 sem declaração de sexo para 1894 e 243 para 1893. Na comparação com nascimentos, o coeficiente de natimortos em 1894 foi de 78,16 p.mil; e de 1893, 81.44 p. mil (BRASIL, 1895c, p. 90).

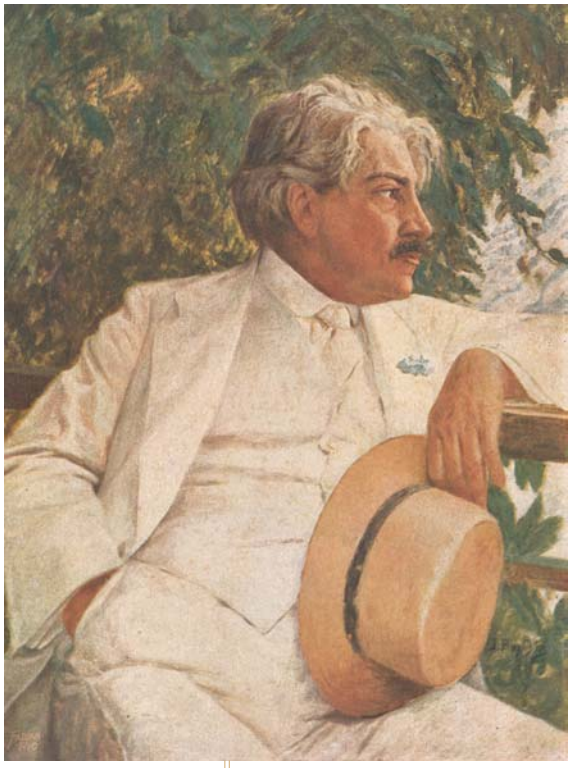
O relatório de Bulhões também apresenta análises sobre o tema nupcialidade. Para Bulhões, "o estudo da nupcialidade, encarado debaixo do ponto de vista da demografia sanitária é de importância capital". Novamente citando Proust, ele afirma que o número de casamentos, o estado civil e idades dos contraentes e o grau de parentesco entre eles são fatores de que depende a influencia do casamento sobre a saúde, criminalidade, alienação mental, suicídio e mortalidade (BRASIL, 1895c, p. 91).

Mais uma vez ele cita a "falta de dados organizados" como empecilho para o estudo regular da nupcialidade.

Em 1893, foram verificados 2 276 matrimônios, com média diária de 6,07. No ano seguinte, aconteceram 2 472 uniões legais, mantendo-se a mesma média diária de 1893.

Ainda em 1894, o coeficiente de nupcialidade chegou a 4,12 casamentos para cada mil habitantes. No ano anterior, foi de 3,85 p. mil hab.

Em 1894, os meses preferidos para as núpcias foram (pela ordem): dezembro (301), setembro (263) e julho (243). Em 1893: abril (242), julho (232) e



Dr. Oswaldo Gonçalvez Cruz, [s.d.]

junho (226). Em 1894, abril teve o menor número de uniões (158) e em 1893, o menos procurado foi outubro (132).

Bulhões Carvalho encerra o relatório apresentando as escusas de praxe que já lhe eram características:

> A rapidez da confecção do nosso trabalho, em que a maior parte do tempo foi dedicada ao preparo dos anexos, além da falta de elementos precisos para tirar conclusões vantajosas e lógicas dos algarismos, desculpará qualquer omissão ou má apreciação de quem, pela primeira vez, logo ao entrar no exercício de seu cargo, foi incumbido de tão árdua tarefa (BRASIL, 1895c, p. 93).

Em seguida apresenta diversas tabelas referentes aos assuntos descritos anteriormente.

Números para Oswaldo Cruz

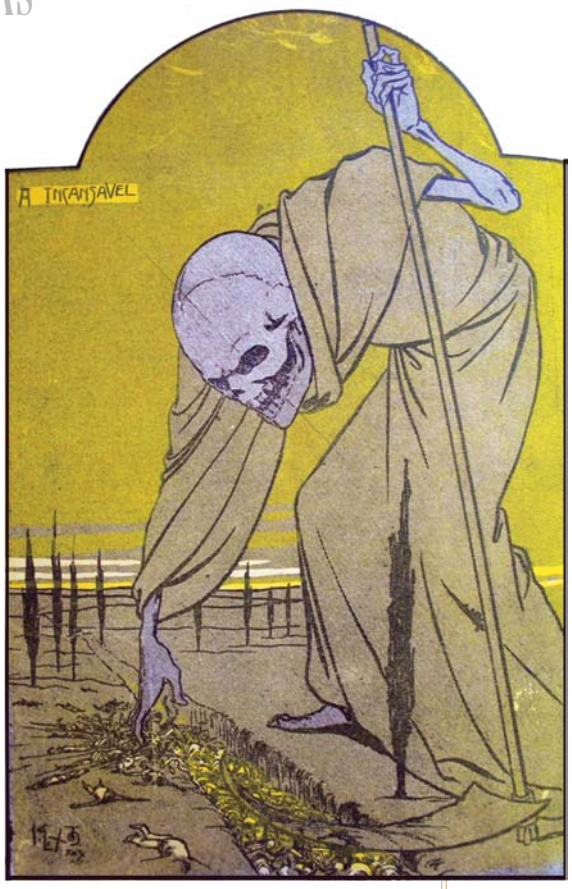
O Instituto Sanitário Federal mudaria de nome mais uma vez, em 1897, passando a ser denominado como Diretoria Geral de Saúde Pública, ainda subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Suas atribuições são praticamente as mesmas do Instituto Sanitário Federal: a direção dos serviços sanitários dos portos marítimos e fluviais, a fiscalização do exercício da medicina e da farmácia, nos estudos sobre as doenças infecto-contagiosas, *na organização de estatísticas demográfico-sanitárias* e no auxílio aos estados, mediante solicitação dos respectivos governos e em casos previstos constitucionalmente.[216]

Em 1903, chega à Diretoria Geral de Saúde Pública um novo chefe: o médico sanitarista *Oswaldo Gonçalves Cruz*, que mantém a seção de demografia sanitária, chefiada por Bulhões Carvalho. Em seu primeiro relatório dirigido ao Ministro da Justiça e Negócios do Interior, o célebre sanitarista já apontava a atuação do setor chefiado por Bulhões no combate à febre amarela:

> [...] a seção de isolamento e expurgo desinfetava sistematicamente, pela queima de enxofre e píretro, todas as casas que a Seção Demógrafo-Sanitária, por suas estatísticas indicava como focos de febre amarela na epidemia de 1902-1903 [...] (BRASIL, 1904c, p. 7).

Este relatório tem notável importância dentro do assunto demografia sanitária. Nele, o grande higienista faz um relato minucioso do estado da saúde pública na Capital Federal, incluindo os esforços despendidos pela diretoria para sanear a cidade. No capítulo *Estado sanitário. Demografia* ele passou a palavra ao chefe do setor

[216] Disponível em: <http://www2.prossiga.br/Ocruz/Trajetoria/diretoriageral/31campanhas/diretoriageralsaude.htm>. Acesso em: 11 jan. 2005.



Charge representando a morte pelas pestes ceifando vidas, 1903

responsável, Bulhões Carvalho, que apresentou meticulosa descrição dos trabalhos realizados pela área sob sua responsabilidade. Vale acrescentar que, segundo ele,

> em todos os trabalhos foi eficazmente auxiliado pelo distinto e operoso colega Dr. Sampaio Vianna e pelo hábil e zeloso cartógrafo professor Caetano Regazole (BRASIL, 1904c, p. 85).

Na abertura de seu relato, Bulhões informa que "assumiu as funções de médico-demografista em 27 de março do ano findo [1903]", o que significa dizer que houve descontinuidade em sua atividade à frente daquele setor de demografia sanitária. Não nos foi possível descobrir de quanto tempo. Da mesma forma como procedeu quando de sua primeira nomeação, ele fez um profundo exame do setor que novamente chefiaria, reclamando por mudanças absolutamente necessárias para o melhor andamento dos trabalhos. Não foi em vão o apelo a vossa reconhecida solicitude, reconheceu Bulhões, admitindo a influência de Cruz na reforma da Seção de Demografia Sanitária, que contou com a aprovação do Congresso Nacional, aumentando o número de funcionários do setor. "Deste acréscimo de despesa resultarão grandes vantagens ao serviço público, conseguindo realizar o objetivo de demografia" (BRASIL, 1904c, p. 84), como admitiu Bulhões Carvalho.

Ele comunicou ter reformulado, aperfeiçoando, o Boletim Semanal de Estatística Demógrafo-Sanitária, inclusive para melhor atender "às constantes solicitações dos consulados estrangeiros" (BRASIL, 1904c, p. 84).

No seu relato, é possível verificar o estudo feito, com dados estatísticos e diversos gráficos, sobre endemias que grassavam no Rio de Janeiro, como as já conhecidas febre amarela e varíola, e mais outra que vinha se alastrando na cidade há cerca de quatro anos "com uma persistência aterradora" – a peste bubônica. Somente referindo-se a 1903, Bulhões informa que esses três flagelos "roubaram à nossa população mais de 1 700 almas" (BRASIL, 1904c, p. 84). Mas mesmo com o expurgo dos óbitos causados pelas três endemias o número total de óbitos no Rio de Janeiro em 1903 era bastante significativo: 14 449, ou seja, na série desde 1890, excluídas as principais moléstias, era a terceira maior mortalidade (atrás de 1896, com 15 074, e de 1902, com 14 723). Com base nestes números, é perfeitamente possível considerar o ano de 1903 como um dos mais insalubres daqueles últimos catorze anos.

Ao detalhar as principais razões para a alta mortalidade causada pela bubônica, febre amarela e varíola, Bulhões forneceu a Oswaldo Cruz a sustentação estatística (logo, metodológica, científica) para que ele resolvesse priorizar o combate àqueles inimigos da saúde pública. Certamente não foi por coincidência que ao tomar conhecimento dos números e principais focos de peste bubônica na Cidade, Cruz resolvesse eleger os ratos como inimigos a serem exterminados, iniciando, assim, a célebre campanha de combate aos maléficos roedores, que até marchinha de carnaval gerou.

Bulhões revela a possível forma de entrada da peste no Brasil, pelo porto de Santos, possivelmente no último quadrimestre de 1899. De lá, teria se propagado para São Paulo, Rio de Janeiro, Campos, Niterói, São João da Barra, Petrópolis, Fortaleza, Porto Alegre, Paranaguá, Recife, Vitória, Aracaju, Belém e São Luiz, quase todas cidades portuárias. O médico-demógrafo fez a ressalva de que só possuía dados mais ou menos completos sobre os efeitos da peste no Rio de Janeiro:

> Apesar de solicitados, não recebemos dos inspetores de higiene dos estados os esclarecimentos necessários ao estudo da marcha e dos estragos causados por esta moléstia nas diversas localidades contaminadas (BRASIL, 1904c, p. 87).

Vale esclarecer que além dos inspetores de higiene, que eram ligados administrativamente à Diretoria Geral de Saúde Pública, em vários daqueles estados existiam seções de demografia sanitária. Da mesma forma que a DGE lutava para obter informações dos estados, que não as forneciam por displicência ou por não tê-las mesmo, a Diretoria Geral de Saúde Pública também haveria de batalhar por números que não viam pelas mesmas razões citadas.

No relatório, há um detalhado histórico dos primeiros casos da peste no Brasil e na América do Sul, onde se manifestou primeiramente no Paraguai, alastrando-se em seguida para a Argentina. Entretanto, Bulhões esclarece que "não se sabe bem de onde" a doença foi importada. Há indícios, entretanto, de que tenha entrado pelo porto de Santos. Na América do Sul, a peste apareceu possivelmente por intermédio do vapor argentino *Centauro*, que pegou uma carga em Montevidéu procedente da Índia, onde havia muitos casos. O vapor circulou por diversos portos fluviais da Argentina e do Paraguai, tendo sido registrado casos de contaminação entre os tripulantes e, a partir daí, das cidades onde ele esteve. Bulhões assegura não haver claros indícios da doença ter entrado no Brasil vinda dos dois países sul-americanos:

> Faltam elementos para esclarecer o assunto, que está, além disso, fora da competência da seção demográfica. Ao médico-demografista cumpre apenas coligir os dados já conhecidos, apura-los e comenta-los (BRASIL, 1904c, p. 89).

No Rio de Janeiro, a peste irrompeu em janeiro de 1900, com um primeiro caso fatal detectado na Ladeira do Valongo, nas proximidades do porto carioca. O médico-demógrafo acrescenta que a ignorância e a desconfiança do povo dificultaram o pronto combate à doença. Segundo os números da Seção de Demografia Sanitária, de 1900 a 1903, houve 1 069 óbitos causados pela peste bubônica. No relatório, Bu-

lhões Carvalho apresenta tabelas com a distribuição de óbitos por meses dos anos arrolados, por sexo e idades, estado civil, nacionalidade, cor[217], pretorias [freguesias] e hospitais.

Em seguida, fez igual análise dos óbitos causados pela febre amarela e pela varíola, o que da mesma forma, permite levantar a hipótese de que os números de Bulhões foram extremamente importantes nos desdobramentos que se seguiram na diretoria chefiada por Oswaldo Cruz, e seu renitente combate às endemias, em que pese a virulenta oposição granjeada pelo sanitarista.

Instituto Oswaldo Cruz, [Manguinhos], Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]

No tópico seguinte, Bulhões fala da tuberculose, valendo ressaltar que por aquela época estaria iniciando a polêmica entre Aureliano Portugal e Hilário de Gouveia. E, pelo visto, Bulhões dava suporte às afirmações de seu colega demógrafo-sanitarista.

De acordo com os seus números, em 1903, os óbitos causados pela tuberculose, não sofreram acréscimos significativos. Desde 1890, os coeficientes de mortalidade por mil habitantes mantinham-se entre 3,44 e 4,37. No ano em questão, na conta daquela doença, o coeficiente ficou em 3,62 óbitos por mil habitantes.

Em seguida, Bulhões Carvalho abordou o tema *Estado Sanitário dos Portos*, durante o ano de 1903, com números fornecidos pelas inspetorias de higiene dos estados, além dos obtidos no Rio de Janeiro. Ele voltaria a comentar a falta de um serviço regular de estatística demógrafo-sanitária em todo o Território Nacional que não permitia entrar em maiores detalhes. Ele assinou a sua parte do relatório em 10 de fevereiro de 1904, como "Bulhões Carvalho, médico-demografista". O diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública, o fez em 13 de fevereiro daquele mesmo ano, apondo somente "Gonçalves Cruz" ao fim do relatório.

Bulhões Carvalho estaria lotado neste órgão até 1907. Ali, produziria relatórios anuais e outros estudo temáticos como Contribuição para o estudo epidemiológico da febre amarela, em 1903, e Estado sanitário do Rio de Janeiro em 1906, sendo este último trabalho apresentado no 3º Congresso Médico Latino Americano reunido em Montevidéu, de 17 a 23 de março daquele ano. Em ambos trabalhos, ele insistiu sobre a necessidade de elucidar questões médicas colhendo elementos de "fontes fidedignas", interpretando-as com "deduções baseadas em dados estatísticos e comprovações gráficas" (CARVALHO, 1903, p. 3).

[217] Discriminados em "brancos", "pardos" e "pretos" e "cor ignorada".

Os boletins mensais e quinzenais de estatísticas demógrafo-sanitárias publicados pela DGSP não deixaram de ser publicados a partir da entrada de Bulhões na seção. A partir de 1901, outros médicos-demógrafos foram entrando para o setor a assinando as estatísticas divulgadas pelo órgão. Surgem nomes como Dr. *Sampaio Vianna* e Dr. *Alfredo de Mello e Alvim*; especialmente do primeiro ainda falaremos em capítulos adiante.

O redator-gerente da Brasil-Médico

Como já visto, a publicação *Brasil-Médico* era feita por e para profissionais da Medicina. Surgiu a partir de 1887, como meio de divulgação de artigos e trabalhos produzidos por médicos brasileiros. Bulhões Carvalho entrou para o corpo de colaboradores desta publicação em 1893 e já na edição de 15 de maio deste ano publicava o primeiro "Boletim Demográfico", onde fazia projeções da população do Rio de Janeiro (590 200 habitantes) e apresentava informações sobre natalidade e mortalidade. Ele assinou a coluna como "Auxiliar do demografista", incorporando suas funções na Diretoria Sanitária e de onde certamente retirava os dados que divulgava ali.

No número relativo a 22 de outubro de 1893, a *Brasil-Médico* divulgava nota sobre o recenseamento realizado no Estado do Rio de Janeiro, em 1892, e comandado por J. P. Favilla Nunes. Dizia a nota (BRASIL-MÉDICO, 1893):

> Encarregado pelo presidente do Rio de Janeiro de dirigir o serviço de recenseamento da população daquele estado, o Sr. J. P. Favilla Nunes honrou sua designação publicando um trabalho completo de demografia estatística que se torna um tanto mais importante porque vem preencher uma lacuna de que se tornaram culpadas as administrações anteriores.
>
> Decretada pela Assembléia Legislativa a lei que autorizava esta serviço e promulgada pelo presidente do Estado no dia 2/8/1892, no dia 30 do mesmo mês e ano procedia-se em todos os municípios o recenseamento da população com todas as indicações que podem interessar à administração pública.

Continua a nota assegurando que o encarregado concluiu sua tarefa esplendidamente. Em seguida, fez ligeiras considerações sobre a operação censitária, tratando sucessivamente da divisão administrativa, da comparação entre recenseamentos anteriores, da população urbana e rural específica por sexo e estado, por naturalidades, cultos, grau de instrução, idades, população distrital e escolar.

Embora a nota não tenha tocado no assunto, vale destacar que realizar um recenseamento estadual apenas dois anos depois do geral levado a cabo em 1890 significa que oficialmente se estava desprezando os resultados obtidos pela DGE. Aliás, já foi visto anteriormente neste volume o quão incompleto foi aquele censo, inclusive para o Estado do Rio de Janeiro.

Menos de um ano depois de entrar como colaborador da *Brasil-Médico*, Bulhões Carvalho chegava ao cargo de "redator-gerente" (o mesmo que o atual "edi-

tor-chefe"). No exemplar de primeiro de janeiro de 1894, já aparece seu nome no crédito da publicação como o seu novo responsável. A partir dali, além das matérias de cunho exclusivamente médico, apareceriam artigos e boletins sobre demografia sanitária, como o escrito pelo Dr. Rodolpho Galvão, médico-demografista, inspetor de Higiene no estado de Pernambuco, intitulado "Higiene Pública". Por este artigo, percebe-se que seu autor era mais um dos demógrafos-sanitaristas críticos dos trabalhos da DGE:

BRAZIL MEDICO

Revista Semanal de Medicina e Cirurgia

PUBLICADA SOB A DIRECÇÃO DO DR. AZEVEDO SODRÉ

COLLABORARAM NO PRESENTE VOLUME OS

ANNO XVI

RIO DE JANEIRO
1902

Folha de rosto da revista Brasil Médico, 1902. Foto Marco Santos

> Em um estudo de demografia sanitária é imprescindível saber-se o número exato de habitantes de uma localidade para se conhecer o movimento de sua população. [...]
>
> Parece incrível, mas é verdade, que até agora – três anos depois – não se tenha ainda apurado o recenseamento geral do Brasil, feito em 31 de dezembro de 1890, quando o Japão, que depois daquela época recenseou a sua população, quase quatro vezes maior que a nossa, já há muito tempo fez publicar o resultado obtido (GALVÃO, 1894, p. 125).

Demografia sanitária nos estados

No âmbito da cidade do Rio de Janeiro, como vimos no capítulo sobre o censo de 1906, desde o final do século XIX já existia uma Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, onde atuavam os demógrafos-sanitaristas. Em 1902, o Decreto nº 304 muda o *status* da Seção de Estatística para Subdiretoria de Estatística. O então chefe da Seção, Aureliano Portugal, passou a ser o subdiretor do novo setor, sendo posteriormente nomeado por Pereira Passos para presidir a Comissão Central do Censo de 1906.

No Estado do Rio de Janeiro, segundo o que pode ser verificado na obra "**Estudos de demografia sanitária durante 34 anos pelo Dr. Antonio Augusto Ferreira da Silva",** constata-se que havia preocupação com saúde pública no estado desde 1857 (quando era província). Neste trabalho, seu autor, um médico demógrafo-sanitarista, aponta a necessidade de realização de um censo municipal em Niterói, uma vez que os resultados referentes a 1890 são insatisfatórios. Sobre este recenseamento, inclusive, ele escreveu uma nota de pé de página em seu trabalho que dá conta da sua sempre decantada deficiência:

> O recenseamento de 1º de agosto de 1890, no qual colaboramos, ficou infelizmente muito incompleto e defeituoso. Não foi executado em muitos municípios, em outros faltaram paróquias e em quase todas faltaram seções.

> Como primeira tentativa depois de 1872, este recenseamento não teve por parte da própria população o auxílio que devia merecer um serviço tão importante. Por maiores que fossem os esforços da extinta Diretoria de Estatística, não se pôde conseguir o fim desejado.
>
> A extinção de 14 municípios, ora decretada, servirá de ensinamento para outra tentativa que se tenha de fazer.
>
> Para passarmos à irregularidade deste serviço, vamos comparar o resultado do recenseamento de 1890 com o de 1872.
>
> Outros exemplos poderíamos apresentar se não se tornasse isto tão enfadonho. Em todas as paróquias em que se fez o recenseamento de 1º de agosto de 1890, a população diminuiu em relação ao Censo de 1872.
>
> O Estado do Rio de Janeiro é uma das mais prósperas circunscrições do Brasil, e ninguém dirá que a sua população em vinte anos ficou estacionada, tendo recebido tão grande número de imigrantes nestes últimos anos.
>
> Resulta, portanto, que para uma divisão regular do estado, é indispensável um recenseamento completo, a que a população, hoje justamente interessada, preste o seu auxílio prestimoso, reconhecendo que a estatística, longe de prejudicá-la, só lhe pode ser útil e proveitosa, guiando a administração em seus atos com justiça e acerto (SILVA, 1893, p. 12).

Ainda neste trabalho, o Dr. Antonio Augusto elaborou diversas tabelas, envolvendo os temas mortalidade, natalidade, nupcialidade e doenças notificadas pela população, de 1857 a 1890 (os 34 anos do título), além de quadros comparativos entre resultados dos Censos de 1872 e 1890, incluindo população, dividida em infantil (de 0 a 5 anos), escolar (de 6 a 15 anos) e adulta (acima de 16 anos), sexo, cor (branca, parda, preta e cabocla), estado civil e nacionalidade.

Houve outros trabalhos ligados à Demografia Sanitária fluminense saídos da lavra de Ferreira da Silva, como o **Estatística patológica da capital da província do Rio de Janeiro**, publicado em 1888.

Segundo Rodolpho Telarolli Júnior, "a elaboração e publicação de estatísticas demográfico-sanitárias era reclamada em São Paulo desde o final da Monarquia" (TELAROLLI JÚNIOR, 1993, p. 148), tentando quebrar a exclusividade que o Rio de Janeiro tinha desde meados do século XIX. Entretanto, os primeiros trabalhos só apareceriam com a República.

> O federalismo, descentralizando parte da estrutura administrativa, e a secularização dos registros civis, resultado da separação entre a Igreja e o Estado, são algumas das condições que viabilizaram a criação, em São Paulo, de uma estrutura estadual para o registro dos eventos vitais, pré-requisito para a elaboração de estatísticas demográficas e sanitárias (TELAROLLI JÚNIOR, 1993, p. 148).

Por trás desta tentativa de criação de estatísticas demográfico-sanitárias estava a preocupação com a manutenção do fluxo migratório para as lavouras cafeeiras paulistas. São Paulo não podia parar de receber braços para a agricultura. Desde 1886,

o então presidente de província João Alfredo Corrêa de Oliveira já vinha defendendo a criação de um setor que elaborasse estatísticas demográfico-sanitárias, com o intuito de referendar com a força de argumentação dos números a salubridade de São Paulo e contestar acusações de que epidemias propagavam-se pela província paulista. Estas denúncias partiram do Ministério do Interior da Itália, que chegara a enviar circular às prefeituras italianas recomendando que imigrantes desistissem de seguir para o Brasil e especialmente para São Paulo (SÃO PAULO, 1886, p. 27).

O governo paulista e especialmente os fazendeiros do estado tinham todo interesse em aumentar o fluxo migratório para abastecer com braços as lavouras que estavam perdendo escravos em ritmo crescente. Com a Abolição, a situação ficou dramática. Mas para que os imigrantes continuassem desembarcando no porto de Santos, rumo ao interior do estado, as pestilências tinham que ser definitivamente erradicadas. De tempos em tempos, um surto epidêmico se abatia lá com maior fúria, exterminando trabalhadores, comprometendo a economia de São Paulo. O relato dos parentes que estavam no Brasil acrescentado pelas observações dos representantes consulares faziam reduzir ou interromper a vinda de novos imigrantes, o que efetivamente aconteceu em alguns momentos.

Telarolli Júnior (1993, p. 149).apresenta em seu texto uma outra razão para o desenvolvimento de estatísticas demográfico-sanitárias em São Paulo: "um incipiente eugenismo, que já aparecia no início da República, manifesto na tentativa de formação de uma raça com características favoráveis mediante o controle da composição da população".

Neste assunto, provavelmente há o dedo dos positivistas que estudavam o tema Eugenia, embora não tivessem em São Paulo o mesmo peso que tinham no Rio e em outros estados. De qualquer forma, sabia-se que o anarquismo já estava amplamente disseminado na Itália e o Apostolado Positivista temia a sua vinda para o Brasil nos mesmos navios que traziam os trabalhadores. Anarquia era o anátema dos ideais de "ordem e progresso".[218]

Mas prossegue Telarolli Júnior acrescentando que a República pretendia balancear as nacionalidades que compunham o povo brasileiro, impondo limites e cotas para estrangeiros.

> O grande espaço reservado nos anuários e publicações oficiais estaduais às tabulações de casamentos multinacionais, com ênfase nos matrimônios entre brasileiros e estrangeiros, é um importante indicador dessa preocupação, presente já no início do período republicano, de que a raça brasileira fosse resultante do que se considerava a miscigenação ideal (TELAROLLI JÚNIOR, 1993, p. 149).

[218] Vale lembrar que a doutrina anarquista surgiu entre os séculos XVII e XVIII na Europa, e que veio para o Brasil com os imigrantes europeus, por volta de 1850. A principal experiência brasileira é a Colônia Cecília dirigida entre 1890 e 1893 por imigrantes italianos, em terras doadas pelo imperador D. Pedro II, no Município de Palmeira (PR).Entretanto, sua ação será mais atuante a partir do início do século XX, especialmente em São Paulo, onde haviam muitos imigrantes italianos.

Com efeito, nas estatísticas demógrafo-sanitárias, era dada notável importância aos cruzamentos com a variável "nacionalidade".

Embora houvesse desde o Império uma Inspetoria de Higiene no Estado de São Paulo, esta havia sido criada por determinação do governo central, ainda que o tema saúde pública tivesse tratamento descentralizado. Com a República, e, conseqüentemente, com o federalismo, esta descentralização foi intensificada. Foram criados órgãos estaduais em vários estados para a elaboração de estatísticas demógrafo-sanitárias, sempre baseadas em registros civis. Em São Paulo, a criação deste órgão veio junto com a implantação do Serviço Sanitário estadual. Com isto, surgiram áreas de sombra entre as duas áreas, situação que se tornou mais aguda com a criação da Repartição de Estatística e Arquivo. Cabia a esta produzir séries e indicadores sobre a chamada demografia dinâmica, ou mais precisamente, organizar os trabalhos estatísticos do estado, conforme consta na Lei nº 116, de 1º de outubro de 1892:

> Artigo 2º A esta repartição incumbirá a organização de trabalhos estatísticos, sua impressão e publicação, e a guarda de documentos e papéis, oficiais ou não, que interessarem, sob qualquer ponto de vista, à história de São Paulo em especial, e do Brasil em geral.
>
> Artigo 3º Fica conservado, com as atribuições atuais o lugar de diretor da repartição.
>
> Artigo 4º O serviço será distribuído entre três seções, do seguinte modo[219]:
>
> a) à primeira seção incumbirá todo o serviço referente a estatística da população, imigração, emigração e colonização com os detalhes e circunstâncias que forem determinadas em regulamento [...].
>
> b) à segunda seção incumbirá todo o serviço relativo à estatística industrial, comercial e agrícola em todas as suas formas, à renda pública do Estado e dos municípios, à instrução pública e particular, *à demografia sanitária*, à de estabelecimentos de beneficência e caridade, correios e telégrafos, água e esgotos, conforme a especialização que for feita no regulamento respectivo (SÃO PAULO, 1944, p. 74).

Naquele mesmo ano, um pouco antes, a Lei estadual nº 43 definiu como atribuição do Serviço Sanitário a organização das chamadas estatísticas vitais. No ano seguinte, o órgão foi reorganizado, tendo sido criada a Seção de Estatística-Demógrafo Sanitária, com o encargo de organizar dados de mortalidade e meteorológicos no sentido de analisar "a ocorrência e evolução das epidemias e endemias e as freqüências das demais causas de morte" (TELAROLLI JÚNIOR, 1993, p. 149). Por conta destas atribuições, cabia ao setor elaborar relatórios no âmbito da demografia sanitária, abrangendo a capital e o interior do estado.

Estava clara a interseção de atividades, conseqüentemente, a abertura de um viés para conflitos; afinal de contas:

[219] Somente as duas seções se referem especificamente ao assunto demografia. Por isto, omitimos a terceira.

> Tratavam-se de órgãos estaduais com finalidades muito próximas, que disputavam a primazia na elaboração das estatísticas do movimento da população, da migração interna e externa e dos eventos vitais, como os casamentos, óbitos e nascimentos (TELAROLLI JÚNIOR, 1993, p. 149).

Mesmo com a criação de dois órgãos para a produção de estatísticas demógrafos-sanitárias não significava que os números produzidos retratassem fielmente a situação do estado neste aspecto. Os demógrafos-sanitaristas paulistas começariam a sentir na carne as dificuldades na obtenção de registros administrativos das fontes. E, por sua vez, iniciariam uma relação turbulenta com a Diretoria Geral de Estatística, especialmente quando esteve chefiando a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo o operoso Antonio de Toledo Piza e na DGE, Francisco Mendes da Rocha. Em 1895, Toledo Piza chegou a romper com a DGE, como pode ser verificado no Ofício nº 933 [dirigido ao presidente do estado], de 24 de setembro, onde o titular da repartição paulista acusa o diretor-geral de arrogante e prepotente (SÃO PAULO, 1895) e que não mais atenderia aos seus pedidos. Mendes da Rocha acusou o golpe, pois em outra solicitação, pelo Ofício nº 5200, de 17 de setembro de 1896, já a faz em termos bem mais amenos e dirigidos ao presidente do estado, Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, solicitando os nomes oficiais dos municípios paulistas. Ofício bem educado, "rogando que vos digneis atender" (BRASIL, 1896b). O presidente repassou o Ofício à Repartição de Estatística e Arquivo.

Entre as dificuldades que os demógrafos-sanitaristas paulistas encararam foi, segundo Telarolli Júnior (1993, p. 150), o sub-registro de óbitos e nascimentos, a notação incorreta de idades e erros na definição de natimortos e óbitos infantis perinatais. Ambos setores encarregados de coletar registros para produção de estatísticas demógrafo-sanitárias passaram por estes problemas. A Seção de Estatística Demógrafo-Sanitária do serviço sanitário do Estado de São Paulo, ao longo da última década do século XIX, foi ficando restrita à capital, uma vez que quase nada vinha do interior.[220] Mesmo na capital enfrentariam problemas de remessas regulares de registros civis.

Com não poucos sacrifícios, a demografia sanitária avançou no estado de São Paulo. O texto de Telarolli Júnior relata um sem-número de dificuldades para que a prática do Registro Civil finalmente se firmasse na estado paulista. Desde o final do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX, os médicos-demografistas estariam empenhados em renhida batalha pelo aperfeiçoamento dos números que produziam.

Eram críticos ferozes da produção do órgão central de estatística, atitude em que eram acompanhados pelos demógrafos-sanitaristas de outros estados, incluindo na conta os que militavam no Distrito Federal. Quando um deles finalmente chegou

[220] No interior havia carência absoluta de médicos e era difícil fiscalizar o trabalho dos escrivães. Isto gerava registros imprecisos, quando geravam, uma vez que boa parte dos eventos sequer eram registrados. E mesmo os nascimentos, casamentos e óbitos registrados tardavam para serem remetidos ao órgão devido. Isto, obviamente, comprometia as estatísticas demógrafos-sanitárias.

à direção da DGE, foi possível compreender que naquele modelo federalista era humanamente impossível produzir números perfeitos. Em dezembro de 1907, Bulhões Carvalho é nomeado diretor-geral de estatística pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, *Miguel Calmon du Pin e Almeida*. Finalmente, um demógrafo-sanitarista era elevado ao cargo de maior visibilidade na burocracia da estatística nacional.

Na apresentação do Anuário Demográfico de 1905, Bulhões Carvalho afirmara que as informações do âmbito da demografia sanitária relativa às capitais e cidades do Brasil eram em geral deficientes. Segundo ele, na maioria dos estados o serviço de demografia sanitária não estava ainda convenientemente organizado, o que dificultava a uniformidade e comparação dos dados contidos no anuário. Agora, diretor da DGE, ele teria a oportunidade de inserir o órgão central de estatística naquela troca de informações, reduzindo a "área de sombra" eliminando o divórcio das estatísticas da DGE com as investigadas e reunidas pela demografia sanitária.

O esperado era que dali em diante, os fiascos censitários fossem deixados para trás; as problemáticas agregações de registros administrativos passariam a ser elaboradas por quem realmente entendia do riscado. Sairiam os amadores e entraria na peleja um profissional. Daria certo? O tempo, este velho senhor da razão, se incumbiria de responder...

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Demógrafos-sanitaristas: por onde passa a história da demografia

O médico fluminense Aureliano Gonçalves de Souza Portugal destacou-se por sua atuação como médico-demografista tanto na Inspetoria de Higiene e Saúde Pública quando na Sub-Diretoria de Estatística da Prefeitura do Distrito Federal. Possuidor de inegáveis conhecimentos estatísticos, cabe a ele o mérito de ter sido o autor do primeiro Anuário de Estatística Demógrafo-Sanitária publicado no Brasil, este com dados da cidade do Rio de Janeiro. No Anuário, tinham informações sobre mortalidade, nascimentos, casamentos e climatologia, sempre dentro do viés da Saúde Pública, mas com informações estatísticas estruturadas na conformidade de modernos trabalhos demográficos (por sexo, local, gênero, estado civil, procedência, etc.). Este trabalho trazia, ainda, alentados estudos sobre economias política e social a respeito das pandemias que assolavam a cidade. Este trabalho, inclusive, foi merecedor de elogiosas referências do Senado Federal. Portugal preferiu não publicar o Anuário nos dois anos seguintes, por conta do atraso na divulgação dos resultados do Censo de 1890. Mesmo assim, o médico-demografista publicou relatórios de reconhecida importância estatística que supriam a carência de dados censitários. Faleceu no Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1924, quando ainda ocupava o cargo de Diretor de Estatística e Arquivo da Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 10 de setembro de 1951, a Resolução da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística reverenciou sua memória por ocasião do centenário de seu nascimento.

Quatro anos depois de formado pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho entraria para o serviço público, de onde só sairia quase 40 anos depois. O médico que tinha defendido a tese "Definição e classificação médico-legal dos ferimentos e outras ofensas físicas" acabou se especializando em demografia sanitária e se tornaria uma legenda da estatística nacional anos depois. Como auxiliar de médico-demografista, entraria para a Inspetoria Geral de Higiene Pública, em 1892. Iria trabalhar sob a chefia de um grande mestre no assunto: Aureliano Portugal. E quando este deixou a área sanitária federal para comandar a demografia da prefeitura do Rio de Janeiro, Bulhões assumiu o seu lugar como médico-demografista do Instituto Sanitário Federal, nova denominação da antiga Inspetoria. Por esta época já atuava como redator-chefe da revista Brasil-Médico, publicação da Academia Nacional de Medicina, onde também publicava artigos sobre a demografia sanitária do Distrito Federal. O Instituto Sanitário Federal virou Diretoria Sanitária, posteriomente, Diretoria Geral de Saúde Pública, e Bulhões continuava chefiando a seção de demografia. Em 1903, com a chegada do sanitarista Oswaldo Cruz para comandar a DGSP, Bulhões Carvalho foi seu importante colaborador, fornecendo estatísticas vitais para o notável médico atacar as endemias que grassavam no Rio de Janeiro. Com sua chegada à Diretoria Geral de Estatística, em 1907, estabeleceria uma era nas estatísticas oficiais do Brasil. Com exceção do período entre fins de 1909 e 1915, quando esteve afastado, Bulhões Carvalho instituiria a mais longeva administração de um órgão oficial nacional de estatística, saindo como aposentado somente em 1931.

Expectativas frustradas (c.1907-c.1915)

PARTE 3

Novos tempos com Bulhões Carvalho: reforma ampliadora

Capítulo 09

Em 15 de novembro de 1906 a presidência da República passava das mãos de um a outro antigo conselheiro, ambos egressos da política do Império. A *Rodrigues Alves* (1848-1919)[221] sucedia *Afonso Penna* (1847-1909), até então vice-presidente da República (isso, depois de governar Minas Gerais). Era o primeiro mineiro a ocupar a presidência, dando início efetivo à política do café-com-leite, com paulistas e mineiros se revezando na presidência, à exceção dos dois ou três raros momentos em que os dois grandes estados (Minas Gerais e São Paulo) se estranharam e se desentenderam.

> [Afonso Penna] Encarnava como Rodrigues Alves, um bom tipo de político do Império, educado na escola do parlamentarismo, sob a vigilância de censor de Pedro II, liberal, conforme o modelo da época, de vivo espírito público, cuidadoso das fórmulas jurídicas, meticuloso no conhecimento dos serviços administrativos (BELLO, 1976, p. 198).

Apesar da tradição mineira, sempre cautelosa e conservadora, *Afonso Penna* não temia inovar, e era chegado a ousadias. Acercou-se de homens novos, com carreiras políticas apenas iniciantes. No Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ao qual estava afeta a DGE, põe *Miguel Calmon du Pin e Almeida* (1879-1935), que trás *Bulhões Carvalho* a conduzi-la.[222] A DGE ganha prestígio, muito na razão do programa de governo de *Afonso Penna*, intervencionista e protecionismo no plano econômico, atribuindo ao governo deveres sociais quando as iniciativas individuais (privadas) se mostrassem insuficientes.[223]

> Vou efetuar a reforma da Repartição de Estatística e, em mensagem especial, solicitarei ao Congresso as medidas que reputo indispensáveis à plena eficácia do serviço. Preciso é que nos achemos devidamente aparelhados para o próximo recenseamento geral de 1910, afim de que se não reproduza o insucesso do de 1900 (BRASIL, 1907, p. 35).

Bulhões assume com gosto

Bulhões Carvalho assume em 26 de abril de 1907, em substituição a *João Sabino Damasceno* (no cargo desde agosto de 1901). Médico dedicado aos combates sa-

[221] Sobre esse político, ver: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves:** apogeu e declínio do presidencialismo. Brasília; Senado Federal, 2001. 2 v.

[222] No Ministério das Relações Exteriores continuará José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (vindo do governo Rodrigues Alves). Para o Ministério da Guerra irá o General Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro da Fonseca, que introduzirá reformas no exército. No Ministério da Marinha seria posto o Almirante Alexandrino de Alencar.

[223] Nesse governo será negociado o convênio de Taubaté, de apoio à economia cafeeira.

nitários, à frente da revista *Brasil Médico*, publicação da Academia de Medicina, aplicara-se aos estudos da demografia-sanitária, dessa forma, sendo usuário crítico das estatísticas publicadas pela DGE. Recém participara da realização do Censo de 1906, no Distrito Federal, como membro da comissão responsável (sob a direção de *Aureliano Portugal*); destacando-se, terá consolidado sua notoriedade, e ganhado maior visibilidade (além disso, talvez privasse da intimidade de *Miguel Calmon*).

> ...aceitei com relutância esse oneroso encargo, prevendo logo as dificuldades, os embaraços de toda ordem e a enorme responsabilidade que ia assumir na reforma de tão importante serviço, pouco desenvolvido no nosso país e bastante descurado por parte da administração pública. [...] As diversas reformas por que passou desde a época da sua criação em 1871 não lhe asseguraram os meios indispensáveis para o seu desenvolvimento futuro nem os elementos necessários para funcionar regularmente. À reorganização decretado em 1890 pelo primeiro governo da República, seguiram-se modificações em escala regressiva, que a colocaram em situação de não poder absolutamente cumprir o seu programa nem justificar o ônus da respectiva verba orçamentária (BRASIL, 1908a, p. 3, grifo nosso).

Pouco depois de assumir, em maio de 1907, oferece alentada exposição de motivos dirigida ao Ministro *Miguel Calmon*, justificando e explicando a reforma proposta. Já no início é enfático: "A estatística é hoje universalmente considerada a base essencial, o elemento indispensável ao governo dos Estados, por mais rudimentar que seja a sua constituição"; e acrescenta, lamentando: "No Brasil pouco se tem feito para tornar a estatística um auxiliar poderoso da pública administração. Jamais se cogitou em uniformizá-la em todo o vasto território nacional"(BRASIL, 1908a, p. 15). E diz mais:

> Tanto no Império como na República, a estatística foi sempre, senão esquecida, pelo menos colocada em segundo plano, não se preocupando jamais os poderes públicos em considerá-la a base essencial da administração (BRASIL, 1908a, p. 3, grifo nosso).

Segue nessa argumentação, lembrando com propriedade: "Nos vários Estados do Brasil apenas a estatística demógrafo-sanitária tem tido algum desenvolvimento, e assim mesmo, nas poucas capitais em que o serviço está organizado, não é ele uniforme nem feito de modo completo". E isso por quê? Por que "o registro civil em alguns Estados é inteiramente descurado"(BRASIL, 1908a, p. 15), e mais, por que "os elementos apurados pela repartição de estatística sobre o registro civil são muito incompletos" (BRASIL, 1908a, p. 9).

Bulhões defende a reforma do Registro Civil. A legislação reformada deve começar por reforçar "a obrigação de fornecerem os cartórios do registro civil os elementos precisos para a organização da estatística dos nascimentos, casamentos e óbitos", e vai além, advogando o estabelecer "os meios coercitivos necessários para obrigar o povo a cumprir esse dever social" (BRASIL, 1908a, p. 8).

Analisando o registro civil, diz que se solicitam informações desnecessárias, lembrando o analfabetismo predominante, ao mesmo tempo, diz que se dá prazo

Praia no bairro da Saúde, Rio de Janeiro, RJ, 1906.
Rosalbino Santoro

muito curto para a declaração do nascimento, lembrando as dificuldades de transporte existentes, sem esquecer a cobrança excessiva de emolumentos, tendo em vista a pobreza de grande parte do povo, com o agravante da completa ausência de critérios nas cobranças, por parte dos escrivães. Por fim, aponta o precário controle de execução do mesmo, na conta de indefinição na competência dos encarregados. Além desses defeitos, afora o apontado analfabetismo, dois outros fatores impedem a aceitação pacífica do registro: o medo do sorteio militar que se lhe associa, e a propaganda contrária dos padres contra o casamento civil, um dos registros realizados. E diz que:

> Contra a nociva propaganda de alguns párocos mal inspirados, é preciso contrapor e divulgar por todos os meios as prescrições do recente catecismo que o Papa Pio X acaba de escrever para o distrito de Roma; levando-se ao conhecimento das altas autoridades eclesiásticas os atos de desobediência aos salutares princípios pregados pelo Chefe da Igreja. Assim se manifesta Pio X em relação ao casamento civil:
>
> *"Que é o matrimônio civil?*
>
> *"O matrimônio civil é um contrato prescrito na lei, afim de dar e assegurar os efeitos civis aos cônjuges e à família.*
>
> *"Para um cristão basta só o matrimônio ou contrato civil?*
>
> *"Para um cristão não basta só o contrato civil, porque este contrato não é Sacramento e, por conseguinte, não é um verdadeiro matrimônio. Se os esposos vivem juntos só como matrimônio civil, encontram-se em estado de constante pecado mortal e a sua união será sempre ilegítima perante Deus e a Igreja.*
>
> *"Deve celebrar-se também o matrimônio civil?*
>
> *"Deve celebrar-se também o matrimônio civil, apesar de não ser Sacramente, porque serve para garantir aos cônjuges e aos seus filhos os efeitos civis da sociedade conjugal; por isso*

> *a autoridade eclesiástica não deve permitir, regra geral, o matrimônio religioso sem o cumprimento dos atos prescritos pela lei civil"*(BRASIL, 1908a, p. 8-9).

Afora ter estudado a situação do registro civil, *Bulhões* tratou do Censo de 1900, cuja apuração e divulgação encontrara em situação precária. E, com afinco e vontade, deu cobro àquela situação, como visto em capítulo precedente.

Além desses assuntos, o registro civil e o Censo de 1900, *Bulhões* tratou da reforma e ampliação da DGE. Em reforço de argumento, lembrou as palavras do segundo *Lord Granville* (1815-1891), ao encerrar a segunda Exposição Universal realizada em Londres, 1862, a qual o Império brasileiro compareceu[224]:

> No estado atual de desenvolvimento da civilização, nenhum governo poderá cumprir a sua missão de administrador, nem conseguirá fazer prosperar a nação sem o auxílio da estatística e dos conselhos que resultam dos fatos por ela coligidos e demonstrados (BRASIL, 1908a, p. 15).

Bulhões reforma e amplia a DGE

Bulhões assume em final de abril, e já em maio expõe a reforma ao Ministro *Miguel Calmon*. Em rápida tramitação parlamentar, a 5 de setembro de 1907 o Decreto nº 6.628 dá novo regulamento da DGE, trazendo novidades altamente promissoras. Analisemos, d'agora em diante, o regulamento.

O Art. 1º oferece o escopo de atuação da DGE, dizendo-a "a repartição central incumbida de receber e coordenar todas as informações que se relacionem com o estado físico, político, administrativo, demográfico, econômico, moral e intelectual da República", onde a idéia de órgão central coordenador é mantida e reforçada. O Art. 2º apresenta as competências rotineiras da repartição, como segue:

> § 1º Executar todos os trabalhos de que trata o presente regulamento, com exceção dos que estiverem a cargo de repartições especiais já existentes ou que venham a existir junto aos diversos órgãos da administração;
>
> § 2º Coligir, coordenar e uniformizar os trabalhos preparados pelas repartições especiais de que trata o parágrafo precedente;
>
> § 3º Organizar os planos e modelos que, para tal fim, se tornarem necessários;
>
> § 4º Prestar as informações que lhe forem solicitadas pela administração pública, com relação aos assuntos a seu cargo;
>
> § 5º Dirigir as operações dos recenseamentos gerais da população, segundo os planos e os modelos que houver organizado ou adotado, e publicar os resultados obtidos;

[224] Primeira exposição à qual o Império do Brasil compareceu. Sobre a presença do Império do Brasil nas Exposições Universais no século XIX, ver os capítulos 7 e 12 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889),** desta coleção.

> § 6º Analisar os elementos estatísticos e censitários que recolher, expô-los gráfica e numericamente e compará-los com os de outras nações;
>
> § 7º Publicar em anuário e em boletins mensais ou trimensais [sic] o resultado geral ou parcial dos serviços que houver executado;
>
> § 8º Promover o concurso da iniciativa individual para obtenção e prestação das informações necessárias (Grifo nosso).

Os Arts. 3º a 6º tratam da criação do Conselho Superior de Estatística[225], que seria presidido pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Se reuniria nas primeiras quinzenas de junho e dezembro, ordinariamente. Teria até 50 membros efetivos, e um número ilimitado de membros honorários.

> Entre as inovações feitas no regulamento da Diretoria Geral de Estatística figura a criação de um Conselho Superior, incumbido de emitir parecer sobre a escolha das fontes de informação; sobre os métodos de serviço, planos, quadros, questionários, instruções ou programas que a administração submeter ao seu exame, bem como sobre as disposições e medidas a adotar para que as publicações oficiais apresentem certa uniformidade; sobre a preparação do Anuário estatístico; sobre o empreendimento e publicação de estatísticas novas; sobre os meios práticos de conseguir o estudo da estatística; sobre as relações a entreter com as repartições de estatística estrangeira (BRASIL, 1908a, p. 5, grifo nosso).

Ao tratar da criação do Conselho Superior de Estatística, invoca as orientações dos Congressos Internacionais de Estatística, bem assim, a experiência acumulada por vários países. Diz que vai imitar, adaptar "as boas práticas" de outros países. Realça à França, cujo Conselho era composto por 62 membros.[226] E explica a composição do Conselho no Brasil, vendo-o como pedra-de-toque na solução dos problemas já seculares que assombrava a repartição de estatística:

> No Brasil, o Conselho Superior de Estatística é composto de 50 membros, dos quais 30 representam o Congresso Nacional, as principais repartições públicas dos Ministérios, diversas corporações científicas, industriais, comerciais e de outras categorias, e 20 são delegados dos Estados e representantes dos governos locais. Por intermédio destes últimos se tratará de conseguir certa harmonia em matéria de legislação, procurando uniformizá-la mais ou menos em todo o vasto território nacional. Eles deverão se interessar também perante os governos locais pela unidade de vistas no que se refere à divisão territorial, política e administrativa; no que diz respeito ao fornecimento de informações; no que se relaciona, enfim, à obediência das deliberações do Conselho Superior de Estatística quanto às classificações, nomenclaturas e outros pormenores. Os outros membros do Conselho, representantes do governo nos vários ramos da administração, representantes do Congresso Nacional, da magistratura, da indústria, do comércio, das letras, artes, etc., concorrerão com as suas luzes e experiência para o aperfeiçoamento da nossa estatística, lembrando as modificações técnicas necessárias e o conjunto de medidas legislativas e administrativas capazes de conseguir esse *desideratum* (BRASIL, 1908a, p. 6, grifo nosso).

---

225 Como visto antes, em capítulo precedente, quando da realização do Censo de 1906, no Distrito Federal, houve um Conselho Superior de Estatística; teria sido por inspiração ou sugestão de Bulhões?

226 Lembra também a Suíça, a cujos cantões associa à situação dos estados brasileiros.

O primeiro Conselho Superior de Estatística foi composto por homens de escol. De fato, compuseram aquele primeiro Conselho os homens públicos seguintes (o 30º nome, na esfera federal, terá sido o Diretor Geral da DGE):

1. *Aureliano Gonçalves de Souza Portugal*
2. *J. P. Wileman*
3. *Epitácio da Silva Pessoa* [futuro Presidente da República]
4. *Oswaldo Gonçalves Cruz* [cientista de nomeada reputação]
5. *Joaquim Carneiro de Miranda Horta*
6. *Edgard Costa*
7. *Sylvio Rangel*
8. *José Manoel Monteiro*, capitão de corveta
9. *Euclydes Barroso*
10. *José Mattosso de Sampaio Corrêa*
11. *João Fernandes da Silva*
12. *Henrique Morize*
13. *Joaquim Francisco Gonçalvez Júnior*
14. *Vicente Lustosa*, monsenhor
15. *Melchisedeck de Albuquerque Lima*, capitão do estado maior [sic]
16. *Arthur Eduardo Raoux Briggs*
17. *Pedro Teixeira Soares*
18. *Manoel Cícero Peregrino da Silva*
19. *João Lopes Ferreira Pinto*, capitão de corveta
20. *Innocêncio Serzedello Corrêa* [antigo prefeito do Distrito Federal]
21. *Júlio César de Oliveira*
22. *Candido Mendes de Almeida* [renomado educador]
23. *Pedro Luiz Soares de Souza*
24. *Manoel Candido de Leão*
25. *Orville Derby*
26. *André Gustavo Paulo de Frontin* [futuro prefeito do Distrito Federal]
27. *Carlos Vidal de Oliveira Freitas*, capitão-tenente
28. *Francisco de Sá* [futuro prefeito do Distrito Federal]
29. *Américo Werneck*

Henrique Morize, [s.d.]

Sua primeira reunião ocorreu em 15 de junho de 1908, sendo examinados os "modelos e questionários adotados para a coleta de informação"; uma reunião extraordinária estava pensada "para tomar em consideração o plano do recenseamento que se deve efetuar em 1910" (BRASIL, 1909a, p. 533).[227]

Sua última reunião ocorreu em sete de julho de 1909. Nessa reunião o Conselho debateu e aprovou seu minucioso regimento interno, em sete títulos: I Natureza e atribuições do Conselho Superior de Estatística; II Composição do Conselho Superior de Estatística (Nomeação e demissão dos membros efetivos; Nomeação e eleição dos membros honorários); III Convocação do Conselho Superior de Estatística; IV Funcionamento do Conselho Superior de Estatística (Direção dos trabalhos; Atribuições do presidente, do vice-presidente e dos secretários; Comissão permanente do Conselho Superior de Estatística; Expediente do Conselho Superior de Estatística); V Deveres e direitos dos membros do Conselho Superior de Estatística; VI Dos concursos e prêmios; VII Disposições Gerais. Com 56 artigos (BRASIL, 1909b).

[227] Neste relatório a estatística é tratada nas páginas 519 a 545, assim sendo, revelando prestígio.

> É cedo ainda para julgar da influência benéfica do Conselho Superior como meio de favorecer o desenvolvimento do serviço de estatística no Brasil. Mantendo, todavia, bem fundadas esperanças de que essa salutar influência se manifestará, em breve, de modo evidente e com o mesmo proveito obtido em outros países (BRASIL, 1909a, p. 533).

Mas, com a saída de *Bulhões* ao final de 1909, sob *Francisco Bernardino*, até início de 1915, o Conselho não irá se reunir. Daí, nada pode ser dito. Mas é possível que não tivesse sucesso, até pela dificuldade de reunir-se tantas pessoas, tão ocupadas, e se o fosse, restaria sempre a dúvida da sua capacidade de influência técnica.

Prosseguindo no regulamento, o Art. 7º apresenta a estrutura a DGE: uma secretaria e quatro seções. Havia ainda: um bibliotecário (Art. 13), um arquivista (Art. 14), um cartógrafo[228] (Art. 15), um almoxarife (Art. 16), um porteiro (Art. 17). Passava-se de 17 para 73 funcionários.[229] E, sem peia, opina sobre o aumento das despesas:

> O serviço de estatística é por natureza dispendioso e dos que custam mais caro. Se assim acontece nos países onde está bem organizado e desenvolvido, não se poderá exigir prodigios de economia no nosso em que ele não existe. É preferível gastar um pouco mais com proveito a continuar com a despesa atual sem utilidade alguma (BRASIL, 1908a, p. 5, 7, grifo nosso).

As descrições das funções das seções acabam compondo o programa estatístico, e por isso valerá revela-las; para tanto, usaremos, não o texto do decreto, mas sim o texto da exposição, mais livre e mais aberto:

> A primeira [seção] se ocupará do estudo das questões relativas ao aspecto territorial, considerado sob o ponto de vista físico, político e administrativo, coligindo detalhes estatísticos sobre os seguintes assuntos: estrutura geológica, topografia, hidrografia, orografia e climatologia; divisão política e eleitoral, estatística eleitoral, representação nacional, defesa nacional; divisão administrativa, judiciária, finanças, administração; estatística judiciária, civil e comercial, colonização, obras públicas.
>
> A segunda [seção] terá a seu cargo tudo quanto se referir ao aspecto demográfico, estudado quer no ponto de vista estatístico (recenseamento, densidade e composição da população), quer no ponto de vista dinâmico (registro civil, imigração, tábuas de sobrevivência, tábuas de mortalidade, vida média, vida provável, movimento sanitária e higiênico).
>
> A terceira [seção] se encarregará de coligir informações concernentes ao aspecto econômico, discriminado-as sob o ponto de vista da produção, circulação, distribuição e consumo, com esclarecimentos especiais sobre os assuntos seguintes: agricultura, zootecnia, indústria, comércio; vias e meios de comunicação, metais preciosos, moeda metálica e fiduciária, títulos mobiliários, bancos e estabelecimentos de crédito; salários, interesses, arrendamentos e aluguéis, emolumentos, impos-

[228] "O cartógrafo terá por dever organizar os modelos gerais dos quadros destinados à impressão e executar todos os trabalhos gráficos de que o encarregar o diretor geral". Dessa forma, elaborar mapas e cartas não era sua tarefa, ao menos, não era sua tarefa principal.

[229] A repartição de estatística comercial anexa ao Ministério da Fazenda tinha 64 funcionários. Sobre esta repartição, recorde-se sua recriação ao tempo do Governo Provisório, por iniciativa de Ruy Barbosa.

> tos, benefícios; alimentação, vestuário, móveis e outros artigos de consumo, divertimentos, sinistros (incêndios, chuvas de pedra, inundações, terremotos, naufrágios, explosões, epizootias[230]).
>
> Finalmente, a quarta [seção] se incumbirá dos assuntos ligados aos aspectos intelectual e moral, organizando estatísticas relativas à instrução pública e particular, às associações científica, literárias e artísticas, à imprensa periódica, às exposições, diversões e belas artes, penalidade, criminalidade, suicídios, mendicidade, previdência, beneficiência, culto religioso, hospitais, hospícios, recolhimentos e asilos, polícia civil, penitenciárias e estabelecimentos de repressão, socorros públicos, catequese (BRASIL, 1908a, p. 16).

O lugar de Diretor Geral seria provido por livre escolha do governo, os demais cargos o seriam por seleção interna, mediante concurso (Art. 18). As matérias dos concursos (também externos) são detalhadas (Art. 21), por exemplo, seria exigido ao bibliotecário, além de domínio do português e do francês, conhecimento das línguas inglesa, espanhola, italiana e alemã; as provas seriam escritas e orais.

Os Arts. 23 a 27 tratam da oficina tipográfica da repartição. Estava vinculada, diretamente, ao Diretor Geral (Art. 23). A seu turno, a biblioteca, o arquivo e o almoxarifado ficavam vinculados à Secretaria (Art. 28). O censo, quando houvesse, seria feito como serviço extraordinário, sendo regulado por instruções específicas (Art. 29). O Art. 32 merece destaque: "É vedado aos funcionários servirem-se de dados estatísticos colhidos na repartição, para fim particular ou diverso dos indicados neste regulamento".

> O novo regulamento do serviço de Estatística entrou em execução em 1 de novembro [1907] e, conquanto seja cedo para avaliar as vantagens da reforma, os resultados já obtidos mostram quanto oportuna foi e necessária. Basta ver que em 60 dias conseguiu a Diretoria Geral da Estatística, depois da reforma por que passou a repartição, uma soma de trabalhos que excede em muito aos executados nos dez meses anteriores (BRASIL, 1908c, p. 453).[231]
>
> No curto espaço que medeia da instalação da nova repartição, ainda não é dado avaliar das vantagens decorrentes da reforma já por vós aprovada; mas, breve, confio que se hão de fazer sentir (BRASIL, 1908b, p. 26).

Obrigação na prestação de informações (acordos federativos)

A DGE lutava o tempo todo com a "deficiência de informações", as informações primeiras (ou primárias) que, depois de agregadas, resultavam nas estatísticas. Essas informações eram extraídas dos registros administrativos, os existentes nas repartições federais, e os existentes nos estados (neste caso, em especial o Registro Civil).

[230] Doença, contagiosa ou não, que ataca numerosos animais ao mesmo tempo, e no mesmo lugar; segundo Mestre Aurélio.

[231] Neste relatório a estatística é tratada das páginas 443 a 459, numa prova evidente de prestígio.

Anúncio publicitário do Parc-Royal, 1911

Sem essas informações não haveriam estatísticas; sem terem qualidade, a qualidade das estatísticas ficaria a desejar. Pois a existência e a qualidade dessas informações dependiam, antes de tudo, da existência e da qualidade dos registros, depois, dependiam da extração em si mesma, que, a seu turno, dependia da existência de haver bons formulários de anotação (coleta ou recolha) das informações, que, para serem criados, exigiam um grande domínio do conteúdo dos registros, e grande clareza das estatísticas que se desejava alcançar; afora isso, a extração das informações dependia dos que a fariam, junto aos registros, de terem boa vontade, e de estarem bem instruídos (orientados). Pois todo esse ciclo vital era de rara e muito difícil realização e concretização.

> Um dos maiores embaraços que a repartição encontrava para o desempenho dos seus múltiplos encargos era a deficiência de informações, não só em relação ao registro civil, como também sobre todos os outros departamentos do serviço público (BRASIL, 1908a, p. 7, grifo nosso).

Para dar fim a essa situação nefasta, *Bulhões* conseguiu a aprovação do Decreto nº 1.850, de 2 de janeiro de 1908, a primeira do gênero no Brasil. Por ele, "todas as autoridades civis ou militares, associações, empresas, companhias, estabelecimentos industriais, comerciais e outros e os particulares" ficavam obrigadas a prestarem as informações que lhes fossem pedidas pela Diretoria Geral de Estatística. Por sua importância, eis sua íntegra:

> O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:
>
> Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:
>
> Art. 1º As autoridades federais, civis ou militares, os presidentes, diretores ou gerentes de fábricas, empresas, companhias, associações e outros estabelecimentos industriais, comerciais, de instrução e morais, bem como os particulares, nacionais ou estrangeiros, domiciliados em qualquer parte da República, são obrigados a prestar à Diretoria Geral de Estatística as informações que lhes forem pedidas nos prazos e segundo os planos e modelos adotados pela citada repartição.
>
> § 1º O Governo Federal promoverá acordo com os Governos dos Estados e com a Prefeitura do Distrito Federal para obter das autoridades estaduais e municipais a permuta de publicações e a remessa regular de informações à Diretoria Geral de Estatística.
>
> § 2º As repartições federais e as empresas particulares serão obrigadas a enviar à mesma Diretoria, independente de solicitação, quatro exemplares, pelo menos, dos trabalhos estatísticos que publicarem.
>
> Art. 2º A falta de cumprimento das disposições do artigo precedente será punida com a multa de 50$000 a 500$000, cobrados executivamente.
>
> Parágrafo Único. A cobrança executiva das multas impostas compete aos procuradores seccionais da República, de acordo com o art. 125, n. 2, letra a da Consolidação das Leis referentes à Justiça Federal, aprovada pelo decreto n. 3.084, de 5 de novembro de 1898.
>
> Art. 3º A execução dos serviços de que trata esta lei compete a funcionários federais, podendo, todavia, ser confiada aos Governos dos Estados, mediante anuência sua, conforme dispõe o § 3º do art. 7º da Constituição Federal.
>
> Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
>
> Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1908, 20º da República[232].

[232] Como curiosidade, veja-se que à época não se marcava o tempo da Independência.

Affonso Augusto Moreira Penna

Miguel Calmon du Pin e Almeida [Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas]

Augusto Tavares de Lyra [Ministro da Justiça e Negócios Interiores]

Em desdobramento, para tornar efetivo o decreto, a DGE preparou as cláusulas básicas do acordo com os governos estaduais, nos seguintes termos:

O Diretor Geral de Estatística, em nome do Governo Federal, e o Governador do Estado ....., para execução da Lei do Congresso Nacional, sancionada pelo Decreto nº 1.850, de 2 de janeiro de 1908, resolvem firmar o seguinte acordo sobre o fornecimento de informações à Diretoria Geral de Estatística:

O Governador do Estado obriga-se:

1º a providenciar para que sejam remetidas à Diretoria Geral de Estatística, com sede na Capital Federal, todas as publicações oficiais do aludido Estado;

2º a ordenar às diversas repartições públicas do Estado que atendam com a máxima urgência e solicitude aos pedidos de informações diretamente feitos pela Diretoria Geral de Estatística, respondendo a todos os questionários que lhes forem enviados;

3º a procurar tornar uniformes as publicações de Estatística, organizadas no Estado, tomando por modelo, tanto quanto possível, as da Diretoria Geral de Estatística;

4º a dar as providências necessárias para que não faltem aos oficiais do registro civil os livros necessários para os respectivos assentamentos;

5º a comunicar imediatamente à Diretoria Geral de Estatística quaisquer alterações que sofra a divisão administrativa e judiciária do Estado;

6º a dar conhecimento à Diretoria Geral de Estatística de todos os trabalhos geográficos e topográficos efetuados no território do Estado que modifiquem a área da sua superfície;

7º a promover a decretação de leis que tornem aplicáveis ao Estado e aos Municípios as disposições penais do citado Decreto nº 1.850, de 2 de janeiro de 1908, conforme o processo determinado no art. 2º , parágrafo único do mesmo decreto;

8º a fazer idêntico acordo com os representantes do Poder Executivo nos Municípios do mesmo Estado, de modo que as autoridades municipais forneçam as informações solicitadas diretamente pela Diretoria Geral de Estatística.

> O Diretor Geral de Estatística obriga-se:
>
> 1º a enviar, sem retribuição alguma, todas as publicações da Diretoria Geral de Estatística, ao Governo do Estado e às Administrações estaduais e municipais;
>
> 2º a fornecer todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos representantes dos poderes Estadual e Municipal;
>
> 3º a fazer organizar as estatísticas de interesse geral do Estado;
>
> 4º a atender todas as despesas de porte da correspondência estadual e municipal sobre serviço estatístico.
>
> Assim ajustados, firmam o presente acordo em duplicata, ficando um exemplar do mesmo em poder de cada uma das partes contratantes.

Pois até maio de 1908, 11 estados assinaram o acordo: Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. No Relatório do Ministro *Miguel Calmon*, 1909 sobre 1908, sabe-se das demais adesões: "com exceção do Presidente de S. Paulo e do Governador do Pará, todos os outros presidentes e governadores assinaram o acordo segundo as bases propostas pela repartição de estatística".

> O Governo de S. Paulo declarou que estava disposto a fornecer todos os esclarecimentos que lhe fossem solicitados, recusando-se, entretanto, a assinar o acordo, porque isso o obrigava a certos compromissos para os quais não se achava habilitado.[233] O Governador do Estado do Pará alegou que, estando no fim de sua administração, não desejava criar obrigações para o seu sucessor (BRASIL, 1909a, p. 527-528).[234]

À falta do relato de 1909 sobre 1908, infelizmente extraviado (supondo como razoável ter sido feito, dada o espírito público de *Bulhões*), é ainda *Miguel Calmon* que faz balanço dos efeitos do decreto, e dos acordos assinados: "não têm sido salutares quanto era lícito esperar, convindo o ensino da experiência, regulamentá-lo, para que se torne mais fácil a sua execução" (BRASIL, 1909a, p. 528). A saída de *Bulhões*, ao final de 1909, terá dificultado a implantação de regulamentações, mas nada garante que sua permanência as tornasse possível e viável, pese sua inesgotável determinação.

Bulhões atua na DGE (sobre 1908)

À falta desse relato de *Bulhões* sobre 1908, nos valemos do relatório do Ministro *Miguel Calmon* (1909 sobre 1908) para acompanhar as dificuldades e as realizações da repartição de estatística. Na abertura do relatório, a reforma (acima vista) é elogiada, sendo dada como de grande utilidade; prossegue revelando em números as medidas administrativas (ofícios enviados e recebidos; livros e outros materiais que

[233] Valerá voltar ao acordo com São Paulo, contado no capítulo 4 deste volume.

[234] Neste relatório a estatística é tratada nas páginas 519 a 545, assim sendo, mantendo prestígio.

entraram e que foram consultados na biblioteca; documentos arquivados; publicações produzidas e divulgadas), ressaltando o progresso do serviço. Declara o Ministro:

> Com pessoal muito reduzido, mal instalada, sem iniciativa, desacreditada por um longo período de inércia, a Repartição de Estatística não podia inspirar confiança e estava fatalmente condenada a desaparecer pela sua quase inutilidade. Reorganizando-a convenientemente e dotando-a com os recursos necessários para atingir o seu objetivo, prestou o Governo um relevante serviço ao país dando à administração o valioso auxílio que pode fornecer o estudo ou observação numérica dos fatos sociais.
>
> Entretanto, há ainda alguma coisa a fazer para que o serviço de estatística possa ter o desenvolvimento de que precisa como base da administração. Convém dar-lhe maiores recursos orçamentários e instala-lo de modo adequado e definitivo em edifício próprio, que se preste aos trabalhos atuais e futuros da coleta e apuração dos recenseamentos, que possa comportar o aumento do número de empregados, com espaço suficiente para o almoxarifado, as oficinas de tipografia, encadernação, litografia e gravura e para uma ampla e bem organizada biblioteca (BRASIL, 1909a, p. 520, grifo nosso).

Seguem as descrições das realizações das seções, uma a uma. Na oportunidade, trata da questão da obrigação, vista acima; bem assim da questão do Conselho Superior, também vista acima. Nas narrativas, realçam algumas realizações, como a edição do **Manual de Estatística**, de *Filippo Virgilii*, traduzido pelo bibliotecário *Augusto Dias Carneiro,* como a edição do **Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908**, dos quais falaremos em capítulos próximos. Fala das admissões (em 1908) mediante concurso, dentre as quais, como "praticante" (função abaixo do oficial maior, e dos primeiro, segundo e terceiro escriturários), a de *Mário Augusto Teixeira de Freitas*, dado, na história e na memória institucionais, como o fundador do IBGE.

Trata ainda, longamente, da situação do registro civil. As informações derivadas, enviadas à DGE, diz serem "insuficientes [e] com reduzida garantias de certeza", e diz mais: "a omissão da remessa e a deficiência das informações tiram quase todo o valor das estatísticas baseadas no imperfeito Registro Civil, atualmente executado em nosso país", e informa que "por isso foram interrompidas as publicações sobre este assunto, devendo ser renovados quando puderem merecer confiança" (BRASIL, 1909a, p.528).

> Tanto as informações publicadas (1894 a 1900), como as que já estão coligidas e apuradas (1901 a 1906), são bastante deficientes e de modo algum aceitáveis. Seria, portanto, fornecer uma idéia falsa acerca do acréscimo fisiológico da população do Brasil se se continuasse a dar publicidade a algarismos tão pouco verdadeiros (BRASIL, 1909a, p. 528-529).

Com base no Art. 30, do regulamento baixado pelo Decreto nº 6.628, de 5 de setembro de 1907 (visto acima), *Bulhões Carvalho* designou delegados para percorrer os

estados. Nessas visitas, fizeram um balanço do registro civil, e deram sugestões; o relatório do visitador[235] nos estados do Norte (quais, não se sabe[236]) merece menção:

> Cabe-me agora, na breve exposição que venho fazendo, consignar as desoladoras impressões em mim deixadas pelo péssimo serviço do registro civil, cuja reforma parece se impor. É tão imperfeito e irregularmente executado em todos os Estados que, se fossemos adotá-lo como critério para presumir da tendência ao acréscimo ou diminuição da população do Brasil, seríamos levados à triste verdade de que o vasto território nacional estaria em breve despovoado. De fato, a julgar pelo coeficiente de mortalidade, cuja estatística é mais completa por estarem secularizados os cemitérios e serem neles mais regularmente feitos os assentamentos, chegamos à conclusão de que muito excede ela à natalidade, cujo coeficiente é, segundo dados oficiais, incrível e de modo algum aceitável. Basta o cotejo entre a estatística de nascimentos, em uma dada zona, fornecida pelo cartório do registro civil de qualquer cidade, com o número de batizados da paróquia a que pertence o mesmo distrito, para logo ajuizar-se quanto é imperfeito esse importante serviço público.
>
> Antes de qualquer investigações do modo pelo qual era executado o registro, tinha sempre dele as piores notícias, fornecidas pelos governos dos Estados que malsinavam a sua viciosa organização e o defeituoso cumprimento dos respectivos regulamentos. Entre outras irregularidades, convém citar a dos preços da tabela, variável segundo as pessoas, pois pelo mesmo trabalho cobrava-se a uns a quantia de 5$000, e a outros exigia-se a exorbitante soma de 100$000. Isto se dá não só com o registro de nascimentos, como também no preparo de papéis para o casamento civil. Por esse motivo é, em geral, preferida a cerimônia religiosa ao ato civil, resultando daí a falta de observância da lei e sério prejuízo aos interesses dos cônjuges e de seus descendentes. São gerias as reclamações nesse sentido. Acresce ainda a circunstância de serem os cargos de oficiais do registro preenchidos por pessoas incompetentes, principalmente no interior dos Estados, o que contribui em grande escala para os inconvenientes a que me tenho referido. Se me fosse lícito sugerir ao espírito esclarecido de V. Ex. uma medida necessária e útil, lembraria a da gratuidade desse serviço, como a melhor garantia do seu êxito e da eficácia das sus informações (BRASIL, 1909a, p. 529-530, grifo nosso).

Nessa linha, *Bulhões* oficiou aos párocos solicitando o número de batizados, casamentos e cerimônias fúnebres. Como já ocorria no Império, poucos e pouco confiáveis eram os registros paroquiais, e a tentativa foi infrutífera. Não obstante, em alguns lugares, com as informações recebidas foi possível aquilatar a má qualidade das informações do registro civil. E se conclui pela urgência de se reformar o registro civil.

Ainda que de modo ligeiro, o Ministro *Miguel Calmon* dá notícia do futuro censo, em 1910. Assim é que pela Lei nº 2.050, de 31 de dezembro de 1908 (Lei Orçamentária) foi aberto o crédito extraordinário de 250:000$000 para as despesas em 1909, com seus trabalhos preliminares. Intenta-se um resultado confiável, quer-se "evitar o desastre de um resultado muito aquém da verdade".

---

[235] Infelizmente, seu nome não aparece. Pode ter sido Joaquim José Ferreira de Mendonça, encarregado de assinar os acordos de cooperação com os estados do Norte. Nessas ocasiões, pode ter sido também incumbido de analisar as condições estaduais, dentre elas o registro civil. Para esta função nos estados do Centro e do Sul foram indicados, respectivamente, Gustavo Theophilo Alves Ribeiro e Fausto Fragoso.

[236] Podem significar também os estados do Nordeste. No Império, e talvez ainda neste período, a expressão Norte incluía o que hoje entendemos como Norte, e também o que entendemos como Nordeste.

> Não é preciso encarecer as dificuldades com que vai lutar a Repartição de Estatística para conseguir um resultado mais ou menos satisfatório, tendo-se em conta com as exigências deste complicado serviço, além de outros embaraços, as atuais condições do nosso povo, a falta de hábito e a repugnância que ele tem de fornecer esclarecimentos sobre a sua pessoa e estado civil, temendo obrigações e responsabilidades (BRASIL, 1909a, p. 532-533).

Nilo Peçanha, [s.d.]

Bulhões e o "regimen paz e amor" (sobre 1909)

Em 14 de junho de 1909 morre, no Palácio do Catete, *Afonso Penna*. Com sua morte assume a presidência da República o vice-presidente, *Nilo Peçanha* (1867-1924). O tempo é confuso. As candidaturas à presidência estão postas: de um lado *Hermes da Fonseca* (1855-1923), ex-ministro da Guerra de *Afonso Penna*, apoiado pelo Senador *Pinheiro Machado*[237], poderoso caudilho; de outro lado *Ruy Barbosa* (1849-1923),[238] também Senador, homem de grande cultura, político com atitudes controversas, não raro dúbias, com sua chamada "campanha civilista" (com apoio dos paulistas). *Nilo Peçanha* tenta marcar posição, tenta apaziguar os ânimos, e adota, já na posse, o lema "paz e amor", querendo aparentar neutralidade; na verdade alinha-se com *Hermes da Fonseca*, até porque não tem cacife para enfrentar *Pinheiro Machado*.

O refrão "paz e amor" ganhou fama ao dar nome a um espetáculo no cine-teatro Rio Branco, em abril de 1910, que agitou o Rio de Janeiro, e contou com *Nilo Peçanha* na estréia. Tratava-se de um "filme-revista", um gênero novo e original, com roteiro de *José do Patrocínio Filho*, que o escreveu sob o pseudônimo *Antônio Simples*. Adaptava cenas filmadas com as vozes e as canções do teatro de revista; imagens, vozes, falas e cantos ocorriam ao mesmo tempo no palco. O espetáculo foi um imenso sucesso, agradando às multidões. Foi marca da *Belle Époque* brasileira (SALIBA, 2004).

Pois, até *Bulhões Carvalho*, sempre sisudo, irá referir àquele refrão ao tratar da sua saída da DGE, em final de 1909. O fará no seu relato de 1915, quando, em ja-

237 Sobre essa figura, entre outros textos, ver: BORGES, Vela Lúcia Bogéa. **Morte na República:** os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915). Rio de Janeiro: IHGB, 2004. Ver também: MEDINA, Sinval. **A faca e o mandarim**. São Paulo: A Girafa, 2004.

238 Sobre essa figura, entre outros textos, ver: MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **Rui, o homem e o mito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

neiro, reassume a direção da DGE, numa longa e profícua permanência, revolucionária mesmo, de dezesseis anos. Faz a menção referida, ao abordar o Censo de 1910.

> Quis a minha boa ou má estrela, ou antes quis a providência divina (que jamais me desamparou no exercício de cargos públicos) que fosse obrigado a afastar-me da direção do serviço de estatística em fins de 1909, antes do desastre inevitável que forçosamente se daria na operação censitária do ano seguinte, quais que fossem os meus esforços e trabalhos, tais as condições precárias em que ela se ia efetuar, num país extensíssimo, sem meios fáceis de comunicação, mais ou menos desorganizado em matéria administrativa, bastante comprometido pelos interesses da mais mesquinha política e, para maior agravo ainda, com um grau de instrução muito baixo, tornando evidente a sua inferioridade quanto à assimilação das práticas que têm conseguido o progresso em toda parte no que diz respeito à civilização dos povos.
>
> [...]
>
> Além do grande stock de papel, comprado nas melhores condições, deixei também já organizado o modelo do boletim censitário. Começava a redigir as instruções gerais para a execução do censo em 1910, quando me vi na contingência de deixar o cargo de diretor geral de estatística, convencido de que me faltava o apoio imprescindível para levar a efeito tão difícil quanto espinhosa empresa, numa época em que se apregoava o regimen de paz e amor, mas em que, de fato, a intriga política, a serviço da indisciplina, perturbava a tranqüilidade de espírito que se faz mister no seio das corporações laboriosas como incentivo ao trabalho fecundo (BRASIL, 1915, p. 27-28, grifo nosso).

Bulhões deixa a DGE em dezembro de 1909 (entrando *Francisco Bernardino*). Pois em 12 de agosto daquele mesmo ano, pelo Decreto nº 7.501, a DGE passou a vincular-se ao recém-criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Caberá ao Ministro *Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda*, fazer o relato de 1910 sobre 1909, relativo às atividades daquele ministério, onde a narrativa da repartição de estatística, é, basicamente, sobre o tempo de Bulhões na direção[239]; usaremos este relato à falta do relato de *Bulhões*, que não terá tido tempo de o fazer, já que saiu em dezembro.

> Os trabalhos a seu cargo vão tendo, tanto quanto possível, regular execução. Os serviços referentes à meteorologia e climatologia, divisões eleitoral, administrativa, judiciária, policial, fiscal, sanitária e eclesiástica, defesa nacional e estatística eleitoral, tiveram sensível desenvolvimento, apesar das dificuldades em serem obtidos os necessários elementos (BRASIL, 1910a, p. 191).[240]

Fala de medidas tomadas para garantir sucesso ao censo, e para uniformizar as estatísticas demográficas da DGE com as da Diretoria Geral de Saúde Pública, do Distrito Federal. A respeito do Registro Civil, diz que mereceu especial atenção, "quer no sentido de aperfeiçoá-lo e ativá-lo, quer no de facilitar aos respectivos serventuários os elementos [por exemplo, os livros de assentamento] de que carecem e que nem sempre são concedidos pelos governos estaduais"(BRASIL, 1910a, p. 192). E volta-se a solicitar reformas.

[239] As informações terão sido dadas já pelo novo Diretor Geral, Francisco Bernardino.

[240] Veja que não foi editado pela Imprensa Nacional.

Imprensa Nacional, [s.d.]

Fala-se em "agentes especiais" para se "coligir dados" sobre a indústria. Mas não se está falando de estrutura permanente, antes, de atores eventuais. Sobre a coleta de dados sobre a agricultura, seria feita pela Diretoria de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícolas, para a DGE. Dá conta de vários inquéritos: instrução pública e particular; bibliotecas, imprensa, cultura, cultos, e outros.

Sobre o censo, diz que, além do crédito de 250:000$000, para 1909,[241] para 1910, abriu-se o crédito de 1.000:000$000 (sem dúvida, uma fortuna). Para garantia da fluência do trabalho censitário, informa que o Governo cogitava fazê-lo "preceder de uma propaganda perseverante", para efeito de se remover "a prevenção sempre despertada na massa inculta da população e que tem sido o maior embaraço ao bom êxito dos recenseamentos anteriores" (BRASIL, 1910a, p. 196-197). E será inútil...

Por fim, quanto à oficina tipográfica, "cujos trabalhos têm merecido sempre francos elogios por sua perfeição", informa que ela foi "sensivelmente ampliada", não apenas para poder "executar com presteza os numerosos impressos extraordinários destinados ao recenseamento geral", mas também, num seu desvio de caminho, para atender "às requisições deste Ministério, que ali tem feito e continua a fazer imprimir a quase totalidade de suas publicações" (BRASIL, 1910a, p. 196). E surge uma região de sombra perigosa.

Depois, tem início a gestão de *Francisco Bernardino Rodrigues Silva* (1853-1920), político mineiro, com atuação centrada em Juiz de Fora. Candidato à sucessão de *Afonso Penna* no governo de Minas Gerais, será vencido. Chegará à direção da DGE em 15 de dezembro de 1909, portanto no governo *Nilo Peçanha*, e a deixará em 14 de janeiro de 1915, no início, portanto, do governo *Wenceslau Bráz*. Em todo o governo *Hermes da Fonseca* estará na direção. Como logo será visto, em sua gestão a DGE passara por diversas reformas de estrutura.

[241] Usado "tão somente na aquisição do material necessário ao preparo de mapas, cadernetas, listas e mais impressos censitários, verificando-se daí um grande saldo ao terminar o exercício" (BRASIL, 1910a, p. 197). Veja-se que vai aí uma crítica ao que teria sido um uso demasiado comedido dos recursos; pois esse mesmo comedimento será, mais tarde, usado por Bulhões para se proteger de acusações de participação na orgia de gastos que foi o Censo de 1910 (que acabou não havendo).

Perfis biográficos

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

O velho monarquista Affonso Penna reformula a República e a DGE

Desde o início de seu governo, em 1906, Affonso Augusto Moreira Penna via a estatística como grande auxiliar. Em sua primeira Mensagem ao Congresso, apresentada em 1907, ele já afiançava a importância do órgão de estatística, inclusive decidindo por sua reformulação, empreendida por seu Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon. Penna reconhecia o insucesso do Censo de 1900 e tomou providências para que tal fracasso não se repetisse em 1910, quando deveria acontecer o recenseamento seguinte. Debalde, como posteriormente se viu.

Affonso Penna nasceu em Santa Bárbara, Minas Gerais, em 30 de novembro de 1847. Cursou Humanidades no Colégio do Caraça, seguindo depois para São Paulo onde se formou em Direito, em 1870. Filiou-se ao Partido Liberal, conseguindo se eleger deputado provincial e geral. Ainda na Monarquia, foi conselheiro do Imperador, ministro da Guerra, da Agricultura e da Justiça. Aderiu à República e, mais tarde, elegeu-se presidente do seu estado. Foi em seu governo que foi decidida a construção de uma nova capital em Curral d'el Rei, denominada Belo Horizonte.

Substituiu Rodrigues Alves na presidência da República em um processo sucessório complicado, por conta de seu passado monarquista. Tão logo se elegeu, viajou por todo o Brasil, sendo o primeiro presidente a tomar tal medida para conhecer o País que governaria. Caracterizou seu governo pela ousadia, pela expansão das vias de transportes e pela ocupação do Território Nacional. Estimulou a imigração européia, especialmente a italiana. Nomeou um ministério predominantemente jovem, que, inclusive ganharia o epíteto de "Jardim de Infância". Em seu governo foi implementado o Convênio de Taubaté (assinado no governo anterior), onde a aristocracia cafeeira almejava tomar o bridão da política econômica, procurando garantir seus interesses. Fez ampla reforma nas Forças Armadas, inclusive adquirindo novos equipamentos e novos navios para a Esquadra. Instituiu o serviço militar obrigatório, onde os jovens conscritos seriam convocados mediante sorteio militar. Tal "loteria" traria conseqüências para as campanhas de propaganda dos recenseamentos futuros. Affonso Penna faleceu no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1909, sem completar o seu governo.

Miguel Calmon: um membro do "Jardim de infância" trouxe novos ares à DGE

O baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida nasceu em Salvador, em 18 de setembro de 1879. Membro de uma linhagem de homônimos políticos, incluindo o seu tio, Visconde, depois Marquês de Abrantes (1794-1865), era formado em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Muito jovem ainda, foi nomeado secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas da Bahia. E foi de tal modo eficiente no cargo que, mesmo contando com 27 anos, o presidente Affonso Penna o convidou para integrar o seu ministério, que passou a ser denominado de "Jardim de Infância", por contar com outros políticos jovens. Como ministro da Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon criou o Serviço Geológico Federal e ampliou as redes ferroviária e telegráfica. Foi ele quem levou Bulhões Carvalho para a Diretoria Geral de Estatística, dando-lhe a atribuição de reformar o órgão. Em seu governo, planejou e organizou a Exposição Nacional Comemorativa do Centenário de Abertura dos Portos, em 1908. Deixou o governo para apoiar a campanha civilista, que pretendia eleger o civil (e também baiano, como Calmon) Ruy Barbosa contra o militar Hermes da Fonseca, apoiado, mesmo a contragosto, pelo presidente Nilo Peçanha.

Elegeu-se deputado federal, atuando na elaboração do Código de águas e no Código de minas. Foi também um dos fundadores da Ligas de Defesa Nacional. Em 1919, voltou a apoiar o seu conterrâneo, desta vez contra Epitácio Pessoa.

No governo Arthur Bernardes, ocupou a pasta da Agricultura, Indústria e Comércio. Elegeu-se senador em 1927, retirando-se da política após a Revolução de 1930. Faleceu no Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1935.

Números para a exposição nos 100 anos de portos abertos

Capítulo 10

por Marco Aurelio Martins Santos

Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, assistente de pesquisa na produção desta obra

Naquele 28 de janeiro de 1908, os olhos da Cidade do Rio de Janeiro estavam magicamente atraídos pelas luzes emanadas da Praia da Saudade[242]. Os pavilhões construídos lá, em estilo eclético, eram um reflexo, em cimento e cal, do ecletismo daquela imensa platéia que aguardava o momento de adentrar naquele ambiente de celebração de progresso. Estava-se comemorando o primeiro século "da vida do Brasil no mundo civilizado, sem a dependência do vínculo colonial que prendia o seu comércio nas relações internacionais" (BOLETIM..., 1908, p. V), forma ufanista de dizer que o País estava celebrando 100 anos da abertura dos portos. Entre exemplares da vida econômica e cultural do País, os visitantes dos pavilhões veriam números - conjuntos de elementos numéricos representativos da sociedade; eles veriam estatísticas.

Ponte de embarque das barcas, na Urca
Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]

A Exposição Nacional realizada em 1908, no Rio, para comemorar o primeiro centenário da abertura dos portos às nações amigas – ato do Príncipe Regente D. João, tão logo chegou ao Brasil – foi uma excelente vitrine para exibir os resultados do recenseamento municipal realizado em 1906. Mas, esta não seria a sua única vinculação com estatísticas. Naquele momento importava revelar a todos os visitantes que deixáramos para trás aquela cidade carregada em fortes tintas coloniais, com arquitetura monótona e pouco imaginativa. Uma cidade que estava vencendo a guerra contra endemias que até bem pouco tempo mantinham isolado aquele mesmo porto há 100 anos liberado ao comércio internacional. Esta revelação estava expressa nos números. O fiasco censitário de 1900 foi corrigido: já era possível saber, em números atualizados, quantos formavam a população da capital da República; já se podia comprovar que cada vez menos pessoas morriam de varíola, febre amarela e peste bubônica; já era fato a redução significativa no número de cortiços e domicílios insalubres.

As pessoas chegavam aos belos pavilhões da Exposição por terra e também por mar. Aproveitando uma ponte construída no século XIX para facilitar o acesso

[242] Atual Avenida Pasteur, no bairro da Urca (que não existia à época).

até a pedreira da Urca, foi construído um pequeno cais onde aportavam barcas que saíam do Cais Pharoux, na Praça 15 de Novembro, trazendo os visitantes para a Exposição. A ponte, que existe até hoje, foi denominada de Ponte das Barcas e passou a servir de acesso a este cais.

Os números estavam lá, em quadros, mapas e gráficos, exibidos com mal disfarçado júbilo no pavilhão do Distrito Federal. Nos pavilhões dos demais estados e nos temáticos também poderiam ser encontrados quadros e dados estatísticos.

Pavilhão do Distrito Federal, praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]

Boletim, Bulletin, Bolteno

O esforço para preparação do material estatístico da Exposição seria o primeiro trabalho executado depois da reforma por que a DGE passou, a partir de novembro de 1907. Nesta data, tomou posse como diretor geral de estatística o demógrafo-sanitarista José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho: editor da revista *Brasil-Médico*, antigo responsável pelas estatísticas do Instituto Sanitário Federal, um dos membros da Comissão Central responsável pelo recenseamento municipal do Rio de Janeiro, um nome que se fez respeitar no País e fora dele. Tão logo assumiu, tratou de por cobro na apuração do funesto Censo de 1900 (que parecia um cadáver insepulto), divulgando o que se podia divulgar, recalculando o que se podia recalcular.[243]

As informações estatísticas divulgadas na Exposição posteriormente compuseram o **Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908**[244] - obra trilingüe (português – francês – esperanto) editada pela DGE. A explicação para a escolha das três línguas em que seria editado o "Boletim/Bulletin/Bolteno" seria pela língua-pátria, pelo idioma comercial e diplomático mais utilizado no mundo à época e como uma "homenagem ao novo idioma, que, ainda no nascedouro, tem a suprema aspiração de ser compreendido, como língua auxiliar, por todos os povos da Terra" (BOLETIM..., 1908, p. VII).

A obra apresenta uma longa e detalhada introdução, feita por Bulhões Carvalho, seguida de várias tabelas, quadros, ilustrações, mapas, abrangendo estatísticas

[243] Como visto em capítulo anterior.

[244] No texto de introdução desta publicação, Bulhões Carvalho cita um "boletim especial para ser [que teria sido] distribuído durante a Exposição". No penúltimo parágrafo desta introdução ele assegurou ser esta uma "súmula das informações contidas no boletim". Portanto, ele dá a entender que houve uma outra publicação, diversa desta, e com mesmo nome, disseminada durante o evento. Entretanto, o que há na Biblioteca Central do IBGE é a publicação, belamente encadernada, com o citado texto introdutório de Bulhões Carvalho datado em 31 dez. 1908. Houve outra publicação, distribuída durante a exposição? Não conhecemos nenhum exemplar.

de fatores físicos, demográficos, econômicos e sociais, "coligidos segundo as suas relações imediatas e estudados mais ou menos minuciosamente de acordo com os elementos extraídos de fontes oficiais e extra-oficiais" (BOLETIM..., 1908, p. VII). A publicação apresenta ainda fotografias dos diversos pavilhões da Exposição além de informações detalhadas sobre território, população, movimento econômico e movimento social.

População no ano de 1907

Foi uma conquista da DGE – que andava em baixa naquele período. Pouco depois do fim da Exposição, estava publicando uma obra que trazia, de forma consolidada, informações apresentadas no pavilhão do Distrito Federal, referentes ao recenseamento municipal de 1906, acrescentando análises e dados comparativos com estimativas para 1907 e 1908, não só para a capital da República como para os demais estados.

Bulhões fez incluir no Boletim reproduções dos memoráveis quadros e gráficos pictóricos exibidos na Exposição. Vendo estas reproduções, não há como não tentar imaginar o efeito produzido nos visitantes: figuras humanas em roupas de época, representando proporcionalmente pelo tamanho, a população recenseada, a estimada (para 1907) e o coeficiente de nupcialidade; esqueletos simbolizando a mortalidade e uma criança, a natalidade.

A Introdução – análise sintética dos dados agrupados nos capítulos, inicia por informações referentes aos limites territoriais, superfície e clima. Este último um importante indicador para os demógrafos-sanitaristas, como visto em capítulo anterior. Nesta parte, ele ainda relata aspectos sobre a estrutura geológica e mineralógica do Brasil, informações a respeito da biologia , relevo, divisão administrativa, judiciária e eclesiástica.

Por falta de números atualizados e confiáveis[245], Bulhões Carvalho só pôde estimar a população brasileira em 1908: algum número entre 18 milhões (em cálcu-

[245] Ele só tinha os dos recenseamentos de 1872, 1890 e 1900.

Carta física do Brasil, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores, [s.d.]

los pessimistas) e 25 milhões (em cálculos otimistas) com maior probabilidade para algo em torno de 20 a 22 milhões. Ele apresentou também números sobre estrangeiros e sua concentração nos diversos estados, revelando que o número de cidadãos de outros países reduzia-se de modo notável no Distrito Federal, no início do século XX, aumentando significativamente nos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (BOLETIM..., 1908, p. XIX). Talvez até como efeito da ainda significativa mortandade que as endemias causavam na capital da República e com perversa preferência pelos estrangeiros.

Outro aspecto curioso no texto do diretor geral de estatística foi a revelação em números da densidade populacional no Território Nacional. Com exceção do Distrito Federal, que em 1900 tinha 620 habitantes por quilômetro quadrado (722 em 1906) – uma multidão para a época – os demais estados eram praticamente "desertos". Basta ver que, dividindo as populações pelos territórios de Pará, Goiás, Amazonas e Mato Grosso somados não davam um habitante por km²![246]

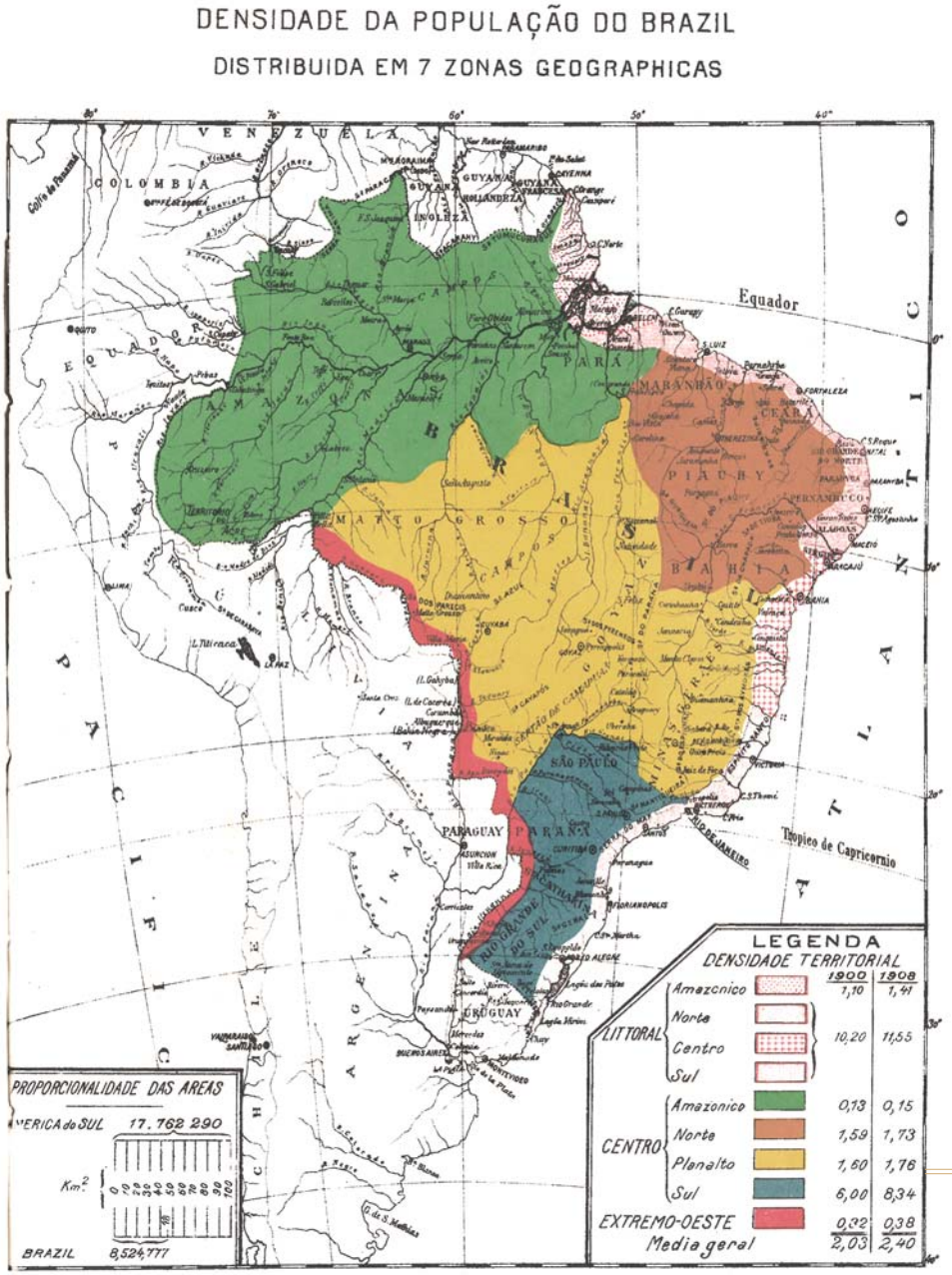
Mais revelações espantosas[247]: o Brasil em 1908 só tinha uma cidade com mais de 500 mil habitantes (Distrito Federal); somente duas na faixa 200 a 500 mil (São Paulo e Salvador); apenas uma, Recife, no segmento de 100 a 200 mil; três entre 90 e 100 mil (Belém, Juiz de Fora e Campos dos Goitacazes); outras três com população de 80 a 90 mil (Santo Amaro da Purificação, na Bahia, Minas Novas e Serro, em Minas Gerais); entre 70 e 80 mil, a mineira Barbacena e a capital gaúcha Porto Alegre; acima de 60 mil, Campinas, em São Paulo, Ouro Preto, Santa Bárbara e Queluz, em Minas Gerais, Manaus, no Amazonas, e Feira de Santana, na Bahia (BOLETIM..., 1908, p. XXII-XXIII).

Com base na evolução populacional da cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XIX até o Recenseamento Municipal de 1906, o número de seus habitantes saiu de 112 695, em 1821, para os estimados 843 189, de 1907 (BOLETIM..., 1908, p. XXIV). Após a árdua batalha de Oswaldo Cruz e dos demais sanitaristas, incluindo as reformas urbanas de 1903 a 1907, já era possível garantir comprovadamente que a mortalidade por conta de moléstias transmissíveis estava em franco declínio: o coeficiente mortuário de 9,95, verificado no período de 1898 a 1902, caiu para 7,95 no qüinqüênio 1903 a 1907. Para as mortes causadas pela febre amarela os indicadores ainda eram mais positivos: de 1,02 óbito para mil habitantes, de 1898 a 1902, caiu para 0,26 no lustro 1903-1907 (BOLETIM..., 1908, p. XXV).

A publicação revela números sobre nupcialidade (8,99 casamentos por mil/hab.), natalidade (25,92 nascimentos por mil/hab.) e mortalidade (23,90 óbitos por mil/hab.) no Rio, para o decênio 1898-1907. Coeficientes que impressionam, especialmente pela proximidade entre nascimentos e falecimentos. Efetivamente, foi uma década terrível para a Saúde Pública. Mas estava brilhando uma luz no fim do túnel: nos três últimos anos deste decênio, as taxas de mortalidade estavam abaixo da média da década. Em 1905 foram 21,88 óbitos por mil/hab., em 1906, recuou para 20,74 e em 1907, baixou até 19,02 [óbitos por mil habitantes] (BOLETIM..., 1908, p. XXV).

[246] Segundo dados do Censo de 1900: Pará – 0,39 hab./km²; Goiás – 0,34 hab.; Amazonas – 0,13 hab.; Mato Grosso – 0,09 hab. (BOLETIM..., 1908, p. XXII).

[247] "Espantosas" é o termo mais contido que podemos utilizar. As projeções feitas para 1908 envolveram populações das cidades mais populosas do Brasil. Algumas, como Rio de Janeiro e São Paulo, têm histórico de censos municipais que favorecem a cálculos e projeções de suas populações. De cidades do interior só se poderia conhecer o número de seus habitantes por ocasião dos censos e, como já visto anteriormente, os realizados em 1890 e 1900 foram absolutamente inconsistentes, falhos, incompletos. E mesmo assim, o diretor da DGE ousou estabelecer estimativas, mesmo com espectro amplo de possibilidades (dez, às vezes cem mil habitantes), de maneira bastante ousada.



Densidade da população do Brasil, [s.d.]

Para outras capitais brasileiras, Bulhões alertou que só as que possuíam estatísticas da demografia sanitária organizadas teriam algo para informar. Ele lembrou mais uma vez a imperfeição e irregularidade do registro civil. No quesito mortalidade, pelos números revelados, para 1907 e para o decênio 1898-1907, ainda não havia motivo para comemorações. Das seis capitais com coeficientes informados (Niterói, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Belo Horizonte), em 1907, somente Niterói e Curitiba tinham taxa anual inferior à da média do decênio analisado. Naquele ano, na cidade fluminense, o coeficiente foi de 35,15 óbitos para mil/hab. contra 38,73 para o período de 1898-1907 – os maiores entre as capitais estudadas. Na capital dos pinheirais, a baixa foi quase irrelevante: 14,22 para 1907 e 14,56 para o decênio.

Entre as que mais se elevaram, o destaque foi para Porto Alegre (28,55 para 1907 e 23,60 para 1898-1907), Belo Horizonte (22,76 e 19,20) e São Paulo (20,14 e 17,03). Florianópolis fechou a tabela com 23,69 óbitos para 1907 contra 21,11 para o decênio 1898-1907 (BOLETIM..., 1908, p. XXV).

No quesito natalidade, todas as capitais analisadas apresentaram índice maior em 1907, na correlação com o período analisado, com Belo Horizonte sobressaindo (42,12 nascimentos por mil/hab., em 1907 e 33,24 no período de 1898-1907). O que pode ser explicado pelo fato de ser aquela a mais nova capital estadual do País, tendo sido fundada em 1897, estando, portanto, em franco crescimento populacional (BOLETIM..., 1908, p. XXV).

A mesma expansão aconteceu no coeficiente de nupcialidade para as mesmas capitais: todas apresentaram taxa maior em 1907 do que na média para o decênio 1898-1907, destacando-se Niterói com 18,53 casamentos por mil/hab., em 1907, contra 13,76 para o período de 1898-1907. Curiosamente, Belo Horizonte apresentou a menor proporção de expansão na taxa de nupcialidade, na comparação 1907 com o decênio 1898-1907: 14,87 e 11,96, respectivamente (BOLETIM..., 1908, p. XXV).

Vale destacar que no texto da Introdução, Bulhões Carvalho alerta para a validade destes números, sempre em função da precariedade do registro civil da época.

Economia do Rio em números

No tocante aos dados de natureza econômica, em função do exíguo tempo que dispôs, o diretor de estatística lamentou só poder apresentar informações sobre indústrias da Capital Federal, e mesmo assim com falhas: dos 753 estabelecimentos industriais arrolados pela DGE, somente 318 responderam aos questionários. Com base nos que prestaram informações, ele pôde apresentar números relativos ao capital, ao valor da maquinaria, número de operários, horas de trabalho, valor das matérias-primas consumidas, valor do combustível consumido, valor líquido da produção e média dos salários pagos, destacando que estes últimos correspondiam a 290 dias de trabalho para cada operário – homem, mulher ou criança – durante um ano. Revelação impressionante, que reforça o quão foram importantes as conquistas de bem-estar social obtidas pelos trabalhadores ao longo dos anos posteriores.

Ainda nos dados de natureza econômica, esta parte da Introdução apresenta dados sobre importação e exportação, tanto em termos nacionais como em cada estado, incluindo países de quem mais o Brasil importou e exportou no ano de 1907 e os principais produtos vendidos para o exterior (destaque para o café, respondendo por 51,04% das exportações nacionais, no período de 1903 a 1907).

O Boletim traz também números sobre navegação de longo curso e cabotagem, incluindo tonelagem transportada para dentro e para fora do País; sobre o

Pavilhão das Indústrias, [s.d.]

tráfego nas vias férreas (carris urbanos e ferrovias), cuja malha, em 1908, totalizava 18 mil quilômetros em todo o Território Nacional; informações sobre o volume de correspondência que passou pela Repartição Geral dos Correios; sobre a correspondência telegráfica, linhas telefônicas (cujo total de aparelhos à época não ultrapassava 12 mil unidades); impostos estaduais e federais e informações econômico-financeiras.

Traz ainda números sobre a instrução pública, com dados coligidos a partir de questionários enviados pela DGE aos estados, que os repassaram aos estabelecimentos de ensino. Esta foi uma estatística importante, realizada com critério e minúcia. Segundo o próprio alerta de Bulhões de Carvalho: "como não havia sido feita até agora" (BOLETIM..., 1908, p. XXXIV). Provavelmente, ele estaria se referindo à abrangência do seu conteúdo e não na forma, uma vez que a DGE fazia estas agregações antes dele se instalar na cadeira de diretor do órgão.

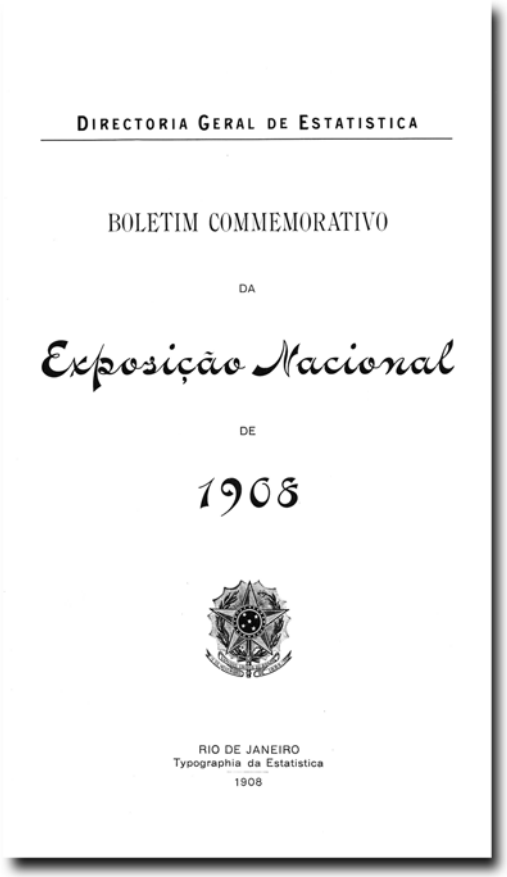
Em 1907, em todo o País, 565 922 alunos estavam matriculados em escolas de ensino primário público e particular. Minas Gerais liderava o *ranking* nacional com 21,1% deste total, seguido por São Paulo (14,5%), Rio Grande do Sul (11,9%) e Distrito Federal (10,1%). Com menor número de matrículas, os pouco povoados Mato Grosso (0,9%), Amazonas (1,0%) e Goiás (1,1%). Nas dez instituições de ensino superior, no mesmo ano o total de alunos matriculados alcançou 5 829 alunos, com 60,9% nas faculdades federais. Destes, um terço cursou Direito em Recife ou em São Paulo, 62,5% preferiram o ensino médico-cirúrgico e farmacêutico e apenas 147 alunos optaram por engenharia. As instituições de ensino militar apresentaram 5 411 alunos matriculados, divididos em escolas primárias (2 026 alunos), secundárias (639) e profissionalizantes (2 746) (BOLETIM..., 1908, p. XXXIV).

Ainda quanto às agregações realizadas pela DGE para a Exposição Nacional, em 1907 havia 380 bibliotecas (28 federais, 53 estaduais, 46 municipais 37 particulares, 33 pertencentes a clubes e sociedades recreativas, 51 a ordens religiosas e beneficentes, 128 a associações literárias científicas e instrutivas e quatro de outras corporações). Foram registrados também 108 teatros (metade deles distribuídos no eixo SP-DF-RJ), que apresentaram 4 281 espetáculos no ano em questão (BOLETIM..., 1908, p. XXXIX).

Também podem ser encontradas no Boletim estatísticas dos detentos do Distrito Federal no ano de 1907. Do total de 5 636 presos na Casa de Detenção (atual Presídio da Frei Caneca), 84% eram do sexo masculino, 70% cumpriam pena por contravenção, 64% eram de cor branca (22% pardos, 14% pretos), com maior concentração na faixa de idade dos 21 aos 25 anos, predominantemente solteiros (70%), brasileiros (53%) e analfabetos (quase 70%).

Por não estarem concluídas, Bulhões Carvalho informa não constar no boletim as estatísticas sobre cultos religiosos, hospitais, hospícios, asilos e recolhimentos, associações de auxílios mútuos e de beneficência, caixas econômicas e montes de socorro, seguros terrestres, marítimos e de vida, imprensa periódica e penitenciárias e estabelecimentos de repressão.

E não foram findadas por conta dos atrasos nas remessas dos estados. A DGE solicitou insistentemente aos estados que remetessem números para constar nas estatísticas para a Exposição e para o Boletim Comemorativo. Nem sempre era atendido ou pelo menos não com a presteza desejada. Em São Paulo, no Arquivo do Estado[248] estão ofícios e registros dos pedidos de Bulhões Carvalho, que, honra seja feita, eram atendidos, na medida do possível, pelo chefe da Repartição de Estatística e Arquivo Público[249], *Adolpho Botelho de Abreu Sampaio.*


DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

BOLETIM COMMEMORATIVO

DA

Exposição Nacional

DE

1908

RIO DE JANEIRO
Typographia da Estatistica
1908

Folha de rosto do Boletim Commemorativo de1908

Lá, pode ser visto, por exemplo, o Relatório dos trabalhos da 2ª Seção da Repartição de Estatística paulista, feito em 1908, que diz em um trecho:

> Além desses trabalhos, a seção respondeu a diferentes consultas de câmaras municipais sobre divisas, atendeu a requisições de estatísticas de várias naturezas feitas pela Diretoria Geral de Estatística do Brasil [sic] [...] (SÃO PAULO, 1908a).

No Livro de Protocolo dos Ofícios da 1ª Seção da Repartição de Estatística e Arquivo Público de São Paulo, de 1908, está registrado o recebimento de diversos ofícios com solicitações de informações por Bulhões Carvalho, que sempre agradecia quando era atendido. Na página 206 do referido Protocolo, por exemplo, lê-se agradecimento "a remessa de informações solicitadas sobre a Divisão Judiciária do Estado"(SÃO PAULO, 1908b, p. 209).

248 De seis a dez de dezembro de 2004, o autor deste capítulo esteve em São Paulo, em viagem oficial autorizada pelo IBGE, para realizar pesquisas no acervo do Sistema Estadual de Dados Estatísticos - SEADE e no Arquivo Público do Estado. Na ocasião, foi recebido nos dois órgãos do governo estadual paulista com extrema fidalguia e alto espírito de colaboração, podendo realizar as pesquisas e fotografar todos os documentos importantes para esta obra. Aproveitando a ocasião, agradecemos a Vivaldo Luiz Conti e Jussara Iunnes, do SEADE; assim como a Ady Siqueira de Noronha e Aparecido Oliveira da Silva, do Arquivo do Estado de São Paulo. Agradecemos igualmente a Sylvia Eugenia da Silva, que se prontificou a trabalhar no computador todas as fotos dos documentos, melhorando bastante a nitidez das imagens.

249 A Repartição de Estatística e Arquivo Público foi criada em dez de março de 1892 para se incumbir da execução de todos os trabalhos relativos aos diversos ramos da estatística. Em 1938, transformou-se no Departamento Estadual de Estatística - DEE, que foi extinto dez anos depois e recriado em 1950. As atribuições do DEE foram absorvidas com a criação do SEADE, em 1975 e lá permanecem até os dias atuais.

Em 22 de setembro de 1908, o chefe da Repartição paulista responde à solicitação de Bulhões Carvalho de envio de relação completa das bibliotecas existentes no Estado:

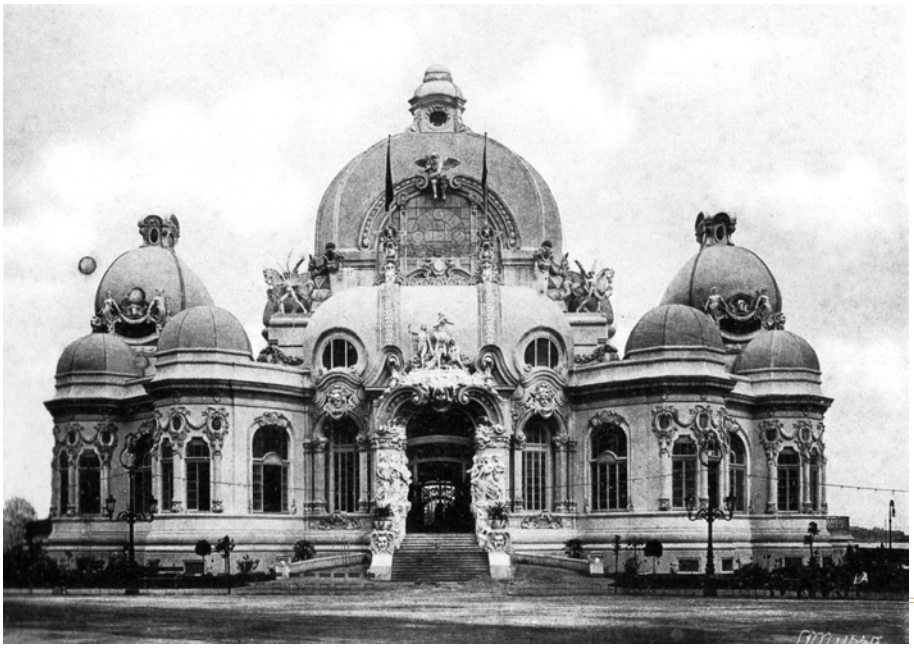
> Cidadão,
>
> junto a esta vos envio uma relação das bibliotecas existentes neste estado. Desejando quanto possível satisfazer vosso pedido, mando-vos igualmente os dados de que dispomos referentes a estas bibliotecas, de acordo com o que se pratica nesta Repartição. A demora havida na remessa da inclusa lista foi motivada pela espera de diversos questionários relativos às bibliotecas a fim de vos remeter uma nota completa de todas elas. Aproveito o ensejo, apresento-vos os protestos de minha mais alta estima e elevado apreço. Saúde e fraternidade – Ao cidadão Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, diretor da estatística da Capital Federal [sic]. (assinado) O diretor Adolpho B. de Abreu Sampaio." (SÃO PAULO, [19–?]).

Em 30 de setembro de 1908, o diretor da DGE enviou ofício com comentários e perguntas sobre a relação de bibliotecas do Estado de São Paulo, respondido por Abreu Sampaio em 17 de outubro do mesmo ano. Em novembro, nova solicitação de informações, agora com respeito aos jornais paulistas.

É possível constatar, em vários ofícios emitidos pelo titular da Repartição de Estatística, queixas com relação aos constantes atrasos na devolução de questionários que deveriam ser preenchidos por estabelecimentos de São Paulo. Tais solicitações, muitas vezes eram ignoradas ou tratadas sem nenhuma pressa. Não só o órgão estadual paulista mas diversos outros dos demais estados tinham o mesmo problema quando eles próprios não faziam "ouvidos moucos" às solicitações vindas da DGE.

Com tudo isso, a Exposição Nacional comemorativa do centenário da abertura dos portos foi um acontecimento memorável. Todos os estados participaram com o que tinham de melhor. Ao seu término, milhares de prêmios foram concedidos aos estados participantes. Na Mensagem enviada pelo presidente do Estado de São Paulo, *Manoel Joaquim de Albuquerque Lins* (1852-1926), ao Congresso Legislativo Estadual, é possível conhecer alguns números daquela celebração:

> Para representar o estado nesta brilhante festa do trabalho, o Governo delegou poderes ao Sr. Carlos J. Botelho, o iniciador e executor dos primeiros trabalhos como digno secretário da Agricultura, que foi, e ao Sr. Antonio de Barros Barreto, que era presidente da comissão Executiva eleita pela Sociedade Paulista de Agricultura.
>
> O estado de São Paulo não poupou esforços para figurar brilhantemente nesta festa do trabalho em que se apresentou com o belíssimo e original pavilhão, construído sob a direção do hábil engenheiro arquiteto, Dr. Francisco Ramos de Azevedo.
>
> Ao certame concorreram 1.179 expositores paulistas, sem contar os estabelecimentos oficiais, cujas exibições foram muito apreciadas.
>
> O Júri Superior da exposição concedeu aos expositores de todo o Brasil 7.747 prêmios, dos quais 887 Grandes Prêmios, 2.559 medalhas de ouro, 2.774 medalhas



Pavilhão do Estado de São Paulo, Exposição, Rio de Janeiro, [s.d.]

> de prata e 1527 medalhas de bronze. Os expositores de São Paulo conseguiram 1.076 recompensas, a maior quantidade que coube a um estado.
>
> Tanto na Agricultura, como nas Indústrias, o estado de São Paulo demonstrou sua pujança e competiu honrosamente com todos os demais concorrentes (SÃO PAULO, 1909, p. 31)

A Exposição foi encerrada em 15 de novembro do mesmo 1908. Os belíssimos pavilhões erigidos não duraram muito tempo de pé. Cerca de um ano depois quase todos foram derribados[250]. Incluindo a bela réplica do Teatro Municipal, administrada por Arthur Azevedo, que lá apresentou uma de suas últimas peças, "O Dote", por uma companhia criada por ele. Arthur não chegou a ver a demolição do belo teatro que administrou, uma vez que o pano baixou para ele definitivamente em 8 de outubro daquele 1808.

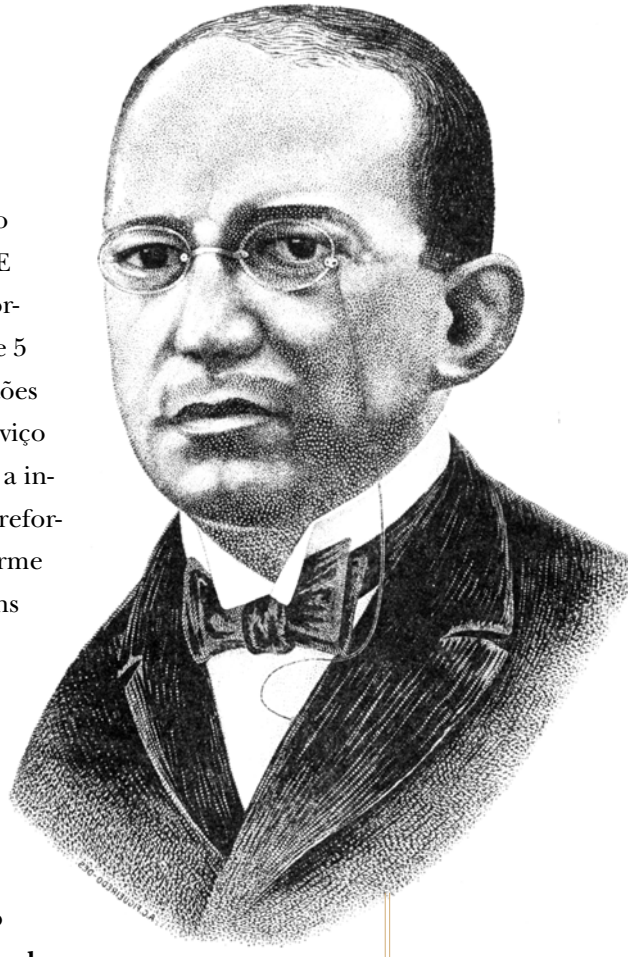
Terminava a Exposição Nacional. Um símbolo, no dizer de Gilberto Freyre, de "uma época de euforia e extroversão na vida nacional"(FREIRE, 1981, p. 5) cuja iniciativa de organização seria de muita ajuda para uma outra exposição comemorativa, a ser realizada 14 anos depois, desta vez para celebrar o centenário do nascimento de um país chamado Brasil.

250 Só existe até hoje de pé o Palácio dos Estados, posteriormente aproveitado como Ministério da Agricultura e depois como sede da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

Oziel Bordeaux analisa a reforma de Bulhões Carvalho

Capítulo 11

Para o lugar de *Bulhões Carvalho* é indicado *Francisco Bernardino*. Assume a direção geral da DGE em 15 de dezembro de 1909. De pronto cogita a reforma da reforma feita por *Bulhões* (Decreto nº 6.628, de 5 de setembro de 1907), e solicita relatório som sugestões aos chefes das quatro seções[251]. Deviam estudar o serviço a cargo da DGE, como estava instituído, de maneira a indicarem "o sentido e os termos da remodelação ou reforma que porventura conviesse fazer-se nele", conforme sugerissem suas experiências. Todos o fazem; alguns logo, outros com vagar.



Oziel Bordeaux Rego, [s.d.]

Oziel Bordeaux Rego (1874-1926), na chefia da 4ª seção, demora atender, e é o último a entregar parecer. Parece relutar, mas o faz, finalmente, em texto longo (com 200 páginas), muito erudito[252], em setembro de 1910. Tem por título: **Parecer sobre as modificações a fazer no plano dos serviços e no quadro de pessoal da Diretoria Geral de Estatística: apresentado, em setembro de 1910, ao Diretor Geral, *Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva*, em cumprimento de ordem sua, pelo chefe da 4ª Seção, *Oziel Bordeaux Rego*** Tem prefácio de Francisco Bernardino.

Francisco Bernardino o recebe e, por certo, o aprecia, ou não o teria enviado à publicação, naquele mesmo ano, 1910, prefaciando-o longamente. Contudo, apesar da decisão, por restrições na tipografia, inclusive de autoridade, ficou a cabo do tempo adstrito aos arquivos. Só será publicado, finalmente, em 1921, por ordem de *Bulhões*, que lhe antecede uma advertência. Como *Bulhões* retorna em 1915, fica-se sem saber as razões da demora dessa decisão: talvez não lhe soubesse da existência, o que é pouco provável; talvez a época não ajudasse, por algum motivo especial; talvez o quisesse, então, como reforço às decisões que vinha de tomar, com vistas ao censo de 1920.

[251] Deviam ser os mesmos que Bulhões nomeara, em 1907, através de seleção interna (via concurso): José Marques de Oliveira, Luiz Leitão, Lucano Reis, além de Oziel Bordeaux Rego.

[252] Apoiado em vasta bibliografia, citada em rodapé; inclusive as resoluções dos Congressos Internacionais de Estatística. Contém diversas citações em francês, inglês e italiano.

Na mencionada advertência (novembro de 1920) declara *Bulhões*:

> Para que não se perca na volumosa massa dos papéis recolhidos ao arquivo, é publicado, em volume especial, um excelente trabalho "sobre as modificações a fazer no plano dos serviços e no quadro do pessoal da Diretoria Geral de Estatística", valioso parecer apresentado ao meu ilustre antecessor, em setembro de 1910, pelo Sr. Oziel Bordeaux Rego, justamente considerado entre os mais competentes e operosos funcionários do departamento técnico atualmente confiado à minha direção.
>
> Trata-se de um documento cuja divulgação será sempre oportuna como subsídio às reformas ou alterações indispensáveis à maior amplitude do serviço geral de estatística.
>
> Conjuntamente com o aludido parecer dá também publicidade a Diretoria de Estatística a outro trabalho da mesma autorizada fonte, e referente à execução concomitante dos inquéritos demográfico e econômico, assunto de indiscutível interesse na atualidade (BRASIL, 1921a, p. 3).[253]

De fato, há três anexos: 1) Recenseamento de 1910 (parecer apresentado, em 28 de fevereiro de 1910, ao Diretor Geral de Estatística, pelo Chefe da 4ª Seção, em cumprimento de quatro portarias-circulares de 14 de janeiro do mesmo ano)[254]; 2) Necessidade e importância da estatística religiosa (informação prestada ao Diretor Geral de Estatística pelo Chefe da 4ª Seção, em 16 de setembro de 1910); 3) Homenagem a um grande mérito (nota sobre os serviços prestados à Diretoria Geral de Estatística pelo Chefe da 1ª Seção, Sr. *José Marques de Oliveira*[255], em fevereiro de 1915).

Oziel Bordeaux, ao contrário dos colegas, entende como muito difícil o encargo recebido, a exigir "tempo e vagar". Assim o entende e o sintetiza: "investigar com minúcia de como se organiza, instala, desenvolve e pratica alhures a estatística", pondo tudo isso em justa "com o pouco que por aqui vemos, e indicar o que nos parecesse digno de transplante, cópia, ou imitação" (BRASIL, 1921a, p. 11). E acrescenta, não sem preocupação:

> É que, com efeito, se não tratava apenas conforme lembrei acima, de trasladar para o nosso país o que noutros já se achasse estabelecido e frutificando; cumpria também, com certeza, investigar os estádios da marcha, mais ou menos longa, mais ou menos acidentada, que neles se vencera para atingir a próspera situação de agora, e, pondo-a em paralelo com a curta e pobre história da nossa estatística oficial, apurar até que ponto os institutos que naqueles países resultaram do progresso social e, por sua vez, tanto contribuem hoje a mantê-lo e aumentá-lo, eram adaptáveis ao nosso meio, cujas condições são bem outras e cujo nível geral de cultura é, infelizmente, ainda tão pouco alevantado (BRASIL, 1921a, p. 12, grifo nosso).

Divide sua análise em quatro partes: 1) Compreensão, extensão e definição; 2) Divisão das matérias; 3) Processo adotado nas pesquisas; 4) Suficiência e idonei-

[253] Reeditado na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, Rio de janeiro: IBGE, v. 8, n. 30-31, p. 547-619, abr./set. 1947.

[254] Este é o referido por Bulhões.

[255] Antigo funcionário da estatística participara das comissões de avaliação dos Censos de 1890 e de 1900.

dade dos órgãos de investigação; seguida de uma conclusão onde trata dos cargos de "almoxarife, arquivista, cartógrafo e bibliotecário".

Percepções de Francisco Bernardino (prefácio)

O prefácio, elaborado por *Francisco Bernardino*, por certo, é um misto das razões iniciais da consulta (fruto de sua visão prévia dos problemas da repartição), associadas às sugestões dos pareceres elaborados. A origem do saber, se própria ou se assimilada, pouco importa; importa somente saber como *Francisco Bernardino* ficou a pensar ao término daquela consulta. Tentemos, então, extrair sua visão final.

Em seus pareceres, os chefes das seções deviam inspirar-se na "experiência e prática das coisas em nosso país", ou, sempre que possível, na "assimilação dos princípios orgânicos de institutos congêneres em outras nações", sem olvidar "os debates e resoluções dos Congressos de Estatística". Foi-lhes pedido, entre outras pontos, que tratassem do funcionamento da repartição de estatística, "para o fim de assegurar a convergência geral dos esforços, a uniformidade dos processos, a segurança e harmonia dos resultados" (BRASIL, 1921a, p. 5). Todos o fazem, com variada profundidade.

Os pareceres são apreciados, afirma; em especial, o de *Oziel Bordeaux*, que, por consenso entre os pares, decide publicar. Com esse texto, na reforma futura da DGE, "os espíritos avisados e prudentes", achariam terreno sólido, evitando-se promover reformas viciadas, e imperfeitas; afora dar armas à "repulsa formal das alterações, que diminuem e deformam iniquamente, das invenções desabusadas, que se medem pelo arbítrio sem peias a divagar no desconhecimento do assunto(BRASIL, 1921a, p. 6). Pela qualidade da abordagem, por sua abrangente, por sua erudição, o estudo permitira aprofundamentos, facilitando pesquisas aos acervos das bibliotecas.

Dois assuntos são acordados, cada qual sendo visto como "matéria vencida": primeiro, a DGE como órgão central, seja para assumir "o encargo de executar diretamente todos os trabalhos estatísticos de interesse geral do País, não cometidos a outros órgãos da administração pública", seja para assumir o encargo de "coordenar os trabalhos desse gênero, preparados por quaisquer repartições, que sejam destinados unicamente a essa função, ou que a exerçam acessória e cumulativamente"; segundo, em reforço às atividades executivas da DGE, a existência, em caráter consultivo, do Conselho Superior de Estatística, sobremodo "no sentido de promover a adoção de métodos de serviço e a uniformidade das publicações oficiais" (BRASIL, 1921a, p. 6-7).

Outro ponto também pacífico, é a exigência de concurso para acesso ao quadro de pessoal, para se poder contar, cada vez mais, com técnicos, em lugar de simples administradores; quer-se pessoas com "rigorosa preparação científica", como uma exigência crescente da atividade estatística; isso tudo, a depender da "extensão dos estudos" e, claro, da cobertura dos inquéritos, bem assim, a depender das "despesas respectivamente consignadas"; sem descuidar dos "institutos comple-

mentares", como denomina a biblioteca e a tipografia, mas sem menção à cartografia (BRASIL, 1921a, p. 7).

E sabe ser vital dispor "a matéria, a informação, torná-la efetiva, suficiente, obrigatória", tornando imperativo a existência de "legislação especial e obrigatória"; e enfatiza entender que "a obrigatoriedade da informação deve ser geral e sem exceção" (com ênfase na reforma do registro civil). Tem consciência das dificuldades dessa empreitada, "o cientista e o legislador deparam óbices constitucionais, procedentes do regime federativo", a serem aplainadas ou contornadas cuidadosamente (BRASIL, 1921a, p. 7-8).

Por fim, fechando o prefácio, numa sentença singular, antevê a criação do IBGE, 26 anos depois; como segue:

> Afinal o tempo virá em que a Diretoria Geral de Estatística, erigida, em virtude do seu próprio e desmedido crescimento, em instituto inteiramente singular e à parte, de existência autônoma, tendo de centralizar as mais numerosas relações, devendo exercer a sua função inquiritiva [sic] na devassa de todos os Ministérios, nos Estados e nos Municípios, na latitude mais compreensiva das individualidades e das coletividades, obtenha, num ato legislativo especial e solene, atribuições amplas e capacidade plena para a direção técnica e administrativa dos serviços a seu cargo, tão somente limitada, na previsão das suas despesas, pela verba respectiva do orçamento federal. (BRASIL, 1921a, p. 8, grifo nosso).

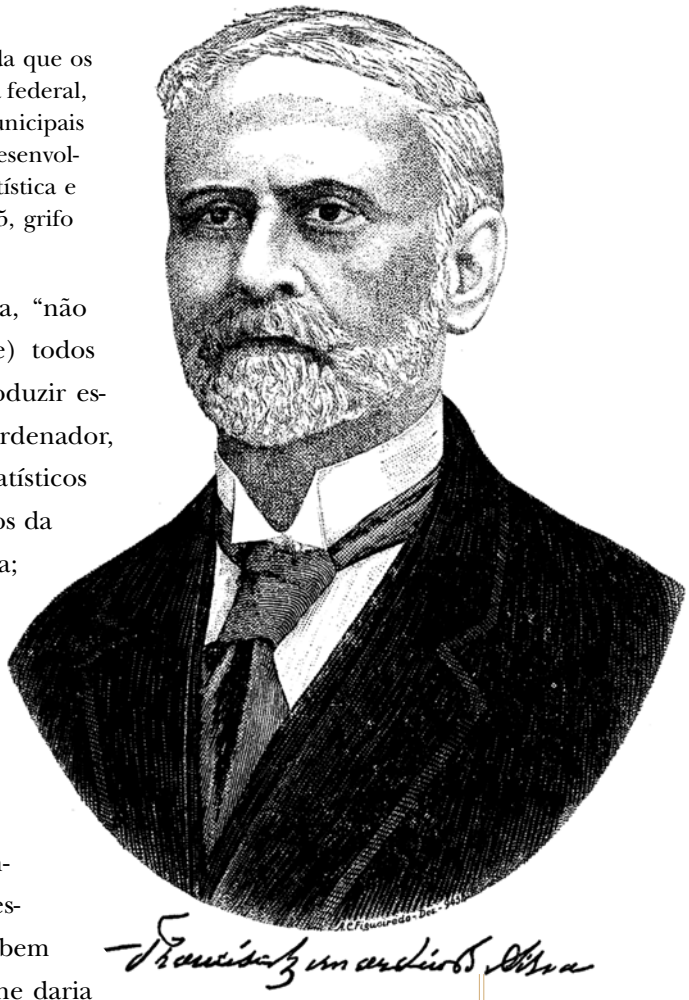
Sobre a missão da diretoria (órgão central)

Com incendido entusiasmo, releva a missão[256] da DGE, como consta dos Arts. 1º e 2º do seu regulamento (baixado pelo Decreto nº 6.258, de 5 de setembro de 1907): centralizar os resultados da atividade estatística levada a porto em todos os órgãos; realizar a atividade estatística, sempre que não feita em outros órgãos; órgão central, diretor (produtor) e coordenador. E diz, em síntese:

> Vê-se, pois, que o que a lei pretendeu instituir foi um aparelho donde emanassem a orientação geral e a traça [sic] dos serviços estatísticos, e para onde convergissem também os resultados de todos eles, qualquer que fosse a administração a que competissem – federal, estadual ou municipal – e ainda que proviessem exclusivamente da iniciativa particular.
>
> Recolhidos a semelhante centro e convenientemente elaborados, os elementos estatísticos seriam depois expostos, em publicações fragmentárias e de conjunto, com as críticas e os comentários que oportunos se fizessem, a fim de realçar o significado e o valor das cifras coligidas, quer consideradas em si mesmas, isoladamente, quer confrontadas umas com as outras, ou comparadas às análogas, que de outros países se conhecem.
>
> A missão principal da Diretoria de Estatística ficava, portanto, sendo a de núcleo coordenador, regularizador e uniformizador de trabalhos variadíssimos, e as funções dela, por isso mesmo, longe de se estreitarem e reduzirem, deviam, ao con-

[256] Ele usa esta expressão, missão; hoje muito usada nos planejamentos estratégicos.

> trário, aumentar de amplitude, à medida que os diversos ramos da administração pública federal, e os governos estaduais, os poderes municipais e as instituições particulares fossem desenvolvendo os seus serviços especiais de estatística e criando novos (BRASIL, 1921a, p. 14-15, grifo nosso).



Francisco Bernardino Rodrigo da Silva, [s.d.]

Essa visão de órgão central, afirma, "não constitui novidade indígena", já que (quase) todos os países do mundo o teriam, que, afora produzir estatísticas, também agiria na função de "coordenador, uniformizador e unificador" os trabalhos estatísticos (BRASIL, 1921a, p. 15). Enumera os exemplos da Itália, da França, da Holanda, da Alemanha; oferece exemplos contrários, como a Espanha (onde, contudo, havia o Instituto Geográfico e Estatístico com papel mais ou menos de centralizar a atividade estatística), o Reino Unido (pese haver os *General Registrar*, ou seja, as repartições do registro civil), os Estados Unidos da América do Norte[257] (realçando, contudo, o papel do *Bureau of the Census*, responsável pela realização dos recenseamentos, bem assim, pela utilização dos resultados, o que lhe daria um caráter de articulação permanente).

> A função centralizadora, tratando-se de estatística, é, pois, de tal maneira necessária, que ou faz criar um órgão especial e privativo, ou se apropria de algum já existente, embora instituído para diverso destino. Assim, a tendência geral é para concentrar o serviço, posto o grau dessa concentração varie, conforme as circunstâncias locais. Isso não impede a existência de estatísticas especiais, que versem de modo particular um ou outro ramo da matéria; nem o desenvolvimento destes serviços é razão para que se suprimam os órgãos gerais que os uniformizam, resumem e comparam (BRASIL, 1921a, p. 33, grifo nosso).

No caso do Brasil, reporta-se à Memória de *Joaquim Norberto*,[258] para os tempos antigos, atualizando-a, depois, com as realizações havidas no Império, sobremodo criação da DGE, e a realização do primeiro censo do País (1872)[259]. Em seguida, já na história da República, recupera a recriação da DGE, e às suas reformas até aquele instante, como visto nos capítulos anteriores. Tais reformas, ora expandindo, ora re-

257 Fala dos Estados Unidos com grande admiração. A experiência daquele país, com sua constância censitária, era o máximo aos olhos dos envolvidos com a produção das estatísticas, mundo afora. Entretanto, ainda é francesa a maior influência sobre nós, embora começasse a ser também italiana.

258 Ver o capítulo 10, do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

259 Ver os capítulos 9, 13, 15 e 18, do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

traindo a estrutura, em nenhum instante reduziu o programa estatístico, portanto, em nenhum instante reduziu a atividade da repartição.

> Não há dúvida, portanto, Sr. Diretor Geral, que o ensino dos outros países e o aviso da nossa própria história aconselham a que se não fragmente, a que se não desintegre, a que se não anule a Repartição de Estatística. Qualquer reforma, que porventura venha a ser feita nos serviços a cargo dela, em tudo poderá consistir, menos em desuni-los, dispersando-os por vários órgãos administrativos, sem lhes deixar um ponto de convergência, um centro regulador. Mudar-se-lhe-ia o nome, mas não se lhe transformaria, impunemente, a essência (BRASIL, 1921a, p. 43-44, grifo nosso).

Nessa linha, tendo em mente sua expansão desejável, sugere um termo de missão, em dois artigos, a constar do decreto da reforma, "em havendo o desejo de colocá-la [à DGE] no posto que de justiça lhe cabe" (BRASIL, 1921a, p. 45), o que viria, somente, com a criação do IBGE (em 1936).

> [Art. 1º] A Diretoria Geral de Estatística é a repartição central incumbida de receber, de elaborar e coordenar e de publicar toda a sorte de informações estatísticas que se relacionem com o estado físico, político, administrativo, demográfico, econômico, intelectual e moral da República.
>
> [Art. 2º Compete-lhe especialmente]
>
> 1º formular os planos necessários à exata apreciação, sob o ponto de vista estatístico, das condições do Brasil e à dos fatos nele ocorrido, quer destes conheça diretamente, quer indiretamente;
>
> 2º executar por si mesma todos os trabalhos estatísticos de interesse geral do País, desde que se não achem deles incumbidos outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal;
>
> 3º recolher e coordenar os trabalhos preparados por esses departamentos administrativos;
>
> 4º promover, pelos meios a seu alcance, a uniformização dos referidos trabalhos, de acordo com os modelos que tenha organizado;
>
> 5º proceder, decenalmente, ao recenseamento geral do País;
>
> 6º analisar e grupar cientificamente os dados que obtiver, representá-los graficamente e compará-los com os de outras nações;
>
> 7º publicar em anuários e boletins, ou avulsamente, os resultados dos trabalhos que haja executado;
>
> 8º prestar as informações que lhe exigir o Governo e fazer os serviços que lhe forem por ele determinados, relativamente a matérias de sua atribuição;
>
> 9º satisfazer, sempre que possa, os pedidos recebidos de repartições federais, de administrações estaduais e municipais e ainda de corporações ou particulares, nacionais e estrangeiras, desde que isso não desconvenha ao interesse público, nem prejudique o andamento das tarefas que a Repartição tem a seu cargo;
>
> 10º promover o concurso da iniciativa individual para o melhor desempenho dos encargos que lhe competem (BRASIL, 1921a, p. 44-45).

Sobre o plano de ação (temas, assuntos, matérias)

Seu ponto de partida é o primeiro programa estatístico brasileiro,[260] constante do Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871, que reproduz em minúcia, não lhe poupando rasgados elogios, a ponto de dizer, num exagero evidente, "que o regulamento aludido revelava o empenho de sujeitar as matérias a um arranjo metódico, sistemático" (BRASIL, 1921a, p. 52).

> Vê-se, portanto, que o Regulamento expedido pelo Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira não se restringiu a indicar as matérias de que à Diretoria Geral de Estatística cumpria tratar, senão fixou também as minúcias a que tinha ela de atender em cada um do trabalhos que elaborasse. Salvo em alguns casos, as particularidades foram reduzidas estritamente ao mínimo que se poderia exigir, com a mira, sem dúvida, em facilitar o começo do serviço e torná-lo exeqüível pelo pequeno pessoal de que dispunha a Repartição (BRASIL, 1921a, p. 52).

Quando da recriação da DGE, o programa estatístico perdeu os detalhes, sendo postos em grandes expressões, bem assim, perderam as minúcias, quais sejam, os estudos a serem feitos tema a tema. Além disso, a partilha das matérias pelas seções "não oferecia absolutamente nada de sistemático" (BRASIL, 1921a, p. 53). Em correção dessa situação acorreu a reforma realizada por *Bulhões Carvalho*, e que era, então, estudada, sendo objeto central do parecer, onde aparece elogiado. Depois de extensa digressão, afirma:

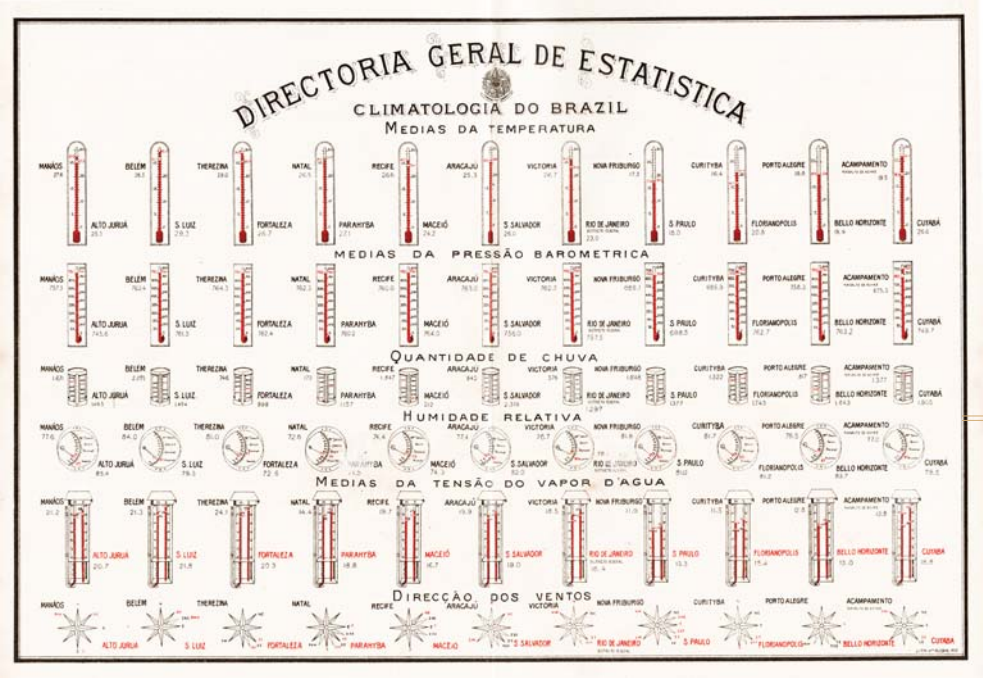
> Na partilha das matérias, que entre os quatro órgãos fundamentais desta Diretoria fez o Regulamento, pode-se, portanto, notar uma ou outra lacuna, uma ou outra referência dispensável, mas nada há que seja disparatado. Carecem, logo, de fundamento as críticas que nesse ponto têm sido feitas aos estatutos por que ora se rege a nossa Repartição (BRASIL, 1921a, p. 71).

Contudo, introduzindo possíveis ajustes, sugere uma divisão das matérias do programa por cinco seções, como segue:

> 1ª Seção: Topografia, orografia, hidrografia e climatologia do Brasil; representação política; defesa nacional; finanças e administração pública.
>
> 2ª Seção: Demografia (estado e movimento da população).
>
> 3ª Seção: Estatísticas econômicas (produção, circulação, distribuição e consumo).
>
> 4ª Seção: Instrução pública e particular; bibliotecas; museus belas-artes; imprensa; cultos religiosas; instituições de assistência, de beneficência e de previdência.
>
> 5ª Seção: Justiça civil, comercial e criminal; polícia; natalidade ilegítima; suicídios (BRASIL, 1921a, p. 74).

Completa seu arrazoado lançando vista sobre as fontes. Entende, naturalmente, ser essencial a existência das fontes de dados, sejam as de primeira ordem,

[260] Ver o capítulo 9 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889),** desta coleção.



Climatologia do Brasil, 1908

ou seja, os registros propriamente, sejam as de segunda ou demais ordens, ou seja, já as agregações sucessivas das informações extraídas dos registros. Por ser voluntário e não obrigatório, como seria desejável, e o recomenda, acaba muitas vezes não sendo realizado.

> Resulta de tudo quanto até agora expus que as Repartições Centrais de Estatística, em toda a parte, além de executarem por si mesmas certo número de serviços, têm de resumir outros, de institutos congêneres, de campo de ação mais limitado – provinciais, estaduais e municipais – e de departamentos públicos, que ou também organizam estatísticas, por necessidade de sua vida íntima, ou reúnem, como que automaticamente, pelo próprio mecanismo de seu funcionamento, dados aproveitáveis para trabalhos dessa natureza. Por outra, o material que elaboram as Repartições Centrais é de três ordens distintas: documentos coligidos diretamente; informes prestados, compulsoriamente ou não, por vários órgãos administrativos; estatísticas organizadas por departamentos especiais, exclusivamente incumbidos de empresas deste gênero, embora de mais restrita esfera de atuação (BRASIL, 1921a, p. 75).

Sobre a atividade consultiva (o Conselho Superior)

A existência de um organismo consultivo, afirma, é em termos teóricos profícua. Encontra sua origem na Bélgica, na ação de *Adolphe Quetelet*. E que será objeto de debates em plenárias sucessivas do Congresso Internacional de Estatística: Bruxelas, em 1853; Paris, em 1855; Berlim, em 1863; Florença, em 1867; Haia, em 1869.[261]

> A insistência com que o Congresso Internacional de Estatística recomendava o estabelecimento, em todos os países, de uma Comissão análoga à que a Bélgica

[261] Ver o capítulo 12 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

> criara em 1841, bem mostra a confiança que os doutos opinantes depositavam nesse meio de regularizar e uniformizar, em toda a parte, os serviços estatísticos. Partindo, como partia, de homens sabedores e experientes, o conselho, de certo, merecia [ser] acatado e seguido, o que explica o acolhimento que ele recebeu em diversos países, vivamente preocupados com o progresso dos trabalhos daquela espécie e dos estudos correlatos (BRASIL, 1921a, p. 82).

Eis, então, o que se intentou introduzir na atividade estatística brasileira, depois de décadas (três ou quatro) de sucessivas reiterações. Observa, e o mostra, que *Bulhões* concebeu o Conselho brasileiro por similitude ao Conselho francês, de 1885. Entende sua criação muito útil, mormente para um país "composto como o nosso, de muitos Estados, diferentemente organizados, em cuja quase totalidade, no que diz respeito ao assunto que nos preocupa, tudo, absolutamente tudo, ainda se acha por fazer". A troca de idéia que daria ensejo já bastaria para justificá-lo, mormente pela presença dos membros estaduais, donde vinha a "deficiência de informações".

Enfim, formado com a escolha dos membros federais, ganhou capacidade operacional pelo Regimento Interno debatido e aprovado na reunião de 7 de julho de 1909, onde, entre vários pontos, todos vitais, mandava promover concursos, com prêmios outorgados aos vencedores.[262] Em sua duas reuniões, não se tem notícia da presença desses membros estaduais, nem mesmo de suas indicações e nomeações.

Sua operosidade e efetividade, observa, "estava em que elas [as pessoas que o integravam] *soubessem*, *pudessem* e *quisessem* prestar os serviços que eram esperados de sua colaboração" (BRASIL, 1921a, p. 88; grifo do autor). Importava, sobremodo, que os membros do conselho pudessem, para além de estar nas reuniões, prestar os serviços que se lhes pedissem, "entendendo-se esse requisito, não somente no sentido da *competência*, mas, sobretudo, no da *possibilidade material de trabalhar*" (BRASIL, 1921a, p. 90; grifo do autor)

> De tudo quanto tenho exposto, até agora, a propósito do Conselho Superior de Estatística, decorre, Sr. Diretor Geral, que me não parece providência aconselhável suprimir-se a referida assembléia. Qualquer reforma, por que passe a nossa estatística oficial, deve, pois, a meu ver, conservar o instituto, pouco importando que de sua existência não resultem, a princípio, grandes benefícios para o serviço público. Esses virão mais tarde. [...] Convirá, porém, creio eu, não estabelecer época fixa para as reuniões ordinárias, a fim de evitar o mau efeito de sessões em que nada se faz. Ao Governo ficará o direito de convocar o Conselho, sempre que entender necessário (BRASIL, 1921a, p. 90).

Sobre a atividade executiva (a própria diretoria)

A missão estava discutida. Também a estrutura, ao tratar dos temas. Agora, sua intenção era enfocar a "suficiência e idoneidade" da repartição de estatística. Para tanto, focará a questão de pessoal. A começar da quantidade, "noventa a cem

[262] Isso só virá na primeira fase do IBGE, da qual trataremos no volume 3 desta coleção. Um dos concursos, com premiação, terá o nome de "Bulhões Carvalho", outro terá o nome de "Teixeira de Freitas".

funcionários", a entendi pequena, incapaz de permitir as expansões necessárias. A começar da presença nos estados, que quer permanente, com pessoal técnico da própria DGE.

> Ora, é de toda conveniência, senão absolutamente indispensável, o estabelecimento de agências estatísticas federais nos Estados. Os acordos celebrados entre os respectivos Governos e a Diretoria, em 1908, nenhum fruto aproveitável produziram até agora. Muitos Estados nada ou pouco têm feito daquilo a que se obrigaram pelos órgãos da sua governança, e muito insuficiente e irregular é também o concurso que nos prestam as Municipalidades. (BRASIL, 1921a, p. 91, grifo nosso).
>
> [...]
>
> Para remover esse grande obstáculo, que ao progresso das nossas estatísticas se antolha, duas medidas apenas me ocorrem: ou esta Repartição entra em acordo com os governos estaduais e municipais, para que seja feita por funcionários deles a coleta dos dados de que careça, ou nomeia delegados seus, com os quais se corresponda diretamente e que só recebam e executem ordens de sua diretoria. Por motivos sobre que desnecessário se torna insistir, o melhor alvitre me parece o último, embora também, em certos casos, possa haver vantagens em utilizar o primeiro.
>
> Cumpre, portanto, que o Regulamento dê ao Diretor a faculdade de comissionar funcionários para o representarem nos Estados; mas, a fim de que tal autorização possa ser aproveitada e não resulte completamente estéril, é indispensável que a Diretoria tenha os precisos recursos pecuniários e pessoal bastante (BRASIL, 1921a, p. 92, grifo nosso).

Sugere, então, que o quadro monte a centro e trinta pessoas. Para não aumentar em demasia as despesas, sugere a contratação de "colaboradores", demissíveis *ad nutum*, ou seja, não tornados funcionários permanentes.[263] Onde houvesse acordo com órgãos estaduais, tomando seus funcionários como "correspondentes", isso se faria "mediante razoável recompensa pecuniária" (BRASIL, 1921a, p. 92-93).

Por fim, estabelecida a representação nos estados, faltaria resolver apenas a questão da "representação em cada Município". Para tanto sugere que o governo "determinasse a todos os funcionários federais, espalhados no país, que atendessem aos apelos desta Diretoria, sem prejuízo dos encargos privativos de cada um" (BRASIL, 1921a, p. 94). Tem isso por viável, tomando exemplos de outros países.

Isso posto, passa a tratar do quadro de pessoal, que entende devesse ser: "5 Diretores ou Chefes; 10 a 15 Primeiros Oficiais; 25 a 30 Segundos Oficiais; 35 a 40 Terceiros Oficiais; 20 Auxiliares de Primeira Classe e 20 Auxiliares de Segunda Classe", os auxiliares sendo chamados apenas quando "houvesse trabalho" (BRASIL, 1921a, p. 96). Mas, com qual formação, pergunta-se; e responde recuperando o regulamento:

> O Regulamento que baixou com o Decreto nº 6.628, de 5 de setembro de 1907, restabeleceu o princípio do concurso como cláusula imprescindível da primei-

[263] Essa forma, lembra, não era nova, pois existira autorizada pela Lei nº 191B, Art. 6º, nº IX, letra b, de 20 de setembro de 1893 (Lei Orçamentária), e posta em execução pelo Decreto nº 1.732 A, de 25 de julho de 1894, segundo informa à p. 93.

ra nomeação. Dispôs, além disso, o referido estatuto que a todos os acessos também precedessem concurso, quer fosse a vaga de Terceiro, Segundo ou Primeiro Escriturário, quer de Oficial-Maior ou de Chefe de Seção.

De fato, de acordo com o artigo 21, o preenchimento do lugar de Praticante ficou dependendo de mostrar o candidato, em provas escritas e orais, conhecimentos das línguas portuguesa e francesa, da aritmética (até juros compostos), da corografia e história do Brasil e do desenho linear; a escolha dos 3ºs Escriturários só poderia ser feita por concurso entre os Praticantes, versando as provas sobre a redação oficial, álgebra elementar, geometria plana, desenho topográfico e noções gerais da língua inglesa; o acesso a 2º Escriturário dependeria também de concurso, realizado entre os 3ºs, tendo por objeto a geometria no espaço, a trigonometria retilínea, a cartografia e noções gerais da língua espanhola; a 1ºs Escriturários apenas passariam os 2ºs que fosem previamente habilitados em concurso de noções gerais de física e química e da língua italiana, e a Oficiais-Maiores, os Primeiros Escriturários classificados em concurso de cosmografia, meteorologia, noções de direito administrativo e da língua alemã; enfim, para subirem a Chefes de Seção os Oficiais-Maiores, exigia-se-lhes preparo, ainda provado mediante concurso em economia política, direito administrativo, estatística e noções gerias de mineralogia, botânica e zoologia.

Daí se conclui, portanto, que o principal intuito do Regulamento que nos rege, na parte a que ora me refiro, foi obrigar os futuros Chefes desta Diretoria à posse das línguas portuguesa, francesa, inglesa, espanhola, italiana e alemã; da corografia e da história do Brasil; da matemática elementar (aritmética, álgebra, geometria e trigonometria retilínea); dos desenhos linear e topográfico; da cartografia; da física, da química, da cosmografia, da meteorologia, da mineralogia, da botânica e da zoologia; do direito administrativo; da economia política, e da estatística. De algumas dessas disciplinas exigiram-se desenvolvimentos; de outras, porém, apenas traços gerais.

O parcelamento das matérias teve, por certo, em mira, não só facilitar, graduando-o, o preparo dos funcionários, como ainda lhes criar um estímulo permanente para se instruírem. Regra é, com efeito, ao que alcança a minha observação pessoal, que, uma vez nomeado, o funcionário público quebra o trato que porventura mantinha, anteriormente, com os livros. Raríssimos desmentidos se me têm deparado a essa prática; mas os empregados que constituem tais exceções, ao invés de estimados, quase sempre se tornam malqueridos de seus colegas, cuja mor parte vê no alheio esforço, que inveja, sem o imitar, um simples recurso de *cavação,* conforme lhe chama em sua expressiva gíria.

O pensamento inspirador da reforma de 1907, nesta parte, foi justamente inverter em regra a exceção. Certo de não ser promovido sem concurso, o funcionário que aspirasse a subir teria, por força, de estudar sempre, e, quando atingisse o mais alto posto da sua carreira, não só possuiria os conhecimentos precisos para desempenhá-lo, mas também haveria adquirido o proveitoso hábito dos livros, que lhe asseguraria o constante melhoramento do seu preparo. Dever de todos, condição *sine qua non* de progredimento na classe, o estudo deixaria de constituir motivo de malquerença àqueles que o cultivassem. E, assim, o desejo de fazer boa figura e o empenho em avançar contribuiriam de modo eficaz para o contínuo soerguimento do nível intelectual do funcionário (BRASIL, 1921a, p. 98-99, grifo nosso, itálico do autor).

Tem-se, então, um plano de carreira bastante avançado; e também um programa de formação de pessoal[264]. O parecer em estudo, diz, com evidente admiração: "os concursos sucessivos e graduados não só tornam mais fácil adquirir o cabedal de conhecimentos indispensáveis ao exercício dos cargos mais elevados, como também criam uma proveitosa e contínua competência, um permanente estímulo à perseverança no estudo" (BRASIL, 1921a, p. 99). E informa das críticas, não ao concurso de entrada, mas sim aos concursos de acesso, que muitos entenderam exagerados, nesse caso, bastando "o *conhecimento do serviço*, que, em estatística, se adquire com a prática, como nos misteres de outra espécie" (BRASIL, 1921a, p. 100, grifo do autor). Não aceita a crítica, mas não a nega por inteiro, queria, diríamos atualmente, uma avaliação de desempenho:

> ... uma boa colocação obtida em concurso, se é prova de saber, não prova assiduidade, nem zelo, nem amor ao serviço, *e isto é o que, sobretudo, cumpre apurar*, quando se quer fazer justiça e não matar o estímulo nos *bons empregados*, isto é, *nos que tomam a sério as suas obrigações* (BRASIL, 1921a, p. 104, grifo do autor).

> ... fica a sorte do empregado dependendo exclusivamente das luzes que ele possua, ou talvez da felicidade que o haja assistido nas provas. O seu esforço, o seu zelo, os frutos do seu trabalho desaparecerão diante do preparo um pouco melhor, ou do maior desembaraço, ou da maior fortuna, de colegas porventura menos cumpridores de seus deveres. Ora, isso não é eqüitativo, nem consulta os interesses do serviço público: forcemos os funcionários a se instruírem, mas não transformemos em simples academia a Repartição. O de que ela precisa é de *bons empregados*, nunca de *literatos*, que muito possam ter lido, justamente por nada trabalharem, e que, na transcendência, real ou pretendida, do seu talento e dos seus conhecimentos, encontrem razão bastante para se furtar aos serviços pelos quais recebem paga dos cofres públicos (BRASIL, 1921a, p. 105, grifo do autor).

Na reforma trazida por *Bulhões*, lembra *Oziel Bordeaux*, estava "a conveniência de se tornarem de carreira os cargos de chefes ou diretores de Seção". Ao ser o acesso por concurso, teria no futuro o resultado da "escolha habitual do Diretor do serviço [recair] entre os próprios chefes de Seção da Diretoria". Esse seria o ideal, concorda, "de dirigir a Repartição de Estatística um funcionário que houvesse nela vencido todos os postos", desde que, claro, de fato "o escolhido dispusesse de todos os precisos requisitos para bem desempenhar o eu elevado encargo" (BRASIL, 1921a, p. 104). Donde, aceitava e acatava os concursos, de entrada e de acesso, mas com as ressalvas do desempenho; ou seja, os concursos de acesso seriam apenas parte do processo.

[264] Em alguns poucos parágrafos aborda a questão do ensino da Estatística, que até então não passava de uma ou outra cadeira em um ou outro curso, ainda estando longe de se tornar uma formação completa. Isso, no Brasil, só viria em 1953 com a criação pelo IBGE, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE.

Sobre as unidades específica e especializada (ênfase na tipografia)

Começa tratando dos cargos de almoxarife, arquivista, cartógrafo e bibliotecário, a todos valorizando distintamente. Dos dois primeiros cargos, contudo, pouco trata, passando à análise detida dos dois outros, sobremodo do último.[265]

A cartografia estatística, a trouxe *Bulhões*, na sua reforma. Sua grande função era dar representação aos resultados estatísticos, elaborando os gráficos que ajudariam na e na análise dos números. Nos períodos censitários, cuidava dos mapas, mas apenas da capital federal, nesse caso, fazendo algumas mudanças, adaptações, no cadastro existente no departamento de Obras e Viação do Distrito Federal - DF. Aos que queriam a elevação do serviço cartográfico a seção especial, contrapôs a afirmação de desconhecer sua existência em qualquer outro país.

Quanto à Biblioteca, a reputava "a mais necessária das dependências desta Repartição", e afiança seguro: "a livraria estatística exige uma grande especialização", e lhe pede "instalação condigna". E repudia com veemência a intenção corrente de juntar o acervo da biblioteca da repartição de estatística, aos acervos das demais repartições do recém-criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual a DGE passava a vincular-se. Argumenta com sabedoria contrário à medida.

Depois, trata com grande carinho da tipografia[266].

Também se a queria, então, vinculada ao ministério, deixando, dessa forma, a estrutura da repartição de estatística, o que, com veemência, repudia, atribuindo aquela idéia à ignorância das condições especiais das atividades estatísticas. E recupera sua história, em traços longos, como segue.

Sua necessidade, história, começou a sentir-se já nas administrações de *Manuel Timóteo da Costa* e de *Raul d´Ávila Pompéia*, acentuando-se na administração de *Francisco Mendes da Rocha*.[267] O convívio com a Imprensa Nacional não era nada proveitoso, ao contrário, era muito conflituoso. As lutas foram muitas, e imensas as frustrações, por exemplo, desde 1893 lutava-se sem sucesso pela edição do Anuário.

> Verificada, assim, a impossibilidade de conseguir-se que a Imprensa Nacional editasse o modesto livro [o Anuário] que lhe fora enviado, menos ainda havia esperar pudesse ela assumir o compromisso de dar à estampa, em tempo oportuno, obra de muito maior vulto, qual era, sem dúvida, a do recenseamento (BRASIL, 1921a, p. 117).

---

[265] O almoxarife era José Paulo de Azevedo Sodré; o arquivista era Joaquim de Macedo Castro Rebello; o cartógrafo era Araripe Macedo; o bibliotecário era Augusto Dias Carneiro (que irá traduzir do italiano o **Manual de Estatística**, de Filippo Virgilii, a ser editado pela DGE, por ordem de Bulhões).

[266] O chefe de impressão era Joaquim Quirino Simões; o chefe de composição era Helvecio Pedrosa.

[267] Note-se a omissão ao nome de Medeiros e Albuquerque que dirigiu a DGE por cerca de 11 meses entre duas gestões de Timóteo da Costa, como narrado alhures, neste volume. Embora ele seqüencie Timóteo da Costa (segunda gestão), Raul Pompéia e Mendes da Rocha, dada essa omissão, continuamos a deixar em suspenso a possibilidade de ter havido outra pessoa entre Raul Pompéia e Mendes da Rocha.

Continuada a peleja, *Mendes da Rocha* ganha a luta, com a Lei nº 266, de 24 de dezembro de 1894 (Lei Orçamentária) que consignou 90:000$000 à aquisição de material para a instalação de uma tipografia para a estatística. Aberta a concorrência, em 14 de março de 1895, foi aceita a proposta de E. Lambert.[268]

> A falta de cômodos no prédio antigamente ocupado pela Diretoria Geral de Estatística exigiu, para o assentamento das oficinas, que se construíssem um galpão e outras obras, de cujo projeto foi incumbida a Inspetoria Geral de Obras Públicas.
>
> A nova dependência anexada à nossa Diretoria, quer pelo apuro com que se instalou, quer pelos melhoramentos nela introduzidos posteriormente, ficou em temos de prestar, como, de fato, tem prestado, os mais assinalados serviços (BRASIL, 1921a, p. 118, grifo nosso).
>
> Com o aparecimento das oficinas privativas da Estatística, as coisas melhoravam extraordinariamente, dissipando-se de vez as dificuldades tipográficas, enquanto estivera na dependência da Imprensa Nacional (BRASIL, 1921a, p. 119, grifo nosso).

Sua subordinação ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, deixando a dependência da repartição de estatística, diz ser um erro duplo: de um lado, por retardar e restringir as atividades estatísticas, de certa forma, retornando as limitações existentes ao tempo do vínculo à Imprensa Nacional; de outro lado, por seria uma violação da lei que instituiu o privilégio de atividade à Imprensa Nacional[269], abrindo a chance de todos os ministérios quererem suas gráficas.

> Pela natureza particular dos trabalhos que elabora a Diretoria de Estatística, o influxo desta sobre eles não pode, com efeito, cessar à entrega dos originais à tipografia. Ainda daí em diante, por certo, deve a Diretoria entender em tudo – na escolha do papel, do formato e do tipo, no arranjamento geral dos volumes e na revisão das provas. Esta sobretudo, não lhe pode ser tirada, em graves inconvenientes. Em inquéritos vastíssimos, como alguns daqueles que nos incumbe promover, torna-se, amiúde, necessário substituir cifras, até nas últimas provas, para levar em conta os derradeiros informes obtidos. Ora, um só número, que em determinado quadro se modifique, não poucas vezes exigirá, noutros, alterações correspondentes. Claro é, portanto, que a feitura e a responsabilidade dessas devem caber ao funcionário que haja executado a obra, ou que a tenha dirigido e fiscalizado, em uma palavra, àquele que melhor conheça o assunto e, pois, esteja apto a avaliar, nem só a oportunidade de quaisquer emendas, mas ainda todas as conseqüências resultantes dela. Basta isso para mostrar que, até a última demão, isto é, até serem eles entregues ao público, a Diretoria Geral de Estatística deve acompanhar solicitamente todos os seus trabalhos (BRASIL, 1921a, p. 120-121, grifo nosso).

Insiste, fortemente, na inadequação da subordinação da tipografia da estatística ao ministério. No máximo concede, a visível e flagrante contragosto, a possibilidade de atendimento simultâneo ao ministério, porém, de modo secundário, sem retirar o privilégio (primazia) de atendimento à repartição de estatística. Nesse caso, a se fazer esse duplo atendimento, entende que o comando da tipografia deva ser, sem dúvida alguma, do Diretor Geral de Estatística. Não obstante, virá essa temida reforma.

---

[268] A oficina de encadernação só foi criada em 1907, sob Bulhões Carvalho.

[269] Segundo informa, trata-se do Art. 19 da Lei nº 2.940, de 31 de outubro de 1879.

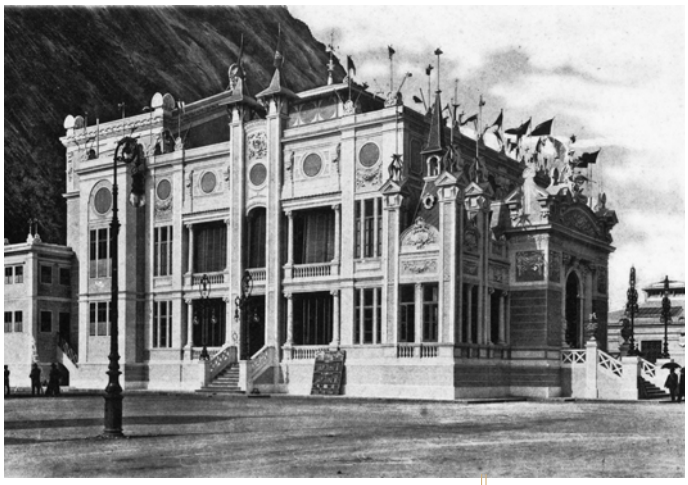
Esboço da carta física do Brasil , com as alterações resultantes do tratado de Petrópolis, 1908

Sobre os censos demográfico e econômico

No anexo primeiro, Recenseamento de 1910, com eruditas e longas notas de rodapé, em geral trazendo debates havidos nas reuniões do Congresso Internacional de Estatística, havidos no século XIX, procura responder a quatro pontos propostos (em portarias distintas) por *Francisco Bernardino*, ao assumir a direção da DGE.

> 1º Se conviria aproveitar a oportunidade do serviço do recenseamento, o esforço administrativo, o pessoal a empregar e a despesa a efetuar, afim de promover, em concomitância com o arrolamento da população, um inquérito econômico, ensaiado agora para repetir-se em outras épocas, periodicamente; e, no caso afirmativo, quais os pontos a investigar sumariamente, na manifestação dos bens e valores, quais os métodos preferíveis e quais a forma e os quesitos dos mapas a distribuir.
>
> 2º Qual a forma mais própria para as listas censitárias e quais a sua composição e os seus requisitos.
>
> 3º Qual o melhor sistema para remunerar o pessoal encarregado do serviço de entrega e coleta das listas censitárias.

> 4º Quais os meios mais convenientes a utilizar na propaganda do recenseamento, afim de conciliar a boa vontade do povo para a efetividade do serviço (BRASIL, 1921a, p. 133).



Área dos Estados, teatro João Caetano, Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]

Antes de entrar na reflexão demandada, passa algum tempo a tratar da chefia da atividade censitária. Sugere, de pronto, que não fique agregada a nenhuma das seções, mas sim a uma seção especial, unicamente voltada ao censo. Se fosse o caso de se escolher algum dos chefes de seção para chefiar o censo, sugeria o nome de *José Marques de Oliveira* (cuja exaltação *in memorian* fará no anexo terceiro); a escolha recairia, contudo, sobre *Luiz Leitão*, que "conquistara as suas esporas de cavaleiro" no Censo de 1890 (BRASIL, 1921a, p. 134, nota 1).

Isso posto, começa a tratar dos pontos postos; sobre o ponto inicial, o se fazer junto ao Censo Demográfico um Econômico, concorda, dizendo:

> Sendo os recenseamentos vastas operações, que reclamam muito trabalho, grande pessoal e avultadas despesas, é óbvio, de modo geral, que nenhum inconveniente há, antes decididas vantagens, em aproveitar, para a apanha de quaisquer informações concernentes à riqueza e aos progressos do país, os esforços e os gastos que se façam afim de apurar os característicos essenciais de seus habitantes (BRASIL, 1921a, p. 135, grifo nosso).

Para saber quais inquéritos deveriam ser realizados, procura enumerar o conjunto dos assuntos (matérias) a serem investigados.

> A) Descrição geográfica; notícias sobre a climatologia, a geologia, a flora e a fauna do País;
>
> B) Resumo histórico;
>
> C) Sinopses das organizações federal, estadual e municipal;
>
> D) Divisões administrativa, judiciária, policial e fiscal;
>
> E) Composição da população;
>
> F) Resumo dos movimentos dela, sob os aspectos intrínseco e extrínseco;
>
> G) Estatística sanitária;
>
> H) Recenseamento predial;
>
> I) Recenseamento agropecuário, industrial e comercial;
>
> J) Estatísticas das vias de transporte e dos meios de comunicação;
>
> K) Estatísticas financeiras da União, dos Estados e dos Municípios;

Vias e meios de comunicação do Brasil, [s.d.]

L) Informações sobre os elementos de defesa da integridade nacional e da segurança individual;

M) Estatísticas dos ensinos público e particular, das bibliotecas, dos museus, dos teatros, da imprensa periódica, dos templos, dos cultos religiosos, das associações de beneficência, dos hospitais, hospícios, asilos e recolhimentos e das prisões (BRASIL, 1921a, p. 136-137).

Assim sendo feito, cobriria todo programa estatístico, fazendo frente, portanto, à malfadada "deficiência de informações" (ao menos por algum tempo). Essa razão, por certo muito imediata, talvez não tenha sido a sua, talvez quisesse oferecer ao país, de si, uma visão ampla em termos numéricos; e relaciona os beneficiários da investigação assim potencializada. Mas não há de se afastar a motivação da solução imediata dos problemas que afligiam o cotidiano da DGE.

Sugere, então, quatro inquéritos: agrícola, industrial e comercial, além, claro, do demográfico. Seriam investigados nos recenseamentos:

[Agropecuário] o nome e a nacionalidade do proprietário; o capital; a extensão total da propriedade; a área cultivável e a cultivada, com o respectivo parcelamento, segundo a natureza da cultura; a produção anual média, em qualidade, quantidade e o valor; o pessoal máximo, médio e mínimo em serviço, discriminado por nacionalidade e sexo; os salários máximo, médio e mínimo; o número máximo, médio e mínimo das horas de trabalho diário; o número, a espécie e o valor dos animais domésticos, de serviço, de reprodução e de corte; e, por fim, a discriminação dos instrumentos agrícolas empregados e das máquinas motrizes, distinguindo a natureza do motor e a força.

[Industrial] o nome e a nacionalidade do proprietário; o capital; a área total ocupada pelo estabelecimento, quer na parte principal, que nas dependências; a natureza da indústria; a qualidade, a quantidade e o valor dos produtos manufaturados;

> o pessoal máximo, médio e mínimo em serviço, com a sua discriminação por nacionalidade e sexo; os salários máximo, médio e mínimo; o número máximo, médio e mínimo de horas de trabalho diário; e, afinal, a natureza e a força das máquinas.
>
> [Comercial] o nome e a nacionalidade do proprietário; a natureza do comércio; o capital, distinguindo a parte empregada em imóveis e instalações e a aplicada em mercadorias; o pessoal, discriminado por sexo e nacionalidade; os salários máximo, médio e mínimo; o número máximo, médio e mínimo de horas de trabalho diário; e, enfim, o movimento bruto anual do negócio (BRASIL, 1921a, p. 139-140).

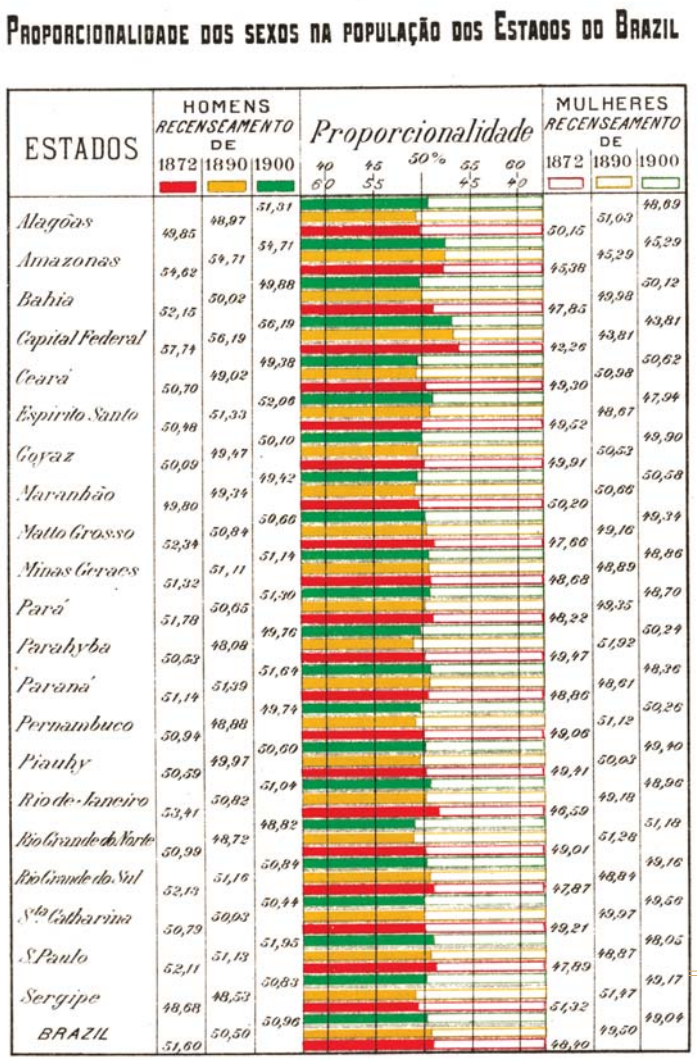
Os boletins seriam muito simples; embora não diga onde seriam aplicados, fica a idéia de que os percebia aplicados nos domicílios. Ademais, por serem formulários independentes, entende que o malogro de um não implicaria, necessariamente, o malogro dos demais. E não acredita em desastre.

No que tange ao Censo Demográfico, prefere o boletim individual, "uma vez que se lhe repare o único inconveniente, com adotar a lista de resumo ou recapitulação" (BRASIL, 1921a, p. 141). Contudo, adverte: "entre nós, porém, a lista de família parece gozar de preferências mais gerais do que o boletim individual"; e acrescenta: "já houve até quem atribuísse (a meu ver, em nenhuma razão) à natureza da fórmula censitária o êxito pouco favorável do arrolamento de 1900" (BRASIL, 1921a, p. 143).

> Quando se tratou de organizar o censo local de 1906, creio ter sido o Dr. Bulhões Carvalho o único dos cinco membros da Comissão diretora que manifestou preferir a fórmula pessoal. O fato, porém, de haver o ilustre ex-Diretor desta Repartição resolvido que se fizesse por listas de família o censo geral de 1910 mostra que, se ele não mudou de voto, reconheceu, todavia, ser, entre nós, acentuadamente favorável ao boletim coletivo o parecer, quer do público, quer dos profissionais, em sua maioria (BRASIL, 1921a, p. 142).

Assim, sendo decidido usar-se a lista de família, diz que deviam, a seu juízo, serem postos quesitos relativos:

> 1º ao nome (podendo tornar-se facultativa essa referência);
>
> 2º ao sexo;
>
> 3º à idade (indicada pelo número de anos completos, para os maiores de um ano, pelo número de meses completos, para os menores de um ano, e pelo número de dias, para os menores de um mês);
>
> 4º ao estado civil;
>
> 5º à naturalidade (expressa pela indicação do país de origem, no caso dos estrangeiros, e pela do Estado ou Território e a do Município do nascimento, no caso dos brasileiros);
>
> 6º à nacionalidade;
>
> 7º às profissões, ocupações ou meios de vida;
>
> 8º ao grau de instrução;



Proporcionalidade dos sexos da população, 1908

9º à crença religiosa;

10º ao lugar de residência (limitando-se à declaração do nome do país, para os residentes no estrangeiro, e compreendendo o nome do Estado, do Município e o do Distrito Municipal, para os residentes no Brasil) (BRASIL, 1921a, p. 144-145)[270].

Oferece um modelo de formulário, com instruções embutidas. E diz ter aplicado esforços nas instruções sobre profissões, por sabê-las essenciais. Afirma ter estado próximo do modelo deixado por *Bulhões*, com pequenas modificações.

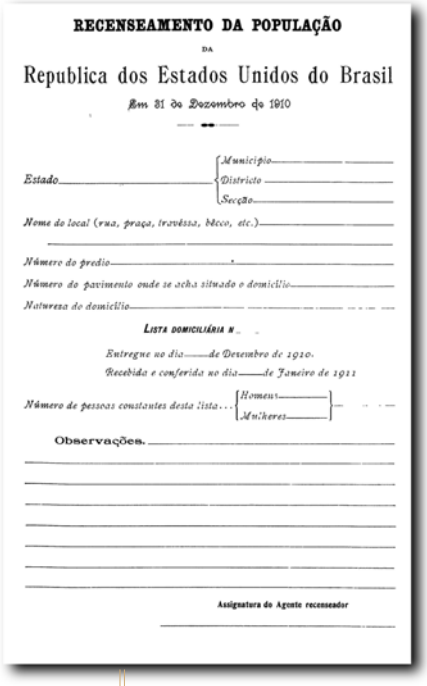
Quanto ao pagamento dos encarregados de distribuir e de recolher os boletins, sugere "o sistema de calcular-se a recompensa tomando por base o número de habitantes recenseados" (BRASIL, 1921a, p. 151). Mas aceita algum saída mista, tendo em vista as grandes distâncias em algumas regiões, a diminuir os habitantes recense-

[270] Como em 1900, a cor estaria de fora, embora tenha estado presente nos Censos de 1872 e de 1890.

ados, e, por isso, remunerando menos a pessoas que mais trabalharam. E, em todos os casos, para evitar-se abusos, entende que as Comissões Censitárias haviam de estar muito atentas. Por fim, sem propor um preço para o censo geral, objeto da análise, lembra que no censo local de 1906 o sistema praticado "foi de 80 réis o mínimo concedido por habitante recenseado e de 120 réis o máximo" (BRASIL, 1921a, p. 152).

E trata dos meios da propaganda conveniente, terminando seu relatório. Nesse caso, oferece idéias que serão depois adotadas por *Bulhões* no Censo de 1920.

> 1º Obter do governo o compromisso formal de que aquilo que constar das listas censitárias não se comunicará a autoridades ou a particulares, quer oficialmente, quer a título gracioso, e que, depois de produzirem o único efeito a que se destinam, serão as mesmas listas incineradas.
>
> 2º Promover a divulgação desse compromisso oficial, fazendo inseri-lo repetidas vezes na maior parte dos jornais editados no país.
>
> 3º Publicar em grande número de periódicos uma demonstração sucinta e precisa da necessidade e utilidade do serviço censitário.
>
> 4º Mandar imprimir em avulso essa demonstração, para ser distribuída profusamente nas oficinas, nos estaleiros e nos demais pontos de trabalho coletivo.
>
> 5º Afixá-la em cartazes em todos os lugares onde não haja imprensa.
>
> 6º Organizar conferências públicas, nas quais se preconize a necessidade de auxiliar por todos os meios a obra dos executores do recenseamento. Afim de atingir as diversas camadas da sociedade, convirá que tais conferências se realizem em teatros, centros operários, fábricas, escolas, etc. Para esse efeito dever-se-á angariar o concurso de nomes conhecidos e respeitados na ciência, na literatura, nas artes, no magistério, na indústria, no comércio, e de pessoas de real influência no proletariado.
>
> 7º Conseguir que, com a precisa antecedência, os professores das escolas superiores, profissionais, secundárias e primárias, quer públicas, quer particulares, encareçam oportunamente a seus alunos e, quando possível, às respectivas famílias, a necessidade de contribuírem para a obra patriótica do recenseamento.
>
> 8º Pedir que os Revmos. Srs. Cardeal, Arcebispos e Bispos recomendem com instância aos Sacerdotes sujeitos à sua direção espiritual que aconselhem todos os seus paroquianos a prestarem informes exatos e a auxiliarem, no que lhes for possível, o trabalho dos recenseadores.
>
> 9º Incluir nas Comissões Censitárias nomes de indiscutível respeitabilidade, de modo que elas, por si sós, constituam uma prova da seriedade do censo e dos elevados intuitos por esse colimados.
>
> 10º Abstrair escrupulosamente do espírito de partidarismo político e religioso no arranjo das referidas Comissões, de maneira a deixar bem claro que o serviço de



RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO

DA

Republica dos Estados Unidos do Brasil

Em 31 de Dezembro de 1910

Estado ... Municipio ... Districto ... Secção ...

Nome do local (rua, praça, travessa, beco, etc.) ...

Número do predio ...

Número do pavimento onde se acha situado o domicilio ...

Natureza do domicilio ...

LISTA DOMICILIARIA N ...

Entregue no dia ... de Dezembro de 1910.

Recebida e conferida no dia ... de Janeiro de 1911

Número de pessoas constantes desta lista ... Homens ... Mulheres ...

Observações. ...

Assignatura do Agente recenseador ...

Proposta de questionário para o Censo de 1910, [que não houve]

Área dos estados, parte da avenida dos estados, [s.d.]

que se acham elas incumbidas reclama e aceita todas as adesões honestas e patrióticas.

11º Proceder com o maior cuidado à escolha dos agentes recenseadores e instruí-los previamente dos deveres que lhes competem, recomendando-lhes especialmente invariável urbanidade no trato com todas as pessoas a quem se houverem de dirigir em desempenho das suas obrigações.

12º Fazer por alistar como recenseadores, nas cidades mais populosas, pessoas de cultivo intelectual e moral, nomeadamente os estudantes das escolas superiores, profissionais e secundárias.

13º Instituir diversas recompensas, já puramente honoríficas, já de natureza pecuniária, com destino às pessoas que mais contribuírem para os resultados do recenseamento, quer pela perfeição dos trabalhos exibidos, quer pela eficácia dos auxílios prestados (BRASIL, 1921a, p. 152-153).

Por fim, contesta a propriedade da data do censo, 31 de dezembro, entendendo-a inteiramente inadequada, dado o caráter festivo que a reveste. Sugere alguma data no meio do ano, com a vantagem adicional de ganhar-se mais seis meses (aos dez então disponíveis) para o planejamento da operação censitária.

Mas em 1910, o censo não contará...

Perfis biográficos

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Oziel Bordeaux Rego, mente privilegiada a serviço da estatística

Um talentoso primeiro oficial da Prefeitura do Distrito Federal deixaria seu nome gravado em cores vivas na estatística brasileira. Oziel Bordeaux Rego era possuidor de inteligência privilegiada e isto era visível para todos que com ele trabalharam, desde seu ingresso na Prefeitura do Rio, em 1895. Por seus pendores matemáticos e por sua fama de melhor técnico do Executivo municipal, o prefeito Pereira Passos e a Comissão Central do Censo de 1906 o convidaram para tomar parte naquela empreitada. Bulhões Carvalho, membro daquela comissão, acabaria por leva-lo para a DGE tão logo assumiu a sua direção, em 1907. A sua capacidade de trabalho caía como luva na reformulação que o ministro Miguel Calmon estava empreendendo no ministério e no órgão central de estatística, a quem entregara aos cuidados do grande médico-demografista. E nos quase 20 anos em que esteve ao serviço daquela diretoria pôde dar a sua importante contribuição para o fortalecimento das estatísticas pátrias.

Bordeaux Rego nasceu em 05 de julho de 1874, em São Luís do Maranhão. Naquela capital, completara o curso primário antes dos oito anos e o de humanidades aos 17, sempre como o primeiro aluno da turma. Em 1893, segue para o Rio de Janeiro, ingressando na Escola Politécnica, mantendo o seu excelente desempenho em todas as matérias. Dois anos depois, presta concurso para praticante na Prefeitura do Distrito Federal, alcançando o primeiro lugar em todas as provas. Como era ainda estudante, não foi tarefa fácil dar conta de seus afazeres profissionais pari passu com suas tarefas escolares.

E ele sempre dava preferência ao seu trabalho na Prefeitura, o que comprometeu a sua freqüência na escola, mas não o seu desempenho escolar, visto que continuava sendo o primeiro nos exames da Politécnica. Com a reforma escolar, tornando obrigatória a freqüência às aulas, optou por abandonar o curso que lhe daria o título de engenheiro para seguir na carreira de funcionário público.

Em pouco tempo, galgara diversos postos devido a promoções por merecimento. Sua fama de técnico exemplar acabaria por conduzi-lo ao Recenseamento Municipal e, posteriormente, à Diretoria Geral de Estatística. Na DGE, foi logo nomeado chefe da 4ª Seção (estatísticas culturais e sociais), e, grosso modo, tendo que executar inúmeros trabalhos estatísticos absolutamente inéditos e sempre desincumbindo-se com a eficiência de praxe, embora as dificuldades fossem imensas.

Realizou diversos trabalhos, com especial destaque para os relacionados com a estatística escolar e o famoso Parecer sobre as modificações a fazer no plano dos serviços e no quadro do pessoal da Diretoria Geral de Estatística, apresentado em setembro de 1910 ao então diretor Geral, Francisco Bernardino Rodrigues Silva, publicado em 1921 e republicado na *Revista Brasileira de Estatística* de abr./set. 1947. Este parecer foi solicitado pelo então diretor, Francisco Bernardino, que queria de seus quatro chefes de setor sugestões para as reformulações que pretendia. Oziel aprontou-o por último, entregando-o quando um novo diretor já tinha assumido. Francisco Bernardino, o novo diretor, prefacia o parecer de Oziel e o indicou para impressão, que não se efetiva a não ser em 1921, bem depois da volta à DGE de Bulhões Carvalho.

Outro de seus trabalhos mais notáveis foi a Introdução à estatística escolar de 1907, um importante balanço sobre as condições de ensino no País, realizado dentro do de um absoluto rigor metodológico. Os quadros e comentários constantes neste trabalho perfazem uma enorme contribuição à história das estatísticas brasileiras. Este é, sem dúvida, um documento de extraordinário valor como marco inicial das estatísticas gerais da instrução pública.

Chamava a atenção nos trabalhos de Oziel o minucioso escrúpulo profissional com que tratava as informações que ele divulgaria. Cada dado, cada número passava por inesgotáveis averiguações, confrontos, provas e contraprovas. Mesmo que para isto atrasasse a divulgação do trabalho, uma vez que, para ele o dado incorreto era inútil.

Oziel Bordeaux faleceu em 22 de outubro de 1926, aos 52 anos, ainda produtivo. A morte veio alcançar-lhe em plena atividade profissional. Era membro da Societée Statistique de Paris e da Royal Statistical Society de Londres.

O resgate do funcionário José Marques de Oliveira

José Marques de Oliveira seria relegado ao limbo da história burocrática da Diretoria Geral de Estatística se não fosse seu colega, Oziel Bordeaux Rego. Em seu extenso e profundo parecer contendo sugestões para modificações nos quadros da DGE ele fez uma homenagem póstuma a esse funcionário, a quem teria indicado para chefiar uma seção o censo que se realizaria em 1910, se lhe coubesse fazê-lo.

Lotado na DGE desde janeiro de 1890, por ocasião do Decreto nº 113-D, que restaurava e reorganizava aquela diretoria, foi nomeado primeiro oficial. Entretanto, sua carreira no serviço público remontava ao Império, desde 1879, quando trabalhou na Estrada de Ferro Central do Brasil. Três anos depois, Fez concurso para amanuense da Seção de Estatística, anexa à 3ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Em outubro de 1887, fora designado para realizar um importante trabalho no Ministério da Fazenda. Depois de concluir a tarefa com louvor, retorna à sua lotação, onde realiza um inquérito, juntamente com Pedro Guedes de Carvalho, sobre os diferentes serviços sob a responsabilidade do Asilo de Meninos Desvalidos.

Já na República, lotado na DGE, recebeu a incumbência de redigir, juntamente com José Bonifáio Burlamaqui Moura, as instruções para o recenseamento a ser realizado em 31 de dezembro de 1890. Em seguida, organizou a estatística financeira da Contabilidade do Tesouro Nacional, merecendo citação altamente elogiosa do então diretor Timóteo de Costa. Tão logo começou o Censo de 1890, foi indicado para chefiar uma das turmas apuradoras até a sua conclusão. Gradativamente foi ascendendo na hierarquia burocrática da DGE, tornado-se chefe de seção, em 1894. No ano seguinte, por indicação de Mendes da Rocha, participou da comissão que avaliaria o Censo de 1890, cuidando do exame de todos os documentos relativos a operação censitária, sendo abertamente elogiado pelo trabalho na Sinopse do Recenseamento de 1890. Foi indicado para os trabalhos de conclusão do censo, onde atuou até janeiro de 1898, quando foi requisitado pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas para trabalhar na 1ª Seção da Diretoria Geral de Obras. Trabalhou também no gabinete do ministro, que o incumbiu de realizar extenso trabalho sobre mineração. Nesta função, passou por três ministros da pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, até concluir o quarto volume daquele trabalho, em 1905, quando retornou à DGE, assumindo a chefia da 2ª Seção. No ano seguinte, fora convocado para prestar seus valiosos préstimos à Comissão Central do Recenseamento Municipal, onde permaneceu até a conclusão dos trabalhos.

Ao retornar ao serviço da DGE, em 1907, recebeu a incumbência de examinar e dar parecer sobre o Censo de 1900. Continuou executando esta tarefa após a entrada de Bulhões Carvalho para o cargo de diretor. E por ocasião da conclusão de sua tarefa, foi elogiado por Bulhões por conseguir "salvar do naufrágio completo" o Recenseamento de 1900.

Com a exoneração de Bulhões Carvalho, ocupou interinamente a direção da DGE, até que foi nomeado o novo titular para o cargo, Francisco Bernardino. Este o manteve na chefia da 2ª Seção, cargo que ocupou até sua aposentadoria em 10 de julho de 1912. Ao se retirar do serviço público recebeu extensas manifestações elogiosas tanto do diretor geral quanto do seu chefe imediato, Oziel Bordeaux.

José Marques de Oliveira nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 17 de junho de 1855. Era agrimensor formado pela Escola Politécnica e membro efetivo do Clube de Engenharia. Além de funcionário público foi também professor em estabelecimentos privados de ensino. Faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1914.

Francisco Bernardino, reforma e reforma. A DGE ganha e perde

Capítulo 12

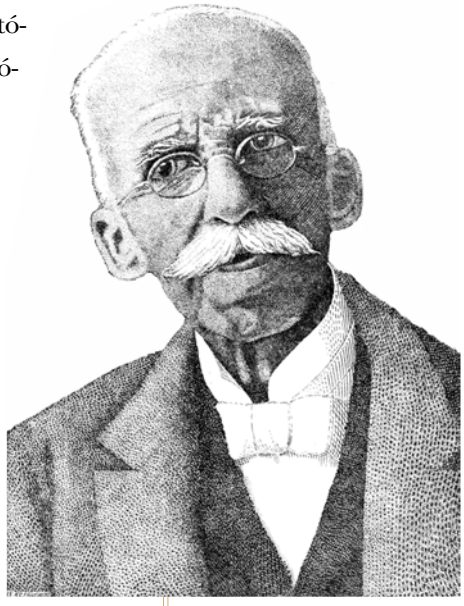
Nilo Peçanha, [s.d.]

Com a morte de *Afonso Penna* (1847-1909), assume a presidência, completando o quadriênio, o vice-presidente *Nilo Peçanha* (1867-1924). Assume em 14 de junho de 1909, e governa até 15 de novembro de 1910 (um ano, cinco meses, e um dia).

Pouco depois de assumir, em 12 de agosto de 1909, pelo Decreto nº 7.501, formaliza a instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado pela Lei nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906 (Lei Orçamentária). A DGE, até então afeta ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, fica-lhe sob tutela.

Já na discussão da instalação do ministério o céu da DGE não terá sido nada azul. Avizinhavam-se tempestades, com perdas de controle da biblioteca e da tipografia. E o novo censo (1910) batia às portas, a exigir normalidade e tranqüilidade, infelizmente, inexistentes. Nesse contexto, sem apoio, sentindo-se desassistido e desprestigiado, em dezembro de 1909, *Bulhões* demite-se da direção.

Assume a direção geral da DGE, *Francisco Bernardino Rodrigues Silva* (1853-1920), velho político mineiro, com atuação centrada em Juiz de Fora. Estará na função até dezembro de 1915, quando *Bulhões Carvalho* retornará. Assim sendo, entrará no governo *Nilo Peçanha*, passará pelo período completo do governo *Hermes da Fonseca*, e sairá no início do governo *Wenceslau Brás*, talvez por razões pessoais. Desse tempo, infelizmente, não contamos com relatórios, que, ou não foram feitos ou extraviaram, restando os relatórios dos ministérios aos presidentes, como única fonte possível.



Ruy Barbosa, [s.d.]

O Brasil, nesse período, ao tempo de *Nilo Peçanha*, passará pela conturbada "campanha civilista", resultando na derrota de *Rui Barbosa* e na eleição de *Hermes da Fonseca*, em cujo governo o Senador *Pinheiro Machado* será o mandarim da República. Haverá a revolta dos marinheiros contra os maltratos, chamada Revolta da Chibata, na barra da capital federal; e haverá a deposição de governadores em vários estados, em tudo, trazendo à lembrança a primeira década do regimen. Ao final desse governo, o vice-presidente *Wenceslau Brás*, será eleito presidente, e o país entrará na primeira Guerra Mundial. Haverá movimentos messiânicos em Juazeiro (em torno

da figura do padre Cícero), e na região do Contestado, entre Paraná e Santa Catarina (em torno das figuras dos "monges" José Maria e João Maria). E nada disso, a quebra da ordem pública, favorecia a elaboração das estatísticas, muito ao contrário, agravando as dificuldades advindas da federação exacerbada.

Ruy Barbosa, com familiares e correligionários na Campanha Civilista, em 1910

A DGE no governo Nilo Peçanha

Em 1910 sobre 1909, caberá ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, *Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda* (1862-1943), relatar a situação da repartição de estatística: "os trabalhos a seu cargo vão tendo, tanto quanto possível, regular execução" (BRASIL, 1910a, p. 191). Os serviços existentes no Ministério seriam postos a serviço da elaboração das estatísticas agropecuárias, como exemplo, a Diretoria de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícolas. Dá conta de vários inquéritos: instrução (pública e particular), bibliotecas, imprensa, cultura, cultos e outros. Fala da oficina tipográfica, com muitos elogios, ela, que, mais e mais, passava a responder pelas necessidades do ministério, que, assim, se dispensava de socorrer-se da Imprensa Nacional (no que surgia uma região de sombra perigosa). Fala do censo, como visto no capítulo anterior.

O relato de *Pedro de Toledo* (1860-1935), já ao tempo de *Hermes da Fonseca*, será feito em 1911 sobre 1910, ano final do governo *Nilo Peçanha*. A deficiência / inexistência das informações, que provocava embaraços à atividade estatística, seguia sendo tema em pauta, a se tentar alguma solução, quase sempre paliativa, quase nunca com condições de continuidade sistemática; então, será o caso.

> A Diretoria Geral de Estatística tem continuado a empregar esforços no sentido de serem regularmente executados os trabalhos que lhe estão confiados. Nem sempre, porém, tem encontrado da parte daqueles a quem se dirige, para obtenção das informações de que necessita, a boa vontade que era de esperar, tratando-se de serviço de tão grande relevância e utilidade. Enquanto esta repartição for obrigada a confiar aos diversos ramos da administração pública a iniciativa da remessa dos respectivos dados para servirem de base à confecção de seus trabalhos, não poderá corresponder plenamente aos intuitos que ditaram a sua criação. Para obviar tão sensível lacuna, torna-se necessário remodelar a Diretoria Geral de Estatística, dando-lhe uma organização mais prática e mais proveitosa com a criação das Delegacias nos Estados, auxiliadas nas capitais e no interior pelos diversos funcionários do Ministério (BRASIL, 1911a, p. 313, grifo nosso).

A idéia de criação das delegacias, esbarrava na limitação de não contar com um corpo privativo de funcionários. Dever contar com técnicos do ministério era dar realce a um não aumento de despesas, ponto-chave para fazer-se aceita a idéia.[271] Contudo, por certo não era um pessoal disposto, contente com o aumento de serviço, sem contraparte financeira, afora que talvez não fosse próprio aos serviços de estatística; por demais, mesmo que aceitasse de bom grado o novo serviço, e o soubesse conduzir, talvez não lhe desse prioridade, diante de seus afazeres primeiros. Diante disso, uma delegacia, com delegado, mas sem equipe, em muito pouco ajudava à aquisição das informações, apenas aproximava o demandante (a DGE) dos fornecedores (os órgãos estaduais).

O relatório do ministro informa que a DGE, após a reforma realizada pelo Decreto nº 8.330, de 31 de outubro de 1910, que logo será visto, passara a ter seis seções, e cinco serviços, a saber: biblioteca, arquivo, almoxarifado, cartografia, e oficina tipográfica. Trata dos trabalhos realizados nas seis seções, uma a uma, com ênfase nos números da correspondência expedida e recebida; mas, além disso, dessa análise burocrática, oferece alguns poucos (muito poucos) números.

Por fim, trata do censo. Diz que foram feitos todos "os esforços de se tornar efetivo o recenseamento geral da população da República que se devia realizar no dia 31 de dezembro de 1910", contudo, mesmo depois de adiado (para 30 de junho de 1911), considerou-se impossível realizá-lo.[272] Então, o governo, pelo Decreto nº 8.720, de 11 de maio de 1911, viu-se "forçado a encerrar os trabalhos do recenseamento" (BRASIL, 1911a, p. 318); sendo no mínimo curioso que um decreto pudesse suspender um preceito constitucional.[273]

A primeira reforma sob Francisco Bernardino (1910)

O Decreto nº 8.330, de 31 de outubro de 1910, assinado por *Nilo Peçanha* e por *Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda*, reforma a DGE, expandindo-a.

O relatório de *Oziel Bordeaux Rego*, antes visto, foi, por certo, usado nessa reforma, pese estar datado de setembro, tão próximo do Decreto em apreço. De fato, alguns dos artigos do decreto, em especial os artigos de fundo, são, *ipsis literis*, *ipsis verbis*, idênticos aos propostos por *Oziel Bordeaux*.

Os Art. 1º mostra a missão da DGE, o Art. 2º a detalha. O texto final, claramente, vem de *Oziel Bordeaux*, com pequenas alterações.

---

271 Essa idéia, sob essa forma de não elevação das despesas, já ocorrera a José Cândido Gomes, conforme o capítulo 8, do volume 1: **Estatísticas desejadas (1882-c.1889)**, desta coleção.

272 A Lei nº 2.356, de 31 de dezembro de 1910 (Lei Orçamentária), dotava o serviço do censo com nova quantia fabulosa, qual seja, 2.600:000$00, para 1911.

273 Ao Censo de 1910, não realizado, dedicaremos o próximo capítulo.

Oziel Bordeaux

[Art. 1º] A Diretoria Geral de Estatística é a repartição central incumbida de receber, de elaborar e coordenar e de publicar toda a sorte de informações estatísticas que se relacionem com o estado físico, político, administrativo, demográfico, econômico, intelectual e moral da República.
[Art. 2º Compete-lhe especialmente:]
1ª formular os planos necessários à exata apreciação, sob o ponto de vista estatístico, das condições do Brasil e à dos fatos nele ocorrido, quer destes conheça diretamente, quer indiretamente;
2º executar por si mesma todos os trabalhos estatísticos de interesse geral do País, desde que se não achem deles incumbidos outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal;

3º recolher e coordenar os trabalhos preparados por esses departamentos administrativos;
4º promover, pelos meios a seu alcance, a uniformização dos referidos trabalhos, de acordo com os modelos que tenha organizado;
5º proceder, decenalmente, ao recenseamento geral do País;
6º analisar e grupar cientificamente os dados que obtiver, representá-los graficamente e compará-los com os de outras nações;
7º publicar em anuários e boletins, ou avulsamente, os resultados dos trabalhos que haja executado;
8º prestar as informações que lhe exigir o Governo e fazer os serviços que lhe forem por ele determinados, relativamente a matérias de sua atribuição;
9º satisfazer, sempre que possa, os pedidos recebidos de repartições federais, de administrações estaduais e municipais e ainda de corporações ou particulares, nacionais e estrangeiras, desde que isso não desconvenha ao interesse público, nem prejudique o andamento das tarefas que a Repartição tem a seu cargo;
10º promover o concurso da iniciativa individual para o melhor desempenho dos encargos que lhe competem (BRASIL, 1921a, p. 44-45).

Decreto nº 8.330

Art. 1º A Diretoria Geral de Estatística é a repartição central incumbida de receber, de elaborar, de coordenar e de publicar toda a sorte de informações estatísticas que se relacionem com o estado físico, político, administrativo, demográfico, econômico, intelectual e moral da República.
Art. 2º Compete à Diretoria Geral:
1º formular os planos necessários à exata apreciação, sob o ponto de vista estatístico, das condições do Brasil, e dos fatos nele ocorrido, quer deles conheça diretamente, quer indiretamente;
2º executar por si mesma, todos os trabalhos estatísticos de interesse geral do País, desde que se não achem deles incumbidos outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal;

3º recolher e coordenar os trabalhos preparados por esses departamentos administrativos;
4º promover, pelos meios a seu alcance, a uniformização dos referidos trabalhos, de acordo com os modelos que tenha organizado;
5º proceder, decenalmente, ao recenseamento geral do País;
6º analisar e grupar cientificamente os dados que obtiver, representá-los graficamente e compará-los com os de outras nações;
7º publicar, em anuários e boletins, ou avulsamente, os resultados dos trabalhos que tiver executado;
8º prestar as informações que lhe exigir o Governo e fazer os serviços que lhe forem por ele determinados, relativamente a matérias de sua atribuição;
9º satisfazer, sempre que possa, os pedidos que receber de repartições federais, de administrações estaduais e municipais e mesmo de corporações ou particulares, nacionais e estrangeiras, desde que isso não desconvenha ao interesse público, nem prejudique o andamento dos serviços que tem a seu cargo;
10º promover o concurso da iniciativa individual para melhor desempenho dos encargos que lhe competem.

Na essência, essa missão segue de perto aquela exposta na reforma de *Bulhões,* em 1907. Contudo, muda em alguns detalhes; mas nada de monta. No Art. 1º há duas novas funções, elaborar e publicar, antes havia apenas receber e coordenar. No Art. 2º há, de novo, basicamente, o princípio de atendimento às solicitações de governo, o espírito de trabalho científico, a proposição de publicações avulsas (talvez temáticas).

Manifestações a Ruy Barbosa, em Campinas, [s.d.]

O Conselho Superior de Estatística é mantido com as mesmas funções (Art. 3º), mas com mudanças na composição (Art. 4º). Em lugar dos 50 membros efetivos, dos membros honorários, federais e estaduais, em número ilimitado, torna-se, agora, bem mais simples, e, sobremodo, valerá realçar, mais técnico.

O conselho superior passava a ser composto dos "chefes das repartições ou das seções de estatística existentes no país e de cientistas, até o número de cinco nacionais e estrangeiros residentes no país, conhecidos por notáveis trabalhos estatísticos" (Art. 4º). Assim sendo, talvez não resultasse uma diminuição no número de pessoas, mas, por certo, as tornava mais uniformes e homogêneas (basicamente, como seria o futuro Conselho Nacional de Estatística, peça central na criação do IBGE, em 1936).

Na sua estrutura, passava de quatro seções, mais secretaria, para seis seções, inclusive secretaria (Art. 5º). Ou seja, ao final, haveria uma nova seção técnica, como *Oziel Bordeaux* propusera. Ainda que usando palavras diferentes, e sendo sintético nas expressões, na essência não divergia da reforma de *Bulhões*.

> 1ª seção: Topografia, orografia, hidrografia e climatologia do Brasil; representação política; defesa nacional; finanças e administração pública.
>
> 2ª seção: Demografia (estado e movimento da população).
>
> 3ª seção: Estatísticas econômicas (produção, circulação, distribuição e consumo).
>
> 4ª seção: Instrução pública e particular; bibliotecas; museus; belas-artes; imprensa; cultos religiosos; instituições de assistência, de beneficência e de previdência.
>
> 5ª seção: Justiça civil, comercial e criminal; polícia; natalidade ilegítima; suicídios.
>
> 6ª seção: Expediente, correspondência, contabilidade, escrituração da Diretoria Geral, distribuição das publicações, permutas internacionais e publicação dos trabalhos.

O quadro de pessoal mudava bastante, em quantidade e em composição, e em vencimento. Acabava a função de oficial maior, mudavam as designações dos 1ºs, 2ºs e 3ºs escriturários, que passava a chamar-se 1ºs, 2ºs e 3ºs oficiais. Mantinham-se as funções de bibliotecário, arquivista, cartógrafo, almoxarife, praticante. Introduziam-se as funções de auxiliar jurídico, auxiliar de 1ª e de 2ª classes, ajudante de porteiro e servente. Seria criado um serviço de datilografia, com datilógrafos de 1ª e de 2ª classes, com dez pessoas no máximo. O quadro de pessoal (e o corresponde venci-

mento) da tipografia seria decretado, à parte, pelo Ministro, diretamente, já que devia atender ao ministério no seu todo, e não apenas à estatística.

Seriam 156 pessoas (exceto a oficina de tipografia, que passava ao ministério, e o serviço de datilografia, por ser criado), com vencimentos altamente majorados; por exemplo, o Diretor Geral passava a perceber 18:000$000 (12:000$000 de ordenado e 6:000$000 de gratificação), os chefes de seção e o auxiliar jurídico recebiam 12:000$000 (8:000$000 de ordenado e 4:000$000 de gratificação); o bibliotecário, o arquivista, o cartógrafo, o almoxarife e os 1º oficiais recebiam 8:400$000 (5:600$000 de ordenado e 2:800$000 de gratificação); a menos dos serventes, todos tinham gratificação (o que lhe dava um caráter especial). Nunca houvera valores assim, nem sob o governo provisório, no início do regime, quando os valores eram expressivos.

Seguem as mesmas, as atribuições do Diretor Geral (Art. 8º), dos chefes de seção (Art. 9º), do bibliotecário (Art. 11), do arquivista (Art. 12), do cartógrafo (Art. 13), do almoxarife (Art. 14), e demais. Ao auxiliar jurídico compete "emitir pareceres e redigir trabalhos, exposições, relatórios, que possam interessar à Diretoria Geral sob qualquer ponto de vista e não pertençam aos encargos distribuídos pelas seções" (Art. 10).

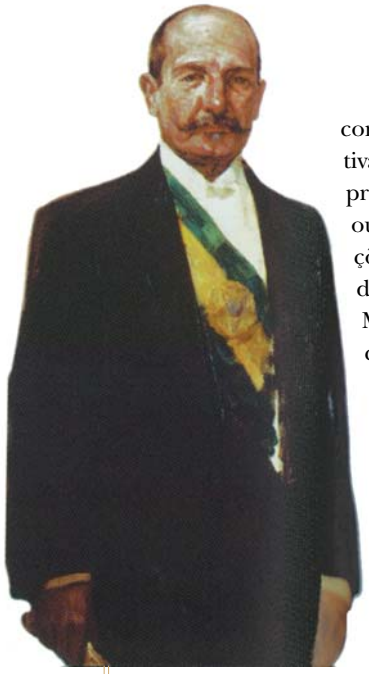
O Diretor Geral poderia ser externo ao quadro, ou vir a ser um dos chefes de seção; as demais funções seriam por acesso interno, vindo da função sempre anterior. Haveria concurso para entrar no quadro, e para acesso também. As matérias dos concursos são previstas e detalhadas (Art. 20).

Por fim, é decretado que para a "eficácia do serviço estatístico nos estados" (Art. 27), o governo deveria envidar esforços no sentido da observação das disposições do Decreto nº 1.850, de 2 de janeiro de 1908, visto antes.

A DGE no governo Hermes da Fonseca

Em 1912 sobre 1911, *Pedro de Toledo* relata a situação da estatística. Diz que em 16 de novembro de 1911, pelo Decreto nº 9.106, a DGE passara por outra reforma, há só 13 meses da reforma anterior. Então, a Diretoria Geral de Estatística passava a chamar-se Diretoria do Serviço de Estatística, uma mudança desnecessária, por certo uma simples atitude burocrática de uniformização de denominações, que não terá futuro algum, logo sendo mudada, ao retorno de *Bulhões Carvalho* em 1915; essa mudança quebrava uma tradição, já de si, não raro, nefasta, mais ainda em se tratando de uma repartição que lutava duramente, há longo tempo, para impor-se.

> Essa reorganização impunha-se principalmente pela necessidade da criação, há muito reclamada, das delegacias nos estados, as quais têm por fim reunir, coordenar e enviar à Diretoria todos os dados que possam interessar à estatística geral da República.



Marechal Hermes da Fonseca, [s.d.]
Henrique Bernadelli

> Na sede das delegacias, a coleta de dados será feita pelo delegado, com concurso do diretor da Escola de Aprendizes e Artífices, na parte relativa à indústria; dos inspetores agrícolas, veterinários, de povoamento e de proteção aos índios, na referente aos respectivos serviços, e de quaisquer outros funcionários que, espontaneamente ou por ordem das administrações a que estejam sujeitos, se prestem a auxiliar o delegado no exercício de suas funções. Fora da sede, será feita por pessoal dependente deste Ministério e também pelo dos demais e das administrações locais cujo concurso possa ser obtido (BRASIL, 1912a, p. 283).

A tipografia, com as oficinas "de composição, de impressão e pautação, de desenho, gravura e fotografia, de litografia e de encadernação e serviços acessórios" (BRASIL, 1912a, p. 284), embora seguisse anexa à Diretoria, funcionalmente, respondia ao Ministro. E dá uma notícia histórica: "Durante alguns dias, depois do incêndio da Imprensa Nacional, o Diário Oficial foi impresso em suas oficinas" (BRASIL, 1912a, p. 286); num giro inverso da história...

As seções têm seus trabalhos sopesados nos números, sem dúvida elevados, da correspondência recebida e expedida; mas, resultados estatísticos, propriamente, não são apresentados. O registro civil continua a provocar lamentações, prejudicando, com o descaso dos cartórios, à elaboração das estatísticas demógrafo-sanitárias.

Em 1913 sobre 1912, é ainda *Pedro de Toledo* que informa a situação da atividade estatística, agora chamada de Diretoria do Serviço Estatístico. Começa avaliando os resultados alcançados pelas delegacias recém-criadas. Houve, informa, muitas dificuldades, mas houve também sucessos; mostra-se animado.

> Como medida de economia [...] tais delegacias funcionariam sempre em prédios já ocupados por departamentos públicos e que o seu pessoal seria tirado do próprio quadro da Diretoria. Se, por um lado, em alguns Estados tem havido grande dificuldade em encontrar cômodos disponíveis para o funcionamento das delegacias, por outro lado é incontestável que o pessoal da repartição é insuficiente para o provimento imediato de todas, visto como algumas delas necessitam de mais de um auxiliar, para o perfeito desempenho dos seus trabalhos. Não obstante as dificuldades apresentadas, já estão instaladas e funcionando regularmente as delegacias do Pará, Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, S. Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas e Minas Gerais (BRASIL, 1913, p. 267).

Para realçar o "vigoroso impulso que as delegacias conseguem imprimir ao serviço de estatística", cita o caso de Minas Gerais. Mais uma vez, faz o realce através dos números da correspondência expedida, função antes da sede, na capital federal. Na essência, nada muda, a não ser a transferência da responsabilidade pela expedição da correspondência, a menos de, ao se estar perto, emitir-se maior número. Mas nada seria garantia de respostas, porquanto os trabalhos de agregação seguiam nas mãos dos órgãos detentores dos registros básicos; apenas podiam ser cobrados mais de perto e mais vezes, ou conquistados num trabalho de relações públicas.

Boa parte da correspondência expedida é atinente ao Registro Civil, que seguia sendo um grande problema, pese o progressivo aperfeiçoamento. Lembra

do projeto de reforma (há muito desejada) enviado ao Congresso em dezembro (1912), como veremos num próximo capítulo. Sem essa reforma, afiança, nada de profundo mudaria.

Trata da futura "coleta [nas capitais dos estados] das informações quinzenais sobre os preços correntes [...] dos gêneros de primeira necessidade". Trata ainda do "recenseamento das indústrias sujeitas aos impostos de consumo" (BRASIL, 1913, [p. 269)], para cuja execução o Ministério da Fazenda mandou os delegados fiscais do Tesouro Nacional apoiarem; aos seus fiscais caberia a distribuição dos boletins do censo.

> As questões formuladas no boletim destinado à coleta dos respectivos dados estatísticos versam sobre a natureza das indústrias exploradas, capital empregado; modo de organização das sociedades, distinguindo em dois grupos as sociedades anônimas das demais sociedades; nacionalidade dos proprietários, quando exploradas as indústrias individualmente; número de operários em serviço, valor da produção anual, natureza e força dos motores, etc (BRASIL, 1913, p. 269-270).

Em 1914 sobre 1913, é *Manoel Edwiges de Queiroz Vieira* (1885-1920) que relata a situação da estatística. De pronto, fica-se sabendo da falência das delegacias, ao lamentar "que no orçamento do atual exercício não tivesse sido consignada verba para manutenção de delegacias nos estados", pois sua regular existência concorreria "para facilitar grandemente a execução dos serviços a cargo dessa repartição"(BRASIL, 1914a, p. 162).

Em janeiro de 1914, por lei[274], a tipografia foi retirada da Diretoria do Serviço de Estatística, ficando diretamente subordinada à Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Deu-se, assim, cunho legal a uma situação já vigente, num giro inverso e perverso da história, contra a tradição duramente conquistada e consolidada, desde a direção de *Mendes da Rocha* (em 1894).

Nesse quadro de perdas da tipografia e das delegacias, pese os ganhos da ampliação de estrutura, mas sem uma produção significativa, termina a passagem de *Francisco Bernardino* pela repartição de estatística. Em 15 de novembro de 1914 começa o governo *Wenceslau Brás*; em início de janeiro de 1915 dá-se a volta de *Bulhões Carvalho*, tendo início, até 1931, uma muito longa presença, dando rumos à estatística brasileira. Tão logo assume, já em fevereiro, recupera o espírito da reforma que fizera em 1907; a repartição volta ao velho nome, Diretoria Geral de Estatística.

A segunda reforma sob Francisco Bernardino (1911)

O Decreto nº 9.106, de 16 de novembro de 1911, assinado por *Hermes da Fonseca* e por *Pedro de Toledo*, reforma (a apenas treze meses da última reforma) a Dire-

[274] Art. 50 da Lei nº 2.842, de 3 de janeiro de 1914 (Lei Orçamentária); o novo regulamento da tipografia foi dado pelo Decreto nº 10.830, de 25 de março de 1914.

toria Geral de Estatística, que passava a chamar-se Diretoria do Serviço de Estatística; passando a vigorar em primeiro de janeiro de 1912 (Art. 43).

A missão é a mesma (Art. 1º), também o é no detalhe (Art. 2º), a menos de um adendo, o item 11º: "Propagar por todos os meios ao seu alcance as vantagens e necessidades da estatística, promovendo o concurso da iniciativa particular para o fornecimento de informações relativas ao assunto".

O Conselho Superior de Estatístico permanece, e é mantido com as mesmas funções (Art. 3º). Sua composição é modificada (Art. 4º). Além dos "chefes das repartições ou seções de estatística existentes no país", também passava a ser composto "dos diretores gerais de Indústria, Comércio e Agricultura, dos diretores do[s] Serviço[s] de Inspeção e Defesa Agrícolas, de Povoamento, de Veterinária, de Astronomia e Meteorologia, e de Proteção aos Índios e [de] Localização de Trabalhadores Nacionais", e mais as pessoas (até cinco) que se "tenham dedicado a estudos econômicos ou estatísticos". Vai aí uma grande novidade, a noção de estudos econômicos, onde estará no futuro o sucesso do IBGE (já como fundação)[275].

As seções seguem as mesmas, com as mesmas funções (Art. 5º). Não mais aparece o auxiliar jurídico, trazido na última reforma. Continuam o bibliotecário, o arquivista e o cartógrafo; seguem os oficiais 1ºs. 2ºs e 3ºs; os auxiliares perdem a divisão em classes (1ª e 2ª); surgem os apuradores e os datilógrafos. O quadro de pessoal da tipografia (51 pessoas) é incluído no decreto; seu chefe é intitulado "superintendente", recebendo vencimentos idênticos aos de chefe de seção (8:000$000 de ordenado e 4:000$000 de gratificação); a ela será agregado o almoxarife.

Na descrição das atribuições do Diretor Geral e dos chefes de seções invoca-se às atribuições genéricas oferecidas no Decreto nº 8.899, de 11 de agosto de 1911, adicionando as atribuições peculiares à atividade estatística. As atribuições dos demais cargos são dadas (Art. 9º ao Art. 16). Nada é dito sobre o acesso aos cargos; a proposta de concurso para acesso cairá por terra; as funções tanto de diretor quanto de chefe de seção poderiam ser providas pelo governo a gosto.

A novidade estará na presença "na capital de cada Estado e no Território do Acre" de um delegado, "designado em comissão pelo ministro, sob proposta do diretor, dentre os funcionários da repartição", com a função de "reunir, coordenar e enviar à Diretoria todos os dados que possam interessar à estatística geral da República" (Art. 21). Essas delegacias deveriam funcionar "nas escolas de aprendizes artífices e, quando não for possível, em qualquer outra repartição do Ministério" (Art. 22).

> Art. 23. A coleta de dados será feita:
>
> a) diretamente por meio de buscas e consultas em livros, papéis e quaisquer documentos que sejam postos à disposição da delegacia pelas repartições federais, esta-

[275] Isso será visto no quarto e último volume desta coleção.

duais ou municipais ou por estabelecimentos públicos ou particulares, industriais, comerciais ou de qualquer outra natureza;

b) indiretamente, por meio de questionários distribuídos pelo correio ou por qualquer outro meio adequado;

§ 1º coleta, a que se refere a letra a, será feita na sede das delegacias pelo delegado com a colaboração do diretor da Escola de Aprendizes Artífices na parte relativa à indústria e dos inspetores agrícolas, veterinários, de povoamento, de proteção aos índios na parte referente aos respectivos serviços, e com o concurso de quaisquer outros funcionários públicos que, espontaneamente ou por ordem das administrações a que estejam sujeitos, se prestem a coadjuvar o delegado no desempenho de suas funções;

§ 2º Fora das sedes das delegacias será feito pelo pessoal dependente do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e também pelos dos demais ministérios e das administrações locais, cujo concurso possa ser obtido; e

§ 3º Os serviços a que se referem os parágrafos anteriores não darão direito a qualquer remuneração.

Havia diversos problemas. Primeiro, é ingênuo imaginar que arquivos fossem abertos aos olhares estranhos dos delegados, naquele ambiente federativo, tão cioso de direitos. Segundo, é ingênuo imaginar que os funcionários do ministério se dedicassem à atividade estatística, além das suas funções regulares, sem receber nenhuma remuneração. Terceiro, é ingênuo, ainda mais, achar que funcionários de outros ministérios fossem se dedicar à atividade estatística, também sem nenhum remuneração complementar. Daí, inevitavelmente, o trabalho de coleta teria que ser feito pelo pessoal dos órgãos detentores dos arquivos básicos, o que não encontraria ressonância.

Outro aspecto ingênuo, valerá marcar, era a formação de conselhos de estatística "para o fim de combinarem quaisquer providências que sejam necessárias a bem da regularidade do serviço", formado pelo delegado e os chefes de serviço do ministério, em cada capital estadual, cabendo ao delegado convocá-lo e presidi-lo (Art. 25).

Quando necessário, "um ou mais funcionário do quadro da repartição" poderia ser indicado, pelo diretor, sob nomeação do ministro, para auxiliarem os delegados (Art. 24). Os delegados responderiam diretamente ao diretor, na capital federal, para onde deviam enviar "até o dia 15 de cada mês os dados colhidos no mês anterior" (Art. 26).

Afora a criação das delegacias, o decreto trazia duas outras novidades. Primeira: "quando se proceder ao recenseamento geral da República, será esse serviço dirigido na Capital Federal pelo diretor e nos Estados pelos delegados" (Art. 27); e mais: "no decurso do ano que preceder ao fixado para a realização do serviço de recenseamento, deverão ser executados os respectivos trabalhos preparatórios" (Parágrafo Único do Art. 27). Essa idéia de "trabalhos preparatórios", um ano antes,

mesmo que não se diga do que constariam, é sem dúvida um grande avanço, trazendo, pela primeira vez, uma noção de longo prazo no planejamento censitário.

Por fim, havia de novo, a proposta do Governo Federal conceder a cada ano "três prêmios aos Estados ou municípios que tiverem publicado os melhores trabalhos de estatística, a juízo do conselho superior de estatística", claro que a depender de orçamento (Art. 30); mas não se tem notícia, contudo, de ter sido outorgado, em algum momento. Nessa linha, para premiar publicações estatísticas, na França, no segunda metade do século XIX, houve o prêmio Monyton (instituído pelo Barão de Monyton, filantropo francês), outorgado pelo Institute de France (*André-Michel Guerry* e *Frédéric Le Play* estiveram entre seus ganhadores).

Perdas e ganhos na gestão de Francisco Bernardino

Nesse tempo houve ganhos e perdas.

A DGE teve sua estrutura ampliada, ficando mais operacional. O quadro de pessoal cresceu em número, com muito melhores vencimentos. Mas, pese o ataque frontal à "deficiência de informações", não houve o desejado e desejável aumento das estatísticas divulgadas, com sacrifício da credibilidade da repartição de estatística e da legitimidade da atividade estatística.

A idéia de haver concurso é mantida, seja ao tempo do acesso ao quadro de pessoal, seja ao tempo dos acessos internos, progredindo na carreira. Surgia, de forma incipiente, é verdade, mas surgia, a percepção imperativa da formação continuada dos funcionários, e, mais ainda, *avant la letre*, a noção (moderna) de educação corporativa. A elaboração das estatísticas, estava claro, exigia formação especial.

A renitente "deficiência de informações" foi vista de frente. De fato, muito tempo passado da sugestão, coisa vinda do Império, finalmente são implantadas as representações da repartição de estatística nos estados, as chamadas delegacias. Suas estruturas basicamente são inexistentes; além do chefe, havia, no máximo, um auxiliar; isso porá a perder a experiência, infelizmente.

Sem estrutura, as delegacias fracassaram. Os delegados, por mais empenho que tivessem, muito pouco podiam realizar. Seguia-se dependendo da boa vontade dos órgãos detentores dos registros básicos (os de finalidade administrativa), seja para dar acesso aos mesmos, seja para diretamente, por seus próprios funcionários, manuseá-los com fins de gerar-se as agregações estatísticas necessárias.

Acabaram extintas na prática, por falta de recursos orçamentários, ainda que seguissem existindo dos textos legais. Contudo, pese terem fracassado, ficou de positivo a experiência da implantação; vencera-se a dificuldade da transposição à prática das idéias até então apenas postas nos textos. No futuro, não muito remoto, aquela prática levaria ao sucesso, mormente ao tempo do IBGE.

Ainda no ataque à "deficiência de informações", fixou-se a intenção da Lei nº 1.850, de 2 de janeiro de 1908, a lei da obrigação. Era pouco, mas, por certo, importava. De fato, ainda que não efetiva àquela altura, deixará a percepção da importância da obrigação na prestação de informações à repartição de estatísticas, o que será, ao longo do tempo, fortemente internalizado, e consolidado.

Houve ataque, também, ao problema do registro civil. Foi tomada a iniciativa de se patrocinar a reforma do mesmo. Para tanto, formou-se uma comissão de notáveis para elaborar uma proposta de reforma, depois enviada ao Congresso Nacional. Em todo o período republicano, só então se fazia um estudo profundo do referido registro, de sua existência e de sua utilização na elaboração das estatísticas.

Ainda no ataque à "deficiência de informações" podemos relacionar a reforma do Conselho Superior de Estatística, que, tendo como integrantes os responsáveis pelas repartições de estatísticas, temáticas no âmbito federal, ou os órgãos estaduais de estatística, passava a ser visto como um organismo fortemente de natureza técnica, antes que, como então vigia, eminentemente de natureza política. Essa nova visão será implantada, e funcionará, na concepção do Conselho Nacional de Estatística que, ao lado do Conselho Nacional de Geografia, serão os órgãos chaves do IBGE.

Esses ganhos, não foram definitivos, sequer duradouros, infelizmente. Mas, sem dúvida, deixaram vivências importante; as decepções e as frustrações resultantes, elas mesmas, serão valiosas ao ensinarem alternativas. Houve estudos e análises tomando as estatísticas como objeto de atenção (como um campo de estudo); afinava-se, nessa linha, estudos e análises havidos no Império.

Agora, perda mesmo, por certo, foi a não realização censitária prevista para acontecer em 1910. A tradição iniciada em 1890 e seguida em 1900, ainda que curta e tênue, sugeria o início duma série. E só em 1920 haveria uma operação censitária, pese as tentativas de realizá-la depois de 1910.

Outras perdas serão a troca do nome da DGE, e a retirada da tipografia da dependência da repartição de estatística (1914), passando-a à dependência do ministério. Com isso perdia-se uma tradição, àquela altura, já de 20 anos, desde o tempo de *Mendes da Rocha*, em 1894. Embora seguisse atendendo à atividade estatística, não mais o fazia com prioridade, e se repetia o antigo e difícil convívio com a Imprensa Nacional.

E mais, por pouco não sofre a perda da biblioteca, tendo seu acervo incorporado à biblioteca do Ministério. Embora isso não tenha ocorrido totalmente, a biblioteca perderá algum acervo, tendo que conviver com a biblioteca do ministério, o que, sem recursos eletrônicos de comunicação, e estando o ministério e a repartição de estatística instalados em edifícios diferentes, seria péssimo, pela difícil operação de consultas.

As perdas da tipografia, em seu todo, e de parte da biblioteca, podiam ter conseqüências irreparáveis, diante da inconstância e insegurança das estruturas e das tutelas no serviço público; a isso tudo invocava *Oziel Bordeaux*, em seu relatório, fazendo críticas àquelas medidas. E já em 29 de agosto de 1914, projeto parlamentar (Câmara dos Deputados) propunha a passagem da DGE à tutela do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o que, caso se concretizasse, significaria uma transferência sem uma unidade essencial, a tipografia, e sem parte do acervo da biblioteca.

Trata-se do Projeto nº 78, dado na sala das sessões, e assinado pelos Deputados *Raphael Pinheiro*, *N. Nascimento*, *Florianno Britto*, *Victor da Silveira* e *Borges da Fonseca*. Consideram, para justificar a proposição de subordinação ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a especial dependência da repartição de estatística ao Registro Civil, da alçada daquele ministério, e o imperativo de, na elaboração das estatísticas, a repartição de estatística dever relacionar-se "com a alta administração do país", inclusive (ou sobretudo) nos estados, relação vista como natural na autoridade daquele ministério. Por curioso, veja-se que o projeto agrupava o trabalho estatístico em quatro grupos: território, população, economia e instrução (BRASIL, 1914b, v.5, p. 629-631).

Enfim, dessas perdas e ganhos, valerá tratar dois pontos.

Primeiro, a questão do Censo de 1910, que acabou não havendo, mas que recebeu recursos vultosos, e ganhou legislação específica. Segundo, o estudo da reforma do registro civil, sempre desejada e demandada, projetada e submetida ao Congresso. Esses assuntos serão objeto dos próximos capítulos.

Perfis biográficos

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Francisco Bernardino: quem abriu as portas da DGE ao trabalho feminino

Diretor Geral de Estatística de 15 de dezembro de 1909 a 14 de janeiro de 1915 Francisco Bernardino Rodrigues Silva foi o encarregado de executar o Recenseamento de 1910. Em seus planos estava realizar naquela data juntamente com o levantamento da população um inquérito econômico, inédito em termos nacionais na história censitária de então. Para isto, procurou aparelhar a DGE com o que melhor poderia contar, tanto em termos de recursos humanos quanto materiais. Tinha ao seu lado dois operosos chefes de seção: José Marques de Oliveira e Oziel Bordeaux Rego. Sua intenção era realizar o censo sem prejuízo das funções cotidianas da diretoria.

Bernardino estimulava a produção intelectual de seus comandados da DGE. Por conta disto, em sua administração surgiram dois trabalhos de elevado escol para as estatísticas brasileiras. O primeiro foi o "Parecer sobre as modificações a fazer no plano dos serviços e no quadro de pessoal da Diretoria Geral de Estatística", de Oziel Bordeaux Rego. E o outro, um relatório de seus colaboradores Leão Alves Barbosa e Joaquim da Silva Rocha sobre inconvenientes observados na execução do Registro Civil. Este último trabalho, serviu de base para outro estudo elaborado também por sugestão e ânimo de Bernardino, que foi a "Exposição de motivos do projeto de lei sobre o Registro Civil", do jurista Manoel Coelho Rodrigues.

Durante o período em que esteve à frente da DGE, o órgão central de estatísticas passou por diversas reformas e modificações de base. Do período restaram vários trabalhos executados por sua orientação, como publicações sobre a indústria açucareira, divisão administrativa do Brasil, registro de propriedades do Distrito Federal de 1890 a 1910 e sinopse de um censo pecuário realizado pelo "processo indireto das avaliações" em 1912-1913. Deve-se a Francisco Bernardino a inserção do chamado "belo sexo" nas lides da Diretoria Geral de Estatística. Ele admitiu mulheres como datilógrafas e apuradoras nos serviços oficiais de estatística. Teixeira de Freitas, inclusive, suspeitou que coube à DGE a primazia da contratação de pessoal do sexo feminino no serviço público.

Manuel Bernardino nasceu em Piranga, Minas Gerais, em 16 de outubro de 1853. Iniciou seus estudos em seu estado natal, seguindo de lá para São Paulo onde formou-se em Humanidades pela Faculdade de Direito, diplomando-se em 1873. Era filho do advogado, jornalista e magistrado Firmino Rodrigues da Silva. Começou sua carreira profissional em cidades do interior mineiro, estabelecendo-se em Juiz de Fora, onde fez sua iniciação na política, sendo eleito deputado provincial, atuando de 1874 a 1879, inclusive como líder do Partido Conservador. Foi indicado, em 1880, como presidente da província do Piauí, onde fez excelente administração. Voltou a Minas Gerais, mais especificamente a Juiz de Fora, onde se elegeu vereador, militando de 1882 a 1885. Recusou a indicação imperial para presidir a província de Rio Grande do Sul, para continuar atuando em Minas. Em 1889, elegeu-se deputado geral conservador, candidatando-se posteriormente à sucessão de Afonso Pena na governança do estado. Em eleição renhida, perdeu por cerca de 1000 votos. Na eleição seguinte, já em período republicano, foi eleito vice-presidente do estado mas não assumiu, preferindo retornar a Juiz de Fora, lá atuando até 1895.

Merece menção a sua importante participação em duas resoluções municipais (afeitas à Juiz de Fora): a de 19 de dezembro de 1892, autorizando o levantamento da estatística administrativa, judiciária, policial, comercial, industrial, operária e rural da cidade; e a de 22 de março de 1893, determinando o recenseamento da população juiz-forense, por ocasião do lançamento do imposto predial na cidade (certamente para elaboração de um grande cadastro).

Foi também jornalista, tendo colaborado nos jornais O Farol (como diretor, de 1897 a 1901) e A União.

Casou-se com Maria Perpétua Vidal Lage e Silva, destacando-se, entre seus filhos, Cipriano Lage e Jaime Lage e Silva, ambos altos funcionários da Diretoria Geral de Estatística. Depois de ter deixado a DGE, exerceu o cargo de diretor geral da agricultura até falecer em 17 de abril de 1920, em Juiz de Fora.

Em 1910, o censo que não contou

Capítulo 13

Por preceito constitucional, o governo federal devia fazer o Censo em 1910; seria o terceiro do período republicano (1890 e 1900, antes), e o quarto do País (1872 fora o primeiro, ainda no Império); mas não foi feito.

Charge "Carnaval Político – o entravé", (Pinheiro Machado amarra o vestido de Hermes da Fonseca), 1911

Não obstante, recursos financeiros foram tornados disponíveis. Para o exercício de 1909, foram liberados 250:000$000 (Lei nº 2.050, de 31 de dezembro de 1908; Lei Orçamentária), sendo *Afonso Penna* o presidente da República, e *Bulhões Carvalho* o Diretor Geral da DGE. Para o exercício de 1910, foram liberados 1.000:000$000 (Lei nº 2.221, de 30 de dezembro de 1909; Lei Orçamentária), sendo *Nilo Peçanha* o presidente da República, e *Francisco Bernardino* o Diretor Geral da DGE. Para o exercício de 1911, foram liberados 2.600:000$000 (Lei nº 2.356, de 31 de dezembro de 1910; Lei Orçamentária), sendo *Hermes da Fonseca* o presidente da República, e *Francisco Bernardino* seguindo na direção geral da DGE.[276] Não bastasse, crédito especial foi aberto pelo Decreto nº 9.404, de 28 de fevereiro de 1912 (tendo como base a Lei nº 2.544, de 4 de janeiro de 1912; Lei Orçamentária) no montante de 2.700:000$000, sendo ainda *Hermes da Fonseca* e *Francisco Bernardino* os atores de ponta. Uma fortuna!

Ao tempo desse crédito especial, a operação censitária, transferida de 31 de dezembro de 1910 para 30 de junho de 1911, já estava cancelada. Assim, sua liberação afinava-se com a tentativa de realizá-lo, finalmente, em 31 de julho de 1912, coisa que também não ocorrerá. Dessa forma, perdera-se uma imensa fortuna!

Em 1915 sobre 1914, *Bulhões Carvalho* relatando o passado recente, afirma que aquela operação censitária fracassada ficaria "registrada nos anais da história da administração brasileira como uma das maiores sangrias do Tesouro Nacional e, talvez, uma das causas remotas que influíram para a ruína financeira" em que se achava, então, o Brasil (BRASIL, 1915, p. 25). E, sem peias e sem ameias, afiança:

[276] Na exposição de motivos, em 26 de maio de 1910, em que o Ministro Rodolpho Miranda pedia esse valor, dizia que a etapa de apuração estava orçada em 3.200:000$000, a exigir futuro crédito especial.

> Esse malogrado recenseamento custou à Nação o enorme dispêndio de alguns milhares de contos de réis, postos fora inutilmente só para gáudio e proveito do parasitismo politiqueiro, que tanto tem desacreditado o país, sob todos os pontos de vista e, muito especialmente, no que diz respeito à administração pública (BRASIL, 1915, p. 25).

O montante de 6.550:000$000,[277] na análise de *Bulhões Carvalho*, foi utilizado sobremodo nas "nomeações de numeroso pessoal, que se ia encarregar de serviços ainda não existentes ou apenas prováveis na sua maior parte"; efetivou-se à nomeação de 8 433 pessoas, uma quantidade simplesmente impressionante. Em São Paulo foram 1 839 pessoas, em Minas Gerais foram 1 081 pessoas, no Distrito Federal foram 812 pessoas, e assim por diante. O menor número, 74, ocorreu em Mato Grosso.

> ... o esgotamento rápido das verbas votadas pelo Congresso, para um inquérito censitário que não se realizou, foi devido às gratificações pagas em pura perda a essa legião de cidadãos prestimosos, que iria aumentando sempre progressivamente, se o decreto de 11 [na verdade, o decreto é datado de 14] de maio de 1911 [nº 8.720 A] não viesse por termo a esse sorvedouro dos dinheiros públicos (BRASIL, 1915, p. 25).

O regulamento da operação censitária

Bulhões Carvalho, recuperando as ocorrências censitárias, em 1915 sobre 1914, diz que ao deixar a direção, em final de 1909, deixara "já organizado o modelo do boletim censitário", e que começava a "redigir as instruções gerais para a execução do Censo de 1910"(BRASIL, 1915, p. 28). Nada disso se nos oferece disponível, atualmente.

Oziel Bordeaux, em suas sugestões à operação do censo, atendendo a demanda de *Francisco Bernardino*, oferece um modelo de formulário, com instruções embutidas. Diz ter estado próximo do modelo deixado por Bulhões, com pequenas modificações; trata-se, fique claro, de uma lista de família, e não de um boletim individual. Por esse caminho indireto, visto em capítulo anterior, temos uma visão (aproximada) do que *Bulhões* terá feito e deixado ao seu sucessor.

Mas, não nos ficou o formulário definitivo, oficial, que teria sido aplicado, caso o censo fosse feito. Talvez tenha estado apenas em desenho, talvez com uma ou outra prova de gráfica, mas sem nenhuma impressão, ou, se chegou a ser impresso, diante da não realização censitária, tenha-se resolvido fazer a destruição dos exemplares, nada ficando para registro histórico, infelizmente.

Quanto ao regulamento, sim, este ficou, nos termos do Decreto nº 7.931, de 31 de março de 1910, assinado por *Nilo Peçanha* e por *Rodolpho Nogueira da Rocha*

[277] Na aludida exposição de motivos, em 26 de maio de 1910, em que o Ministro Rodolpho Miranda solicitava os recursos para 1911 (recebendo 2.600:000$000), informava que o Censo de 1900 custara aos cofres públicos 2.061:946$548, e, dado o resultado inteiramente negativo daquele censo, justificava o considerável aumento das despesas. Agora, com mais recursos, se faria muito melhor.

Miranda, como segue. Como as instruções, baixadas em seguida ao decreto, conferem com as instruções existentes no modelo de boletim preparado por *Oziel Bordeaux*, fica a suspeita de que teria sido o oficial.

VISITAS PRESIDENCIAES

No Quartel General do Corpo de Bombeiros. — O marechal Hermes, dr. Rivadavia Correia e dr. Belisario Tavora, rodeados pela officialidade do Corpo.

O Presidente Marechal Hermes da Fonseca (ao centro), no Quartel-General do Corpo de Bombeiros, com oficiais e outras figuras da República, 1911

O censo teria como data de referência o dia 31 de dezembro (Art. 1º), como nos dois anteriores (1890 e 1900). Junto ao Censo da População, sendo novidade, seria feita uma "investigação sumária dos elementos econômicos do país, aplicando-se para este fim o mesmo pessoal em comissão e utilizando-se a mesma despesa" (Art. 6º). Todo esse serviço seria feito "sem prejuízo do expediente ordinário" (Art. 2º), tendo lugar "depois da hora do expediente ordinário [...] mediante gratificação correspondente à prorrogação do tempo de trabalho" (Art. 4º). Tudo deveria estar concluído, inclusive a publicação dos resultados, até 31 de dezembro de 1911 (Art. 9º), o que era uma enorme novidade, jamais feita antes, e bastante temerária em face das experiências anteriores.

O número do pessoal do censo, e as respectivas gratificações, seriam definidos pelo ministério (Art. 5º), mas ao diretor do serviço caberia "fazer ou delegar a nomeação do pessoal, removê-lo ou dispensá-lo" (Art. 3º), o que lhe dava um poder político expressivo, daí, provavelmente recebendo um copioso assédio. Todas "as autoridades civis e militares, os chefes de serviços e repartições e os funcionários federais", deviam "prestar o seu concurso eficaz para o desenvolvimento da propaganda e melhor execução do recenseamento" (Art. 7º). Quanto às autoridades, chefes de serviços e repartições "que não forem de categoria federal", seriam todas chamadas a prestarem concurso e auxílio ao censo (Art. 8º). Não se fala em gratificação a essas autoridades, as federais e as não-federais, mas é provável que viessem a receber.

Novidade absoluta é a limitação na utilização das informações, bem assim, a idéia de sigilo, embora não surja ainda a expressão: "as declarações feitas para o Recenseamento da população, ou para o inquérito econômico, serão utilizadas unicamente para o efeito da apuração"; e se vai além: "incinerando-se os papéis respectivos, logo depois de verificados e apurados" (Art. 10º).

A esse regulamento, baixado pelo referido decreto, com seus 12 artigos, logo seguirá um conjunto de "instruções preliminares para a execução do serviço do recenseamento de 1910", em dez artigos, assinado pelo mesmo ministro.

O recenseamento seria feito simultaneamente “em todo o território da República”, devendo compreender “todas as pessoas que aí se acharem no dia para tal fim designado” (Art. 1º). Seriam recenseadas “as pessoas na habitação em que estiverem presentes” (Art. 2º). O censo seria feito “em listas de um só modelo”, com duas possibilidades: “por agregados de pessoas, quando tenham economia comum, sob o regimen de família ou sob um regimen especial”, ou “por pessoas, quando estas tenham economia própria” (Art. 3º); o chamado “regimen especial” caracteriza as habitações coletivas, que são as de sempre (Art. 4º). As pessoas, mesmo que tivessem habitação própria, seriam recenseadas nas habitações de regimen especial se ali fossem estivessem no momento da operação (Art. 5º). As listas seriam distribuídas por “habitação ou por compartimentos da habitação, quando os ocupem pessoas, ou agregados de pessoas, com economia própria” (Art. 6º); veja-se, então, que a palavra domicílio não aparece.

Nas listas seriam investigados os seguintes aspectos: nome, sexo, idade, estado civil, naturalidade, nacionalidade, profissão, instrução, religião, lugar de residência, relação com o chefe da casa (Art. 7º). Ficando de fora, de novo, o tema cor, que já saíra do Censo de 1900, sem nenhuma explicação ou justificativa. As informações deviam ser dadas pelos chefes das habitações “em relação aos agregados, que constituem a família”, ou pelos responsáveis pelas habitações de “economia comum e regimen especial”, ou pela “pessoa que vive só, com economia própria” (Art. 8º); tudo isso na “manhã seguinte ao dia marcado”. O lançamento das informações, seguiram regras muito simples, expressas nas instruções e no formulário (Art. 9º), e são as mesmas constantes do formulário sugerido por Oziel Bordeaux, visto antes.

A limitação de utilização, e a declaração de reserva ou sigilo, já expressas no decreto, são reiteradas: “das declarações das listas, não se darão certidões ou informações quer a particulares, quer a autoridades, sob pretexto algum, sendo esses documentos considerados de natureza reservada” (Art. 10º).

Depois, em 14 de outubro de 1910, o Decreto nº 8.301, “aprova o regulamento para a organização do serviço do pessoal em comissão encarregado do recenseamento geral a população da República”. Tem 156 artigos, organizados em seis seções: I. Do pessoal em comissão; II. Da direção geral; III. Dos delegados; IV. Dos comissários; V. Dos agentes municipais; VI. Dos oficiais recenseadores. Instruções minuciosas, ainda de grande atualidade; avançavam muito diante dos outros censos.

O quadro de pessoal em comissão é bastante impressionante. Na DGE, além do diretor, haveria um secretário geral, e haveriam auxiliares da direção. Nos estados, e no Território do Acre, haveriam delegados, e, onde fosse necessário, eles teriam ajudantes, e mais, escriturários, porteiros, contínuos e serventes. Conjuntos de municípios, num estado, estariam sob o comando de comissários, que teriam abaixo, sob seu controle, agentes municipais, e esses, teriam oficiais censitários, que agiriam em distritos (Art. 1º)

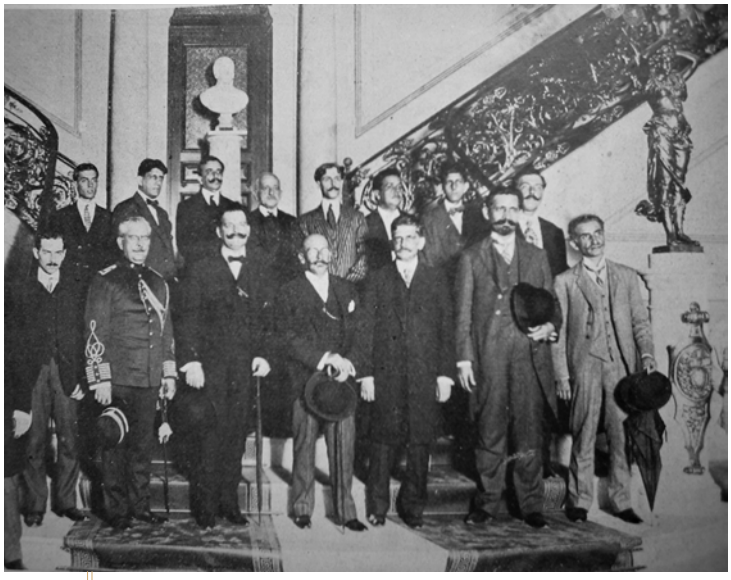
> Parágrafo único: Poderão ser designados agentes especiais, quando houver necessidade de secundar a ação dos oficiais recenseadores nos seus distritos ou de desenvolver conjuntamente a inquirição de ordem econômica.

Daí o incrível número de 8 433 pessoas nomeadas, e recebendo gratificações. Nunca (à época, sem métodos de pesquisa) se teria feito um censo com tamanha estrutura, com tanta gente envolvida (acabariam se embaralhando). Sem esquecer as pessoas, nas esferas federal e estadual, chamadas a colaborar com o censo, em número não apontado. Essas pessoas, colaboradoras, constariam de um "almanaque administrativo [...] comemorativo do recenseamento", servindo também para dar-se início a um "registro geral dos funcionários públicos" (Art. 10º).

Aos delegados incumbia a realização detalhada do recenseamento, cumprindo as instruções, bem assim, a realização da propaganda de lançamento, a que se dava grande atenção (como sugerira, aliás, *Oziel Bordeaux*). Cabia-lhes além das tarefas técnicas, as tarefas operacionais, inclusive as administrativas, como folha de ponto, como ordens de pagamento, entre outras. Deviam relatar os trabalhos realizados.

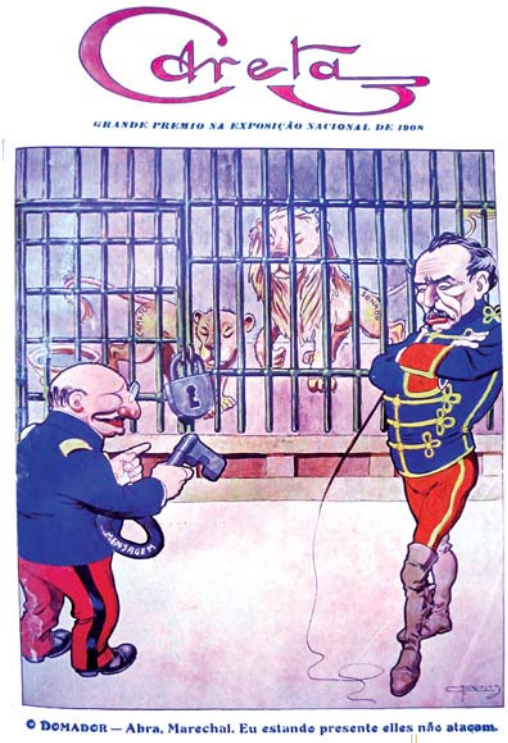
Os comissários do recenseamento seriam os "fiscais da execução dos serviços em toda a zona de sua respectiva seção" (Art. 41). Essa idéia de seção sugere uma divisão complexa do território; uma seção abarcaria um conjunto de municípios. A eles, portanto, cabiam orientar, e controlar, os agentes municipais e os oficiais recenseadores, sob sua jurisdição. Cabia-lhes definir um cadastro de informantes. Cabiam-lhes, também, atuar junto às professoras (das escolas públicas e particulares) levando-as a orientarem seus alunos e alunas sobre o preenchimento do formulário do censo.

Os agentes municipais teriam sob sua ordem os oficiais recenseadores. Além de operar o censo, deviam convencer a população a bem participar da operação do censo. Deviam mostrar aos munícipes as vantagens de poderem contar com uma "apreciação exata dos elementos constitutivos da sua vida, fatores de sua riqueza, prosperidade e civilização" (Art. 59). Era peça chave da operação censitária (48 artigos de instruções), a par com os oficiais recenseadores (52 artigos de instruções). Esses, são instados a dizerem aos informantes sobre o limite e a reserva na utilização das suas informações, que o censo não é um veículo de coação, ou de punição, de espécie alguma. A cada um deles caberia preencher a caderneta, onde se fazia o controle da distribuição dos formulários (as listas de família) nas habitações.



O Presidente Marechal Hermes (ao centro) visita a Biblioteca Nacional, 1911

Em suma, haviam os delegados nos estados; a eles se subordinavam os comissários, responsáveis por um conjunto de municípios, chamado de seção (ou área); nos municípios os responsáveis eram os agentes municipais, que tinham o controle dos oficiais recenseadores. Nas capitais, os agentes poderiam ser apoiados por agentes especiais, que também existiriam na realização dos inquéritos econômicos.



Charge com a legenda: "Abra, Marechal. Eu estando presente eles não atacam" 1911

A suspensão da operação censitária

Às vésperas do início do Censo, em 13 de novembro de 1910, pelo Decreto nº 8.382, assinado por *Nilo Peçanha* e por *Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda*, a data de referência é alterada para 30 de junho de 1911, que seria feito feriado nacional (por certo, um feriado excepcional, não permanente). Essa mudança é explicada e justificada pelo fato dos recursos pedidos para aquele ano, 1910, (1.000:000$000) não terem sido ainda liberados, à espera de decisão do Congresso. Por razões técnicas, *Oziel Bordeaux* já sugerira a mudança permanente da referência habitual, considerando inadequado aquele dia de festas, final de ano, ademais, sugeria aquela mudança também por razões conjunturais, ganhar-se mais seis meses naquela operação censitária, em atraso.

Não obstante essa mudança, o censo não será feito.

Em 14 de maio de 1911, pelo Decreto nº 8.720 A, assinado por *Hermes da Fonseca* e por *Pedro de Toledo*, o governo federal encerra os trabalhos do censo, com uma longa e detalhada explicação, como segue:

> O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando que a Lei nº 2.356, de 31 de dezembro de 1910, que fixou a despesa ordinária deste exercício, consignou para as despesas do recenseamento geral da população o crédito de 2.600:000$000, de manifesta insuficiência para a execução do serviço, para o pagamento de pessoal, do material e dos transportes;
>
> Considerando que a execução do serviço com os desenvolvimentos do plano adotado pelo Decreto nº 8.301, de 14 de outubro de 1910, teria de elevar a despesa certa de 16.000:000$000 e determina pedido ao Congresso Nacional de avultado crédito, cujo pagamento as forças do exercício não podem suportar, atento o déficit considerável já previsto na mensagem apresentada ao abrir-se a presente sessão legislativa;
>
> Considerando que, nesta segura previsão do desequilíbrio orçamentário, a

despesa acrescida à consignação da Lei nº 2.356, de 31 de dezembro de 1910, teria de se resolver, de modo prejudicial com o recurso ao empréstimo e aumento da dívida pública, ou com a agravação dos impostos;

Considerando que as medidas de natureza administrativa, ainda quando se recomendam por vantagens e utilidades patentes, de ordem social e política, têm de subordinar-se às exigências incontrastáveis da situação financeira e devem ser adiadas, se não entendem com a necessidade imperiosa da defesa e segurança nacional;

Considerando que o recenseamento geral da população poderá ser efetuado em outra oportunidade, quando o estado financeiro, segundo os métodos e com os desenvolvimentos que se acomodarem às circunstâncias do país no momento da operação.

Dois pontos avultam: primeiro, o montante de 16.000:000$000 anunciado como ainda devendo realizar-se, montante não referido alhures, em nenhum documento atualmente disponível; segundo, o estar-se suspendendo, por simples decreto, uma determinação constitucional, ao que parece sem contestação dos congressistas.

A tentativa de retomada da operação censitária

Sete dias após, em 27 de maio de 1911, Projeto nº 20 de autoria de *Monteiro de Souza,* submetido à Câmara dos Deputados, mandava o governo federal realizar o terceiro censo geral da República em 31 de julho de 1912. Sugeria que fossem usados os professores, em todo o País, sob o comando dos presidentes e governadores dos estados, aos quais se pagaria uma pequena gratificação, ao término dos trabalhos.

Charge com a legenda: "Quatro pessoas distintas e só uma verdadeira", 1911

O referido Projeto (agora sob o nº 124) só foi apreciado em 14 de agosto de 1914, quando já passara, em muito, a data sugerida para a realização do Censo Geral. Tanto a comissão de constituição e justiça[278], quanto a comissão de finanças[279], deram pareceres contrários à realização de um censo, àquele tempo (1914), tendo em vista que 1920 se avizinhava e naturalmente a República intentaria realizar algum censo.

Em 1920, às vésperas dos festejos do centenário da Independência, a República, fará um censo, sob a direção de *Bulhões Carvalho*; será o ter-

[278] Deputados Cunha Machado, Maximiano de Figueiredo, Melo Franco, Pedro Moacyr, N. Nascimento, Gomercindo Ribas, Henrique Valga, Felisberto Freire.

[279] Deputados Antônio Carlos, Miguel Borba, Caetano de Albuquerque, Raul Cardoso, Torquato Moreira, Carlos Peixoto Filho, Thomas Cavalcanti, Dias de Barros, Pereira Nunes.

ceiro da República, e o quarto do País; por certo, de longe, o melhor que a República jamais fizera, até então. Até lá, ficar-se-ia mesmo sem censo, situação grave em si, ainda mais tendo em mente o baixo valor dos censos recentes, em 1890 e em 1900.

Em 1915 sobre 1914, *Bulhões Carvalho*, reportando-se à malfadada operação do Censo de 1910/1911, refere-se a um relatório que diz ter encontrado nos arquivos da DGE, do qual reproduz os seguintes parágrafos:

> "A suspensão do Recenseamento determinada por motivos de economia parece ter deixado sem proveito algum o esforço ingente empregado pelos poderes públicos, por seus auxiliares e por não poucos particulares, afim de que se procedesse a uma conscienciosa e escrupulosa operação censitária.
>
> De fato, não se realizou o Recenseamento de 1910/1911. Mas, em compensação o trabalho efetuado deixou vestígios visíveis, realçou inúmeras necessidades, balanceou os elementos com que de futuro se poderá contar em operação análoga, sugeriu idéias e ministrou lições, provocou e trouxe a lume muitas informações úteis sobre assuntos latentes e interessantíssimos, fez revelar aptidões, desbravou o terreno em muitos pontos, demonstrou, em outros, a necessidade de um serviço permanente de estatística nos Estados, sob a direção una da autoridade federal" (BRASIL, 1915, p. 29-30).

Bulhões não dá o nome do autor. Pode ter sido o próprio *Francisco Bernardino*, ou pode ter sido *Luiz Leitão*, que fora o chefe do censo. Não tem, contudo, o estilo, empolado de *Francisco Bernardino*, sugerindo outro autor. Mas, como nada lemos de *Luiz Leitão*, ignoramos seu estilo, para dizer que seja dele o texto. Como seja, *Bulhões* o crítica com palavras severas, como segue:

> Tudo isso é fácil de dizer e muito bonito no papel, mas, se decorridos os cindo anos que ainda faltam para a operação censitária, não tiver a Diretoria de Estatística providenciado da melhor maneira para desbravar o terreno e prepará-lo por todos os meios a seu alcance, afim de conseguir algum êxito no próximo inquérito de 1920 – tornando-o exeqüível não só pelo prestígio de que ela dispuser na ocasião, como ainda pela proficuidade dos seus esforços – em nada lhe aproveitarão "os vestígios do trabalho" a que alude o citado relatório. Do que se diz neste relatório apenas aproveitar-se-á a lição histórica, demonstrando quanto são falíveis as previsões que não se baseiam em um plano bem arquitetado e fielmente executado com toda a sabedoria e competência dos esforços nele conjugados (BRASIL, 1915, p. 30).

Completa seu arrazoado, sem peias e sem ameias, com as seguintes palavras, acres e duras, mas, segundo pretende, sem "preocupação agressiva ou subalterna", por certo ainda presentes, tendo vindo daquela malfadada experiência.

> Pois bem: não se fez o inquérito econômico, tão pouco se realizou o inquérito censitário e, não obstante, só com os trabalhos preliminares do recenseamento de 1910/1911, segundo as informações de que tem notícia a Diretoria Geral de Estatística, gastou-se a elevada soma de 6.550:000$000!
>
> Eis, em síntese, o que me ocorre dizer sobre a última tentativa de arrolamento da população do Brasil. Relatando os fatos pura e simplesmente, sem nenhuma preocupação agressiva ou subalterna, só tive em vista o subsídio histórico, sempre útil de ser perpetuado, como advertência, nos arquivos das secretarias de Estado, para servir de lição no futuro (BRASIL, 1915, p. 30-31).

Legislações e sínteses dos censos

1910 O senso do censo [não realizado]

• Data de referência: 31 de dezembro de 1910 (depois alterada para 30 de junho de 1911)

• Além da DGE (com secretário especial para o censo), haveria delegados nos estados, dirigindo comissários para conjuntos de municípios. Em cada município atuaria um agente municipal. Nos distritos (como divisões dos municípios) atuariam os oficiais censitários ou recenseadores (sob a chefia dos agentes municipais).

• Além do censo da população, também seria feita uma "investigação sumária dos elementos econômicos do país". Data final dos trabalhos, inclusive a publicação dos resultados: 31 de dezembro de 1911.

• As informações obtidas em campo seriam usadas apenas "para efeito de apuração", em seguida "incinerando-se os papéis respectivos" (e fica a idéia de sigilo).

• O censo seria feito em todo o território da República; pessoas presentes na habitação.

• Registros em listas de família: agregados de pessoas, com economia comum, sob o regimen de família ou sob regimen especial; ou pessoa avulsa com economia própria.

Ficariam de fora, raça ou cor (já fora em 1900), bem assim pela primeira vez, defeitos físicos (antes presentes).

Legislação:

• Decreto nº 6.628, de 5 de setembro de 1907 (reforma e expande a DGE, sob Bulhões Carvalho; surge o Conselho Superior de Estatística)

• Decreto nº 1.850, de 2 de janeiro de 1908 (impõe a obrigação na prestação de informações, sob inspiração de Bulhões Carvalho)

• Lei nº 1.606 (orçamentária), de 29 de dezembro de 1906 (cria o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio)

• Decreto nº 7.501, de 12 de agosto de 1909 (o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio é instalado; a DGE passa-lhe à tutela).

• Decreto nº 7.931, de 31 de março de 1910 (dá regulamento ao censo de 1910)

• Decreto nº 8.301, de 14 de outubro de 1910 (aborda a questão do pessoal em comissão)

• Decreto nº 8.330, de 31 de outubro de 1910 (primeira reforma da DGE sob Francisco Bernardino; é expandida).

• Decreto nº 8.383, de 13 de novembro de 1910 (altera a data de referência para 30 de junho de 1911).

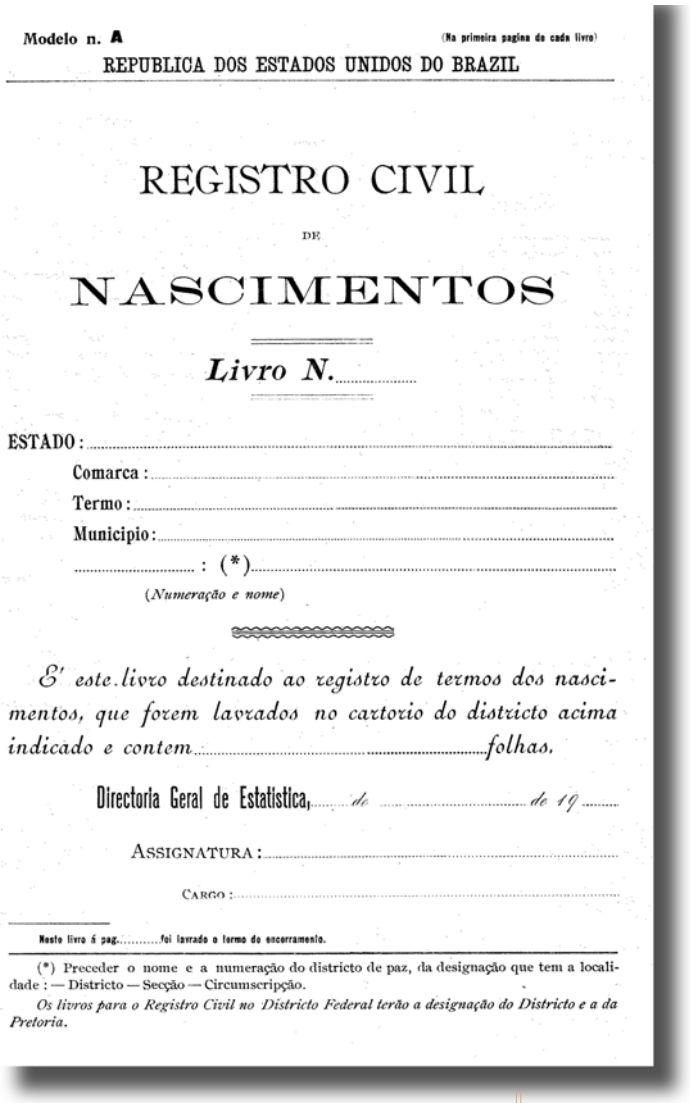
• Decreto nº 8.720 A, de 14 de maio de 1911 (cancela a operação censitária).

• Decreto nº 9.106, de 16 de novembro de 1911 (segunda reforma da DGE sob Francisco Bernardino; surgem os delegados permanentes)

Estudando o Registro Civil

Capítulo 14

As informações necessárias à elaboração das estatísticas eram deficientes, se o dizia a todo momento. Eram deficientes em quantidade e em qualidade. Lutava-se para torná-las disponíveis, na quantidade e na qualidade necessárias. Novos textos legais eram propostos e aprovados, mas não tinham grande efeito; acordos eram derivados. O ordenamento legislativo, embora importante, não era suficiente; isso, mais e mais, ficava evidente. Faltava uma autoridade executiva capaz de fazer cumprir a legislação estatística; embora a legislação estatística consignasse a DGE como essa autoridade, ela era, a toda hora, negada, ignorada, desacatada. O espírito da federação respaldava a desatenção e a displicência, alimentava a rebeldia mesmo, dos atores dos registros, a quem cabia agregar as informações necessárias às estatísticas. A produção, daí, era precária e irregular, sem a desejada e desejável continuidade.



Modelo n. A (Na primeira pagina de cada livro)

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REGISTRO CIVIL

DE

NASCIMENTOS

Livro N......

ESTADO:.....

Comarca:.....

Termo:.....

Municipio:.....

..... : (*).....

(*Numeração e nome*)

E' este livro destinado ao registro de termos dos nascimentos, que forem lavrados no cartorio do districto acima indicado e contem.....folhas.

Directoria Geral de Estatistica, ... de ..... de 19.....

ASSIGNATURA:.....

CARGO:.....

Neste livro á pag..... foi lavrado o termo do encerramento.

(*) Preceder o nome e a numeração do districto de paz, da designação que tem a localidade: — Districto — Secção — Circumscripção.

Os livros para o Registro Civil no Districto Federal terão a designação do Districto e a da Pretoria.

Registro civil de nascimento, [s.d.]

Ora, entre os registros utilizáveis, avultava o Registro Civil. Era tão frágil quanto os demais registros, mas, desde seu início, se o sabia devendo implicar estatísticas (dos nascimentos, dos casamentos, dos óbitos), e isso trazia imensa vantagem. A população resistia, por medo, por apego à tradição, por ignorância, também, por pregação contrária dos vigários, sempre presentes e influentes. Os cartórios eram ausentes, não raro física e, quase sempre, funcionalmente; de fato, nem sempre estavam instalados, e, quando instalados fisicamente, padeciam de insuficiência de funcionamento, pela falta de livros, queixa comum, e, também pelo despreparo dos

funcionários, chegando a ignorarem a legislação pertinente, afora serem em número insuficiente.

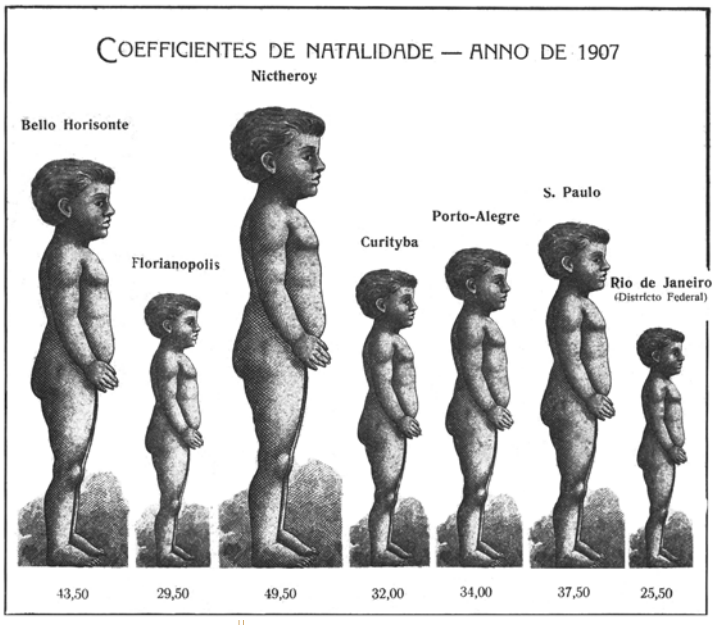
As estatísticas da população (nascimento, casamento, óbito) dariam lugar aos indicadores demográficos (natalidade, mortalidade, nupcialidade, longevidade, entre outros), essenciais ao pensar-se a espécie humana, peça chave na gestão de governo. Então, por força das políticas públicas voltadas à higiene pública, sobretudo das grandes cidades, em especial as capitais, os médicos higienistas ou sanitaristas eram, por certo, os grandes usuários desses indicadores, os quais faziam, por si sós, à falta de serem feitos (regularmente) na repartição de estatística. Para fazê-los, buscavam as estatísticas de população, que, ao serem usadas, revelavam fraquezas imensas, seja na cobertura, seja no conteúdo (anotações ou inscrições); e as criticavam duramente. Por suas ações, desenvolveram uma demografia-sanitária, que podemos entender como o nascimento da demografia brasileira, até então basicamente inexistente.

Ainda que frágeis e mesmo precários, o Registro Civil era, em face dos outros, uma fonte ótima, dando corpo às estatísticas da população, que mais atraiam a atenção para os trabalhos e os resultados da DGE. Não lhes derivavam rotineiramente os indicadores demográficos, mas o faziam esporadicamente; já por isso sabiam de suas fraquezas, e eram motivados a promoverem melhorias e mudanças. Mais ainda se motivavam ao receberem as críticas de fora, vindas dos prestigiosos demógrafos-sanitários ou sanitaristas-demógrafos. Entre eles avulta a figura de *Bulhões Carvalho* que, depois de integrar a comissão censitária constituída para realizar o Censo de 1906 no Distrito Federal[280], chegou à direção da DGE em 1907 (até 1909; voltando em 1915, até 1931). Nessa função cuidou de saber a fundo do estado do Registro Civil, tendo-o como objeto de estudo; os resultados alcançados foram, por *Francisco Bernardino* (que sucedera a *Bulhões Carvalho*), postos à análise de uma comissão, que, como fecho, elaborou um projeto de reforma; essa proposta de reforma acabou sendo revista por um jurista famoso, àquele tempo, que fez outro projeto. Tudo como segue.

Bulhões Carvalho investiga o Registro Civil

Negando a tradição: em casa de ferreiro, o espeto foi mesmo de ferro. Sim, na primeira gestão de *Bulhões Carvalho* (1907-1909), a DGE que, desde sua recriação republicana, tomava o Registro Civil para mensurar a população (nascimento, casamento, óbito), e o fazia a duras penas, lança um olhar sobre o próprio registro, para, revelando seus problemas, melhor conhecê-lo, e, claro, poder depois reformá-lo. Um formulário (dito também "circular") foi aplicado nos cartórios do Registro Civil, gerando valiosas informações; para além desse inquérito, informações quantitativas foram derivadas do cotidiano da DGE; enfim, o Registro Civil, dessa forma, tornou-se objeto de estudo.

[280] À frente dessa comissão censitária esteve Aureliano Portugal, outro vulto da demografia-sanitária.



Coeficientes de natalidade, 1907

O formulário adotado é simples. Na capa, após a data de envio, há uma mensagem da direção da DGE, ao que segue a identificação do destinatário: "Sr. Oficial —, do Registro Civil do Distrito de —, Município de —, Estado de —". Antes de passar às páginas seguintes, reproduzamos a mensagem da direção da DGE, para vermos a intenção do inquérito:

> Acredito que já muitas vezes tereis encontrado dificuldades na execução do Registro Civil de nascimentos, casamentos e óbitos e na interpretação ou aplicação das disposições regulamentares constantes dos decretos nºs 9.886, de 7 de março de 1888, e 181, de 24 de janeiro de 1890. No intuito de reunir elementos para o estudo e julgamento das vantagens da reforma dessa legislação, peço-vos o obséquio de informardes, de acordo com a vossa observação, quais as formalidades e determinações daqueles regulamentos, cuja modificação vos parecer necessária e aconselhada pela prática. Utilizareis para isso a folha anexa, que deve ser preenchida do melhor modo e devolvida com a urgência possível, nela podendo aditardes quaisquer outros esclarecimentos que julgardes proveitosos. Espero que satisfareis, com o vosso habitual interesse, ao meu pedido, que visa melhorar um dos mais importantes serviços públicos. Saúde e Fraternidade (BRASIL, 1911b, p. 148).

A segunda folha começa repetindo a identificação do destinatário, agora tornado remetente: "O Oficial do Registro Civil de nascimentos, casamentos e óbitos, —, do Distrito de —, Município de —, Estado de —"; logo indo a seguinte mensagem: "convidado pela Diretoria Geral de Estatística para declarar quais os inconvenientes observados na prática dos Regulamentos nº 9.886, de 7 de março de 1888, e nº 181, de 24 de janeiro de 1890, informa o seguinte", datando e assinando; e segue o espaço chamado "Informação" (com linhas tracejadas), em quantas páginas se quisessem, para a declaração de informações (discursos livres, portanto).

Por que decidiu-se realizá-lo? Foi-se despertado pela leitura de alguns ofícios enviados por alguns oficiais junto aos envios dos mapas com as informações solicitadas pela DGE. Vale marcar, pese haver descaso, descuido, displicência, de parte dos oficiais do registro, havia aqueles dedicados, interessados, cuidadosos.

Esses relatos de problemas, e também de soluções, nem sempre aceitáveis, não raro divergentes, terão caído fundo na mente de *Bulhões Carvalho*, experiente demógrafo-sanitarista ou sanitarista-demógrafo. Terá visto, de pronto, as razões das fraquezas das estatísticas da população, e dos indicadores demográficos que lhe eram derivados (natalidade, nupcialidade, mortalidade; esperança de vida, e outros).

Um ofício viera do "cartório do Registro Civil dos nascimentos e óbitos do segundo distrito municipal do Recife, freguesia da Boa Vista, Estado de Pernambuco", estando assinado por *Antônio Augusto da Câmara*. Seu ponto era o não dever-se dar registro de óbito a quem não tivesse tido, antes, o registro de nascimento, afim de suprimir-se, ou, pelo menos, atenuar-se uma das possíveis causas de inadmissível desproporção entre a natalidade e a mortalidade, notada em certos pontos do País, segundo instrução da DGE. Como agir, pergunta-se; e se houver registro em outro cartório, que não aquele; e por não saber, vale-se, como mandam as instruções, do Juiz de Direito da Comarca, a quem oficia pedindo orientação. O juiz, *Joaquim dos Santos Lessa Júnior*, não sabe decidir, e devolve a dúvida, dizendo que, a seu juízo, interpretando a legislação vigente, cabe ao oficial do registro decidir. Ora, que confusão!

Outro ofício vem de *José Joaquim Miranda*, de Varginha, Minas Gerais. Passa por vários pontos do regulamento, todos passíveis de inúmeras interpretações, ficando sem saber o que fazer. Por exemplo: como lançar registros atrasados, tempos depois do nascimento?; declarações testemunhais de óbitos, à falta de pessoas formadas, ocupando bastante espaço físico, devem ser guardados indefinidamente?; e vários outros.

Afora esses, houve vários outros ofícios, com igual toada; levando *Bulhões* a fazer aquela consulta. O quadro "expedição das circulares", em dezembro de 1908, faz um balanço da consulta. Foram enviadas as circulares para 2 925 cartórios de "nascimento, casamentos e óbitos", 393 cartórios de "nascimentos e óbitos", 157 cartórios de casamentos. Desse total de 3 475 cartórios, houve retorno de 1 319, ou seja, menos de 40%; de todo modo, um número expressivo, mostrando interesse na questão.

A síntese do inquérito, cartório a cartório, foi feita por *Luiz Leitão*, "ilustre e saudoso companheiro" (BRASIL, 1911b, p. IX), então chefiando a segunda seção da DGE (a ele caberia a condução da abortada operação do Censo de 1910). No volume em estudo, fazem-se uma seleção daquela síntese, em quase 150 páginas; ao que segue um "resumo das informações recebidas" e um "resumo das informações transcritas".[281] Os membros da comissão, *Francisco Leão Alves Barbosa* e *Joaquim da Silva Rocha*, com todas as letras, declaram terem usado, à grande, esse material. Por certo, com essa massa de opiniões, tiveram uma visão clara e ampla do precário estado das artes; puderam, em minúcia, vislumbrar os problemas, bem assim, sopesar as soluções adotadas nos cotidianos dos cartórios; com esse conhecimento, por fim, puderam modificar a legislação, elaborando uma cuidadosa proposta de reforma, como logo será vista.

Antes de passar adiante, olhemos os números revelados.

A população calculada para 1908 seria de 20 515 000 pessoas. O estado mais populoso seguia sendo Minas Gerais, 3 960 000; seguido de perto, agora, por São Pau-

[281] Deixamos aos estudiosos um convite a análises mais profundas. O volume em estudo é, sem dúvida alguma, uma preciosidade, seja pela história revelada, seja pela infeliz atualidade dos problemas apontados. Que teses sejam feitas!

lo, com 3 397 000 habitantes. Vinham depois a Bahia, com 2 287 000, o Rio Grande do Sul, com 1 400 000, e Pernambuco, com 1 310 000. O menos populoso era o Território do Acre, com 65 000, seguindo Mato Grosso, com 142 000 habitantes.

Havia, à época, 1 163 municípios, 3 431 distritos e 3 548 cartórios.[282] Não obstante, números extraídos dos relatos gerados pelo inquérito mostram, ainda, um intenso registro religioso, superando, às vezes em muito, o Registro Civil. Daí, ficava claro dever-se aumentar a educação ao povo, ensinando-lhe atentamente a importância do Registro Civil, bem assim, aumentar o número de cartórios.

Seguem valores da receita que os cartórios aufeririam com a reforma proposta, isso é feito para definir-se o montante de selos que deviam ser depositados previamente nas coletorias federais (em número de 821); em valores médios anuais. Os rendimentos prováveis dos cartórios seriam, pelos registros dos nascimentos (em média 615 450), 923:175$000, pelos registros dos casamentos (em média 164 120), 820:600$000, pelos registros dos óbitos (em média 492 360), 783:540$000; totalizando 2.482:351$000, o que implicaria o valor em selos de 3.227:009$500 (o a mais, cobriria outras rendas dos cartórios, por exemplo, com certidões, anotações, multas, etc.) (BRASIL, 1911b, p. 130-131).

A comissão de Francisco Bernardino: o estado do Registro Civil

Em 31 de janeiro de 1910, *Francisco Bernardino*, empossado em dezembro anterior diretor geral da DGE, designa comissão, composta por dois funcionários da repartição, *Francisco Leão Alves Barbosa* e *Joaquim da Silva Rocha*, para estudar as condições do Registro Civil, e propor reformas, ou seja, "estudar os inconvenientes verificados na execução do Registro Civil", e mais, "apurando os defeitos do sistema adotado, [e] as irregularidades cometidas pelos funcionários encarregados", bem assim, "cogitando das medidas mais adequadas para afastar os inconvenientes indicados, defeitos e irregularidades reconhecidos" (BRASIL, 1911b, p. III). O estudo é datado de agosto de 1910.

No entender daqueles funcionários, o estudo dividia-se em duas partes: de um lado, a questão jurídica, de interesse das famílias pelas "garantias que oferece à sua organização"; de outro lado, a questão prática da operação do registro e da relação dos cartórios com a repartição de estatística, de interesse da sociedade pelos elementos que oferece ao "estudo sobre essa organização e seus desdobramentos". Segundo o estudo feito, a primeira parte seria vista como sendo de cunho preceitual (quando se valeram de diversos códigos civis, e de várias outras leis, nacionais e internacionais), e a segunda como sendo de cunho processual ou instrumental (quando se valeram do inquérito realizado, há um ou dois anos, acima visto, foi de extrema utilidade) (BRASIL, 1911b, p. III-IV).

[282] "Em regra, cada um [dos cartórios] corresponde a um dos antigos distritos de paz, que receberam no Pará o nome de circunscrições e no Maranhão o de seções" (BRASIL, 1911b, p. 121).

Fazem uma digressão histórica, buscando no Império a origem, entre nós, do Registro Civil, com a Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, em seu Art. 2º, sendo essa a Lei que também mandou fazer o censo geral do País (que seria o primeiro). Chegam ao Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888, que, depois de intensos debates, por fim mandou implantar o Registro Civil a partir de primeiro de janeiro de 1889; e que ainda vigia. E recordam que, embora a legislação pertinente previsse a derivação de estatísticas, a autonomia das províncias antigas, agora estados, no espírito federativo republicano, dificultaram sobremodo sua realização rotineira. Falam das lutas da DGE (BRASIL, 1911b, p. 1-12).

Essa questão da federação é sobremodo realçada, não sem razão, pois aí estava a origem dos problemas da repartição estatística. Afinal, sendo os cartórios estaduais, os oficiais do registro se sentiam desobrigados a prestarem informações à DGE, que era federal. Talvez essa negação não passasse de uma desculpa para escapar à tarefa extra de preencher um formulário de agregação; por simples que fossem, e não o eram, eram trabalhosos, a exigirem dedicação, afora que, ao serem feitos, punham às claras as (muitas) soluções impróprias aos problemas, adotadas no cotidiano (poucos eram os que não se importavam de dizer-se embaraçados com a aplicação da legislação, sem saberem como agir, aqui ou ali, diante desse ou daquele problema).

Reúnem uma enorme gama de leis e atos (73 ao todo) dos governos federal e estadual alusivos ao Registro Civil (BRASIL, 1911b, p. 329-410), bem assim, atos e documentos diversos, entre os quais alguns projetos parlamentares (BRASIL, 1911b, p. 411-447). Fazem menção a trabalhos e pareceres de *José Hygino*, de *Amaro Cavalcanti*, de *Viveiros de Castro*; mencionam os debates dos juristas *Gomes de Castro*, *Coelho Rodrigues*, *Coelho Campos* havidos em 1896 no Senado Federal. Dizem ter pesquisado experiências internacionais, bem assim, códigos de outros países, associados às respectivas constituições. E é com base em todo esse material que elaboram uma proposta de reforma (BRASIL, 1911b, p. 23-41), vista a seguir, não sem antes oferecerem suas críticas (BRASIL, 1911b, p. 43-78), artigo a artigo do Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888, à época ainda em vigor. Por fim são oferecidos modelos para os livros.

A comissão de Francisco Bernardino: reforma do Registro Civil

A proposta emanada da comissão tem quatro títulos, a saber: I "Disposições gerais" (capítulos 1, "Do registro em geral"; 2, "Da escrituração dos livros do Registro Civil"; 3, "Da anotação e averbação dos assentos"; 4, "Dos emolumentos, penalidades e recursos"); II "Das diversas espécies de registro" (capítulos 1, "Do registro de nascimentos"; 2, "Do registro de óbitos"); III "Dos selos e seu fornecimento" (capítulo único, "Dos selos e seu fornecimento"); IV "Dos registros no Distrito Federal" ("disposições gerais"; disposições transitórias").

Veja-se que o projeto aborda apenas os registros dos nascimentos e dos óbitos (Art. 1º), já que seus autores entendem que o Decreto nº 181, de 24 de janeiro de

1890, ao instituir o casamento civil, e dando forma distinta e especial ao seu registro, revogou essa matéria do Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888: "O casamento civil não podia ser estudado conjuntamente com o registro dos nascimentos e óbitos. São duas instituições diferentes pela origem, embora de idêntico efeito" (BRASIL, 1911b, p. 79-87); e avançam algumas discussões, mas sem maiores aprofundamentos.

Mudando sua dimensão estadual, o Registro Civil seria feito pelo "Oficial do Registro Civil, sob a imediata inspeção do suplente do Juiz de Seção" (Art. 2º), sendo nomeado e demitido livremente pelo Governo Federal e tendo como ganho 2/3 da renda do cartório (parágrafo único). Todos os livros de assentos seriam enviados pelo Governo Federal, que os mandaria preparar na Oficina Tipográfica da DGE, "correndo a despesa por conta da verba, Registro Civil, que arbitrar o Congresso Nacional" (Art. 4º), o que daria cobro a um imenso problema cotidiano, a falta de livros. Esses livros teriam dizeres e espaços predefinidos (como consta dos modelos oferecidos); seus termos de abertura seriam feitos na DGE, pelo Chefe de Seção do Registro Civil.

Sob pena de multa, e até prisão, nos termos do Código Penal, os médicos (ou as parteiras) seriam obrigados a notificar aos cartórios os nascimentos (Art. 7º) e os óbitos (Art. 10). Os assentamentos teriam testemunhas; anotações e averbações seriam feitas apenas mediante autorização dos Juizes de Seção, após a declaração das sentenças. Os emolumentos são devidamente legislados, mas sendo gratuitos os registros das pessoas pobres; as desobediências são tratadas com multas e prisões.

Sobre os nascimentos "se dará o registro no prazo de 15 dias", prazo que poderia ser estendido a 20 ou 30 dias conforme a distância aos cartórios (Arts. 51 e 52). O comunicado dos nascimentos cabia ao pai ou à mãe, e no impedimento de ambos a algum procurador, acompanhado de testemunhas. Isso posto, com bastante diferença, para mais (por exemplo, cor) e para menos (por exemplo, o nome dos avós), do que vigia, seriam objeto de assento as seguintes informações, nos espaços previstos:

> Art. 55. O assento do nascimento deverá conter:
>
> 1º O dia, mês, ano e lugar do nascimento, e a hora certa ou aproximada;
>
> 2º A cor e o sexo do nascido;
>
> 3º O fato de ser o parto duplo, triplo ou quádruplo;
>
> 4º A declaração de ser legítimo, ilegítimo ou exposto;
>
> 5º O nome e sobrenome que forem ou houverem de ser postos à criança;
>
> 6º As condições de viabilidade da criança, se tinha forma humana; existência por mais de seis horas, se nasceu morta, a declaração de haver intervenção cirúrgica, determinando o caso em tais condições;
>
> 7º A ordem de filiação de outros irmãos do mesmo nome, que existam ou tenham existido;

8º Os nomes e sobrenomes e apelidos dos pais; a naturalidade ou nacionalidade, condição ou profissão destes; o lugar onde casaram e o domicílio.

Sobre os óbitos, "nenhum enterramento se fará sem certidão do Oficial do Registro Civil do Distrito em que se tiver dado o falecimento"; caso não haja a certidão de nascimento, por não haver, esse registro devia ser feito antes (Art. 65). O enterro seria feito 24 horas depois, após essa formalidade, salvo em caso de "moléstia contagiosa ou decomposição rápida do cadáver" (Art. 66). Isso posto, seriam objeto de assento, sem grandes mudanças diante do que vigia, as seguintes informações:

Art. 68. O assento do óbito deverá conter:

1º A hora, o dia, o mês, e o ano do falecimento;

2º O lugar deste, com indicação do distrito de domicílio do morto;

3º O nome, o sobrenome, o apelido, o sexo, a idade, a cor, o estado civil, a profissão, a naturalidade e a nacionalidade;

4º Se era casado, o nome do cônjuge sobrevivente, e, se viúvo, o nome do cônjuge predefunto, e sendo sobrevivente a mulher, se ficou em estado de gravidez;

5º Se era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto;

6º Os nomes, sobrenomes, apelidos, profissão, naturalidade e residência dos pais;

7º Se faleceu com ou sem testamento;

8º Se deixou filhos legítimos ou ilegítimos reconhecidos, o seu número, o nome e a idade de cada um;

9º O lugar em que vai ser sepultado, com a especificação de ser público ou particular o cemitério;

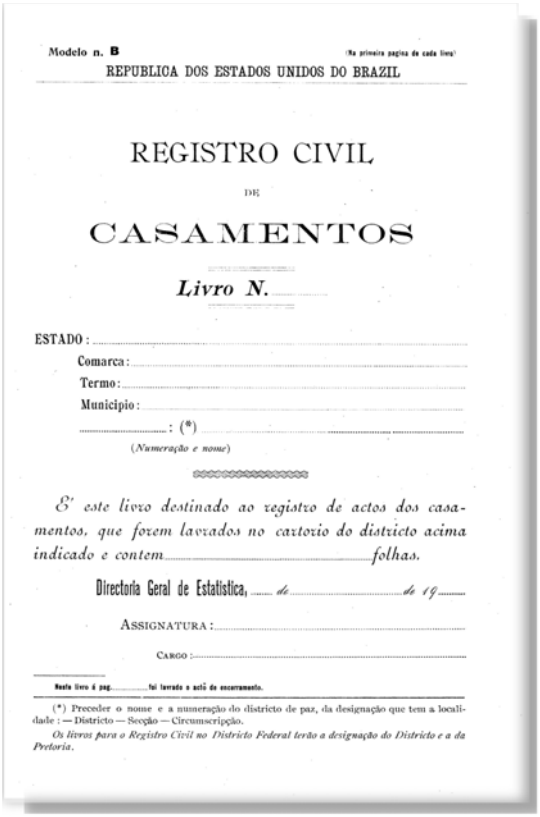
10º A causa determinante do óbito, e o nome do médico atestante.

Os selos seriam feitos na Casa da Moeda por ordem do Governo Federal. Seus envios às Coletorias Federais ou às Delegacias Fiscais seguiriam as quantidades informadas pela DGE que, para isso, precisaria ter uma excelente expectativa de nascimentos e de óbitos, ou seja, precisaria ter adequados indicadores demográficos.

No caso do Distrito Federal, os registros seriam feitos pelos Escrivães das Pretorias que ficariam sujeitos à DGE, em caráter especial. Em todos os lugares, Brasil afora, os oficiais do Registro Civil deviam percorrer as Igrejas verificando os batismos do ano anterior, providenciando, quando necessário, o competente Registro Civil.

Embora os registros dos casamentos sejam tratados em legislação separada, seus livros seriam impressos na Oficina Tipográfica da DGE, e distribuídos pelo Governo Federal, tendo seus termos de abertura também feitos pelo seu Chefe da Seção do Registro Civil. (Todos os livros contêm instruções).

Os termos de encerramento de todos os livros (nascimentos, casamentos, óbitos) seriam feitos pelo Juiz de Seção responsável. A cabo de cada ano, os resumos dos registros dos nascimentos, dos casamentos e dos óbitos seriam feitos segundo os formulários específicos previstos na proposta; e enviados à DGE.



Modelo n. B (Na primeira pagina de cada livro)

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REGISTRO CIVIL
DE
CASAMENTOS

Livro N.

ESTADO :
Comarca :
Termo :
Municipio :
: (*)
(*Numeração e nome*)

E' este livro destinado ao registro de actos dos casamentos, que forem lavrados no cartorio do districto acima indicado e contem folhas.

Directoria Geral de Estatistica, de de 19

ASSIGNATURA :
CARGO :

Neste livro á pag. foi lavrado o auto de encerramento.

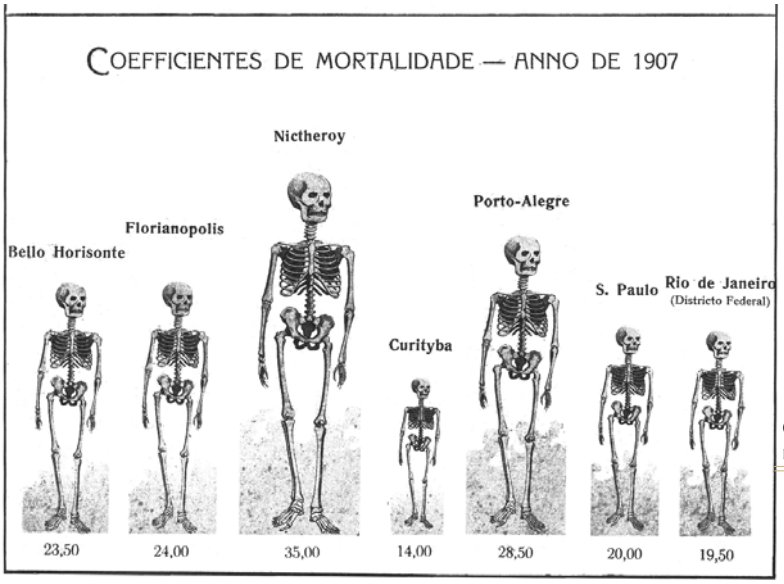
(*) Preceder o nome e a numeração do districto de paz, da designação que tem a localidade : — Districto — Secção — Circumscripção.
Os livros para o Registro Civil no Districto Federal terão a designação do Districto e a da Prefeitura.

Registro Civil de casamento, [s.d.]

Manoel Coelho Rodrigues, reforma da reforma

Em 1911, outubro, o resultado dos trabalhos da comissão, visto antes, foi, por *Francisco Bernardino*, submetido à apreciação do jurista *Manoel Coelho Rodrigues*. Em março de 1912, este envia um esboço do trabalho realizado a *Clóvis Bevilaqua*, à época às voltas com a reforma do Código Civil. Valerá reproduzir sua apreciação:

> Rio, 22 de março de 1912
>
> Am.º Sr. Dr. Manoel Coelho Rodrigues
>
> Saudações cordiais:
>
> Deu-me V. o prazer e a honra de ler o seu trabalho sobre o Registro Civil, que organiza sobre novas bases, dando-lhe feição diversa da que apresenta atualmente, e eu, agradecendo essa prova de consideração, tomo a liberdade de dizer a minha impressão geral acerca dessa interessante achega para o desenvolvimento da demografia e da legislação pátria.
>
> O problema foi estudados com critério, com elevação de vistas, e com aquele cuidado minucioso, que vem do gosto pelo trabalho e do respeito de si mesmo. A orientação seguida parece-me excelente e promissora dos melhores resultados.
>
> O Registro Civil, fornecendo indicações seguras a respeito dos momentos capitais da vida do homem social, o nascimento, o casamento e a morte, assim como a respeito de outros acidentes de valor considerável, é o elemento mais importante para a organização da estatística da população. V. bem o compreendeu, e, por isso, propõe que tal serviço se incorpore ao serviço geral da estatística, do qual é parte integrante essencial, e não continue, deslocado, onde, atualmente se acha, privado dos meios de dar os resultados, que lhe devem pedir o legislador e o administrador, que visam melhorar a organização social, iluminados pelos ensinamentos da sociologia ou, pelo menos, da política científica.
>
> É certo que esses fenômenos demográficos, assinalados no Registro Civil, correspondem a fatos jurídicos, de onde se originam direitos e obrigações. Mas, na complexidade da vida social, não se pode esperar que os fatos se acantoem bem quietos, nas nossas divisões lógicas ou técnicas, sem oferecer aspectos múltiplos, contendo um só elemento de apreciação. Todos têm forma poliédrica.



Coeficientes de mortalidade, 1907

> No Registro Civil, o essencial, o característico é o elemento demográfico. O aspecto jurídico, valiosissímo sem dúvida, e por V. convenientemente assegurado e desenvolvido, é mais restrito; é, apenas, uma das funções do instituto. Portanto é a repartição incumbida de organizar a estatística da população a que deve superintender o serviço do Registro Civil. Essa é a conclusão, que se impõe a quem estuda os fatos sociais, na sua integridade e em sua forma real. Nela V. fez bem de apoiar-se, para dar, ao instituto do Registro Civil, uma organização regular e satisfatória. Aceite, portanto, as minhas felicitações sinceras.
>
> Do colega e amigo.
>
> Clóvis Bevilaqua (BRASIL, 1912b, p. III-IV, grifo nosso).

Ouvido o jurista famoso, feitos o refino do esboço, entrega (talvez no início do segundo semestre daquele ano) seu trabalho ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, *Pedro de Toledo*, que, em exposição de motivos conjunta com o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, *Rivadavia Correia*, o repassam ao Presidente da República, *Hermes da Fonseca*, que, a seu turno, o envia, como projeto de reforma do Registro Civil, em 11 de dezembro de 1912, à apreciação do Congresso Nacional.

Na "Exposição de motivos do Projeto de Lei sobre o Registro Civil" discute uma dúzia de temas: 1. A competência da Justiça local; 2. O Registro Civil e a ação direta do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; 3. A ação da Diretoria do Serviço de Estatística; 4. Da inauguração do Registro Civil dos novos Distritos judiciários da República; 5. Dos oficiais e dos Juízes privativos do Registro Civil; 6. Dos livros, arquivos, guias, certificados e certidões do Registro Civil; 7. Da escrituração dos livros do Registro Civil; 8. Das notas e averbações do registro; 9. Dos emolumentos, penalidades, recursos e da obrigatoriedade do Registro Civil; 10. Do registro dos nascimentos; 11. Do registro dos casamentos; 12. Do registro dos óbitos.

A seu juízo, à esfera federal incumbiria a regulamentação do Registro Civil, dando-lhe unidade legislativa, essencial para a garantia da unidade da família, e, sobretudo, para a garantia da unidade das estatísticas da população e dos indicadores demográficos que se lhe derivariam, ambos tidos como vitais ao governo da população. Contudo, essa unidade legislativa não implicaria que a execução do Registro Civil devesse ser privativa da esfera federal, pois que a todos caberia aplicar a legislação federal, sem que os atores envolvidos devessem ser diretamente funcionários federais. Nisso, portanto, diverge da proposta emanada da comissão interna da DGE.

> O processo dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos na República não pode divergir em todo o território nacional, porque é a mais real das garantias legais para a unidade da família brasileira, e, assim sendo, só pode ser estabelecido por lei federal na forma do art. 34 nº 23 da Constituição Federal, pois as suas fórmulas devem ter a uniformidade muito mais garantida do que as das falências ou as das hipotecas, determinadas também em leis e regulamentos de natureza federal.
>
> [...]
>
> Na regulamentação federal do Registro Civil, estabelecendo regras precisas para serem observadas quer pelos oficiais e juizes locais respectivos, quer pelos habitantes da República, o legislador federal cumpre estritamente constitucional, constante do art. 34. nº 23 da Constituição Federal, e não comete aos mesmos oficiais e juizes locais jurisdição alguma de natureza federal (BRASIL, 1912b, p. 7-8).
>
> [...]
>
> O interesse da União Federal no Registro Civil, como em toda a matéria de direito privado, é de natureza moral e remota, e consiste principalmente em colher bases seguras para os quadros estatísticos sobre a natalidade, nupcialidade e letalidade [sic] da população; cumprida a sua missão legislativa de regular o Registro Civil, as autoridades federais nada têm que ver com o processo do reconhecimento dos direitos por ele garantidos, o que é da missão da justiça estadual, ao passo que aos Estados a execução da lei do Registro Civil afeta os respectivos patrimônios, pois por ele se regulam os direitos de família e de sucessão, de onde decorrem os impostos de transmissão de herança (BRASIL, 1912b, p. 9).
>
> [...]
>
> O fornecimento dos resumos dos assentos do registro à Diretoria do Serviço de Estatística[283] é a base do serviço demográfico da República, é o efeito da existência desta repartição federal, à qual incumbe colher os dados comprobatórios dos coeficientes relativos aos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no território da República, afim de por eles organizar os quadros estatísticos.
>
> É um serviço independente e necessário que exige uma sistematização completa e a interferência direta do Governo Federal, sob pena de ser o serviço estatístico da República uma mentira administrativa, dispendiosa e vergonhosa. (BRASIL, 1912b, p. 10, grifo nosso).

[283] Nesse momento, este era o nome da repartição de estatística. Logo depois, em 1915, voltaria ao seu nome tradicional, Diretoria Geral de Estatística.

Quanto ao ministério responsável, considera as alternativas dos Ministérios da Justiça e Negócios Interiores e o da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo qual opta, com os seguintes argumentos:

> A este Ministério [Justiça e Negócios Interiores] compete, não há dúvida, expedir os regulamentos e as instruções interpretativas e elucidativas da lei, resolver as dúvidas, de caráter puramente jurídico ou judiciário, sugeridas pelas autoridades encarregadas da aplicação da lei, mas essa função estática não é bastante para se contrapor à função dinâmica, que, em virtude da própria missão, cabe ao Ministério da Agricultura exercer sobre o Registro Civil por intermédio da Diretoria do Serviço de Estatística, que lhe é subordinada.
>
> O exato conhecimento do movimento do Registro Civil é matéria que diretamente interessa ao serviço estatístico da nação; à falta de uma série regulamentação do serviço estatístico em matéria do Registro Civil deve-se, entre nós, os dois grandes desastres administrativos, que a ninguém é lícito desconhecer: a ineficácia e inexecução deste serviço e os deficientes recenseamentos da população da República, levantados em 1890 e 1900, e à recente e vergonhosa suspensão do recenseamento de 1910.[284]
>
> [...]
>
> O caráter demográfico, integrante e essencial do Registro Civil impõe, portanto, a este instituto a superintendência direta do Ministério da Agricultura [Indústria e Comércio].
>
> Segundo Portalis a história é a física experimental da legislação; parafraseando este conceito, pode-se dizer que a Estatística é a física experimental da administração.
>
> Se assim é, e não havendo outra operação de caráter estatístico mais rudimentar, do que o levantamento dos quadros relativos à natalidade, à nupcialidade e à mortalidade da população, extraídos do Registro Civil, claro é que se a estatística desses dados for insuficiente, ou burlada, todos os mais serviços dessa natureza, referentes à população, sua formação, sua discriminação segundo sexo, raça, idades, estado, etc., serão nulas e deficientes (BRASIL, 1912b, p. 21-23, grifo nosso).

A repartição de estatística é vista como tendo uma enorme tarefa pela frente, com os recursos advindos do projeto proposto, razão porque propõe a criação, nela, de uma subdiretoria especialmente encarregada do Registro Civil. Imagina atribuições de centralidade nunca vistas antes, fazendo lembrar a prática inglesa. O diz assim:

> Não serão pequenos os encargos atribuídos pelo projeto à mesma repartição: o fornecimento dos livros necessários ao serviço a todos os cartórios do território nacional e a todos os consulados da República (art. 18); o levantamento dos respectivos quadros anuais (art. 16, nº 1); a guarda dos resumos dos assentos lavrados em todos os distritos judiciários da República; a anotação e averbação contínua desses resumos, e bem assim o fornecimento a todos os interessados de certificados dos assentos lavrados depois da execução da nova lei, extraídos dos referidos resumos (arts. 28, 16

[284] No mínimo curioso que diga isso, assim, pois estava se dirigindo a Francisco Bernardino, envolvido, direta ou indiretamente, no fracasso do Censo de 1910.

nº 3, e 47), além de muitas outras atribuições constantes do projeto.

[...]

> Os fatos jurídicos necessários provam-se por meio do Registro Civil; acabemos, portanto, com todos os meios indiretos até hoje admitidos para burlar essa prova direta, tornemo-la obrigatória, criemos e facilitemos a sua restauração ou a legalização dos atos ilegais, e unificando o serviço, transformemos a diretoria do Serviço de Estatística e as suas delegacias nos Estados em outras tantas fontes de informação exata sobre o mesmo registro, de modo que os interessados se não possam queixar da dificuldade em obter a prova respectiva. [...] Ainda mais, as alterações do estado civil das pessoas podem-se dar em lugar e distrito diverso do do cartório onde foi lavrado o assento primitivo, de modo que a averbação desta alteração no mesmo assento poderá ser feita na Diretoria ou Delegacia da Estatística, no resumo do assento que tiver de ser averbado, desde que tenha sido lavrado depois da execução do projeto transformado em lei, cabendo à mesma Diretoria e aos seus Delegados fazer a devida comunicação ao oficial do registro do distrito respectivo, afim de ser por ele anotado ou averbado o assento original (art. 47)[285] (BRASIL, 1912b, p. 27-28, grifo nosso).

Passa a discutir os valores dos pagamentos, a discutir os valores das multas, e, depois, passa a tratar da difícil questão da observância obrigatória dos registros, pela população. Invoca o relatório de *Bulhões Carvalho*, 1909 sobre 1908, do qual usamos trechos em capítulo anterior; a situação realçada não é nada aceitável, com as fugas intensas e inúmeras dos registros. Para coibir os não registros, sugere, com ênfase, que se exija provas dos mesmos em vários pontos das vidas das pessoas: na saúde, na educação, no emprego, nos negócios, e noutros instantes.

Organizava nos seguintes títulos o "Projeto de Lei sobre o Registro Civil": I "Do Registro Civil em geral"; II "Das diversas espécies do registro"; III "Dos selos e certificados do Registro Civil e seu fornecimento"; IV "Do Registro Civil no Distrito Federal e no Território do Acre"; V "Disposições gerais"; VI "Disposições transitórias"; VII "Disposição final"; em 153 artigos.

O projeto, diferente do espírito emanado da comissão, tratava do nascimento, do casamento e do óbito (Art. 1º), dando atribuições abrangentes à repartição de estatística, avançando no espírito emanado da comissão, como segue:

> Art. 2º A presente Lei regula o processo e a execução do Registro Civil a cargo das autoridades e funcionários judiciais locais nos Estados, no Distrito Federal e no Território do Acre, bem como o registro de nascimentos, casamentos e óbitos de brasileiros no estrangeiro, e estabelece a fiscalização e superintendência geral do Governo Federal, por intermédio da Diretoria do Serviço de Estatística, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no serviço do Registro Civil da República, como fonte do Recenseamento da população e base dos direitos políticos e civis, garantidos pela Constituição Federal, aos nacionais e estrangeiros domiciliados na República.

[285] Esse tema é detalhado nos capítulos 6 *Dos livros, arquivos, guias, certificados e certidões do Registro Civil*, p. 41-55; 7 *Da escrituração dos livros do Registro Civil*, p. 57-68; 8 *Das notas e averbações do registro*, p. 69-93, deste volume. Não cabe aqui avançar na análise, contudo.

> Art. 3º Para a execução desta Lei é criada uma Subdiretoria do Registro Civil na Diretoria do Serviço de Estatística, competindo ao Poder Executivo expedir o seu regulamento e nomear o respectivo pessoal.
>
> Parágrafo único. O Poder Executivo dará imediato cumprimento à disposição deste artigo, afim de poder a Diretoria do Serviço de Estatística dar inteiro cumprimento à presente Lei, na data em que entrar em execução, um ano após a sua promulgação.

Outros artigos tratam de atribuições da repartição de estatística, valendo realçar alguns, como segue: Arts. 5º e 6º tratam do seu envolvimento na inauguração de cartórios do Registro Civil; Art. 16 trata das condições estruturais no sentido do controle e da agregação das informações (sobretudo da concepção da subdiretoria); Arts. 18, 19, 21, 23, 25 e 28 tratam dos livros, dos arquivos, das certidões do Registro Civil; Arts. 47 e 48 tratam das anotações e averbações; 68, 69, 73, 74 e 83 tratam das cobranças, das multas e da obrigação de registro. Nunca, antes, deu-se tanta atenção à atividade estatística.

Quanto aos assentos dos nascimentos e dos óbitos, destaquemos os respectivos artigos, em boa medida parecidos com a proposta da comissão, e com o que estava vigorando, vindo do decreto imperial. No caso dos assentos dos casamentos, é oferecida a redação do registro, com vários espaços vazados, também parecida com o modelo de livro feito pela comissão (nos dispensamos da reprodução do respectivo artigo).

> Art. 89 O assento do nascimento deverá conter:
>
> 1º O dia, mês, ano, lugar do nascimento, e a hora certa ou aproximada, sendo possível determiná-la;
>
> 2º O sexo e a cor do recém-nascido;
>
> 3º O fato de ser o parto duplo, triplo, ou quadruplo, quando assim tenha acontecido, observando o art. 94, e seu parágrafo único[286];
>
> 4º A declaração de ser legítimo, ilegítimo, exposto ou filho de pai ou mãe ou de pais ignorados;
>
> 5º O nome que for ou foi posto à criança, salvo no caso do nº 6; e o sobrenome da mesma para de futuro ser conhecida, se for exposta ou havida de pais incógnitos[287];
>
> 6º A declaração de se tratar de um feto que nasceu morto ou morreu durante o ato do parto, mencionando neste caso o tempo da duração da vida uterina; ou da criança que morreu logo depois do parto, devendo nesse caso constar do assento o tempo que ela viveu e decorrido entre o momento do nascimento e da morte. Será dispensada a menção do nome da criança falecida dentro de 24 horas decorridas do momento do parto;

[286] Mandava fazer os registros em ordem dos nascimentos, portanto, por esses registros o último a nascer seria o mais novo, por hora. Entretanto, rezava a tradição, e muitos assim o viam, considerar o último a nascer o mais velho, por ter sido gerado primeiro; dessa forma a ordem de registro devia ser inversa.

[287] Essa redação sugere a adoção de um sobrenome inventado.

7º A ordem de filiação de outros irmãos do mesmo nome que tenham existido. O nome já dado a um irmão vivo não pode ser repetido, salvo precedido ou seguido de outro, para conjuntamente usados estabelecerem a identidade do registrado e o distinguirem do irmão mais velho;

8º Os nomes, sobrenomes e apelidos dos pais, a naturalidade e nacionalidade, condição e profissão destes, o lugar onde se casaram, o domicílio e residência atual;

9º Os nomes, sobrenomes e apelidos dos seus avós paternos e maternos, si são vivos ou falecidos, no caso de serem conhecidos;

10º Os nomes, sobrenomes, apelidos, idades, profissões, naturalidade, nacionalidade, domicílio e residência atual do declarante e das duas testemunhas presentes no ato do registro do nascimento e que, com o declarante, o deverão assinar, salvo nos casos dos arts. 87, 88 § 4º e 77 § 2º.

Art. 131. O assento do óbito deverá conter:

1º A hora, o dia, o mês e o ano do falecimento;

2º O lugar deste, claramente designada a rua, o número da casa, nas cidades ou vilas, ou o sítio ou o local, com a maior precisão possível, se for em povoado, no campo ou em propriedades agrícolas, ou arredores da sede do distrito;

3º O nome, sobrenome, apelido, cor, sexo, idade, estado, profissão, naturalidade, nacionalidade, domicílio e residência do morto;

4º Quando casado ou viúvo, se se casou mais de uma vez, e o ano ou anos em que se casou;

5º Se era filho legítimo ou natural, ou de pais incógnitos ou exposto;

6º Os nomes, sobrenomes, apelidos, profissão, naturalidade e nacionalidade dos pais, quando conhecidos, e respectiva residência se estiverem vivos, ou a declaração do seu falecimento, se forem mortos;

7º Se deixou filhos legítimos ou ilegítimos reconhecidos, e o número deles;

8º A causa determinante do óbito, o nome do médico ou farmacêutico atestante ou das pessoas qualificadas que firmaram o atestado na falta de ambos no lugar do óbito;

9º O lugar em que se vai sepultar ou foi sepultado (art. 127 e 128) e sendo em jazigo fora do cemitério público a licença da autoridade competente, ou o sítio de que trata o art. 128.

§ 1º Salvo no caso do § 2º são expressamente proibidas, sob pena de nulidade e de não produzirem efeito jurídico, as declarações dos nomes e sobrenomes do cônjuge sobrevivente e dos filhos do finado no assento do óbito, devendo as declarações relativas ao casamento posterior a 24 de maio de 1890 constarem de notas lavradas no assento na forma do art. 52; e a filiação ser provada por meio do Registro Civil do nascimentos, quando posterior a 1º de janeiro de 1889, ou por qualquer outro meio de prova sendo anterior.

> § 2º Se o finado for pessoa casada de 24 de maio de 1890, o nome do cônjuge sobrevivente poderá figurar, bem como os nomes dos filhos nascidos antes de 1º de janeiro de 1889, mencionando somente o número dos havidos depois desta data. Neste caso a certidão do óbito poderá suprir com outra prova subsidiária a falta da certidão autêntica do casamento contraído antes de 24 de maio de 1890 e a certidão de idade dos filhos nascidos antes da criação do Registro Civil e garantir ao cônjuge sobrevivente e aos filhos do casal o direito constante do art. 51 do Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, observando-se, todavia, para os filhos havidos depois da criação do Registro Civil o disposto no art. 79.

Ao final, o projeto estruturava a subdiretoria que, além do subdiretor teria dois chefes de seção, dois 1º oficiais, quatro 2º oficiais e seis 3º oficiais, e mais alguns datilógrafos, conforme a necessidade; os serviços gráficos ficavam-lhe, doravante, afetos; e mais ainda, as Delegacias de Estatística nos estados eram ampliadas para atenderem aos serviços do Registro Civil (Art. 150).

A falência de resultado

O projeto é enviado ao Congresso Nacional em 11 de dezembro de 1912. É apreciado, é discutido, e é esquecido. Enquanto isso a repartição de estatística continuava padecendo da "deficiência de informações" contínuas sobre a população. Ficava sempre na espera dos censos, sempre difíceis (e caros). Uma reforma do Registro Civil só virá 16 anos depois, pelo Decreto nº 18.542, de 24 de dezembro de 1928, no governo *Washington Luiz*. E logo seria mudada, no governo de *Getúlio Vargas*, e de novo, por necessidade das estatísticas da população, agora sob demanda do IBGE, como instância coordenadora, em favor do órgão produtor, como adiante veremos.

Influências intelectuais: M. Block, F. Virgilii, C. Jacquart

Capítulo 15

No início do Império, os demandantes das estatísticas invocavam autores como Sir *William Petty* e *John Graunt*, próceres da Aritmética Política inglesa.[288] Houve, também, referências aos franceses *Jean-Baptiste Colbert* e *Jean-Baptiste Say*, e ao português notável *Adrião Pereira Forjaz de Sampaio*.[289] Em geral, faziam-se menções aos nomes e a uma ou outra frase (ou pensamento), raramente fazendo-se menção às obras. E nessa mesma fórmula, havia menções a *Adolphe Quetelet*, o grande belga; não citá-lo era, por certo, atestado de ignorância, contudo, não é de se crer que muitos tenham lido sua obra maior, **La physique sociale**, com a concepção notável do homem médio, por sua densidade, e, em conseqüência, por sua complexidade.[290]

Esses e outros nomes davam ilustração aos discursos, e ajudaram na fixação do desejo (vale dizer, da demanda) às estatísticas, ao longo do século imperial. Contudo, na fixação das produções estatísticas, ao fim de tudo, pouco influíam, seja por não trazerem situações concretas (práticas), até por não as terem vivido, seja pelas condições ambientais brasileiras bastante próprias (um território vastíssimo, uma população pequena e dispersa, uma comunicação deficiente, entre outros pontos), tornando complexa e limitada a adoção de idéias. A exceção, por trazer práticas, situações concretas, viera do francês *Moreau de Jonnés*,[291] responsável pelas estatísticas francesas aos tempos de Luís Felipe e de Napoleão III.

Sua obra maior, **Éléments de Statistique**, terá sido lida por muitos, e terá ajudado muitíssimo na definição do programa estatístico adotado no Império, e na sua execução, ainda que aos trancos e barrancos, dada as nossas mencionada peculiaridades, ao que se deve acrescer a fraqueza dos registros administrativos (à época, aqui e afora, as fontes principais de informação); dele, vale-se *Sebastião Ferreira Soares*,[292] então, nosso único pensador estatístico, verdadeiramente consistente e completo.

Afora esses nomes e essas obras, na definição do programa estatístico adotado no Império, e na sua execução, foram valiosos os "*comptes-rendus*" dos Congressos Internacionais de Estatística. Os sete primeiros congressos (Bruxelas, Paris, Viena,

288 Ver vários capítulos em especial os de nºs 1 e 3 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1882-c.1889)**, desta coleção.

289 Ver o capítulo 4 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1882-c.1889)**, desta coleção.

290 Ver vários capítulos em especial os de nº 7 e 12 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1882-c.1889),** desta coleção.

291 Ver o capítulo 7 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1882-c.1889)**, desta coleção.

292 Ver o capítulo 17 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1882-c.1889)**, desta coleção.

Londres, Berlim, Florença, Haia) terão influenciado diretamente a criação da DGE (1871) e a elaboração do primeiro censo do País (1872); os dois últimos (São Petersburgo e Budapeste) não terão influído nessas grandes realizações.

Sem que essas fontes fossem ignoradas ou esquecidas, outras vieram no período da Primeira República, pautado nos estudos da população, seja pela questão sanitária, de grande relevo à época, seja pela pouca atuação do Estado nacional na economia e na sociedade. Natural, então, que os demógrafos (ou demografistas, como eram chamados) emergissem fortemente, que dessem a tônica das idéias.

Nessa linha, *Maurice Block* foi, de longe, o mais citado, e usado ("Método Block"); mas também referiu-se bastante a *Filippo Virgilii*, cujo manual didático foi traduzido e publicado pela DGE, por certo sendo utilizado na formação dos seus funcionários. Outro nome de valor, pelas ricas idéias trazidas, embora, ao que parece, parcamente assimiladas, foi o belga *Camille Jacquart*.

Uma reflexão importante, mas, ao que se sabe de nenhuma repercussão, então, entre os estudiosos brasileiros, foi a de *Neumann-Spallart*. Suas reflexões estavam adiante no tempo, até para a Europa, mais ainda para nós, que tínhamos problemas bem comezinhos a considerar, máxime a recorrente "deficiência de informações", vale dizer, a fraqueza dos registros, e as limitações em utilizá-los.

Maurice Block, demógrafo e estatístico

Na Biblioteca Central do IBGE (Biblioteca Isaac Kerstenetzky), há três obras de *Block*, a saber: **Statistique de la France comparée avec les autres états de l'Europe,** publicado em Paris, pela D'Amyot em 1860; **L'Éurpe politique et sociale,** publicado em Paris pela Hachette em 1869; **Traité théorique et pratique de statistique,** publicado em Paris pela Guillaumin em 1878. A seguir daremos atenção apenas a esta obra[293].

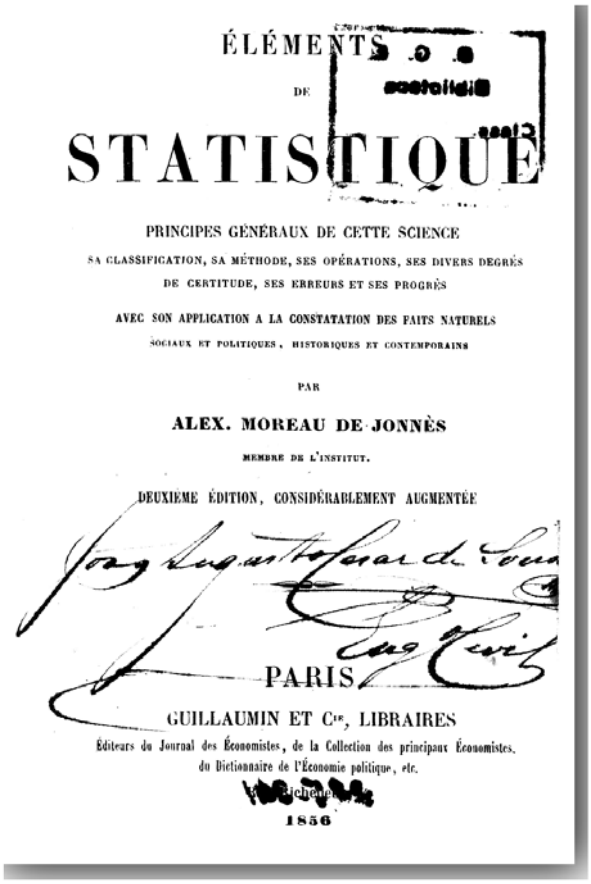
Tem quatro partes: parte histórica, parte teórica, parte prática, e parte aplicada (ou demografia). Seguem dois índices: um, de matérias ou assuntos; outro, onomástico; raros em obras à época. Antes, no início do livro, há um prefácio do próprio autor.

Na parte histórica, intenta realçar os esforços dos primeiros promotores das estatísticas, e sua trajetória até aquele momento.[294] Dedica um capítulo especial à criação dos órgãos nacionais de estatística, em vários países, e um outro capítulo à

[293] Entrou no acervo em 5 de julho de 1941, por doação de Maria da Glória Bordeaux Rego, que, pelo sobrenome, era parente de Oziel Bordeaux Rego.

[294] Quanto a nomear-se Achenwall como "o pai da Estatística", Block contesta a tradição. Diz que isso seria o mesmo que fazer surgir "um second Améric Vespuce qui donne son nom à un continent qu'il n'a pas découvert" (BLOCK, 1886, p. 7). [Mas não lhe nega as contribuições no desenvolvimento da Estatística, ao que volta várias páginas do capítulo primeiro].

história dos congressos de estatística.[295] Vale-se de várias fontes, e de vivências próprias, como testemunho de vários eventos narrados.[296]


ÉLÉMENTS
DE
STATISTIQUE
PRINCIPES GÉNÉRAUX DE CETTE SCIENCE
SA CLASSIFICATION, SA MÉTHODE, SES OPÉRATIONS, SES DIVERS DEGRÉS DE CERTITUDE, SES ERREURS ET SES PROGRÈS
AVEC SON APPLICATION A LA CONSTATATION DES FAITS NATURELS SOCIAUX ET POLITIQUES, HISTORIQUES ET CONTEMPORAINS
PAR
ALEX. MOREAU DE JONNÈS
MEMBRE DE L'INSTITUT.
DEUXIÈME ÉDITION, CONSIDÉRABLEMENT AUGMENTÉE
PARIS
GUILLAUMIN ET Cie, LIBRAIRES
Éditeurs du Journal des Économistes, de la Collection des principaux Économistes, du Dictionnaire de l'Économie politique, etc.
1856

Folha de rosto doTraité théorique et pratique de statistique, 1886

Na parte teórica, expõe a antiga dúvida se a estatística é uma ciência ou um método. Do elo com várias ciências, as que oferecem os conceitos e as definições das suas investigações, conquista a condição de ciência (o que hoje seria de polêmica sustentação). Ao realizar-se atentamente as mensurações, é suposto estar-se fazendo pesquisas através de métodos rigorosos, donde, ser um método.

Na parte prática, trata da organização das instituições estatísticas; dos modos de chegar às fontes de informações, recolhendo-as atentamente; da arte de redigir e de colocar as questões, elaborando os questionários (e os formulários de agregação); da publicação dos documentos (divulgação dos resultados); do uso dos diagramas como ilustrações das publicações; da realização de recenseamentos.[297]

Na parte aplicada, *Block* trata da utilização das estatísticas. Trata de como dar-se conta do valor das estatísticas elaboradas e divulgadas, e de como derivar-lhes outras estatísticas. Trata da estatística da população (seu estado e seu movimento: casamento, nascimento e falecimento; e das migrações), da estatística moral (criminalidade, suicídio, e outras); das estatísticas econômica e social (produção, distribuição, consumo, e outros); da estatística política; por fim, dos cultos e da instrução pública.

Nessa parte final, apresenta números e os analisa, para vários países. Explica os cálculos feitos, para tanto usando palavras em lugar de fórmulas. O chamado "Método *Block*", por exemplo, citado por um sem números de demógrafos (sanitaristas ou não) à época, tem a seguinte expressão verbal:

---

295 Bulhões, em seu livro de 1932, faz dois capítulos semelhantes, valendo-se de perto de Block.

296 "Il n'y aucune exagération à dire qu'on fait de la statistique depuis qu'il y a des États. Le premier acte administratif du premier gouvernement régulier fut probablement um dénombrement de lapopulation, se second, sans doute, le relevé de as fortune" (BLOCK, 1886, p. 1).

297 Nessa parte refere-se bastante a Moreau de Jonnés, que vimos no capítulo 7 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1882-c.1889)**, desta coleção.

> A défaut de recensemente, et dans l'intervalle de deux opérations, on établit la différence entre les naissances et les décès, en défalquant de cette différence l'excédent de l'émigration sur l'immigration, ou en y ajoutant, s'il y a lieu, l'excédent de l'immigration (BLOCK, 1886, p. 427).

Filippo Virgilii, demógrafo e estatístico

Filippo Virgilii, "Lente de Estatística da Real Universidade de Siena", teve seu **Manual de Estatística**, cuja segunda edição em italiano é datada de 1898, a que se seguiu a terceira e a quarta edições, 1902 e 1906, respectivamente, traduzida e publicado "em língua vernácula" pela DGE em 1908, com o apoio de *Bulhões*, "como um valioso auxílio para os estudiosos". A tradução (a partir da quarta edição italiana), *Bulhões* informa no prefácio, "foi feita pelo Sr. *Augusto Dias Carneiro*, antigo e zeloso funcionário da Repartição de Estatística, atualmente investido das funções de bibliotecário".[298]

A obra contém os prefácios das segunda, terceira e quarta edições italianas. Nelas, importa ressaltar a utilidade vista pelo autor: "servir como livro didático nos Institutos técnicos, e de útil guia aos alunos das Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais" (prefácio à segunda edição) ou, em redação diferente, "servir como livro de texto nos Institutos técnicos, e como guia não de todo desprezível aos estudantes das Faculdades Jurídicas" (prefácio à quarta edição). O segundo objetivo torna-se uma dúvida, afora haver mudado o escopo das faculdades, saindo os estudos sociais (onde seria guia), e ficando somente os estudos jurídicos (onde seria difícil servir de guia). O primeiro objetivo, contudo, prossegue, "livro didático" ou "livro de textos". E, por certo, foi essa a razão da sua tradução e publicação pela DGE, ao tempo em que as regras de acesso ao quadro de pessoal e de ascensão funcional exigiam concursos, como consta da reforma de Bulhões, em 1907.

Tem quatro seções: no início uma "introdução" e ao final um "epílogo", tendo ao meio duas partes, assim ditas, a primeira dedicada à "estatística metodológica" e a segunda dedicada à "estatística expositiva".[299]

A primeira parte tem quatro capítulos, que bem expressam o processo de pesquisa: 1. "Coleta de dados", 2. "Crítica dos dados", sobre o controle da coleta, e a redução dos erros, 3. "Elaboração dos dados", sobre a agregação, ou seja, a apuração e a tabulação (criação das tábuas e utilização das medidas de posição), 4. "Exposição

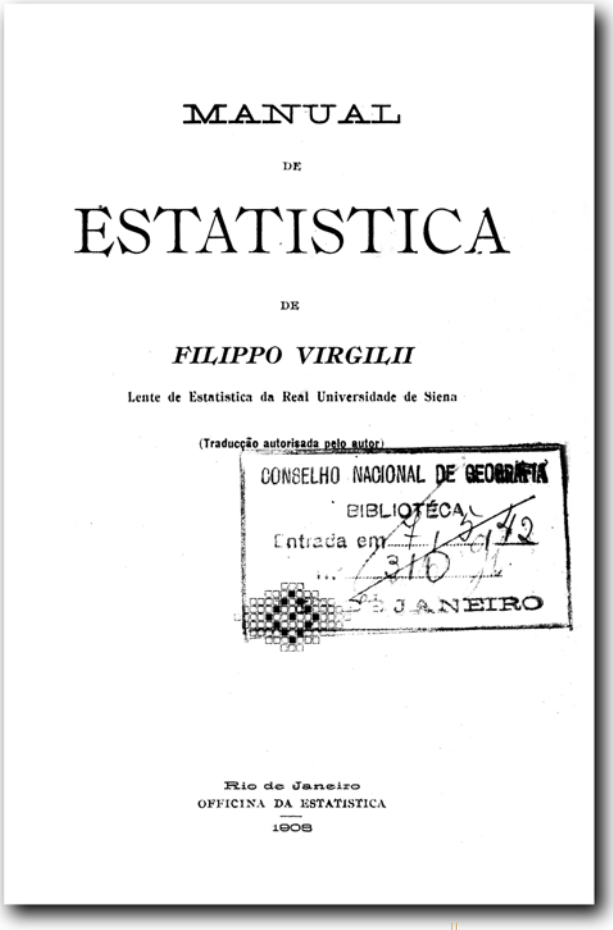
[298] Paradoxalmente, o IBGE não tinha nenhum exemplar dessa obra. Depois de várias buscas nacionais, articuladas por diversos técnicos do IBGE (Johnson Brito de Lima, da Biblioteca Setorial da ENCE / IBGE, de Regina Maria Fucci, da Biblioteca Central do IBGE, ambos do IBGE no Rio de Janeiro, e de Jainiton Pereira da Costa Filho e Vera Lúcia Gomes da Silva, ambos do IBGE em Pernambuco) localizou-se um exemplar na Universidade Federal de Pernambuco, cuja chefe da Divisão de Apoio ao Usuário, Teresa Cristina Moreira de Lucena, nos permitiu digitalizá-lo (o que fez Josianne de Miranda Pangaio, do IBGE no Rio de Janeiro).

[299] O livro de Bulhões Carvalho, feito em 1932, do qual falamos no capítulo 26, tem estrutura semelhante, sem esconder a influência recebida de Virgilii.

dos resultados", sobre os diagramas e os cartogramas, além das análises.

Divide a coleta em direta ("censo, informações, monografias"), que afirma ser "a única e verdadeira coleta em estatística, mediante a qual os fatos são tomados um a um pelo próprio observador num determinado momento do tempo e do espaço", podendo ser contínua (automática, ao correr da feitura dos registros), periódica (chamada de reflexa, feita depois de feitos os registros), e ocasional (VIRGILII, 1908, p. 29-34). E em coleta indireta (lembrando deduções), que pode ser "por analogia" (um fenômeno através doutro), "pela proporção" (um todo pela parte), "por indícios" (os fenômenos por seus sintomas), "por avaliação" (pelas estimativas), com esse conjunto gerando-se uma estatística indiciária; e assim a explica:

> ... a moralidade de um povo não pode ser resultado de uma observação direta, porém esta oferece à indução os dados de fato (crimes, nascimentos ilegítimos, suicídios, falências, etc.) sobre os quais se pode organizar uma *estatística indiciária*, que dê, aproximadamente, um quadro suficientemente fiel da moralidade (VIRGILII, 1908, p. 34-36, grifo do autor).


MANUAL
DE
ESTATISTICA
DE
FILIPPO VIRGILII
Lente de Estatistica da Real Universidade de Siena
(Traducção autorisada pelo autor)
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
BIBLIOTECA
Entrada em 7/5/42
310
JANEIRO
Rio de Janeiro
OFFICINA DA ESTATISTICA
1908

Folha de rosto de do Manual de Estatística, 1908

Mutatis mutandis, nos termos presentes, resultava da coleta direta uma base de dados, sendo a atuação no interior das instituições estatísticas; já da coleta indireta resultava uma significação dos dados da base, dando-lhe o caráter de informação e derivando-lhes conhecimento. Nesse sentido, a coleta indireta decorria, em geral, de um esforço de análise, sendo muito da esfera acadêmica, fora ou dentro das instituições estatísticas, onde quer que houvesse estudiosos temáticos.[300]

A segunda parte tem seis capítulos, com a temática de um programa estatístico: 1. "Território e clima", 2. "Demografia", 3. "Vida econômica", 4. "Vida intelectual", 5. "Vida moral", 6. "Vida política". Para cada tema, junta aspectos teóricos a aspectos práticos, e dando inúmeros resultados comparados.

[300] A expressão "estatísticas indiciárias" só de longe sugere a expressão "paradigma indiciário", em contraponto ao "paradigma galilaico-newtoniano", como posto por Ginzburg (1999, p. 143-179). E também conforme Desrosieres (1996). Por fim, Senra (1995, apêndice 2).

No "epílogo" discute a curiosa questão da regularidade estatística *versus* o livre arbítrio, embatendo os "espiritualistas" e os "deterministas"; e diz que tem fim apenas didático a partição da estatística em metodológica e expositiva, porquanto sendo ela, a seu juízo, uma unidade. Ao final, há uma bem organizada bibliografia.

Isso posto, voltemos à introdução. No tema "gênese da estatística", toma por ponto de partida "a tendência constante do espírito humano para elevar-se de fatos particulares a afirmações gerais". E diz, depois: "O homem observa os fenômenos que se apresentam a seus olhos, o pensamento procura descobrir a causa desses fenômenos e de um fato material eleva-se a uma lei moral" (VIRGILII, 1908, p. 1). Diz isso, e põe na balança os estudos naturais e os humanos, dizendo desses:

> ... devemos estudar o homem. Podemos examiná-lo em sua estrutura orgânica (anatomia) ou nas funções que se realizem no interior do seu organismo (fisiologia) ou nas enfermidades a que está sujeito (patologia), ou em seus sentimentos morais, nos atos de sua inteligência e consciência (psicologia). Sem falar da psicologia, que tem o mais complicado e delicado mecanismo, podemos adquirir facilmente a convicção de que a patologia não se pode estudar de modo proveitoso sem conhecer previamente a anatomia e a psicologia.
>
> O homem deve ser também estudado sob outros aspectos: vive em sociedade, desenvolve sua atividade de mil formas diversas, vale-se das forças da natureza para aumentar e distribuir de diversos modos as riquezas, realiza atos generosos e perpetra delitos, experimenta o fanatismo religioso e escraviza-se aos hábitos e às conveniências da vida prática, obedece a leis positivas e submete-se a organizações políticas especiais, recolhe-se a um claustro ou funda associações, atrofia os sentimentos de seu coração ou regozija-se com as alegrias do lar doméstico. Se o estudo de todos estes múltiplos aspectos da vida social pertence a ciências diversas, a determinação quantitativa de todos esses fatos constitui o objeto ou a matéria de uma única ciência, que é precisamente a Estatística (VIRGILII, 1908, p. 2-3).

Passa a tratar da etimologia e da definição da estatística. Segue vendo seu objeto e seu escopo: "os fatos sociais, pois, em sua expressão quantitativa, entram todos no domínio da estatística, considerando como fatos sociais também os políticos" (VIRGILII, 1908, p. 7).

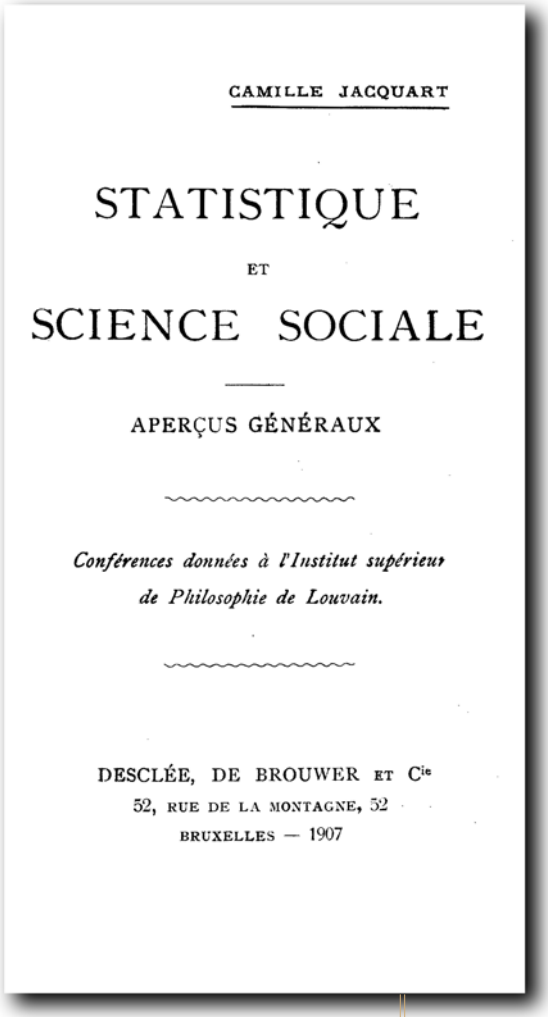
Depois, considera as questões do método e das divisões da estatística (como está na obra: metodológica e expositiva), bem assim as questões dos seus limites e das suas relações com as ciências sociais. Passa à origem e à história da estatística (escolas histórica e matemática), desfiando estudiosos em profusão.

Camille Jacquart, demógrafo e estatístico

Na Biblioteca Central do IBGE (Biblioteca Isaac Kerstenetzky), há quatro livros de Camille *Jacquart*[301], a saber: **Étude de la démographie statique et dynamique des agglomérations urbaine et spécialement des villes belges,** publicado em Bru-

[301] Entre outras atuações, foi, no final dos anos de 1920, diretor do censo havido na Turquia, já sob Kemal Ataturk (1881-1938), fundador da República Turca em 1923. Ver esse informe no capítulo 28, adiante.

xelas pela editora P. Weissembruch em 1903; **La dépression démographique des Flandres; études sur la natalité de l'arrondissement de Thielt**, publicado em Bruxelas pela editora Polleunis & Ceuterick em 1905; **La mortalité infantile dans les Flandres; étude de démographie belge,** publicado em Bruxelas pela editora A. Dewit em 1907; **Statistique et science sociale:** aperçus généraux**,** publicado em Bruxelas pela editora Desclée, de Brouwer et Cie. em 1907. Veremos, a seguir, apenas a esta obra.[302]


CAMILLE JACQUART

STATISTIQUE

ET

SCIENCE SOCIALE

APERÇUS GÉNÉRAUX

Conférences données à l'Institut supérieur de Philosophie de Louvain.

DESCLÉE, DE BROUWER ET Cie
52, RUE DE LA MONTAGNE, 52
BRUXELLES — 1907

Folha de rosto de Statistique et Science Sociale, 1907

Contém quatro seções: "La statistique administrative", "La statistique comme science", "Observations sur la méthode statistique", "De quelques difficultés d'interprétation des résultats statistiques" (afora a "introdução" e a "conclusão"). Foram palestras proferidas no Instituto Superior de Filosofia, em Louvain, então, para não se perder a lógica da reflexão, convém segui-las na seqüência. Vale notar quão novas foram suas reflexões, focando no sentido de fundação (sentido primeiro) das estatísticas elaboradas, cuja correta apreensão via como uma prévia condição a uma utilização consistente dos resultados (tônica das palestras).[303]

Começa dizendo da confusão das inúmeras definições da estatística, apontando-lhe "alguns pecados de juventude": sendo o maior deles "o de ter tido, em certo momento, a pretensão de ser a ciência universal", e o mais grave "o de ter com freqüência aborrecido (confundido) o público, o bravo público que não aprecia nem as coisas precisas, nem os números, nem as investigações da política e do fisco" [(JACQUART, 1907, p. 5].

Seu objetivo nas palestras é considerar a interpretação das estatísticas, afinal, embora ela pretenda, pela força dos números, "esclarecer definitivamente todos os problemas da vida política e social", sabe-se que "com uma certa habilidade dialética pode-se nelas encontrar argumentos igualmente tópicos para os interesses opostos e as paixões contrárias"; donde o perigo ao derivar-lhes exaltações ou condenações (JACQUART, 1907, p. 6-7).

[302] Entrou no acervo em 5 de julho de 1941, por doação de Maria da Glória Bordeaux Rego, que, pelo sobrenome, era parente de Oziel Bordeaux Rego.

[303] Estaremos utilizando uma tradução livre, por nós feita.

Antes de chegar ao objetivo pretendido, a interpretação das estatísticas, para a compreensão de fenômenos complexos ("os fatos sociais são interdependentes, complexos e variáveis") (JACQUART, 1907, p. 43), dá dois passos: primeiro, considera as estatísticas resultantes da operação rotineira da administração; segundo, considera as estatísticas resultantes das aplicações de princípios científicos (também de métodos científicos).

Afirma serem as estatísticas resultantes da administração tão velhas quanto à própria administração, e tão antigas quanto do governo das sociedades. Desde sempre, e ao seu tempo, serviam para justificar ou promover atos da administração, como no caso das estatísticas financeiras para efeito de definição da tributação e da elaboração dos orçamentos; serviam para revelar fatos de interesse da administração, como no caso das estatísticas judiciárias e populacionais, para efeito de geração de políticas.

Perdia-se no passado a origem das estatísticas, mas seria o século XIX que marcaria a completa madureza das estatísticas administrativas. O regime democrático socializaria o poder, e aqueles que o exerciam deviam se preocupar em responder às aspirações das populações, promovendo-lhes o bem-estar material e moral. Essa extensão da missão do Estado, impôs um avanço na função estatística da administração, ampliando a variedade e a quantidade das estatísticas disponibilizadas. Assim, a função estatística, de passageira e secundária, irá tornar-se permanente, de dependente irá tornar-se autônoma; órgãos especiais, verdadeiros laboratórios de observação dos fatos sociais, surgem na esfera dos estados (JACQUART, 1907, p. 14).

> Por toda parte e sempre, a estatística oficial, fiel servidora do Estado, projeta suas luzes onde estão as preocupações do poder e, fazendo-o, fornece à ciência os materiais para o estudo completo e sistemático dos elementos os mais característicos de cada sociedade (JACQUART, 1907, p. 23).

A estatística, observa com agudeza, serviria (e serve) à arte de governar. As mais diferentes temáticas de governo pediam observação sistemática e quantificação. As ciências sociais, e afins, mais e mais, valiam-se dos números: a economia política, a demografia, a criminologia, a ciência política, etc.

A observação e mensuração dos fatos sociais (isolados ou em categoria), será, em geral, útil a várias ciências sociais. Os números dos suicídios, por exemplo, podem servir ao demógrafo, ao moralista, ao psicólogo, ao criminalista. Então, os fatos sociais, para efeito de observação e mensuração, precisam ser definidos de forma aberta, ampla.

A observação estatística é feita, em geral, de forma indireta, por intermediários. Os agentes responsáveis pela observação devem trabalhar sem intervenção personalista, devem ser autômatos no processo de observação, cumprindo com rigor

máximo as instruções associadas aos questionários[304], e que são, não raro, de difícil elaboração, o que dificulta (se não mesmo impede) a preparação (capacitação) dos agentes responsáveis pelas observações ("agentes mal preparados são desastrosos") (JACQUART, 1907, p. 53), o que, quase certo, irá por a perder a qualidade dos resultados. E diz com grande correção:

> As estatísticas não podem abordar além dos fatos concretos, dos objetos materiais e dos atos humanos, dos efeitos dos atos humanos, vistos por um ou outro de seus caracteres, comuns a todo um grupo, mas sempre por seus aspectos exteriores (JACQUART, 1907, p. 57).

> [...] A investigação estatística é limitada pela necessidade de acumular fatos similares e facilmente acessíveis à observação coletiva (JACQUART, 1907, p. 60).

> [...] E é preciso remarcar que o método estatístico não pode ir além da ciência à qual se aplica [...] uma vez que é preciso uma definição dos aspectos a observar como ponto de partida da operação estatística (JACQUART, 1907, p. 62).

Mutatis mutandis, em termos atuais, dizemos que a coleta (trabalho de campo) é realizada por delegação de olhar. Esse processo de delegação de olhar só será estável, como deve ser, guardando rigorosas semelhanças, se os observadores delegados perderem seus privilégios (relativismo), para que, assim, o observador central possa seguir estando, ao mesmo tempo, em todos os lugares (relatividade), como manda os cânones científicos. Em outros termos, para que o fruto da coleta feita pelos observadores delegados (as informações registradas, inscritas, anotadas) tenha os atributos dos móveis-imutáveis (transporte com estabilidade de aspectos do mundo), é preciso afastar ao máximo a subjetividade dos observadores delegados (suas idiossincrasias), cumprindo com extremo rigor as regras ditadas pelos observadores centrais (no conteúdo e na forma). Daí a sugestão de deverem ser "autômatos".[305]

Tudo isso, servindo-se de diversas ciências, delas trazendo conceitos e definições, sujeitando-se às suas limitações (às suas possibilidades), bem assim amparando-se em peculiares processos de pesquisas, especialmente pela delegação de olhares (o que muito difere dos processos acadêmicos de pesquisa), donde ser a elaboração das estatísticas uma atividade particular, muito especial e específica, a exigir dos usuários perfeita e profunda compreensão, como pré-condição para bem interpretá-las, derivando conhecimentos consistentes das realidades complexas. Pois esse é, em suma, o ponto central do discurso de *Jacquart*:

> Para interpretar corretamente os resultados das estatísticas, importa antes de tudo ter em conta a maneira que, em geral, se as faz e de saber também por quais procedimentos elas são obtidas e se são compatíveis com os usos que lhes quer dar (JACQUART, 1907, p. 75).

---

304 "Le degré d'exactitude d'une statistique est en proportion inverse de la dépense d'intelligence et d'initiative qu'elle exige de ceux qui ont recueilli les fait observés" (JACQUART, 1907, p. 56).

305 Para essa expressão moderna, ver: LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**. São Paulo: UNESP, 2000. Em especial o cap. 6, ver também: LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

Não ter esse cuidado, ou seja, não investir na compreensão da intimidade das estatísticas, e das instituições que as elaboram, resultará, inevitavelmente, em más interpretações e, pior, em má compreensão das realidades complexas.

Tudo isso sem olvidar, como registra *Jacquart*, que há uma relação, como que, de amor e ódio em relação aos números. Ao mesmo tempo que exercem fascinação, sendo vistos como símbolos de precisão, causam horrores, até mesmo a homens inteligentes. E lembra o quanto é difícil entender as tabulações numéricas, lembrando, ainda, que os números não falam por si, exigindo que se os faça falar, vale dizer, se os deve interpretar, e para bem fazê-lo é preciso bem compreender suas intimidades (seus planejamentos, suas realizações). Outro ponto é que, mesmo que se o faça bem, que se mergulhe com profundidade na compreensão dos números, sempre restará alguma dúvida sobre seus significados e sobre suas autenticidades, donde a importância de terem caráter oficial, quando se retirará confiança de quem as produz.[306]

O índice sintético de Neumann-Spallart, economista e estatístico

Em 1887, na primeira sessão do International Statistical Institut – ISI, em Roma, várias comunicações de diversos notáveis trataram da "escolha de um índice, simples ou complexo, capaz de permitir a comparabilidade da situação de bem-estar dos povos" (NEUMANN-SPALLART, 1949, p. 230). Na ocasião, *Ernst Engel*, economista e estatístico prussiano, apresentou seu famoso estudo, ainda hoje, "La consommation comme mesure du bien-être des individus, des familles et des Nations"; *Charles Keleti*, economista e estatístico húngaro, apresentou o seguinte estudo: "Étude sur le budget de l'alimentation de la population hongroise". E foi quando *Neumann-Spallart*, economista e estatístico austríaco,[307] proferiu sua palestra sobre a "medida das variações do estado econômico e social dos povos", que passamos a comentar, aproveitando sua publicação nos Anais do IBGE.

Começa referindo-se às comunicações de *Ernst Engel* e de *Charles Keleti*, marcando as diferenças com a que faria. Ao contrário daqueles autores que haviam enfocado seus estudos "elementos isolados", propunha-se a considerar uma "pluralidade de elementos". Intenta "chegar a uma expressão, tão exata quão possível, do que chamaremos estado econômico, social e moral das sociedades humanas", em dada época e em vários países. E dá suas razões:

306 "L'interprétation des statistique, comme l'interprétation d'une observation scientifidque quelconque, n'exige qu'une chose – après l'étude au moins sommaire des méthodes statistiques et la connaissance sérieuse du domaine scientifique auquel appartient l'objet de la statistique que l'on veut interpréter – c'est un sens critique exercé, un esprit formé, par l'habitude de la méditacion et l'étude des faits scientifiquement conduite, à l'art de penser et de raisonner correctement, logiquement"(JACQUART, 1907, p. 81-82).

307 "Com 27 anos de idade, conquistou, de maneira brilhante, a cátedra de Economia Política e Finanças na Academia de Comércio de Viena. Tornou-se, depois, catedrático de Estatística da Universidade da Áustria e da Escola Superior de Agricultura de Viena" (NEUMANN-SPALLART, 1949, p. 230).

> Fala-se, amiudadas vezes, da melhoria na situação geral dum povo numa série de anos, ou, ao contrário, do seu declínio noutra época, sem, entretanto, se poder calcular a extensão da realidade dessa modificação, ou qual a intensidade dessa mudança. Diz-se que tais e tais países, em tais e tais épocas, marcham a passos de gigante, que sua fortuna aumenta, que o bem-estar se generaliza, que a vida social e a moralidade dos seus habitantes progridem, e, em relação a outro país, ou a outra época, que há um afrouxamento em todos os sentidos, ou estagnação, ou, ainda, marcha regressiva. Fala-se de tudo isto, em verdade, de modo geral, como se fala de clima ou de tempo, sem determinar a importância duma impressão, que permanece mais ou menos vaga.
>
> [...]
>
> Da mesma forma [como para o clima, com que se conta com aparelhos de medição], se se deseja julgar o estado social ou econômico de um povo, em função de fatos observados, é de mister, inicialmente, pesquisar quais os índices mais adequados no emprego da medida dos elementos cujo total representa o estado econômico, social e moral de que se trata. Para fins de pesquisa dessa natureza, impõe-se, evidentemente, a seleção de fatos que, achando-se em relação direta com a vida econômica e social, podem ser aceitos como sintomas seguros das variações aludidas; é preciso, além disso, se limitem os fatos àqueles já registrados pela estatística oficial em vários anos (NEUMANN-SPALLART, 1949, p. 230-231).

A primeira operação do método, segundo *Neumann-Spallart*, consiste na definição da sintomatologia, e se pergunta: "quais são os sintomas seguros da atividade e do bem-estar de um povo?". Em resposta, identifica duas séries de elementos num dito "grupo primário e puramente econômico": primeira série, "a marcha da produção" nos países; segunda série, "a intensidade do comércio interno e externo". E passa à seleção dos elementos do segundo e do terceiro grupos, o "grupo econômico-social" e o grupo do "estado moral" dos povos, sempre carente de estatísticas.

> Poderiam objetar-me que o estado econômico e social dum povo não depende exclusivamente da produção e do comércio; poderiam dizer-me que esses dois elementos indiciam, apenas, manifestação parcial do bem-estar material e que há, além dessas, condições outras das quais depende a situação de um povo. Admito as objeções e lhes dedico a maior deferência, passando a investigar outros sintomas que possam servir ao propósito de medir o bem-estar das famílias; pesquisei, por exemplo, índices que testemunham, por assim dizer, os meios de subsistência procurados pelos habitantes dum país, com a maior ou menos facilidade, em dada época; pesquisei, também, os sintomas que permitem apreciar, ainda em dado instante, a maior ou menor comodidade que usufruem as famílias, bem assim, a maior ou menor facilidade de ganhar dinheiro, o maior ou menor poder de espírito de iniciativa e de realização. [...] Acrescentando os números pertinentes a esse grupo, aos dos dois anteriores, chega-se, iniludivelmente, a certa medida do bem-estar do estado econômico e social. Resta, ainda, o estado moral. Para medi-lo é necessário recorrer aos diversos fatos dessa natureza, que, desde Quetelet e Guerry, formam o objeto de um ramo da ciência estatística [estatística moral ou estatísticas vitais] (NEUMANN-SPALLART, 1949, p. 232).

Depois de definir esses sintomas, que, segundo *Neumann-Spallart*, "permitem o julgamento do estado econômico, social e moral de um país", na segunda operação do método caberia "encontrar uma expressão numérica, cuja utilização sirva à

comparação daqueles diversos valores", para tanto afirma dever-se "reduzir os números absolutos à condição de relativos, e prossegue:

> Mercê, porém, de cálculos penosos, cheguei aos números relativos a cada grupo indicado. Mediante essas operações, estabeleci tabelas coletivas, nas quais os coeficientes proporcionais, ou números-índices, permitem ver, grupo a grupo, o desenvolvimento de cada elemento do estado econômico, social e moral do país; desses números, extraí, ainda, a média do grupo inteiro, o que me habilitou a construir as tabelas sinópticas de cada país, traduzidas depois em curvas. [...] Vós me perguntareis, certamente, quais os resultados teóricos ou práticos desse método. E eu vos direi que, como resultado científico ou teórico, espero haver encontrado o meio de exprimir em graus, ou em números-índices, os elementos e o conjunto o estado econômico, social e moral do mundo civilizado (NEUMANN-SPALLART, 1949, p. 233).

Mutatis mutandis, em termos presentes, *Neumann-Spallart* estava falando da elaboração de indicadores e, em especial, de indicadores sintéticos (hoje, ainda muito polêmicos). Estava adiante do tempo. Sua palestra foi debatida por *Wilhelm Lexis*, professor da Universidade de Breslau, na Alemanha; por *Georg won Mayr*, antigo diretor de estatística da Baviera, e então da Alsácia-Lorena; por *Alfred de Foville*, diretor de estatística da França; por *Joseph Korosa*, diretor de estatística da Hungria; *Guillaume Edmond Milliet*, diretor de estatística da Suíça; por *Adolph Wagner*, professor da Universidade de Berlim. Do debate resulta a sugestão de dever-se estudar o método proposto, conforme sintetiza *Rawson W. Rawson*, presidente do ISI.

No Brasil, à época, e por ainda muito tempo, não iríamos discutir a elaboração de indicadores, nem mesmo dos índices de preços, de produção, entre outros, muito menos discutir a elaboração de indicadores sintéticos, ainda hoje algo interdito (maldito, mesmo) no interior das instituições estatísticas, pese seu uso mais e mais corrente, sendo feito por pessoas que ignoram a potência e a fraqueza dos números, o que leva a riscos enormes. Diante disso, melhor seria que as instituições estatísticas entrassem nos debates e, elas próprias, por dominarem a intimidade dos números, os fizessem com os devidos cuidados, explicando suas fronteiras e seus limites.

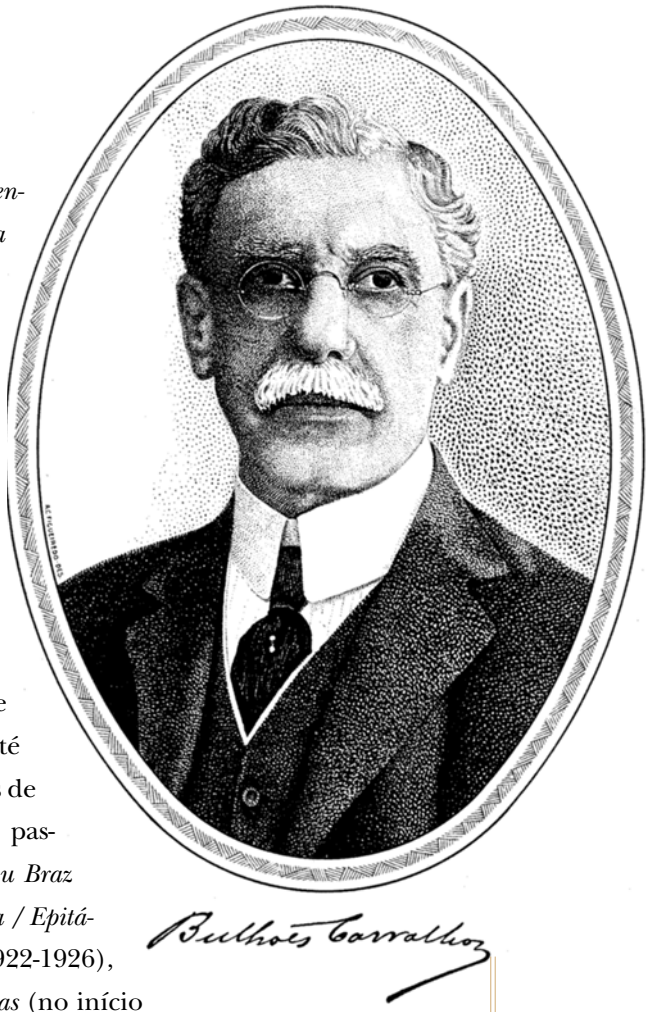
Expectativas concretizadas (c.1915-c.1925))

PARTE 4

A volta de Bulhões Carvalho: em busca do tempo perdido

Capítulo 16

Em 15 de novembro de 1914, *Wenceslau Braz* (1868-1966) substitui *Hermes da Fonseca* (1855-1923) na presidência da República.[308] Seu Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, *João Pandiá Calógeras* (1870-1934), historiador consagrado, encontra na direção geral da DGE, *Francisco Bernardino Rodrigues Silva* (1853-1920). Em janeiro de 1915, exonera-o, sem que se saiba as razões exatas, talvez coisas da política mineira. Trará de volta *Bulhões Carvalho* (1866-1940), que ocupara aquela posição de abril de 1907 a dezembro de 1909; nessa gestão ficará à frente da DGE até 1931, quando acabará transformada, depois de alguma desordem, no IBGE. Assim sendo, passará por seis presidentes, a saber: *Wenceslau Braz* (1914-1918), *Rodrigues Alves / Delfim Moreira / Epitácio Pessoa* (1918-1922), *Arthur Bernardes* (1922-1926), *Washington Luís* (1926-1930), e *Getúlio Vargas* (no início do governo provisório).

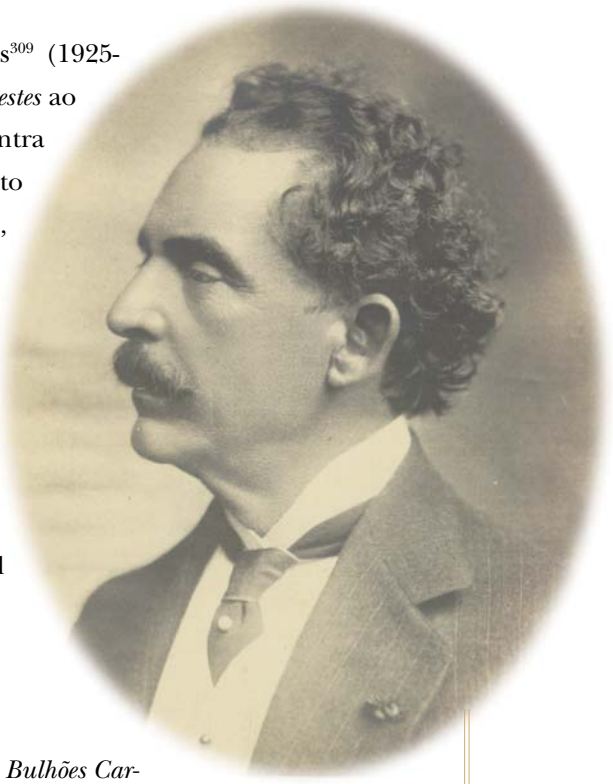


Bulhões Carvalho, [s.d.]

De 1915 a 1931, o tempo de *Bulhões Carvalho* à testa da DGE, o Brasil entraria na Primeira Guerra Mundial (1917), depois de ter tido vários navios afundados, e, como nação vencedora, assinaria o Tratado de Versalhes (1919), em delegação chefiada por *Epitácio Pessoa* (futuro Presidente da República). Veria, ainda, o assassinato do Senador *Pinheiro Machado*, por muito tempo o condestável da República (1915), e sofreria as agruras da gripe espanhola (1918-1919), com a morte de muitas pessoas (milhares), entre elas o recém-eleito Presidente da República, *Rodrigues Alves* (que já fora presidente). Veria, também, a revolta dos tenentes (1922), nas areias de Copacabana, e no seu rastro, a revolução paulista, para a derrubada do presidente *Bernar-*

[308] De 1910 a 1914, no governo de Hermes da Fonseca, o Brasil recém passara pela Revolta da Chibata (1910), em que João Cândido, um simples marinheiro, revolta a Armada nas "águas da Guanabara", e pela "guerra santa" do Contestado (1911-1916), em áreas dos Estados do Paraná e de Santa Catarina (tendo à frente os "monges" João e José Maria).

des (1924), a longa marcha da Coluna Prestes[309] (1925-1927), ao final, com a adesão de *Luiz Carlos Prestes* ao marxismo-leninista.; veria ainda a "guerra" contra *Borges de Medeiros*, terminando seu mandarinato no Rio Grande do Sul (1923). Veria, ainda mais, por duas décadas (anos 1910 e 1920) o cangaço no nordeste, e o início do modernismo, com o aparecimento de grandes nomes nas artes. Por fim, veria a queda da (hoje) chamada República Velha, aquela que começara em 1889, com o golpe de *Deodoro da Fonseca*; então, novos tempos tinham início, com novo Estado Nacional, centralizador, onde a estatística teria papel chave, sem tardar, sob a égide do IBGE.



Pinheiro Machado, [s.d.].
Marco Belandi

As razões de Bulhões para reformar

Logo ao assumir, em janeiro de 1915, *Bulhões Carvalho* propõe-se a buscar o tempo perdido. De pronto reforma a estrutura da DGE, a quarta em uma década (1907, sob ele, 1910 e 1911, sob *Francisco Bernardino*). Alguns aspectos exigiam mudanças, como a volta de comando na tipografia, a volta às regras de entrada e de acesso do pessoal do quadro, a volta à ativa do Conselho Superior de Estatístico, seu filho dileto e querido (deixado, até então, às calendas). Não apenas pelo presente impunham-se as modificações, mas, sobretudo, pelo futuro, leia-se, pelo censo que devia ser feito em 1920, valendo recordar o fantasma dos fracassos de 1890, de 1900 e de 1910.

Em primeiro de fevereiro de 1915, pouco depois de assumir, *Bulhões Carvalho* expõe a *Pandiá Calógeras*, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio[310], seus motivos para a reforma da DGE. Por seu valioso conteúdo, valerá reproduzi-la completamente:

> Honrado com a confiança de V. Ex. e chamado pela segunda vez para dirigir a Repartição de Estatística, mantenho relativamente a esse importante ramo do serviço público as idéias já condensadas no regulamento que, em 1907, submeti à apreciação do Ministro Miguel Calmon e mereceu a aprovação do Dr. Afonso Pena.
>
> Continuo a julgar muito necessária a rigorosa seleção do pessoal que deve trabalhar na Repartição de Estatística, para que esta possa transformar-se numa es-

[309] Também chamada de Coluna Miguel Costa – Prestes.

[310] No governo de Epitácio Pessoa, pouco depois, Pandiá Calógeras ocupará o Ministério da Guerra, e tendo ao lado Raul Soares no Ministério da Marinha, viverá a única vez em que, no período republicano, civis ocupariam os ministérios militares. E isso terá ajudado as revoltas tenentistas.

cola de verdadeiros estatísticos, *um seminário estatístico*[311], como diz Maurice Block quando se refere aos meios que têm concorrido em Berlim, Viena e Iena para apurar competências técnicas nessa especialidade. Se não insisto, no novo regulamento, sobre os concursos parcelados para as promoções nos diversos cargos, o que seria ideal, é porque a estatística no Brasil está longe ainda de constituir uma especialidade, formando escola donde possam futuramente ser tiradas, com todos os requisitos, os diretores de tão importante ramo da administração pública.

Não obstante, convém reconhecer desde já e salientar a necessidade de exigir preparo técnico entre os funcionários incumbidos de organizar estudos estatísticos sobre múltiplos assuntos, alguns dos quais requerendo notável soma de conhecimentos.

Não mudei de idéias também quanto à eficácia do Conselho Superior de Estatística, como elemento precioso consultivo, além disso, a uniformidade em trabalhos de tal natureza, afim de torná-los comparáveis com as publicações estrangeiras congêneres e dar-lhes idêntico valor.

Enfim, considero indispensável ao progresso da Estatística manter este departamento do Ministério da Agricultura a posse exclusiva de uma oficina tipográfica, destinada a imprimir com rapidez todos os modelos e questionários para a coleta das informações precisas, de modo a dar publicidade aos seus trabalhos com a devida oportunidade.

Se a Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, aliás contra a lei que manda imprimir as suas publicações na Imprensa Nacional, julgar de utilidade manter uma oficina tipográfica para esse mister, deve promover a sua instalação sem prejuízo dos trabalhos da Estatística, que obteve do Poder Legislativo a criação das suas oficinas, sancionada essa resolução do Congresso por Decreto[312] nº 266, de 24 de dezembro de 1894.

São estas as bases que suponho garantidoras da regularidade e do aperfeiçoamento da Estatística no Brasil.

As correções feitas agora no programa aprovado pelo governo em 1907 não lhe alteram a essência. Resultam do subsídio colhido na prática e representam também o valioso concurso da competência técnica a que recorri na elaboração deste regulamento. O espírito esclarecido de V. Ex. julgará, com perfeito conhecimento de causa, da vantagem ou desvantagem das alterações ora feitas no regulamento que atualmente rege a Diretoria do Serviço de Estatística.

Antes de terminar peço licença para lembrar a V. Ex. a conveniência de adotar a Diretoria do Serviço de Estatística a sua antiga denominação. Durante dezenas de anos, de 1870 a 1911, divulgou os seus trabalhos sob o nome de *Diretoria Geral de Estatística*,[313] tornando-o ainda mais conhecido pelas operações censitárias que constituem o seu principal objetivo, isto é, o recenseamento geral da República, executado com algum êxito em 1872, sem grande resultado em 1890 e 1900 e infrutiferamente projetado em 1910.

311 À falta de escolas de estatística, formalmente constituídas, crescia a idéia de uma aprender fazendo. Nesse sentido, uma concepção de trabalho em formato de seminário é fantástico.

312 Não foi um decreto, mas uma lei (Lei Orçamentária), assinada por Rodrigues Alves como Ministro da Fazenda no governo Prudente de Morais.

313 Vai aí uma grande licença de expressão pois de dezembro de 1881 a janeiro de 1890 (quando a DGE foi "restaurada" pela República), não houve senão um Seção de Estatística.

> O nome é, sem dúvida, o principal elemento da tradição que deixam no mundo os homens e as suas instituições. Em toda a parte onde existem organizadas estatísticas gerais, as respectivas repartições adotam denominações mais ou menos idênticas: *Registrar General's Office*, na Inglaterra; *Bureau Général de Statistique*, na França; *Direzione Generale di Statistica*, na Itália; *Direccion General de Estadística*, no México, Panamá, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica, São Salvador, Paraguai, República Argentina, etc.
>
> Tal a força da tradição que o próprio Congresso Nacional, na sua última lei da receita geral da República, quando se refere à Repartição de Estatística mantém a sua antiga denominação.
>
> Além da significação própria, exprime a palavra geral, no título Diretoria Geral de Estatística, a latitude e a categoria dos seus encargos, isto é, se são estes de natureza federal, estadual ou municipal. Substitui os termos federal e nacional, freqüentemente usados nos nomes das repartições e institutos sob a dependência imediata do Governo da União. Ainda que a Diretoria do Serviço de Estatística não tivesse a autonomia técnica que lhe dá o novo regulamento da Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, nem por isso o seu antigo nome Diretoria Geral de Estatística lhe conferiria nenhuma superioridade burocrática. O nome, assim como não dá beleza, também não dá autoridade a quem não o tiver engrandecido pelo valor das suas obras.
>
> Sem completa autonomia técnica, peiada pelos múltiplos óbices da burocracia, a Estatística não prosperará no Brasil; para isso torna-se necessária ampla liberdade de ação na coleta das informações, de várias fontes, pelos meios mais rápidos e eficazes, sem o que, por mais esforçado que seja o diretor de estatística, não conseguirá cumprir proveitosamente a sua difícil tarefa.
>
> Eis, em síntese, o meu modo de pensar sobre os meios capazes de regularizar e dar proveitosa continuidade ao serviço de estatística, assegurando o seu aperfeiçoamento no nosso país (BRASIL, 1915, 37-39, grifo nosso, itálico do autor).

Em abril de 1915, *Bulhões* relata os fatos de 1914, sob *Francisco Bernardino*. Antes, no começo de relatório considera sua indicação. Diz ter relutado "em aceitar tão difícil incumbência nas atuais condições precárias de saúde", mas que o fizera levado pela forma do mesmo, insistente e espontâneo, demovendo suas resistências. Não fora por essa forma, teria deixado o encargo a outro, a alguém com "robustez física e superioridade intelectual, que sou o primeiro a reconhecer não constituem apanágio da minha pessoa". E encerra a introdução do relatório dizendo-se "muitíssimo penhorado e enobrecido", garantindo que se empenharia para corresponder à expectativa do ministro, "consagrando toda a minha boa vontade, atividade e inteligência no cumprimento dos árduos deveres do cargo" (BRASIL, 1915, p. 3).

Depois, voltando à reforma do serviço de estatística, recorda as reformas havidas em outubro de 1910 e novembro de 1911, ambas sob *Francisco Bernardino*, que, a seu juízo, "vieram perturbar bastante a regularidade desse serviço público". Entendia que a reforma de 1910 cogitara apenas do "aumento discricionário do pessoal", e, embora tivesse mantido o Conselho Superior de Estatística, como isso fora feito, o teria anulado na realidade, além de ter desvirtuado a tipografia, ao retirar a primazia

da repartição de estatística; em suma: "em vez de reorganizar, desorganizou, com prejuízo para o Tesouro, o que já estava feito e começa a dar alguns resultados". Por sua vez, o objetivo da reforma de 1911 teria sido "única e exclusivamente, a nomeação, sem concurso, de novos funcionários"[314], com a perda do comando da tipografia[315], o que lamenta, e lamenta também ter-se ignorado o Conselho Superior de Estatística, de sua especial predileção; e, por fim, registra a criação das "delegacias dependentes da Diretoria de Estatística", sem as achar efetivas, contudo (BRASIL, 1915, p. 4-5). E sintetiza seu pensamento:

> As reconstruções de 1910 e de 1911[316] não trouxeram nenhum melhoramento ao edifício restaurado em 1907,[317] nem reforçaram a sua estabilidade. Ao contrário, o prejudicaram na fortaleza dos seus alicerces, fazendo retoques em elementos essenciais à sua durabilidade e superpovoando-o discricionariamente, em prejuízo do serviço interno e dos direitos adquiridos pelos que haviam mais concorrido para a sua conservação.
>
> A reforma de 1915, restabelecendo tudo que havia sido improficuamente modificado, consolidou a obra levada a efeito em 1907. A menos que o espírito reformista dos nossos administradores não venham de novo prejudicá-la com intempestivas alterações, é lícito esperar que a estatística se torne uma realidade em nosso país, *desideratum* esse que tem acarretado por enquanto avultadíssimas despesas, feitas até agora em quase pura perda.
>
> Eis, em linguagem toscamente figurada, a crítica que julguei oportuno fazer às duas últimas reformas da repartição de estatística. Tenho a maior confiança na atual organização desse importante serviço público. A ela presidiram os elementos essenciais para o progresso almejado: o espírito de justiça, recompensando os mais operosos funcionários; o critério científico, adotando as práticas que têm conseguido o desenvolvimento da estatística em outros países; e, finalmente, o respeito à tradição, restabelecendo o antigo nome da Diretoria de Estatística, que melhor a define e a assemelha com as repartições congêneres (BRASIL, 1915, p. 10, grifo nosso).

A atenção ao quadro de pessoal é forte; quer um pessoal técnico, mais e mais competente. Isso é recorrente na sua argumentação. E para enfatizar a necessidade de haver pessoas capazes, bem formadas, à frente das atividades estatísticas, faz um passeio pelo significado da estatística. Nesse discurso trafega na fronteira, ainda confusa, da estatística como ciência cada vez mais matemática, como tal pouco se dando à elaboração das estatísticas, de um lado, e, de outro, a ainda tênue percepção de que nessa elaboração das estatísticas haveria que conjugar-se diferentes ciências. Por demais, sem que isso fosse percebido, e só o seria muito recentemente, na essência a

---

[314] Informa que o pessoal passara de 156, em 1910, para 163 em 1911 (fora os 43 da oficina tipográfica), contra os 82 que havia em 1907.

[315] "Não valeram os protestos do meu ilustre antecessor contra tais embaraços criados ao desenvolvimento do serviço a seu cargo. O superintendente da tipografia jamais se incomodou com isso e, por *fas* ou por *nefas*, ia dirigindo a seu bel-prazer a cobiçada dependência do Ministério da Agricultura" (BRASIL, 1915, p. 5).

[316] Feitas, respectivamente, pelo Decreto nº 8.330, de 31 de outubro de 1910 (Nilo Peçanha e Rocha Miranda), e pelo Decreto nº 9.106, de 16 de novembro de 1911 (Hermes da Fonseca e Pedro de Toledo).

[317] Feita pelo Decreto nº6 628, de 5 de setembro de 1907, assinado por Afonso Pena e por Miguel Calmon.

confusão estava na questão do profissional a quem caberia a atividade de elaboração das estatísticas, ou seja, dizê-lo um estatístico seria mais do que natural, por similitude imediata, contudo, o profissional assim chamado mais e mais se inclinava à matemática e se afastava do cotidiano da produção (só se lhe voltará a atenção bem mais tarde, na segunda metade do século XX, na conta da adoção das técnicas amostrais).

> A estatística, considerada por alguns uma ciência, um método por outros, é indubitavelmente uma especialidade técnica, cuja aplicação facilita o conhecimento dos fatos sociais, susceptíveis de estudo pela comparação numérica. Não é apenas um método prático para o estudo comparativo de algarismos. Serve também de base ao progresso da ciência relacionada com os fatos sociais, quer sob o ponto de vista físico ou material, que sob o ponto de vista intelectual e moral. Com esse objetivo os países mais civilizados organizaram repartições de estatística, destinadas a coligir, elaborar, coordenar e publicar toda sorte de informações relacionadas com o estado físico, político, administrativo, demográfico, econômico, intelectual e moral dos respectivos domínios.
>
> [...]
>
> Sem o auxílio da estatística não há orçamentos equilibrados, assim como sem o seu subsídio não pode ser verificada nem confirmada a eficácia dos processos terapêuticos e dos regimens profiláticos, para não aludir a muitas outras espécies em que a sua utilidade é manifesta. Graças a ela, podem ser evitados os *déficits* orçamentários, pela comparação de cifras da importação e exportação e das rendas internas, em períodos normais e anormais, afim, de estabelecer o equilíbrio das finanças, conforme as necessidades do momento.
>
> [...]
>
> Foi ainda graças à estatística que teve brilhante confirmação a profilaxia havanesa [sic] nesta Capital [Rio de Janeiro], conseguindo extinguir completamente as epidemias de febre amarela no Rio de Janeiro, o que não havia obtido, em cerca de 13 anos de prática rigorosa, a profilaxia pelo emprego sistemático dos melhores meios de desinfeção. As estatísticas demógrafo-sanitárias desta Capital, num período de mais de 10 anos, e vários sugestivos diagramas, que as ilustram, demonstram de modo indiscutível que esse resultado não foi obra do acaso, pois o fato se tem verificado com a constância das leis naturais, baseadas na reprodução dos fatos que as estabeleceram pela contínua observação. Esta é imprescindível para dar valor aos algarismos que confirmam as leis propriamente do domínio da estatística. Sem ela podem resultar deduções falsas, que têm desacreditado o método estatístico, por falta de critério na apreciação numérica dos fatos comparados ou estudados.
>
> [...]
>
> Todas estas considerações, na aparência fora de propósito, têm por objetivo provar, não só a importância da estatística, como também demonstrar que, sendo ela uma especialidade técnica, reclama certa competência da parte dos que vão exercitá-la vantajosamente para o serviço público. Daí a necessidade da seleção dos funcionários que devem exercer esse mister, e, portanto, do aproveitamento na regulamentação do mesmo serviço do que a prática tiver aconselhado a outros países em que é ele bem e proveitosamente executado (BRASIL, 1915, p. 6-7, grifo nosso).

A reforma trazida por Bulhões

Pelo Decreto nº 11.476, de 5 de fevereiro de 1915, a DGE é de novo reformada. Assinado por *Wenceslau Braz* e por *Pandiá Calógeras*, de pronto muda o nome da Diretoria do Serviço de Estatístico, trazido pela reforma de 1911 (a segunda realizada por Francisco Bernardino), voltando a chamar-se Diretoria Geral de Estatística, como queria *Bulhões Carvalho*.

Vesceslau Braz e outros em solenidade na Santa Casa da Misericórdia, no Rio de Janeiro, RJ, 1914-1918

No Art. 1º a DGE é dita uma "repartição central" com a missão seguinte: "incumbida de coligir, elaborar, coordenar e publicar toda a sorte de informações que se relacionem com o estado físico, político, administrativo, demográfico, econômico, intelectual e moral da República". Sendo, na essência, a mesma missão em curso, a menos da palavra "coligir" que substitui a palavra "receber".

Seu detalhamento continua o mesmo (Art. 2º), a menos da expansão da redação do item 5: "Dirigir as operações do recenseamento geral da população, segundo os planos e os modelos que houver adotado e publicar os resultados obtidos, dando a essa operação o desenvolvimento compatível com os recursos orçamentários". Talvez esse zelo com os recursos decorra da malfadada experiência do Censo de 1910, quando nenhum orçamento era suficiente, sempre a exigir-se mais e mais recursos.

O Art. 3º reafirma a existência do Conselho Superior de Estatística, "o qual se reunirá todas as vezes que for necessário, mediante convocação do ministro", no que muda um pouco o previsto na reforma de 1907, quando se previa sua reunião em junho e dezembro. O Art. 4º mantém suas atribuições, tal como foram introduzidas na reforma de 1907, e mantidas nas reformas de 1910 e 1911. O Art. 5º, ao tratar da sua composição, mantém o caráter técnico trazido pela reforma de 1911, mas traz de volta alguma da natureza política trazida na reforma de 1907 (não mais fixa o número de integrantes). O forte caráter político do conselho proposto por *Bulhões* em 1907 era, a nosso juízo, um entrave à sua operação; ao contrário, o forte caráter técnico trazido pela reforma de 1911 aumentavam as chances de levá-lo à ação. Em 1915, faz-se um misto dessas naturezas, política e técnica, mas tendo em mente a figura de *Bulhões Carvalho*, e sua concepção daquele organismo, por certo o faria pender ao político. Por fim, o Art. 6º trazia a questão da duração dos mandatos, três anos, com possível recondução.

Quanto à estrutura, voltava-se às quatro seções da reforma de 1907, com o fim de duas outras criadas na reforma de 1911: uma, era a seção administrativa, cujos serviços eram passados à direção e às seções; outra, era a seção de justiça, que foi posta em outra. Assim, as novas seções seriam: 1ª Topografia, orografia, hidrografia e

climatologia; representação política; administração pública; defesa nacional; polícia e justiça; 2ª Estado e movimento da população; 3ª Economia e finanças; 4ª Instrução pública e particular; bibliotecas; museus; belas-artes; imprensa; cultos religiosos; instituições de assistência, de beneficência e de previdência (Art. 7º).

O quadro de pessoal era reduzido a 93 pessoas (inclusive o pessoal da oficina tipográfica). Os primeiros oficiais baixavam de 18 para 12; os segundos oficiais de 28 para 14; os terceiros oficiais de 42 para 24; os auxiliares de 25 a 20 e os datilógrafos de 12 para 5; os demais seguiam tendo mais ou menos o mesmo número (Art. 9º); quem mais perdeu pessoal foi a oficina tipográfica, talvez mesmo em excesso. Essa redução de pessoal, por medida de economia, como orientação de governo, logo daria na cabeça; as pessoas que restaram passaram a integrar um quadro de adidos. Não tardou muito e os adidos foram sendo usados, negando a economia motivadora, mas já tendo deixado o prejuízo...

Na essência, não são modificadas as atribuições do diretor geral (Art. 10), dos chefes de seção (Art. 11), dos datilógrafos (Art. 12), do bibliotecário (Art. 13), do arquivista (Art. 14), do cartógrafo (Art. 15), do almoxarife (Art. 16). Este cargo seria "preenchido mediante fiança proporcional ao valor do material normalmente em depósito no almoxarifado" (Art. 34), antes, a fiança estava fixada em 5:000$000. Sobre a oficina tipográfica (Art. 20 a 25) a preocupação é a de recuperar seu controle, donde resulta a minuciosa descrição das competências do seu chefe (Art. 22). Por fim, vale notar que a tabela de vencimentos não foi modificada.

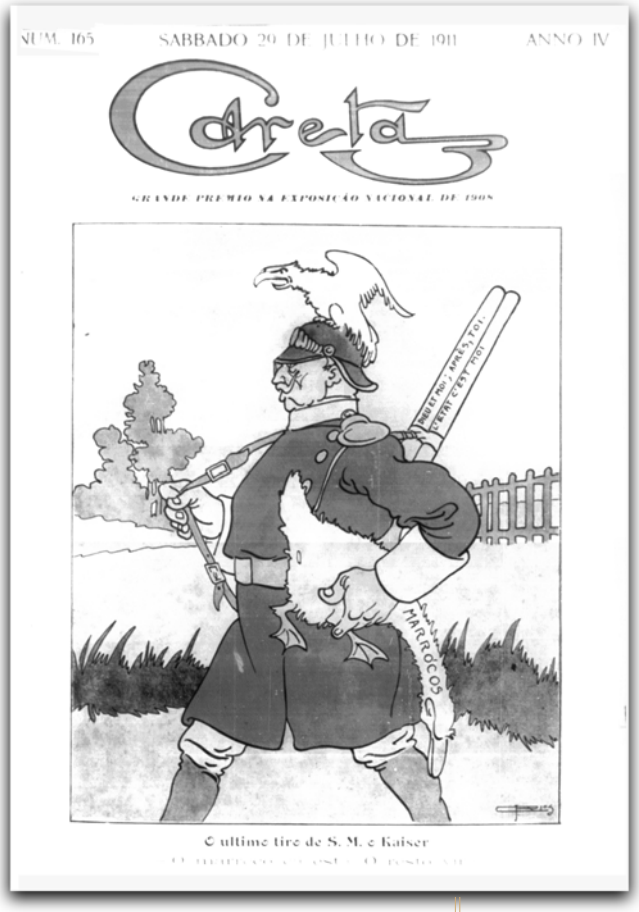
As delegacias e os delegados fixados nos estados, emergentes no contexto da reforma de 1911, não estando tratados no decreto, deixavam de direito de existir; de fato, já não existiam, tendo se mostrado inoperantes. Contudo, voltando ao espírito da reforma de 1907, representações eventuais nos estados voltavam a ser possíveis, caso a caso, segundo as necessidades.[318] Em suma: dessa idéia de representações eventuais, posta em 1907, passou-se às representações permanentes em 1911, voltando-se, em 1915, ao seu caráter eventual, e assim ficará sendo até a criação do IBGE, quando voltarão à permanência, e se tornando um do seus pilares de fundação.

A marcha da estrutura reformada

Em 1916 sobre 1915, *Bulhões* descreve frustrações, com a "franqueza necessária com que tratarei de todos os fatos e assuntos relativos aos serviços cuja direção me foi confiada". Lamenta a "instabilidade resultante de sucessivas reformas realizadas na repartição de estatística"[319], e advoga, naturalmente, a construção da estabilidade:

[318] Recorde-se que Oziel Bordeaux, em seu relatório antes comentado, defende a idéia de representação permanente nos estados, chegando a sugerir sua expansão aos municípios.

[319] Em menos de dez anos foram quatro as reformas, duas dele próprio (1907 e 1915), e duas de Francisco Bernardino (1910 e 1911).


NUM. 165 SABBADO 29 DE JULHO DE 1911 ANNO IV

Careta

GRANDE PREMIO NA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908

MARROCOS

O ultimo tiro de S. M. o Kaiser

O último tiro de S. M. o Kaiser, 1911

"sem uma organização definitiva, especial e estável, dificilmente poderá prosperar tão útil serviço público" (BRASIL, 1916, p. 3). E, em reforço de argumentação, reproduz palavras do Presidente da República, *Wenceslau Braz*, extraídas da mensagem ao Presidente de Minas Gerais, quando Secretário do Interior do Estado:

> "Para se conseguir algum resultado satisfatório, é necessário que o serviço de estatística seja constante e patrocinado por uma orientação comum, por esforços sistemáticos da parte dos poderes públicos estaduais e locais, dos cidadãos e do funcionalismo em geral, de cuja dedicação muito depende o êxito desse serviço. A animação que se puder dispensar a tão útil ramo da administração será sobejamente compensada pela indiscutível vantagem que ele proporciona à mesma administração e aos particulares" (BRASIL, 1916, p. 3).

A não instalação do Conselho Superior de Estatística é sua maior frustração, pois ele é "destinado a facilitar o desempenho dos encargos confiados à Diretoria Geral de Estatística, a exemplo do que realizam instituições idênticas nos mais adiantados países da Europa". E reitera, mais uma vez, *ad nauseam*: "O Conselho Superior de Estatística será, no Brasil, um auxiliar poderoso da repartição encarregada de dirigir e desenvolver o serviço de coleta e elaboração dos elementos suscetíveis de confronto numérico". E, para tênue consolo, busca em outros países trajetórias parecidas à brasileira, como o caso da Itália, que analise de passagem (BRASIL, 1916, p. 4-5). E acrescenta, desiludido:

> Afora as perturbações causadas ao serviço de estatística pelo contínuo desfalque de auxiliares, outros embaraços não menos importantes também o prejudicam na parte técnica, pelas restrições da liberdade de quem o dirige, muitas vezes impedido de agir proficuamente e em tempo oportuno. São os óbices criados pela burocracia com as formalidades e a demora da papelada, em prejuízo da marcha rápida dos negócios públicos (BRASIL, 1916, p. 7).

Fechando o relatório, anuncia o início da impressão do primeiro volume Anuário Estatístico, e o início da preparação do segundo volume. E informa, também, a verba total da DGE, para o ano findo, 540:011$960, contra a despesa de 489:994$265, o que dava um saldo positivo de 50:017$695 (para orgulho de *Bulhões*, sempre avarento em matéria de recursos públicos). Por fim, entre muitos assuntos,

elogia os chefes das seções: *Cassiano Tavares Bastos*, *Leopoldo Doyle e Silva*, *Afonso Celso Parreiras Horta*, e *Oziel Bordeaux Rego*, e fala da "justa e merecida referência feita especialmente ao Dr. *Mário Augusto Teixeira de Freitas* pelo chefe da 3ª Seção" (BRASIL, 1916, p. 141).[320]

Sobre 1916 e 1917, há novamente a lamentação da não instalação do Conselho Superior de Estatística, "o meio menos oneroso de facilitar o progresso da Estatística no Brasil". E advoga duas mudanças administrativas: uma, a seleção rigorosa dos técnicos, "apurada pelo grau de capacidade"; outra, a criação de uma carreira da estatística "nesse ramo especial do funcionalismo público". E mais outro ponto: "a proibição expressa de seus funcionários servirem em outras repartições ou exercerem fora dela encargos estranhos aos respectivo serviço", para garantia da qualidade e da quantidade do quadro de pessoal. Além disso, aborda a questão do seu vínculo ministerial:

> A Diretoria Geral de Estatística não constitui um órgão especial do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, como talvez o leve a crer a anexação dela ao conjunto dos serviços por este superintendidos. Trata-se de uma repartição que, contando já, embora com fortuna vária, quase meio século de existência, bem longe se acha de ser contemporânea, pela sua criação, da maioria das outras atuais dependências do Ministério. Mostra isto que as necessidades, a que lhe cumpre atender, não surgiram ou se impuseram unicamente com o estabelecimento da nova pasta, sendo pelo contrário, muito antigas e, de mais, de caráter geral, o que evidenciam as vastas atribuições regulamentares, marcadas nos decretos de 14 de janeiro de 1871 [Decreto 4.676], 17 de dezembro de 1881 [Decreto nº 8.341], 2 de janeiro e 12 de abril de 1890 [respectivamente, Decreto nº 112 D e Decreto nº 331], 25 de junho de 1894 [Decreto nº 1.732 A], 24 de dezembro de 1897 [Decreto nº 2.768], 5 de setembro de 1907 [Decreto nº 6.628], 14 de novembro de 1910 [Decreto nº 8.330], 16 de novembro de 1911 [Decreto nº 9.106] e 5 de fevereiro de 1915 [Decreto nº 11.476] (BRASIL, 1921b, p. 3).[321]

Em 1918 sobre 1917, *João Gonçalves Pereira Lima*, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, avança nessa idéia, nos termos a seguir postos. Como feito, sem maiores explicações e detalhamentos, chega a ser leviano, com o risco de divisões perigosas; como seja, de certa forma, antecipa o que acabaria acontecendo quando do Governo Provisório de *Getúlio Vargas*, após a vitória revolucionária, mas, então, diferente daquele momento, o Estado que surgia era forte (ou logo o seria).

> Não prescinde de órgão análogo a esse, país nenhum regularmente organizado; mas debalde se buscaria algum onde, como no Brasil, o encargo de executar diretamente tantos trabalhos importantes coexista com dificuldades tamanhas na obtenção dos elementos respectivos. Essa consideração e essas dificuldades indicam a conveniência de restringir-se o campo de pesquisas da Diretoria Geral de Estatística deste Ministério ao que interessa diretamente à pasta, ficando na sua dependência os serviços dessa natureza e passando para o Ministério do Interior os demais,

[320] Teixeira de Freitas que entrara no quadro da DGE em 1908, é terceiro oficial em 1915 e em 1917 também.

[321] Sobre 1916 e 1917; o atraso na edição dos relatórios, ano a ano, deveu-se ao preparo dos impressos para o recenseamento.

> como a estatística eleitoral, policial e judiciária, a instrução pública e particular, o funcionalismo, o inquérito sobre suicídios e tentativas de suicídios, o recenseamento geral da República, belas-artes, cultos religiosos, bibliotecas, instituições de assistência, beneficência, previdência e tantos outros assuntos com que ela se tem ocupado e cuja relevância não é preciso encarecer (BRASIL, [19–], p. 385-386).

Não é razoável entender que *Bulhões Carvalho* assinasse essas reflexões. A se aceitá-las, a DGE não mais seria "geral", mas seria particular às áreas de agricultura, indústria e comércio. E advoga a mudança, vista acima, para que a repartição de estatística (a que ficasse vinculada ao ministério) pudesse aprofundar, sobremodo, a elaboração das estatísticas agrícolas, e faz um grande estudo (em 12 páginas) sobre essa elaboração nos Estados Unidos da América e na República Argentina. Esse estudo, talvez tenha sido feito em outra repartição do ministério, não parecendo trabalho da DGE, mormente estando sob a direção de *Bulhões Carvalho*.

A DGE chega ao paraíso. Censo à vista.

Poucos foram os frutos da reforma. Mudou o nome, é fato. Mas não veio o Conselho Superior de Estatística, pedra de toque da mudança, segundo a visão de *Bulhões*. E não veio a reforma na entrada e no acesso do pessoal, de modo que não se fez mais técnico e melhor formado o quadro de pessoal. E, pior de tudo, a "deficiência de informações" seguia sendo um pesadelo no cotidiano do trabalho. Tudo isso tornava a produção descontínua e não sistemática, sendo frágeis os resultados; seus usos eram difíceis, até pela falta de um corpo consistente de estudiosos acadêmicos.[322] Não obstante, a DGE chega ao paraíso, e lá chega pelo censo, à cuja realização *Bulhões* dedica a melhor atenção.

Os relatórios referentes a 1918, 1919 e 1920 não estão disponíveis, infelizmente, contudo, dado o jeito de *Bulhões*, é possível supor-se que foram feitos. Contudo, não se há de esquecer que aqueles foram anos muito especiais, dedicados inteiramente à preparação do censo, donde, convém não afastar a hipótese de não terem sido feitos, por falta de tempo, apesar da prática do diretor. Como seja, felizmente, temos como fontes indiretas dois relatórios do Ministro *Ildefonso Simões Lopes*, da Agricultura, Indústria e Comércio, no governo *Epitácio Pessoa*, sobre 1919 e sobre 1920, ambos tratando da preparação e da execução dos censos (população e econômicos).

> Além dos seus encargos ordinários, iniciou a Diretoria Geral de Estatística, durante o ano de 1919, os trabalhos preparatórios da próxima operação censitária, conseguindo uma lei do Congresso Nacional para realizar em 1º de setembro de 1920 o recenseamento da população do Brasil, conjuntamente com os recenseamentos da agricultura e das indústrias.
>
> Afim de facilitar a execução do censo econômico, organizou preliminarmente, mediante instruções expedidas em maio do ano próximo findo, os cadastros

[322] Não raro seus usos se davam no âmbito da imprensa, sempre ligeiro e tendendo à polêmica.

> das propriedades agrícolas e dos estabelecimentos fabris, baseando a coleta dessas informações nos assentamentos referentes aos impostos territorial e de indústria e profissões, segundo a legislação adotada em cada um dos Estados. Organizou também os diversos modelos destinados ao registro dos algarismos relativos aos três inquéritos destinados ao registro dos algarismos relativos aos três inquéritos – da população, da agricultura e das indústrias – dando ainda início ao levantamento da planta ou carta censitária do Rio de Janeiro, no intuito de obter o mais completo êxito na investigação demográfica em todo o Distrito Federal (BRASIL, 1920a, p. 313, grifo nosso).

Primeira vez que se fazia censos econômicos, a exigir especial cuidado. Nesse sentido, a preparação dos cadastros era essencial; neles seriam aplicados os diferentes questionários. Para o censo da população, atividade semelhante (vale dizer, a listagem dos domicílios) só seria feita para o Distrito Federal; expandir essa atividade para todas as cidades era algo inimaginável, a depender de estrutura ainda inexistente.

> Aos trabalhos da diretoria Geral de Estatística acresceram, no ano próximo findo [1920], os absorventes encargos do serviço extraordinário do recenseamento da população do Brasil, levado a efeito no mês de setembro, conjuntamente com o inquérito econômico, de acordo com os Decretos nºs 4.017 e 14.025 de 9 e 21 de janeiro de 1920.[323]
>
> Graças à propaganda feita por todos os meios ao alcance da Diretoria de Estatística e, também, ao método que presidiu à distribuição do material pelos Estados, forma os vários inquéritos efetuados no devido tempo e em condições assaz satisfatórias, contribuindo para isso a boa organização dos plano geral do recenseamento no sentido de facilitar a chegada das listas e demais formulários aos pontos de destino, com a precisa oportunidade e em quantidade suficiente para atender às exigências do serviço censitário.
>
> Alguns Estados já terminaram a coleta das informações referentes aos inquéritos demográfico e econômico, tendo outros já revistos e reunidos, nas diversas delegacias gerais e seccionais, os documentos necessários à apuração geral do recenseamento na Diretoria de Estatística. Os resultados parciais, até agora conhecidos, correspondem mais ou menos às estimativas da Repartição de Estatística, que divulgará brevemente os resultados gerais do censo, nas publicações que terá de editar por ocasião dos festejos comemorativos da nossa Independência (BRASIL, 1921c, p. 419, grifo nosso).

Não resta dúvida que as reflexões e sugestões de *Oziel Bordeaux* facilitaram o planejamento e a execução dos censos. O sucesso advindo lhe devia muito; *Bulhões*, por certo, tornava-se seu devedor, mas, não se lhe reduza os méritos (enormes) da direção. Enfim, por toda a atenção tomada, logo viria a **Pátria de questionários**, na feliz imagem de *Marco Santos* (2004), e o censo atingiria o sucesso desejado e desejável.

[323] Os decretos estão datados de janeiro de 1920, contudo, os trabalhos de planejamento tiveram início em 1919, como informa o Ministro. Dessa forma, Bulhões mostrou ousadia.

A marcha das apurações. A DGE no dia-a-dia

Capítulo 17

Medalha comemorativa do Recenseamento de 1920

Vinte e cinco anos: 1890 – c.1915.

Momento perfeito para revelarmos a intimidade da DGE. Não no que tange às realizações censitárias, mas sim no que tange ao exercício do seu programa ordinário de trabalho, programa especificado (sempre em grandes linhas) nos seus regulamentos. Mais ainda perfeito por contarmos com relatórios minuciosos de *Bulhões Carvalho*, de retorno à direção geral da DGE; como não estava, ainda, concentrado na realização do censo (1920), dedica tempo em análises do cotidiano da DGE (1914 a 1917).[324] Primeiro, revela, em detalhes, a continuada "deficiência de informações", as informações primárias (ou primeiras) que, após serem agregadas, tornavam-se as estatísticas. Segundo, valoriza seus produtos, os resultados estatísticos, dessa forma nos legando um retrato do Brasil, claro, um retrato numérico, contundente, não obstante incompleto.

Havia avanço técnico nos trabalhos, é inegável. O desvelo dos técnicos era evidente, apresentando competências crescentes. Havia o esforço de superação da malfadada "deficiência de informações", através de "pesquisas" ou "inquéritos" ou "investigações", expressões utilizadas para designar sempre a mesma coisa, qual seja, a busca das informações (primárias ou primeiras) necessárias à elaboração das estatísticas, informações essas existentes nos registros administrativos espalhados pelas instituições e repartições federais, estaduais e municipais, e, eventualmente, nas organizações, instituições e empresas privadas.

O método utilizado, na verdade, não passava da preparação de formulários, com instruções embutidas, a serem preenchidos ou pelos detentores dos registros administrativos, o que era mais natural, ou por algum intermediário, o que significava estar transferindo a outros a difícil relação com os detentores dos registros. Por exemplo, podia-se mandar os formulários sobre saúde aos próprios hospitais, para que neles fossem preenchidos, ou se os podia mandar aos prefeitos para que eles contatassem os hospitais e neles fizessem o preenchimento dos formulários. Raramente funcionava, infelizmente...

[324] Os relatórios referem-se a 1914 (ainda na gestão de Francisco Bernardino), a 1915, a 1916 e a 1917, todos já sob a gestão de Bulhões Carvalho. O relatório referido a 1914 transcreve os balanços dos chefes de seção, feitos em atenção a portaria de Bulhões. Para 1918 e 1919, sem os relatos de Bulhões, há relatos do Ministro Simões Lopes, da Agricultura, Indústria e Comércio; já com o censo iniciado.

...mas havia ganhos indiretos. De fato, as autoridades chamadas a participar da atividade estatística, acabavam percebendo suas dificuldades, suas necessidades imperativas, bem assim, acabavam percebendo suas importâncias. A longo prazo, fundava-se um crescente compromisso, no sentido e no espírito do Conselho Superior de Estatística, como queria *Bulhões*; e que será vital ao IBGE, com seu Conselho Nacional de Estatística, agregando produtores associados independentes. Mas isso será depois, à época havia a luta pelas informações necessárias e, infelizmente, deficientes; vejamos o estado das artes.

As seções e seus chefes

Nas reformas de 1910 e 1911, seis eram as seções, sendo cinco técnicas e uma de natureza administrativa. Na reforma de 1915 eram quatro as seções, voltando-se à estrutura de 1907, do próprio *Bulhões*. Comparemos as estruturas:

Seções em 1910 e em 1911	**Seções em 1915**
1ª Topografia, orografia, hidrografia e climatologia do Brasil; representação política; defesa nacional; finanças e administração	1ª Topografia, orografia, hidrografia e climatologia; representação política; administração pública; defesa nacional; polícia e justiça
2ª Demografia (estado e movimento da população)	2ª Estado e movimento da população
3ª Estatísticas econômicas (produção, circulação, distribuição e consumo)	3ª Economia e finanças
4ª Instrução pública e particular; bibliotecas; museus; belas-artes; imprensa; cultos religiosos; instituições de assistência, de beneficência e previdência	4ª Instrução pública e particular; bibliotecas; museus; belas-artes; imprensa; cultos religiosos; instituições de assistência, de beneficência e previdência
5ª Justiça civil, comercial e criminal; polícia; natalidade ilegítima; suicídios.	
6ª Expediente, correspondência, contabilidade, escrituração da Diretoria Geral, distribuição das publicações, permutas internacionais e publicação dos trabalhos	

Em 1914 os chefes das seções eram: 1ª *João Maria de Lacerda*, 2ª *Leopoldo Doyle e Silva*, 3ª *Joaquim da Silva Rocha* (substituíra a *Lucano Reis* que se aposentara em janeiro de 1914; em janeiro de 1915 deixará a DGE para assumir a Diretoria do Serviço de Povoamento, sendo substituído por *Affonso Celso Parreiras Horta*), 4ª *Oziel Bordeaux Rego*, 5ª *Cassiano Machado Tavares Bastos*, 6ª *Cypriano de Lage e Silva*. A partir de 1915, com a reforma, passam a quatro as seções: 1ª *Cassiano Machado Tavares Bastos*, 2ª *Leopoldo Doyle e Silva*, 3ª *Affonso Celso Parreiras Horta*, 4ª *Oziel Bordeaux Rego*. Dessa forma,

João Maria de Lacerda e *Cypriano de Lage e Silva* passam ao quadro de "adidos", vale dizer, são postos à disposição, segundo as decisões federais de redução do número de servidores.[325]

Território; defesa, polícia e justiça

João Maria de Lacerda é sintético, lacônico mesmo. Faz seu balanço em apenas uma página. Sem detalhar os conteúdos, afirma estarem atualizadas as estatísticas das finanças da união (federal) e dos estados, da administração, do clima e da defesa nacional, e eleitoral; em curso estariam as estatísticas da hidrografia e da orografia. Em curso também estariam as estatísticas chamadas de coloniais, querendo indicar não o tempo colonial, mas as colônias existentes. Isso para 1914.

Cassiano Machado Tavares Bastos aborda o estado das estatísticas da justiça (civil e criminal), bem assim, das estatísticas penitenciárias, dos suicídios, e das divisões judiciária e policial. Dedicava-se, então, à preparação de modelos de pesquisa, a serem preenchidos nas repartições competentes (detentoras dos registros). São ditas muito difíceis as elaborações dessas estatísticas, pese depender-se sobremodo de funcionários públicos federais, o que devia facilitar. Também para 1914.

De 1915 em diante, *Cassiano Machado Tavares Bastos* trata do clima, com as médias da pressão barométrica, as temperaturas máxima e mínima, a tensão média do vapor d'água, a umidade relativa média em graus, a nebulosidade média, a quantidade de chuva, a evaporação à sombra, os ventos dominantes, nas estações meteorológicas. E valerá transcrever uma curiosidade, como segue:

> A única estação meteorológica do Brasil que conta o ano meteorológico como ele deve ser contado (de 1º de dezembro de um ano a 30 de novembro do ano seguinte) é a da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo; todas as demais estações existentes na República fazem, entretanto, as pesquisa atmosféricas de 1º de janeiro a 31 de dezembro, calculando as médias anuais relativamente aos 12 meses do mesmo ano, o que está em desacordo com a prática geralmente adotada entre os climatologistas (BRASIL, 1916, p. 11).

Trata também das divisões política, eleitoral, judiciária e administrativa. Em 1912, a divisão judiciária era composta por 600 as comarcas, 708 os termos, 3 413 os distritos de paz; a divisão administrativa era constituída por 1 234 municípios, 3 629 distritos administrativos. E considera as mutações freqüente dessas mesmas divisões, o que entende ser um problema, em si, e para a elaboração das estatísticas.

Em 1912, também, diz ser de 30 809 o quantitativo de servidores civis: 9 959 no Ministério da Viação, 7 479 no Ministério da Fazenda, 4 645 no Ministério da Marinha, 3 944 no Ministério da Justiça, 2 727 no Ministério da Guerra, 1 850

[325] Sobre 1915, Bulhões rende tributo à memória de José Marques de Oliveira, "um dos mais conceituados funcionários da Diretoria Geral de Estatística", antigo membro das comissões que avaliaram os censos de 1890 e 1900, digno de "apreço pela competência profissional, pela incomparável operosidade e pelo raro pendor para os estudos estatísticos" (falecido a alguns anos) (BRASIL, 1916, p. 9-10). Por Oziel Bordeaux (BRASIL, 1916, p. 153).

Colheita de café, [s.d.]

no Ministério da Agricultura, 205 no Ministério das Relações Exteriores. Daquele total, 17 491 recebiam até 200$000, 5 444 de 200$000 até 300$000, 3 560 de 300$000 até 400$000, 1 805 de 400$000 até 500$000. Somente 121 recebiam mais de 1:500$000.

Quanto aos núcleos coloniais, havia em Minas Gerais 17 estaduais e duas federais, no Paraná nove federais, no Rio de Janeiro duas federais, em Santa Catarina duas federais, em São Paulo dez estaduais e duas federais.[326] O número de colonos em 1912 totalizava 37 731 pessoas, sendo 16 902 no Paraná e 12 193 em São Paulo. Daquele número total, 7 587 eram brasileiros, 7 397 eram austríacos, 5 969 eram russos, 5 039 eram italianos, 4 345 eram alemães, 4 105 eram polacos, e outros.

Trata ainda da justiça (civil e criminal), das penitenciárias e casas de correção, dos suicídios e tentativas de suicídio, da defesa nacional, da divisão policial (18 chefaturas de política, uma para cada estado, 27 delegacias auxiliares, 1 234 delegacias, 4 202 subdelegaciais), da força policial militarizada.[327]

Em 1916, *Tavares Bastos* alude ao acordo assinado em outubro pondo termo à questão de limite entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Isso facilitava a delimitação do território, e a feitura da "carta geográfica do Brasil", em curso para 1922. Mas havia, ainda, outras questões internas de limite, e o diz assim:

> Numerosas são ainda, infelizmente, as questões de limites entre os Estados da Federação. De um livro do Sr. Comandante Thiers Fleming, que, como emissário do Sr. Presidente da República, contribuiu eficazmente para a feliz solução do litígio Paraná – Santa Catarina, transcrevemos a relação dessas questões: Minas Gerais com Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Bahia; Bahia com Sergipe, Pernambuco, Espírito Santo e Piauí; Pernambuco com Ceará, Alagoas e Paraíba; Ceará com Rio Grande do Norte e Piauí; Paraíba com Rio Grande do Norte; Piauí com Maranhão; Rio de Janeiro com o Distrito Federal; Paraná com São Paulo; Santa Catarina com o Rio Grande do Sul; Goiás com Pará, Mato Grosso e Bahia; e Amazonas com o Pará e com a União (Acre setentrional). Urge resolver esses litígios. Como bem disse o ilustre oficial, "a carta geográfica do Brasil, a publicar-se em 1922, pode e deve se apresentar com as fronteiras interestaduais definitivamente fixadas, como estão as internacionais" (BRASIL, 1921b, p. 7).[328]

[326] Não aparece o Rio Grande do Sul.

[327] Não parecem os guardas-civis.

[328] Sobre 1916 e 1917; o atraso na edição deveu-se à concentração da tipografia nas tarefas do censo.

Sobre as divisões administrativa, judiciária, policial a seção avançou bastante, elaborando inúmeras tabelas sobre os temas. As estatísticas climatológicas, judiciárias, eleitorais, policiais, dos núcleos coloniais, da administração pública, dos suicídios, e da defesa nacional, avançaram sobremaneira. Pouco a pouco aprendia-se a relacionar-se com os detentores dos registros administrativos que, mais e mais, percebiam a importância e as necessidades da atividade estatística.

Anúncio exibido no Almanak Laemmert, RJ, 1913

Movimento da população (Registro Civil)

Para 1914, *Leopoldo Doyle e Silva* oferece minúcias. Diz ele que alguns dos trabalhos descritos, "embora empobrecidos de detalhes, representam, todavia, um perseverante esforço" (BRASIL, 1915, p. 60). Informa estar realizando investigação, através de questionário, "por todas as municipalidades", com vistas a mensurar "as populações das diversas localidades", assim agindo para "suprir a falta de dados censitários" (BRASIL, 1915, p. 53). Pois, dos 1 239 municípios apenas 891 devolveram os questionários, e só o Rio Grande do Sul fez restituição completa dos mesmos. Diante desse quadro afirma:

> Achando-se a Diretoria Geral de Estatística suficientemente aparelhada de pessoal idôneo, de máquinas modernas de apuração, acredito que o serviço poderia ser executado com facilidade e sem grandes despesas, desde que os elementos indispensáveis lhe fossem facultados, em conseqüência de acordo, por ventura, celebrado com os governos dos Estados (BRASIL, 1915, p. 54).

O Registro Civil seguia sendo um grande problema e uma enorme frustração, por duas razões, a seu juízo: "de um lado, a indiferença com que muitos dos serventuários dos cartórios do Registro Civil recebem as contínuas reclamações dos mapas e, de outro, a relutância de grande parte da população em fazer os devidos registros" (BRASIL, 1915, p. 56); em 1914, 63% dos cartórios prestaram informações, 37% não; dos 63%, 34% mandaram informações completas, 29% não, ou seja, a situação era precária, e para chegar a algum resultado estatístico dos nascimentos, casamentos e óbitos enviou ofícios às Repartições Sanitárias e de Estatística dos estados, sem bons frutos.

Em 1912, segundo informação de *Leopoldo Doyle e Silva*, chefe da seção, a população brasileira seria de 24 618 429, sendo 4 628 553 em Minas Gerais, 3 700 350 em São Paulo, 2 746 443 na Bahia, 1 682 736 no Rio Grande do Sul, 1 649 023 em Pernambuco, 1 325 929 no Rio de Janeiro, 1 179 197 no Ceará, e outros. A superfície territorial seria de 8 485 777 km², o que dava uma densidade territorial de 2 901. O crescimento da população teria sido de 0,0237, entre 1872 e 1912 (40 anos).[329]

Em 1915, sobre o Registro Civil, 68% dos cartórios haviam enviado informações (48% completas e 20% incompletas), 32% eram faltosos totalmente.

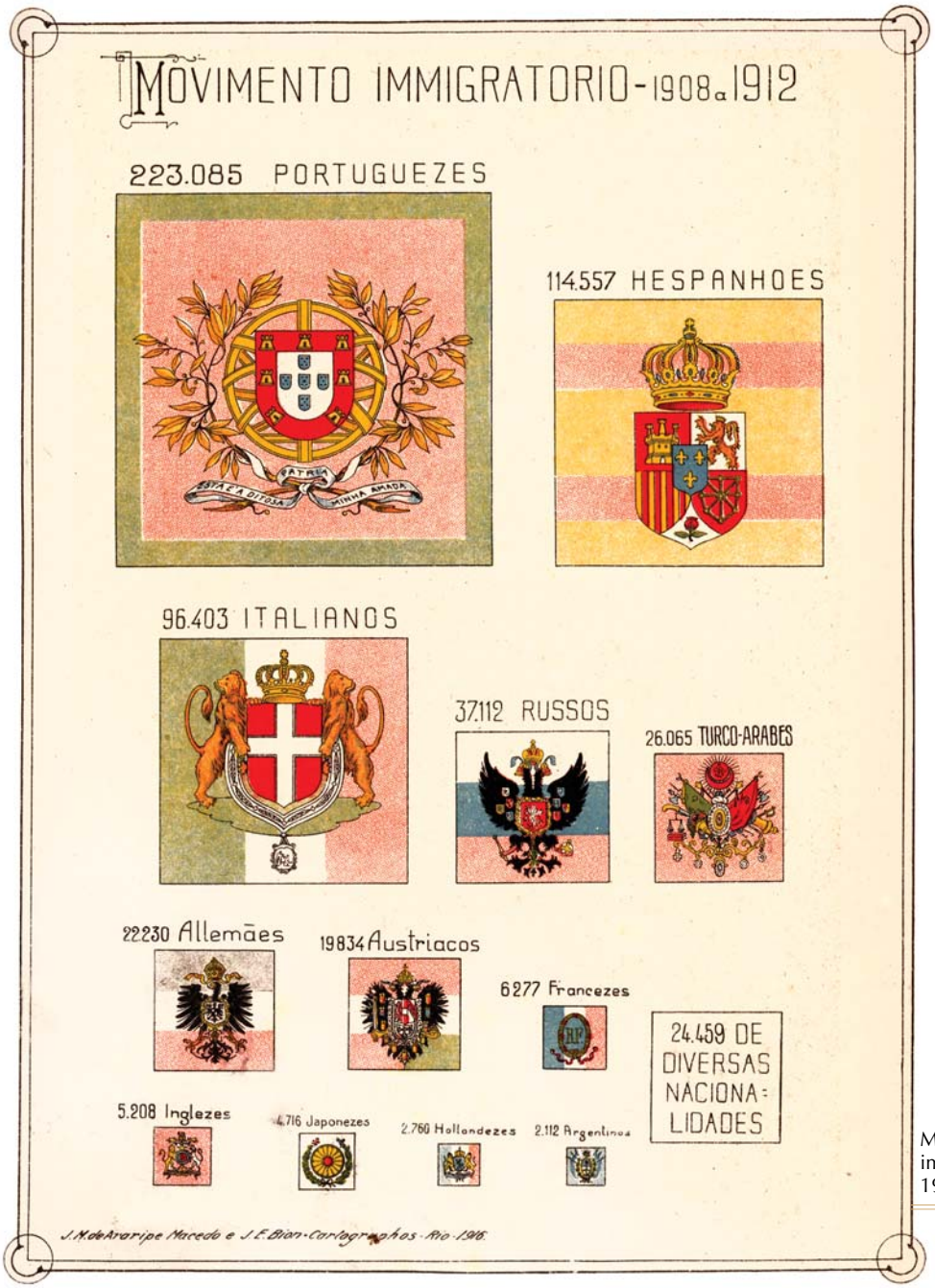
Sobre os números dos registros, recuperando um relatório de *Oziel Bordeaux*, diz que o registro religioso dos batizados e dos casamentos era bem maior que o Registro Civil; e o cita assim:

> "Em verdade, considerar nas divergências supra indicadas, o mesmo é que reconhecer, desde logo, duas coisas: primeiro, que, para avaliar, atualmente, a natalidade brasileira, à estatística cultual é que se há de recorrer, e não ao Registro Civil; segundo, que a lamentável deficiência deste impõe ao Governo uma ação, ao mesmo tempo, enérgica e prudente para, sem prejuízo ou ofensa do respeito devido à liberdade espiritual, que é a mais importante conquista de uma civilização, tornar efetiva a sanção civil, que hoje mal se estende – pode-se dizer sem receio de exagero – à metade dos nascimentos ocorridos neste país e à qual também escapam muitíssimas uniões de boa fé, na crença duma legitimidade que é, no entanto, meramente ilusória, e dia a dia vai criando, para inúmeros compatriotas nossos, a mais deplorável condição civil" (BRASIL, 1916, p. 33-34).

Em 1917 o dilema seguia sendo a falta de censos. Esses, afirma o chefe da seção, *Leopoldo Doyle e Silva*, "não inspiram grande confiança e, por isso, só com reservas podem fundamentar os cálculos provisórios durante o interregno entre o último e o mais recente Registro Civil" (BRASIL, 1921b, p. 41). Como seja, não obstante as dificuldades, a população brasileira atingiria o número de 27 473 579, isso com recursos de estimação por certo ousados e corajosos (Em 1916 a população era dita tendo 26 891 537).

O Registro Civil era, ainda, um grande problema. Em 1916, 61% dos cartórios enviaram as informações solicitadas, 12% o fizeram com lacunas e 27% ficaram omissos. Cansado das inevitáveis reclamações, afirma: "todo esse esforço e dispêndio seriam poupados, com melhor vantagem para o serviço público, se os serventuários dos cartórios cumprissem fielmente o disposto no Decreto nº 722, de 6 de setembro de 1890", ainda no Governo Provisório, no início da República" (BRASIL, 1921b, p. 53). E apresenta uma informação surpreendente, sobre a utilização de máquinas na apuração do Registro Civil:

[329] Faz uma citação à Giorgio Mortara (BRASIL, 1916, p. 30).



Movimento imigratório 1908-1912

> Continua a ser feita com regularidade a apuração dos mapas do Registro Civil de nascimentos, casamentos e óbitos, executando-se esse trabalho nas máquinas de Lucien March, onde com facilidade se obtém rapidamente os resultados de várias combinações dos elementos demográficos (BRASIL, 1921b, p. 53-54, grifo nosso).

Para melhorar essa situação, são feitas divulgações das disposições legais, junto aos cartórios e à população. Talvez tenham feito cartazes, possivelmente afixados nos cartórios. Talvez tenham feito apenas folhetos distribuídos à população. Eis, então, as disposições destacadas:

AVISO AO PÚBLICO

CASAMENTOS

A República só reconhece o Casamento Civil, cuja celebração será gratuita (Constituição § 4º, art. 72).

As pessoas que pretenderem casar-se, devem habilitar-se perante o Oficial do Registro Civil (Art. 1º, 1ª parte, do Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890).

São efeitos do Casamento Civil:

Constituir família legítima e legitimar os filhos anteriormente havidos de um dos contraentes com o outro. Obrigar o marido a sustentar e defender a mulher e os filhos. Determinar os direitos e deveres recíprocos, na forma da legislação civil, entre o marido e a mulher e entre eles e os filhos (Art. 56, §§ 1º, 5º e 6º do Decreto acima citado)

NASCIMENTOS

Todo o nascimento que ocorrer na República deverá ser dado a registro dentro de três dias.

O prazo acima ampliar-se-á: a 8 dias para quem residir de 1 a 8 léguas de distância do distrito de paz; a 20, para os que residirem de 10 a 20 léguas; a 60, para os que residirem a maior distâncias (Arts. 53 e 54 do Decreto nº 9.886 de 7 de março de 1888).

ÓBITOS

Nenhum enterramento se fará sem certidão do escrivão de paz do distrito, em que se tiver dado o falecimento (Art. 74 do Decreto acima citado).

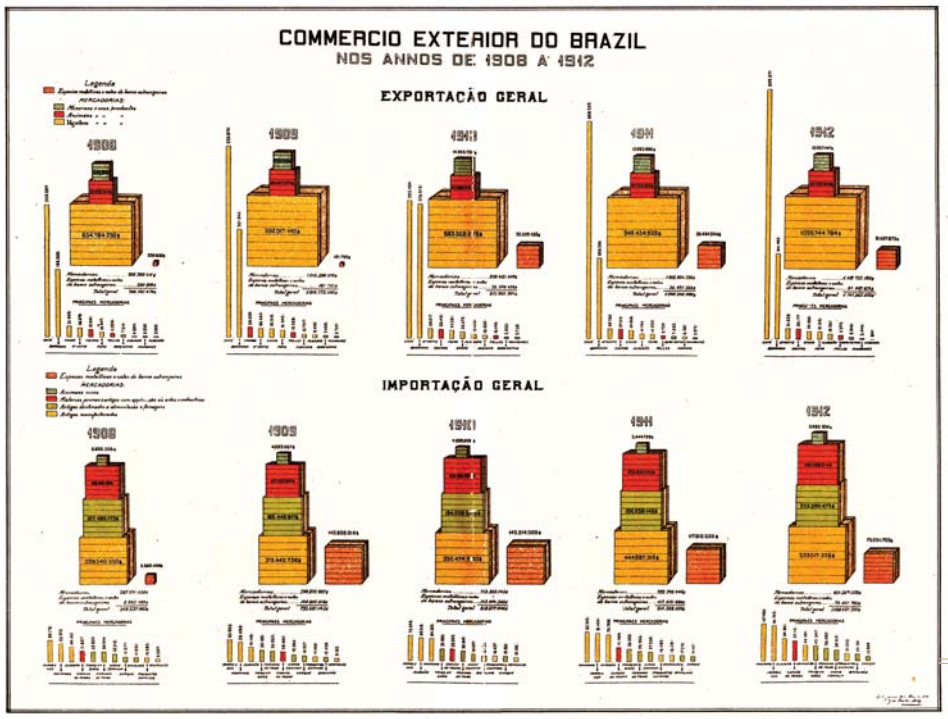
DISPOSIÇÕES COMUNS

No caso do empregado do Registro Civil recusar-se a fazer ou demorar qualquer registro, as partes prejudicadas poderão queixar-se ao Juiz de Paz, ao Juiz Municipal ou ao Juiz de Direito (Art. 45 do Decreto acima citado).

Não se cobrará emolumento algum pelos registros, anotações e averbamentos relativos a pessoas notoriamente pobres (Art. 44 do Decreto acima citado).

Toda pessoa, nacional ou estrangeira, que, tendo obrigação de dar a registro algum nascimento, casamento ou óbito, não fizer as declarações competentes dentro do prazo marcado, incorrerá na multa de 5$000 a 20$000, elevada ao duplo no caso de reincidência (Art. 50 do Decreto acima citado).

Depois, fica-se sabendo do Decreto nº 2.887, de 25 de novembro de 1914, que "permite, sem multa e dentro de um ano, o registro de nascimentos, no Brasil, de 1º de janeiro de 1890 até a data da presente lei", e do Decreto nº 3.024, de 17 de novembro de 1915, que "prorroga até 25 de novembro de 1917, o prazo de um ano, estabelecido no Decreto nº 2.887, de 25 de novembro de 1914, que manda admitir a registro sem multa os nascimentos ocorridos no Brasil de primeiro de janeiro de 1889



Comercio Exterior do Brasil nos anos de 1908-1912

a 25 de novembro de 1914", ambos assinados por *Wenceslau Braz* e *Carlos Maximiliano Pereira dos Santos*.

> Atendeu assim o governo a um elevado interesse da coletividade, procurando regularizar a inscrição do primeiro ato da vida social, base necessária ao futuro da família e às relações recíprocas entre o indivíduo e o Estado. Sob o ponto de vista demográfico não foi menor o alcance da resolução legislativa, pela possibilidade de normalizar-se, em futuro não remoto, o registro da natalidade. Aqueles que, por efeito da nova lei, preencheram a lacuna do registro que não haviam feito em tempo oportuno, tornam-se convencidos da necessidade de cumprir o preceito legal e, naturalmente, se transformam em propagandistas das vantagens resultantes desse procedimento (BRASIL, 1921b, p. 60-61).

Os resultados são animadores, segundo o chefe da seção, tendo havido um expressivo aumento de registros. Contudo, as relações com os cartórios continuavam problemáticas, com desatenção às demandas da DGE. Se de um lado, rompiam-se, pouco a pouco, as resistências e as ignorâncias da população, por outro lado, ainda havia a displicência e incompetência dos responsáveis pelos cartórios.

Economia e finanças (duras penas)

Para 1914, *Affonso Celso Parreiras Horta*, que substituíra *Joaquim da Silva Rocha* em janeiro de 1915, relata o que apurara. Informa haver em curso uma pesquisa sobre "estabelecimentos industriais sujeitos aos impostos de consumo", feita através dos agentes fiscais. E diz haver inúmeras estatísticas sobre o mercado (retalhista) de carne, feitas na seção, também havendo estatísticas prediais e do "pequeno transporte

terrestre" para a capital. Várias pesquisas estavam em curso: sobre açúcar e álcool, sobre eletricidade, sobre hipotecas e transmissão de imóveis, sobre salários agrícolas e industriais; sobre abastecimento de água, de esgotos e iluminação pública, entre outros. E diz haver sido "projetado, em fins de 1914, o censo agrícola do Brasil, do qual existe abundante material de propaganda" (BRASIL, 1915, p. 83).

Em 1912 havia no Brasil 30 705 400 bovinos, 7 289 690 eqüinos, 3 207 940 asininos e muares, 10 549 930 ovinos, 10 048 570 caprinos, 18 400 530 suínos, sendo "informações coligidas por intermédio das autoridades municipais, dos inspetores agrícolas e de vários criadores" (BRASIL, 1916, p. 40).

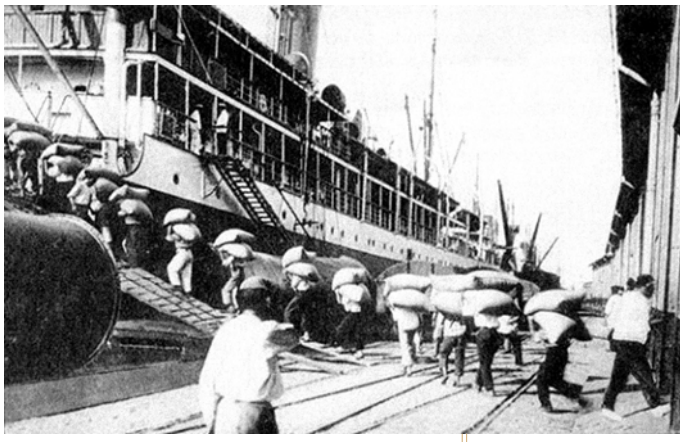
Trata também de inúmeras estatísticas: mercado de carne; indústria açucareira; meios de transporte e vias de comunicação; navegação, estradas de ferro e carris urbanos; correios, telégrafos e telefones; comércio interior; sociedades comerciais; concordatas preventivas e falências; propriedade edificada; inscrições hipotecárias; bancos, seguros e caixas econômicas; meio circulante; mercado monetário e de fundos públicos; finanças da união, dos estados e dos municípios.

Os anos 1916 e 1917 registram avanços na elaboração das estatísticas econômicas e financeiras. Elabora-se e divulga-se um alentado estudo sobre o açúcar. Alguns gráficos (do tipo simbólico, ou seja, contendo figuras, por exemplo, o boi para mostrar o rebanho bovino, etc.) são utilizados nas divulgações. Esse uso, talvez pioneiro, terá sido uma experiência importante, preparando o espírito para seu uso no Censo de 1920, e na Exposição Universal do Centenário da Independência. Os métodos usados, de dois tipos, são descritos pelo chefe da seção:

> São de duas ordens os trabalhos a cargo da 3ª seção: de um lado, os que consistem em extrair das publicações oficiais os elementos necessários à organização das principais estatísticas econômicas e financeiras; de outro lado, os que constituem investigações diretamente realizadas, com o fim de reunir dados numéricos sobre vários assuntos, mais ou menos ligados ao movimento econômico e financeiro do país. Figuram entre os trabalhos da primeira categoria, não só as estatísticas referentes aos meios de transporte e às vias de comunicação, isto é, movimento marítimo, das estradas de ferro, dos correios e telégrafos, como ainda as que dizem respeito ao comércio exterior, às instituições bancárias, às sociedades de seguros e previdência, enfim às finanças federais. Quanto aos trabalhos da segunda categoria, prosseguiram durante os anos de 1916 e 1917 os inquéritos relativos aos seguintes assuntos: produção de algodão, indústria pastoril (gado existente e mercado das carnes), indústria açucareira (produção das usinas e engenhos centrais), meios de transporte (marinha mercante, carris urbanos e outros veículos terrestres), vias de comunicação (telefones), caixas econômicas, concordatas e falências, inscrições hipotecárias, registro de transmissões de imóvel e de ônus reais, transcrições de empréstimos em títulos ao portador (debêntures), finanças estaduais e municipais (BRASIL, 1921b, p. 72).

Nos dois tipos de pesquisa, como os chama *Affonso Celso Parreiras Horta*, a origem primeira das informações eram os registros administrativos. A diferença é que no primeiro tipo de pesquisa alguém já os havia manuseado e organizado e divulgado, talvez em meio a relatórios analíticos. No segundo tipo, os registros seguiam virgens,

exigindo manuseio específico para fins estatísticos, dessa forma, é correto falar-se em pesquisas diretas, sempre difíceis e trabalhosas. Aplicá-las no setor agrícola, trariam imensas dificuldades, pela natureza do setor, e pela extensão do País; nesse caso melhor seria poder contar com associações, sociedades, escolas e centros com focos no setor agrícola; e afirma, categórico:



Navio Prinz Sigismund recebendo café no Porto Santista, [s.d.]

> Pretender, pois, que a Diretoria Geral de Estatística, além de muitos outros encargos, tenham ainda o de realizar sistematicamente inquéritos agrícolas, ou mesmo simples estimativas agropecuárias, é, não só atribuir-lhe um programa por demais vasto e incompatível com os parcos recursos de que dispõe, como também sujeitá-la à contingência de informar mal e, portanto, desprestigiar-se no conceito público. Estimativas assim obtidas serão forçosamente desmentidas por um futuro recenseamento, risco de que não se poderá forrar a Diretoria de Estatística, se quiserem forçá-la a fazer avaliações sem a base necessária de um censo anterior, em que se fundamentem os algarismos (BRASIL, 1921b, p. 74).

Os temores de fracasso são enormes. É curioso observar que o são exatamente na elaboração das estatísticas econômicas, justo aquelas que hoje mais se sabe fazer. Ora, desde sempre os fenômenos econômicos são mais afeitos à mensuração, por serem, em geral, expressos em valores (preços) e/ou em volumes (quantidades). Contudo, à época, ainda não se sabia definir as variáveis econômicas[330], nem se as sabia sintetizar, afora que as empresas (os empresários) relutavam em abrir-se, abrir os negócios, à "curiosidade" de terceiros, ainda que fosse para elaborar-se estatísticas. À época, o econômico era aproximado, sobremodo, através das pesquisa populacionais; por que claramente insuficientes, intentavam-se as pesquisas diretas nas empresas, no uso dos seus registros; tudo muito difícil, seja abrir-se a estranhos, seja realizar o trabalho adicional de agregação das informações existentes nos registros.

> [...] embora haja necessidade de ampliar cada vez mais a esfera dos inquéritos de natureza econômica e financeira , deve haver também grande prudência em realizar tais tentativas, pelas dificuldades a vencer num meio tão infenso, como o nosso, a investigações dessa ordem, e afim de evitar ainda que o insucesso, em trabalhos previamente condenados a esse resultado, traga como conseqüência o desânimo noutras pesquisas com maiores probabilidades (BRASIL, 1921b, p. 214).

Estatísticas intelectuais e de natureza moral

Para 1914, *Oziel Bordeaux* prepara copioso relatório. A maior demanda de informações, constata, é feita a particulares e não a funcionários públicos; dessa forma, àqueles estar-se-ia impondo despesas postais, o que não achava correto, e sugere ser a

[330] Em boa medida, o que faltava era a legislação que as uniformizasse e lhes impusesse a publicidade. Por exemplo, é o caso dos registros contábeis, das divulgações dos balanços, etc.

razão das falhas e dos atrasos. E diz que a DGE, ao dirigir-se a particulares, aumentava suas despesas postais, pois essas tarifas eram maiores das que pagava quando se dirigia para dentro do serviço público. E afirma, irritado:

> O descabimento da medida ainda sobe de ponto, quando, em vez dos pedidos da Repartição, se consideram as respectivas respostas. Num país como o nosso, onde tudo dificulta as elaborações da Estatística, tornar dependente de selo, pago pelo remetente, o trânsito das informações no Correio, o mesmo fora que anular o único elemento que talvez ainda disponha à boa vontade aqueles a que recorre a Diretoria (BRASIL, 1915, p. 90).

E reclama da escassez de pessoal idôneo; afora que, não raro, perdia pessoal, por várias razões, para vários lugares, internos e mesmo externos. E elogia a mudança no programa de edições, ou seja, dando às seções liberdade de editarem suas estatísticas em publicações específicas, conforme elas iam ficando prontas, sem a exigência de prazos certos e curtos. Daí, pôde editar inúmeras estatísticas das religiões (igrejas, fiéis, etc.).

Por fim, fala do andamento das estatísticas das instituições de assistência (hospitais, manicômios, maternidades, etc.), com as quais atendeu pedido do Dr. *Juliano Moreira*, "ilustre psiquiatra". Também considera o andamento das estatísticas de beneficência e de previdência, das sociedades literárias, dos museus e teatros, da imprensa, das bibliotecas, e outras. Sem esquecer as estatísticas das instruções pública e particular, que consideram essenciais às políticas públicas, sobremodo para erradicação do analfabetismo. Todas elas eram feitas a duras penas, sem grande sucesso.

Em 1916 sobre 1915, *Oziel Bordeaux* continua batendo nesta tecla, a da enorme dificuldade de convencer pessoas, por assim dizer privadas, a fornecerem informações à repartição de estatística, mormente ao terem que pagar por isso. E *Bulhões* lhe reproduz arrazoados, valiosos e curiosos (em sua linguagem rebuscada, bastante barroca); em especial, veja-se o dilema da ausência de cadastros de informantes:

> Do ponto de vista do rendimento dos inquéritos, portanto, a situação dos serviços de estatística intelectual e moral é muito inferior a em que eles, provavelmente, se encontrariam, se outra fora a categoria da mor parte dos informantes, sem cujo concurso é absolutamente impossível organizá-los. Atenda-se, demais, a que o simples trabalho prévio de descoberta e arrolamento das pessoas e instituições, às quais compete fornecer esses subsídios, consome tempo e esforços, a que a dispensabilidade de semelhante preliminar permitiria dar aplicação vantajoso em outras tarefas, fatalmente prejudicadas por exigências daquelas. [...] Nem por isto, entretanto, importa insistir nesses tentamens; ao contrário, pois, quanto mais demorado e custoso nos parecer o êxito completo deles, tanto mais deveremos madrugar na lida, que, só, afinal, no-lo permitirá incluir entre as conquistas reais, indiscutíveis, da estatística brasileira (BRASIL, 1916, p. 59).

Trata depois das "estatísticas das confissões religiosas", que *Bulhões* diz ser o "encargo dileto" da seção. Talvez não o fosse da seção, mas o era, sim, de *Oziel Bordeaux*, que ao tema dedica estudos, em boa conta contidos no relatório. Trata das

estatísticas das instituições de assistência, "uma das mais trabalhosas", das instituições de beneficência e de auxílio mútuo, das associações literárias, científicas e artísticas, da bibliotecas, dos teatros, da imprensa, do ensino público e particular.

Em 1916 e 1917 novo estudo (alentado) é feito sobre "as confissões religiosas", inclusive analisando o positivismo. A instrução é estudada, com bastante substância, o que ainda não fora feito. As estatísticas ditas intelectuais também avançam. Mas as dificuldades não desaparecem, e *Oziel Bordeaux* pontifica:

> Considerando de modo abstrato o sistema a que devem obedecer as estatísticas oficiais, militam a favor da absoluta centralização as vantagens da unidade, da rapidez e da economia. Mas, se a tendência geral é para uma concentração sempre maior, deve-se reconhecer que o próprio regimen político e administrativo impõe, às vezes, às estatísticas oficiais feitio diverso daquele que teoricamente fora preferível. É o que explica as grandes diferenças notadas, de um país para outro, na maneira de encarar o assunto, ainda quando não se transponha o círculo das nações em que a estatística é alvo da maior solicitude por parte dos poderes públicos. Não só muda o quadro das matérias estudadas pelas Repartições Gerais de Estatística, como ainda varia geralmente o grau de centralização dos trabalhos; pois em alguns países o material primitivo é tratado em estações comunais e provinciais e apenas resumido no Ofício Central, ao passo que alhures chega a esse centro quase intacto, competindo-lhe efetuar a elaboração completa. "De fato, diz Ferraris, certos povos resolveram o caso no sentido da máxima unificação; outros, porém da maneira oposta, isto é, pelo maior parcelamento entre vários órgãos. Em toda a parte, entretanto, foram admitidas exceções à regra, procurando-se combinar as vantagens dos dois sistemas".
>
> Com os trabalhos confiados à 4ª seção não se dá o mesmo que se verifica nas três outras seções da Diretoria Geral de Estatística, nomeadamente a 1ª e a 3ª, as quais aproveitam apreciável subsídio de trabalhos federais e estaduais, vindos ou não à público, o que lhes facilita, mais ou menos, o desempenho dos deveres marcados nos respectivos programas. Muito menos favorável, porém, sob este aspecto, é o caso da 4ª seção, pois insignificante ou mesmo nulo é o concurso dos trabalhos oficiais com que pode ela contar, para o desempenho de suas atribuições regulamentares. [...] De fato, sobre nenhuma das matérias, de que se ocupa a 4ª seção, procedem a inquéritos regulares o Governo Federal e as administrações estaduais, de modo que não se pode reduzir a feitura daqueles trabalhos ao simples resumo de outros, preparados fora da Diretoria de Estatística. Além de não haver, em cada uma das grandes divisões do país, centros a que convirjam os dados concernentes a qualquer dos assuntos em causa, acresce ainda a circunstância de depender exclusivamente da atividade da própria seção o arrolamento de todas as instituições, a que lhe cumpre recorrer, para a pesquisa dos informes indispensáveis à organização das suas estatísticas (BRASIL, 1921b, p. 216).

Isso posto, dois pontos merecem destaque. Um, menor, de caráter temático, qual seja, o não se saber a quem enviar os pedidos; em termos usados hoje, não se tinha um cadastro (da "população") de informantes, ou seja, não se sabia quais eram e onde estavam as bibliotecas, as sedes de jornais, as escolas, etc. Outro, maior, de caráter sistêmico, institucional, qual seja, a dúvida da justeza daquele desenho de atividade estatística, centralizado, mas tendo que atuar num federalismo descentralizado. E sem explorar, contudo, lança um contraponto interessante à centralização, qual seja, a idéia de concentração. Vale dizer, ao centro caberia concentrar não centralizar, e é essa

será a tônica da criação do IBGE, como órgão de coordenação (leia-se concentração) como garantia de unidade, de uniformidade, de continuidade, cabendo a vários outros órgãos, onde estavam os registros, o esforço de elaboração das estatísticas.

Anuário estatístico

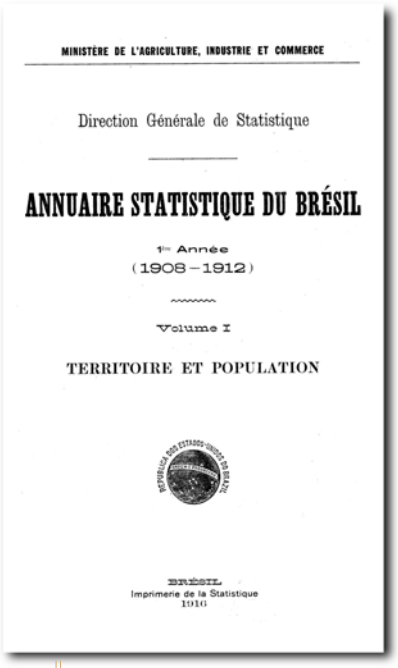
Desde o primeiro momento, ao tempo do Governo Provisório da República, quando da recriação da DGE, constou do seu regulamento a determinação de fazer um anuário estatístico; e isso foi sempre mantido em todas as reformas posteriores. O anuário seria o grande veículo de divulgação das informações, embora também se falasse de boletins que sairiam quando houvesse estatísticas abundantes e interessantes a divulgar, não sendo cabível esperar o anuário. Os boletins só se tornaram alternativa concreta quando se consolidou a elaboração das estatísticas, tornando-as mais abundantes; isso, nos anos de 1910 e 1920. Contudo, embora tenha havido material para diversos boletins, poucos saíram; isso, à falta de um plano de editoração, no qual eles se ordenassem e se estruturassem. Dessa forma, o anuário seguiu sendo visto como o grande veículo de divulgação, contudo, elaborá-lo e editá-lo nunca foi coisa fácil, donde, ao longo do período em estudo, seu sucesso foi diminuto. Assim é que em 1893 Timóteo da Costa anunciava a próxima publicação de um anuário, não feito, à falta das condições técnicas de trabalho da Imprensa Nacional; idas e vindas, e já havendo a Tipografia da Estatística, o primeiro volume do anuário só sairia em 1916, o segundo em 1917 e o terceiro em 1927; daí em diante, só mesmo ao tempo do IBGE.[331]

Os três volumes tiveram edição bilíngüe, português e francês, o que devia tomar tempo, e exigir recursos especiais na tipografia. Além das tabelas, havia cartas (mapas), e gráficos (vários pictóricos, ou cartogramas simbólicos). O primeiro e o segundo volumes oferecem copiosos prefácios (28 e 68 páginas, respectivamente) assinados por *Bulhões Carvalho*, nos quais traça do Brasil um retrato em números; no terceiro volume faz apenas uma pequena apresentação, dedicando-o à memória de *Oziel Bordeaux* falecido em outubro de 1926, dado como o responsável pela abundância das estatísticas nele divulgadas. Ao final do prefácio ao volume II, escreve Bulhões:

> Em literatura, como na pintura, é comum o recurso de exagerar as cores do quadro para melhor conseguir o relevo da forma e assim dar mais força sugestiva às idéias. Não foi este, porém, o propósito das nossas referências às cifras que desenham, econômica e financeiramente, a situação do Brasil. Fazendo falar os números com a probidade que a Estatística exige na expressão de cada algarismo, só houve o intento de dizer a verdade, sempre necessária e pródiga de úteis ensinamentos, além do melhor guia para a conquista dos grandes ideais ou das vantagens que acaso nos reserve o futuro. Se este nos parece agora pouco risonho, nem por isso se descortina sombrio ou apavorante. Ao contrário, os horizontes nacionais deixam entrever a

[331] Para uma pequena história do anuário ver: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL**:** resenha histórica. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. O texto é de Maria das Graças de Oliveira Nascimento.

promissora claridade de uma era não longínqua de maior prosperidade econômica. Para tanto é suficiente apenas que haja trabalho e perseverança no aproveitamento inteligente de todas as atividades ou forças produtoras que inutilmente se dispersam no nosso vasto território. É, sobretudo, preciso que a política não perturbe a administração, antes exerça toda a sua salutar influência em benefício dela e no fomento das relações com os países estrangeiros, afim de facilitar, interna e externamente, a expansão do comércio e de outras fontes da riqueza nacional, devendo abster-se quanto possível de intervir na direção dos serviços públicos, para não enfraquecer o profícuo estímulo de todos os que deveras se esforçam pelo engrandecimento progressivo da nacionalidade brasileira (ANUÁRIO..., 1917, p. LXXII-LXXIII).


MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE, INDUSTRIE ET COMMERCE

Direction Générale de Statistique

ANNUAIRE STATISTIQUE DU BRÉSIL

1ère Année
(1908–1912)

Volume I

TERRITOIRE ET POPULATION

BRÉSIL
Imprimerie de la Statistique
1916

Folha de rosto do Annuaire statistique du Brésil 1908-1912, v.1. Território e população

Isso posto, realçando a grandeza do realizado, passemos ao conteúdo sintético dos volumes. Há um admirável cuidado no preparo das tabelas, dos gráficos e das cartas (mapas). No caso das tabelas, aproxima-se muitíssimo das atuais normas de apresentação tabular.[332] Vejamos:

ANNUARIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL 1908-1912.
Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1, 1916.

- *Prefácio* (em setembro de 1916)
- *Aspecto do céu*
- *Território* (posições astronômicas)
- *Clima*
- *Divisão política e estatística eleitoral*
- *Divisão judiciária e administrativa*
- *Administração federal* (pessoal e vencimentos; despesa votada)
- *Núcleos coloniais e naturalizações* (território, população, produção)
- *Justiça civil e criminal* (Justiça federal; Justiça do Distrito Federal;
  Casa de detenção no Distrito Federal; Casa de correção no Distrito Federal; Suicídios)
- *Divisão policial e força policial militar*
- *Defesa nacional* (Exército, Marinha)
- *População* (densidade territorial e crescimento médio)
- *Registro Civil* (nascimentos, casamentos e óbitos)
- *Movimento migratório* (passageiros e imigrantes)

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO
MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE, INDUSTRIE ET COMMERCE

Directoria Geral de Estatistica
Direction Générale de Statistique

ANNUARIO ESTATISTICO DO BRAZIL
ANNUAIRE STATISTIQUE DU BRÉSIL

1º Anno–1ère Année
(1908–1912)

Volume II

ECONOMIA E FINANÇAS
ÉCONOMIE ET FINANCES

RIO DE JANEIRO
Typographia da Estatistica
1917

Folha de rosto do Annuario estatistico do Brazil 1908-1912, v. 2. Economia e finanças

ANNUARIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL 1908-1912.
Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 2, 1917.

- *Prefácio (em outubro de 1917)*

[332] Ao final do primeiro volume há uma curiosa folha incerta. Num lado, no topo, é dito: "Esta folha servira para acusar o recebimento do volume e ainda para o obséquio de alguma retificação, observação ou indicação, tendente a melhorar os demais tomos deste trabalho. Deve ser dobrada pelos traços do verso, mas não colada". No outro lado, no meio, há o endereçamento à "Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, Brasil", sem endereço, e o espaço para a especificação do remetente.

- *Indústria do gado (estimativa da população pecuária; mercado de carne)*
- *Meios de transporte (movimento marítimo e fluvial, longo curso e cabotagem; empresas nacionais de navegação fiscalizadas pelo governo federal; rede das estradas de ferro; estradas de ferro de propriedade ou concessão federal, empresas de carris urbanos; animais e veículos registrados)*
- *Vias de comunicação (movimento geral dos correios; telégrafo nacional; telefones)*
- *Comércio exterior*
- *Comércio interior (movimento comercial da praça do Rio de Janeiro; preços mensais de diversas mercadorias, por atacado)*
- *Propriedade imobiliária (registro de hipotecas; registro de transmissões de imóveis; valor locativo dos prédios)*
- *Instituições de crédito e previdência (movimento bancário; seguros de vida, terrestres e marítimos; caixas econômicas federais; empréstimos sobre penhores, no Distrito Federal)*
- *Movimento monetário e de fundos públicos (papel moeda; caixa de conversão; cunhagem de moedas; mercado de títulos; movimento cambial)*
- *Finanças públicas (finanças da União; finanças dos estados; finanças dos municípios)*

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE, INDUSTRIE ET COMMERCE

IBGE-CDDI/DEDOC
REDE DE BIBLIOTECAS

Directoria Geral de Estatistica

Direction Générale de Statistique

ANNUARIO ESTATISTICO DO BRAZIL

ANNUAIRE STATISTIQUE DU BRÉSIL

1º Anno – 1re Année
(1908 – 1912)

Volume III

CULTOS, ASSISTENCIA, REPRESSÃO E INSTRUCÇÃO

CULTES, ASSISTENCE, REPRESSION ET INSTRUCTION

Coleção IBEGEANA

RIO DE JANEIRO
Typographia da Estatistica
Imprimerie de la Statistique
1927

Folha de rosto do Annuario estatistico do Brazil 1908-1912, v. 3. Cultos, assistência, repressão e instrucção

ANNUARIO ESTATISTICO DO BRAZIL 1908-1912.
Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 3, 1927.

- *Apresentação (em junho de 1927)*
- *Parecer do chefe da 4ª seção Dr. Affonso Celso Parreiras Horta (em maio de 1927)*
- *Cultos (judaísmo; catolicismo romano; catolicismo ortodoxo; protestantismo; positivismo)*
- *Assistência (hospitais, asilos, casas de saúde, enfermarias* e colônias agrícolas onde se tratam alienados; classificação dos doentes segundo o diagnóstico)
- Repressão (estatística penitenciária; característicos individuais dos condenados que, durante o ano, deram entrada nas prisões; característicos individuais dos condenados que saíram das prisões no fim do ano; característico individuais dos condenados que se achavam nas prisões no fim do ano)
- Instrução (sociedades científicas, literárias e artísticas; imprensa; belas-artes; museus; bibliotecas)
- Ensino civil no Distrito Federal (ensino superior: ensino jurídico; ensino médico-cirúrgico e farmacêutico; ensino politécnico; ensino profissional; ensino secundário: ensino público federal; ensino público municipal; ensino particular; ensino primário: ensino público municipal; ensino particular)
- Ensino militar no Distrito Federal (ensino regimental do exército; ensino profissional e primário de aprendizes marinheiros)
- Despesas com o ensino no Distrito Federal (despesa federal; despesa municipal; despesa particular)
- Ensino civil no Brasil (ensino superior: ensino filosófico e literário; ensino jurídico; ensino médico-cirúrgico e farmacêutico; ensino politécnico; ensino profissional: ensino sacerdotal; ensino pedagógico; ensino artístico liberal; ensino artístico industrial; ensino agronômico; ensino náutico; ensino comercial; ensino secundário: ensino público federal; ensino público estadual; ensino público municipal)

Quadro de pessoal em 1917

Valerá, para fins de memória histórica, revelar o quadro de pessoal efetivo da DGE. *Bulhões* oferece os nomes, ano a ano, desde 1914; ficamos com a relação de 1917, por ser, para o tempo estudado, a mais recente (vale notar a razoável permanência dos nomes, desde havia muito tempo; note-se o grande número de mulheres, fato à época incomum)[333]. Alguns desses nomes ainda estarão na ativa ao final da década de 1920, e integrarão o quadro do IBGE, ou, se não o dele diretamente, ao menos indiretamente, ao integrarem o Sistema Estatístico, então criado.[334]

Diretor Geral
Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho

Chefes de Seção (4)
Dr. Cassiano Machado Tavares Bastos // Leopoldo Doyle e Silva
Dr. Affonso Celso Parreiras Horta // Oziel Bordeaux Rego

Bibliotecário
Augusto Dias Carneiro

Arquivista
Dr. Joaquim Macedo de Castro Rebello

Cartógrafo
João Moreira de Araripe Macedo

Almoxarife
Fidelis Lemgruber

Primeiros oficiais (8)
Francisco Leão Alves Barbosa // Francisco Calmon de Britto
Amaro Crespo Chaves Campello // Alfredo Vianna Bandeira
Fernando de Faria Júnior // Antônio Cavalcanti Albuquerque de Gusmão
Henrique Pereira de Lucena // Fausto Fragoso

Segundos oficiais (12)
Augusto Arnaldo da Silva Castro // Octávio do Nascimento Silva
Álvaro Afrânio Peixoto // Augusto Pedro Vieira
Carlos Frederico de Sampaio Vianna // Octávio Gastão Barbosa
Álvaro Tavares de Lacerda // Dr. Justiniano Martins Meyrelles
Lahire de Figueiredo Vasconcellos // Arlindo Antônio Leal
Francisco José Bokel // Leovigildo Filgueiras Filho

Terceiros oficiais (24)
Francisco Pires Ferreira // Alpheo da Costa Doria
Adalberto Albano Prudente // Alfredo Black Sant'Anna
Arthur Marques Lins de Albuquerque // Dr. Milciades José Gonçalves
Raul de Araujo Coelho // Edgard Brandão Maldonado
Bellarmino Sayão de Sá Carvalho // Laerte Augusto Machado
Dr. Humberto Graça // Sylvio Vieira Braga
Manoel Timotheo da Costa Júnior // Dr. Heitor Eloy Alvim Pessoa
Sebastião Martins da Cunha // Dr. Alfredo Salgado Bittencourt
Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas // José Gonçalves Lessa Vieira

[333] "Devemos a Francisco Bernardino a admissão de pessoal do sexo feminino, como datilógrafas e apuradoras, nos serviços oficiais de estatística. Aliás, se não estou enganado, foi a Diretoria Geral de Estatística a primeira repartição pública brasileira conquistada pelo movimento feminista. Dentre as distintas colaboradoras que tivemos a partir de 1910, não posso deixar de citar as duas mais antigas, as Senhoritas Carmen Unser e Maria Dulce de Oliveira, e mais tarde a Senhora Eulália de Brito, que foi um dos elementos mais esforçados da Seção de Registro Civil e assistente da chefia do Censo Demográfico de 1920. Guardo dessas três antigas colegas uma grata recordação, pelo exemplo de dedicação à causa pública, que nos souberam dar" (FREITAS, 1992, p. 116).

[334] Os nomes de Heitor Eloy Alvim Pessoa, e sobretudo o de Mário Augusto Teixeira de Freitas, estarão no epicentro da criação do IBGE.

Ivan Galvão // Arthur Vianna
Raul Moreira Fragoso // Cyro Cordeiro de Farias
Alfredo João Lousada // Guilherme Augusto Ferreira Duque Estado

Auxiliares apuradoras (20; duas vagas)
Isabel Ferreira Lopes // Maria da Glória Pereira Rego
Maria da Piedade Barbosa // Alice Lopes Campeão
Jenny Moreaux Costa // Mercedes Cesar da Silva
Maria de Souza // Elvira Monteiro Benjamin de Sá
Lydia Duarte Riberio // Rachel Pinto Fernandes
Eulalia de Britto // Dulce Nery
Josephina da Gama Fernandes // Beatriz de Souza
Etelvina da Conceição Werneck // Maria José Tupinambá
Ida Monat // Isa Horta Chaves

Auxiliares datilógrafas (5)
Maria Flora Brandão Reis // Maria Dulce de Oliveira Aguiar
Grauben Bomilcar de Monte Lima // Carmen Barbosa Unzer // Marfisa Rodrigues Cabral

Porteiro
Adalto Gomes de Oliveira

Ajudante de Porteiro
João de Macedo Ribeiro

Contínuos (4)
Antonino Albino Pinto // Alvaro da Rocha Baptista
Arthur José de Lima // João Barbosa Lima

Tipografia
Chefe de oficina
Antonio César Tupinambá

Compositor de 1ª classe
João Ferreira dos Santos // José Corrêa de Albuquerque

Impressor de 1ª classe
Nelson de Seixas Ferreira

Encadernador de 1ª classe
Ataliba da Silveira Pinto

Encadernador de 2ª classe
Godofredo Macedo Soares Alves

Imponente manifestação de sympatia [sic] aos grandes armazéns do Parc Royal, exibida no O Tico-Tico.
Rio de Janeiro, 12 jan. 1916

Em 1920, quarto Censo Geral: legislação e concepção minuciosas

Capítulo 18

Nunca antes o País planejara tão minuciosamente um recenseamento; e jamais o fizera de fato geral, populacional e também econômico. Um planejamento minucioso, amplo e irrestrito, obtendo cadastros (até mesmo fazendo-os), traçando divisões dos espaços urbanos, e rurais, começara antes mesmo da aprovação da legislação pertinente, autorizando a realização censitária, e aportando-lhe orçamento. O conteúdo e o cuidado dos planos atestavam maturidade, mesmo quando vistos com os olhos de hoje, mais ainda para os padrões da época.

Não apenas foi pensado o trabalho de campo, o que era comum, mas também as demais etapas do processo de trabalho, sobretudo a apuração, sempre um ponto fraco do processo censitário, seu verdadeiro calcanhar de Aquiles. A apuração foi pensada antes, o que era raro, vale dizer, antes mesmo de iniciado o trabalho de campo (coleta), já se concebera a apuração, já se idealizara a divulgação dos resultados. Para cortar os prazos, pensou-se nas máquinas de apuração, e se as trouxe à rotina; feito isso, desde o início, a metade do sucesso estava garantido. Mas, era preciso garantir o campo.

Pois foi-se além da tradição, melhor dizendo, repetiu-se o positivo, e mudou-se o negativo. No Distrito Federal, sob a direta ação da DGE, fez-se mapas das

População do Rio de Janeiro (Distrito Federal) segundo o sexo e o estado civil, [s.d.]

ruas, e se os dividiu em segmentos trabalháveis (tipo os atuais setores censitários); isso em estreita relação da DGE, via seu cartógrafo, com órgãos municipais, em geral aqueles voltados às atividades sanitárias. Nos estados houve a orientação e o estímulo para que o mesmo fosse feito, mas com sucessos limitados; dessa forma, seguiu-se contando com pessoas que conhecessem as localidades onde deviam trabalhar, o que dava, por certo, margem a improvisos, que se tentou atenuar com uma estrutura de fiscalização, com realce para a atuação nos estados de um delegado da estatística. Contudo, a estrutura censitária nos municípios seguia sendo local, sujeita a vícios de várias ordens, o que seria péssimo, mas, diante do espírito federativo dominante, seria mesmo inevitável.

Vencendo resistências da federação e da população

Os delegados da estatística puderam garantir a distribuição dos formulários, em números e em tempo certos (a menos de poucos furos). E, ao final do processo, puderam garantir o controle de qualidade, checando e corrigindo os preenchimentos, bem assim, evitando extravios na remessa dos formulários preenchidos e conferidos à repartição de estatística na capital federal. Com essa presença federal nos estados, para fins da atividade censitária, pôde-se contornar as autonomias federativas. Alguns dos delegados cumpriram suas atividades com extremada competência, conseguindo aglutinar esforços também dos estados; alguns, nessa luta, também fizeram pesquisas de interesses estaduais, aplicando formulários específicos na atividade censitária. Já antes houvera delegados, sejam os eventuais, sejam os itinerantes, trazidos na reforma de 1907, sejam os permanentes[335] introduzidos nas reformas de 1910 e de 1911, contudo, pela primeira vez se os associava à atividade censitária, em que foram um sucesso.

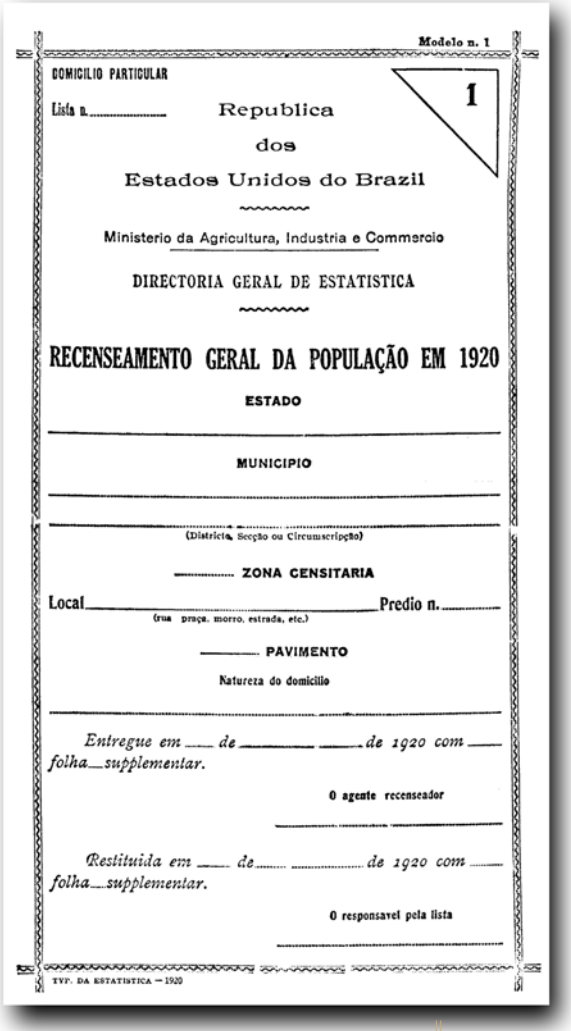
> Precisamente no dia 1º de setembro de 1920 realizou-se em todo [o] Brasil o recenseamento da população, da agricultura e das indústrias.[336] Tanto na Capital como nos Estados, correram regularmente os trabalhos do censo, com mais ou menos facilidade, segundo as condições especiais inerentes ao meio onde foram executados, não sendo razoável exigir perfeita uniformidade do serviço em todas as localidades do vastíssimo território brasileiro, algumas das quais quase inacessíveis aos mais comuns meios de transporte, ainda mesmo não levando em conta outros empecilhos, tais como o perigo na travessia de zonas excessivamente insalubres e não raro infestadas de hordas selvagens de índios ou de bandoleiros da pior espécie. Não obstante tudo isso, o recenseamento não deixou de ser feito em parte alguma do Brasil, tendo sido convenientemente supridas as possíveis lacunas do inquérito demográfico (BRASIL, 1922b, p. 501, grifo nosso).

E, para vencer as resistências e/ou reticências da população, praticou-se uma vastíssima propaganda. De um lado, na forma de cartazes, de folhetos, e outras

[335] Mas que, por falta de recursos financeiros, acabaram fracassando, ficando como letra morta das leis.

[336] Por um feliz acaso, enquanto ocorria o trabalho de campo (coleta) não houve nenhuma revolta militar, ou de qualquer outro tipo. Isso ajudou sobremodo a realização do censo. Só ao seu final, mas já em fase de apuração, portanto em trabalhos internos, é que o país passaria pela revolta dos tenentes.

formas, amplamente distribuídos, bem assim, de notícias jornalísticas, de palestras, seminários, conferências, e outras formas, amplamente realizadas. De outro lado, na conquista à participação de diferentes segmentos da sociedade, como a Igreja Católica (dos altos prelados aos simples párocos e vigários), as associações operárias, as associações patronais, os clubes (por exemplo, dos aviadores, então em moda), das forças armadas, dos órgãos públicos federais, entre outros. Tanto apoio, tão variado, acabou também trazendo o concurso dos estados, sendo mais uma ação de superação à federação. Nesse esforço de propaganda, o governo foi peça chave, com a direta participação das mais altas autoridades republicanas, inclusive o Presidente da República, *Epitácio Pessoa*. A atuação de *Bulhões* foi incansável, e imaginativa, tendo contado com as reflexões (antes vistas) de *Oziel Bordeaux*; sem dúvida, muitas das idéias havidas e depois aplicadas com sucesso vieram dele.



Modelo n. 1

DOMICILIO PARTICULAR

Lista n.....

1

Republica
dos
Estados Unidos do Brazil

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO EM 1920

ESTADO

MUNICIPIO

(Districto, Secção ou Circumscripção)

..... ZONA CENSITARIA

Local..... Predio n.....

(rua praça, morro, estrada, etc.)

..... PAVIMENTO

Natureza do domicilio

Entregue em ... de ... de 1920 com ... folha... supplementar.

O agente recenseador

Restituida em ... de ... de 1920 com ... folha... supplementar.

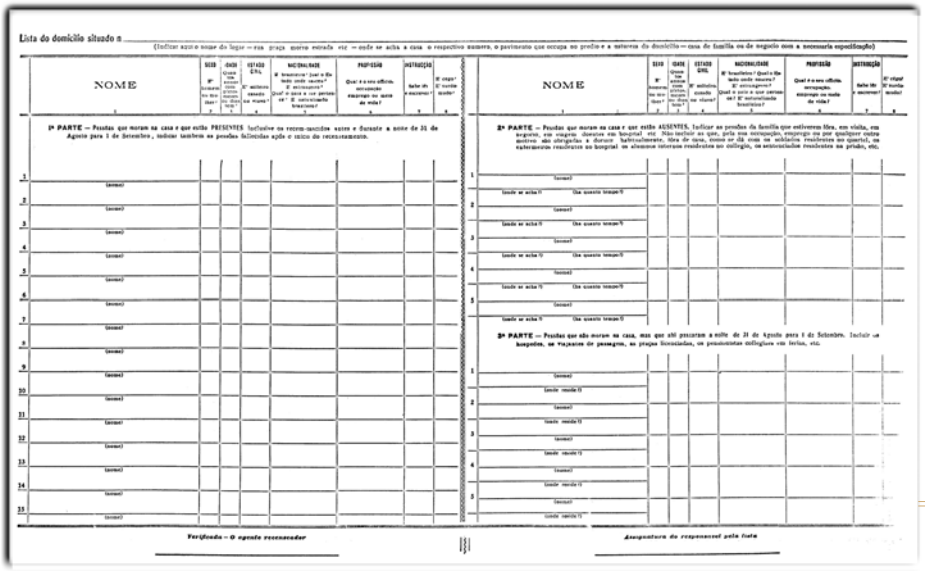
O responsavel pela lista

TYP. DA ESTATISTICA — 1920

Questionário do Censo da população, 1920

Desde o início da operação censitária, lançou mão a Diretoria Geral de Estatística dos recursos mais práticos e persuasivos para fazer a propaganda do recenseamento de 1920, solicitando o auxílio, não só da imprensa e das corporações interessadas pelo êxito desse inquérito, como ainda o de todos os elementos sociais capazes de exercer influência sobre a coletividade em geral ou parcialmente sobre os núcleos de população esparsos na vasta área do território brasileiro.

Auxiliada pelos delegados gerais, fez a Diretoria Geral de Estatística, na Capital e nos Estados, intensa propaganda, por meio de publicações em vários periódicos; de impressos, com legendas patrióticas, largamente distribuído, nas oficinas, nos estaleiros e demais lugares de trabalho coletivo, assim como nas estações das estradas de ferro, nos bondes, nos estabelecimentos comerciais, nos teatros e noutras casas de diversões, e até mesmo do alto de aeroplanos, por ocasião de festas nacionais; de cartazes, projeções e anúncios luminosos em vários pontos da cidade, afim de atrair a atenção do povo e torná-lo interessado pelo bom resultado da operação censitária; de cartões postais com ilustrações alusivas ao censo; de conferências para demonstrar as vantagens do inquéritos demográfico e econômico como base necessária à administração pública e particular; de circulares expedidas, pelas associações comerciais, agrícolas e industriais, aos comerciantes, agricultores, criadores e industriais, aconselhando-os a auxiliar, direta ou indiretamente, pelos meios ao seu alcance, os trabalhos do recenseamento; de ofícios enviados aos diretores e professores das



Questionário do Censo da população, 1920

escolas secundárias e primárias, públicas e particulares, pedindo a sua interferência junto aos alunos no sentido de interessá-los individualmente e no seio das famílias pelo bom êxito da obra patriótica do recenseamento; de todos os recursos, enfim, aproveitáveis para o objetivo que tinha em vista a Diretoria de Estatística.

Um dos elementos que mais concorreram para a vitória na campanha do recenseamento foi, sem dúvida, a benéfica influência do alto clero, representado pelos Revmos. Srs. Cardeal, Arcebispos e Bispos, intervindo interessadamente junto aos sacerdotes sujeitos à sua direção, afim de que aconselhassem, nas práticas religiosas, aos respectivos paroquianos, a maior solicitude em prestar aos agentes recenseadores informações exatas, quer sob o ponto de vista individual e da família, quer sob o ponto de vista particular referente às condições econômicas das suas propriedades agrícolas ou industriais. Ao lado desse inestimável auxílio, de ordem espiritual, contribuiu também bastante, para os bons resultados do recenseamento de 1920, a propaganda feita por intermédio do cinematógrafo, reclamo a princípio recebido com certa dose de ironia; mais tarde, porém, devidamente apreciado pela insistência dos apelos em favor de uma boa causa. Ao lado de tão valiosas propagandas, destaca-se ainda o auxílio inestimável da imprensa da Capital e dos Estados, cuja patriótica cooperação muito concorreu para despertar o interesse das populações em favor do recenseamento (BRASIL, 1922b, p. 492-493, grifo nosso).

Outro fator de sucesso da operação censitária, angariando simpatias e apoios, foi o centenário da Independência que logo seria comemorado (e não se sabia ainda como se o faria). Não seria aceitável e admissível que um país há cem anos livre, não tivesse de si um retrato numérico, como era comum entre as nações civilizadas. Teria que haver um censo, um ótimo censo, ainda mais a partir do momento em que ficou acertado que a comemoração do centenário da Independência se daria no contexto de uma Exposição Universal, no Rio de Janeiro. Nesses casos, como ocorria mundo afora, desde longa data, devia haver um pavilhão da estatística, donde, seria preciso haver estatísticas, em especial as estatísticas censitárias, porquanto as mais completas e abrangentes. Desde então, tomada a decisão da realização da Exposição

Universal Comemorativa do Centenário da Independência, mais ainda importante, tornou-se realizar o censo, daí aumentando as atenções e os apoios de todos, em especial de *Epitácio Pessoa*, a quem *Bulhões Carvalho* rende tributo, no prefácio ao volume introdutório.

> O recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920 foi um grande serviço prestado ao país. São os algarismos censitários que hão de servir de alicerces à reconstrução política, econômica e financeira do Brasil. [...] A gloria do difícil empreendimento, que a Diretoria de Estatística levou a efeito no Brasil, cabe incontestavelmente ao Dr. Epitácio Pessoa, sem cujo concurso, leal, inteligente e patriótico, não lograria ela o êxito que obteve. O ilustre Presidente da República não se limitou a acompanhar com interesse os trabalhos do censo. O seu benéfico auxílio se revelou sempre da maneira mais evidente, fortalecendo a autoridade dos funcionários a quem estava confiado tão árduo encargo, amparando-os contra a ação perturbadora de influências estranhas e assegurando-lhes inteira autonomia na adoção das medidas necessárias.
>
> No momento oportuno, antes de assumir a responsabilidade da direção do censo geral da República, o atual diretor de estatística expôs ao Chefe do Estado os embaraços de toda ordem que teria de enfrentar na execução do recenseamento, se não o amparassem fortemente o prestígio do governo e a autoridade necessária para colocar sempre acima de mesquinhos interesses pessoais o verdadeiro interesse nacional. Com a firmeza própria do seu caráter e sem as evasivas da diplomacia política tão usuais entre os altos administradores, assim se manifestou, mais ou menos textualmente, o Dr. Epitácio Pessoa: "Faça o que deve fazer. Não tenha receio de ninguém. Se por qualquer circunstância, ou mesmo por deferência a mim, satisfizer uma solicitação inconveniente ao serviço, o responsabilizarei pelo mal que daí provier". Se assim o disse, melhor o praticou. Durante todo o triênio censitário, a intervenção do Presidente da República só se fez sentir em benefício da regularidade dos trabalhos do recenseamento. [...] Nas palavras escritas como prefácio deste livro, não tem a Diretoria Geral de Estatística o propósito de engrandecer os resultados obtidos no recenseamento de 1920. O que ela visa, única e exclusivamente, é prestar uma sincera homenagem ao ilustre e benemérito Presidente Epitácio Pessoa, o fato principal da vitória do recenseamento e a quem deseja dar público testemunho da sua gratidão pela honrosa confiança com que sempre a distinguiu (BRASIL, 1922b).

Legislação censitária

Com os trabalhos já iniciados, desde 1918 e 1919, em 9 de janeiro de 1920, o Decreto nº 4.017,[337] assinado pelo Presidente da República, *Epitácio Pessoa*, e pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, *Ildefonso Simões Lopes*, mandava o governo realizar o censo geral no dia primeiro de setembro de 1920.[338]

[337] Em alguns textos é dito "decreto legislativo", em outros é dito "lei".

[338] Os bastidores da proposição e da aprovação desse decreto está em Santos (2004). Nesse estudo avulta a figura de Cincinatto Braga, Deputado Federal por São Paulo, autor da proposta parlamentar. Há ainda, naquele estudo, o parecer da comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, sob a presidência de Prudente de Morais Filho (seu pai fora Presidente da República, em cuja gestão a tipografia da estatística foi criada).

O Art. 1º mandava proceder o recenseamento populacional e, "aproveitando a oportunidade", mandava "coligir também em todo o território da República informações de interesse econômico, principalmente no que diz respeito à agricultura e à indústria". À DGE competia a realização dessas atividades (Art. 2º), sem prejuízo dos seus encargos cotidianos (Art. 4º); no Distrito Federal atuaria na execução diretamente (Art. 5º). Em cada estado (e no Território do Acre) haveria um delegado geral[339], bem assim, delegados seccionais, indicados pela repartição de estatística (Art. 5º).

Nos municípios e nos distritos seriam formadas comissões de 10 a 20 membros, "constituídas não só por autoridades locais, como também por outras pessoas de reconhecido prestígio e que se interessem pelo êxito do recenseamento" (Art. 6º); essas comissões seriam organizadas com a assistência da DGE (Art. 7º), e seriam compostas das autoridades municipais, judiciárias e policiais, e também dos oficiais do registro civil, além de outras pessoas de prestígio. Na execução dos trabalhos haveria:

> Art. 8º Para a distribuição e coleta dos boletins censitários haverá, nas zonas em que se subdividirem os municípios e os distritos, agentes recenseadores em número correspondente à densidade territorial da população, à extensão a percorrer e ao objeto a recensear, os quais serão remunerados segundo a quantidade e a natureza dos serviços que tiverem de executar e nomeados por indicação das comissões censitárias.
>
> Art. 9º Para atender aos trabalhos extraordinários da Diretoria Geral de Estatística, serão criados, na sede da repartição e somente durante o período do censo, os seguintes lugares: um auxiliar do diretor, um secretário, quatro chefes de serviço, um chefe de contabilidade e um pagador, além dos chefes de turmas, auxiliares, contínuos e serventes que forem necessários, quer aos trabalhos preparatórios da remessa de impressos, quer aos trabalhos finais de apuração, coordenação e publicação dos resultados, podendo para esses cargos ser[em] aproveitados funcionários, efetivos ou adidos, e devendo todos ser[em] nomeados pelo diretor de estatística.
>
> Parágrafo Único. Para auxiliar o serviço das delegacias gerais e seccionais, nos Estados, poderão ser também admitidos, em comissão, um ou mais empregados, nomeados todos pelo diretor de estatística, por proposta de cada um dos delegados.
>
> Art. 10º O serviço de fiscalização e inspeção geral dos trabalhos censitários poderá ser feito ainda por agentes especiais, nomeados pelo diretor de estatística, no Distrito Federal, e pelos delegados gerais e presidentes das comissões municipais, nos Estados, mediante autorização da Diretoria Geral de Estatística.

Todos os cargos criados seriam exercidos em comissão, extintas ao término do serviço (Art. 15); serviços fora da sede seriam objeto de ajuda de custo (Art. 14). Todos os cargos seriam objeto de provas de capacitação (Art. 13).

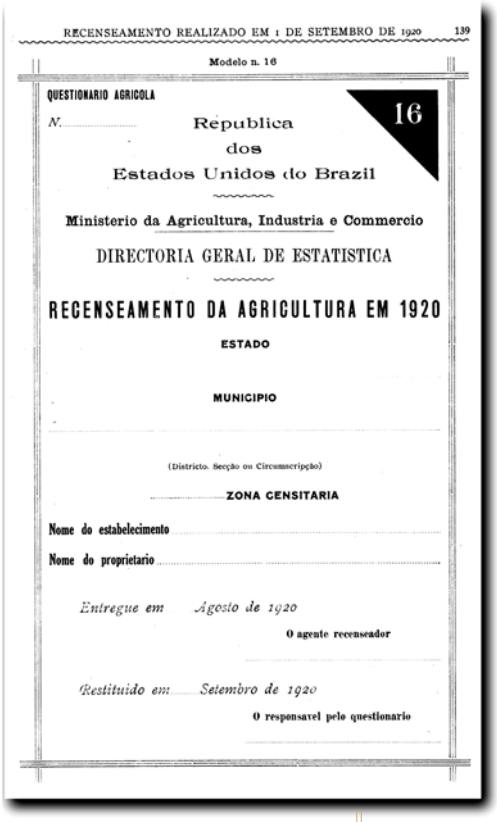
O recenseamento dos brasileiros no exterior seria feito pelas representações diplomáticas brasileiras (Art. 12), segundo regras da DGE. O governo não mo-

339 A delegacia geral do Território do Acre teria sede em Manaus.

veria militares na época do censo, nem pessoal administrativo (Art. 11).

Dava-se quatro anos, a contar de primeiro de setembro de 1920, para a completa conclusão dos trabalhos, inclusive a divulgação dos resultados parciais e totais (Art. 16), o que, dada a recente histórica, era ousado e perigoso.

Todas as pessoas que devessem responder ao censo não podiam recusar, nem falsear as respostas, sob pena de multa (Art. 18). Todas as autoridades federais, estaduais e municipais, e proprietários industriais e agrícolas ficavam obrigadas a responder os formulários, com a máxima precisão e presteza (Arts. 19 a 22). Os bons serviços seriam indicados à consideração do governo federal (Art. 24) .


RECENSEAMENTO REALIZADO EM 1 DE SETEMBRO DE 1920 139

Modelo n. 16

QUESTIONARIO AGRICOLA

N.

16

Republica
dos
Estados Unidos do Brazil

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

RECENSEAMENTO DA AGRICULTURA EM 1920

ESTADO

MUNICIPIO

(Districto, Secção ou Circumscripção)

ZONA CENSITARIA

Nome do estabelecimento

Nome do proprietario

Entregue em Agosto de 1920

O agente recenseador

Restituido em Setembro de 1920

O responsavel pelo questionario

Folha de rosto do Questionário agrícola, modelo 16, 1920

A franquia nos correios seria livre (Art. 26), para os serviços censitários; em caso de urgência, seriam usados os serviços telegráficos (Art. 27). Os governos estaduais e municipais poderiam demandar apurações especiais, de interesse localizado, desde que pagassem as despesas (Art. 28). As informações coletadas no âmbito do censo só seriam usadas "para fins estatísticos, não sendo feita nenhuma publicação que as individualize ou permita a sua identificação" (Art. 32), numa moderna garantia de sigilo.[340]

Em 21 de janeiro de 1920, *Epitácio Pessoa*, Presidente da República, e *Simões Lopes*, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, assinariam o Decreto nº 14.026, dando regulamento à operação censitária.

O Art. 1º dizia: "No dia 1º de setembro de 1920 far-se-á em todo o Território Nacional o recenseamento geral da população, conjuntamente com os recenseamentos da agricultura e das indústrias". O Art. 2º dizia quem seria objeto de recenseamento: "todos os habitantes do Brasil no lugar e domicílio em que se acharem"; além das pessoas presentes no domicílio, seriam também incluídas no boletim censitário, não só as que estivessem temporariamente ausentes no dia primeiro de setembro de 1920, como também as que, embora não morando no domicílio, tivessem nele passado a noite de 31 de agosto para primeiro de setembro (Art. 2º, Parágrafo Único).

340 Havia ainda o Art. 33, que olhava o futuro da DGE: "O governo aproveitará a execução dos dois censos, demográfico e econômico, para generalizar em todo o País o serviço de estatística, ficando autorizado a dar nova organização à Diretoria Geral de Estatística de modo a torná-la um verdadeiro departamento técnico capaz de desempenhar os seus múltiplos encargos, e podendo mesmo transferi-lo de um Ministério para outro, se nisso houver conveniência".

O censo da população seria feito por meio de listas de família, conforme a natureza do domicílio, particular ou coletivo, "inquirindo-se de cada habitante o nome, o sexo, a idade, o estado civil, a nacionalidade, a profissão, o grau de instrução, a residência e os defeitos físicos, somente quanto à cegueira e a surdo-mudez"; além destes quesitos "serão formulados mais dois referentes à condição ou situação do indivíduo que habita o domicílio e ao número de pessoas que têm a seu cargo" (Art. 3º). No volume introdutório, *Bulhões* oferece algumas explicações interessantes:

> Para a coleta das informações sobre os característicos [*sic*] da população, foi adotada a *lista de família*, em vez do *boletim individual*, atualmente mais em voga nas operações censitárias realizadas em outros países; justificando-se a preferência dada à *lista de família* pelas condições inerentes ao nosso meio, ainda assaz deficiente quanto ao nível intelectual dos seus habitante.
>
> [...]
>
> No boletim demográfico são feitas perguntas muito simples, de fácil resposta, sobre as principais características de cada um dos membros da família recenseada. A supressão do quesito relativo a cor, explica-se pelo fato das respostas ocultarem em grande parte a verdade, especialmente quanto aos mestiços, muito numerosos em quase todos os estados do Brasil e, de ordinário, os mais refratários às declarações inerentes à cor originárias da raça a que pertencem.[341]
>
> [...]
>
> No que diz respeito aos defeitos físicos, a lista censitária cogita apenas da cegueira e da surdo-mudez. São defeitos que ninguém oculta, nem há vexame em externá-los, constituindo, por outro lado, informações úteis à assistência ou amparo especial que devem ter os cegos e os surdos-mudos nos meios sociais mais adiantados. A pergunta feita no recenseamento brasileiro de 1920 é perfeitamente idêntica à formulada nos recenseamentos americano e argentino, com a supressão apenas das palavras "defeitos físicos", afim de evitar no título do questionário um qualificativo deprimente.
>
> Foi também suprimido o quesito referente à religião, porque o estudo estatístico das diversas confissões exorbita do caráter sintético que devem ter as investigações do recenseamento geral da população, parecendo que deve ser antes objeto de um inquérito especial, capaz de revelar o fenômeno religioso na multiplicidade e complexidade dos seus interessantes aspectos.[...] No recenseamento municipal que a Prefeitura realizou no Distrito Federal, em 1906, foi também excluído o quesito relativo à religião, pesquisa em contraste, até certo ponto, com o princípio da liberdade religiosa instituído na Constituição da República (BRASIL, 1922b, p. 488-489, grifo nosso, itálico do autor).

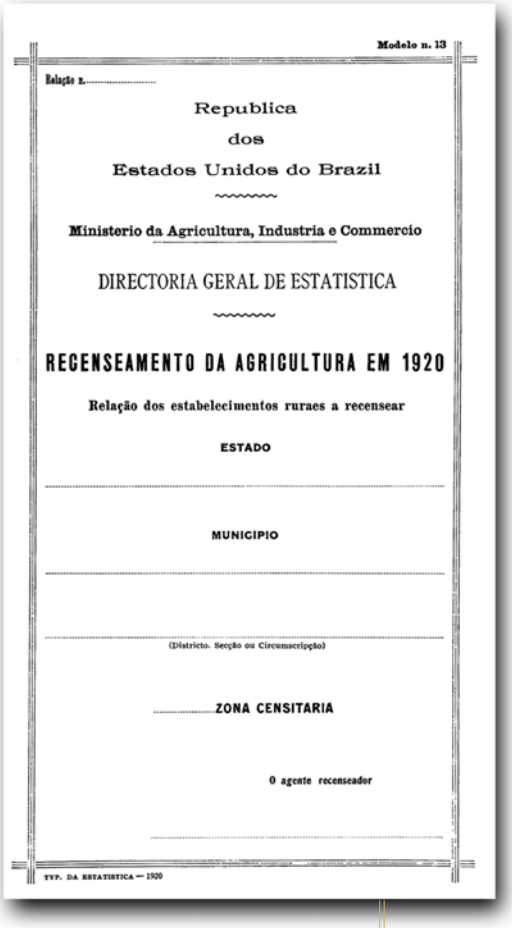
No censo predial[342], "os edifícios serão registrados segundo a situação, a natureza, a condição, a aplicação, a propriedade, o estado, o número de pavimentos e o de domicílios" (Art. 3º, Parágrafo Único). No censo econômico seriam investigados:

---

341 Puxa rodapé "sobre o valor científico da pesquisa censitária referente às raças", com base na obra **Statistics and sociology** de Mayo Smith, da Filadelfia, que conclui ser "impossível fazer essa estatística", fazendo análise do XI Censo americano.

342 Derivado do boletim de controle, melhor dizendo, da listagem dos domicílios.

Art. 4º O recenseamento econômico abrangerá as explorações agrícolas e pastoris e bem assim os estabelecimentos industriais. Nos questionários concernentes à agricultura e à criação, deverão ser formulados os seguintes quesitos, com referência a cada estabelecimento rural: nome e país de nascimento do ocupante das terras; condições legais da posse do imóvel; extensão territorial e área ocupada por matas; valor venal das terras e das benfeitorias, dos maquinismos e utensílios agrícolas, importância da dívida hipotecária, quando houver; número de cabeças de gado existente, com indicação dos animais de puro sangue, e a produção pecuária de 1919. Serão também recenseadas a produção agrícola e florestal correspondente ao mesmo ano, a extensão da área cultivada e, finalmente, a quantidade de máquinas e instrumentos agrícolas. Nos questionários referentes aos estabelecimentos industriais, indagar-se-á: o ano da fundação das fábricas; o modo de organização das empresas; a importância do capital empregado; o pessoal em serviço, jornaleiro e não jornaleiro; a importância dos salários e ordenados pagos; a quantidade, a espécie e o custo da matéria-prima; o combustível anualmente consumido; a natureza e a força das máquinas motrizes; a importância dos impostos e emolumentos – federal, estadual e municipal – anualmente paga pelos fabricantes; o número de dias de trabalho durante o ano; a importância gasta com o pagamento de frete e transporte de mercadorias, matéria-prima e combustível; e, finalmente, a quantidade, a espécie e o valor dos produtos fabricados anualmente. Tanto o inquérito agrícola como o industrial se referirão aos resultados apurados durante o ano findo a 31 de dezembro de 1919.


Modelo n. 13

Relação n.....

Republica
dos
Estados Unidos do Brazil

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

RECENSEAMENTO DA AGRICULTURA EM 1920

Relação dos estabelecimentos ruraes a recensear

ESTADO

MUNICIPIO

(Districto, Secção ou Circumscripção)

.....ZONA CENSITARIA

O agente recenseador

TYP. DA ESTATISTICA — 1920

Relação dos estabelecimentos rurais a recensear, 1920

Os formulários seriam preenchidos pelos informantes, depois de recebidos; e caso isso não fosse possível, caberia ao recenseador fazer o preenchimento. No ato da recolha do material, o recenseador deveria conferir-lhe a qualidade. A eles caberia uma gratificação, previamente estabelecida.

Art. 6º São obrigados a receber, encher, assinar e entregar as listas censitárias nos domicílios particulares e coletivos: o chefe de família ou quem suas vezes fizer; os comandantes, chefes ou diretores de estabelecimentos militares e de colégios; os donos ou gerentes de hotéis, hospedarias, estalagens e casas de pensão e de cômodos; os diretores ou administradores de hospitais, enfermarias, hospícios, casas de saúde, asilos e outras instituições de assistência; os donos, gerentes, inspetores, administradores de propriedades agrícolas e industriais; enfim, todos os encarregados da direção ou fiscalização de serviços coletivos, públicos e particulares.

Art. 7º Na ausência ou no impedimento do chefe de família, ou por qualquer outra circunstância, deverá o agente recenseador encher a lista censitária.

> Art. 31 As gratificações aos agentes recenseadores serão estabelecidas pelo diretor geral de estatística na base variável de 80 a 300 réis por habitante recenseado, além de 1$ a 2$ por estabelecimento agrícola ou industrial recenseado cumulativamente.
>
> § 1º Os recenseadores da agricultura serão os próprios recenseadores da população, encarregando-se da entrega e coleta dos questionários destinados ao recenseamento das fazendas, sítios, situações, estâncias, engenhos, lotes coloniais, etc. O cargo de recenseador das indústrias será exercido, de preferência, pelos agentes fiscais do imposto de consumo federal, recorrendo-se a pessoas estranhas ao quadro atual destes funcionários, no caso de ser insuficiente o número deles para a execução do mesmo serviço. Os agentes especiais incumbidos do recenseamento das indústrias perceberão a gratificação de 2$ a 5$ por estabelecimento fabril recenseado.
>
> § 2º Nas zonas de população pouco densa ou de lugares onde a execução dos censos oferecer grandes dificuldades, as gratificações acima estabelecidas poderão ser substituídas, ao juízo do diretor geral de estatística e mediante prévio acordo com a comissão censitária por uma diária abonada por tempo limitado ou uma quantia paga de uma só vez.
>
> § 3º Nas gratificações *per capita* e por estabelecimento agrícola ou industrial incluem-se todas as despesas a que estejam obrigados os agentes recenseadores no desempenho das suas funções.

Os demais artigos tratam das funções criadas, descrevendo suas competências. Além das atribuições censitárias do Diretor Geral da DGE.

Impressos e instruções específicas

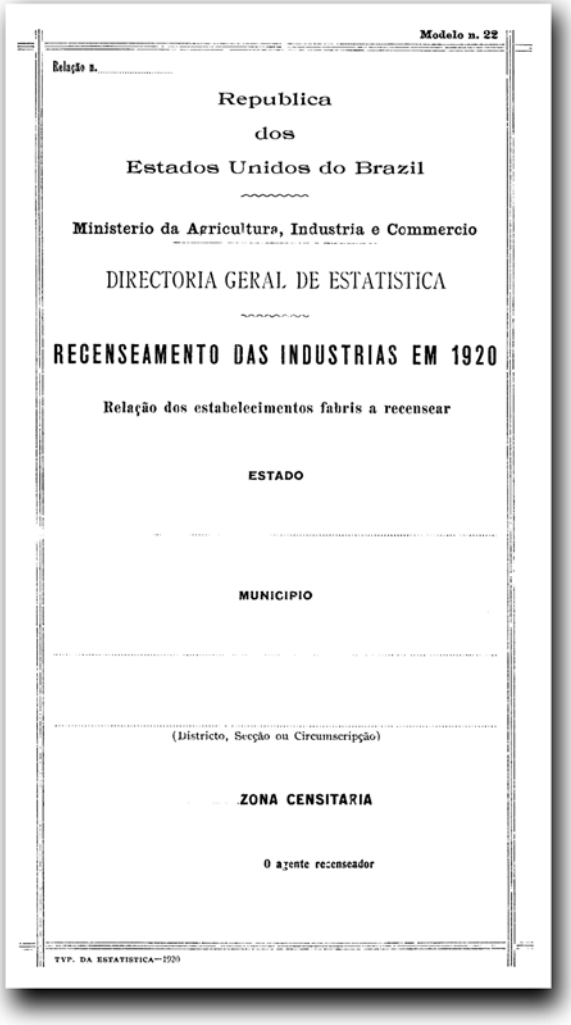
Em junho de 1919, foram baixadas instruções aos "funcionários designados para colher nos Estados os elementos necessários à execução do censo econômico", ou seja, para levantar os cadastros das fábricas e oficinas (estabelecimentos industriais) e dos imóveis rurais. Junto, haviam três modelos de formulários.

A relação dos imóveis rurais devia conter: nome do proprietário ou ocupante, distrito, denominação do imóvel, área, valor do imóvel. A relação dos estabelecimentos industriais devia conter: nome do proprietário, nome do estabelecimento, designação da indústria, lugar onde se acha situado o estabelecimento (rua e número).

> ... iniciou a Diretoria Geral de Estatística os trabalhos preliminares para a realização dos dois inquéritos, demográfico e econômico, designando, mediante autorização do Ministro, os funcionários adidos que deveriam seguir para os Estados, afim de organizarem os cadastros das propriedades rurais e dos estabelecimentos industriais, cadastros esses que serviriam de base à oportuna distribuição dos boletins ou questionários do censo econômico (BRASIL, 1922b, p. 487-488).

Em fevereiro de 1920, são elaboradas as instruções aos delegados gerais, aos delegados seccionais, às comissões censitárias municipais e distritais (BRASIL, 1920d); as instruções às comissões censitárias do Distrito Federal saem em agosto de 1920; as instruções aos agentes recenseadores saem em março de 1920. *Bulhões* assina a todas.

Em maio de 1920, saem as "instruções para a distribuição dos impressos em pacotes e para a organização das cartolinas de cada município". Em março de 1921, saem as "instruções gerais para os trabalhos das turmas de apuração dos recenseamentos demográfico e econômico"; instruções especiais (inclusive para a apuração mecânica) saem em junho de 1921, com uma classificação das profissões (46 grupos), assinadas por *Leopoldo Doyle e Silva*. Para a apuração do recenseamento da agricultura, saem instruções especiais em julho de 1922 (inclusive para a apuração mecânica), assinadas por *Antônio Cavalcanti Albuquerque de Gusmão*.



Modelo n. 22

Relação n.

Republica
dos
Estados Unidos do Brazil

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

RECENSEAMENTO DAS INDUSTRIAS EM 1920

Relação dos estabelecimentos fabris a recensear

ESTADO

MUNICIPIO

(Districto, Secção ou Circumscripção)

ZONA CENSITARIA

O agente recenseador

TYP. DA ESTATISTICA—1920

Relação dos estabelecimentos fabris a recensear – frente e parte a preencher, 1920

No recenseamento da população, foram usadas a lista de domicílio particular, a lista de domicílio coletivo, a caderneta demográfica. No recenseamento da agricultura, foram usados a caderneta agrícola, o questionário agrícola, o arrolamento do gado existente fora dos estabelecimentos rurais, o questionário especial sobre salários na zona rural. No recenseamento das indústrias, foram usados a caderneta industrial, o questionário industrial, o questionário sobre os salário dos operários das fábricas, o questionário sobre as usinas açucareiras. Cada um deles contendo instruções de preenchimento, aparentemente auto-explicativas.[343]

Para garantir a qualidade dos resultados, desde sempre, é vital haver formulários (questionários) bem elaborados, consistentes e seqüenciais, com instruções detalhadas e assimiláveis de preenchimento, afora, claro, haver instruções para a execução dos trabalhos, etapa a etapa. Dessa forma, à época, tendo-os havido, estava-se a meio caminho do sucesso; contudo, faltavam ainda outros pontos: primeiro, haver pessoas bem selecionadas, ajustadas à atividade; segundo, bem formá-las (instruí-las) na execução da atividade; terceiro, controlar (fiscalizar) a atividade diuturnamente,

[343] Todo esse material, brevemente descrito nesta seção, constam do volume 1: **Anexos:** decretos, instruções e modelos das cadernetas e dos questionários para a execução do recenseamento (BRASIL, 1922c), parte do plano de divulgação. Fora desse plano, há uma publicação (sem data, mas sendo da época do censo) com "modelos para a coleta e apuração dos Censos Demográfico e Econômico", preparada talvez para a formação (instrução) dos recenseadores; nesse volume, os formulários parecem estar no tamanho original, e há alguns preenchidos hipoteticamente.

por alguma estrutura hierárquica compromissada (que serão, ao fim e ao cabo, as comissões municipais e distritais; sem esquecer, claro, as delegacias gerais e seccionais).

Quanto à seleção dos agentes recenseadores, embora se procurasse estabelecer-lhes um perfil, se o fazia em termos muito vagos, gerais (a seleção era inteiramente descentralizado); apenas os cargos em comissão passavam por critérios (algo como testes) de seleção (e, note-se, as comissões municipais e distritais, chaves no processo, não se enquadravam nessa situação). Quanto à formação (instrução) dos agentes, o material básico de ensino seria as instruções dos formulários e as instruções dos processos; mas não se conhece eventuais planos de treinamento, embora alguma coisa possa ter existido. Quanto ao controle de qualidade, apoiava-se nas atividades das delegacias (gerais e seccionais) e das comissões municipais e distritais, através de instruções e de continuadas comunicações esclarecedoras.

> Ao concluir esta sucinta exposição dos trabalhos executados durante o recenseamento de 1920, pode a Diretoria Geral de Estatística afirmar, conscienciosamente, que tudo fez para o êxito do mesmo inquérito. Os seus esforços nesse sentido já mereceram a honra de ser louvados publicamente pelo Presidente da República e pelos próprios funcionários do censo, que mais de perto a acompanharam nas suas iniciativas e no seu dedicado empenho para vencer todas as dificuldades opostas à realização do grande empreendimento a que se consagrou de corpo e alma. A época contemporânea não é a mais apta para julgar os fatos ocorridos no seu percurso. Esse julgamento, embora tardio, jamais deixa de ser feito, com toda imparcialidade e a maior isenção, pelos vindouros, menos apaixonados, mais justiceiros e sempre generosos na apreciação dos serviços com que foram favorecidos pelas gerações passadas (BRASIL, 1922b, p. 544).

O censo em curso e o curso da DGE

Em 15 de novembro de 1922, *Arthur Bernardes* (1875-1955) substitui *Epitácio Pessoa* (1865-1942) na presidência da República[344]; *Miguel Calmon du Pin e Almeida* (1879-1935) será o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, ele que em 1907, como Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, no governo *Afonso Pena* (1847-1909), levara *Bulhões Carvalhos* à direção geral da DGE. Agora, ao retornar ao ministério, novamente encontra *Bulhões*, que assim reage ao acaso:

> Antes de finalizar a minha carreira de funcionário público, quis Deus conceder-me a graça de mais uma vez servir ao país sob a vossa amiga, honesta e honrosa direção. Grande, portanto, é a satisfação que ora tenho de, no cumprimento de um dever regulamentar, apresentar-vos o relatório dos trabalhos executados pela Diretoria Geral de Estatística no decurso do ano próximo findo. Os serviços que atualmente oneram ou aumentam as responsabilidades do cargo que exerço não me permitem dar a esta exposição o desenvolvimento dos relatórios anteriores, limitando-me, por isso, a resumir em poucas palavras os assuntos que constituem propriamente o objeto da obrigação regulamentar (BRASIL, 1923a, p. 3).

[344] O governo Bernardes será tormentoso. Passará por revoltas, máxime o tenentismo. E terá curso quase o tempo todo sob estado de sítio. A própria posse de Arthur Bernardes esteve ameaçada de não ocorrer, por golpismo dos militares.

Os serviços que o impediam de detalhar seu relatório era a execução do censo, àquela altura, 1922, já com alguns volumes publicados, mas ainda com grande massa de dados sendo apurados. A apuração seguia sendo feita com as máquinas separadoras e tabuladoras *Hollerith*, com seu sistema de cartolinas (cartões perfurados).

Afora o censo, a DGE seguia com suas atividades ordinárias, já se beneficiando da infra-estrutura trazida para o censo, sobremodo as máquinas, mas também pessoal extra. Contudo, continuava sofrendo da deficiência de informações, mormente as carências do registro civil, uma das suas fontes chaves.

Mas, pouco a pouco, vão diminuindo, até acabarem, os recursos especiais, bem assim, o pessoal extra associados aos trabalhos censitários. E a vida da DGE volta ao normal, vale dizer, volta a viver em crise: falta de pessoal, carência de recursos (até para manter as máquinas que foram apenas alugadas), sem esquecer o tormento de sempre, qual seja, a deficiência de informações, resultante da desatenta federação... E é o que diz Bulhões, sobre 1924 e 1925, como segue:

> [Sobre 1924]
>
> Embora tenham prosseguido normalmente, nesse período, os diversos inquéritos levados a efeito pela Diretoria Geral de Estatística e tenham sido assaz auspiciosos os resultados por ela colhidos durante o mesmo ano, apesar das suas precárias condições, em vista da deficiência do pessoal propriamente regulamentar, que tem sempre diminuído, não obstante o desenvolvimento natural do serviço e a crescente complexidade dos assuntos a investigar, devo assinalar, entretanto, que não poderá ser a mesma a situação da Diretoria Geral de Estatística no ano corrente, privada, como foi, do auxílio eficaz que lhe prestaram os funcionários do recenseamento.
>
> Cumpro um dever de lealdade profissional insistindo em salientar a penúria de recursos facultados à Diretoria de Estatística para o regular desempenho de suas vastas e difíceis atribuições; a pobreza numérica de seus quadros de pessoal para atender às necessidades do serviço público de que ela é o órgão especializado, a incapacidade, enfim, não apenas quantitativa, mas também qualitativa desses quadros, em que abundam os casos de invalidez por moléstia ou velhice. Destituída de meios de ação nos Estados e servida na sua sede por exíguo corpo de funcionários, para os quais não há estímulo e em cujo número os mais aptos, sem perspectivas de carreira, esforçam-se por obter fora da repartição melhores probabilidades de futuro, a Diretoria de Estatística tende naturalmente a retrogradar. Após uma das mais intensas fases de sua atividade, vê-se na iminência de uma crise, cuja gravidade sinto-me no dever de acentuar para desencargo da minha consciência e das responsabilidades do elevado posto com que me tem distinguido a honrosa confiança do governo (BRASIL, 1926, p. 15-16, grifo nosso).
>
> [Sobre 1925]
>
> Por maiores que sejam os esforços envidados pela Diretoria de Estatística para dar cabal desempenho às suas atribuições, são estas tão complexas e variadas que, só mediante recursos amplos, facultados com certa liberalidade, poderá ela desenvolver os serviços a seu cargo de modo a acompanhar o progresso do país nos diferentes aspectos de sua evolução política e social. [...] Escusado será, portanto, insistir na conveniência de melhorar o aparelhamento da Diretoria Geral de Estatística, ampliando o plano de sua organização, dotando-a do pessoal de que carece para levar a efeito, com êxito, as indagações prescritas no seu regulamento, provendo-a, enfim, nos Estados de uma representação permanente, capaz de tornar mais eficaz

População do Rio em várias épocas 1776-1920

a sua ação pesquisadora, graças ao contato direto com as fontes informantes, disseminadas através da vasta extensão do Território Nacional (BRASIL, 1926, p. 71-72, grifo nosso).

Diante da crise da DGE, proposta de mudança

Em junho de 1924, *Bulhões Carvalho* redige e dirige a *Miguel Calmon*, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, uma exposição "a propósito da organização da estatística agrícola e do serviço geral da estatística no Brasil".

Seu ponto de partida é o Art. 33 do já visto Decreto nº 4.017, de 9 de janeiro de 1920, que mandava (autorizava) o governo aproveitar a realização dos dois censos, populacional e econômico, para "generalizar em todo o País o serviço de estatística, ficando autorizado a dar nova organização à Diretoria Geral de Estatística, de modo a torná-la um verdadeiro departamento técnico, capaz de desempenhar os seus múltiplos encargos"; idéia essa logo reiterada nas leis orçamentárias subseqüentes, "quer visando maior amplitude dos trabalhos a cargo da mesma repartição, que, implicitamente, conferindo ao governo autorização para remodelar os vários departamentos técnicos do Ministério da Agricultura [Indústria e Comércio]"(BRASIL, 1925, p. 79). Aí está o dedo de *Bulhões*.

Tendo em vista as condições favoráveis criadas pela execução do recenseamento de 1920, parece que é agora o momento propício para, em obediência ao espírito da lei, satisfazer os intuitos do poder legislativo. [...] Os elementos estatísticos obtidos no correr desses inquéritos pelas delegacias temporariamente estabelecidas nos Estados; a experiência adquirida em longos anos de perseverante contato com os meios informantes do interior e confirmada pelas investigações dos agentes censitários durante a execução e na fase preparatória do último recenseamento; o êxito

> dessa operação comprovado pelos resultados colhidos nos censos demográfico[345] e econômico; a verificação prática dos fatores negativos que dificultaram, em alguns pontos do Território Nacional, a ação eficiente dos recenseadores; em suma, todos os elementos adquiridos com a prática do último censo poderão agora ser vantajosamente aproveitados (BRASIL, 1925, p. 79-80, grifo nosso).

A ocasião, a seu juízo, se mostrava mais ainda oportuna, na medida em que a atenção de *Miguel Calmon* se voltava ao "problema da estatística agrícola, empreendimento assaz complexo e difícil, mas que se impõe como uma conseqüência natural do desenvolvimento econômico do País, graças ao incremento da produção agrícola, e das transações comerciais"; tudo isso, "demonstrando a necessidade cada vez mais imperiosa de estabelecer a previsão sistemática das safras, de acordo com o estado das colheitas e das áreas semeadas ou plantadas" (BRASIL, 1925, p. 80). E acrescenta categórico:

> A tarefa de organizar e de sistematizar o serviço da estatística agrícola, em todo o território da República, não pode nem deve ser integralmente conferida à Diretoria Geral de Estatística. Nas atuais condições do Brasil, semelhante empreendimento só será levada a bom termo pela conjugação de esforços das várias repartições do Ministério, mediante o aproveitamento do numeroso corpo de funcionários que as diretorias de Inspeção e Fomento Agrícolas, Indústria Pastoril e Meteorologia mantém em todos os Estados. O concurso da Diretoria Geral de Estatística poderá ser, entretanto, assaz vantajoso, desde que, convenientemente organizada, possa auxiliar os inquéritos locais com os seus correspondentes voluntários ou estipendiados, incumbindo-se, além disso, da rápida apuração dos algarismos coligidos nos vários inquéritos, o que exige naturalmente pessoal competente e assaz numeroso na sede da repartição. O confronto da amplitude das atribuições regulamentares da Diretoria Geral de Estatística, com o escasso pessoal técnico de que atualmente dispõe para efetuar os seus inquéritos, demonstra a imprescindível necessidade de reorganizá-la de modo a prevenir a virtual paralisação dos serviços, em época não muito remota, quando, concluídos os trabalhos do censo de 1920, cessarem os recursos extraordinários facultados para a execução desse empreendimento e dos quais se tem valido para ativar e por em dia os seus trabalhos permanentes (BRASIL, 1925, p. 80, grifo nosso).

Segue refletindo a pretendida reorganização, para tanto tomando as atribuições da DGE (Art. 2º do Decreto nº 11.476, de 5 de fevereiro de 1915, então vigente). E conclui que lhe cabia tarefas que nos Estados Unidos da América do Norte eram atribuições de vários órgãos: *Bureau of the Census*, *Bureau of Foreign and Domestic Commerce*, *Bureau of Education*, *Bureau of Labor Statistics*. Se lhe fosse somada as estatísticas agrícolas, então também recordaria o *Bureau of Crop Estimates*. E tudo isso com apenas 79 mais dez (da tipografia) funcionários, dos quais 16 estavam afastados da repartição; e faz um balanço alarmante:

> Para ajuizar da precária situação em que se acha a Diretoria [Geral] de Estatística do Ministério da Agricultura [Indústria e Comércio], convém levar em conta ainda a ausência dos funcionários destacados em comissões estranhas à repartição e dela afastados indefinidamente, além do peso morto dos improdutivos por motivo de incapacidade física, superveniência de moléstias incuráveis ou mesmo pelas

[345] É raro o uso dessa expressão, "demográfico". Em geral, se usa a expressão "populacional".

> devastações da própria velhice. Como agravante de tais causas de enfraquecimento acrescem as contingências financeiras, que obrigam a restringir a entrada de colaboradores novos, impedindo desta forma o rejuvenescimento do corpo de auxiliares, cuja atividade tende a diminuir na proporção em que ele decresce, quer em qualidade quer em quantidade.
>
> A remodelação da Diretoria Geral de Estatística, no sentido de dotá-la de pessoal apto e suficientemente numeroso, representa, pois, uma necessidade inadiável. Sem esse contingente, não poderá desempenhar com vantagem os seus encargos e forçosamente terá de entrar em um período de declínio. A Diretoria [Geral] de Estatística sofre uma permanente crise de pessoal e, se a repartição trabalha, produz e manifesta a sua operosidade nas freqüentes publicações em que divulga os resultados de suas pesquisas, deve essa aparência de vitalidade aos recursos extraordinários do recenseamento, dos quais se prevalece para renovar os inquéritos em atraso e manter em dia as respectivas apurações. Extinto esse valioso auxílio, encerrados definitivamente os trabalhos do censo e dispensado o pessoal extraordinário que nele colabora, ficará a Diretoria [Geral] de Estatística reduzida a uma média de cerca de seis funcionários aproveitáveis em cada seção, do que resultará, forçosamente, a paralisação quase absoluta dos diversos inquéritos, a par do desprestígio daí decorrente para a repartição incumbida de levá-los a termo (BRASIL, 1925, p. 82, grifo nosso).

Quer um maior quadro de pessoal na sede, e quer também, como segue argumentando, constituir delegacias nos estados em caráter permanente. A experiência, entende assim, fora muito positiva, e deveria ser mantida, e mesmo ampliada. Com essa forma de presença pretende estar atacando a deficiência de informações, grande tormento da atividade estatística, à época. E assim afirma:

> Além de acréscimo razoável no número de funcionários com exercício na sede da repartição, há necessidade de criar, nos vários Estados, um corpo de delegados, investidos do necessário prestígio oficial para promover as medidas indispensáveis ao êxito das investigações, interessando nelas as autoridades regionais e estabelecendo a harmonia de vistas e a mútua cooperação entre os governos federal, estadual e municipal, o que se realizará praticamente mediante o dedicado concurso das delegacias e o auxílio de correspondentes remunerados ou gratuitos, espalhados em todo o interior da República.
>
> Na vigência do presente regulamento, a Diretoria [Geral] de Estatística não tem outro meio de comunicação com os seus informantes a não ser as vias telegráficas e postal, a primeira muito reduzida nas suas ramificações e a segunda assaz demorada na remessa da correspondência, mormente no que diz respeito ao hinterland, onde as distâncias são enormes, rudimentares os meios de transporte e muitíssimo irregular o serviço do correio.
>
> A conveniência das delegacias regionais está, aliás, consagrada pela praxe administrativa adotada, em geral, nos diferentes departamentos do Governo Federal, a começar pelo Ministério da Fazenda (delegacias fiscais, delegações do Tribunal de Contas, delegados da Estatística Comercial, etc.) e sem excetuar o Ministério da Agricultura [Indústria e Comércio] (inspetorias agrícolas, delegados do Serviço de Povoamento, etc.). A experiência do último recenseamento ainda mais corrobora a utilidade de tais emissários, visto como o êxito dessa operação foi em grande parte devido à ação dos delegados gerais, nas fases preliminar e executiva dos inquéritos, demográfico e econômico, realizados em 1920. Os correspondentes, disseminados por todo o Território Nacional, agindo a título gracioso ou mediante remuneração,

> singularmente ou constituídos em comissões consultivas, não seriam uma inovação peculiar ao Brasil. Deles se aproveitariam com real vantagem, não só a Diretoria Geral de Estatística, como também outros departamentos técnicos do Ministério da Agricultura [Indústria e Comércio]. Prestariam esses informantes um concurso inestimável ao levantamento da estatística agrícola anual, independentemente do auxílio dispensado aos demais inquéritos a cargo da Diretoria Geral de Estatística.
>
> Sem dúvida, as medidas ora sugeridas importam em relativo aumento de despesa, mas esse inconveniente será compensado pelos benefícios auferidos pela administração pública e, por outro lado, evitar-se-á a ruína do serviço geral de estatística, a sua virtual paralisação, quando terminarem brevemente os trabalhos censitários (BRASIL, 1925, p. 83, grifo nosso).

Então, para "acentuar a pobreza dos recursos facultados à Diretoria Geral de Estatística", retorna à consideração da experiência dos Estados Unidos da América do Norte, revelando os números do seu pessoal, por exemplo, o *Bureau of the Census* com seus "684 empregados, sem contar 701 agentes especiais, destacados na zona do algodão, o que eleva aquele total a 1.385 indivíduos"; o *Bureau of Crop Estimates*, graças à sua forma de trabalho, envolvia milhares de informantes voluntários, afora os agentes permanentes remunerados; entre outras descrições (BRASIL, 1925, p. 84-85). E conclui com segurança:

> Para tornar o Brasil a estatística uma realidade, é preciso alimentá-la com o material que serve de *substractum* às suas apurações, habilitá-la a colher as informações onde quer que existam, ao invés de esperar passivamente por elas, criar e multiplicar as fontes informantes, enfim, tornar a estatística um aparelho ativo na pesquisa de dados, o que, por enquanto, deixa ainda muito a desejar o atual regimen, dificultando os trabalhos da repartição que tenho a honra de dirigir.
>
> A reforma da Diretoria Geral de Estatística representa um passo decisivo para a organização eficaz da estatística agrícola. O aumento do seu pessoal permitirá incumbir-se da apuração das informações coletadas pelos seus correspondentes e pelos emissários das demais repartições interessadas, concorrendo vantajosamente a nova organização da Diretoria [Geral] de Estatística para facilitar a solução do problema que tendes em mente resolver, obra de inestimável alcance para o Brasil, conforme já tivestes ensejo de demonstrar muito antes de assumirdes a pasta que em boa hora vos foi confiada (BRASIL, 1925, p. 86).

Mas a pretendida reorganização não vem. Nesse meio tempo, *Bulhões* participará de duas reuniões do *International Statistical Institute* – ISI, em Roma, de 27 de setembro a quatro de outubro de 1925, e no Cairo, de 29 de dezembro de 1927 a quatro de janeiro de 1928. Daí terá a idéia de promover uma Conferência de Estatística no País, e à sua organização irá se empenhar; marcada para outubro de 1930, terá pela frente o obstáculo da revolução que irá por fim à primeira República (dita hoje República Velha); também por conseqüência dessa revolução não será realizado o Censo de 1930, ao qual *Bulhões* já se dedicava. Mas virá o IBGE, quando várias teses de Bulhões terão fruto, no contexto da reforma do Estado feita por *Getúlio Vargas*.[346]

[346] Em março de 1925, Bulhões promove Teixeira de Freitas a 2º oficial, por merecimento; ele que entrara no quadro da DGE em 1908, pelas mãos do mesmo Bulhões.

Perfis biográficos

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

A pessoa Epitácio – um político de visão

Epitácio da Silva Pessoa foi o presidente da República em cujo mandato foi realizado o Recenseamento Geral de 1920. Entre os seus muitos méritos está o de ter mantido o diretor geral de estatística, Bulhões Carvalho, a frente daquela operação censitária. E mais: no momento certo teve a iniciativa de blindá-lo contra eventuais forças que pudessem desestabilizar o trabalho. Segundo contou o diretor da DGE, no primeiro volume da publicação do Censo de 1920, no encontro que teve com o presidente expôs os sérios problemas que enfrentaria se não tivesse o respaldo do governo e a autoridade necessária para por "sempre acima de mesquinhos interesses pessoais o verdadeiro interesse nacional". O diretor de estatística ouviu do presidente pétreas palavras de apoio: "Faça o que deve fazer. Não tenha receio de ninguém. Se por qualquer circunstância, ou mesmo por deferência a mim, satisfizer uma solicitação inconveniente ao serviço, o responsabilizarei pelo mal que daí provier" (BRASIL, 1920b). Epitácio, como um político de visão, soube compreender a importância das estatísticas e especificamente daquele censo para o País.

Nascido em 23 de maio de 1865, em Cabedelo, na Paraíba, Epitácio Pessoa ficou órfão de pai e mãe desde os oito anos. Ele teve a sua educação paga pela Província de Pernambuco, uma vez que tinha familiares naquele estado. Entretanto, aos 12 anos o governo cortou a verba que lhe garantia os estudos. Por ser considerado um excelente aluno, o Ginásio Pernambucano permitiu que continuasse freqüentando as aulas.

Ingressou na Faculdade de Direito do Recife quando contava com 18 anos. Premido por dificuldades financeiras, viu-se obrigado a trabalhar enquanto estudava. No segundo ano de seu curso, foi nomeado promotor na cidade do Cabo, em Pernambuco e se tornou abolicionista e republicano.

Sua carreira política começou na República, com a nomeação para o cargo de secretário do presidente da Província da Paraíba, Venâncio Neiva, quando escreveu e publicou um projeto de Constituição do Estado, fortemente impregnado em tintas liberais. Posteriormente, foi deputado federal por seu Estado, vindo para o Distrito Federal, onde se destacou pela oposição ao governo Floriano Peixoto. Este lhe ofereceu a pasta do Exterior, que Epitácio recusou, alegando princípios. Foi ministro da Justiça e Interior de Campos Salles, procurador-geral da República e ministro do Supremo. Foi indicado pela oligarquia dominante da época para concorrer à presidência da República, quando estava em Paris, na Conferência de Versalhes. Elegeu-se em disputa contra Ruy Barbosa sem fazer um único comício, recebendo a notícia de que tinha vencido a eleição na própria capital francesa – um fato inédito na História brasileira.

Casou-se em primeiras núpcias com Francisca das Chagas, em 1894, que, entretanto, faleceu no ano seguinte, por conta de complicações de um parto. Em 1898, casou-se novamente com Maria da Conceição (Mary) Manso Sayão.

Depois de deixar a presidência foi escolhido como membro titular da Comissão Permanente de Justiça Internacional. Elegeu-se também senador, cargo derradeiro em sua carreira política. Faleceu em Petrópolis, em 13 de fevereiro de 1942.

Legislações e sínteses dos censos

1920 O senso do censo [quarto do País; primeiro de fato geral]

• Data de referência: primeiro de setembro de 1920.

• Além do censo da população, seriam realizadas coletas de informações de interesse econômico, em especial sobre a agricultura e a indústria.

• À DGE caberia a direção geral do censo (na capital federal ela o realizaria diretamente). Nos estados haveriam delegados gerais e seccionais (partes dos estados). Nos municípios e nos distritos (suas divisões) seriam formadas comissões censitárias. Poderiam ser nomeados agentes especiais para fiscalização. E mais claro, os agentes recenseadores. A apuração seria centralizada na capital federal, com estrutura específica (a ser extinta depois de findos os trabalhos). Tudo, inclusive a divulgação dos resultados, devia estar pronto em quatro anos, a contar do início dos trabalhos,

• Seriam recenseados (no censo da população) "todos os habitantes do Brasil no lugar e domicílio em que se acharem", mais os ausentes temporários, e também as pessoas que tenham dormido no domicílio na data do censo.

• Registros das pessoas em listas de famílias (conforme a natureza do domicílio, se particular ou se coletivo). Cor (ou raça) seguia de fora; religião saia (até então estivera presente); voltava defeitos físicos (cegos e surdo-mudo).

• Haveriam formulários específicos para os demais censos (continham instruções).

Legislação:

• Decreto nº 11.476, de 5 de fevereiro de 1915 (reforma da DGE, de novo sob Bulhões)Decreto (legislativo) nº 4.017, de 9 de janeiro de 1920 (mandava realizar o censo)Decreto nº 14.025, de 21 de janeiro de 1920 (regulamenta a operação censitária)

[Foram desenvolvidas minuciosas instruções aos delegados gerais e seccionais, e às comissões censitárias, bem assim para a apuração]

Em 1920, quarto Censo Geral: o papel dos jornais*

Capítulo 19

por Marco Aurelio Martins Santos

Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, assistente de pesquisa na produção desta obra

O Censo de 1920 saiu do papel em 1919. Não só do papel em que estava o projeto elaborado pelo deputado Cincinato Braga, propondo a realização do que seria o quarto Recenseamento Geral da História do Brasil. Mas, principalmente, do papel jornal em que os diários cariocas eram impressos. Sem a pressão da imprensa - força-motriz da opinião pública – muito provavelmente o País teria que encetar outra desculpa a ser dada à comunidade internacional, explicando mais uma vez que não haveria censo no Brasil.

Depois dos fiascos censitários de 1890 e 1900 e da desistência do governo de fazer o Censo em 1910, o Brasil não sabia quantos habitantes tinha - justamente quando se aproximava o centenário da data em que foi criado como país independente. Pior: o governo não possuía números atualizados e confiáveis para poder governar.

Rua Líbero Badaró, São Paulo, SP, [s.d.]

Até 1919, os poderes constituídos pouco tinham feito no sentido da concretização do Censo de 1920. Não que houvesse má vontade. Na verdade, uma ou outra providência tinha sido tomada pelo Executivo. Entretanto, um ano antes da realização da operação censitária muito ainda estava por ser feito. Parecia que o governo tinha estabelecido outras prioridades e contar seus habitantes não era uma delas. E se o principal usuário demonstrava inapetência, um outro forte cliente das estatísticas censitárias estava faminto por números. A imprensa clamava e reclamava pela realização de um censo. Mas não de qualquer censo. Ainda repercutiam os péssimos resultados dos recenseamentos anteriores e não interessava a ninguém mais um dispêndio de verba pública para obtenção de números pífios.

O que é preciso, entretanto, é que o recenseamento de 1920 seja cuidadosa e inteligentemente preparado, de modo que os resultados se aproximem, quanto possível, da realidade (O RECENSEAMENTO, 1919, p. 3).

Este cuidado sugerido pelo articulista do jornal *O Paiz* seria tônica de todos os outros jornais e jornalistas. Tanto aqueles que cerravam fileiras com o governo – caso do citado *O Paiz* – quanto os que primavam por manter postura de oposição intransigente – onde o *Correio da Manhã* era o exemplo mais visível.

Com maior ou menor ênfase, os principais jornais do eixo Rio-São Paulo defendiam a realização do recenseamento e o que é mais interessante: mantendo posição e atitude de quem realmente entendia do assunto. Ao longo de 1919 e 1920, seria possível encontrar nas gazetas diárias matérias opinativas, onde jornalistas chegaram até a entabular polêmica com técnicos, o que seria impensável em tempos atuais.

Problemas por falta de censo

No início do século XX, a Capital Federal ansiava por civilizar-se, como no dizer do próprio *slogan* de seu então prefeito Pereira Passos[347]. Na segunda década daquele século, além do Rio, a cidade de São Paulo também seguia no mesmo caminho de se tornar uma metrópole:

> Com base na indústria avolumam-se as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A condição de metrópole nacional da primeira [...] no decorrer do Século 20 é seguida e absorvida pela segunda, avançando como capital econômica (SZMRECSANYI, 2005).

Os dois centros urbanos viam sua população crescer de modo significativo, especialmente a capital bandeirante, que, de 1890 a 1900, passou de cerca de 65 mil para 240 mil habitantes.[348]

Embora em menor proporção, outras cidades brasileiras também tinham recebido significativos acréscimos populacionais. Até uma nova capital de estado tinha surgido neste período.[349] Era natural que aquela dinâmica demográfica determinaria novas posturas e determinações do Estado, mas como assumi-las se não se sabia com certeza quantos éramos?

A Constituição assinada em 1891, definia, em seu Art. 28, Parágrafo 2º:

> [...] mandará o Governo federal proceder, desde já, ao recenseamento da população da República, o qual será revisto decenalmente (BALEEIRO, 2001, p. 82).

Entretanto, desde que a Carta Magna do País tinha sido promulgada, tal preceito ainda não tinha sido cumprido efetivamente, parecendo que a República não sabia contar e a nação se ressentiam disto. Já a partir de junho de 1919, editoriais

347 "O Rio civiliza-se".

348 Embora estes números pertençam aos censos contaminados de 1890 e 1900, ainda assim é possível admitir que a população paulista tinha dado um salto considerável.

349 Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, fundada em 1897.

começaram a surgir, protestando que até aquele momento pouco tinha sido feito para a realização do censo que deveria redimir todos os pecados anteriores.

Fortaleza de Villegaignon, Rio de janeiro, RJ, [s.d.]

O jornal *O Paiz*, um dos que mais se batia pela realização do censo, no citado editorial do dia 2 de junho de 1919, lembrou "a importância social e econômica" do recenseamento, propondo, para a sua boa consecução, "um largo, resoluto e inteligente serviço de propaganda":

> Quando, nos Estados Unidos, se realizou o último recenseamento, a propaganda pelo governo foi verdadeiramente assombrosa. O território da grande Confederação foi inundado de cartazes em todos os numerosos idiomas falados nos Estados Unidos. [...] A nação inteira colaborou nessa obra de tão grande alcance nacional. E desse modo tudo correu às mil maravilhas (O RECENSEAMENTO, 1919b, p. 3).

O articulista prosseguia conclamando o governo a não poupar esforços e principalmente verbas para a efetivação de um censo "completo e definitivo".

> A preocupação de economizar, em relação a certos serviços de relevante utilidade pública, é sempre contraproducente (O RECENSEAMENTO, 1919b, p.3).

A sugestão do editorial em que fosse feita uma propaganda eficaz da operação censitária tinha razão nas frustradas realizações de 1890 e especialmente em 1900, cujo malogro também foi atribuído a uma propaganda deficiente. Se o censo nos Estados Unidos dava certo, não há como esquecer a longa e sólida tradição que eles têm, uma vez que lá o recenseamento é realizado decenalmente, sem falhas, desde 1790.

Mas a preocupação da imprensa com a propaganda era válida e ela participaria de bom grado, como já o fizera, no Rio, por ocasião do Recenseamento Municipal de 1906.

Sobre a proposta de liberalidade financeira para a realização do Censo de 1920, posteriormente o próprio *O Paiz* bradaria por austeridade nos gastos censitários tão logo foi divulgada a verba para a realização do censo. Afinal, conforme lembraria o próprio jornal cerca de um ano depois, a derrocada do Censo de 1910, "que não chegou a ser executado, sendo gasta nas operações preliminares a verba consignada à sua realização" (O RECENSEAMENTO, 1920, p. 3) ainda estava vívida e seria constantemente lembrada pela imprensa.

Por esta época, longe dos olhos das folhas, o governo até que se mexia pela realização do censo. O então ministro da Agricultura, *Antonio de Pádua Sales* (1860-1957), acolhendo a solicitação do seu diretor geral de estatística, Bulhões Carvalho,

enviara um funcionário ao país ianque para extrair informações sobre o censo norte-americano. Além disto, ele investigaria sobre a possibilidade de se adquirir, por compra ou contrato, o mesmo equipamento mecânico que o *Bureau of Census* utilizava na apuração dos seus últimos recenseamentos. Este funcionário verificaria também como andava o mercado de papel para que fosse feita a compra pela Diretoria Geral de Estatística da quantidade necessária para a operação censitária que estava por vir (BRASIL, 1922b, p. 422).[350]

O jornal *O Paiz* prosseguiria a sua campanha, era dos mais empolgados pela realização do recenseamento. Em seu editorial publicado na edição de 3 de agosto de 1919, ele faria menção aos números das populações das cidades, calculados por "estimativas":

> Os cálculos da nossa população são feitos por palpites, variando as opiniões em milhões de habitantes do país. Mesmo em relação a capital da República, não há mais do que suposições, destituídas de bases sólidas de cálculo (O RECENSEAMENTO, 1919c, p. 3).

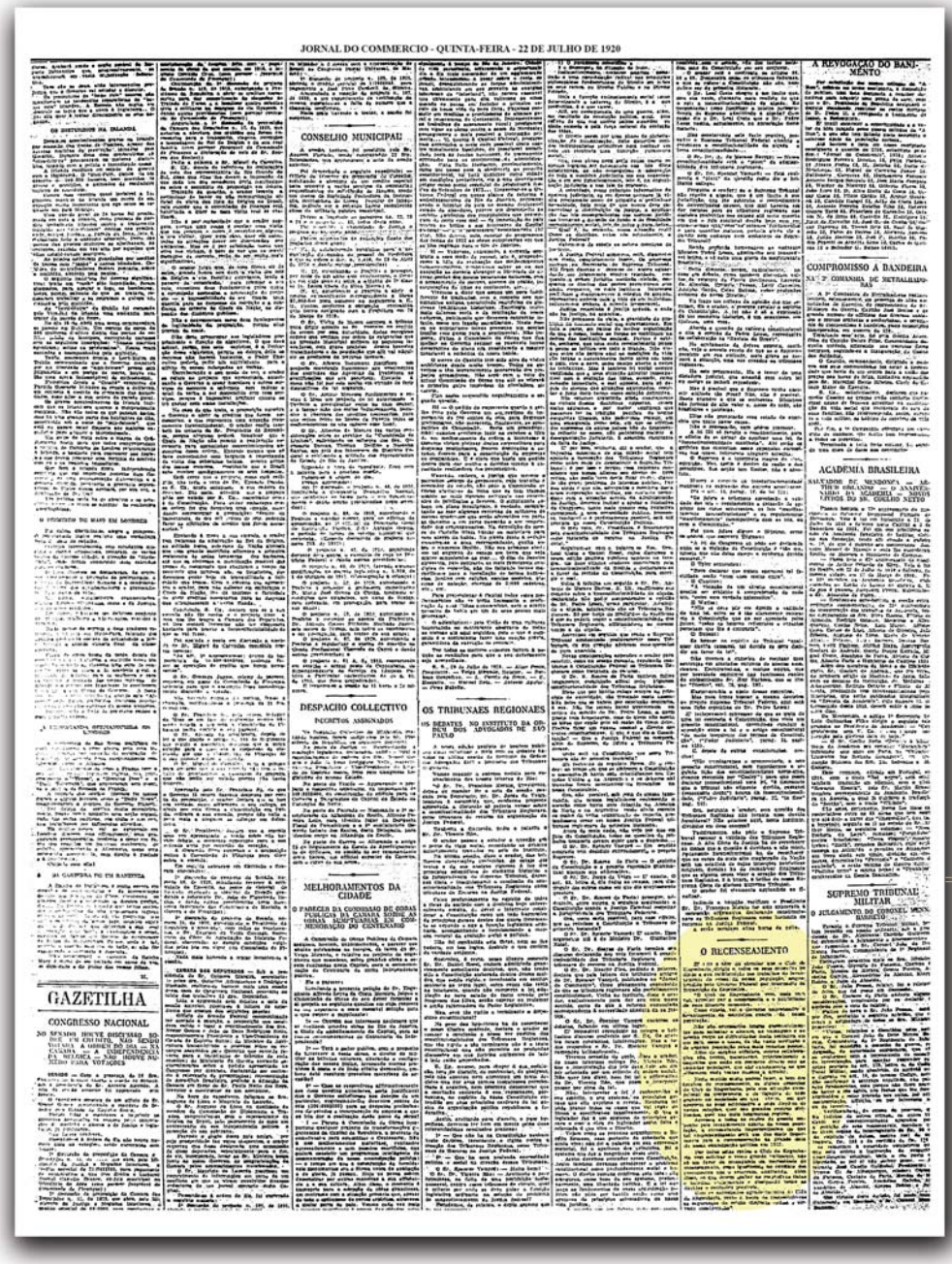
Com efeito, em vários estados havia demógrafos-sanitaristas que promoviam cálculos estimados sobre o número de habitantes de suas respectivas circunscrições. Em capítulo mais adiante falaremos sobre estes "médicos-demografistas", que tinham conhecimento suficiente de estatística para entabular cálculos, e o faziam com base nas taxas de crescimento da população, obtidas pelos recenseamentos anteriores. E aí residia o problema. Como confiar em números tão viesados, tão contaminados? As estimativas obtidas seriam, invariavelmente, duvidosas, sem credibilidade. O próprio jornalista do editorial em questão refletiu sobre esta questão:

Sua questão vale um milhão

Neste clima de "suposições" sobre os verdadeiros números da população em que se encontrava o Brasil havia espaço para toda a sorte de controvérsias. Até mesmo questões provincianas de somenos importância adquiriam peso e encontravam eco especialmente na imprensa. Um exemplo claro disto foi a polêmica entabulada pelo vespertino *A Noite* com respeito a chegada ao primeiro milhão de habitantes pelo Rio de Janeiro.

Este número "mágico" – o milionésimo habitante - era um antigo e sôfrego desejo de muitos cariocas da época, desde o Censo de 1900. Parecia que a capital do Brasil só seria respeitada se sua população ultrapassasse a casa do milhão. O provincialismo de então mirava com olhos de inveja as cidades européias que já tinham alcançado aquela marca e o inconformismo ganhava tônus ao se saber que no continente americano já havia cidades com mais de um milhão de habitantes, incluindo a rival

[350] Efetivamente, a DGE iria adquirir máquinas da *The Tabulating Machine Company* com que apuraria o Censo de 1920. Veja capítulo 21 deste volume.



JORNAL DO COMMERCIO - QUINTA-FEIRA - 22 DE JULHO DE 1920

GAZETILHA

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO MUNICIPAL

DESPACHO COLLECTIVO

MELHORAMENTOS DA CIDADE

OS TRIBUNAES REGIONAES

O RECENSEAMENTO

A REVOGAÇÃO DO BANIMENTO

COMPROMISSO A BANDEIRA

ACADEMIA BRASILEIRA

SUPREMO TRIBUNAL MILITAR

Recenseamento, 1920

cifra "invejável". Desta forma, virou questão de honra para a opinião pública do Rio de Janeiro a obtenção de números que atestassem a chegada da população ao tal número "mágico". Era como se fosse uma condição *sine qua non* para ser considerado como um país "civilizado" – ter uma capital com mais de um milhão de habitantes. Para os brasi-

[351] Desde o Censo de 1909, realizado na Argentina, sabia-se que a população da capital platina já tinha ultrapassado a casa do milhão, embora grande parte dos habitantes da cidade fosse de estrangeiros.

[352] Buenos Aires (1 231 698 habitantes), Chicago (2 185 283 habitantes, em 1910), Nova Iorque (já a maior do mundo em 1910, com 4 766 883 habitantes), Filadélfia (1 549 008 hab., em 1910), Berlim (2 071 257 hab., em 1910), Bruxelas (1 026 454 hab., em 1910), Londres (4 521 685 hab., em 1911), Paris (2 843 094 hab., em 1911) e Viena (2 031 498 hab., em 1910) (BRASIL, 1923b, Pt. 1, v. 2, p. XXX-XXXI).

leiros de então, acostumados a mirar nos exemplos do hemisfério norte, ter o respeito das nações desenvolvidas passava pela aparência de cosmopolitismo que uma capital fartamente populosa poderia ostentar. Está bem claro que o País mantinha os olhos fixos na Europa, como se pode constatar pela reflexão de Lucia Lippi Oliveira:

> Nos anos 20, houve uma reavaliação tanto da Europa quanto do Brasil. Havia várias Europas, uma delas vista como ultrapassada e decadente, à qual o Brasil parnasiano estaria ligado. Outro mundo europeu era representado pelos movimentos de vanguarda que rompiam com os valores clássicos e que apelavam para as forças do inconsciente, para forças primitiva, mitológicas (OLIVEIRA, 1990, p. 180).

Neste contexto, estava muito claro que a imprensa e a intelectualidade brasileiras se ressentia da herança de "país dos botocudos", que não conseguia o cosmopolitismo aparente de uma capital com mais de um milhão de habitantes em pleno século XX, situação bastante piorada por não conseguir realizar um censo que lhe desse a certeza disto.

A "polêmica do milhão" iniciou quando, na coluna "Ecos e novidades", de *A Noite*, de 29 de setembro de 1919, escreveu o articulista anônimo:

> Quando, há mais de dez anos, o prefeito Passos mandou fazer o recenseamento da população do Distrito Federal, os dados apurados deram pouco mais de 911[353] mil habitantes, sendo cerca de 700 mil só para a zona urbana.
>
> Baseado ainda nestes dados, os últimos oficialmente reconhecidos, o 'Boletim da Estatística Demógrafo-Sanitária', bem impressa publicação da Diretoria Geral de Saúde Pública, faz em todos os números um cálculo aproximado da população do Rio, de acordo com certos métodos científicos já consagrados. E por estes métodos, em que entram os excessos da natalidade sobre a mortalidade e o das entradas sobre saídas pelas vias terrestres e marítimas etc., a população do Rio vem oscilando entre 930 e 950 mil, sem chegar jamais ao desejado milhão.
>
> Longe de nós a pretensão de condenar processos científicos consagrados pela convenção ou por consenso unânime dos técnicos. Mas, francamente, neste caso da população do Rio, os tais métodos ou processos de calcular adotados pelas nossas autoridades da Estatística Demógrafo-Sanitária parecem não valerem nem meio caracol (A NOITE, 1919a, p. 2).

Esta era uma acusação bastante séria. Afinal de contas, um órgão de imprensa estava utilizando suas páginas para duvidar dos métodos admitidos como científicos da Diretoria Geral de Saúde Pública - DGSP, que aplicava cálculos estatísticos aos registros administrativos coletados.

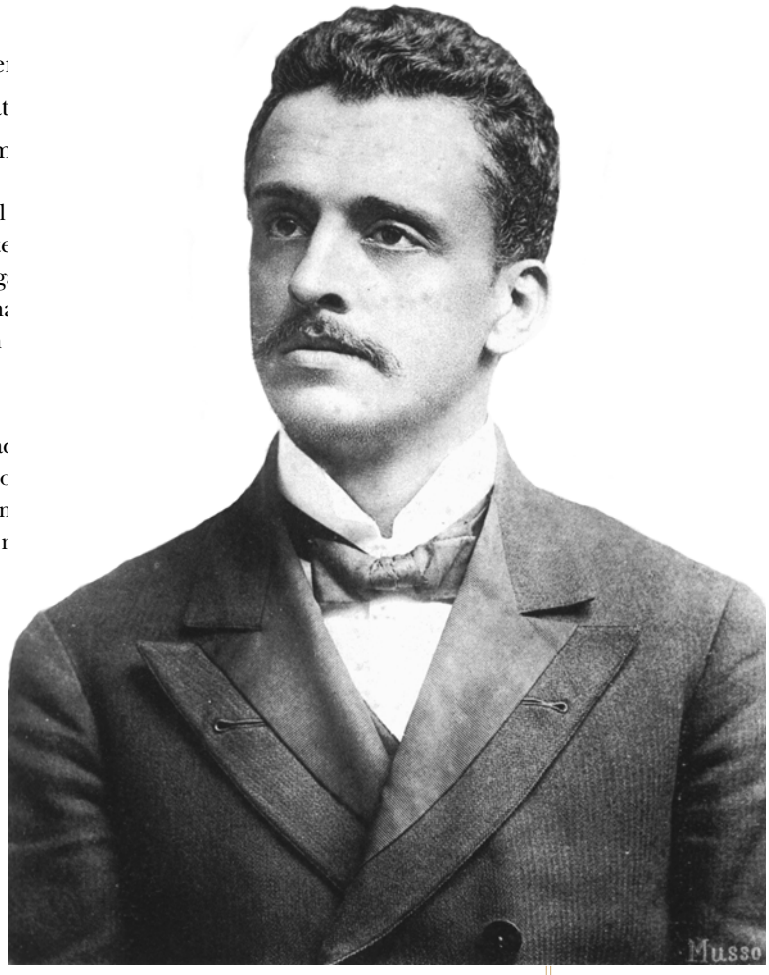
Na matéria, o articulista lembrava que bairros novos surgiram e estavam sendo ocupados (Copacabana, Ipanema), assim como novas ruas foram abertas em antigos bairros cuja ocupação crescia significativamente (Engenho Velho, Vila Isabel) e que mesmo assim era conhecido o déficit de habitações por que passava a cidade.

Outro argumento levantado pelo autor do artigo foi o perceptível aumento no tráfego de pessoas nas principais artérias da cidade, especialmente nas tardes de sá-

[353] Provavelmente saiu com erro de revisão. Posteriormente, o jornal admitiu como número correto 811 mil habitantes.

bado. Além disso, como prova do conside
população, havia, segundo ele, o significat
produção de carne verde, que dobrara em

> E apesar de tudo isto, o tal
> tística Demógrafo-Sanitária' insiste
> os tais processos científicos, em g
> pulação do Rio continua estacion
> afirma que diminuiu, como já tem
> vezes .[354]
>
> Um método que dá resulta
> mente falhos já não deveria ter sid
> do? Valerá a pena que todos os trin
> a Imprensa Nacional se esmere n
> confecção de um boletim tão
> flagrantemente falho, pelo me-
> nos em relação a esta parte da
> população da capital? (A NOI-
> TE, 1919a, p. 2).



Sampaio Vianna, [s.d.]

Percebe-se claramente o desdém com que o articulista trata dos "tais processos científicos". Normalmente, se rebate argumentos científicos com outros argumentos também científicos, bem-embasados, bem-metodizados. E *A Noite* o fez, em sua edição de 4 de outubro, na mesma coluna "Ecos e novidades", acusando o recebimento da resposta do médico-demografista, e, em seguida, apresentando a sua tréplica:

> O Rio ainda não tem um milhão de habitantes?
>
> O Sr. Dr. Sampaio Vianna, diretor do Serviço Demógrafo-Sanitário, em carta que nos escreveu há dias, e baseado em cálculos científicos adotados pela sua repartição, afirma categoricamente que não. Na sua opinião a população do Rio, que s gundo o recenseamento Passos[355] era, em 1906, de pouco mais de 811 mil habitantes [...] deve ser atualmente orçada em 915.875 habitantes (A NOITE, 1919b, p. 2).

A Noite continuou insistindo que os números de Sampaio Vianna estavam incorretos, "não se assentando em base sólida". A seguir, os argumentos do articulista. Embora seja um tanto extenso, vale como registro da polêmica.

> Em 1906, quando o Rio tinha pouco mais de 811 mil habitantes, o número de prédios no Distrito Federal era de 82.396. Dando-se a cada prédio a média de dez

[354] Efetivamente a população do Rio diminuiu em fins de 1918, quando se abateu sobre a cidade a pandemia da gripe espanhola. Os números daquele ano atestam (com razão) que morreram mais pessoas do que nasceram. Pelo menos quanto a este argumento, *A Noite* errou.

[355] O jornalista denominou assim o recenseamento feito no Distrito Federal, em 1906, por ordem do então prefeito Pereira Passos, para substituir os dados cancelados do Censo de 1900.

> moradores, obtém-se o resultado de 823.960 habitantes, número bem aproximando do resultado recenseado, o que prova que a média é regular.
>
> Na Prefeitura não puderam nos fornecer o número de prédios novos, edificados em 1918. Deram-nos, porém, os algarismos referentes aos anos anteriores, que são os seguintes, no decênio de 1907 a 1917: 1.717, 1.796, 2.198, 2.318, 3.189, 4.202, 3.928, 1.849, 1.016, 3.577 e 1.272. Total: 27.064.
>
> Somando-se esse total ao apurado em 1906 têm-se 109.460 prédios. Dando-se-lhes a mesma média de dez moradores, têm-se 1.094.460 habitantes.
>
> Há, porém, circunstâncias muito interessantes a acrescentar. Em primeiro lugar, a de que não havia, em 1906, a tremenda crise de casas que existe atualmente[356]. Crise essa que motivou o costume agora adotado das famílias de poucos recursos sublocarem um ou vários cômodos das casas em que residem, procurando, assim, atenuar o aumento exagerado do aluguel. Esse costume autorizaria o aumento da média de dez moradores por casa.
>
> Mas a circunstância mais interessante é a de que naquele total não entraram os novos prédios de 1918 e 1919, que devem ser calculados, pelo menos em três mil, com 30 mil habitantes, que elevariam, assim, a população a mais de um milhão e cem mil habitantes.
>
> Modéstia à parte, quer nos parecer que esse processo de calcular é mais simples, mais claro e mais seguro que os adotados pela Demografia Sanitária (A NOITE, 1919b, p. 2).

Na resposta a Sampaio Vianna, vale destacar, além da forma apaixonada com que o articulista defendeu seus argumentos, a informação sobre a média de ocupação de uma residência: dez pessoas! E que, em média, uma moradia abrigava duas ou mais famílias. A residência só não constituía mais de um domicílio por ter somente uma cozinha e todas as refeições serem preparadas no mesmo cômodo. Não deixa de ser uma informação interessante para demógrafos, assim como para geógrafos que estudam, historicamente, o uso e a ocupação espacial.

Na argumentação do jornalista, percebe-se a aguilhoada nos números da DGSP utilizando, segundo asseverou, números oficiais fornecidos pela prefeitura. Tinha-se, então, uma polêmica embasada em dados oficiais dos dois lados!

No dia 9 de outubro, *A Noite* dava prosseguimento à polêmica. O anônimo articulista insistia em que, "pelos seus cálculos", era possível garantir que o Rio tinha mais de um milhão de habitantes. Ele cita a carta recebida de Sampaio Vianna contestando aquela informação e asseverando que a cidade "não possui mais de 945.675 habitantes[357]". O jornalista garantiu que responderia a estes cálculos: "logo que tenhamos completos os dados que a respeito estamos coligindo" (A NOITE, 1919c, p. 2).

---

[356] Não é verdade. Com o "Bota-abaixo" de Pereira Passos houve, sim, uma crise de moradias para abrigar os que foram expulsos pelas demolições.

[357] Veja que este é um número diferente do que consta na carta de Sampaio Vianna divulgada no dia 4 de outubro 1919.

Ou seja: *A Noite* tinha efetuado operações matemáticas e entabulado estimativas e se transformado em órgão produtor de estatísticas! E mais: o articulista estava invocando o testemunho do diretor geral de estatística da União, Bulhões Carvalho, cujos cálculos davam para o Rio "1 166 540 almas". Fechando a matéria, ele pergunta se os métodos do órgão oficial de estatística seriam menos científicos e menos seguros que os do demografista da Saúde Pública. Em seguida, passou a palavra ao chefe da Seção de Demografia, que não se fez de rogado e eriçou lanças na direção do jornal:

> Sr. Redator – Uma vez que *A Noite*, em seu 'eco' de sábado, confessa 'não saber quais os processos adotados pela demografia-sanitária carioca para calcular a população do Rio de Janeiro', e ainda mais, levanta a suspeita de se não assentarem em base sólida os cálculos realizados por esta repartição, vejo-me na contingência de vir vos explicar [...].
>
> O método que adoto desde 1906, quando pude dispor de base segura, [...], é o de Maurice Block, que, à página 427 do seu 'Tratado de Estatística', aconselha que *'à défaut de recensement et dans l'intervalle de deux opérations, oú établit la difference entre les naissances et les décés, en défalquant de cette difference l'excédent de l'emigration.* [358]
>
> Aplicado ao Rio de Janeiro esse processo, sabendo-se que de setembro de 1906 a agosto de 1909, nasceram nesta capital 336.862 indivíduos, faleceram 276.973 pessoas, entraram por vias marítima e terrestre 24.945.733 e saíram pelas mesmas vias 24.901.390 passageiros, obtém-se o seguinte resultado: população do Rio de Janeiro em setembro de 1906, 811.443; excesso dos nascimentos sobre os óbitos, de 1º de outubro de 1906 a 31 de agosto de 1919 (336.862 menos 276.973), 59.889. Excesso das entradas sobre as saídas por vias marítima e terrestre, de 1º de outubro de 1906 a 31 de agosto de 1919 (24.945.733 menos 24.901.390), 44.343. População em 31 de agosto de 1919, 915.675.
>
> É bem possível, Sr. Redator, que o Método de Block, dado o grau de cultura de uma parte de nosso povo, que ainda não compreendeu a necessidade do Registro Civil de nascimentos, tenha um de seus elementos incompletos; mas ainda assim é ele o único método capaz de nos fornecer um algarismo aproximado da verdade (A NOITE, 1919c, p. 2, tradução nossa).

O médico-demografista prossegue em sua carta, citando suas fontes: estradas de ferro Central do Brasil, Auxiliar, Rio do Ouro e Leopoldina; companhias de navegação Cantareira e Teresópolis e Inspetoria de Polícia dos Portos, sendo que para esta última fez a ressalva de que freqüentemente a DGSP devolve boletins de informação quando são detectadas irregularidades "por circunstâncias que não vêm ao pêlo citar".

Quanto aos números divulgados anteriormente pelo articulista, como sendo "da Prefeitura", Sampaio os refuta veementemente, lembrando que muitos dos prédios citados como novos foram construídos em terrenos onde se demoliram ou-

358 "à falta de um recenseamento e no intervalo de duas operações, onde estabelecer a diferença entre os nascimentos e os falecimentos, deduzindo ou subtraindo dessa diferença o excedente da emigração sobre a imigração, ou lhe agregando ou somando, se for o caso, o excedente da imigração". Em equação seria: nasc – falec – excedente (emigr – imigr); nasc – falec +excedente (imigr – emigr).

tros. Isto caracterizaria uma dupla contagem. Como exemplo, ele cita o próprio prédio da Saúde Pública, muito provavelmente contado entre os construídos após 1906, e que foi edificado em terreno onde havia vários outros, certamente incluídos nos "82.396 prédios" apontados pelo Recenseamento Municipal, e que foram ao chão posteriormente para a construção do edifício da Saúde Pública. Não satisfeito com a demonstração, lançou o desafio: "Se a redação d'A Noite me provar que existem no Rio de Janeiro 109.460 prédios, dando as mãos à palmatória, abandonarei o processo que sigo" (A NOITE, 1919c, p. 2).

Ao fim de sua carta, Sampaio Vianna ainda se permitiu uma blague, assegurando que o Método de Block adotado por ele era "mais seguro" que o apresentado pelo vespertino.

A falta de um censo recente suscitava toda aquela celeuma, em assunto que mexia com os brios e com a auto-estima dos cariocas de então. Mas a polêmica ainda não acabara.

O articulista de *A Noite* citara dados informados por Bulhões Carvalho, então à frente da Diretoria Geral de Estatística, que era o órgão-mór oficial da estatística do Brasil, responsável pela realização dos recenseamentos brasileiros desde o tempo do Império. Era evidente que o lado para onde Bulhões pendesse teria o respaldo da ciência e dos números oficiais.

Àquela altura, um outro jornal também queria participar da "polêmica do milhão". O jornal *O Paiz*, entrou na discussão concordando com seu concorrente e invocando dados que teriam sido publicados pelo titular da DGE.

> A população do Distrito Federal tem sido objeto dos comentários por parte da imprensa, empenhada em saber se ela já atingiu ao desejado milhão de habitantes.
>
> A respeito do assunto, julgamos interessante transcrever algumas informações publicadas pelo Dr. Bulhões Carvalho, conhecedor do assunto, segundo as quais o Rio conta com 1.166.540 habitantes aproximadamente.
>
> É certo que não há dados seguros a respeito, mas o resultado obtido pelo Dr. Bulhões Carvalho deve estar muito próximo de um número exato de habitantes, como é fácil verificar.
>
> De 1880 a 1890, o acréscimo da população foi de 163.101 habitantes; de 1890 a 1900, de 168.914; de 1900 a 1906, de 120.777, e de 1906 a 1912, de 163.476.
>
> Ora, se em 1906 a população do Rio de Janeiro era de 812.342[359] e em 1912 de 975.818[360], houve um acréscimo anual médio de 27.246 habitantes; multiplicando este número por sete há um total de 190.722 que, adicionados aos 975.818 dão 1.166.540.

[359] Número incorreto. Como visto, a população apurada para o Rio de Janeiro em 1906 foi de 811 443 habitantes.

[360] O articulista não citou a fonte de onde tirou este número.

> Além disto, tendo o Rio de Janeiro cerca de cento e dez mil casas, sua população deve ser de 1.100.000 habitantes; mas atendendo-se a que se tem aberto muitos e grandes hotéis, todos cheios, e a que muitas famílias têm sublocado parte de suas habitações, pode a população ser calculada em 1.200.000 habitantes (A NOITE, 1919c, p. 3).

Tendo sido citado em dois jornais, como detentor de números tão entusiásticos, o diretor da DGE encaminhou carta ao *O Paiz*, publicada na nota "A população da capital", dois dias depois:

> A propósito do que escrevemos sob este mesmo título, anteontem, recebemos a seguinte carta do diretor geral de estatística:
>
> 'Num dos interessantes *sueltos* de ontem, *O Paiz* atribuiu-me um cálculo que não me recordo ter feito, relativamente a população do Rio de Janeiro. Deixaria passar despercebida a referência, se dela não se aproveitasse o apreciado vespertino *A Noite* para contestar a criteriosa avaliação do Dr. Sampaio Vianna nos boletins de estatística demógrafo-sanitária. Nas informações que tenho tornado públicas, jamais precisei em 1.166.540 o número dos cariocas.
>
> No Anuário publicado pelo Instituto Sanitário Federal, em 1895, não havendo base censitária exata, calculei aproximadamente em 600.000 o número de habitantes da área urbana e em 150.000 o número de habitantes da zona suburbana; avaliando em cerca de 750.000 almas toda a população do Distrito Federal. Nos Anuários editados mais tarde, em 1903, 1904 e 1905, pela Diretoria Geral de Saúde Pública, ainda por falta de dados censitários, tive que orçar a população urbana entre os limites de 800.000 e 872.000, continuando a avaliar em 150.000 a da zona suburbana e rural, ou pouco menos ou pouco mais de um milhão de habitantes na totalidade do Distrito Federal.
>
> Convidado a colaborar no recenseamento municipal mandado executar pelo prefeito Passos, em 1906, verifiquei que eram exageradas aquelas estimativas, adotando, daí em diante, nas publicações feitas sob minha responsabilidade os resultados do referido censo como elemento básico dos cálculos demográficos. É o que se pode verificar nos Anuários e Relatórios da Diretoria Geral de Estatística, dados à publicidade nestes últimos tempos, onde se encontram, em relação ao Rio de Janeiro, exatamente reproduzidos os algarismos da Repartição de Saúde Pública, isto é, apurados pelo mesmo processo a que recorreu o Dr. Sampaio Vianna, de acordo com os conselhos de Block, mestre no assunto. *Tanto eu como o Dr. Sampaio Vianna acreditamos que a população do Rio de Janeiro, atualmente, deve atingir ou mesmo exceder um milhão de habitantes, mas a confirmação desse juízo depende, necessariamente, de um recenseamento bem feito.* Por enquanto, parecem aceitáveis os algarismos constantes dos boletins demográficos da Diretoria de Saúde Pública.
>
> Muito grato pela generosidade das referências com que me têm distinguido a ilustre redação d'O Paiz, sou, com alta estima etc. Bulhões Carvalho' (A POPULAÇÃO..., 1919, p. 4, grifo nosso).

Nesta resposta de Bulhões Carvalho percebe-se algo que faria toda esta celeuma cessar, celebrando um "empate". Os "estatísticos" de *A Noite* e d'*O Paiz* asseguravam que a cidade já tinha 1 milhão de habitantes. O diretor da DGE afirmava que tanto ele quanto seu colega, Sampaio Vianna, acreditavam na possibilidade da cidade ter efetivamente ultrapassado o seu milionésimo habitante, apenas não tinham a con-

firmação que só os números de um censo bem-feito poderia dar. Curiosamente, os números citados tanto pelo vespertino *A Noite*, quanto pelo matutino *O Paiz* estavam muito próximos do efetivamente apurado no Censo de 1920. O "Método de Block" estaria errado? Certamente que não, mas se os cálculos baseados nele apresentavam defasagem maior que os efetuados pelos "estatísticos" dos citados jornais, é possível imaginar que os principais suspeitos sejam os números com que uns e outros tivessem trabalhado. Não percamos de vista o fato de que o Registro Civil da época era irregular, incompleto, passível de erros. O mesmo vale para os demais registros administrativos, como o número de imóveis residenciais da cidade, por exemplo. Assim como um condimento estragado faz desandar um prato, por mais suculento que ele possa parecer, números defeituosos tornam rançosa qualquer estatística.

Mas a polêmica não parou ali. Um dia antes da resposta do titular da DGE, *A Noite* prosseguiu com seu martelo sobre o ferro quente do debate a respeito dos verdadeiros números da população carioca:

> O Rio tem mais de um milhão de habitantes. Depois da infeliz réplica do Sr. Sampaio Vianna, já não pode haver a menor hesitação nessa afirmativa. [...] O Sr. Dr. Sampaio Vianna prometeu que se a redação d'*A Noite* lhe provasse que existem no Rio de Janeiro 109.460 prédios, dando as mãos à palmatória, abandonaria o processo que segue. Pois pode dar as mãos à palmatória e abandonar o tal processo. Como poderíamos provar o número de prédios do Rio? Contando-os um a um? Claro que não. A única base são os dados oficiais da Prefeitura. Pois para estes dados, podemos garantir que o número de "prédios novos" construídos no Rio, de 1906 até fins de 1918, foi de 25.308, que, somados aos 82.396 de 1906, dão um total de 107.784. Ainda não são os 109.460 que o Sr. Sampaio Vianna quer. Faltam 1.676. Mas é conveniente lembrar que estamos no fim de 1919 e que com o desenvolvimento que têm tido as construções este ano, esse número 'muito inferior ao de outros anos passados', deve ter sido de muito excedido (A NOITE, 1919d, p. 2).

O articulista acrescentou duas circunstâncias, no seu dizer, interessantes: os prédios construídos foram destinados a servir como moradia; a partir de 1906, edificaram-se no Rio grandes hotéis e robustas casas de cômodos, onde residiram numerosas famílias.

> Em resumo, de acordo com os dados oficiais da Prefeitura, e com a média de dez moradores para cada prédio, aceita pela demografia sanitária, a população do Rio, em fins de 1918 deve ser computada em 1.077.840 habitantes – no mínimo... (A NOITE, 1919d, p. 2).

A carta enviada por Bulhões Carvalho ao *O Paiz*, publicada na véspera, já tinha transformado em pó grande parte dos argumentos do articulista d'*A Noite*, embora, há de se reconhecer, ele não se entregava facilmente.

Entretanto o golpe de misericórdia veio em seguida, por meio de carta do demógrafo-sanitarista da Saúde Pública, publicada na edição do dia 15 do vespertino. Embora longa, vale a sua transcrição como registro histórico:

> 'O Rio não tem um milhão de habitantes! As afirmações do médico demografista da saúde pública'

Tendo obtido as informações que desejava, O Sr. Sampaio Vianna, médico demografista da Saúde Pública, dirigiu-nos a seguinte carta, a que responderemos logo que tenhamos, por nossa vez, os dados positivos em que possamos apoiar em definitivo a nossa opinião, dando fim a uma controvérsia [...] que nada tem de pessoal.

'Sr. Redator – No 'Eco' de sexta-feira, a propósito ainda do cálculo da população do Rio de Janeiro, insiste *A Noite* em afirmar que havia nessa cidade, no ano próximo passado, 107.781 prédios [...] Se relerdes, com atenção, minha carta de 8 do corrente, verificareis que não me referi a prédios 'reconstruídos', e muito menos a 'consertados e modificados'. O que disse e hoje afirmo [...] é que dentre as casas novas construídas de 1906 a 1918, estão incluídas muitas que substituem 'outras demolidas' e 'já contadas no censo de 1906, dentre as 82.396', então arroladas.

[...] inúmeros são os exemplos [...] que mostram que os algarismos 107.784 não exprimem a verdade.

Antes de transcrever a carta que, em resposta à consulta que lhe dirigi, me enviou o Dr. Aureliano Portugal, provecto diretor da Estatística Municipal, repartição que forneceu *À Noite* a estatística domiciliar com que se pretende demolir os cálculos feitos pela seção que dirijo, preciso, ainda, fazer um comentário com que essa redação antecedeu à publicação de minha última carta.

Não é verdade que o Dr. Bulhões Carvalho, cuja autoridade pretendestes contrapor à minha humilde pessoa, tenha avaliado a população do Rio em 1.166.540, como podeis verificar pela resposta por ele dada no suelto d'*O Paiz*. O eminente diretor de Estatística não só não fez semelhante cálculo, como ainda mais, declara lhe parecerem aceitáveis os algarismos constantes dos 'Boletins Demográfico da Saúde Pública'. Bem sabíamos que o Dr. Bulhões Carvalho não podia endossar uma operação que aberra de todos os preceitos científicos, pois ela admite uma mesma taxa de crescimento para 1906 a 1912, época de prosperidade, em que a população foi crescendo, como para 1913 a 1918, período de crise econômica e financeira [...].

Eis a carta do Dr. Aureliano Portugal:

'Prefeitura do Distrito Federal – Diretoria de Estatística e Arquivo, em 11 de outubro de 1919 – Sr. Dr. J.F. de Sampaio Vianna m.d. médico-demografista – Em resposta ao apelo que dirigistes à seção municipal de estatística, quanto às dúvidas suscitadas pelo jornal *A Noite*, em relação ao cálculo da população do Rio, devo responder:

- os dados relativos às construções licenciadas constam de mapas insertos nas mensagens do prefeito, reproduzidos de relatórios da Diretoria de Obras.

- 82.395 foram os 'prédios' encontrados, em 1906, em condições de serem habitados, figurando ao lado deles, no mapa, então publicado, os 'domicílios' – 80.645 particulares e 3.041 coletivos.

Não sendo coligidos para fins estatísticos por aqueles dados não se pode conhecer com precisão a superfície nova realmente 'coberta' em cada ano. Se as reconstruções 'figuram' discriminadas nos quadros que *A Noite* conhece, 'nos casos dos prédios a construir em terrenos resultantes de abertura de ruas, são as respectivas licenças, em geral, contadas como novas edificações, embora em substituição a outras tantas demolidas ou desapropriadas'.

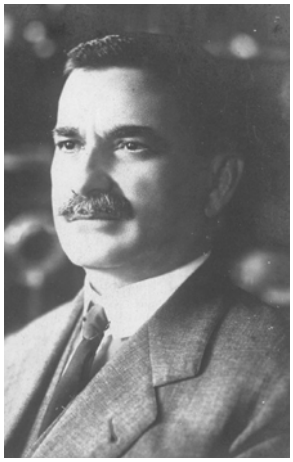
No cálculo d'*A Noite* 'não se atendeu para os prédios demolidos e arruinados no período em questão', como não se obedeceu ao coeficiente da densidade da

> população, determinado em 1906 (pág. 34 do 1º volume publicado). Outra consideração a fazer é o caráter das modernas 'avenidas', em avultadíssima quantidade nos últimos anos, compostas de grande número de prédios que não comportam, entretanto, famílias muito numerosas. Autorizando a fazer uso desta como convier, subscrevo-me etc. Aureliano Portugal' (O RIO..., 1919, p. 2).

Embora tenha escrito que responderiam "logo que tenhamos, por nossa vez, os dados positivos", *A Noite* não mais tocou no assunto. Pois deveria, uma vez que apurado o censo, calculadas as taxas de crescimento anual da população entre o Censo Municipal de 1906 e o Recenseamento Geral de 1920, descobriu-se que o Rio de Janeiro já tinha o seu sonhado milhão de habitantes desde 1915! (BRASIL, 1923b, [pt. 1], v. 2, p. XXIX).[361] Isto significa que a cidade levou, desde a sua fundação, em 1565, exatos 350 anos para atingir o seu milionésimo habitador. Para chegar ao segundo milhão levaria apenas 31 anos[362]. Mas isto é uma outra história...

Dessa polêmica, além dos ilustrativos dados apresentados, vale destacar a profusão de órgãos de estatística e de "especialistas" no assunto. Além disto, se confirma as inseguranças e incertezas dos registros administrativos da época. Naquele momento, todavia, o desejável era ter bons números de um bom censo.

Peças no tabuleiro



Delfim Moreira, [s.d.]

Não havia dúvidas de que a nação estava precisando de censo. *O Paiz*, em longo artigo publicado no dia 3 de agosto, pontuava sobre o assunto.

> Entre as várias medidas úteis, cuja iniciativa foi tomada pelo ex-ministro da agricultura, o ilustre Sr. Pádua Salles, uma das de maior alcance é, certamente, a da realização imediata do recenseamento geral da República, de modo que, em 1922, possamos comemorar o primeiro centenário da independência, tendo meios de avaliar a nossa população (O RECENSEAMENTO, 1919c, p. 3).

Nesta parte, o jornalista se refere às primeiras medidas tomadas para se cumprir a determinação constitucional. Como pode ser observado na mensagem do presidente *Delfim Moreira* (1868-1920) enviara ao Congresso em maio de 1919, o Legislativo já tinha aprovado verba para o início dos trabalhos – que não foram explicitados quais, mas é de se supor que fossem de reforço da estrutura do órgão central de estatística ou ainda primeiras medidas de constituição de cadastro e de levantamento de base geográfica. Vale ressaltar, também, o início da vin-

[361] Na taxa calculada pelo processo geométrico, estimou-se que a população do Rio seria de 1 023 993, em 1915. Utilizando-se a fórmula de Wappaeus para calcular a taxa de crescimento, o número obtido para este ano foi de 1 021 114. Na taxa de crescimento calculada pelo processo aritmético, a cidade já tinha, desde 1914, o seu milionésimo habitante (1 017 126).

[362] Segundo estimativas do IBGE, em 1946, a população da cidade teria aproximadamente 2 014 200 habitantes (ANUÁRIO..., 1949. p. 43).

culação do censo com os festejos do centenário. Sobre a festa, especificamente, será tratado em capítulo mais adiante. De qualquer forma, está assinalado que apresentar os números completos do censo na comemoração de 7 de setembro de 1922 seria uma atração a mais, visto lá estarem presentes visitantes de diversos países. Entretanto, neste momento ainda não se sabia ao certo como seria comemorado o centenário.

Prosseguindo com o artigo d'*O Paiz*:

> Em matéria de estatísticas, o Brasil ocupa uma posição especial entre as nações civilizadas. Não há outro país que, tendo chegado ao nível de cultura e às condições de desenvolvimento material em que nos encontramos, viva tão desprovido de meios de informação estatística como o Brasil. Ignoramos a massa da nossa produção agrária e industrial, tendo como único recurso para obter uma idéia vaga sobre este assunto, processos precários de ordem indireta, que apenas fornecem dados muito vagos, muito incompletos e, sobretudo, muito ilusórios. Quanto às informações demográficas, temos que nos contentar com o apelo ao Registro Civil, que fora de certas áreas, é uma fonte mais do que duvidosa de informações (O RECENSEAMENTO, 1919c, p. 3).

Este editorial, já comentado anteriormente neste capítulo, é anterior à polêmica entre *A Noite* e o titular da DGSP, mas serve como explicação *avant la lettre* do que se seguiu. Ressalte-se a avaliação do Registro Civil que àquela época, especialmente em ambiente rural, era fonte mais que duvidosa sobre número de pessoas, visto boa parte das pessoas de lá não ter registro cartorial de nascimento, nem de óbito. Mesmo no setor urbano, incluindo o da capital federal, não era possível atestar número confiável de pessoas com base em projeções do Registro Civil. Além disto, o anônimo editorialista estava coberto de razão ao mencionar a ignorância do governo brasileiro sobre informações atualizadas a respeito da economia do País. No tocante às estatísticas agrárias, alguns estados só dispunham de um tosco registro de terras e outros nem isso. Quanto aos dados sobre a nossa incipiente produção industrial, eram pouco melhores, mas não a ponto de se prescindir – longe disso – de um recenseamento geral.

O trecho a seguir, atesta a significância da importância de realização de censos regulares.

> Não precisamos insistir sobre os inconvenientes que decorrem desta falta de elementos estatísticos para o governo e para o empreendimento particular. Os principais defeitos da nossa legislação, em matéria econômica e financeira, os erros e os insucessos das nossas empresas industriais e os fracassos de muitas tentativas esforçadas na agricultura, nas manufaturas e no comércio são devidas a esta ausência de esclarecimentos sobre os fatos da vida nacional, que obriga os governantes, os legisladores e os homens de negócio a caminharem nas trevas, tateando e fazendo conjecturas sobre questões, que, nos outros países, são facilmente decididas pelo exame objetivo de dados estatísticos ao alcance de todos (O RECENSEAMENTO, 1919c, p. 3).

Esta parte do artigo é lapidar. Especialmente por partir de um usuário – a imprensa - que descreve outros usuários (incluindo o governo, a quem caberia o

"poder fazer"[363] e parecia estar hesitante ou pelo menos sem a determinação necessária naquele momento) e, apologeticamente, aponta as necessidades de números estatísticos.

Ainda na matéria, o articulista louvava a iniciativa do novo ministro da agricultura em levar adiante o que já estava sendo feito (se bem com certa tibieza) pelo governo.

Entretanto, o apoio que o jornalista d'*O Paiz* prestava não descartava algumas ressalvas, estas vinculadas ao tempo, que corria célere, já que o desejado era aprontar o censo para os festejos de 1922. Como não se via medidas concretas para a efetivação da grandiosa tarefa, temia o jornalista que ela fosse levada a cabo sem os necessários cuidados, o que seria "contraproducente" e "desastroso", segundo suas próprias palavras.

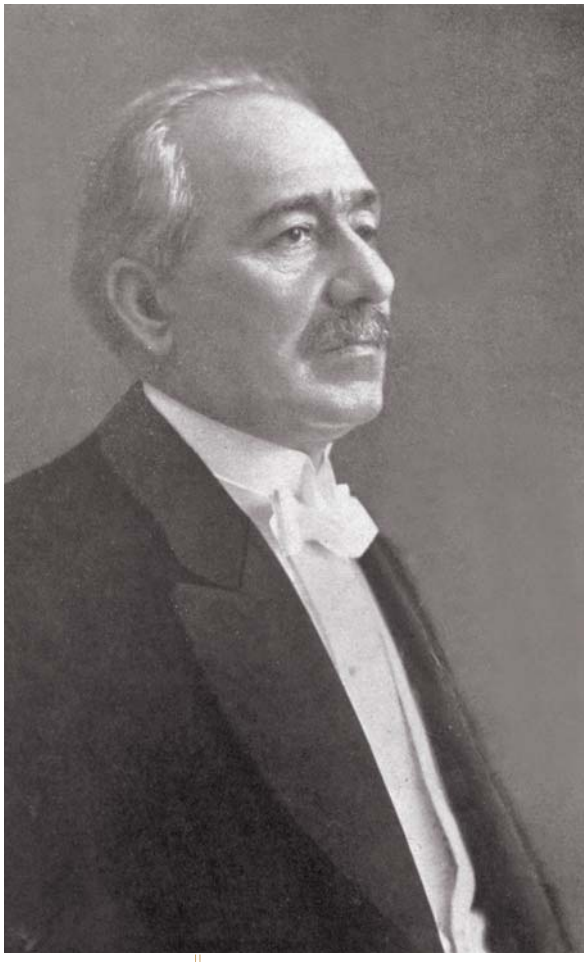
> [...] não devemos nos iludir com a noção falsa de que a realização do recenseamento seja uma coisa fácil. Dispomos apenas de três anos para organizar o serviço, para fazer a indispensável propaganda entre as populações, cujo nível de cultura varia e que, em muitos casos, habitam regiões de acesso difícil, para distribuir os boletins, para os recolher, para os reunir e para fazer o vasto trabalho de contagem e de cálculo. Conseguir em três anos a execução de tão formidável trabalho será uma proeza de eficiência e de atividade, que bastará para imortalizar os diretores desse recenseamento (O RECENSEAMENTO, 1919c, p. 3).

Esta não era só a preocupação do jornalista. Ainda estava vívida na memória de muitos – incluindo os funcionários da DGE – os mais de seis anos para que finalmente fossem divulgados os resultados do famigerado Censo de 1900, mesmo assim, apenas totalizações globais, sem maiores detalhes.

N'*O Paiz*, do dia 12 de setembro daquele ano, o assunto voltava a ser discutido na matéria intitulada "Recenseamento". O articulista via tal importância no censo que, exagerando, pediu que fosse feito de quatro em quatro anos. Em um rápido e elucidativo histórico, explanou sobre o tema:

> Desde 1906, quando presidente da república o saudoso Rodrigues Alves, não se faz recenseamento da população [...]. Em 1910, foi tentado esse serviço, mas as despesas subiram tão rapidamente que em pouco tempo a governo teve que suspendê-lo, e, assim, apesar de gastos milhares de contos, não se conseguiu nenhum resultado prático. Em 1914, quando novamente era reclamado, ele não se fez, por que atravessávamos uma época de rigorosas economias.
>
> No orçamento para o exercício corrente, porém, foi votada a verba de 200 contos para as despesas preliminares com este serviço, e, [...] a diretoria de estatística do Ministério da Agricultura já está cogitando do assunto, tendo mesmo tomado as primeiras providências.
>
> A verba, é claro, é insuficiente para todo o trabalho [...] é possível que o Congresso não recuse a sua boa vontade para que, ao celebrarmos o centenário, não

[363] Ver: SANTOS, Marco A. M. **Pátria de questionário:** o clamor dos tipos quando o Brasil fez 100 anos. 2004. Dissertação (Mestrado)-Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2004.



Ildefonso Simões Lopes, [s.d.]

estejamos na mesma situação de ignorância em que nos encontramos, vergonha que devemos evitar (RECENSEAMENTO, 1919a, p. 3).

Estava claro o cenário. Opinião pública a clamar pela realização do censo. A Constituição determinando a sua realização e o que se tinha até aquele setembro de 1919 eram 200 contos votados para "trabalhos preliminares".

Não havia mais o que se discutir sobre se o censo deveria ou não ser realizado. O tabuleiro estava pronto. E naquele jogo de xadrez as peças estavam dispostas. O "rei", ou seja, o que deveria ser protegido, cuja derrocada significaria fracasso de todos envolvidos, era o próprio recenseamento. A "rainha", aquela que tem mobilidade por todas as áreas (no caso, a técnica e a política), seria a DGE, representada pelo seu titular, Bulhões Carvalho. Eles deveriam ser apoiados e ter o necessário suporte de duas "torres": o Executivo, na figura do presidente Epitácio, e o Legislativo. Muito importante seria o apoio de dois "cavalos", que embora tenham mobilidade limitada são extremamente úteis: no jogo em questão, papel representado pelos ministros da agricultura (*Antonio de Pádua Salles* (1860-1957) e seu sucessor, *Ildefonso Simões Lopes* (1866-1943). Sem contar a imensa quantidade de peões disposta no tabuleiro e dos "bispos", representados pela imprensa e outros formadores de opinião.

Quem faria o primeiro lance capital?

A movimentação visível foi executada por uma das "torres" – o Poder Legislativo. E a face desta peça foi alguém fundamental para a realização do Censo de 1920 embora, lamentavelmente, seu nome tenha caído oculto nos véus trevosos do esquecimento.

No dia 25 de setembro daquele inusitado 1919, o deputado paulista *Cincinato Braga* (1864-1953) apresentou projeto determinando que se realizasse o Recenseamento Geral em 1º de setembro de 1920.

João do Rio e o Censo de 1920

A imprensa, evidentemente, aplaudiu o projeto com toda efusão possível. Finalmente alguém colocava no papel a intenção de fazer o censo tão solicitado e aguardado.

O vespertino *A Noite* publicou matéria de primeira página incluindo declarações do próprio deputado, que defendia a realização do Censo em 1920, não só para atender ao preceito constitucional, mas também pela razão de "todas tentativas terem sido frustradas", depois do último censo bem-feito que, segundo Cincinato, foi o de 1872. Na matéria, o deputado paulista revelara que o seu projeto contemplava a resolução de um antigo problema que sempre rondava as operações censitárias: tanto as recusas quanto o fornecimento de informações errôneas. Segundo ele declarou ao jornal, a grande novidade em seu projeto era: "o estabelecimento de multa e prisão para os que procurarem burlar a lei, fornecendo informações falsas" (DESDE 1872..., 1919, p. 1).

O jornal *O Paiz* também abriu espaço em suas páginas para louvar o projeto de Cincinato Braga: "[...] têm sido gerais as manifestações, pois todos sentem a necessidade da emenda agora em projeto. [...]" (O RECENSEAMENTO..., 1919, p. 3).

No dia seguinte, *O Paiz* voltava a tocar no assunto, derramando-se em elogios ao político paulista:

> O Sr. Cincinato Braga, cujo incontestável valor intelectual e sólida cultura enciclopédica, especializada em assuntos econômicos, tem proporcionado ao país o estudo de suas reais necessidades em magníficos trabalhos, subscreveu o projeto apresentado anteontem no Congresso Nacional [...].
>
> Como todos os trabalhos do ilustre deputado paulista, o seu considera a matéria sobre o que provê com perfeito conhecimento do assunto, procurando tornar o mais profícua possível a realização da disposição constitucional [...] que não tem merecido a atenção devida dos poderes constituídos da República. [...]
>
> Ora, na verdade, nunca se cumpriu esta disposição constitucional. A Constituição é de 1891 e depois de sua promulgação só tivemos uma tentativa de arrolamento da população em 1900. Em 1910, houve a este respeito apenas o que se poderia chamar um início de tentativa, para não afirmar redundantemente uma tentativa de tentativa...
>
> Não nos importa saber a quem coube a responsabilidade da inexecução do texto constitucional e a quem coube a direção dos trabalhos das operações censitárias anteriores, na ordem do seu crescente fracasso para submeter o problema a atenção do governo, problema que está exigindo, na verdade, que se o defronte com decisão, a fim de resolvê-lo como propõe o Sr. Cincinato Braga (RECENSEAMENTO..., 1919, p. 3).

O articulista concluiu a matéria fazendo votos para que o projeto tivesse "pronto andamento" nas duas Casas do Congresso Nacional.

É forçoso admitir que a iniciativa do deputado Cincinato foi profundamente elogiosa e, naquele momento, desatava o nó que cingia a realização do recenseamento, e dando oportunidade para que se atendesse a Constituição e a Convenção de Buenos Aires.[364] Em próximo capítulo, o projeto do deputado paulista voltará a ser abordado.

[364] Resolução assinada, em 1910, na 4ª Conferência Internacional Americana, realizada na capital argentina, posteriormente conhecida como "Convenção de Buenos Aires". Neste acordo, firmado também pelo Brasil, foi determinado que se realizassem censos decenais em toda América.

Após a iniciativa de Cincinato Braga, a imprensa da época percebeu que as resistências (se é que elas existissem) estavam sendo quebradas; o marasmo em que estava os preparativos para o recenseamento seria finalmente chacoalhado. Cabia, no momento, o passo seguinte: lutar com bom senso por um bom censo.

Foto de Bastos & Dias, Cincinato Braga, [s.d.]

Novamente o jornal *O Paiz*, o que mais se batia pela realização daquela operação censitária, saía na frente dos seus concorrentes, desta vez cobrando moderação nos gastos. Se antes consideravam "contraproducente" qualquer economia feita no empreendimento de recensear a população, desta vez o pedido era por moderação. Uma característica da "mobilidade" de opinião da imprensa da época, no que tocava a realização do censo. Em um mesmo jornal, num dia os tipos móveis das impressoras poderiam imprimir uma matéria defendendo o censo de modo incondicional e, em seguida, no outro dia, o chumbo quente dos linotipos poderiam dar forma a um outro artigo, clamando por mudanças nas estratégias, bradando que estava tudo errado, que o censo deveria ser feito da maneira que ele propunha.

E assim aconteceu no citado *O Paiz*, pela pena de um de seus mais notáveis articulistas: João do Rio.[365]

Em 11 de dezembro de 1919, ele publicou um vasto artigo, discutindo a questão da verba para o censo. Ele enfileira senões ao orçamento daquela operação censitária, que, aliás, nem tinha sido votado, nem fazia parte do projeto de Cincinato Braga. Segundo João do Rio, estava estipulado como gasto previsto para o Censo de 1920, a média de mil réis por pessoa recenseada e como ele previa uma população de 30 milhões, conseqüentemente, a despesa seria de ("no mínimo", como ele escreveu) 30 mil contos de réis. Aliás, desta suposição saiu o irônico título do artigo: "30 mil contos só!"

O jornalista parecia estar diante de um impasse:

> Os que com o Sr. Epitacio querem fazer economias, devem achar um pouco forte 30 mil contos. Mas, ao mesmo tempo, como é possível entrarmos em cem anos de independência sem saber mais ou menos quantos somos? (30 MIL..., 1919, p. 3).

No artigo, ele estabelece comparação entre os gastos realizados com recenseamentos anteriores, incluindo a tentativa em 1910, abordando, também, os dispên-

[365] Como se tornou conhecido o jornalista *João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto* (1881-1921). Maior cronista de sua época, é considerado como o mais célebre jornalista do início do século XX.

dios com censos feitos por Estados Unidos e Argentina, no que foi extremamente injusto. A verba a ser votada para o Recenseamento Geral de 1920 envolveria os custos do Censo Demográfico e também os levantamentos agrícola e industrial, que nunca foram feitos nos censos anteriores. Colocar os gastos censitários do Brasil em confronto com os realizados por Argentina e Estados Unidos é despropositado, uma vez que eram países de dimensões diferenciadas, que certamente não contavam com nossas dificuldades. Além disto, os Estados Unidos sempre tiveram maior tradição censitária que o Brasil, o que acaba por envolver menor dispêndio de verbas e energias para realizar uma operação a que eles habitualmente estavam acostumados a cada dez anos.

João do Rio arrisca comentários sobre características dos produtos a serem gerados pelo censo, intentando fazer prevalecer os seus pontos de vista. Como no exemplo:

> Para que exagerar despesas? Para que monografias, gráficos, papéis especiais, luxo - quando o necessário é o dado positivo?
>
> Por que não nos limitamos a população, ao que interessa em número à economia nacional? Nos trabalhos que tenho folheado, nesses relatórios, encontro números e duas ou três recordações históricas em gravura. Mais nada. E para que tudo isso, dadas as condições do nosso interior, o espírito da população e as imensas extensões a percorrer, sem meios rápidos de locomoção, mesmo que os recenseadores gastem o dobro não poderemos atingir a uma realidade relativa (30 MIL..., 1919, p. 3).

Em que pese ser ele um brilhante homem de letras, não há como ver entre seus muitos talentos o de especialista em estatística, cartografia e que tais. Ele próprio admite não ser "técnico, nem teorista", mas "acha" que o censo pode ser feito "pela sexta parte do valor proposto", o que certamente é exagerar seus não poucos talentos. Um administrador do porte de Bulhões Carvalho, com toda certeza, não inflacionaria os gastos do censo como não o fez.

Na sua proposta, o governo (leia-se DGE) poderia utilizar funcionários municipais como recenseadores, E como seria isto?

> Como?
>
> O escrivão da paz dos distritos, cuja função é complexa no interior, o escrivão da paz que intima para o júri e para a polícia, sem a assinatura do qual ninguém se enterra, essa autoridade que conhece toda a gente e na qual todos têm confiança, não seria o natural recenseador? E para auxílio do seu trabalho, para torná-lo completo, não estaria ao seu lado em cada local o secretário da Câmara Municipal, ou como em certos municípios é chamado: o delegado municipal que é o lançador de impostos, e conhece por conseqüência absolutamente bem o lugar onde está?
>
> Tanto o escrivão de paz como o secretário da Câmara, ao receber a nomeação de recenseadores, com a certeza de uma gratificação nos moldes da do projeto Monteiro de Souza, ficariam satisfeitíssimos, trabalhariam pela honra do governo se ter lembrado deles (30 MIL..., 1919, p. 3).

Esta sugestão atesta o seu pouco conhecimento das questões censitárias. A participação em recenseamentos de pessoas ligadas aos prefeitos, diretos interessados

em seus resultados, pode trazer viéses à pesquisa, quem sabe até comprometendo seus resultados. O "patriotismo" alegado pelo famoso dândi desapareceria em meio a interesses financeiros do município em adulterar os números do censo. Invariavelmente, o fogo do ardor patriótico se extingue ante os gélidos ares da necessidade pelo vil metal e dos interesses políticos.

Antes de encerrar os fatos importantes de 1919, cabe destacar a matéria publicada no vespertino *A Noite*, em 27 de outubro (CARECEMOS..., 1919, p. 1), dando conta dos trabalhos preparatórios para o censo que estava por vir, justificando, assim, a verba que foi aprovada no final daquele ano.

A reportagem em questão informava sobre o regresso do primeiro oficial delegado da DGE, *Saturnino de Pádua*[366], designado pela diretoria para o Paraná, prestando contas do trabalho de levantamentos para o censo realizado por sua equipe. Neste mister, foi ele o primeiro (talvez único) a relatar ao diretor suas observações. A imprensa não registrou outros trabalhos como este.

Em seu relato, Saturnino expõe a total colaboração recebida de todos os segmentos da sociedade paranaense para que o censo fosse levado a bom termo. Segundo o 1º oficial, o próprio governo estadual estava empenhado na operação, inclusive com a promulgação de leis locais (de caráter provisório, garante), visando o trabalho de cadastramento de empresas a serem recenseadas.

Propaganda pela imprensa

Com a assinatura da lei do censo, em nove de janeiro de 1920, e, posteriormente, com a divulgação do seu regulamento,[367] cabia agora a DGE empreender mãos à obra. Os jornais aplaudiram tal determinação, ressalvando, porém, o tempo escasso para a sua preparação e execução. Em nove meses, toda a população brasileira deveria estar comunicada e envolvida na consecução do censo, confiando que aquele trabalho seria para o bem da pátria. No esforço de propaganda e conscientização que a imprensa teria, *O Paiz* tocou pela primeira vez em um assunto que talvez estivesse, se não nas bocas, pelo menos nas mentes de muitos:

> As listas censitárias só servem aos fins da estatística. O governo não as utilizará para qualquer outro objetivo. Não há, pois, receio algum em acorrer a ministrar os algarismos solicitados pelos recenseadores às nossas populações (O RECENSEAMENTO, 1920a, p. 3).

O tema sigilo aí implícito e uso das informações, como sempre, seria um dos grandes entraves para a aceitação do censo pela população como um todo. Não

366 Posteriormente seria nomeado delegado geral do Paraná, lá coordenando os trabalhos do Censo de 1920.

367 Pelo Decreto nº 14.026, de 21 de janeiro de 1920.

se podia deixar de lado um prévio e árduo trabalho de divulgação e conscientização. O realizado para o Recenseamento Municipal de 1906 poderia ser considerado como um bom ponto de partida. De qualquer forma, para este censo a necessidade de ampla divulgação nacional se tornava imprescindível para uma boa consecução da operação censitária. Neste sentido, o articulista terminou a matéria fazendo augúrios: "Oxalá o centenário da nossa independência possa ser comemorado com o resultado feliz do próximo recenseamento a possamos afirmar com segurança os milhões, além de trinta, de habitantes do Brasil" (O RECENSEAMENTO, 1920a, p. 3).

Como em outras oportunidades verificadas na imprensa, o anônimo jornalista também fez a vinculação do Censo de 1920 com as comemorações do Centenário da Independência, a ser comemorado em 7 de setembro de 1922. Evidentemente, não foi esta a primeira vez que o assunto "centenário" aparecia nas folhas. Desde o ano anterior que, volta e meia, o tema surgia como indagação. E o governo demoraria a se manifestar concreta e oficialmente sobre o tema. Trataremos das comemorações do Centenário da Independência brasileira em um próximo capítulo.

Vencida a batalha pela oficialização do censo, a imprensa lutaria agora por sua qualidade. O matutino *O Paiz* colocava sempre a sua pena na ponta de lança pela realização de um recenseamento eficaz. Em um de seus editoriais expunha os seus receios sobre a realização de um bom censo, sempre lembrando os frustrados resultados obtidos em 1900, que, se repetidos agora, trariam a ignomínia e o descrédito do Brasil como nação diante de seus pares. Chama a atenção a citação a "rivais" do País, sem citar um que fosse, da mesma forma que os "verdadeiros amigos":

> Em 1922, estaremos em foco perante o mundo civilizado. Apesar da orientação parcimoniosa do atual governo, parece assegurar uma comemoração modestíssima e obscura do primeiro centenário da nossa vida de nação independente, será impossível que encerremos o primeiro século de existência nacional, sem merecermos, ao menos, a atenção dos nossos rivais, já que a estreita economia governamental nos vai, provavelmente, impedir de associar, festivamente, os nossos verdadeiros amigos às alegrias da grande festa brasileira (O RECENSEAMENTO, 1920b, p.3).

O articulista lembrou as dificuldades a serem enfrentadas pelo recenseamento, encerrando com uma acre ressalva ao prefeito Sá Freire.

Em 17 de março, *O Paiz* voltou, por misteriosas razões, a apoiar calorosamente o censo em seu editorial. Elogiou o critério adotado pela DGE para nomeação dos delegados regionais e admitiu que "pela primeira vez" o Brasil teria um censo "completo e perfeito". A matéria citou o exemplo dos norte-americanos, que empreenderam seus levantamentos demográficos logo em seguida à independência. Lembrou, ainda, que depois do advento da República, por "três vezes" foi tentado realizar recenseamentos, mas só no de 1890 houve algum empenho em se acertar, no de 1900, iniciado sob os melhores auspícios e concluído a "trouxe-mouxe" [sic] com resultados pífios, e ainda o "desastre" de 1910.

O editorial reconheceu o acerto da repartição de estatística em contrariar o hábito tradicional de se contratar primeiro e depois criar a tarefa.

> Pelo que se vê [...], o Dr. Bulhões Carvalho procede agora em sentido inverso. As únicas nomeações já feitas são de delegados nos estados e estes funcionários só tiveram esta designação quando os serviços a que se vão consagrar estavam aparelhados convenientemente. Assim, pois, as nomeações têm sido feitas a proporção que os serviços se organizam, obedecendo a um mecanismo realmente bem imaginado e de utilização perfeitamente prática (A CRUZADA..., 1920, p. 3).

O jornalista admitiu que este sistema adotado de forma "inteligentemente" similar ao americano traria vantagens à execução do censo, especialmente no que diz respeito ao acesso a povoados distantes. Confiava o articulista que a obra empreendida pelo Dr. Bulhões Carvalho iria chegar ao resultado que a nação esperava.

Gradativamente, o tema recenseamento foi empolgando mais e mais a imprensa e os demais setores da população como um todo, ao longo do primeiro semestre de 1920. Uma possível explicação para tal ânimo seria a própria proximidade do início das operações aliada à consciência da opinião pública sobre a importância do censo. Neste momento, de maneira acertada, o diretor da DGE foi capitalizando esta mobilização, pedindo apoio, agradecendo oferecimentos voluntários, buscando nas folhas diárias a divulgação tão necessária a realização de um bom censo. Ele, que foi membro da Comissão Central do Recenseamento Municipal de 1906, aprendera na ocasião lições indeléveis sobre como mobilizar a opinião pública.

Setores importantes da sociedade começaram a se manifestar e estas contribuições, invariavelmente, acabavam nos jornais como parte do esforço de conscientização da população. Neste sentido, o clero e associações religiosas foram de importância capital. O arcebispo do Rio de Janeiro, cardeal Arcoverde, anunciou seu apoio e empenho pela realização do recenseamento, da mesma forma que o arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, D. Jerônimo Thomé da Silva. Ambas manifestações de apoio ecoaram pelas páginas dos jornais da Capital Federal. Vale destacar a colaboração, com fortes tintas patrióticas, emanada pelo bispo de Curitiba, D. João Francisco Braga e que chegou aos jornais conclamando os brasileiros a ajudarem ao censo:

> [...]Venha o recenseamento – patriótico, esplêndido hino – para dizer aos que hão de ser conquistados que o Brasil alarga os seus braços para, alegre, os acolher e saudar, porque serão consórcios do honrado trabalho, cooperadores das virtudes e brios, co-irmãos de amor ao mesmo Brasil. Do Brasil, e do gesto que o recenseamento traduz – longe de competições e rivalidades – orgulhar-se-á, de orgulho legítimo, mui justo e mui nobre, a América que é nossa... (O RECENSEAMENTO..., 1920a, p. 3).

As Forças Armadas também entraram no esforço pela propaganda do censo e até de forma inédita. Segundo foi publicado n'*O Paiz*, de 17 de maio de 1920, os tenentes do Exército, Raul de Luna e Godofredo de Faria, ofereceram-se ao diretor da DGE para, em dia próximo, sobrevoarem a Capital Federal com seus aviões[368], e

[368] Àquela época não existia a Aeronáutica. Tanto o Exército quanto a Marinha tinham aviões.

espalhando folhetos concitando a população a auxiliar os trabalhos do censo. Obviamente, isto nunca havia sido feito e inegavelmente tal fato tinha enorme força publicitária. Bulhões Carvalho aceitou a sugestão dos aviadores e prontamente fez ofício ao ministro da Guerra, solicitando a necessária permissão para os oficiais efetuarem o tal vôo. Sete dias depois, os jornais do Rio divulgavam o sobrevôo dos aviadores pelos céus do Rio de Janeiro, despejando folhetos sobre o censo. Esta forma de propaganda voltaria a acontecer em 11 de junho, durante a parada comemorativa da Batalha do Riachuelo, quando um aviador da Marinha despejou dos ares milhares de folhetos de divulgação do censo.

De qualquer forma, tudo estava sendo feito para minorar eventuais problemas na atuação destes fiscais vinculados à Fazenda. Dez dias antes do início dos trabalhos censitários, o diretor da DGE reuniu-se com fiscais que fariam a coleta das informações nas indústrias para estudarem meios de se fazer o inquérito populacional em conjunto com o econômico. Segundo foi veiculado pelo *Jornal do Commercio*,

> os funcionários ali reunidos sugeriram, visando a facilidade do serviço censitário, diversas medidas baseadas no conhecimento que têm do movimento industrial nesta cidade e nas zonas onde funcionam as fábricas.
>
> Ficou, por fim, combinado que os recenseadores fiscais do consumo se entendam diretamente, para esclarecer suas dúvidas, com a DGE, que com este objeto permanecerá todas as tardes no último andar do edifício da A Equitativa, à Avenida Rio Branco (O RECENSEAMENTO, 1920d, p. 4).

Todo o esforço no sentido de ampliar a propaganda do censo era bem vindo. Menos de um mês antes da data-base do censo, um grupo de funcionários do Ministério da Agricultura resolveu aderir ao mutirão da divulgação da operação censitária anunciada. Segundo matéria no *Jornal do Commercio*, no dia 12 de agosto aqueles funcionários saíram pela cidade distribuindo

> impressos com os seguintes dizeres: "As declarações que fizerdes no recenseamento de 1º de setembro de 1920 não serão utilizadas de forma a ferir os vossos interesses. Como bom cidadão tendes o dever de preencher naquela data a vossa lista censitária com as informações confidenciais que o Brasil exige do nosso patriotismo". "O Brasil é um dos maiores países do mundo pela extensão do seu território. Provemos que também o é pelo [...] patriotismo de seus filhos. Preencher as listas do recenseamento é um dever de todos os bons cidadãos". "O Brasil tem necessidade de conhecer o número dos seus habitantes. Furtar-se ao recenseamento é um crime" (O RECENSEAMENTO, 1920c, p. 4).

No esforço de publicidade para o censo, Bulhões Carvalho teve a idéia de recorrer a um *mass media* obviamente nunca antes utilizado com este intuito: o cinematógrafo. N'*O Paiz*, de 12 de abril, no artigo intitulado "A propaganda do recenseamento", descreve-se esta utilização, justificada pelo forte apelo que o cinema tinha alcançado junto à população. Três dias antes, no mesmo matutino, já havia saído artigo citando a utilização de filmetes na propaganda censitária, relatando, inclusive um caso em que o general Cândido Rodrigues, chefe do alistamento militar na capital, confundiu um filmete publicitário do censo em que apresentava a data do início de realização em todo

Prédio do Jornal do Commércio, [s.d.]

o país com a data nacional de alistamento para o sorteio militar. De fato, se um oficial graduado confundia datas e propagandas, havia sempre o perigo da população fazer o mesmo.

Meses depois, o *Jornal do Commercio* afirmou, em matéria publicada no dia 21 de julho, que um filme foi produzido sobre o esforço da operação censitária, sendo exibido no dia anterior "em um dos cinemas da Avenida". A fita [provavelmente e infelizmente perdida para os dias atuais] dava conta de mostrar as diversas seções da DGE empenhada na operacionalização do censo. Um documento cinematográfico sobre a azáfama dos trabalhos da DGE, em vésperas daquela operação censitária que mobilizava recursos humanos e financeiros em escala gigantesca.

> A película correu por experiência, na presença do Sr. Dr. Bulhões Carvalho, que tem empregado toda a sua dedicação e competência para o bom êxito do indispensável empreendimento. Um conceito patriótico abre a fita, que está ainda incompleta, faltando aspectos referentes à visita presidencial à sede do departamento [sic], à inspeção do Sr. ministro da agricultura e aos mapas da cidade, onde agirão os recenseadores.
>
> Impressiona desde logo a intensa atividade que vibra no recenseamento. Vêem-se as oficinas tipográficas trabalhando incessantemente para a composição de milhares de *paquets* que entram imediatamente para as *Marinoni* colossais a girar, sem descanso, amontoando impressos incontáveis. As seções, ora de homens, ora de senhoras, trabalham, então, de manhã à noite, na classificação, coordenação, arrumação, catalogação e distribuição destes impressos que enchem numerosos caixotes fabricados no próprio ministério, a toda pressa e remetidos sem tardança. O espectador observa todas estas fases até saírem os caminhões abarrotados. Na seção de engenharia, os técnicos vergados sobre largas mesas, desenham mapas, fixam itinerários dos funcionários espalhados pelo país na coleta de dados censitários. Outras seções entregam-se à organização de pastas de informações completas para que todos os encarregados do serviço saibam, com precisão iniludível, o que tem de fazer. Longas filas de datilógrafas num contínuo dedilhar, escrevem a correspondência para os delegados escalados em todo o país e respondem...aos pedidos de emprego.
>
> São depois passadas as maravilhosas máquinas de cortar e classificar, usadas pela Estatística Comercial e que vão ser também instaladas no serviço de Recenseamento [sic].
>
> Termina a projeção com os conselhos aos brasileiros e com vistas das evoluções feitas pela cidade por dois intrépidos aviadores do exército que distribuíram impressos, concitando a população a auxiliar o recenseamento.
>
> Da passagem da fita tem-se uma ótima impressão da técnica que preside ao serviço e da atividade com que tudo está correndo, o que assegurarás, certamente, o melhor êxito ao censo deste ano (O RECENSEAMENTO..., 1920a, p. 3).

A sociedade civil uniu-se naquele movimento de apoio à boa realização do censo. E isto incluía seus próprios órgãos de divulgação. As manifestações acabaram repercutindo na chamada grande imprensa. Os exemplos são vários. Os empregados do comércio, por intermédio de seu órgão de classe, lançaram, em 30 de agosto um apelo aos membros da classe:

> À primeiro de setembro próximo vai o Brasil dizer quantos habitantes tem, o valor da sua indústria, da sua agricultura e do seu comércio. Todos nós que vivemos aqui temos o dever inclinável de atender ao apelo meritório do governo da República preenchendo com sinceridade e com amor pátrio as listas censitárias.
>
> Os empregados do comércio, como parte integrante deste todo, não devem fugir a este dever, fazendo-se censitar [sic] intemeratamente [sic] para responder aos: 'Quantos somos? Quanto valemos?'
>
> A expressão numérica, resultante do censo, será de grande interesse para todos os poderes públicos [...] como obreiros infatigáveis da pujança deste colosso que se chama: Estados Unidos do Brasil (O RECENSEAMENTO, 1920e, p. 3).

O Club de Engenharia também emprestou solidariedade ao esforço de propaganda do censo, por meio de circular dirigida aos seus sócios:

> O Clube de Engenharia vem, mais uma vez, apelar para a competência e o patriotismo de seus ilustres consócios.[...] Além dos órgãos oficiais, outras colaborações são, porém, necessárias, principalmente, a daqueles que estão em contato direto com as camadas populares, que são exatamente as que oferecem mais vastas massas a arrolar.
>
> Neste sentido, muito podem fazer, a bem dos intuitos do recenseamento, os dignos consócios do Club de Engenharia, pela situação excepcional de competência e de ligações de todo gênero na sociedade em que vivem, em que exercem as suas atividades e onde dispõem de vastas relações quer nos grandes centros civilizados, quer nas mais longínquas regiões (O RECENSEAMENTO, 1920f, p. 4).

Na mesma circular, vê-se mais uma alusão ao censo como parte dos festejos do centenário:

> Acresce a todas as razões de grande empenho pelo levantamento exato da nossa população, a circunstância importantíssima de que tal empreendimento será um dos mais importantes para a comemoração da grande data da nossa emancipação política em 1922.[...] (O RECENSEAMENTO, 1920f, p. 4).

De Minas Gerais, veio apoio do presidente do estado, Arthur Bernardes, que seria o presidente em cujo mandato se divulgaria boa parte dos resultados daquele censo:

> O Sr. Arthur Bernardes, presidente do estado de Minas Gerais, no intuito de estimular os serviços censitários no mesmo estado. E para que estes obtenham o maior êxito, resolveu criar 42 prêmios, os quais serão aplicados aos 42 agentes recenseadores que apresentarem as suas listas com as informações mais completas e claras (RECENSEAMENTO, 1920g, p. 4).

Ainda em terras das Gerais, chegou pelos jornais o apoio da Sociedade Mineira de Agricultura, que endereçara aos seus 8 mil associados circular pedindo apoio para a operação censitária, incluindo aspectos importantes referentes à Estatística:

> Não precisamos encarecer o papel que nas modernas organizações políticas cabe às boas estatísticas censitárias, sejam as que se referem unicamente à avaliação exata das populações, ou as que visem o cômputo da riqueza industrial do país.

> Com o progredir da ciência política, que faz da pública governação uma tarefa das mais complexas e delicadas, pela exigência de dados seguros da gente e suas condições de riqueza o desenvolvimento – o administrador, o estadista, necessita a cada passo, medir, pesar e calcular os elementos que constituem a sua força de atuação na luta pelas hegemonias econômicas e políticas a que objetivam os povos no seu interessante evoluir. [...]
>
> Estradas, policiamento, escolas, melhoramentos diversos, conducentes à facilitação da vida no vasto interior do estado, tudo depende grandemente das estatísticas censitárias, que, despertando sobre nós as atenções do mando trabalhador e estudioso, nos designará no cenário da vida nacional a posição que nos deve caber, pela quantidade de nossa gente, como pelo índice do nosso trabalho e a tendência de nossos ideais (O RECENSEAMENTO, 1920c, p. 4).

Duas semanas antes do início da operação censitária, Bulhões Carvalho fez uma conferência de propaganda no salão do *Jornal do Commercio*, a convite da Liga do Comércio e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, publicada inteiramente no *Jornal do Commercio* do dia 14 de agosto de 1920. Cabe destacar a sua preocupação com o Censo Econômico:

> Primeira tentativa que se faz no Brasil, abrangendo assuntos tão complexos, o censo comemorativo da independência nacional não poderá ser, naturalmente, uma obra perfeita. [...] As barreiras a vencer são inúmeras: basta citar a imensidade do território e a deficiência de transportes, a incultura do sertanejo, o vírus da politicagem que, em muitas regiões embaraça a ação esclarecida dos representantes da Diretoria Geral de Estatística (PROPAGANDA..., 1920, p. 4).

Suas preocupações e temores, desafortunadamente, se confirmariam, como veremos em capítulo mais adiante. Seria o ônus que o país pagaria pelo ineditismo de uma operação censitária que coligisse dados sobre a economia.

Outro aspecto que vale ressaltar na conferência diz respeito ao apoio do Executivo e da "boa imprensa" no sentido de realizar a melhor operação censitária possível:

> A Diretoria Geral de Estatística não podia fugir ao cumprimento do dever que obriga a levantar o censo de 1920, quando se sente confortada pelos melhores estímulos: o interesse e a prestigiosa benevolência do estadista que está honrando atualmente a Presidência da República e o apoio das classes esclarecidas, principalmente da boa imprensa. [...] Graças a atitude patriótica do Chefe de Estado e a confiança com que me distingue o ministro da Agricultura, ainda não faleceram recursos à grande campanha do recenseamento, nem a intransigência do partidarismo conseguiu penetrar na organização do quadro do pessoal censitário, impedindo a escolha das competências para os postos de responsabilidade, de cujo regular provimento depende o êxito da difícil tentativa em via de realização (PROPAGANDA..., 1920, p. 4).

A propaganda do censo seguia um método e estratégia, envolvendo divulgação gratuita e paga. Pouco antes da data-base, era possível visualizar em diversas formas de *mass media* apelos de participação ao recenseamento, para convencer até os mais renitentes da importância daquela operação. Nas grandes cidades, cartazes e até

anúncios iluminados com chamamentos patrióticos podiam ser vistos em bondes, estações ferroviárias, teatros, casas de diversão, estabelecimentos comerciais, oficinas, fábricas, em quase toda parte. Cartões postais com ilustrações exaltando o censo eram generosamente distribuídos, circulares, memorandos trafegavam, céleres, por repartições, associações comerciais, industriais, agropastoris, escolas, externatos e internatos, todos com o intuito de unir toda a população em uma corrente com 30 milhões em ação pelo censo que marcaria os 100 anos de independência.

Praça da Sé, São Paulo, SP, [s.d.]

Às vésperas da data-base escolhida para o recenseamento da população e da economia brasileira, a imprensa alcançara uma militância inaudita na história censitária do país. Todos os esforços foram no sentido de que a operação a ser realizada a partir de 1º de setembro de 1920 alcançasse pleno êxito.

A imprensa refletindo sobre os resultados

O censo mais esperado, decantado e festejado desde o advento da República, enfim, foi iniciado em 1º de setembro de 1920. Até aquele momento, nunca uma contagem populacional no Brasil foi tão vinculada a patriotismo e revestida de unanimidade como aquela. Parafraseando Nelson Rodrigues, poder-se-ia dizer que, naquele momento, era a "pátria de questionário".

No editorial do *Jornal do Commercio*, que tinha o curioso nome de "Gazetilha", no dia 1º de setembro tratava do assunto "O Recenseamento", que não era comum em se tratando daquela seção. Seu redator lembrava o "triste espetáculo" dado pelo Brasil entre os "povos cultos" por ser "o único país de civilização ocidental e certa importância que oficialmente ignorava a sua população" (O RECENSEAMENTO, 1920h, p. 2)

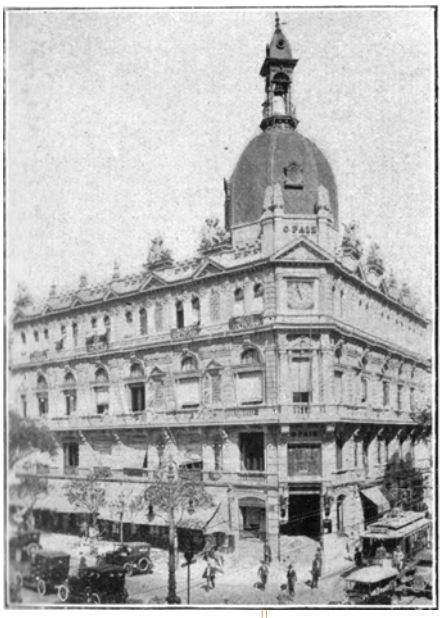
O editorial lembrava que por falta de informações oficiais não havia como desmentir informações desencontradas divulgadas em "compêndios escolares, nos trabalhos dos economistas, no estrangeiro e no nosso próprio País (O RECENSEAMENTO, 1920h, p. 2), dando péssima impressão sobre nossa imagem. O editorialista prossegue, em seu arrazoado, levantando verdades duras sobre as estatísticas nacionais:

> Assim, não tínhamos elementos para a avaliação da população do Brasil. De 1872 e mesmo de 1890 e 1900 para cá, fatores de várias espécies alteraram a taxa de crescimento, os sistemas de redistribuição da população, o fluxo e o refluxo da emigração, e assim não podíamos, com segurança, fazer uma simples estimativa do número total dos habitantes deste grande país. Os erros que governos e técnicos

cometeram em 1890, 1900 e 1910 foram agora devidamente estudados e corrigidos (O RECENSEAMENTO, 1920h, p. 2).

Com notável inspiração, o editorialista lembrava que o progresso econômico, em todas as instâncias, seja nos negócios públicos, no comércio, na atividade industrial, na agricultura, sempre consideraram como imprescindíveis os números estatísticos:

> O empirismo já não nos pode servir hoje a ninguém. Num século de instrução e ciência, toda ação que não é consciente é precária e má. [...] Além deste fim positivo e utilitário que só os ignorantes podem desconhecer, a estatística da nossa população servirá, também, para que possamos ter a certeza numa questão que é uma vergonha a dúvida existente. Numa assembléia de nações, num congresso internacional, por enquanto, os delegados do Brasil não podem assegurar positivamente o total da população de seu país (O RECENSEAMENTO, 1920h, p. 2).



Prédio do Jornal O Paiz, [s.d.]

Com o apoio da imprensa, a DGE, considerava como maiúsculas as possibilidades de um bom-censo. Bulhões Carvalho contava com o "auxílio luxuoso" dos meios de comunicação nos centros urbanos e com a inestimável ajuda do clero e das Forças Armadas nos ambientes rurais, o que não era pouco. Problemas, sim, haveria. Em outra matéria, o próprio *O Paiz* daquele mesmo 1º de setembro divulgava que jornais de Juiz de Fora traziam notícia de que os candidatos inscritos nos distritos da cidade deveriam se apresentar na véspera do dia-base do censo, para participarem da seleção que apontaria quem seria efetivamente contratado. Evidentemente, estes agentes recenseadores receberam a notícia da contratação juntamente com todo o material necessário para iniciarem as visitas aos domicílios para recolhimento dos questionários apenas com poucas e rápidas instruções de procedimento. Nos dias atuais, isto seria inconcebível, e mesmo para aquele tempo não deixa de depor negativamente para a credibilidade da operação censitária em questão.

A má preparação dos recenseadores pode ser evidenciada na matéria "Em torno do recenseamento", d'*O Paiz,* de 4 de setembro. A propósito, mais um artigo em que transparece a misteriosa dubiedade de opiniões sobre o censo veiculada na imprensa.

O articulista admite que tanto aquele matutino quanto os demais órgãos da imprensa estavam empenhados na boa consecução do censo e que por isso se abstiveram em fazer comentários que viessem a "comprometer o seu êxito". Uma vez "terminada", segundo ele, "a fase do recenseamento na qual a imprensa poderia influenciar desfavoravelmente o espírito público", era o momento de tratar de eventuais seqüelas do levantamento censitário.

Em que pese o maciço esforço da DGE em difundir as vantagens do recenseamento e sua inocuidade para antigos temores de parte da população, sempre a ver "manobras maquiavélicas" nas ações do governo, houve um flanco deixado desguarnecido: a preparação dos recenseadores, ou, melhor dizendo, dos entregadores/recolhedores de questionários nos domicílios.

Estação da Luz, São Paulo, SP, [s.d.]

> Em geral, os agentes recenseadores foram indivíduos pernósticos, com solenes ares burocráticos, que se dirigiam aos moradores com arrogância, e que, sem dar a mínima explicação sobre o modo de encher as listas, se retiravam com gestos importantes, ameaçando o pobre responsável pela lista com os raios da lei (EM TORNO..., 1920, p. 3).

Tal acidentalidade foi detectada pelo articulista na Capital Federal e, a partir daí, imaginou ele como seria em outros locais mais ermos. Tal preocupação procede. Embora não se possa dimensionar o quanto ela foi significativa na Capital ou nos demais estados. De qualquer forma, foi estabelecida claramente a possibilidade de viés pela abordagem da entrevista (em que pese o agente ser um mero entregador e recebedor do questionário e não o condutor do seu preenchimento, embora pudesse sê-lo e muitas vezes o era de fato). Uma hipótese provável para este comportamento presunçoso dos recenseadores seria a importância alcançada pelo censo, sua maciça divulgação nos jornais, que, aos olhos do povo, tornava seus funcionários "autoridades". E talvez os próprios agentes assim se considerassem.

Nesta mesma matéria, o jornalista argumentou considerando como sem importância e pouco significativa a investigação sobre estado civil, profissão e deficiência física. Para ele, o censo deveria tão somente levantar informações sobre o número de indivíduos que habitavam o País, e, no máximo, sobre sexo, idade e nacionalidade. Mais uma comprovação de que à época se fazia muito mais um jornalismo opinativo que somente um factual. O diretor da DGE poderia refutar os argumentos do editorialista d'*O Paiz*. Provavelmente por estar muito ocupado e por não desejar iniciar polêmica com quem lhe tinha sido de grande ajuda, preferiu não fazê-lo.[369]

A partir da data-base de realização do censo, a participação da imprensa vai rareando gradativamente, restringindo-se a comentar o bom andamento dos trabalhos anunciado pelos estados. Certamente isto não é uma função menor. Com isto, a DGE poderia ter mais certezas de que se o seu planejamento foi efetivamente seguido, a operação alcançaria bons resultados.

[369] Em Santos (2004), é possível serem lidas reflexões discutindo os argumentos do jornalista.

Após a divulgação dos primeiros resultados, a imprensa reassumira sua condição de *locus* da discussão e da análise de números censitários. Tão logo foi divulgado o volume com os resultados relativos à agricultura, o *Correio da Manhã*, por intermédio do jornalista Mario Guedes, publicou alentada matéria sobre o número de estabelecimentos rurais agrícolas e sua distribuição no Território Nacional (GUEDES, 1923, p. 2).

Ele estabeleceu comparações entre os do norte e os do sul, com larga vantagem para os estados meridionais. Entretanto, o principal ponto de toque de sua matéria diz respeito ao fato de que estados com maior extensão territorial terem muito menos estabelecimentos agrícolas que outros bem menos extensos. Guedes tem a preocupação de deixar clara a complexidade do assunto e que tal fato tem origem nos tamanhos populacionais, na exploração agrícola , nas políticas de exploração das terras, etc. Faz, igualmente, a ressalva de que o número de estabelecimentos tende a crescer cada vez em maior proporção. Entretanto, curiosamente, ele encontra alguns fenômenos curiosos em sua análise. O Rio Grande do Sul, tem menos da metade do território de Minas e é menor que São Paulo, e, no entanto, superava os dois em número de estabelecimentos. Segundo ele, o número de estabelecimentos rurais não estava ligado diretamente ao tamanho ou a expressão de cada estado. Corroborou isto, apontando que, somando-se (à época) as áreas de Mato Grosso com Goiás tinha-se uma superfície maior que todos os estados do sul reunidos (envolvendo aí os estados do atual Sul e Sudeste), e no entanto, o total de estabelecimentos dos dois grandes estados não chegava a 5% do total dos oito estados meridionais.

Na comparação com os estados do norte (incluindo as atuais Regiões Norte e Nordeste), a proporção chegava a 43%. Números que estampam a altíssima concentração de estabelecimentos rurais em estados do sul e a enorme oferta de terras virgens localizadas no norte brasileiro àquela época. Informação que só bons números obtidos no censo podem oferecer.

Mario Guedes ainda faria duas outras matérias, uma sobre o valor dos estabelecimentos rurais e outra sobre o valor médio por hectare. É de crer que tais matérias tenham sido de grande valia para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

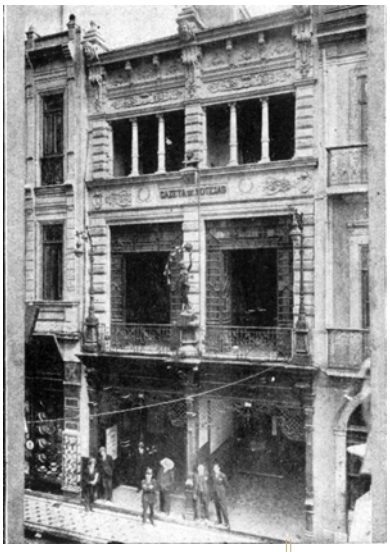
Dias depois, o mesmo jornal trazia artigo, com o título: “Loucos e dementes - Prova-se que os subúrbios não são os maiores fornecedores de doentes - A lição das estatísticas” sobre o número de alienados no Rio de Janeiro e sua distribuição entre subúrbio e áreas centrais da cidade.

Na matéria, o jornalista anônimo desenvolveu um curioso jogo de dados para contrapor uma hipotética teoria de que os subúrbios da Capital Federal seriam “fornecedores de loucos e dementes, como se supõe” (LOUCOS..., 1923, p. 3).

Tomando por base que se entendia por subúrbio as porções de terras cortadas pelas linhas férreas da Leopoldina, Auxiliar, Rio do Ouro e Central do Brasil, a partir da estação de São Francisco Xavier até o “remoto distrito de Santa Cruz” (LOUCOS..., 1923,

p. 3), o Censo de 1920 apontava para esta região um total de 455 755 habitantes, parte dos 1 157 873 coligidos no Distrito Federal. Do total de 1 635 doentes mentais da Capital, apenas 267 moravam no subúrbio. Em termos proporcionais, 39% dos habitantes do Distrito Federal moravam no subúrbio e do total de débeis mentais da capital, só 16% eram suburbanos.

Concluía o jornalista pedindo que se fizesse justiça aos subúrbios, pois "não são eles que enchem os abrigos de alienados".



Prédio do Jornal A Gazeta, [s.d.]

Imprensa saciada

O exame de matérias publicadas na imprensa, a partir de 1919, deixa clara a premência de realização de um inquérito censitário, o que é reconhecido inclusive por jornais de linhas editoriais divergentes.

Como atestam as folhas, a pressão pela realização de um censo, que redimisse a vasta lacuna que as estatísticas do País apresentavam, alcançou o próprio governo. Mesmo com a determinação constitucional de realização decenal de recenseamentos, até o recrudescimento de uma espécie de "queremismo" pelo censo, este não parecia estar entre as prioridades governamentais de então.

Nunca, até aquele censo, a propaganda censitária se fez de forma tão massiva e prolongada. A imprensa teve papel preponderante, não só como uma das principais emuladoras para que se fizesse o censo decenal previsto na Constituição, como para que ele fosse bem feito, com números fortes, aceitáveis.

Mesmo de modo fragmentado, descontínuo e, em muitas oportunidades, contraditório, há que se ver no papel da "voz das folhas" um libelo nacionalista, exigindo o cumprimento da determinação constitucional.

Há que se dizer, todavia, que se a indubitável pressão da imprensa foi fundamental para a realização e relativo sucesso do Recenseamento de 1920, é importante assinalar que, uma vez realizado, constata-se pelo exame das folhas, que o censo perdeu o interesse das pautas. Mesmo quando foram divulgados os resultados, dentro do cronograma de divulgação previsto e que durou três mandatos de Presidência da República, a cobertura dos órgãos de imprensa foi irrisória, dando até uma certa impressão de fastio. É como se os jornais tivessem saciado a sua fome por recenseamento atualizado a partir do momento em que as publicações iam saindo dos fornos da Tipografia da Estatística. Uma vez publicado, e com números vigorosos como pareciam, a imprensa refreou seu interesse, apenas reconhecendo que aquela operação redimia fracassos anteriores. O Estado cumprira a sua função de patrocinar o censo e o seu órgão oficial de estatística o de realizá-lo com eficácia. Isto não dava notícia de jornal.

Em 1920, quarto Censo Geral: estratégia e processo de trabalho*

Capítulo 20

por Marco Aurelio Martins Santos

Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, assistente de pesquisa na produção desta obra

O Censo de 1920 teve no recenseamento municipal realizado no Rio de Janeiro, em1906, a sua grande "escola". Bulhões Carvalho participou ativamente de ambos: como membro da Comissão Central, que coordenou e definiu o balizamento do censo instituído pelo prefeito Pereira Passos; como grande general da vitoriosa campanha censitária realizada no governo Epitacio Pessoa.

Vendedores, [s.d.]

No de 1906, ele percebeu o quanto foi importante a definição de uma estratégia clara e forte. No outro, ele teria que implementar uma sólida estratégia, criar um novo processo de trabalho e fazer todo esforço possível para que tudo corresse como planejado. No "Censo de Pereira Passos", limitado aos 1 164 km² do município, ele e os demais membros da Comissão Central tiveram amplo e total controle sobre os processos de trabalho aplicados na coleta e apuração. No "Censo do Centenário", realizado em 1920, à frente da Diretoria Geral de Estatística, ele teria que coordenar processos de trabalho em 20 estados mais o Distrito Federal, comandando uma operação que se espalharia por mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. E pior: naqueles tempos de federalismo, ele só poderia reconhecer como tendo seu puro "DNA" os trabalhos feitos no Distrito Federal, uma vez que os estados deveriam seguir a coordenação da DGE mas acabavam tendo relativa autonomia, para até mesmo embutir outros inquéritos, aproveitando a "carona" do censo.

A propaganda foi uma das estratégias utilizadas para a boa consecução no Recenseamento Municipal de 1906. No Censo de 1920, ela teria importância capital. Não só para esclarecer os futuros recenseados, como para apagar os malogros anteriores, que reforçavam as desconfianças de que o Brasil não sabia fazer censo, ou que pelo menos a República não sabia contar.

Cadastro nos estados

A lei instituindo e regulamentando o Recenseamento Geral de 1920, projeto do deputado paulista Cincinato Braga, foi assinada em nove de janeiro daquele ano. Entretanto, algumas medidas importantes para a operacionalização do censo

foram tomadas antes disso. A partir de fins de 1919, a DGE emanou instruções para os estados, como preparação para o censo agrícola e industrial, atividades econômicas pela primeira vez arroladas em recenseamento geral no Brasil. Da mesma forma, foram autorizados os levantamentos preparatórios para o censo demográfico, trabalho este que precisava ser atualizado – visto que o censo anterior tinha sido feito há muito tempo – e o cronograma estava bem apertado.

Conforme foi visto no capítulo 19, o trabalho de levantamento feito por Saturnino de Pádua, no Paraná, chegou à imprensa em outubro de 1919. Infelizmente, nenhum outro foi publicado nas folhas mas sabe-se que algo foi feito nos demais estados. No volume **Anexos**, da obra **Recenseamento de 1920**, publicado dois anos depois do início da coleta, aparece o capítulo *Trabalhos preliminares do censo econômico nos estados*. Neste capítulo sabe-se que a DGE determinou que todos os delegados dos estados procedessem ao cadastro de estabelecimentos agrários e industriais, sem o qual o trabalho censitário ficaria seriamente prejudicado. Nas *Instruções especiais* desse citado capítulo, a DGE sugeria os procedimentos necessários para a elaboração deste cadastro, levando em conta a legislação de cada estado da União, a existência de imposto territorial ou sobre indústrias, ou informações que os governos estaduais e municipais pudessem fornecer para a montagem do cadastro. Ainda nesta parte, os estados são apresentados por ordem alfabética, com as respectivas informações de sua situação cadastral. Eis o resumo de cada um deles:

Alagoas – Não possuía imposto territorial. A lista de imóveis agrícolas deveria estar no registro geral de terras, instituído "com o fim, não só de se verificar onde há terras devolutas como ainda para a organização de uma estatística territorial" (BRASIL, 1922c, p. 16). Este registro pertencia à Secretaria estadual de Interior e era lá que os agentes do delegado geral deveria buscar dados.

Os dados sobre as indústrias alagoanas deveriam ser buscados na Secretaria de Fazenda, onde poderiam ser utilizados para se montar o cadastro dos estabelecimentos fabris no estado.

Amazonas – Também não contava com imposto territorial. A DGE sugeria que fosse montado o cadastro pelas informações da estatística territorial – declarações feitas pelo proprietário de imóveis rurais e registradas em livros, sendo um remetido para a Inspetoria do Tesouro e outro para a coletoria de renda do município, conforme o Decreto Municipal nº 731, de 16/8/1905.

Bahia – Outro estado a não ter imposto territorial. A sugestão da DGE para o cadastro seria acessar aos dados constantes na Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração do Estado. Este órgão tinha por finalidade a construção de mapas topográficos e cartas cadastrais que indicavam a distribuição de terras particulares e devolutas.

Ceará – Como também não fazia cobrança de imposto territorial a alternativa para cadastro seria recorrer aos inquéritos estatísticos realizados por iniciativa do governo ou de particulares. A Junta Comercial do estado já tinha, inclusive, reunido

dados em um Anuário Estatístico feito em 1917. Para se conhecer dados sobre a pecuária cearense, existia o registro do imposto "dízimo de gados", uma das principais fontes de renda do estado.

Espírito Santo – Embora também não possuísse imposto territorial, o estado tinha regulamentado o Serviço de Terras, com o registro obrigatório em cartório de todas as propriedades agrícolas capixabas. Além desta fonte, os agentes da delegacia geral poderiam recorrer às Prefeituras, que já haviam realizado investigações estatísticas recentemente.

Goiás – O estado possuía imposto rural (antigo imposto territorial). De forma que seria possível construir um cadastro com base nas informações da Secretaria de Finanças do Estado e da Repartição de Terras, que cuidava de medições e demarcações de terrenos.

Maranhão – Desde 1915 já fazia a cobrança do imposto territorial. Por conta disso, os agentes da delegacia geral só teriam que recolher os dados na Secretaria do Interior.

Mato Grosso – Desde 1914 já fazia a cobrança de imposto territorial pelo Decreto nº 351, que inclusive previa para a cobrança a consulta às estatísticas dos possuidores de imóveis que a Diretoria de Terras era obrigada a organizar anualmente.

Minas Gerais – Tinha instituído a cobrança do imposto territorial desde 1899. Bastava, então, recorrer a Secretaria de Finanças do Estado onde estavam registrados os dados sobre as propriedades agrícolas mineiras.

Pará – Possuía imposto territorial desde 1912, sendo uma das principais fontes de recursos do governo estadual. Os registros se encontravam na Recebedoria de Rendas do Estado.

Paraíba – Não possuía imposto territorial. A DGE recomendava que os delegados regionais procurassem a repartição estatística estadual, cujo anuário divulgava a relação dos estabelecimentos produtores de açúcar e dos beneficiadores de algodão, principais atividades agrícolas do estado. Para outras atividades agropastoris, recomendava-se a busca em outros órgãos do governo.

Paraná – Possuía imposto territorial, logo, registros organizados das propriedades agrícolas do estado.

Pernambuco – Tinha organizado recentemente a cobrança do imposto territorial. O então governador do estado, em 1918, havia emitido mensagem confiando à União dos Sindicatos Agrícolas a execução de serviços estatísticos, com a colaboração de prefeitos e presidentes de conselhos municipais. A DGE acusou o recebimento de estatísticas sobre as propriedades rurais daquela entidade, faltando apenas atualizar e complementar os dados.

Piauí – Não fazia a cobrança de imposto territorial. Havia, entretanto, cobrança de dízimo o gado, com registros dos estabelecimentos pecuaristas, de onde

seria possível reunir informações para o cadastro. A DGE não fez menção a como buscar informações sobre outras atividades agrícolas.

Rio de Janeiro – Desde 1912 cobrava imposto sobre terras, com base na estatística territorial feita no estado a partir de 1903. A DGE recomendava que se procurasse registros nas coletorias estaduais ou na Inspetoria de Fazenda.

Rio Grande do Norte – Ainda não possuía imposto territorial e, segundo a DGE, o estado não tinha informações seguras sobre propriedades rurais. Havia uma possibilidade de registros no Tesouro estadual.

Rio Grande do Sul – Tinha regulamentada a cobrança de imposto territorial, com registros constantes na secretaria de Fazenda, onde seria possível reunir dados para montar um cadastro de propriedades agrícolas.

Santa Catarina – Havia instituído em tempos recentes a cobrança de imposto territorial, mas ainda não possuía um cadastro seguro com todas as propriedades agropecuárias. O governo autorizara a elaboração de um cadastro da zona rural do estado a ser feito pelo Comissariado de Terras. Havia, de acordo com a DGE, uma possibilidade de serem conseguidos registros no Tesouro estadual.

São Paulo – O estado cobrava imposto territorial desde 1917. Os registros necessário a confecção do cadastro deveriam ser buscados junto ao Tesouro do Estado, que recebia os mapas detalhados de cada município. A DGE lembrou ao delgado geral que o estado tinha feito um recenseamento agropecuário em 1915-1916 e que seria possível conseguir o cadastro deste censo.

Sergipe – Não fazia a cobrança de imposto territorial. A alternativa que a DGE ofereceu ao delegado estadual foi pesquisar nos registros do imposto de indústrias e profissões informações sobre engenhos de açúcar, visto ser a produção açucareira a principal atividade agro-industrial do estado. Outra alternativa fornecida pela DGE foi a pesquisa na Seção de Estatística e Arquivo da Secretaria Geral do Estado.

Distrito Federal – Embora cobrasse imposto territorial, seu cadastro não serviria para o inquérito agrícola, uma vez que aquele era cobrado sobre terrenos não edificados e localizados na zona urbana. Os estabelecimentos agropecuários do Distrito Federal estavam arrolados na Secretaria Municipal da Lavoura, onde os dados poderiam ser utilizados para o cadastro.

Território do Acre – As informações disponíveis para o cadastro das atividades agrícolas (e mesmo as industriais) no território poderiam ser encontradas nas prefeituras dos quatro departamentos ou nas intendências dos cinco municípios acreanos.

O saldo total indica que dos 20 estados mais o Distrito Federal e o Território do Acre, dez não cobravam imposto territorial; consequentemente, não deveriam possuir cadastro confiável, tendo que conseguir as informações sobre número de propriedades agrícolas ou pelos caminhos sugeridos pela DGE ou por qualquer outro que por bem resolvessem.

Quanto ao cadastro de indústrias, em todo o Brasil era cobrado o imposto de indústrias e profissões pelas Secretarias de Fazenda, que poderiam fornecer o seu cadastro atualizado.

A DGE, pois, fornecia os indícios de onde se poderia reunir informações para a montagem de um cadastro, absolutamente necessário para a elaboração das estatísticas censitárias. Quanto ao inquérito demográfico, havia mais facilidades. Para o estreante censo econômico, existiam dificuldades, especialmente quanto a relação de estabelecimentos agropecuários. Tais obstáculos, por certo se refletiriam nos resultados do levantamento agrícola. Era o preço a se pagar pelo ineditismo.

Fazenda de Minas, lote pertencente a Toffolo Vicenso, Colônia Rodrigo Silva, Barbacena, MG, [s.d.]

Bulhões Carvalho, a mão por trás do regulamento?

Começa o ano de 1920 e o presidente Epitacio finalmente sancionou, em nove de janeiro, a lei que determinava a realização do levantamento censitário com data base de primeiro de setembro. Em 21 de janeiro, sancionaria a lei que dispunha acerca do regulamento do recenseamento, e a partir daí é possível considerar o censo como tendo efetivamente começado.

Cabem agora algumas considerações sobre o regulamento[370], que é derivado da própria lei.

Ele foi oficialmente proposto pelo ministro Simões Lopes para a sanção presidencial. Pelos seus meandros, é perceptível o toque de alguém mais especialista no assunto, alguém com o estofo e conhecimento do diretor geral Bulhões Carvalho. Não causa ofensa à inteligência de ninguém imaginar que tal regulamento tenha sido gestado na própria DGE, com posterior encaminhamento ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para dar o seu seguimento protocolar.

Alguns artigos chamam a atenção por indicarem a possibilidade de problemas futuros (que efetivamente ocorreram). Um deles, o Art. 4º, trata da abrangência do censo econômico (agrícola e industrial). Naquele contexto de país agrário, com

[370] O regulamento do censo de 1920 está publicado, ver: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento de 1920, realizado em primeiro de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1922. Anexos. p. 7-12.

forte pressão dos latifúndios, flacidez da legislação sobre registro de terras, solicitar informações a respeito de "condições legais da posse do imóvel", sua "extensão territorial", "valor venal das terras" e o "número de cabeças de gado existentes" era extremamente delicado e passível de instabilidades. Uma antevisão de conflitos que exerceriam significativa influência na execução e nos resultados do censo agrícola.

O Art. 7º determinava quem preencheria as listas censitárias, caso o responsável pelo domicílio não o pudesse fazê-lo: o agente recenseador. É de se supor que não foram poucas as vezes em que os agentes tiveram que desempenhar tal tarefa. Dado o contingente de analfabetos – em alguns estados ultrapassava dois terços da população – não raro as listas saíam do domicílio preenchidas pelo recenseador. Como ele recebia por pessoa recenseada, teria oportunidades para sobrepor mais moradores, desde que a "malha fina" das revisões não fossem exatamente resistentes. No Distrito Federal, sob a aquilina supervisão de Bulhões Carvalho e suas draconianas medidas de repressão ao erro, seria mais difícil fazê-lo. Nos estados mais distantes, se a fiscalização não fosse apropriada, o recenseador teria baraço e cutelo para sobrepor números.

No Art. 9º, causa algum espanto a estrutura enxuta da DGE para os afazeres do censo, mesmo se levando em consideração tratar-se de um quadro provisório, válido apenas durante a execução dos trabalhos censitários, que também contavam com a efetiva participação dos funcionários do quadro efetivo. De qualquer forma, para um trabalho daquela monta, não causaria admiração um organograma com mais caixinhas.

A ausência de uma rede permanente de agências municipais, ligadas diretamente a DGE, deixava os trabalhos por conta de favores e da boa vontade de prefeituras e presidentes de estado para a instalação de delegacias gerais e seccionais. O Art. 13º do regulamento determina a prioridade para instalações em dependências federais (do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio preferencialmente ou dos demais ministérios), mas abre possibilidades para alocações em órgãos estaduais ou municipais, de acordo com a conveniência destes governos. Esta presença física, aliada a participação nas nomeações das comissões censitárias, deixava flancos abertos para injunções políticas inimigas ao bom correr do censo.

De qualquer forma, o Art. 16º deixava claro que os delegados gerais e seccionais tinham "inteira responsabilidade quanto à execução do recenseamento". Caberia a eles o prêmio pelos bons números ou o ônus de um mau resultado. Os relatórios que eles compulsoriamente teriam que preencher ao final dos trabalhos deveriam conter irregularidades e/ou justificativas para alguma incorreção. Embora coubesse ao diretor geral a superintendência dos trabalhos em todo o país (conforme Art. 17º, item 1º), havia uma espécie de repasse de responsabilidades, uma delegação de poderes para os representantes da DGE (por isto mesmo denominados "delegados") para que além de executores agissem como uma espécie de "sátrapas", acompanhando e informando sobre os trabalhos do censo em seus estados. Entretanto, rezava o Art. 18º: "a direção dos trabalhos censitários em cada estado compete ao delegado geral

[...]". Embora ele devesse seguir orientação da DGE, era o responsável pelo desempenho do serviço em sua delegacia e em seus comandados.

No Art. 20º, vê-se um indício da vinculação dos resultados do censo com os festejos do centenário. Lá está que "[aos chefes de seção cabe] preparar as diversas estatísticas que devem aparecer em 1922, com os resultados dos censos". Todo o esforço estava dirigido para um bom recenseamento mas também para a apresentação de bons números (prévios que fossem) nas comemorações dos 100 anos do Brasil independente.

O parágrafo único do Art. 23º traz significativa e espantosa informação: o "Pagador", cargo estabelecido no organograma da DGE e das delegacias gerais, com gratificação mensal de 800$000 (800 mil réis), deveria, para exercer a função, depositar fiança de 5:000$000 (cinco contos de réis), valor considerável para a época. Isto significaria que nenhuma pessoa das classes econômicas menos favorecidas poderia desempenhar o cargo, a não ser que contasse com "patrocinador". Talvez alguém da incipiente classe média pudesse dispor de o equivalente a seis meses de salário para a caução pedida. Este inusitado artigo causa espécie mas assim era efetivamente que se procedia para alguém entrar para cargos que envolvessem movimentação financeira.

Também chama a atenção a gratificação de delegado geral (1:200$000), superior a de diretor geral (1:000$000), conforme Art. 27º. O próprio secretário da delegacia percebia remuneração igual a do diretor geral, embora estivesse bem abaixo do titular da DGE, no organograma do recenseamento. No Art. 31º, ficou estabelecida a gratificação por pessoa recenseada a ser recebida pelos agentes recenseadores: de 80 a 300 réis, o que ao fim de uma jornada diária de oito horas, deveria constituir uma quantia significativa para o pessoal envolvido.

Uma "corrente pra frente"

Efetivamente, as providências para o recenseamento seguiam o seu ritmo. Em 17 de fevereiro, o Diário Oficial publicava o Decreto nº 14.065, de 16 de fevereiro de 1920, dando conta da abertura de crédito ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de seis mil contos de réis para as despesas do censo ao longo do ano. Muito longe dos 30 mil apregoados por João do Rio, mas de qualquer forma, uma quantia de vulto. A título de comparação, vê-se que o maior prêmio da loteria federal naquele mês era de 100 contos de réis e um automóvel *Chevrolet* custava cinco contos na *Mestre et Blagé* (futura Mesbla).

No início de março, tão logo foram nomeados, os delegados gerais partiram para os estados e deram início aos trabalhos do censo. Um mês depois, quase todas as delegacias gerais e seccionais já estavam instaladas, aguardando apenas o material impresso. Começariam, também a organizar as comissões censitárias, municipais e

distritais, indicando o mais rápido possível seus componentes e agentes especiais para auxiliar os trabalhos censitários (BRASIL, 1922b, p. 491-492).

Bulhões Carvalho daria destaque especial a uma de suas estratégias para a boa consecução do censo. Ele sabia muito bem a importância de uma boa propaganda que atraísse corações e mentes, desarmasse espíritos contrários, abrisse as portas dos informantes por todo o Brasil.

Como visto no capítulo 20, a imprensa teve fundamental importância nesta parte. Especialmente por dar visibilidade à população de quantos segmentos da sociedade civil estavam apoiando firmemente o Censo do Centenário. Parafraseando a célebre marchinha de Miguel Gustavo, naquele momento era de fundamental importância fazer "uma corrente pra frente" que unisse e motivasse aqueles "trinta milhões em ação".

O diretor da DGE também se envolveria diretamente neste esforço de propaganda. Ao longo de 1920, ele faria diversas conferências, difundindo a importância de realização de um bom censo. Algumas destas foram posteriormente publicadas, como a realizada no salão do *Jornal do Commercio*, em 13 de agosto, e a proferida em 30 de agosto na Biblioteca Nacional, ambas com o intuito de esclarecer empresários, comerciantes e o público em geral sobre o que se ia fazer em primeiro de setembro daquele ano e seus desdobramentos para o País.

Na primeira destas duas conferências, Bulhões Carvalho fala da importância da atividade comercial e de sua correlação com a estatística:

> Nenhuma nação pode viver sem comércio, sem desenvolver uma política comercial no bom sentido do termo, mas este *desideratum* somente pode ser conseguido por meio de uma estatística satisfatória, isto é, de um registro inteligente e coordenado do movimento econômico do país, que indique o seu grau de prosperidade, afim de que a ação do Governo se encaminhe de modo conveniente (BRASIL, 1920b, p. 9, grifo do autor).

Ele não falou só do levantamento econômico, a ser pela primeira vez realizado conjuntamente em todo o Brasil. Aos empresários que lá estiveram, ele também fez ver o quão boas e úteis seriam as estatísticas de população para a coletividade:

> Para que melhor possamos avaliar o alcance do recenseamento demográfico, como meio de elucidação de certos problemas econômicos, tomemos, como exemplo, o modelo da lista de família, adotado pela Diretoria Geral de Estatística. Todas as colunas do questionário se referem a assuntos que podem, de maneira mais ou menos remota, interessar a curiosidade dos economistas. Assim, no que diz respeito ao sexo, o confronto com as categorias profissionais proporcionará elementos para uma maior apreciação das tabelas que estabelecem os salários; o subsídio concernente à idade, mormente se os algarismos coligidos no inquérito forem discriminados segundo as classes laboriosas, facilitará aos poderes públicos organizar uma previdente legislação operária; as informações relativas ao estado civil podem servir de índice dos bons costumes na constituição da família proletária, o que, além de revelar a superioridade moral do trabalhador, representa também a mais segura garantia de

> sua eficiência física; o registro da nacionalidade vai demonstrar o que o Brasil deve à iniciativa estrangeira, habilitando o governo a resolver o problema do povoamento do solo; a resposta ao quesito relativo às profissões fornecerá os dados impensáveis à estatística demográfica sob o ponto de vista da divisão do trabalho, definindo o contingente de cada classe no cômputo da prosperidade geral; o conhecimento do grau de instrução, finalmente, evidenciará as taxas de analfabetismo, fator favorável à rotina, e, como tal, contrário ao progresso econômico do país (BRASIL, 1920b, p. 10).

Neste parágrafo é possível verificar que as justificativas apresentadas para a realização daquele censo são válidas para qualquer outra operação censitária, não se constituindo em explicações datadas.

O diretor geral de estatística previu, também, as imensas dificuldades que enfrentaria naquele empreendimento:

> As barreiras a vencer são inúmeras: basta citar a imensidade do território e a deficiência de transportes, a incultura do sertanejo, o vírus da politicagem que, em muitas regiões, embaraça a ação esclarecida dos representantes da Diretoria Geral de Estatística(BRASIL, 1920b, p. 18).

Parecia que ele estava prevendo. O chamado "vírus da politicagem" seria sempre uma ameaça de contaminação daquela operação censitária.

Na outra conferência, acontecida na Biblioteca Nacional, em fins daquele agosto, ele voltaria a abordar a importância de uma disciplina que lhe era tão cara:

> A estatística, método para alguns, ciência para muitos, é geralmente considerada uma necessidade no século que atravessamos. Assim como a história se repete na sucessão cronológica dos acontecimentos, ou fatos sociais, também a estatística estabelece, pela análise continuada e feitas em larga escala, a normalidade típica das várias manifestações dos fatos observados. Tendo por objetivo apurar o que há de constante e regular em todos os fenômenos que afetam a sociedade, naturalmente deve investigar as causas donde eles procedem e como atuam estas causas, fixando, em seguida, as leis que regulam a manifestação dos fatos sociais (BRASIL, 1920b, p. 24).

Bulhões aproveitou o ensejo para remover temores quanto ao uso do censo e o fez com elegância incomum:

> Quando se faz um recenseamento, não se tem em vista divulgar a vida íntima das famílias, as qualidades peculiares a cada indivíduo, o modo por que ele procede na sociedade. O subsídio de informações, individualmente coligido, visa apenas a noção exata do conjunto, de que deve resultar o *tipo social*, de acordo com as manifestações predominantes (BRASIL, 1920b, p. 25, grifo do autor).

Bastante curioso este conceito de "tipo social", resultado das agregações estatísticas realizadas. Provavelmente, Bulhões estava fazendo alguma correlação com o a teoria do "homem médio" criada por *Adolphe Quetelet*.

A preocupação com a elucidação a respeito do uso das informações do censo sempre seriam motivo de preocupação da DGE. Ainda em agosto de 1920, funcionários do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio percorreriam as ruas do Rio, distribuindo folhetos a população com os dizeres:

> As declarações que fizerdes no recenseamento de 1º de setembro de 1920 não serão utilizadas de forma a ferir vossos interesses. Como bom cidadão, tendes o dever de preencher naquela data a vossa lista censitária com as informações confidenciais que o Brasil exige do nosso patriotismo (O RECENSEAMENTO, 1920d, p. 4).

Quesitos polêmicos

Paralelamente ao trabalho estratégico de propaganda, Bulhões Carvalho tratava dos procedimentos de trabalho para a operação censitária que estava em curso. E isto ele já fazia desde quando o projeto de Cincinato Braga estava em tramitação na Câmara. Segundo assegura o volume 1: **Introdução** da obra **Recenseamento do Brasil realizado em primeiro de setembro de 1920**, durante o final do ano de 1919 a Diretoria Geral de Estatística preparava as instruções necessárias para a realização do censo. Isto incluía a preparação para a impressão dos formulários e instrumentos de coleta tanto do inquérito demográfico quanto do destinado a levantar informações econômicas do País.

A DGE optou pela lista de família ao invés do boletim individual, acompanhando procedimento similar utilizado em outros países. A opção pela lista de família se deveu ao fato desta ser de mais fácil preenchimento, afinal de contas, não se podia perder de vista o "deficiente nível intelectual" dos recenseados de então. Foi adotado um formulário destinado aos domicílios particulares e outro para habitações coletivas. Com isto, facilitaria a coleta, especialmente nestas últimas, já que caberia ao chefe de cada domicílio o preenchimento dos dados referentes a sua unidade residencial.

Na verdade, este procedimento estava sendo recuperado para recenseamentos gerais. O Censo de 1900 foi realizado por boletins individuais e esta foi, para alguns, uma das razões de seu fracasso. Em 1906, a Comissão Central optou pelo retorno das listas de família que já tinham sido utilizadas no censo do Império e no primeiro da República. Como Bulhões, em 1920, seguia nos passos do vitorioso recenseamento municipal que participara, optou pela restauração desta forma de arrolar a população. Ao comparar os artigos referentes a este procedimento tanto no regulamento do censo municipal quanto no geral de 1920, vê-se claramente os pontos de convergência, diferindo apenas na inserção, no futuramente chamado Censo do Centenário, de investigação sobre pessoas com deficiências físicas e mesmo assim restritas a cegueira e surdo-mudez.[371]

Bulhões, no volume de **Introdução**, assegura que o quesito cor foi suprimido: "pelo fato das respostas ocultarem em grande parte a verdade, especialmente quanto aos mestiços, muito numerosos em quase todos os estados do Brasil e, de

[371] Ver: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento da Cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906**. Rio de Janeiro: Off. de Estatística, 1907-1908. p. IX; BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. Anexos. p. 8.

ordinário, os mais refratários às declarações inerentes a cor originária da raça a que pertencem" (BRASIL, 1922b, p. 488-489).

Quanto a isto, vale tecer alguns comentários. Desde o primeiro recenseamento geral no Brasil, ainda ao tempo do Império, levantar informações sobre este quesito sempre foi, é e será um grande problema para os demógrafos brasileiros. Aliás, não é problema só no Brasil. Em qualquer país onde tenha havido miscigenação racial, conseguir respostas concisas para o quesito cor não é tarefa fácil. No próprio volume de **Introdução**, Bulhões Carvalho aborda a questão em nota de pé de página, citando o professor norte-americano *Mayo Smith*, autor de **Statistics and sociology**, de onde o diretor da DGE pinçou o seguinte texto:

> Quando pretendemos basear a argumentação sociológica na estatística das raças e das nacionalidades, a primeira questão que se apresenta consiste em saber quais os elementos necessários à sua classificação; porquanto é óbvio que, não existindo característicos nitidamente definidos em que se possa assentar a observação comum da estatística, não passam os arrolamentos e as classificações de meras conjeturas, oferecendo por isso fundamento falho ao nosso raciocínio. No que diz respeito à estatística das raças humanas, estamos, de fato, nessa contingência (BRASIL, 1922b, p. 489).

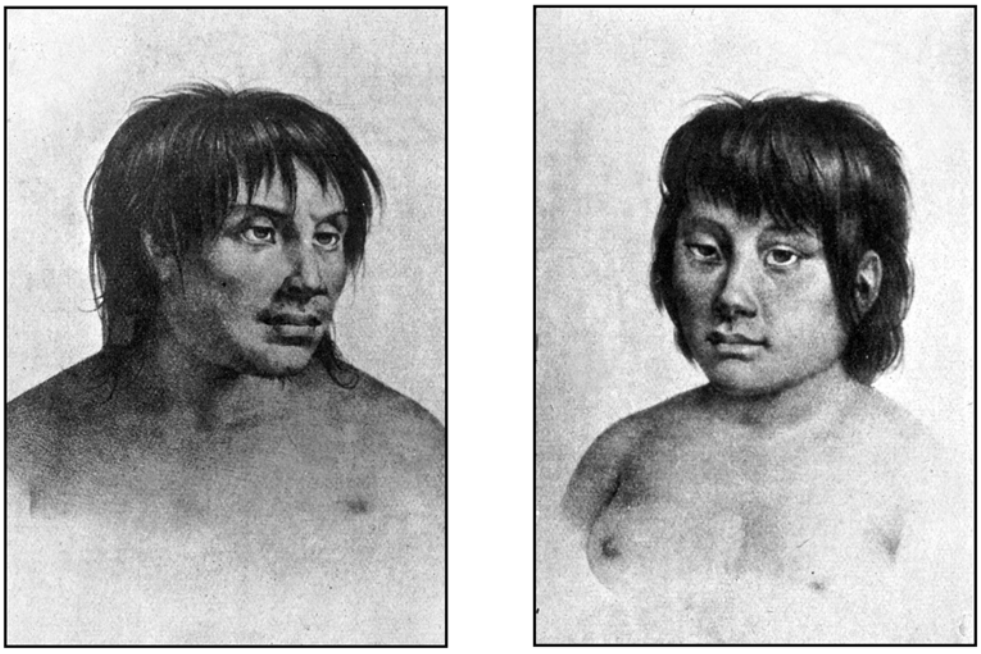
Quanto a esta dificuldade, o então diretor da DGE lembra dos insucessos ocorridos nos Estados Unidos no que diz respeito às tentativas de obtenção de informações consistentes sobre o quesito cor:

> A tentativa para distinguir, no XI censo[372] dos Estados Unidos, os pretos dos mulatos e estes em suas diferentes gradações (*quadroons*, *octoroons*) foi seguida de insucesso, que devia ter sido e fora efetivamente previsto. Os próprios indivíduos recenseados não podiam declarar a sua ascendência, atendendo a que, em geral, o cruzamento ocorreu durante a escravidão ou estado de degradação social da progenitora do mestiço. A tonalidade da cor da pele deixa também a desejar como critério discriminativo, por ser um elemento incerto, mormente se levarmos em conta o fenômeno do atavismo ou reversão a um tipo ancestral puro: uma mulata, por exemplo, pode dar à luz a um filho inteiramente negro. É impossível fazer esta estatística (BRASIL, 1922b, p. 489).

Se é difícil nos Estados Unidos, muito mais aqui no Brasil, onde a miscigenação ocorreu de forma muito mais acentuada. Aqui, ainda mais do que lá, tonalidade da cor da pele é um mau critério para estabelecer a qual raça pertence o informante. Mas se fazer estatística das raças é difícil, pior ainda seria não faze-las (como em 1906 e 1920) ou faze-las de forma viesada. Em tempos recentes, consideram-se como "pardos"[373] miscigenados a partir das raças branca, negra e vermelha, o que certamente estará ocultando tanto informações sobre aqueles gerados a partir de pais brancos e pretos, quanto os que são filhos de brancos e índios ou pretos e índios.

[372] Realizado em 1890.

[373] O termo "pardo" já era utilizado desde os tempos do Império. Entretanto, recentemente passou por alterações em seu conceito básico, incluindo pessoas miscigenadas a partir de brancos, pretos ou índios.



INDIOS MACHACARI

NEGROS BENGUELA

Índios Machacari, negros Benguela, [s.d.]

Definitivamente, o quesito cor será uma grande interrogação para planejadores de levantamentos censitários.

Na comparação do Censo de 1920 com o recenseamento geral de 1906, como visto, a novidade estava na introdução do quesito “defeitos físicos”, limitado somente à investigação sobre cegos, surdo e mudos.

Inclusive sobre este assunto, Bulhões Carvalho escreveu, posteriormente ao censo, alentado artigo, defendido no 1° Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, no Rio de Janeiro. O artigo, cujo nome é de ímpar singularidade **– Estatística dos tarados no Brasil –** presta esclarecimentos acerca de registros sobre cegos, surdos-mudos, débeis mentais e atrasados, epilépticos, toxicômanos, alienados, vagabundos (os tarados do título). Além disto, relata minuciosamente o estudo sobre os deficientes físicos coligidos no recenseamento de 1920, comparando com os números encontrados nos censos de 1872 e 1900 (Os resultados sobre deficientes investigados em 1890 não foram divulgados, segundo Bulhões Carvalho).

BULHÕES DE CARVALHO

Estatistica dos Tarados no Brazil

(Cegos, surdos-mudos, debeis mentaes e atrazados, epilepticos, toxicomanos, alienados, vagabundos)

Contribuição da Directoria Geral de Estatistica para o estudo da these 38, formulada no programma do Primeiro Congresso Brazileiro de Eugenia realizado no Rio de Janeiro, de 30 de Junho a 7 de Julho de 1929 — Centenario da Academia Nacional de Medicina

Folha de rosto de Estatística dos tarados do Brasil, de Bulhões Carvalho 1929.

Segundo ele, foi no primeiro Congresso Internacional de Estatística, acontecido em Bruxelas, em 1853, onde surgiu a sugestão de incluir em censos quesitos sobre deficiências físicas (então chamadas "doenças e enfermidades aparentes", o que incluía cegos, surdos-mudos, alienados e cretinos). O quarto congresso, reunido em Londres, em 1860, decidiu considerar apenas cegueira e surdo-mudez entre as deficiências a serem investigadas pelos recenseamentos. Em 1872, novamente o congresso reunido, agora em São Petersburgo[374], foi decidida a inclusão como informações necessárias à investigação censitária além daquelas, também o idiotismo, o cretinismo e a alienação mental. E, 25 anos depois, quando já não eram mais congressos e sim reuniões do *International Statistical Institute* - ISI, a realizada na antiga capital da Rússia confirmou como aprovada a decisão de se investigar aquelas deficiências, assim como na de Paris, em 1909.

Apesar disto, de acordo com o artigo de Bulhões Carvalho, poucos países incluíram questões sobre estas deficiências nos recenseamentos realizados em 1920/1921 – somente Dinamarca, Noruega, Portugal e Hungria. Mesmo Inglaterra e Estados Unidos, de larga experiência censitária, deixaram de lado estas questões, abordadas até o censo anterior (1910/1911). O censo brasileiro realizado em 1920, também não investigou estas questões, em que pese terem sido levantadas nos rcensa-

[374] Neste Congresso o Brasil esteve presente, representado pelo historiador Francisco Adolpho Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, conforme visto no volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889),** desta coleção.

mentos anteriores, o que prejudicou "a vantajosa comparação dos resultados apurados nas quatro diferentes épocas" (CARVALHO, 1929, p. 226).

Na justificativa da escolha somente da cegueira e surdo-mudez para investigação no censo de 1920, Bulhões Carvalho informou que por serem "defeitos que ninguém oculta, nem há vexame em ocultá-los" não causariam constrangimento por serem registrados nos formulários.

Outro quesito polêmico suprimido daquele recenseamento geral foi religião. A exemplo do referente a cor, também provoca discussões até os dias atuais. Em 1906, ele também não foi investigado.

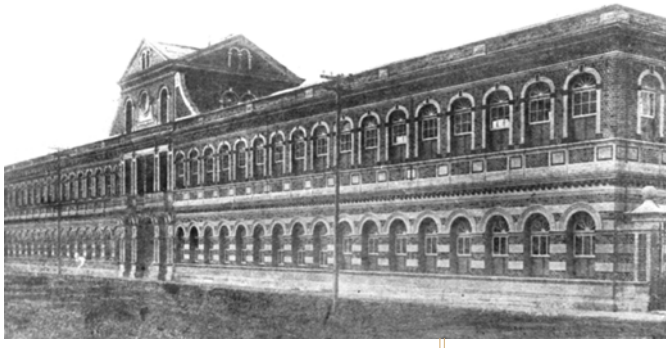
Como justificativa, o então diretor geral da DGE afirmou ser este estudo estatístico uma exorbitância do caráter sintético que os recenseamentos gerais devem possuir. Segundo ele, melhor seria estabelecer um inquérito especial sobre este assunto, com toda a planificação necessária para ser capaz de revelar "o fenômeno religioso na multiplicidade e complexidade de seus interessantes aspectos" (BRASIL, 1922b, p. 489). Bulhões informa que assim aconteceu nos Estados Unidos, que, em 1918, concluiu mais um censo decenal das corporações religiosas, realizado mediante acordo entre o *Bureau of Census* e representantes dos variados cultos professados lá, onde, ao contrário do Brasil, não há forte predomínio de um especialmente. Uma outra justificativa apresentada por Bulhões foi o fato da DGE já realizar periodicamente uma "estatística cultual que nada tem a invejar a de qualquer outro país" (BRASIL, 1922b, p. 489), abrangendo, segundo garantiu, todas as igrejas existentes no País. Provavelmente, uma agregação dos registros administrativos de cada templo localizado no território nacional.

Por dentro do censo

Quanto ao preenchimento dos formulários, a lista de família era dividida em três partes, sendo a primeira destinada aos moradores presentes no domicílio na noite de 31 de agosto para primeiro de setembro de 1920. Uma segunda parte abrangia os moradores que não estivessem no domicílio na data-base e uma terceira captaria os que estivessem naquele domicílio na data em questão, embora não fossem moradores da casa. Com este estratagema, seria possível "[...] separar a população de fato da população de direito, somando os recenseados na primeira parte com os da terceira, no primeiro caso, e os da primeira com os da segunda, no segundo caso" (BRASIL, 1922b, p. 489-490).

Além deste formulário, havia ainda a *caderneta demográfica*, onde os recenseadores registravam informações referentes às edificações e outras ocorrências havidas durante o trabalho. Com base nos registros dos imóveis seria possível posteriormente ser feita a estatística predial.

Além do censo demográfico o recenseamento geral faria pela primeira vez o inquérito econômico do País. Seriam investigadas as atividades agropastoris e industriais.



Fábrica de tecidos Mascarenhas, Juiz de Fora, MG, [s.d.]

O questionário do censo agrícola trazia os seguintes quesitos: nome e o país do ocupante da terra; condições legais de posse; extensão territorial; área cultivada ou ocupada por matas; valor venal das terras, incluindo benfeitorias, máquinas e utensílios agrícolas; dívidas hipotecárias, caso houvessem; número total de cabeças da criação (gado e aves), com indicação para o número de animais de puro sangue; valor da produção de 1919. Quanto a parte agrícola, seria levantada a produção de cereais, frutos e amêndoas, café, cacau, algodão, fumo, mate, borracha, extração vegetal florestal, cana-de-açúcar (incluindo seus derivados), vinhos de uva e de outros frutos. O questionário investigava também a produção de laticínios, lã e apicultura no ano anterior.

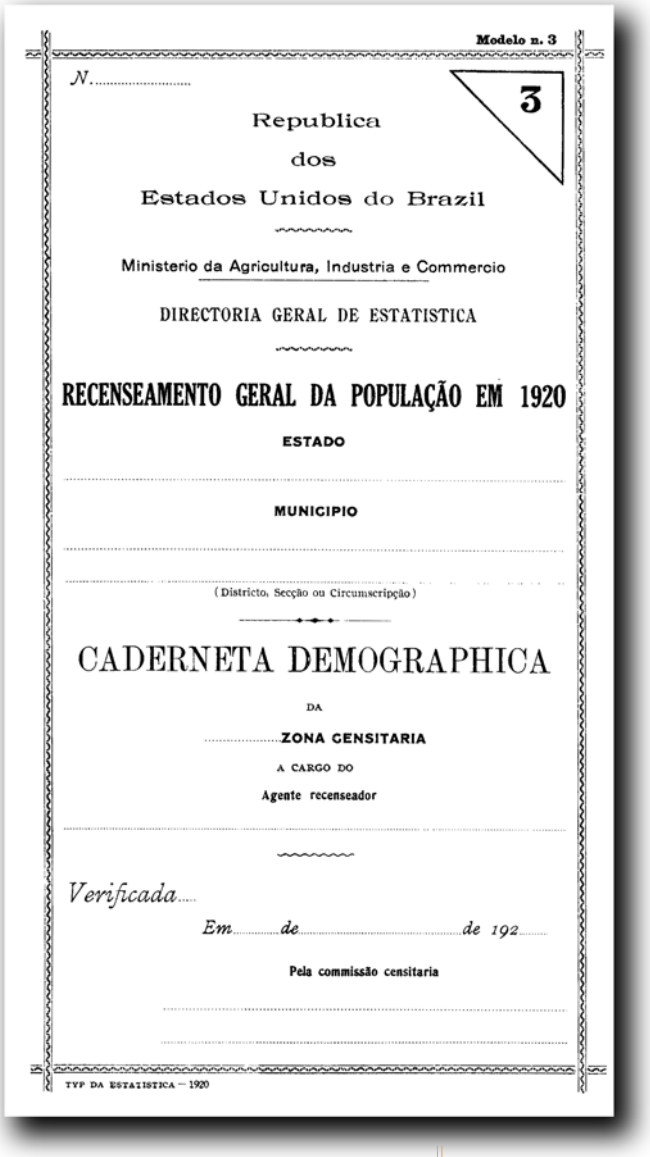
No censo industrial, indagava-se: ano de fundação da fábrica; modo de organização das empresas, natureza da indústria explorada; importância do capital empregado; pessoal em serviço administrativo e na produção; valor de salários pagos; quantidade, espécie e custo das matérias-primas; combustível consumido por ano; natureza e força-motriz do maquinário e quantidade e valor dos produtos fabricados durante o ano. Além das questões investigadas no censo agrícola, seria feito um inquérito especial sobre a indústria açucareira, envolvendo informações relativas a usina, tipo e valor das instalações e maquinário e dados da última safra.

Além dos formulários com as listas de família e os que foram preenchidos pelos estabelecimentos agrícolas e industriais, faziam parte do conjunto de impressos do censo: cadernetas demográfica, agrícola e industrial, modelos reduzidos de todos os questionários, mapas para o resumo dos trabalhos do pessoal de campo, modelos para arrolamento do gado existente fora dos estabelecimentos rurais e para os formulários referentes aos salários rural e fabril. De acordo com informação de Bulhões Carvalho, tais instrumentos de coleta foram copiados aos do censo norte-americano.

A DGE procurou ter particular cuidado com o pessoal a ser contratado ou posto à disposição do censo, especialmente com os que deveriam estar superintendendo os trabalhos de coleta e apuração. Já em março de 1920, os funcionários designados para serem titulares das delegacias gerais[375] partiram para os seus respectivos estados. Até o mês seguinte, quase todos já tinham se instalado, e iniciaram os primei-

[375] Representações temporárias da Diretoria Geral de Estatística nos estados. De acordo com a lei do censo, deveriam ser nomeados pelo ministro da agricultura, indústria e comércio e tinham a incumbência de organizar todo o trabalho censitário.

ros trabalhos. A partir daí, seriam nomeados os delegados seccionais[376] e organizadas as comissões censitárias[377] em cada município. Uma vez instaladas as delegacias gerais e seccionais e constituídas as comissões censitárias, fazia-se a seleção para contratação de agentes recenseadores, incumbidos de distribuírem e coletarem os formulários. Em bom número de vezes, também de preencherem as listas de família.


Modelo n. 3

N.....

3

Republica
dos
Estados Unidos do Brazil

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO EM 1920

ESTADO

MUNICIPIO

(Districto, Secção ou Circumscripção)

CADERNETA DEMOGRAPHICA

DA

ZONA CENSITARIA

A CARGO DO

Agente recenseador

Verificada.....

Em.....de.....de 192.....

Pela commissão censitaria

TYP DA ESTATISTICA — 1920

Caderneta do Censo de 1920

A fase seguinte, em alguns estados, envolveria uma verdadeira "operação de guerra": a distribuição do material impresso para os estados. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, com os meios de transportes então disponíveis, fazer chegar uma leva de formulários e cadernetas aos rincões mais distantes foi empreendimento digno de um "Hércules". Nos relatórios dos delegados gerais, redigidos após o censo, é possível verificar o quanto foi penoso distribuir pelo País o material do recenseamento geral de 1920.

No dia primeiro de setembro, a leva de recenseadores começou a sair pelo Brasil, levando as listas, em alguns casos com bastante dificuldade. Fora do ambiente urbano das grandes cidades, o trabalho do agente do censo era sempre uma aventura. Em muitos casos ele teria que penetrar em áreas de completa insalubridade, em muitas oportunidades cercadas de silvícolas hostis quando não salteadores e bandoleiros de péssima índole.

E 22 dias depois da data-base já apareciam os primeiros resultados do censo. *O Paiz* divulgava que o município acreano de Sena Madureira foi a primeira cidade apurada, com exatos 3 690 habitantes. Não deixa de ser emblemático que o estado

[376] Representantes nomeados também pelo ministro. Cabia a eles superintender os trabalhos censitários em um conjunto de municípios.

[377] Por definição, grupo de 10 a 20 membros constituídos por autoridades locais e/ou pessoas de reconhecido prestígio e que tenham interesse pelo bom êxito do censo. Nos municípios, as comissões deveriam ser constituídas pelos prefeitos, juízes de direito na sede das comarcas, juízes municipais, autoridades policiais graduadas, oficiais do registro civil e outras autoridades municipais e distritais.

mais distante da capital tivesse seu primeiro município apurado. Definitivamente, um bom sinal para o Censo de 1920.

Ao longo dos dias consecutivos ao da data-base, o diretor geral recebia inúmeras mensagens dando conta do bom andamento dos trabalhos em todos os estados da União. A partir de 20 de novembro, começaram a chegar na DGE os malotes contendo os boletins com as informações referentes a apuração do censo. Da Capital Federal, Bulhões Carvalho procurava acompanhar a apuração em todos os estados, expedindo recomendações cobrando agilidade e, principalmente, exigindo eficiência. Se todos os estados seguissem as draconianas regras que ele preparara, o censo não haveria de falhar, a exemplo dos anteriores. Pelas suas recomendações, todo o material recolhido pelos agentes recenseadores deveria ser revisado na comissão censitária, antes desta remete-lo à delegacia seccional. Lá, deveria passar por nova conferência e revisão antes do envio a delegacia geral, onde mais uma vez seria revisto, antes de despacha-lo para a DGE, no Rio de Janeiro. Segundo escreveu no volume **Introdução** da obra **Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920,** em primeiro de setembro de 1921, ou seja, exato um ano depois da data-base praticamente todo material do censo estava entregue na DGE. A exceção ficou por conta do município de Santo Antônio do Rio Madeira, em Mato Grosso, que por "circunstâncias ocasionais" só foi recenseado no período de outubro de 1921 a fevereiro de 1922.

Chegando a DGE, todo o material era mais uma vez conferido. Posteriormente, era empastado e acondicionado em estantes numeradas. Uma determinação de Bulhões não deixa de ser curiosa: a verificação, separação e contagem dos impressos preenchidos ficaram a cargo de quatro turmas de apuradores, sendo duas envolvidas nas operações relativas ao censo demográfico e constituídas exclusivamente por mulheres, e outras duas turmas formadas exclusivamente por homens, responsáveis pelos censos agrícola e industrial "(BRASIL, 1922b, p. 532).

No volume **Anexos** da obra **Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920** estão descritas minuciosamente as tarefas da apuração dos resultados do censo, incluindo a operacionalização das máquinas perfuradoras da *The Tabulating Machine Company*, adquiridas nos EUA para o Censo de 1920.[378]

Palavra delegada

Em 1922, com a publicação do primeiro volume do **Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920**, denominado **Introdução**, que continha detalhes sobre o aspecto físico do Brasil, sua geologia, flora e fauna, a evo-

[378] Estas máquinas já tinham sido utilizadas no censo norte-americano realizado em 1890. A DGE adquiriu em 1920, exemplares similares ao utilizado naquela apuração ianque. Certamente haveria modelos mais modernos á época. Mas a diferença tecnológica entre um modelo e outro não chegava a ser tão significativa a ponto de comprometer a apuração brasileira, que, afinal de contas, estava utilizando pela primeira vez procedimentos mecanizados.

lução demográfica da população brasileira, histórico dos inquéritos populacionais e – muito importante – resumos dos relatórios dos delegados gerais, dando conta de como fluíram os trabalhos, do recebimento dos impressos até ao envio para a DGE do material coligido no censo. Estes relatos são veramente importantes por proporcionarem uma visão, ainda que superficial, dos intestinos da pesquisa. Por conta destes depoimentos, hoje conhecemos o passo a passo do Censo de 1920, seus aspectos curiosos, suas dificuldades. Os relatos revelam deficiências no censo agropecuário, a ponto de colocar seus números sob suspeição, dentro de um critério mais rigoroso de se avaliar pesquisas.

Para trazer mais insumos à consideração do censo agrícola, vejamos a existência ou não de cadastro com informações sobre propriedades agropecuárias em cada estado (BRASIL, 1922c).[379]

No volume, a ordem dos relatos estaduais está ligeiramente diferenciada da que é apresentada neste capítulo. A ordem foi propositalmente alterada apenas para seguir a natural seqüência geográfica dos estados. Julgo ser importante, também, citar nominalmente cada delegado regional. Como uma homenagem aos bravos que ajudaram a fazer o chamado Censo do Centenário.

O delegado geral designado para o Território do Acre, *Antônio de Faria e Souza*, não teve tempo para elaborar o seu relatório por ter falecido antes que o pudesse fazer. Entretanto, pelo citado no primeiro volume do recenseamento, os resultados obtidos nos inquéritos (demográfico, agrícola e industrial) foram considerados como "assaz satisfatórios", com a ressalva de que consumiram prazo extenso demais, acarretando em aumento de seus custos, em que pese ter vindo de lá o primeiro resultado municipal – os 3 690 habitantes de Sena Madureira.

De *Benjamin Lima*, delegado geral no Amazonas, por exemplo, o relatório enviado a DGE destacou que "os agentes recenseadores excederam de muito as mais otimistas previsões e se aproximaram muito da perfeição, da exatidão colimada" (BRASIL, 1922b, p. 502). O que é garantido, segundo ele, pela sua "fiscalização direta e indireta". Embora Benjamin tenha citado as dificuldades encontradas pelos recenseadores do censo econômico, que, de acordo com suas palavras,

> [...] exige maior instrução aos coletores das informações; torna, por sua própria natureza, pela maior dificuldade de "controle", mais fácil a sonegação ou falseamento dos dados; ressente-se profundamente da situação da propriedade, cuja legalização, no tocante às terras produtoras, está apenas iniciada em nosso país, principalmente em estados, qual o Amazonas, onde o imposto cadastral, como sucedâneo e substituto dos demais, é ainda uma vaga aspiração; [...] (BRASIL, 1922b, p. 502).

Já no que diz respeito ao trabalho realizado no inquérito demográfico, o delegado-geral amazonense atesta sua qualidade e exatidão.

[379] Estas informações foram pinçadas no capítulo *Trabalhos preliminares do censo econômico nos estados da citada publicação.*

O exacerbamento das "otimistas previsões" da DGE seria um futuro problema para a credibilidade do Censo de 1920, como mais adiante veremos.

Do Pará, o relatório de seu delegado-geral, *Arthur Bandeira*, garantiu ter quase todas as comissões censitárias no estado funcionando antes de primeiro de setembro, e que na maioria dos município paraenses a coleta começou no dia seguinte ao da data-base. Quanto aos resultados do recenseamento, escreveu ao diretor da DGE:

> Apesar do tradicional receio da nossa população rural por tudo que diz respeito ao recenseamento, sempre confundido com o recrutamento, tivemos a felicidade de conseguir um êxito muitíssimo satisfatório no censo demográfico, graças a boa vontade encontrada em todos os habitantes, não só no ato do recebimento dos boletins, como no preenchimento dos mesmos. Essa boa vontade, que com prazer registro ter sido geral em todos os recantos do Pará, deve-se em grande parte, aos meios de propaganda adotados" (BRASIL, 1922b, p. 503).

Sobre o levantamento econômico, Arthur Bandeira assegura que os resultados foram "animadores", em que pese o estado ter agricultura "embrionária" e "poucos estabelecimentos fabris" (BRASIL, 1922b, p. 503).

Ao contrário do Amazonas, o delegado geral do Pará não assume excedimentos das previsões da DGE. Os maus números do inquérito no Pará trariam mácula, no futuro, ao bom trabalho de planejamento do Censo de 1920.

Do Maranhão, escreveu o delegado geral *Achiles Lisbôa*, dando conta que os resultados da população encontrados naquele estado "se aproximam muito da realidade" (BRASIL, 1922b, p. 503), o que pode ser corroborado pelo delegado seccional de lá, *Luiz da Silva Leitão*, que garantiu estar certo da veracidade dos resultados.

Entretanto, há reservas do titular da delegacia do estado quanto ao censo agrícola, por conta da extensa área de terras escassamente povoadas, com meios de transporte muito precários e pelo baixo nível intelectual da maioria dos seus habitantes.

No vizinho Piauí, o delegado geral, *Aurélio de Britto*, garantiu: "[...] não ser possível esperar melhor resultado para o censo demográfico. Os algarismos apurados excedem vantajosamente a estimativa da Diretoria Geral de Estatística" (BRASIL, 1922b, p. 504).

Lá a coleta começou em dois de setembro, com os trabalhos correndo a contento. Há, segundo suas palavras, "defeitos não estranháveis" no recenseamento agrícola, se levar em conta as condições do meio rural e o fato de ter sido o primeiro, pegando de surpresa os proprietários, que omitiam informações "às armas de opressão" sobre suas terras, por absoluto receio de novas tributações. Segundo o delegado piauiense, houve necessidade dos funcionários corrigirem os dados informados sobre área cultivada, matas e extensão total das terras, "sobretudo no lugares mais cobiçados, onde existem carnaubais e coqueirais". Como ele admite "excessos vantajosos"

sobre as estimativas da DGE, é de se supor "mais defeitos não estranháveis", desta vez no inquérito populacional.

Aurélio de Brito revelou, igualmente, que a indústria piauiense estava no nascedouro, e que o estado, embora rico em matérias-primas, carecia de iniciativa e investimentos.

Pelo estado do Ceará, manifestou-se em relatório o seu delegado geral, *Hermano Vasconcelos Bittencourt Júnior*, assegurando terem os trabalhos corrido de maneira satisfatória e segura, pelo menos no que diz respeito ao censo demográfico. Eles confirmaram recebimento do material entre 12 de julho e 20 de agosto, começando a coleta na data-base, com a distribuição das listas.

> Se em relação ao demográfico não cremos que se pudesse exigir melhor, o mesmo não podemos dizer sobre o censo agrícola e muitas são as causas que impossibilitaram que os resultados correspondessem aos esforços empregados (BRASIL, 1922b, p. 505).

Como explicações para as dificuldades, a ignorância de proprietários e de agentes coletores que embora se dissessem instruídas só sabiam avaliar uma área se ela tivesse a forma de um retângulo.

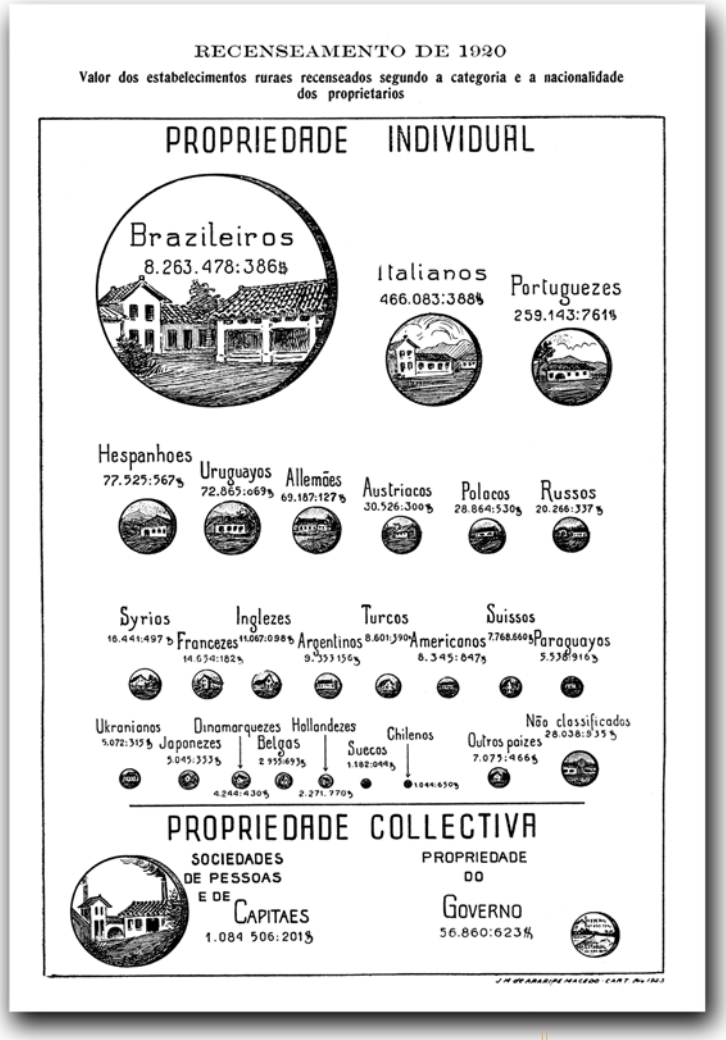
Informação curiosa, mas não de todo surpreendente, uma vez que estamos tratando de meio rural de 1920, onde instrução e conhecimento era vantagem de poucos. O delegado geral prosseguiu em seu relatório, afirmando que quando o proprietário sabia a extensão de suas terras, não o fornecia, alegando o conhecido receio de impostos governamentais, procedendo da mesma forma com relação ao valor de sua produção. No que tange ao censo industrial, há uma informação algo espantosa: segundo o delegado geral cearense, havia pouquíssimas (e irrelevantes) indústrias lá, o que confronta com o fato do estado ter recebido o terceiro maior número de questionários do censo industrial de todo o País. Algo de errado deve ter acontecido com o planejamento de material. Como o número de impressos foi definido pala DGE, com base em estimativas, admite-se que estas, no que diz respeito ao número de indústrias do Ceará, foram superestimadas. Algo a se estranhar por existir cadastro de estabelecimentos industriais na Receita da época.

Do Rio Grande do Norte, seu então delegado geral, *Heraclio Villar Ribeiro Dantas* esclareceu em seu relatório o fato de alguns municípios potiguares terem colimado população inferior às estimativas da DGE:

> Como é sabido, o Rio Grande do Norte, ao invés de contar, como tantas outras unidades federativas, com o precioso concurso da imigração, assiste, de quando em quando, à emigração forçada de milhares dos seus filhos, em conseqüência das secas repetidas, que o assolam (BRASIL, 1922, p. 507).

Como que para justificar esta informação, o delegado acrescenta o exemplo de que em 1904, cerca de 25 mil pessoas deixaram o Estado, o que é bastante significativo, visto ser um estado de população reduzida.

Quanto ao censo econômico, ele relatou as dificuldades comuns às dos estados vizinhos: desconhecimento da área agrícola e da produção, receios dos informantes etc., especialmente nos lugares mais "atrasados". Para o levantamento de indústria, o delegado garantiu ter sido "relativamente fácil", uma vez ser extremamente baixo o número de fábricas no Rio Grande do Norte.



Quadro sobre propriedade individual e propriedade coletiva, 1920

Os inquéritos censitários – demográfico, agrícola e industrial - começaram na data-base na Paraíba, segundo informou seu delegado geral, *Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque*. Segundo ele, "não poderia ser mais auspicioso" o resultado obtido pelo recenseamento demográfico no estado, com seus números excedendo as expectativas otimistas e as da própria DGE. Ao contrário do que se sucedia no vizinho potiguar, a migração da população do estado, que fugia da seca, acontecia dentro dos próprios limites estaduais, com os contingentes populacionais saindo do sertão para a "zona do brejo", menos sujeita a ação da estiagem.

Como mais tarde veremos, não há nada de "auspicioso" nos excessos observados em relação às estimativas do órgão central de estatística.

Quanto ao inquérito agropecuário, Joaquim Pessoa faz coro aos reclames dos demais delegados da região, alertando para dificuldades que enfrentou. Por conta de não haver à época, na Paraíba, cobrança de imposto territorial, por conseguinte, não havia cadastro de terras de onde pudessem ser retiradas informações quanto a sua extensão e limites. Boa parte dos fazendeiros não tinham sequer escrituração de sua propriedade. Junte-se a isto o desconhecimento dos proprietários do valor de sua produção nem a sua lucratividade e da já exaustivamente citada recusa em fornecer informações pelo temor de novos impostos. Devemos recordar ser aquele o primeiro recenseamento agropecuário, e, por mais que a propaganda do censo tenha garantido usar as informações somente com fins estatísticos, não seria fácil vencer as desconfiança dos incultos.

No tocante ao censo industrial, Pessoa confirma os resultados insignificantes do estado, acrescentando que era reduzido o número de fábricas e produtos manufaturados.

Em Pernambuco, o delegado geral, *Henrique Barbalho Uchôa Cavalcanti*, atestou os bons resultados lá obtidos, asseverando que

> [...] o censo demográfico representa a maior aproximação compatível com o estado de grande atraso em que se conserva ainda a maioria da população no interior do Brasil e com as dificuldades peculiares a serviço de tal natureza (BRASIL, 1922b, p. 507-508).

Uchôa Cavalcanti, como seus colegas de outros estados do nordeste, faz ressalvas ao inquérito agropecuário, apontando como razões a falta de cadastro de terras, as múltiplas unidades de medida utilizadas em cada lugar e a indigência cultural dos fazendeiros, sempre tementes de novos impostos baseados nas informações que estavam prestando.

Em Alagoas, o delegado geral, *Carlos Cavalcanti de Gusmão*, comunicou a distribuição do material censitário tão logo foi recebido pelas comissões, antes até do prazo delimitado pela DGE para entrega nos questionários de casa em casa.

Em seu relatório, Cavalcanti Gusmão citou a não correspondência dos números alcançados com a estimativa da DGE, embora "a diferença para menos se afigura diminuta, insignificante"(BRASIL, 1922b, p. 509). Com mais esta citação, constata-se que deveria haver algum tipo de relatório da DGE com estimativas de população para os estados e que os delegados regozijavam se atendiam a estas expectativas. De qualquer forma, o representante da DGE no estado assegurou ter feito o recenseamento dentro do planejado e que da Diretoria Geral de Estatística "pode confiar nos resultados" (BRASIL, 1922b, p. 509).

No inquérito agropecuário, as dificuldades habituais e no levantamento das indústrias, segundo Cavalcanti de Gusmão, correu tudo a contento, apontando desde pequenas indústrias, "onde empregam diminutos capitais" até indústrias de maior porte.

Em Sergipe, o relatório do delegado geral, *Octavio de Lima Tavares*, considerou como "excelentes" (BRASIL, 1922b, p. 510). os números coligidos pelo recenseamento em seu estado, mesmo admitindo algumas falhas.

Sobre os resultados, ele apontou um fenômeno típico dos estados do (então) norte: excessiva emigração e nenhuma imigração. Para constatar tal hipótese, Lima Tavares aponta

> [...] o fato de serem sergipanos quase todos os habitantes do estado e pela circunstância de serem numerosíssimas as colônias sergipanas nos outros estados, como se verifica em Itabuna (BA) (90% da população são de sergipanos) e em Santos (SP) (BRASIL, 1922b, p. 510).

Quanto ao censo agrícola, Lima Tavares considera o resultados "muito animadores"(BRASIL, 1922b, p. 510), destacando o fato da maior parte das propriedades ser de policultura de pequena extensão e valor. Ao se referir ao inquérito industrial, ele assegura que excluídas algumas fábricas de tecido e poucas usinas de açúcar, as fábricas sergipanas praticamente se reduzem a olarias, salinas e outras de pequena monta.

Na Bahia, os resultados obtiveram "feliz êxito" (BRASIL, 1922b, p. 511).

em que pese alguns obstáculos, como garantiu o seu delegado geral, *Trajano Louzada*. Segundo seu relatório, as estimativas da DGE para distribuição do material impresso foram plenamente confirmadas.

O sucesso da empreitada censitária, no entanto, não foi conquistado sem dificuldades. A simultânea convocação para o serviço militar (previsivelmente fonte de confusões com o recenseamento), surtos de varíola e febre amarela, divergências entre facções políticas adversárias, transportes deficientes e a incrível marca de 90% de analfabetos colocaram óbices ao trabalho dos agentes recenseadores. Apesar disto, ninguém deixou de ser recenseado, como garantiu o relatório.

Ele cita o depoimento de um agente especial de nome José Alves Cardoso Costa, incumbido da fiscalização em alguns municípios baianos, em que afiançou ter sido executado o serviço de distribuição, preenchimento e coleta das listas e questionários "na melhor ordem", apesar do péssimo estado das estradas e da temporada de chuvas. No relatório, não foi feita nenhuma menção ao censo industrial, entretanto, é de se supor que tenha alcançado o êxito esperado.

Houve alguns problemas administrativos nos trabalho censitários executados no Espírito Santo, segundo atestou o seu delegado geral, *Raul Moreira Fragoso*. Segundo seu relatório, das 104 comissões censitárias, foi "reduzidíssimo o número das que procuraram trabalhar"(BRASIL, 1922b, p. 512), acarretando em sobretrabalho da delegacia geral para suprir as deficiências e falta de empenho.

Depois da subdivisão dos município no maior número possível de zonas censitárias a serem cobertas pelos recenseadores do inquérito demográfico, conseguiram lograr êxito na empreitada. Lá, houve também divergência quanto às estimativas da DGE:

> Com exceção apenas de cinco municípios, em todos os demais foram obtidos resultados abaixo da estimativa. [...] as estimativas para menos eram, porém, esperadas pela delegacia geral, que, desde a distribuição do material censitário, tinha já informações exatas sobre a densidade da população e sobre as condições locais dos vários municípios do estado [...] (BRASIL, 1922b, p. 512).

O delegado geral dá conta da ampla e irrestrita colaboração da população na realização do censo, com todos prestando informações e até colaborando para elucidar voluntariamente eventuais falhas.

No que se refere ao censo agropecuário, o ultra batido temor dos informantes de que o inquérito tivesse como finalidade cobrar novos impostos trouxe, de acordo com o relatório de Moreira Fragoso, algum viés, não por recusa na prestação de informações mas na diminuição de valores, extensões, criação etc.

Para o censo industrial, por ser o estado espírito-santense eminentemente agrícola, foi pouco significativo o número de estabelecimentos industriais lá arrolados.

Para o delegado geral do Estado do Rio de Janeiro, *Francisco Aragão*, o recenseamento foi ali realizado "sem incidentes dignos de menção"(BRASIL, 1922b, p. 513), conforme disse. Como a capital do estado ficava a poucos quilômetros do Distrito Federal, a Diretoria Geral de Estatística auxiliou diretamente os trabalhos, podendo atestar as declarações de Aragão.

O relatório do delegado geral do Rio de Janeiro, entretanto, faz coro com seus pares no tocante às dificuldades enfrentadas para a realização do censo econômico.

O recenseamento em São Paulo foi "dos mais perfeitos"(BRASIL, 1922b, p. 514). Pelo menos, foi o que garantiu seu delegado geral, *João Maurício de Sampaio Vianna*. A propósito, pelo nome, dá para supor um próximo parentesco com o médico-demografista da Saúde Pública do Distrito Federal (J. F. de Sampaio Vianna) que estabeleceu polêmica com o vespertino *A Noite* a respeito dos números reais da população da capital do País.[380]

O delegado geral paulista dá conta da extrema presteza na execução dos trabalhos preliminares para o recenseamento. Segundo ele, em princípio de julho todo o serviço já estava estruturado e em 31 de julho, os delegados seccionais já estavam aptos a começar a distribuição do material censitário. Pelo que é possível depreender do relatório, a população paulista já estava de posse das listas na noite de 31 de agosto para primeiro de setembro de 1920, conforme determinava as *Instruções*, documento emanado pela DGE. O recolhimento das listas se fez a partir do dia três de setembro, e, em 18 de outubro, as comissões censitárias iniciou a remessa das listas preenchidas para a delegacia geral – serviço considerado como "demorado" por Sampaio Vianna, uma vez que, seguindo as *Instruções,* o delegado geral deveria conferir as relações enviadas pelos delegados seccionais, averiguando, inclusive, a apuração preliminar realizada imediatamente após a coleta, antes de remeter os documentos já revistos a DGE.

O delegado geral de São Paulo avaliou como "animador e promissor" (BRASIL, 1922b, p. 515). o resultado obtido no censo agropecuário, com o senão de que o valor das terras e suas benfeitorias declarado pelos proprietários tenha ficado abaixo da expectativa, segundo informações conseguidas junto a repartições do

380 Conforme o capítulo 19 deste volume.

estado. Provavelmente pelo sempre presente temor de novos impostos na prestação das informações ao censo. Ainda segundo o relatório de Sampaio Vianna, na comparação dos resultados de 1920 com o levantamento estadual realizado em 1904/1905, a agricultura paulista ostentava neste período 56 931 propriedades, com área total de 5 013 800 alqueires (de 24 200 m²), área plantada de 602 805 alqueires e valor total de 1.051.836:180$400 (mais de um bilhão de contos de réis). Quinze anos depois, o censo agrícola levantou a existência de 80 921 propriedades, ocupando uma área de 5 736 888 alqueires, sendo um milhão e meio de área plantada e valor total de 2.887.243$000 (quase três bilhões de contos de réis).

De acordo com Sampaio Vianna:

> Desse paralelo se evidenciará o grande desenvolvimento que neste período de 15 anos tem tido a exploração agrícola do estado. O número de propriedades teve aumento de 23.990, ou mais de 42%, pela formação de muitas ou pela divisão das grandes propriedades; área ocupada pelas propriedades particulares [...] teve aumento de 723.088 alqueires na área geral, ou 14%; na área cultivada o aumento foi de 900.000, ou 150%, aproximadamente; e no valor 1.835.406:820$400, ou mais de 170% (BRASIL, 1922b, p. 515).

Quanto ao censo industrial, o delegado geral paulista destaca que os números do censo indicam a assombrosa expansão de estabelecimentos fabris alcançadas por São Paulo, contando em 1920 com mais de quatro mil indústrias. Em semelhante inquérito anterior, executado pelo Centro Industrial do Brasil, em 1907, todo o País tinha 3 120 grandes estabelecimentos com somente 326 se localizando em São Paulo. Em 1920, o estado bandeirante apresentava bem mais indústrias de porte que todo os demais estados da União juntos.

Em seu relatório, o delegado geral do Paraná, *Saturnino de Pádua*, informou sobre como foi o início dos trabalhos censitários, tão logo assumiu o cargo, em meados de março de 1920, instalando a delegacia em uma sala da Secretaria de Fazenda, cedida pelo governo. Seu relato é bastante elucidativo sobre a rotina do serviço de uma delegacia regional.

Dedicou-se inicialmente à propaganda do censo, e, posteriormente, à montagem da estrutura de trabalho (delegados seccionais, comissões censitárias, nomeação de agentes recenseadores etc.). Conforme as formalidades estabelecidas nas *Instruções* emanadas pela DGE, em meados de agosto iniciou a distribuição das listas censitárias, começando o recolhimento na data-base, primeiro de setembro.

> Depois de recolhido o material e submetido ao necessário exame; de verificadas e corrigidas as deficiências, depuradas as listas que não preenchiam as condições legais; de revistos os cálculos e resultados e completados estes por dados colhidos diretamente, chegou-se a apuração constante dos quadros submetidos à apreciação da Diretoria Geral de Estatística (BRASIL, 1922b, p. 516).

Em Santa Catarina, o delegado geral nomeado, *Marianno Augusto de Medeiros*, segundo afirmou em seu relatório, instalou a delegacia geral em dependência do Palácio do Congresso Estadual, cedido graciosamente pelo governador. Em seu relato

informou que, durante a fase de preparação para o censo, completou o cadastro das propriedades rurais sujeitas ao imposto territorial, medida de inestimável auxílio para boa consecução do inquérito agropecuário.

A dificuldade de locomoção nas precárias vias de transporte catarinenses, na opinião de Marianno de Medeiros, pode ter acarretado na "deficiência dos resultados obtidos e apurados" (BRASIL, 1922b, p. 517) do censo demográfico, em que pese estarem de acordo com as estimativas e previsões da DGE. E isto enquadra os trabalhos censitários em Santa Catarina dentro do melhor possível, de acordo com as circunstâncias, como transparece nos relatórios de todos os delegados gerais.

Os óbices encontrados no inquérito populacional se repetem ou mesmo se agudizam no caso do censo agrícola. Como em outros estados, este primeiro censo junto aos produtores rurais despertou desconfianças de novos impostos governamentais, o que provavelmente trouxe algum viés a pesquisa.

Quanto ao censo industrial, o delegado geral assegura ter sido o mesmo realizado "satisfatoriamente" (BRASIL, 1922b, p. 518), com a significativa ajuda dos agentes fiscais do imposto de consumo, conforme definido no regulamento censitário.

Os trabalhos censitários do Rio Grande do Sul sofreram alguns revezes, que quase comprometeram o recenseamento no estado. O primeiro delegado geral indicado, *Arthur Candal*, não pôde aceitar por se encontrar doente. Ele indicou, então, seu assistente, *Octavio Augusto de Faria*, que, depois de nomeado, contraiu grave enfermidade, vindo a falecer poucos meses depois, em meio a realização do censo no Rio Grande. A DGE comissionou *Alberto Barcellos* para, provisoriamente, continuar a tocar o censo até que foi decidido que o delegado geral de Santa Catarina, o já citado *Mariano Augusto de Medeiros*, acumulasse a coordenação em conjunto com o delegado geral do Espírito Santo, igualmente mencionado *Raul Moreira Fragoso*.

Estas marchas e contramarchas poderiam afetar a boa realização do censo do Rio Grande do Sul, historicamente um centro de tradições estatísticas. Entretanto, segundo assegurou *Marianno de Medeiros*, também responsável pelo relatório acerca dos trabalhos censitários realizados em plagas gaúchas, o excelente trabalho realizado pelas comissões censitárias "salvou o recenseamento no Rio Grande do Sul" (BRASIL, 1922b, p. 519), conseguindo por em bom termo os inquéritos realizados no estado.

Com respeito ao censo agropecuário, as dificuldades não foram menores, por conta, inclusive, do inverno rigoroso sulista.

Outras acidentalidades fizeram com que o censo industrial no estado não fosse feito com o auxílio dos agentes fiscais do imposto de consumo, ficando, pois, a cargo de agentes especiais da delegacias, sob coordenação de Marianno de Medeiros.

Todo o trabalho censitário na delegacia se encerrou em 31 de agosto de 1921, após exaustiva conferências de todo o material censitário, no sentido de corrigirem e sanarem os muito prováveis erros encontrados na fase de coleta.

No Estado do Mato Grosso, de acordo com o relatório de seu delegado geral, *Raymundo Hosterno,* também houve algumas dificuldades e até procedimentos curiosos. Os impressos remetidos pela DGE chegaram antes que o delegado geral tivesse sido nomeado e assumisse o cargo. E mais: as listas foram distribuídas em agosto e só recolhidas a partir de dezembro (com final da coleta em março de 1921).

O delegado geral mato-grossense apontou as dificuldades que outros representantes dos demais estados também citaram em seus relatórios, a saber, dificuldades de acesso, extensão do território etc. Mesmo assim, ele considerou os resultados do inquérito demográfico como representativos da "verdadeira população do estado de Mato Grosso" (BRASIL, 1922b, p. 528), incluindo a totalização das aldeias indígenas. Segundo Hosterno, o censo agrícola realizado nas propriedades mato-grossenses foi passível de "notáveis deficiências" (BRASIL, 1922b, p. 528). No tocante às indústrias, o reduzido número de estabelecimentos existentes no estado não trouxe maiores problemas para a apuração do inquérito.

A conclusão do censo demográfico no Mato Grosso ficou a cargo de *Hermano Bittencourt*, delegado geral no Ceará, que, ao findar sua tarefa lá, foi convidado a completar o recenseamento no município de Santo Antônio do Madeira, que tinha ficado de fora dos trabalhos até então.

O delegado geral em Goiás, *Milcíades Gonçalves*, após concluir o recenseamento em seu estado enviou extenso relatório a DGE dando conta dos trabalhos lá realizados, com ênfase nas dificuldades de transportar o material do Rio até a capital Goiana. Pelo seu relato, é possível entrever o titânico esforço de carregar 80 caixotes, utilizando trem, caminhão, automóvel e mulas de carga, uma vez que os meios de transporte e vias de acesso eram extremamente precários. Com a prestimosa ajuda do governador do estado, foi instalada a sede da delegacia geral em primeiro de julho de 1920, na cidade de Goiás. Exatos 30 dias depois todo o aparelho censitário do estado já estava pronto para iniciar os trabalhos.

No mês seguinte, o delegado geral expediu ordens para que "procurassem acelerar a conclusão da coleta" (BRASIL, 1922b, p. 525), sem prejuízo da qualidade do trabalho, ao mesmo tempo determinando o maior rigor na fiscalização e controle do trabalho executado.

Por conta disto, o delegado geral asseverou ter os resultados do inquérito populacional alcançado todos os objetivos, assim como o censo econômico.

Os senões que ele obliterou em relação ao agropecuário, de forma alguma ofuscaram o seu êxito: imprecisões por falta de registros sobre quantidade e valor da produção, movimentação de rebanhos etc.

Ainda assim, segundo ele, por intermédio da intensa propaganda e apesar da alta taxa de analfabetismo do Estado (mais de 80%),

> [...] não houve um único município, um distrito, uma zona censitária sequer que não fosse convenientemente recenseada. O recenseamento em Goiás, sob os seus dois aspectos – demográfico e econômico – foi o mais perfeito possível (BRASIL, 1922b, p. 525).

Com isto, ele conseguiu afastar preocupações que foram comuns para a quase totalidade de seus colegas delegados gerais: confusões com recrutamento militar e o receio de novos impostos.

No que tange ao inquérito industrial, de acordo com o descrito em seu relatório, as informações prestadas – com a maior boa vontade - pelos representantes fabris dispensam qualquer correção e que o censo das (poucas) indústrias goianas foi "o mais perfeito possível" (BRASIL, 1922b, p. 526).

Voz que vem das Gerais

O delegado geral de Minas Gerais, *Mario Augusto Teixeira de Freitas* (1890-1956), que futuramente se tornaria uma legenda na estatística nacional, enviou a DGE relatório também extenso, igualmente minucioso, e com características diferentes do remetido por seus colegas de outros estados. O relatório foi publicado em 1939, por decisão da Resolução nº 6, de 30 de junho de 1939, do Conselho Nacional de Estatística, que o considerou como "documento da maior importância" (FREITAS, 1939, p. 5), não só pelas informações nele contidas como pelas "observações, experiências e sugestões" da maior importância e relevância para o conhecimento da realidade do estado mineiro.

O estudo foi dividido por Teixeira de Freitas em cinco partes: *o aparelho censitário e as condições do seu funcionamento; o plano e as fórmulas do recenseamento*; *os resultados da campanha censitária*; *o custo da operação*; e a *conclusão*.

Na primeira subdivisão, ele procurou esclarecer como procedeu na instalação da delegacia geral da DGE e o processo de trabalho adotado. Em seguida, ele informou ter estabelecido uma série de normas de trabalho para serem seguidas pelo "aparelho censitário" (FREITAS, 1939, p. 9) (leia-se: delegacia geral) que vale a pena ser aqui transcrita e comentada:

> 1º organizar a secretaria da delegacia geral com o menor número possível de funcionários; 2º criar 25 delegacias seccionais, constituídas estas territorialmente de tal forma que as respectivas responsabilidades, pesados os vários fatores em jogo, fossem perfeitamente eqüitativas; 3º deixar o serviço da Capital do estado subordinada à delegacia geral; 4º centralizar na delegacia geral todos os serviços administrativos, deixando aos delegados seccionais apenas a direção técnica da operacionalização; 5º não utilizar os agentes especiais como elementos de direção e fiscalização local, em posição de subordinados às comissões, mas sim como representantes diretos dos delegados seccionais; 6º organizar o respectivo quadro de modo que o número de agentes não excedesse o dos municípios; 7º baixar instruções especiais aos delegados e agentes municipais, em complemento às instruções gerais formuladas pela Diretoria, mas deixando-lhes ainda assim a necessária autonomia, em face das

situações especiais e dos fatos não previstos; 8º manter, desde o início dos trabalhos, a mais escrupulosa fiscalização sobre a marcha dos serviços, utilizando-me para isso, além da correspondência postal e telegráfica, de um corpo seleto de agentes especiais desempenhando, em contato constante com a delegacia geral, as funções de inspetores regionais, como meus representantes diretos, e, portanto, hierarquicamente colocados acima dos delegados seccionais; 9º reduzir ao mínimo possível as funções diretivas das comissões censitárias, mas procurando obter delas o máximo concurso na propaganda e na fiscalização da operação; 10º realizar uma propaganda intensíssima e multiforme, e mantê-la durante toda a campanha, visando desde logo o êxito de operações futuras, e utilizando para isso a máxima repercussão e a maior solenização de todos os atos e acontecimentos que pudessem servir a este objetivo; 11º despertar quanto possível, por atos meus, o interesse do Governo do Estado pela marcha e êxito da operação censitária, integrando, assim, a colaboração dos vários ramos do poder público nos trabalhos do recenseamento, colaboração esta que só estava suficientemente estabelecida na legislação censitária com relação aos poderes federais e municipais; 12º fomentar quanto possível o entusiasmo e a dedicação do pessoal censitário; 13º não fazer distribuição prévia das listas, baseando-se esta medida na escassez de tempo disponível e no generalizado analfabetismo da população do estado; 14º obter dos agentes especiais o depósito mensal de 100 mil réis como garantia do recolhimento sumário da importância das multas que lhe fossem impostas; 15º não admitir pagamento antecipado aos recenseadores, nem qualquer sistema de remuneração não baseado na proporcionalidade ao serviço executado, estabelecendo, porém, duas prestações, uma logo que conferido o serviço pelo agente especial e outra só depois de corrigidos os defeitos porventura encontrados pelos delegados seccionais e na conformidade da apuração definitiva por este realizada; 16º instalar todos os órgãos censitários com o mínimo de despesas; 17º aproveitar os recursos excepcionais do empreendimento censitário para realizar sem ônus vários levantamentos sistemáticos que fossem brilhante complemento aos dados do recenseamento (FREITAS, 1939, p. 10-11).

Fazenda de Minas, lote pertencente a Santa Rosa Giovanni, Colônia Rodrigo Silva, Barbacena, MG, [s.d.]

Inicialmente, percebe-se a parcimônia envolvendo gastos com pessoal e a opção pela centralização administrativa. Isto inclui a vinculação dos agentes especiais (ou regionais, conforme aparece no relatório) aos delegados seccionais, afastando-os das comissões censitárias, sempre tão passíveis de pressões políticas. Se os delegados gerais eram como "sátrapas" da DGE, da mesma forma os agentes especiais eram "olhos e ouvidos" dos titulares das delegacias gerais. Cabia a eles o trabalho um tanto "corregedor" de acompanhar o recenseamento, até mesmo aplicando multas quando julgavam necessário. Aliás, causa um certo espanto o Item 14º das normas de Teixeira, onde ele determina um depósito prévio e mensal de 100 mil réis de cada agente como garantia de que ele aplicará multas e as recolherá a delegacia. Em Minas, Teixeira de

Freitas escolheu e nomeou três agentes (designados por ele como "inspetores regionais") que tinham como pré-requisitos a experiência em administração, o conhecimento do estado, além de "inteligência e caráter".

> Percebi desde logo que tais funcionários só poderiam ser encontrados nos quadros da administração federal e estadual. Quis obter, de acordo com este critério, cinco inspetores regionais. Só obtive três; mas a dedicação e capacidade destes foram de tal ordem que ficou perfeitamente suprida a deficiência de número. E tais foram os resultados que colhi com a atividade destes dedicados colaboradores no serviço de inspeção das várias delegacias seccionais, que nunca me felicitarei bastante pelo acerto do alvitre e da escolha. Tal como havia previsto, muita coisa passível de correção, dificuldades e atrasos só foram percebidos e devidamente atendidos após a inspeção e mesmo a colaboração, demorada e às vezes repetida, dos agentes regionais (FREITAS, 1939, p. 15).

Mesmo com a centralização proposta, o titular da Delegacia Geral em Minas Gerais abriu frestas de autonomia aos agentes e delegados seccionais. Como, muito a propósito, ele mesmo tinha da parte do órgão central de estatística. Ele próprio, no seu relatório, esclareceria sobre a medida de centralizar a administração na delegacia geral, liberando as seccionais para voltarem sua atenção exclusivamente ao trabalho técnico da operação, "dadas a escassez de tempo, a grande extensão das delegacias e a dificuldade das comunicações"(FREITAS, 1939, p. 12).

Teixeira de Freitas, como outros delegados, via de soslaio as comissões censitárias; e nas determinações que baixara tratou de limitar seus poderes, reduzindo-os ao "mínimo possível". Em seu modo de ver, as comissões só tinham razão de existir como auxiliadoras da divulgação do censo e pelo seu caráter fiscalizador, embora, em muitos casos, o perigo estava exatamente dentro dela, com os inconfessáveis interesses políticos de alguns de seus membros. Sobre as comissões, escreveu em seu relatório:

> A restrição, dentro da lei, das iniciativas das comissões censitárias, além de decorrer naturalmente da assistência permanente de um preposto do delegado seccional, que se resolvera dar aos trabalhos em cada município, era também providência que se impunha para evitar-se a insustentável situação de anarquia, de inércia, de abusos e de erros que fatalmente sobreviria como conseqüência, já da própria natureza coletiva daqueles órgãos, já das contingências a que se deveu submeter a composição delas (FREITAS, 1939, p. 16).

No 11º ponto vislumbra-se uma de suas futuras teses, pela qual se bateria até a criação de um órgão que envolvesse os vários ramos do poder público, passando especialmente pela cooperação interadministrativa entre as três esferas de governo – municipal, estadual e federal. Ali, ele chamava para si a responsabilidade de despertar o interesse governamental. E seria particularmente bem sucedido nesta empreitada.

Quanto à propaganda, como a DGE cuidou na Capital Federal ele cuidaria nas Alterosas: visitou o presidente do Estado[381], o prefeito de Belo Horizonte, vários secretários de governo, diretores de órgãos de serviço público estaduais e federais,

[381] Arthur da Silva Bernardes, que viria a substituir Epitacio Pessoa no Palácio do Catete, de 1922 a 1926.

autoridades eclesiásticas, redações dos principais jornais da capital mineira, proferiu conferências, escreveu artigos, deu inúmeras entrevistas inclusive para jornais do interior, coordenou a remessa de cartazes elucidativos para todos os lugares do estado, com a recomendação que fossem afixados em áreas de grande movimentação, enfim, tudo que concorresse para a boa consecução da operação censitária. Cercou-se de toda ajuda que pudesse conseguir na terra e até nos céus, uma vez que encomendou missas votivas dedicadas ao recenseamento geral.

Segundo Teixeira, a conscientização da importância do censo não se restringia aos recenseados. Os próprios funcionários, responsáveis por levar avante aquela empreitada, precisaram de constante apoio e esclarecimentos sobre o inestimável valor daquele trabalho. Eles não seguiram horários de expediente normal, não tiveram hora para encerrar os trabalhos do dia e estavam sempre sujeitos a viagens desconfortáveis e outros contratempos, "ouvindo com paciência pretensões impertinentes, acusações malévolas, ameaças irritantes, para impugna-las com prudência, vencê-las com habilidade e muitas vezes repeli-las com energia e riscos não pequenos"(FREITAS, 1939, p. 22).

Entretanto, de acordo com seu relato, os trabalhos correram em ambiente sereno, respeitoso e bastante profícuo. Os resultados o deixaram extremamente satisfeito.

O titular da delegacia geral de Minas Gerais, confessou que tornou regra o que era exceção: o preenchimento das listas pelos próprios recenseadores. O regulamento previa a distribuição prévia dos formulários para serem recolhidos em segunda visita pelos recenseadores. Por conta do "generalizado analfabetismo" da população, ele temeu que os formulários pudessem ser inutilizados, esquecidos ou preenchidos de tal forma errada que impossibilitasse a correção posterior. Além disso, como as remunerações eram baixas, o duplo itinerário exigiria sacrifícios desnecessários dos agentes recenseadores.

> Determinei, portanto, e de um modo absolutamente geral, para evitar qualquer complicação ao serviço, que se não fizesse distribuição prévia dos instrumentos censitários A ordem do serviço consistiu assim em iniciarem os recenseadores a visita domiciliar a 1º de setembro, dando os devidos esclarecimentos, fazendo as necessárias indagações, preenchendo eles próprios as listas e boletins e obtendo sempre que possível que os chefes de família, ou alguém por eles, dessem com sua assinatura autenticidade aos formulários (FREITAS, 1939, p. 23-24).

Teixeira de Freitas até admitiu que este procedimento abria possibilidades de fraudes, mas que devido às ameaças a todos os recenseadores de que perderiam a remuneração tão logo fosse detectado o menor indício de logro, aliado ao rigoroso sistema de revisões constantes do material recolhido e ao cadastro prévio, acarretou em poucas tentativas de procedimento desonesto.

Ainda dentro da subdivisão *O aparelho censitário e as condições do seu funcionamento,* ele desenvolveu uma reflexão angular para o entendimento e melhor aplicação

da estatística nacional. Para Teixeira de Freitas, a estatística geral do País deveria ir mais além do que um "trabalho censitário escrupuloso". De forma conjugada, deveria haver um minucioso investimento no que chamou de "corografia física e política das circunscrições municipais" (FREITAS, 1939, p. 26).

> Afigurava-me, como ainda me afigura, precaríssimo o resultado de todas as perquirições estatísticas uma vez que não lhe podíamos apreender a verdadeira significação dentro das relatividades básicas com as condições do âmbito territorial a que se referem (FREITAS, 1939, p. 26).

Esta proposta de uma maior vinculação da estatística com a geografia não era, absolutamente, inédita. Desde a reformulação instalada na DGE por Bulhões Carvalho, esta ligação já existia por intermédio da cartografia. Porém a proposta de Teixeira agudizava mais este vínculo. Para ele, o conhecimento estatístico do País só poderia ser compreendido na sua essência se estivesse integrado ao conhecimento de sua geografia. E como ele percebeu que os ares evocativos de nacionalidade advindos das comemorações do Centenário da Independência criavam ambiente propício para este aprofundamento, partiu para, junto com o censo, realizar "um esboço de levantamento cartográfico que desse com aproximação os dados cuja falta tanto se vem fazendo sentir" (FREITAS, 1939, p. 26).

Juntou sob sua direção uma equipe de notáveis como *Porfírio da Costa Camelo* (um de seus delegados seccionais), *Francisco Bhering* e o Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, *Clodomiro Augusto de Oliveira*, e, com o reforço material e de pessoal dos municípios, do Estado e da União, elaboraram a Carta Geral do Centenário para todos os municípios de Minas Gerais.

E não parou aí. Devidamente autorizado pela DGE, estabeleceu um acordo com o governo mineiro para realizar *pari passu* com o Recenseamento Geral, um censo escolar, um levantamento das doenças que grassavam no estado, monografias corográficas sobre cada município, a revisão do **Dicionário estatístico e corográfico das distâncias**, levantamentos sobre a indústria extrativa e quedas d'água existentes em Minas, além de diversos outros levantamentos sobre abastecimento de água, iluminação pública, esgotamento sanitário, matadouros, telefones, transportes entre outros. E mais: tudo isto sem ônus para a operação censitária em curso.

Na segunda subdivisão, *O plano e as fórmulas do recenseamento*, ele inicia criticando a data escolhida como base para o Recenseamento Geral. Segundo ele, a melhor escolha deveria ter sido primeiro de julho, por ser data consensual de diversos países, por ser momento fora das estações chuvosas em quase todo o País, por não ter maiores flutuações sazonais da população tanto do interior quanto das grandes cidades.

Um dado curioso sobre a recepção dos recenseadores por parte das populações dos locais mais distantes: a palavra "recenseamento" provocava a desconfiança dos habitantes, por associa-la a "alistamento" e "recrutamento". Naquela época se

fazia uma lista de jovens para o serviço militar obrigatório. Todos os rapazes arrolados passavam por um sorteio para o preenchimento das vagas dos que efetivamente serviriam. No interior, isto era sempre um problema pois tirava o jovem da lida no campo para as lides dos quartéis e as famílias contavam com aqueles braços. Nas cidades, também incorria em preocupações, uma vez que quase todos tinham planos para si diferentes de passarem quase um ano junto a tropa.

Desde que o sistema de sorteio foi instituído para o serviço militar encetou-se a confusão entre o recenseamento e a convocação para a renovação da tropa. A propaganda do censo deveria ser bastante incisiva quanto a isto, esclarecendo que prestar informações aos recenseadores nada tinha a ver com serviço militar e que as informações prestadas não teriam outro uso a não ser o estatístico.

Todavia, para dificultar ainda mais o convencimento da população sobre a finalidade do censo, havia quartel denominando como "recenseamento" os trabalhos preliminares do sorteio militar. De acordo com Teixeira de Freitas, alguns de seus delegados seccionais passaram a suprimir a palavra "recenseamento" da propaganda da operação, substituindo-a por "censo". Um outro delegado seccional preferiu utilizar a palavra "contagem". Teixeira, aliás, afirma preferir esta a "censo" ou "recenseamento", que soavam de forma rebarbativa junto a população. Segundo ele, a palavra "contagem" tem melhor apelo junto ao povo vindo a ser designação de algumas localidades do Brasil, como a vila (hoje cidade) de Contagem[382], próximo a Belo Horizonte. Ele até sugeriu que se criasse um feriado nacional na data-base dos censos a ser denominado o "Dia da Contagem".

Nesta parte do relatório, Teixeira fala da importância de uma agência municipal "verdadeiramente essencial na entrosagem do aparelho censitário" (FREITAS, 1939, p. 29). Na estrutura daquele recenseamento não havia nenhuma "agência", o que significa que ele deveria estar propondo a sua criação nos diversos municípios do Brasil. Ao seu ver, esta agência deveria ser temporária, sem aparato de repartição, com mobiliário e imóvel cedido por qualquer serviço público. Caberia a ela: dar continuidade à propaganda do censo, colaborar na instalação e montagem do "aparelho censitário" em sua área, instruir os recenseadores, fiscalizar e conferir os trabalhos feitos por eles, efetuar os estudos e levantamentos complementares que forem instituídos, auxiliar os delegados seccionais na revisão e reapuração do material do censo, relatar com minúcias os trabalhos administrativos nelas realizados.

Na verdade, ele não foi o primeiro nem o único delegado a propor a criação de agências municipais. Outros já tinham identificado possibilidade de problemas nas honoríficas comissões censitárias e sugeriam a existência de uma rede provisória ou mesmo permanente de agências municipais. Mas há de se reconhecer, Teixeira foi o

[382] Teixeira dá a entender que as cidades de nome Contagem tem esta denominação por conta da operação censitária assim nomeada. Entretanto, não dá maiores pistas sobre se isto é verdade ou não.

primeiro a delinear detalhadamente as atribuições destas agências municipais. Que, na verdade, só seriam instituídas na criação do IBGE e de caráter permanente.

Ainda nesta subseção, o titular da delegacia geral mineira faz consideração sobre as remunerações e outras transações financeiras feitas no órgão, franquias postais e telegráficas e outras medidas de caráter administrativo.

Teixeira de Freitas atribui à falta de treinamento dos recenseadores o acúmulo de mal-entendidos no preenchimento dos formulários. Ele inclusive exemplifica com os erros cometidos na designação de profissão e estado civil. Nesta parte do relatório, ele defende uma ampliação dos quesitos investigados pelo censo, sugerindo que haja indagações sobre religião, cultura intelectual [sic] e freqüência escolar, relações de parentesco entre as pessoas do domicílio e o seu chefe, defeitos físicos de forma generalizada (não somente cegueira e surdo-mudez) e até mesmo cor "desde que inquirida de um modo discreto, respeitando os preconceitos correntes" (FREITAS, 1939, p. 35). Praticamente todas estas sugestões seriam adotadas nos recenseamentos vindouros.

Ainda nesta parte, ele também teceu considerações sobre o censo econômico, considerando como perfeita a estrutura dada aos inquéritos agrícola e industrial. Entretanto, pela falta de tradição neste tipo de levantamento houve alguns problemas que ele sugere sejam sanados para o recenseamento seguinte.

Para ele, as pequenas propriedades agrícolas, destinadas a produção para o consumo dos proprietários não deveriam ser excluídas do censo, uma vez serem bastante numerosas e constituírem grande volume se somadas. Por não fazerem parte do âmbito do censo, acabam constituindo, no somatório, uma significativa evasão de informações. Por conta da grande oscilação dos preços de um lugar para o outro, era necessário haver registro dos preços médios dos produtos. O registro de gado não estabulado deveria ser reformulado para abranger o imenso volume de animais não pertencentes a estabelecimentos agropecuários. Os estabelecimentos industriais anexos aos agropastoris deveriam ser investigados. Era necessário registrar a extração mineral que não era feita por estabelecimentos industriais. Teixeira também identificou que oficinas anexas a estradas de ferro tinham atividade fabril e comercial e não estavam sendo arroladas pelo inquérito industrial. Um dado importante: ele considerou como péssima a idéia de atribuir a coleta do censo industrial a fiscais da Fazenda, uma vez que estes fizeram o serviço de má vontade e quase sempre se limitaram a entregar os questionários somente onde tinham que ir por conta de suas atribuições normais. Esta foi, definitivamente, uma denúncia importante. Da mesma forma que o censo demográfico poderia ter ampliada a sua investigação, Teixeira acreditava que os censos econômicos também poderiam aprofundar suas indagações. Por exemplo: abranger, de modo generalizado o comércio, a agricultura e a indústria, sem excluir nenhum tipo de estabelecimento por tamanho ou natureza.

Na terceira subseção, *Os resultados da campanha censitária*, Teixeira relata as grandes dificuldades encontradas na operação censitária: o prazo exíguo para a preparação, as resistências de segmentos da população, o que exigiu forte propaganda, a carência de meios de transporte, a dispersão da população no estado, a dificuldade de arregimentação de recenseadores com disposição e capacidade para aquele trabalho, enfim, todas as agruras inerentes a uma atividade que era extremamente penosa naqueles tempos. Ele faz, inclusive, uma revelação inaudita sobre o grande esforço exigido do pessoal envolvido no recenseamento:

> E como confirmação dolorosa da verdadeira, embora obscura, epopéia de civismo que foi a conduta dos recenseadores, contam-se hoje em Minas não poucas cruzes marcando humildes sepulturas de mártires da causa censitária (FREITAS, 1939, p. 38).

Pelo visto, o termo "campanha" tantas vezes utilizado por Teixeira de Freitas, Bulhões Carvalho e outros, tinha também a conotação dada pelo dicionário de "operação militar de uma determinada guerra" (FERREIRA, 1986, p. 328).

De qualquer forma, mesmo com todas estas asperezas, Teixeira assegura que os resultados alcançados no estado obtiveram "êxito plenamente satisfatório" (FREITAS, 1939, p. 39). As deficiências que aconteceram ficaram por conta da incultura de alguns recenseadores e do pouco ou nenhum treinamento que tiveram. Ele corrobora que os números alcançados pelo censo no estado confirmaram as estimativas para a população mineira: cerca de seis milhões de habitantes.

Sobre o censo agrícola, em seu relatório ele relativizou o êxito alcançado. Como foi revelado nos relatos dos demais delegados gerais, a indigência da organização rural àquele tempo foi apontada pelo censo indicando a urgente necessidade de melhorias quanto a isto. A falta de dados numéricos precisos, de registros administrativos confiáveis certamente dificultaram sobremodo os trabalhos do censo agrícola de 1920. Teixeira, inclusive, estima que os resultados apurados chegam a no máximo 50% da real situação do estado e que poderia ser acrescido em mais um terço os números obtidos para expressar "com razoável aproximação" a verdadeira situação dos estabelecimentos agrícolas do Estado.

Quanto ao censo industrial em Minas Gerais, os objetivos foram plenamente atingidos, com os resultados permitindo lançar luz sobre o "desenvolvimento, organização, capacidade e possibilidade dos recursos industriais do estado". (FREITAS, 1939, p. 42).

No que diz respeito aos números obtidos nos inquéritos paralelos encetados pela delegacia geral mineira, o relatório aponta todos como cobertos de pleno êxito. O levantamento cartográfico que ele empreendeu cobriu, sem exceção, todos os municípios do estado, empreendendo "minuciosa corografia física e econômica da totalidade das circunscrições administrativas de Minas" (FREITAS, 1939, p. 44).

Ainda dentro da análise dos resultados obtidos, Teixeira de Freitas atribuiu ao censo uma ação indireta aperfeiçoadora do meio social.

> Inúmeras vezes já tenho afirmado, oralmente e por escrito, que a obra estatística no Brasil, culminada no esforço censitário, vem colimando simultaneamente fins científicos e fins sociais. É obra *científica* quando faz a observação dos fatos sociais, permitindo as generalizações e deduções que têm por objeto as ciências sociais; é obra *social* quando atua nacionalizadoramente, educativamente, sobre a coletividade pátria. È esta, sem dúvida, uma atuação indireta, direi mesmo reflexa, mas de alta significação, de benemerência sem par. Nacionalizar, com efeito, no bom sentido, é apertar os laços de solidariedade entre os elementos formadores da comunidade política, elevando-lhes, por um lado, o nível intelectual e, por outro lado, intensificando-lhes a disciplina social e estimulando-lhes os sentimentos cívicos. Ora, tudo isto fez, num certo sentido, e em elevado grau, a campanha censitária (FREITAS, 1939, p. 47, grifo do autor).

Bastante interessante a sua proposta de vinculação da estatística com a ciência, a partir da sua possibilidade de observação e análise dos fatos sociais, e com o próprio social, na medida em que contribui para sentimentos de nacionalismo e coletividade. Verdadeiramente, aquele censo amalgamou sentimentos pelo País afora. Parafraseando o grande dramaturgo Nelson Rodrigues, que certa vez afirmou que nas Copas do Mundo o Brasil era "a pátria de chuteiras", podemos dizer que no Recenseamento geral de 1920 o que se viu foi uma "pátria de questionário na mão", todos desejosos do sucesso daquela operação censitária (SANTOS, 2004, p. 85).

Teixeira faz ainda algumas observações gerais a respeito da organização social do estado onde atuava. Do mirante da delegacia geral e depois de ter coordenado em todo o território do estado uma operação com aquele vulto, ele pode diagnosticar uma série de problemas que cabiam ao governo estadual enfrentar: a dispersão da população; a insuficiência da assistência religiosa em algumas áreas; a carência de higiene urbana e mesmo individual; a extrema penúria do proletariado agrícola; o surto de banditismo; o excesso de consumo de álcool e tabaco; o estado sanitário extremamente deficiente em diversas localidades, o que favorecia a proliferação de inúmeras doenças; a carência de assistência médico-farmacêutica; a disseminação de jogos de azar; a devastação "cega e impiedosa" do meio ambiente; a falta de meios de transporte e de comunicação; o baixo número de cidades; a desorganização do ambiente agrícola; o exagerado analfabetismo e evasão escolar; a falta de demarcação e registro das terras; a falta de padronização dos pesos e medidas; o estado rudimentar das instituições de crédito; a desarmonia entre os vários ramos da administração pública; a extrema deficiência do funcionalismo público no estado, entre outros.

Para ele:

> a verdadeira lição do recenseamento aos poderes públicos não está propriamente no detalhar estes males, mas sim no sistematizar e resumir as constatações e sugestões que possam dar orientação prática, o plano metódico, eficiente, humanitário e patriótico, capaz de integrar rapidamente a coletividade na posse da situação política, moral e material a que se pode legitimamente aspirar (FREITAS, 1939, p. 50).

No mister de organização do social, a estatística forneceria ajuda inestimável na ação governamental necessária para se atacar os problemas relacionados. Teixeira faz incessantes apelos, em seu relatório, por esta premente necessidade de ação estatal, de forma sistemática, decisiva e enérgica para o enfrentamento daquelas questões.

Ele tece ainda considerações sobre a organização estatística a partir das claras vantagens que a prática do recenseamento pode trazer, sempre a partir da estreita cooperação entre as esferas governamentais de âmbito federal, estadual e municipal. Esta é a grande pedra angular de suas idéias para o reordenamento das estatísticas do país. Para ele, só a conjugação de recursos aliada a convergência de esforços possibilitará a montagem de um sistema que seja complexo e por isto mesmo oneroso, para uma eficaz coleta de informações permanente, uniforme e direta, "capaz de garantir a completa sistematização e coerência dos resultados"(FREITAS, 1939, p. 55).

Teixeira faz a ressalva de que talvez não fosse possível atingir de pronto os objetivos desejados. Pelo menos não naquele momento, contando com a concordância do grande número de prefeituras, cuja concordância só poderia ser obtida após algum tempo. A alternativas seria iniciar pelos governos estaduais e pelo federal. E, pelo menos no que diz respeito à Minas Gerais, ele aproveitou o ensejo de incluir em seu relatório um projeto de sua lavra, propondo a citada reorganização das estatísticas do estado a ser feita pela criação de uma repartição estadual que cuidasse das estatísticas do estado em consonância com a Diretoria Geral de Estatística. Repartição em moldes semelhantes já existia em São Paulo desde 1892, e é de causar admiração que trinta anos depois ainda não tivesse sido organizada uma igual no estado mais populoso da União e o com maior número de municípios.

O projeto apresentado por Teixeira de Freitas estava inclusive fundamentado nas legislações federal (via Decreto nº 11.476, de 5 de fevereiro de 1915)[383] e estadual (por intermédio da Lei estadual nº 820, de 26 de setembro de 1921).

Pelo projeto, os serviços de estatística geral no Estado de Minas Gerais, para fins administrativos tanto da União como do estado, ficam unificados e confiados a um único órgão, a saber, uma delegacia da Diretoria Geral de Estatística, em Belo Horizonte, denominada como Delegacia de Estatística no Estado de Minas Gerais. Em seguida, ele enumera, com minúcias, as atribuições do novo órgão, incluindo até o seu orçamento e organograma. Vê-se claramente a sua intenção de integrar estado e União nos afazeres da estatística, sempre com a preocupação de que este novo órgão estaria sob a normatização da DGE, a quem estaria tecnicamente afeita.

A quarta subdivisão do relatório de Teixeira de Freitas tinha por título *O custo da operação*, onde ele apresenta os valores representantes dos gastos da operação

[383] O texto integral desta Lei, que reorganiza a DGE, segundo regulamento incluso está no CD anexo à esta obra.

censitária em Minas Gerais. Segundo ele, o custo do censo no estado superou os dois mil contos de réis[384]. O que significa um custo médio por habitante da ordem de 400 réis – de qualquer forma, bem distante dos mil réis previsto por João do Rio em seu artigo n'*O Paiz*.

Daquele total, 98,49% foi gasto, segundo Teixeira, com pessoal e especificamente com recenseadores, a despesa orbitou em torno de 60%. Os demais gastos envolveram vencimentos (26,47%), ajudas de custo (0,39%), diárias (12,64%) e gratificações (0,39%. Outras despesas perfizeram 1,51%).

Os gastos somente com o censo econômico tiveram custo relativamente baixo: 6,73% do montante gasto somente com a operação no estado.

Na *Conclusão*, ele enumera os seus muitos agradecimentos não só ao diretor Bulhões Carvalho, quanto ao governo do estado de Minas Gerais e a todos os órgãos que colaboraram decisivamente para o bom resultado a que o censo chegou.

Custos do Censo em todo o Brasil

O valor total despendido pelo Governo Federal para a realização do Recenseamento Geral de 1920, o chamando Censo do Centenário ficou abaixo dos 27 mil contos de réis (em números exatos, 26.879:118$924). O que significa que as previsões (ou as fontes) do jornalista João do Rio falharam para muito mais. Este gasto compreende as despesas realizadas até dezembro de 1928, quando foi concluída a operação com a divulgação dos resultados do censo. O valor *per capita* do recenseamento chegou a $877, 37 (BRASIL, 1930a, p. 139).

Abrangendo os três inquéritos, o estado que consumiu a maior parte do orçamento total foi o mais populoso: Minas Gerais, com 4,3 mil contos de réis ($727,29 *per capita*). Depois de Minas, o estado da Bahia foi o que mais consumiu verbas para a realização do censo: 3,4 mil contos (mil e vinte e nove réis *per capita*). São Paulo vem em terceiro com pouco mais de três mil contos, com 673 réis *per capita* (BRASIL, 1930a, p. 139).

No Território do Acre foi onde menos se gastou: cerca de 355 contos de réis, mas, relativamente, onde saiu mais caro, com quase quatro mil réis por recenseado. O que é explicado pelas inerentes dificuldades de um local ainda tão inóspito. Logo acima vem o Espírito Santo, com 410,7 contos de réis (898,06 réis *per capita*), e Sergipe, com 446 contos de réis (935,42 por recenseado) (BRASIL, 1930a, p. 139).

[384] 2.286:973$776 para ser mais exato. Segundo Teixeira, este total exclui as despesas com o preparo do material censitário, com a aquisição da quase totalidade do material de expediente, com o transporte ferroviário e fluvial de pessoal e material e com o serviço postal. O gasto total no estado será apresentado mais adiante.

Se visto pelo ponto de vista do valor *per capita*, depois do Acre, o censo custou mais no Mato Grosso (2 620 réis), no Maranhão (2 014 réis) e em Goiás (1 748 réis). Proporcionalmente gastou-se menos no Distrito Federal (321,52 réis), em Pernambuco (626,32 réis) e São Paulo (673,40 réis) (BRASIL, 1930a, p. 139).

Na comparação *per capita* em réis entre os custos do Censo brasileiro de 1920, argentino em 1914 e norte-americano de 1910 (ao câmbio médio de 1920 a 1928), os valores são francamente favoráveis ao Brasil. Nesta comparação, o custo do censo brasileiro saiu por 877 réis *per capita*, contra 1 514 réis do argentino e 1 374 réis do realizado nos Estados Unidos (BRASIL, 1930a, p. 140).

Depois destes números, João do Rio poderia finalmente descansar em paz em seu túmulo...

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Cincinato Braga – ele botou o censo no papel

Cincinato César da Silva Braga Tem seu nome ligado às estatísticas brasileiras por ter sido o autor da lei que concretizou o Recenseamento Geral de 1920. Embora fosse um preceito institucional, sempre havia o risco daquela operação censitária ser adiada ou mesmo cancelada, como o fora em 1910. Aliado ao clamor da imprensa e de demais setores da opinião pública, seu projeto modelar foi um passo decisivo para a concretização do censo.

Cincinato veio ao mundo na fazenda Graciosa, em Belém do Descalvado, Município de Piracicaba, no estado de São Paulo, no dia sete de julho de 1864. Era filho de Domingos José da Silva Braga e Bárbara Augusta de Matos Braga, ambos de tradicional família paulista.

Fez seus primeiros estudos no Colégio Padre Antônio José de Castro, em São Carlos do Pinhal, e, posteriormente, seguindo para Campinas, onde completou o secundário no Colégio Culto à Ciência, onde foi colega de turma de Santos-Dumont e de Júlio de Mesquita. Em 1881, entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo onde tornou-se abolicionista de primeira hora. Formou-se bacharel em 1886, já a esta altura ardente defensor da causa republicana. Neste mesmo ano, aceitou o cargo de promotor público em São Carlos do Pinhal, demitindo-se no ano seguinte para sentar banca.

Com a proclamação da República, decidiu-se pela política, elegendo-se deputado estadual constituinte, em 1891, com o especial apoio de diversos municípios do interior paulista.

Em novembro daquele ano, o marechal Deodoro fechou o Congresso Nacional Constituinte, partindo, então, Cincinato, para a formação do grupo Dissidência Paulista, junto com Júlio de Mesquita, Bueno de Andrade, Paulo Novais, Gonçalves Bastos, Eduardo Guimarães, Rivadávia Correia e Vicente de Carvalho. Todos eles renunciaram aos seus mandados protestando contra a moção de apoio que a Assembléia Legislativa dera ao presidente do estado, Américo Brasiliense, por apoiar Deodoro. E Cincinato, antes um eleitor do marechal, tornou-se um ferrenho opositor, chegando, inclusive a vir para o Rio de Janeiro conspirar em nome de uma junta composta por Prudente de Morais, Campos Sales (futuros presidentes da República), Julio de Mesquita entre outros.

Suplente de Rodrigues Alves, assumiu como deputado, em 1892, quando este se tornou ministro de Prudente de Morais, sendo reeleito nos três pleitos seguintes (1894, 1897 e 1900). Durante o mandato conseguido nas eleições do último ano do século XIX, foi um dos signatários do manifesto "Aos republicanos de São Paulo", de 1901. Não se reelegeu em 1902, passando para a iniciativa privada, juntando-se a empresários e personalidades de São Paulo em uma sociedade para a exploração de terrenos da cidade paulistana. Posteriormente, este grupo vendeu a empresa para capitalistas ingleses que formaram a "City of São Paulo". Novamente, se candidatando a uma vaga na Câmara Federal, elegeu-se em 1906 e durante este mandato foi um dos líderes da Campanha Civilista, que apoiava Ruy Barbosa contra a candidatura Hermes da Fonseca. O deputado afirmou, na época, "não posso ajudar a fazer presidente da República um homem que diz 'hão de verem'" (PEREIRA, 2003, p. 5).

Cincinato conseguiu se reeleger em 1912 e 1915, quando tornou-se líder da bancada paulista. Em 1913, foi o representante de São Paulo no "Pacto de Ouro Fino", quando se assentou as bases da "Política do Café com Leite".

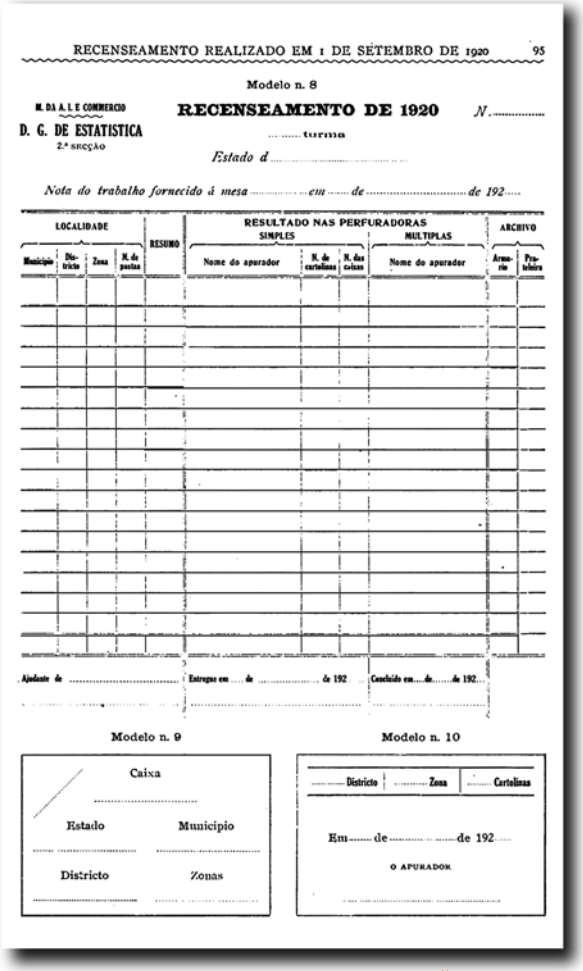
Em 1916, empenhou-se em mais um protesto, desta vez contra a candidatura de Altino Arantes à presidência de São Paulo. Chegou a renunciar ao seu mandato, mas não conseguiu impedir a eleição de seu adversário. Candidatou-se mais uma vez em 1917, assumindo sua cadeira de deputado em 1918. Foi nesta legislatura que elaborou e enviou o projeto do Recenseamento Geral de 1920.

Em 1923, foi nomeado por Arthur Bernardes para presidir o Banco do Brasil, onde ficou por dois anos. Depois da Revolução de 1930, elegeu-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte por São Paulo. Foi reeleito para a legislatura seguinte até que perdeu o mandato com a instauração do Estado Novo, em 1937. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e sócio fundador do Instituto Histórico de São Paulo. Faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1953.

Em 1920, quarto Censo Geral: apuração mecânica

Capítulo 21

Apurar um censo, vale dizer, fazer as sucessivas agregações das informações obtidas em campo (através da aplicação de questionários), sempre foi uma tarefa difícil, por muito tempo foi manual. Apurar é realizar a contagem das ocorrências das inúmeras variáveis, em diferentes cruzamentos, tendo, ao menos, duplas, às vezes triplas variáveis, por exemplo: homens (ou mulheres) brancos; idade dos homens (ou das mulheres); homens (ou mulheres) que soubessem escrever (ou ler), segundo a idade; e outros assim. Ou se faziam diversas passagens pelos questionários, um a um, para cada grupo de variáveis; ou se fazia, para todas os grupos de variáveis, uma longa e demorada passagem pelos questionários (um a um, sempre). O manuseio dos mesmos era um inferno.


RECENSEAMENTO REALIZADO EM 1 DE SETEMBRO DE 1920 95

Modelo n. 8

M. DA A. I. E COMMERCIO
D. G. DE ESTATISTICA
2.ª SECÇÃO

RECENSEAMENTO DE 1920 N.....

.....turma

Estado d.....

Nota do trabalho fornecido á mesa ..... em ..... de ..... de 192.....

LOCALIDADE				RESUMO	RESULTADO NAS PERFURADORAS				ARCHIVO	
					SIMPLES			MULTIPLAS		
Município	Districto	Zona	N. de pastas		Nome do apurador	N. de cartolinas	N. das caixas	Nome do apurador	Armario	Prateleira

Ajudante de ..... Entregue em ..... de ..... de 192 ..... Concluido em ..... de ..... de 192.....

Modelo n. 9

Caixa

Estado Municipio

Districto Zonas

Modelo n. 10

Districto Zona Cartolinas

Em ..... de ..... de 192.....

O APURADOR

Folha para preenchimento pelos perfuradores, 1920

As contagens (muito simples na essência, bastante primitivas) lembravam os pastores, no controle dos seus rebanhos; para cada ocorrência, barras verticais eram marcadas, cada quatro barras recebia, num corte diagonal, uma outra barra, fazendo grupos de cincos ocorrências (adiante faremos uma memória histórica dessa forma de apuração). Era trabalhoso e demorado, tudo agravado pela ausência da máquina de calcular (às vezes, não raro, usava-se o ábaco), e também, no que sobremodo agravava a situação, iniciava-se sem a definição prévia dos grupos de variáveis a terem suas contagens realizadas. As legislações, em geral, detalhadas e minuciosas quanto ao campo (coleta), adiavam conceber a apuração, deixando para defini-la posteriormente; na verdade, ninguém sabia como seria feita a ulterior apuração, donde, então, se se a quisesse pensar antes, haveria atraso no início do censo, o que não era desejável.

Levava tempo apurar, e exigia muitos recursos humanos, sempre mais, a demandar orçamentos crescentes; o que não agradava aos governantes. Mais pessoas, mais espaços físicos, com longas mesas (bancadas) e com inúmeros arquivos. Turnos noturnos de trabalho eram criados, com pessoal contratado (fora do quadro). Mas

o tempo passava e a divulgação se delongava. Tentando compensar as ansiedades, para evitar serem vistas como frágeis, e até mesmo incompetentes, as repartições estatísticas sacrificavam cruzamentos, reduzindo a apuração, do que, a médio e longo prazo, acabavam emergindo frágeis. O tiro saía pela culatra; afinal, poucos resultados, duvidosos muitas vezes, não justificavam tão volumosos recursos gastos, e tanto tempo consumido. Fazer censo era um problema.

Dessa forma, com tais problemas, realizamos as apurações dos Censos de 1872, de 1890 e de 1900.[385] Nos dois últimos, 1890 e 1900, as dificuldades começaram já ao tempo do campo (coleta). Como resultado da federação republicana, as orientações emanadas da repartição de estatística eram, em geral, ignoradas, não raro, totalmente; os prazos previstos acabavam desrespeitados, e até mesmo mudados os conteúdos estruturados nos formulários[386]. Em face disso, foram naturais os fracassos, inevitáveis, ficando um travo amargo na garganta dos técnicos e mesmo dos políticos. A opinião pública, na voz da imprensa, duvidava que a República soubesse fazer um censo; mas todos o queriam, e que fosse um sucesso, não um sucesso qualquer, mas um grande sucesso. Afinal, às vésperas do centenário da Independência, como quer que se o comemorasse, era inaceitável que, no concerto das nações livres, o Brasil não tivesse de si um retrato numérico atualizado. Nem números gerais havia sobre a população, que dirá seus detalhes, suas aberturas, como suas divisões por sexo, por idade, por instrução, por defeitos físicos, e outras. O que havia de valor em termos de censo vinha de 1872; o Registro Civil que, como fonte essencial, poderia compensar essa situação era, na verdade, ainda frágil, e muito irregular. Impunha fazer-se um censo, um censo feito com tal sucesso que tornasse passado nosso atraso na atividade estatística (já contínua e sistemática no seio das nações civilizadas).

Nesse quadro de dúvida e desejos, dedicou-se a melhor atenção ao fazer do Censo de 1920, para garantir-lhe absoluto sucesso. Não faltaram recursos, nem apoio político, mas não se foi nem perdulário, nem mesquinho; e se foi cuidadoso, e se foi, sobremodo, criativo e inovador. Não apenas o campo foi pensado e repensado, usando-se as experiências havidas no passado, inclusiva as negativas, bem como, as experiências e recomendações internacionais. Ademais da atenção ao campo, já muito comum, com antecedência planejou-se a apuração, e se o fez com o máximo cuidado, com muitas minúcias; de fato, ainda ao tempo do campo, antes de iniciar-se a apuração, ela fora pensada e instruída; no seu tempo as equipes de apuração estavam formadas, e estavam bastante preparadas. Antes de tudo, ousou-se, trazendo a "aparelhagem mecânica encomendada, nos Estados Unidos da América do Norte, à *The Tabulating Machine Company*" (BRASIL, 1923a, p. 3). E o sucesso foi completo, como

[385] No Censo de 1910, se tivesse sido realizado, os problemas teriam sido os mesmos, como se depreende dos relatórios referentes ao seu planejamento.

[386] Lista de família nos Censos de 1872 e de 1890, e boletim individual no Censo de 1900. Em 1910, segundo a legislação, seria usada, de novo, a lista de família.

afiança *Bulhões Carvalho*, o diretor Diretoria Geral de Estatística (desde 1915, em sua segunda administração), logo secundado pelo Ministro *Miguel Calmon*, dirigindo-se ao Presidente da República, *Arthur Bernardes*, que sucedera, em 15 de novembro de 1922, a *Epitácio Pessoa*, em cujo governo fora feito o censo:

> Ao terminar o ano de 1922, estava inteiramente concluída a primeira fase do serviço de apuração do inquérito demográfico, isto é, o registro, em mais de 30 milhões de cartolinas, dos principais característicos individuais dos habitantes recenseados em todo o Brasil; prosseguindo ativamente os trabalhos de separação e tabulação das fichas por meio das máquinas separadoras e tabuladoras (BRASIL, 1923a, p. 3).

> As informações constantes dos boletins coletados no recenseamento federal de 1920 foram, na sua quase totalidade, transferidas para os cartões *Hollerith* e, em seguida, classificadas e contadas mecanicamente nos aparelhos da *Tabulating Machine Company*. Na seção demográfica foram perfurados, até o fim do ano, mais de 30 milhões de cartões, o que permitiu iniciar, sob os melhores auspícios, a apuração dos dados estatísticos com auxílio dos aludidos aparelhos (BRASIL, 1925a, p. 157).

Graças às atenções, aos cuidados e às ousadias encetadas, os resultados censitários, em volumes impressos, e em diagramas e cartogramas monumentais, puderam ser apresentados no Pavilhão de Estatística[387] existente na Exposição Universal Comemorativa do Centenário da Independência, realizada no Rio de Janeiro, e inaugurada por *Epitácio Pessoa*, tendo ao lado o Rei *Alberto I* (e a Rainha *Elizabeth*), da Bélgica. Dessa forma, a DGE ofereceu um retrato estatístico do Brasil, fazendo-o ombrear-se com as mais avançadas e civilizadas nações do mundo. Naquele momento de grandeza, a repartição de estatística planejou e executou um programa de divulgação jamais imaginado, sequer sonhado. Antes do final da década, todos os inquéritos estavam apurados e os volumes impressos, e, vale realçar, não havia sido feito apenas o inquérito demográfico, mas vários outros também. Um sucesso absoluto!

O surgimento das máquinas no *Census Bureau*, e os avanços posteriores

Em 1790, recém-tornados independentes, os Estados Unidos da América do Norte realizaram seu primeiro censo; desde então, jamais atrasaram a realização e/ou a apuração dos censos (decenais, nos anos de final zero); mesmo na Guerra de Secessão, e nas duas Guerras Mundiais houve censo (campo e apuração), o que evidencia maturidade operacional. Mas, apesar dos avanços sempre havidos, nos conceitos e nos processos de pesquisa, o décimo censo, em 1880, ainda exigia muito tempo na apuração, tanto quanto em 1850. Àquela altura, querendo encurtar a apuração, *Francis Walker*, chefe do *Census Bureau*[388], dedica atenção e esforços na criação de uma

[387] Também chamado de Pavilhão da Ciência da Certeza.

[388] À época, era ainda um escritório (*Census Office*), sem uma estrutura permanente. Superintendente é o título do seu chefe, desde sempre.

máquina de tabulação de dados. Veja-se que os técnicos daquela agência eram capazes de inovarem, inclusive em tecnologia.

Naquele contexto, *Herman Hollerith*, técnico do censo desde 1879, com habilidades indiscutíveis, por seus avanços recebe todo o apoio de *Francis Walker* e de *John Shaw Billings*, responsável pelas estatísticas vitais, e seu amigo pessoal. Os anos de 1982 e 1983 *Hollerith* os passa no *Massachussets Institut of Tecnology* - MIT, os anos 1983 e de 1984 no *Patent Office*; em 1884 fez-se capaz de preparar um protótipo, testando-o numa grande massa de dados do *Census Bureau*; em 1889, os técnicos do *Census Bureau* atestaram sua eficiência e suficiência, sendo aprovada sua utilização no Censo de 1890. A todo tempo havia a tarefa difícil de se manter a máquina em permanente funcionamento, sem prejuízos por oscilação de corrente elétrica, bem assim, ainda mais sério, havia o temor da não qualidade dos resultados, de haver vieses. Daí, houve rigorosos controles, e checagens, ao cabo dos quais a aceitação da máquina foi favorável. Nunca um censo fora apurado tão rapidamente, com tantos detalhes. Isso posto, vejamos uma descrição do funcionamento da máquina de *Hollerith*:

> When cards for a particular geographic area, for example, na enumeration district, were punched, they were tabulated by placing them, one by one, in Hollerith's tabulating machine. The machine, a wonder of efficiency for its day, was in fact an extremely primitive counter. The operator placed the punched card on the press and lowered the upper portion of the press onto the card. The upper press contained metal pins that passed through the punch holes on the card and closed an electrical circuit. The circuit activated a clock-dial counter that advanced one space. The circuits could be connected by relays to make simple counts for one variable, such as the number of males and females, and cross-tabulations of the data, for example, the number of white males, white females, and nonwhite males and females. Once a batch of cards was run through the machines, the counters were read and recorded for further totaling, and the clock dials were set to zero in preparation for a new set of cards.
>
> Hollerith also installed a set of electrically activated sorting boxes to further subdivide the already counted cards. Since the statisticians intended to read the cards several times for various tabulations, the sorting boxes allowed the clerks to set up the cards in the proper order to facilitate the next tabulation. For example, for the occupation count, it was unnecessary to run all 62 million cards through the tabulating machines. One only had to use the cards for the employed population. These could be physically separated out while tabulating the previous data and reserved for the occupations count (ANDERSON, 1988, p. 106-107).[389]

Em 1896, 12 anos após ter patenteado sua tabuladora mecânica, *Herman Hollerith*, aos 36 anos de idade, criou a *Tabulating Machine Company – TMC*. À época, seu maior contrato era com o *Census Bureau*, mas que nunca se acomodou à máquina de *Hollerith*, sempre estimulando o aparecimento de concorrentes, que oferecessem máquinas menos custosas, mais seguras na operação, e que gerassem resultados mais rapidamente. A seu turno, *Hollerith* lutava por novos clientes, ajustando sua máquina,

[389] Ver também: ANDERSON, M. J. e FIENBERG, S. E. **Who counts?** The politics of census-taking in contemporay America. New York: Russell Sage Foundation, 1999.

Herman Hollerith, inventor da tabulação mecânica, [s.d.]

feita para o censo, a outras necessidades, como a con-
lade, como a emissão de comprovantes de rendimen-
(os populares contracheques), a ponto dos mesmos
rem estado, por muito tempo, associados à expressão
Hollerith, como sinônimo ("Ainda não recebi o meu
hollerith". "Quando sai o *hollerith*?").

A partir do final da década de 1890, a TMC ampliou sua área de atuação, adaptando seus produtos principalmente para aplicações destinadas à contabilidade. Nesse campo, a primeira usuária dos equipamentos Hollerith foi a Estrada de Ferro Central de Nova Iorque, em 1903. Também foram desenvolvidas aplicações específicas para s grandes lojas de departamento, que começavam a surgir quele início de século nos Estados Unidos. A complexidade máquinas Hollerith e o limitado nível tecnológico da época n com que quebrassem freqüentemente. O inovador empre- ecidiu então oferecê-las em aluguel, o que facilitava a substituição em caso de defeito. Estava inaugurado o sistema amplamente utilizado pela IBM no futuro (DA TABULAÇÃO..., 1997, p. 12).

Em 1905, o *Census Bureau* exigiu que *Herman Holletith* introduzisse melhorias nas suas máquinas, e baixasse seus preços. Sem alcançar seus objetivos, o *Census Bureau* rompeu o acordo que tinha com *Hollerith*, passando a comprar máquinas de concorrentes; *Hollerith* reagiu com processo na justiça por quebra de patentes. Em 1911, vendo que perderia o processo, para salvar-se da falência, decide fundir sua empresa com duas outras, originando a *Computer-Tabulating-Recording Companhy – CTR*, considerada oficialmente a precursora da IBM.[390] Hollerith permaneceu como engenheiro de produção do nova empresa.

A utilização das máquinas pela DGE, as instruções implantadas

Em 1917, as máquinas *Hollerith* entraram no Brasil. Deu-se na Diretoria de Estatística Comercial, do Ministério da Fazenda.[391] Recriada por *Rui Barbosa*, Ministro da Fazenda do Governo Provisório, trazia a tradição de *Sebastião Ferreira Soares*, que a criara e a dirigira ao longo de muitos anos ao tempo do Império. Desse ponto, já estando naquela diretoria, chegam à Diretoria Geral de Estatística – DGE, para efeito

[390] Por essas informações, oferecidas pela IBM, na obra antes referida, quando do Censo de 1920, embora os relatórios de Bulhões Carvalho e de Miguel Calmon falem na *Tabulating Machine Company*, ela já não existiria. Na verdade, a compra das máquinas teria sido feita com a *Computing-Tabulatin-Recordin Company* - CTR; a menos de algum detalhe de relações comerciais internacionais. Outro ponto a se pensar é sobre a compra das máquinas *Hollerith*, quando já se podia alugá-las; enfim, por que decidiram comprá-las e não alugá-las, para ulterior renovação, eis uma boa pergunta (a menos que essa prática não valesse nas relações comerciais internacionais). Como seja, talvez se as tomasse como mais permanentes, não se tivesse a percepção das contínuas mudanças nas tecnologias, e talvez, ainda, se as quisessem continuar usando, de pronto, na rotina da DGE, na apuração de outras massas de dados.

[391] Naquele mesmo ano, 1917, talvez antes, na DGE usavam-se na apuração do Registro Civil "as máquinas de Lucien March", sem que se saiba mais disso (BRASIL, 1921b, p. 53-54).

da apuração do Censo de 1920.[392] No seu volume introdutório, encontra-se a história da sua adoção pela DGE, como segue:

> Antes de adotar e instalar os aparelhos *Hollerith*, a Diretoria [Geral] de Estatística havia recebido a visita de um dos diretores da *The Tabulating Machine Company*, o Sr. Otto Braitmayer, a cuja apreciação submeteu os modelos organizados pelos chefes de seção Leopoldo Doyle e Silva e Antônio Cavalcanti Albuquerque de Gusmão, para a apuração dos censos demográfico e econômico, tendo tido a grande satisfação de ouvir do representante da *Tabulating* os mais francos elogios ao trabalho técnico dos dois aludidos funcionários.
>
> Ao contrário da prática em geral seguida nas relações comerciais entre a América do Norte e o Brasil, prontificou-se o Sr. Braitmayer a fornecer imediatamente, a crédito, todos os aparelhos mecânicos necessários aos trabalhos de apuração do recenseamento de 1920, pois a sua visita à Diretoria Geral de Estatística havia-lhe proporcionado o ensejo de verificar que os técnicos da mesma repartição tinham perfeito conhecimento do mecanismo dos aparelhos Hollerith e que, portanto, iriam, com grande vantagem para a companhia *Tabulating*, dar mais um testemunho prático da excelência daqueles aparelhos para os fins a que se destinam, ainda pouco divulgado fora dos Estados Unidos.
>
> Dois meses depois da visita do Sr. Otto Braitmayer, recebia a Diretoria Geral de Estatística, a crédito, após a autorização do Ministro da Agricultura, 100 máquinas para perfuração de cartões, 15 ditas denominadas verificadoras, 15 outras destinadas à perfuração de 10 cartões ao mesmo tempo (perfuradoras múltiplas), 11 para separação e 11 para a contagem dos cartões perfurados, tendo sido adquiridas por compra as 130 primeiras máquinas e alugadas, por um ano, as 22 últimas, que, por constituírem privilégio da companhia Tabulating, não eram objeto de venda, só podendo ser por ela explorada.
>
> Juntamente com as máquinas recebeu ainda a Diretoria Geral de Estatística 42 milhões de cartões, apropriados ao registro e à apuração dos algarismos coligidos nos inquéritos demográfico, agrícola e industrial, tendo posteriormente adquirido cerca de mais 2 milhões para suprirem as faltas não previstas na primeira encomenda. Dos 44 milhões de cartões, 31 milhões foram empregados na apuração do recenseamento geral da população e os restantes 13 milhões, de dois formatos (7 3/8 x 3 ¼ e 5 5/8 x 3 ¼), nas apurações dos censos da agricultura e das indústrias (BRASIL, 1922b, p. 532-533).

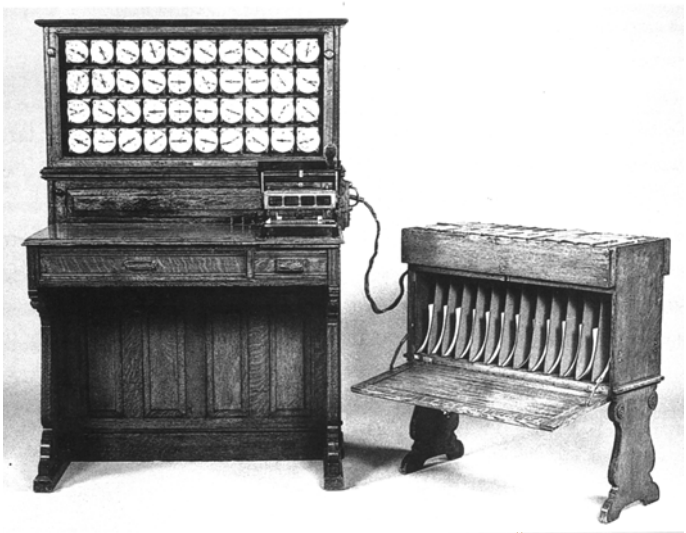
Para a instalação das máquinas foi preciso fazer adaptações nas dependências da DGE, ampliando os espaços físicos das seções, bem assim, "instalar uma usina, destinada a transformar a corrente elétrica alternativa [sic], fornecida pela *Light and Power*, numa corrente contínua, necessária ao funcionamento dos aparelhos *Hollerith*" (BRASIL, 1922b, p. 533).

As turmas de apuração eram quase totalmente formadas por mulheres. Esse pessoal feminino era visto como mais ajustado àquela tarefa. "As auxiliares das turmas de perfuração do censo demográfico conseguiram atingir a produção diária

[392] Na história da IBM, já aludida, há dois erros, ao dizer-se, primeiro, que a Diretoria de Estatística Comercial integrava à estrutura do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, quando de fato integrava a estrutura do Ministério da Fazenda; segundo, que o IBGE resulta dessa diretoria, quando de fato resulta (sobremodo) da Diretoria Geral de Estatística (DA TABULAÇÃO..., 1997, p. 20).

de 100.000 fichas, isto é, cerca de 800 a 1.000 cada auxiliar, em 4 horas de trabalho" (BRASIL, 1922b, p. 533).

As instruções usadas pelas turmas de apuração foram feitas por *Leopoldo Doyle e Silva*, chefe de seção, e tornadas oficiais em março de 1921, por ato de *Bulhões Carvalho* (BRASIL, 1922b, p. 65-122). Como parte dessas instruções elaborou-se um "quadro geral das profissões" e uma "classificação das profissões", numa medida extraordinário à uniformização dos resultados apurados.



Máquina *Hollerith*, livro da IBM, [s.d.]

Por oportuno, para sabermos como andavam os trabalhos, valerá transcrever a descrição da apuração oferecida no volume chamado **Introdução**, como segue:

> Revistas as informações censitárias e devidamente uniformizadas por meio de códigos, destinados a facilitar a contagem dos elementos estatísticos, são, em seguida, os dados numéricos registrados nos cartões Hollerith, mediante furos feitos nos mesmos pelas máquinas denominadas perfuradoras (*key punching machines*), cujo funcionamento se assemelha ao das máquinas de escrever (*type writer*) e que, em vez de, como estas, reproduzirem caracteres gráficos, furam os cartões nos lugares apropriados. O operador pode perfurar em média 200 cartões por hora. Para facilitar o registro das informações, são também usadas outras máquinas chamadas perfuradoras múltiplas (*gang punching machines*), as quais perfuram ao mesmo tempo 10 cartões, nele assinalando os elementos que não variam em determinados grupos estatísticos (Estado, Município, Distrito, etc.). Média da perfuração 2.000 cartões por hora.
>
> Feita a perfuração dos cartões, afim de verificar se houve algum erro no registro, são os mesmos conferidos em outra máquina, denominada verificadora (*verifying machine*), a qual apenas difere de perfuradora simples por não perfurar os cartões, tocando rapidamente em cada furo, se o verificador registra informação idêntica à assinalada pelo perfurador, e parando ou estacando se o segundo operador não confirma o registro feito pelo primeiro.
>
> Uma vez perfurados e feita a verificação desse registro, isto é, depois de conferidos e emendados, no caso de engano, são os cartões levados às máquinas separadoras (*sorting machines*), as quais discriminam ou separam, de acordo com as convenções ou códigos adotados, os diversos grupos estatísticos estabelecidos para o estudo comparativo dos algarismos. A separação dos cartões nos diversos compartimentos da máquina é feita por meio de contatos elétricos, realizados à vontade pelo simples toque no botão que estabelece a ligação entre o aparelho propriamente dito e o transformador em corrente contínua da força motriz, fornecida pelas usinas da *Light and Power*. Média da classificação das fichas, 150 por minuto.
>
> Depois de feitas as várias separações, são os cartões levados às máquinas tabuladoras (*tabulating machines*), as quais totalizam em vários setores ou contadores os resultados assinalados pela perfuração dos diversos cartões, efetuando-se a conta-

> gem ou soma ainda por contatos elétricos, segundo o mesmo mecanismo por que se opera a separação dos cartões. Assim como a máquina separadora rejeita automaticamente quando um cartão não perfurado (*stop card*) interrompe o contato elétrico, o que facilita, por exemplo, a apuração das informações parciais de cada distrito de um mesmo município. A média das totalizações pode atingir a 100 cartões por minuto (BRASIL, 1922b, p. 534-535, grifo do autor).[393]

Além das máquinas *Hollerith*, "outros aperfeiçoados maquinismos também têm contribuído para apressar a elaboração dos resultados obtidos no Recenseamento de 1920". E o texto segue dizendo: "Esses maravilhosos instrumentos de cálculo, que dispensam completamente qualquer esforço de inteligência, são as conhecidas máquinas de origem francesa, alemã, suíça e americana *Dactyle*, *Triumphator*, *Madas* e *Burroughs*" (BRASIL, 1922b, p. 535).

No custo total do censo, os custos das "máquinas e escrever, de contar, perfuradoras e verificadoras; móveis, instalações, etc." foi de 441:932$470, e do "material de consumo, 44.644.000 cartões para a apuração do censo, aluguel de máquinas tabuladoras e separadoras" foi de 1.924:177$267, representando pouco menos de 15% do total (BRASIL, 1922b, p. 534-535).

Bulhões Carvalho desenvolve uma abordagem acadêmica

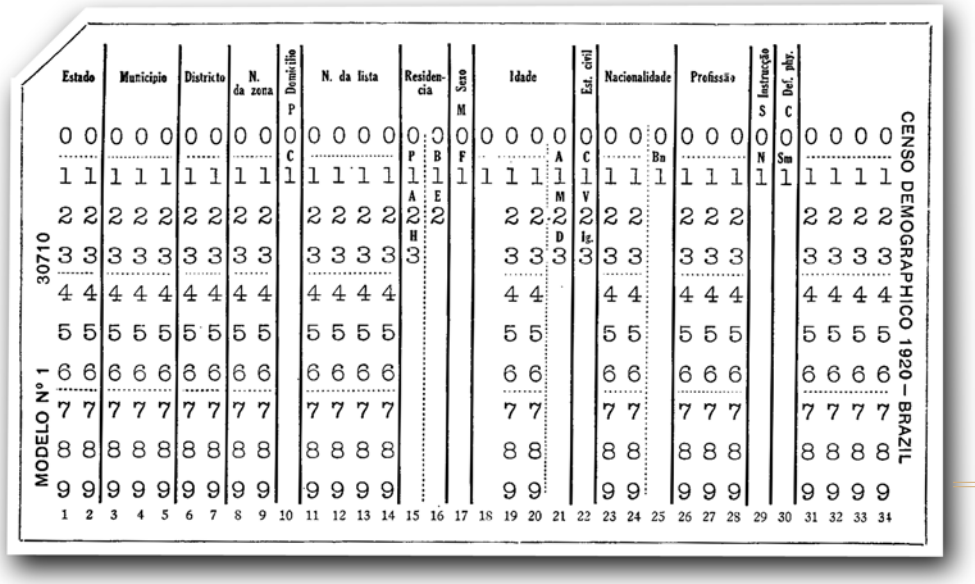
Em 1933, já tendo deixado a direção da DGE, *Bulhões Carvalho* publica um livro, **Estatística:** méthodo e applicação.[394] Tipo manual didático, aborda o método estatístico, em si, e na sua aplicação nas instituições estatísticas (nesse caso, segundo afirma, tendo em mente os debates havidos nas reuniões do *International Statistical Institute*, das quais ele atuou na de Roma, em 1925, e na do Cairo, em 1927-1928). Traça uma história dos congressos de Estatística havidos no século XIX, bem assim, faz um balanço da organização da estatística oficial em várias nações do mundo. Tudo isso à parte, passamos a realçar sua análise da apuração, no contexto da operação técnica das pesquisas, máxime as pesquisas censitárias.

Segundo metodiza, após a coleta, viriam as etapas de verificação e de discriminação. Naquela, como o nome sugere, o material enviado de campo seria verificado, analisando-se a consistência do preenchimento. Nesta, o material enviado de campo, e já verificado, seria ordenado, classificado e empastado. Depois disso, iniciava-se "o trabalho de elaboração dos algarismos estatísticos nas suas diversas fases de apuração, coordenação, agrupamento e totalização dos elementos numéricos", etapas que passa a olhar (CARVALHO, 1933, p. 171).

Ao começar a apuração "devem estar já preparados todos os modelos para

[393] Embora nessa obra não haja autoria para esse texto, Bulhões Carvalho, em seu livro, do qual adiante falaremos, declara-se ser seu autor.

[394] Uma nota sob seu nome, dá-lhe um perfil rápido: ex-demografista da Diretoria Geral de Saúde Pública, ex-Diretor Geral de Estatística, e membro titular do Instituto Internacional de Estatística.



Cartão para perfuração, 1920

a sua execução metódica, segundo o plano previamente estabelecido, realizando-se a separação das informações por diferentes processos"; a imagina, claro, sendo feita por "aparelhos mecânicos". E afirma, pouco depois: "Nem sempre o trabalho de apuração é feito pela repartição central, onde certamente se processaria com maior uniformidade e ofereceria, por conseguinte, incontestável vantagem"(BRASIL, 1933, p. 171-172). E acrescenta, com propriedade:

> Havendo, porém, necessidade ou conveniência de realizá-lo, parcialmente, em diversas localidades, terá forçosamente de obedecer a regras já estabelecidas para a organização da estatística, sendo presumível que no próprio local onde se realizou o inquérito se torna mais fácil suprir as lacunas e retificar os erros, porventura, cometidos na coleta das informações.

Seguem as atividades de coordenação, de grupamento, de tabulação, numa sucessão de processos de agregação. Na tabulação finaliza-se o trabalho de apuração, fazendo-se "a soma dos algarismos, parciais e totais, compreendidos na tabela", dessa forma, liberando-as à publicação. E diz que "a totalização dos algarismos pode ser feita por processos manuais e por processos mecânicos", como explica em seguida (e logo narra o Censo de 1920) (CARVALHO, 1933, p. 173).

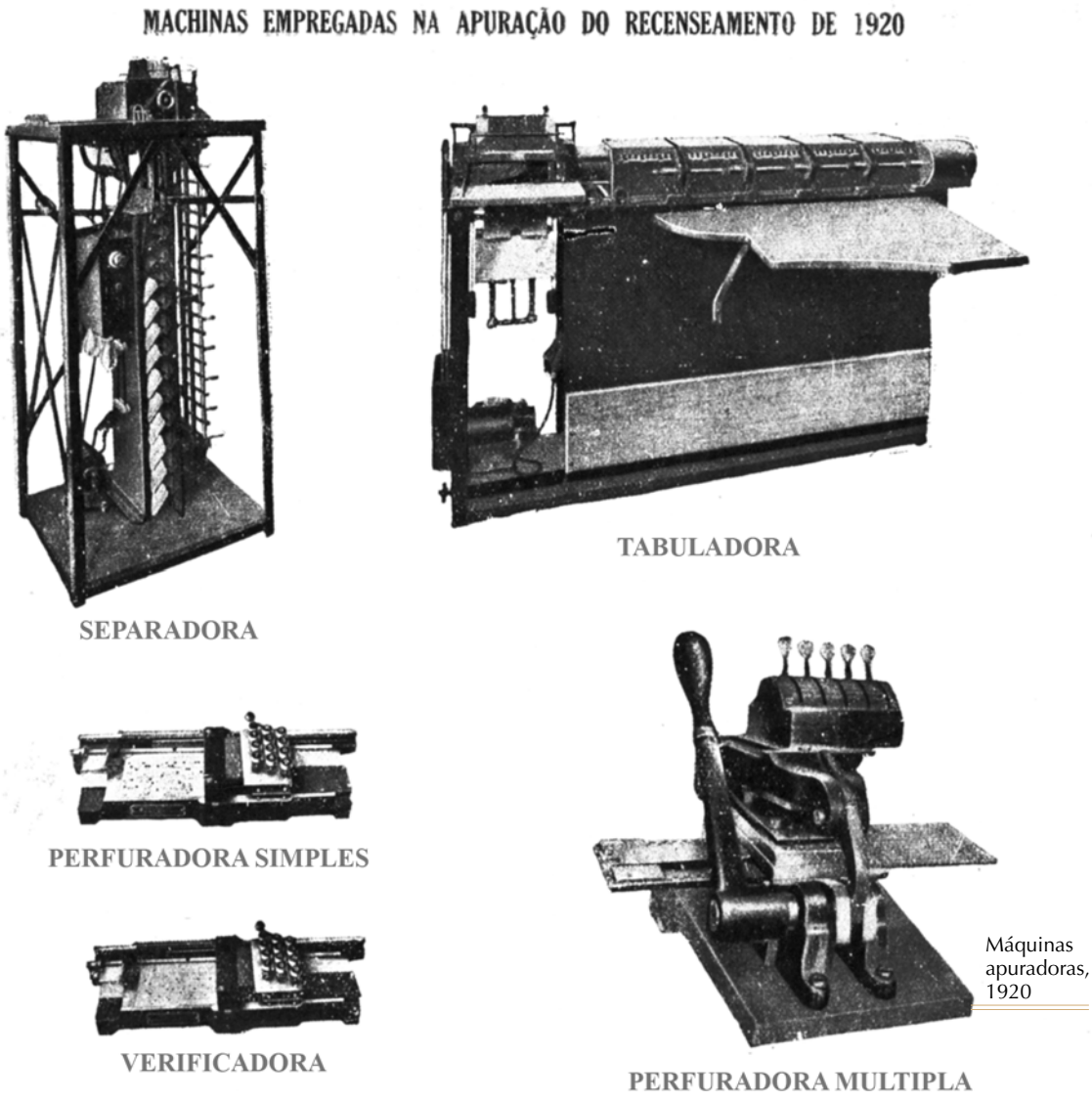
> Dentre os processos manuais são ainda muito empregados na prática corrente: a soma dos algarismos das colunas numéricas *vertical* e *horizontamente* no próprio quadro ou em modelos especiais; totalizações parciais, realizadas mediante a contagem sucessiva das informações registradas em *fichas* ou *cartolinas*, em seguida reunidas e somadas num quadro resumo.
>
> Os processos mecânicos, hoje grandemente preferidos pela rapidez das operações, podem ser grupados em duas espécies: as *máquinas calcular* e os *aparelhos separadores, contadores e registradores*. Entre as primeiras figuram as máquinas de somar, que totalizam rapidamente numerosas parcelas, facilitando extraordinariamente,

> com o auxílio das máquinas de escrever, a totalização exata das tabelas. Entre os segundos, se destacam os *aparelhos Hollerith* e *Power*, indispensáveis para a apuração rápida e econômica dos inquéritos onde é enorme a massa dos formulários informantes (*recenseamentos gerais* da *população*, da *agricultura* e das *indústrias*; *registro estatístico* dos *nascimentos, casamentos* e *óbitos*; outros censos ou registros de igual importância) (CARVALHO, 1933, p. 173-174, grifo do autor).

Os processos manuais, à época, afirma já estarem esquecidos e abandonados, "depois do emprego sistemático das máquinas de somar e de outros parelhos mecânicos para realizar com exatidão, não só as quatro operações da aritmética elementar, como ainda os cálculos mais complicados da ciência matemática"(CARVALHO, 1933, p. 176). Diz que não eram mais usados os formulários provisórios utilizados nas sucessivas (e sempre trabalhosas) agregações.

> Na atualidade, a generalização da aparelhagem mecânica simplifica extraordinariamente a elaboração técnica dos trabalhos oficiais de estatística, contribuindo ao mesmo tempo não só para apressar a divulgação das publicações e aumentar o número das informações, como ainda para reduzir até certo ponto as despesas como pessoal necessário ao serviço de estatística. Os aparelhos registradores e contadores *Hollerith* e *Power*, assim como as máquinas de calcular, facilitam bastante a apuração exata dos dados estatísticos, realizando o mecanismo cada vez mais aperfeiçoado das máquinas de somar, diminuir, multiplicar e dividir as mais complicadas operações aritméticas. Movidas à mão ou automaticamente por eletricidade, realizam rapidamente e com exatidão todos os cálculos de que precisa a estatística para obter médias, coeficientes e outras relações proporcionais. São muito conhecidas e de uso corrente, nos estabelecimentos públicos e particulares, as máquinas sem teclado, com manivela, para as 4 operações, *Brunswigs* e *Triumphator* (de diversos tipos), *Facil* e *Dactyle*, para operações simultâneas; as máquinas com teclado, para as 4 operações, *Marchant*, *Monroe*, *Record*; as máquinas para somar e subtrair (por complementos e que podem também ser acionadas por eletricidade), *Dalton* (9 teclas) e *Burroughs* (usados geralmente nos serviços de estatística e contabilidade); as máquinas para todas as operações, *Madas*, *Mercedes-Euclid*, tipos mais modernos e aperfeiçoados, empregados nos cálculos estatísticos, sendo excelentes os modelos elétricos. Além desses aparelhos, continuamente aperfeiçoados no seu funcionamento, contribuem também para o progresso dos trabalhos estatísticos as engenhosas máquinas de escrever (*type writer*), hoje indispensáveis em toda parte onde haja necessidade do rápido e valioso concurso da escrita mecânica (CARVALHO, 1933, p. 177-178, grifo do autor).

Desde então, nenhuma apuração de censo deixou de utilizar máquinas. Fosse feito o Censo de 1930, salvo pequenas variações, sempre possíveis e admissíveis, dada a experiência acumulada, por certo, o processo de apuração seria repetido, usando-se aquelas mesmas máquinas; mas o censo não contou... O seguinte viria em 1940, já sob o IBGE; para o mesmo, máquinas foram adquiridas, mas, dado o início da Segunda Guerra Mundial, nem todas chegaram, sendo preciso utilizar em vários turnos as máquinas existentes. Talvez, diante dessa crise, alguma das máquinas usadas no censo de 1920 tenham sido usadas também em 1940, mas isso, por ora, é apenas especulação.



Máquinas apuradoras, 1920

Memória da apuração manual

Como contraponto, para fins de memória histórica, valerá abordar a apuração feita manualmente, antes das máquinas salvadoras. Para esse fim, nos valemos de uma minuciosa descrição oferecida no volume de divulgação do Censo de 1906, no Distrito Federal. Veja-se o método engenhoso de uso das cartolinas, como forma de transpor as listas de família aos indivíduos, e, vale marcar, são esses que se conta num censo. Embora engenhoso, o processo era demorado, e podia ser muito lento; e, veja-se, o método abaixo descrito era "moderno", à época, vale dizer, antes os processos de apuração manual usavam a marcação das barras verticais, cada quatro cortadas por uma barra diagonal, formando grupos de cinco.

> Terminado o recolhimento das listas domiciliares e das cadernetas dos agentes recenseadores, começou em 11 de outubro, o serviço da cotagem ou preparo para a apuração, o qual se estendeu até o dia 4 de novembro. Logo que houve

material suficiente, começou a apuração propriamente dita, feita por três turmas de 54 auxiliares, divididos em 18 mesas apuradoras, de três auxiliares cada uma, trabalhando cada turma três horas consecutivas. A primeira a iniciar os trabalhos e também a concluí-los foi a turma da noite (6 às 9 horas), a qual começou a funcionar em 17 de outubro e terminou seu serviço em 1º de fevereiro. As outras turmas (de 10 à 1 e 2 às 5 horas) começaram a funcionar no dia 24 de outubro, finalizando os seus trabalhos em 8 e 5 de fevereiro.

A apuração foi feita pelo processo de desdobramento das cartas de família em *cartolinas* ou fichas individuais. Figuras de homem e mulher representavam os sexos e várias cores os estados civis. A adoção desses emblemas permitiu, como se vê na estampa junta, reduzir o número das cores necessárias para representar nas fichas as várias combinações do sexo e do estado civil, o que trouxe grande facilidade aos trabalhos de apuração.[395]

Feito o desdobramento das listas, a separação das *cartolinas* de acordo com os emblemas dava, por simples contagem, o número de homens e o de mulheres. A separação de cada um desses dois grupos pelas quatro cores diferentes dava para cada sexo, também por simples contagem, o número de solteiros, de casados, de viúvos e o de indivíduos de estado civil ignorado. Separando as fichas segundo os quatro dizeres nelas inscritos, relativos à cidade, à nacionalidade, à profissão e ao grau de instrução, obtinha-se sempre, por simples contagem, a apuração de tais quesitos, em suas combinações com o sexo e o estado civil. Por esse modo, a listra de família proporcionava as vantagens do boletim individual.[396]

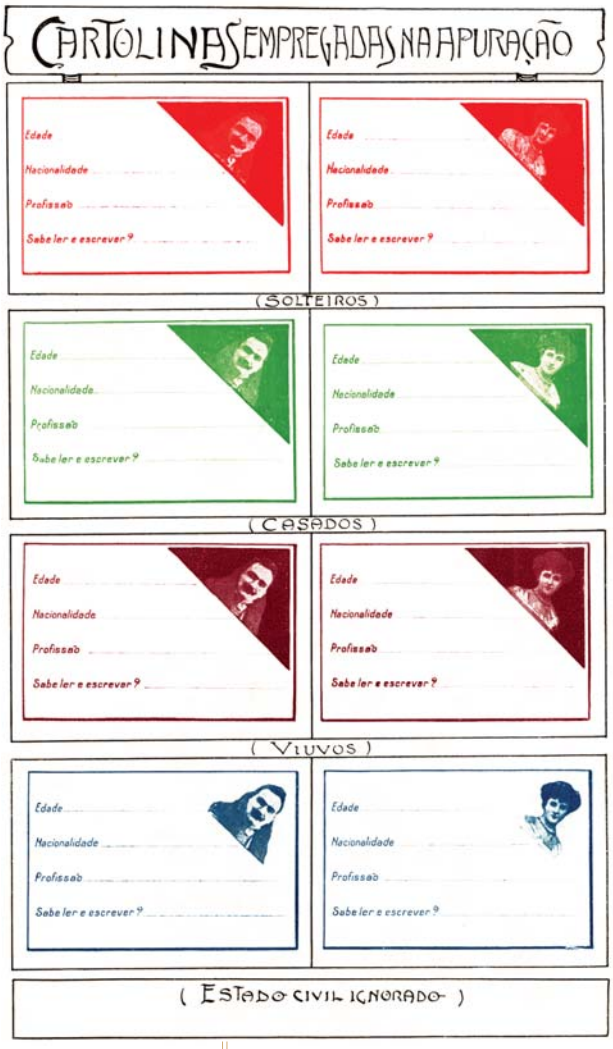
Esse processo, pela primeira vez usado entre nós em matéria de recenseamento, deu o melhor resultado. A prática rapidamente adquirida pelo pessoal facilitou a conclusão da apuração, no curto espaço de três meses. Os três diagramas, anexos, mostram o esforço progressivo empregado pelas diversas mesas das três turmas apuradoras. Por eles se verifica, à proporção que o serviço ia avançando, a maior rapidez do trabalho, devido à prática dos auxiliares. Isso ressalta, sobretudo, da inspeção do diagrama da segunda turma, no qual se acha registrado o esforço hebdomadário de cada uma das mesas apuradoras.

No dia 9 de novembro começou a funcionar, simultaneamente com as três turmas de apuração, a turma especial para o registro dos dados contidos nos quadros parciais. Esse trabalho, bem como o de revisão dos mesmos quadros, estendeu-se até o dia 15 de abril do ano corrente, começando então a ser feita a transformação dos mapas de apuração em quadros definitivos, destinados à impressão, trabalho esse que ficou concluído a 30 de junho. Ao mesmo tempo, foi organizada a estatística predial e domiciliar do Distrito Federal, contendo a população dos logradouros públicos, um por um, e as respectivas densidades por prédio e por domicílio, procedendo-se outrossim à coleta de dados biográficos relativos aos centenários [com perda do sigilo] bem como à organização e à execução dos diversos gráficos que figuram neste volume.

---

395 As "cartolinas empregadas na apuração" eram formadas por oito pequenos retângulos, quatro com figuras de homens, quatro com figuras de mulheres. Cada retângulo continha as seguintes informações: idade, nacionalidade, profissão, sabe ler e escreve?. Cada dois retângulos, em cores diferentes, eram usadas para o estado civil, assim: vermelho para solteiros(as), verde para casados(as), marrom para viúvos(as), azul para estado civil ignorado (homem e mulher). Estas eram as informações solicitadas nas listas de família.

396 De fato, o sistema usado transformava cada lista de família em vários retângulos individuais, cada qual com as informações essenciais contidas nas listas. Bastava fazer contagens dos retângulos, conforme o cruzamento desejado e se tinha a informação estatística.



Cartolinas empregadas na apuração, 1906

Todos esses trabalhos ficaram definitivamente concluídos no fim do mês de junho próximo passado, cerca de um ano após a data em que foi nomeada a Comissão e 9 meses depois do dia em que se realizou o levantamento do censo. Obras de semelhante natureza, mesmo levando em conta todas as diferenças de plano e de execução, nunca foi conseguida entre nós com tamanha presteza, e acreditamos que esse resultado não fica aquém do que tem sido obtido em trabalhos análogos no estrangeiro.

A despesa total com a operação censitária foi muito reduzida. Embora não seja ainda possível dizer com rigorosa exatidão qual o dispêndio, pode a Comissão afirmar, entretanto, que não será excedida a importância dos dois créditos abertos pelos decretos de 13 de junho de 1906 e 8 de fevereiro de 1907, os quais representam o total de 220:000$000. A modicidade dessa despesa ressalta de sua comparação com a de cerca de 448:000$000, feita em 1872, e com a de cerca de 740:000$000, realizada em 1890. Mesmo que nada reste das quantias votadas, ter-se-á gasto em 1906 menos de 50% do que se despendeu em 1872 e menos de 30% do que se gastou com o recenseamento de 1890.[397] A diferença ainda se tornará mais sensível se compararmos, como é uso fazer-se, a despesa calculada por habitante recenseado, a qual elevou-se a 1$628 em 1872 e a 1$400 em 1890, não passando, no máximo, de $271 em 1906.[398] Se é verdade que, pelos motivos já expostos, a Comissão teve que reduzir o número de quesitos censitários, não padece dúvida também que o seu trabalho consigna resultados de que não cogitaram os recenseamentos anteriores, tais como a distribuição da população pelos diversos logradouros, com as densidades predial e domiciliar respectivas, os apontamentos históricos dos centenários, com a competente documentação fotográfica de alguns, e numerosos trabalhos de cartografia e gravura, cuja impressão consome muito tempo e exige grande despesa (BRASIL, 1907-1908, p. 11-12, itálico do autor, grifo nosso).

Por essa descrição, aquilata-se muito bem o quanto a apuração mecânica foi produtiva, seja pela redução dos tempos, seja pela ampliação das possibilidades de cruzamentos, enriquecendo as divulgações, e, antes disso, permitindo as ousadias de maiores listas de família, ou dos boletins individuais. As máquinas, de fato, vieram para ficar, até chegar-se aos modernos computadores, primeiro os de grande porte, depois, os computadores pessoais, compondo estações de trabalhos individuais.

[397] Essa comparação de valores referidos a espaços diferentes, Distrito Federal e nacional, é, no mínimo, imprópria. A menos que todas as informações utilizadas se refiram ao Distrito Federal (antes à Corte), o que não é dito e, pelo detalhamento, não pareceria razoável imaginar que existissem.

[398] O mesmo que foi dito acima por ser dito para essa comparação das médias.

Em 1920, quarto Censo Geral: monumental divulgação dos resultados

Capítulo 22

População do Rio de Janeiro segundo a nacionalidade, 1920

Vários gráficos ilustraram a divulgação dos resultados do Censo de 1920. Com eles, as estatísticas ganhavam Ilustração. Enfeites, por certo, tornando atraentes as tabelas que dominavam as publicações estatísticas; faziam-nas menos áridas. Além disso, antes mesmo, atuavam na apreensão dos resultados estatísticos, dando-lhes possíveis significados, as luzes da ilustração científica.

Primeira vez que, com arte e ciência, se os fez no Brasil. Até então, gráficos eventuais eram precários, sem arte e ciência; de nada valiam.[399] Para alterar essa situação, fora preciso, antes de tudo, saber o papel dos gráficos, vale dizer, sua ciência; depois, ter a arte de fazê-los. Para tanto, importou a presença dos cartógrafos na atividade estatística e a existência duma tipografia estatística.

Naquela década de 1920, a tipografia estatística, afeta à repartição de estatística, já tinha quase 30 anos de existência e de experiência, criada que fora em 1894; a seu turno, os cartógrafos estavam presentes no quadro de pessoal havia quase 15 anos, desde 1907. Além disso, a visão de mundo ampliara-se muitíssimo, sabendo-se a intimidade das instituições estatísticas mundo afora.

Isso posto, à continuação, começamos por considerar os gráficos, trazendo a ciência e a arte que lhes são inerentes, em meio às suas histórias. Depois, passamos pela existência da tipografia estatística e pela presença dos cartógrafos na repartição estatística brasileira. Por fim, chegamos aos gráficos utilizados nas publicações censitárias, bem assim, na Exposição Universal de 1922.

Gráficos: história, ciência e arte

A dupla entrada das coordenadas cartesianas, ordenadas e abcissas, usadas nos gráficos, apenas torna visual a dupla entrada das tabelas, ou seja, a partir das tabelas, na essência, os gráficos cruzam as colunas nomeadas no cabeçalho, uma ou outra,

[399] Há de se registrar ao menos três exceções: primeira, a publicação de divulgação do Censo de 1906, no Distrito Federal; segunda, a publicação do boletim dirigido à Exposição Nacional Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos (1908); terceira, na edição do Anuário Estatístico (volumes em 1916, em 1917 e em 1927). Em todas houve gráficos pictóricos (cartogramas simbólicos). Mas foram, vale relevar, exceções. Na rotina da DGE, foi no Censo de 1920 que entraram.

com as linhas apostas na coluna indicadora. Assim sendo, nas suas essências mostram a mesma coisa, o que é, por certo, natural, contudo, os gráficos trazem um adicional vantajoso, qual seja, a apreensão visual; os conteúdos das tabelas exigem leitura atenta, contudo, o conteúdo dos gráficos (sempre sintéticos) emerge da simples visão; vale dizer, às tabelas, representação por excelência das estatísticas, através das síntese dos gráficos, adicionam-se significações às informações estatísticas, aproximando-se conhecimentos.

Atualmente, a digitalização de informações aumentou a potência dos gráficos. Pela crescente digitalização, mais e mais informações são introduzidas no universo dos signos, o que, de si, já é de grande potência, mais ainda por trazerem, em geral, padrões comuns, fruto de um esforço de produção coordenada. Dessa forma, "informações diferentes, procedentes de instrumentos separados, podem unificar-se numa só visão, porque suas inscrições possuem todas a mesma coerência ótica", na expressão de *Bruno Latour*, que diz mais: "neste 'lugar-comum', oferecido pela roteirização do gráfico, cada dado se liga, por um lado, a seu próprio mundo de fenômenos, e, por outro lado, a todos aqueles com os quais se torna compatível" (LATOUR, 2000b, p. 30-31). E tudo ocorre nos centros de cálculo.

> Se desejarmos entender como chegamos, às vezes, a dizer a verdade, devemos substituir a antiga distinção entre a linguagem e o mundo por essa mistura de instituições, formas matérias e inscrições. [...] É porque os laboratórios, as bibliotecas e as coleções estão ligados num mundo que, sem eles, permanece incompreensível, que convém mantê-los, se nos interessarmos pela razão (LATOUR, 2000b, p. 21-44).

Voltemos no tempo. Nos anos de 1920 ainda estávamos muito longe da digitalização, nem por isso os gráficos eram menores em importância. Ao contrário, eram muito relevantes, e às suas produções dedicava-se a melhor atenção. Então, passava-se do centenário desde que *William Playfair* (1759-1823), economista político escocês "developed or improved upon nearly all the fundamental graphical designs" (TUFTE, c1983, p. 9).[400] *Bulhões Carvalho,* já tendo deixado a direção da repartição de estatística, Diretoria Geral de Estatística - DGE, em seu livro **Estatística:** méthodo e applicação, passa a palavra ao inventor *William Playfair*, que explica as vantagens da sua invenção, ressaltando sua superioridade:

> As vantagens que resultam do novo sistema por nós adotado, consistem em facilitar a aquisição dos conhecimentos estatísticos e ajudar a memória a retê-los, dois pontos essenciais no estudo desta ciência. De todos os sentidos é a vista que dá idéia mais exata e mais pronta de tudo o que é susceptível de lhe ser representado; e quando se trata de reconhecer a proporção existente entre diversas quantidades ou entre diversas grandezas, o órgão da visão tem uma superioridade extraordinária para apreendê-la. Por hábito constante e quase involuntário de comparar diferentes objetos, adquire enorme facilidade em julgá-los (CARVALHO, 1933, p. 243).[401]

[400] Outro nome também importante, como precursor, foi J. H. Lambert, 1728-1777, matemático, suíço-germânico.

[401] A obra maior de William Playfair, **The Statistical Breviary**, onde teoriza sobre a feitura dos gráficos, é de 1801.

Pavilhão da Estatística, [s.d.]

Nessa linha, *Bulhões Carvalho* sustenta a utilidade e importância dos gráficos, ele que à frente da DGE tomara a decisão das suas feituras para utilização nas publicações dos resultados censitários, e, pouco depois, também utilizados no Pavilhão da Estatística[402] existente na Exposição Universal Comemorativa do Centenário da Independência (1922).[403] Assim expressa seu encanto aos gráficos:

> A utilidade dos gráficos para esclarecer ou ilustrar as estatísticas é hoje universalmente reconhecida. Facilitam e corroboram a interpretação dos algarismos, fornecendo rápida e nítida idéia dos fatos estudados pela impressão que tem a vista das relações de grandeza e quantidade entre diversos objetos. Uma simples curva, um pontilhado, a combinação de linhas coloridas, ou de colunas de vários matizes, tornam visível a influência numérica de certos fatos sociais. Suprem, às vezes, por uma noção precisa, instantânea e quase intuitiva, o comentário dos algarismos, não raro longo e enfadonho. Particularizam detalhes, dando ao mesmo tempo a idéia do conjunto (CARVALHO, 1933, p. 242).

Afirmação próxima do que já dissera *Filippo Virgilii*, em seu **Manual de Estatística**, em tradução estimulada e patrocinada por *Bulhões Carvalho*, em sua primeira passagem pela direção da DGE (abr. 1907 - dez. 1909): "A exposição gráfica corresponde à dupla necessidade da atualidade, que exige ensinos rápidos e precisos, a figura nos revela num relance de olhos o desenvolvimento do fenômeno e nos manifesta todos os seus desvios"(VIRGILII, 1908, p. 106). Contudo, não obstante tamanha exaltação, ressalva-se: "Convém observar, entretanto, que os diagramas, assim como os cartogramas, não obstante a sua incontestável utilidade, têm um valor restrito, devendo ser apenas considerados como elementos auxiliares ou ilustrações das estatísticas"(CARVALHO, 1933, p. 243); claro, pois o papel-chave das tabelas permanecia indiscutível. Como seja, *Edward Tufte* fecha a questão, bem na linha da moderna digitalização, que, como visto, amplia a potência dos gráficos:

> Modern data graphics can do much more than simply substitute for small statistical tables. At their best, graphics are instruments for reasoning about quantitative information. Often the most effective way to describe, explore, and summarize a set of numbers – even a very large set – is to look at pictures of those numbers. Furthermore, of all methods for analyzing and communicating statistical information, well-designed data graphics are usually the simplest and at the same time the most powerful (TUFTE, 1992, p. 9).

> Excellence in statistical graphics consists of complex ideas communicated with clarity, precision, and efficiency. Graphical displays should: show the data; induce the viewer to think about the substance rather than about methodology, graphic design, the technology of graphic production, or something else; avoid distor-

[402] Também chamado Pavilhão da Ciência da Certeza.

[403] A publicação dirigida à Exposição Nacional Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos, e a edição do Anuário Estatístico tiveram Bulhões como inspirador. Já a publicação de divulgação do Censo de 1906, no Distrito Federal, tivera ao menos sua participação, membro que fora de sua Comissão organizadora.

> ting what the data have to say[404]; present many numbers in a small space; make large data sets coherent; encourage the eye to compare different pieces of data; reveal the data at several levels of detail, from a broad overview to the fine structure; serve a reasonably clear purpose: description, exploration, tabulation, or decoration; be closely integrated with the statistical and verbal descriptions of a data set. Graphics reveal data (TUFTE, 1992, p. 13).

O papel dos gráficos fica, assim, ontem e ainda mais hoje, fixado, restando indiscutível sua importância. Por demais, desde sempre soube-se que os gráficos, como os cálculos derivados (na forma de índices, de indicadores, entre outros), são bons na medida em que contam com boas estatísticas. Dito de outra forma, os gráficos e os cálculos derivados não são capazes de compensar ausências e fraquezas das estatísticas. É o caso também dos cartogramas, especialmente desejados pela dimensão espacial que adicionam à informação estatística (mas apenas alcançados modernamente).

Diagramas e cartogramas consolidavam-se, pouco a pouco, como valiosa linguagem de representação das estatísticas. Os diagramas, bem mais simples, eram os mais comuns; os cartogramas topográficos (ou de superfície) exigiam traçados dos territórios, nem sempre disponíveis. Os diagramas, embora simples, não raro eram tornados complexos, através de símbolos (também chamados cartogramas simbólicos), às vezes beirando aos exageros: "além das linhas e figuras geométricas, geralmente empregadas na representação gráfica dos diagramas, podem também as figuras dos próprios objetos representá-los simbolicamente na sua quantidade e proporção"(CARVALHO, 1933, p. 251), dizia *Bulhões Carvalho*. E nos conta uma história pitoresca dos exageros simbólicos, como segue:

> Tiveram grande celebridade alguns gráficos simbólicos engendrados pelo conhecido demógrafo argentino Gabriel Carrasco para ilustrar as suas publicações. A originalidade ou fantasia dos seus símbolos gráficos ultrapassa, porém, a tudo quanto se possa admitir em matéria de cartografia estatística. Assim, por exemplo, para representar a extensão linear das cercas de arames existentes nos campos de Buenos Aires, emprega, como termo de comparação, a distância que vai da terra à lua, reproduzindo graficamente todos esses símbolos no seu meteorograma ou planetograma. Não menos engenhosa é a comparação que faz do tamanho da cabeça humana, relativamente ao resto do corpo, para simbolizar o número de habitantes das capitais em confronto com o de todo país, tomando como extremos da escala as dimensões da cabeça da toenia e da baleia, com o fim de demonstrar que a população de Buenos Aires representa, comparativamente com a de toda a República Argentina, o tamanho da cabeça de uma criança bem conformada. Nesse sugestivo gráfico tudo está figurado – toenia, baleia, crianças nuas, homens idem e até a clássica folha de parreira. Enfim, não menos expressivos são os símbolos gráficos por ele imaginados para assinalar, nos diagramas da naturalidade, mortalidade e nupcialidade, o nascimento, a morte e o casamento, usando, em vez de um simples ponto na junção das linhas, as miniaturas da cabeça de uma criança, de uma caveira e de dois corações varados por setas!
>
> Indagando os demografistas norte-americanos qual o símbolo para o divórcio, imediatamente sugeriu que fosse representado por duas mãos fechadas em atitude agressiva!

[404] Sobre este ponto, em especial, ver: BESSON, Jean-Louis. A tentação do modo de usar. In: BESSON, Jean-Louis (Org.). **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 201-220.

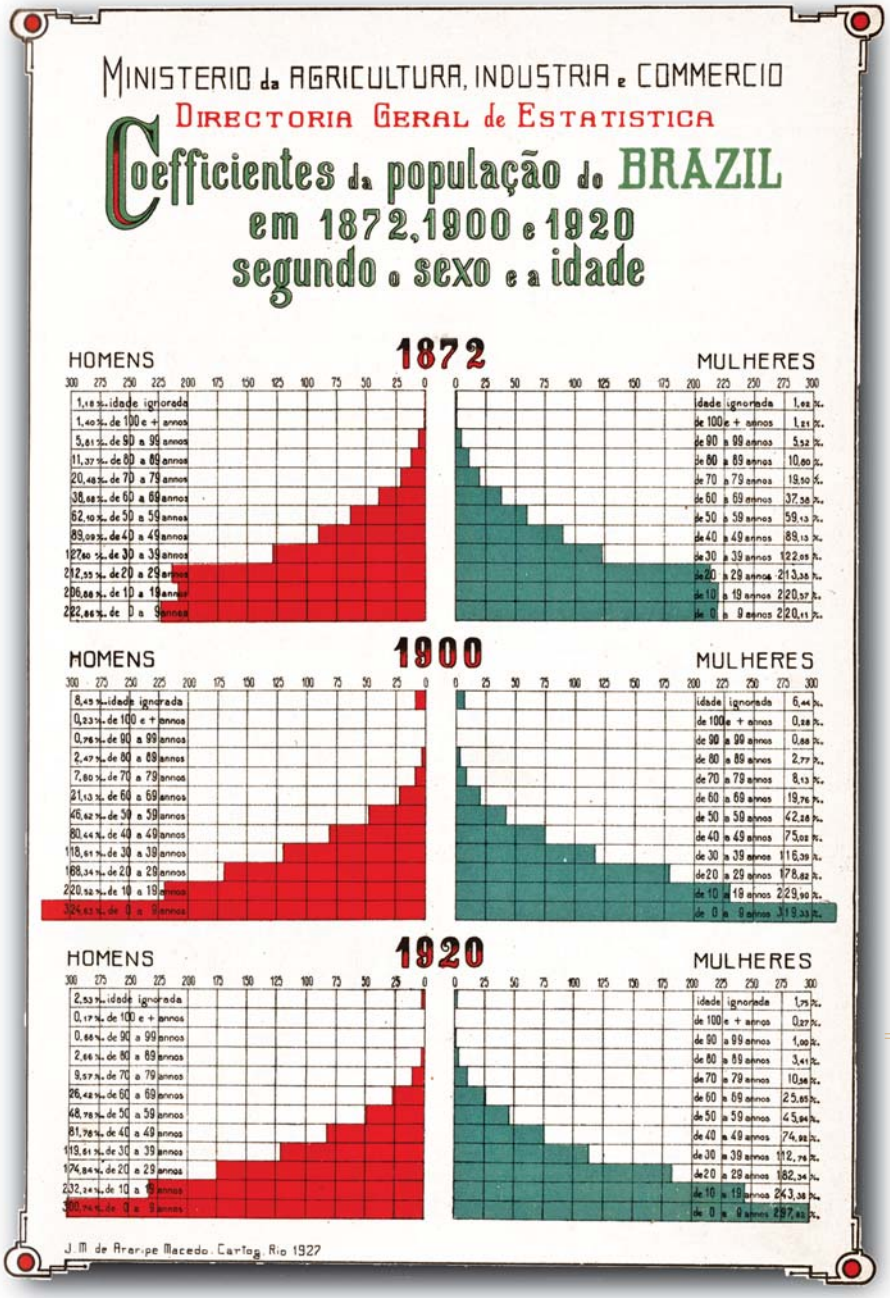


Gráfico do Censo 1920

É evidente a extravagancia de taes concepções cartographicas, embora possam revelar a fertilidade da imaginação e a veia pinturesca do autor dos cartogramas. O exagero simbólico e a fantasia não devem chegar a esse extremo, não sendo também razoável que a preferência dos cartogramas simplesmente figurados chegue ao ponto de considerá-los o meio mais apropriado para a ilustração das estatísticas, mas, ao contrário, limitar o seu emprego aos casos especiais em que possam dar utilmente uma idéia bem sugestiva dos efeitos visados pela comparação (CARVALHO, 1933, p. 256-257).

Cartogramas ou diagramas simbólicos (sem exageros, evidentemente) serviam muitíssimo à propaganda, sendo usados com fins instrutivos ou decorativos. Não por outra razão, além de serem usados na ilustração das publicações, foram usados

Estrada de rodagem, entre Porto União e Palmas, PR,[s.d.]

também, em grandes formatos, no Pavilhão de Estatística na Exposição Universal Comemorativa do Centenário da Independência (1922). Atraiam, num átimo, as vistas dos usuários (visitantes), passando-lhes conhecimento (informação significada e assimilada); hoje ainda atraem a atenção. A seu turno, os cartogramas topográficos, fazendo análises temáticas, eram também atrativos, contudo, era difícil fazê-los, à falta dos traçados territoriais.

> À semelhança das cartas geográficas visam também os cartogramas dividir topograficamente o território, afim de facilitar um confronto mais perfeito das diversas partes que o compõem, recorrendo para isso às comparações gráficas que possam completar, sob o ponto de vista estatístico, as noções já fornecidas pelos mapas geográficos. O objeto do confronto pode representar um só aspecto ou múltiplos aspectos. Assim, por exemplo, os cartogramas relativos à população, à agricultura, às indústrias, à instrução, à viação, etc., podem referir-se unicamente à densidade da população, a uma só cultura, a uma só indústria, apenas ao número de escolas, tão somente às estradas de rodagem, etc.; ou abranger na comparação outras indicações demográficas, várias culturas agrícolas, a totalidade das indústrias fabris, índices mais completos do ensino público e particular, todas as vias ou meios de transporte, etc. (CARVALHO, 1933, p. 252-253).

As cores e seus tons eram (e são) recursos valiosos; contudo, os exageros eram perigosos. E *Bulhões Carvalho* advertia: "Deve haver, porém, um certo critério no emprego da coloração, limitando-se quanto possível o número das cores, afim de evitar a natural confusão que podem acarretar numerosas convenções" (CARVALHO, 1933, p. 251). E acrescenta: "Duas ou três cores revelam com clareza as diferenças entre os elementos comparados, mais de cinco cores tornam difícil à vista apreender as relações de umas com as outras, não podendo a memória reter todos os valores convencionais decorrentes da cor" (CARVALHO, 1933, p. 255). E estes eram (e são, ainda) os cuidados a serem tomados.

A tipografia e os cartógrafos brasileiros

Até os mais simples gráficos exigiam recursos especiais, seja sendo preparados, com arte e ciência, seja sendo impressos, com a devida precisão. Então, à falta dos modernos programas computacionais, preparar os gráficos exigia régua e compasso, vale dizer: habilidades profissionais. Quem as teria, um simples

Diferentes estilos tipográficos usados nos gráficos e cartogramas do recenseamento de 1920

Mapa da República dos Estados Unidos do Brasil, 1889

desenhista? Não, por certo que não. Seria pouco e arriscado, melhor poder contar com um bom profissional, afeito ao desenho científico. Quem, então? Ora, um cartógrafo, até pelo sonho dos mapas, um eterno desejo (necessidade) da atividade estatística; com ele, enquanto não vinham os mapas, vinham os gráficos (e os cartogramas, se não os topográficos, ao menos, os simbólicos) elaborados cientificamente.

Os cartógrafos (na verdade, por muito tempo, só um cartógrafo, no singular) passaram a integrar o quadro de pessoal da DGE pelo Decreto nº 6.628, de 5 de setembro de 1907. A DGE, pela reforma daquele decreto proposto por *Bulhões Carvalho*, era ampliada em sua estrutura e em suas competências (primeira vez que ganhava concretas condições de trabalho); nesse contexto, com grande expectativa, entram os cartógrafos (para não mais saírem).[405] Seu Art. 15 dizia: "O cartógrafo terá por dever organizar os modelos gerais dos quadros destinados à impressão e executar todos os trabalhos gráficos de que o encarregar o diretor geral". Dessa forma, elaborar mapas e cartas não era sua tarefa principal; só o seria depois, já com o IBGE.

Bulhões Carvalho é substituído por *Francisco Bernardino* (político mineiro juiz-forano). Em sua gestão a DGE, afeta agora ao Ministério da Agricultura, Indús-

405 Afonso Pena presidia a República. Miguel Calmon du Pin e Almeida era o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, ministério de tutela da DGE. Bulhões Carvalho chegara à direção DGE em abril de 1907, e nela ficaria (em sua primeira administração) até dezembro de 1909 (pouco depois da ascensão presidencial de Nilo Peçanha (que assumira pela morte de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909).

tria e Comércio, passa por duas reformas, com perdas e ganhos. A primeira reforma, com base no Decreto nº 8.330, de 31 de outubro de 1910, é precedida de avaliação da estrutura deixada por *Bulhões Carvalho*; então, dentre as idéias postas em debate havia a de tornar uma seção especial o serviço cartográfico, o que não vingou. *Oziel Bordeaux*, um dos chefes de seção, elabora cuidadosa avaliação (BRASIL, 1921a)[406], na qual nega essa idéia de realçar o serviço de cartografia, como seção, por desconhecer, segundo diz, sua existência em qualquer outro país. Por essa ou outra razão, o serviço de cartografia não é expandido.

> Mesmo quando o gráfico representa simbolicamente o próprio objeto na sua grandeza ou quantidade, nem por isso deixa o diagrama de obedecer ao cálculo geométrico da área ou espaço ocupado pela figura. A estatística gráfica, baseando-se na geometria analítica, as relações estatísticas são sempre indicadas por figuras geométricas ou por símbolos delas provenientes. Sendo assaz variadas as formas ou meios de reproduzir pela gravura a expressão da grandeza quantitativa dos algarismos, o gosto artístico e a competência do autor do diagrama muito contribuirão para dar à representação gráfica, na variabilidade das combinações, quer a clareza necessária à percepção rápida do assunto, quer o aspecto estético agradável que sempre atrai e prende a atenção (CARVALHO, 1933, p. 246).

Então, havendo "o gosto artístico e a competência do autor do diagrama", no caso a figura do cartógrafo, restaria a capacidade de impressão. Esta, a tradição o mostrava, inexistiria, então, caso à DGE não já se tivesse agregado uma tipografia. Em nela sendo parte integrante, foi-se, pouco a pouco, especializando as máquinas e os técnicos (artífices). Dessa forma, quando do Censo de 1920, ao tempo de sua divulgação, decidida a feitura de gráficos, havia, além da capacidade de elaborá-los, a capacidade de imprimi-los. Tinha-se domínio das exigências estatísticas.

Voltemos à origem de tudo. No início do governo *Prudente de Moraes*, sendo Ministro da Fazenda, *Rodrigues Alves* (1848-1919), futuro Presidente da República, o Item 21, do Art. 6º, da Lei nº 266, de 24 de dezembro de 1894 (Lei Orçamentária para 1895), dizia:

> Art. 6º O Presidente da República é autorizado a despender pela repartição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas:
>
> 21 Diretoria Geral de Estatística: incluída a consignação de 40:000$ para o recenseamento [ainda o censo de 1890] e substituída a consignação de 10:000$ para a impressão pela de 90:000$ para a aquisição e material tipográfico necessário e seu custeio.

Com o quê era criada a oficina tipográfica da estatística; *Francisco Mendes da Rocha* dirigia a DGE. Em 1896, segundo o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, *Joaquim Murtinho*, já funcionava regularmente, portanto, terá se dado muito rapidamente a aquisição das máquinas, as suas instalações e a formação das equipes (BRASIL, 1897). Sua criação atendia a um clamor da DGE, sempre às voltas com a

406 Esta é a data de edição; a data de elaboração é setembro de 1910.

escassez de recursos técnicos, e de tempo, na Imprensa Nacional, em especial, nas ocasiões de impressão dos formulários censitários, sempre em grande volume. Contando com uma tipografia, a DGE ganhava liberdade, e autonomia. Em sua criação, a Imprensa Nacional terá sido, seguramente, ouvida, e terá concordado, talvez com alívio, mas não sem alguma relutância, por lhe ser uma declaração de fragilidade, abrindo, por certo, um perigoso precedente.

Passa o tempo, e em 1907, na reforma de *Bulhões Carvalho* a tipografia é subordinada diretamente ao Diretor Geral. Logo depois, em 1910, por ocasião da reforma de *Francisco Bernardino*, com a DGE afeta ao criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, vem a idéia de associá-la ao ministério, ao que *Oziel Bordeaux* (no relatório acima aludido) contesta: de um lado, por retardar e restringir as atividades estatísticas, de certa forma, retornando as limitações existentes ao tempo do vínculo à Imprensa Nacional; de outro lado, por ser uma violação da lei que instituiu o privilégio de atividade à Imprensa Nacional[407], abrindo a chance de todos os ministérios quererem suas gráficas.

> Pela natureza particular dos trabalhos que elabora a Diretoria de Estatística, o influxo desta sobre eles não pode, com efeito, cessar à entrega dos originais à tipografia. Ainda daí em diante, por certo, deve a Diretoria entender em tudo – na escolha do papel, do formato e do tipo, no arranjamento geral dos volumes e na revisão das provas. Esta sobretudo, não lhe pode ser tirada, em graves inconvenientes. Em inquéritos vastíssimos, como alguns daqueles que nos incumbe promover, torna-se, amiúde, necessário substituir cifras, até nas últimas provas, para levar em conta os derradeiros informes obtidos. Ora, um só número, que em determinado quadro se modifique, não poucas vezes exigirá, noutros, alterações correspondentes. Claro é, portanto, que a feitura e a responsabilidade dessas devem caber ao funcionário que aja executado a obra, ou que a tenha dirigido e fiscalizado, em uma palavra, àquele que melhor conheça o assunto e, pois, esteja apto a avaliar, nem só a oportunidade de quaisquer emendas, mas ainda todas as conseqüências resultantes dela. Basta isso para mostrar que, até a última demão, isto é, até serem eles entregues ao público, a Diretoria Geral de Estatística deve acompanhar solicitamente todos os seus trabalhos (BRASIL, 1921a, p. 120-121).

Dessa forma, insiste, fortemente, na inadequação da subordinação da tipografia da estatística ao ministério. Mas concede, sem esconder o contragosto, a possibilidade de atendimento simultâneo ao ministério, porém, de modo secundário, sem retirar o privilégio (primazia) de atendimento à repartição de estatística. Nesse caso, a se fazer esse duplo atendimento, entende que o comando da tipografia deva ser, sem dúvida alguma, do Diretor Geral de Estatística. Não obstante, virá essa temida reforma, pelo Decreto nº 9.106, de 16 de novembro de 1911. A tipografia, com as oficinas "de composição, de impressão e pautação, de desenho, gravura e fotografia, de litografia e de encadernação e serviços acessórios"(BRASIL, 1912a, p. 284), embora seguisse anexa à DGE, respondia ao Ministro. E se tem uma curiosa notícia: "Durante

407 Segundo informa, trata-se do Art. 19 da Lei nº 2.940, de 31 de outubro de 1879.

alguns dias, depois do incêndio da Imprensa Nacional, o Diário Oficial foi impresso em suas oficinas" (BRASIL, 1912a, p. 286); num giro inverso da história...

Esta será a situação encontrada por *Bulhões Carvalho* ao voltar à direção geral da DGE, em janeiro de 1915, já no governo *Wenceslau Braz*, sendo *Pandiá Calógeras* o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Logo tratará de refazer a situação, e o consegue com o Decreto nº 11.476, de 5 de fevereiro de 1915; desde então a DGE recupera o comando da tipografia, mas o atendimento às demandas do ministério continuam, contudo, guardada a primazia da DGE. Suas necessidades, seja na impressão dos formulários censitários, seja na impressão das publicações serão sempre prioritárias nas atividades da tipografia. Como seja, para além dos altos e baixos, a tipografia não cessará de se especializar crescentemente; sua capacidade de atendimento, em quantidade e em qualidade serão objeto de elogios freqüentes, mormente quando da impressão dos resultados do Censo de 1920, com suas incríveis ilustrações.

As publicações censitárias e as exposições universais

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO
DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

RECENSEAMENTO DO BRAZIL
Realizado em 1 de Setembro de 1920

VOLUME II (1ª PARTE)

POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
(DISTRICTO FEDERAL)

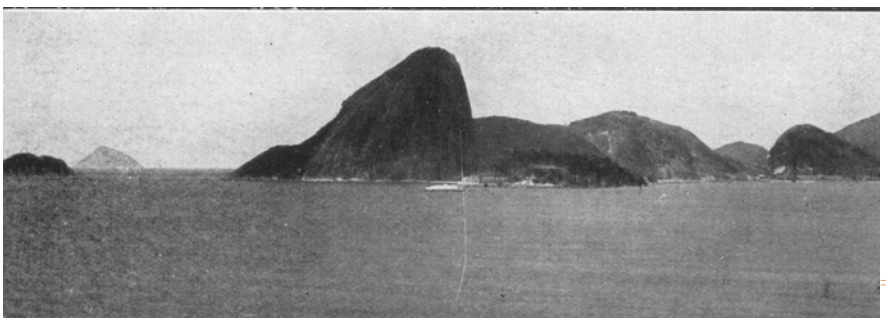
Historico da cidade e dos inqueritos censitarios.
Crescimento, densidade e distribuição da população segundo o sexo, o estado civil, a nacionalidade, a idade, o grão de instrucção, os defeitos physicos e as profissões

RIO DE JANEIRO
TYP. DA ESTATISTICA
1922

Folha de Rosto de Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920. v.2

Em 1º de setembro de 1920, a República realiza o terceiro censo da população brasileira, quarto do País, ancorada nos Decretos nº 4.017 e nº 14.026, de 9 e 21 de janeiro de 1920; junto seriam também realizados os chamados inquéritos econômicos. Após os censos de 1890 e de 1900, grandes fracassos, querer sucesso na operação censitária era querer muito pouco, mais que isso, de fato, impunha-se um retumbante sucesso. Tudo devia ser pensado, e repensado; todos os esforços seriam poucos; nenhum recurso seria negado; todo apoio oficial seria hipotecado. Tudo isso não só para ter-se o censo em si, razão mais do que suficiente, mas sobremodo para tê-lo ao tempo da comemoração do centenário da Independência, a se dar daí a dois anos. Por esse curto tempo, a coleta e a apuração deviam ser seguras e rápidas, divulgando-se, quando pouco, resultados preliminares abrangentes e confiáveis, de preferência divulgando amplamente os resultados. Por demais, decidida que haveria uma Exposição Universal comemorativa daquele centenário, e sendo natural, pois comum alhures, que nela houvesse um pavilhão de estatística, não só a coleta e a apuração deviam ser rápidas, mas também a divulgação, com a impressão das publicações. Não apenas rápida, também bonita; daí ter-se feito um plano prévio de divulgação, e ter-se ajustado os recursos para realizá-lo, seja o serviço de cartografia, seja o serviço tipográfico.

Em 1923 sobre 1922, *Bulhões Carvalho* descreve em relatório as realizações cartográficas e tipográficas; não ficando dúvidas sobre o sucesso alcançado. Na Exposição Universal estavam disponíveis para distribuição o volume 1: **Introdução:** aspecto físico do Brasil. Geologia, flora e fauna. Evolução do povo brasileiro. Histórico dos inquéritos demográficos; e o também volume 1: **Anexos:** decretos, instruções e mo-



Entrada da Barra, Fortaleza de Santa Cruz, RJ, [s.d.]

delos das cadernetas e dos questionários para a execução do recenseamento. Prontos, mas não para distribuição, e sendo usados na feitura dos gráficos, estavam o volume 2 (1ª parte): **População do Rio de Janeiro (Distrito Federal)**; o volume 2 (2ª parte): **Agricultura e indústrias (Distrito Federal)**; o volume 3 (3ª parte)**: Estatística predial e domiciliária da cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal)**. Além desses volumes, resultados sínteses sobre o País, Estado a Estado, terão estado disponíveis, sendo objeto de gráficos elaborados na cartografia.

> Múltiplos e valiosos foram os trabalhos executados pela seção[408] de cartografia durante o ano de 1922. Não se limitaram aos desenhos gráficos destinados a ilustrar as publicações da Diretoria Geral de Estatística. Numerosos diagramas e cartogramas, de várias espécies e sobre vários assuntos foram também rapidamente executados para serem exibidos no Pavilhão de Estatística na Exposição do Centenário. Dentre os mais notáveis trabalhos ali expostos, destaca-se a carta censitária do Distrito Federal, desenhada em sete fusos geográficos, na escala de 1 por 10.000, ocupando a extensão de pouco mais de 9 metros de largura por 4 de altura e cujos detalhes foram na maior parte colhidos no campo pelos topógrafos encarregados de prévios levantamentos. Esta carta, como bem diz o cartógrafo [João Moreira de] Araripe Macedo, além de atestar um grande esforço, representará, no futuro, "a mais exata, a mais original documentação do aspecto topográfico da capital da República ao completar o Brasil o seu primeiro centenário da independência política". Juntamente com os trabalhos gráficos, organizou a seção de cartografia um índice alfabético dos logradouros do Distrito Federal, discriminados de acordo, não só com a divisão censitária, mas também de conformidade com as divisões municipais e judiciárias[409]. Além desses serviços, a cartografia esboçou os *croquis* que serviram de modelo para os grandes painéis decorativos do Pavilhão de Estatística, aos quais os artistas[410] Izaltino Barbosa, Evencio Nunes, Francisco Manna, Eugênio Latour, Pedro Bruno, e Gustavo Dall'Ara deram realização pintórica [sic] (BRASIL, 1923a, p. 12-13).

No mesmo relatório, *Bulhões Carvalho* relaciona os setenta diagramas e cartogramas realizados na cartografia. Foram usados nas publicações e/ou mostrados no Pavilhão de Estatística da Exposição Universal. Eis alguns exemplos, numa relação somente indicativa:

408 Isso é força de expressão, não significando que a cartografia tenha se tornado uma seção.

409 Esse tipo de trabalho, hoje comum, à época era feito apenas para a capital da República. Nos demais estados, em todas as cidades, não se os fazia, nem antes, nem depois dos censos. A coleta nesses lugares era, assim, frágil.

410 Eram, talvez, artífices do serviço tipográfico. Talvez estivessem cedidos ao serviço cartográfico. Vale realçar os sobrenomes estrangeiros de alguns deles, o que mereceria aprofundamentos.

Portão principal da Exposição Internacional do Centenário da Independência, 1922

- Alguns referiam-se à população brasileira: por estados, nos Censos de 1872, 1890, 1900 e 1920; comparação com as populações de outros países da América, da Europa e da Ásia; densidade territorial da população do Brasil, 1920; crescimento médio anual de 1872 a 1920; entre outros.

- Alguns referiam-se ao território brasileiro: áreas dos municípios do Brasil, em 1920; áreas dos estabelecimentos rurais recenseados em confronto com a superfície territorial dos estados, em 1920; temperatura de algumas cidades brasileira e estrangeiras no verão e no inverso; entre outros.

- A maioria referia-se ao Distrito Federal: população segundo a nacionalidade, brasileiros e estrangeiros; população estrangeira, segundo as nacionalidades; população segundo o sexo e o estado civil; população segundo as idades; população segundo o grau de instrução; população segundo o grau de instrução e a nacionalidade, brasileiros e estrangeiros, excluídos menores de 5 anos; população segundo os defeitos físicos, cegos e surdos-mudos; população segundo a nacionalidade, brasileiros e estrangeiros, e os defeitos físicos, cegos e surdos-mudos; natalidade, nupcialidade e mortalidade, no período de 1912 a 1921; número de habitantes e do número de prédios, com indicativo da densidade demográfica; meios de transporte e vias de comunicação, do ensino civil, público e particular, do coeficiente de analfabetismo; entre outros.

Qual terá sido o destino dos grandes painéis expostos no Pavilhão de Estatística? Alguns terão sofrido as agruras do tempo, e se perdido. *Bulhões Carvalho*, enquanto dirigiu a DGE, pode tê-los guardado, até cuidadosamente, mas em 1931, com a chegada de *Getúlio Vargas*, deixa a direção, e se aposenta. Então, do tufão que passou pela repartição de estatística resultou uma desordem inimaginável; só depois, com o IBGE, em 1936, recuperou-se a necessária ordem; pois, em meio a tudo isso, quem cuidaria da guarda dos painéis? Um ou outro solitário abnegado, por certo,

mas que, ao que parece, não existiu; enfim, as mudanças, inclusive de espaço físico, terão posto tudo a perder. Outros, ainda na gestão *Bulhões*, por ele mesmo registrado em relatório (BRASIL, 1926, p. 14), tiveram destino glorioso, ao menos temporário, sendo enviados à Exposição de Bruxelas[411]. Além desta seleção de painéis, outros foram feitos, mas não se tem notícia dos mesmos; de todo modo, foram feitos também pela cartografia da estatística. Terminada a exposição, talvez tenham voltado, o que pesquisas no Itamaraty poderiam confirmar; se voltaram, terão, por certo, ido para a DGE, se não voltaram, terão se perdido na Bélgica, nos desvãos da representação diplomática brasileira.

O plano de divulgação dos resultados

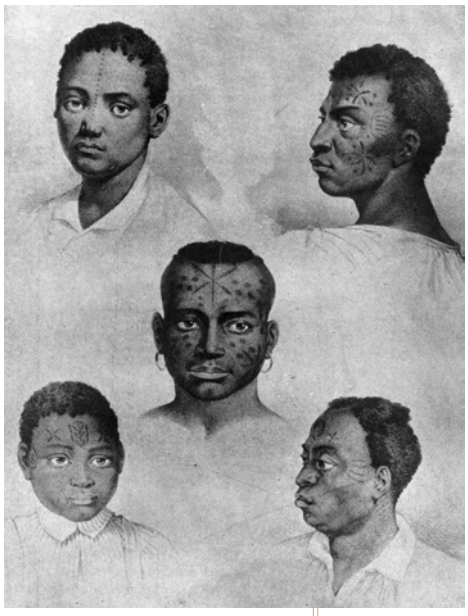
Há muito Bulhões considerava as publicações das estatísticas. Entendia que elas deviam seguir a um plano prévio, bem estruturado, bem sistematizado. Refletiu vários pontos, até a dimensão dos volumes; empenhou-se na mudança dos mesmos, fazendo-os trazerem estudos e análises, facilitando, assim, o entendimento e a assimilação das estatísticas, e, em decorrência, angariando simpatias e recursos às suas elaborações. Nos termos de hoje, diríamos que ele estava atuando na consolidação da credibilidade e na legitimidade da atividade estatística. Pois, tanta atenção alcança o auge ao tempo do Censo de 1920, quando pensou a forma e o conteúdo das publicações, tudo isso inserido num plano editorial minucioso, com resultados monumentais.

Afora a monumental divulgação do Censo de 1872, em si e para a época, só agora, para o Censo de 1920, faziam-se avanços. De fato, as divulgações dos resultados dos Censos de 1890 e 1900 foram pífias, não apenas no conteúdo, mas também na forma, sem nenhum esmero visual. No caso do Censo de 1900, havia um plano de divulgação minucioso e ambicioso, sequer tangenciado. Por tudo isso, o que se faria para o Censo de 1920 ombreava-se à grandeza imperial, e tudo se deveu à perspicácia e à pertinácia de Bulhões Carvalho. Pouco antes houvera a experiência de divulgação de dois volumes do Anuário Estatístico, que funcionou como uma forma de ensaio.

O cumprimento detalhado do plano traçado se deu ao longo da década de 1920, e chegou ao início dos anos de 1930; fora um ou outro volume saído ao tempo de Getúlio Vargas, no Governo Provisório, todos os demais volumes saíram ao tempo da primeira República (República Velha, como hoje é dita); mesmo esses que saíram depois, já estavam preparados. Nota-se nas publicações, conforme iam saindo, uma redução das análises, bem assim dos gráficos, sendo, portanto, dominantemente constituídos por tabelas. Isso posto, antes de passar à relação das publicações, valerá

[411] Esta Exposição de Bruxelas, a que Bulhões se refere, não consta da relação das Exposições Universais. Assim, pode haver um erro de nome, e se referir a outra cidade; sabe-se que em 1924 houve uma Exposição Universal em Wembley (quando o estádio foi inaugurado), e houve outra em 1925 em Paris. Ou, a Exposição pode ter sido mesmo em Bruxelas e não ser Universal, mas apenas local; não se descarte essa possibilidade, dada que as relações diplomáticos do Brasil e a Bélgica eram especialmente amistosas.

chamar a atenção para o conteúdo do volume 1, de **Introdução**, pela ousadia na definição dos textos, e sobremodo pela qualidade dos mesmos, envolvendo nomes de grande importância. Alguns desses estudos, não muito depois, ganharam expansões e desdobramentos, sendo publicados independentemente; em especial o estudo de Oliveira Vianna, logo expandido, e que influiu na formação de muitos intelectuais brasileiros.



Rugendas M., Diversos tipos de negros "moçambiques", 1835

Então, por fim, eis os volumes estruturados e publicados:

Vol. 1 – INTRODUÇÃO – Aspecto físico do Brasil – Geologia, flora e fauna – Evolução do povo Brasileiro – Histórico dos inquéritos demográficos. Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1922.

Conteúdo: Aspecto físico do Brasil (Situação e limites; superfície territorial e clima). / Geologia estratigráfica e econômica, pelo Engenheiro Euzébio Paulo de Oliveira. / A flora do Brasil, por F. C. Hoehne. / Esboço geral da fauna brasileira, por Alipio Miranda Ribeiro. / O povo brasileiro e sua evolução (Evolução da sociedade; Evolução da raça; Evolução das instituições políticas), por F. de Oliveira Vianna. / Resumo dos inquéritos censitários, realizados no Brasil. / Histórico e instruções para a execução do recenseamento de 1920.

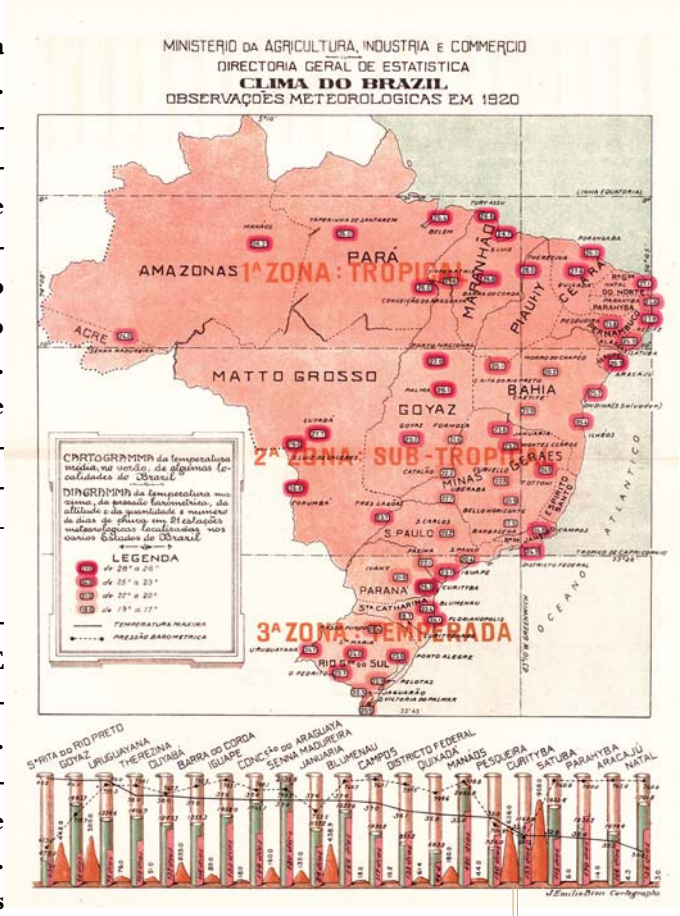
Vol. 1 – ANEXOS – Decretos, instruções e modelos das cadernetas e dos questionários para a execução do Recenseamento. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1922.

Conteúdo: Leis e Regulamento para a execução do recenseamento. Trabalhos preliminares do censo econômico nos Estados. Instruções gerais: para os trabalhos preliminares do recenseamento; para execução do recenseamento e para a remessa do material censitário. Apuração do recenseamento: Instruções gerais para os trabalhos das turmas de apuração; Instruções especiais para a apuração do censo econômico. Instruções especiais para a apuração do censo demográfico. Modelos censitários: Modelos para o censo demográfico; para o censo agrícola; para o censo industrial.

Vol. 2 (1ª parte) – POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (DISTRICTO FEDERAL). Histórico da cidade e dos inquéritos censitários. Crescimento e distribuição da população, segundo o sexo, o estado civil a nacionalidade, a idade, o grau de instrução, os defeitos físicos e as profissões. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1923.

Vol. 2 (2ª parte) – AGRICULTURA E INDUSTRIAS – DISTRICTO FEDERAL. Área

e valor dos imóveis rurais. Categoria e nacionalidade dos proprietários. Sistema de exploração rural. Recenseamento do gado. Produção agropecuária e florestal. Mecanismos e instrumentos agrários. Beneficiamento da produção. Indústria. Modo de organização, capital empregado e época da fundação das empresas. Força motriz. Pessoal. Período de funcionamento das fábricas. Principais despesas anuais. Produção. Salários. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1924.



Observações metereológicas em 1920

Vol. 2 (3ª parte) – ESTATÍSTICA PREDIAL E DOMICILIÁRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (DISTRICTO FEDERAL). Estatística predial. Natureza, condição, número de pavimentos, propriedade e densidade dos prédios. Estatística domiciliária. Aplicação, natureza e densidade dos domicílios. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1924.

Vol. 3 (1ª parte) – AGRICULTURA – Superfície territorial, área e valor dos imóveis recenseados. Categoria e nacionalidade dos proprietários. Sistema de exploração rural. Recenseamento do gado. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1923.

Vol. 3 (2ª parte) – AGRICULTURA – Superfície do Brasil. Área recenseada e área cultivada. Produção agrícola. Produção florestal. Produção animal. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1923.

Vol. 3 (3ª parte) – AGRICULTURA – Instrumentos e máquinas agrícolas dos estabelecimentos rurais. Beneficiamento da produção. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1927.

Vol. 4 (1ª parte) – POPULAÇÃO – População do Brasil, por Estados, municípios e distritos, segundo o sexo, estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1926.

Vol. 4 (2ª parte) – Tomo I – POPULAÇÃO – População do Brasil, por Estados, municípios e distritos, segundo o sexo, estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1928.

Vol. 4 (2ª parte) – Tomo II – POPULAÇÃO – População do Brasil, por Estados, municípios e distritos, segundo o sexo, estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1928.

Vol. 4 (3ª parte) – POPULAÇÃO – População do Brasil, por Estados e Municípios, segundo os defeitos físicos por idade, sexo e nacionalidade. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1928.

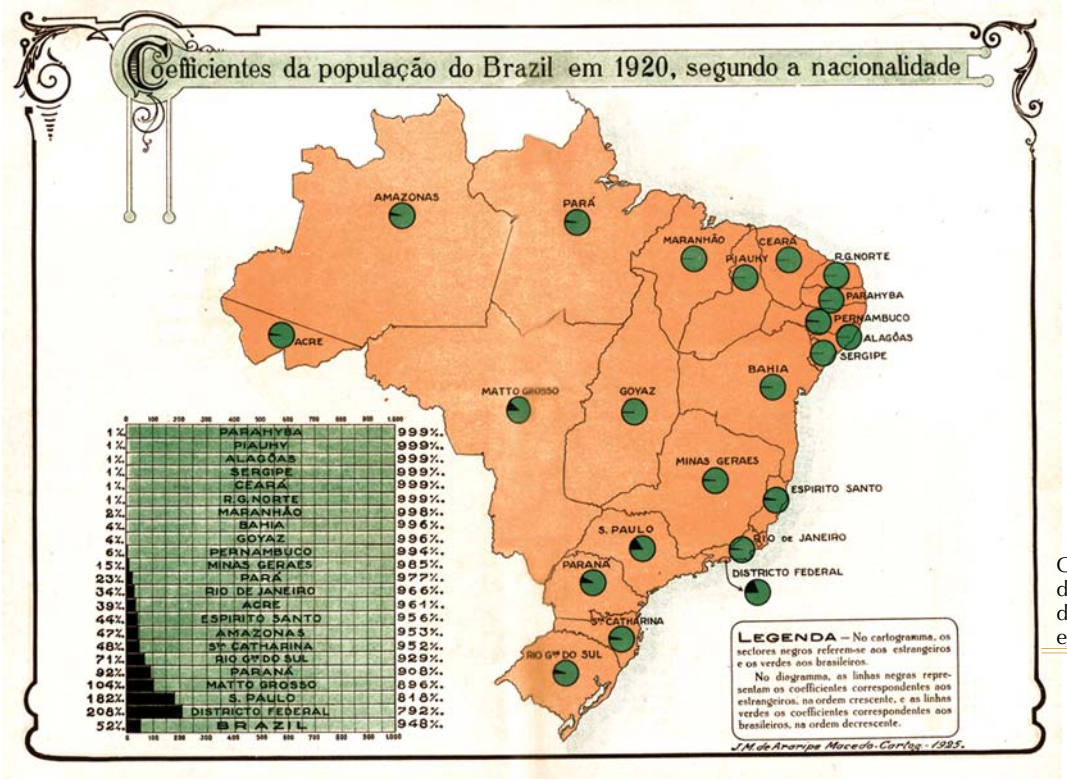
Vol. 4 (4ª parte) – POPULAÇÃO – População do Brasil, por Estados e Municípios, segundo o grau de instrução por idade, sexo e nacionalidade. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1929.

Vol. 4 (5ª parte) – Tomos I – POPULAÇÃO – População do Brasil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1930.

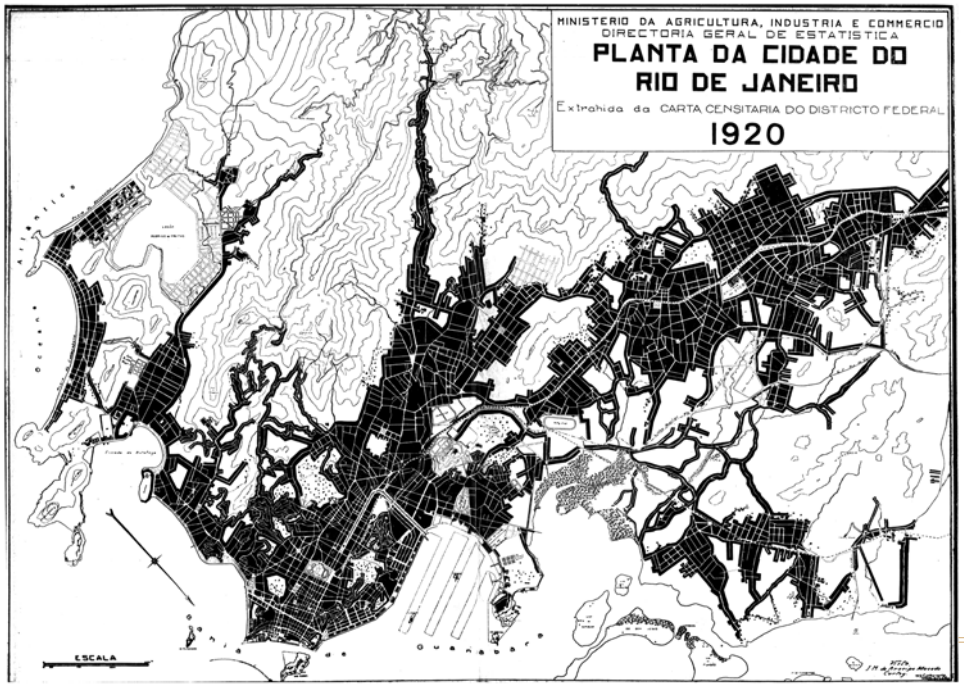
Vista geral da rua Marechal Floriano, [s.d.]

Vol. 4 (5ª parte) – Tomos II – POPULAÇÃO – População do Brasil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1930.

Vol. 4 (6ª parte) ESTATÍSTICA PREDIAL E DOMICILIÁRIA DO BRASIL – Estatística Predial – Natureza, condição, número de pavimentos, propriedade e densidade dos prédios. Por estado, município e distrito. Estatística domiciliaria – Aplicação, natureza e densidade dos domicílios. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística. 1930.



Coeficiente da população do Brasil em 1920



Planta da Cidade do Rio de Janeiro, 1920

(Apêndice Custos dos inquéritos demográfico e econômico. Contabilidade do Recenseamento. Sessão solene e entrega de medalhas)

Vol. 5 (1ª parte) – INDÚSTRIA – Modo de organização das empresas. Capital empregado e data da fundação. Força motriz e pessoal em serviço. Período de funcionamento da fábrica. Principais despesas de custeio. Produção anual. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística. 1927.

Vol. 5 (2ª parte) – SALÁRIOS – Taxas do salário profissional nas várias indústrias, segundo a idade e o sexo dos operários jornaleiros. Confronto regional dos salário médios. Taxa do salário diário nas profissões rurais. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística. 1928.

Vol. 5 (3ª parte) – ESTATÍSTICAS COMPLEMENTARES DO CENSO ECONÔMICO – Empresas de eletricidade. Iluminação. Abastecimento de água. Esgotos. Usinas açúcareiras. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística. 1929.

Além desses volumes, já no Departamento Nacional de Estatísticas, que sucedeu a DGE, ao tempo de Getúlio Vargas, no Governo Provisório, foram publicados 22 outros (um por estado) com a relação nominal dos estabelecimentos rurais com nomes dos proprietários (com perda do sigilo). E um volume com resultados estaduais, através de tabelas já publicada em outros; utilizou-se, inclusive, as mesmas matrizes tipográficas e, por isso, na montagem final, as páginas foram renumeradas manualmente.

Resultados Gerais do Recenseamento do Brasil realizado em primeiro de setembro de 1920. População, Agricultura, Indústria. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística,1932.

Vê-se, então, que foi mesmo uma divulgação monumental, jamais vista no País. Em muito, superou-se a divulgação do Censo de 1872, no Império, ela própria potentosa. Quanto à divulgação dos Censos de 1890 e de 1900, já na República, aí então a diferença é muitíssimo impressionante; nestes casos, não se saiu de um ou outro mísero volume, sem nenhum esmero na forma, não raro, sem valor no conteúdo.

Exposição do centenário: o Brasil comemorou 100 anos no "bazar das maravilhas"*

Capítulo 23

por Marco Aurelio Martins Santos

Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, assistente de pesquisa na produção desta obra

Exposição Internacional, aspecto noturno visto do mar RJ,1922

Quando surgiram, no século XIX, as Exposições Universais foram saudadas como "festas da modernidade". Ou, no dizer de Joaquim Norberto, aqueles "festins da indústria" (SILVA, 1870, p. 17). Uma exaltação ao "novo", ao "progresso", a todos os dísticos por trás de onde a burguesia não se ocultava, ao contrário, se perfilava. Ali, as produções dos estados se transformavam em grandes atrações. Não por acaso, uma norte-americana de tempos modernos definiu as Exposições como uma mistura de "Olimpíadas, Disney World, Superbowl e Museu Nacional" (ROSE, 2005). Era um local de experimentos de vanguarda, um ótimo arauto que celebrava a força do capitalismo em toda a sua essência. Como no dizer de Hardman, constituíam "um mundo à parte, que expõe fragmentos de todos os lugares conhecidos para converter-se num estranho lugar-nenhum; que rememora efemérides da história universal para misturá-las num todo uniforme, datado mas desprovido de densidade histórica" (HARDMAN, 1991, p. 50).

Ao tempo do Império, o Brasil esteve presente em quase todas[412], fechando seu ciclo na realizada em 1889, que comemorava o primeiro centenário da Revolução Francesa.

Veio a República e o Brasil continuou participando das Exposições Universais, eventualmente deixando de mandar representação a uma ou outra. Aqueles grandes eventos já não tinham o charme de antes, mas ao longo do *fin-de-siècle* e início do seguinte, as exposições ainda atrairiam a atenção de milhares de pessoas que cruzavam os seus pórticos monumentais. Uma em especial teria enorme significado para o Brasil: a que celebrou os primeiros 100 anos de sua independência, erigida na sua capital, em 1922. Realizada pela primeira vez fora do eixo Europa-Estados Unidos, a Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência mobilizou enormes multidões que iam festejar o passado, exaltando o novo. A nação que ainda trazia certos ranços coloniais pedia passagem para entrar na modernidade. Aquela era uma excelente oportunidade para exibir os números

412 Não esteve presente na primeira, realizada em 1851, em Londres, e na segunda, em 1855, em Paris (SENRA, 2006a).

recém-levantados pelo Recenseamento Geral de 1920. O mundo veria as recentes estatísticas brasileiras naquele "Bazar das Maravilhas".[413]

O Brasil na "Colombiana"

Depois da Proclamação da República, a primeira presença brasileira em Exposições Universais aconteceu em 1893, por ocasião da *World's Columbian Fair*. Para esta exposição, chamada de "colombiana", por comemorar o quarto centenário do achamento da América por Cristóvão Colombo, o governo norte-americano emitiu um ato datado de 25 de abril de 1890, onde convidava todas nações a participarem das "solenes festividades" a serem realizadas "em tão pacífica, quanto industriosa, comercial, artística e científica arena internacional" (BRASIL, 1894, p. 31).

O governo republicano brasileiro aceitou o convite

> [...] concorrendo com todas as forças de sua nascente vitalidade àquele certame do progresso e da civilização, fazendo-se ali representar, com as principais indústrias e produtos do seu solo, e em boa hora, exibindo com gerais e públicas demonstrações de apreço, os seus recursos naturais, o grau de sua cultura em todos os ramos de conhecimentos humanos, e os progressos realizados pelos brasileiros, em tão curtos anos de sua novel nacionalidade (BRASIL, 1894, p. 31).

Para isto, o governo da "novel nacionalidade" consultou os estados da União sobre esta participação, preparando uma exposição preliminar, no Rio de Janeiro, onde se avaliaria o material a ser submetido aos organizadores do certame internacional. Uma comissão brasileira, chefiada pelo Marechal *José Simeão de Oliveira* [414], seguiu para Chicago com o intuito de dar andamento nos trabalhos e chefiar a delegação brasileira. O País exibiria lá os seus produtos, em belíssimo pavilhão projetado por *Francisco Marcelino de Souza Aguiar* (1855-1935)[415].

A primeira cerimônia da exposição ocorreu antes de sua inauguração e foi feita em outubro de 1892, para marcar a data da chegada de Colombo ao Novo Mundo. Outra aconteceu em abril de 1893, ainda antes da inauguração oficial, no litoral de Nova Iorque, por intermédio da "maior revista naval internacional até aquele momento realizada" (BRASIL, 1894, p. 32), onde o Brasil teve a oportunidade de enviar também três navios de sua esquadra.

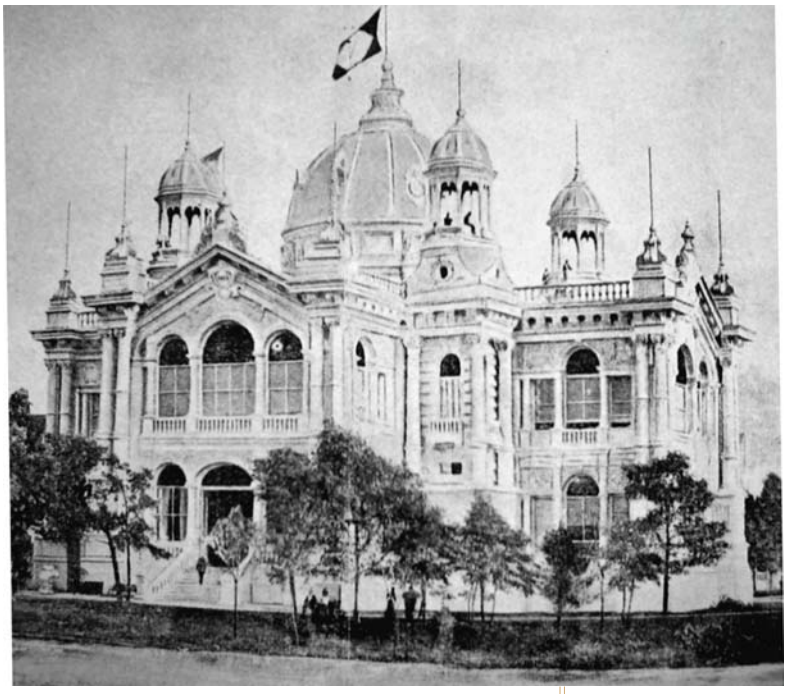
A abertura oficial do evento aconteceu em 1º de maio de 1893, com a presença do presidente norte-americano *Grover Cleveland* (1837-1908) e de todo o seu

413 Como Hermes Fontes se referiu à Exposição do Centenário em seu editorial (A EXPOSIÇÃO..., 1922).

414 Ele veio a falecer no transcurso da Exposição, em junho de 1893, sendo substituído na chefia da delegação brasileira pelo contra-almirante Joaquim Antonio Cordovil Maurity.

415 Arquiteto e militar, foi prefeito do Distrito Federal de 1906 a 1909. É o autor de diversos e famosos projetos arquitetônicos como o Palácio Monroe, a Biblioteca Nacional, o quartel central do Corpo de Bombeiros do RJ, onde ele foi comandante, entre outros. Chefiou a delegação do Brasil na Exposição de Saint-Louis/USA.

secretariado. A abertura do pavilhão brasileiro só se deu em 19 de julho, segundo consta, "em presença das autoridades da exposição, dos comissários e representantes de todos os países estrangeiros e estados da União americana, de grande número de convidados e do povo em geral" (BRASIL, 1894, p. 33).



Pavilhão do Brasil, na Exposição Universal de Chicago, EUA,1893

No relatório do ministro, ele descreveu com orgulho exacerbado (talvez até um pouco demais...) que de acordo com especialistas em exposições universais, a mostra brasileira em Chicago era "a mais variada e completa, a maior e mais importante de todas que até aquele momento se tem realizado no estrangeiro" (BRASIL, 1894, p. 33). Segundo ele, o pavilhão brasileiro conquanto não fosse o maior, era considerado "como o primeiro dos edifícios estrangeiros da exposição" (BRASIL, 1894, p. 33).

Para corroborar o que relatou, o ministro citou no relatório um artigo da publicação oficial do evento, *Shepp's World's Fair*, onde se lê:

> Depois da Alemanha, foi a República do Brasil o país que mais despendeu com o seu formoso pavilhão [...] Causam a mais agradável impressão os quadros: a independência do Brasil, a Primeira Missa; o Panorama da Cidade do Rio de Janeiro, com seu magnífico mapa de perfil ao lado [...] (BRASIL, 1894, p. 34).

Tudo isto entre loas e aclamações a beleza arquitetônica do pavilhão projetado por Souza Aguiar e especialmente ao café brasileiro, generosamente servido aos visitantes. Aliás, como ainda era o principal produto de exportação do País, nada mais natural que a maior carga de investimentos do estande *tupiniquim* fosse dirigida ao "ouro negro" que brotava das terras paulistas e sustentava a economia pátria. Além da infusão oferecida aos visitantes, estavam expostos no pavilhão brasileiro, "por contas de patrióticos fazendeiros do progressivo estado de São Paulo" (BRASIL, 1894, p. 35) máquinas para beneficiar o café em coco, processo este que era mostrado para o público visitante.

Mas a mostra brasileira não se limitava à preciosa rubiácea e seus processos de manufatura. Outras seções expositoras, comandadas por diligentes comissários, traziam outros produtos e serviços originados no Brasil. Segundo o relatório, o Dr. *Graciano de Azambuja* chefiava o departamento de agricultura. O "cidadão" [sic] *Luiz Michelet* estava à frente da seção da exposição de cafés. O "cidadão" [sic] *Francisco Freire*

Napoleão representava as seções de instrução pública, estatística, legislação e publicidade dos departamentos de manufaturas e artes liberais.

O relatório não dá maiores explicações sobre o que estava exposto na seção de estatística. Só que havia uma na mostra brasileira da Exposição Universal Colombiana. Há, entretanto, algumas pistas, pelo que se pode depreender da lista de prêmios conquistados pelos expositores brasileiros. Um deles foi abiscoitado pelo Dr. *Antonio Augusto Ferreira da Silva* e os seus **Estudos sanitários e demográficos desde 1850-1890**, já citado anteriormente no capítulo sobre os demógrafos-sanitaristas. Outro prêmio foi conquistado pela Inspetoria Geral de Higiene pelos trabalhos **Estatística da mortalidade da cidade [do Rio de Janeiro]** e **Anuário sanitário-demográfico da cidade**. O bastante lembrado Dr. *Aureliano Portugal* também foi agraciado com um prêmio por seu trabalho **Condições sanitárias e higiênicas da Cidade do Rio de Janeiro**. O Estado do Paraná, por intermédio de uma de suas intendências, também foi premiado por um **Mapa da mortalidade da Cidade do Paraná**. É de se crer que gráficos, quadros e tabelas destes trabalhos estivessem exibidas na seção de estatística da mostra brasileira, em meio a outros trabalhos de cunho estatístico. Há um outro dado importante revelado no relatório do ministro das Relações Exteriores, elaborado em 1893. O Brasil foi convidado para um Congresso de Estatística, em Chicago, sendo "representado por um dos membros da comissão brasileira da Exposição"(BRASIL, 1893a, p. 100). Pairam algumas palpitantes questões sobre este fato: quem foi o representante que esteve no Congresso? Seria, por acaso, o comissário Francisco Freire Napoleão, que chefiava as seções de instrução pública, estatística, legislação e publicidade dos departamentos de manufaturas e artes liberais? Ele elaborou algum relatório? Em caso afirmativo, onde estaria este documento? Caberá ao porvir elucidar estes mistérios, levantando o véu que encobre esta intrigante participação brasileira num Congresso de Estatística.

Além dos setores mencionados outros aparecem no relatório, incluindo seus respectivos comissários: Dr. *Julio Brandão*, no departamento de artes liberais, incluindo as seções de medicina, cirurgia, farmácia e higiene; Cel. Dr. *F. M. de Souza Aguiar*, no departamento das manufaturas e suas correspondentes seções, incluindo os trabalhos de arquitetura; *José Coelho da Gama e Abreu*, Barão de Marajó (1832-1906), no departamento de etnologia e respectivas seções de arqueologia, couros e borrachas entre outras; *Rodolpho Bernadelli*, no departamento de belas-artes, seções de pintura, estatuária e conexas; Dr. *Adolpho Aschoff*, secretário da comissão, encarregado da tesouraria e incumbido de diversas seções, entre outros.

Vale ressaltar a bem cuidada divulgação e propaganda da participação brasileira, inclusive contratando a revista *Graphic*, de maior tiragem em Chicago, para publicar um número especial "consagrado expressamente ao Brasil e suas exibições nos diversos departamentos da Exposição"(BRASIL, 1894, p. 37). Esta publicação foi posteriormente distribuída em todos os continentes e enviada para ser também distribuída no Brasil.

O relatório cita orgulhosamente que "nenhuma nação pode competir com o Brasil em exposições de café, madeiras, borrachas, farinha de mandioca, erva-mate, fibras vegetais, coleções de caladios [sic] de mais de 300 variedades e amostras de ucuuba"(BRASIL, 1894, p. 37).

O dia 07 de setembro daquele 1893 foi consagrado como dia de comemorações no Pavilhão brasileiro, o que elevou bastante a concorrência em *Jackson Park*, local onde estava sediada a Exposição. Neste dia foi apresentado um concerto com músicas brasileiras, regidas pelo maestro *Carlos Gomes* (1836-1896), comissário do departamento de artes liberais, seção de música da comitiva brasileira.

A Exposição se encerrou em 30 de outubro de 1893, com o Brasil sendo agraciado com centenas de prêmios em diversos setores expostos no evento.

Saint-Louis, Bruxelas, Turim

No ano seguinte ao da realização da "Colombiana" aconteceu em Antuérpia, na Bélgica, uma outra Exposição Universal para a qual o Brasil também foi convidado, como se constata no relatório do ministro da Viação e Obras Públicas, de 1893.

> A este ministério foi presente o convite, pelo Governo da Bélgica dirigido ao Brasil, para representar-se na Exposição Universal que se há de celebrar no próximo vindouro ano, em Antuérpia.
>
> Consignado aqui este fato, espero, Sr. vice-presidente, que o congresso Nacional habilite o governo, no orçamento, com a verba necessária às despesas da representação dos Estados Unidos do Brasil naquele certame industrial (BRASIL, 1893b, p. 8).

Entretanto, o Brasil não esteve presente neste evento. Provavelmente por ter optado em participar da Exposição de Chicago, participação esta que consumiu muitos contos de réis. Uma outra participação, no ano seguinte, oneraria sobremaneira o erário público e, talvez por isso, o governo brasileiro tenha aberto mão de participar do certame belga. Nos relatórios ministeriais seguintes não há nenhuma citação a isto.

A Exposição Universal seguinte, realizada em 1900, último ano do Século, na Paris da *Belle Époque*, não contou com a presença do pavilhão da exótica Pindorama. Eram tempos difíceis e não havia dinheiro nem disposição para participar de eventos como aqueles. Segundo informou o relatório do Ministro Almeida Maia:

> Não achando-se devidamente habilitado, deixou este ministério, no decurso do ano findo, de corresponder a alguns convites que lhe foram presentes a fim de se fazer representar em exposições promovidas por governos estrangeiros (BRASIL, 1900, p. 63).

Mesmo assim, brasileiros foram destaque naquela que foi a última exposição do século XIX. O pintor *Eliseu Visconti* recebeu medalha de prata por suas obras, e *Alberto Santos-Dumont* singrava os ares de Paris a bordo de seu balão dirigível.

O Brasil também foi convidado para a primeira Exposição, do Século 20, que se realizou em Glasgow, na Escócia, em 1901, mas não compareceu pelas mesmas razões. O café passava por uma de suas crises, não havia dinheiro para participar de eventos daquela envergadura.

Entretanto, o Brasil marcou presença na Exposição realizada em 1904, na cidade de Saint-Louis, no estado norte-americano do Missouri, e o fez em grande estilo. O seu pavilhão foi reconhecido como um dos mais belos. Projetado por Francisco Marcelino de Souza Aguiar, com estrutura capaz de ser desmontada, recebeu o "Grande Prêmio Medalha de Ouro" por sua beleza arquitetônica. Era a primeira vez que uma obra da arquitetura brasileira recebia um prêmio. Em 1906 ele seria totalmente remontado no Brasil, no final da recém-construída Avenida Central, para sediar a 3ª Conferência Pan-Americana. Mas a sua participação em grandes eventos não se encerraria ali: mais tarde participaria de outra Exposição Universal, sendo o único prédio do mundo a entrar em duas em países diferentes. Esta bela edificação passaria à História como Palácio Monroe, tendo recebido este nome, por sugestão do *Barão do Rio Branco*, em homenagem ao presidente norte-americano *James Monroe* (1758-1831), criador do *panamericanismo*.

Em Saint-Louis, o belo pavilhão brasileiro foi muito concorrido, inclusive contando com a visita do próprio presidente norte-americano Theodore Roosevelt. No pavilhão, era possível encontrar representações das produções agrária e industrial, além da intelectual e artística. Como na de Paris, em 1900, o pintor Eliseu Visconti e o inventor Santos-Dumont estiveram presentes e foram homenageados.

A exposição foi organizada para comemorar o centenário da compra da Louisiana aos franceses. Para celebrar este fato, em 1901, os Estados Unidos da América convidaram as diversas "nações cultas do globo" para participarem da Exposição, que inicialmente aconteceria a partir de 1º de maio de 1903, mas foi adiada para a mesma data do ano seguinte. O governo brasileiro enviou mensagem ao Congresso, solicitando, em 2 de junho de 1903, o "necessário crédito" para poder enviar sua representação.

Na exposição de motivos ao presidente, o ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, lembrou que:

> A par de outras vantagens que porventura possamos colher pela observação e estudo dos mais apurados trabalhos em todos os ramos da atividade humana, é certo que sendo bem dirigida e esmerada a nossa exibição, poderemos tornar útil e proveitosa a propaganda sobre as riquezas naturais do país, de sua produção agrícola, principalmente a do café, neste instante tão depreciado nos mercados estrangeiros (BRASIL, 1904a, p. 17).

Era a reafirmação da nossa vocação agrícola, que nos levava a participar de Exposições Universais, onde nações exibiam o seu atestado de progresso e civilização por intermédio de maravilhas da modernidade, com nossa "especialidade": produtos agropastoris.

Feita a defesa dos motivos, o ministro afiou os dentes e fez o pedido: mil e cem contos de réis ouro para abranger o período de 1903 a 1905, envolvendo a construção do pavilhão brasileiro, a propaganda, a remuneração do pessoal envolvido, transporte e outras despesas gerais. Não deve ter sido difícil para o governo Rodrigues Alves conseguir esta verba. Em sua administração, caracterizada pelas profundas reformas na capital, percorreu-se muito o caminho das casas bancárias londrinas. Empréstimos de vulto foram conseguidos, engordando sobremaneira a dívida externa do País que àquele tempo já era uma "senhora obesa".

De qualquer forma, o crédito foi votado na Lei nº 990, de 16 de julho de 1903 e disponibilizado pelo Decreto nº 4.897, de 21 de julho do mesmo ano. No dia 23 daquele mesmo mês, foi nomeado, por portaria do ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, para a chefia da representação do Brasil na Exposição Internacional de Saint-Louis o coronel Francisco Marcelino de Souza Aguiar, que teve papel destacado na Exposição Columbiana, última em que o País participara.

A comissão encarregada de representar o Brasil estava sob a chancela do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas e seria composta, além do presidente, de um secretário, um ajudante, oito comissários e dois auxiliares, todos assalariados. Um dado interessante: o Ítem 7 das Instruções emanadas pelo ministério dava conta de que "Na construção do pavilhão [brasileiro] se terá em vista aproveitar toda a estrutura, de modo a poder-se reconstruí-lo nesta Capital"(BRASIL, 1904a, p. 19).

Isto era inaudito. A praxe, nos casos de participação em Exposições Universais, era doar as edificações ao país-sede. Até onde se sabe, pela primeira vez estava se pedindo a "devolução do casco"! Em termos de participação brasileira, com certeza aquela era a primeira vez em que um pavilhão seria construído e posteriormente reconstruído em terras pátrias.

No dia 27 do mesmo mês, saiu as nomeações para alguns cargos previstos: secretário, major José da Cunha Pires; ajudante, engenheiro João Baptista da Motta. Em princípio de agosto de 1903, os três membros da comissão seguiram para os Estados Unidos no sentido de envidarem esforços para o início dos trabalhos.

O passo seguinte foi apelar aos governos estaduais no sentido de ajudarem o governo federal a organizarem uma mostra digna, "com honra e proveito para os seus créditos"(BRASIL, 1904a, p. 20). Para isto, emitiu telegrama-circular aos presidentes de todos os estados, com data de 21 de setembro de 1903, solicitando que eles constituíssem comissões para definirem o que constituirá a mostra de cada unidade da federação. A esta comissão caberia indicar:

> 1º a propaganda e colecionamento dos produtos; 2º o exame, julgamento, seleção e encaixotamento dos que houverem de ser enviados à Exposição, de acordo com o regulamento geral; 3º a coordenação de informações, *estatística* e outros dados que interessarem. As prescrições principais a atender são:
>
> 1º o regulamento geral estabelece para a representação os quinze seguintes departamentos: A – Educação; B – Artes; C – Artes liberais; D – Manufaturas; E – Má-

> quinas; F – Eletricidade; G – Transportes; H – Agricultura; J – Horticultura; K – Florestas; L – Minas e metalurgia; M – Pesca e Caça; N – Antropologia; O – Economia Social; P – Cultura Física [...] (BRASIL, 1904a, p. 21, grifo nosso).

Dois dias depois, o ministério baixou novas instruções detalhadas para a seleção, encaixotamento e transporte dos objetos indicados pelos estados para compor a mostra brasileira na Exposição de Saint-Louis. Chama a atenção o décimo tópico, que fala sobre o que constará do catálogo geral da mostra que seria elaborado e posteriormente traduzido para distribuição aos visitantes:

> O catálogo indicará: o nome do expositor, o estado da procedência, a quantidade produzida ou a abundância em que se encontrar na natureza, o preço, meios de transporte até os mercados compradores, exportação, aplicação, enfim, todas as informações úteis aos interessados e aos visitantes (BRASIL, 1904a, p. 22).

Como se vê, as exposições eram entretenimento, mas eram também espaço para negócios.

Em 3 de setembro de 1903, saiu Portaria nomeando como comissários brasileiros na Exposição os engenheiros: *Antonio Olyntho dos Santos Pires*, *José Américo dos Santos* e capitão de mar e guerra *José Carlos de Carvalho*.

Segundo o relatório do ministro, os estados atenderam entusiasticamente à convocação do governo federal, envidando esforços para preparar da melhor maneira possível a mostra que o País levaria a Saint-Louis. Vários estados, inclusive, organizaram exposições preparatórias locais no sentido de selecionar com mais critério os produtos que seriam enviados à exposição.

Daquela data até a abertura do certame, tudo correu em boa medida para a participação nacional na Exposição Internacional de Saint-Louis em 1904. Em 24 de maio daquele ano o belo pavilhão brasileiro era inaugurado com enorme concorrência. Suas belas linhas chamavam a atenção dos visitantes que elogiaram bastante suas linhas arquitetônicas. Ao longo da Exposição, o estande brasileiro recebeu visitas ilustres, como a do Secretário de Estado norte-americano John Hay, além do próprio presidente Roosevelt, que demorou-se ali, demonstrando estar bem impressionado com o que via.

Cerca de 2000 expositores brasileiros estiveram representados no certame, sendo que 1 522 amealharam prêmios. No total geral de premiações, o Brasil ficou em quarto lugar (BRASIL, 1905a, p. 20). A Exposição foi encerrada em 31 de dezembro de 1904, entre fogos e comemorações. A comissão se encarregou de desmontar todo o aparato organizado para o evento, incluindo o transporte de todo o pavilhão para o Brasil.

O relatório do ministro referente a 1905 dá conta de que os objetos expostos em Saint-Louis foram devidamente restituídos tão logo a exposição encerrou e as caixas retornaram ao Brasil. Neste relatório, Lauro Müller cita que "oportunamente será distribuído o relatório dos trabalhos da comissão, o qual para este fim está sen-

Pavilhão Monroe, Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]

do impresso" (BRASIL, 1906a, p. 18). Pelo menos nos relatórios ministeriais não há mais nenhuma citação a este documento. Não sabemos, pois, se ele efetivamente foi produzido e onde haveria uma cópia.

Em 1905, o pavilhão brasileiro da Exposição Internacional de Saint-Louis, que seria conhecido como Palácio Monroe, já estava reedificado, agora na capital brasileira, pronto para servir de seda para o 3º Congresso PanAmericano. O Decreto nº 5.647, de 22 de agosto de 1905 garantiu um crédito de 300 contos de réis para que ele fosse reerguido, no final da Avenida Central, do Rio de Janeiro.

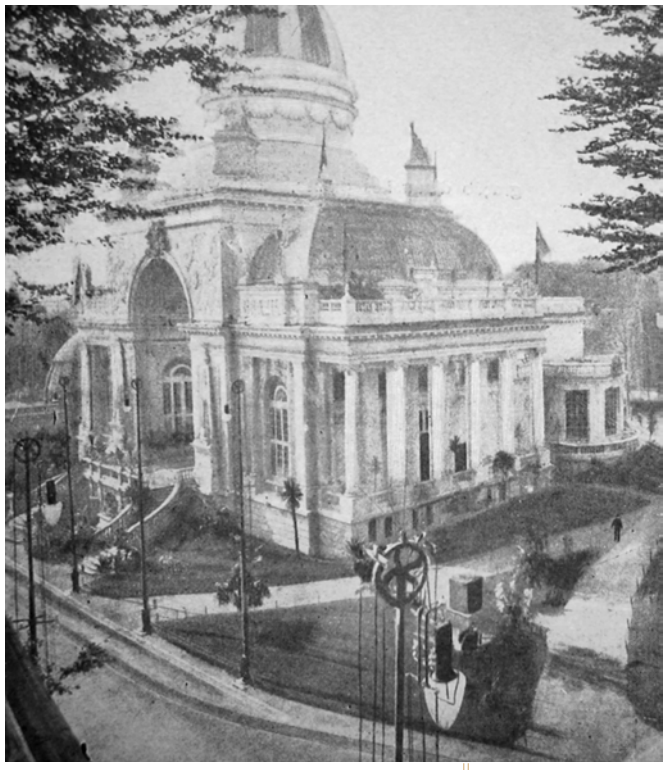
No ano seguinte, em uma das próprias salas do Monroe, foram entregues os prêmios aos expositores agraciados na Exposição de Saint-Louis, em cerimônia que contou com a presença do presidente Rodrigues Alves, diversos ministros, entre eles, Lauro Müller e o Barão do Rio Branco, do prefeito Pereira Passos e diversas outras autoridades. Entre as instituições premiadas, nenhuma ligada diretamente à estatística. A DGE, por exemplo, passava por um período de instabilidade por não conseguir levar o Recenseamento de 1900 a bom, porto e não seria digna de prêmios em absoluto. Entretanto, não se pode dizer que a estatística ficou fora do pavilhão brasileiro em Saint-Louis. Como visto, no telegrama-circular que enviou aos estados, o ministro incluía a estatística como um subitem. E mais: em todas as Exposições Universais a presença consolidadora das estatísticas sempre foi marcante. Que outro instrumento facilitaria o transporte de "mundos distantes" para uma Exposição como as agregações estatísticas? Portanto, não há dúvida de que ela esteve presente não só no pavilhão brasileiro como também (e até talvez principalmente) nos demais palácios distribuídos em Jackson Park, em Saint-Louis.

A Exposição seguinte aconteceu em Bruxelas, na Bélgica, e novamente o Brasil se fez presente, erigindo um belo pavilhão para abrigar os produtos que exibia. O convite chegou em 1908, ano em que foi definido o programa que tinha "o propósito de encontrar na capital da Bélgica a síntese dos progressos realizados nos países civilizados do mundo, em todos os ramos da atividade humana"(BRASIL, 1910a, p. 237).

Na Mensagem Presidencial de 1910, o então presidente Afonso Pena recomendava a participação do Brasil na Exposição Universal e Internacional de Bruxelas, inclusive invocando a "carinhosa simpatia" dos belgas.

Pelo relatório do ministro Rocha Miranda, ficamos sabendo que o ministério da Agricultura, Indústria e Comércio tinha em suas atribuições um "serviço de exposições"(BRASIL, 1919a, p. 237). Após a solicitação do ministro ao Congresso, foi designada uma verba de 500 contos, ouro, pelo Decreto nº 2.123, de 23 de outubro de 1909.

Foi então constituída uma comissão para organizar a participação do Brasil naquele evento. Desta comissão, faziam parte o prefeito do Distrito Federal, que não era outro senão o onipresente em Exposições da época, Francisco Marcelino de Souza Aguiar. Além dele, o relatório informa que faziam parte da comissão representantes da Sociedade Nacional de Agricultura, do Centro Industrial do Brasil e do Museu Comercial do Rio de Janeiro, iniciando as suas atividades naquele mesmo 23 de outubro.



Pavilhão do Brasil, na Exposição de Bruxelas, Bélgica, 1910

Expediram-se circulares convidando estados e municípios a enviarem produtos, especialmente os que receberam prêmios na Exposição Nacional de 1908. Foram expedidos para Bruxelas 1 717 volumes, quase 50% a mais do que foi expedido para Saint-Louis, em 1904. A recém, Exposição Nacional Comemorativa do Centenário de Abertura dos Portos propiciava o grande incremento naquela remessa. Mais uma vez o café foi o grande carro-chefe dos produtos enviados, embora tivessem seguido também produtos mineralógicos, de extração vegetal e outros de fundo agropastoril.

Os relatórios ministeriais e presidenciais da época não deram a mesma ênfase a esta Exposição como na anterior. Seria por conta do gradativo recrudescimento que este tipo de evento despertava?

O presidente Nilo Peçanha, em sua Mensagem Presidencial de 1910, identificou dificuldades naquela participação brasileira.

> É de lamentar que todos os estados e os industriais de toda espécie não vejam desde logo as vantagens diretas e indiretas que estes certamens podem trazer ao desenvolvimento das nossas relações comerciais (BRASIL, 1910a, p. 77).

Em que pese o grande volume de produtos expedidos, parece que Exposições Universais já não contagiavam os possíveis expositores como antes. De qualquer forma, vale o registro de que a Indústria Carlos de Brito, conhecida como "Fábrica Peixe", especializada em conservas, recebeu um dos Grandes Prêmios da Exposição (o Brasil receberia outros 52).

A Exposição de Bruxelas seria também conhecida pelo enorme incêndio que consumiu alguns pavilhões em 14 de agosto daquele 1910. Ela durou de 23 de abril a 7 de novembro, apresentando 13 milhões de visitantes ao fim de sua realiza-

ção. Curiosamente, a pátria de *Quetelet*, não dedicou um pavilhão ou uma seção específica à estatística. Seria possível encontrar números distribuídos em vários pavilhões (inclusive no do Brasil), mas não de modo centralizado.

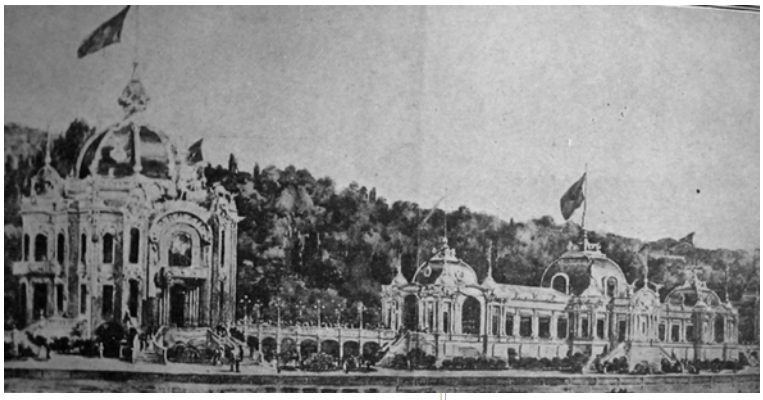
No ano seguinte, realizou-se nas cidades italianas de Roma e Turim mais uma Exposição Universal e novamente o Brasil foi convidado. Aquele evento celebraria o 50º aniversário da proclamação daquele reino unificado. Mais uma oportunidade do Brasil divulgar seus produtos. E seus números.

Dado o grande número de imigrantes italianos que o País possuía, o governo federal resolveu atender ao convite, fazendo-se representar. Para isto, votou verba de 200 contos de réis, ouro, (Lei nº 2.221, de 30 de dezembro de 1909) e encarregou a mesma comissão que cuidara da participação anterior, em Bruxelas, para que também organizasse a participação brasileira na Itália. A primeira vista, parecia que o "especialista no assunto", Souza Aguiar, mais uma vez estaria à frente da comissão organizadora deste tipo de evento. Desta vez, não. A chefia da comissão ficou a cargo de Antônio de Pádua Assis Rezende, substituído posteriormente por Joaquim Cândido da Costa Sena, diretor da escola de Minas de Ouro Preto, que já era membro original do grupo.

A Exposição Internacional italiana, só em Turim, ocupava área de 1 200 000 metros quadrados, ao longo da margem do rio Pó. O estande brasileiro se dividia em três pavilhões: central, de honra e italiano (dedicado à colônia italiana no Brasil).

No central, encontravam-se coleções científicas, mineralógicas e geológicas, produtos da metalurgia, borracha, caça e pesca, cafeicultura, extração vegetal, agricultura e *estatísticas*. No pavilhão de honra, estavam exibidas coleções de numismática, arte musical, fotografia, tipografia, saúde pública, engenharia civil entre outros. No italiano, produtos relacionados à massas alimentícias, chocolates, conservas de carne, peixe, legumes e frutas, bebidas, laticínios, obras de marcenaria e carpintaria e muito outros. Havia também, na representação brasileira um centro de informações, especialmente de assuntos econômicos, que fornecia números da indústria, comércio, climatologia, higiene, *estatísticas*, organização política, legislação e costumes (BRASIL, 1911a, p. 323-324).

Lá também foram distribuídos livros, prospectos, mapas e cartões postais sobre o País, além de exibirem filmes e dioramas a respeito de temas nacionais. O relatório também informou que seria editada uma revista ilustrada, "com notícias, dados, etc., sobre tudo o que interesse ao Brasil, quanto à parte agrícola, à indústria e ao comér-



Pavilhão do Brasil, na Exposição de Turim, Itália,1911

Exposição Universal de Turim.— Painel do pintor brasileiro Madruga Filho.

Exposição Internacional de Turim, Itália, 1911, Madruga Filho,

cio, à política e finanças" (BRASIL, 1911a, p. 324). O que vale dizer, mais números do Brasil sendo distribuídos. [416]

Seguiram para a Itália 2 346 volumes, todos devidamente catalogados, com informações dos 1 717 expositores nacionais. A exposição foi inaugurada em 30 de abril e se encerrou em 19 de novembro. Pelo pavilhão brasileiro passaram diversos visitantes ilustres, incluindo a rainha Margarida e a princesa Leticia, da coroa italiana, e mais G. Giolitti, presidente do Conselho de Ministros da Itália e outros membros notáveis do governo anfitrião. O relatório do ministro relativo a 1912 dá conta de que

> Além destes personagens, diversos professores visitaram os pavilhões do Brasil, colhendo dados sobre o seu desenvolvimento e recebendo mapas e publicações com grande número de dados estatísticos e informações úteis sob o ponto de vista científico e comercial (BRASIL, 1912a, p. 245).

Ao final da Exposição, o Brasil recebeu 3 182 prêmios. Logo em seguida, a comissão organizadora comandou a demolição dos pavilhões brasileiros e acompanhou a devolução do material exposto para seus respectivos donos.

A seguinte aconteceu novamente nos Estados Unidos, na cidade de San Francisco. Na verdade, ocorreram duas exposições: uma oficial e patrocinada pelo governo norte-americano, outra fruto exclusivo da iniciativa privada. Ambas com o intuito de comemorar a abertura do Canal de Panamá. Ambas acontecendo no Estado da Califórnia: a primeira, em San Francisco e a segunda em San Diego. O Brasil foi convidado para as duas. Não compareceu a nenhuma das duas.

Ao tempo da Exposição de San Francisco – conhecida como "Panama-Pacific International Exposition" - aquele tipo de evento já não apresentava nenhum *glamour*, nenhum charme e muito pouco do interesse que despertava nas edições anteriores. Já era perceptível que o encanto acabara.

[416] O relatório não cita a fonte de tais dados. Não há informações sobre isto nos relatórios da DGE, a fonte óbvia destes números. De onde terão vindo?

Mas a Exposição Universal seguinte à realizada na costa oeste norte-americana seria particularmente marcante. Um tanto por ser a primeira a ser realizada fora do eixo "Europa-Estados Unidos". Outro tanto por se realizar depois da Grande Guerra, quando o mundo ansiava por comemorações que fizessem esquecer aqueles dias pesados. Para o Brasil, seria a mais importante de todas: exatamente por ser a que comemoraria o seu primeiro século de independência; precisamente por se realizar em sua capital, remodelada desde a primeira década do século XX. Mas a trajetória até a realização desta Exposição Universal seria confusa, assintônica, vertiginosa em alguns momentos, delirante em outros. Será que daria certo?

	Annos	Dias de frequencia	Numero de Entradas
Londres	1851	144	6.039.195
Paris.	1855	200	5.132.330
Londres	1862	171	6.211.193
Paris.	1867	217	6.805.969
Vienna	1873	186	6.740.500
Philadelphia . . .	1876	159	9.789.392
Paris.	1878	194	16.032.725
Paris.	1889	195	25.398.609
Chicago	1893	183	27.539.521
Paris.	1900	—	48.240.765
Buffalo	1901	184	8.120.040
S. Luiz	1904	185	19.694.855
Bruxellas	1910	—	—
Torino	1911	—	—

Tabela de cidades onde houve Exposição Universal, 1922

Comemorando com censo

Como visto em capítulo anterior, em 1919 a imprensa brasileira começou a martelar seus tipos móveis, pedindo por um Recenseamento Geral que finalmente atendesse à determinação da Constituição e que redimisse o País de seus fracassos anteriores neste assunto. Uma das maiores motivações por um censo seria poder apresentar bons números por ocasião dos festejos do primeiro centenário de sua independência. O que pode ser confirmado no editorial do matutino *O Paiz*, de 20 de janeiro de 1920, quando já estava definido que haveria censo, onde o articulista fazia augúrios pelo sucesso da empreitada censitária:

> Oxalá o centenário da nossa independência possa ser comemorado com o resultado feliz do próximo recenseamento a possamos afirmar com segurança os milhões, além de trinta, de habitantes do Brasil (O RECENSEAMENTO, 1920a, p. 3).

Como em outras oportunidades verificadas na imprensa, desde o ano anterior, o anônimo jornalista também fez a vinculação do Censo de 1920 com as comemorações do Centenário da Independência, a ser celebrado em 7 de setembro de 1922. Evidentemente, não foi esta a primeira vez que o assunto "centenário" aparecia nas folhas. Desde o ano anterior que, volta e meia, o tema surgia como indagação, onde o governo praticamente não se manifestava concreta e oficialmente sobre o tema.

Eis um resumo do tema, conforme apresentado na imprensa ao longo de 1919.

Medalhas comemorativas, [s.d.]

N'*O Paiz*, de 11 de setembro, apenas para citar um dos jornais da época, aparecia matéria dando conta de uma certa "Associação do Centenário da Independência", que estava recebendo ofício do ministro Simões Lopes, em que ele assegurava "suas simpatias e o seu apoio". Vale ressaltar que esta associação era de caráter privado, absolutamente não-oficial, não contando com nada do governo, além de sua "simpatia e apoio" (leia-se "apoio" somente como simpatia, mesmo). No dia 17 de setembro, a Associação do Centenário se manifestou pelos jornais com a publicação de ofício dirigido a Sociedade Nacional de Agricultura, onde comunicava a instalação de sua sede – na Câmara do Comércio Internacional do Brasil, edifício da Bolsa, rua Primeiro de março, nº 66. No citado ofício, comunicava a existência de um estatuto, onde no Art. 2º dizia que a associação teria por finalidade:

> [...] concorrer para a celebração do primeiro centenário da independência e, para realizá-lo condignamente, empregará todos os esforços para organizar e executar um programa comemorativo do ato da independência do Brasil, contendo matéria de interesse geral, relativa a evolução nacional em suas principais fases até 1922 (CENTENÁRIO..., 1919, p. 5).

Trouxe ainda, o ofício, a constituição da diretoria e do conselho consultivo, em que pontificavam notáveis da época, muitos dos quais atualmente nomeiam logradouros do Rio de Janeiro, como o desembargador Ataulpho de Paiva (presidente honorário), João Teixeira Soares (presidente efetivo), Affonso Vizeu (tesoureiro) e os conselheiros monsenhor Fernando Rangel, Paulo de Frontin, Cândido Gaffrée, Alberto de Faria (Visconde de Moraes), Guilherme Guinle, Alexandre Mackenzie, Souza Aguiar, general Cordeiro de Faria, general Bento Ribeiro, Almirante José Cândido Guillobel, Dr. Miguel Couto entre outros.

Em outubro, foi apresentado projeto na Câmara, instituindo a comemoração do centenário, divulgado n'*O Paiz*, no dia 24 daquele mês. O deputado Maurício de Lacerda apresentou emendas bastante curiosas, algumas que tão cedo não se realizariam. Destacam-se, por exemplo: o acordo entre o governo e o Liceu de Artes e Ofícios para a implementação de curso de belas artes; a criação oficial de um museu exclusivo para autores nacionais; a fundação do Teatro Nacional, nos moldes da *Co-*

médie Française; a organização de um *meeting* internacional de aviação; a repatriação, de Portugal para o Brasil, dos restos mortais dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, além dos da Imperatriz Teresa Cristina, criando-se para tal fim um Panteão Brasileiro, onde também se depositariam despojos de patriotas notáveis; criação de quadro histórico alusivo às raças e nações indígenas existentes no Brasil e a extinção de sua escravatura [4 417]; e transferência da capital da República, em 7 de setembro de 1922, do Rio de Janeiro para o Planalto Central do Brasil.

Em 23 de novembro, *O Paiz* voltou a publicar matéria sobre o centenário, desta vez citando a grave crise nas finanças públicas que haveria de comprometer os festejos, embora estivessem programadas as seguintes despesas: 200 mil contos para obras contra as secas, 50 mil para melhorias na malha ferroviária, 30 mil, ou mais, para o recenseamento, 12 mil para a construção do Palácio do Congresso... [418]

Vale dizer que as obras contra as secas eram compromisso do programa de governo de Pessoa, assim como o investimento nas ferrovias.

No mesmo *O Paiz*, desta vez do dia 11 de dezembro, apareceu matéria sobre a boa acolhida do então prefeito Sá Freire à sugestão de Noronha Santos para que, em setembro de 1922, se realizasse uma grande exposição retrospectiva do Brasil, na qual estariam representados todos os estados brasileiros. O prefeito sugeria que tal exposição se abrigasse provavelmente na Quinta da Boa Vista. Segundo a matéria, o prefeito teria expedido convites a todos presidentes dos estados.

No dia 24 de dezembro, a Comissão de Finanças da Câmara apresentou projeto de lei autorizando o Executivo a gastar até 50 mil contos com os festejos do Centenário.

No início de 1920, muito pouco de concreto estava decidido oficialmente a respeito das comemorações do centenário. Parecia que o governo não queria cuidar deste assunto naquele momento em que outras pendências mais urgentes clamavam por soluções imediatas. Haveria ainda mais de dois anos até o sete de setembro e certamente algo seria pensado até lá.

A opinião pública, por intermédio dos jornais, cobrava ações mais concretas. *O Paiz*, de 27 de janeiro, indagava abertamente o que se tinha feito até aquele momento para assinalar "a passagem da mais notável efeméride da vida nacional". De passagem, ainda expôs a sua posição um tanto dúbia a respeito do recenseamento: "Até este momento, pretende-se marcar o centenário computando a população do País por uma operação censitária bastante precária e de êxito possivelmente falível" (O CENTENÁRIO, 1920, p. 3).

[417] Vale ressaltar que nada sobre os negros foi incluído nesta intenção.

[418] Não há registro de que tal palácio tenha sido realmente construído.

População do Rio de Janeiro segundo a instrução, 1920

Quatro dias antes, o mesmo matutino, em editorial, expunha os seus receios sobre a realização de um bom censo, sempre lembrando os frustrados resultados obtidos em 1900, que, se repetidos agora, trariam a ignomínia e o descrédito do Brasil como nação diante de seus pares. Chama a atenção a citação a "rivais" do País, sem citar um que fosse, da mesma forma que os "verdadeiros amigos":

> Em 1922, estaremos em foco perante o mundo civilizado. Apesar da orientação parcimoniosa do atual governo, parece assegurar uma comemoração modestíssima e obscura do primeiro centenário da nossa vida de nação independente, será impossível que encerremos o primeiro século de existência nacional, sem merecermos, ao menos, a atenção dos nossos rivais, já que a estreita economia governamental nos vai, provavelmente, impedir de associar, festivamente, os nossos verdadeiros amigos às alegrias da grande festa brasileira (O RECENSEAMENTO, 1920b, p. 3).

O articulista lembrou as dificuldades a serem enfrentadas pelo recenseamento, encerrando com uma acre ressalva ao prefeito Sá Freire.

O censo do centenário já estava em andamento e era hora de voltar as atenções com mais cuidado para as comemoração do primeiro século da Independência. Afinal de contas, a festa dos 100 anos seria um bom palco para o espetáculo dos números coligidos e exibidos para o concerto das nações.

Causava espécie o aparente tão pouco caso com que o governo tratava das comemorações do 7 de setembro de 1922. A opinião pública via imprensa cobrando decisões, expectativas se acumulando, e até o início de 1920 tudo o que se tinha eram tíbias propostas de prêmios acadêmicos, promessas de feiras e exposições e de algumas obras na Capital Federal, incluindo a derribada do Morro do Castelo. O novo prefeito, Carlos Sampaio, acalentava seu antigo sonho de pô-lo abaixo, sob a alegação de que ele impedia o fluxo das salutares brisas oceânicas, que expurgasse os miasmas de uma cidade constipada.

Demolição do morro do Castelo, [s.d.]

Não deixa de ser curiosa a pretensão de por abaixo o berço da cidade – um símbolo - como forma de comemorar o centenário do País – outro símbolo. Mas até mesmo esta e outras obras adormeciam em compasso de espera. Tudo estava ficando para a undécima hora.

Há explicações conscientes, concretas, cartesianas para este aparente desleixo. O mundo, havia pouco, tinha saído de uma guerra com devastadoras conseqüências para todas as nações envolvidas e as periféricas. O novo presidente assumiu com um programa para ser feito em, no mínimo, quatro anos e teria menos de três anos e meio para isso. As dívidas eram muitas e as fontes de obtenção de divisas bem poucas. Portanto, falar em comemorações naquele momento deixava de ter tanta importância. Havia prioridades a serem cumpridas.

Estas são explicações reais e convincentes na escala do consciente para o retardo das providências para o centenário. Há, entretanto, explicações no âmbito do inconsciente, do sub-reptício. A independência, ou o "memorável" grito ouvido pelas margens plácidas do Ipiranga, foi um glorioso evento determinado por um Bragança. Exatamente pelo pai daquele deposto pela República - a forma de governo do Brasil nas últimas três décadas, que tudo fazia para descobrir/criar novos símbolos relacionados com sua história. Atribuir ao sete de setembro o peso de ser a data magna de uma nação significaria reentronizar um acontecimento do *ancién régime*.

E não se deve desprezar o fato do então presidente da República, na comemoração do Centenário, ser um republicano histórico de primeira água...

Depois da República, o sete de setembro seria uma espécie de espinho na ferradura do cavalo do proclamador. Em mensagem ao Congresso Constituinte, Deodoro da Fonseca, outrora admirador fiel do Imperador, escreveu: "E para os que quiserem ver na independência alcançada em 1822 a palavra suprema dos nossos anseios, apontaremos o 7 de abril de 1831, em que banimos o nosso primeiro Imperador" (FERREIRA NETO, 1989, p. 41).

A má vontade dos republicanos para com a data da independência já estava disposta no "calendário cívico" instituído pelo Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890, onde apontava o sete de setembro como "Independência do Brasil" e o 15 de novembro como "comemoração da pátria brasileira". Além disso, o próprio selo oficial do Brasil perpetua a data da proclamação, como se esta fosse a mais importante. E mais: os decretos não marcavam o tempo decorrido da Independência, apenas o da República. [419] Para os republicanos, "o 7 de setembro só serviu para prolongar a dominação portuguesa sobre o Brasil"(OLIVEIRA, 1990, p. 127).

[419] Por exemplo, a lei que criou o censo foi assinada em nove de janeiro de 1920, 32º da República dos Estados Unidos do Brasil.

A República sequer reconhecia, naquele momento, a importância do sistema de governo anterior na consolidação do Estado brasileiro e na integralidade de seu território. A própria consolidação da República não pôde prescindir de "remanescentes da elite imperial, como Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena, Rodrigues Alves, etc."(CARVALHO, 1996, p. 39).

Vista geral da avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, RJ, [s.d]

Afinal, a independência era um evento não exatamente relacionado com a "arquitetura simbólica do nacional"(MOTTA, c1992, p. 11) que estaria sendo traçada pela nova forma de governar o Brasil. Lidar com a memória – um conceito crucial, segundo Le Goff (1984, p. 11) - é lidar com a construção da identidade nacional, onde o tempo presente e o tempo passado se embatem nos estudos dos tempos históricos e tanto *recordar* quanto *esquecer* constituem um fluxo indissociável da própria História.

Desde a, proclamação da República, houve um esforço no consciente e no inconsciente para se "virar a página" do Império, o que significava todas as injunções que porventura o celebrizassem na memória do povo. Debalde em diversos aspectos, especialmente nos símbolos, como a bandeira e o hino. A primeira, revestida de nova significação – o verde das matas e o amarelo de nossas riquezas – mantinha as mesmas cores e formatação da bandeira do Império, idealizada por Pedro I e desenhada por *Jean-Baptiste Debret* (1768-1848), onde o verde representava a Casa de Bragança e o amarelo a Casa Habsburgo. Quanto ao hino brasileiro, sua melodia foi composta por Francisco Manuel da Silva ao tempo do primeiro imperador – sua primeira execução aconteceu na data de renúncia de D. Pedro I, 7 de abril de 1831. Após a proclamação da República foi instituído um concurso para escolha de um novo hino. O vencedor não agradou ao público, que teria dito: "preferimos o velho". E vá lá saber o que o povo exatamente queria dizer ao "preferir o velho"... Seria uma exigência em duplo sentido?

Para desgosto do então presidente Deodoro, fez-se o arranjo do vencedor do concurso passar a ser "Hino da República", permanecendo o antigo sem letra. Em 1909, o poeta parnasiano Osório Duque Estrada compôs a letra definitiva (com pitadas da "Canção do exílio", de Gonçalves Dias). Mas somente nos festejos do Centenário ele entregou a versão final, em luxuosa encadernação, ao presidente Epitácio Pessoa.

De onde se vê que embora houvesse esforço por parte da República em legar ao esquecimento reminiscências imperiais, contraditoriamente eles estavam presentes nos próprios símbolos nacionais. Sobre esta intervenção na memória coletiva, vale citar Le Goff (1984, p. 13):

> [...] tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos modos fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.

Apesar de todo este esforço contrário, a data prevaleceu e seria lembrada, embora dentro de uma formatação republicana, ou seja, com paradas militares – isto a partir de 1895 – e com o discurso oficial de que o 7 de setembro foi útil para a unidade brasileira e sua estabilidade. Como de hábito, o povo ficava a margem destas comemorações. Como no dizer de José Murilo de Carvalho (1987, p. 163):"Os acontecimentos políticos eram representações em que o povo comum aparecia como espectador ou, no máximo, como figurante".

Além deste cuidado, foi conscientemente proposta a desconstrução do "herói" D. Pedro I, outorgando o mérito da independência a José Bonifácio, doravante o "Patriarca da Independência". O primeiro imperador já não seria o libertador, apenas um "mero oportunista" como claramente foi escrito por Assis Cintra, no *Correio da Manhã*:

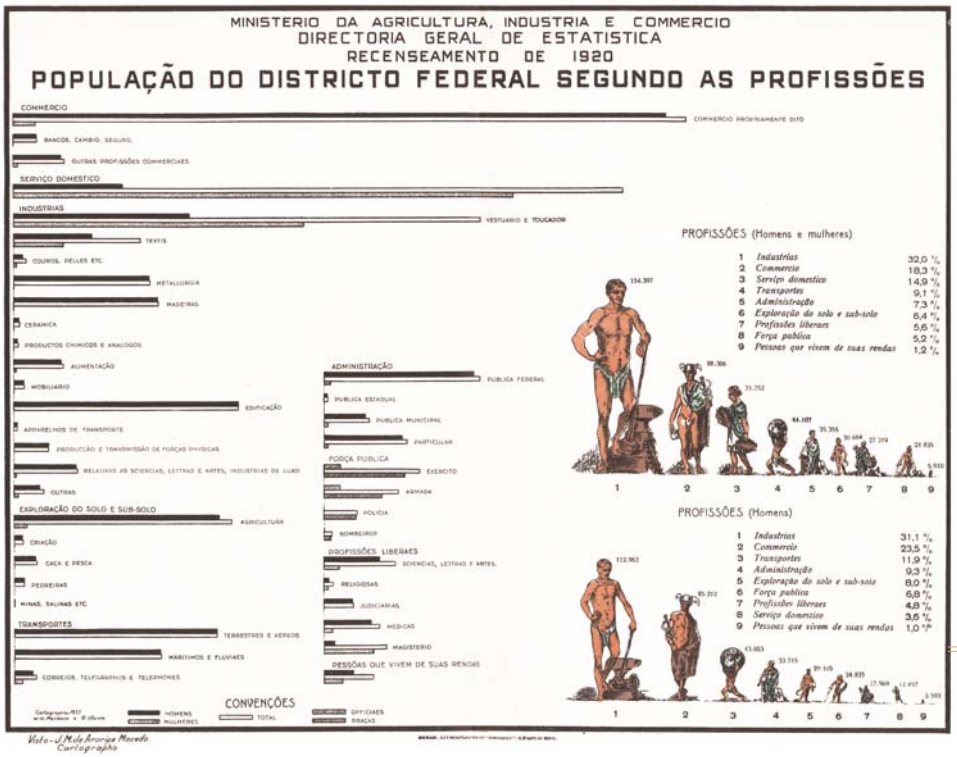
> [...] ao se aproximar o 1º Centenário de nossa independência é mister que se desvende o verdadeiro papel de D. Pedro I nesse magno acontecimento da vida nacional. Consagrado no bronze e nas páginas da história [...] ele não passou de um mero oportunista que refreou o quanto pôde as arrancadas independentistas [sic] (CINTRA, 1920, p.1).

Para tornar-se nação

Com a proximidade dos primeiros 100 anos do País, o fervor patriótico com a "magna-data" começou a ser instilado, como se viu, pela própria imprensa. Em 1916, a *Revista do Brasil* já alertava para a importância do centenário, e, posteriormente, jornais e revistas foram aderindo a este esforço que visava apresentar o País com a sua melhor aparência "civilizada": "[...] devemos fechar o rosto à feição de respeitáveis burgueses [...] saber envergar uma casaca, fumar charuto sem engasgar [...] rir de boca fechada para não cuspir na cara do sisudo vizinho" (O CENTENÁRIO..., 1922, p. 17).

O Brasil estava completando 100 anos, mas a intelectualidade o via verdadeiramente como um território não uma nação. O jurista Pontes de Miranda clamou, em seu artigo "Os fundamentos do espírito brasileiro", na revista *A Exposição de 1922*: "Precisamos demarcar as fronteiras do espírito nacional como já se fixaram as do território" (MIRANDA, 1922, p. 23).

Skidmore escreveu a respeito do assunto - inclusive, citando a conferência "A unidade da pátria", feita por Afonso Arinos de Melo Franco, em 1915 – onde observava a mais que urgente necessidade de uma unidade nacional consolidada: "As 'classes superiores' precisavam empreender "uma verdadeira campanha cívica para



População do Rio de Janeiro segundo profissões, 1920

reerguimento do Brasil, taganteado pela imprensa do mundo como caloteiro e falido fraudulento" (SKIDMORE, 1976, p. 173).

Neste ponto o próprio Censo de 1920 funcionava como um agente catalisador desta busca por tornar-se uma nação. Ora, que melhor instrumento se poderia utilizar para ajudar no repensar o Brasil, entender o seu presente, acompanhando o seu passado e podendo fazer projeções para o futuro, tendo por base números confiáveis sobre sua população e suas atividades econômicas?

Evidentemente, tais reflexões frutificavam no terreno fértil da academia, mas em muitos casos germinavam na imprensa em editoriais de jornais e revistas. Um bom exemplo disto está no editorial "O centenário", de autoria de Costa Rego e publicado no *Correio da Manhã*:

> Nestas condições, o grito famoso do Ipiranga foi um toque de reunir – de reunir não para a constituição deste patrimônio ainda por existir [...] Em 1822, não foi, portanto, formada somente uma dinastia brasileira: foi criado o próprio povo do Brasil (REGO, 1920, p. 2).

Em meio àquelas reflexões, cabiam prioridades. No dizer de Marly Silva da Motta:

> a tarefa primeira seria a busca das suas origens, das suas raízes; quem sabe, lá estariam os segredos dos impasses e das potencialidades com os quais a nação se defrontava para finalmente ingressar nos novos tempos (MOTTA, c1992, p. 18).

E nesta tarefa, um bom censo certamente faria boa figura.

Posto que o Centenário deveria ser comemorado, mesmo sob ponto de vista republicano, era mister por mãos a obra em sua organização. Todas as idéias propostas eram bem-vindas, mesmo que algumas parecessem contraditórias e estapafúrdias em pleno momento de fortalecimento da República. A discussão sobre a revogação do banimento da Família Imperial e o traslado dos despojos do Imperador D. Pedro II e de sua esposa, D. Teresa Cristina, era um exemplo.

Não mais que de repente, começou a surgir na imprensa propostas para o retorno ao Brasil de D. Isabel e seu marido, Conde d'Eu, que vivos estavam, e da repatriação dos restos mortais imperiais. Isto como parte das comemorações do Centenário. Chateaubriand, em seu artigo *A revogação do banimento*, publicado no *Correio da Manhã*, onde lamenta o falecimento de D. Luís, tece loas à família imperial, apoiando entusiasticamente o fim do exílio compulsório dos Orleáns e Bragança. Com a revogação, D. Isabel e o Conde d'Eu poderiam voltar ao Brasil:

> Este casal de velhinhos deve levar nas pupilas, para o infinito da morte, ante o qual se debruçam, uma recordação amável e doce do Brasil, uma imagem suave da nossa bondade e da nossa nobreza d'alma (CHATEAUBRIAND, 1920, p. 2).

Chateaubriand elogiou "a Redentora, que imortalizou o seu nome na página mais branca da nossa história" e até o seu marido - antes execrado – foi descrito pelo jornalista como "um soldado que pegou em armas pela defesa de nossa pátria contra o estrangeiro" (CHATEAUBRIAND, 1920, p. 2).

Efetivamente, o banimento foi revogado por decreto de Epitácio Pessoa, os despojos dos imperadores foram repatriados, mas Isabel não voltaria viva ao Brasil. Ela faleceu em 14 de novembro de 1921. O Conde d'Eu ainda poria os pés no Brasil, logo após a revogação do banimento, em rápida visita, mas morreria a caminho daqui, justamente quando era aguardado para as comemorações do Centenário.

O dia da festa se aproximava e pouco efetivamente se estava fazendo para celebrar a independência. Decidiu-se que a Capital Federal, como principal sala de visitas do País, deveria sofrer obras de embelezamento e modernização. Não seria nada como o encetado por Pereira Passos, no início do século, mesmo porque não havia dinheiro para isso, mas algo seria realizado. A imprensa continuava a cobrar decisões. Várias *charges* apareciam nos jornais e revistas, apresentando o Centenário como um velho desleixado a clamar por cuidados. Carlos Sampaio, então, começou, a toque de caixa, a derrubar o morro do Castelo. Em sua esplanada[420] – nos largos espaços que sobraram depois do arrasamento do morro - aconteceria o grande evento comemorativo do Centenário. Era necessário que a "barbárie" desse lugar à "civilização", conforme sugeria o *Correio da Manhã* (A CAMINHO..., 1920, p. 2), e que se corrigisse o paradoxo de ter símbolos da cultura civilizada – como o Theatro Municipal, a

[420] A Exposição foi também em grande parte instalada em terrenos conquistados ao mar, nas cercanias da esplanada aberta com a demolição do morro do Castelo.

Escola de Belas Artes e a Biblioteca Nacional - convivendo a poucos metros com cabras pastando nas fraldas do morro do Castelo, como muito bem-humoradamente afirmou a *Revista da Semana* (1920, p. 58). O homem estaria intervindo na natureza, domando-a e impondo exemplo de seu gênio.

Vista geral da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, RJ, [s.d]

Entretanto, com os meses se sucedendo em 1920, dada a inoperância do governo em definir como seria a comemoração do centenário, a iniciativa privada procurava ocupar o espaço. N'*O Paiz*, de 3 de junho, a matéria "Projetos para o centenário" dava notícia da apresentação de uma interessante idéia. Um certo Mr. Ralph Cobham, empresário britânico com diversos interesses no Brasil, apresentou ao ministro Simões Lopes um projeto para a instalação, às suas expensas, de uma exposição internacional no Rio de Janeiro, em setembro de 1922, como parte das comemorações do centenário.

O jornalista do matutino elogiou os "intuitos elevados" do empresário, acrescentando, entretanto, que o móvel principal de tal empreendimento, por mais simpático que parecesse, era a propaganda de produtos estrangeiros. E oferece uma alternativa "verde e amarela" para tal empreendimento:

> Muito diferente seria o caso, se, porventura, se tratasse de uma exposição internacional organizada pelo nosso governo. Nestas condições, poderíamos dar ao certame uma forma adequada ao imprimir-lhe o cunho estritamente nacional, que devem ter todos os aspectos da celebração do centenário (PROJETOS..., 1920, p. 3).

O jornalista insistia para que o mais rápido possível fossem definidos pelo governo os eventos que efetivamente comemorariam os 100 anos. Até aquele momento, só haviam sugestões vagas, propostas de intelectuais para instituição de prêmios a obras artísticas e literárias e nada mais.

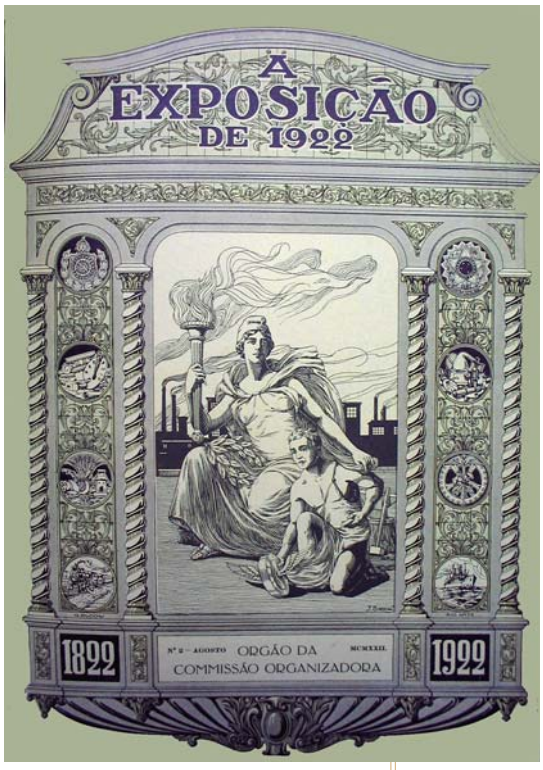
No dia seguinte, Mr. Ralph Cobham visitou a redação d'*O Paiz* para esclarecer que seu projeto teria um caráter eminentemente nacional e que acatará as sugestões do governo brasileiro, seguidas *in totum*. Na matéria, publicada no matutino no dia 5 de junho, ele garantia só esperar a aprovação do governo para iniciar as obras.

Ali estava o nascedouro de uma Exposição Universal para celebrar o centenário. E na gênese daquela idéia de comemorar com uma daquelas "festas de modernidade"(HARDMAN, 1991, p. 50). não havia o "DNA" do governo brasileiro, ao contrário. Quem primeiro pensara na hipótese fora um empresário britânico.

Certamente a partir desta idéia de Cobham, as hostes nacionais começaram a se movimentar. O então deputado federal *André Gustavo Paulo de Frontin* (1860-

1933)[421] defendeu na Câmara uma proposta para as comemorações do Centenário, conforme foi noticiado por *O Paiz*:

> Propôs o Sr. Frontin que se faça uma grande Exposição Nacional, capaz de servir de índice do atual estado do nosso progresso econômico e do nosso adiantamento técnico. A idéia de uma Exposição Nacional já tem ocorrido, por vezes, a propósito dos planos de celebração do centenário, mas coube ao ilustre Sr. Paulo de Frontin precisar, com invejável lucidez do seu poder de definir as coisas, a verdadeira natureza do Brasil, ao cabo dos seus 100 anos de vida independente. Uma exposição como propões o Sr. Frontin seria uma admirável lição de coisas sobre a evolução econômica da nossa pátria. [...] conseguiríamos reconstruir, com mais ou menos exatidão, a história das nossas indústrias, tanto manufatureiras, como agrárias e extrativas (O CENTENÁRIO, 1920, p. 3).



Capa da Revista, A Exposição de 1922

Assim, para o Centenário da Independência, a idéia original de Ralph Cobham [422] acabou encontrando eco nas hostes políticas nacionais, embriagadas no néctar do nacionalismo ufanista que sempre nos é tão caro. Culminou no Decreto nº 4.175, de 11 de novembro de 1920, que determinava a realização "de uma Exposição Nacional [posteriormente Internacional] na Capital da República". Entretanto, só no ano seguinte viria à luz a regulamentação das atividades comemorativas, por intermédio do Decreto nº 15.066, de 24 de outubro de 1921, onde a instalação da exposição estaria garantida definitivamente, junto com outras construções e eventos.

Este último decreto criou a Comissão Executiva do Centenário da Independência, sob a presidência de Alfredo Pinto Vieira de Mello, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Foi dotada uma verba para custeio das primeiras despesas. A comissão se reunia semanalmente, com a presença do ministro, do prefeito do Distrito Federal, Carlos Sampaio, e mais Antero de Almeida, escolhido Diretor-Geral, e ainda Henrique Leão Teixeira, João Baptista da Costa e João Baptista de Mello e Souza.

Posteriormente criou-se a Comissão Organizadora da Exposição Internacional de 1922, sob a presidência do então ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes. A primeira reunião desta comissão aconteceu em 25 de

[421] Engenheiro encarregado da construção da Avenida Central, no Rio de Janeiro de Pereira Passos e prefeito nomeado do Rio em 1919.

[422] Depois de ter aparecido na imprensa como autor da idéia de uma Exposição Universal para comemorar o Centenário, Ralph Cobham não mais é citado nos jornais. De onde se conclui que sua idéia foi encampada formalmente pelo governo, não cabendo mais a sua participação no evento.

A construção do Pavilhão da Estatística, [s.d.]

abril de 1921, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, quando foram definidos o regulamento e o programa da Exposição. A comissão sugeriu (e foi atendida pelo governo) a emissão de "bônus da independência" – títulos, ou ainda, uma espécie de bilhetes de loteria para arrecadar fundos que fizessem frente ao cabedal de despesas que teriam pela frente.

Em vésperas de ser inaugurada a exposição, Simões Lopes demitiu-se, pressionado pelo Partido Republicano gaúcho (leia-se Borges de Medeiros). O presidente Epitácio decidira pela nomeação de Pires do Rio, então ministro da Viação e Obras Públicas, para acumular também a pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, responsável pela organização da Exposição do Centenário. Esta deveria envolver:

> as principais modalidades do trabalho no Brasil, atinentes à lavoura, à pecuária, à pesca, à indústria extrativa e fabril, ao transporte marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, aos serviços de comunicação telegráficos e postais, ao comércio, às ciências e às belas artes (INDEPENDÊNCIA..., 1922, p. 27).

A "ante-sala do paraíso"

Para representar condignamente a vida econômica, social e científica brasileira foram definidas 25 seções significativas das principais atividades do País: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras; das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; forças de terra e esportes; *estatística.*

Estava garantido, assim, um belo palco para a exibição dos números e mapas definidos pela Diretoria Geral de Estatística no Censo de 1920. Muito a propósito, José Luis Sayão de Bulhões Carvalho foi um colaborador da Comissão Organizadora.

Parque de diversões, Rio de Janeiro, [s.d.]

O Brasil deixaria para trás os vexames das estatísticas republicanas anteriores e poderia oferecer ao mundo os seus bons números, cientificamente coligidos e passíveis de comparação com os de outras nações, concretizando o sonho de Adolphe Quetelet, inspirador dos congressos estatísticos. A ciência entraria pela porta da frente naquela "ante-sala do paraíso" descrita no artigo "Civitas luminis" (A EXPOSIÇÃO...,1923).

Em vasta área, incluindo o espaço conseguido com o arrasamento do morro do Castelo, foram instalados os pavilhões da Exposição. A seção nacional ficou localizada na Misericórdia, entre o antigo Arsenal de Guerra (próximo à Santa Casa de Misericórdia) e o Mercado. Ali foram concentrados os pavilhões do Comércio, Higiene e Festas, das Pequenas Indústrias, da Viação e Agricultura, da Caça e Pesca, da Administração, de Estatística, do Distrito Federal, de diversos municípios, de empresas nacionais (como a *Brahma*, por exemplo) e multinacionais (como a *General Eletric*) incluindo os Palácios das Indústrias e dos Estados, e um enorme parque de diversões.

As monumentais construções reservadas às nações amigas foram construídas ao longo da Avenida das Nações, que se estendia do antigo Arsenal até o Palácio Monroe. Aquele mesmo que fora construído para a Exposição Universal de Saint-Louis, em 1904, e que depois foi remontado no Rio de Janeiro. Em 1922, foi incorporado à Exposição Universal do Centenário da Independência do Brasil como *bureau* de informações do evento.[423] Tão logo encerrasse aquela comemoração, seria destinado ao Senado Federal.

Na Exposição, estariam representados os seguintes países: Argentina, México, Inglaterra, Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, Noruega e Japão.[424]

Como é possível observar nas fotos de época, cada pavilhão apresentava um estilo arquitetônico próprio, na maior parte como um *pastiche* da arquitetura peculiar do país representado. O conjunto, no entanto, fazia excelente vista.

Pavilhão do Distrito Federal, Rio de Janeiro, [s.d.]

Eis que à meia noite de 6 para 7 de setembro de 1922, uma multidão contemplou, embevecida, um espetáculo de luzes e fogos de artifício. Diversos navios estrangeiros e brasileiros, ancorados na ponta do Calabouço, fizeram rugir seus canhões, saudando a independência brasileira. Da porta monumental,

[423] Disponível em: <http://www.almacarioca.com.br/monroe.htm>. Acesso em: 17 mar. 2005.

[424] Foram construídos alguns estandes de exibição na Praça Mauá para: Bélgica, Portugal, Estados Unidos, França, Itália e Tchecoslováquia.

Epitácio Pessoa na Exposição Internacional do Centenário da Independência, 1922

em frente ao Monroe, até o seu último rincão, a Exposição estava pronta para receber os seus visitantes. Aquele primeiro minuto do dia da Independência do Brasil foi recebido com buzinas de automóveis, apito das máquinas, bimbalhar de sinos e com a execução do Hino Nacional nos cinemas, teatros, casas particulares...O coração cívico da cidade bombeava pessoas pelas veias – ruas e vielas – em um frêmito poucas vezes vistos na Capital Federal.

Tão logo foram abertos os portões, milhares de pessoas passaram pela entrada principal, para conhecer, no dizer do articulista da revista da Exposição:

> [...] o palácio dos Estados, com sua cúpula monumental, faiscante como uma jóia [...] o das Festas, vasto, suntuoso como um templo pagão [...] o das Grandes Indústrias, cuja torre aponta para o céu, num gesto de súplica ou de ameaça. Debruçado nos ares, austero no seu aspecto, harmonioso nas suas linhas, o pavilhão da Estatística, simboliza a ciência da certeza (SETE..., 1922, p. 3).

Os visitantes do espaço da "ciência da certeza" teriam a oportunidade de conferir os resultados do Censo recente e receber um medalhão de bronze comemorativo da data, com o número total da população brasileira em 1º de setembro de 1920.

A propósito, este medalhão veio a se constituir em prova viva, concreta, da implicância do governo republicano com a data da independência brasileira. Senão, vejamos. Em um de seus lados, vê-se a reprodução do "Grito do Ipiranga" e duas figuras alegórica apoiadas no dístico "1822 – 1922". No outro, está a efígie do presidente Epitácio Pessoa, entre louros, ladeado pelas frases "população brasileira em 1889 14.058.751" e "população brasileira em 1922: 30.635.605".[425] E resta, então, a pergunta que não quer calar: por que não foi incluída a população brasileira em 1822, ano da Independência? Se no ano em que as margens plácidas do Ipiranga ouviram "o brado retumbante de um povo heróico" não houve censo, em 1889 também não houve. O número atribuído à população neste ano foi fruto de estimativas, o que poderia ser feito igualmente para 1822. Aquela foi mais uma forma de marcar o ano da proclamação da República em uma comemoração de data festiva a partir de uma ato do tempo do Império. Comemoração do centenário, sim, mas nos termos republicanos.

Mesmo levando em conta que exposições universais já não mais faziam sucesso na Europa e Estados Unidos, há que se convir que a organizada para celebrizar

[425] Esta medalha se encontra no setor de Memória Institucional do IBGE.

o Centenário da Independência brasileira foi primorosamente constituída. Ela serviu, inclusive, para exorcizar as lembranças da grande guerra, que envolveu considerável parte do mundo, embora ainda fosse deixar conseqüências indeléveis por bom tempo. Os visitantes de estirpe teriam, inclusive, a oportunidade de se hospedar no recém-construído Hotel Glória (inaugurado em agosto de 1922), considerado o maior e mais luxuoso da América do Sul.

Além dos números do Censo, o visitante travaria contato com produtos e indústrias que estavam fazendo diferença àquela época. O pensamento reinante era o de que a pujança da natureza de que foi dotado o Brasil só teria efetiva validade se fosse usada para o desenvolvimento do País. O ferro abundante incitava à siderurgia tão necessária, como se viu na Primeira Guerra. A exuberância das quedas d'água precisavam movimentar turbinas geradoras de energia elétrica que acordasse o "gigante adormecido".

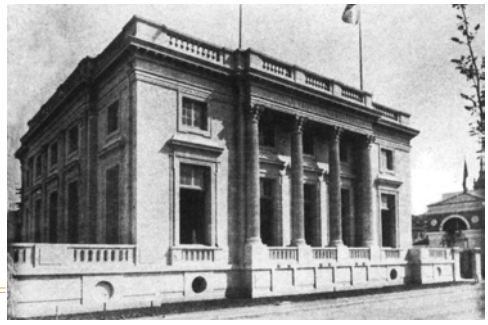
No dizer de Marly Silva da Motta (c1992, p. 71):

> Mais do que os produtos expostos nas vitrines e nos mostruários, os olhos dos *touristes* estrangeiros deveriam 'ver' a potencialidade do nosso progresso, cuidadosamente expressa em tabelas e gráficos que apontavam uma 'inequívoca' tendência de crescimento dos 'setores modernos' da economia, baseados no ferro e na eletricidade.

Note-se que o "tabelas e gráficos" conduz à estatística, que, embora tivesse pavilhão próprio, estaria presente em forma de seção em diversos outros estandes. Naquele momento, a Exposição estava cumprindo parte da função da estatística, de trazer o 'mundo distante' para perto, transmudando população, produtos, produções e serviços em números, mapas e gráficos.

Além dos produtos expostos, os visitantes daquele 7 de setembro teriam outra participação ativa: seriam os primeiros a ouvir a histórica transmissão de Rádio acontecida nos alto-falantes distribuídos pelo espaço da Exposição. Nada que causasse maior espanto ou comoção. Como disse Roquette-Pinto, o responsável pela vinda do Rádio para o Brasil:

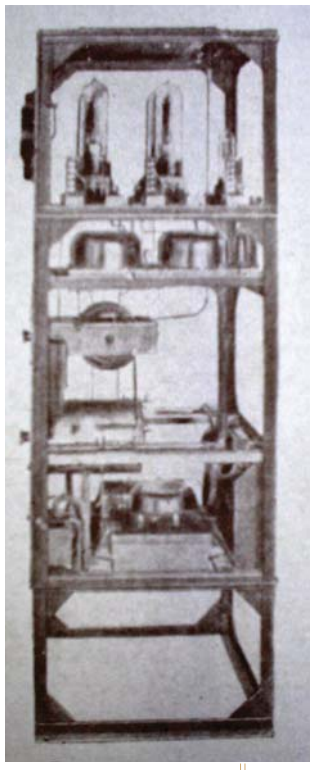
> A verdade é que durante a Exposição do Centenário da Independência, em 1922, muito pouca gente se interessou pelas demonstrações experimentais de radiotelefonia, então realizadas pelas companhias norte-americanas Westinghouse, na



Pavilhão da França, Rio de Janeiro, [s.d.]

Pavilhão dos Estados Unidos, Rio de Janeiro, [s.d.]

> Estação do Corcovado, e Western Eletric, na Praia Vermelha. [...] Muito pouca gente se interessou. Creio que a causa principal desse desinteresse foram os alto-falantes instalados na Exposição. Ouvindo discursos e músicas reproduzidos no meio de um barulho infernal, tudo roufenho, distorcido, arranhando os ouvidos; era uma curiosidade sem maiores conseqüências (TAVARES, 1997, p. 51).



Rádio transmissor, [s.d.]

O radialista Paulo Tapajós, presente na Exposição ainda menino, confirmaria aquela impressão, em seu depoimento ao Museu da Imagem e do Som:

> Fiquei profundamente impressionado com aquele estranho som que vinha não sei de onde. Era uma coisa diferente. Não tinha som de orquestra, nem de vitrola. Era uma coisa terrível, que chegava aos meus ouvidos de maneira estranha (CABRAL, 1990, p. 29).

Os discursos "roufenhos" citados por Roquette-Pinto foram proferidos pelo presidente Epitácio Pessoa e pelo mais ilustre convidado estrangeiro – o Rei Alberto I, da Bélgica.

Acompanhado por sua esposa, a Rainha Elizabeth, o monarca belga fazia a sua segunda visita ao Brasil – a primeira fora em 1920, retribuindo a visita que o recém-eleito Epitacio lhe fizera no ano anterior. A família Pessoa estreitara laços de amizade com os reis da Bélgica desde então. Na inauguração oficial da Exposição, o Rei Alberto I discursou, saudando os 100 anos de independência da nação amiga, percorrendo, em seguida, todos os pavilhões acompanhado do presidente brasileiro.

A Exposição durou de 7 de setembro de 1922 a 24 de julho de 1923. Sua organização aconteceu em meio a convulsões políticas que poderiam, inclusive, comprometer sua realização. A vitória de Arthur Bernardes contra Nilo Peçanha, nas eleições de março daquele ano enfrentou resistências, incluindo ameaças de motim, a insurreição dos tenentes do Forte de Copacabana, em 5 de julho, e, tendo como conseqüência, o estado de Sítio decretado por Epitácio Pessoa.

Como a própria atividade censitária, a Exposição era passível de elogios e críticas pela Imprensa. Os jornais estampavam aprovação e condenação, às vezes com poucos dias entre um e outro editorial.

Nos tipos móveis d'*O Paiz*, com intervalo de oito dias, a Exposição passou de "nociva" a "afirmação grandiosa de nosso desenvolvimento".

O editorial "Città Morta", assinado por Oscar Lopes, fez um balanço melancólico do grande evento comemorativo, em seus últimos estertores:

> [...] recordo os esplendores daqueles dias de setembro, agora para sempre perdidos. Recordo-os com o fundo pesar de quem revê na imaginação um irremedi-

Pavilhão da Tchecoslováquia, Rio de Janeiro, [s.d.]

ável erro do passado, pondo na lembrança toda mágoa, toda a sentida lástima que acompanha condenações formais (LOPES, 1923, p. 3).

O articulista prossegue, condenando a "teimosia" do governo em insistir com a custosa Exposição:

> Nem um conselho foi ouvido de boa vontade, nem uma razão foi examinada serenamente por aqueles que, julgando na sua louca irreflexão oferecer um magnífico triunfo à Nação, agora, sem suspeições da paixão política são apontados como imediatos responsáveis pelo fracasso do famoso certame (LOPES, 1923, p. 3).

Para ele, o saldo do acontecimento foi o esbanjamento inútil de esforços e uma "formidável desilusão" pelas promessas não cumpridas.

Encerra o editorial, com uma pergunta cruciante:

> Onde estão os resultados largamente prometidos pela organização do certame, as boas conseqüências automaticamente obtidas, os generosos proveitos apontados sem restrições ao comércio e a indústria do Brasil em conexão íntima com iguais atividades de outros povos? (LOPES, 1923, p. 3).

Esta e outras questões levantadas pelo editorial de Oscar Lopes foram respondidas nas páginas do mesmo *O Paiz*, de 26 de julho, no editorial sem assinatura "O balanço do certame". Em palavras mais que ufanistas, o incógnito editorialista inclusive condena a "minoria mórbida" que estava cega às vantagens trazidas pelo acontecimento.

> Com efeito, a Exposição revelou de maneira incontrastável que vamos rapidamente caminhando para a autonomia econômica, a que aspiram todos os povos, sem prejuízo das suas relações de intercâmbio mercantil. [...]
>
> A aspiração de autonomia econômica é, pois, perfeitamente justa, lógica e defensável ante as próprias injunções dos nossos deveres para com os países; e a Exposição serviu precisamente para demonstrar esta verdade, porquanto, se, de um lado patenteou a certeza de estarmos evoluindo rapidamente naquele sentido, de outro, permitiu que 13 nações, diretamente representadas nela, nos trouxessem a garantia da sua cordialíssima estima.
>
> Ao tomar por tema deste artigo o encerramento oficial do certame de setembro, tivemos o propósito de resumir no seu balanço final a significação confortadora de que por ele é lícito aferir, sem exagero, mas sem vacilação, o progresso verdadeiramente impressionante das nossas indústrias e, como dedução intuitiva, a multiplicidade e excelência dos nossos recursos em matérias-primas e a pujança realizadora da nossa inteligência.
>
> Como bem e a propósito acentuou o Sr. ministro da Justiça[426], a Exposição não falhou. Os três milhões e tanto de pessoas que, em dez meses, a visitaram, atra-

[426] João Luís Alves, Ministro da Justiça de Arthur Bernardes.

> ídas de todos os pontos do país e do exterior, não terão dúvida em reconhecer e proclamar que, longe de ter sido um insucesso engendrado pela minoria mórbida dos nossos descontentes sistemáticos e suspeitos, ela foi, ao inverso, a afirmação grandiosa dos índices maiores do nosso desenvolvimento econômico, conseguido em muito menos de um século, talvez em menos de trinta anos [...]
>
> [...] um dos mais prestigiosos comissários estrangeiros manifestara ao governo passado a verdadeira "decepção" de que se achava possuído, depois de ter visitado os mostruários nacionais, porquanto via que a concorrência da indústria estrangeira no mercado brasileiro tendia a tornar-se praticamente inútil, diante da variedade e perfeição da produção nacional, que levaria dentro em pouco o país a prescindir da importação de similares de outras procedências (O BALANÇO..., 1923, p. 3).

No prosseguimento do artigo editorial, o jornalista reproduz parte do discurso do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, *João Luís Alves* (1870-1925), onde este dá vazão a todo exagero que uma figura pública de seu quilate poderia cometer, assumindo que o Brasil "já é um País industrial".

No embate entre os dois articulistas d'*O Paiz*, ambos escrevendo em espaço nobre do matutino, exatamente o que deveria expressar a opinião do próprio jornal, vê-se excessos em ambos lados – nem a Exposição do Centenário foi um fracasso retumbante, nem é possível considerá-la como marco da industrialização do País. Não é crível que um evento daquela magnitude não trouxesse benefícios comerciais e industriais para o Brasil. Imagina-se até que foram assinados alguns acordos neste sentido. Além disto, como forma de marcar o Centenário da Independência, a Exposição cumpriu bem o seu papel, servindo inclusive como sugestivo exemplo para a futura comemoração do bicentenário.

Mas devemos ter em mente que o caráter festivo despertou mais atenção que o científico. A Imprensa – incluindo a oficial – destacou apenas o lado hedonista, deixando à margem as representações da ciência, especialmente o Pavilhão da Estatística. O que se sabe a respeito do que foi exposto neste pavilhão é o que está descrito no Relatório da DGE, de 1922, onde seu diretor assegura que embora a diretoria estivesse assoberbada com os afazeres do censo, "não poupou esforços [...] para colaborar, condignamente" com a Exposição. Segundo Bulhões Carvalho:

> Os diagramas, cartogramas e quadros murais, exibidos no Pavilhão de Estatística da Exposição, demonstram a sua solicitude no desempenho da comissão que lhe foi confiada, revelando, ao mesmo tempo, o progresso do Brasil, através das várias épocas da sua evolução política, econômica e social. [...] a maior parte dos gráficos ou ilustrações exibidas no recinto da Exposição se baseiam em dados estatísticos, fornecidos pelas seções técnicas e artisticamente elaborados na seção de cartografia (BRASIL, 1923c, p. 5).

No mesmo relatório, Bulhões Carvalho volta a se referir ao que foi exposto no pavilhão, descrevendo as principais peças. Entre estas, a carta censitária do Distrito Federal, desenhada em sete fusos geográficos, na escala de 1:10.000, com nove me-

tros de largura por quatro de altura. No dizer de um dos cartógrafos que a confeccionaram, a carta era "a mais exata, a mais original documentação do aspecto topográfico da capital da república ao completar o Brasil o seu primeiro centenário de independência política" (BRASIL, 1923c, p. 13).

Além desta carta, a DGE organizou para a Exposição um índice alfabético dos logradouros do Distrito Federal, incluindo dados de uma espécie de base operacional geográfica (divisão em setores censitários) e ainda informações administrativas e judiciárias.

Pavilhão Português, na Exposição Internacional do Centenário de Independência, 1922

No pavilhão também foram expostos croquis desenhados pelos técnicos artistas da DGE: Izaltino Barboza, Evêncio Nunes, Francisco Manna, Eugênio Latour, Pedro Bruno e Gustavo Dall'Ara. Foram expostos, também, mapas, cartas e corografias dos diversos estados da República. Do Recenseamento Geral, realizado a partir de 1º de setembro de 1920, constaram no Pavilhão de Estatística:

- Carta censitária do Distrito Federal, acompanhada dos 30 cadastros distritais que serviram de base ao inquérito censitário;
- Carta censitária do Distrito Federal, 8º Distrito (Lagoa), em escala 1:5.000;
- Cartogramas do número de habitantes e do número de prédios da cidade do Rio de Janeiro, com indicativo da densidade demográfica;
- Índice alfabético dos logradouros do Distrito Federal, segundo as divisões censitária, municipal e judiciária – área, número de prédios e número de habitantes do Distrito Federal em 1920, segundo a divisão censitária;
- Diagrama da população (de 1776 a 1920);
- Diagrama da população da população do Distrito Federal, segundo a nacionalidade, brasileiros e estrangeiros;
- Diagrama da população estrangeira do Distrito Federal, segundo as nacionalidades;
- Diagrama da população do Distrito Federal, segundo o sexo e o estado civil;
- Diagrama da população do Distrito Federal, segundo as idades;
- Diagrama da população do Distrito Federal, segundo o grau de instrução;

- Diagrama da população do Distrito Federal, segundo o grau de instrução e a nacionalidade, brasileiros e estrangeiros, excluídos menores de 5 anos;
- Diagrama da população do Distrito Federal, segundo os defeitos físicos, cegos e surdos-mudos;
- Diagrama da população do Distrito Federal, segundo a nacionalidade, brasileiros e estrangeiros, e os defeitos físicos, cegos e surdos-mudos;
- Diagrama comparativo da população do Brasil por estados, segundo os recenseamentos de 1872, 1890, 1900 e 1920;
- Densidade territorial da população do Brasil (1920), com o crescimento médio anual de 1872-1920;
- Diagrama comparativo da população do Brasil com as populações de outros países da América, Europa e Ásia;
- Diagrama de natalidade, nupcialidade e mortalidade do Distrito Federal, no período de 1912 a 1921;
- Cálculo das áreas dos municípios do Brasil, existentes em 1º de setembro de 1920;
- Cartograma da área dos estabelecimentos rurais recenseados em confronto com a superfície territorial dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre;
- Cartogramas do censo da agricultura, incluindo as produções agrícolas, totais dos rebanhos, do custo das terras recenseadas, incluindo benfeitorias, maquinismos e instrumentos agrários;
- Diagramas dos meios de transporte e vias de comunicação, do ensino civil, público e particular, do coeficiente de analfabetismo no Distrito Federal;

Entre muitos outros...

Dos 3 626 402 visitantes que estiveram na Exposição, de 7 de setembro a 2 de julho, uma média de 12 723 por dia (no dia 2 de julho, exatas 73 748 pessoas cruzaram as roletas do certame), possivelmente nem todos visitaram o estande sob responsabilidade da DGE. O que não significa que ele devesse ser menosprezado. Talvez sua pouca variabilidade, sua compleição quase monástica[427], se comparado com seções de estatística dos pavilhões internacionais, tenha sido um fator determinante para sua omissão dos meios de comunicação do período. Mas afinal de contas era lá

[427] O Pavilhão da estatística foi projetado por *Gastão da Cunha Baiana* (1879-1959), em estilo Luiz XVI. Tinha uma exótica cúpula, desenhada pelo sócio de Gastão, Nereu Sampaio. Por intensos pedidos de Gastão Baiana, a cúpula foi finalmente retirada em 1930. Depois da Exposição, a edificação se transformou em repartição pública, sendo durante muito tempo a sede da Vigilância Sanitária Portuária. Atualmente é o Centro Cultural da Saúde.

que estavam os números do recente censo. As primeiras totalizações do inquérito tão aguardado por todos, tão decantado pela própria Imprensa, sua primeira fiadora. É de se lamentar que nenhum destaque tenha sido dado nos jornais da época ao "espaço da ciência da certeza"(A EXPOSIÇÃO..., 1922, p.8), cujo engrandecimento traria novas e boas luzes ao acontecimento.

Com tudo e apesar de tudo a Exposição foi coroada de pleno êxito. Lastime-se, entretanto, a progressiva demolição dos seus belos pavilhões ao longo dos anos. Eles foram edificados pelos países convidados e, ao final da Exposição, oferecidos ao Brasil, que agradeceu e, posteriormente, os pôs abaixo. Atualmente, dos prédios da exposição só estão de pé o pavilhão do Distrito Federal (hoje, Museu da Imagem e do Som), a reprodução do *Petit Trianon*, pavilhão francês oferecido ao Brasil para abrigar uma biblioteca ou museu de arte francesa (atual Academia Brasileira de Letras), o Museu Histórico Nacional (que manteve parte do original Palácio das Indústrias) e o pavilhão de Estatística (hoje Centro Cultural da Saúde).

Entre os que sobraram, vale ressaltar a sobrevivência do dedicado à "ciência da certeza". Ironicamente, se é certo que todas as coisas se acabem, o "memorial" da estatística e do Censo de 1920 resiste a esta certeza. O destino, este ser vingativo, pareceu ter aprontado uma de suas artimanhas.

O Brasil nas exposições pós-1922

Após a Exposição Universal de 1922, comemorativa do Centenário da Independência brasileira, outras aconteceram dentro do período delimitado neste volume. Em 1924, aconteceu uma em Londres, sem a presença do Brasil. Dois anos depois, outra foi inaugurada na cidade norte-americana da Filadélfia, seguidas por outras em Barcelona (1929), Paris (1931) e Chicago (1933).

Na de Filadélfia, em 1926, há dúvidas sobre a presença brasileira, embora haja um projeto do arquiteto *Lucio Costa* (1902-1998) de um pavilhão em estilo colonial [428] para abrigar a mostra brasileira.

Depois de 1926, o Brasil só voltaria a participar de uma Exposição Internacional, em 1939, ano em que houve duas: uma em Nova Iorque, com um pavilhão construído em estilo futurista por *Oscar Niemeyer* e *Lucio Costa*; outra em *San Francisco*, cujo pavilhão foi arquitetado pelo norte-americano *Garder Dailay*. Após este ano, o Brasil teria pavilhão na Exposição de Bruxelas, em 1958, desta vez concebido por *Sergio Bernardes* e em 1970, onde o País esteve representado em edificação criada pelo arquiteto *Paulo Mendes da Rocha* (junto com *Ruy Otake*), o neto de *Francisco Mendes da Rocha*, diretor da DGE de 1895-1900.

[428] Disponível em: <http://www.fau.ufrj.br/brasilexpos/1926.html>. Acesso em: abr. 2005. Neste sítio estão fotos e reproduções dos pavilhões brasileiros de diversas Exposições Universais em que o país mandou representante.

Expectativas irrealizadas (c.1925-c.1930)

PARTE 5

No final dos tempos, Bulhões idealiza a Conferência de Estatística

Capítulo 24

Feito o Censo de 1920, foram saindo os volumes. Pouco a pouco, vencida a enorme tarefa da apuração e da divulgação, à DGE restou a rotina. Uma rotina sempre frustrante, pela deficiência das informações. De fato, sem o livre acesso aos registros administrativos, a elaboração das estatísticas era conflituosa e tormentosa, não contínua e não sistemática. Era patente a ausência de um comprometimento interadministrativo, da esfera federal consigo mesma, e, sobretudo, com as esferas estadual e municipal, sendo negada ou ignorada a autoridade intelectual da DGE. Assim, para pactuar um convívio harmonioso, Bulhões intenta realizar uma Conferência de Estatística, que teria lugar em outubro de 1930, justo quando acontece o movimento revolucionário que põe termo à primeira República (hoje dita República Velha), daí, não tendo lugar.

Arthur Bernardes, [s.d.]

Em 15 de novembro de 1922, *Arthur Bernardes* (1875-1955) substituíra *Epitácio Pessoa* (1865-1942) na Presidência da República (em cujo governo se fizera o censo). Em 15 de novembro de 1926, teve início o governo de *Washington Luís* (1869-1957), o último da primeira República, derrubado em 24 de outubro de 1930 pelo movimento revolucionário iniciado em três de outubro, a 22 dias da posse de *Júlio Prestes de Albuquerque* (1882-1946), eleito em eleições acusadas de fraudadas. Chega ao poder o líder dos revoltosos, *Getúlio Vargas* (1883-1954) [429], que antes perdera as eleições.

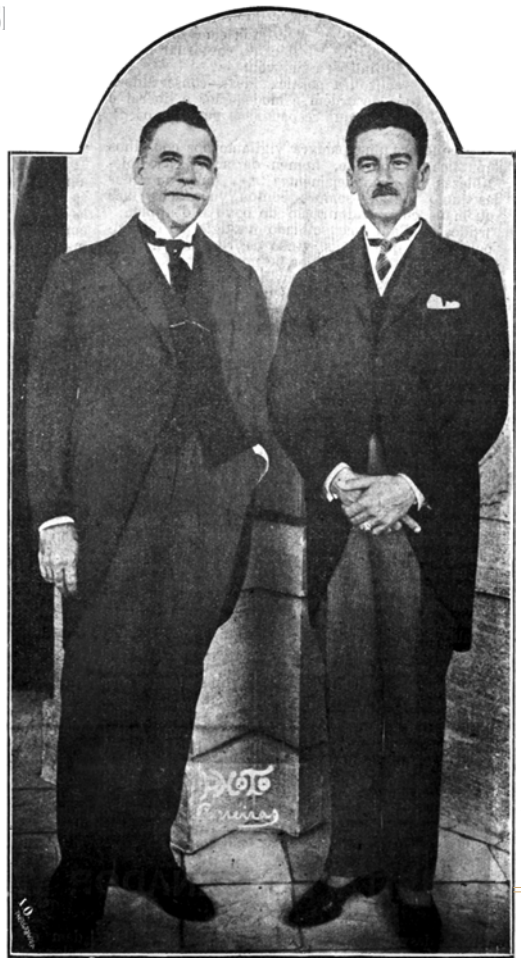
Então, foram ministros da Agricultura, Indústria e Comércio, *Miguel Calmon* (1879-1935) sob *Arthur Bernardes*, e *Lyra Castro* (1863-1936) sob *Washington Luís*. Com ambos, *Bulhões* conviveu naturalmente (melhor com *Miguel Calmon*, a quem admirava e elogiava). Nesse tempo, foi reforçando sua compreensão dos problemas da DGE, e foi chegando à proposição de realização da Conferência de Estatística, na busca de soluções. Idéia que levou ao IBGE.

[429] Getúlio Vargas fora Ministro da Fazenda de Washington Luís, quando foi criado um imposto sobre o consumo, primeiro imposto não alfandegário na história do Brasil. À época da revolução, presidia o estado sulista do Rio Grande do Sul.

A DGE em 1926

Em 1926, segundo *Bulhões*, a DGE não descurou "dos inquéritos que constituem o seu programa regulamentar e normal, esforçando-se por mantê-los em dia" (BRASIL, 1928, p. 5).

Dentre os serviços atinentes à 1ª seção, destacam-se os que se referiam "às divisões territoriais do país, à estatística policial dos atentados contra a vida, consumados ou não, e à nossa defesa militar". Em 31 de dezembro daquele ano, "era o território da República constituído por 1 407 municípios, dos quais 880 com a categoria de cidade; na mesma data existiam 734 comarcas, 909 termos e 4.060 distritos judiciários" (BRASIL, 1928, p. 5).



Washington Luiz e Mello Vianna, [s.d.]

Quanto à 2ª seção segue lamentando a fraqueza do registro civil, que "não pode ainda apresentar, infelizmente, a desejável precisão, ressentindo-se os seus resultados de lacunas inevitáveis", na conta do ignorar-se o Decreto nº 722, de 6 de setembro de 1890, já comentado anteriormente (BRASIL, 1928, p. 8-9). A população brasileira é calculada em 36 870 972 habitantes, sendo 6 902 511 em Minas Gerais e 5 751 822 em São Paulo.

A 3ª seção seguiu fazendo as estatísticas econômicas e financeiras. Na 4ª seção, a perda de *Oziel Bordeaux*, depois de longa enfermidade, entre outras razões, dificultou a realização das atividades. A cartografia continuou elaborando os diagramas destinados à ilustração das publicações. A tipografia produziu 1 482 964 exemplares, inclusive as edições de livros, e impressos do expediente da repartição.

Foram expedidos 169 540 documentos (cartas, ofícios e telegramas, mapas de agregação e questionários), e foram recebidos 58 251 documentos, o que bem dá uma medida do desalento cotidiano, ou seja, mais saía do que voltava, por exemplo, dos 84 971 "mapas e questionários" expedidos, apenas 47 222 foram devolvidos preenchidos (e nem sempre com perfeição). E *Bulhões* conclui:

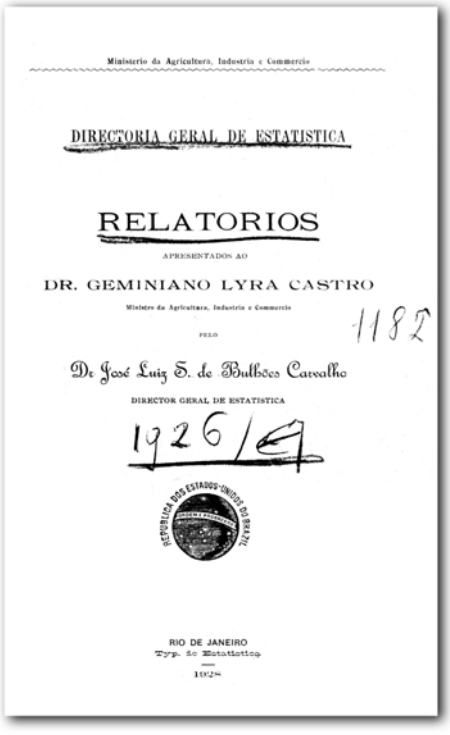
> Nas condições atuais em que se encontra a repartição que tenho a honra de dirigir, desprovida de pessoal e sem elementos com que possa incrementar a sua atuação no interior da República, não lhe é possível agir com a eficiência precisa para dar cabal desempenho às suas atribuições regulamentares. A complexidade e a extensão do programa que lhe cumpre executar pressupõem a existência de um aparelhamento condigno, de que não dispõe, infelizmente, a Diretoria Geral de

> Estatística, obrigado, por isso, a restringir as suas iniciativas, sem esmorecer, todavia, no propósito de fazer o possível para atingir a sua finalidade, dentro dos limites compatíveis com os reduzidos recursos atualmente ao seu alcance (BRASIL, 1928, p. 13, grifo nosso).

A DGE em 1927

Em 1927, *Bulhões* seguiu na luta. As despesas chegavam a 1.129:070$023, sendo 879:105$023 com pessoal e 249:965$000 com material, por certo uma cifra avultada, em especial pelos resultados, sempre irregulares, incompletos e insuficientes. Foram expedidos 411 210 documentos, e recebidos 90 393; dos 232 016 "mapas e questionários" expedidos, somente 74 737 voltaram. E saía, entre outras edições, o volume III do Anuário Estatístico, 11 anos depois de iniciada sua publicação.[430]

> Antes de encerrar este relatório devo, todavia, assinalar que os resultados conseguidos pelo departamento administrativo confiado à minha responsabilidade representam o máximo que é possível conseguir, a custa de perseverante esforço, segundo os elementos a que pode recorrer nas condições que ora presidem ao seu funcionamento. Repartição destinada ao registro sistemático dos fatos inerentes à vida do país, considerado este [o país] organicamente e no conjunto de suas atividades políticas, administrativas, econômicas e sociais, a Diretoria Geral de Estatística, para bem alcançar os seus fins, precisa estender a todo o território nacional, com operosidade eficiente, a sua ação pesquisadora e diligente. Para atingir esse objetivo, carece de um aparelhamento condigno, que não se limite apenas à organização central ora existente na capital da República, desprovida de agentes de ligação direta com os governos dos Estados e de mandatários itinerantes que, no interior do país, assegurem, do melhor modo, a coleta das informações imprescindíveis ao êxito dos inquéritos.
>
> Longe de dispor desses preciosos elementos, a Diretoria Geral de Estatística é obrigada a se corresponder com os seus informantes por via telegráfica em casos excepcionais e, habitualmente, pelo correio. Esses meios de comunicação, já por sua natureza deficientes, em face das necessidades do serviço de investigações extensivas a todo o território nacional, compreendendo os seus mais afastados centros de população, mais precários se tornaram ultimamente pela supressão da franquia postal de que gozava a repartição do regimen instituído pelo art. 8º da Lei. nº 5.353, de 30 de novembro de 1927, e do regulamento desse dispositivos aprovado pelo Decreto nº 18.164, de 18 de março do corrente ano.
>
> A exigência de porte na correspondência oficial da Diretoria Geral de Estatística veio agravar os embaraços que se opõem ao êxito das indagações, dificultando o processo da coleta de dados e aumentando consideravelmente a proporção das fontes de informação que não atendem aos apelos da Direto-


Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

RELATORIOS

APRESENTADOS AO

DR. GEMINIANO LYRA CASTRO

Ministro da Agricultura, Industria e Commercio

PELO

1182

Dr. José Luiz S. de Bulhões Carvalho

DIRECTOR GERAL DE ESTATISTICA

1926/27

RIO DE JANEIRO

1928

Folha de rosto dos Relatórios apresentados ao Dr. Geminiano Lyra Castro, Ministro da Agricultura e Comércio pelo Dr. José Luiz de Bulhões Carvalho, 1928

[430] A população brasileira alcançava a 37 970 329 habitantes.

> ria para se eximirem ao pagamento dos selos cobrados pelas agências do correio. O restabelecimento da franquia postal afigura-se uma providência de interesse vital para os serviços de estatística, não me parecendo bastantes os abatimentos previstos na legislação vigente e as concessões estabelecidas no regulamento nº 18.164 para permitirem a marcha regular daqueles serviços, visto que a aludida franquia constituía até bem pouco tempo a garantia única de resultados compensadores para os inquéritos em andamento.
>
> Chamando a vossa esclarecida atenção para esse aspecto novo do problema estatístico, anima-me a esperança de quaisquer providências futuras que visem restituir à Diretoria [Geral] de Estatística o uso integral de uma regalia que, embora se revista de um caráter excepcional, torna-se imprescindível à sua existência produtiva entre os demais órgãos administrativos da federação.
>
> A prerrogativa alvitrada justifica-se plenamente, à vista das condições especiais dos serviços a cargo da mesma Diretoria, que se leve em conta a natureza especial desses encargos, quer se considerem a situação da repartição e os fatores negativos representados pela vastidão do meio e pela má vontade de informantes, pouco dispostos a prestar, com sacrifício pecuniário, o concurso muitas vezes trabalhoso que lhes é solicitado sem a menor compensação de ordem material (BRASIL, 1928, 81-83, grifo nosso).

Naquele mesmo ano, *Bulhões Carvalho* apresenta memória sobre "A imigração japonesa", no congresso em celebração do *2º Centenário do Cafeeiro no Brasil* (1727-1927), em São Paulo. *Bulhões* advoga a entrada de japoneses; em texto erudito, bastante interessante, defende a imigração de japoneses (BRASIL, 1928, p. 257-269).

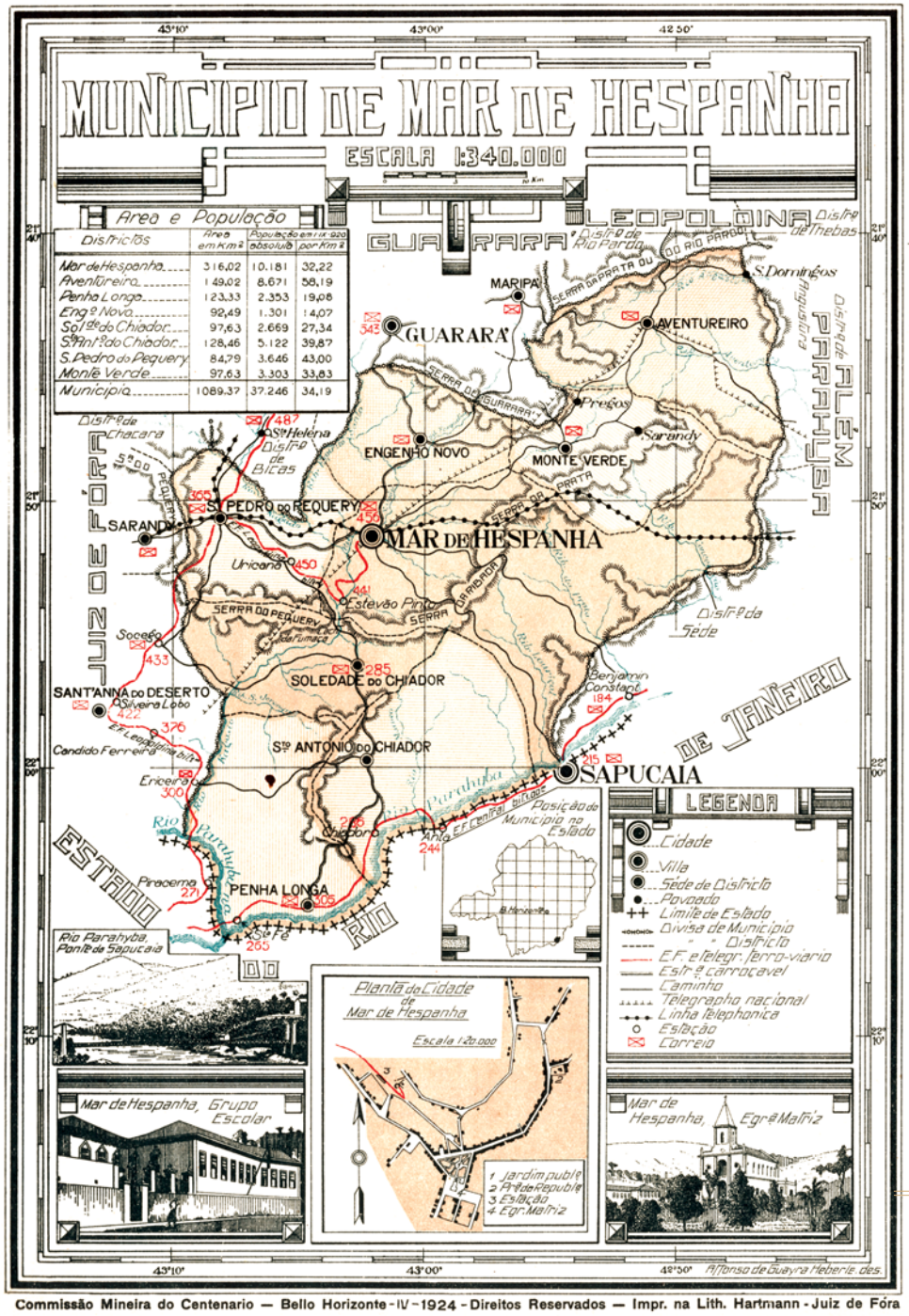
A DGE em 1928

A 1ª seção "manteve-se em estreito contato com as fontes informantes", seja para completar inquéritos em andamento, seja para iniciar outros (BRASIL, 1930a, p. 5). Havia, à época, 1 421 municípios, sendo 952 cidades e 469 vilas; havia 753 comarcas, 920 termos, 4 468 distritos. A duras penas, até pela carência dos registros, mas sobretudo pela reticência no atendimento às solicitações de informações, começavam a aparecer números da defesa nacional, da polícia militar e do serviço de bombeiros.

A 2ª seção continuava lamentando a precária situação do registro civil, o que impedia a fixação de "coeficientes aceitáveis de nascimentos, casamentos e óbitos"(BRASIL, 1930a, p. 7-8). O Brasil teria, então, 39 103 856 habitantes, sendo 7 257 799 em Minas Gerais, 6 175 685 em São Paulo e 4 041 540 na Bahia.

O relato da 3ª seção é muito rico, não pelos resultados, que são mínimos, mas pela narrativa das dificuldades. Onde haviam registros, as agregações estatísticas acabavam acontecendo, não raro aos trancos e barrancos, mas, à falta deles, ou sendo precários, as dificuldades eram gigantescas, a exigir suas prévias criações ou melhorias. Vejamos alguns trechos:

> As estatísticas de compilação acham-se virtualmente em dia, encontrando-se em condições assaz favoráveis as que dependem de subsídios constantes de registros públicos instituídos por lei. [...] Os inquéritos que dependem do concurso das muni-



Mapa do município de Mar de Espanha, MG, [s.d.]

cipalidades já não oferecem a mesma facilidades de oportuna conclusão, porquanto exigem uma correspondência vultosa com as autoridades competentes, esparsas na vasta área da federação, em pontos situados, às vezes, a enormes distâncias do Rio de Janeiro, o que torna sobremaneira precárias e demoradas as comunicações por via posta. Acresce a esse embaraço natural a circunstância de não serem homogêneas as condições de progresso na totalidade dos municípios e de se ressentirem alguns dos respectivos governos de deficiências lamentáveis na maneira de cumprir os seus

> encargos. Daí a falta de registros que os orientem sobre a situação dos serviços locais e o desconhecimento absoluto do valor da estatística como base de uma boa administração (BRASIL, 1930a, p. 9, grifo nosso).

A 4ª seção padecia de gigantismo, com um mundo temático a investigar. Para facilitar, concentrou-se na investigação da educação. Mas, sendo um assunto complexo, a exigir contato com "um número avultadíssimo de informantes", os sucessos eram mínimos (BRASIL, 1930a, p. 10). Que dirá toda a área de cultura, quando o próprio cadastro de informantes era desconhecido, ou muito incompleto.

A cartografia preparou "diversos álbuns com ilustrações para a Exposição Ibero Americana de Sevilha", e "forneceu elementos" (diagramas e cartogramas) que permitiu atender "à requisição de vários órgãos da administração pública, entre os quais o Departamento Nacional de Saúde Pública" (sem maiores explicações, infelizmente) (BRASIL, 1930a, p. 11). A tipografia produziu 2 217 598 exemplares (inclusive livros, mapas, questionários, e material de expediente, bem assim, encadernações). Foram expedidos 316 286 documentos, e recebidos 91 932, o que alarmava a precária situação vigente (e foram enviados 164 882 "mapas e questionários", e recebidos somente 76 104), sem que se saiba se foi ou não atendida a demanda de retorno à franquia postal.

A biblioteca, "tendo em vista a necessidade de renovar o material de consulta", de modo a torná-lo "compatível com a constante evolução dos modernos métodos estatísticos", adquiriu, "por compra", várias "obras de metodologia", a saber: **The elements of statistical method**, de *Willford King*, **Principles and methods of statistics**, de *Robert E. Chaddock*, **An introduction to the methods of economic statistics**, de *Crum e Patton*, **An introduction to economic statistics**, de *George R. Davies*, **Making of index numbers**, de *Irving Fisher*, **Statistique mathématique**, de *G. Darmois* (BRASIL, 1930a, p. 11). Nessa lista (talvez incompleta) avulta uma ênfase nas estatísticas econômicas, em visões adiante da precária realidade da repartição; e avulta o idioma inglês, o que sugere uma mudança de orientação, aliás pouco a pouco percebida nos relatórios, com recorrentes referências às estatísticas nos Estados Unidos. Enfim, quem os terá selecionado e indicado à compra? Que significavam nos universos de obras afins? Quem os terá lido, e refletido? Algo terá sido usado, ao menos como idéia?

A DGE em 1929

Em 1929, há um novo censo em vista, e a DGE ganha alento. A DGE terá como verba orçamentária destinada aos seus trabalhos preliminares 460:000$000, sendo 260:000$000 para pessoal e 200:000$000 para material (ou seja, total a mais em ¼ de sua verba orçamentária normal, 2.024:085$000). E começam os trabalhos:

> Quanto ao recenseamento de 1930, a atividade da Diretoria Geral de Estatística teve em vista o serviço preliminar destinado à coleta de elementos básicos indispensáveis à segura orientação das seções demográfica e econômica, para me-

> lhor garantia da operação na sua fase propriamente executiva. Foram para esse fim destacados para os Estados emissários,[431] incumbidos de obter, quanto à população, os elementos de confronto necessários à execução do inquérito demográfico, e, quanto à agricultura e às indústrias, os subsídios constantes dos cadastros mantidos pelas administrações regionais para fins tributários. Os elementos assim obtidos foram, na sua maior parte, satisfatórios, servindo alguns não somente ao objetivo que determinou a coleta, como também como contribuição valiosa para os inquéritos compreendidos no programa normal da Diretoria (BRASIL, 1930a, p. 171).

No mais, *Bulhões* tentava alcançar a normalidade. Mas a situação seguia sendo precária, e os esforços não eram recompensados; sim, os resultados eram descontínuos, e, pior ainda, não eram sistemáticos. Afirma *Bulhões*:

> A natureza dos inquéritos estatísticos e as dificuldades decorrentes da extensão do país, da organização administrativa e do meio social em que se tem de desenvolver a atividade dos órgãos oficiais de investigação, não permitem ainda, infelizmente, a coleta de resultados completos, relativos a cada ano, em tempo de serem convenientemente apurados, pelo que as informações correspondentes a períodos mais recentes terão necessariamente de se ressentir de naturais deficiências, passíveis de ulterior correção. Daí a necessidade de investigações permanentes, durante as quais se solicitam elementos destinados a completar as lacunas verificadas em períodos imediatamente anteriores, aperfeiçoando-se dessa forma, para os fins de confronto, a estatística retrospectiva (BRASIL, 1930a, p. 160).

A marcha das seções era lenta, mas não sem avanços. O custo em energia humana, contudo, era enorme. Teria que haver muita persistência, muita pertinácia, muita atenção, para, ao fim e ao cabo, alcançarem resultados irrisórios, e, sobretudo, duvidosos. Isso, a um custo sempre crescente, o que mais ainda alarmava. O tempo era longo, o custo era largo; daí, as freqüentes resistências e a recorrente incompreensão. Não poderia continuar sendo assim, e *Bulhões* maquina uma solução, e logo virá a idéia da Conferência de Estatística, a ter lugar em 1930.

> Terminando esta breve notícia dos trabalhos realizados pela repartição a meu cargo no ano próximo findo, devo consignar a minha impressão de que a Diretoria Geral de Estatística, graças à boa vontade do seu dedicado pessoal, continua a manter de modo satisfatório a sua atividade, sempre profícua, no organismo administrativo nacional. Se os resultados dos seus inquéritos não são ainda perfeitos e se ressentem de falhas inevitáveis, a razão dessas deficiências ressalta logo ao encarar as dificuldades inerentes ao nosso meio social: a precariedade das fontes informantes a que é possível recorrer, como acontece, para citar apenas a mais importante, com o defeituoso registro civil; o mau aparelhamento do nosso sistema judiciário e administrativo no que respeita à verificação dos fatos que mais intimamente afetam a vida dos seus diferentes órgãos; e, finalmente, as condições da própria Diretoria, cujas iniciativas só poderão alcançar o desejado êxito quanto dispuser este departamento, nas várias unidades da República, dos elementos de ligação que o ponham em contato imediato com os governos estaduais e, por meio deles, com as autoridades que lhes estão subordinadas direta ou indiretamente.

[431] Teixeira de Freitas, por portaria de 2 de janeiro, foi designado para servir nos trabalhos preliminares do recenseamento em Minas Gerais (onde já estava, desde o Censo de 1920, do qual foi delegado) (BRASIL, 1930a, p. 352).

> Dos vários embaraços apontados, é possível esperar sejam removidos alguns com o decorrer dos tempos, sob a influência da legislação e da cultura, em geral aperfeiçoadas à medida que o país evolui e aumenta a ação educadora da própria Diretoria, cujos inquéritos registram, de ano para ano, uma diminuição auspiciosa na porcentagem dos dados lacunosos por falta de resposta dos questionários ou pedidos de informações. Para que ainda mais se acentuem essas perspectivas favoráveis, convém perseverar a ação do governo federal no sentido de aproveitar a eficiente colaboração das diversas organizações estatísticas dos Estados, as quais, devidamente prestigiadas pelas respectivas administrações, poderão prestar ao país, orientando melhor os seus dirigentes, os mais valiosos serviços (BRASIL, 1930a, p. 171-172, grifo nosso).

Dado em maio de 1930, pouco depois, *Bulhões* proferi as famosas conferências de propaganda do Censo de 1930, em Recife e em Salvador, nas quais advoga uma harmoniosa cooperação interadministrativa, já na esfera federal, e, especialmente, com os estados e municípios. Em setembro, propõe para o mês seguinte, outubro, a realização da Conferência de Estatística, cujo cerne seria exatamente a construção dessa almejada cooperação harmoniosa interadministrativa, como será visto adiante.

O quadro de pessoal em 1929

De novo, para fins de memória histórica, valerá revelar alguns nomes do quadro de pessoal efetivo da DGE, agora para 1929. Alguns desses nomes vinham presentes desde 1917, como antes divulgado; de fato, o quadro de pessoal é estável, com um grande número de mulheres, em geral nas funções de gabinete. Alguns desses nomes irão passar ao quadro do IBGE, ou de órgãos do Sistema Estatístico, então criado.

Bulhões continua Diretor Geral. De 1917, seguem os chefes de seção: *Cassiano Machado Tavares Bastos* e *Leopoldo Doyle e Silva*; são agora falecidos *Affonso Celso Parreiras Horta* (em 1928) e *Oziel Bordeaux Rego* (em 1927); são novos, *Heitor Eloy Alvim Pessoa* e *Antônio Cavalcanti Albuquerque de Gusmão.*

O bibliotecário *Augusto Dias Carneiro* (tradutor de *Filippo Virgilii*), se aposenta em 1928, sendo substituído por *Octávio do Nascimento Silva.* O arquivista, o cartógrafo e o almoxarife seguem os mesmos, respectivamente: *Joaquim Macedo de Castro Rebello, João Moreira de Araripe Macedo,* e *Fidelis Lemgruber.*

Entre os 2º oficiais avultam: *Mário Augusto Teixeira de Freitas* (em 1925), pela trajetória corrente e futura no IBGE; e *Manoel Timótheo da Costa Júnior* (em 1926), pelo nome que trazia. A cessão funcional de *Teixeira de Freitas* ao Estado de Minas Gerais, ao longo da década, terá retardado suas promoções.

Entre os 3º oficiais avultam a presença de mulheres, sete ao todo: *Mary Emily Huggins, Nathaly Leão Balceiro, Luiza Marinho de Azevedo, Iris Leal Rodrigues Val-*

Geminiano Lyra Castro, [s.d.]

le, *Glaucia Lourenço Gomes*, *Alice Liliana de Araújo Lima*, *Elza Meschick*; todas em 1929. Em função técnica, ocorria isso pela primeira vez.[432]

O programa da Conferência de Estatística

Convocada para realizar-se de 12 a 20 de outubro de 1930, e depois adiada *sine die*, aquela que teria sido a 1ª Conferência Nacional de Estatística teve seu programa organizado por *Bulhões Carvalho*, e aprovado pelo Aviso nº 104, 5 de setembro de 1930, do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, *Lyra Castro*. Trata-se de uma relação minuciosa, e mesmo exaustiva, dos problemas cotidianos da DGE, à época.

Aquele precioso documento foi salvo da sanha do tempo graças à decisão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística – CNE que mandou inscrevê-lo nos Anais do IBGE (Resolução nº 70, de 16 de julho de 1938), entre outros considerandos, tendo em conta

> que esse programa concretizou, no Brasil, as idéias de cooperação inter-administrativa e unidade de ação nos domínios, idéias que o seu eminente autor já havia lançado nas suas notáveis conferências de Recife e Salvador, realizada em princípios de 1930;
>
> que as diretrizes fixadas de modo mais ou menos explícito no programa em apreço já prevalecem hoje quase integralmente nas atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1939a, p. 6-7).

Isso fora feito no instante em que *Bulhões Carvalho* tornava-se membro vitalício do Instituto Internacional de Estatística; esse fato leva àquela decisão de inscrição do programa nos seus Anais. Pela mesma resolução foi "reconhecida solenemente ao Doutor José Luiz Saião de Bulhões Carvalho a mais alta benemerência técnica, ficando-lhe conferido, em plena justiça, o título de Fundador da Estatística Geral Brasileira". Assinava a resolução *Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do IBGE, e *Macedo Soares*, seu Presidente (que autorizou sua publicação).

[432] "Devemos a Francisco Bernardino a admissão de pessoal do sexo feminino, como datilógrafas e apuradoras, nos serviços oficiais de estatística. Aliás, se não estou enganado, foi a Diretoria Geral de Estatística a primeira repartição pública brasileira conquistada pelo movimento feminista. Dentre as distintas colaboradoras que tivemos a partir de 1910, não posso deixar de citar as duas mais antigas, as Senhoritas Carmen Unser e Maria Dulce de Oliveira, e mais tarde a Senhora Eulália de Brito, que foi um dos elementos mais esforçados da Seção de Registro Civil e assistente da chefia do Censo Demográfico de 1920. Guardo dessas três antigas colegas uma grata recordação, pelo exemplo de dedicação à causa pública, que nos souberam dar." (FREITAS, 1992, p. 116).

Eis, enfim, a íntegra do programa, chamando à sua leitura atenta, e cuidadosa reflexão. Por certo, uma valiosa síntese do estado das artes, à época (em vários pontos, máxime em sua parte geral, surpreendentemente, ainda atual).

PARTE GERAL

I Uniformidade da estatística federal. Cooperação entre os diferentes órgãos administrativos da União. Bases para a colaboração desses serviços na organização da estatística geral do país.

Natureza e limites das contribuições respectivas. Prestação automática das informações, estabelecendo-se o prazo para a remessa dos contingentes destinados a figurar nas publicações de conjunto, de modo a permitir a divulgação oportuna dos anuários e outras publicações de caráter geral.

II Uniformidade das estatísticas estaduais. Meios de conseguir esse objetivo. Adaptação dos modelos utilizados nos inquéritos estaduais aos tipos de formulários adotados pela estatística federal. Uniformização do método a seguir na exposição dos resultados.

III Sistematização das estatísticas municipais. Medidas necessárias para promover a criação e o desenvolvimento dos serviços de estatística municipal. Interferência indireta, auxílios e coparticipação dos governos estaduais para a organização dessas estatísticas.

IV Ação conjugada da Diretoria Geral de Estatística e das repartições centrais de estatística dos Estados na coleta de elementos estatísticos de interesse comum. Delimitação das atividades da União e dos Estados para conseguir aquele objetivo. Definição dos encargos e determinação das responsabilidades financeiras no custeio das investigações.

V Influência das leis federais, estaduais e municipais quanto à criação de registros e fontes informantes. A finalidade estatística na regulamentação dos serviços públicos.

VI O ensino da estatística como disciplina social absolutamente indispensável à cultura moderna dos povos bem orientados e progressistas. Sua inclusão como matéria de curso obrigatório nos programas das escolas secundárias e superiores. Criação de cadeiras independentes e autônomas de estatística, confiadas a docentes especiais, sobretudo nas Faculdades de Direito.[433]

VII Questões estatística de ordem geral não especificadas.

PARTE ESPECIAL

a) Território

1) Contribuição da União, dos Estados e dos Municípios para o desenvolvimento da cartografia nacional. Elementos essenciais que devem figurar nas Cartas e nos Anuários Estatísticos em relação ao Território. Escolha de um único meridiano de referência para o cálculo das longitudes (em arco e tempo). Área dos Estados e dos Municípios. Meio de evitar a divergência de algarismos na indicação das superfícies territoriais e de obter as distâncias das sedes dos municípios aos respectivos distritos e à capital do Estado.

[433] Por que esta ênfase de ensino da estatística nos cursos de Direito? Talvez pela intensa demanda por legislação específica (para criar registros, para criar obrigações, para criar compromissos, etc.).

2) Divisão administrativa – municípios, categorias das sedes e distritos administrativos. Divisão judiciária – comarcas, entrâncias, termos e distritos judiciárias. Divisão policial – regiões policiais, municípios (delegacias) e distritos policiais. Vantagens da uniformização destas três categorias de distritos, quanto aos seus nomes, número e limites, a exemplo do critério já adotado nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

b) Clima

3) Uniformização dos métodos de observação e dos aparelhos adotados nas diversas redes meteorológicas do país. Modelos dos quadros sintéticos em que deverão ser divulgados nos Anuários Estatísticos, pelos Estados e pela União, as observações meteorológicas mensais e anuais. Elementos essenciais que devem figurar nessas publicações e sua combinação segundo um modelo padrão.

c) Administração

4) Organização da estatística do funcionalismo da União, dos Estados e dos Municípios. Meios de torná-la uniforme. Arrolamento sistemático das repartições e serviços públicos. Classificação dos servidores do Estado, pelos vencimentos, segundo um critério padrão. As tabelas orçamentárias como fontes de informação para a estatística do funcionalismo. Discriminação rigorosa nos orçamentos das verbas para pessoal e para material.

d) Justiça

5) Obrigatoriedade do registro estatístico dos processos nos cartórios judiciais; elementos a serem consignados nesses registros. Necessidade de dispositivos legais visando ao estabelecimento de fontes de informação para a estatística judiciária. Meios de promover o concurso ativo da magistratura em prol da organização uniforme da estatística judiciária do Brasil.

e) Demografia

6) Processo a empregar na propaganda do registro civil e meios práticos de fazê-la de modo a intensificar os resultados.[434] Área de registro.

Medidas tendentes a reduzir as dificuldades da execução do registro civil, sobretudo nas zonas de população esparsa.

Acordos necessários para o aproveitamento dos dados do registro civil, com a precisa oportunidade: coleta rápida, transmissão regular, apuração uniforme e cessão recíproca dos mesmos dados.

7) Movimento da população dentro do Território Nacional; meios de acompanhar o seu deslocamento em zonas da mesma ou de diferente jurisdição. Registros locais. Preparo da estatística do turismo.

8) Critério a adotar para a estimativa da população nas diversas circunscrições administrativas. Meios de controlar o resultado. Recenseamentos simples e periódicos. [435]

[434] Quarenta anos da implantação do Registro Civil, ele seguia sendo frágil, apesar da inúmeras tentativas da repartição de estatística em revolver seus problemas, inclusive alterando a respectiva legislação.

[435] O que se deve entender por essa expressão? "Periódico" seria apenas garantir o período decenal? Como tornar o censo "simples", se a cada ano mais temas emergiam à investigação?

f) Economia e finanças

9) Meios de obter praticamente das bolsas de mercadorias, juntas comerciais ou de corretores, assim como dos principais estabelecimentos exportadores, a estatística dos preços correntes, pelo menos em relação às mercadorias de maior importância econômica.

10) Concurso direto dos governos estaduais e municipais e a intervenção indireta de particulares no sentido de uniformizar as medidas agrárias, assim como as de peso e volume, principalmente no que se refere ao comércio dos produtos agrícolas ou de origem animal.

11) Instituição do "Registro Territorial" das propriedades agrícolas, pastoris e florestais, nos Estados, onde já existe o imposto referente aos imóveis rurais, indicando, além da extensão total dos imóveis e o seu valor venal, a superfície ocupada por matas; capoeiras e capoeirões; campos, cerrados ou pastos nativos; culturas agrícolas; brejos, pântanos e charnecas; assim como a superfície improdutiva das terras. Vantagens econômicas e administrativas desse regime.

12) Providência a adotar pelo governo estadual ou municipal no sentido de ser apurado, regularmente, o número de animais abatidos e, também, o peso da carne produzida para o consumo da população local, não só nas cidades, vilas e povoações, como também, se possível nos estabelecimentos agrícolas e pastoris; lançamentos que não se devem confundir com os que se referem aos animais abatidos nos matadouros frigoríficos e nas xarqueadas e fábricas de conserva ou preparados de carne.

13) Meios de obter dos Estados e dos Municípios a criação do "Registro de Veículos", referentes quer aos veículos de autopropulsão, quer também aos de tração animal, indicando, em relação aos primeiros, o tipo, a marca, o peso ou tonelagem de carga, a força motriz e o número de pessoas que podem transportar, e, em relação aos segundos, o tipo, o número de rodas e o peso correspondente.

14) Medidas que possam concorrer para tornar uniforme a estatística das estradas de rodagem, em geral, pela indicação dos principais característicos técnicos, tais como: tipo das rodovias, largura da faixa de rolamento, raio mínimo das cursas, declividade máxima das rampas e obras de arte existentes[436]; completadas essas informações com o registro da extensão quilométrica dos vários trechos.

15) Intervenção do governo estadual junto às administrações municipais para a publicidade regular dos orçamentos da receita e despesa, como também dos balanços definitivos, afim de assim facilitar a organização da estatística financeira em todo o país.

g) Estatística intelectual

16) As estatísticas intelectuais e o seu campo de aplicação. Dados estatísticos indispensáveis para justa apreciação da vida intelectual dos diversos Estados do Brasil nos seus principais aspectos. Dificuldades a vencer para a coleta das informações e sua desejável uniformização. Métodos a adotar para que a estatística intelectual

[436] O que se deve entender por "obras de arte", no que tange às estradas de rodagem? Como isso seria registrado? Seria por fotografia?

> seja elaborada de acordo com os princípios científicos, adotados pelo Instituto Internacional de Estatística, e as normas práticas aconselhadas pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual[437].
>
> 17) Estatística do ensino em particular [em especial], nos seus diversos graus: primário, secundário, profissional e superior. Características diferenciais entre a estatística do ensino público (federal, estadual e municipal) e a do ensino particular. Classificação dos institutos de ensino conforme a sua finalidade a natureza da administração de que dependem. Obrigatoriedade e freqüência escolar. Processos a empregar para a melhor apuração da freqüência, quanto à educação intelectual do primeiro grau. Proporção entre o efetivo descipulado [sic] dos institutos primários e a população em idade de freqüentá-los. Meios práticos para organizar e tornar comparáveis as estatísticas estaduais relativas à instrução elementar: uniformização dos registros escolares como instrumento básico da coleta de elementos estatísticos. Dados sobre a organização pedagógica, administrativa e financeira das escolas. Discriminação das verbas da receita e da despesa. Despesa *per capita* (IBGE, 1939a, p. 7-10, grifo nosso).

O programa dava foco na derivação das estatísticas usando-se os registros, por certo a fonte principal de informações individuais. Ao fazê-lo intentava estabelecer a imperativa cooperação interadministrativa (na esfera federal, em si mesma, e, mais, desta com as esferas estaduais e municipais) sem a qual seguiria havendo a malfadada deficiência de informações. Por demais, também tratava da criação de registros (alguns, autênticos cadastros), ou da sua reforma (com ênfase no registro civil).

As estatísticas econômicas e financeiras foram tratadas com mais minúcias, mas, nem por isso, de modo exaustivo, mesmo diante das condições vigentes à época. As estatísticas hoje ditas sociais, então chamadas de intelectuais, só foram detalhadas no que tange à educação, tudo o mais ficando em genérico, na verdade, parece que o próprio escopo da temática seria posto em discussão, talvez na expectativa de reduzi-lo a dimensões investigáveis (reduzindo os tormentos cotidianos).

Não se tem documentos descrevendo a composição, a convocação, a condução rotineira da Conferência. Pode não ter havido tempo de tratar-se da operação, dada o atropelo dos acontecimentos revolucionários; ou pode até ter sido tratado, já que *Bulhões* era bastante sistemático e disciplinado, tendo-se perdido a correspondente documentação. Como seja, duas eram as alternativas: primeira, compor uma platéia mais técnica; segunda, compor uma platéia mais política.

Recorde-se que o primeiro desenho do Conselho Superior de Estatística, em 1907, pelas mãos de *Bulhões*, era político. Recorde-se que na reflexão de *Oziel Bordeaux* e nas reformas de *Francisco Bernardino* ganhou um caráter mais técnico. *Bulhões*, ao retornar à direção geral em 1915, parece querer uma saída mista, contudo, o Conselho Superior de Estatística não irá se reunir, pese seu empenho. Agora, que tipo de auditório ele pensaria constituir, mais técnico ou mais político? Ou algo misto? Mas, à falta dos fatos, não teremos respostas...

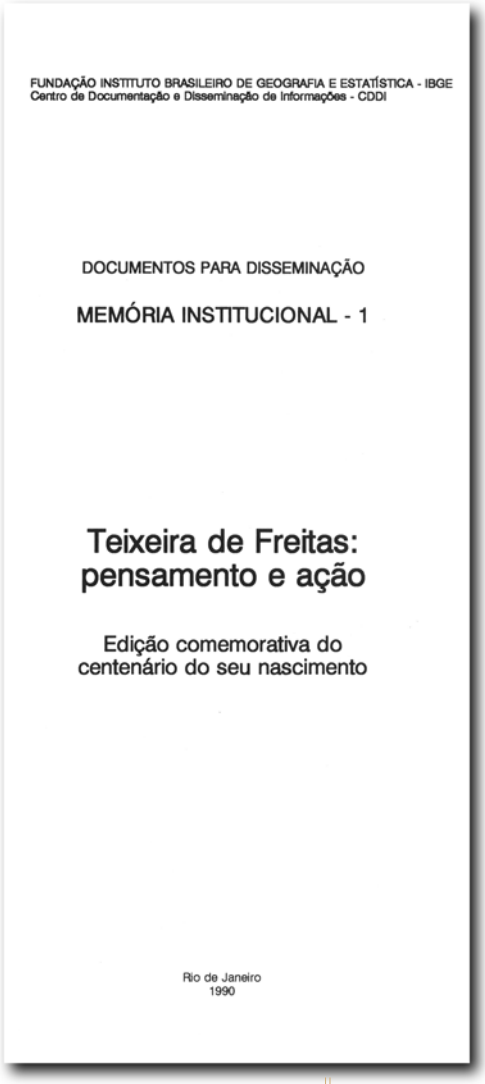
[437] Que Instituto teria sido este? Teria alguma conexão com o Instituto Internacional de Estatística?

Conferência de Estatística: comunicação de Teixeira de Freitas

Capítulo 25

À vésperas da Conferência de Estatística, *Teixeira de Freitas* atuava em Minas Gerais, organizando as estatísticas estaduais mineiras. Estava lá há uma década, tendo chegado em 1919-1920, primeiro com o encargo de executar os trabalhos preliminares do Recenseamento de 1920, realizado com qualidade, em completa tranqüilidade, com reflexos positivos na realização do recenseamento, nos anos de 1920-1921. Em 1922, terminado a atividade censitária, é autorizado a continuar em Minas Gerais (logo terá cessão formal [438], mas sem direito à percepção dos vencimentos), e começa a idealizar e a promover uma "sistematização cartográfico-estatístico-corográfica", com o apoio do governo mineiro, querendo alcançar a formação da "estatística geral de caráter regional", na terra mineira, possuído de "quente simpatia e viva gratidão para com o grande e acolhedor Estado de Minas Gerais". E diz que

> as peripécias da evolução da estatística brasileira já haviam demonstrado à saciedade que ela, em amplos setores da sua atuação, permaneceria inerte e estéreo enquanto não pudesse contar com a cooperação muito íntima e deveras eficiente de um serviço regional de estatística em cada uma da unidades políticas da União (FREITAS, 1990a, p. 82).


FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

DOCUMENTOS PARA DISSEMINAÇÃO

MEMÓRIA INSTITUCIONAL - 1

Teixeira de Freitas: pensamento e ação

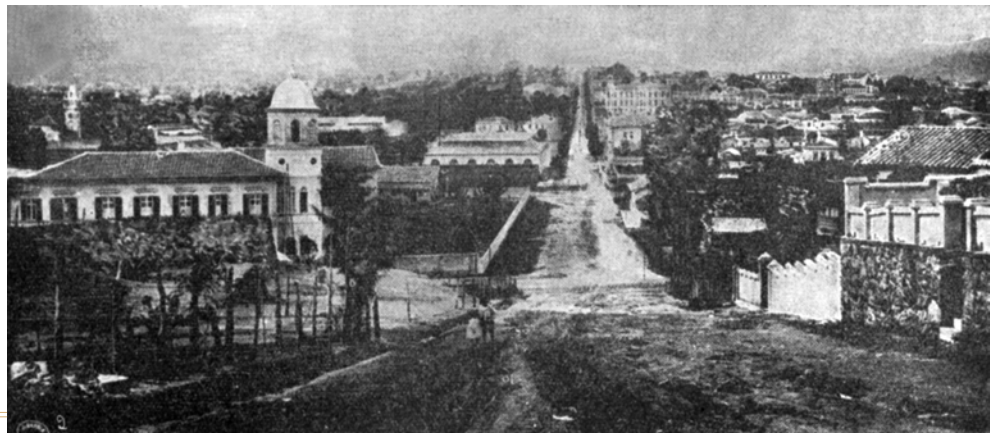
Edição comemorativa do centenário do seu nascimento

Rio de Janeiro
1990

Folha de rosto de Teixeira de Freitas: pensamento e ação, 1990

Nesse contexto, trata da criação de um serviço de estatística, mas, antes de querer sua formal estruturação, trata de primeiro configurá-lo. À época (ao tempo de *Arthur Bernardes*) atuava uma comissão cuidando da presença de Minas Gerais na próxima Exposição Universal Comemorativa do Centenário da Independência, pois a essa comissão se agregaria a atividade estatística, que, pouco a pouco, ganharia concepção e conformação. Já então coube-lhe compilar e organizar inúmeras estatísticas, afora outras informações, inclusive cartográficas, para tanto, contou com "agentes itinerantes", atuando sob instruções minuciosas, os quais, segundo *Teixeira*, constituiu "a chave do êxito que coroou os nossos trabalhos".

[438] Manoel Timóteo da Costa Júnior, talvez a convite de Teixeira de Freitas, em janeiro de 1927, será cedido ao governo de Minas Gerais (sem direito à percepção de vencimentos). Antes, fora o delegado do Recenseamento de 1920 no Estado do Rio de Janeiro.



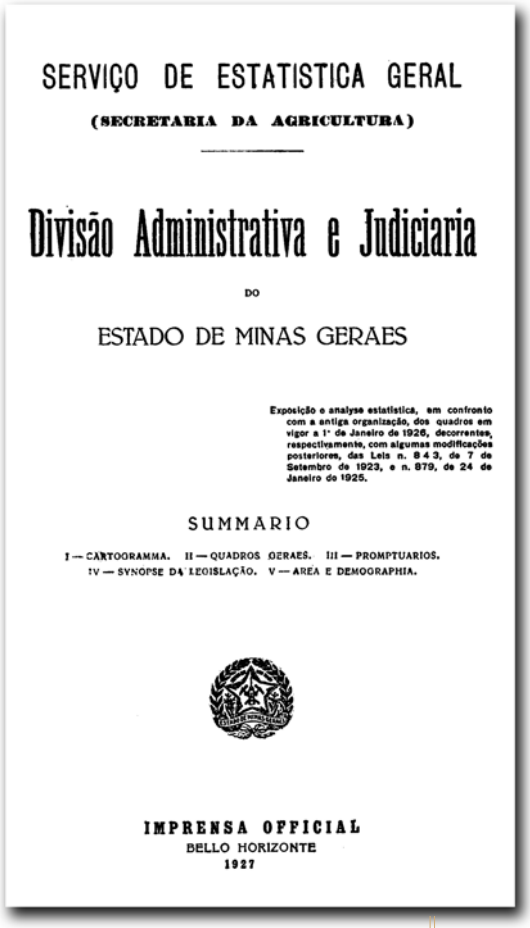
Trecho panorâmico visto do alto da rua Bahia, Belo Horizonte, MG, [s.d.]

> De feito, o de que carecíamos, sob pena de fracasso, era exatamente o oposto: resultados muito rápidos, bem controlados e completos. Isto ale dizer que se nos deparava o imperativo de lançar mão de outro recurso [que não simplesmente a correspondência], e outro não havia a não ser o da constituição do corpo de Agentes Itinerantes. Dele me socorri com a maior confiança, mas não sem que bem medisse os tropeços a vencer e os percalços formidáveis decorrentes, apesar de tudo, da deseducação cívica do nosso povo. E porque tinha o firme propósito de vencer a uns e a outros, foi que na campanha a que nos abalançávamos procurei colocar-me ao nível da realidade, a que não poderia fugir com ideologias quaisquer, nem com recursos a atos de autoridade, que nenhuma influência favorável teriam, antes só poderiam eriçar o caminho de maiores estorvos (FREITAS, 1990a, p. 87).

Findos os trabalhos da referida comissão, é formalmente constituído o Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais (por *Raul Soares*), e que logo teria autonomia administrativa, somando-a à autonomia técnica (ao tempo de *Mello Viana*), sendo depois elevado a Diretoria (governo *Antônio Carlos*). Encontrava-se *Teixeira de Freitas* nesse posto, em Minas Gerais, vivenciando experiências inolvidáveis e acumulando inúmeros saberes, quando a Conferência de Estatística foi convocada. Por seu estilo, não deixaria de participar, de integrar-se àquele evento, e para tanto propôs 33 "teses estatísticas" (FREITAS, 1990b, p. 21-74), não lidas, obviamente, dada a não realização da conferência, mas sendo depois inscritas nos Anais do IBGE, por decisão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística – CNE (Resolução nº 73, de 18 de julho de 1938, assinada por *Teixeira de Freitas* e por *Macedo Soares*). Eis seus títulos:

1 Necessidade de convergência na atividade dos nossos órgãos de estatística geral
2 Integração do aparelhamento estatístico brasileiro na esfera administrativa estadual
3 Condições de êxito dos nossos inquéritos estatísticos
4 Educação estatística da comunhão brasileira
5 Unidade fundamental no plano dos Anuários Estatísticos da União e dos Estados
6 Estatística municipal nas capitais dos Estados
7 Contribuição dos serviços de estatística em matéria de cartografia geográfica
8 Escritórios de informações e Delegacias de Estatística dos Estados na capital da República
9 Divisão territorial: administrativa e judiciária
10 Coletâneas de legislação e administração municipal
11 Sociedade Brasileira de Estatística. Revista Brasileira de Estatística
12 Revisão do Recenseamento de 1920
13 Franquia posta e telegráfica para os serviços de estatística

14 Adaptação da generalidade das nossas estatísticas à divisão política do País
15 Estatística postal
16 Estatística judiciária
17 O 'Registro Torrens' e a estatística do território
18 A estatística agrícola e o imposto territorial
19 Indicadores estatísticos
20 Atlas estatístico
21 Estatística do ensino secundário e superior
22 Estatística ferroviária por municípios
23 Um meio para a generalização do casamento civil e do registro civil de nascimento
24 Estatística financeira dos municípios
25 Inquéritos complementares da coleta estatística
26 Ação cultural direta dos Agentes de Estatística
27 Uniformização da grafia nas designações geográfica
28 A adoção do Esperanto como língua auxiliar dos serviços de estatística
29 A reorganização imediata da estatística agrícola brasileira
30 Estatística dos quadros do pessoal da administração brasileira
31 Assistência estatística aos órgãos legislativos federais
32 Tábuas itinerárias
33 Notícias estatístico-corográficas dos municípios


SERVIÇO DE ESTATISTICA GERAL
(SECRETARIA DA AGRICULTURA)
Divisão Administrativa e Judiciaria
DO
ESTADO DE MINAS GERAES
Exposição e analyse estatistica, em confronto com a antiga organização, dos quadros em vigor a 1º de Janeiro de 1926, decorrentes, respectivamente, com algumas modificações posteriores, das Leis n. 843, de 7 de Setembro de 1923, e n. 879, de 24 de Janeiro de 1925.
SUMMARIO
I — CARTOGRAMMA. II — QUADROS GERAES. III — PROMPTUARIOS.
IV — SYNOPSE DA LEGISLAÇÃO. V — AREA E DEMOGRAPHIA.
IMPRENSA OFFICIAL
BELLO HORIZONTE
1927

Folha de rosto da Divisão administrativa e judiciária do Estado de Minas Gerais, 1927

Antes, porém, de se passar à análise dessas 33 teses, valerá pensar como elas seriam postas na Conferência. Como logo será visto, embora se pautem no programa proposto por *Bulhões Carvalho*, as teses vão além daquela estrutura. Supondo que a Conferência tivesse a forma de seções temáticas, em qual seção ela teria lugar? Talvez tivesse abrigo numa seção geral, não sem o risco de dominar-lhe a condução dos debates. Por sua abrangência, poderia dominar a Conferência como um todo, o que seria um embaraço organizacional. Afora esse ponto, ficamos a pensar sobre a opinião de *Bulhões*: as terá apreciado?, as terá elogiado? Pois, a julgar pela inteligência e pelo desprendimento com que agiu em outras ocasiões, por exemplo, face às idéias de *Oziel Bordeaux* (já vistas), as terá, ao menos, aceitado, se não mesmo apreciado.

Sobre a natureza estrutural da atividade estatística

As três esferas administrativas (federal, estadual e municipal), realçam na primeira tese, podiam realizar pesquisas estatísticas. Em termos legais, nos seus limites territoriais, nada as impediam de realizá-las, a menos de saberes técnicos. Daí, não raro, provocando-se desperdícios de esforços e de recursos, a par da divergência inevitável nas expressões numéricas. Por isso, assim o dizia, suas repartições de estatística deveriam limitar, por livre vontade, suas autonomias, "procurando subordinar as res-

pectivas atividades a um *modus vivendi* previamente assentado mediante acordos entre a União e os Estados e entre estes e os seus municípios". E faz quatro proposições:

> 1 A Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura [Indústria e Comércio], naqueles Estados que já possuírem serviços de estatística geral, confiará aos referidos serviços a realização dos seus inquéritos diretos[439], evitando-se, assim, simultaneidade de pesquisas sobre os mesmos fatos por parte da União e dos Estados.
>
> 2 A elaboração dos dados assim coligidos para fins comuns também deve ser objeto de entendimento entre o órgão estatístico federal e os estaduais, no sentido de evitar-se qualquer discrepância nos seus resultados finais, mas isto, obviamente, assegurando-se a presteza dos trabalhos de apuração e a possibilidade do seu imediato aproveitamento pela repartição que deles se abstiver.
>
> 3 Entendimentos semelhantes aos indicados nas duas primeiras conclusões convém que sejam realizados entre as repartições estaduais de estatística e as administrações municipais compreendidas nas respectivas jurisdições, que já possuírem serviços próprios de estatística.
>
> 4 São igualmente recomendáveis entendimentos e até a própria colaboração direta dos serviços de estatísticas geral com os departamentos incumbidos de estatísticas especializadas, a fito de imprimir a estes trabalhos a técnica e o desenvolvimento que os tornem perfeitamente adequados aos fins da estatística geral do País (FREITAS, 1990b, p. 23-24).

Uma integração estatística, nas três esferas administrativas, para, entre outras razões, não "fatigar os informantes"[440], era altamente enfatizada, sendo vista de novo na segunda tese. Essa integração viria pela via da cooperação dos órgãos federais e estaduais e, onde houvessem, também os municipais; nos estados onde esses órgãos ainda não existissem, deviam ser criados, com o apoio da DGE, apoio e mesmo assistência. A DGE deveria mesmo, se fosse preciso, fazer a cessão de pessoas, para compor os serviços estaduais de estatística. E para tornar viáveis esses serviços, a eles seriam apostos agentes de estatística. E diz que

> a evolução normal da estatística brasileira se terá de processar sob a diretriz fundamental da cooperação dos Estados, pelos seus "serviços de estatística geral", com a Diretoria Geral de Estatística, relativamente à qual devem aqueles agir como verdadeiras delegacias suas, para os fins de investigação e coleta, que executarão diretamente, por meio de Agentes de Estatística que percorram anualmente os municípios (FREITAS, 1990b, p. 24, grifo nosso).

Nas capitais dos estados, "não só os mais importantes centros políticos do País, senão também os seus maiores empórios e as metrópoles da nossa cultura" (FREI-

[439] Sempre que não se podia contar com trabalhos elaborados, a serem capturados e utilizados nas sínteses estatísticas (e não se veja em "síntese" o sentido de hoje, como as contas nacionais, mas algo bem mais simples, como, por exemplo, um anuário estatístico), se entendia que se devesse realizar inquéritos ou pesquisas diretas, vale dizer, significando o esforço de se ir diretamente às fontes de informação, em geral expressas em registros administrativos.

[440] Informante aqui é basicamente um detentor de registro administrativo. Os informantes seriam fatigados na medida em que recebessem visitas de vários órgãos, pedindo-lhes as mesmas coisas.

Esquinas das ruas Afonso Pena e Bahia, centro de Belo Horizonte, MG, [s.d.]

TAS, 1990b, p. 32), deviam ser criados serviços de estatística, afins com os serviços estaduais, e com o órgão federal, com os quais deviam trabalhar em cooperação, estabelecidas as obrigações recíprocas. Contudo, em sendo difícil, as estatísticas das capitais, com ônus delas, poderiam ser atribuições específicas dos serviços estaduais. Esta é a sexta tese.

A oitava tese é algo delirante: os estados manteriam delegacias (ou agências) na capital da República. Seriam "delegacias de estatística e escritórios de informações", para fins, entre outras razões, de "propaganda comercial", com biblioteca franqueada ao público, inclusive com acervo de filmes e fotografias, e devendo promover exposições permanentes "com amostras dos produtos extrativos, agrícolas e industriais". Elas seriam "verdadeiros consulados dos Estados" na capital federal.[441]

Vá lá que os estados quisessem ter tais consulados, vá lá que pudessem mantê-los, pese os custos que teriam, mas derivá-los e associá-los à atividade estatística era um imenso exagero. Ora, se a atividade estatística era sempre taxada de dispendiosa, ainda mais o seria tendo que cobrir em seus orçamentos essas representações. Mas, claro, não se há de negar a força das estatísticas na revelação (objetiva, ou objetivada) dos mundos (estados) distantes, e, assim vendo, *Teixeira* se colocava adiante do seu tempo.

Sobre a natureza cognitiva da atividade estatística

A terceira tese é voltada "à maneira de formular o inquérito e ao modo de coleta dos dados". Quer a pronta "adoção dos esquemas aprovados pelos congressos e institutos internacionais de estatística", bem assim advoga, tema a tema, a incorporação das recomendações científicas dos "tratadistas da especialidade". Mas pede prudência, pois, vendo nosso meio, então, "impõe-se à evidência fortes restrições, já no ponto de vista dos seus elementos materiais, já mesmo no que se refere ao quadro dos técnicos disponíveis para isso". Dessa forma, diz que "o plano das indagações a cargo direto das nossas repartições de estatística têm de atravessar uma fase de grande simplicidade, de marcado rudimentarismo", decorrendo, por isso, a necessidade dos instrumentos de coleta serem simples, com poucos quesitos, de fácil apreensão e assimilação, "que não afugente a atenção e a boa vontade do informante" (FREITAS, 1990b, p. 25-26).

[441] A 21ª tese defende a formação de um Gabinete de Estatística junto ao Congresso Nacional, chefiado por um Consultor de Estatística.

> Nem se diga que desse critério adviria a esterilidade do nosso aparelhamento estatístico, por um longo lapso de tempo. Longe disso. A esterilidade resultará, muito antes, da adoção do critério posto, acumulando fracassos sobre fracassos, veiculando às vezes dados de pura fantasia mesmo quando o informante tem boa vontade e gerando em toda a parte a convicção de que a estatística é uma inutilidade dispendiosa e enfadonha, de cuja repulsa não advém para ninguém prejuízo algum. Ao contrário: de um bem compreendido rudimentarismo naqueles inquéritos que evidentemente não comportarem ainda o desejável desenvolvimento, nunca resultará esterilidade, pois tantos e tão interessantes são os aspectos da vida nacional sobre os quais não conseguimos ainda informação alguma com a requerida feição de generalidade, que os inquéritos, ainda os mais simples, sobre todos eles, tendo nesta mesma simplicidade a segurança do seu êxito, fornecerão por seguro um acervo preciosíssimo de informações estatísticas, ocorrendo então que a oportuna e ampla divulgação desses dados virá contribuir, pela mais eficiente das propagandas, para que se atenue a refratariedade do meio e se torne possível, de passo em passo, a ampliação dos sistemas de quesitos (FREITAS, 1990b, p. 26-27, grifo nosso).

Que seja pouco, mas que seja bom! De nada vale o muito, sem qualidade e atrasado! Eis a filosofia expressa com clareza. Prudente, sem dúvida. E essa será a tônica dos tempos iniciais do IBGE, mas, durar tempo demais, essa filosofia acabará sendo o cerne da crise dos anos de 1950 (da qual falaremos no próximo volume). Como seja, é bastante oportuna a percepção da frustração que paira sobre as estatísticas, todo o tempo; elas são caras, e são lentas, são pontos pacíficos, pois não se some, a esses pontos, atrasos e mais atrasos, e, sobremodo, dúvidas na qualidade. Nos termos atuais, ele está a sopesar a credibilidade (o lado interno, a questão dos métodos) para poder garantir a legitimidade da atividade (o lado externo: a questão dos resultados).

Quanto à coleta, ressalta "a falência do uso da correspondência postal e telegráfica". A quantidade das respostas é irrisória, exigindo recorrentes reiterações; há dispêndio de recursos e há enormes frustrações. A falta de controle das respostas pode levar a "uma geral deturpação dos fatos pela mentalidade estreita e preventiva dos informantes", afora que não há garantia de uniformidade nas interpretações "dos quesitos por parte de informantes do mais variado grau de cultura". Por isso, devia-se "procurar um outro meio de realizar as coletas estatísticas, que não seja a expedição de circulares postais e telegráficas". E esse meio, a seu juízo, "consiste na utilização de Agentes de Estatística", uma sua paixão, que trará ao IBGE (FREITAS, 1990b, p. 27).

Sobre os agentes de estatística (municipais ou itinerantes)

Os Agentes de Estatística passariam por escolha rigorosa, "quanto à capacidade e à idoneidade". Além de coletarem as informações, aplicando as pesquisas diretas, pela proximidade aos informantes, poderiam vencer-lhes "pela persuasão a relutância que oferecem estes às indagações estatísticas", bem como poderiam orientá-los na melhora dos seus registros. Dessa forma, emerge deverem apresentar capacidade indiscutível, bem além de saberem preencher os formulários; deviam, sobremo-

do, entender os registros e o espírito dos informantes; em suma, deviam dialogar, em alto nível, e se os queria sendo acatados em suas sugestões. Como seriam formados, eis o que não diz; mas diz da seleção e da progressão, nos termos seguintes:

Departamento de Higiene, Belo Horizonte, MG, [s.d.]

> Cumpre, porém, é claro, que a composição desse corpo de Agentes obedeça a uma sã orientação, de sorte que não atinja a eiva de uma burocracia perniciosa, nem a influência ainda mais perniciosa da "política alimentária"[442], o que ao meu ver, se conseguirá facilmente dando a essas funções o caráter de temporárias – donde o tornar-se o quadro de Agentes renovável cada ano – e deixando-se livre escolha daqueles serventuários aos diretores ou chefes imediatamente responsáveis pelo êxito dos inquéritos (FREITAS, 1990b, p. 27, grifo nosso).
>
> Os Agentes de Estatística poderão ser designados para servir apenas nos seus municípios de residência ou então em grupos de municípios, sendo aconselhável, assim, que eles se distribuam por duas categorias – Agentes Municipais e Agentes Itinerantes – mas isto na conformidade do que a experiência dos serviços sugerir à direção das repartições de estatística.
>
> É de toda conveniência que os Agentes de Estatística sejam contratados: os municipais mediante remuneração global, e não devendo o prazo para a entrega do serviço a seu cargo exceder de 30 a 90 dias, conforme a importância dos respectivos municípios; e se itinerantes, mediante ordenado mensal e diária corrida – aquele devendo ficar retido no todo ou em parte como garantia do exato desempenho da comissão – pelo prazo necessário à coleta estatística no ano, isto é, por três a seis meses.
>
> Com a continuação dos serviços de coleta efetuados por meio de Agentes convirá que, quanto possível, sejam aproveitadas as pessoas que no exercício dessa comissão já houverem revelado acentuada aptidão (FREITAS, 1990b, grifo nosso).

Nessa idéia, há uma grande mudança de pensamento. É fato, e se o dizia sempre, *ad nauseam*, fazer as coletas através de correio e telégrafo era inadequado.[443] A solução proposta eram as delegacias nas capitais dos estados. Houve vários desenhos propostos e praticados, por *Bulhões Carvalho* e por *Francisco Bernardino*, e houve idéias de *Oziel Bordeaux*. Mas as delegacias estavam sempre sem condições de trabalho, já que tinham um pessoal reduzido, não raro duas a três pessoas. Dessa forma, embora estando nos estados, portanto mais próximas dos informantes, acabavam re-

[442] Veja-se as políticas paternalistas ou assistencialistas, de caráter populista, tão comuns na vida do País.

[443] Mesmo assim, na 13ª tese, advoga a franquia postal e telegráfica para os serviços de estatística.

produzindo a inoperância da própria DGE (na capital federal), ao fim de tudo, atuando, também por correio e telégrafo; assim sendo, pouco se ganhava.

Agora, na concepção de *Teixeira de Freitas*, as delegacias integrariam os governos estaduais, pactuadas e associadas ao serviço federal; por demais, teriam estrutura própria de coleta, via Agentes de Estatística, pelos quais diminuía a dependência à boa vontade do informante, ou seja, não seria mais os detentores dos registros a preencherem os formulários, mas sim aqueles Agentes, donde bastaria que os detentores dos registros lhes abrissem o acesso; ora, como os chefes dos Agentes eram estaduais (as delegacias de estatística eram estaduais), haveria menores resistências a essa abertura dos registros. Figurava, então, uma estrutura completa: o órgão federal teria nos órgãos estaduais seus interlocutores, estes teriam Agentes para chegarem aos detentores dos registros, que seriam abertos dada a origem estadual dos pedidos.

O cerne da nova era estaria focado nos Agentes; eles seriam catequistas, não apenas no sentido da figuração do ambiente estatístico, também nos sentidos cultural e social. Eles ajudariam distintamente na conformação dos municípios, numa atividade educacional, articulada e programada previamente. A 26ª tese o traz à luz.

> Tem-se dito repetidamente – e da minha parte não me canso de afirmá-lo – que o esforço permanente das repartições de estatística no sentido de levantar, comentar e divulgar as fundamentais condições de vida da coletividade nacional, exerce indiretamente uma elevadíssima função educativa sobre todas as camadas sociais. E esse papel ainda é mais sensível através da atuação dos Agentes de Estatística explicando a significação e o alcance dos inquéritos que executam, ensina a preparar-lhes as respectivas informações, desfazendo preconceitos e vencendo resistências descabidas. Se esta verdade, porém, já é mais ou menos reconhecida, e se de acordo com ela já se orientam melhor as atitudes dos governos e do público em geral em relação aos nossos serviços estatísticos, talvez por bem poucos seja apreendida a poderosa ação direta que as repartições de estatística por meio dos seus agentes podem exercitar no sentido do progresso social, econômico e administrativo dos municípios.
>
> O Agente de Estatística, com efeito, portador que é das mais distintas credenciais, ao pôr-se em contato, em cada sede municipal, com os elementos mais representativos da vida local nos seus variados aspectos afim de com eles e por meio deles averiguar os fatos mais expressivos do progresso da comuna, vê-se, assim, em condições particularmente propícias ao lançamento de idéias e sugestões no sentido de se irem corrigindo os senões e as falhas de organização que os seus próprios trabalhos vão colocando em relevo nos vários campos para que se volta a sua atenção. Essa natural troca de impressões, baseada que é em dados concretos e destinados a vulgarizar a situação do município fora dos seus limites, tem uma força de convicção toda particular e se erige em forte estímulo assim para as iniciativas entorpecidas e a que falte um pequeno impulso inicial como para os zelos que se houvessem deixado adormecer pelo espírito de rotina e pela apatia que dominam os meios sociais demasiado tranqüilos (FREITAS, 1990b, p. 55-56, grifo nosso).

Vai aí a madura percepção da capacidade organizadora das estatísticas; de fato, elas dão forma ao social, figuram os espaços sociais, nos quais as individualidades se reconfiguram em individualizações. Isso é fato, e não é de hoje sua percepção,

embora só hoje seja um fato mais claro; assim, ao expressá-lo *Teixeira de Freitas* mostra visão ampla. Contudo, essa madureza, a nosso juízo, é diminuída ao pretender tamanha influência de mudanças municipais, e tão imediata, ainda ao tempo da coleta, antes mesmo das agregações estatísticas. Ora, nunca foi simples passar os significados (fundadores) das estatísticas, muito menos levá-las à apreensão dos não iniciados (neófitos); sim, compreendê-las e, em seqüência, utilizá-las nunca foi (e não o é) algo fácil. Ele crê que os Agentes de Estatística o fizessem; só se fossem super-homens!

Veja-se: pelos números, produzidos e apreendidos, os Agentes de Estatística, caso a caso, aqui ou ali, poderiam indicar a criação de bibliotecas, de parques, de hortos, de museus, e outros pontos, poderiam indicar a revisão dos arquivos municipais, a organização da suas contabilidades, a remodelação dos relatórios de ações anuais, e outros pontos, poderiam indicar indústrias a serem estimuladas, cooperativas a serem desenvolvidas, melhorias de infra-estrutura, e outros pontos. Assim, seriam coletores, preenchendo os formulários, seriam capazes de apreender os resultados, analisá-los, e, por fim, seriam capazes de levar pessoas a utilizá-los. Tudo um sonho, uma quimera; na verdade, pensando cuidadosamente, nem sendo super-homens!...

Sobre os anuários estatísticos (federal e estaduais)

Teixeira de Freitas pensou os anuários (quinta tese), tendo em conta sua realização bem-sucedida em Minas Gerais, de um lado, e, de outro, tendo em conta o fracasso da repartição federal, que em 40 anos só lograra publicar uma vez o Anuário, em três tomos, com grande intervalo de tempo entre um e outro volume. Suas reflexões têm dois sentidos: um, interno, por assim dizer, querendo estabelecer um "nexo lógico" a juntar suas partes; outro, externo, por assim dizer também, querendo arranjar em sistema todos os anuários, o federal e os estaduais (e os municipais, quando existissem).

Para pensar os anuários, parte da "prestigiosa autoridade de Filippo Virgilii", segue lendo as obras "do maior dos estatísticos brasileiros desaparecidos, Oziel Bordeaux Rego", e oferece sua contribuição. Numa primeira abordagem, a estrutura dos anuários seria assim: 1 Estudo do território, 2 Estudo da população, 3 Estudo da vida econômica, 4 Estudo da vida intelectual, 5 Estudo da vida moral, 6 Estudo da vida política. Depois, pensando a inclusão do item 4 no 5, sugere um nome novo: estudo da vida social; por fim, vendo que o político incorpora o administrativo, sugere abrir seu nome. Daí, sua proposta conclusiva: 1 Situação física, 2 Situação demográfica, 3 Situação econômica, 4 Situação social, 5 Situação administrativa e política; sendo ainda a estrutura dominante: a população, em sociedade, num território (FREITAS, 1990b, p. 29-32).

Vai adiante na matéria, e na décima tese, sugere que os serviços de estatística se dediquem a elaborar para cada estado, o "Anuário de Legislação e Administração Municipal", seja como contribuição à organização dos municípios, seja por

ser algo de necessidade das repartições de estatística. “Uma das fontes mais preciosas para a história e a estatística brasileiras é, sem dúvida, a que constituem os documentos administrativos. Entretanto, tais documentos têm, por via de regra, entre nós, uma existência das mais precárias” (FREITAS, 1990b, p. 37-38). Por esses anuários dar-se-ia solução à situação.[444]

Sobre a cartografia geográfica; atlas ou álbum estatístico

Levantamentos cartográficos do território só os havia no Distrito Federal, em Minas Gerais, em São Paulo, no Rio Grande do Sul. A seguir sendo assim, tão cedo “não contará o País com a representação gráfica, suficientemente exata, dos seus oito e meio milhões de quilômetros quadrados”. Para os serviços de estatística a situação é péssima, como afirma, pois seus resultados “nem só no ‘tempo’ se devem situar, se não também no ‘espaço’, isto é no ‘lugar’ ou em função do ‘âmbito territorial’”. Dessa forma, “é imperativa a conclusão de que a estatística brasileira carece de interessar-se quanto possa, por atuação direta, ou indireta, pelo impulsionamento dos trabalhos de cartografia geográfica”(FREITAS, 1990b, p. 33-35). Essa tese, sétima, virá à tona quando da criação do IBGE.

Na 27ª tese, trata da grafia das “designações geográficas”, que quer atentamente uniformizadas. Na nona tese, trata das divisões territorial, administrativa e judiciária, e as quer também uniformizadas cuidadosamente, seja para organizar-se a cartografia, seja para organizar-se a divulgação das estatísticas (14ª tese).

A 20ª tese trata dos atlas ou álbuns estatísticos, com vistas a facilitar a assimilação das estatísticas quando divulgadas. Em especial, imagina a geração de pequenos atlas (por certo, de caráter escolar), a quem chama também de álbuns estatístico-corográficos para auxiliar no ensino público. [445]

Sobre a formação estatística e a informação das estatísticas

A quarta tese trata das dificuldades da atividade estatística advindas do “baixo grau de cultura de grande parte dos informantes (autoridades, funcionários e particulares) a que é mister recorrer”. São muitos os problemas:

> É, em primeiro lugar, a incompreensão dos formulários, mesmo quando referentes à matéria muito rudimentar, e não obstante a simplicidade e a clareza dos quesitos apresentados.
>
> Vem, depois, o desconhecimento dos deveres de cortesia e de solidariedade para com a administração pública; o que coexiste quase sempre com o medo de vexames em

[444] A 25ª tese trata de levantamentos específicos nos municípios, para dotar-lhes de mais e melhores estatísticas, a saírem nos anuários estaduais, ou mesmo em publicações independentes.

[445] Na 33ª tese defende “o preparo e divulgação de notícias estatístico-corográficas municipais” (FREITAS, 1990b, p. 68-69).

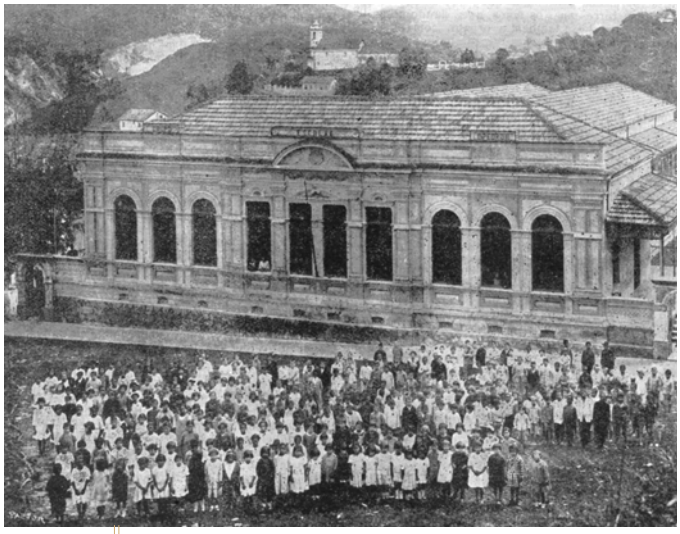
> matéria tributária, de fiscalização sanitária, de serviço militar, etc., quando não ainda com a mal entendida vaidade de indisciplina social e resistência ao poder público.
>
> Ocorre, ainda, a ignorância sobre o alcance teórico ou prático das pesquisas, fazendo com que se considerem esforços e sacrifícios inúteis os que se empregarem para atender às solicitações dos Serviços de Estatística (FREITAS, 1990b, p. 28, grifo nosso).

Urge tratar da situação, seja pela educação, seja pela divulgação. No caso da educação, o papel dos agentes é essencial, quando dos contatos com os informantes, cumprindo a catequese imaginada por *Teixeira de Freitas*. No caso da divulgação, faz duas sugestões para conquistar os informantes: uma forma direta, pondo-lhes publicações de resultados nas mãos, com tabelas, sem dúvida, mas também com gráficos, e com estudos que facilitassem a compreensão dos resultados; uma forma indireta, através da imprensa, onde matérias estatísticas seriam divulgadas, para tanto, enviando-se aos jornais, bem-cuidados estudos e análises.

> O preparo e a distribuição, em grandes edições, de opúsculos, cartões postais, folhas volantes, gráficos, etc., contendo em forma sugestiva ou os principais resultados de estatísticas especiais, ou conjuntos de dados gerais sobre o Brasil ou sobre qualquer parte dele (região, Estado, zona ou município).
>
> A remessa freqüente (se possível semanal) de comunicados à imprensa dando notícias impressivas sobre o alcance, o plano e os resultados (considerados estes em si ou em comparações adequadas) dos vários empreendimentos estatísticos que se forem realizando (FREITAS, 1990b, p. 28-29, grifo nosso).

Na 11ª tese, defende a urgente criação da Sociedade Brasileira de Estatística, fazendo menção àquela criada no Império, a Sociedade Estatística do Brasil (da qual tratamos no volume anterior), e defende, no âmbito daquela sociedade, a criação de uma Revista Brasileira de Estatística, mensal ou trimestral.

A 28ª tese trata da adoção do Esperanto como "língua auxiliar dos serviços de estatística". Esperantista apaixonado, *Teixeira de Freitas* seguia o caminho traçado por Bulhões, ao editar também em Esperanto o **Boletim Commemorativo da Exposição de 1908**. Também queria que fosse em Esperanto a comunicação para o estrangeiro.



Grupo Escolar D. Pedro II, Ouro Preto. MG, [s.d.]

Sobre o programa estatístico

Várias teses são temáticas, abordando estatísticas específicas. A 15ª tese trata das estatísticas postais; a 16ª, das estatísticas judiciárias; a 17ª, das estatísticas do território; a 18ª e a 24ª, das estatísticas agrícolas; a 21ª, das estatísticas do ensino; a 22ª das estatísticas

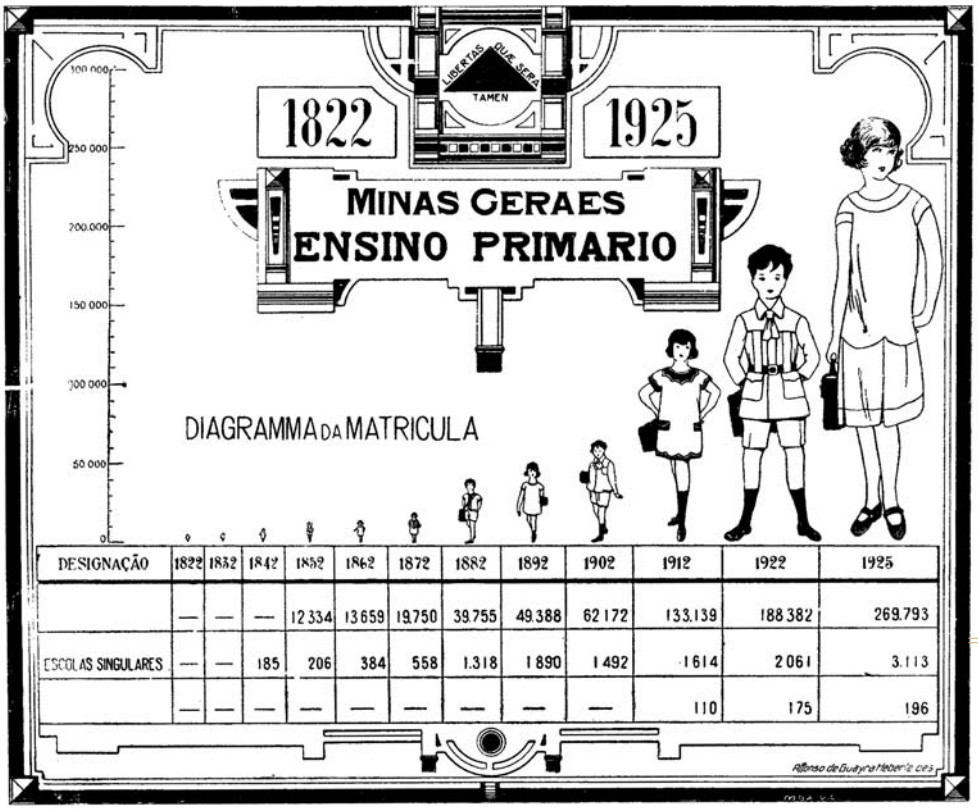
ferroviárias; a 24ª, das estatísticas financeiras; a 30ª, das estatísticas da administração pública; a 32ª, as tábuas itinerárias; a 19ª, trata dos chamados indicadores estatísticos (sem dizer o que e quais seriam).

Na 23ª tese considera o Registro Civil. A seu juízo, a solução daquele já secular problema, viria de ataque ao espírito popular, que sempre o negava. Não viria solução de se repensar sua estrutura judiciária, como posto em mensagem de *Washington Luiz* ao Congresso Nacional, em favor da criação do Juízo da Cidadania. *Teixeira de Freitas* pensou, então, como modificar o espírito popular, e o considera da seguinte forma.

> As condições culturais da comunhão brasileira, aliadas à dispersão da nossa demográfica [sic] por um vastíssimo território desprovido de comunicações fáceis tornam praticamente impossível a universaliza-ção do registro, principalmente no que toca aos casamentos e nascimentos, a menos que intervenha um fator moral capaz de sobrepor-se à incompreensão dos benefícios sociais do instituto em apreço, à indiferença em face das sanções estabelecidas e que pecam por inócuas, e também às dificuldades materiais da obediência à lei.
>
> Esse fator seria indubitavelmente o melhor de todos, se pudesse ser o fator religioso. Mas, dada a separação da Igreja e do Estado, é opinião predominante que este se não poderia prevalecer da disciplina religio-sa em benefício de qualquer dos seus institutos jurídicos ou políticos.
>
> Sendo assim, só resta ao Estado lançar mão do fator "interesse". Quer isto dizer que, pelo menos durante uma fase preliminar de disciplina-mento social, o instituto do registro civil no que diz respeito aos nascimentos e aos casamentos só logrará suficiente efetividade se a realização do casamento civil e as declarações de nascimentos se conseguir ligar uma clara e positiva idéia de interesse pessoal direto.
>
> Ora, isto se me afigura bem possível desde que a legislação respectiva aceitasse o alvitre de atribuir uma recompensa pecuniária aos que obedecessem a lei sobre o casamento e o registro civil de nascimentos, mas bastando uma recompensa capaz de mover o interesse dos nubentes e dos pais naquela esfera social mais modesta em que outros estímulos não pudessem atuar.
>
> Essa recompensa poderia ser, suponho, a outorga aos nubentes que contraíssem o casamento civil, e às crianças levadas a registro de 'cadernetas econômicas' com o crédito inicial gratuito a título de prêmio cívico, de 100$000 no caso de casamento e de 50$000 quando se tratasse de registro de nascimento (FREITAS, 1990b, p. 50-61, grifo nosso).

Uma idéia criativa, até então ainda não posta. Essa idéia seria um estímulo à formação da família, e, *mutatis mutandis*, teria a forma de salário-família (na sua origem). Mas seria preciso definir-se como seria financiado, o que não trata. Seria melhor, e mais simples, que os registros passassem a ser exigidos ao longo das vidas, o que de fato passou a ocorrer, vale dizer, para o registro escolar é preciso mostrar a certidão de nascimento, para obter uma carteira profissional ou uma carteira de identidade, também; e assim por diante.

Sigamos, para concluir. *Teixeira de Freitas* oferece uma estrutura às corografias municipais (33ª tese, já vista), e o faz, mais ou menos, baseado na estrutura que



DESIGNAÇÃO	1822	1832	1842	1852	1862	1872	1882	1892	1902	1912	1922	1925
	—	—	—	12 334	13 659	19.750	39.755	49.388	62 172	133.139	188 382	269.793
ESCOLAS SINGULARES	—	—	185	206	384	558	1.318	1 890	1 492	1614	2 061	3.113
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	110	175	196

Diagrama de matrícula do Ensino Primário, MG, 1822-1925

ofereceu aos anuários (quinta tese, já vista). Assim, por sua proposta tem-se uma noção do programa estatístico que as repartições de estatística deveriam cumprir (a seu juízo, e que acabaria influindo na gestão do IBGE):

CARACTERIZAÇÃO GERAL

Cap. 1 Posição, configuração, confrontações e limites
Cap. 2 Divisão, superfície e população
Cap. 3 Origem do povoamento. Evolução social e política
Cap. 4 A sede municipal

SITUAÇÃO FÍSICA

Cap. 5 Aspecto e relêvo do solo
Cap. 6 Sistema fluvial. Lagoas
Cap. 7. Clima

SITUAÇÃO ECONÔMICA

Cap. 8 Riquezas naturais
Cap. 9 Lavoura e criação
Cap. 10 Indústrias
Cap. 11 Comunicações e transportes
Cap. 12 Crédito e previdência
Cap. 13 Propriedade territorial
Cap. 14 Comércio

SITUAÇÃO SOCIAL

Cap. 15 Condições nosológicas e recursos sanitários
Cap. 16 Melhoramentos urbanos
Cap. 17 Ensino público e particular
Cap. 18 Imprensa, bibliotecas e museus
Cap. 19 Teatros e cinematógrafos
Cap. 20 Assistência pública e privada
Cap. 21 Criminalidade e suicídios
Cap. 22 Associações
Cap. 23 Religião

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA

Cap. 24 Governo e administração
Cap. 25 Finanças públicas
Cap. 26 Polícia e repressão
Cap. 27 Justiça
Cap. 28 Defesa nacional
Cap. 29 Organização eleitoral

Em 1º de setembro o censo não foi realizado. Desde o final de 1929 *Bulhões* dera início aos trabalhos preliminares, continuando naquele ano (1930), inclusive fazendo as famosas conferências de propaganda (em Recife e em Salvador), e tudo isso com recursos orçamentários extraordinários (não ordinários). Na esteira do assassinato de *João Pessoa* (em julho de 1930), presidente da Paraíba, e candidato derrotado à vice-presidência da República (na chapa com *Getúlio Vargas*), não havia mesmo ambiente para fazer um censo. O corpo vindo em féretro nacional, e enterro na capital, agitava a política nacional; e veio o adiamento do recenseamento.

A 12ª tese trata disso. *Teixeira de Freitas* afirma que segundo notícias da imprensa, o governo decidira "não executar este ano um novo recenseamento", mas apenas "uma 'revisão' do Censo de 1920". O que seria uma 'revisão' censitária? Em que seria diferente da realização censitária? Ele próprio parece ignorar, e sugere a realização de uma grande pesquisa municipal, através dos Agentes de Estatística (itinerantes), com o apoio dos serviços estaduais de estatística. Enfim, por que isso seria uma 'revisão' e não seria uma 'execução'? Por que razão seria mais simples?

Em 1930, o censo não contou

Capítulo 26

Em primeiro de setembro de 1930 teria lugar outro censo. O segundo sob *Bulhões Carvalho*, que seguiria no comando, embora quisesse retirar-se, cumprida tarefa do Censo de 1920. De fato, em final de 1921, ao ser homenageado pelos funcionários da repartição de estatística pela realização censitária, afiançou em discurso de agradecimento: "não aspiro mais no mundo a outra coisa que não seja a tranqüilidade do espírito, o prazer de recolher-me à vida privada, à *aurea mediocritas*, de que fala Horácio" (BRASIL, 1922a, p. 12)[446]. Contudo, ficou e cumpriu a apuração e a divulgação dos resultados censitários, criando uma coleção censitária monumental (da qual tratamos anteriormente).

Presidente Hoover com Júlio Prestes, Presidente eleito do Brasil, fotografado nos degraus da Casa Branca, [s.d.]

As atividades preliminares (basicamente a elaboração de cadastros nos estados), por decisão interna, pessoal de *Bulhões*, começaram na segunda metade de 1929, antes da aprovação da legislação pertinente, que virá nos meses de outubro e de novembro daquele ano. No contexto da execução censitária, enquanto eram desenhados os formulários, na intimidade da repartição de estatística, na capital federal, *Bulhões* visita alguns estados, em conquista de cooperação; em janeiro de 1930, faz duas conferências de propaganda, como eram chamadas, em Recife e em Salvador, onde as cooperações eram promissoras, e muitíssimo estimulantes.

Pela razão e pela paixão, os trabalhos prosseguiam animadamente. Os ânimos estavam elevados, prometendo repetir-se o sucesso do Censo de 1920. O "general" *Bulhões*, como a ele se referiu editorial do jornal *O Paíz*, comandava um batalhão de "soldados" aplicados à tarefa de fazer o censo. Não havia nuvens... mas houve.

Em março de 1930, tem lugar as eleições presidenciais, ganhas pelo candidato do governo, *Júlio Prestes de Albuquerque* (1882-1946)[447], presidente do Estado de São Paulo. Pela velha política do "café-com-leite", a hora seria de Minas Gerais (leia-se *Antonio Carlos Ribeiro de Andrade*), já que *Washington Luís* era um político paulista (embora fosse filho de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro). Acertos aqui e ali, forma-se uma chapa com os presidentes dos Estados do Rio Grande do Sul, *Getúlio Vargas* (an-

[446] Note-se que não foi impresso na Tipografia da Estatística.

[447] Seu vice fora Vital Soares, político baiano.

Washington Luís, o Presidente da República chegando ao palanque, de onde assistiu ao desfile das tropas, 1928

tigo Ministro da Fazenda de *Washington Luís*), e da Paraíba, *João Pessoa*, que saem derrotados. Como de praxe foram feitas acusações de fraudes, mas, como sempre, o normal teria sido a posse dos eleitos. Contudo, acende-se um estopim com o assassinado de *João Pessoa*, não por razões políticas, diretamente, mas, antes, por razões pessoais; e o País explode, impedindo a realização do censo. É quando *Bulhões* convoca a Conferência de Estatística, a se realizar em outubro daquele ano; mas, justo então chega-se a uma situação de revolução, e tem fim a Primeira República.

Dessa forma, sem fazer o Censo de 1930, o balanço censitário da República, até então, seria de péssima qualidade. Fizera mal os Censos de 1890 e de 1900, e não fizera o de 1910. Só restara mesmo o de 1920, sob a batuta de *Bulhões*, que agora se frustrava em suas expectativas e, de vez, cumpre o desejo de se retirar da vida pública.

A legislação censitária

Dois foram os decretos, assinados pelo Presidente *Washington Luís* e pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, *Lyra Castro*. O Decreto nº 5.730, de 15 de outubro de 1929, e o Decreto nº 18.994, de 19 de novembro de 1929.

Tratemos, primeiro, do Decreto nº 5.730, de 15 de outubro de 1929, que mandava o governo "proceder ao recenseamento geral a República em primeiro de setembro de 1930". Naquela data, seria feito, em todo o Território Nacional, "o censo geral da população, da agricultura, da pecuária, das indústrias fabril e manufatureiras e das minas e pedreiras", sendo este último uma novidade, bem assim, "aproveitando a oportunidade para realizar outros inquéritos estatísticos que julgar necessários", sem que haja a menor indicação do que isso significaria (Art. 1º).

A DGE deveria trabalhar "segundo os planos que julgar tecnicamente mais aconselháveis, tendo em vista as condições físicas e sociais do Brasil, os compromissos assumidos nas conferências internacionais e os interesses imediatos da administração pública" (Art. 2º). Também caberia à DGE, a apuração e a divulgação dos resultados, a ser concluída "até a expiração do quatriênio iniciado em 1º de janeiro do ano seguinte" (Art. 2º Parágrafo Único), portanto, tudo deveria estar concluído em 1934, o que seria uma redução pela metade do tempo gasto no Censo de 1920.

A DGE contaria nos estados com delegados gerais "de sua imediata confiança"[448], podendo realizar "acordos com os governos estaduais"; eles atuariam nos limites dos estados, mas, em casos excepcionais, poderiam atuar em dois ou mais estados (Art. 5º). Haveria, ainda, nos estados, delegados seccionais agrupando municípios (Art. 9º), e também comissões censitárias nos municípios (Art. 7º). A entrega e recolha dos boletins censitários (coleta ou campo) seriam feitas por agentes recenseadores (Art. 10º); A "fiscalização e inspeção geral dos trabalhos" seria feita por agentes especiais (Art. 12). No Distrito Federal, "o serviço de recenseamento ficará diretamente subordinado à Diretoria Geral de Estatística", através de comissões distritais (Art. 8º). Na DGE seriam criadas várias funções em comissão (Art. 13 e Art. 15).

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

RECENSEAMENTO DE 1930

TABELLAS

DE

Conversão das principaes medidas agrarias usadas no Brazil em unidades do systema metrico decimal

2ª EDIÇÃO

RIO DE JANEIRO
Typographia da Estatistica
1930

Folha de rosto do Recenseamento de 1930: Tabelas

Durante os trabalhos do recenseamento, a DGE contaria com franquia postal e também telegráfica (Art. 22), poderia requisitar transportes (Art. 23). Para não prejudicar os trabalhos censitários, o governo não permitiria o "movimento de tropas aquarteladas ou embarcadas" (Art. 21), o que, contudo, acabou acontecendo, tornando impossível a operação censitária, primeiro com a convulsão do assassinato de João Pessoa, e seu corpo vindo de capital em capital para enterro no Rio de Janeiro, segundo, com o próprio movimento revolucionário que deu cabo da Primeira República.

Todos os informantes, nos domicílios ou nas empresas, estavam "obrigados a prestar aos encarregados da execução do recenseamento os esclarecimentos que lhes forem solicitados" (Art. 25), sob pena de multa, se houvesse negação, ou, se houvesse desacato, sob pena de prisão (Art. 24). Os "dados coletados" só serviriam "para fins estatísticos, não sendo feita nenhuma publicação que os individualize ou permita a sua identificação" (Art. 37), o que traz a noção de sigilo (mas sem o nome).

Os estados e os municípios poderiam obter da DGE "resultados do censo de exclusivo interesse local", devendo, contudo, "indenizar as despesas para a publicação, em separado, dessas informações" (Art. 36).

Às pessoas que tivessem prestado "bons serviços" na execução censitária ,seriam recomendados à consideração do governo federal, que, a elas, "em casos especiais, poderá ser concedida uma recompensa pecuniária" (Art. 31).

[448] A delegacia geral referente ao Território do Acre teria sede em Manaus.

Isso posto, passemos ao Decreto nº 18.994, de 19 de novembro de 1929, que regulava o decreto antes visto. Afora repetir e detalhar o essencial daquele decreto, introduz definições fundamentais, como quem seria recenseado (Art. 2º), quais temas (variáveis) seriam objeto de investigação, e quais instrumentos (formulários) seriam utilizados (Art. 3º e Art. 4º), tudo como segue:

> Art. 2º Serão recenseados todos os habitantes do Brasil no lugar e domicílio em que se acharem.
>
> Parágrafo Único. Além das pessoas presentes no domicílio, serão também incluídas no boletim censitário não só as que estiverem temporariamente ausentes no dia 1º de setembro de 1930, como também as que, embora não morando no domicílio, tenham aí passado a noite de 31 de agosto para 1º de setembro.
>
> Art. 3º O recenseamento da população será feito por meio de listas de família[449], conforme a natureza do domicílio, particular ou coletivo, inquirindo-se de cada habitante o nome, o sexo, a idade, o estado civil, a nacionalidade, a profissão, a religião[450], o grau de instrução, a residên-cia e os defeitos físicos, somente quanto à cegueira a à surdo-mudez[451]. Além desses quesitos, serão formulados os que se referirem também à condição ou situação do indivíduo no domicílio e na família.
>
> Parágrafo único. Na estatística predial os edifícios serão registrados segundo a situação, a natureza, a condição, a aplicação, a propriedade, o estado, o número de pavimentos e o de domicílio.
>
> Art. 4º O recenseamento econômico abrangerá as explorações agríco-las e pastoris, os estabelecimentos industriais, as minas e pedreiras.
>
> Nos questionários concertes à agricultura e à criação, deverão ser formulados os seguintes quesitos, com referência a cada estabelecimento rural: nome e país de nascimento do ocupante e do proprietário das terras; condições legais de posse do imóvel; extensão e aplicação das respectivas áreas; valor venal das terras e das benfeitorias, dos maquinismos e utensílios agrícolas; pessoal empregado (mão-de-obra agrícola); número de cabeças de gado, com indicação dos animais de puro sangue e das raças crioulas e mestiças; produção pecuária de 1929. Serão também recenseadas as produções agrícola e florestal correspondentes ao mesmo ano, a extensão da área cultivada e, finalmente, a quantidade de máquinas, instrumentos agrícolas e veículos, em cada estabelecimento rural.
>
> Nos questionários referentes aos estabelecimentos industriais, indagar-se-á: o ano da fundação das fábricas; o modo de organização das empresas; a importância do capital empregado; o pessoal em serviço jornaleiro e não jornaleiro; a importância dos salários e ordenados pagos; a quantidade, a espécie e o custo da matéria prima; o combus-tível anualmente consumido, o custo e a procedência da energia fornecida durante o ano; a natureza e a força das máquinas motrizes; a importância dos impostos e emolumentos – federais, estaduais e municipais – anualmente paga pelos fabricantes; o número de dias de trabalho durante o ano; a importância gasta

[449] Mais uma vez era usada a tradicional lista de família, em detrimento do boletim individual, já preferido nos países mais avançados. Entre nós, o boletim individual só foi usado no Censo de 1900, e a esse uso se atribui muito do seu desastre.

[450] No Censo de 1920 não houve investigação de religião.

[451] Era mantida a restrição usada no Censo de 1920.

Diretoria Geral de Estatística - DGE, no Recife, PE, [s.d.]

com o pagamento de frete e transporte de mercadorias, matéria-prima e combustível; a quantidade, a espécie e o valor dos produtos fabricados anualmente.

No questionário relativo às minas e pedreiras, feitas as adaptações convenientes, serão formulados quesitos análogos aos do censo industrial.[452]

Tanto o inquérito agrícola como o industrial se referirão aos resultados apurados durante o ano de 1929.

Art. 5º Os impressos de que tratam os arts. 3º e 4º e quais outros, necessários à investigação censitária, serão organizados pela Diretoria Geral de Estatística, cabendo-lhe também formular os planos para completa execução dos dois censos, demográfico e econômico.[453]

Sabe-se, por notícia esparsa, que o recenseamento não realizado em setembro de 1930, como previsto, foi adiado para o ano seguinte. Por ser um preceito constitucional, e por ter sido legislado, seu adiamento (ou seu cancelamento) deveria ter sido feito por uma lei (ou mesmo decreto, como no Censo de 1910), mas não se o conseguiu localizar na consolidação legislativa disponível. Assim, pode até não ter existido uma legislação de adiamento (ou cancelamento), na conta do ambiente de exceção vigente,[454] contudo, para marcar estranhamento, recorde-se a figura de *Bulhões*, à frente daquele processo, vale dizer, fica difícil imaginá-lo ignorando uma tal formalidade.

Conferência de propaganda censitária em Recife

Em janeiro de 1930, *Bulhões Carvalho* proferiu na cidade do Recife, [455] em Pernambuco, uma "conferência de propaganda do recenseamento" [456], sob o título "A cooperação dos estados para o aperfeiçoamento da estatística nacional". Editada à época (BRASIL, 1930b, p. 10)[457], foi depois inscrita nos Anais do IBGE, por decisão

[452] Este censo não havia sido feito em 1920.

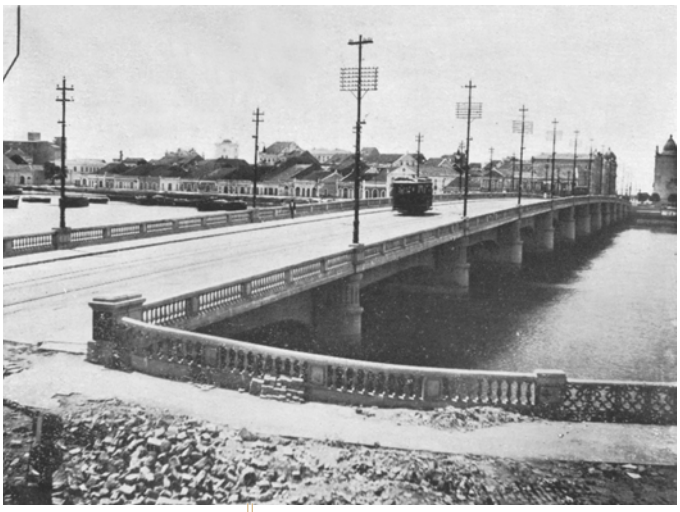
[453] É muito provável que os formulários tenham sido desenhados, mas não chegaram ao presente.

[454] Por exemplo, em quatro de outubro de 1930 (Decreto nº 5.808; ato do legislativo), são declarados em estado de sítio o Distrito Federal, e os Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Em cinco de outubro de 1930 (Decreto nº 19.350; ato do executivo), é declarado estado de sítio em todo o Território Nacional; na mesma data (Decreto nº 19.351; ato do executivo), reservistas são convocados. No dia seguinte, seis de outubro (Decreto nº 19.352) é decretado feriado nacional até o dia 21 de outubro, logo prorrogado até 30 de novembro (Decreto nº 19.375, de 20 de outubro de 1930). E outros.

[455] Estivera presente na conferência o Secretário de Agricultura, Edgard Teixeira Leite, representando o presidente do estado, à época, Estácio Coimbra.

[456] Não se tem o dia, mas terá sido algo entre 14 quando saiu do Rio de Janeiro, viajando no "paquete Flandria", e 27 quando proferiu sua segunda conferência, já em Salvador. Melhor, algo entre 18 e 24.

[457] Terá sido distribuída na conferência?, ou terá sido editada *a posteriori*?



Ponte Buarque de Macedo, Recife, PE, [s.d.]

da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística – CNE (Resolução nº 117, de 14 de julho de 1939)[458], entre outros considerandos, tendo em conta

> que as conferências de propaganda do censo de 1930, realizadas pelo Dr. Bulhões Carvalho, antigo diretor geral de estatística, inclui-se a que este mestre pronunciou no Recife, em janeiro daquele ano, focalizando as vantagens da cooperação inter administrativa para a racionalização da estatística brasileira;
>
> que nesse documento memorável aquele consagrado técnico revelou nítida intuição não só dos fatores negativos que embaraçavam o rendimento das atividades da nossa estatística oficial como dos meios de removê-los;
>
> que na Conferência do Recife há quase que uma prefiguração do sistema que constitui hoje o órgão coordenador daquelas atividades;
>
> que os argumentos em favor da cooperação entre as agências de estatística devem ser sempre reiterados, para que os resultados, já conseguidos nesse sentido, sejam constantemente intensificados pela compreensão, cada vez mais generalizada, de sua relevância (IBGE, 1939a, p. 29-37, grifo nosso).

Bulhões argumenta que a cooperação, a solidariedade, o trabalho em conjunto, são as principais características da humanidade. Argumenta, nesse sentido, por duas vias: primeira, evocando *Charles Darwin*, a quem chama gênio, mas negando, por desastroso à humanidade, o darwinismo social; segunda, evocando a Economia Política, "a mais materialista das ciências no tempo de *Adam Smith*", que, ao longo do tempo, teria sofrido saudáveis mudanças (se transformado, se espiritualizado) expressas nas beneficiências, benemerências, filantropias dos capitalistas. A seu juízo, a cooperação, e não exatamente a concorrência, seria a força propulsora e reguladora das atividades sociais, máxime, na esfera das investigações estatísticas.

> O Instituto Internacional de Estatística é a expressão mais elevada dessa congregação de esforços em que se confraternizam, para atingir o mesmo grandioso ideal, as mais diversas, as mais diferentes entidades. O seu objetivo é unificar a estatística mundial; é reduzir a um padrão comum a medida do progresso das nações do globo, de modo que todas possam conhecer e avaliar, numa linguagem única – a dos números uniformemente apurados, – as possibilidades recíprocas para a troca de serviços, para o socorro mútuo, num desejo perene de cooperação. [...] Observando o que se passa no vasto cenário do internacionalismo, onde vemos a estatística aproximar as nações, irmanando-as e realizando pelo prestígio dos números que falam, o milagre de uma linguagem universal a todos acessível, melhor se poderá aquilatar os inestimáveis benefícios que, do exato conhecimento do seu método e da sua finalidade, advirão para uma vasta federação, constituída de Estados autônomos, que,

[458] Bulhões ainda era vivo, e deve ter-se sentido orgulhoso.

A TARDE

O VALOR DA ESTATISTICA

Foi brilhante a conferencia do dr. Bulhões Carvalho, no I. Historico

Como annunciado, realizou-se hontem a conferencia do dr. Bulhões Carvalho, director da Estatistica Nacional. O salão do Instituto Historico explendia em todas as suas luzes, distribuindo-se pelas bancadas uma assistencia numerosa e escolhida.

Estavam presentes os secretarios de Estado, o senador Pedro Lago, o ex-governador r. Góes Calmon, o representante do sr. Arcebispo, deputados federaes, senadores e deputados, representantes da Associação Commercial e de outros institutos conservadores e muitas senhoras que tomavam a primeira fila.

A's 8,20 deu entrada no salão o illustre conferencista acompanhado do dr. Mario Barbosa, director da Estatistica. A meza estava constituida pelo Secretario do Interior, na presidencia, representando o sr. governador, que era ladeado pelos senadores Pe-

apenas a verosimilhança, isto é, a probabilidade ou apparencia da verdade com que occorrem, geralmente os acontecimentos de ordem social. E', sobretudo, uma sciencia de observação que verifica e collige factos, dando-lhes a expresso numerica. Serve-se como instrumento dos algarismos e emprega como methodo as observações frequentes ou repetidas, apreciando os grandes numeros reduzidos a médias e a relações, ou numeros relativos, para pesquisar nos factos o seu caracter de constancia. E', segundo Schloezer, a historia parada, ao contrario desta que é a estatistica em movimento. Block completa o pensamento de Schloezer, dizendo que a estatistica é uma photographia tirada em dado momento para nos deixar o tempo de fixar o estado presente.

Não alludirei ás controversias que ainda

O valor da estatística, A Tarde, Salvador, 1930

> conjugados apenas pelo orgulho das tradições edificantes e pela identidade de um mesmo ideal avançam numa triunfal ascensão, para a conquista do futuro (BRASIL, 1930b, p. 4-5, grifo nosso).

Concorrência ou cooperação? Por certo o mundo concorre, máxime nas relações econômicas; mas não sem também cooperar, máxime nas relações financeiras (por exemplo, com as ações dos Bancos Centrais, em defesa das moedas). *Bulhões Carvalho* enfatiza a cooperação, e o fazia há tempos (desde 1907), como a pedra de toque da solução dos problemas da atividade estatística brasileira. Entretanto, sua presente evocação ao internacional, em defesa da cooperação nas atividades estatísticas, logo viria por terra, com a nova guerra mundial, daí a uma década. Aliás, as desconfianças entre as nações, já seculares (tendo dificultado muitíssimo a trajetória dos Congressos Internacionais de Estatística, ao longo do século XIX, levando à criação do Instituto Internacional de Estatística, por ele mencionado), obstariam a cooperação internacional, e não reforçariam as repartições estatísticas nacionais. Contudo, o espírito realçado das estatísticas poderem aproximar federações de estados, valeria para os países, em especial ao Brasil da época, com sua autonomia federativa dos estados.

> O esforço isolado do governo federal não é bastante para levar a efeito, de modo satisfatório, a obra formidável de elevar a estatística nacional ao necessário grau de eficiência. A própria natureza do regime federativo exige maior complexidade no aparelhamento destinado a torna-la condizente com o posto que reivindicamos na hierarquia das nações civilizadas. Daí a necessidade da cooperação entre os estados e a União para que a pesquisa e a coleta de dados se efetuem com o máximo de rendimento útil, estabelecida a racional divisão do trabalho, prevenida a dispersão de esforços, removidos os inconvenientes da duplicidade de resultados, que tanto concorre para desmoralizar a estatística oficial e tornar confusos e duvidosos os elementos numéricos maior confiança devem merecer no estudo dos fatores sociais (BRASIL, 1930b, p. 5, grifo nosso).

Plano inclinado Gonçalves, Salvador, BA [s.d.],

A cooperação preconizada, e a tanto tempo pregada, num esforço paciente de catequese, estaria ganhando madureza, e já frutificava na escolha de alguns chefes dos serviços estaduais de estatística para dirigirem os trabalhos do Censo de 1930. Era o caso de Minas Gerais, com *Teixeira de Freitas*, e seria o caso de Pernambuco, com *Rafael Xavier* [459] à frente da Diretoria Geral de Estatística de Pernambuco (mesmo nome do órgão federal). E se daria na Bahia, também.

O regimen federativo aconselha e permite o regimen cooperativo, pontifica, tendo em mente a situação da Alemanha, que seria parecido ao caso brasileiro. Lá, as estatísticas eram ditas centrais, federais e especiais (depois, pouco a pouco, vieram também as comunais). Centrais, eram as estatísticas elaboradas por interesse e condução da repartição estatística federal, independentemente da cooperação das repartições estatísticas dos estados (autônomos ou federados). Federais, eram as estatísticas elaboradas por aqueles estados, segundo normas comuns definidas e negociadas e pactuadas com a repartição estatística federal (com algumas variações processuais, aí estariam as realizações censitárias). Especiais, eram as estatísticas que não cobrissem a Alemanha como um todo, sendo de interesse específico (localizado) dos estados.

> O problema da estatística brasileira exige uma solução análoga à que foi, em boa hora, adotada na confederação germânica e, se bem que divirjam, até certo ponto, as condições do meio físico e social, os obstáculos não me parece que possam anular a confiança nos resultados de uma campanha pertinaz em prol do auxílio recíproco dos governos, tendo em vista a unidade da estatística nacional. O primeiro passo, neste sentido deve ser dado pela União Federal, promovendo preliminarmente a adaptação dos serviços a seu cargo àquela finalidade. No regime atual, é flagrante o caráter dispersivo das atividades estatísticas a cargo dos diferente órgãos da administração federal. Os vários serviços públicos que registram dados numéricos para atender às suas necessidades imediatas visam apenas este fim, inteiramente despreocupados do registro de outras informações que, pela amplitude e detalhes técnicos, satisfazem alvos ou desígnios mais compreensivos da estatística brasileira. No preparo das leis e dos regulamentos se perdem excelentes oportunidades de criar fontes de informações e não são poucos os casos em que se suprimem as que já existem, sobrepondo a falsa vantagem de uma simplificação mal inspirada, à análise minuciosa de algarismos , que seriam preciosos como índices expressivos das con-

[459] Será, depois, a partir de 1933, diretor da Diretoria de Estatística e Publicidade do Ministério da Agricultura, sob Juarez Távora. Talvez tenha sido indicado por Teixeira de Freitas, que colaborara com Juarez Távora na criação daquela diretoria. Depois, já sob o IBGE, será o substituto de Teixeira de Freitas na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística – CNE; mais tarde, ao tempo do Governo Jânio Quadros, será Presidente do IBGE.

> dições do país, principalmente em matéria de finanças e no que diz respeito à economia nacional (BRASIL, 1930b, p. 7-8, grifo nosso).

Av. 7 de setembro, Salvador, BA, [s.d.]

Superada essa primeira etapa, qual seja, o âmbito federal pondo ordem na casa, viriam os acordos nos âmbitos estaduais (aí incluídos os municípios). Órgãos centrais estaduais seriam criados, e valorizados como interlocutores privilegiados, cooperativos, pelo órgão central federal. Nesse sentido, seus dirigentes seriam os responsáveis pela realização censitária (Censo de 1930), e, para tanto, *Bulhões* assina acordo naquela "lendária província", em seu "passado de glórias, quer quando os seus heróis repeliram, nos campos de batalha, o conquistador alienígena, na epopéia holandesa, quer quando os seus mártires regaram, com generoso sangue, as aras da liberdade" (BRASIL, 1930b, p. 9-10).

Conferência de propaganda censitária em Salvador

Em 27 de janeiro de 1930, vindo de Recife, *Bulhões Carvalho* proferiu em Salvador, na Bahia, outra conferência de propaganda do recenseamento, agora sob o título "O valor da estatística e sua evolução mundial", realizada no auditório do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, com seleta afluência.[460]

Foi recebido por *Mário Barbosa*, à frente da "Repartição de Estatística e Bem-estar Público", segundo informação do jornal *A Tarde*, em 28 de janeiro de 1930. Nome curioso, o da repartição (uma diretoria?, um departamento?), "estatística e bem-estar público", a sugerir pesquisas específicas de explicação.

A conferência proferida por *Bulhões Carvalho*, infelizmente, não sobreviveu. É de se crer que tenha sido editada em livreto, como a feita em Recife, mas, por razões obscuras, perdeu-se.[461] Dela, temos apenas alguns poucos trechos publicados no jornal *A Tarde*, da capital baiana, em 28 de janeiro de 1930.

Inicia dizendo ser a estatística "universalmente considerada uma necessidade na gerência dos negócios públicos ou particulares". As estatísticas, afirma, revivem o passado, permitindo melhorar o presente, e prever o futuro; registram e perpetuam "toda a atividade útil em benefício das gerações vindouras, ao descreverem expressivamente como se falassem o que de mais notável sucedeu nas mais longínquas épocas".

[460] À época, presidia o estado, Vital Soares, sendo secretário da Agricultura, talvez presente à conferência, Mário Dantas.

[461] Não foi inscrita nos Anais do IBGE, por certo, por não conter matéria associada diretamente à sua criação; se o tivesse sido, teria sobrevivido.

Faculdade de Medicina, Salvador, BA., [s.d.]

> Foram as análises repetidas e os pacientes ensaios nos laboratórios que confirmaram a teoria microbiana, já perfeitamente demonstrada e criadora, por assim dizer, de uma nova ciência nos domínios da Medicina. Foram igualmente as aplicações do cálculo de Pascal, da lei dos grandes números, dos princípios estabelecidos por Quetelet sobre a precisão dos resultados em relação ao número crescente de observações, que deram grande impulso à estatística, tornando-a uma ciência universal, relacionadas com as demais ciências, mas bem distinta nos seus limites de geografia, da história e da economia política, enfim assaz compreensiva e especializada nos processos que adota para o conhecimento aproximado da verdade. sem dúvida, as leis decorrentes da estatística não possuem o grau de infalibilidade das leis naturais que regulam a realização dos fenômenos de ordem física, justificando-as apenas a verosimilhança, isto é, a probabilidade ou aparência da verdade com que ocorrem geralmente os acontecimentos de ordem social. É sobretudo uma ciência de observação que verifica e colige fatos, dando-lhes a expressão numérica. serve-se como instrumento dos algarismos e emprega como método as observações freqüentes ou repetidas, apreciando os grandes números reduzidos a médias e a relações, ou números relativos para pesquisar nos fatos o seu caráter de constância. É segundo Schloezer, a história parada ao contrário desta que é a estatística em movimento. Block completa o pensamento de Schloezer, dizendo que a estatística é uma fotografia tirada em dado momento para nos deixar o tempo de fixar o estado presente (O VALOR..., 1930, p. 2, grifo nosso).

Seguindo, aborda a difícil questão de se os números falam por si, dispensando quaisquer análises, ou se, ao contrário, devem ser analisados, vale dizer, inseridos em discursos, para então receberem significação, bem assim, participa da polêmica de se estar diante de uma ciência ou de um método. Como seja, vê avanços nos métodos.

> Há mais de um século, em crescente progresso, vai sendo o método estatístico ampla e proveitosamente empregado em todas as partes do mundo, sobretudo depois que os Congressos, ou reuniões internacionais, demonstraram a vantagem que podem auferir os diversos países ao confrontarem as respectivas possibilidades, facilitando, assim, quer o aumento contínuo das riquezas que favorecem aos indivíduos nas coletividades, quer o desenvolvimento ascendente das rendas públicas que concorrem para a prosperidade e a grandeza das nações. De fato, graças a ação benéfica desses Congressos, periodicamente efetuados em várias cidades da Europa, foi adquirindo a prática da estatística o grau de aperfeiçoamento que a torna indispensável como elemento básico da boa administração e de todos os empreendimentos fundados na previsão e na experiência dos fatos comprovados (O VALOR..., 1930, p. 2).

Em primeiro de fevereiro, o mesmo *A Tarde* informa a partida de *Bulhões*, a bordo do paquete Cantuária Guimarães, "depois de uma estada de alguns dias, bem aproveitados em excursões e visitas a estabelecimentos públicos, a última das quais foi a hospitais e serviços sanitários do Estado". Diz que *Bulhões* declarou "não poder pres-

cindir dos serviços do Dr. Mário Barbosa, diretor da estatística do estado, cujo nome deverá ser proposto ao Sr. Presidente da República para chefiar o recenseamento na Bahia".

As conferência de propaganda censitária na imprensa[462]

Na edição de 13-14 de janeiro de 1930, deu n'*O Paíz*, "Início da propaganda do censo. Conferência em Recife e Salvador", a notícia do périplo de *Bulhões Carvalho*, com vistas a impulsionar a uniformidade das estatísticas brasileiras, "pela divisão racional dos encargos entre as administrações responsáveis", promovendo "colaboração recíproca" mediante "programas convergentes". Seria "tarefa relativamente fácil", desde que, claro, "nas indagações formuladas nos boletins para a coleta de dados se tenham em vista, ao mesmo tempo, os interesses locais e os interesses nacionais".

> Empenhado, de há muito, com a tenacidade e o zelo que lhe são peculiares, em elevar a estatística brasileira a um nível compatível com o alto grau de desenvolvimento atingido pelo país, e tendo verificado, em longa experiência e assíduo contato com os meios informantes, a necessidade de uma ação conjugada da União e dos Estados, nessa ordem de pesquisas, resolveu o eminente brasileiro abordar o assunto na conferência que deverá proferir em Pernambuco, a qual versará justamente sobre este interessante aspecto de um problema palpitante, cuja solução abrirá esplêndidos horizontes à estatística nacional. [...] A conferência que realizará na Bahia terá como objetivo revelar o extraordinário desenvolvimento assinalado, a partir do século 19, nos serviços de estatística de todas as nações do mundo, a generalização da prática dos recenseamentos periódicos em todos estes países, e a conseqüente necessidade de não nos distanciarmos deles, descurando do problema estatístico e agindo, assim, contrariamente ao critério consagrado pela aceitação unânime do universo civilizado (INÍCIO..., 1930, p. 2, grifo nosso).

Em primeiro de fevereiro de 1930, aquele mesmo jornal , *O Paíz*, divulga a matéria "O próximo inquérito censitário. Ecos da atividade que desenvolve na Bahia, o Sr. *Bulhões Carvalho*", em que ficamos sabendo que "aquela alta autoridade federal desenvolveu uma ação profícua, exemplar, eficiente no tocante ao fim visa com a sua viagem", e acrescenta: "êxito que não surpreende a ninguém ao par dos inexcedíveis serviços que o Brasil deve a este grande espírito de organizador e de trabalhador"(O PRÓXIMO..., 1930, p. 5).

Naquela mesma edição, *O Paíz* dizia que *A Tarde*, da Bahia, em 30 de janeiro, divulgara entrevista com *Bulhões*, na qual teria divulgado as novidades que seriam feitas no Censo de 1930: inclusão do quesito religião no

Praça Castro Alves, Salvador, BA., [s.d.]

[462] As pesquisas para essa seção foram feitas por Marco Aurélio projeto de redação da História das Estatísticas Brasileiras.

O RECENSEAMENTO
Como o sr. Bulhões Carvalho encara o problema
UMA MANIFESTAÇÃO DE APREÇO

boletim demográfico, realização do censo de minas e pedreiras, investigação dos "característicos antropométricos da população brasileira", para elaboração de "interessantes" estatísticas de grande "valor para a nossa etnografia", atenção especial ao censo agrícola, para efeito de melhorar a comparação internacional (O PRÓXIMO..., 1930, p. 5).

Pouco depois, em 3-4 de fevereiro de 1930, no editorial "Heroísmo consciente", assinado por *Benjamim Lima*, *O Paíz* tece loas à atuação de *Bulhões*: o "herói genuíno", o "triunfador de 1920"; e a quem chama de "general", curiosamente.

> Costumava dizer o general [Bulhões Carvalho] a quem o desenlace desta campanha incruenta e fecunda [o Censo de 1920] fez glorioso, que com ela encerraria o seu tirocínio [se aposentaria]. Teve, porém, de permanecer no seu posto até agora, a interesse da obra complementar que se fazia mister: a edição da verdadeira biblioteca em que as revelações, destarte alcançadas relativamente às principais realidades da vida brasílica, ficaram perpetuadas, a fim de contribuir, doravante, sempre que indagações semelhantes se promoverem, para os cotejos em que se demonstra plenamente a utilidade da estatística – insubstituível fonte de esclarecimentos quanto a marcha dos povos (LIMA, 1930, p. 3, grifo nosso).

Em seis de fevereiro de 1930, *Bulhões* estará na primeira página d'*O Paíz*, na matéria "Perspectivas do censo em estados do norte. Impressões do Diretor Geral de Estatística", fazendo um animado balanço de sua viagem.

Não se sabe de outras viagens de *Bulhões*. As terá feito, perdendo-se suas memórias? Não as terá feito? Se não fez outras, por quê? Por falta de convites?, por falta de razões nos estados?, por falta de ambiente na esfera federal?, etc., etc. etc. As eleições que vieram em março, seguidas da apuração, por certo lentas, seriam fatores de desestimulo, se não mesmo de impedimento. Às eleições, seguiram-se as ocorrências que culminariam com o fim da Primeira República, primeiro o assassinato de *João Pessoa*, depois o movimento revolucionário. E o censo não contou.

Bulhões alcança o paraíso (ISI: Roma e Cairo) e edita manual de estatística

Capítulo 27

O *International Statistical Institute* – ISI surgiu em 1885 depois do extinção dos Congressos Internacionais de Estatística havidos no século XIX.

Como visto no volume anterior, em 1851, em Londres, tem lugar a primeira Exposição Universal, idealizada e preparada pelo *Príncipe Albert* (1819-1861), marido de Vitória I, Rainha da Inglaterra de 1837 a 1901. Pensada como uma vitrina do progresso da civilização, tornou-se modelo para as exposições universais que lhe seguiram, nove delas ao longo do século XIX, ainda que cada qual tentasse superar a anterior em grandeza e realizações. Cada uma teve um símbolo marcante.

Exaltavam-se as realizações do capitalismo industrial, exaltava-se a burguesia. Em seus grandes espaços construíam-se as realidades, oferecendo-as à observação de olhares ávidos de novidades. O visual importava, as exposições eram expressões da sociedade do espetáculo; nenhum recurso didático era poupado, no sentido da percepção do universo burguês pelas grandes massas. Coleções eram mostradas, sobre o passado e o presente, tentando-se antever o futuro através dos avanços das ciências e das técnicas.

Todos os países, fosse o promotor, fossem os visitantes, dentre os diversos recursos didáticos utilizados, revelavam suas realidades distantes através dos números, expostos em quadros, em gráficos, em cartogramas. Muitos países distribuíam aos visitantes elaboradas corografias especialmente produzidas para aqueles eventos; como fazia-se normal, calcavam-se em números. Mais ainda, os países promotores, não raro, faziam construir, dentre seus pavilhões temáticos, um pavilhão dedicado às estatísticas. Os números estavam presentes, marcante e visivelmente; contavam muitíssimo.

Pois em 1851, vistas juntas, as estatísticas mostraram ao experiente astrônomo *Adolphe Quetelet* (1796-1874), desde 1841 Presidente da Comissão Central de Estatística da Bélgica, suas inadequações e insuficiências. Era ele, um dos criadores de métodos estatísticos, por exemplo, da teoria do *Homem Médio*, e talvez se lhe deva a primeira percepção e declaração de que se poderia utilizar a ciência estatística na medição dos fatos sociais. Cientista brilhante, olhar aguçado, percebeu que muito havia por ser feito em favor de um programa estatístico, tanto quanto possível, comum entre os países, e em especial, em favor da comparação internacional. Homem de pensar, sim, mas também homem de ação, tratou de pronto, mundo afora, de convencer e de conquistar cientistas para a gravidade do problema, chamando-os ao debate, daí surgindo os Congressos Internacionais de Estatística, havidos no século XIX (nove ao todo) aos quais doou razão e emoção, conforme a seguinte relação:

1º Bruxelas – 1853 [Plenária]
2º Paris – 1855 [Plenária]
3º Viena – 1857 [Plenária]
4º Londres – 1860 [Plenária]
5º Berlim – 1863 [Plenária]
6º Florença – 1867 [Plenária]
7º Haia – 1869 [Plenária]
8º São Petersburgo – 1872 [Plenária]
Viena – 1873 [Com. Permanente]
Estocolmo – 1874 [Com. Permanente]
Budapeste – 1876 [Com. Permanente]
9º Budapeste – 1876 [Plenária]
Paris – 1878 [Com. Permanente]

Não por acaso, a primeira plenária, ocorreu em Bruxelas, inspirada e orientada diretamente por *Adolphe Quetelet*. Além das plenárias, uma Comissão Permanente será criada, exatamente em S. Petersburgo, para tornar contínuos os trabalhos entre as plenárias, mas seu sucesso é precário, entre outras razões, pelas dificuldades das comunicações. Para aquele congresso, por solicitação dos organizadores, *Ernst Engel* (1821-1896)[463], economista prussiano, recuperou e sistematizou o conjunto dos debates e das decisões dos congressos anteriores, preparando uma publicação (RAPPORT..., 1983).[464]

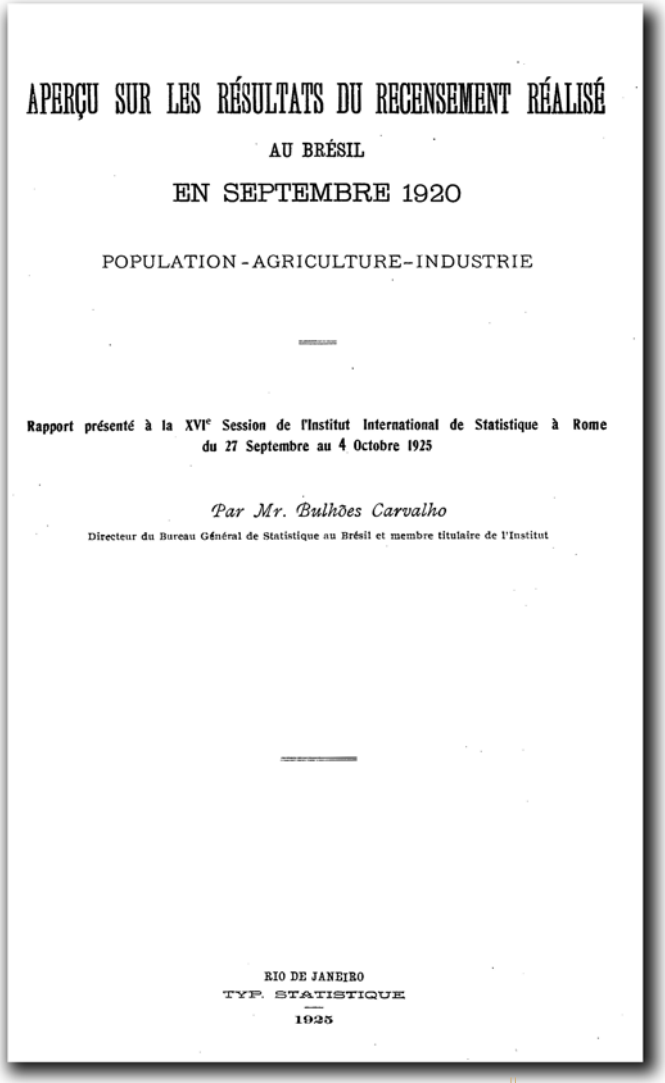
A este congresso em São Petesburgo compareceu um representante do Brasil, na figura de *Francisco Adolfo de Varnhagem*, o Barão (logo depois Visconde) de Porto Seguro, consagrado historiador brasileiro. Sua indicação como Delegado Oficial do Brasil, reveste-se de grande significado, bem podendo simbolizar a importância das estatísticas naquela quadra da história nacional. Mesmo não sendo um experto em estatística, sua visão de mundo, sua visão histórica, adensa a análise enviada ao Governo Imperial; a qualidade de seu relatório bem dá mostra do acerto da indicação, seja por sua densidade, seja por sua perspicácia.

Depois do Congresso de São Petesburgo três reuniões da Comissão Permanente aconteceram: Viena em 1873; Estocolmo em 1874; Budapeste em 1876. Em seguida, houve o último Congresso (já sem *Adolphe Quetelet* que falecera em 1874) realizado em Budapeste, em 1876 (talvez como fecho da reunião da Comissão Permanente). Após esta última plenária, houve ainda uma reunião da Comissão Permanente, Paris, em 1878. E é o fim, até 1885, quando engendra-se uma transformação.

[463] Dele virá a moldura teórico-conceitual das pesquisas de orçamentos familiares, entre várias outras realizações notáveis. Por certo foi, ao lado de Adolphe Quetelet, e de Moreau de Jonnés, um dos grandes estaticistas do século XIX, talvez de todos os tempos. Suas contribuições ao funcionamento das instituições estatísticas são extraordinárias.

[464] Resenha analítica dos debates e das decisões dos congressos internacionais de estatística havidos no século XIX, sua estrutura foi dada por Ernst Engel que o organizou para o congresso de São Petesburgo, em 1872; portanto, originalmente o volume só cobria os sete primeiros congressos. A incorporação, nos mesmos moldes, dos dois últimos congressos foi feita pelo INE da Espanha.

Em 1885, cientistas de nomeada reputação, muitos egressos dos Congressos, reúnem-se, primeiro, em Paris, para festejar o 25º aniversário da *Société Statistique*, e, pouco depois, em Londres para festejar o 50º aniversário da *Royal Statistical Society*. Nessa reunião londrina, decidem a fundação do *International Statistical Institute – ISI*, ainda vivo e atuante. É criado como associação independente, autônoma, com representação não institucional, mas individual, resolvendo, dessa forma, a polêmica que atordoava os Congressos, qual seja: em que medida seus representantes falavam pelos seus países, em decorrência, em que medida se poderia garantir a aplicação de suas resoluções? Pouco a pouco, o ISI vai-se afastando dos problemas cotidianos das instituições estatísticas, em geral advindos dos registros administrativos, presos às culturas nacionais, e vai associando a estatística à matemática, e disciplinando-a.[465]


APERÇU SUR LES RÉSULTATS DU RECENSEMENT RÉALISÉ
AU BRÉSIL
EN SEPTEMBRE 1920

POPULATION - AGRICULTURE - INDUSTRIE

Rapport présenté à la XVIe Session de l'Institut International de Statistique à Rome du 27 Septembre au 4 Octobre 1925

Par Mr. Bulhões Carvalho
Directeur du Bureau Général de Statistique au Brésil et membre titulaire de l'Institut

RIO DE JANEIRO
TYP. STATISTIQUE
1925

Folha de rosto de Aperçus sur les résultats du recensement réalisé au Brésil en septembre 1920.

Bulhões Carvalho comparece às plenárias quando ainda se discutiam o cotidiano das instituições estatísticas, embora já se antevisse os vínculos crescentes da estatística à matemática. Ele vai, por ato de *Miguel Calmon*, à XVI sessão, dada em Roma, de 27 de setembro a 4 de outubro de 1925, e vai, por ato de *Lyra Castro*, à XVII sessão, dada no Cairo, de 29 de dezembro de 1927 a 4 de janeiro de 1928. Sobre ambas as viagens apresenta detalhados relatórios, que a seguir analisamos.

[465] Entrementes, em 1985, durante à XLV sessão plenária do *International Statistical Institute*, nos festejos do seu centenário, funda-se a *International Association for Official Statistics*, com o objetivo de por juntos usuários e produtores das estatísticas oficiais, basicamente, as instituições estatísticas nacionais, com vistas a avançar os processos de elaboração das estatísticas. A sua criação no âmbito do instituto que sucedeu aos congressos terá se dado por uma simples questão de oportunidade, beneficiando-se de sua estrutura e de seu prestígio; esse evento, sem dúvida, de grande relevância, terá sido facilitado pela presença crescente da ciência estatística no cotidiano processual das instituições estatísticas. E é de se esperar que essa relação se aprofunde, com vantagens para as instituições estatísticas nacionais.

Síntese da XVI sessão do ISI, em Roma

Em 6 de setembro de 1925, *Bulhões* parte "a bordo do *Steamer Almanzorra*", chegando à capital da Itália em 24, o que lhe permitiu participar da primeira à última reunião. Estando a "Conferência Internacional" dividida em três seções ("Método e demografia", "Estatísticas econômicas", "Estatísticas sociais"), *Bulhões* opta por atuar na seção "Método e demografia", por lhe ser mais familiar à demografia, desde há muito, ao tempo das reformas sanitárias da capital federal, com *Aureliano Portugal* e com *Oswaldo Cruz*. Contudo, trata de todas as seções.

Na 1ª seção, "Método e demografia", foram tratadas as seguintes temáticas: "Classificação das indústrias", "Método representativo", "Estatística das causas de morte", "Estatística das migrações". Na 2ª seção, "Estatísticas econômicas", foram tratadas as seguintes temáticas: "Recenseamento da produção industrial", "Estatística dos *stocks*", "Anuário estatístico das grandes cidades", "Estatística da produção das indústrias que constituem objeto de um monopólio ou estão sujeitas a impostos de consumo". Na 3ª seção, "Estatísticas sociais", foram tratadas as seguintes temáticas: "Índice do custo da vida"[466], "Estatística dos acidentes no trabalho", "Estatística dos salários e da duração do trabalho", "Salários como elementos do custo da produção", "Estatística dos desocupados", "Atividade do ofício permanente" (o ofício foi criado em 1913, na XIV sessão, em Viena, como uma espécie de secretaria, ou comissão permanente das "conferências").

Sobre o "Método representativo", dito hoje método amostral, ou, simplesmente, amostragem, retoma-se à resolução favorável à sua adoção, adotada na IX sessão havida em Berlim, em 1903. Advogam o método (por "escolha ao acaso" ou por "escolha criteriosa"), querendo-o estudado ainda mais, através dos seguintes considerandos:

> Considerando que, em muitos casos, é impossível colher dados estatísticos completos sobre um determinado assunto, tornando-se necessário, por conseguinte, formular conclusões gerais por meio de inquéritos parciais.
>
> Considerando que, mesmo quando existem dados completos para o estudo principal que se tem em vista, pode-se obter informações suplementares, apreciando uma parte desses dados, desde que se proceda metodicamente.
>
> Considerando que a economia de trabalho, de tempo e de dinheiro, – limitada a pesquisa a uma parte dos dados, – permite muitas vezes utilizar as informações colhidas de modo mais completo do que operando sobre o conjunto dos mesmos dados e, assim, estudar mais profundamente o assunto em questão (BRASIL, 1926, p. 179, grifo nosso).

Na seção sobre as estatísticas econômicas, é marcada a questão do sigilo: "o pessoal empregado nos recenseamentos deve guardar segredo sobre as informações

[466] Não é dito "custo de vida", como hoje, mas sim como está no texto, "custo da vida".

referentes a cada empresa". E justifica: "se o interesse geral deve sempre predominar, convém ter em conta as considerações legítimas do interesse privado"; e acrescenta, finalizando a discussão: "é desejável que as leis que autorizam a coleta dos documentos, necessários ao recenseamento, estabeleçam penalidades para os casos de violação do segredo" (BRASIL, 1926, p. 187). Isso é dito associado às estatísticas econômicas, e não às demais, da sociedade e da população, em boa parte porque, então, se as derivavam sobremodo dos registros administrativos, se não de todo públicos, já com suas regras de sigilo próprias, sem olvidar que mesmo o recenseamento populacional, por ter, também à época, um certo jeito de registro administrativo, esses mesmos aspectos se lhe aplicavam. Assim sendo, devia-se mesmo realçar o sigilo ao se tratar das estatísticas econômicas, dado que para essas as empresas deviam abrir-se (à falta de registros públicos, como seriam, bem depois, os registros contábeis, quando tratados pelos estados nacionais).

No que tange às sociais, são consideradas as estatísticas do trabalho, como hoje são classificadas. Portanto, o social é visto pela ótica econômico, deixando-se à margem um grande corpo de temas, como o ensino, a cultura, as associações, entre outros.

Na XVI sessão do ISI, em Roma, as ações de Bulhões

Bulhões levou ao fórum "uma breve comunicação, referente ao inquérito sobre o custo de vida (recentemente feito na cidade do Rio de Janeiro) e intitulado: 'Números índices dos preços a retalho dos principais artigos de alimentação no Brasil'"(BRASIL, 1926, p. 197). Sem poder avaliar seu conteúdo, pois não se o tem em mãos, o título parece em demasia pomposo, não sendo crível que seu conteúdo fosse portentoso.

Além disso, ofereceu "um sucinto relatório dos trabalhos realizados no censo de 1920", tendo ouvido avaliação lisonjeira de *Valentino Dore*, do Instituto Internacional de Agricultura de Roma (BRASIL, 1925). E diz que ambas as memórias foram feitas (e impressas, sem que as tenhamos conseguido localizar) em francês, "para facilitar a leitura e a apresentação" pela renomada assembléia.

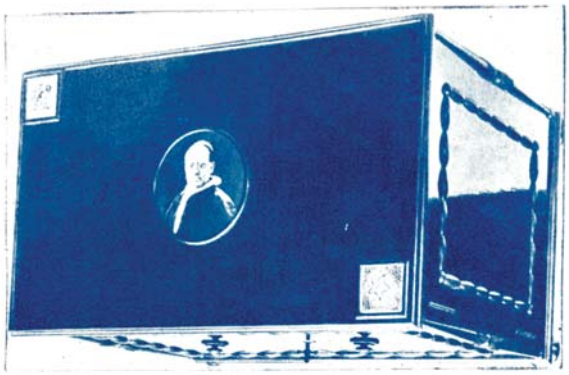
Despachara "publicações da Diretoria Geral de Estatística", para distribuir aos delegados presentes. Em 10 de agosto de 1925, com tempo bastante, portanto, teve o cuidado de as entregar ao Ministério das Relações Exteriores, para serem enviadas, por via diplomática. Contudo, não alcançaram a conferência, deixando, assim, de divulgar os trabalhos estatísticos brasileiros, e de retribuir os trabalhos recebidos.

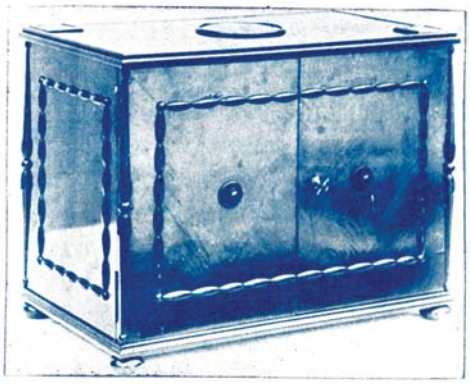
Exibiu-se no Cinema Orfeo, em Roma, a notáveis cientistas, delegados à conferência, e a homens públicos italianos, "o *film* cinematográfico das operações censitárias nas suas diferentes fases, desde os trabalhos de propaganda até a final apuração

dos algarismos nos engenhosos aparelhos *Hollerith*"[467]. O Prof. *Benini*, da Universidade de Roma, "conhecido e conceituado demografista", presente, disse, para gáudio de *Bulhões*, que "havia assistido a uma bela lição de estatística prática" (BRASIL, 1926, p. 200).

Também proferiu "conferência de propaganda sobre a imigração italiana", no Palácio Sciarra, sob os auspícios do Instituto Cristoforo Colombo, "logrando ser ouvido por numerosa e seleta assistência, em que figuravam muitos políticos, diplomatas e pessoas de grande destaque na sociedade romana". A seu juízo, "a demonstração documentada da situação florescente da colônia italiana no Brasil causou a mais agradável impressão", isso sendo sentido "a julgar pelas referências feitas nos jornais, um dos quais estampou, na íntegra, a conferência, traduzida no idioma nacional" (BRASIL, 1926, p. 200).[468]

Bulhões esteve com o Papa Pio XI,[469] a quem ofereceu, "em nome do governo brasileiro, uma coleção das publicações da Diretoria Geral de Estatística, artisticamente acondicionada num rico estojo de madeira nacional", que diz ter "ornamentações em esmalte reproduzindo o escudo do Brasil, a efígie de Pio XI e suas armas pontificais" (BRASIL, 1926, p. 200).[470] Terá levado esse material consigo, o que mostra o cuidado de conservação.





"Coleção encadernada e ricamente acondicionada das publicações de 1920. Presente oferecido à Sua Santidade o Papa Pio XI, por Bulhões Carvalho

Diz que Sua Santidade o "acolheu com muito carinho", e, ao folhear os volumes, "discorreu demoradamente sobre o alcance e o valor das estatísticas". O Papa disse ter apreciado o presente por três razões, segundo *Bulhões*: primeira, por ter vindo de um país "que muito apreciava"; segunda, ser sobre a "Estatística, cuja im-

[467] Terá esse filme se salvado, no todo ou em parte? Será que o próprio Bulhões nele aparecia?

[468] Para essa conferência, ver: CARVALHO, José Luiz Sayão de Bulhões. **Progresso da imigração italiana no Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1925.

[469] "Católico praticante e hóspede da cidade de Roma no ano santo, julgou-se obrigado o representante do Brasil na XVI sessão do Instituto Internacional de Estatística a levar as homenagens do seu respeito ao chefe da Igreja Católica e sucessor de São Pedro no trono pontifical" (BRASIL, 1926, p. 200).

[470] A seguir, em folha extra, há três fotos do estojo.

portância ninguém poderia contestar"; terceira, por lembrar-lhe suas antigas funções de bibliotecário (BRASIL, 1926 p. 201).

Por fim, encerrando a audiência, "cuja duração excedeu os prazos que, nos casos comuns, estabelece o protocolo do Vaticano para as visitas de fiéis ao chefe supremo da Igreja Católica", o Papa enviou "muitos agradecimentos ao governo brasileiro e, abençoando o portador da sua lembrança, fazia votos para que os destinos do Brasil continuassem sob a guarda e proteção de Deus" (BRASIL, 1926 p. 201).

Síntese da XVII sessão do ISI, no Cairo

Em 6 de dezembro de 1927, *Bulhões* seguiu "a bordo do belo transatlântico *Augustus* da Companhia Nazionale de Navigazione Italiana"; em 18 de dezembro desembarcou em Barcelona, seguindo para Marselha onde, a 20, tomou o "vapor Angkor" para o Egito. Em 25, Natal, chegou a Alexandria, onde ficou por três dias, "presente às festas organizadas pela Municipalidade em homenagem aos membros do Instituto Internacional de Estatística que deviam reunir-se no Cairo"(BRASIL, 1928, p. 273).

No navio, diz ter lido "as notas de viagem de *Eça de Queiróz* por ele escritas há muito tempo, em 1869", cujo nome não cita, mas, por certo, referia-se ao livro **O Egito**, escrito quando como impressões da inauguração do Canal de Suez.[471] Diz ter lido, ainda, o livro **A terra das pirâmides**, de 1926, dos irmãos *Zeno e Cyro Silva*, hoje autores desconhecidos. Este, lhe parecera melhor descrição da realidade(BRASIL, 1928, p. 273-274).

Em 28 foi para o Cairo, onde, no dia seguinte, pela manhã, "no belo edifício da Ópera Real, com a honrosa presença de S. Majestade o Rei Fouad I e sob a presidência do Chefe do Conselho de Ministros *Saroit Pacha*". Segundo *Bulhões*, *Saroit Pacha*, ao apresentar "aos embaixadores da estatística estrangeira os votos de boas vindas", assinalou o interesse do soberano, "mesmo antes de ascender ao trono dos seus antepassados", pela ciência e por seus progressos, lembrando a circunstância de ter sido ele o criador da "Sociedade Real de Economia, Estatística e Legislação, que emprestava no momento os seus salões à douta assembléia então reunida no Cairo"(BRASIL, 1928, p. 274).[472]

A sessão (conferência ou congresso) esteve dividida em três seções: "Estatísticas demográficas", "Estatísticas econômicas", "Estatísticas sociais". E *Bulhões*, de novo, por sua tradição e experiência, opta por estar na 1ª seção.

---

[471] Embora escrito em 1869 só seria publicado em 1926, portanto, às vésperas da viagem de Bulhões.

[472] Delatour, presidente do Instituto, em seu discurso inaugural, lembrou "que fora o Egito o berço da estatística e que já no tempo dos faraós havia a preocupação de anotar e arquivar os registros de tudo quanto lhes parecia passível de apreciação numérica", marcando, assim, o papel dos registros na geração das estatísticas.

Na 1ª seção abordou-se: "Classificação das causas de morte", "Anuário estatístico das grandes cidades", "Registro de óbitos e nascimentos nos distritos de população esparsa", e mais, em temas pontuais: "Estatísticas das minorias", "Estatística dos nascimentos da Itália", "Recenseamento da Turquia" (sob a direção do estatístico e demógrafo belga *Camille Jacquart*); e, em tema geral: "Aplicação do método representativo" (sob debate do famoso estatístico e demógrafo italiano *Corrado Gini*).

Sobre as causas de morte, o foco seria a modificação da nomenclatura de *Jacques Bertillon*, já de 40 anos, que não mais atendia à "estatística nosológica" da atualidade. Sobre as minorias, discutiu-se "a importância da estatística para a proteção das minorias nacionais", em Viena sendo criado o Instituto de Estatística das Minorias.

Na 2ª seção, viu-se temas muito variados: índices da atividade produtiva, estoques de cereais e de açúcar, salário, turismo, transporte. Na 3ª seção vieram as temáticas: estatística intelectual, comparação internacional dos salários, estatística dos acidentes no trabalho. Em ambas, voltava-se ao conteúdo da sessão de Roma.

> Tendo-se em vista que todos os assuntos ali ventilados interessam o mundo inteiro e muito especialmente o Brasil, pela sua ainda assaz deficiente organização em matéria de estatística, são evidentes as vantagens que colherá o nosso país com a sua representação em tão douta assembléia, embora reconhecendo o seu delegado faltarem-lhe individualmente as qualidades essenciais para desempenhar com brilho a honrosa missão a ele confiada (BRASIL, 1928, p. 284).

Bulhões encaminhou uma comunicação: "Breve notícia sobre a legislação social do Brasil e especialmente sobre os acidentes no trabalho"; bem assim contribui na discussão do "registro civil de óbitos e nascimentos nos distritos de população esparsa", e também tratou da "produção e consumo do algodão e do fumo no Brasil". Porém, esses textos não nos chegou, infelizmente. Além disso, dessa vez, pôde dispor de coleções de publicações com as quais brindou os membros do Congresso, e os "institutos oficiais e as principais autoridades do Egito"(BRASIL, 1928, p. 286-287).

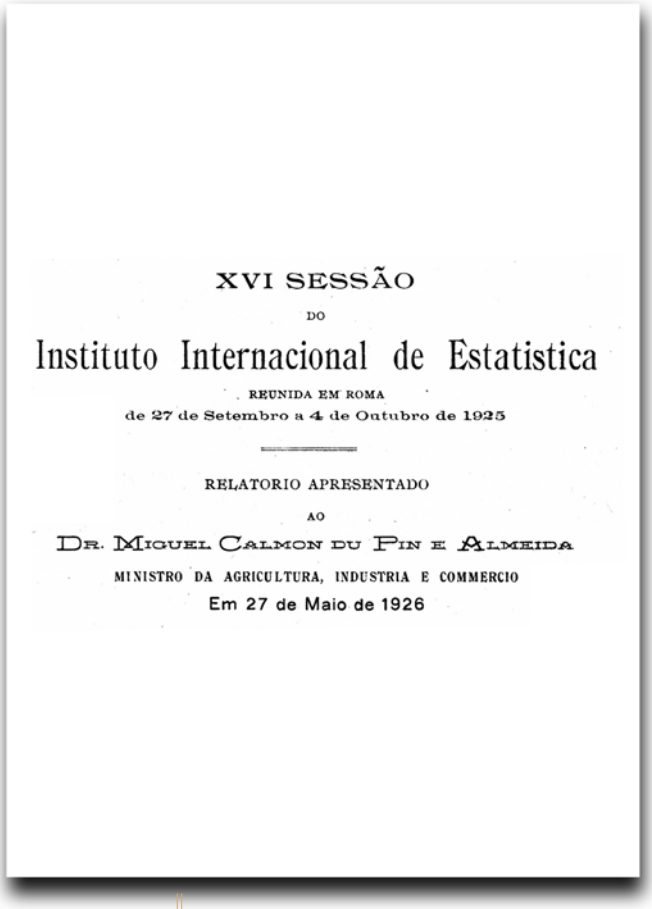
Na XVII sessão do ISI, no Cairo, "atrações recreativas"

Terminados os trabalhos da sessão, *Bulhões* visitou no Palácio Abdine o Rei Fouad I, sendo acompanhado pelo representante brasileiro, *Barros Pimentel*.[473] Diz que na "demorada palestra que entreteve com Sua Majestade", o viu como um "monarca de largas vistas e de sólida cultura intelectual". O Rei, diz, discorreu "em puro francês, sobre vários aspectos sociais e econômicos das condições em que se encontra atualmente o seu país no conjunto dos povos mais civilizados"(BRASIL, 1928, p. 287).

[473] "Disse a Sua Majestade que não queria deixar o Egito sem levar-lhe antes, com o adeus da despedida, os votos sinceros que fazia o governo brasileiro pelo progresso cada vez maior da nação egípcia, prosperidade, aliás, evidente e de que fora testemunha ocular durante a sua estadia nas terras do Oriente". (BRASIL, 1928, p. 287). [Note-se que muitas vezes Bulhões refere-se a si próprio na terceira pessoa].

Fechando o relatório, restou "aludir às atrações recreativas com que procurou a Comissão Executiva do Congresso amenizar a estadia dos membros do Instituto durante a sua permanência no Egito", daí ficando "as mais agradáveis impressões do que tiveram ensejo de ver na legendária terra dos Faraós". Ou seja, a par com as seções, os congressistas puderam visitar museus e os tradicionais monumentos:

> ... visitarem os museus (árabe e de antigüidades egípcias), os antigos monumentos, os bazares, as mesquitas e bairros adjacentes, a cidadela, Heliópolis, efetuando também excursões nos arredores do Cairo, para ver de perto as célebres pirâmides de Guizeh e Saqquara, a impressionante esfinge, as barragens do Nilo, os templos de Louxor [sic] e Karnak, o solitário vale dos reis e das rainhas, enfim, muitas outras coisas interessantes, pertencentes às antigas dinastias, dentre as quais as relíquias do famoso Tut-than-kamen.


XVI SESSÃO
DO
Instituto Internacional de Estatistica
REUNIDA EM ROMA
de 27 de Setembro a 4 de Outubro de 1925
RELATORIO APRESENTADO
AO
Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida
MINISTRO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO
Em 27 de Maio de 1926

Folha de rosto do Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin de Almeida, 1926

> Além dessas inesquecíveis jornadas digressivas, jamais se apagará da minha lembrança a pureza do firmamento no Oriente, o seu céu imaculado, sempre azul, onde se destacam, com encantadora nitidez, os contornos das palmeiras ao desaparecer o sol lentamente no horizonte nos esplendores do seu crepúsculo (BRASIL, 1928, p. 288).[474]

Bulhões escreve um manual de estatística

Aposentado, ao fim da DGE, em meio ao turbilhão revolucionário que deu cabo da Primeira República, *Bulhões* escreve **Estatística:** méthodo e applicação, e o publica pela Tip. Leuzinger, em 1933. Sob seu nome, na folha de rosto, aparecem as seguintes qualificações: "ex-demografista da Diretoria Geral de Saúde Pública, ex-Diretor Geral de Estatística e membro titular do Instituto Internacional de Estatística". No prefácio, datado do retiro em Petrópolis, esclarece o objetivo da obra:

[474] A grafia dos nomes egípcios é de Bulhões.

> Tendo exercido, durante cerca de trinta anos, funções inerentes à direção e execução dos serviços de estatística no Brasil, julguei-me obrigado, não obstante a deficiência da minha autoridade, a transmitir, aos que iniciam a prática da especialidade a que consagrei quase toda a vida pública, um pequeno subsídio da experiência e dos conhecimentos adquiridos no longo exercício do elevado posto de diretor geral de estatística.
>
> Não se trata de uma obra em que o autor pretenda exibir, ao lado da vasta erudição dos mestres consagrados, idéias originais ou pessoais. É apenas um repositório de ensinamentos colhidos nas publicações dos melhores autores, esparsos em várias fontes e emitidos pelas mais autorizadas competências técnicas, – conceitos em geral reproduzidos fielmente e não raro quase textualmente, com os mesmos exemplos e idênticas comparações numéricas, para dar todo valor à origem documental, – visando unicamente o livro ora editado facilitar aos neófitos em matéria de estatística noções básicas e necessárias ao aperfeiçoamento da técnica do método e à sua vantajosa aplicação.
>
> Se for conseguido esse "desideratum", julgar-se-á o autor assaz recompensado pelos esforços despendidos, com a maior dedicação e honesto labor, afim de bem servir aos interessados e, ao mesmo tempo, concorrer com uma pequena parcela para o desenvolvimento da literatura nacional, muito escassa em publicações didáticas sobre estatística.
>
> Do leitor benévolo e da crítica generosa aguardo o "veredictum", mais desejoso de aprender do que propriamente de instruir ou ensinar, pois muito verdadeira é a máxima do filósofo grego, "só sei que nada sei", isto é, quanto mais sabemos, mais verificamos quanto é ainda grande a nossa ignorância (CARVALHO, 1933, p. 3-4, grifo nosso).[475]

A obra tem três seções. A 1ª seção, "Noções Gerais", tem três capítulos: 1. "Noções Gerais", 2. "Organização da estatística oficial", 3. "Congressos de Estatística (programa, votos e pareceres)". A 2ª seção, "Método: estatística metodológica", trata da "técnica", do "número", das "operações técnicas", dos "processos aritméticos, algébricos e geométricos, ou gráficos de exposição dos resultados estatísticos". A 3ª seção, "Aplicação: estatística aplicada", trata da "estatística territorial", da "estatística demográfica (estado da população, movimento da população)", da "estatística econômica", de "outras estatísticas econômico-sociais", da "estatística financeira", da "estatística social", da "estatística moral".

Na 3ª seção detalha um programa estatístico, vale dizer, cada tema é aberto, e a cada subtema disserta os problemas e condições de solução; nessa seção, "encontram-se as principais decisões adotadas pelo Instituto Internacional [de Estatística] em relação às diversas espécies de estatística"(CARVALHO, 1933, p. 138).

Na 2ª seção, trata do processo de pesquisa (sem usar esta expressão): aborda a coleta (tratando da elaboração dos questionários, da decisão da técnica, etc.), aborda a apuração (tratando das máquinas, das tabulações, etc.), aborda a interpretação e divulgação dos resultados; bem assim trata das séries, dos números-índices, das tá-

[475] Foi o ibgeano Pedro Guedelha, chefe do IBGE no Maranhão quem primeiro nos falou desta obra.

buas de vida, das médias e das dispersões, dos coeficientes, entre outros assuntos; nessa seção, oferece sua experiência, inclusive reproduzindo, quando de sua prévia autoria, trechos de relatórios, prefácios e apresentações de obras antes divulgadas.

ESTATISTICA

METHODO E APPLICAÇÃO

BULHÕES CARVALHO

Ex-demographista da Directoria Geral de Saúde Publica, ex-Director Geral de Estatistica e Membro titular do Instituto Internacional de Estatistica

TYP. LEUZINGER
RIO DE JANEIRO
1933

Folha de rosto de Estatística: methodo e applicação, 1933

Na 1ª seção, entrando na discussão se a estatística é um método ou uma ciência, afirma poder-se "asseverar que a estatística é um método científico no rigor da palavra", e lembra que *Quetelet* "considera a estatística ciência e método" (CARVALHO, 1933, p. 9-10). Depois, oferece um alentado histórico da estatística, passando por *Petty*, na Inglaterra, por *Colbert*, na França, por *Conring* e *Achenwall*, na Alemanha, por *Quetelet*, na Bélgica, entre vários outros. Segue discutindo sua etimologia:

> Segundo o parecer mais generalizado, o vocábulo *estatística* tira a sua derivação etimológica da palavra latina *status*, em italiano *stato*, daí provindo o termo *statista*, homem de Estado e cabendo, portanto, à Itália e não à Alemanha a origem daquele neologismo. Todos os autores citam, porém, Achenwall, professor da Universidade de Göttingen, como tendo sido o primeiro, em 1749, a empregar, no seu "Compêndio sobre o governo do Estado", o nome por que é hoje conhecida a ciências das quantidades concretas, embora ele próprio declare já em uso, no estudo relativo aos fatos políticos ou do Estado, os vocábulos semelhantes *Stato*, *stalist*, *statista*, *statisticum*, dos quais, naturalmente por tradução, criou o adjetivo *Statistich* (estatístico) e o substantivo *Statistik* (estatística) (CARVALHO, 1933, p. 35-36, grifo do autor).

Para defini-la, entre as muitas definições existentes, diz preferir a proposta de *E. Levasseur*[476], que considera a estatística "o estudo numérico dos fatos sociais", e por social, de interesse da sociedade, entende também o político, e até o natural. Passa por vários autores, inclusive *Filippo Virgilii*[477], de cujo manual apoiara a tradução e a impressão, e o brasileiro *Sebastião Ferreira Soares*[478]. Segue vendo seu objeto, seus limites, suas relações, suas divisões, e seu método, quando discute as noções de erro e

[476] Sobre ele, ver o capítulo 7, do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

[477] Sobre ele, ver o capítulo 14 deste volume.

[478] Sobre ele, ver o capítulo 17, do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

lei, através das palavras de inúmeros estudiosos, o que lhe revela uma cultura imensa, fruto de uma distinta capacidade de leitura e, sobremodo, de reflexão e memória.

Segue a 1ª seção, descrevendo a organização da estatística oficial, trata de 38 países, um estudo que, embora sintético, com não muitos detalhes, terá dado muito trabalho de realização. Conclui o escopo da 1ª seção, um profundo mergulho nos congressos de estatística (havidos no século XIX). Terá se valido dos "comptes-rendus", feitos como fecho das sessões, bem assim, do texto de *Ernest Engel*,[479] feito para o Congresso de S. Petersburgo, embora nada diga das fontes usadas.[480]

Termina a obra uma relação de publicações do autor, "ou feitas sob a sua direção e colaboração", entre 1887 e 1933, com 52 entradas, algumas podendo remeter a várias obras, como exemplo, seus relatórios à frente da DGE. Algumas entradas realçam apenas prefácios, ou capítulos; há artigos de jornais; e, embora haja entradas de artigos em revistas, fica claro que a relação não está completa. E aí está apenas uma parte, por certo mínima, da produção do grande mestre.

[479] Ver nota 464 neste capítulo.

[480] Estes capítulos, 2 e 3 (mais o 1) da parte 1, estão disponíveis no CD-ROM, anexo à esta obra.

Dr. Bulhões Carvalho: por quatro décadas, um médico zelou pela saúde das estatísticas brasileiras

---

Capítulo 28

por Marco Aurelio Martins Santos

Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, assistente de pesquisa na produção desta obra

Em 1892, um médico há pouco tempo formado, entrava para o serviço público no cargo de comissário da Inspetoria Geral da Higiene Pública. Pouco tempo depois, foi lotado na Seção de Demografia de lá, passando a assinar trabalhos como "médico-demografista". Começava ali uma carreira no serviço público que duraria por quatro décadas. Ao longo de 40 anos este médico auscultaria as estatísticas inicialmente do Rio de Janeiro e posteriormente de todo o Brasil. Sentiria a sua pulsação, prescreveria tratamentos, lancetaria o que precisava ser expelido. Depois de combater o bom combate, deixaria o campo de batalha como "Fundador da Estatística Geral Brasileira". Sua quase onipresença no panorama estatístico da época fundamentava esta deferência feita ainda em vida. Afinal de contas, não há como se falar de estatísticas no primeiro terço do século XX sem falar em *José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho*.

Promissor início de carreira

Bulhões Carvalho era carioca, nascido em 24 de fevereiro de 1866, filho do Coronel Francisco Pereira de Bulhões Carvalho e de Catarina Sayão Lobato de Bulhões Carvalho. Estudou no Colégio São Vicente de Paulo, posteriormente concluindo os cursos preparatórios nos colégios Abílio e Alberto Brandão. Entrou para a Faculdade Nacional de Medicina, onde saiu formado em 18 de janeiro de 1888, tendo defendido a tese "Definição e classificação médico-legal dos ferimentos e outras ofensas físicas – condições de gravidade e letalidade". Foi nomeado comissário da Inspetoria Geral de Higiene Pública em 1892. No ano seguinte, aquele órgão passaria a se denominar Diretoria Sanitária, sob a direção do eminente médico baiano Dr. *Francisco de Castro*. Era titular da Seção de Demografia o célebre *Aureliano de Souza Portugal*. No organograma daquele órgão, Bulhões aparecia como "auxiliar do demografista".

A convivência com Aureliano Portugal seria gratificante para os dois. Para um, que teria a oportunidade de trabalhar com um dos mais notáveis demógrafos-sanitaristas do Brasil, autor do primeiro **Anuário de estatística demógrafo-sanitária** de que se tem notícia[481]. Para o outro, porque conseguira um auxiliar que se revelaria cada vez mais brilhante. Posteriormente, Aureliano seria convidado para assumir a 2ª seção de Estatística do Distrito Federal. Em seu lugar ficou uma outra legenda da medicina de então: *Francisco de Paula Fajardo*, que manteve o assistente que encontrara.

[481] Lançado em 1891, sobre fatos de 1890. Ver Capítulo 8 – *Demógrafos-Sanitaristas* – Vida e morte pelas estatísticas, deste volume.

Em 31 de dezembro de 1894, uma nova repartição estava sendo criada a partir daquela diretoria. Para chefiar o novo Instituto Sanitário Federal, foi mantido o Dr. Francisco de Castro. Este, convidou Bulhões Carvalho para assumir a Seção de Demografia[482]. Este foi o primeiro cargo de chefia que ele ocupou. Outros viriam em seguida.

À esta época, ele já era o redator-chefe da publicação *Brasil-Médico*, para onde entrara em 1893 e ficaria até 1920. Todavia, como era operoso e aparentemente incansável, não lhe foi difícil acumular as duas funções. Na *Brasil-Médico*, ele além de atuar como redator-chefe, também publicaria diversos artigos, especialmente alguns envolvendo números e informações da demografia-sanitária do Distrito Federal. Um deles, particularmente interessante, foi o editorial escrito em primeiro de janeiro de 1901, saudando o novo século que naquele instante começava, onde fez uma exaltação à categoria médica, lembrando o professor Lilienfeld, que disse certa vez: "o médico é o estadista do futuro" (RETROSPECTO..., 1901, p. 4).

Em 15 de julho de 1897, tornou-se membro titular da Academia Nacional de Medicina, apresentando o trabalho "Desequilíbrio aparente entre mortalidade da cidade do Rio de Janeiro".

No início do século XX, Bulhões Carvalho já era considerado um destacado médico-demografista. Supõe-se que ainda fosse funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública, mas não o chefe da Seção de Demografia. Conforme visto no capítulo sobre os demógrafos-sanitaristas, no relatório que ele fez dirigido ao novo diretor, Oswaldo Cruz, em 1903, ele fala em ter assumido "as funções de médico-demografista em 27 de março do ano findo [1903]"(BRASIL, 1904c, p. 85). O que significa que não foi titular do setor continuamente, desde 1894, data de sua primeira indicação. O certo é que Oswaldo Cruz o reconduziu ao cargo de chefia da área de demografia e, como era de seu feitio, tratou de apresentar relatório contendo suas observações acerca daquele setor de trabalho.

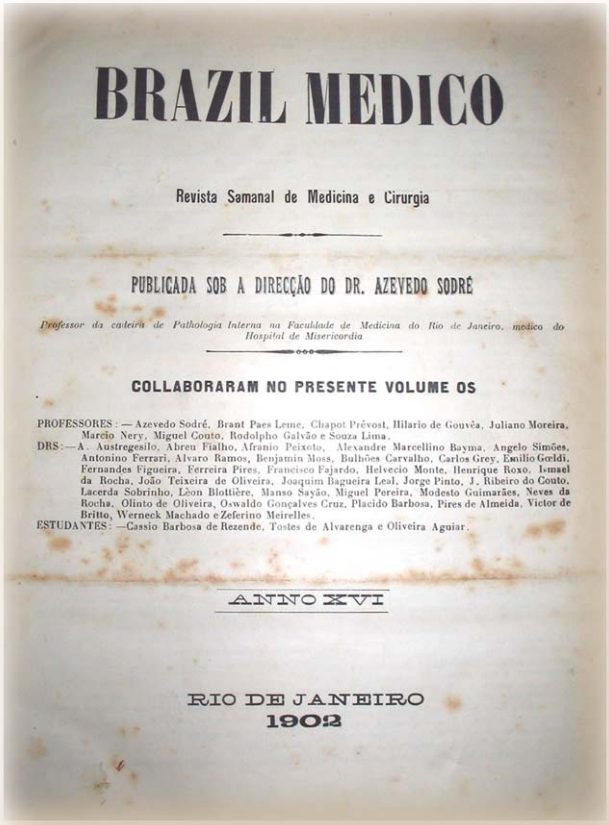
Ainda em 1903, publicou o trabalho **Contribuição para o estudo epidemiológico da febre amarela**, com o fito de atender aos trabalhos da sua repartição, dentro de sua competência, a saber, fornecer estatísticas demográficas para orientar os trabalhos de Higiene e Saúde Pública. Nos cinco pontos por ele levantados, há a presença do ferramental estatístico-demográfico-sanitário até onde aparentemente ele passaria ao largo, como no primeiro: "A criação do desinfetório ou a instalação do serviço regular de desinfecções influiu favoravelmente para evitar ou atenuar a extensão das epidemias de febre amarela?"(BRASIL, 1903b, p. 3).

Por intermédio de gráficos de colunas, o estabelecimento de delimitação de tempo para confrontações (no caso, treze anos antes e treze depois) e análises de números ele responde afirmativamente questão.

[482] Ver Capítulo 8: *Demógrafos-Sanitaristas – vida e morte pelas estatísticas*, deste volume.

As outras quatro questões estão estreitamente ligadas à demografia sanitária, incluindo a referente à meteorologia, assunto relacionado com o surgimento e desaparecimento de endemias. Eis as questões:

> As entradas de imigrantes no porto do Rio de Janeiro favorecem o desenvolvimento da febre amarela nas épocas epidêmicas?
>
> Há relação entre aumento das entradas de amarelentos no Hospital São Sebastião e o aumento das entradas de imigrantes no porto do Rio de Janeiro?
>
> Qual a proporção da mortalidade de febre amarela entre os nacionais e estrangeiros?
>
> As máximas e mínimas do termômetro centígrado estão em correspondência com o auge e o declínio das epidemias de febre amarela? (BRASIL, 1903b, p. 3).


BRAZIL MEDICO

Revista Semanal de Medicina e Cirurgia

PUBLICADA SOB A DIRECÇÃO DO DR. AZEVEDO SODRÉ

Professor da cadeira de Pathologia Interna na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, medico do Hospital de Misericordia

COLLABORARAM NO PRESENTE VOLUME OS

PROFESSORES: — Azevedo Sodré, Brant Paes Leme, Chapot Prévost, Hilario de Gouvêa, Juliano Moreira, Marcio Nery, Miguel Couto, Rodolpho Galvão e Souza Lima.
DRS: — A. Austregesilo, Abreu Fialho, Afranio Peixoto, Alexandre Marcellino Bayma, Angelo Simões, Antonino Ferrari, Alvaro Ramos, Benjamin Moss, Bulhões Carvalho, Carlos Grey, Emilio Goeldi, Fernandes Figueira, Ferreira Pires, Francisco Fajardo, Helvecio Monte, Henrique Roxo, Ismael da Rocha, João Teixeira de Oliveira, Joaquim Bagueira Leal, Jorge Pinto, J. Ribeiro do Couto, Lacerda Sobrinho, Léon Blottière, Manso Sayão, Miguel Pereira, Modesto Guimarães, Neves da Rocha, Olinto de Oliveira, Oswaldo Gonçalves Cruz, Placido Barbosa, Pires de Almeida, Victor de Britto, Werneck Machado e Zeferino Meirelles.
ESTUDANTES: —Cassio Barbosa de Rezende, Tostes de Alvarenga e Oliveira Aguiar.

ANNO XVI

RIO DE JANEIRO
1902

Folha de rosto do Brasil Médico, 5 jan. 1924.
Foto de Marco Santos

Até 1907, quando Bulhões saiu da DGSP para assumir a Diretoria Geral de Estatística, sua produção intelectual se resumiu a alguns artigos publicados na *Brasil-Médico*, aos Anuários de estatística demógrafo-sanitária e memórias a partir de conferências proferidas no período.

Em 1906, como visto em capítulo anterior[483], fez parte da Comissão Central responsável pelo Recenseamento do Distrito Federal. Ali, em companhia de Aureliano Portugal e dos demais notáveis que a compunham, Bulhões teve a oportunidade de ver um censo acontecer. Sua participação naquela operação seria decisiva para os anos em que esteve à frente da DGE, em especial, na realização do Recenseamento Geral de 1920, o único que cuidou como encarregado principal.

Bulhões participaria também de uma outra comissão importante: a responsável pela Exposição Nacional de 1908 – que celebrava os cem anos da abertura dos portos. Foi ainda membro do Conselho Superior de Indústria e Comércio e do Instituto Internacional de Estatística.

Em 1907, foi convidado por *Miguel Calmon du Pin e Almeida* (1879-1935) – escolhido para ser ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo Afonso Pena – para reorganizar o serviço da Estatística Federal, depois da catástrofe do censo

483 Capítulo 7: *O censo perfeito do prefeito Passos*, deste volume.

de 1900. Ao assumir, encontra o órgão completamente desorganizado, com "17 funcionários, muito mal retribuídos"(BRASIL, 1908a, p. 3). Bulhões trata de criar condições de reerguimento da DGE, procurando valorizar a estatística,"sempre, senão esquecida, pelo menos colocada em segundo plano, não se preocupando jamais os poderes públicos em considerá-la a base essencial da administração (BRASIL, 1908a, p. 3).

Com efeito, a DGE por ele administrada começa a ser reorganizada, com a promulgação do Decreto nº 6.628, de cinco de setembro de 1907, reestruturando-a agora com novo quadro de funcionários, admitidos mediante prova de capacidade e com possibilidade de serem promovidos dentro da carreira. Com isto, em dois meses a nova DGE já estava mostrando ao que veio, segundo narrado por Bulhões em seu primeiro relatório ao ministro, conseguindo

> em 60 dias uma soma de trabalhos que excede em muito aos executados nos dez meses anteriores do mesmo ano, que foram de quase completa inatividade por falta absoluta de recursos e de funcionários em número suficiente (BRASIL, 1908a, p. 4).

Para comprovar isto, Bulhões informa o volume de trabalho em forma de expedição de ofícios, circulares e mapas e de recebimento de outros tantos documentos com muito mais substância que os produzidos nos meses anteriores.

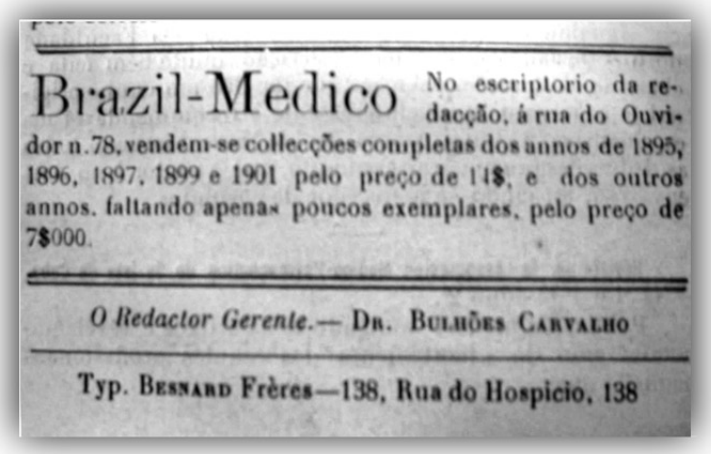
Conforme já visto em capítulo anterior[484], Bulhões criou um Conselho Superior de Estatística de âmbito nacional, segundo afirmou, a partir da recomendação dos congressos internacionais de Bruxelas, Paris, Berlim, Florença, Haia e Budapeste. Ademais, no Brasil também foram pensados Conselhos Superiores de Estatística em âmbitos municipais, como também foi visto anteriormente.

Na sua primeira administração da DGE, Bulhões Carvalho se preocupou em fazer aquele órgão dialogar com outras repartições de estatística nos estados, e especialmente com os próprios estados. Seus esforços neste sentido foram, infelizmente, em vão. Embora tenha conseguido melhor diálogo que seus antecessores, não era fácil vencer as sólidas oligarquias estaduais e o próprio pouco caso que muitos estados davam aos seus registros administrativos e ao registro civil.

Sobre este último, Bulhões tinha planos para sua regulamentação. Utilizando a força que teria o Conselho Superior de Estatística, ele pretendia que fosse criada uma legislação, determinando obrigatoriedade de todos os cartórios fornecerem as informações necessárias para a estatística de nascimentos, casamentos e óbitos.

Tão logo assumiu, Bulhões quis saber a quantas estava a apuração do nefasto Censo de 1900. Inacreditavelmente, até 1907 pouco se tinha feito para apurá-lo, muito material estava perdido, conforme já foi dito em capítulo anterior. O novo titular da DGE resolveu pegar a empreitada a unha. Solicitou autorização ao ministro

[484] No capítulo 9: *Novos tempos com Bulhões Carvalho: reforma ampliadora* deste volume.


Brazil-Medico No escriptorio da redacção, á rua do Ouvidor n. 78, vendem-se collecções completas dos annos de 1895, 1896, 1897, 1899 e 1901 pelo preço de 14$, e dos outros annos, faltando apenas poucos exemplares, pelo preço de 7$000.

O Redactor Gerente.— Dr. Bulhões Carvalho

Typ. Bernard Frères—138, Rua do Hospicio, 138

Imagem de um artigo de Bulhões na Brasil Médico, [s.d.]
Foto de Marco Santos

Miguel Calmon e com alguma verba, pôs-se a trabalhar para dar cabo daquele trabalho insepulto.

Bulhões Carvalho permaneceu neste cargo até 1909, quando resolveu se afastar, não se conhecendo hoje as suas razões. Em 1915, o então ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, *João Pandiá Calógeras* (1870-1934),[485] o convocou para reassumir a DGE. Entre seus principais colaboradores na empreitada do censo do centenário estão: *Leopoldo Doyle e Silva*, *Albuquerque de Gusmão*, *Oziel Bordeaux Rêgo*, *Castro Rebelo*, *Benjamin de Lima*, *Teixeira de Freitas*, *Cerqueira Lima* e *João Carlos Vital*.[486]

Para realizar o hercúleo trabalho do Censo de 1920, ele contou com todo apoio do presidente Epitácio Pessoa, que o manteve no cargo. Mais tarde, Epitácio diria publicamente que manter e prestigiar o funcionário a quem encarregara da consecução do recenseamento foi uma "prova simples de bom senso administrativo" (EDITORIAES, 1924, p. 11-12). Bom-senso que também tiveram sete outros presidentes da República[487] e um número superior de ministros que o mantiveram no cargo. Na história da DGE e mesmo no órgão oficial de estatística sucessor, o IBGE, nenhum outro dirigente permaneceria tanto tempo nem atravessaria tantas administrações.

Nos trabalhos para realização do Recenseamento Geral de 1920, sua atuação foi mais que notável, como afirmam seus colaboradores mais próximos. Extremamente ético, enfrentou diversos pedidos de cargos e colocações na DGE, alguns vindo de pessoas de influência na República de então, para que as vagas de servidores para atuarem no censo fossem preenchidas por candidatos que tivessem passado nas provas de capacidade que determinara. Embora rigoroso, era capaz de gestos de grande generosidade. Um de seus mais próximos colaboradores, *João Carlos Vital* (1900-1984)[488], discursando em homenagem ao seu antigo diretor, contou uma história onde fica

[485] De novembro de 1914 a julho de 1915.

[486] Ver: discurso de João Carlos Vital, publicado por ocasião das comemorações do centenário de nascimento de Bulhões Carvalho, publicado na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 27, n. 105, p. 46, jan./mar. 1966.

[487] De 1907 a 1909 e de 1915 a 1931, anos em que esteve à frente da DGE, passaram pelo governo do País Afonso Pena, Nilo Peçanha, Wenceslau Braz, Rodrigues Alves/Delfim Moreira, Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes e Washington Luiz. Depois da Revolução de 1930, quando Getulio Vargas assumiu, ele se aposentaria do serviço público.

[488] João Carlos Vital iniciou sua carreira na DGE, atuando na equipe de Bulhões Carvalho. Além de funcionário da DGE, foi cartógrafo do Departamento Nacional de Saúde Pública (embora tivesse se formado em Engenharia Civil pela Politécnica) e membro da Comissão Organizadora da Exposição do Centenário, em 1922. Em 1930, chefiava a Seção Técnica da DGE e estava envolvido na preparação do censo que deveria acontecer naquele ano. Em 1939, ajudou a fundar o Instituto de Resseguros do Brasil, sendo o seu primeiro presidente. Foi também prefeito nomeado do Rio de Janeiro, entre 1951 e 1952.

patente tanto o seu extremo rigor com os procedimentos de trabalho quanto sua magnanimidade no trato com subalternos. Estava sendo realizado o cadastro predial do Rio de Janeiro, parte extremamente importante da fase de base operacional geográfica do censo. Bulhões Carvalho tinha determinado o máximo cuidado para que todos os domicílios fossem registrados. Mesmo os domicílios improvisados nos morros, as chamadas "favelas", teriam a visita dos funcionários da DGE para receberem a placa de identificação e serem mapeados. O diretor da DGE estabeleceu critérios de revisão para que o controle fosse o mais perfeito possível. O Distrito Federal foi dividido em distritos censitários a serem visitados por *locadores*, responsáveis pelos registros, que seriam examinados por *revisores*, estes sob as ordens de *fiscais*, que, por sua vez, eram supervisionados por *inspetores*. Todos estes cargos eram temporários. Cada fase de trabalho admitia um limitadíssimo número de erros, acima do qual o responsável pela falha era sumariamente demitido.

João Carlos Vital, então chefe da Seção Técnica, observara um determinado funcionário, responsável por modestas atribuições, mas bastante esforçado. Resolveu testá-lo como locador, e, como se saísse bem, foi galgando outros cargos acima, sempre com suas promoções submetidas ao diretor geral que ouvia de seu colaborador os melhores elogios ao funcionário, que alcançou a função de chefe de distrito ou inspetor.

Entretanto, certa vez Vital estava fazendo uma verificação final naquele distrito quando descobriu três casebres no meio da mata que tinham escapado ao registro do inspetor. O limite máximo de faltas permitidas era apenas duas. O servidor teria que ser dispensado, apesar dos pesares do chefe da Seção Técnica. Com a portaria de demissão na mão, Bulhões Carvalho relutava em punir tão severamente tão esforçado funcionário. Vital insistiu, visto ser aquele o critério determinado e que já havia sido seguido outras vezes. O diretor da DGE decidiu apenas retirar todas as promoções conquistadas pelo funcionário, permitindo que ele retornasse ao antigo posto modesto. Atos como este, contribuíam mais e mais para o absoluto devotamento que os funcionários da DGE atribuíam ao seu diretor.

Homenagens ao "General" do censo

Não há qualquer dúvida sobre o extremo apreço que lhe tinha os seus comandados. Embora Bulhões se considerasse um homem sem vaidades, é certo que as muitas demonstrações de carinho que recebia de seus auxiliares lhe tonificavam o espírito.

Uma delas aconteceu em 31 de dezembro de 1921, na própria Diretoria Geral de Estatística. Os funcionários resolveram homenagear o "general" do censo, agraciando-o com uma medalha comemorativa. Inclusive, esta medalha é digna de nota. Ela é mais representativa do que a que foi distribuída no Pavilhão da Estatística, na Exposição do Centenário. Ambas têm semelhanças, mas se aquela trouxe, além da

população apurada em 1920, a de 1889 em sua efígie - uma óbvia intromissão da data da República no evento - esta trazia os números do recenseamento de 1821, ladeando os apurados no censo do centenário.

Tão logo foi comunicado que os funcionários pretendiam lhe prestar uma homenagem, Bulhões quis se opor, afirmando inclusive que "julgava contrárias à disciplina as homenagens promovidas dentro das repartições aos diretores ou chefes de serviço público"(BRASIL, 1922a, p. 11), mas acabou concordando.

Em nome dos funcionários, discursou *Heitor Pessôa*[489], enaltecendo a figura de Bulhões e sua "carinhosa direção", chamando-o de "legítimo sacerdote da ciência". Ele lembrou das palavras proferidas por *Epitácio Pessoa*, por ocasião de um festejo recente àquela data, que disse:

> O mérito de toda a obra do recenseamento cabe ao Dr. Bulhões Carvalho, a cujo espírito organizador, a cuja inteligência e capacidade, a cujo conhecimento perfeito do assunto e inteira identificação com o patriótico empreendimento deve o Brasil o seu triunfo (BRASIL, 1922a, p. 6).

Em seguida falou o homenageado, dirigindo-se particularmente aos jovens funcionários da DGE. Seu discurso lembrava bastante o espírito da "Oração aos moços", escrita por Ruy Barbosa, no ano anterior. Pelo que expôs na sua fala, ele pretendia recolher-se à vida privada tão logo encerrasse os trabalhos do censo. Do discurso, vale destacar a recomendação que ele fez aos jovens no sentido de que contribuíssem para o bem da coletividade, inclusive prestando o serviço militar.

> Faço-vos esta recomendação, para que não me considerem, injustamente, entre os adversários do sorteio militar, quando tiver de reduzir a cinzas, em cumprimento da palavra do governo, todas as listas e boletins, depois de apuradas, para *fins estatísticos*, as informações colhidas nos inquéritos demográfico e econômico (BRASIL, 1922a, p. 15, grifo do autor).

Certamente ele não era inimigo do sorteio para o alistamento. Mas muito provavelmente ele sabia o quanto este procedimento causou confusões para a realização do censo, junto à população. No mesmo trecho, ele aborda a destruição do material censitário para atender às determinações de sigilo das informações, procedimento seguido até os dias atuais.

Em 29 de dezembro de 1923, Bulhões foi alvo de outra homenagem na própria DGE, por iniciativa dos servidores. Esta manifestação contou inclusive com a presença de dois ministros: o da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon - o mesmo que o tinha conduzido à sua primeira administração na Diretoria Geral de Estatística – e o da Fazenda, *Rafael de Abreu Sampaio Vidal* (1870-1941), além de outras figuras gradas.

[489] Ver o capítulo 28: Dr. Bulhões Carvalho: por quatro décadas um médico zelou pela saúde estatística brasileira, deste volume, onde é visto como a primeira pessoa a falar em uma lei estatística.

Naquela ocasião, qualificada pela revista *Brasil-Médico* como "justa homenagem ao eminente confrade", quando os funcionários deram a ele uma medalha de ouro, o Dr. Jorge Pinto, auxiliar de gabinete de Bulhões, fez enlevado discurso. Como era de praxe, pedia muitas escusas por dispor de "péssima facúndia" [fluência] e por sentir-se aterrado com a idéia de discursar em público, para depois exibir excelentes dotes de orador. Em sua fala, ele narrou, inclusive, como era o cotidiano da DGE, encontrado por ele em seu primeiro dia de trabalho, sob as ordens do Dr. Bulhões Carvalho.

> Neste poético recanto da Praia Vermelha apenas exteriormente sossegado, a formidável azáfama, a infrene dobadoura que iam por aqui dentro, qual se fora uma tenda imensa, onde ciclópicos ferreiros, cobertos de suor, os músculos retesados, os semblantes enrubescidos, mas indefessos, mas insensíveis à fadiga, mas arrastados pela magnitude da tarefa, febrilmente apressuravam-se em forjar a bom forjar a aparelhagem da maquineria [sic] colossal que lhes cumpria ultimar (EDITORIAES, 1924, p. 10).

Feitos os devidos descontos às imagens poéticas, percebe-se que aquela repartição pública sob a direção de Bulhões Carvalho trabalhava em ritmo absolutamente frenético.

Com respeito ao trabalho do diretor geral, Jorge Pinto revelou em seu discurso um detalhe absolutamente espantoso. Segundo ele, a DGE recebia diariamente centenas de cartas, ofícios e telegramas que eram respondidos no mesmo dia por Bulhões

> de sua mesa de gabinete, constituída qual se representara monstruoso centro telegráfico, partia um emaranhado de fios por onde ele transmitia a todos os pontos do país (cidades, vilas, aldeias), coma precisão e firme golpe de vista de general experimentado, o seu insubstituível brado de comando (EDITORIAES, 1924, p. 10).

Pelo que se lê, Bulhões pessoalmente telegrafava para os demais estados de sua mesa de trabalho! A ser isto, não deixa de ser inaudito o trabalho do diretor da DGE. Em uma época em que as comunicações eram precárias, lançava-se mão do único recurso que faria chegar o seu "insubstituível brado de comando" aos mais longínquos rincões do País.

Jorge lembra em sua peça de oratória, que Bulhões não se limitou em realizar obra bem acabada,

> realizou-a igualmente com o menor dispêndio possível para a Nação, gerindo os dinheiros públicos como quem acode previdentemente aos gastos de uma boa família (EDITORIAES, 1924, p. 10).

O que é plena verdade. Bulhões Carvalho tinha verdadeira ojeriza a gastos excessivos. Em todo o tempo que passou à frente da DGE, vigiava o orçamento do órgão com incansável comedimento. Nem com seu próprio dinheiro ele seria tão parcimonioso, tão zeloso, embora em sua vida pessoal fosse efetivamente homem de hábitos frugais.

Após o discurso de Jorge Pinto, a palavra foi passada à funcionária Maria Dulce Oliveira, que lembrou com razão que se ao fim de um trabalho como o empre-

endido pela DGE na realização do censo a vitória era de todos, pois cada um contribuiu com pequena ou grande parte

> Não padece de dúvida é que a parcela de merecimento está na proporção da responsabilidade de cada um e maior incomparavelmente é a que toca àquele que teve a idéia, que se pôs a frente do movimento, que pensou constantemente na realização do ideal por ele formado [...] (EDITORIAES, 1924, p. 12).

E o que poderíamos acrescentar: a parcela de merecimento está também na proporção de quem tinha mais a perder em caso de novo fracasso. Com toda a opinião pública favorável à realização do censo, apostando nele as expectativas de redenção de erros passados, com todo apoio do presidente da República, é de se imaginar o tanto de peso e responsabilidade que estava sobre o diretor Bulhões Carvalho.

A próxima pessoa a discursar foi o próprio homenageado, que agradeceu a todas as manifestações de carinho, dedicando o sucesso da empreitada do censo aos "técnicos de primeira ordem, inteligentes, dedicados e operosos da DGE"(EDITORIAES, 1924, p. 13).

Pelo seu discurso, parecia que ele estava deixando a direção da DGE, fato que só ocorreria quase dez anos depois. De qualquer forma, ele neste discurso fez uma revelação interessante sobre a sua abnegação em prol dos trabalhos da diretoria:

> Para demonstrar a minha estima à repartição de estatística e quanto me sinto honrado com a sua direção, vou revelar-vos um fato até hoje conservado em silêncio. Tendo sido convidado pelo Dr. Epitacio Pessoa para ocupar o lugar de ministro da Agricultura, com muito pesar declinei desta honrosa distinção, alegando como justificativa deste ato que serviria melhor ao país e ao ilustre presidente da República no posto em que me achava. Declarei a Sua Ex.ª que os meus serviços estavam à sua inteira disposição no lugar que me designasse, mas que, em consciência, me parecia prestar-lhe mais valioso auxílio, conservando-me à testa dos trabalhos do recenseamento, onde a minha assistência seria de melhor proveito do que no cargo de ministro" (EDITORIAES, 1924, p. 13).

Uma revelação deveras surpreendente. Ele não deu maiores esclarecimentos de quando ocorreu o tal convite, mas talvez não seja difícil imaginar quando aconteceu. A hipótese mais provável é que o convite tenha acontecido depois que o ministro Ildefonso Simões Lopes pediu demissão, pressionado por seu partido que era contrário à candidatura Arthur Bernardes para suceder Epitácio Pessoa. Isto aconteceu em 1922, pouco antes do Centenário da Independência. O presidente Pessoa resolveu designar o ministro da Viação, Pires do Rio, para também acumular a pasta da Agricultura.

De qualquer forma, Bulhões demonstrou seu desprendimento por preferir ficar à frente da DGE, ao invés de assumir o ministério que lhe daria muito mais *status*.

Pelo tom dos discursos, parecia que ele estava preparando a sua saída do serviço público. Provavelmente era esta a sua intenção, tão logo encerrasse a publicação do Recenseamento de 1920, o que se prolongaria por toda aquela década. Enquanto preparava as publicações do censo, seguia com o trabalho cotidiano da DGE. Pelos

relatórios que anualmente enviava ao ministro da vez a quem a sua diretoria estava afeita, percebe-se que prosseguia a sua luta pelo melhoramento das relações entre os diversos órgãos dos âmbitos federal, estadual e municipal, produtores de registros administrativos que precisavam e deviam ser aglutinados em estatísticas.[490]

Em 1925, ele foi indicado pelo ministro Miguel Calmon, para representar o Brasil na décima-sexta reunião do *International Statistical Institute* - ISI, a ser realizada em Roma[491]. Além de assistir a todas as sessões, ele fez uma breve comunicação intitulada "Números índices dos preços a retalho dos principais artigos de alimentação no Brasil" e relatou sucintamente os trabalhos realizados no Recenseamento Geral de 1920. Bulhões aproveitou o ensejo e exibiu aos conferencistas uma película cinematográfica, apresentando as operações censitárias acontecidas em 1920, incluindo até a apuração com as máquinas *Hollerith*. É bem provável que este filme esteja perdido nas franjas do tempo. Pena. Possivelmente o próprio Bulhões Carvalho aparecia no tal filme, em seu gabinete de trabalho talvez, o que valiosíssimo como documento. Uma outra palestra que proferiu teve como tema a imigração italiana, o que certamente deve ter empolgado a sua seleta assistência.

Como não se vai a Roma sem ver o Papa, Bulhões, um católico fervorosíssimo, tendo sido introduzido na religião pelo padre Madureira, não iria perder a oportunidade de visitar o Sumo Pontífice. E o fez dando um caráter oficial à sua visita. Entregou a Pio XI uma coleção de publicações da DGE, belamente encadernadas, que muito encantou Sua Santidade, um admirador da estatística, como se pode depreender de seus comentários na visita.[492]

Dois anos depois, o diretor da DGE seguia para o Egito, onde seria reunida no Cairo a décima-sétima reunião do ISI. Além de assistir a todas as sessões, ele apresentou a comunicação "Breve notícia sobre a legislação social do Brasil e especialmente sobre os acidentes no trabalho", deu contribuição à discussão sobre "registro civil de óbitos e nascimentos nos distritos de população esparsa" e abordou também a "produção e consumo de algodão e do fumo no Brasil". Levou coleções de publicações da DGE para distribuir aos congressistas e visitou o rei egípcio Fouad I. Como não poderia deixar de ser, aproveitou a viagem para conhecer os tesouros arqueológicos do Egito, conforme descreveu em seu relatório ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Geminiano Lyra Castro.[493]

Um celibatário casado com seu trabalho

José Luís Sayão de Bulhões Carvalho era solteiro por convicção. Depois de ter perdido seus pais, e, posteriormente, sua irmã, Maria Isabel, decidiu-se pelo celi-

[490] Conforme visto em capítulo anterior.

[491] Ver mais detalhes em capítulo posterior.

[492] Ver mais detalhes em capítulo posterior.

[493] Ver mais detalhes em capítulo posterior.

bato junto com seu irmão Francisco, que haveria de se tornar um eminente jurista. Entretanto, uma bela jovem surgiu para mudar a decisão de Francisco, que com ela se casou, abandonando o pacto com o irmão, mas convidando-o para com eles morar. José Luís, recusara o convite, preferindo permanecer no antigo casarão da família, na Avenida Atlântica, sendo cuidado por Chico, um velho ex-escravo.

Quis os tristes fados do destino que sua cunhada partisse cedo do mundo dos vivos, deixando quatro crianças para serem cuidadas pelo viúvo. Este, completamente inapto para a tarefa, recorreu ao irmão, pedindo ajuda. José Luís, apesar de não ter uma companheira que o ajudasse, tomou para si a criação dos sobrinhos, especialmente com a derrocada da saúde do irmão, abatido pela tuberculose, que os confiou a ele em seu leito de morte.

A partir daí, sua vida se dividiria entre o trabalho e a criação dos sobrinhos: João Evangelista, Francisco, Emi e Kate, o que o fez até falecer, em nove de março de 1940, na cidade fluminense de Petrópolis. Com o seu súbito passamento, todo o seu patrimônio seria incorporado à União, uma vez que não teve filhos, nem tinha vivos irmãos ou pais, conforme rezava o Decreto-Lei nº 1.907, de 26 de dezembro de 1939.

Para que os sobrinhos não perdessem o patrimônio de Bulhões, o IBGE, por intermédio do Conselho Nacional de Estatística, fez inédito apelo ao presidente Getulio Vargas, conforme pode ser verificado na Resolução nº 92, de 17 de maio de 1940.

No documento, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística apresentou diversos "considerandos", entre os quais louvava o bom nome, a relevância, a atuação no Censo de 1920 de Bulhões Carvalho, escolhido como "Fundador da Estatística Nacional". E mais: levando em conta a dedicação que tinha aos sobrinhos que criara como filhos e por não ter tido tempo de elaborar um testamento designando-os como seus herdeiros, resolvia o Conselho:

> Artigo Único – O Conselho Nacional de Estatística formula respeitoso e encarecido apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que, como penhor de reconhecimento da Pátria a um dos seus mais dignos servidores – o Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho – seja baixado um decreto-lei em virtude do qual se outorgue aos sobrinhos daquele saudoso e eminente patrício, filhos do grande jurista brasileiro, Dr. João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho – de memória não menos veneranda – o direito à herança pelo mesmo deixada e que seria deferida à União se não concedesse o governo este prêmio cívico ao egrégio "Fundador da Estatística Geral Brasileira".
>
> [assinado por Alberto Martins, diretor da secretaria do Instituto; por Mario Augusto Teixeira de Freitas, secretário geral do Instituto e por José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto (Brasileiro de Geografia e Estatística)] (IBGE, 1940, p. 19-22).

O então presidente Getulio Vargas atendeu à solicitação do Conselho pelo Decreto-Lei nº 2.246, em 29 de maio de 1940.

Bulhões Carvalho permaneceria à frente da DGE até 1931, quando se aposentou. Mesmo após a reformulação da Diretoria Geral de Estatística[494] (naquele mesmo ano) e a criação do Conselho Nacional de Estatística, de onde se originou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Bulhões não deixou de ter reconhecido os seus bons serviços prestados. A Resolução nº 70, de 16 de julho de 1938, transformou este reconhecimento em homenagem. Nesta Resolução está a homenagem feita a Bulhões, outorgando-lhe o título de "Fundador da Estatística Geral Brasileira".

Neste texto, há os vários "considerandos" de praxe, começando pelo fato de que a 1ª Conferência Nacional de Estatística, marcada para se reunir de 12 a 20 de outubro, ou seja, dias antes de estourar o golpe que apeou o presidente Washington Luiz do poder, foi programada e convocada por Bulhões de Carvalho. No programa da conferência, criado pelo então diretor da DGE, viam-se lançadas "idéias de cooperação interadministrativa e unidade de ação nos domínios da estatística" (IBGE, 1939a, p. 6-7). Estas sementes, inclusive, já tinham sido lançadas para germinação pelo próprio Bulhões, nas duas conferências que realizara no início daquele 1930, uma em Salvador e outra em Recife. O Conselho Nacional de Estatística admitia que aquelas diretrizes lançadas no programa da conferência prevaleciam "quase integralmente" nas atividades do IBGE.

O texto da Resolução lembra ainda que Bulhões era membro vitalício do Instituto Internacional de Estatística, o que o notabilizava ainda mais diante de seus pares. E mais: lembra algumas das muitas realizações do antigo diretor da DGE constantes em seu currículo: os primeiros acordos interadministrativos (1907), a primeira publicação estatística de caráter geral, a saber, o Boletim Comemorativo da Exposição de 1908, a primeira estimativa agrícola, com a produção de milho (1916), a primeira tentativa de articulação geral dos serviços estatísticos brasileiros, nas citadas conferências de 1930, entre outras realizações de vulto. Por tudo isto, o Conselho Nacional de Estatística resolveu, em seu Art. 2º:

> É reconhecida solenemente ao Doutor José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho a mais alta benemerência técnica, ficando-lhe conferido, em plena justiça, o título de Fundador da Estatística Geral Brasileira (IBGE, 1939a, p. 7).[495]

Seu antigo colaborador, Teixeira de Freitas, no célebre discurso proferido na instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, reconheceria a importância de Bulhões para a estatística brasileira. Ao citar as medidas que a nova instituição deveria tomar lembrou do seu antigo chefe:

> E nós outros que o vamos movimentar, temos, pela nossa experiência, a convicção de que ele corresponderá aos seus fins. E quando não tivéssemos a consci-

[494] Veja mais sobre esta reformulação em capítulo posterior.

[495] O programa daquela que seria a 1ª Conferência Nacional de Estatística está anexado à Resolução nº 70, de 16 de julho de 1938, e foi transcrito no capítulo 23: *Exposição do centenário:* o Brasil comemorou 100 anos no "bazar das Maravilhas", deste volume.

ência disto, poderíamos afirma-lo, em confiança à inteligência, à experiência e ao extraordinário senso profissional de Bulhões Carvalho, que com a autoridade eminentíssima de criador da estatística geral brasileira, de realizador do grande censo geral de 1920, de tratadista consagrado na matéria e de técnico de reputação mundial como membro vitalício que é do Instituto Internacional de Estatística, *preconizou e ensaiou todas as realizações que o plano do nosso Instituto sistematiza* (FREITAS, 1990a, p. 108, grifo nosso).

Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística

2ª SESSÃO ORDINÁRIA

RESOLUÇÃO N. 73, DE 18 DE JULHO DE 1938

Propõe ao estudo dos estatísticos brasileiros as teses oferecidas à 1ª. Conferência Nacional de Estatística, que forneceram as diretrizes práticas para a organização e o primeiro impulsionamento das atividades do Instituto.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições:

considerando a conveniência de serem bem conhecidos pelos estatísticos brasileiros os precedentes da organização do Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

considerando que as diretrizes práticas a que obedeceram a criação do mesmo Instituto e a orientação inicial das suas atividades, estão consubstanciadas nas teses que o atual Secretário Geral do Instituto e organizador do primeiro ante-projeto do decreto-lei criando a instituição, ofereceu à 1ª. Conferência Nacional de Estatística, marcada para 12 de outubro de 1930, e adiada **sine die**;

considerando ainda que o interêsse e a oportunidade dessas teses não foram prejudicadas pelo prevalecimento da maioria delas na organização do Instituto, constituindo, como constituem, todas, valiosas e esclarecedoras sugestões sôbre aspectos relevantes da estatística brasileira;

RESOLVE:

Artigo único — Ficam especialmente recomendadas ao estudo dos estatísticos brasileiros as 33 teses, anexas à presente Resolução, oferecidas pelo dr. M. A. Teixeira de Freitas, então diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, à 1ª. Conferência Nacional de Estatística, convocada para 12 de outubro de 1930, e não realizada em virtude dos acontecimentos políticos daquele ano.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1938, ano 3º do Instituto.

Conferido e numerado
a) Alberto Martins
Secretário Assistente da Assembléia

Visto e rubricado
a) M. A. Teixeira de Freitas
Secretário Geral do Instituto

Publique-se
a) José Carlos de Macedo Soares
Presidente do Instituto e do Conselho

19

Resolução da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, 1939

O Conselho de Estatística voltaria a se pronunciar novamente a este respeito por intermédio da Resolução nº 117, de 14 de julho de 1939, manifestando apreço pela conferência proferida por Bulhões, em Recife, no início de 1930. Entre os muitos "considerandos", destacam-se:

> [...] considerando que entre as conferências de propaganda do censo de 1930, realizadas pelo Dr. Bulhões Carvalho, antigo diretor geral de estatística, inclui-se a que este mestre pronunciou no Recife, em janeiro daquele ano, focalizando as vantagens da cooperação interadministrativa para a racionalização da estatística brasileira;
>
> considerando que neste documento memorável aquele consagrado técnico revelou uma nítida intuição não só dos fatores negativos que embaraçavam o rendimento das atividades da nossa estatística oficial como os meios de removê-los;
>
> considerando mais que na Conferência do Recife há quase que uma prefiguração do sistema que constitui hoje o órgão coordenador daquelas atividades;
>
> considerando que os argumentos em favor da cooperação entre as agências de estatística devem ser sempre reiterados, para que os resultados, já conseguidos nesse sentido, sejam constantemente intensificados pela compreensão, cada vez mais generalizada, de sua relevância; (IBGE, 1939a, p. 30).

Com base nestas considerações, o Conselho resolveu expressar o seu apreço "ao pensamento fundamental que inspirou a conferência" (IBGE, 1939a, p. 30)[496], recomendando a todos os estatísticos que a lessem, no texto anexo àquela Resolução.

Trapaças do coração

De sua vasta obra escrita (de 1887 a 1933), incluindo suas célebres conferências, se destacam: "Definição e classificação médico-legal dos ferimentos e outras ofensas físicas. Condições de gravidade e letalidade – Tese inaugural, 1887", "Contribuição

[496] Ver mais detalhes sobre a Conferência no capítulo 23: *Exposição do centenário:* o Brasil comemorou 100 anos no "bazar das Maravilhas", deste volume.

para o estudo epidemiológico da febre amarela" (1903), "Estado sanitário do Rio de Janeiro" (1906), "Recenseamento de 1920" (1920), "Estatística social e questões sociais em geral" (1924), "Estatística dos tarados do Brasil" (1929), "Recenseamento de 1930. A cooperação dos Estados para o aperfeiçoamento da estatística nacional; conferência de propaganda realizada na Capital do Estado de Pernambuco em janeiro de 1930" (1930), (pelo qual receberia posteriormente o título de "Fundador da Estatística Nacional" dado pelo Conselho Nacional de Estatística) e seu último livro "Estatística: método e aplicação" (1933), que será abordado em capítulo mais adiante.

De seu retiro em Petrópolis, continuava acompanhando os rumos que a estatística tomava ao longo dos anos de 1930. No mais, cuidava para que os sobrinhos que criara como filhos tivessem bons casamentos e tivessem uma vida confortável.

A mais indesejável das figuras veio visitá-lo subitamente no dia 09 de março de 1940, lá mesmo, na cidade imperial. O coração que amava o Brasil e as estatísticas brasileiras entraram em colapso antes mesmo de receber qualquer cuidado médico. Naquele ano, ele seria contado nas estatísticas do registro civil de óbitos. Ele, que fora contado em todos os recenseamentos gerais realizados no Brasil, desta vez não seria incluído entre os 41,2 milhões de habitantes apontados em 1º de setembro daquele ano, no primeiro censo do IBGE.

Perfis biográficos

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Bulhões Carvalho, um doutor na estatística

O "Fundador da Estatística Geral do Brasil", título conferido pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, na Resolução nº 70, de 16 de julho de 1938, a José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho dá conta de sua importância para a estatística nacional. Por mais de 20 anos dirigiu a DGE, tendo sido o grande responsável pelos bons resultados obtidos no Recenseamento Geral de 1920. E mais: além de realizar o primeiro censo brasileiro do século XX, ainda fez o importante trabalho de recuperação dos escolhos do último recenseamento do século XIX, realizado em 1900. A convite de Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro da Viação e Obras Públicas do governo Affonso Penna (1906-1909), realizou uma ampla reformulação na Diretoria Geral de Estatística. Era a chegada, finalmente, de um médico-demografista (ou demógrafo-sanitarista) à direção do principal órgão de estatística brasileira. Bulhões, que como seus pares sempre tinha sido um crítico empedernido dos trabalhos efetuados por aquela diretoria, agora teria a oportunidade de fazer o trabalho ao seu modo. Suas conquistas foram imensas, o denodo com que enfrentava as adversidades daquele trabalho era notável.

Bulhões Carvalho nasceu em 24 de fevereiro de 1866, no Rio de Janeiro, sendo filho de Francisco Pereira de Bulhões Carvalho e de Catarina Sayão Lobato de Bulhões Carvalho. Fez seus estudos preparatórios no Rio de Janeiro até entrar para a Faculdade Nacional de Medicina, de onde saiu

formado em 18 de janeiro de 1888. Entrou para o serviço público, em 1892, fazendo toda a sua carreira como especialista em estatísticas. Era extremamente político sem nunca ter ocupado cargo algum na política. Seu antigo chefe na área sanitária do Distrito Federal, Aureliano Portugal, o chamara para ser membro da Comissão Central do Recenseamento Municipal, realizado no Rio de Janeiro, em 1906, sob as ordens do então prefeito Pereira Passos. Este tinha sido nomeado alcaide da capital do País pelo presidente Rodrigues Alves, um político paulista que vinha do Império mas com o objetivo de reformar e sanear o Rio de Janeiro e certamente contando com bons números para auxiliá-lo.

Em 1907, Bulhões chegou à direção da DGE, nomeado por Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Ele se afastaria em dezembro de 1909, por discordar do rumo que o governo Nilo Peçanha (que substituía Affonso Penna, falecido na vigência de seu mandato, em 1909) estava tomando, e também por conta da saída de Miguel Calmon, que o indicara, do ministério a quem a DGE estava vinculada. Após sua saída da DGE, provavelmente retornou à área sanitária, uma vez que era funcionário concursado. Voltou à DGE em 1915, já no governo de Wenceslau Braz, e só sairia aposentado, em 1931. À frente da DGE, passaria por oito governos, um recorde difícil de ser quebrado.

A grande obra de Bulhões Carvalho foi o Recenseamento Geral de 1920, cujos resultados foram exibidos aos visitantes do mundo na Exposição Universal Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, ocorrida em 1922. Ele já tinha feito um grande esforço em reunir e publicar os resultados possíveis a partir do material de 1900, mas sua consagração certamente foi pelo Censo do Centenário, como passaria a ser conhecido. Não se esquecendo que, em 1906, ao participar da planificação, execução e apuração do Recenseamento Municipal, ele teria a sua grande "escola" em termos de realização censitária.

Entregue os resultados de 1920, ele já estava pronto para realizar o de 1930. No início daquele ano, ele iniciou a propaganda para o recenseamento, fazendo duas conferências memoráveis, uma em Recife e outra em Salvador. Tudo corria no sentido de que aquela operação censitária fosse ainda mais venturosa que a de 1920, podendo ele corrigir distorções e desenvolver teses que aprimorariam a atividade censitária da DGE. O clima de extrema instabilidade no Brasil de 1930 fez cancelar o censo, assim como aquela que teria sido a 1ª Conferência Nacional de Estatística, convocada por

ele para outubro daquele ano. Com a chegada do governo revolucionário e com as mudanças que certamente ocorreriam nos ministérios e nas repartições a eles vinculadas, Bulhões Carvalho decide então pela aposentadoria, retirando-se da atividade diária mas não abdicando do seu envolvimento com a estatística. Em 1932, escreveria sua última obra, Estatística e método e, dois anos depois, ainda participaria da (enfim realizada) 1ª Convenção Nacional de Estatística, como delegado pelo Maranhão, já no contexto do Instituto Nacional de Estatística, criado em 1934, futuro IBGE. Recebeu inúmeras homenagens em vida mas certamente a que mais lhe tonificava a vaidade (que ele dizia não ter) foi a decisão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em 1938, de nomeá-lo "Fundador da Estatística Geral do Brasil". Faleceu em 15 de março de 1940, em Petrópolis, sem deixar filhos.

Legislações e sínteses dos censos

1930 O senso do censo [não realizado]

• Data de referência: 1º de setembro de 1930.

• Além do censo da população seriam realizados os censos da agricultura, da pecuária, das indústrias, e das minas e pedreiras (novidade).

• A DGE estaria no comando, contando com delegados nos estados (sempre que possível fazendo recair a nomeação nas repartições estatísticas estaduais). Também haveriam delegados seccionais nos estados, para grupos de municípios; e comissões censitárias nos municípios. E poderia haver agentes especiais para fiscalização. E mais, claro, os agentes recenseadores. A publicação dos resultados deveria estar pronta até o final do quadriênio presidencial 1930-1934.

• Registros das pessoas em listas de família (particular ou coletivo, conforme a natureza dos domicílios). Voltava religião (que saíra em 1920); cor (ou raça) seguia de fora; defeitos físicos (como no sendo de 1920: cegos e surdos-mudos).

• Haveriam formulários específicos para os demais censos (continham instruções).

• À negação de resposta caberia multa. Os dados coletados só serviriam para fins estatísticos, sem nenhuma individualização (sendo a noção de sigilo).

Legislação:

• Decreto (legislativo) nº 5.730, de 15 de outubro de 1929 (mandava realizar o censo).

• Decreto nº 18.994, de 19 de novembro de 1929 (regulava o decreto anterior).

[Não achamos nenhum texto legal suspendendo formalmente a operação censitária, o que é estranho, ainda que tendo em conta o ambiente revolucionário que pôs fim à Primeira República, depois chamada de República Velha].

Desordem e progresso (c.1930- c.1936)

PARTE 6

Teixeira de Freitas, a face do saber na criação do INE (IBGE)

Capítulo 29

Teixeira de Freitas [s.d.]

Em outubro de 1930, é deposto o presidente *Washington Luís*. Chega ao poder, formando um Governo Provisório, o líder civil da revolução, *Getúlio Vargas*. Promovera uma revolução vitoriosa, e no poder, prometia restaurar a unidade nacional, prometia realizar uma revolução na administração (recuperar a economia). O Estado é mudado, fortemente; o governo torna-se atuante, mais e mais, intervindo na economia e na sociedade. O Estado torna-se, pouco a pouco, provedor e protetor (vigilante e punitivo também). O Governo Provisório (o segundo da República) irá até que a nova Constituição seja promulgada, em julho de 1934 (decorrência da revolução paulista de 1932), quando *Vargas* é eleito presidente pelos constituintes (seu mandato terminaria em 1938, não fora o golpe de 1937, por ele mesmo aplicado, ficando até 1945).

> No discurso de posse, Getúlio prometera "promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, desmontar a máquina do filhotismo parasitário e sanear o ambiente moral da pátria". Surgia um Estado forte, paternalista, centralizador e nacionalista. Acabava-se o federalismo descentralizado e liberal da "república dos fazendeiros". A intervenção do Estado na economia crescia: os sindicatos e as relações trabalhistas passara a ser controladas pelo governo. Empresas estrangeiras eram obrigadas a ter dois terços de empregados brasileiros e a pagar um tributo de 8% sobre os lucros enviados ao exterior. Em breve, Vargas se sentiria forte o bastante para tentar perpetuar-se no poder (BUENO, 2003, p. 237, grifo nosso).

Teixeira de Freitas, até então à frente do serviço de estatística de Minas Gerais, que criara durante uma década de paciência e dedicação, e muita habilidade e competência, toma parte dessa mudança varguista, voltando à capital federal na equipe do mineiro *Francisco Campos* (1891-1968), o "Chico Ciência", na criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Assume naquele recém-criado ministério, em início de 1931, a direção da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, onde realiza um trabalho magnífico. Na promoção das estatísticas educacionais, promove a tão desejada cooperação administrativa, velho sonho de *Bulhões*, pela qual tanto se empenhara (discursos e práticas); diante daquele sucesso avulta seu nome. Saía de cena *Bulhões*, cedendo posição ao discípulo; passa-se o bastão.

A par com essa linha de atuação, *Teixeira de Freitas* à frente, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública, havia outra frente de atuação, no recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sob *Lindolfo Collor* (1891-1942), onde

fora criado o Departamento Nacional de Estatística, como uma junção da antiga DGE (até então afeta ao extinto Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) e da antiga Diretoria de Estatística Comercial[497] (até então afeta ao Ministério da Fazendo).

Leo de Affonseca (1877-1949), diretor da Diretoria de Estatística Comercial[498], é convidado a implantar e a dirigir aquele Departamento responsável pelas estatísticas brasileiras. Não é uma tarefa simples, mas a cumpre com serenidade e com propriedade, chegando à extinção do mesmo em 1934, com a criação do Instituto Nacional de Estatística, que viria a ser o IBGE. Não temos registro de ter havido convite a *Bulhões* para ocupar aquela posição; mas, se foi, não é difícil imaginá-lo recusando o convite.

A DGE é incorporada ao Departamento Nacional de Estatística

O Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930,[499] reformou a estrutura de governo, e, entre outros, criava o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, logo depois organizado pelo Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro de 1931.

Integrava a estrutura do ministério, entre outros, o Departamento Nacional de Estatística, com o pessoal egresso da Diretoria Geral de Estatística e da Diretoria de Estatística Comercial (Art. 7º), que são, desde então, declaradas extintas (Art. 9º). A DGE saía de cena aos 60 anos de sua criação, ainda no Império (em 1871), e aos 41 de sua recriação republicana (em 1890), e entrava na história, com suas inegáveis realizações e suas enormes frustrações.

O Decreto nº 19.669, de 4 de fevereiro de 1931, detalhava a estruturação do Departamento. Competia-lhe a organização das estatísticas territoriais e demográficas, econômicas e financeiras, e sociais, distribuindo essas atividades em sete seções; além de contar com uma tipografia (Art. 2º). Cabia-lhe "coligir todos os elementos e informes estatísticos de outras repartições congêneres, federais, estaduais e municipais", com vistas à edição de "anuários que compendiem todas as informações de interesse geral do país" (Art. 3º). A "sonegação de informações", por quem fosse, bem assim, ações outras que "direta ou indiretamente", gerassem "prejuízo à boa marcha dos respectivos serviços" implicariam multas de até 3:000$000 (Art. 5º).

Haveria 160 pessoas no quadro: 136 na área técnica (chefes, técnicos e auxiliares), 15 nos serviços de tipografia (chefe, artesãos e auxiliares) e 9 delegados: Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. A ausência de delegado em Minas Gerais, sugere que haveria delegacia federal apenas nos estados onde não houvesse repartição estatística estadual;

---

497 Na história dessa diretoria está a figura de Sebastião Ferreira Soares, como seu animador (inspirador) e também diretor (ver o capítulo 17 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção), e está a figura de Ruy Barbosa, como seu recriador logo após o golpe republicano.

498 Estava naquela direção desde 1918.

499 Com base no Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, que formou o Governo Provisório.

Leo de Affonseca, [s.d.]

contudo, em São Paulo por certo havia órgãos estaduais, que talvez não tivesse desejado pactuar com o órgão federal (mas isso não consta do decreto).

O decreto apresenta os vencimentos em valores anuais, e não apresenta as gratificações; por exemplo, o diretor geral teria 36:000$000 de vencimento, os diretores (e não chefes) de seções teriam 24:000$000 de vencimento, etc. Os vencimentos dos delegados variava de 4:800$000 em São Paulo a 2:400$000 no Maranhão, no Paraná e em Santa Catarina, passando por 3:000$000 em Pernambuco, na Bahia e no Rio Grande do Sul, e 3:600$000 no Amazonas e no Pará. O chefe da tipografia receberia 10:000$000 de vencimento.[500]

Mas, só um ano depois o Departamento Nacional de Estatística teria aprovado seu regulamento, pelo Decreto nº 21.047, de 18 de fevereiro de 1932. Seus encargos pareciam muito com os encargos da antiga DGE, como segue:

Art. 1º O Departamento Nacional de Estatística é repartição técnica do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tem a seu cargo:

1º formular os planos necessários à apreciação estatística das condições do Brasil, das quais tenha conhecimento direta ou indiretamente;

2º executar todos os trabalhos estatísticos de interesse geral do país, de que não estejam especialmente incumbidas outras repartições públicas, federais, estaduais ou municipais;

3º recolher e coordenar os trabalhos preparados pelas repartições de que trata o parágrafo precedente;

4º dirigir as operações do recenseamento geral da população, da agricultura e das indústrias, segundo os planos e os modelos que houver adotado, e publicar os resultados obtidos, dando a esta operação o desenvolvimento compatível com os recursos orçamentários;

5º publicar em anuário, boletins ou avulsos, os, os trabalhos que haja executado;

500 Talvez sejam gratificações, e não vencimentos.

> 6º satisfazer os pedidos das repartições federais, das administrações estaduais e municipais, bem como de corporações nacionais ou estrangeiras e de particulares, desde que isto não prejudique o interesse público nem o andamento dos serviços a cargo do Departamento;
>
> 7º promover o concurso da iniciativa particular para o melhor desempenho dos encargos que lhe competem;
>
> 8º propagar, pelos meios a seu alcance, as vantagens e a necessidade dos estudos estatísticos.

As sete seções assumiam os seguintes encargos (Art. 12): 1ª estatística territorial e demográfica, 2ª estatística política e administrativa, 3ª estatística do comércio de importação, 4ª estatística do comércio de exportação, 5ª estatística do comércio de cabotagem, 6ª estatística agrícola e industrial, e outras estatísticas econômicas, 7ª estatísticas sociais ("compreendendo especialmente os assuntos relativos à organização do trabalho e da previdência social"). Não tinha, sem dúvida, a melhores condições de funcionamento, sendo imensos os encargos postos nas seções 1ª, 2ª, 6ª e 7ª (temáticas da antiga DGE); já no tema da antiga Diretoria de Estatística Comercial, melhorava sua estruturação, em três seções, 3ª, 4ª e 5ª. Mas o escopo avançava perigosamente.

O Departamento, nos moldes de *Bulhões*, seria "auxiliado no desempenho de sua missão por um Conselho Superior de Estatística", devendo, num evidente exagero, se reunir "de três em três meses" (Art. 3º); seria integrado por técnicos, não por políticos, o que seria positivo (Art. 5º). Teria demasiadas competências, em grande medida de natureza executiva, jamais de caráter consultivo:

> Art. 4º Compete ao Conselho Superior de Estatística emitir parecer sobre:
>
> 1º escolha das fontes de informações, métodos de serviços, planos, quadros, questionários, instruções ou programas submetidos a seus exame, bem como disposições e medidas que devam ser adotadas para que as publicações oficiais da União, dos Estados e dos municípios apresentem a necessária uniformidade;
>
> 2º composição e redação do anuário estatístico, destinado a conter o resumo das estatísticas oficiais;
>
> 3º organização de novas estatísticas que se julgarem necessárias;
>
> 4º publicidade que devam ter os trabalhos do Conselho;
>
> 5º questões relativas aos interesses gerais e ensino da estatística.

As atividades das delegacias seria considerada em instruções especiais (Art. 14). As atribuições dos funcionários detalhadas no decreto, e em nada diferiam do prescrito na antiga DGE.[501] Na questão do acesso ao quadro e da ascensão funcional, voltava-se ao previsto para a DGE de 1907, como queria Bulhões.

[501] Diretor geral, Art. 16; diretor de seção, Art. 17; bibliotecário, Art. 19; arquivista, Art. 20; cartógrafo, Art. 21; e por diante.

Art. 29 Os cargos de auxiliares de 1ª classe (1ª entrância) e os de 3º oficial (2ª entrância), serão providos mediante concurso, que será feito na repartição, anunciado com 60 dias de antecedência, e versará sobre as seguintes matérias:

a) para auxiliar de 1ª classe: português, francês, geografia geral, especialmente do Brasil, aritmética, álgebra, até equações do 2º grau, noções de estatística e datilografia;

b) para 3º oficial: inglês ou alemão, noções de direto administrativo e economia política, redação oficial e prática de repartição, inclusive mecanografia.

Art. 30 Os cargos de arquivista, bibliotecário e cartógrafo poderão ser providos por acesso dentre os segundos oficiais que tenham revelado capacidade para o seu desempenho.

Parágrafo único. Não havendo funcionário com o requisito referido neste artigo, o provimento dos cargos citados far-se-á mediante concurso, que constará das seguintes matérias:

a) para arquivista: português, francês, inglês ou alemão, aritmética, geografia, história, corografia e história do Brasil, paleografia e redação oficial;

b) para bibliotecário: português, francês, inglês ou alemão, aritmética, geografia, história, corografia e história do Brasil, bibliografia, biblioteconomia, noções de estatística e redação oficial;

c) para cartógrafo: português, francês, inglês ou alemão, trigonometria retilínea e esférica, noções de estatística, desenho geométrico, perspectiva, desenho topográfico e figurado, e representação gráfica aplicada à estatística.

Quanto à obrigação na prestação de informações, invoca-se o Decreto nº 1.850, de 2 de janeiro de 1908, ao tempo de *Afonso Penna*, na primeira passagem de *Bulhões* pela DGE (Art. 35). Quanto à garantia do sigilo (sem que esse nome fosse usado), era "vedado aos funcionários servirem-se de dados estatísticos colhidos na repartição para fins particulares ou diversos dos indicados neste regulamento" (Art. 42). Quanto à presença em Congressos Internacionais (por certo, as sessões do ISI), a escolha dos representantes devia recair em membros do Conselho Superior de Estatística ou do próprio Departamento (Art. 37).[502]

Não resta dúvida: a concepção e a regulamentação do Departamento Nacional de Estatística, inspirou-se na concepção e na regulamentação da antiga DGE (desde 1907, na primeira reforma de *Bulhões*); pouco (se algo) da antiga Diretoria de Estatística Comercial (do Ministério da Fazenda) terá vindo influir. Dessa forma, podemos caracterizar uma continuidade institucional, pese o novo nome da repartição.

Em agosto de 1943, em entrevista ao "prestigioso matutino desta capital, o jornal A Manhã", *Teixeira de Freitas* avalia a criação e a atuação do Departamento, e o faz em cores vivas, sem peias e sem ameias.

[502] Eram restabelecidas as franquias postal e telegráfica à correspondência do e para o Departamento. Onde a representação estadual do Departamento recaísse, mediante convênio, com algum órgão estadual, também ele gozaria das mesmas franquias.

> Essa medida[503], embora aparentemente racionalizadora, era, de fato, desaconselhável, senão mesmo errada, tanto administrativa como tecnicamente. Mantinha-se a imprópria subordinação da estatística geral, como um todo, – tanto vale dizer, como função eminentemente política do Estado, – a um Ministério que não o dos negócios políticos. E isto ao mesmo tempo que se retirava um grande setor estatístico da dependência ministerial que lhe era mais propícia em todos os sentidos[504], para colocá-lo em um Ministério que só lhe dedicaria interesse secundário e nem tinha sequer os meios para favorecer seu desenvolvimento. Por outro lado, deixava-se esquecida a lição da experiência universal, que já tornara claro não ser mais possível, a um Estado moderno, gerir os seus negócios mantendo os diferenciados aparelhos do governo e da administração alheios à função estatística, afim de entregar este essencial objetivo governamental aos cuidados de um órgão único (FREITAS, 1992, p. 117).[505]

E diz, mais, que Leo de Affonseca, percebendo a pobreza daquela medida, "evitou que se consumasse praticamente a fusão decretada, mantendo sob sua única autoridade, mas em simples justaposição, as duas diretorias que o Departamento se destinara a unificar". Ao mesmo tempo que "apoiava o movimento que visava dar ao Brasil a verdadeira solução para o problema da estatística nacional: a *unidade*, que lhe é essencial, não na *unicidade* do órgão, mas na *organicidade* de um diferenciado e adequado sistema", que seria a razão do IBGE (FREITAS, 1992, p. 117).

Teixeira de Freitas: triunfo na cooperação administrativa

Paralelamente, a atividade estatística seguia célere e criativa na Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública. Avultavam *Francisco Campos* (o "Chico Ciência") e *Teixeira de Freitas*.

Em 20 de dezembro de 1931, por inspiração e realização de *Teixeira de Freitas*, celebrou-se um "Convênio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas", depois postas nos Anais do IBGE (Resolução nº 115, de 14 de julho de 1939); sendo um marco na história das estatísticas brasileiras, ao tornar realidade a tão desejada (e necessária) cooperação administrativa, dessa forma, pondo um ponto final à "deficiência de informações" que tanto limitou os sucessos naquele período; embora se o fizesse para uma área temática, e não para todas, mostrava-se sua praticidade.

Foram 29 pessoas que se reuniram "em uma das salas do edifício do Conselho Municipal do Distrito Federal, sede, nesta data, do Ministério da Educação e Saúde Pública". Estiveram "presentes os cidadãos": *Mário Augusto Teixeira de Freitas* (pelo Governo Federal), *Miguel Maria de Serpa Lopes* (por Alagoas), *Álvaro Maia* (pelo Ama-

503 Refere-se à criação do Departamento, com a junção das duas Diretorias.

504 Refere-se à Diretoria de Estatística Comercial, afeta até então, desde muito tempo, ao Ministério da Fazenda. Sobre esse vínculo à Fazenda, ver o capítulo 17, do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

505 Ver também: REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p. 515-530, jul./set., 1943.

zonas), *Anísio Spínola Teixeira* e *Isaías Alves de Almeida* (pela Bahia), *Joaquim Moreira de Sousa* e *José Getúlio da Fronta Pessoa* (pelo Ceará), *João Manoel de Carvalho* (pelo Espírito Santo), *Diógenes Pereira da Silva* (por Goiás), *Luiz Viana* (pelo Maranhão), *Virgílio Alves Correia Filho* (pelo Mato Grosso), *Carlos Alvares da Silva Campos* (por Minas Gerais), *Edgar Pinheiro Porto* (pelo Pará), *José Pereira Lira* (pela Paraíba), *Leôncio Correia*, *Algacir Munhoz Mâder* e *Luiz L. de Araújo César* (pelo Paraná), *Artur de Souza Marinho* (por Pernambuco), *José Luiz Batista* e *Benedito Martins Napoleão (*pelo Piauí), *M. J. Ferreira* (pelo Rio de Janeiro), *Anfilóquio Carlos Soares da Câmara* (pelo Rio Grande do Norte), *Ariosto Pinto* e *Augusto Meireles de Carvalho* (pelo Rio Grande do Sul), *Adriano Mosiman* (por Santa Catarina), *Sud Mennucci* [506] (por São Paulo), *José Rodrigues da Costa Dória* (por Sergipe), *Anísio Spínola Teixeira* [507] (pelo Distrito Federal), *Alberto Augusto Diniz* e *José Assis Vasconcelos* (pelo Território do Acre). Fizeram um convênio em 27 cláusulas.

A 1ª cláusula definia o objetivo do convênio: "uniformizar e coordenar todos os trabalhos oficiais de estatística educacional e conexos", para que seja possível "conhecer e divulgar rapidamente, com segurança" as condições gerais de todos os "ramos de ensino, bem como os vários aspectos apreciáveis do aperfeiçoamento da educação e da cultura nacional"(IBGE, 1939a, p. 11). A 2ª cláusula dividia a atividade de organização das estatísticas: relacionadas ao pré-primário e ao primário, a cargo dos estados[508]; sobre o ensino profissional (e a outros cursos, porventura descobertos na investigação); a terceira cláusula, dividia os encargos, cometendo-os aos estados e à União, conforme o previsto na cláusula anterior (3ª cláusula); ou, sendo difícil aos estados arcarem com os referidos encargos, em caráter permanente ou em caráter temporário, far-se-ia uma divisão de custos (4ª cláusula).

As partes presentes, obrigavam-se a uniformizar os registros escolares, para tanto devendo-se de imediato elaborar formas e normas (5ª cláusula)[509]. Os presentes se dedicariam à realização de um censo demográfico "nos anos de milésimo cindo", para dele extraírem "informes que interessam à administração educacional" (7ª cláusula) (IBGE, 1939a, p. 12-13). A "classificação do ensino" seria dada pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação (8ª cláusula), sendo seguidas, nisso e em tudo mais, as "conclusões do Instituto Internacional de Estatística" (14ª cláusula) (IBGE, 1939a, p. 17).

As 10ª, 11ª e 12ª cláusulas detalham as variáveis que seriam investigadas. A 13ª cláusula definem "escola" e "curso", para efeito do convênio. A 15ª cláusula

[506] Educador notável. Nome de cidade paulista.

[507] Educador notável, figura histórica destacada. Veja-se que representava duas Ufs, a Bahia e o Distrito Federal –DF.

[508] Entenda-se "estados, Distrito Federal e Território do Acre". Deixaremos estados para cobrir todas as unidades da federação, simplificadamente.

[509] Agir nos registros era uma medida essencial, para dispor das fontes de informação, e fugir da "deficiência de informações", mas isso nunca foi fácil, ao contrário. E antes a DGE já o fizera, em várias ocasiões, para Registro Civil, sem grandes sucessos.

detalham os assuntos conexos à temática da educação. As 16ª, 17ª e 18ª cláusulas detalham um calendário de execução (coleta, apuração e divulgação), e as formas de publicação; o início das pesquisas aconteceria já em 1932 (20ª cláusula). As partes se comunicariam por correspondência postal e telegráfica (21ª cláusula), e se tentaria a gratuidade (22ª cláusula). O convênio seria revisto a cada cinco anos (25ª cláusula).

> 26ª cláusula:
>
> Obriga-se o Governo Federal a elaborar leis, decretos e atos que facilitem a ação dos governos estaduais, do Distrito Federal e do Território do Acre no cumprimento dos compromissos assumidos. Dessa legislação constará o estabelecimento de penalidades a serem aplicadas aos estabelecimentos ou pessoas que negarem informações ou dificultarem os trabalhos para a organização das estatísticas educacionais e conexas.
>
> 27ª cláusula:
>
> Ficam os governos signatários obrigados a baixar no menor prazo possível os necessários atos de aprovação e ratificação, dos quais deverá constar a indicação expressa da repartição que nos termos da cláusula 3ª assumirá como principal responsável o encargo da execução deste convênio por parte de cada governo. A Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação publicará em folheto o texto deste convênio e dos atos que o houverem autorizado e aprovado, remetendo dez exemplares dessa publicação e o esquema da classificação do ensino a cada uma das repartições suas compartes na execução do disposto neste instrumento (IBGE, 1939a, p. 20-21).[510]

Segue o texto com a "Classificação do ensino a que alude a cláusula oitava do convênio", em seis esquemas: 1 Divisão geral do ensino, 2 Subdivisão do ensino comum não-especializado ou geral, 3 Subdivisão do ensino comum semi-especializado, 4 Subdivisão do ensino comum especializado, 5 Subdivisão do ensino especial emendativo[511], 6 Subdivisão do ensino especial supletivo.

Em síntese, eis o conteúdo do convênio, que "foi a primeira tentativa, coroada de pleno êxito, para a adoção do sistema de cooperação inter-administrativa", como considera a resolução que o mandou colocar nos Anais do IBGE. Em seu teor, vale notar a total falta de menção ao Departamento Nacional de Estatística, bem assim, e até por isso, à falta de legislação que o sustentasse. O Departamento, então, e a DGE antes, dispunham de prescrições sobre obrigação e a garantia de sigilo, entre outros pontos, mas para seu uso exclusivo (privativo), não sendo aplicável às demais repartições estatísticas (federais, estaduais ou municipais). Pois, 70 anos depois, nada mudou.

---

[510] Reproduzidas na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.
[511] Para "anormais de físico", para "anormais de inteligência", para "anormais de conduta".

Lei de Estatística, idéia de Alvim Pessoa

Em 22 de maio de 1931, *Heitor Elói Alvim Pessoa*, chefe de seção ao final da DGE, dando sempre a *Bulhões* o epíteto de "grande mestre", agora chefe de seção na diretoria de estatística educacional, subordinado a *Teixeira de Freitas*, envia-lhe um ofício, que merece integral transcrição; nele, uma "Lei de Estatística" é advogada.

Senhor Diretor Geral,

Nunca a necessidade de boas estatísticas se faz sentir com tamanha veemência como nos momentos de crise em que se torna mister elucidar os especialistas chamados a cooperar com a sua experiência na solução dos grandes problemas de que depende o surto normal da nacionalidade. As comissões de técnicos e as sumidades estrangeiras que aportam ao país para prestar aos nossos administradores o auxílio de suas luzes, procuram, logo, documentar-se sobre a realidade brasileira com o natural objetivo de firmar em sólidas bases as sugestões que lhes são pedidas e, infelizmente, na falta de registros sistemáticos que sirvam de fonte a esses subsídios, apela-se para recursos precário das compilações de emergência, das estimativas apressadas e das perigosas improvisações. O contingente do Brasil nos grandes anuários internacionais de estatística é sempre diminuto e assim mesmo limitado às linhas gerais dos assuntos compreendidos na informação.

O que sucede em relação aos problemas que isoladamente exigem de quando em vez, pela sua premência, a atenção imediata do governo, ocorre em relação a todos os demais cujo estudo racional tem como condição precípua a organização definitiva do Brasil no que diz respeito à atividade estatística das diferentes entidades políticas através das quais se faz sentir a ação do governo na salvaguarda dos interesses superiores da comunidade. Sem o controle eficiente de todas as palpitações do organismo político, sem o registro circunstanciado de todos os fatos em que se manifesta a vida da nação, sem a auscultação, através desses índices bem apurados, dos fatores de progresso ou retrocesso, dos males a remover, das necessidades a satisfazer para que a administração corresponda aos seus fins e a coletividade, disciplinada e bem dirigida, se encaminhe normalmente para uma civilização cada vez melhor, todo o esforço construtivo dos nossos estadistas repousará sobre uma base incerta e insegura.

Nunca se deparou à República um momento tão favorável com o presente para a realização dessa obra de inestimável alcance que lhe permitirá o regime de auto-observação, imprescindível ao êxito da política reconstrutiva inaugurada pela Revolução de outubro. Os governos futuros, a que caberá desenvolver o programa que apenas se inicia, não poderão caminhar nas sendas abertas pelos reformadores de hoje se estes não lhes legarem o termômetro e a bússola cuja inexistência nas mãos dos antigos responsáveis pelos destinos da Federação representa talvez a causa remota de muitos fracassos nas iniciativas que empiricamente promoveram, agindo como certos médicos desavindos que se aventuram a curar e não examinam antes os clientes, auscultando-lhes previamente as condições do organismo.

Está em pleno funcionamento a Comissão incumbida de reformar a legislação brasileira, tornando-a mais adaptada ao regime que recentemente se instituiu, mais conforme com as aspirações da nova mentalidade que surgiu da crise revolucionária, mais eficiente na sua finalidade de amparar os interesses do povo e de assegurar à democracia uma realização perfeita das garantias que ela proporciona a todos os cidadãos.

Parece que seria também um serviço relevante a ser confiado à plêiade de juristas distinguidos com tão honroso mandato a organização de uma *lei de estatística* que fixasse os direitos do Estado no que concerne às suas relações com o público para o controle das atividades que interessam à investigação das condições sociais e econômicas da comunidade, forçando todos os cidadãos à prestação dos informes necessários às indagações de tal natureza e submetendo a uma sanção legal o dever dessa contribuição cívica. A *lei de estatística* poderia estabelecer como condição essencial para o funcionamento das organizações coletivas, companhias, sociedades, corporações e firmas de qualquer natureza, a inscrição prévia em cadastros especiais para esse fim instituídos, segundo modelo elaborado por uma comissão de técnicos escolhidos, e, ao mesmo tempo, determinaria praticamente os limites da competência do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios em matéria de estatística, bem como os contingentes com que cada uma dessas entidades teria de concorrer para a estatística nacional, de modo a assegurar os direitos da União em relação aos Estados e os destes para com as suas comunas integrantes.

Fixadas pela lei orgânica as normas gerais de um sistema nacional, uma regulamentação bem elaborada completaria as disposições da aludida lei, com os detalhes precisos, de modo a impedir que se tornassem elas inúteis por falta de cumprimento como já tem ocorrido, infelizmente, em casos análogos, como por exemplo, se deu com a lei de 2 de janeiro de 1908,[512] a qual estabelecia a obrigatoriedade da prestação de informes estatísticos e que, apesar de promulgada, nunca foi regulamentada, nem teve aplicação efetiva. O registro civil, não obstante o seu caráter de instituto básico, fundamental, no que entende com as questões atinentes à cidadania, demonstra, pela sua falência virtual em grande parte do território nacional, o incalculável prejuízo que podem ocasionar à Nação as deficiências das leis inoperantes e a urgência de substituí-las por outras que apresentem os requisitos essenciais à sua viabilidade.

No período de reformas que ora o Brasil atravessa, da promulgação de uma *lei de estatística* adviriam inestimáveis benefícios que nunca serão alcançados mediante reformas burocráticas nos órgãos coletores de informações, os quais pouco poderão produzir enquanto o êxito dos trabalhos respectivos depender da simples boa vontade dos informantes, e o Estado, descendo de sua majestade, tiver de dirigir-se aos cidadãos e instituições particulares solicitando por favor, na forma de apelos e exortações, os subsídios que lhe são devidos e que lhe são também freqüentemente recusados, não raro em termos de insólita irreverência.

No dia em que as nossas repartições de estatística se sentirem prestigiadas por uma lei eficiente que lhes garanta o fruto de uma ação diligente e tenaz, os resultados obtidos compensarão amplamente os penosos esforços que vêm elas empreendendo, desde o regime monárquico, sem que tenham até hoje logrado obter um material que corresponda, pela sua quantidade e pela sua qualidade, às energias despendidas para consegui-lo e apurá-lo e aos recursos que tem custado ao Erário a vida precária dessas repartições.

Conhecendo a abnegação com que vos vindes consagrando, há mais de 20 anos, à causa da estatística brasileira, julgo-me no dever de, como vosso modesto auxiliar na campanha a que vos devotastes, submete ao vosso esclarecido exame estas breves considerações, na expectativa de que, se forem julgados procedentes os argumentos em que se fundam e lhes dispensardes acolhida, possam merecer a atenção

[512] Refere-se ao Decreto nº 1.850, no governo de Afonso Penna.

> dos altos poderes da República através da vossa autoridade mais competente para imprimir melhor forma e desenvolvimento à sugestão que me permito formular, toscamente, em suas linhas sumárias, dadas a premência e a relevância do assunto que lhes serve de objeto (IBGE, 1939a, p. 43-46, grifo nosso, itálico do autor).[513]

O foco de *Alvim Pessoa* é a questão da obrigação. A lei a faria clara, indiscutível e inquestionável. Com esse atributo a atividade estatística marcharia sem obstáculos. Esse atributo seria atribuído a todas as repartições de estatística, não apenas à nacional. Queria resolver o arraigado problema da "deficiência de informações", que atordoava a atividade estatística daquele tempo. E, mesmo sem avanços maiores, falava em sistema nacional, o que sugere uma relação no mínimo amistosa, tanto melhor se harmônica, entre os vários serviços de estatística; em última instância, como hoje se diria, queria colocar em sistema as dimensões organizacional e informacional das repartições estatísticas. A lei o faria, desde que seguida de cuidadoso regulamento.

Dois meses depois, tendo analisado o documento, *Teixeira de Freitas* envia ofício ao Ministro *Francisco Campos* (31 de julho de 1931), apoiando a proposta. Diz:

> Não pude logo examinar convenientemente o assunto, devido a ter o meu tempo inteiramente tomado pela Chefia interina do Gabinete de V. Excia.
>
> Mas, tendo lido agora atentamente o referido trabalho, vejo que é ele digno do maior apreço, por isso que focaliza, com acerto e oportunidade, o problema fundamental da estatística brasileira, a dizer, o que cogita de dotá-la daqueles requisitos essenciais de cuja falta até hoje se ressente: integralidade, atualidade, uniformidade e sistematização.
>
> De fato, a exposição de que se trata colocou a questão nos seus exatos termos. Assinala em primeiro lugar as três condições indispensáveis à consecução daqueles objetivos, a saber, a obrigatoriedade da prestação regular de informes ao poder público, a criação de adequados registros permanentes dos fatos a perquirir, e, finalmente, a instituição e ampliação, a diferenciação e a cooperação, prescritas com caráter obrigatório, das atividades investigadoras, com finalidade estatística, da União, dos Estados e dos Municípios. E sugere, em seguida, a única solução deveras eficaz – a decretação do estatuto orgânico da estatística brasileira, compreendendo uma lei e o competente regulamento com apropriado sistema de sanções e operante tanto em relação aos particulares – indivíduos e coletividades, – como para todas as entidades públicas, através de um conjunto bem ordenado de disposições, fixadas com estudo e prudência, e bem adaptadas às peculiaridades do meio brasileiro e às necessidades que a experiência já denunciou.
>
> Penso, por conseguinte, que o alvitre sugerido pelo Dr. Alvim Pessoa bem merece a consideração do Governo da República. E nesta convicção peço vênia para submetê-lo ao exame de V. Excia., tendo em vista qualquer providência que se afigure cabível no caso, segundo o alto critério de V. Excia., e a relevância do assunto a que se refere a sugestão formulada, digna de ser levada ao conhecimento dos responsáveis pelas reformas em perspectiva da legislação brasileira (IBGE, 1939a, p. 46-47, grifo nosso).[514]

[513] Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.
[514] Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

No dia primeiro de agosto de 1931, o Ministro *Francisco Campos* manda que *Teixeira de Freitas* prepare um ante-projeto, ao que se aplica (valerá perguntar: junto com *Alvim Pessoa*?, recolhido à sua solidão criativa?).[515]

Lei de Estatística, reflexão de Teixeira de Freitas

Teixeira de Freitas, depois de "demorada meditação do assunto", que o leva a mudar "o rumo das idéias", elabora um "estatuto orgânico", conforme o ofício que envia ao Ministro *Francisco Campos*, em 5 de fevereiro de 1932; quer "criar um quadro inteiramente novo para as atividades estatísticas da administração brasileira" (IBGE, 1939a, p. 47-48).[516] Seu ponto de partida é uma balanço da situação estatística brasileira:

> O Brasil, lamentavelmente, ainda é um país que ignora quase tudo de si mesmo. Os dados com que se possa caracterizar qualquer aspecto da vida nacional, ou não existem, ou são difíceis de encontrar, ou se acham elaborados fragmentária e lacunosamente, ou são antiquados, ou se contradizem, quando não se distanciam visivelmente da realidade. E as indicações sintéticas das condições existenciais do país, que todos os povos cultos mantêm sempre em dia, nos seus mapas geográfico, físicos e políticos, e nos seus Anuários Estatísticos, o Brasil praticamente não os possuem, porque só se podem assinalar neste particular, entre nós, tentativas insuficientes e sem a desejável continuidade e perfectibilidade. Como documentos oficiais, de fato, só possuímos em matéria de cartografia o deficientíssimo mapa do Centenário, já velho de 10 anos, e pelo que toca à estatística, o primeiro e único Anuário Estatístico de 1912, isto é, um documento atrasado de 20 anos.
>
> Quadro contristador este!... E tanto mais quanto tamanha deficiência só decorre de vícios de orientação e de hipertrofia do espírito buro-crático, o qual, como formação maligna, invadiu e destrói lentamente uma organização que chegou a ser quase boa, conteve e contém em seu seio valores mentais e morais do mais subido quilate, tendo sido sempre magnanimamente dotada pela Nação com recursos financeiros que excedem da formidável quantia de 10.000 contos de réis anuais, cifra essa que se pode parcelar, por limites mínimos, em 5.000 para a União, 4.000 para os Estados e 1.000 para os municípios...
>
> Mas impõe-se aqui a pergunta: de que, afinal, especificamente, resultará tão desoladora desproporção entre os recursos empregados e os resultados obtidos? (BRASIL, 1939a, p. 48-49, grifo nosso).[517]

Em resposta, *Teixeira de Freitas* arrola alguns "fatores negativos", ou seja, "os principais entraves e obstáculos que tem lutado[518] o desenvolvimento da estatística brasileira"(IBGE, 1939a, p. 49)[519]; e clama por "um ato enérgico, corajoso, decidido e decisivo, que nos tire desta perniciosa estagnação"(IBGE, 1939a, p. 52).[520] Eis, enfim, os fatores negativos:

---

515 Em 1940, já estando no Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, Alvim Pessoa historia esse período (PESSOA, 1940, p. 86-99).

516 Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

517 Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

518 Por em luto, enlutar.

519 Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

520 Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

> 1º Má constituição e distribuição desequilibrada dos elementos que esboçam, e não chegam a formar, o sistema administrativo brasileiro de finalidade estatística. [...] 2º Falta de especialização real e generalizada do pessoal empregado nos serviços de estatística. [...] 3º Ausência do espírito e do sentimento profissionais na classe dos funcionários de estatística.[521] [...] 4º Inadequado sistema de recompensas materiais.[522] [...] 5º Falta de aproximação e de cooperação entre os chefes.[523] [...] 6º Isolamento entre as atividades estatísticas dos três planos administrativos da organização política vigente[524](IBGE, 1939a, p. 49-52).

Dito isso, pede um gesto "que nos levante deste solo pegajoso e sáfaro[525] em que se perdem preciosas energias e do qual só se colhem frutos negativos, que tais são os que decorrem da insegurança dos números oficiais". Para afastar esses fatores negativos, quer um "plano de reorganização da estatística brasileira", mas não um plano que conduza a uma "reforma de fachada", ou seja, "a uma reorganização no papel, de regulamentos apriorísticos, muito completos, muito lógicos, muito bonitos, mas sem espírito prático". E apela contra o "irrefletido espírito de iconoclastia, que tudo pretendesse destruir para reconstruir em seguida", e marca fundo e forte, "não por demolição, mas por evolução". Quer criar uma nova "atitude mental", enfim (IBGE, 1939a, p. 52-53).

A reforma sugerida tem nove pontos. Os dois pontos iniciais os veremos na próxima seção, porquanto tratando de muito perto do que logo seria (mais ou menos) o IBGE; neles trata da criação do "Instituto Nacional de Estatística e Cartografia", e tece loas à união da Estatística e da Geografia.

O ponto terceiro, "a imediata execução, com absoluta segurança de resultados, e com a necessária presteza, do primeiro inquérito de estatística geral no Brasil",

---

521 "A estatística forma um dos mais interessantes, extensos e difíceis campos profissionais, onde os talentos, o espírito de iniciativa, as dedicações, podem se revelar e triunfar facilmente, com inestimável proveito para o progresso do país. Dos nossos funcionários de estatística, no entanto, poucos têm o sentimento da sua profissão, e muitos nem sequer têm consciência de que trabalham num ramo profissional bem diferenciado da comum atividade burocrática" (IBGE, 1939a, p. 50). Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

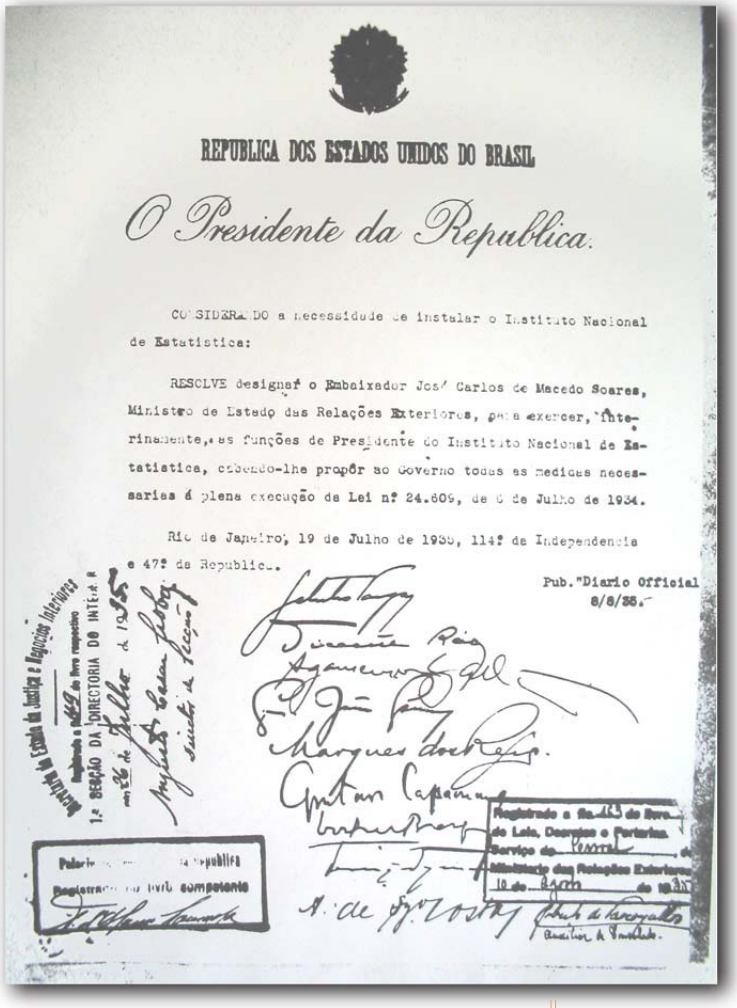
522 "Não se tendo tido o cuidado de criar a especialização técnica dos nossos profissionais de estatística, não se pensou em lhes dar um sistema de vantagens que bem correspondesse ao significado dessa especialização. Os funcionários de estatística assim tidos como simples burocratas, mesmo quando o não queiram ser e não o são, não auferem salário que dê estímulo à expansão do auto-didatismo" (IBGE, 1939a, p. 50).

523 "No conjunto dos nossos serviços estatísticos nota-se uma dissociação absoluta entre as respectivas atividades. Os responsáveis pela sua direção não têm contato entre si, não mantêm nenhuma convivência funcional, não permutam idéias, não têm ensejo de criar a mentalidade profissional" (IBGE, 1939a, p. 50).

524 "A União não colhe os frutos possíveis da atividade dos Estados e municípios em matéria de estatística. Os Estados e municípios também, por via de regra, ignoram-se entre si e juntos ignoram a União em tudo que diz respeito a trabalhos estatísticos. [...] Isto exatamente porque são viciosas as linhas fundamentais da organização vigente, as quais precisam ser substituídas por aquelas outras, fundadas essencialmente no espírito de cooperação. [...] Afirmou-o, de fato, Bulhões Carvalho, numerosas vezes. [...] A cooperação preconizada não constitui um ideal irrealizável e tudo felizmente indica que podemos encará-la como uma aspiração perfeitamente justificável, o que depende apenas da larga visão dos nossos estadistas e da harmonia de vistas entre os profissionais que respondem pelos destinos das estatísticas estaduais" (IBGE, 1939a, p. 51-52).

525 "Inculto, agreste, rude, árido", segundo o Aurélio (FERREIRA, 1986).

embora importante, inegavelmente, mormente por não se ter feito o censo em 1930, seria de caráter conjuntural, passageiro.[526] Pensemos os demais pontos.



REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

O Presidente da Republica.

CONSIDERANDO a necessidade de instalar o Instituto Nacional de Estatistica:

RESOLVE designar o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para exercer, interinamente, as funções de Presidente do Instituto Nacional de Estatistica, cabendo-lhe propôr ao Governo todas as medidas necessarias á plena execução da Lei nº 24.609, de 6 de Julho de 1934.

Rio de Janeiro, 19 de Julho de 1936, 114º da Independencia e 47º da Republica.

Pub."Diario Official 8/8/36.

Documento de nomeação de Macedo Soares como Presidente do IBGE em 29 de maio de 1936.

A associação das instituições estatísticas (federais e estaduais) no novo Instituto deveria ocorrer com prudência, pouco a pouco, a depender, primeiro, da concepção da coordenação que a presidiria (à referida associação). Os "aparelhos solidarizados" seriam reajustados, readaptados, reorganizados lentamente, sem traumas; como dizia o ponto quatro da reforma: "a minimidade [sic] das alterações a serem feitas inicialmente nos serviços filiados ao Instituto" (IBGE, 1939a, p. 56).

O Instituto pensado, afastada sua unicidade, deveria ter uma "direção colegiada", com funções executivas e consultivas (ponto cinco). Se devia vingar um "espírito de cooperação", então devia-se, a todo custo, evitar "a repulsa que se levanta facilmente contra as deliberações individuais", sem contar que um "um chefe insuficiente" seria altamente desvantajoso, podendo provocar conflitos deletérios (IBGE, 1939a, p. 56-57). A direção colegiada valeria às esferas federal e estadual, *mutatis mutandis*.

No sexto ponto considera-se a publicação dos resultados, que seria feita sob prazos rígidos definidos previamente. Quer fugir "da não publicação, da publicação inoportuna, ou da publicação descuidada, ou tecnicamente defeituosa", e caso a coisa não melhore bastante, quer afastar os "chefes de serviços incapazes ou desidiosos" (IBGE, 1939a, p. 57).[527]

[526] Realizar esse inquérito, afirma, custaria aproximadamente 2.500:000$000, quantia que não considera elevada. Por demais, como se referiria à estatística geral, todos os interessados (nas esferas federal, estadual e municipal) deveriam preocupar-se em contribuir com alguma parte do total.

[527] Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

No ponto sétimo considera oportuna a ampliação "com indagações históricas e geográficas" das pesquisas feitas "para fins estatísticos e cartográficos".

O ponto oitavo é curioso e pouco claro. Diz ele que "um dos grandes óbices à atividade das repartições de estatística, sempre esteve na incerteza de se acharem completos os indicadores e cadastros das entidades a serem abrangidas pelos seus inquéritos". Pois a isso se daria cobro através de "informes de natureza simplesmente noticiosa, e portanto fáceis de fornecer", para o que sugere a criação, como fizera para a educação, de um quadro de "Correspondentes Estaduais", na verdade, ao que parece, municipais. E não oferece maiores esclarecimentos (IBGE, 1939a, p. 57-58).

No ponto final, o nono, considera "a possibilidade da progressiva elevação do nível moral e mental, da especialização técnica e da produtividade do pessoal permanente dos serviços estatísticos"; e trata do acesso, da ascensão e da eliminação, criando um regime especial para o quadro de pessoal (IBGE, 1939a, p. 58-61).[528] Nos detalhes, muito se volta a *Bulhões*, mas sem o mencionar; suas lutas ainda atraem público...

Ao concluir seu arrazoado, afiança, com vários pontos, ser aquele momento favorável à realização da proposta. E lembra que, a se dar curso à mesma, deveria ser submetida à avaliação de *Leo de Affonseca*, à frente do Departamento Nacional de Estatística, afeto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ("por sua experiência e saber", sendo, ademais, "autoridade justamente acatada"), bem assim, dos demais ministros (os colegas de *Francisco Campos*).

Instituto Nacional de Estatística e Cartografia

Isso posto, voltemos ao primeiro e ao segundo pontos.

Neles, *Teixeira de Freitas* retoma aspectos já tratados nas teses que preparou para submeter à Conferência de Estatística idealizada e convocada por *Bulhões* Carvalho, a realizar em outubro de 1930, mas obstada pela revolução.[529] Seu foco é a vantagem da associação da cartografia e da estatística.

A cartografia, que também denomina cartografia geográfica, obteria dos serviços estaduais de estatística, o levantamento da documentação "de que carece para a feição política dos seus trabalhos", a "execução de levantamentos geográficos especiais", bem assim, "a coleta de esboços cartográficos com preciosas indicações de corografia física e política". A estatística, a seu turno, ganharia os "subsídios de que carece como base para planejar e executar os seus trabalhos", e para apresentar seus resultados em cartogramas, "numa palavra, torná-los comparáveis em função do âmbito geográfico". Por fim, "sínteses cartográficas do território nacional" seriam feitas par

[528] Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.
[529] Ver capítulo 24 deste volume.

a par com as "sínteses estatísticas", vale dizer, imagina a feitura de "Atlas Corográfico" (temáticos, por certo) paralelos (e complementares) aos Anuários Estatísticos.

Para promover essa associação, sugere a criação do que diz ser "um sistema *sui generis*", qual seja a federação dos serviços estatísticos e cartográficos brasileiros (federal e estaduais), formando o Instituto Nacional de Estatística e Cartografia.

> Possível, sim, e aconselhável será antes a reunião em um sistema de caráter federativo de todos os serviços federais, estaduais e municipais dedicados à estatística e à cartografia, recurso graças ao qual tais serviços conservando uma estimuladora autonomia e as mais vantagens da sua imediata ligação administrativa com os órgãos de que depende o êxito dos seus encargos, tenham ao mesmo tempo a sua atividade filiada a um grande sistema que lhe dará a apropriada direção, eficiência perfeita, rigoroso controle, sem prejuízo da autoridade dos respectivos chefes, que passam a participar dos órgãos diretores de um super-organismo de destacada projeção na vida nacional (IBGE, 1939a, p. 54-55, grifo nosso).[530]

Uma vez mais, aí está a idéia de unidade, não na unicidade, mas na organicidade. Nessa idéia, busca-se a identidade, sim, mas no rigoroso respeito às diferenças. Os órgãos associados não perderiam suas autonomias, nem seus vínculos, mas, em favor de todos, e até deles próprios, aceitariam uma orientação cognitiva comum. Contudo, pese tanto cuidado, evitando melindres, a idéia não vingou, talvez por estar adiante no tempo, talvez por medo ou ciúmes, talvez por outras razões.

> Como conseqüência daquele importante certame [o já referido Convênio Multilateral das estatísticas educacionais e conexas, em dezembro de 1931], ainda em 1931 foi apresentado ao Governo da República, por intermédio do ministro da Educação [e Saúde Pública, Francisco Campos], o primitivo projeto [de autoria de Teixeira de Freitas] de criação do Instituto Nacional de Estatística e Cartografia, como órgão coordenador das atividades estatísticas e geográficas do País. Todavia, o pronunciamento dos técnicos, num e noutro dos campos até onde se projetariam os efeitos da iniciativa, não se caracterizou pelo coro uníssono de aplausos que seria de supor. Enquanto da parte dos geógrafos se verificava sintomático alheamento à idéia, entre os estatistas [sic] uns a aplaudiam, com maior ou menor entusiasmo, outros a impugnavam, movidos por certos pressupostos em que havia mais de equívoco que, propriamente, de má vontade (IBGE, 1939b, p. 7).

> A idéia não vingou, entretanto, por não encontrar em certos meios técnicos o ambiente propício ao seu desenvolvimento e não contar, por isso, com o entusiasmo unânime de todos os trabalhadores da estatística e da geografia no Brasil, sem o qual nada seria possível realizar em prol da uma iniciativa de tamanho porte. Seja porque o plano do Instituto representasse uma experiência demasiado corajosa para a época, dada a singularidade característica de sua constituição e funcionamento, seja porque o terreno em que se lançara a semente não fora antes convenientemente preparado, a fim de que se afastasse a possibilidade da resistência que a incompreensão e certos preconceitos haveriam de impor, o certo é que o notável empreendimento teve a sua realização retardada, para ir ganhando elementos que garantissem, em tempo oportuno, perfeita viabilidade aos seus superiores objetivos (AS ATIVIDADES..., 1940)

[530] Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

Aula prática de higiene dentária, Bahia, BA, 1934

Não vingou a sugestão, o que não esmoreceu *Teixeira de Freitas*, seguindo adiante, atento, à espera de melhores oportunidades, que viriam logo pelas mãos fortes de *Juarez Távora*, uma das eminências revolucionárias. Ao lado do saber trazido por *Teixeira de Freitas*, no rastro de *Bulhões*, logo se teria o lado do poder trazido por *Juarez Távora*; o saber-fazer e o poder-fazer se encontravam e se associavam dando curso ao Instituto Nacional de Estatística – INE, que logo seria o IBGE.

Juarez Távora,
a face do poder na criação do INE (IBGE)

Capítulo 30

Pese o nome e a função, o Departamento Nacional de Estatística, no âmbito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, não abarcava a totalidade das estatísticas brasileiras. Por exemplo, fora dele estavam as estatísticas educacionais, sob a direção eficiente de *Teixeira de Freitas*, vivendo distinto sucesso e ganhando uma crescente visibilidade, mais e mais tornando-se uma referência em matéria de produção estatística, e é quando atenderá à demanda de *Juarez Távora* (1898-1975), que recém assumira o Ministério da Agricultura (22 de dezembro de 1932 a 24 de julho de 1934).

Juarez Távora queria coisa fácil, a simples criação de um serviço de estatística no Ministério da Agricultura, para tanto, buscando conselhos em *Teixeira de Freitas*. Talvez não o conhecesse pessoalmente, mas, por certo, conhecia seu sucesso, tornando-se uma referência em matéria de produção estatística. Dos diálogos mantidos terá saído uma sólida relação de confiança, e talvez mesmo de amizade; e é fácil imaginar *Teixeira de Freitas* dizendo das carências das estatísticas brasileira, da fragilidade do caminho presente, com a estruturação do Departamento Nacional de Estatística.

Juarez Távora, homem dinâmico e inteligente, pleno de visões nacionais, indo além da pasta que dirigia, terá sopesado a potência dos sonhos de *Teixeira de Freitas*; os acalentou e os alimentou. Além dos sonhos estatísticos, *Teixeira de Freitas* terá passado suas reflexões geográficas, repensando o Território Nacional, o que terá soado muito bem aos ouvidos do militar *Juarez Távora*. Como seja, terá nascido uma afinidade respeitosa, uma identidade intelectual, logo dando frutos.

Juarez Távora releva a sapiência de Teixeira de Freitas

Em 22 de dezembro de 1932, ao assumir o Ministério da Agricultura (onde fica até 24 de julho de 1934), *Juarez Távora* sente falta na estrutura do ministério de um "serviço especializado de estatística da produção", para então poder "agir com firmeza e objetividade sobre problemas essenciais da pasta". Para suprir essa ausência socorreu-se à experiência de "um grande técnico na matéria, o Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas", então à frente da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública, "já então empenhado no disciplinamento e coordenação dos vários serviços estatísticos do país" (TÁVORA, 1974, p. 96).[531]

[531] Esta referência nos foi passada por Wilson Távora Maia.

> Graças à sua valiosa colaboração, pode ser criada, pelo Decreto-lei nº 22.984, de 25 de julho de 1933, que reorganiza a Secretaria de Estado, a Diretoria de Estatística e Publicidade do Ministério da Agricultura, para cuja direção foi nomeado o Dr. Rafael Xavier[532], que aí me prestou relevantes serviços. Desde os primeiros meses de seu funcionamento pode essa Diretoria colher e divulgar dados de grande utilidade para o ministro e para cada um dos departamentos integrantes do Ministério (TÁVORA, 1974, p. 96).

Ao longo dessa ajuda pontual, *Teixeira de Freitas* terá tido com *Juarez Távora* profundas e profícuas tertúlias. E, nessa relação amigável, trocando reflexões, terá tido ocasião de fazer-lhe uma avaliação das condições da atividade estatística brasileira, e, sobremodo, não terá evitado falar-lhe da solução que sonhava, a da criação de uma instituição vinculada ao poder político máximo (a presidência da República), não a uma área temática (algum qualquer ministério), para promover a desejada unidade, não na perigosa unicidade, mas na imperativa organização sistêmica. Assim sendo, a nova instituição estatística teria as condições necessárias (poder e saber) para negociar e sustentar uma profunda cooperação administrativa (federal, estadual e municipal).

A *Juarez Távora* a idéia pareceu excelente. Então, com o aval do chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, a quem levara a reflexão de *Teixeira de Freitas*, convoca uma comissão composta de delegados de todos os Ministérios, para "prosseguir na procura de entendimento e cooperação dos vários serviços de estatística já existentes no país", e mais, para propor "a criação do órgão capaz de orientar os serviços de estatística geral do país, e coordenar, com eles, os serviços especializadas". E diz ter cedido à comissão "uma sala pegada ao meu gabinete", o que lhe dava vantagens e facilidades; a comissão reuniu-se sob a direção de *Leo de Affonseca* (Delegado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo o chefe do Departamento Nacional de Estatística) e sob a secretaria e relatoria de *Teixeira de Freitas* (Delegado do Ministério da Educação e Saúde Pública), em 16 sessões, de 28 de junho a 28 de outubro de 1933 (a sessão inaugural foi presidida por *Juarez Távora*) (TÁVORA, 1974, p. 97).

> Assim, a 28 de junho de 1933, o então ministro da Agricultura, major Juarez Távora, reuniu em seu gabinete uma comissão de técnicos composta de um representante de cada Ministério e que, por isso mesmo, passou a ser chamada de Comissão Interministerial, à qual, em nome do Chefe do Governo, atribuiu aquele titular a missão de estudar o aparelhamento estatístico do Brasil e propor a reorganização que se fizesse mister, a bem de sua eficiência. Decorria a providência do entendimento havido entre aquele Ministro e a mais alta autoridade do País, que lhe pedira apresentasse um plano geral sobre o assunto, capaz de beneficiar todos os órgãos da administração pública (IBGE, 1939b, p. 8).

[532] Era o Diretor da Diretoria Geral de Estatística de Pernambuco ao tempo em que Bulhões lá fora fazer uma de suas conferências de propaganda do Censo de 1930. Depois, irá substituir Teixeira de Freitas na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística - CNE, e mais tarde, no governo Jânio Quadros, será Presidente do IBGE.

Posse de Juarez Távora como novo Ministro da Agricultura em 25 de julho de 1934

Juarez Távora recebe parecer da comissão interministerial

A comissão voltada a estudar e a projetar a organização definitiva da estatística brasileira, dirige seu alentado relatório ao Ministro *Juarez Távora* (então Major). Nele, os delegados signatários, sopesam a situação vigente, e oferecem um esboço de lei; "os debates de que resultaram as deliberações foram demorados e animados, trazendo-lhes todos os delegados a contribuição da sua experiência e da sua boa vontade" (IBGE, 1939a, p. 65).[533]

A comissão endossou o diagnóstico existente no relatório de *Teixeira de Freitas* por ele dirigido ao Ministro *Francisco Campos*, e aos seis itens nele postos (vistos no capítulo anterior) fazem somar um outro, que idealiza uma instituição de coordenação: "falta de orientação técnica superior, com caráter nacional e autoridade suficiente, tendendo a estabelecer, progressivamente mas acentuadamente, o aperfeiçoamento, a uniformidade e a regular divulgação das estatísticas elaboradas" (IBGE, 1939a, p. 66).[534]

Diante do quadro pintado, a comissão entendeu que nenhuma solução isolada "teria virtualidade para acarretar necessariamente o afastamento de todas aquelas dificuldades e deficiências". A formação dos técnicos, "com a criação de cursos", ajudaria, mas não teria fruto diante da ausência de carreira. Ser tentado a promover-

[533] Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

[534] Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

se a "federalização e unificação de todos os órgãos estatísticos uma super-repartição, verdadeiro ministério da estatística", seria inútil, tendo em vista nossa própria história (afinal, valerá lembrar, as fontes de informação estavam dispostas em diversos registros, em diversas localidades). Haver um simples Conselho de Estatística, já previsto na legislação, seria uma solução platônica; mesmo os acordos ou convênios, tão desejados, levariam ao desespero tantos seriam os temas a serem tratados, e gerenciados. E outras soluções isoladas, todas válidas mas sem a totalidade necessária (IBGE, 1939a, p. 66-67).

Essas soluções isoladas, segundo a comissão, deviam compor um sistema bem articulado, sob comando fortalecido, "tanto no sentido da propulsão como no da unificação". Instituir o sistema, como "um conjunto de ligações que solidarizem entre si todas as atividades estatísticas nacionais", seria tarefa federal, bem assim, a constituição do organismo coordenador ("uma federação de serviços dedicados exclusiva ou principalmente à elaboração estatística"), ao qual se daria o nome de Instituto Nacional de Estatística (com "ampla autonomia administrativa, financeira e técnica"), cabendo sua direção ao Conselho Superior de Estatística. Além desses pontos (são dez ao todo), valerá realçar os seguintes, depois vistos no IBGE:

> 7º O Instituto promoverá e incentivará o ensino da estatística, quer na instrução primária e secundária, quer em cursos de especialização;
>
> 9º O Instituto auxiliará a Sociedade Brasileira de Estatística, assegurando, com o concurso desta, a publicação de uma Revista Nacional de Estatística e dos Arquivos Brasileiros de Estatística, bem assim a reunião periódica das Conferências Nacionais de Estatística (IBGE, 1939a, p. 66-67).

A comissão, em seqüência, procurou mostrar que sua proposta tinha precedente internacional, e que não seria onerosa nacionalmente (o argumento é discutível).

Em síntese, seriam diversas as vantagens das conclusões alcançadas, entre outras, porque "areja e renova o acanhado ambiente em que se move presentemente a estatística brasileira", e porque ademais "convoca e estimula a uma proveitosa colaboração todas as atividades que se lhe dedicam, sem sacrificar vultosos recursos financeiros, sem nenhum atrito com as normas constitucionais vigentes" (IBGE, 1939a, p. 74).[535]

Além desse relatório, a comissão entregou a *Juarez Távora* "o esboço de lei em que julgou conveniente consubstanciar o seu pensamento", sendo fruto da pena de *Teixeira de Freitas*.[536] Foi enviado à avaliação dos ministros, mas nem todos foram prestos, o que leva *Teixeira de Freitas* a pedir ajuda a *Juarez Távora*, que, por telegrama, insta aos ministros suas apreciações. Três deles apõem objeções.

---

[535] Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

[536] A Memória Institucional do IBGE tem cópia deste esboço primeiro.

Juarez Távora, [s.d.]

Juarez Távora responde aos ministros (surge o INE)

Em 19 de setembro de 1933, *Teixeira de Freitas* envia ofício[537] a *Juarez Távora*, a quem chama "Exmo Amigo", agradecendo-lhe a intervenção junto aos demais ministros, e enviando-lhe o "projeto de criação do Instituto Nacional de Estatística", já em versão revista. E lhe relata as objeções dos ministros *Oswaldo Aranha* (1894-1960), *Salgado Filho* (1888-1950) e *Francisco Antunes Maciel Filho* (1879-1966).[538]

O Ministério da Fazenda (Ministro *Oswaldo Aranha*), ao mesmo tempo que aprecia a obtenção das condições à recriação da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira (Decreto nº 24.144, de 18 de abril de 1934), com parte do quadro do Departamento Nacional de Estatística, cuja extinção decorre da criação do Instituto Nacional de Estatística, desaprova o aumento de quadro de pessoal, a abundância e a autonomia financeira (criação do Fundo Especial, somando os recursos de toda atividade estatística, nas esferas federal, estadual e municipal, a serem distribuídos pela nova instituição, bem assim a abertura de vultoso crédito especial para as despesas

537 A Memória Institucional do IBGE tem cópia deste ofício.

538 Pelo mesmo ofício, ao final, Teixeira de Freitas remete a Juarez Távora "três exemplares da minha conferência sobre a redivisão política", com a seguinte esperança: "Quem sabe se, tendo diante dos olhos o seu texto e o seu esquema, não lhe será possível um hábil trabalho de catequese sobre os companheiros de excursão, principalmente sobre o Gal. Goes Monteiro, o Dr. José Américo e o próprio Chefe do Governo Provisório?". Sobre a redivisão política, afirma ainda: "E nas suas conversas sobre o assunto pode afirmar, se quiser, que nenhum mineiro até hoje deixou de aceitar com entusiasmo o alvitre da divisão de Minas, nos termos em que coloquei a questão. Isso é importantíssimo, creio, porque o assentimento de Minas à tripartição nos dá a chave para a adesão dos demais Estados" (IBGE, 1933). Sobre esse assunto, divisão de Minas Gerais, ver o capítulo 14 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

do primeiro exercício, tão logo o Instituto fosse criado). Afora isso, faz vários outros comentários, mostrando uma não apreensão da proposta.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Ministro *Salgado Filho*) desaprova a passagem da tipografia e da biblioteca (integrantes do Departamento Nacional de Estatística, e vindas da antiga DGE) ao novo Instituto. *Teixeira de Freitas* objeta; das duas uma, afirma, ou se dá àquele ministério recursos para adquirir uma tipografia (se é que ele deve tê-la, dada a existência da imprensa nacional) ou se os dá ao novo Instituto (que este, sim, deve tê-la, por suas específicas características, já vistas desde 1894). E defende a passagem da tipografia ao novo Instituto, na conta da enorme experiência acumulada pelos seus técnicos, no que tange à impressão das publicações estatísticas (inclusive formulários). Quanto à biblioteca, laboriosamente especializada ao longo do tempo, por certo, afirma, melhor ficaria no novo Instituto, com acesso livre (e estimulado) a todas as partes do sistema.[539]

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Ministro *Francisco Antunes Maciel Filho*) contesta o vínculo do Conselho (e do Instituto) ao Presidente da República. *Teixeira de Freitas* objeta pela "boa razão", como diz. Se fosse tutelado por algum ministério, o novo Instituto perderia força de ação, porquanto sendo suposto dever agir em todas as atividades estatística em todos os ministérios, bem assim, nos estados e nos municípios, o que apenas é natural a um organismo da presidência. A não ser assim, o Instituto perderia sua pedra angular, e o projeto cairia por terra.

Os pareceres dos ministérios vão chegando, pouco a pouco, num lento processo, em parte por ser difícil analisá-lo com propriedade e com profundidade. Quem melhor o fez foi *Oswaldo Aranha*, seja pela tradição estatística acumulada no ministério (desde *Sebastião Ferreira Soares*), seja pelo controle financeiro (sempre) imperativo. Assim, *Juarez Távora*, que tem pressa, em 3 de julho de 1934, em ofício[540] que envia ao Chefe do Governo Provisório, bate duro no parecer de *Oswaldo Aranha*, ponto por ponto, em defesa da proposta. Seu conteúdo é fabuloso, e assim termina:

> As objeções do ilustre titular da Fazenda, a que ora oferecemos réplica, não destróem nem abalam os fundamentos do projeto do INE. Isso é evidente.
>
> Não obstante, numa última tentativa para salvar a grandiosa idéia da criação do Instituto, apresentamos um substitutivo do projeto criticado, em que foram levados em consideração, tanto quanto possível todos os pontos desfavoráveis do parecer de Sua Excelência (IBGE, 1934).

539 Quando da extinção do Departamento Nacional de Estatística (pelo Decreto nº 24.600, de 6 de julho de 1934) sua Biblioteca e sua Tipografia ficariam no Departamento de Estatística e Publicidade (então criado) do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Art. 14, parágrafo único), já a parte da Tipografia que fora antes da antiga Diretoria de Estatística Comercial ficaria na Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda (Art. 16).

540 A Memória Institucional do IBGE tem cópia deste ofício.

Juarez Távora não quer perder tempo. Com o projeto em mãos, vai à presença de *Getúlio Vargas*, e dele consegue a aprovação do projeto.[541] A nova Constituição da República estava prestes a ser concluída, e o seria em 16 de julho de 1934; depois de assinada, a aprovação do projeto seria mais lenta, com os ritos normais de tramitação legislativa. Por certo, melhor seria, por mais simples, sua pronta aprovação, e é o que se dará pelo Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934,[542] cabendo a *Juarez Távora*, em justa honra, ser o primeiro a Ministro a assiná-lo. Eis seu início:

> O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930:
>
> Considerando a conveniência de estabelecer, de modo permanente e sistemático, a coordenação de todos os serviços estatísticos de interesse geral, já existentes ou que vierem a existir nas várias esferas e dependências da administração pública ou em instituições privadas, e de fixar, bem assim, as mais favoráveis condições para o progressivo desenvolvimento técnico desses serviços;
>
> E atendendo, outrossim, a que essa coordenação completará o programa que o Governo Provisório procurou realizar em benefício da estatística nacional;
>
> Decreta:
>
> Art. 1º Fica criado o Instituto Nacional de Estatística, como entidade de natureza federativa, tendo por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais.
>
> Parágrafo único. As estatísticas elaboradas sob a responsabilidade do instituto deverão obedecer a planos de conjunto anualmente fixados, e aproximar-se quanto possível dos melhores padrões que a técnica da especialidade aconselhar ou já estiverem firmados por acordos internacionais, mas respeitadas as necessidades e contingências peculiares à vida brasileira.
>
> Art. 2º. O instituto agirá com autonomia plena sob o ponto de vista técnico e a limitada autonomia administrativa compatível com a constituição política do país e requerida pela própria natureza da instituição, nos termos do que dispõe o presente decreto.

Teixeira de Freitas, no rastro de *Bulhões Carvalho*, era um vencedor. Mas a força que o fizera vencedor, veio de *Juarez Távora*. Àquela época, ninguém, só ele, tomara a peito criar o INE. E essa glória merece indiscutível reconhecimento.

Nesse movimento, o Departamento Nacional de Estatística (criado pelo Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro de 1931), era extinto pelo Decreto nº 24.600, de 6

---

541 No Ministério da Educação e Saúde Pública já não mais está Francisco Campos, mas Washington Pires (1892-1970), que em nada apoia Teixeira de Freitas na criação do INE, sob a alegação de não estar isso na alçada do ministério. Por essas e outras atitudes, não fora Juarez Távora...

542 Na sua íntegra, esse decreto só será analisado no próximo volume desta coleção. Adiante, neste capítulo, veremos apenas partes do mesmo.

de julho de 1934 (contudo, curiosamente, entrava em vigor em primeiro de julho) . Suas várias funções, "pelo critério da divisão por conexão ou afinidade", eram distribuídas aos ministérios: as estatísticas industrial e social ficariam no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; as estatísticas política, administrativa e demográfica iriam para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores; ass estatística territorial iria para o Ministério da Agricultura; as estatísticas econômica e financeira iriam para o Ministério da Fazenda.[543]

Teixeira de Freitas responde à imprensa e a técnicos paulistas

A divulgação do Relatório da Comissão Interministerial (a 28 de outubro de 1933), gerou reação contrária em "conceituado órgão da imprensa desta capital", sem que surja seu nome, nem o de seu autor. *Teixeira de Freitas*, de pronto, em carta ao jornal, procura esclarecer o equívoco da matéria; mas, não satisfeito com a retratação, envia extensa explicação, em artigo assinado, valendo-se, como afirma, "destas colunas para expor a exata significação do alvitre objetivado pela crítica" (texto que, depois, irá entrar nos Anais do IBGE, pela Resolução nº 135, de 21 de julho de 1939) (IBGE, 1939a, p. 145-152).[544]

O articulista viu na proposta da comissão um retrocesso às medidas do Governo Provisório que queriam a unificação das repartições do Governo Federal com fins iguais; e o Departamento Nacional de Estatística, afeto ao novel Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, era um exemplo dessa medida, dada como salutar, pois unia a Diretoria de Estatísticas Comerciais, do Ministério da Fazenda, e a Diretoria Geral de Estatística, do antigo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Na sua lógica, se "comércio" era matéria do antigo e extinto ministério, e o era do novo, não podia estar, então, no Ministério da Fazenda; seria uma duplicidade. E mais, a seu juízo, a produção das estatísticas, todas, poderiam ser feitas num único órgão, bastando dar-lhe condições operacionais nos estados, isso, através de delegacias de estatística. Assim sendo, como aceitar a extinção do Departamento? Não seria um retrocesso?

Teixeira de Freitas, após esse resumo dos argumentos arrolados pelo articulista, inicia sua falação negando ter havido a efetiva montagem do Departamento. Portanto, como ele não existia, de fato, extingui-lo não seria nenhum retrocesso, mas uma simples evidência da realidade. E assim afirma, com riqueza de informação:

> Acresce mais que a fusão das duas diretorias foi coisa tão fortuita e pouco condizente com as condições dos respectivos serviços, que não lhes trouxe a verda-

[543] Com a extinção do Departamento Nacional de Estatística, Leo de Affonseca assumiria a direção da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, voltando assim às suas origens (já que antes chefiara a Diretoria de Estatística Comerciais).

[544] Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, Rio de janeiro: IBGE, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

> deira e integral simbiose que da unificação deveria decorrer, verificando-se, apenas, entre elas, uma artificial e nada proveitosa unidade de direção, pois que em tudo mais se conservaram individualizados os dois organismos, mantendo-se distintos os seus quadros, as suas sedes, as suas bibliotecas, os seus arquivos, as suas secretarias e até as suas tipografias. E claro é que, nessas condições, – para não aludir a várias outras considerações que contra-indicam formalmente a permanência dessa anômala justaposição, – a pretendida fusão, que tal nunca chegou a ser, não tornou os serviços estatísticos nacionais nem "mais eficientes" nem "mais econômicos", e a própria "unidade de orientação", assim instituída, mas sem qualquer vantagem prática, ficou sendo exercida em condições difíceis, a exigirem do eminente profissional por ela responsável [Leo de Affonseca] um esforço dobrado, visto como, de fato, dirige ele duas grandes repartições, obrigado a comparecer a cada uma delas em dias alternados (IBGE, 1939a, p. 146-147, grifo nosso).

Depois, para dizer da vantagem da formação do INE, *Teixeira de Freitas* divide em dois grupos as estatísticas: as que intitula especializadas, que se desenvolvem no sentido da profundidade, de um lado, e, de outro, as que diz serem gerais, que se desenvolvem no sentido da extensão. As especializadas, por sua própria natureza, devem ser feitas nos organismos especializados, nos ministérios, e, dentro deles, em seus serviços específicos, por exemplo, as estatísticas postal e telegráfica no Departamento de Correios e Telégrafos, as estatísticas ferroviárias na Inspetoria de Estrada de Ferro. Como gerais, entendem as sínteses, sejam nas formas de números derivados, sejam apenas nas formas das publicações, como os Atlas, os Anuários, as Corografias; vale-se, sempre, das estatísticas especializadas, e nas suas ausências, por falta de organismos especializados, vê-se na obrigação de elaborá-las, mas sempre em caráter temporário, até que surjam organismos especializados (com seus registros).

Foi essa lógica que fez emergir, ainda ao tempo do Império, a Diretoria de Estatística Comercial, no Ministério da Fazenda, que, por sua natural especialização, a faria melhor do que a Diretoria Geral de Estatística. Ao tempo que nela seguia sendo feita as demais estatísticas, como as de educação, da agricultura, e tantas outras. Com o passar do tempo e a criação de organismos especializados (da agricultura, da educação, entre outros) muito natural que eles fizessem suas estatísticas, usando seus registros. Mas, mais surgiam as estatísticas especializadas, maior seriam os riscos de não se articularem, dificultando a elaboração das estatísticas gerais, donde tornar-se imperativa uma coordenação, sistematizando essa produção facetada, e esse seria o papel do INE.

> Quero frisar, finalmente, que o projeto de reorganização a que me estou referindo, tendo por objetivo a coordenação, sob uma direção técnica comum, de todas as atividades estatísticas nacionais, sejam oficiais, sejam privadas, acenou-lhes com um desenvolvimento orgânico e progressivo sem recorrer a bruscas reformas, nem, portanto, a modificações dos quadros ou dos regulamentos, nem mesmo a sensíveis aumentos de despesa. Donde se vê, em última análise, que a Comissão não projetou propriamente uma *reforma*, mas pretendeu apenas proporcionar à estatística brasileira num regime de perfeita coordenação e cooperação entre *todas* as ati-

> vidades que se lhe dedicam, as mais propícias condições à sua renovação paulatina, à luz da experiência e segundo diretivas seguras, oriundas de um órgão orientador bem à altura da sua missão (IBGE, 1939a, p. 151, itálico do autor, grifo nosso).[545]

Para completar sua argumentação, trata da questão da criação das agências nos municípios, e da questão difícil da formação das delegacias nas capitais dos estados. Nesta questão é inovador, confiando na seriedade da cooperação idealizada pela proposta, qual seja, a possibilidade de realização de um trabalho em conjunto, entre as esferas de governo (federal, estadual e municipal). Tudo isso, em qualidade indiscutível, e no respeito rigoroso aos prazos.

> E no conjunto das disposições propostas encontrar-se-á aquela salutar inovação preconizada – os centros de coleta nos Estados, completada, porém, esta providência, como de mister, com a instituição das agências municipais.
>
> Essa rede de órgãos regionais e locais, entretanto, tenderá a não se sobrepor, como erradamente já aconteceu, à doa serviços idênticos dos Estados e municípios, pois dessa coexistência decorreriam, em grande parte do território nacional, duas ou mesmo três ordens de investigações e elaborações estatísticas sobre os mesmo assuntos, chegando sempre a resultados contraditórios e provocando despesas inúteis, atritos prejudiciais e desmoralização par a estatística nacional. O projeto, de feito, estabelece que as delegacias do Instituto serão preferencialmente as próprias repartições ou serviços de estatística que os Estados e municípios já mantiverem ou quiserem instituir, todos eles, porém, em cada Estado, convenientemente articulados entre si e com a sua atividade unificada por um Conselho Regional de Estatística, sob o controle do Conselho Superior, de caráter nacional. Donde decorre que – as vantagens disso são óbvias – *delegacias* propriamente, o Instituto só precisará manter naqueles Estados que não quiserem nele representar-se, hipótese que – tais as vantagens da cooperação que a União lhes proporá – muito provavelmente não se verificará em relação a uma só das Unidades da Federação (IBGE, 1939a, p. 151-152, itálico do autor, grifo nosso).

Noutro tempo, houve reação contra a criação do INE (a 6 de julho de 1934). O *Diário da Noite*, jornal paulista, publicou entrevista com dois técnicos paulistas, *Euclides Tavares* e *Aristides Amaral*, "altos funcionários dos serviços estatísticos daquele Estado" (esta matéria apareceu também no *Jornal do Comércio*, da capital federal). Ato contínuo, *Teixeira de Freitas* reage em carta de 28 de agosto de 1935, dirigida a *Macedo Soares*,[546] quando sugere que se lhes envie os necessários esclarecimentos, e que se lhes convide a visitarem a capital federal, para conversar, por oportuno, abrindo-se o convite também a técnicos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco (essa carta, depois, irá integrar os Anais do IBGE, pela Resolução nº 135, de 21 de julho de 1939) (IBGE, 1939a, p. 152-158).

---

545 Reproduzida na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 85-86, p. 125-146, jan./jun. 1961.

546 Nesse momento, recorde-se, debatia-se no Itamaraty, sob o comando de Macedo Soares, a uniformização das estatísticas brasileiras, como imperativo das nossas relações externas, pelas mesmas pessoas que tratavam da convocação da Conferência de Estatística (que daria corpo ao Conselho Nacional de Estatística). Dessa forma, envia a carta a ele no papel de membro da Junta Executiva.

> Ora, venham de onde vierem as críticas ao Instituto, e com maioria de razão se procederem de personalidades com credenciais técnicas, como é este caso, parece que precisam ser tomadas em consideração. Porque ou elas nos farão sugestões úteis para corrigir a orientação porventura defeituosa das nossas atividades, ou nela se encontrarão pontos de vista sem apoio nos fatos, o que nos cumprirá esclarecer, não só para que a opinião pública encare com acerto as finalidades do Instituto, senão também para que entre os técnicos que formam os quadros profissionais dos serviços estatísticos brasileiros se possa estabelecer a perfeita compreensão da natureza, dos métodos e dos fins do grande sistema, que é o Instituto Nacional de Estatística, destinado a aproximar e articular todos aqueles serviços (IBGE, 1939a, p. 152-153).

Os técnicos paulistas defendiam que os serviços de estatística devessem ser descentralizados, mas que deviam apresentar resultados uniformizados. Ora, não era essa a base da criação do INE? Então, por que divergiam tão frontalmente? Porque, segundo *Teixeira de Freitas* não haviam entendido as expressões "unificação" e "centralização", existentes na legislação. E se propõe a explicá-las.

A unificação e a centralização, "como unidade de órgão, unidade de comando e unidade de ação", davam a tônica do regime anterior, antes da criação do INE. E, sem julgar o mérito, era inoperante, em face da exacerbada federalização; daí resultava uma calamitosa descentralização. A DGE vivia o pesadelo da deficiência de informações, e quem tinha as fontes as usava ao bel-prazer, sem maiores preocupações comparativas.

E pontifica, *Teixeira de Freitas*: "O Instituto veio, pois, para suprimir a unificação absurda anteriormente existente. E veio em nome da descentralização, da cooperação voluntária e da uniformização indispensável". O que se quer, diz ele, é uma "generalizada harmonização de atividades e uma perfeita unificação dos resultados", no pleno respeito à descentralização (IBGE, 1939a, p. 152-153).

Por demais, os técnicos paulistas não gostavam das expressões "mandatário do Instituto" e "centralização da coleta" que realçavam na legislação. *Teixeira de Freitas*, com grande paciência, explica o sentido efetivo delas:

> Mandatários do Instituto são todos os funcionários dos serviços estaduais e municipais que fizerem acordos com ele e por esse modo se lhe filiarem, o que não importará em sacrifício das respectivas autonomias, pois resultará apenas de uma livre *associação.* [...] Por igual, nada de inculpável pode haver em "centralização" da coleta. Há de esta "centralizar-se" em alguma parte, aonde devam ir ter os questionários ou boletins. Mas o local dessa centralização tanto pode convir que seja o Rio de Janeiro, como uma capital de Estado, tudo dependendo da natureza da pesquisa e das condições de cada órgão estadual a cujo concurso se possa recorrer. A "centralização", ou melhor aqui, a "convergência" dos informes, desdobrada regionalmente por princípio, só por exceção se fará primariamente em um único órgão situado na capital da República (IBGE, 1939a, p. 156, itálico do autor, grifo nosso).

Por fim, os técnicos paulistas não gostam da leitura que fazem da noção de "direção" que apreendem da legislação. *Teixeira de Freitas* assim reage, com pontos bastante relevantes (ainda hoje), dando realce aos termos dos acordos assinados entre as partes, ou seja, se assinados, que fossem cumpridos sem tergiversação:

> Falar também, aqui, em "direção" por um órgão central, não importa subordinação dos serviços estaduais a esse órgão. Se todas as estatísticas de interesse nacional se destinam logicamente a uma coordenação geral visando o levantamento dos quadros nacionais; se os seus dados, para esse fim, precisam ser obtidos em determinadas condições de prazo, de detalhe, de significação, etc.; se a fixação desses requisitos é feita em princípio pelo Conselho Nacional de Estatística, órgão supremo do sistema federativo dos serviços estatísticos brasileiros; claro é que um esforço "diretor" ou "coordenador" de feição nacional, e dentro das normas prefixadas, tem sentido normal, é absolutamente indispensável, sem por em cheque de nenhuma forma a autonomia dos serviços associados. Onde e em que, de efeito, essa "direção" assim restrita e condicionada prejudicaria a eficiência das estatísticas ou violentaria a autodeterminação dos órgãos estaduais e municipais? Não é ela exatamente a condição dessa eficiência e o resultado dessa autodeterminação? (IBGE, 1939a, p. 157, grifo nosso).

O INE começa a funcionar: 29 de maio de 1936 (logo surge o IBGE)

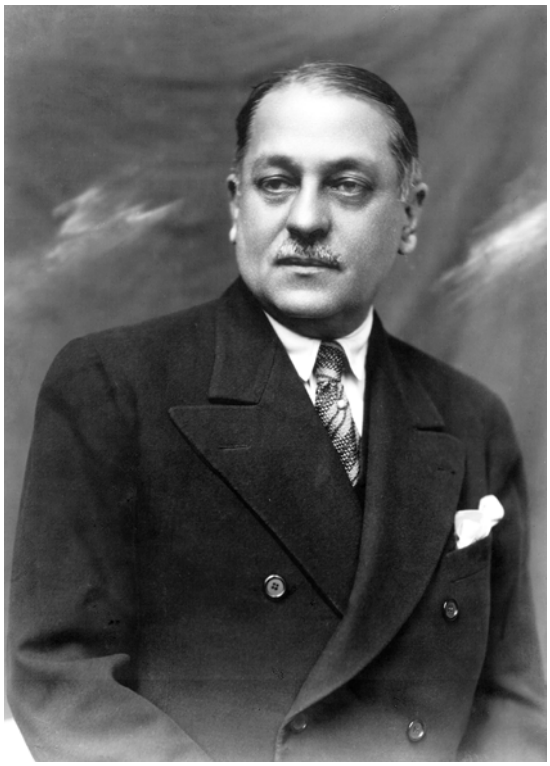
O Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, em seu Art. 10, mandava realizar-se uma Convenção Nacional de Estatística, que daria as bases do Conselho Nacional de Estatística, chave do novel sistema. Os chefes dos serviços de estatística começam a articular-se, no sentido da realização da convenção de estatística; mas, tudo era lento, e muito difícil, cada qual (com as exceções honrosas) parecendo mais interessado em seus próprios afazeres. Assim, na expressão de *Macedo Soares*, "entre a lei e o cumprimento da lei novo interregno se interpõe".

> E este só é vencido por uma solicitação imperiosa das relações internacionais do Brasil, obrigando o Conselho Federal do Comércio Exterior a promover a uniformização dos dados estatísticos oficiais, referentes à vida brasileira, pois a incoerência entre eles era de assombrar e vinha colocando o país em situação particularmente embaraçosa. Reunidos no Itamaraty os técnicos a quem a tarefa deveria ficar entregue,[547] foi fácil tornar-se de meridiana evidência que o remédio procurado estava, e só podia estar, na efetivação do Instituto Nacional de Estatística.
>
> Sobrevem então a nomeação do Presidente [Macedo Soares] e logo depois a instalação do Instituto no próprio palácio da Presidência da República, onde se instala a Junta Executiva Central, destinada a ser o órgão de movimentação inicial das atividades do novo organismo. Isto a 29 de maio de 1936, data áurea em que se inicia a evolução verdadeiramente orgânica da estatística brasileira. Data ainda não menos memorável no domínio do nosso direito constitucional, porque marcava o ponto de partida de uma jornada histórica em que se deveria processar a integração e a evolução de todo um sistema de serviços públicos – federal, estaduais e municipais, praticando-se, no eu máximo de virtualidade e alcance, o princípio novo de inter-conectação político-administrativa, que o art. 9º da Carta de Julho consagrara entre nós pela primeira vez.
>
> Implantada no terreno dos fatos a idéia informadora do Instituto, não tardou que revelasse maravilhosa fecundidade. O Instituto age, expende-se e consolida-se

[547] Os que então se reuniam compunham e (mais ainda depois) comporiam a Junta Executiva que daria curso à criação do INE (depois IBGE). Reuniam-se no Itamaraty sob o comando de Macedo Soares, o que levará à sua próxima indicação à presidência do Instituto.

> com rapidez impressionante, comprovando sua perfeita aptidão para a grande tarefa política e técnica que lhe fora confiada (SOARES, 1939, p. 98, grifo nosso).

Assim, antes de haver a convenção de estatística que deveria dar conteúdo ao Conselho (constituição e regulamentação), chave do novel sistema, instalava-se o Instituto Nacional de Estatística. A ele caberia, já instalado, convocar a convenção de estatística, e dela derivar o Conselho.



Macedo Soares, [s.d.]

Dá-se isso a 29 de maio de 1936,[548] com *Getúlio Vargas* dando posse a *Macedo Soares* (então Ministro das Relações Exteriores, e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e também da Academia Brasileira de Letras - ABL), na sua presidência. A propósito informa *Juarez Távora*:

> Fui, então, consultado pelo Dr. Luís Simões Lopes, se aceitaria sua presidência. Declinei do convite, embora o considerasse muito honroso, por achar-me, então, empenhado em habilitar-me, com cursos complementares indispensáveis (Aperfeiçoamento e Estado-Maior), para prosseguimento normal de minha carreira militar. O cargo veio a ser exercido, muito acertadamente, pelo Embaixador J. C. de Macedo Soares (TÁVORA, 1974, p. 97-98).[549]

A constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística só viriam em 17 de novembro de 1936, pelo Decreto nº 1.200,[550] onde, segundo *Macedo Soares*, "rigorosamente se consagravam as bases convencionalmente formuladas entre a União e suas Unidades Políticas". Decorreria essa regulação do Conselho das decisões havidas na Convenção Nacional de Estatística,[551] convocada pelo Decreto nº 946, de 7 de julho de 1936, com reuniões de 27 de julho a 11 de agosto, "quando todos os delegados" a assinam; e mais: "na mesma data é ratificada pelo Governo Federal [Decreto nº 1.022, de 11 de agosto de 1936] e, a seguir, por todos os Governos Regionais"(SOARES, 1939, p. 98). Agora, sim, o INE via CNE tinha todos os elementos de funcionamento; em parelha com *Macedo Soares*, *Teixeira de Freitas* é escolhido Secretário Geral do CNE.

---

548 Inexiste qualquer razão para essa data; seria por nela estar livre a agenda do Presidente da República?

549 Esta referência nos foi passada por Wilson Távora Maia.

550 Na sua íntegra, será analisado no próximo volume desta coleção.

551 Bulhões Carvalho, mesmo aposentado, estará presente, sendo o representante do Estado do Maranhão.

Pouco depois, pelo Decreto nº 1.527, de 24 de março de 1937, é criado o Conselho Brasileiro de Geografia, de imediato incorporado à estrutura do INE. Assim agindo, atendia-se a preceito da Convenção Nacional de Estatística, que visava de "maneira especial a um melhor conhecimento geográfico do Brasil", entre outras razões. Vejamos seu primeiro artigo:

> Art. 1º Fica instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e destinado a reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sobre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil no sentido de ativar uma cooperação geral pra um conhecimento melhor e sistematização do território pátrio.
>
> § 1º A cooperação dos serviços militares far-se-á sempre mediante aprovação dos respectivos Estados-Maiores; e a cooperação dos demais serviços oficiais obedecerá aos dispositivos regulamentares correspondentes; regulada a das instituições particulares por seus estatutos.
>
> § 2º Os serviços federais ficam obrigados a fornecer ao Conselho Brasileiro de Geografia um exemplar de cada livro, mapa ou outra qualquer publicação, referente a assuntos geográficos do Brasil, que não tenham caráter secreto, bem como a prestar a colaboração e as informações que forem solicitadas pelo Conselho, observadas as disposições regulamentares.

Dessa forma, ganhava *Teixeira de Freitas*, com sua incansável perseverança; e vencia a essência do boicotado Instituto Nacional de Estatística e Cartografia. E vencia também o vínculo da geografia e da estatística, tão realçado por *Teixeira de Freitas*, e por muitos outros antes dele. Os benefícios dessa associação seriam grandes, ao longo do tempo, dando ao IBGE uma ampla condição de trabalho.

A propósito, pelo Decreto-Lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938, surge a sigla IBGE, e muda a designação do Conselho Brasileiro de Geografia, que passa a ser Conselho Nacional de Geografia – CNG, par-a-par com o Conselho Nacional de Estatística – CNE. Era uma simples uniformização de designações, solicitada em resoluções pelos Conselhos reunidos em julho de 1937.

Desse ponto, voltemos àquela data: 29 de maio de 1936.

A tradição ibgeana repete, *ad nauseam*, que *Getúlio Vargas* ao dar posse a *Macedo Soares* na presidência do Instituto Nacional de Estatística, teria dito que dava ao novo Instituto, mostrando-lhe consideração, seu Ministro e sua ante-sala. À falta do texto, ficou a lenda, por sinal linda!, alinhando *Getúlio Vargas* à tradição estatística alimentada por alguns gaúchos notáveis: *Francisco Xavier Ferreira* (que, em 1822, dissera entender que as pessoas voltadas à elaboração das estatísticas deveriam ser de alto nível, trabalhando em "conferências", no próprio palácio de governo), *Antônio Manuel Corrêa da Câmara* (que, de 1845 a 1848, dirigirá o Arquivo Estatístico, criado pelo

então Conde de Caxias, tendo-o associado à presidência da província),[552] e, *last but not least, Júlio de Castilhos* (que, em dezembro de 1889, criará um serviço de estatística no Rio Grande do Sul, pondo-o sob sua imediata administração).

Empossado, discursa *Macedo Soares*,[553] agradecendo a investidura, que via como muito honrosa, pondo "em relevo o significado desta entidade, que, centralizando e articulando os serviços de estatística do País, lhes vai dar o máximo de eficiência", e segue discursando com propriedade:

> Não preciso, nesta reunião, em que se encontram os mais ilustres especialistas na matéria, encarecer o valor da estatística, nem relembrar o que representa como elemento de verificação do labor realizado, como bússola, para orientar os caminhos a seguir e, como sismógrafo, a fim de prever, na sua sensibilidade, os desvios e as oscilações dos fenômenos. Os trabalhos estatísticos tornaram-se assim elementos fundamentais na vida moderna.
>
> Entre nós, apesar de servidos por estudiosos e técnicos de alto merecimento, os serviços de estatística não lograram estimável desenvolvimento, porque têm sido quase que exclusivamente objetivos, poderemos dizer, de natureza jurídica ou fiscal. Entretanto, o conceito moderno da Estatística estende em muito o campo desta ciência que passou do fenômeno coletivo das massas às investigações de ordem econômica, financeira e social.

Segue o discurso de *Teixeira de Freitas*. A seu juízo, afirma, "o Instituto que se acaba de instalar, sob tão promissores auspícios, não é uma organização improvisada, de emergência ou de simples encenação", ao invés, representa claramente "a etapa final de formação e unificação da estatística brasileira". E prossegue, determinado:

> Nós outros – de profissão, estatísticos – trabalhávamos até este momento em condições menos propícias a que pudéssemos ter, todos, a consciência clara – clara e necessária – da bela e nobre missão social que nos compete, de responsabilidades tão altas perante os destinos da Pátria. Dispersos, desestimulados, tolhidos de todos os modos, com limitadíssimos meios de estudo, de trabalho e de eficiência, não tínhamos nenhum sentimento de grupo, nenhum espírito de solidariedade. Não possuíamos um órgão de orientação comum, de assistência técnica e moral, que nos levasse a um trabalho confiante no êxito e a uma convergência útil de esforços, no cumprimento dos nossos árduos deveres para com a Nação. Nossos apelos não eram ouvidos; nossas sugestões não eram examinadas; nossa dedicação não era amparada; nem muito menos estimulada; nossos desejos de aperfeiçoamento, de melhor orientação, de maior rendimento para o nosso esforço, não encontravam meios de ser atendidos, a não ser episodicamente, quando se nos deparavam dirigentes excepcionalmente esclarecidos e capazes de compreender-nos. Nem éramos a bem dizer uma classe, em embargo de serem os nossos trabalhos o fundamento indispensável a toda a obra de todos os governos. Mas agora a Nação nos faz justiça. Reconhece em termos categóricos a valia da nossa especialização; exalta o mérito dos nossos esforços; incita o nosso entusiasmo e a nossa dedicação; proporciona-nos meios de aprimoramento da nossa cultura profissional, ao mesmo tempo que nos assegura toda a assistência de que carecemos – técnica, moral, administrativa. Imprime um superior sentido político ao nosso esforço e faz-nos sentir de maneira iniludível que, quando

[552] Ver o capítulo 3 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

[553] A Memória Institucional do IBGE tem cópia do discurso.

> trabalhamos para tal ou tal entidade, em tal ou qual lugar, estamos trabalhando pra o Brasil, que espera o resultado do nosso labor e lhe dará valia, utilidade e apreço (FREITAS, 1992a, p. 106, grifo nosso).[554]

Elogia a decisão de subordinar diretamente o Instituto ao Chefe do Governo, relevando-lhe a necessária potência política, vale dizer, uma daquelas "medidas indispensáveis à eficiência de que se quer investir a estatística brasileira". Por fim, como parte daquele momento, rende honra a *Bulhões Carvalho*:

> E nós outros que o vamos movimentar, temos, pela nossa experiência, a convicção de que ele corresponderá aos seus fins. E quando não tivéssemos a consciência disso, poderíamos afirmá-lo, em confiança à inteligência e ao extraordinário senso profissional de Bulhões Carvalho, que com a autoridade eminentíssima de criador da estatística geral brasileira, de realizador do grande censo geral de 1920, de tratadista consagrado na matéria e de técnico de reputação mundial como membro vitalício que é do Instituto Internacional de Estatística, preconizou e ensaiou todas as realizações que o plano do nosso Instituto sistematizou.
>
> Os acordos inter-governamentais; o Conselho de Estatística; as delegações regionais e locais para inquéritos diretos; a especial franquia postal-telegráfica para os serviços estatísticos; a organização do Anuário Estatístico Brasileiro; o preparo das publicações especializadas de estatística e ainda das que são preparatórias ou complementares daquelas; a cartografia estatística; a colaboração dos serviços estatísticos na cartografia geográfica, na obra de vulgarização científica ou educativa e na publicidade informativa; as exposições de estatística; as conferências de estatística; a organização e o amparo da Associação Brasileira de Estatística; a criação da Revista Brasileira de Estatística; a colaboração do Brasil nas iniciativas internacionais ligadas à estatística; – tudo isto que é o principal no plano de organização ou de operação do Instituto, tudo também foi objeto de iniciativas, de realizações, de ensaios, de demonstrações, de apelos de Bulhões Carvalho. Logo, tal a força demonstrativa que os êxitos da exemplar e fecunda carreira de 30 anos de vida pública desse grande brasileiro dão a estas diretivas por ele praticadas ou lembradas, podemos bem ter como certo que o Instituto é precisamente o grande sistema que deve ser e não poderá falhar à sua missão. Esta é a fé inabalável dos estatísticos brasileiros, que vemos em Bulhões Carvalho, mestre querido de todos nós, nosso modelo, nosso guia, nosso oráculo.
>
> E os eminentes homens públicos que lançaram a iniciativa desta instituição, – Francisco Campos em primeiro lugar, apresentando ao Governo o seu primeiro esboço e provocando sobre este os primeiros pronunciamentos dos técnicos; Juarez Távora, depois, fazendo organizar por uma comissão inter-ministerial de especialistas o respectivo projeto de lei; Macedo Soares, por fim, que, como seu primeiro presidente lhe preparou a instalação e lhe vai dirigir os destinos, – mantenham sua confiança no generoso ideal que os moveu.
>
> Confie V. Excia., igualmente, Sr. Presidente, em que não se terá iludido quando acolheu com entusiasmo o plano do Instituto e lhe encaminhou a realização até esta expressiva e inesquecível solenidade (FREITAS, 1992a, p. 108-109, grifo nosso).[555]

[554] Consta também na Resolução nº 135 do CNE, de 21 de julho de 1937.

[555] Consta também na Resolução nº 135 do CNE, de 21 de julho de 1937.

Eis, então, os fatos. Na criação do INE, que logo seria o IBGE, *Teixeira de Freitas*, do alto dos ombros do gigante *Bulhões Carvalho*, foi a face do saber, e *Juarez Távora* foi a face do poder. Homens públicos inolvidáveis, sem dúvida nenhuma, glórias da trajetória estatística brasileira.

Perfis biográficos

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Juarez Távora, o apoio político por trás do IBGE

Para entender a criação do IBGE, necessariamente tem-se que passar pelo suporte político dado pelo então ministro da agricultura, Juarez do Nascimento Fernandes Távora. Tão logo assumiu a pasta, por convite de Getúlio Vargas, ele demonstrou interesse em criar um setor especializado em estatística da produção. E vai procurar exatamente alguém experiente, com notável saber no assunto: Teixeira de Freitas, então diretor de Estatística do Ministério da Educação e Saúde Pública. Germinava ali, na junção do saber e o poder, a idéia de um órgão estatístico ligado à presidência da República, que fosse exatamente o estuário dos conceitos de saber e poder fazer estatísticas.

Juarez nasceu em Jaguaribemirim (atual Jaguaribe), no Ceará, em 14 de janeiro de 1898. Era filho de Joaquim Antonio do Nascimento e de Clara Fernandes Távora do Nascimento, senhores da Fazenda Embargo. Ele recebeu este nome por sugestão de um de seus irmãos, admirador do presidente e libertador do México, Benito Juárez. Sua família descendia da nobreza portuguesa, mais especificamente do Marquês de Távora.

Fez as primeiras letras com sua mãe, iniciando sua vida escolar no Município de Estreito, em colégio de sua irmã. De lá, foi para Carangueja Novo, outro lugarejo cearense, para prosseguir com seus estudos na escola de seu tio. De lá, foi para Quixadá -CE, estudar no internato do Instituto Chaves. Veio para o Rio de Janeiro em 1911, junto com seus irmãos Ademar e Fernando, para cursar o ginásio no Colégio Pedro II, passando também, por curto período, em Juiz de Fora. Como o pai foi para Porto Alegre, lá ele estudou no Ginásio Júlio de Castilhos. Em 1915, voltou para o Rio, entrou para a Escola Politécnica, onde cursaria engenharia. Por conta de problemas financeiros, transferiu-se para a Escola Militar, saindo em 1919 como aspirante a oficial na arma de engenharia.

Em 1921, alcançou a patente de primeiro-tenente. Participou da revolta tenentista de 1922, se sublevando contra o presidente Epitacio Pessoa. A rebelião foi sufocada, com todos os seus integrantes sendo presos. Ironicamente, o presidente já tinha assinado a sua promoção a capitão, quando o movimento estourou. Aguardando o julgamento, ele soube que tanto ele quanto o irmão seriam condenados e expulsos do Exército. Decidiram sair do Rio para juntarem-se a outros militares descontentes e iniciarem nova rebelião, desta vez em São Paulo. Os rebeldes foram novamente rechaçados. Juarez consegue escapar e vai se juntar a Luiz Carlos Prestes na legendária Coluna Prestes que percorreu o País de Norte a Sul. Em 1930, adere à revolução que tiraria Washington Luiz do poder. Sua área de movimentação foi o Nordeste brasileiro.

Com a vitória do movimento chefiado por Getúlio Vargas, é convidado pelo novo presidente para a pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas. Ele não aceitou, alegando compromisso dos chefes militares de não ocuparem cargos no governo. Queriam que o movimento realizasse os objetivos

de renovação política a que se propunha e para isto Juarez e outros militares dariam a necessária sustentação. Acabou aceitando, provisoriamente, até que fosse nomeado, por sua indicação, José Américo de Almeida. Integrou o chamado "Gabinete Negro", reunido no Palácio Guanabara para definir os rumos revolucionários do Governo Provisório. Integrou o "Pacto de Poços de Caldas", reunido naquela cidade mineira para planejar medidas contra a possibilidade de crescimento do comunismo entre outras decisões. Aceitou o cargo de delegado militar do Norte e Nordeste, com influencia do Acre até a Bahia, sendo chamado pela imprensa de "vice-rei do Norte". Por esta ocasião, casou-se com sua prima Nair Távora, que lhe deu quatro filhos.

Lideranças civil e militar da região solicitaram ao presidente Vargas que promovesse Juarez a general. Getúlio concordou mas o próprio militar não aceitou, alegando não ter cumprido ainda os requisitos necessários para a patente.

Juarez Távora lutou ao lado do governo federal contra os revoltosos paulistas em 1932. Em seguida, foi escolhido como vice-presidente do 1º Congresso Nacional Revolucionário e ainda neste mesmo ano, aceitou assumir a pasta da Agricultura. Durante a sua gestão, criou vários órgãos com o intuito de aumentar a eficiência da máquina federal sob sua chefia. Entre vários, se destacam: o Instituto de Tecnologia, o Instituto do Açúcar e do Álcool, o Departamento Nacional de Produção Mineral, o Instituto de Biologia Animal e a Diretoria de Estatística e Publicidade. Além disto, teve a citada participação importante na criação do IBGE, juntamente com Teixeira de Freitas, um dos membros da equipe do ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. Juarez foi, inclusive sondado para ser o primeiro presidente do IBGE, ao qual ele declinou. O cargo foi, então, passado ao embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Depois de deixar, a pedido, o ministério da Agricultura, Juarez retomou sua carreira militar, participando, mais tarde, da criação da Força Expedicionária Brasileira. Com a deposição de Vargas, em 1945, lutou pela aglutinação das forças armadas em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes ao Catete. Durante a campanha, filiou-se à União Democrática Nacional - UDN e mesmo tendo apoiado o candidato perdedor, chegou ao generalato em 1947. Na eleição seguinte, manteve apoio ao candidato do seu partido, o mesmo Eduardo Gomes, que foi novamente derrotado, desta vez por Getúlio Vargas.

Durante a crise de 1954, teve destacada atuação, pressionando o presidente a renunciar em nome da tranqüilidade da Nação. Depois do desfecho da crise, com o suicídio de Vargas, jurou nunca mais se envolver em tentativas de corrigir pela força os erros ou omissões dos governantes. Com a posse do vice Café Filho, foi nomeado chefe do Gabinete Militar. Neste cargo recebeu a tarefa de coordenar e controlar as atividades de diversa autarquias ligadas à presidência da República, entre elas o IBGE.

Resolveu concorrer à presidência, em 1955, em chapa contra Juscelino Kubitschek, sendo derrotado por este. Em 1960, apoiou Jânio Quadros e, com a renúncia deste, defendeu a solução parlamentarista para o Brasil. Elegeu-se deputado federal em 1962 e, da Câmara, acompanhou toda a instabilidade política que levaria ao golpe militar que ocupou o país no dia primeiro de abril de 1964. Mantendo o seu juramento, não se envolveu no golpe, embora tenha feito discurso elogiando a tomado do poder pelos militares. Chegou a receber votos na eleição indireta, em que o Congresso escolheu Castelo Branco. Este o nomeou ministro da Viação e Obras Públicas, sendo este seu último cargo público. Com a posse do presidente-general seguinte, afastou-se, alegando razões de saúde. Faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1975.

Síntese
Linha do tempo

Revendo a moldura teórica

O Império fixara o desejo às estatísticas. A República seguirá naquela senda, tentando garantir suas produções. E o fizera sempre atentando fortemente à legislação (oficial ou oficiosa). Isso, tivera começo já no preceito constitucional que ordenava haver censo nos anos zero. A legislação ampliada e/ou reiterada seria a saída aos dilemas da peculiar natureza da elaboração estatística, à época.

Na elaboração das estatísticas, as fontes básicas, quase única, afora os censos, eram os registros administrativos, de posse, naturalmente, dos órgãos que os criara e que deles dependiam para administrarem; e o maior deles era, certamente, o Registro Civil (dos nascimentos, dos casamentos, dos falecimentos) sonhado no Império e executado na República. Os registros afetos a uma área temática (por exemplo, a agricultura, a polícia, a justiça, e outras) podia estar em várias de suas unidades (por exemplo, estações climáticas, delegacias de política, prisões, e outras), que poderiam estar em diferentes localidades (numa mesma cidade, ou, o que era mais comum, em várias cidades). Por isso, era muito difícil derivar-lhes estatísticas.

Era difícil a começar da duvidosa qualidade da maioria dos registros (seja na cobertura, seja nas inscrições neles existentes), e o era pela tarefa de acessá-los e manuseá-los para agregação. Isso dependia, geralmente, da boa vontade dos detentores dos mesmos, a quem se dava uma tarefa extra, além da sua rotina (por exemplo, os tabeliães, nos cartórios, além de fazerem os registros nos livros certos, na forma correta, deviam preencher algum formulário de agregação para atender à atividade estatística. Diante disso, era até natural que as negações fossem muitas, e fosse pouca a qualidade dos resultados; e isso crescia em gravidade na federação exacerbada (mais ainda depois de Campos Salles, com o pacto dos estados ou dos governadores).

Enfim, havia uma forte "deficiência de informações", por esse frágil acesso aos registros. Eis o dilema daquele período: como fazer as estatísticas sem as informações individualizadas? Como vencer as resistências dos detentores dos registros? Tentou-se a catequese, discursando-se a importância e a necessidade das estatísticas, na linha do Império; e novos passos foram ensaiados, discursando-se as caracterís-

ticas específicas e peculiares da elaboração das estatísticas; tentou-se acordos com os estados, como se apenas faltassem a declaração formalizada da importância e da necessidade das estatísticas; mas foram poucos os sucessos, quase nunca continuados e sistemáticos.

Tentou-se achegar aos registros, fazendo-se presente nos estados, vale dizer, a repartição estatística federal (DGE), chave formal do processo, fazendo-se representar (por delegados em delegacias) nos estados. Mas isso também não resolvia o problema, pois, em geral, faltava estrutura aos delegados para atuarem, ficando-se ainda na dependência da inexistente boa-vontade dos detentores dos registros. Tentou-se resolver a situação pela reforma da DGE (e houve várias reformas, de estrutura, de quadro de pessoal, de tabelas de remuneração), também sem sucesso. Nessas tentativas, não foram poucas as legislações promovidas, sempre tornadas inoperantes.

Fazia-se o que era possível, dadas tantas limitações. Nesse grande esforço humano, tendo à frente figuras valiosas, o consumo de energia era imenso, mas era mínima a iluminação. A oferta, dessa forma, era irregular, descontínua, assistemática, o que deveria, em princípio, incomodar a demanda. Mas, nem tanto assim, já que a demanda era obscura, seguindo a inércia, vale dizer, queriam-se as estatísticas da população brasileira, em si, e em sociedade, no território.

Tinha-se, assim, um retrato que ajudava a repensar a população, por exemplo, no que tange à saúde pública, ao combate às epidemias, no que tange à convocação militar, à segurança policial, entre outros pontos. E, de fato, a demografia tinha papel chave na atuação da repartição de estatística, pese as limitações do registro civil, precário em grande parte do país, e pese também as dificuldades de realizar-se os censos decenais, prescritos na constituição republicana. Mas não eram contínuas, e sim descritas, as ações sobre as pessoas; contínua era a condução da economia (com realce à questão da tributação), a demandar estatísticas, cuja produção decorriam das transações comerciais, feitas nas alfândegas, onde os registros eram rigorosos, e onde manuseá-los era competência de especialistas (afetos, desde havia muito, ao Ministério da Fazenda).

Por fim, vale voltar ao preceito constitucional de realização decenal dos censos. O de 1890 fora feito antes da constituição (que é de 1891), e cumpria decreto herdado do Império, seguindo de perto o de 1872 (primeiro do País, e único do Império); o momento não era propício a fazê-lo, dada a convulsão republicana, num país, até então, fortemente monárquico, sobremodo no inconsciente coletivo; seus resultados foram precários. O de 1900 fora o primeiro, de fato, republicano, introduzindo novidades operativas que serão desastrosas, e seus resultados serão pífios. Em 1910, não houve censo, por várias razões, em especial o desperdício de recursos públicos, dando conta que a *res publica*, então, era mais privada que pública. Em 1920, sim, às vésperas do Centenário da Independência, faz-se um grande censo, de fato geral, para além de populacional, também econômico. Em 1930, na conta da revolução de outubro que pôs fim à Primeira República, ou República Velha, de novo não houve censo. Portanto, sob a primeira constituição republicana, de quatro apenas dois censos foram feitos, e só um prestou; num triste balanço.

Em poucas palavras:

Ora, se fora fixado o desejo às estatísticas, se mais e mais se percebia sua importância e necessidade, por que essa situação? Por que não surgiam valores mais altos, dando um basta, e criando as condições de solução? Pela razão, primeiro, de vigorar uma federação exacerbada e, segundo, até por isso mesmo, por não haver um governo federal (central) atuante, forte. E é isso que muda no período seguinte, já sob o INE (logo IBGE), vale dizer, modifica-se a correlação de forças, os estados saindo do centro do palco, e entrando a potência do estado federal (nacional, central). De fato, o INE (logo IBGE), com algumas nuanças (algumas grandes), nada mais fazia do que emplacar tentativas anteriores, experiências fracassadas pela força da federação, agora plenas de sucesso pela força do estado central, que mandava e era obedecido. Sim, a partir de *Vargas* a descentralização republicana ganha freios e claros limites, dando condições de aparecer um órgão nacional (central) de estatística com capacidade normalizadora e sistematizadora. Em suma, o INE (logo IBGE) seria mais que a DGE, e seria melhor, num estado mais atuante, mas, o que muda mesmo, é o próprio estado nacional que não aceita não ter mando nos estados.

O INE (logo IBGE) surge, então, fazendo, em condições de sucesso, o que a DGE tentara fazer, sempre fracassando. Emerge o Conselho Nacional de Estatística (antes seria Superior), emergem as Convenções de Estatística (antes seriam Conferências), entre outros pontos. Não resta dúvidas que o sucesso do INE (logo IBGE) deveu-se à mudança na correlação das forças, entre os estados e o estado nacional, daí ser curioso chamar-se de federativo ao sistema estatística emergente. Mas isso é explicável, já que os registros administrativos (de posse dos estados) seguiam sendo as fontes básicas; então, o que o novo sistema fazia era não permitir a negação e a tergiversação dos detentores dos registros, ao contrário, impunha-lhes uma obrigação irrecusável; vale dizer, o novo sistema não centrava o manuseio aos registros, donde convivia com sua natureza federativa, razão do nome.

A dança das cadeiras:

No início, logo após o golpe republicano, a DGE esteve nas mãos de positivistas e de oportunistas (sem nenhum associação). Aliás, a recriação (ou restauração, como consta do decreto do Governo Provisório) da DGE foi feita pelo positivista *Aristides Lobo*, em sua rápida passagem pelo ministério. Seu primeiro diretor, *Timóteo da Costa* (em dois tempos) também o era; entre seus dois termos esteve, em breve passagem, *Medeiros de Albuquerque*, homem sério, egresso do Império, tendo sido diretor interino na DGE Imperial, na primeira ausência do titular *Manoel Francisco Corrêa*. O próprio *Timóteo da Costa* fará uma breve direção, em seus dois tempos; será substituído pelo, pasmem os leitores, *Raul Pompéia*, que também acumulava a direção da Biblioteca Nacional, sem nenhuma experiência na atividade estatística (aliás, fora *Medeiros e Albuquerque*, também *Timóteo da Costa* não trazia nenhuma experiência). Os três, mais ainda o terceiro, eram florianistas; *Raul Pompéia* o era exaltado.

Ao fim desses quatro anos, virão duas longas direções, de quase seis anos, cada uma: a de *Francisco Mendes da Rocha* e a de *João Sabino Damasceno*; nenhuma foi brilhante, e a segunda foi um fracasso. Suas escolhas são misteriosas, nada as justi-

ficando, aparentemente, a sugerir relações políticas, amizades a ministros, favores eleitorais. Sob *Mendes da Rocha* até se fez coisas de valor, como a criação da tipografia da estatística, mas, por suas decisões e indecisões, fracassou-se na realização do censo de 1900. Sob *Sabino Damasceno*, de quem pouco se sabe, a DGE viveu seus piores momentos de existência, pouco faltando para fechar as portas.

Ao fim de quase treze anos, virá *Bulhões Carvalho*, que havia muito militava na atividade estatística, médico que era, praticando a demografia sanitária. De 1907 a 1909, em sua primeira passagem, fará uma revolução na repartição de estatística, que fará história.[554] Em 1909, sentindo sem condições de continuar, incomodado pela politicagem "paz e amor" de *Nilo Peçanha*, será rendido no comando por *Francisco Bernardino*, político mineiro, só por isso habilitado ao cargo. Não será nada especial, mas saberá acercar-se de pessoas de valor, e dará ensejo a reformas e a estudos (alguns valiosos); e não fará o censo de 1910. Com sua queda, em 1915, volta *Bulhões Carvalho*, para ficar até a extinção da DGE, em 1931, numa gestão brilhante, atenta aos problemas e ainda mais na busca de soluções; sempre criativo, será um daqueles homens que na função daria adeus à disponibilidade, vale dizer, engajara-se de corpo e alma. E sob ele será feito o censo de 1920, e teria sido feito o de 1930, por certo, com igual brilho; um gigante, a oferecer seus ombros a outros.

Depois, já sob *Getúlio Vargas*, virá *Leo de Affonseca*, egresso das estatísticas comerciais do Ministério da Fazenda, vindo a chefiar o Departamento Nacional de Estatística, que sucedera à DGE; uma tosca aventura, sem consistência. Graças à sua atenção, e aos seus cuidados, promove-se à extinção do mesmo, num contexto que, numa sucessão de acasos felizes, sob o atenta percepção de *Teixeira de Freitas*, chega-se à criação do INE, depois IBGE (pelas mãos fortes de *Juarez Távora*).

Afora esses nomes de direção, tem-se os nomes de técnicos. Um deles, o brilhante *Teixeira de Freitas* também será direção. Mas houve também *José Marques de Oliveira*, que, entre outras coisas, coordenou as comissões de avaliação dos censos de 1890 e de 1900, e, sobretudo, *Oziel Bordeaux do Rego*, com sua dedicada criatividade e sua competente capacidade de elaborar relatório, de grande utilidade histórica. Outros nomes de valor, e não poucos, poderiam (e mesmo mereciam) ser mencionados, é claro.

554 "A nossa 'pré-história', no que diz respeito aos serviços estatísticos, pode ser considerada a época anterior a 1808. Daí, até 1871, o ano áureo em que foi criada a Diretoria Geral de Estatística, corre o período da 'história antiga'. A 'história média' vai de 1871 a 1907. Ao período decorrido de 1907 a 1936 (fase em que se forma fixando as diretrizes ora vigentes), poderemos chamar a nossa 'idade moderna'. De sorte que a 'história contemporânea', anunciada em 1934, abriu-se em 1936, ano de instalação do Instituto [INE depois IBGE], inaugurando a 'era normal' da estatística brasileira, cujas etapas se vão enumerando no fecho das Resoluções baixadas pelos nossos Conselhos dirigentes. 'Era normal' – dizemos bem – ,porque, na verdade, a partir de então o seu desenvolvimento ficou condicionado, de modo definitivo, por princípios orgânicos, que atendem plenamente às peculiaridades do país, à sua forma de governo e aos requisitos sugeridos pela experiência internacional" (FREITAS, 1992, p. 117-118).

História do Brasil		História das Estatísticas
1889-1891 **Governo Provisório: Deodoro da Fonseca**	**1889**	**c.1889-1898** **Expectativas restauradas** Timóteo da Costa, Medeiros e Albuquerque, Timóteo da Costa, Raul Pompéia
1891-1894 **Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto**	**1891**	
1894-1898 **Prudente de Morais**	**1894**	
1898-1902 **Campos Salles**	**1898**	**c.1898-c.1907** **Frustrações reiteradas** Francisco Mendes da Rocha, João Sabino Damasceno
1902-1906 **Rodrigues Alves**	**1902**	
1906-1910 **Afonso Penna e Nilo Peçanha**	**1906**	**c.1907-c.1915** **Expectativas frustradas** Bulhões Carvalho, Francisco Bernardino, Bulhões Carvalho
1910-1914 **Hermes da Fonseca**	**1910**	
1914-1918 **Wenceslau Bráz**	**1914**	**c.1915-c.1925** **Expectativas concretizadas** Bulhões Carvalho
1918-1922 **Rodrigues Alves, Delfim Moreira, Epitácio Pessoa**	**1918**	
1922-1926 **Arthur Bernardes**	**1922**	**c.1925-c.1930** **Expectativas irrealizadas** Bulhões Carvalho
1926-1930 **Washington Luís**	**1926**	
1930-1934 **Governo Provisório: Getúlio Vargas**	**1930**	**c.1930-c.1936** **Desordem e progresso** Leo de Affonseca Macedo Soares e Teixeira de Freitas (INE)
1934-1937 **Getúlio Vargas (Governo Constitucional)**	**1934** **1936**	
1937 **Getúlio Vargas (início do Estado Novo)**	**1938**	**1938 Surge a sigla IBGE** Macedo Soares, Teixeira de Freitas (CNE) e Christóvão Leite de Castro (CNG).

ANTES c.1889, início do período estudado

1851 (18 de junho)	Saem os Decretos nº 797 e nº 798 que mandavam, respectivamente, fazer o censo e implantar o registro civil. Presidia o Conselho de Ministro, José da Costa Carvalho, o Marquês de Monte Alegre.
1852 (29 de janeiro)	O Decreto nº 907 suspende a validade daqueles Decretos (797 e 798).
1870 (9 de setembro)	Sai a Lei nº 1.829 que manda fazer o censo (e que seria o primeiro do País) e cria a Diretoria Geral de Estatística; o seu Art. 2º mandava implantar o registro civil. Presidia o Conselho de Ministros Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí.
1871 (14 de janeiro)	Sai o Decreto nº 4.676 que regulamenta a recém-criada Diretoria Geral de Estatística. Presidia o Conselho de Ministros José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente.
1871 (30 de dezembro)	Sai o Decreto nº 4.856 que regulamenta o censo. Presidia o Conselho de Ministros, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.
1874 (25 de abril)	O Decerto nº 5.604 regula a execução do registro civil.
1877 (20 de outubro)	A Lei nº 2.792 adia o segundo Censo de 1880 a 1887.
1878	Sai a 2ª edição do livro "Traité théorique et pratique de statistique", de Maurice Block, que irá influenciar a demografia brasileira na República.
1884	Protótipo da máquina de apuração chamada de *Hollerith*, criada por Herman Hollerith, funcionário do Census Bureau americano.
1887 (20 de outubro)	A Lei nº 3.348 adia o segundo censo de 1887 a 1890 (o que será cumprido pela República).
1887	Na primeira reunião do ISI, em Roma, Neumann-Spallart, economista e estatístico austríaco, proferi palestra sobre a "medida das variações do estado econômico e social dos povos".
1881 (17 de dezembro)	Sai o Decreto nº 8.341 que reduz a seção a Diretoria Geral de Estatística.
1888 (7 de março)	Sai o Decreto nº 9.886 que regula o registro civil, a partir de primeiro de janeiro de 1889. E que estará vigendo na República.
1888 (13 de maio)	A Princesa Imperial Regente, D. Isabel, assina a lei que põe fim à escravidão no Brasil (Lei Aurea). João Alfredo Correia de Oliveira presidia o Conselho de Ministros.
1889 (junho)	Cai o gabinete João Alfredo (conservador). Tem início o gabinete Ouro Preto (liberal), o último da monarquia.

Expectativas restauradas: c.1889 – c.1898

[Cobre o Governo Provisório (1889-1891), e os governos Deodoro da Fonseca / Floriano Peixoto (1891-1894), Prudente de Morais (1894-1898)]

1889 (15 de novembro)	Golpe militar derruba o gabinete Ouro Preto, resultando na Proclamação da República no Brasil. Cai o Império. Tem início o Governo Provisório, chefiado por Deodoro da Fonseca (até 23 de fevereiro de 1891).
1889 (17 de novembro)	A Família Imperial parte para o exílio. O embarque é feito de madrugada, por medo dos novos dirigentes de reações populares de apreço ao velho Imperador (64 anos).
1889 (28 de novembro)	Morre na cidade do Porto, a Imperatriz D. Tereza Cristina (aos 67 anos), abalada com o exílio.
1889 (21 de dezembro)	No Rio Grande do Sul, sob influência de Júlio de Castilho, é criada uma repartição de estatística.
1890 (2 de janeiro)	Sai o Decreto nº 113D, restaurando e reorganizando a Diretoria Geral de Estatística, e mandando fazer-se o 2º censo. Aristides Lobo é o Ministro dos Negócios do Interior.
1890	O Governo Provisório recria a Inspetoria Geral de Higiene, onde há uma seção de demografia sanitária chefiada por Aureliano Portugal.
1890 (12 de abril)	Pelo Decreto nº 331, a Diretoria Geral de Estatística é reformada. Cesário Alvim é o Ministro dos Negócios do Interior.
1890 (12 de agosto)	Sai o Decreto nº 659 que regula o censo, a realizar-se em 31 de dezembro de 1890.
1890 (6 de setembro)	Sai o Decreto nº 722 que atribuía à Diretoria Geral de Estatística o acompanhamento das agregações dos registros civis.
1890 (31 de dezembro)	Sai o primero relatório da Diretoria Geral de Estatística, elaborado por Manoel Timóteo da Costa (1º diretor no período republicano). Tem início o segundo censo do País.
1891 (24 de fevereiro)	É promulgada a primeira constituição republicana.
1891 (26 de fevereiro)	Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto são eleitos Presidente e Vice-presidente da República.
1891 (25 de abril)	Timóteo da Costa deixa a direção da Diretoria Geral de Estatística (para ocupar a função de lente da Escola Politécnica); assume Joaquim José de Campos de Costa de Medeiros e Albuquerque (antigo diretor interino na Diretoria Geral de Estatística no Império).
1891 (23 de novembro)	Deodoro da Fonseca tenta fechar o Congresso Nacional, e fracassa. Renuncia, ficando Floriando Peixoto no comando (com o título de Vice-presidente).
1891 (novembro)	Primeira revolta da Armada, no contexto da tentativa de golpe de Deodoro da Fonseca.

1891 (3 de dezembro)	Timóteo da Costa reassume a direção da Diretoria Geral de Estatística.
1891 (5 de dezembro)	Morre em Paris (Hotel Bedford), o Imperador D. Pedro II (aos 66 anos); recebe da França honras de chefe de Estado.
1891	Sai o Anuário de Estatística Demógrafo-sanitária da cidade do Rio de Janeiro, organizado por Aureliano Portugal.
1891-1893	Aureliano Portugal e Hilário de Goveia polemizam na imprensa, sobre as condições sanitárias da capital federal. Bulhões Carvalho participa da polêmica.
1892 (16 de julho)	Saem os primeiros resultados do Censo de 1890, sobre a Comarca de Palmas, no Paraná, região em litígio com a Argentina (Questão de Palmas).
1892 (novembro)	A Diretoria Geral de Estatística passa à alçada do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.
1893 (22 de junho)	Timóteo da Costa deixa a direção da Diretoria Geral de Estatística; assume Raul Pompéia.
1893 (setembro) - 1895 (março)	Segunda revolta da Armada (Custódio de Melo e Saldanha da Gama).
1893-1894	Revolução Federalista (Silveira Martins; Júlio de Castilho; e outros).
1893-1897	Revolta de Canudos (Antônio Conselheiro).
1893	Bulhões Carvalho, médico-demografista, ingressa no quadro da Diretoria Sanitária (novo nome da Inspetoria Geral de Higiene).
1893	A República comparece à Exposição Universal (chamada de Colombiana) em homenagem à descoberta da América por Colombo, em Chicago. O pavilhão brasileiro é de Souza Aguiar.
1894	A Diretoria Sanitária torna-se o Instituto Sanitário Federal; Bulhões Carvalho chefia sua seção de demografia-sanitária.
1894 (junho)	Dá-se um acordo de cooperação administrativa entre a Diretoria Geral de Estatística (Raul Pompéia) e a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo (Teledo Piza).
1894 (agosto)	Raul Pompéia deixa a direção da Diretoria Geral de Estatística; assume Francisco Mendes da Rocha.
1894 (24 de dezembro)	A Lei nº 266 (orçamentária) oferece condições de criação de uma tipografia agregada à Diretoria Geral da Estatística.
1894-1898	Segundo quadriênio presidencial: Prudente de Morais.

1895 (outubro)	Comissão presidida por José Marques de Oliveira avalia o Censo de 1890, e o julga de qualidade discutível.
1895	Toledo Piza denuncia o acordo de cooperação administrativa entre a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo (que dirigia) e a Diretoria Geral de Estatística, tendo por inaceitável o tratamento recebido de Mendes da Rocha.
1895	Censo de 1890: sai o volume referido ao Distrito Federal.
1897 (24 de dezembro)	Sai o Decreto nº 2.763 que reduz a Diretoria Geral de Estatística.
1897 (27 de dezembro)	Sai o Decreto nº 1.768 que reforma o regulamento da Diretoria Geral de Estatística.
1897	O Instituto Sanitário Federal torna-se a Diretoria Geral de Saúde Pública, ainda com Bulhões Carvalho em seu quadro.
1898	Sai a 2ª edição italiana do "Manual de Estatística", de Filippo Virgilii; em 1908 sua 4ª edição (1906) será traduzida para o português pelo bibliotecário da Diretoria Geral de Estatística, Augusto Dias Carneiro.
1898	Censo de 1890: sai o volume referido ao Estado de Alagoas; e um volume com uma sinopse de resultados.
1898 (outubro)	Censo de 1890: sai um volume temático (outro sairá em 1901.

Frustrações reiteradas: c.1898 – c.1907

[Cobre os governos Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906), e entra no início do governo Afonso Penna / Nilo Peçanha (1906-1910)]

1898-1902	Terceiro quadriênio presidencial: Campos Salles.
1900 (31 de dezembro)	Tem início o terceiro censo do País (será usado o boletim individual e não a lista de família, já tradicional). É legislado por uma portaria, apenas uma simples portaria.
1901 (agosto)	Mendes da Rocha deixa a direção da Diretoria Geral de Estatística; assume João Sabino Damasceno.
1902-1906	Quarto quadriênio presidencial: Rodrigues Alves [Pereira Passos como prefeito reforma a capital federal].
1902	Sai a 1ª edição de "Os sertões" (sobre Canudos), de Euclides da Cunha.
1903	Oswaldo Cruz assume a Diretoria Geral de Saúde Pública, e mantém Bulhões Carvalho à frente da demografia-sanitária.
1904-1905	Revolta da Vacina: a população da capital federal revolta-se contra a vacinação obrigatória.
1904	A República comparece à Exposição Universal em Saint-Louis, também com pavilhão de Souza Aguiar (o futuro famoso Palácio Monroe, lá construído e de lá trazido para a capital federal). Santos Dumont fará sucesso nessa exposição.

1905-1906	Censo de 1900: sai uma sinopse de resultados (única publicação de resultados).
1906 (junho)	Pereira Passos manda fazer Censo no Rio de Janeiro. Sob o comando de Aureliano Portugal (na comissão censitária estavam, entre outros, Bulhões Carvalho e Félix Pacheco). É um sucesso.
1906-1910	Quinto quadriênio presidencial: Afonso Penna e Nilo Peçanha.
1906	Miguel Calmon du Pin e Almeida assume o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, e designa Bulhões Carvalho para a direção da Diretoria Geral de Estatística.
1907 (abril)	João Sabino Damasceno deixa a direção da Diretoria Geral de Estatística; assume José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho (saindo da Diretoria Geral de Saúde Pública).
1907 (abril)	Comissão presidida por José Marques de Oliveira avalia o Censo de 1900, e o julga de qualidade discutível.
1907	Em Bruxelas são publicadas as conferências de Camille Jacquart "Statistique et science sociale: aperçus généraux", de grande influência na demografia brasileira.
1908	Bulhões Carvalho reapura o censo de 1900 e faz uma retabulação de resultados (mas sem grande divulgação).

Expectativas frustradas: c.1907 – c.1915

[Cobre os governos Afonso Penna / Nilo Peçanha (1906-1910), Hermes da Fonseca (1910-1914), e entra no início do governo Wenceslau Bráz (1914-1918)]

1907 (26 de abril)	Bulhões Carvalho assume a direção da Diretoria Geral de Estatística; vem com enorme prestígio, e com provas de evidente capacidade administrativa.
1907 (5 de setembro)	Sai o Decreto nº 6.628 que reforma a Diretoria Geral de Estatística; a amplia sobremodo, em atribuições e em condições de trabalho. É criado um Conselho Superior de Estatística.
1907	Bulhões Carvalho promove pesquisa sobre a execução do Registro Civil, junto aos cartórios. Seus resultados serão tabulados e analisados por uma comissão em 1910.
1908 (2 de janeiro)	Sai o Decreto nº 1.850 que trazia a noção de obrigação na prestação de informações à Diretoria Geral de Estatística. E estimulava acordos de cooperação com os estados, muitos tendo sido feitos, mas sem quase nenhuma efetividade.
1908 (janeiro)	Tem lugar no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, a Exposição Comemorativa do Centenário à Abertura dos Portos. Para a ocasião a Diretoria Geral de Estatística prepara o "Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908", em português, francês e esperanto.

1908 (15 de junho)	Primeira reunião do Conselho Superior de Estatística; seu regimento minucioso é aprovado.
1908	Na tipografia da Diretoria Geral de Estatística é publicado o "Manual de Estatística", de Filippo Virgilii, em tradução do seu bibliotecário Augusto Dias Carneiro.
1908	Mário Augusto Teixeira de Freitas entra no quadro de pessoal da Diretoria Geral de Estatística.
1908	Tem início a trajetória "messiânica" de Padre Cícero (Padim Ciço), nos sertões do Ceará
1909 (14 de junho)	Morre Afonso Penna; assume o vice-presidente Nilo Peçanha, chamando sua política de "Paz e Amor" (esse refrão deixará marcas na Belle Époque tropical).
1909 (7 de julho)	Segunda e última reunião do Conselho Superior de Estatística; logo depois Bulhões Carvalho estaria deixando a direção da Diretoria Geral de Estatística.
1909 (12 de agosto)	Sai o Decreto nº 7.501 que formaliza a instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, do qual para a depender a Diretoria Geral de Estatística.
1909	Tem início os trabalhos de realização do Censo de 1910.
1909 (15 de dezembro)	Com a posse de Nilo Peçanha, Bulhões Carvalho deixa a direção da Diretoria Geral de Estatística (saindo com Miguel Calmon). Assume Francisco Bernardino, político mineiro de Juiz de Fora.
1910 (janeiro)	Comissão (Francisco Leão Alves Barbosa e Joaquim da Silva Rocha) nomeada por Francisco Bernardino analisa os números da pesquisa sobre o Registro Civil mandada fazer por Bulhões Carvalho. E propõem legislação de reforma do referido registro civil.
1910 (setembro)	Oziel Bordeaux Rego, competente funcionário da Diretoria Geral de Estatística, elabora e divulga o relatório "Parecer sobre as modificações a fazer no plano dos serviços e no quadro do pessoal da Diretoria Geral de Estatística", em atenção a pedido de Francisco Bernardino (só editado em 1921).
1910	A República comparece à Exposição Universal de Bruxelas.
1910	Prosseguem os trabalhos de realização do Censo de 1910, com gastos nunca antes vistos. Mas, ao fim e ao cabo o Censo não será feito.
1910 (31 de outubro)	Sai o Decreto nº 8.330 que reforma a Diretoria Geral de Estatística (primeira reforma sob Francisco Bernardino).
1910-1914	Sexto quadriênio presidencial: Hermes da Fonseca. (Pinheiro Machado é o mandarim da República).
1910(novembro/dezembro)	Os marinheiros sublevam vários navios da Armada contra os maus tratos físicos, é a chamada "Revolta da Chibata". João Cândido de Oliveira, o chamado "Almirante Negro", é o líder da revolta.

1911	A República compare à Exposição Universal de Roma/ Turim.
1911-1914	Guerra do Contestado, entre Paraná e Santa Catarina, com as figuras místicas dos "monges" José e João Maria.
1911 (outubro)	Relatório da comissão de reforma do registro civil é avaliado pelo jurista Manoel Coelho Rodrigues que propõe mudanças na legislação proposta. Seu relatório, com a proposta de legislação, é enviado ao Congresso Nacional, mas não será acatada senão em 1928.
1911 (16 de novembro)	Sai o Decreto nº 9.106 que reforma a Diretoria Geral de Estatística (segunda reforma sob Francisco Bernardino).

Expectativas concretizadas: c.1915 – c.1925

[Cobre os governos Wenceslau Bráz (1914-1918), Rodrigues Alves / Delfim Moreira / Epitácio Pessoa (1918-1922), e parte do governo Arthur Bernardes (1922-1926)]

1914-1918	Sétimo quadriênio presidencial: Wenceslau Bráz.
1915 (janeiro)	Bulhões Carvalho retorna à direção da Diretoria Geral de Estatística, a convite de Pandiá Calógeras.
1915 (fevereiro)	Sai o Decreto nº 11.476 que reforma a Diretoria Geral de Estatística.
1915 (setembro)	Pinheiro Machado, o mandarim da República, é assassinado no Rio de Janeiro a meio caminho de sua residência e do palácio de governo.
1916	Sai o vol. 1 (de 3), ano 1, do Anuário Estatístico do Brasil.
1917 (abril)	O Brasil entra na Primeira Guerra Mundial.
1917	Sai o vol. 2 (de 3), ano 1, do Anuário Estatístico do Brasil.
1917	A Diretoria de Estatística Comercial, do Ministério da Fazenda, adquire as máquinas de apuração Hollerith.
1918-1922	Oitavo quadriênio presidencial: Rodrigues Alves (que morre vítima da epidemia de febre espanhola), Delfim Moreira (vice-presidente, em exercício temporário), Epitácio Pessoa (eleito para cumprir o quadriênio presidencial)
1918	O Brasil é assolado pela epidemia de "febre espanhola" (que vitima Rodrigues Alves de novo eleito presidente da República).
1919	Tem início os trabalhos de realização do Censo de 1920.
1919	A imprensa tem papel chave na realização do Censo de 1920. João do Rio, famoso cronista, acadêmico consagrado, polemiza.

1919-1920	Tem início a legislação censitária, para o Censo de 1920; extremamente minuciosa.
1919-1920	Minuciosos regulamentos para a operação censitária são elaborados e oficializados por Bulhões Carvalho.
1919-1920	Delegados censitários são enviados aos estados; Teixeira de Freitas irá para Minas Gerais, onde ficará toda a década atuando na organização das estatísticas estaduais.
1920	Teixeira de Freitas elabora minucioso relatório sobre sua atuação em Minas Gerais, como delegado censitário.
1920	A Diretoria Geral de Estatística adquire as máquinas *Hollerith* para a apuração do Censo de 1920. Instruções são elaboradas.
1921	Morre em Paris, a Princesa Imperial D. Isabel (aos 75 anos). O banimento da Família Imperial havia sido revogado por Epitácio Pessoa, a partir de intensa campanha jornalística de Assis Chateaubriand.
1922	Morre em viagem ao Brasil, o Conde D'Eu (aos 80 anos). Participaria das comemorações do Centenário da Independência.
1922 (fevereiro)	Tem lugar em São Paulo a Semana de Arte Moderna, de grande importância para a cultura brasileira.
1922 (julho)	Revolta militar nas praias de Copacabana, "Os 18 do Forte". Início de uma série de revoltas tenentistas.
1922 (setembro)	É realizada, no Rio de Janeiro, a Exposição Comemorativa do Centenário da Independência. Um pavilhão é dedicado à estatística, apresentando os resultados do Censo de 1920, é o chamado Pavilhão da Ciência da Verdade (ainda hoje em pé, como Centro Cultura da Saúde (na Praça XV).
1922	Tem início a munumental divulgação dos resultados do Censo de 1920. Já para a Exposição Universal estarão disponíveis os volumes: 1(Introdução; e Anexos) e II (Distrito Federal).
1922-1926	Nono quadriênio presidencial: Arthur Bernardes.
1923	Revolução no Rio Grande do Sul, em oposição ao governo de Borges de Medeiros (já em quarta reeleição); Pacto das Pedras Altas, sob a liderança de Assis Brasil.
1924	Bulhões Carvalho quer reformar e fortalecer a Diretoria Geral do Censo, no rastro do sucesso do Censo de 1920.
1924	Revolução paulista contra o governo Arthur Bernardes; fracassa no intento maior, a derrubada do presidente.
1924-1925	Tem lugar a marcha da coluna Prestes (Miguel Costa – Prestes). Ao seu final, Luís Carlos Prestes adere ao comunismo.

Expectativas irrealizadas: c.1925 – c.1930

[Cobre parte do governo Arthur Bernardes (1922-1926), Washington Luís (1926-1930)]

1925 (setembro/outubro)	Bulhões Carvalho participa da XVI Reunião do International Statistical Institut, em Roma. Elabora relatório detalhado.
1926-1930	Décimo quadriênio presidencial: Washington Luís.
1927	Sai o vol. 3 (de 3), ano 1, do Anuário Estatístico do Brasil.
1927 (dezembro) / 1928 (janeiro)	Bulhões Carvalho participa da XVII Reunião do International Statistical Institut, no Cairo. Elabora relatório detalhado.
1929	Tem início os trabalhos de execução do Censo de 1930. Mas, ao fim e ao cabo, não será realizado.
1930 (janeiro)	Bulhões Carvalho faz conferência de propaganda censitária em Recife, sob o título "A cooperação dos estados para o aperfeiçoamento da estatística nacional".
1930 (janeiro/fevereiro)	Bulhões Carvalho faz conferência de propaganda censitária em Salvador, sob o título "O valor da estatística e sua evolução mundial"
1930 (junho)	João Pessoa, presidente da Paraíba, e candidato à vice-presidência derrotado, em chapa com Getúlio Vargas, é assinado, provocando movimento revolucionário que poria fim à Primeira República.
1930 (setembro/outubro)	Tem lugar o movimento revolucionário que derruba o governo de Washington Luís e leva ao poder Getúlio Vargas.
1930 (outubro)	Prevista a realização da 1ª Conferência de Estatística no Brasil. Não realizada por causa da Revolução de Outubro.
1930 (setembro/outubro)	Teixeira de Freitas elabora minuciosa comunicação a ser lida na 1ª Conferência de Estatística no Brasil. São suas 33 teses.

Desordem e progresso: c.1930 – c.1936

[Cobre o Governo Provisório (1930-1934), e parte do governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937)]

1930-1934	Governo Provisório: Getúlio Vargas.
1931 (janeiro)	Teixeira de Freitas assume a direção da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, sob o comando de Francisco Campos (o Chico Ciência)
1931 (4 de fevereiro)	Sai o Decreto nº 19.667 que cria o Departamento Nacional de Estatística, subordinado ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (sob o comando de Lindolfo Collor). É o resultado da fusão da Diretoria

	Geral de Estatística, afeta ao extinto Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e da Diretoria de Estatística Comercial, afeta ao Ministério da Fazenda. O Diretor desta última, Leo de Affonseca é chamado a dirigir a nova repartição.
1931 (22 de maio)	Em ofício a Teixeira de Freitas, seu chefe, Heitor Eló Alvim Pessoa , antigo chefe de seção na extinta Diretoria Geral de Estatística, sugere a elaboração de uma "Lei de Estatística"
1931 (31 de julho)	Teixeira de Freitas junto a Francisco Campos endossa a idéia da "Lei de Estatística". Recebe a incumbência de elabora um anteprojeto.
1931 (20 de dezembro)	Por inspiração de Teixeira de Freitas é celebrado o "Convênio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, para aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas". Tem início um experiência de cooperação administrativa.
1932 (5 de fevereiro)	Teixeira de Freitas em atenção a ordem do Ministro Francisco Campos elabora copiosa reflexão sobre a atividade estatística brasileira e esboça os elementos de uma "Lei de Estatística". Entre vários pontos, propõe a criação de um Instituto Nacional de Estatística e Cartografia.
1932 (18 de fevereiro)	Sai o Decreto nº 21.047 que regulava o Departamento Nacional de Estatística (um ano depois de sua criação). Em nada muda a concepção da antiga Diretoria Geral de Estatística; e não consegue efetivar a fusão das duas extintas repartições.
1932 (dezembro)	Juarez Távora assume o Ministério da Agricultura, e pede ajuda a Teixeira de Freitas para criar uma repartição de estatística no ministério. A repartição é criada em julho de 1933, sendo posta sob a chefia de Rafael Xavier (que recebera Bulhões Carvalho em Recife quando lá foi conferenciar em propaganda ao Censo de 1930, e que no governo Jânio Quadros será presidente do IBGE).
1933	Bulhões Carvalho publica o livro "Estatística: método e aplicação", manual teórico e prático (tendo por base suas vivências).
1933 (junho)	Juarez Távora recebe de Getúlio Vargas a missão de formar uma comissão para pensar a atividade estatística brasileira, e a reúne junto ao seu gabinete. Leo de Affonseca a preside e Teixeira de Freitas a secretaria e a inspira.; em outubro de 1933 divulga seu relatório, onde é proposta a criação do Instituto Nacional de Estatística. Juarez Távora apadrinha a idéia, e a leva a bom porto.
1934 (6 de julho)	Sai o Decreto nº 24.600 que extingue o Departamento Nacional de Estatística, criado em 1931.
1934 (6 de julho)	Sai o Decreto nº 24.609 que cria o Instituto Nacional de Estatítica. Juarez Távora será o primeiro ministro a assiná-lo, logo após Getúlio Vargas, em reconhecimento ao seu empenho.
1934 (16 de julho)	Nova constituição republicana.

1934-1937	Governo Constitucional: Getúlio Vargas.
1936 (29 de maio)	Getúlio Vargas dá posse a Macedo Soares na presidência do Instituto Nacional de Estatística. Juarez Távora fora convidado a assumir aquela presidência, mas preferiu seguir sua carreira militar. Em discurso na ocasião, Teixeira de Freitas exalta a figura de Bulhões Carvalho, e valoriza a atuação de Juarez Távora.
1936 (17 de novembro)	Sai o Decreto nº 1.200 que formaliza o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística, em seguida à aprovação da Convenção Nacional de Estatística (convocada pelo Decreto nº 946, de 7 de julho de 1936, e aprovada pelo Decreto nº 1.022, de 11 de agosto de 1936).

APÓS c. 1936, final do período estudado

1937 (10 de novembro)	Constituição do Estado Novo (golpe de Estado)
1937 (24 de (março)	Sai o Decreto nº 1.527 que cria o Conselho Brasileiro de Geografia, logo incorporado à estrutura do Instituto Nacional de Estatística.
1938 (26 de janeiro)	Sai o Decreto-lei nº 218 que muda o nome do Conselho Brasileiro de Geografia para Conselho Nacional de Geografia e o do Instituto Nacional de Estatística para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
1939	Bulhões Carvalho torna-se membro vitalício do International Statistical Institut.
1939	Bulhões Carvalho é declarado pelo Conselho Nacional de Estatística, do IBGE, "Fundador da Estatística Geral Brasileira"
1939	O Conselho Nacional de Estatística, do IBGE, manda inscrever nos seus Anais a Conferência proferida em Recife por Bulhões Carvalho.

Referências

Periódicos

ANNUARIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v.1-3, 1916-1927.

_____. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1917. v. 2. Economia e finanças.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1948. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL: resenha histórica. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 48 p.

BOLETIM da Intendência Municipal: publicado pela Diretoria Geral do Interior e Estatística. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, jan./mar. 1902.

BOLETIM da Intendência Municipal: publicado pela Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística (Primeira Sub-Diretoria). Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, jan./mar. 1906a.

_____. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, abr./jun. 1906b.

_____. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, jul./set. 1906c.

_____. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, out./dez. 1906d.

BOLETIM QUINZENAL DE ESTATÍSTICA DEMÓGRAFO-SANITÁRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [Prefeitura do Districto [sic] Federal], [19–?].

BRASIL-MÉDICO. Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, 22 out. 1893.

_____. Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, 1901.

A EXPOSIÇÃO de 1922. Rio de Janeiro, n. 13, 1922.

_____. Rio de Janeiro, n. 16, 1923.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, set. 1906.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, jun. 1906.

A NOITE. Rio de Janeiro, 29 set. 1919a. Ecos e novidades, p. 2.

_____. Rio de Janeiro, 4 out. 1919b. Ecos e novidades, p. 2.

_____. Rio de Janeiro, 9 out. 1919c. Ecos e novidades, p. 2-3.

_____. Rio de Janeiro, 10 out. 1919d. Ecos e novidades, p. 2.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 1906.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 1941.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro, p. 58, 31 jul. 1920.

A TARDE, Salvador,BA, 1930.

Documentos Oficiais

BRASIL. **Coleção das leis do Império do Brasil de 1850**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851a. Tomo XI, pt. 1.

_____. **Coleção das leis do Império do Brasil de 1851**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851b. Tomo XIV, pt. 2.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. **Anais da Câmara dos Deputados.** [S.l.: s.n.], 1914b.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Discursos pronunciados na manifestação de apreço promovida pelos funcionários da Diretoria Geral de Estatística e do Recenseamento, no dia 31 de dezembro de 1921, em homenagem ao Dr. Bulhões Carvalho**. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1922a.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Idades da população recenseada em 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1901a. 411 p.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Instruções aos delegados gerais e seccionais e às comissões censitárias, para o recenseamento geral da população, da agricultura e das indústrias a realizar-se em primeiro de setembro de 1920.** Aprovadas por Aviso n. 21, de 8 de março de 1920. Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1920d. 31p.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Ofício n. 5.200**, de 17 de setembro de 1896b. Documento disponível no Arquivo do Estado de São Paulo, lata ref. E04876.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Parecer sobre as modificações a fazer no plano dos serviços e no quadro do pessoal da Diretoria Geral de Estatística (por Oziel Bordeaux Rego)**. Rio de Janeiro: DGE, 1921a.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento da Cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906**. Rio de Janeiro: Officina de Estatística, 1907-1908.

_____. Diretoria Geral de Estatistica. **Recenseamento de 1920. Inquéritos econômico e demográfico, conferências de propaganda, realizadas em 13 e 30 de agosto, nos salões do Jornal do Commercio e da Bibliotheca Nacional pelo Dr. Bulhões Carvalho, Diretor Geral de estatística**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1920b. 38 p.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento de 1930. A cooperação dos estados para o aperfeiçoamento da estatística nacional. Conferência de propaganda realizada na capital do Estado de Pernambuco, em janeiro de 1930, pelo Dr. Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística**. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1930b.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922b. v. 1: Introdução: aspecto físico

do Brasil: geologia, flora e fauna, evolução do povo brasileiro, histórico dos inquéritos demográficos.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922c. v. 1: Anexos: Decretos, instruções e modelos das cadernetas e dos questionários para a execução do recenseamento.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1923b. Pt. 1. v. 2: População do Rio de Janeiro.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brazil, em 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892a. 175 p.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil, em 31 de dezembro de 1890**. Distrito Federal (Cidade do Rio de Janeiro) capital dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895a. 454 p.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento geral do Estado das Alagôas em 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898a. 481 p.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Regimento interno do Conselho Superior de Estatística, aprovado em sessão de 7 de julho de 1909.** Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1909b.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Registro Civil na República dos Estados Unidos do Brasil. Estudos subsidiários para a reforma, apresentados pela comissão ao Sr. Dr. Francisco Bernardino R. Silva, Diretor da Diretoria Geral de Estatística**. Rio de Janeiro: DGE, 1911b.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cezário Motta Júnior, Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo, Dr. Antônio de Toledo Piza, em 31 de julho de 1894.** Rio de Janeiro: Leuzinger, 1894a.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, pelo Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística.** Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1908a.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao Dr. João Pandiá Calógeras, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística.** Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1915.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística.** Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1916.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao Dr. Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística.** Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1921b.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística.** Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1923a.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística.** Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1925.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística.** Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas [Antônio Augusto da Silva], pelo Diretor Geral [João Sabino Damasceno]**, 1901, XIV da República. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1902b.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, [Lauro Severino Müller], pelo Diretor Geral [João Sabino Damasceno], 1902, décimo-quinto da República**. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1903c.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, [Lauro Severino Müller], pelo Diretor Geral [João Sabino Damasceno], 1903, décimo-sexto da República**. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1904b.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, Ministro de Estado dos Negócios do Interior, em maio de 1891**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Anexo E.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatórios apresentados ao Dr. Geminiano Lyra Castro, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística**. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1928.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatórios apresentados ao Dr. Geminiano Lyra Castro, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística**. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1930a.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório da DGE referente a 1922**. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1923c.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Relatório do ano de 1895 apresentado em 30 de setembro de 1896 ao cidadão Dr. Antônio Dino da Costa Bueno, Secretário dos Negócios do Interior do Estado de S. Paulo, pelo Dr. Antônio de Toledo Piza, Diretor**. São Paulo: [S.e.], 1896c.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898b. 447 p.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Sinopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1905b.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Sinopse do Recenseamento Geral do Estado de Alagoas, em 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898c.

_____. Diretoria Geral de Saúde Pública. **Contribuição para o estudo epidemiológico da febre amarela pelo Dr. Bulhões Carvalho, médico-demografista**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903b.

_____. Diretoria Geral de Saúde Pública. **Relatório apresentado a Sua Excia. o Sr. Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores pelo Diretor Geral de Saúde Pública**, **Oswaldo Gonçalves Cruz**, **1903**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1904c.

_____. Diretoria Geral de Saúde Pública. **Relatório sobre a salubridade da cidade do Rio de Janeiro em geral e a febre amarela em particular para subir à Augusta Presença de S. M. o Imperador, por seu reverente e respeitoso médico, Dr. Francisco de Paula Candido, presidente da Junta de Higiene Pública.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1853.

_____. Diretoria Sanitária. Relatório apresentado ao director do Instituto Sanitário Federal pelo demografista Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho em 15 de fevereiro de 1895. In: BRASIL. Diretoria Sanitária. **Relatório da Diretoria Sanitária ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr**. **Antonio Gonçalves Ferreira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895c. 1 v. em várias paginações.

_____. Diretoria Sanitária. **Relatório da Diretoria Sanitária ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr**. **Antonio Gonçalves Ferreira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895d. 1 v. em várias paginações.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da sétima legislatura pelo presidente da República Nilo Peçanha**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1910b.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da sexta legislatura pelo Presidente da República Affonso Augusto Moreira Penna**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1907.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da sexta legislatura pelo Presidente da República Affonso Augusto Moreira Penna**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1908b.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Registro civil brasileiro**. **Projeto de lei precedido de uma exposição de motivos, organizado por Manoel Coelho Rodrigues, do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, por ordem do Sr. Dr. Pedro de Toledo, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, e sob proposta do Exmo. Sr. Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, Diretor Geral do Serviço de Estatística.** Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Commercio, 1912b.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, no ano de 1910, vigésimo-segundo da República.** Rio de Janeiro: DGE, 1910a.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pedro de Toledo, no ano de 1911, vigésimo-terceiro da República.** Rio de Janeiro: DGE, 1911a.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pedro de Toledo, no ano de 1912, nonagésimo-primeiro da Independência e vigésimo-quarto da República.** Rio de Janeiro: DGE, 1912a.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pedro de Toledo, no ano de 1913, nonagésimo-segundo da Independência e vigésimo-quinto da República.** Rio de Janeiro: DGE, 1913.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiróz Vieira, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pedro de Toledo, no ano de 1914, nonagésimo-terceiro da Independência e vigésimo-sexto da República.** Rio de Janeiro: DGE, 1914a.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. João Gonçalves Pereira Lima, ano 1918**. Rio de Janeiro: [s.e.], [19–].

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes**. Rio de Janeiro: Villas-Boas & Co., 1920a.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes**. Rio de Janeiro: Villas-Boas & Co., 1921c.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 1922**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925a.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório apresentado ao Vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Ministro de Estado das Relações Exteriores em junho de 1893**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893a.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, no ano de 1893.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893b.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo engenheiro Antonio Olintho dos Santos Pires, Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, em maio de 1895, sétimo da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895b.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo general de brigada, Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, em maio de 1894, sexto da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo engenheiro Antonio Olintho dos Santos Pires, Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, em maio de 1896, oitavo da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896a.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Joaquim Murtinho, em maio de 1897, nono da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda, em maio de 1898, décimo da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898d.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Severino dos Santos Vieira, no ano de 1899, décimo-primeiro da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Alfredo Eugenio de Almeida Maia, no ano de 1900, décimo-segundo da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Alfredo Eugenio de Almeida Maia, no ano de 1901, décimo-terceiro da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901b.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Antonio Augusto da Silva, no ano de 1902, décimo-quarto da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902a.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller, no ano de 1903, décimo-quinto da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903a.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller, no ano de 1904, décimo-sexto da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904a.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller, no ano de 1905, décimo-sétimo da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905a.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios**

da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller, no ano de 1906, décimo-oitavo da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906a.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 1908, vigésimo da República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908c.

_____. Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 1909, vigésimo-primeiro da República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909a.

_____. Ministério dos Negócios do Império**. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima-sétima legislatura pelo Ministro e secretário de Estado interino dos Negócios do Império, conselheiro Barão Homem de Mello.**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

_____. Ministério dos Negócios do Império**. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima-oitava legislatura pelo Ministro e secretário de Estado interino dos Negócios do Império, conselheiro de Estado Manoel Pinto Souza Dantas**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882. Anexo 1.

_____. Ministério dos Negócios do Império**. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Barão de Mamoré**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

_____. Ministério dos Negócios do Império**. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Barão de Mamoré**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

_____. Ministério dos Negócios do Império**. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Antonio Ferreira Vianna**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

_____. Ministério dos Negócios do Império**. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima-nona legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império João Florentino Meira de Vasconcellos.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

_____. Ministério dos Negócios do Interior. **Relatório apresentado ao Vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Fernando Lobo Leite Pereira, Ministro de Estado dos Negócios do Interior, em abril de 1892.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892b.

IBGE. **Ofício, de 19 de setembro de 1933**. Documento disponível na Memória Institucional do IBGE, protocolo n. 00005/33.

_____. **Ofício, de 3 de julho de 1934**. Documento disponível na Memória Institucional do IBGE, protocolo n. 00005/33.

_____. **Relatório de 1937, apresentado pelo presidente do Instituto, Dr. José Carlos de Macedo Soares, ao Sr. Presidente da República**. Rio de Janeiro: IBGE, 1939b.

_____. **Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, n. 67 a 162, 1938 e 1939**. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1939a.

_____. **Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

_____. **Resoluções da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

SÃO PAULO. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1892**. São Paulo: Diário Oficial [do Estado de São Paulo], 1897.

_____. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 14 de julho de 1909**. **Assinada pelo Dr. M. J. Albuquerque Lins, Presidente do Estado de São Paulo.** São Paulo: Dupont e Comp., 1909.

_____. **Prontuário de legislação estadual de estatística**. São Paulo: Siqueira, 1944. v. 1: 1892 a 1943.

_____. **Relatório à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da província João Alfredo Corrêa de Oliveira – 1886**. São Paulo: Tipografia J. Seckler, 1886a.

_____. Repartição de Estatística e Arquivo Público. **Ofício da segunda seção da Repartição de Estatística e Arquivo de São Paulo**, [São Paulo: s.n.], [19–?]. Documento disponível no Arquivo do Estado de São Paulo, lata ref. C04743.

_____. Repartição de Estatística e Arquivo Público. **Ofício n° 911**, de 2 de setembro de 1895e. Documento disponível no Arquivo do Estado de São Paulo, lata ref. C07007.

_____. Repartição de Estatística e Arquivo Público. **Ofício n° 933**, de 24 de setembro de 1895. Documento disponível no Arquivo do Estado de São Paulo, lata ref. C07007.

_____. Repartição de Estatística e Arquivo Público. **Protocolo de correspondência da Repartição de Estatística e Arquivo Público de São Paulo, 1908.** [São Paulo: s.n.], 1908b. Documento disponível no Arquivo do Estado de São Paulo, lata ref. E01433.

_____. Repartição de Estatística e Arquivo Público**. Relatório dos trabalhos da segunda seção da Repartição de Estatística no ano de 1908**. Assinado por Alberto Souza. [São Paulo: s.n.], 1908a. Disponível no Arquivo do Estado de São Paulo, lata ref. 09956.

Literatura

A.A. Palestra. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 20 set. 1906.

ABRANCHES, Dunshe de (Comp.). **Actas e actos do governo provisório**. Introdução de Octaciano Nogueira. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. 402 p.

ACTOS da prefeitura. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 2, 13 ago. 1902.

ANDERSON, Margo J. **The american census**: a social history. New Haven: Yale University, c1988. 257 p.

ANDERSON, Margo J.; FIENBERG, Stephen E. **Who counts?**: the politics of census-taking in contemporary America. New York: Russel Sage Foundation, c1999. 319 p.

AS ATIVIDADES geográficas no Brasil. **O Observador Econômico e Financeiro**, ano 5, n. 54, jul. 1940.

BACKEUSER, Everardo. **Habitações populares**: relatório apresentado ao Exmo. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, o Sr. Dr. J. J. Seabra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

O BALANÇO do certame. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1923.

BALEEIRO, Aliomar (Org.). **Constituições brasileiras**: 1891. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2001. 121 p. (Constituições brasileiras, 2).

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República, de 1889 a 1930.** 3. ed. São Paulo: Fulgor, 1968.

BELLO, José Maria. **História da República, 1889-1954**: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 356 p.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: 1930-1983. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Forense-Universitária, 1984. 4 v.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. 328 p. (Biblioteca carioca, 11).

_____. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1: O tempo do liberalismo excludente. p. 231-286.

BESSON, Jean-Louis. A tentação do modo de usar. In: _____. (Org.). **A ilusão das estatísticas**. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995. 289 p. (Biblioteca básica).

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brazileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883-1902. 7 v.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOCK, Maurice. **Traité théorique et pratique de statistique**. 2éme éd. rev. Paris: Ghillaumin, 1886. 577 p.

BOLETIM commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908. 239 p.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **Morte na República**: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica: 1909-1915. Apresentação Arno Wehling; prefácio Orlando de Barros. Rio de Janeiro: IHGB, 2004. 292 p.

BRAUDEL, Fernand. As estruturas do cotidiano. In: _____. **Civilização material, economia e capitalismo:** séculos XV-XVIII. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 1.

BUENO, Eduardo. **Brasil**: uma história. São Paulo: Ática, 2003. 447 p.

BUENO, Eduardo. **Brasil:** uma história: a incrível saga de um país. São Paulo: Ática, 2002a. 447 p.

CABRAL, Sergio. **No tempo de almirante**: uma história do rádio e da MPB. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. 399 p.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. **Os números no país de Alice**: identidade nacional, pensamento racial e campo científico na estatística brasileira (1870-1914). 2005. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)-Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

A CAMINHO do centenário. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 3 maio 1920.

CARECEMOS de estatísticas! Um estado que facilita os trabalhos de recenseamento. Impressões de um delegado de estatística**. A Noite**, Rio de Janeiro, p. 1, 27 out. 1919.

CARVALHO, José Murilo de. No furacão da história. **Nossa História**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Vera Cruz, ano 1, n. 2, dez . 2003. Entrevista.

CARVALHO, José Luiz Sayão de Bulhões. **Aperçu sur les résultats du recensement réalisé au Brésil em septembre 1920; population, agriculture, industrie.** Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1925. 50 p.

_____. Carta aberta ao Prof. Hilário de Gouveia. **Brasil-Médico**, Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, 15 jun. 1901.

_____. **Contribuição para o estudo epidemiológico da febre amarella.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. 27 p.

_____. **Estatística**: methodo e applicação. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1933. 603 p.

_____. Estatistica dos tarados do Brazil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro. **Actas e trabalhos**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1929. p. 225-263.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987. 196 p.

_____. **A construção da ordem**: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. 436 p.

_____. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, v. 2. Cap. 5.

_____. **A formação das almas.** O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

_____. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. 457 p.

_____. As proclamações da República. **Ciência Hoje**, São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Criança, v. 10, n. 59, p. 27-33, nov. 1989.

CARVALHO, José Murilo de. No furacão da história. **Nossa História,** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Vera Cruz, ano 1, n. 2, dez. 2003. Entrevista.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares**: Rio de Janeiro (1886-1906). 1980. 90 f. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980.

_____. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906. In: ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920. 2. ed. Rio de Janeiro: Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995. (Biblioteca Carioca, v.1. Publicação científica). Originalmente apresentada como dissertação de mestrado.

CARVALHO, Ney. **O encilhamento:** anatomia de uma bolha brasileira. Rio de Janeiro: São Paulo: CNB; BOVESPA, 2004. 205 p.

O CENTENÁRIO. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 13 ago. 1920.

_____. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 27 jan. 1920.

CENTENÁRIO da independência. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 5, 17 set. 1919.

O CENTENÁRIO do Brasil. **Revista Careta**, Rio de Janeiro, 4 mar. 1922. Looping the loop, p. 17.

CHATEAUBRIAND, Francisco de Assis. A revogação do banimento. **Correio da Manhã,** Rio de Janeiro, p. 2, 6 abr. 1920.

CHRONICA e notcia [sic]. **Brasil-Médico**, Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, 8 nov. 1893.

CINTRA, Assis. **Correio da Manhã,** Rio de Janeiro, p. 1, 18 ago. 1920.

CIVITAS luminis. **A Exposição de 1922,** Rio de Janeiro, n. 16, 1923.

THE CONSTITUTION of the united states. Disponível em: : <http://usinfo.state.gov/usa/infousa/facts/funddocs/consteng.htm>. Acesso em: 6 out. 2004.

CORRÊA, Viriato. Recenseamento. **Gazeta de Notícias,** Rio de Janeiro, p. 4, 22 set. 1906.

A CRUZADA censitária. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 17 mar. 1920.

CUNHA, Euclydes da. **Os sertões:** a campanha de Canudos. 39. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000. 654 p.

OS DADOS do recenseamento de 1900. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1906.

DA TABULAÇÃO à tecnologia da informação: 80 anos de desenvolvimento tecnológico, 80 anos de IBM Brasil. Rio de Janeiro: IBM, Memória Brasil, 1997. 151 p.

DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal. Notas sobre a relação entre o estado e a sociedade brasileira na produção e disseminação de informações em saúde pública. **Informare**: cadernos do programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Comunicação. v. 2, n. 1, 1996.

DESDE 1872 não temos um recenseamento bem feito!. **A noite**, Rio de Janeiro, p. 1, 26 set. 1919.

DESROSIERES, Alan. **Du singulier au general:** l'information statistique et la construction de l'Etat. Conferência proferida na Confest e Confege, RJ, IBGE, 1996.

EDITORIAES. **Brasil-Médico**, Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, p. 11-12, 5 jan. 1924.

EM TORNO do recenseamento. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 4 set. 1920, p. 3.

ESTEVES, Albino (Org.). **Diretoria Geral de Estatística**: apontamentos históricos e extratos: 1890-1907. Rio de Janeiro: IBGE, 1941. v. 3, t. 1.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aum., 23. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

FERREIRA NETO, Edgard Leite. **O improviso da civilização:** a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX. 1989. 175 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.) **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1: O tempo do liberalismo excludente. p. 45-88.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 295 p. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, 7).

FOUCAULT, Michel. La 'governamentalité'. In: _____. **Dits et écrits**: 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994a. v. 3: 1976-1979. (Bibliothèque des sciences humaines).

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves**: apogeu e declínio do presidencialismo. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 v.

FREIRE, Gilberto. **Informação, comunicação e cartão postal**. Recife: Massangana, 1981. 5 p.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Algumas novas diretivas para o desenvolvimento da estatística brasileira. In: _____. **Teixeira de Freitas**: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1990b. (Documentos para Disseminação). p. 21-74.

_____. Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira. In: _____. **Teixeira de Freitas**: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. (Documentos para Disseminação). p. 113-128.

_____. Discurso proferido no ato de instalação do Instituto, em 29 de maio de 1936. In: _____. **Teixeira de Freitas**: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1992a. p. 101-110.

_____. **O recenseamento de 1920 em Minas Gerais:** relatório apresentado ao Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística, pelo Delegado Geral no Estado de Minas Gerais, Dr. Mario Augusto Teixeira de Freitas. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística, 1939. 62 p.

_____. Os serviços de estatística do Estado de Minas Gerais. In: _____. **Teixeira de Freitas**: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1990a. (Documentos para Disseminação). p. 75-100.

_____. **Teixeira de Freitas:** pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 140 p. (Documentos para Disseminação).

GALVÃO, Rodolpho. Higiene pública. **Brasil-Médico**, Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, 22 abr. 1894.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras. 1999. 281 p.

GOUVEIA, Hilário de. A mortalidade pela tuberculose no Rio de Janeiro. In: POPULAÇÃO. Rio de Janeiro, 1799-1900. [Rio de Janeiro: s.n., 19–?]. Edição manuscrita, contendo vários documentos, presumivelmente escritos no Rio de Janeiro, em data posterior a 1901.

_____. Sobre o papel dos mosquitos na propagação das moléstias tropicais. **Brasil-Médico**, Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, p. 209-210, 1º jun. 1901.

GUEDES, Mario. Notas econômicas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1923, p. 2.

HACKING, Ian. **The taming of chance**. Cambridge: Cambridge University, 1995. 264 p.

HAMBLOCH, Ernest. **Sua majestade o presidente do Brasil:** um estudo do Brasil constitucional (1889-1934). Apresentação de José Honório Rodrigues; tradução de Leda Boechat Rodrigues. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. 272 p. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 291 p.

INDEPENDÊNCIA política do Brasil. **A Exposição de 1922,** Rio de Janeiro, p. 27, 1º jul. 1922.

INÍCIO da propaganda do censo: conferências em recife e Salvador. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 2, 13-14 de janeiro de 1930.

JACQUART, Camille. **Statistique et science sociale:** aperçus généraux. Bruxelles: Dexlée, de Brouwer, 1907. 120 p.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000a. 438 p. (Biblioteca básica).

_____. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas:** a memória dos livros no ocidente. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000b. 351 p.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. [Lisboa, Portugal]: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.

LEGOYT, Alfred. Statistique. In: DECHAMBRE, A. **Dictionnaire encyclopédique des sciences médicales**. 3éme. éd. Paris: Masson, 1879. v. 2.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. 235 p.

_____. A invenção da república no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Prefaciado por Raphael de Almeida Magalhães. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 11-60.

LIMA, Benjamim. Heroísmo consciente. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 3-4 fev. 1930.

LIMA, Nisia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil: FIOCRUZ, 1996.

LLOSA, Mario Vargas. **A guerra do fim do mundo:** a saga de Antônio Conselheiro na maior aventura literária de nosso tempo. Tradução de Remy Gorga. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 553 p.

LOBATO FILHO, João Bernardo. **A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha**: contribuição para a história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992. 127 p.

LOBO, Aristides. Acontecimento único: Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889. **Diário popular de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: : <www.irdeb.ba.gov.br/ bahiahistoriadocaristideslobo.htm>. Acesso em: 12 ago. 2004.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro:** do capital comercial ao capital industrial financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 2 v.

LOPES, Oscar. Città morta. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 18 jul. 1923.

LOUCOS e dementes: prova-se que os subúrbios não são os maiores fornecedores de doentes. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1923, p. 3.

NUNES, Everardo Duarte. Sobre a História da Saúde Pública: idéias e autores. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, v. 5, n. 2, 2000.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Rui:** o homem e o mito. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 439 p. (Retratos do Brasil, 27).

MÁRAI, Sandor. **Veredicto em Canudos**. Tradução de Paulo Schiller. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 159 p.

MEDINA, Sinval. **A faca e o mandarim**. São Paulo: A Girafa, 2004.

MENDONÇA, Curvêllo de. O recenseamento e a crise de habitação. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 20 set. 1906.

MENSAGEM ao Conselho Municipal lida na sessão de primeiro de setembro de 1903. _____. **boletim da Intendência Municipal:** publicado pela Diretoria Geral do Interior e Estatística. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, jan./mar. 1903.

MIRANDA, Pontes de. Os fundamentos do espírito brasileiro. **A Exposição de 1922**, Rio de Janeiro, jul. 1922.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas: CPDOC, c1992. 129 p.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília, DF: Paralelo 15, c2004. 337 p.

NEUMANN-SPALLART, Frances Xavier Ritter von. Medida das variações do estado econômico e social dos povos. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 38, p. 230-235, abr./jun. 1949.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1: O tempo do liberalismo excludente. p. 13-44.

NUNES, Edson de Oliveira. **A divisão do trabalho e a rotina da pesquisa**. 1977. 135 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1977.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasileiense; [Brasília, DF]: Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira: MCT/CNPq, 1990. 208 p.

OURO PRETO, Visconde de et. al. **Década republicana**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Ed. da UnB: Instituto Nacional do Livro, c1986. 2 v.

PASSOS, Francisco Pereira. Recenseamento do Districto Federal [sic]. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 15 set. 1906.

PEREIRA, Celso das Mercês. Origem e alguns aspectos legais do registro civil. **Boletim Demográfico,** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 13, n. 2, 1982.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **As barricadas da saúde**: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 126 p.

PEREIRA, Merval. A língua do poder. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 5, 29 jun. 2003.

PESSOA, H. E. Alvim. A cooperação disciplinada e os recentes progressos da estatística no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 86-99, jan./mar. 1940.

A POPULAÇÃO da capital. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 4, 11 out. 1919.

POPULAÇÃO da cidade do Rio de Janeiro (sessão em 27 de junho de 1901). **Revista Brasil-Médico**, Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, 8 jul. 1901.

PORTUGAL, Aureliano Gonçalves de Souza. **Annuario de estatística demógrapho sanitária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. 1 v.

_____. **A mortalidade pela tuberculose no Rio de Janeiro**. [Rio de Janeiro: s. n.], 1903. [37] p.

_____. O recenseamento de 1900 julgado pela estatística. IN: POPULAÇÃO. Rio de Janeiro, 1799-1900. [Rio de Janeiro: s.n., 19–?]. Edição manuscrita, contendo vários documentos, presumivelmente escritos no Rio de Janeiro, em data posterior a 1901.

PROJETOS para o centenário. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 3 jun. 1920.

PROPAGANDA do recenseamento. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 4, 14 ago. 1920.

O PRÓXIMO inquérito censitário. Ecos das atividades que desenvolve na Bahia, o Sr. Bulhões Carvalho. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 5, 1º fev. 1930.

QUANTOS somos nós?. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 18 set. 1906a.

QUANTOS somos nós? Um cálculo. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 6, 23 set. 1906b.

RAPPORT des travaux des réunions plénaires du Congrés International de Statistique, 1853-1876. Madrid: Instituto Nacional de Estadística de España, 1983. 341 p.

O RECENSEAMENTO. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 4, 13 ago. 1920c.

_____. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 4, 21 ago. 1920d.

_____. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 3, 31 ago. 1920e.

_____. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 4, 22 jul. 1920f.

_____. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1 set. 1920h. Gazetilha, p. 2.

_____. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 4 set. 1906a.

_____. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 21 set. 1906c

_____. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 2 jun. 1919b.

_____. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 16 ago. 1920.

_____. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 14 jan. 1920a.

_____. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 jan. 1920b.

_____. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 3 ago. 1919c.

RECENSEAMENTO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 20 set. 1906d.

_____. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 4, 28 ago. 1920g.

_____. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 18 set. 1906b.

_____. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 12 set. 1919a.

RECENSEAMENTO da população. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 27 set. 1919.

O RECENSEAMENTO de 1900. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1906.

O RECENSEAMENTO de 1920. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 3, 21 jul. 1920b.

RECENSEAMENTO do Distrito Federal. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 2, 22 jun. 1906.

O RECENSEAMENTO e a atitude do clero brasileiro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 1 ago. 1920a.

O RECENSEAMENTO e os adidos. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 3, 26 set. 1919.

REGO, Pedro da Costa. O centenário. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 5 jun. 1920.

RETROSPECTO scientifico: a medicina no limiar do século. **Brasil-Médico**, Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, p. 4, 1 jan. 1901.

O RIO não tem um milhão de habitantes!. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 2, 15 out. 1919.

RIOS, Sebastião. Um formigueiro: a vila Ruy Barbosa". **O Paiz**, Rio de Janeiro, 1° jan. 1906.

ROSE, Julie K. **A History of the Fair**. Disponível em: <http://xroads.virginia.edu/ ~MA96/WCE/history.html>. Acesso em: 15 mar. 2005.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. Tradução Marcos Fernandes da Silva Moreira com a colaboração de José Ruben de Alcantara Bonfim. São Paulo: Ed. da Unesp: Hucitec, 1994. 423 p.

SALIBA, Elias Thomé. Belle époque tropical. **História Viva**, São Paulo, ano 2, n. 13, p. 80-84, nov. 2004.

SAMPAIO, Consuelo Novais (Org.). **Canudos**: cartas para o barão. São Paulo: EDUSP, 1999. 262 p.

SANTOS, Marco Aurelio Martins. **Pátria de questionário**: o clamor dos tipos quando o Brasil fez 100 anos. 2004. Dissertação (Mestrado)-Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2004.

SENRA, Nelson de Castro. E o censo não contou (1851-52). In: _____. **História das estatísticas brasileiras.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 1, cap. 5.

_____. Exposições universais e nacionais: corografias, almanaques, anuários, mapas, atlas. Moreau de Jonnés. In: _____. **História das estatísticas brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. v. 1, cap. 7.

_____. Governamentalidade, a invenção política das estatísticas. **Informare**: cadernos do programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ECO, v. 2, n. 1, p. 88-95, jan./jun. 1996.

_____. **O saber e o poder das estatísticas**: uma história das relações dos estaticistas com os estados nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

SETE de setembro. **A Exposição de 1922**, Rio de Janeiro, p. 3, set. 1922.

SILVA, Antonio Augusto Ferreira da. **Estudos de demographia sanitária durante 34 annos.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 165 p.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1870. Anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Geral na abertura da segunda sessão da décima-quarta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 328 p.

SOARES, José Carlos de Macedo. Atividade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 95-103, jan. 1939.

SZMRECSANYI, Maria Irene de Q. F. **A americanização da cidade brasileira**: a substituição de modelos urbanísticos em São Paulo no Século 20. Disponível em: <http:// www.eh.net/ XIIICongress/cd/papers/41deQ.F.Szmrecsanyi12.pdf]. Acesso em: 2 fev. 2005.

TAUNAY, Alfredo de Escragnolle, Visconde de. **O encilhamento**: cenas contemporâneas da bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971. 247 p.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o rádio não contou**: do galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo. São Paulo: Negócio, 1997. 312 p.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974. v. 2: A caminhada no altiplano. (Documentos brasileiros, 156).

TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. A secularização do registro dos eventos vitais no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População,** Campinas, SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 10, n. 1/2, 1993.

30 MIL CONTOS SÓ!. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 3, 11 dez. 1919.

TUFTE, Edward R. **The visual display of quantitative information**. Chesshire, Connecticut: Graphic, c1983. 197 p.

O VALOR da estatística. **A Tarde**, Salvador, BA, p. 2, 28 jan. 1930.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. **Castilhismo**: uma filosofia da república. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. 249 p. (Brasil 500 anos).

VIRGILII, Filippo. **Manual de estatística**. 4. ed. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1908. 172 p.

Anexo
lista de imagens

Introdução ao volume

A Pátria, [s.d.]
Pedro Bruno
Museu da República
In: Bueno, Eduardo. Brasil: uma história. Rio de Janeiro: Ática, 2003. p. 230.
pág. 49

Benjamin Constant, [s.d.]
Décio Rodrigues Villares
Museu da República
In: Bueno, Eduardo. Brasil: uma história.
Rio de Janeiro: Ática, 2003. p. 230.
pág. 51

Aristides Lobo, [s.d.]
In: Sena, Ernesto. Deodoro: subsídios para a história. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. p. 148.
pág. 52

Quintino Bocaiúva, [s.d.]
Távola
Museu Republicano
In: Bueno, Eduardo. Brasil: uma história.
Rio de Janeiro: Ática, 2003. p. 230.
pág.53

Praça XV de novembro, 1893
Facchinetto
Óleo sobre cartão, 13 x 18,5 cm
Coleção Fadel (cat. p. 135)
pág. 55

Mapa da América do Sul, [s.d.]
In: Homem de Mello, Francisco Inácio Marcondes. Atlas do Brasil.
Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1907.
pág. 57

Capitulo 1

Quadro do Ministério composto por Deodoro, Rio de Janeiro, RJ, [19–]
Raul Pompéia
Museu da República
In: Bueno, Eduardo. Brasil: uma história. Rio de Janeiro: Ática, 2003. p. 230.
pág. 67

Imperador Pedro II na câmara ardente, em Paris, 1891
Foto, p&b, 38 x 30 cm
02/FOT 449.1
Arquivo Nacional
pág. 68

Manoel Francisco Corrêa, [s. d.]
Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 16, p. 679, 1943.
pág. 71

Manoel Timóteo da Costa, [s.d.]
Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 13, p. 99, jan./mar. 1943.
pág. 75

Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros Albuquerque, [s.d.]
Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 9, p. 125, jan./mar. 1942.
pág. 75

Deodoro da Fonseca, [s.d.]
In: Sena, Ernesto. Deodoro: subsídios para a história. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. Capa
pág. 77

Retrato dos Constituintes de 1891, 1892
Alves Ferreira
Foto, p&b , 23 x 18 cm
02/Fot 461.1
Arquivo Nacional
pág. 78

Capítulo 2

Ruy Barbosa, em 1889.
Foto de Photographia Americana, Rio de Janeiro
Fundação Casa de Rui Barbosa/Arquivo
pág. 83

Superfície, população, e densidade do Brasil em 1912 com crescimento
médio anual de 1872 a 1912.
In: Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: DGE, 1916-1927. v. 1: Território e População.
pág. 85

Folha de rosto de Chronica de rebellião praieira em 1848 e 1849 de Jeronimo Martiniano Figueira de Mello,
Rio de Janeiro, 1850.
pág. 87

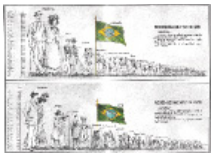
José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre, [s.d.].
pág. 87

Nacionalidade dos imigrantes entrados nos portos do Brasil de 1820-1907
In: Bulletin Commemoratif de l'Exposition National de 1908.
Rio de Janeiro: DGE, 1909.
pág. 89

Capítulo 3

Deodoro entrega a bandeira da República à Nação brasileira, [s.d.]
Fundação Maria Luísa e Oscar Americano
In: Bueno, Eduardo. Brasil: uma história.
Rio de Janeiro: Ática, 2003. p. 230.
pág. 95

Coeficientes da população do Brasil em 1890, segundo a nacionalidade.
Quadro por J.M. de Araripe Macedo (cartógrafo da DGE).
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, [1926].
Pt. 1, v. 6: População.
pág. 103



Recenseamento de 1890
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 105

Ruas, prédios monumentos da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, [189-]
Vista do alto do Corcovado
Foto, p&b , 18 x 9 cm
AN 02/ Fot 444. 40
pág. 106

Vista de Sabará, MG, [188-]
Grimm
Óleo sobre tela. 57 x 98,5 cm.
Coleção Fadel (cat. p. 92)
pág. 107

Folha de rosto da tabela de censo, 1890
pág. 108

Tabela de analfabetismo, censo, 1890
pág. 109

Raul Pompéia, [s.d.]
Disponível em: < http://fotoslambe-lambe.blogspot.com>
Acesso em: 2006
pág. 112

Francisco Mendes da Rocha, [s.d.]
Acervo da família
pág. 112

Floriano Peixoto, [s.d.]
Almeida Júnior
Museu Paulista
In: Bueno, Eduardo. Brasil: uma história. Rio de Janeiro: Ática, 2003. p. 230.
pág. 114

Mapa da Bahia, [s.d.]
In: Homem de Mello, Francisco Inácio Marcondes. Atlas do Brasil. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1907.
pág. 115

Mapa de Minas Gerais, [s.d.]
In: Homem de Mello, Francisco Inácio Marcondes. Atlas do Brasil. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1907.
pág. 116

Capítulo 4

Capa do relatório de Toledo Piza
Foto de Marco Santos
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, SP.
pág. 121

Primeira página do relatório de Toledo Piza
Foto de Marco Santos
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, SP.
pág. 122

Documento da DGE, assinado por Mendes da Rocha, dirigido a Toledo Piza, da Diretoria de Estatística de São Paulo.
Foto de Marco Santos
Arquivo do Estado de São Paulo
pág. 123

Revolta da Armada, Rio de Janeiro, RJ, 1893
A. A. Santos
Óleo sobre tela, 70 x 140,5 cm
Coleção Fadel (cat. p. 232-233)
pág. 125

Palácio do Conselho da Prefeitura Municipal do Distrito Federal, [s.d.]
Foto, p&b, 18 x 9 cm
Arquivo Nacional
pág. 126

Embaixadores num banquete no Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, RJ, [19–]
F. Bietenholz
Foto, p&b, 29 x 23 cm
Arquivo Nacional
pág. 127

Mapa de São Paulo, [s.d.]
In: Homem de Mello, Francisco Inácio Marcondes. Atlas do Brasil.
Rio de Janeiro:
F. Briguiet & Cia., 1907.
pág. 131

Ofício de Toledo Piza a Alfredo Pujol, queixando-se de Mendes da Rocha , [s.d.]
Foto de Marco Santos
Arquivo do Estado de São Paulo
pág. 132

Capítulo 5

Aureliano Portugal, [s.d.]
Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 6, p. 283, abr./jun. 1941.
pág. 139

Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, RJ, [1906?]
Foto, p&b, 18 x 9 cm
02/Fot 520.7
Arquivo Nacional
pág. 140

Vista da lagoa Rodrigo de Freitas tomada da Vista Chinesa, Rio de Janeiro, RJ, 1896
Karl Ernst Papf
Óleo sobre tela, 60 x 73,5 cm
Coleção Fadel
pág.143

Vista do morro do Castelo tomada da Glória, Rio de Janeiro, RJ, 1895
Tribolet
Óleo sobre tela. 20 x 50 cm.
Coleçaõ Fadel
pág. 145

Praça XV, Rio de Janeiro, RJ, [1906?]
Foto, p&b, 18 x 9 cm
Arquivo Nacional
pág. 151

Avenida Central, trecho do Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]
Foto, p&b, 18 x 9 cm
Arquivo Nacional
pág. 155

Capítulo 6

General Roca - Doutor Campos Salles, [s.d.]
D. Quixote, Rio de Janeiro, 10 ago. 1899. p. 4-5.
Periódicos Raros - PR- SOR 02121 [1-12]
Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil
pág. 163

A Sesta, 1900
Antonio Parreiras
Óleo sobre tela, 65,5 x 50 cm
Coleção Fadel
pág. 165

Cena das eleições no Rio de Janeiro, [s.d.]
D. Quixote, Rio de Janeiro, 31 dez. 1901. p. 4.
Periódicos Raros - PR - SOR 02121 [1-2]
Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil
pág. 166

Paulo de Frontin em caricatura, com a legenda: “Estou parecido
com ‘a Picareta’ da revista do Apolo,
e tal qual ela, lá vou cumprir a minha missão”.
O Malho, Rio de Janeiro, n. 64, p. 16, 5 dez. 1903.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 169

De uma janela da nossa casa, à Rua Senador Vergueiro n. 8,
Rio de Janeiro, RJ, 1896
Amélia da Silva Costa
Óleo sobre tela, 36 x 59 cm
Coleção Fadel
pág. 173

Fios emaranhados [interior de empório], 1892
Pedro Weingärtner
Óleo sobre tela, 75,5 x 100 cm
Coleção Fadel
pág. 177

Coeficientes da população do Brasil em 1900,
segundo a nacionalidade
Quadro por J.M. de Araripe Macedo (cartógrafo da DGE).
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, [1926].
Pt. 1, v. 4: População.
pág. 178

Departamento Nacional de Saúde Pública, [s.d.]
In: In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de
1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 1. v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 179

Capítulo 7

Dr. Francisco Pereira Passos, [s.d.]
In: Recenseamento da Cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907-1908.
pág. 187

Dr. André Gustavo Paulo de Frontin, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1925.
Pt. 3, v. 2: Estatística predial e domiciliária da Cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal).
pág. 187

Imagens da construção da avenida Central, Rio de Janeiro, [s.d.]
In: Recenseamento da Cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907. p. 31.
pág. 188

Francisco Pereira Passos, [s.d.]
Revista Careta, Rio de Janeiro, p. 21, 8 mar. 1913.
Periódicos Raros - PR - SOR F3,5,05
Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil
pág. 190

Rua Primeiro de Março, com morro do Castelo ao fundo, Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]
In: Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907.
pág. 191

Trecho da Cidade do Rio de Janeiro, [s.d.]
Fotogravura
In: Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907.
pág. 193

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 7 out. 1904. p. 1.
Periódicos raros PR- SOR - AI, 2,14
Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil
pág. 194

Rodrigues Alves, [s.d.]
Revista Careta, Rio de Janeiro, p. 7, 2 set. 1911.
Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil
pág. 199

Caixa de Amortização, [s.d.]
pág. 205

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]
In: Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907. p. 7, foto n. 4.
pág. 206

Um carioca centenário investigado pelo Censo Municipal 1906
In: Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907. p. 154.
pág. 207

Tabela de analfabetismo em 1906
In: Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907. p. 109
pág. 209

Quadro com Distritos por população em 1 000 habitantes, 1906
In: Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907. p. 42
pág. 210

Modelo de lista de famílias, 1906
In: Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907. p. 11
pág. 211

População por sexo, profissão e nacionalidade, 1906
In: Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907. p. 11
pág. 215

Félix Pacheco
A Exposição de 1922. Rio de Janeiro, n. 7-8, p. 13, nov. 1922.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 217

Tabela de Distritos do DF, por área e densidade populacional, 1906
In: Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907. p. 11
pág. 220

Praia do Leme, Rio de Janeiro, RJ, 1906
In: Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907.
pág. 221

Capítulo 8

Johann Peter Franck, [s.d.]
pág. 230

Jeremy Bentham, [s.d.]
pág. 231

William Farr, [s.d.]
pág. 233

Adolphe Quetelet, [s.d.]
pág. 234

Folha de rosto da Contribuição para o estudo epidemiológico da febre amarela pelo Dr. Bulhões Carvalho, médico-demografista. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.
pág. 237

Cortiço do Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]
pág. 239

Cortiço do Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]
pág. 242

Folha de rosto do Anuário de estatística demógrafo-sanitária da Cidade do Rio de Janeiro pelo Dr. Aureliano Portugal. Rio de Janeiro: [s.n.], 1891.
Foto de Marco Santos
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, SP.
pág. 243

Tabela de mortalidade do Anuário de Aureliano Portugal, 1891
In: Portugal, Aureliano Gonçalves de Souza. Annuario de estatística demógrapho sanitária da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. 1 v.
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, SP.
pág. 244

Mapa do Estado do Rio de Janeiro, 1907
In: Homem de Mello, Francisco Inácio Marcondes. Atlas do Brasil. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1907.
pág. 247

Cena de rua, Rio de Janeiro, RJ, 1882
Augusto Petit
Óleo sobre tela, 117 x 90 cm
Coleção Fadel
pág. 251

Favela no morro de Santo Antônio, Rio de Janeiro, [s.d.]
Revista Careta, Rio de Janeiro, p.13, 28 jan. 1911.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 253

Bulhões Carvalho, [s.d.]
PH/Fot/15086
Acervo Correio da Manhã
Arquivo Nacional
pág. 255

Página manuscrita de A mortalidade pela tuberculose no Rio de Janeiro, [19–]
In: População. Rio de Janeiro, 1799-1900. [Rio de Janeiro: s.n., 19–].
pág. 257

Página datilografada de A mortalidade pela tuberculose no Rio de Janeiro, [19–]
In: População. Rio de Janeiro, 1799-1900. [Rio de Janeiro: s.n., 19–].
pág. 259

Dr. Oswaldo Gonçalvez Cruz, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1924.
Pt. 2, v. 2: Agricultura e indústrias.
pág. 264

Charge representando a morte pelas pestes ceifando vidas, 1903
O Malho, Rio de Janeiro, n. 65, p. 14, 12 dez. 1903.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 265

Instituto Oswaldo Cruz, [Manguinhos], Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]
In: Recenseamento de1920. Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro:
Typ. da Estatística, 1923. Pt. 1. v. 2: População do Rio de Janeiro. p. LXVI-LXVII
pág. 267

Folha de rosto da Brasil Médico, Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina, 1902
Foto Marco Santos
pág. 269

Capítulo 9

Praia no bairro da Saúde, Rio de Janeiro, RJ, 1906.
Rosalbino Santoro
Óleo sobre tela, 38,5 x 64,5 cm
Coleção Fadel
pág. 283

Henrique Morize, [s.d.]
Disponível em: < http://fotoslambe-lambe.blogspot.com>
Acesso em: 2006
pág. 286

Anúncio publicitário do Parc-Royal, 1911
Revista Careta, Rio de Janeiro, p. 3, 11 mar. 1911.
Periódicos raros
Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil
pág. 289

Nilo Peçanha, [s.d.]
Acervo Correio da Manhã
IPH/Fot/38335
Arquivo Nacional
pág. 295

Imprensa Nacional, [s.d.]
pág. 297

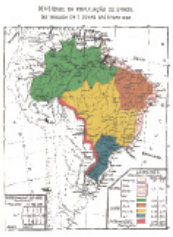
Capítulo 10

Ponte de embarque das barcas, Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]
In: Bulletin Comemoratif de l'Exposition National de 1908
pág. 301

Pavilhão do Distrito Federal, praia Vermelha,
Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]
pág. 302

População no ano de 1907
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 303

Carta física do Brasil, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores, [s.d.]
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 304



Densidade da população do Brasil, [s.d.]
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 306

Pavilhão das Indústrias, [s.d.]
In: Bulletin Comemoratif de l'Exposition National de 1908
pág. 308

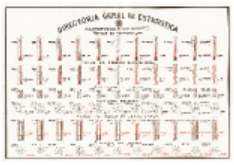
Folha de rosto do Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908.
pág. 309

Pavilhão do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, [s.d.]
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 311

Capítulo 11

Oziel Bordeaux Rego, [s.d.]
Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 7, p. 643, jul./set. 1941.
pág. 315

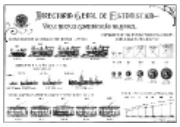
Francisco Bernardino Rodrigo da Silva, [s.d.]
Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 12, p. 609, out./dez. 1942.
pág. 319



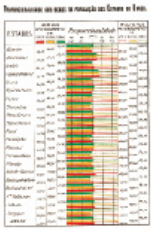
Climatologia do Brasil, 1908
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 322

Esboço da carta física do Brasil , com as alterações resultantes do tratado de Petrópolis, 1908
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 329

Área dos Estados, teatro João Caetano, Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]
pág. 330



Vias e meios de comunicação do Brasil, [s.d.]
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 331



Proporcionalidade dos sexos da população, 1908
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 333

Proposta de questionário para o Censo de 1910, [que não houve]
In: Brasil. Diretoria Geral de Estatística. Parecer sobre as modificações a fazer no plano dos serviços
e no quadro do pessoal da Diretoria Geral de Estatística (por Oziel Bordeaux Rego). Rio de Janeiro: DGE, 1921.
pág.334

Área dos estados, parte da avenida dos estados, [s.d.]
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 335

Capítulo 12

Nilo Peçanha, [s.d.]
Museu da República
pág. 341

Ruy Barbosa, [s.d.]
Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 40, p. 597, out./dez. 1949.
pág. 341

Ruy Barbosa, com familiares e correligionários na Campanha Civilista, em 1910
Fundação Casa de Rui Barbosa/Arquivo
pág. 342

Manifestações a Ruy Barbosa, em Campinas.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Arquivo
pág. 345

Marechal Hermes da Fonseca, [s.d.]
Henrique Bernadelli
Museu da República
pág. 347

Capítulo 13

Charge “Carnaval Político – o entravé” (Pinheiro Machado amarra o vestido do Presidente Hermes da Fonseca)
Revista Careta, Rio de Janeiro, p. 19, 25 fev. 1911.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 357

O Presidente Marechal Hermes da Fonseca (ao centro), no Quartel-General do Corpo de Bombeiros, com oficiais e outras figuras da República
Revista Careta, Rio de Janeiro, n. 149, p. 9, 8 abr. 1911.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 359

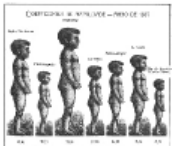
O Presidente Marechal Hermes (ao centro) visita a Biblioteca Nacional.
Revista Careta, Rio de Janeiro, p. 24, 21 jan. 1911.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 361

Charge com a legenda:
"Abra, Marechal. Eu estando presente eles não atacam"
Revista Careta, Rio de Janeiro, 8 jul. 1911. Capa.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 362

Charge com a legenda: "Quatro pessoas distintas e só uma verdadeira". (Pinheiro Machado e o Presidente Marechal Hermes representado como militar,
Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário).
Revista Careta, Rio de Janeiro, n. 141, p. 7, 11 fev. 1911.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 363

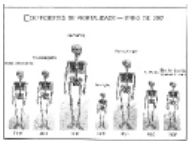
Capítulo 14

Registro civil de nascimento, [s.d.]
In: Registro civil na república dos Estados Unidos do Brazil. Estudos subsidiários para Reforma. Rio de Janeiro: DGE, 1911.
pág. 369



Coeficientes de natalidade, 1907
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 371

Registro Civil de casamento, [s.d.]
In: Registro Civil na república dos Estados Unidos do Brazil. Estudos subsidiarios para Reforma... Rio de Janeiro: DGE, 1911.
pág. 377



Coeficientes de mortalidade, 1907
In: Boletim commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1908.
pág. 378

Capítulo 15

Folha de rosto de Traité théorique et pratique de statistique de Maurice Block, 1886.
pág. 389

Folha de rosto do Manual de Estatística de Felippo Virgilii, 1908.
pág. 391

Folha de rosto de Statistique et Science Sociale de Jacquart, Camille, 1907.
pág. 393

Capítulo 16

Bulhões Carvalho, [s.d.]
Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, jan./mar. 1940.
pág. 403

Pinheiro Machado, [s.d.]
Marco Belandi
Foto Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
pág. 404

Vesceslau Braz e outros em solenidade na Santa Casa da Misericórdia, no Rio de Janeiro, RJ, 1914-1918
Foto, p&b, 18 x 13 cm
02/Fot 226.1
Arquivo Nacional
pág. 409

O último tiro de S. M. o Kaiser, 1911
Revista Careta, Rio de Janeiro, 29 jul. 1911. Capa.
F3,5,05 - Periódicos Raros
Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil
pág. 411

Capítulo 17

Medalha comemorativa do Recenseamento de 1920
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 6, v. 4: Estatística predial e domiciliar. p. 713.
pág. 417

Colheita de Café
Disponível em: < http://fotoslambe-lambe.blogspot.com>
Acesso em: 2006
pág. 420

Anúncio exibido no Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1913
Nosso Século, São Paulo: Abril Cultural, v. 1910-1930, n. 2, c1980.
pág. 421

Movimento immigratório - 1908-1912
In: Annuario estatístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: DGE, v. 1-3, 1916-1927.
pág. 423

Comércio Exterior do Brazil nos anos de 1908-1912
In: Annuario estatístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: DGE, 1916-1927. v. 1-3.
pág. 425

Navio Prinz Sigismund recebendo café no porto santista, [s.d.]
Disponível em: < http://fotoslambe-lambe.blogspot.com>
Acesso em: 2006
pág. 427

Folha de rosto do Annuaire statistique du Brésil 1908-1912. Rio de Janeiro: DGE, 1916-1927.
v. 1. Territoire et population.
pág. 431

Folha de rosto Annuario Estatistico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: DGE, 1916-1927. v. 2. Economia e finanças.
pág. 431

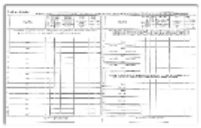
Folha de rosto Annuario Estatistico do Brasil - 1908-1912. Rio de Janeiro: DGE, 1916-1927. v. 3. Cultos, assistência, repressão e instrução.
pág. 432

Imponente manifestação de sympatia [sic] aos grandes armazéns do Parc Royal, (exibida no O Tico-Tico. Rio de Janeiro, 12 jan. 1916).
Nosso Século. São Paulo: Abril Cultural, v. 1910-1930, n. 3, c1980.
pág. 434

Capítulo 18

População do Rio de Janeiro (Distrito Federal) segundo o sexo e o estado civil, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 1. v. 2: População do Rio de Janeiro. p. XXXXI - XXXVII.
pág. 437

Questionário do Censo da população
In: Recenseamento de 1920. Rio de Janeiro: DGE, [19–]. Modelos para coleta e apuração dos Censos Demográfico e Econômico, [1920?]
pág. 439



Questionário do Censo da população
In: Recenseamento de 1920. Rio de Janeiro: DGE, [19–]. Modelos para apuração e coleta
pág. 440

Folha de rosto do Questionário agrícola, modelo 16
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.
v. 1. Anexos: Decretos, instruções e modelos das cadernetas e dos questionários para a execução do recenseamento. p. 139.
pág. 443

Relação dos estabelecimentos rurais a recensear – frente e parte a preencher
In: Recenseamento de 1920. Rio de Janeiro: DGE, [19–]. Modelos para apuração e coleta.
pág. 445

Relação dos estabelecimentos fabris a recensear – frente e parte a preencher
In: Recenseamento de 1920. Rio de Janeiro: DGE, [19–]. Modelos para apuração e coleta.
pág. 447

População do Rio em várias épocas 1776-1920
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, [1926].
Pt. 1, v. 4: População.
pág.450

Capítulo 19

Rua Líbero Badaró, São Paulo, SP, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 2, v. 4: População.
pág. 459

Entrada da barra do Rio de Janeiro, Fortaleza de Santa Cruz, Fortaleza de Villegaignon.
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 461

Recenseamento, [s.d.]
Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, p. 4, 22 jul. 1920.
Periódicos Raros - A1, 2,15
Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil
pág. 463

Sampaio Vianna, [s.d.]
Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE,
v. 12, n. 47, p. 291.
pág. 465

Delfim Moreira, [s.d.]
pág. 472

Ildefonso Simões Lopes, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 3, v. 3: Agricultura
pág. 475

Cincinato Braga, [s.d.]
Foto de Bastos & Dias, Rio de Janeiro
Fundação Casa de Rui Barbosa/Arquivo
pág. 477

Prédio do Jornal do Commercio, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 483

Praça da Sé, São Paulo, SP, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 2, v. 4: População.
pág. 486

Prédios do Jornal do Commercio, Jornal do Brasil, O Paíz e Gazeta de Notícias.
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 1, v.2: População do Rio de Janeiro.
pág. 487

Estação da Luz, São Paulo, SP, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 2, v. 4: População.
pág. 488

Prédio do Jornal O Paíz, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 490

Capítulo 20

Vendedores, [s.d.]
Arquivo Geral do Rio de Janeiro
pág. 493

Fazenda de Minas, lote pertencente a Toffolo Vicenso, Colônia Rodrigo Silva, Barbacena, MG, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1927.
Pt. 3, v. 3: Agricultura.
pág. 497

Índios Machacari, negros Benguela, [s.d.]
pág. 504

Folha de rosto da Estatística dos tarados do
Brasil de Bulhões Carvalho.
In: Congresso Brasileiro de Eugenia, 1., 1929, Rio de Janeiro. Actas...
Rio de Janeiro, 1929.
pág. 505

Fábrica de tecidos Mascarenhas, Juiz de Fora, MG, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v. 5: Indústria.
pág. 507

Caderneta do Censo de 1920
pág. 508

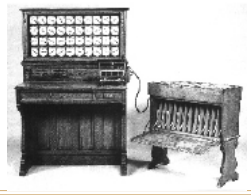
Quadro sobre propriedade individual e propriedade coletiva, 1920
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 3, v. 3: Agricultura.
pág. 513

Fazenda de Minas, lote pertencente a Santa Rosa Giovanni, Colônia
Rodrigo Silva, Barbacena, MG, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 3, v. 3: Agricultura.
pág. 521

Capítulo 21

Folha para preenchimento pelos perfuradores, [s.d.]
pág.535

Herman Hollerith,
inventor da tabulação mecânica, [s.d.]
pág. 539



Máquina Hollerith, [s.d.]
pág. 541

Cartão para perfuração, [s.d.]
pág. 543

Máquinas apuradoras, 1920
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.
v. 1: Introdução.
pág. 545

Cartolinas empregadas na apuração, 1906
In: Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.
Rio de Janeiro: Off. De Estatística, 1907. p. 11.
pág. 547

Capítulo 22

População do Rio de Janeiro segundo a nacionalidade, 1920
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro. p. LVIII-LIX
pág. 551

Pavilhão da Estatística, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 553

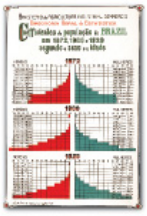


Gráfico do Censo 1920
pág. 555

Estrada de rodagem entre Porto União e Palmas, PR, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. v. 1: Introdução.
pág. 556

Diferentes estilos tipográficos usados nos gráficos e cartogramas do Recenseamento de 1920
pág. 556

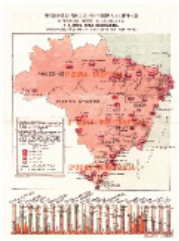
Mapa da República dos Estados Unidos do Brasil – 1889
Por J. M. de Araripe Macedo (cartógrafo da DGE).
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística , 1922.
v. 1: Introdução.
pág. 557

Folha de rosto de Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1923. v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 560

Entrada da barra do Rio de Janeiro, Fortaleza de Santa Cruz, Fortaleza de Villegaignon.
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 561

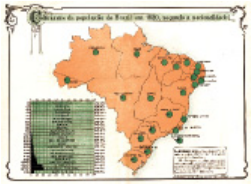
Portão principal da Exposição Internacional do Centenário da Independência, 1922
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 562

Diversos tipos de negros “moçambique”, 1835
Rugendas
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.
v. 1: Introdução.
pág. 564



Clima do Brasil – Observações meteorológicas em 1920
Quadro por J. Emílio Bion (cartógrafo da DGE).
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.
v. 1: Introdução. p. 26-27.
pág. 565

Vista geral da rua Marechal Floriano.
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 566



Coeficinetes da população do Brasil, segundo a nacionalidade em 1920.
Por J. M. de Araripe Macedo (cartógrafo da DGE).
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. v. 1: Introdução.
pág. 566

Planta da Cidade do Rio de Janeiro, 1920
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 567

Capítulo 23

A Exposição Internacional de 1922 – Um aspecto noturno visto do mar, RJ, 1922.
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 5, p. 3, set. 1922.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 571

Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Chicago, EUA, 1893.
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 3, p. 18, set. 1922.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 573

Pavilhão Monroe, Rio de Janeiro, RJ, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 579

Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Bruxelas, em 1910.
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 3, p. 19, set. 1922.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 580

Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Turim, em 1911.
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 3, p. 20, set. 1922.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 581

Exposição Universal de Turim, em 1911 – Painel do pintor brasileiro Madruga Filho
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 3, p. 17, set. 1922.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 582

Tabela com a relação de cidades onde houve Exposições Universais, os respectivos anos
e o número de entradas vendidas.
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 5, p. 31, set. 1922.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 583

Medalhas comemorativas, [s.d.]
pág. 584

População do Rio de Janeiro segundo a instrução , 1920
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v.2: População do Rio de Janeiro. p. CVIII - CIX
pág. 586

Demolição do morro do Castelo, [s.d.]
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 2, p. 14, ago. 1922.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 587

Vista geral da avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, RJ, [s.d]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro. p XLIV- XLV.
pág. 588

População do Rio de Janeiro segundo profissões, 1920
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v.2: População do Rio de Janeiro. p. CVIII - CIX.
pág. 590

Vista geral da avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, RJ, [s.d]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro. p. XLIV- XLV.
pág. 592

Ilustração da capa da revista A Exposição de 1922.
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1, ago. 1922.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 593

A construção do Pavilhão da Estatística
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 1, p. 22, julho de 1922, p. 22.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 594

Parque de diversões, Rio de Janeiro, [s.d.]
Atualmente esta área está localizada no quarteirão da Av. Franklin Roosevelt.
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro
pág. 595

Pavilhão do Distrito Federal, Rio de Janeiro, [s.d.]
Atual Museu da Imagem e do Som
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro
pág. 595

Presidente Epitácio Pessoa inaugurando o Pavilhão Italiano, na Exposição Internacional do Centenário da Independência,
junto com autoridades civis e eclesiásticas.
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 16, 1923.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 596

Pavilhão da França, no Rio de Janeiro, [s.d.]
Atual Academia Brasileira de Letras
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 597

Pavilhão dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro [s.d.]
Nesta área foi construído posteriormente o atual Consulado Geral dos Estados Unidos da América
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro.
pág. 597

Rádio transmissor usado na primeira transmissão de rádio no Brasil.
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 5, p. 26, set. 1922.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 598

Pavilhão da Tchecoslováquia, no Rio de Janeiro, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 1, v. 2: População do Rio de Janeiro
pág. 599

Interior do Pavilhão Português, na Exposição Internacional do Centenário da Independência.
Em destaque, o avião "Santa Cruz", com que Gago Coutinho e Sacadura Cabral cruzaram o Atlântico.
A Exposição de 1922, Rio de Janeiro, n. 16, nov. 1922.
Fundação Casa de Rui Barbosa/Biblioteca
pág. 601

Capítulo 24

Arthur Bernardes, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
Pt. 2, v. 4: População.
pág. 609

Washington Luiz e Mello Vianna, [s.d.]
In: Silveira, Victor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte:
Imprensa Oficial, 1926.
pág. 610

Folha de rosto dos Relatórios apresentados ao Dr. Geminiano Lyra Castro, Ministro da Agricultura e Comércio pelo Dr. José Luiz de Bulhões de Carvalho.
Rio de Janeiro: Typ. de Estatística, 1928.
pág. 611

Mapa do município de Mar de Espanha, MG, 1927
In: Atlas chorográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte: Serviço de Estatística Geral da Secretaria
de Agricultura do Estado de Minas Gerais, 1927.
pág. 613

Geminiano Lyra Castro, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 3, v. 3: Agricultura.
pág. 617

Capítulo 25

Folha de rosto de Teixeira de Freitas: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
Edição comemorativa do centenário do seu nascimento.
pág. 625

Trecho panorâmico visto do alto da rua Bahia, Belo Horizonte, MG, [s.d.]
In: Silveira, Victor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
pág. 626

Folha de rosto da Divisão administrativa e judiciária do Estado de Minas Gerais, 1927
pág. 627

Esquinas das ruas Afonso Pena e Bahia, centro de Belo Horizonte, MG, [s.d.]
pág. 629

Departamento de Higiene, Belo Horizonte, MG, [s.d.]
In: Silveira, Victor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
pág. 631

Grupo Escolar D. Pedro II, Ouro Preto, MG, [s.d.]
In: Silveira, Victor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
pág. 635

Diagrama de matrícula do Ensino Primário, MG, 1822-1925
In: Silveira, Victor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
pág. 637

Capítulo 26

Presidente Hoover com Júlio Prestes, Presidente eleito do Brasil, fotografado nos degraus da Casa Branca, [s.d.]
Acervo Correio da Manhã
PH/Fot/39.354 (8)
Arquivo Nacional
pág. 641

Washington Luís, o Presidente da República chegando ao palanque, de onde assistiu ao desfile das tropas, 1928
Acervo Correio da Manhã
PH/Fot/30651 (19)
Arquivo Nacional
pág.642

Folha de rosto do Recenseamento de 1930: tabelas.
pág. 643

Diretoria Geral de Estatística - DGE, no Recife, PE, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 6, v. 4: Estatística predial e domiciliária do Brasil.
pág. 645

Ponte Buarque de Macedo, Recife, PE, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1920.
Pt. 6, v. 4: Estatística predial e domiciliária do Brasil.
pág. 646

"O valor da estatística"
A Tarde, Salvador, p. 2, 28 jan. 1930.
Biblioteca Nacional
pág. 647

Plano inclinado Gonçalves, Salvador, BA, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928.
Pt. 2, v. 4: População. p. 521
pág. 648

Av. 7 de setembro, Salvador, BA, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928.
Pt. 2, v. 4: População.
pág. 649

Faculdade de Medicina, Salvador, BA, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928.
Pt. 2, v. 4: População.
pág. 650

Praça Castro Alves, Salvador, BA, [s.d.]
In: Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.
Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928.
Pt. 2, v. 4: População.
pág. 651

"O Recenseamento – Como o Sr. Bulhões Carvalho encara o problema".
A Tarde, Salvador, p. 1, 25 jan. 1930.
Biblioteca Nacional
pág. 652

Capítulo 27

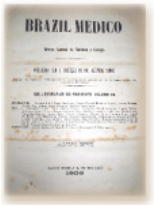
Folha de rosto de Aperçus sur les résultats du recensement réalisé au Brésil en septembre 1920.
Population - agriculture - industrie. Rio de Janeiro: Typ. Statistique, 1925.
pág. 657

"Coleção encadernada e ricamente acondicionada das publicações de 1920"
Presente oferecido à Sua Santidade o Papa Pio XI, por Bulhões Carvalho.
pág. 660

Folha de rosto do Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida,
Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística**.** Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926.
pág. 663

Folha de rosto de Estatística: methodo e applicação [sic], 1933, por José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho.
pág. 665

Capítulo 28



Folha de rosto da Brasil Médico, Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina, 5 jan. 1924.
pág. 671

Imagem de um artigo de Bulhões na Brasil Médico, [s.d.]
pág. 673

Resolução da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, 1939
Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 22 n. 85-86, p. 125, 1961.
pág. 681

Capítulo 29

Teixeira de Freitas, [s.d.]
pág. 689

Leo de Affonseca, [s.d.]
Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1 n. 4, p. 737, out./dez., 1940.
pág. 691

Documento de nomeação de Macedo Soares como Presidente do IBGE em 29 de maio de 1936.
pág. 702

Aula prática de higiene dentária" no Ginásio de Santanópolis, BA, 1934.
Arquivo Juraci Magalhães, FGV/CPDOC
pág. 705

Capítulo 30

Posse de Juarez Távora como novo Ministro da Agricultura em 25 de julho de 1934
Acervo Correio da Manhã
Arquivo Nacional
pág. 711

Juarez Távora, [s.d.]
Acervo Correio da Manhã
Arquivo Nacional
pág. 713

Macedo Soares, [s.d.]
pág. 721

Índice de assuntos

A

Abertura dos portos, 298, 301, 310, 580, 671, 736
ver também Boletim Comemorativo Exposição de 1908
ver também Exposição Nacional
ver também Exposição Universal

Administração pública, 345, 358, 405, 410, 418, 421, 439, 453, 528, 614, 634, 636, 642, 710, 715
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Governo (República)

Agentes censitários *ver* Agentes recenseadores

Agentes de estatística, 627, 628, 630, 631, 632, 633, 638
ver também Agentes recenseadores
ver também Diretoria Geral de Estatística

Agentes recenseadores, 106, 109, 172, 201, 334, 440, 442, 446, 448, 455, 484, 487, 488, 499, 508, 509, 510, 515, 517, 523, 545, 643, 684
ver também Agentes de estatística
ver também Diretoria Geral de Estatística

Anuário estatístico, 430
    veículo de divulgação, 430
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também IBGE

Aritmética política, 35, 85, 245, 387,
    aritméticos políticos, 73
ver também Aritmética social
ver também Estatística
ver também Registros administrativos

Aritmética social, 245
ver também Aritmética política

Arte de governar, 394
ver também Estatística
ver também Governo (República)

Atividade estatística, 15, 122, 124, 132, 134, 170, 317, 318, 319, 323, 342, 347, 349, 350, 351, 352, 382, 418, 421, 429, 452, 536, 551, 557, 563, 625, 627, 629, 634, 647, 694, 697, 699, 710, 713, 727, 729, 730, 741
    contínua e sistemática, 536
    federalismo descentralizado, 429, 689
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Elaboração das estatísticas
ver também Estatística
ver também Governo (República)
ver também IBGE

B

Biblioteca, 38, 99, 112, 116, 134, 154, 169, 171, 183, 215, 288, 293, 318, 327, 341, 343, 352, 353, 388, 392, 500, 501, 592, 603, 614, 629, 652, 714, 729
    acervos, 317, 327
    franqueada ao público, 629
ver também Bibliotecário
ver também Diretoria Geral de Estatística

Bibliotecário, 287, 288, 293, 317, 327, 345, 346, 349, 390, 410, 616, 661, 693, 735, 737
ver também Biblioteca
ver também Diretoria Geral de Estatística

Boletim Comemorativo da Exposição de 1908, 635, 680
    esperanto, 302, 627, 635, 736
    informações estatísticas, 73, 274, 302, 320, 344, 552, 630
        alunos matriculados, 308
        detentos, 308
        estrangeiros, 56, 75, 83, 98, 111, 113, 117, 181, 182, 214, 261, 265, 271, 290, 304, 332, 345, 381, 431, 562, 573, 575, 576, 592, 595, 597, 600, 601, 602, 671
ver também Abertura dos portos
ver também Censo de 1906
ver também Exposição Nacional
ver também Exposição Universal
ver também Governo(República)

Boletins censitários, 216, 442, 643
    distribuição e coleta, 442
ver também Censo
ver também Diretoria Geral de Estatística

C

Campo de Santana, 53
    movimento republicano, 53

defesa da corporação, 53
ver também Governo (República)

Cartografia da estatística, 563
ver também Oficina tipográfica
ver também Tipografia da estatística

Cartórios do registro civil, 282, 370, 382, 421
informações quantitativas, 370
ver também Registro civil

Censo, 56, 60, 61, 73, 77, 78, 86, 88, 89, 97, 98, 99, 103, 104, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 121, 123, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 146, 156, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 187, 189, 192, 194, 196, 197, 200, 201, 203, 204, 206, 209, 211, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 244, 247, 248, 249, 250, 253, 254, 255, 261, 262, 268, 270, 274, 282, 284, 288, 294, 296, 297, 298, 302, 315, 319, 330, 332, 334, 335, 336, 337, 341, 342, 343, 348, 353, 354, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 370, 372, 374, 388, 391, 404, 409, 413, 414, 417, 426, 427, 438, 440, 441, 442, 443, 444, 446, 448, 449, 451, 452, 453, 454, 455, 459, 461, 462, 464, 468, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 493, 494, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 530, 531, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 542, 543, 544, 545, 547, 551, 558, 560, 563, 564, 567, 568, 583, 586, 590, 594, 596, 597, 600, 602, 603, 609, 614, 616, 638, 641, 642, 643, 645, 646, 648, 649, 651, 652, 659, 671, 672, 673, 674, 675, 677, 679, 681, 682, 683, 684, 695, 702, 724, 727, 728, 730, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741
apuração, 98, 99, 107, 116, 117, 122, 123, 124, 126, 128, 130, 133, 168, 169, 171, 175, 176, 177, 180, 184, 196, 197, 201, 204, 210, 214, 216, 284, 293, 302, 359, 365, 390, 414, 437, 442, 447, 449, 451, 453, 455, 462, 493, 507, 509, 516, 517, 519, 521, 535, 536, 537, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 560, 564, 609, 641, 642, 652, 659, 664, 672, 678, 683, 732, 739
atribuições censitárias, 446
boletim individual, 104, 115, 172, 174, 183, 184, 332, 358, 444, 502, 546, 735,
credibilidade, 487, 511, 563
fator de sucesso, 440
importância social e econômica, 461
instruções, 564, 684, 692, 739
legislação, 118, 353, 441, 521, 642, 739
pátria de questionários, 414
plano de divulgação, 563
elaboração de gráficos, 551, 552, 556, 558, 561, 563
propaganda, 204, 330, 334, 359, 361, 414, 426, 437, 439, 440, 461, 474, 479, 481, 482, 484, 485, 490, 493, 500, 511, 513, 517, 519, 521, 523, 525, 527, 555, 574,616, 638, 641, 645, 646, 649, 651, 659, 660, 681, 682, 683, 740, 741
divulgação e conscientização, 480
ver também Censo de 1852
ver também Censo de 1872
ver também Censo de 1890
ver também Censo de 1900
ver também Censo de 1906
ver também Censo de 1920
ver também Censo de 1930
ver também Diretoria de Geral de Estatística
ver também Governo (Império)

ver também Governo (República)
ver também Imprensa

Censo de 1852, 103, 173, 204
ver também Censo
ver também Diretoria Geral de Estatística

Censo de 1872, 98, 103, 111, 115, 118, 173, 178, 247, 248, 255, 270, 563, 568
ver também Censo
ver também Diretoria Geral de Estatística

Censo de 1890, 97, 99, 107, 112, 117, 118, 121, 128, 129, 130, 133, 134, 164, 166, 174, 179, 220, 244, 247, 248, 253, 254, 262, 274, 330, 337, 338, 558, 734, 735
Alagoas, 113, 117, 124, 129, 735
Comarca de Palmas, 111, 116, 117, 122, 123, 129, 734
comissão de avaliação, 166
ver também Censo
ver também Diretoria Geral de Estatística

Censo de 1900, 112, 117, 121, 128, 129, 130, 134, 135, 164, 167, 168, 171, 172, 175, 177, 192, 206, 222, 249, 284, 298, 302, 337, 360, 462, 474, 502, 563, 672, 730, 736,
"aleijado recenseamento", 178, 254
ver também Censo
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Governo (República)

Censo de 1906, 183, 217, 218, 223, 250, 269, 282, 335, 370, 471, 545
apuração manual, 545
"bota abaixo", 187, 195, 197, 209, 211, 219
garantia de sigilo, 217
incineração das listas e cadernetas, 217
instruções, 200, 201
processos de trabalho, 493
Revolta da Vacina, 168, 198, 735
ver também Censo
ver também Conselho Superior de Estatística
ver também Distrito Federal
ver também Governo (República)
ver também Sigilo

Censo de 1910, 78, 177, 180, 296, 353, 358, 364, 365, 372, 409, 461, 645, 730, 737
operação fracassada, 357
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Governo (República)
ver também "Regimen paz e amor"
ver também Registro civil

Censo de 1920, 78, 183, 204, 315, 334, 426, 451, 454, 459, 461, 470, 475, 477, 480, 485, 490, 493, 504, 506, 508, 509, 510, 511, 536, 540, 543, 544, 551, 558, 560, 568, 583, 590, 594, 603, 609, 638, 641, 642, 652, 659, 673, 679, 730, 738, 739
agrícola, 413, 426, 439, 440, 443, 445, 446, 447, 494, 497, 498, 507, 509, 510,511,
513, 515, 516, 517, 518, 519, 526, 527, 540, 564, 565, 602
estabelecimentos rurais, 445, 447, 489, 507, 562, 565, 567, 602
distribuição no territorio nacional, 489

dívidas hipotecárias, 507
latifúndios, 498
extensão territorial, 445, 489, 498, 507
imposto territorial, 494, 495, 496, 513, 518
registro geral de terras, 494
valor venal das terras, 445, 498, 507, 644
ocupante da terra, 507
condições legais da posse, 445, 498, 507, 644
produção agrícola e florestal, 445, 565
máquinas e instrumentos, 445
apuração mecânica, 447, 547
Hollerith, 449, 537, 540, 541, 542, 544, 678, 738, 739
demográfico, 330, 332, 478, 494, 507, 509, 511, 512, 514, 518, 519, 540, 564
cosmopolitismo, 464
imigração da população, 512, 514, 612, 660
qualidade e exatidão, 510
quesitos polêmicos, 502
cor, 444, 455, 502, 503, 504, 506, 526
defeitos físicos, 444, 455, 502, 503, 504, 506, 526, 564, 566, 602
religião, 444, 455, 506,
industrial, 507, 512, 514, 515, 516, 517, 518, 526, 527, 564, 645
capital empregado, 445, 507, 565, 567
impostos, 414, 445, 478, 512, 513, 514, 516, 517, 518, 520
indústria explorada, 507
organização das empresas, 445, 507, 567
salários pagos, 507
predial, 444, 506, 546, 547, 561, 565, 566
ver também Censo
ver também Congresso Brasileiro de Eugenia
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Governo (República)
ver também Imprensa

Censo de 1930, 453, 544, 616, 642, 646, 648, 649, 651, 681, 740, 741
eleições presidenciais, 641
política do café-com-leite, 281, 532
não realizado, 365, 645, 684
ver também Censo
ver também Conferência de propaganda
ver também Governo (República)

Centenário da Independência, 59, 60, 67, 363, 426, 440, 441, 472, 480, 524, 536, 537, 553, 556, 560, 561, 571, 583, 584, 593, 595, 597, 600, 603, 625, 677, 683, 728, 739
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Exposição do Centenário

Centenário do Cafeeiro no Brasil , 612
imigração japonesa, 612
ver também Governo (República)

Chefes de família, 106, 173, 204, 523
ver também Censo
ver também Registro civil
ver também Registros administrativos

Cidade do Rio de Janeiro *ver* Distrito Federal

Coleta de dados, 98, 124, 125, 154, 297, 347, 349, 390, 483, 611, 647, 651
delegação de olhar, 395
ver também Agentes recenseadores
ver também Trabalho de campo

Coluna Prestes *ver* Governo (República)

Combate às endemias, 168, 267
cortiços insalubres, 198
ver também Censo de 1906
ver também Conferência de estatística
ver também Demografia sanitária
ver também Políticas públicas

Conferência de Estatística, 61, 453, 609, 615, 616, 617, 625, 626, 642,703, 740
"teses estatísticas", 626
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também IBGE

Conferência de Propaganda, 485, 645, 649, 651, 660, 682, 740
Recife, 645, 651, 682, 740
Salvador, 649, 651, 740
ver também Censo de 1930

Congresso Brasileiro de Eugenia, 505
ver também Censo de 1920

Congresso de São Petersburgo, 656
ver também Congresso Internacional de Estatística
ver também Exposição Universal

Congresso Internacional de Estatística, 104, 116, 129, 322, 329
ver também Congresso de São Petersburgo
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Estatística
ver também Governo (Império)
ver também International Statistical Institute

Congresso Médico Latino Americano, 267
ver também Combate às endemias
ver também Demografia sanitária

Congresso Nacional, 56, 77, 78, 96, 128, 163, 179, 265, 285, 290, 291, 352, 362, 375, 378, 384, 406, 413, 476, 531, 575, 636, 726, 733, 738
comissão de verificação dos poderes, 56
ver também Governo (República)

Congressos Internacionais de Estatística ver Congresso Internacional de Estatística

Conselho Superior de Estatística, 24, 130, 153, 154, 191, 285, 286, 317, 323, 345, 351, 352, 365, 405, 406, 407, 409, 411, 412, 413, 418, 621, 672, 692, 693, 712, 736, 737
caráter político, 409

mudanças administrativas, 412
natureza técnica, 352
ver também Censo de 1906
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Exposição Nacional
ver também Governo (República)

D

Demografia sanitária, 146, 155, 156, 157, 158, 183, 227, 228, 229, 234, 242, 246, 250, 255, 258, 259, 261, 263, 264, 265, 266, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 282, 306, 370, 466, 467, 470, 670, 671, 730, 733, 734, 735
Brasil médico, 59, 183, 192, 202, 255, 258, 268, 269, 275, 282, 302, 670, 671, 673, 676
demógrafos-higienistas, 227
demógrafos-sanitaristas, 43, 59, 61, 183, 192, 227, 228, 246, 254, 256, 259, 260, 269, 273, 274, 303, 462, 574, 670
sanitarismo, 157, 233, 243, 249
manifestações epidemiológicas, 233
entrada da peste no Brasil, 266
porto de Santos, 266, 271
Ladeira do Valongo, 266
médicos-demografistas, 143, 227, 261, 273, 462
mortalidade por nacionalidades, 261
ver também Combate às edemias
ver também Demografia sanitária fluminense
ver também Distrito Federal
ver também Estatística
ver também Governo
ver também Inspetoria de Higiene
ver também Políticas públicas
ver também Rio de Janeiro
ver também Saúde pública

Demografia sanitária fluminense, 270
ver também Demografia sanitária
ver também Distrito Federal
ver também Inspetoria de Higiene
ver também Rio de Janeiro

Desenvolvimento econômico, 41, 451, 600
estatística agrícola, 450, 451, 453, 627, 692
incremento da produção, 451
transações comerciais,77, 451, 728
ver também Censo
ver também Censo de 1920

Dia da Contagem, 525
apelo junto ao povo, 525
ver também Censo
ver também Censo de 1920

Diretoria Geral de Estatística, 52, 56, 69, 70, 76, 80, 84, 86, 89, 97, 98, 99, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 133, 139, 141, 143, 146, 151, 155, 164, 176, 177, 189, 191, 193, 246, 256, 273, 275, 285, 290, 291, 292, 298, 309, 315, 316, 318, 320, 321, 328, 336, 342, 344, 346, 348, 349, 353, 354, 364, 371, 405, 406, 409, 411, 412, 413, 414, 421, 427, 429, 439, 441, 442, 446, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 462, 468, 469, 485, 493, 500, 501, 502, 511, 514, 516, 517, 529, 537, 539, 540, 552, 558, 559, 561, 594, 611, 614, 615, 618, 628, 643, 645, 648, 659, 660, 671, 674, 675, 680, 682, 690, 716, 717, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738,739, 741
agregação dos registros civis, 59
agregação estatística, 58
autoridade intelectual, 609
comissões censitárias, 106, 107, 170, 172, 173, 184, 201, 214, 334, 446, 455, 498, 499, 508, 511, 515, 516, 517, 518, 521, 522, 525, 643, 684
descentralização administrativa, 56
estatísticas nacionais, 24, 41, 75, 128, 146, 213, 228, 486, 647, 712, 715, 717
estrutura ampliada, 351
reforma, 72, 103, 118, 121, 129, 141, 167, 168, 170, 172, 183, 281, 282, 284, 288, 292, 294, 297, 298, 302, 315, 316, 317, 319, 320, 321, 323, 325, 326, 327, 328, 343, 344, 346, 348, 349, 352, 354, 365, 390, 404, 406, 407, 409, 410, 413, 418, 430, 438, 453, 455, 557, 558, 559, 621, 693, 728, 730, 733, 735, 736, 737, 738, 739
missão, 183, 193, 194, 195, 318, 320, 343, 344, 349, 409
plano de ação, 321
quadro de pessoal, 72, 134, 166, 183, 315, 317, 324, 345, 349, 351, 353, 360, 390, 407, 410, 412, 413, 433, 452, 551, 557, 616, 703, 728, 737
memória histórica, 433, 616
repartição de estatística, 60, 73, 75, 76, 124, 129, 131, 141, 149, 151, 152, 157, 164, 169, 170, 179, 183, 184, 195, 272, 273, 281, 282, 285, 292, 293, 295, 296, 309, 310, 317, 320, 323, 326, 327, 328, 342, 348, 351, 352, 353, 370, 373, 380, 381, 382, 384, 390, 404, 406, 407, 410, 413, 414, 428, 438, 442, 481, 536, 537, 551, 552, 559, 562, 641, 649, 677, 728, 730, 733, 734, 735, 741
acervo de filmes e fotografias, 629
exposições permanentes, 629
autonomia administrativa, 626, 712, 715
autonomia técnica, 406, 626
centralização dos trabalhos, 429
deficiência de informações, 131, 288, 290, 323, 331, 351, 352, 584, 388, 417, 449, 452, 621, 694, 699, 719, 727
escola de verdadeiros estatísticos, 405
resultados estatísticos, 59, 74, 327, 347, 417, 551, 664
retrato do Brasil, 417
ver também Agentes de estatística
ver também Agentes recenseadores
ver também Biblioteca
ver também Censo
ver também Congresso Internacional de Estatística
ver também Conselho Superior de Estatística
ver também Elaboração das estatísticas
ver também Formação das estatísticas nacionais
ver também Governo (República)
ver também IBGE
ver também Imprensa
ver também Levantamentos cartográficos
ver também Oficina tipográfica

ver também Território
ver também Tipografia da Estatística

Distrito Federal, 78, 112, 113, 114, 117, 124, 129, 130, 139, 140, 141, 143, 144, 146, 150, 154, 156, 157, 158, 167, 168, 169, 171, 175, 181, 183, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 204, 206, 209, 215, 216, 222, 250, 254, 257, 273, 274, 275, 282, 290, 296, 302, 303, 304, 305, 308, 327, 335, 354, 358, 370, 374, 376, 381, 414, 420, 432, 437, 442, 444, 446, 454, 464, 465, 468, 469, 471, 490, 493, 496, 498, 516, 531, 545, 546, 561, 562, 580, 593, 595, 600, 601, 602, 603, 634, 643, 669, 670, 671, 674, 683, 694, 695, 696, 739, 741
    era das demolições, 187, 209
ver também Censo de 1906
ver também Demografia sanitária
ver também Demografia sanitária fluminense
ver também Governo (República)
ver também Inspetoria de Higiene
ver também Saúde pública

E

Economia política , 32, 33, 34, 35, 72, 110, 149, 222, 325, 394, 646, 650, 693
    filantropias dos capitalistas, 646
ver também Aritmética política
ver também Estatística
ver também Governo (Império)
ver também Governo (República)

Elaboração das estatísticas, 31, 33, 34 35, 38, 40, 41, 42, 43, 50, 53, 54, 56, 58, 60, 76, 96, 97, 134, 273, 342, 347, 351, 352, 353, 369, 395, 407, 408, 413, 417, 419, 426, 427, 430, 497, 609, 717, 722, 727, 728
    agregação das informações, 382, 427
    carta censitária do Rio de Janeiro, 414
    cotidiano da produção, 408
    critério científico, 407
    econômicas e financeiras, 426, 610, 621, 690
        organização, 426, 620
    fenômenos econômicos, 427
    questão do profissional, 408
        estatístico, 157, 205, 387, 390, 392, 396, 408, 662
    técnicas amostrais, 41, 42, 408
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Estatística
ver também Governo (Império)
ver também Governo (República)
ver também Imprensa

Elementos demográficos, 423
ver também Censo
ver também Registro civil

Estado novo, 532, 731, 742
    vitória revolucionária, 412
ver também Governo (República)

Estados Unidos, 51, 79, 142, 319, 413, 451, 453, 461, 478, 503, 505, 506, 531, 536, 537, 539, 540, 571, 576, 583, 595, 596, 614
censo, 478, 537
campo e apuração, 537
Guerra de Secessão, 537
maturidade operacional, 537
tradição censitária, 478
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Governo (República)

Estatística, 71, 80, 234, 389, 390, 392, 408, 419, 426, 428, 429, 464, 471, 546, 547, 650, 655, 665
das confissões religiosas, 428
das divisões judiciária e policial, 419
das instituições de assistência, 428, 429
das religiões (igrejas, fiéis), 428
das sociedades comerciais, 426
concordatas preventivas e falências, 426
do clima, 234, 419
estações meteorológicas, 419
pesquisas atmosféricas, 419
domiciliar, 471, 546, 547
construções licenciadas, 471
déficits de habitações, 464
especialidade técnica, 408
conhecimento dos fatos sociais, 408
estudo numérico dos fatos sociais, 665
medição dos fatos sociais, 655
expositiva , 390, 392
instrumento de civilização, 71, 80
instrumento de progresso, 71, 80
metodológica, 244, 266, 390, 392, 664,
uma ciência ou um método, 389, 408, 650
ver também Atividade estatística
ver também Congressos Internacionais de Estatística
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Elaboração das estatísticas
ver também Gênese da estatística
ver também Governo (Império)
ver também Governo (República)

Estatísticas ver Estatística

Exposição do Centenário, 61, 561, 597, 600, 674
pavilhão de estatística, 60, 556, 560, 561, 562, 600, 601, 603,
ver também Boletim Comemorativo da Exposição de 1908
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Exposição Nacional

Exposição Nacional, 293, 298, 301, 302, 308, 310, 311, 580, 593, 671, 736
Praia da Saudade, 301
ver também Abertura dos portos
ver também Boletim Comemorativo da Exposição de 1908
ver também Censo de 1906
ver também Exposição do Centenário

Exposição Universal, 59, 60, 183, 284, 426, 440, 537, 551, 553, 556, 560, 561, 574, 575, 576, 579, 581, 583, 592, 595, 603, 625, 655, 683, 734, 735, 737, 738, 739
festas da modernidade, 571
progresso da civilização, 665
ver também Centenário da Independência
ver também Exposição do Centenário
ver também Exposição Nacional

Exposições Universais ver Exposição Universal

F

Federalismo, 51, 53, 56, 242, 270, 272, 429, 493, 689
republicanos, 24, 50, 51, 54, 55, 56, 67, 69, 122, 242, 532, 587, 596
históricos, 56
paulistas, 56, 69, 532
ver também Governo (República)

Fluxo migratório, 270, 271
ver também Censo de 1906
ver também Combate às endemias
ver também Demografia sanitária
ver também Governo (República)

Formação das estatísticas nacionais, 75, 128
ver também Diretoria Geral de Estatística

G

Governo (Império), 38, 51, 52, 54, 55, 67, 80, 88, 103, 108, 134, 202, 233, 235, 236, 238, 239, 241, 242, 270, 298, 656, 732
demanda por estatísticas, 31
limitador das oportunidades de trabalho, 51
ver também Governo (República)
ver também Imprensa
ver também Positivismo
ver também Proclamação da República
Governo (República), 51, 52, 55, 56, 60, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 94, 97, 98, 99, 156, 384, 412, 563, 567, 683, 689, 690, 694, 696, 697, 698, 699, 704, 710, 714, 715, 716, 721, 724, 726, 729, 731, 740, 741, 742,
República Velha, 52, 60, 67, 69, 70, 71, 103, 104, 112, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 151, 155, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 178, 179, 180, 187, 188, 189, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 203, 206, 207, 222, 249, 254, 255, 258, 272, 281, 282, 284, 285, 288, 290, 291, 293, 297, 298, 310, 323, 324, 334, 341, 342, 343, 344, 346, 348, 349, 351, 357, 363, 370, 375, 376, 379, 381, 384, 403, 406, 413, 422, 439, 441, 442, 443, 448, 450, 452, 454, 459, 460, 473, 474, 476, 478, 479, 480, 484, 488, 490, 493, 500, 501, 517, 530, 537, 539, 558, 560, 572, 575, 576, 577, 578, 581, 583, 584, 585, 586,

587, 588, 592, 594, 596, 609, 616, 641, 642, 643, 660, 661, 671, 682, 683, 731, 733, 735, 736, 738, 739, 740
apelo populista, 54
cangaço no nordeste, 404
Coluna Prestes, 725, 739
consolidação republicana, 54, 122
grandes nomes nas artes, 404
início do modernismo, 404
Gripe Espanhola, 403,
inexperiência administrativa, 49, 55, 97, 104
interesses provinciais, 49
centralismo monárquico, 49
investimento nas ferrovias, 585
jacobinos, 50, 54, 199
liberdade política, 51
liberdade civil, 51
obras contra as secas, 585
Primeira Guerra Mundial, 341, 403, 738
Tratado de Versalhes, 403
proteção aos trabalhadores, 230
criação das primeiras leis, 230
quintinismo, 54
reforma do Estado, 453
Revolta dos Tenentes, 403
Revolução de 1930, 28, 298, 532
Revolução Paulista, 403, 689, 739
ver também Campo de Santana
ver também Congresso Nacional
ver também Diretoria Geral de Estatística
vr também Estado Novo
ver também Federalismo
ver também Imprensa
ver também Liceu de Artes e Ofícios
ver também Positivismo
ver também Proclamação da República

Governo Nacional ver Governo (República)

Gênese da estatística, 229, 392
elo com várias ciências, 389
etimologia e definição, 392, 665
relações com as ciências sociais, 392
ver também Estatística

I

IBGE, 15, 42, 43, 45, 52, 61, 76, 139, 153, 173, 293, 318, 345, 349, 351, 352, 384, 388, 396, 403, 404, 410, 418, 430, 433, 453, 526, 544, 557, 562, 609, 617, 626, 630, 637, 645,673, 679, 680, 682, 683, 690, 696, 701, 712, 718, 720, 722, 725, 726, 729, 730,731 741, 742
anais, 396, 617, 626, 645, 718

criação, 526, 634, 726
órgão de coordenação, 430
garantia de unidade, 430
ver também Censo
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Instituições de estatística
ver também Instituto Nacional de Estatística

Imprensa, 26, 38, 54, 56, 97, 98, 117, 177, 178, 199, 202, 204, 211, 217, 288, 297, 309, 321, 331, 334, 342, 345, 410, 418, 428, 429, 432, 439, 440, 459, 461, 462, 464, 468, 473, 475, 477, 479, 480, 481, 483, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 494, 500, 531, 536, 583, 586, 589, 590, 591, 598, 600, 603, 635, 638, 716, 726, 734, 738
matérias publicadas, 490
voz da opinião pública, 204
polêmica do milhão, 464, 468
ver também Censo
ver também Censo de 1920
ver também Elaboração das estatísticas
ver também Governo (Império)
ver também Governo (República)

Imprensa Nacional, 95, 105, 111, 113, 116, 117, 123, 133, 327, 328, 342, 347, 352, 405, 430, 465, 559, 714,
ver também Oficina tipográfica
ver também Tipografia da estatística

Índice sintético, 396
ver também Influências intelectuais

Influências intelectuais, 385
demógrafos e estatísticos estrangeiros, 388, 390, 392, 396
ver também Estatística
ver também Índice sintético

Inspetoria de Higiene, 145, 243, 244, 272, 274
ver também Anuário de Estatística Demógrafo-Sanitário
ver também Demografia sanitária
ver também Demografia sanitária fluminense
ver também Distrito Federal
ver também Registro civil
ver também Rio de Janeiro
ver também Saúde pública

Instituições de estatística ver Instituições estatísticas

Instituições estatísticas, 41, 42, 43, 44, 389, 391, 398, 542, 551, 657, 702
fontes de informação, 285, 381, 611
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Governo (República)
ver também IBGE

Instituto Internacional de Estatística ver International Statistical Institute

Instituto Nacional de Estatística, 61, 683, 690, 705, 712, 713, 715, 719, 720, 721, 722, 741, 742

ver também Congresso Internacionais de Estatística
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também IBGE
ver também Instituto Nacional de Estatística e Cartografia

Instituto Nacional de Estatística e Cartografia, 701, 703, 704, 722, 741
união da estatística e da geografia, 701
ver também IBGE

Instituto de Estatística das Minorias, 662
proteção das minorias nacionais, 662
ver também Estatística
ver também Governo (República)

Instrução pública, 98, 171, 272, 288, 297, 308, 321, 336, 345, 389, 410, 413, 418, 574
analfabetismo, 428
ver também Estatística
ver também Políticas públicas

International Statistical Institute, 74, 167, 453, 505, 542, 655, 657, 678
Cairo, 453, 542, 678
Roma, 453, 542, 678
ver também Congressos Internacionais de Estatística

Interpretação das estatísticas, 393, 394
princípios científicos, 394
ver também Estatística

L

Levantamentos cartográficos, 634
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também IBGE
ver também Território

Liceu de Artes e Ofícios, 584
curso de belas artes, 584
criação de museus, 38, 633
ver também Governo (República)

Listagem dos domicílios ver Lista de domiciílo

Lista de domicílio, 447
coletivo, 447, 455, 644, 684
particular, 444, 447, 455, 644, 684
ver também Censo
ver também Censo de 1920
ver também Registros administrativos

Lista de família, 183, 332, 358, 444, 500, 502, 506, 735
categorias profissionais, 500

constituição da família, 500
grau de instrução, 444, 546, 644
taxas de analfabetismo, 501
registro da nacionalidade, 501
povoamento do solo, 501
ver também Censo
ver também Censo de 1920
ver também Registros administrativos

M

Marxismo-leninista, 404
ver também Governo (República)

Método de Block, 467, 468, 470
ver também Estatística

Monarquia ver Governo (Império)

N

Natureza das estatísticas, 38
ver também Estatística

O

Oficina tipográfica, 130, 133, 288, 297, 342, 343, 375, 376, 405, 410, 558
cartógrafos, 141, 551, 556, 557, 601
ver também Cartografia estatística
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Imprensa Nacional
ver também Registro civil
ver também Tipografia da estatística

P

Poder econômico e social, 52
sistema de competição livre, 52
ver também Governo (Republica)

Política dos estados, 56, 60, 163
ver também Política dos governadores

Política dos governadores, 55, 56, 60, 76, 163
oligarquias, 24, 56, 60, 163, 164, 672
ver também Governo (República)
ver também Política dos estados

Políticas públicas, 370, 428
ver também Combate às endemias
ver também Demografia sanitária
ver também Elaboração das estatísticas
ver também Estatísticas
ver também Governo (República)
ver também Instrução pública

Positivismo, 43, 49, 52, 53, 70, 84, 429, 432
ordem e progresso, 49, 157, 271
condenação da monarquia, 52
positivistas, 52, 53, 54, 69, 79, 83, 85, 271, 729
propostas, 53
ver também Governo (Império)
ver também Governo (República)
ver também IBGE
ver também Proclamação da República

Proclamação da República, 80, 98, 99, 129, 218, 531, 572, 588, 596, 733
ver também Governo (Império)
ver também Governo (República)
ver também Positivismo

Propaganda republicana, 49, 53, 54
o ato e os atores, 54
ver também Governo (República)

Proprietários rurais, 51
definição individualista do pacto social, 51
organização do poder, 51
ordem social e política, 51, 363
ver também Governo (República)

Q

Questão de reserva ver Sigilo

R

"Regimen paz e amor", 295, 296
ver também Censo de 1910

Registro civil, 23, 60, 70, 76, 79, 84, 86, 90, 94, 97, 99, 121, 124, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 146, 155, 164, 167, 169, 170, 171, 172, 183, 198, 244, 246, 254, 273, 282, 284, 287, 288, 290, 291, 293, 294, 296, 306, 307, 318, 319, 347, 352, 353, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375,

376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 421, 422, 423, 424, 431, 442, 449, 467, 470, 473, 536, 610, 612, 615, 619, 621, 627636, 662, 672, 678, 682, 698, 727, 728, 732, 736, 737, 738
agregação das informações, 382, 427
casamentos, 40,52, 59, 70, 79, 83,84,86, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 105, 245, 273, 282, 294, 369, 370, 371, 372, 375, 377, 378, 379, 381, 382, 383, 384, 421, 423, 424, 431, 544, 612, 627, 636, 662, 672, 682, 727
nascimentos, 70, 86, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 245, 273, 274, 282, 369, 370, 371, 372, 374, 375, 376,377, 378, 379, 381, 382421, 423, 424, 431, 467, 544, 612, 627, 636, 662, 672, 678, 727
óbitos, 70, 86 90, 91 94, 95, 96, 273, 274, 282, 369, 370, 371, 372, 377, 378, 379, 381, 421, 423, 424, 431, 544, 612, 662, 672, 678, 727
implantação, 79, 84, 86, 87
legislação, 282, 369, 370, 371, 424, 737, 738
questão jurídica, 373
questão prática, 373
reforma, 60, 282, 294, 218, 353, 370, 371, 372, 373, 374, 377, 378, 384, 621, 737, 738
ver também Cartórios de registro civil
ver também Censo
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Registro religioso

Registro religioso, 373, 422
ver também Registro Civil

Registros administrativos, 35, 40, 41, 42, 43, 53, 58, 85, 97, 128, 146, 147, 154, 170, 234, 245, 273, 274, 288, 387, 417, 421, 426, 464, 470, 472, 506, 527, 609, 657, 659, 672, 678, 727, 729
relatórios analíticos, 426
informações (primárias ou primeiras), 417
ver também Elaboração das estatísticas
ver também Registro civil

S

Saúde pública, 33, 157, 198, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 245, 256, 264, 266, 267, 269, 272, 274, 275, 296, 305, 464, 467, 468, 469, 470, 471, 516, 542, 581, 614, 663, 670, 673, 689, 694, 704, 709, 710, 725, 726, 728, 735, 736, 740
ver também Combate às endemias
ver também Demografia sanitária
ver também Distrito Federal
ver também Governo (República)
ver também Políticas públicas

Sena Madureira (AC), 508
primeira cidade apurada, 508
ver também Censo de 1920

Serviços estaduais de estatística, 628, 638, 648, 703
ver também Repartição de estatística

Sigilo, 40, 73, 201, 217, 359, 360, 365, 443, 479, 546, 567, 643, 658, 659, 675, 684, 693, 696
noção de ética, 40, 41, 73
ver também Censo
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Estatística

Sistema político brasileiro, 55, 68
organização institucional, 55, 68
ver também Governo (República)

Sociedade Brasileira de Estatística, 626
Revista Brasileira de Estatística, 157, 336, 626
ver também IBGE
ver também Sociedade Estatística do Brasil

Sociedade Estatística do Brasil,, 635
ver também Sociedade Brasileira de Estatística

T

Território, 20, 31, 32, 37, 60, 86, 99, 134, 303, 353, 361, 387, 420, 431, 482, 485, 496, 501, 519, 556, 562, 589, 618, 633, 634, 635, 636, 642, 703, 709, 722
carta geográfica, 420
delimitação, 420
questão de limite, 420
fronteiras interestaduais, 420
densidade territorial, 422, 431, 442, 562, 602
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também IBGE
ver também Levantamentos cartográficos

Tipografia da estatística, 117, 328, 430, 490, 559, 730
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também IBGE
ver também Imprensa Nacional
ver também Levantamentos cartográficos
ver também Oficina tipográfica

Trabalho de campo, 107, 395, 437
ver também Coleta de dados

Índice onomástico

Abrantes, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de, 1796-1865
274, 281, 282, 284, 291, 292, 294, 298, 335, 404, 407, 448, 450,451,537, 539, 557, 609, 657, 671, 673, 675, 678, 682, 683, 736, 737, 745, 747, 749, 789

Abreu, José Coelho da Gama e, 1832-1906,
574

Achenwall ver Achenwall, Gottifried, 1719-1772

Achenwall, Gottifried, 1719-1772
388, 665

Affonseca, Leo de
690, 694, 703, 710, 716, 717, 730, 731, 741, 789

Aguiar, Francisco Marcelino de Souza, 1855-1935
215, 572, 576, 577, 580

Aguiar, Maria Dulce de Oliveira
433, 434, 617

Alberto I, Rei da Bélgica, 1875-1934
67, 537, 598

Albuquerque, Arthur Marques Lins de
433

Albuquerque, Joaquim Pessoa Cavalcanti de
513

Albuquerque, José Corrêa de
434

Albuquerque, Joaquim José de Campos de Medeiros e ver Albuquerque, Medeiros e, 1867-1934

Albuquerque, Júlio Prestes ver Prestes, Júlio, 1882-1946

Albuquerque, Medeiros e, 1867-1934
50, 75, 98, 99, 111, 121, 327, 729, 733

Alfredo, João ver Oliveira, João Alfredo Corrêa de, 1835-1919

Almeida, Antero de
593

Almeida Cândido Mendes de ver Mendes, Cândido, 1818-1881

Almeida, Francisco Furquim Werneck de
139

Almeida, Isaías Alves de ver Alves, Isaías, 1888-1968

Almeida, Miguel Calmon du Pin e ver Abrantes, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de, 1796-1865

Alves, Francisco de Paula Rodrigues ver Alves, Rodrigues, 1848-1919

Alves, Godofredo Macedo Soares
434

Alves, Isaías, 1888-1968
695

Alves, João Luís, 1870-1925
599, 600

Alves, Raymundo de Faria
217

Alves, Rodrigues, 1848-1919
187

Alvim, Alfredo de Mello e
268

Alvim, José Cesário de Faria, 1839-1903
72, 213

Amaral, Aristides
718

Andrade, Antonio Carlos Ribeiro de, 1870-1946
641

Andrade, Bueno de
531

Andrade, Nuno de ver Andrade, Nuno Ferreira de 1851-1922

Andrade, Nuno Ferreira de, 1851-1922
255, 256

Aragão, Francisco
516

Aranha, Oswaldo, 1894-1960
713, 714

Arantes, Altino, 1876-1965
532

Araújo, José Thomas Nabuco de , 1813-1878
213

Araújo, Thomaz Nabuco de ver Araújo, José Thomas Nabuco de,1813-1878

Aschoff, Adolpho
574

Assis, Dilermando de, 1888-1951
199

Azambuja, Graciano de
573

Azevedo, Arthur, 1855-1908
210, 311

Azevedo, Francisco Ramos de
310

Azevedo, Luiza Marinho de
616

Balceiro, Nathaly Leão
616

Bandeira, Alfredo Vianna
433

Bandeira, Arthur
511

Banhauser
148

Baptista, Alvaro da Rocha
434

Barbalho, João ver Cavalcanti, João Barbalho Uchôa, 1846-1909

Barbosa, Francisco Leão Alves
112, 353, 372, 373, 433, 737

Barbosa, Izaltino
561

Barbosa, Julio Horta, 1881-1965
199

Barbosa, Maria da Piedade
434

Barbosa, Mário
649, 651

Barbosa, Octávio Gastão
433

Barbosa, Rui, 1849-1923
54, 77, 83, 97, 252, 287, 295, 298, 341, 342, 345, 454, 532, 539, 675, 690, 757, 760, 773

Barbosa, Ruy ver Barbosa, Rui, 1849-1923

Barcellos, Alberto
518

Barroso, Euclydes
286

Bastos, Cassiano Machado Tavares
418, 419, 433, 616

Bastos, Gonçalves
531

Batista, José Luiz
695

Bello, José Maria, 1885-1959
56, 69

Benini, Romano
660

Bentham, Jeremy, 1748-1832
231, 768

Bernadelli, Rodolpho
574

Bernardes, Arthur, 1875-1955
298, 403, 448, 484, 532, 537, 598, 599, 609, 625, 673, 731, 738, 739, 740, 786

Bernardes, Sergio
603

Bernardino, Francisco
183, 287, 296, 297, 315, 317, 319, 329, 336, 337, 339, 341, 343, 348, 351, 353, 354, 357, 358, 364, 365, 370, 373, 374, 377, 380, 403, 406, 409, 410, 417, 433, 557, 559, 617, 621, 631, 730, 737, 738, 745, 747, 772

Bernoulli, Daniel, 1700-1782

Bertillon, Jacques, 1851-1919
114, 148, 245, 662

Bevilaqua, Clóvis ver Bevillaqua, Clóvis, 1859-1944

Bevillaqua, Clóvis, 1859-1944
377, 378

Bhering, Francisco, 1866-1924
524

Bicalho, Francisco
168

Billings, John S. (John Shaw), 1898-1975
538

Billings, John Shaw ver Billings, John S. (John Shaw), 1898-1975

Bittencourt, Alfredo Salgado
433

Bittencourt Júnior, Hermano Vasconcelos
512

Block, Maurice, 1816-1901
59, 149, 152, 388, 405, 467, 732

Bocayuva, Quintino
53

Bodio, Luigi, 1840-1920
148

Bokel, Francisco José
433

Bonifácio, José ver Silva, José Bonifácio de Andrada e, 1763-1838

Borges, Abílio César, Barão de Macaúbas ver Macaúbas, Abílio Cesar Borges, Barão de

Botelho, Carlos J.
310

Braga, Cincinato, 1864-1953
459, 475, 476, 477, 493, 502, 531, 778

Braga, Cincinato César da Silva ver Braga, Cincinato, 1864-1953

Braga, João Francisco
481

Braga, Sylvio Vieira
433

Bragança, D. Isabel d'Orleans e ver Isabel, Princesa do Brasil, 1846-1921

Braitmayer, Otto
540

Brandão, Julio
574

Brasil, Assis, 1857-1938
739

Brasiliense, Américo, 1833 - 1896
531

Braz, Wenceslau, 1868-1966
403, 409, 411, 425, 560, 673, 683

Briggs, Arthur Eduardo Raoux
286

Brito, Carlos de
580

Britto, Aurélio de
511

Britto, Eulalia
434

Britto, Florianno
353

Britto, Francisco Calmon de
433

Bruno, Pedro
49, 561, 759

Cabral, Marfisa Rodrigues
434

Calmon, Miguel ver Abrantes, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de, 1796-1865

Calógeras, João Pandiá, 1870-1934
403, 673, 745

Câmara, Anfilóquio Carlos Soares da, 1889 - ?
695

Câmara, Antônio Augusto da
372

Câmara, Antônio Manuel Corrêa da
722

Camelo, Porfírio da Costa
524

Campeão, Alice Lopes
434

Campello, Amaro Crespo Chaves
433

Campos, Carlos Alvares da Silva
695

Campos, Coelho
374

Campos, Francisco, 1891-1968
689, 694, 699, 700, 703, 704, 711, 715, 724, 726, 740, 741

Campos, Luiz Henrique Pereira de
73, 166, 169

Campos Sobrinho, Antônio Rodrigues de
116, 166

Candal, Arthur
518

Candido, Francisco de Paula, 1809-1864
236, 746

Caritat, Marie Jean, Marquês de ver Condorcet, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, Marquis de, 1743-1794

Carmo, Júlio Henrique do
141

Carneiro, Augusto Dias
293, 327, 390, 433, 616, 735, 737

Carrasco, Alberto
158

Carrasco, Gabriel
554

Carvalho, Augusto Meireles de, 1891
695

Carvalho, Bellarmino Sayão de Sá
433

Carvalho, Bulhões, 1866-1940
23, 43, 59, 60, 61, 72, 74, 123, 129, 139, 141, 154, 156, 158, 168, 172, 180, 183, 202, 216, 221, 237, 243, 249, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 265, 267, 268, 274, 275, 281, 293, 295, 298, 302, 303, 307, 309, 310, 315, 321, 323, 328, 332, 335,

336, 337, 341, 346, 348, 357, 358, 363, 364, 365, 370, 371, 381, 390, 403, 404, 409, 413, 417, 430, 433, 441, 448, 450, 461, 467, 468, 469, 470, 471, 475, 478, 481, 482, 483, 485, 487, 493, 497, 498, 500, 502, 503, 505, 506, 507, 509, 524, 527, 530, 537, 539, 541, 542, 552, 553, 554, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 594, 600, 612, 617, 627, 631, 641, 645, 646, 647, 649, 651, 652, 657, 667, 669, 670, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 701, 703, 715, 721, 724, 725, 730, 731, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 744, 745, 746, 753, 756, 768, 769, 775, 788

Carvalho, Catarina Sayão Lobato de Bulhões
669, 682

Carvalho, Francisco Pereira de Bulhões
669, 682

Carvalho, João Manoel de
695

Carvalho, José Carlos de
578

Carvalho, José da Costa, Marquês de Monte Alegre
86, 732

Carvalho, José Luiz Sayão de Bulhões ver Carvalho, Bulhões, 1866-1940

Carvalho, José Murilo
44, 54, 200, 589, 752

Carvalho, Pedro Guedes de
336

Carvalho, Vicente de, 1866-1924
531

Castelo Branco, Humberto de Alencar, 1900-1967
726

Castilho, Julio, Visconde de, 1840-1919
52, 84, 95, 723, 725, 733, 734

Castilho, Júlio de ver Castilho, Julio, Visconde de, 1840-1919

Castro, Augusto Arnaldo da Silva
433

Castro, Augusto Olympio Viveiros de, 1869-1927
43, 374

Castro, Christovam Leite de
731

Castro, Christóvão Leite de ver Castro, Christovam Leite de

Castro, Francisco de, 1857-1901
256, 258, 669, 670

Castro, Geminiano Lyra
609, 611, 617, 642, 657, 678, 746, 786

Castro, Gomes de
374

Castro, Viveiros de ver Castro, Augusto Olympio Viveiros de, 1869-1927

Cavalcante, Joaquim Arcoverde de Albuquerque
84

Cavalcanti, Amaro, 1849-1922
139, 374

Cavalcanti, Henrique Barbalho Uchôa
514

Cavalcanti, João Barbalho Uchôa, 1846-1909
70, 99, 746

César, Luiz L. de Araújo
695

Chateaubriand, Assis, 1892-1968
591, 739, 752

Chaves, Isa Horta
434

Cícero, Padre, 1844-1934
342, 737

Cleveland, Grover, 1837-1908
572

Cobham, Ralph
592, 593

Coelho, Jeronymo Francisco
217

Coelho, Raul de Araújo
433

Colbert, Jean-Baptiste , 1619-1683
40, 387, 665

Collor, Lindolfo, 1890-1942
689, 740

Colombo, Cristóvão, 1451-1506
572

Comte, Auguste, 1798-1857
84

Conceição, Paula Gertrudes da
221

Conceição, Silvera Maria da
220

Conde d'Eu ver Eu, Luis Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans, Conde D', 1842-1922

Condorcet, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, Marquis de, 1743-1794

Conring , Friedrich Franz von, 1873 - ?
665

Constant, Benjamin, 1836-1891
50, 51, 53, 759

Corrêa, Innocêncio Serzedello
111, 286

Corrêa, José Mattosso de Sampaio
286

Corrêa, Viriato, 1884-1967
207

Correia, Leôncio
695

Correia, Manoel Francisco, 1831-1905
71

Correia, Rivadávia, 1866-1920
531

Correia Filho, Virgílio Alves
695

Costa, Edgard, 1887-1970
286

Costa, Jenny Moreaux
434

Costa, João Baptista da, 1928-
593

Costa, José Alves Cardoso
515

Costa, Lucio, 1902-1998
603

Costa, Luiz Timóteo da
98, 166

Costa, Manoel Timóteo da, 1855-1934
70, 72, 74, 75, 76, 95, 96, 97, 98, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 117, 121, 122, 123, 132,213, 327, 430, 625, 729, 731, 733, 734, 760

Costallat, Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura, 1845-1904
123, 748

Cotegipe, João Maurício Wanderley, Barão de
90

Coulanges, Fustel de ver Fustel de Coulanges, 1830-1889

Couto, José Maria do
71

Couto, Miguel, 1864-1934
584

Cruz, Oswaldo, 1872-1917
157, 187, 198, 199, 264, 266, 267, 275, 305, 658, 670, 735

Cunha, Euclides da, 1866-1909
199, 735

Cunha, Herculano Augusto Lassance
237

Cunha, Manoel Antônio Soares da
61, 130

Cunha, Sebastião Martins da
433

D. Isabel ver Isabel, Princesa do Brasil, 1846-1921

D. João VI ver João VI, Rei de Portugal, 1767-1826

D. Tereza Cristina, Imperatriz ver Teresa Cristina Maria, Imperatriz, consorte de Pedro II, Imperador do Brasil, 1822-1889

Dailay, Garder
603

Dall'Ara, Gustavo, 1865-1923
561, 601

Damasceno, João Sabino
117, 155, 158, 168, 169, 172, 175, 176, 177, 1183, 202, 216, 281, 729, 730, 731, 735, 736, 746

Dantas, Heraclio Villar Ribeiro
512

Darwin, Charles, 1758-1778
33, 646

Debret, Jean Baptiste, 1768-1848
38, 49, 588

Derby, Orville A (Orville Adelbert), 1851-1915
286

Derby, Orville ver Derby, Orville A (Orville Adelbert), 1851-1915

Dias, Gonçalves, 1823-1864
588

Diniz, Alberto Augusto
695

Dore, Valentino, 1886
659

Dôres, Dionysia Maria das
220

Doria, Alpheo da Costa
433

Doriá, Escragnole, 1869-1948
203

Dória, José Rodrigues da Costa
695

Dumont, Alberto Santos ver Santos-Dumont, Alberto, 1873-1932

Durkheim, Émile, 1858-1917
28, 84

Dutra, Eurico Gaspar, 1885-1974
199

Elizabeth II, Rainha da Grã-Bretanha, 1926
67, 598

Elvius, Petrus, 1710-1749
232

Engel, Ernst, 1821-1896
116, 396, 656

Estado, Guilherme Augusto Ferreira Duque
434

Estrada, Osório Duque
588

Eu, Gastão de Orleans, Conde d', 1842-1922 ver Eu, Luis Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans, Conde D', 1842-1922

Eu, Luis Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans, Conde D', 1842-1922

D'Eu, Príncipe Gaston d'Orleans, Conde
68, 387,

Fajardo, Francisco de Paula, 1864-1906
257, 258, 262, 669

Faria, Alberto de, 1865-1931
584

Faria, Antônio da Rocha, 1853-1936
243, 244

Faria, Cordeiro de
584

Faria, Godofredo de
481

Faria, Octavio Augusto de, 1881-1921
518

Faria Júnior, Fernando de
433

Farias, Cyro Cordeiro de
434

Farr, William, 1807-1883
232, 233, 234, 768

Fernandes, Josephina da Gama
434

Fernandes, Rachel Pinto
434

Ferraris, Carlo F. (Carlo Francisco), 1850-1924
429, 430

Ferreira, Francisco Pires
433

Ferreira, Francisco Xavier
722

Ferreira, M. J.
695

Ferreira, Nelson de Seixas
434

Figueira, Domingos de Andrade
213

Figueiredo, Euclydes, 1883-1963
199

Figueiredo, Francisco
217

Figueiredo, Luiz de Oliveira
180

Figueiredo, Otaviano Augusto de
116

Filgueiras Filho, Leovigildo
433

Fogliani, Giuseppe
188

Fonseca, Borges da, 1808-1872
353

Fonseca, Deodoro da, 1827-1892
50, 53, 54, 67, 68, 69, 70, 77, 96, 113, 117, 121, 168, 281, 404, 587, 731, 733, 760

Fonseca, Hermes da, 1855-1923
130, 204, 281, 295, 297, 298, 341, 342, 346, 348, 357, 362, 378, 403, 407, 532, 731, 736, 737, 773, 774

Fonseca, Manoel Deodoro da ver Fonseca, Deodoro da, 1827-1892

Fontoura, Ubaldino de Amaral, 1843-1920
195

Foucault, Michel, 1926-1984
32, 34, 229, 230, 753

Foville, Alfred de
398

Fragoso, Fausto
433

Fragoso, Raul Moreira
434

Franck, Johann Peter, 1745-1821
231, 768

Franco, Afonso Arinos de Melo, 1905-1990
281, 589, 753

Freire, Domingos José, 1843-1899
241

Freire, Sá, 1870 - ?
480, 585, 586

Freitas, Augusto Teixeira de, 1816-1883
43, 98, 153 293, 323, 354, 412, 433, 453, 520, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 615, 616, 617, 625, 626, 632, 633, 635, 636, 638, 648, 673, 679, 680, 689, 693, 694, 697, 699, 700, 703, 704, 705, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 721, 722, 723, 725, 726, 730, 737, 739, 740, 741, 742, 753, 786, 789

Freitas, Carlos Vidal de Oliveira ver Oliveira, Vidal de, 1853

Freitas, Mário Augusto Teixeira de ver Freitas, Augusto Teixeira de, 1816-1883

Freyre, Gilberto, 1900-1987
311

Frontin, Paulo de, 1860-1933
168, 169, 187, 286, 584, 592, 593, 765, 766

Fuentes e Carqueja, Ulpiano
217

Fustel de Coulanges, 1830-1889
84

Gabizo, João Pizarro
141

Gaffrée, Cândido
584

Galvão, Ivan
434

Galvão, Rodolpho
269

Gama, Abel
258

Gama, Luiz Filipe de Saldanha da, 1846-1895
734

Gama, Saldanha da ver Gama, Luiz Filipe de Saldanha da, 1846-1895

Gini, Corrado, 1884-1965
662

Giolitti, G.
582

Godoy, Antônio Thomaz de
213

Gomes, Carlos, 1836-1896
575

Gomes, Eduardo
726

Gonçalves, Milciades José
433

Gonçalves Júnior, Joaquim Francisco
286

Gouvêa, Hilário de
253

Graça, Humberto
433

Granville, Lord, 1815-1891
284

Graunt, John, 1620-1674
387

Guedes, Mário
489

Guerry, A M. (André-Michel), 1802-1866
351, 397

Guerry, André-Michel ver Guerry, A M. (André-Michel), 1802-1866

Guillobel, José Candido, 1843-
584

Guimarães, Cantuária
650

Guimarães, Eduardo, 1948-
531

Guinle, Guilherme, 1882-1960
584

Gusmão, Antônio Cavalcanti Albuquerque de
433, 447, 540, 616

Gusmão, Carlos Cavalcanti de
514

Gustavo, Miguel
500

Guy, William A, 1810-1885
234

Haussmann, George Eugène, 1809-1891
188, 195, 222, 751

Hay, John
578

Hollerith, Herman, 1860-1929
449, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 544, 660, 678, 732, 738, 739, 781, 794

Horácio
641

Horta, Afonso Celso Parreiras
412, 418, 425, 426, 432, 433, 616

Horta, Joaquim Carneiro de Miranda
286

Hosterno, Raymundo
519

Hygino, José ver Pereira, José Hygino, Duarte, 1846-1901

Iddesleigh, Stafford Henry Northcote, Earl of, 1818-1887
150

Isabel, Princesa do Brasil, 1846-1921
67, 591, 732, 739

Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de, 1802-1872
89, 732

Jacquart, Camille
59, 388, 392, 393, 394, 395, 396, 662, 736, 754, 775

João, do Rio, 1881-1921
475, 477, 478, 499, 530, 531, 738

João VI, Rei de Portugal, 1767-1826
38, 59, 220

Jonnés, Moreau de ver Moreau de Jonnès, Alexandre, 1778-1870

Jorge, José Vicente
213

Keleti, Charles
396

Korosa, Joseph
398

Korosi
148

Kubitschek, Juscelino, 1902-1976
129, 726

Lacerda, Álvaro Tavares de
433

Lacerda, Gustavo de
217

Lacerda, João Maria de
418, 419

Lacerda, Maurício de, 1888-1959
584

Lacerda, Sebastião Eurico Gonçalves de, 1864-1925
130, 134, 748

Lage, Cipriano
354

Lambert, E.
328

Laplace ver Laplace, Pierre Simon, Marquis de, 1749-1827

Laplace, Pierre Simon, Marquis de, 1749-1827
232

Latour, Bruno, 1947-
36, 552, 754

Latour, Eugênio, 1874-1941
561, 601

Le Goff, Jacques, 1924-
588, 754

Le Play, Frédéric, 1806-1882
40, 351

Leal, Arlindo Antônio
433

Leão, Manoel Candido de
286

Legoyt ver Legoyt, A (Alfred), 1815-1885

Legoyt, A (Alfred), 1815-1885
146, 147, 754

Leitão, Joaquim Teixeira
112

Leitão, Luiz, 1890-1936
315, 330, 364, 372

Lemgruber, Fidelis
433, 616

Lemos, Francisco Faria de
213

Lessa, Renato
56

Lessa Júnior, Joaquim dos Santos
372

Levasseur, E. ver Levasseur, Emile, 1828-1911

Levasseur, Emile, 1828-1911
665

Lexis, Wilhelm Hector Richard Albrecht, 1837-1914

Liedtz
153

Lilienfeld
670

Lima, Arthur José de
434

Lima, Benjamin, 1885-1948
510

Lima, Grauben Bomilcar de Monte
434

Lima, João Barbosa
434

Lima, João Gonçalves Pereira
412, 747

Lima, Melchisedeck de Albuquerque
286

Lins, Manuel Joaquim de Albuquerque, 1852-1926
273, 310, 750

Lira, José Pereira
695

Lobo, Aristides da Silveira, 1838-1896
69,80

Lobo, José da Silveira
124

Lobo, R. Haddock (Roberto Haddock), 1902-
238

Lobo, Roberto Jorge Haddock ver Lobo, R. Haddock (Roberto Haddock), 1902-

Lopes, Ildefonso Simões, 1866-1944
413, 441, 475, 593, 677, 745, 747, 778

Lopes, Isabel Ferreira
434

Lopes, Luís Simões ver Lopes, Luiz Simões, 1903-1994

Lopes, Luiz Simões, 1903-1994
721

Lopes, Miguel Maria de Serpa ver Serpa Lopes, Miguel Maria de

Lopes, Oscar, 1917
598, 599

Lousada, Alfredo João
434

Louzada, Trajano
515

Lucena, Henrique Pereira de ver Lucena, Henrique Pereira de, Barão de, 1835-1913

Lucena, Henrique Pereira de, Barão de, 1835-1913
50, 69, 433

Luís, Washington, 1869-1957
384, 403, 609, 610, 636, 641, 642, 673, 680, 689, 725, 731, 740, 787

Luna, Raul de
481

Lustosa, Vicente
286

Lyra, A Tavares de (Augusto Tavares de), 1872-1958
291

Lyra, Augusto Tavares de ver Lyra, A Tavares de (Augusto Tavares de), 1872-1958

Macaúbas, Abílio Cesar Borges, Barão de
99

Macedo, João Moreira de Araripe
327, 433, 561, 616, 761, 765, 782, 783

Machado, Laerte Augusto
433

Machado, Pinheiro
295, 341, 403, 737, 738, 751, 773, 774, 775

Machado, Roberto, 1947
235, 753

Maciel Filho, Francisco Antunes
713, 714

Mackenzie, Alexandre
584

Mâder, Algacir Munhoz
695

Maia, Alfredo Eugênio de Almeida, 1856-1915
166, 167, 213, 575, 748

Maia, Álvaro, 1893-1969
694

Maldonado, Edgard Brandão
433

Malta, Augusto, 1864-1957
217

Manna, Francisco, 1879-1943
561, 601

Margarida, Rainha, consorte de Henrique IV, Rei da França, 1553-1615
582

Marinho, Arthur de Souza
695

Martins, Silveira, 1835-1901
67, 734

Maximiliano, Carlos, 1873-1960
425

Mayr, Georg von, 1841-1925
398

Medeiros, Borges de, 1863-1961
52, 404, 594, 739

Medeiros, Marianno Augusto de
517, 518

Mello, Alfredo Pinto Vieira de
593

Mello, Jeronymo Martiniano Figueira de, 1809-1878
213

Melo, Custódio de ver Melo, Custódio José de, 1840-1902

Melo, Custódio José de, 1840-1902
734

Mendes, Candido, 1818-1881
286

Mendonça, Curvêllo de
209

Mennucci, Sud, 1892-1948
695

Mesquita, Júlio de
531

Meyrelles, Justiniano Martins
433

Michelet, Luiz
573

Miguez, Leopoldo, 1850-1902
50

Milliet, Guillaume Edmond
398

Miranda, José Joaquim
372

Miranda, Pontes de, 1892-1979
589

Miranda, Rodolpho Nogueira da Rocha, 1862-1943
296, 342, 343, 362, 407, 579, 747

Monat, Ida
434

Monroe, James, 1758-1831
576

Monteiro, Isidro Borges
213

Monteiro, José Manoel
286

Moraes, Prudente de, 1841-1902
99, 112, 117, 121, 122, 126, 133, 139, 164, 168, 170, 558, 588

Moreau de Jonnés, Alexandre, 1778-1870
19, 20, 59, 116, 387, 389, 656, 757

Moreira, Delfim, 1868-1920
403, 472, 673, 731, 738, 778

Moreira, Juliano, 1873-1933
428

Morize, Henrique, 1860-1930
286, 770

Mosiman, Adriano
695

Motta, Cesário
132

Motta, João Baptista da
577

Motta, Marly Silva da
590, 597

Moura, José Bonifácio Burlamaqui
337

Müller, Lauro, 1863-1926
168, 187, 576, 578, 579, 746, 748, 749

Murtinho, Joaquim, 1848-1911
130, 133, 558, 748

Nabuco, Joaquim , 1849-1910
54

Napoleão III ver Napoleão III, Imperador dos franceses, 1808-1873

Napoleão III, Imperador dos franceses, 1808-1873
188, 222, 387, 574

Napoleão, Benedito Martins
695

Napoleão, Francisco Freire
574

Nascimento, N.
353, 363

Neiva, Venâncio
454

Nery, Dulce
434

Neumann-Spallart ver Neumann-Ritter von Spallart, A.

Neumann-Ritter von Spallart, A.
388, 396, 397, 398, 755

Neves, Domingos Couto de Carvalho
112

Newton, Isaac ver Newton, Isaac, Sir, 1642-1727

Newton, Isaac, Sir, 1642-1727
157

Niemeyer, Oscar, 1907-
603

Norberto, Joaquim ver Silva, J. Norberto de Souza e, 1820-1891

Northcote, Stafford ver Iddesleight, Stafford Henry Northcote, Earl of, 1818-1887

Novais, Paulo
531

Nunes, Evencio
561

Nunes, Everardo
235

Nunes, J. P. Favilla
268

Oliveira, Adalto Gomes de
434

Oliveira, Clodomiro Augusto de
524

Oliveira, João Alfredo Corrêa de, 1835-1919
70, 98, 213, 222, 271, 321, 732, 750, 761

Oliveira, João Alfredo Correia de, 1835-1919 ver Oliveira, João Alfredo Corrêa de, 1835-1919

Oliveira, João Cândido de
403, 737

Oliveira, José Marques de
116, 166, 180, 315, 316, 330, 336, 337, 353, 419, 730, 735, 736

Oliveira, José Simeão de
572

Oliveira, Júlio César de
286

Oliveira, Lucia Lippi, 1945-
464, 755

Oliveira, Vidal
286

Otake, Ruy
183, 603

Pacha, Saroit
661

Pacheco, José Felix Alves, 1879-1935
202

Pádua, Saturnino de
479, 494, 517

Paiva, Ataulpho de
584

Papa Pio X ver Pio X, Papa, 1835-1914

Papa XI ver Pio XII, Papa, 1857-1939

Paranhos, José Maria da Silva, Visconde do Rio Branco ver Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do, 1819-1880

Passos, Francisco Pereira ver Passos, Pereira, 1836-1913

Passos, Pereira, 1836-1913
141, 144, 148, 154, 158, 168, 183, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 197, 198, 200, 201, 202, 209, 211, 214, 215, 217, 221, 222

Patrocínio Filho, José do, 1885-1929
295

Peçanha, Nilo, 1867-1924
295, 297, 298, 298, 341, 342, 343, 357, 358, 362, 407, 557, 580, 598, 673, 683, 730, 731, 735, 736, 737, 747, 770, 773

Pederneiras, Manoel Velloso Paranhos
241

Pedro I, Imperador do Brasil, 1798-1834
49, 220, 585,588,589

Pedro II, Imperador do Brasil, 1825-1891
68, 220, 281, 585, 591, 734

Peixoto, Álvaro Afrânio
433

Peixoto, Floriano, 1839-1895
53, 54, 77, 96, 99, 111, 112, 113, 117, 121, 122, 126, 149, 168, 187, 454, 733, 762

Pena, Afonso, 1847-1909
354, 404, 407, 448, 557, 579, 588, 671, 673

Penna, Affonso Augusto Moreira ver Pena, Afonso, 1847-1909

Pereira, Fernando Lobo Leite, 1851-1928
96, 122, 749

Pereira, José Hygino Duarte, 1846-1901
374

Pereira, Manoel Vitorino, 1853-1902
127

Pessoa, Epitácio, 1865-1942
286, 454

Pessoa Epitácio da Silva ver Pessoa, Epitácio, 1865-1942

Pessoa, Heitor Eloy Alvim
433, 616

Pessoa, João, 1878-1930
638, 642, 643, 652, 740

Pessoa, José Getúlio da Fronta
695

Petty, William ver Petty, William, Sir, 1623-1687

Petty, William, Sir, 1623-1687
35, 245, 387, 665

Pinheiro, Raphael
353

Pinto, Antônio Albino
434

Pinto, Ariosto
695

Pinto, Ataliba da Silveira
434

Pinto, João Lopes Ferreira
286

Pinto, Roquete ver Roquete-Pinto, E. (Edgard), 1884-1954

Pio X, Papa, 1835-1914
283

Pio XI, Papa, 1857-1939
660, 678, 788

Pires, Antônio Olintho dos Santos, 1860-1925
127, 129, 578

Pires, José da Cunha
577

Piza, Antônio de Toledo
121, 122, 123, 125, 131, 132, 133, 144, 183, 273, 735

Playfair, William, 1759-1823
552

Pompéia, Raul, 1863-1895
67, 75, 99, 112, 113, 121, 123, 125, 132, 133, 147, 327, 729, 731, 734

Pompéia, Raul de Ávila ver Pompéia, Raul, 1863-1895

Porto, Braz da Silva Pereira
220

Porto, Edgar Pinheiro
695

Portugal, Aureliano
23, 59, 61, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 177, 178, 179, 180, 190, 192, 195, 197, 202, 222, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 262, 267, 269, 274, 275, 282, 286, 370, 471, 472, 574, 658, 669, 671, 683, 733, 734, 736

Portugal, Aureliano Gonçalves de Sousa ver Portugal, Aureliano

Prestes, Júlio, 1882-1946
609, 641

Prestes, Luís Carlos, 1898-1990
404, 725, 739

Prudente, Adalberto Albano
433

Quadros, Jânio, 1917-1992
648, 710, 726, 741

Queiroz, Eça de, 1845-1900
212, 661

Queiroz, Euzébio de , 1812-1868
212

Queiroz, Joaquim José de
212

Quetelet, Adolphe, 1796-1874
59, 84, 145, 148, 153, 234, 322, 387, 397, 501, 581, 595, 650, 655, 656, 665

Rainha Elizabeth ver Elizabeth II, Rainha da Grã-Bretanha, 1926-

Rainha Margarida ver Margarida, Rainha, consorte de Henrique IV, Rei da França, 1553-1615

Rangel, Fernando
584

Rangel, Sylvio
286

Rawson, Rawson W.
398

Rebello, Joaquim Macedo de Castro
327, 433, 616

Regazole, Caetano
265

Rego, Costa, 1889-1954
590

Rego, José Pereira, 1816-1892
240

Rego, Maria da Gloria Pereira
434

Rego, Oziel Bordeux, 1874-1926
180, 313, 315, 316, 317, 326, 335, 336, 337, 343, 344, 345, 353, 358, 359, 360, 361, 362, 388, 393, 410, 412, 414, 418, 419, 422, 427, 428, 429, 430, 433, 439, 558, 559, 610, 616, 621, 627, 631, 633, 673, 730, 737

Reis, Lucano
315, 418

Reis, Maria Flora Brandão
434

Resende, Conde de
212

Rezende, Antônio de Pádua Assis
581

Ribeiro, Bento
584

Ribeiro, Cândido Barata, 1843-1910
238

Ribeiro, Carlos Leite
191

Ribeiro, Demétrio
83

Ribeiro, João de Macedo
434

Ribeiro, Lydia Duarte
434

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do, 1819-1880

Rio, João ver João, do Rio, 1881-1921

Rios, Sebastião
252

Rocha, Francisco Mendes da
112, 113, 114, 117, 121, 123, 128, 129, 132, 133, 134, 156, 164, 168, 172, 179, 183, 213, 254, 256, 273, 327, 328, 337, 348, 352, 558, 603, 729, 730, 731, 734, 735

Rocha, Joaquim da Silva
353, 372, 373, 418, 425, 737

Rocha, Paulo Archias Mendes da, 1928-
603

Rocha, Paulo Mendes da ver Rocha, Paulo Archias Mendes da, 1928-

Rodrigues, Cândido
482

Rodrigues, Manoel Coelho
353, 374, 377, 378

Rodrigues, Nelson, 1912-1980
486, 528

Roosevelt, Theodore, 1858-1919
576, 578

Roquette-Pinto, E. (Edgard), 1884-1954
597

Rosen, George, 1920-
229, 231, 232, 233, 234

Rousseau , Jean-Jacques, 1712-1778
50

Rubião, Álvares
132

Sá, Elvira Monteiro Benjamin de
434

Sá, Francisco de
286

Sales, Antônio de Pádua, 1860-1957
461

Salgado Filho
713, 714

Salles, Campos, 1841-1913
54, 55, 56, 60, 83, 121, 122, 128, 135, 163, 164, 168, 169, 190, 454, 727, 731, 735

Salles, Manoel Ferraz de Campos ver Salles, Campos, 1841-1913

Sampaio, Adolpho Botelho de Abreu
309, 310

Sampaio, Adrião Pereira Forjaz de, 1810-1874
387

Sampaio, Carlos
586, 591, 593

Sant'Anna, Alfredo Black
433

Santos, Carlos Maximiliano Pereira dos ver Maximiliano, Carlos, 1873-1960

Santos, João Ferreira dos
434

Santos, José Américo dos
578

Santos, Luiz Antônio da Silva
257

Santos, Marco Aurélio Martins
61, 80, 97, 138, 157, 183, 186, 222, 226, 274, 298, 300, 335, 353, 454, 458, 492, 531, 570, 651, 668, 682, 725

Santos, Noronha, 1876-1954
585

Santos-Dumont, Alberto, 1873-1932
531, 575, 576, 735

Say, Jean-Baptiste, 1767-1832
387

Schloezer
650

Seidl, Carlos
249

Sena, Joaquim Candido da Costa
581

Senna, Joaquim Gomes de
221

Serpa Lopes, Miguel Maria de
694

Silva, Abel Corrêa da
221

Silva, Antônio Augusto da
168

Silva, Antônio Augusto Ferreira da
269, 270, 574

Silva, Carlos Augusto do Nascimento
202, 216

Silva, Cypriano de Lage e
354, 418, 419

Silva, Cyro, 1908-1977
661

Silva, Diógenes Pereira da
695

Silva, Firmino Rodrigues, 1815-1879
354

Silva, Firmino Rodrigues da ver Silva, Firmino Rodrigues, 1815-1879

Silva, Francisco Bernardino Rodrigues, 1853-1920
297, 315, 336, 341, 353, 403

Silva, Francisco Manuel da, 1795-1865
588

Silva, J. Norberto de Souza e, 1820-1891
112, 319, 571

Silva, Jaime Lage e
354

Silva, Jerônimo Thome da ver Silva, Jeronimo Tomé da, 1849-

Silva, Jerônimo Tomé da, 1849-
481

Silva, João Fernandes da
286

Silva, José Bonifácio de Andrada e, 1763-1838
129, 220, 589

Silva, Leopoldo Doyle e
412, 418, 421, 422, 433, 437, 540, 541, 616, 673

Silva, Manoel Cícero Peregrino da
286

Silva, Mercedes Cesar da
434

Silva, Octávio do Nascimento
433, 616

Silva, Zeno
661

Silveira, Victor da
353

Silveira Júnior, Joaquim Xavier da, 1864-1912
190

Smith, Adam
33, 646

Smith, Mayo
444, 503

Soares, João Teixeira
584

Soares, José Carlos de Macedo, 1883-1968
617, 626, 679, 702, 718, 720, 721, 722, 723, 724, 726, 731, 742

Soares, Pedro Teixeira
286

Soares, Raul
404, 626

Soares, Sebastião Ferreira, 1820-1887
77, 387, 539, 665, 690, 714

Sodré, Augusto de Azevedo
257

Sousa, Joaquim Moreira de
695

Souza, Antônio de Faria e
510

Souza, Antônio Francisco de Paula, 1863-1917
123, 147

Souza, Beatriz de
434

Souza, João Baptista de Mello e, 1888
593

Souza, Maria de
434

Souza, Monteiro de
363, 478

Souza, Paulino José Soares de ver Uruguai, Paulino José Soares de Souza, Visconde de, 1807-1866

Souza, Pedro Luiz Soares de
286

Tapajós, Paulo
598

Tavares, Euclides
718

Tavares, Octavio de Lima
514, 515

Távora, Juarez, 1898-1975
648, 705, 707, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 721, 724, 725, 726, 730, 741, 742,

Teixeira, Anísio, 1900-1975
695

Teixeira, Anísio Spínola ver Teixeira, Anísio, 1900-1975

Teixeira, Henrique Leão
593

Telarolli Júnior, Rodolpho, 1961-
270, 271, 272, 273

Teresa Cristina Maria, Imperatriz, consorte de Pedro II, Imperador do Brasil, 1822-1889
585

Toledo, Pedro de, 1860-1935
342, 346, 347, 348, 362, 378, 407

Torres, Joaquim José Rodrigues, Visconde de Itaboraí ver Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de, 1802-1872

Tufte, Edward ver Tufte, Edward R..,1942-

Tufte, Edward R., 1942-
552, 553, 554

Tupinambá, Antonio César
434

Tupinambá, Maria José
434

Turquan, Victor, 1876-19?
153

Unzer, Carmen Barbosa
434

Uruguai, Paulino José Soares de Souza, Visconde de, 1807-1866
213

Valadares, Henrique, 1852-1903
149

Vargas, Getúlio, 1883-1954
52, 56, 384, 403, 412, 453, 562, 563, 567, 609, 638, 641, 673, 679, 689, 710, 715, 721, 722, 725, 726, 730, 731, 740, 741, 742

Vasconcellos, Bernardo Pereira de ver Vasconcelos, Bernardo Pereira de, 1795-1850

Vasconcellos, João Florentino Meira de
240

Vasconcellos, Lahire de Figueiredo
433

Vasconcellos, Bernardo Pereira de, 1795-1850
212

Vasconcelos, José Assis
695

Veiga, José Carlos da Silva
217

Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos, 1778-1859
236

Viana, Luiz
695

Viana, Mello
626

Vianna, Arthur, 1873-1911
434

Vianna, Carlos Frederico de Sampaio
265, 268, 433, 465, 466, 468, 469, 470, 471

Vianna, João Maurício de Sampaio
516

Vianna, Oliveira, 1883-1951
564

Vianna, Victor
176

Vieira, Augusto Pedro
433

Vieira, José Gonçalves Lessa
433

Vieira, Manoel Edwiges de Queiroz, 1885-1920
348

Vieira, Severino dos Santos, 1849-1917
164

Virgilii, Filippo, 1865-
59, 293, 327, 388, 390, 553, 616, 633, 665, 735, 737

Visconti, Eliseu
575, 576

Wagner, Adolph, 1835-1917
398

Walker, Francis
537, 538

Wanderley, João Maurício, Barão de Cotegipe ver Cotegipe, João Maurício Wanderley, Barão de

Weber, Marx, 1864-1920
20, 21, 22, 84

Werneck, Américo, 1855-1927
286

Werneck, Etelvina da Conceição
434

Wileman, J. P.
286

Xavier, Rafael
648, 741

Equipe técnica

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Planejamento e coordenação técnica geral da obra

Nelson de Castro Senra

Assistente de pesquisa

Marco Aurelio Martins Santos

Colaboradores

Sonia Regina Alevatto

Aquisição de imagens

Agláia Pereira Tavares de Almeida

Pesquisa bibliográfica de legislação

Marília Carla Maciel de Brito[1]

Pesquisa iconográfica e roteiro de imagens

Marco Aurelio Martins Santos

Ronald Raminelli (Consultor)

Projeto Editorial

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Carmen Heloisa Pessôa Costa

Katia Vaz Cavalcanti

Programação visual e diagramação

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Tratamento das imagens

Fernanda Maciel Jardim

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

[1] Bibliotecária da Procuradoria Federal no IBGE.

Copidesque e revisão
Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
Sueli Alves de Amorim

Produção de multimídia
Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo Mendonça
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

Digitalização e tratamento de imagens
Alexandre Carlos da Silva
Antonio Carlos Rocha Ferreira
Josianne de Miranda Pangaio
Luiz Carlos Meirelles Carril
Paulo Roberto dos Santos Lindesay
Sérgio Assis Barbosa
Vanderlei Martins Sabino

Pesquisa e elaboração do índice de assuntos
Edna Maria de Sá Moraes
Vera Lucia Punzi Barcelos Capone

Pesquisa e elaboração do índice onomástico
Edna Maria de Sá Moraes
Eliza Tavares de Miranda
Regina Maria Fucci
Rosanea da Silva Trindade
Vera Lucia Punzi Barcelos Capone

Pesquisa e levantamento bibliográfico
Regina Maria Fucci

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica
Ana Raquel Gomes da Silva
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira
Bruno Klein
Elizabete Siqueira Soares
Solange de Oliveira Santos